REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 197 -TERÇA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29
LÍDER VICE-LÍDERES ..... **LÍDER DO PMDB – 19** **Valdir Raupp** VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT** VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... **LÍDER DO PT – 12** **Ideli Salvatti** VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **LÍDER DO PTB – 6** **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO PR – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior **LÍDER DO PSB – 3** **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares **LÍDER DO PC do B – 1** **Inácio Arruda** **LÍDER DO PRB – 1** **Marcelo Crivella** **LÍDER DO PP – 1** **Francisco Dornelles**	**LÍDER** **Demóstenes Torres** VICE-LÍDERES ..... **LÍDER DO DEM – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	**LÍDER DO P-SOL – 1** **José Nery**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial
Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 222ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE DEZEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2007 (nº 194/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul. 42843

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2007 (nº 299/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul. 42845

Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2007 (nº 300/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais..... 42876

Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2007 (nº 306/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo. ... 42899

Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2007 (nº 308/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná. 42902

Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2007 (nº 310/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná..... 42905

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2007 (nº 313/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro..... 42907

Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2007 (nº 315/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná..... 42909

Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2007 (nº 327/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina..... 42912

Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2007 (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro..... 42915

Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2007 (nº 330/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (Acocalema) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná. 42919

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo determinado de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decretos Legislativos nºs 460 a 470, de 2007, lidos anteriormente, e abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde serão apreciados terminativamente. 42921

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 74, de 2007, que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas

respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL) para a modalidade de Margem Fixa (Fixed Spread Loan – FSL). 42922

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 75, de 2007, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa. 42922

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.398, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de louvor à Rede Globo de Televisão pela série de reportagens, divulgadas no Jornal Nacional, sobre o período histórico da transferência da Corte portuguesa ao Brasil..... 42922

1.2.4 – Leitura de Projeto de Resolução

Nº 82, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, que altera o art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o *quorum* para o início da Ordem do Dia. 42922

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 82, de 2007, lido anteriormente.. 42922

1.2.6 – Leitura de Projeto de Lei do Senado

Nº 690, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário. 42923

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAULO PAIM* – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. 42923

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Declaração de voto contrário à prorrogação da CPMF, caso emenda de autoria de S. Exa. condicionando aprovação do tributo à manifestação popular, não seja acolhida pelo governo. 42928

SENADOR *SÉRGIO GUERRA*, como Líder – Considerações sobre os fatos que culminaram com o resultado do plebiscito na Venezuela. 42933

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Manifestação de posição contrária à prorrogação da CPMF e defesa da reforma tributária. 42935

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Defesa do fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a área da educação. 42937

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Comemoração pelas mudanças nos critérios de concessão do Bolsa-Família..... 42940

SENADOR *JOSÉ SARNEY* – Congratulações ao povo da Venezuela que ontem afastou a possibilidade de implantar no continente um estado autoritário..... 42942

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Encaminhamento à Mesa do artigo intitulado "Direito e Avesso", publicado nos jornais **O Estado de S.Paulo** e **O Globo,** edições de ontem. 42944

SENADOR *ALVARO DIAS* – Lamenta saída da Drª Zilda Arns, da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança. Apelo ao Presidente Lula pela revogação do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007..... 42946

1.2.8 – Questões de Ordem

Suscitada pelo Senador Arthur Virgílio com referência ao art. 51 do Regimento Interno do Senado Federal, e respondida pelo Presidente, Senador Tião Viana..... 42947

Suscitada pelo Senador Arthur Virgílio com referência ao art. 404 combinado com os arts. 154, 156, 162, 412 e 413 do Regimento Interno do Senado Federal, contraditada pelo Senador Aloizio Mercadante com a manifestação do Presidente, Senador Tião Viana. 42948

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se amanhã, às 15 horas, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 80, de 2007**. .....** 42958

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 1.399, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando preferência para votação do item 18 da pauta. **Prejudicado em virtude da falta de quorum. (Votação Nominal) .....** 42958

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. **Discussão encerrada,** ficando sua votação transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária. 42962

Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que altera dispositivos

do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. **Apreciação transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.** 42962

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. (Votação nominal). **Apreciação transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.** 42962

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. (Votação nominal). **Apreciação transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.** 42962

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. (Votação nominal). **Apreciação transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.** 42963

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (CPMF). **Encerrada a discussão, em primeiro turno,** tendo usado da palavra na quinta e última sessão de discussão os Srs. Eduardo Suplicy, Mário Couto, Mão Santa, a Sra. Ideli Salvatti, os Srs. João Pedro, Flexa Ribeiro e Heráclito Fortes, após a leitura das Emendas nº 2 a 19, de Plenário. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame das emendas..... 42963

São os seguintes os itens transferidos em virtude do término regimental da sessão:

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências..... 43067

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 43067

Item 9 (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública..... 43068

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública. **(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)** 43068

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir aos deputados federais e senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior. .. 43068

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o inciso I do *caput* do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)..... 43068

Item 13

Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro. 43068

Item 14

Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial. (Apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 995, de 2007)..... 43068

Item 15

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007, de autoria do Deputado Antonio Carlos Biscaia, que altera os

arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, (exclui do ordenamento jurídico o instituto da prescrição retroativa). (Apresentado pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 996, de 2007)..... 43068

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que revoga o art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Retirando a obrigatoriedade de submeter ao dupl,o grau de jurisdição as sentenças que forem desfavoráveis à Administração Pública)..... 43069

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação)..... 43069

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2005 (nº 1.906/2003, na Casa de origem), que institui o Dia da Amazônia..... 43069

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2005 (nº 2.706/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional do Trânsito..... 43069

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2006 (nº 4.070/2004, na Casa de origem), que denomina o trecho da BR – 235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia "Rodovia Padre Pedro"..... 43069

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses. 43069

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2006 (nº 3.779/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a gratuidade na apresentação da Declaração Anual de Isento e dá outras providências..... 43069

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2006 (nº 3.133/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. 43069

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2006 (nº 3.827/2004, na Casa de origem), que denomina "rodovia Governador Leonel de Moura Brizola" o trecho da BR-386, compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul. .. 43070

Item 25 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo. 43070

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007 (nº 220/1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradição, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995..... 43070

Item 27 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB..... 43070

Item 28 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta..... 43070

Item 29 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo. 43070

Item 30 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores,

na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA. 43071

Item 31 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, que requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.... 43071

1.3.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.400, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos jornalistas Douglas Tavolaro e Christina Lemos, pela lançamento do livro "O BISPO", em que retratam a vida e a obra de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e um dos empresários de comunicação mais importantes do País. **.....** 43071

Nº 1.401, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso aos vencedores dos prêmios vinculados ao projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE", concedidos pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e agências das Nações Unidas no Brasil, em função do Dia Mundial de Combate à AIDS. 43071

1.3.2 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Congratulações ao povo venezuelano pelo "não" dado ao Presidente Hugo Chávez no plebiscito realizado ontem..... 43072

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentários aos artigos intitulados "Diogo, o traíra" e "O fim da reeleição une Serra, Aécio e Lula", publicados nas revistas **Veja** e **Época**, edições de 26 de setembro e 8 de outubro último, respectivamente..... 43073

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada "MPs trancam 85% das sessões do Senado", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 24 de setembro último..... 43076

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro da matéria intitulada "O PT como ele é, de verdade", publicada na revista **Exame**, edição de 12 de setembro último. 43077

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários sobre o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2006 relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)..... 43079

SENADOR *GERSON CAMATA* – Elogios à iniciativa do governo do Estado do Espírito Santo de priorizar o planejamento estratégico de longo prazo, com a apresentação do Plano Estratégico de Logística e Transportes (Peltes). 43079

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa extraordinária na próxima terça-feira, dia 4, às 15 horas, com Ordem do Dia designada..... 43084

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE INTERINO DO SENADO FEDERAL, SENADOR TIÃO VIANA, EM 3-12-2007

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 209ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 14 de novembro de 2007 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente. 43085

Ata da 214ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2007 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subseqüente. 43085

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de 1º a 30 de novembro 2007. **(Publicada em Suplemento à presente edição)..** 43085

5 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

(Publicadas em Suplemento à presente edição)

6 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Atas da 21ª a 30ª Reuniões da Comissão Mista Especial de "Mudanças Climáticas", realizadas em 23 e 28/08; 11, 17 e 28/09; 02, 10, 16 e 23/10 e 21 de novembro de 2007, respectivamente..... 43086

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 5.051 e 5.295, de 2007. 43308

SENADO FEDERAL

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 222ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro e Cristovam Buarque

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/12/2007 07:33:45 até 3/12/2007 21:02:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 56 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA Emissão 3/12/2007 21:02:59

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 460, DE 2007

(Nº 194/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº , de 7 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.105, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 7 de dezembro de 2006, que "Renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul".

Brasília, 15 de dezembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 437 EM

Brasília, 11 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. A concessão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, foi outorgada pela Portaria MVOP nº 1.142, de 27 de dezembro de 1949, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 8 de maio de 1950. A renovação da referida outorga, deu-se pela Portaria nº 989, de 10 de novembro de 1975, publicada no **Diário Oficial da União** do dia 18 de novembro de 1975, a qual foi renovada a partir de 1º de maio de 1984 pelo Decreto nº 90.308, de 16 de outubro de 1984, publicado no **Diário Oficial da União** de 17 de outubro de 1984, sendo renovado a partir de 1º de maio de 1994 pelo Decreto s/nº , de 27 de agosto de 1998, publicado no **Diário Oficial da União** de 28 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2000, publicado no **Diário Oficial da União** de 31 de março de 2000.

3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5.Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53528.001879/2004, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Hélio Costa.**

DECRETO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2006

Renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53528.001879/2004, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo como art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. pela Portaria MVOP nº 1.142, de 27 de dezembro de 1949, renovada mediante o Decreto de 27 de agosto de 1998, publicado no **Diário Oficial da União** de 28 de agosto de 1998, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 40, de 30 de março de 2000, publicado no **Diário Oficial da União** de 31 de março de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

INFORMAÇÃO Nº 176, DE 2006 /COSMS/CGLO/DEOC/SC

Referência: Processo nº 53528.001879/2004

Interessada: RÁDIO TAQUARA LTDA.

Assunto: Renovação de Outorga

Ementa Concessão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo final em 1º-5-2004.
Pedido Apresentado intempestivamente.
Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: À consideração da Conjur.

1. Vejo a exame desta Secretaria de Serviços de Radiodifusão, requerimento formulado pela Rádio Taquara Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, com sede no Município de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, solicitando a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 1º-5-2004.

I – Dos Fatos

2. Mediante a Portaria MVOP nº 1.142, de 27 de dezembro de 1949, foi autorizada a outorgada da concessão à Rádio Taquara Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média.

3. A última renovação da outorga daquele serviço, foi por meio do Decreto de 27 de agosto de 1998, publicado no **DOU** de 28 de agosto de 1998, referendado pelo Decreto Legislativo nº 40, de 2000, publicado no **DOU** de 31 de março de 2000 – **verbis** – "Aprova o ato que renova a outorga deferida a "Rádio Taquara Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul", que renovou, por mais dez anos, a partir de 1º de maio de 1994.

4. A entidade ingressou com pedido de renovação de outorga, por meio do processo nº 53528.001879/2004, por novo decênio, de 1º de maio de 2004 a 1º de maio de 2014. Encontra-se o processo devidamente instruído e protocolizado intempestivamente neste Ministério das Comunicações, no dia 6 de maio de 2004.

II – Do Mérito

5. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece o prazo de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora, e 15 (quinze) anos para o serviço de radiodifusão de sons e imagens, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 22, § 5º).

6. De acordo com o artigo 4º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º de maio de 2004, tendo em vista que o ato de outorga deferida à Rádio Taquara Ltda., por 10 (dez) anos, deu-se por meio da Portaria acima citada.

8. A requerente tem seus quadros, societário autorizado pela Portaria nº 140, de 24 de agosto de 1995, aprovado pela Portaria nº 163, de 3 de outubro de 1995 e, diretivo aprovado pela Portaria 46, de 13 de março de 1987, com a seguinte composição:

QUADRO SOCIETÁRIO		
COTISTA	VALOR R$	
INGE DIENSTMANN	4.981,00	10
OLAVO CARLOS WAGNER	44.837,13	90
TOTAL	**49.818,13**	**100**

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
OLAVO CARLOS WAGNER	GERENTE

9. A entidade está operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica a análise de engenharia, por meio do Laudo de Vistoria realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, às fls. 55-59. Contudo, encontra-se com o seguinte Processo de Apuração de Infração nº 53790.001317/1998, em andamento.

10. É regular a situação da concessionária/permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 71. Consultado o nosso cadastro, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

11. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 1º de maio de 2004.

III – Conclusão

12 – Diante do exposto, estando cumpridas as praxes processuais no que se refere à análise formal e documental da matéria, proponho o encaminhamento do processo à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É a informação.

Brasília, de de 2006. – **Regina Mônica De Faria Santos,** Advogada.

De acordo. À apreciação do Sr. Coordenador-Geral do Regime Legal de Outorgas.

Brasília, de de 2006. – **Álvaro Augusto de Souza Neto,** Coordenador de Radiodifusão – Regiões Sul e Centro-Oeste.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de maio de 2006. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro,** Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas.

De acordo. À consideração do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 30 de maio de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende,** Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Encaminhem-se os presentes autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, de de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira,** Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 461, DE 2007

(Nº 299/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.735, de 2 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 188, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os processos abaixo relacionados, referentes às renovações de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão:

Processos com proposta de declaração de perempção da outorga:

1. Processo nº 29100.000487/1990
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local - Pedreira - SP

2. Processo nº 53830.000190/2000
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local - Pedreira - SP

Processos com documentação complementar:

1. Processo nº 50680.000224/1992
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - São Luis - MA

2. Processo nº 53103.000351/2001
FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Arco Verde - PE

3. Processo nº 53790.000694/1998
Fundação Cultural da Serra
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Garibaldi – RS

4. Processo nº 53670.000084/2002
Rádio Goiatuba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Goiatuba - GO

5. Processo nº 53790.000166/1998
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Passos - RS

6. Processo nº 53730.000014/1997
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - João Pessoa - PB

7. Processo nº 53830.001380/1999
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - Brasília - DF

8. Processo nº 53740.000684/1997
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Loanda - PR

9. Processo nº 53710.000134/1998
Emissoras Santa Cruz S/A - Rádio e Televisão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Pará de Minas - MG

10. Processo nº 53640.000109/1997
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Cícero Dantas - BA

11. Processo nº 53640.000193/1998
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Santa Cruz de Cabrália - BA

12. Processo nº 53790.001024/1997
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Santa Maria - RS

13. Processo nº 53650.002926/1998
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Guaraciaba do Norte - CE

14. Processo nº 53700.000584/1998
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Naviraí - MS

15. Processo nº 53730.000380/1997
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Sumé – PB

16. Processo nº 53710.000614/1998
Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Machado - MG

17. Processo nº 53830.001280/1997
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Americana - SP

18. Processo nº 53650.000526/1998
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Fortaleza - CE

19. Processo nº 53830.000949/1998
Energia FM de São José dos Campos Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - São José dos Campos - SP

20. Processo nº 53830.001111/1998
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Amparo - SP

21. Processo nº 53700.000051/1998
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Aparecida do Taboado – MS

22. Processo nº 53720.000173/1998
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Xinguará - PA

23. Processo nº 53740.000675/1998
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Palmital- PR

24. Processo nº 53730.000941/1996
Rede Litorânea de Rádio Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - João Pessoa - PB

25. Processo nº 53730.000329/1999
Televisão Paraíba Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens - Campina Grande - PB

26. Processo nº 53820.000042/1998
Rádio FM do Porto Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada - Porto União - SC

27. Processo nº 53650.002844/1998
Rádio Rio das Graças Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média - Itarema - CE

Brasília, 27 de 2007.

MC 00842 EM

Brasília, 19 de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional dos processos relacionados em anexo.

2. Trata-se de 29 processos de renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão, integrantes do grupo de 225 processos que, conforme Mensagem Presidencial nº 474, de 23 de junho de 2006, foram retirados de tramitação no Congresso Nacional, por solicitação deste Ministério, na forma da Exposição de Motivos nº 347, de 26 de junho do corrente ano. Dentre as proposições ora encaminhadas há proposta de declaração de perempção da permissão outorgada deferida a uma das entidades, nos termos da Lei nº 5.785, de 1972, e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 88.066, de 1983.

4. Ressalte-se que permanecerão retidos neste Ministério um total de 150 processos, também relacionados em anexo, cujos atos de renovação perderam seu objeto, padecendo, portanto, de caducidade, uma vez que os prazos das concessões e permissões por eles renovados foram ultrapassados, enquanto aguardavam aprovação no Congresso Nacional.

5. As outorgas alcançadas por esse evento são mantidas em caráter precário, juridicamente amparadas que estão pelas disposições da legislação acima citada. Observe-se que as mesmas terão tratamento conjunto, quando da apreciação e decisão dos novos pedidos de renovação das outorgas relativos aos períodos subseqüentes. Tal conduta não é estranha às praxes administrativas, haja vista a ocorrência de precedentes quanto à renovação de concessões e permissões para dois períodos consecutivos.

6. Permanecerão neste Ministério o restante de 46 processos que aguardam complementação dos documentos e que serão submetidos a Vossa Excelência no momento em que for implementada essa condição.

7. Nessa conformidade e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que os atos de renovação somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam novamente encaminhados os referidos processos.

Respeitosamente,

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS MC 00842 EM

Processos com proposta de declaração de perempção da outorga:

1. **Processo nº 29100.000487/1990**
   Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
   Serviço de radiodifusão sonora em onda média local
   Pedreira - SP
   (Obs: Referente ao período de 1990/2000 – prejudicado em razão da declaração de perempção proposta no processo correspondente ao período de 2000/2010, conforme segue).

2. **Processo nº 53830.000190/2000**
   Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
   Serviço de radiodifusão sonora em onda média local
   Pedreira - SP
   (Obs: Processo de revisão de outorga. Referente ao período de 2000/2010. A permissionária não apresentou o necessário pedido de renovação, resultando na declaração de perempção da permissão).

Processos com documentação complementar

1. **Processo nº 50680.000224/1992**
   (Período de 1992/2007)
   Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
   Serviço de radiodifusão de sons e imagens
   São Luis – MA

2. **Processo nº 53103.000351/2001**
   (período de 2001/2011)
   FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.
   Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
   Arco Verde – PE

3. **Processo nº 53790.000694/1998**
   (período de 1998/2008)
   Fundação Cultural da Serra
   Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
   Garibaldi – RS

4. **Processo nº 53670.000084/2002**
   (período de 1997/2007)
   Rádio Goiatuba Ltda.
   Serviço de radiodifusão sonora em onda média
   Goiatuba – GO

5. **Processo nº 53790.000166/1998**
(Período de 1998/2008)
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Três Passos – RS

6. **Processo nº 53730.000014/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
João Pessoa – PB

7. **Processo nº 53830.001380/1999**
(Período de 2000/2015)
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Brasília – DF

8. **Processo nº 53740.000684/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Loanda – PR

9. **Processo nº 53710.000134/1998**
(Período de 1998/2008)
Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pará de Minas – MG

10. **Processo nº 53640.000109/1997**
(Período de 1997/2007)
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cícero Dantas – BA

11. **Processo nº 53640.000193/1998**
(Período de 1998/2008)
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Santa Cruz de Cabrália – BA

12. **Processo nº 53790.001024/1997**
(Período de 1997/2007)
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Santa Maria – RS

13. Processo nº 53650.002926/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Guaraciaba do Norte – Ceará

14. Processo nº 53700.000584/1998
(Período de 1998/2008)
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Naviraí – MS

15. Processo nº 53730.000380/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sumé – PB

16. Processo nº 53710.000614/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Machado – MG

17. Processo nº 53830.001280/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Americana – SP

18. Processo nº 53650.000526/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Fortaleza – CE

19. Processo nº 53830.000949/1998
(Período de 1998/2008)
Energia FM de São José dos Campos Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
São José dos Campos – SP

20. Processo nº 53830.001111/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Amparo – SP

21. Processo nº 53700.000051/1998
(Período de 1998/2008)
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Aparecida do Taboado – MS

22. Processo nº 53720.000173/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Xinguará – PA

23. Processo nº 53740.000675/1998
(Período de 1998/2008)
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Palmital – PR

24. Processo nº 53730.000941/1996
(Período de 1997/2007)
Rede Litorânea de Rádio Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
João Pessoa – PB

25. Processo nº 53730.000329/1999
(Período de 1999/2014)
Televisão Paraíba Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Campina Grande – PB

26. Processo nº 53820.000042/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio FM do Porto Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Porto União – SC

27. Processo nº 53650.002844/1998
(Períodos de 1989/1999 – 1999/2009)
Rádio Rio das Graças Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itarema – CE

Processos referentes a concessões e permissões cujos atos de renovação contemplam prazos ultrapassados

1. **Processo nº 50680.000232/1993**
(Período de 1993/2003)

Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Luis – MA

2. **Processo nº 53730.000783/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio e Televisão Campina Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Campina Grande – PB

3. **Processo nº 29820.000419/1992**
(Período de 1992/2002)
Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Major Vieira – SC

4. **Processo nº 53740.000080/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Cidade Pato Branco Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pato Branco – PR

5. **Processo nº 50710.000765/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Piranga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Piranga – MG

6. **Processo nº 53710.000287/1996**
(Período de 1994/2004)
Rádio Som Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Cataguases – MG

7. **Processo nº 53710.000163/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Cultura de Uberlândia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Uberlândia – MG

8. **Processo nº 53710.000673/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Som Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Além Paraíba – MG

9. **Processo nº 29117.000082/1988**
(Período de 1987/1997)
Rádio Gaeta Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Guarapari – ES

10. **Processo nº 29000.002858/1991**
(Período de 1991/2001)
Rádio Sociedade Rondônia Ltda.
Serviço de Radiodifusão sonora em onda média
Cacoal – RO

11. **Processo nº 53830.001747/1994**
(Período de 1995/2005)
Emissoras Interioranas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Bragança Paulista – SP

12. **Processo nº 50830.000276/1994**
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Americana Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Americana – SP

13. **Processo nº 50830.000975/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio Brasil Novo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São José do Rio Preto – SP

14. **Processo nº 29107.000942/1991**
(Período de 1992/2002)
Rádio Globo de Salvador Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Salvardor – BA

15. **Processo nº 53680.000089/1996**
(Período de 1996/2006)
Rádio Mirante do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Imperatriz – MA

16. **Processo nº 50680.000077/1993**
(Período de 1993/2003)
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
São Luis – MA

17. **Processo nº 53640.000607/1995**
(Período de 1995/2005)
Rádio Cidade Sol Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Jequié – BA

18. Processo nº 29670.000452/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Morrinhos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Morrinhos – GO

19. Processo nº 50690.000059/1993
(Período 1993/2003)
Rádio Cultura de Cuiabá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Cuiabá – MT

20. Processo nº 29109.000514/1989
(Período de 1989/1999)
Fundação Cristã Educativa
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapuranga – GO

21. Processo nº 53740.000034/1993
(Período de 1993 a 2003)
Rádio Jaguariaíva Ltda. (Prefeitura Municipal de Jaguariaíva)
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Jaguariaíva – PR

22. Processo nº 29113.000123/1991
(Período 1991/2001)
Centenário Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Caraúbas – RN

23. Processo nº 53840.000274/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Jornal de Propriá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Propriá – SE

24. Processo nº 29116.000261/1990
(Período de 1991/2001)
Rádio Rio Balsas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Balsas – MA

25. Processo nº 90.489/1983
(Período de 1983/1993)
Rádio Educadora de Crateús Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Crateús – CE

26. Processo nº 53650.000121/1996
(Período de 1996/2006)
Tempo FM Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Fortaleza – CE

27. Processo nº 29650.000776/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Tempo FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Juazeiro do Norte – CE

28. Processo nº 53650.000010/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Emissora de Acopiara Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Acopiara – CE

29. Processo nº 29650.000267/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Jornal Centro Sul Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Iguatú – CE

30. Processo nº 29108.000059/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Vale do Rio Poty Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Crateús – CE

31. Processo nº 29740.001126/1992
(Período de 1993/2003)
Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Guarapuava – PR

32. Processo nº 53103.000408/2000
(Período de 1996/2006)
Agreste Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Limoeiro – PE

33. Processo nº 53103.000607/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Manchete Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Recife – PE

34. Processo nº 29103.000448/1993
(Período de 1993/2003)
Sociedade Rádio Emissora Continental do Recife Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Recife – PE

35. Processo nº 29103.000233/1992
(Período de1992/2002)
Itacaité Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Belo Jardim – PE

36. Processo nº 53650.002497/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Primeira Capital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Aquiraz – CE

37. Processo nº 29116.000029/1990
(Período de 1990/2000)
Rádio Itapecurú de Colinas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Colinas – MA

38. Processo nº 29116.000449/1988
(Período de 1989/1999)
SM Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Codó – MA

39. Processo nº 53660.000472/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Jovem Barra FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Barra de São Francisco – ES

40. Processo nº 50710.000086/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura de Monte Carmelo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Monte Carmelo – MG

41. Processo nº 50710.000120/1994
(Período de 1994/2004)
Fundação Enoch de Oliveira de Comunicação Social
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Governador Valadares – MG

42. Processo nº 53650.000204/1994
(Período de 1994/2004)
AM Cidade de Fortaleza Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maracanaú – CE

43. Processo nº 50830.000286/ 1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora Cacique Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santos – SP

44. Processo nº 50830.000226/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Junqueirópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Junqueirópolis – SP

45. Processo nº 53830.001134/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Regional de Taquarituba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Taquarituba – SP

46. Processo nº 29100.000221/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Cruzeiro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cruzeiro – SP

47. Processo nº 50830.000265/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Técnica Atibaia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Atibaia – SP

48. Processo nº 53710.001047/1995
(Período de 1996/2006)
Sociedade Trespontana de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Três Pontas – MG

49. Processo nº 53830.001393/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Musical de São Paulo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Itapecerica da Serra – SP

50. Processo nº 50830.000150/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Mulher Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Paulo – SP

51. Processo nº 29102.000252/1991
(Período de 1991/2001)
Fundação Isaec de Comunicação
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
São Leopoldo – RS

52. Processo nº 53790.000120/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Emissoras Minuano Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Grande – RS

53. Processo nº 29103.000327/1992
(Período de 1992/2002)
Fundação Evangélica de Radiodifusão de Pernambuco
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Recife – PE

54. Processo nº 53103.000175/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura do Nordeste S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Caruaru – PE

55. Processo nº 29720.000447/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Regional do Araguaia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição do Araguaia – PA

56. Processo nº 53720.000084/1996
(Período de 1996/2006)
Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Belém – PA

57. Processo nº 50000.007083/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Canavieiro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
União dos Palmares – AL.

58. Processo nº 53700.000057/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Três Lagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Três Lagoas – MS

59. Processo nº 53700.000108/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Rádio Difusora de Campo Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Campo Grande – MS

60. Processo nº 53700.000558/1996

(Período de 1996/2006)
Sociedade Rádio Dourados Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Dourados – MS

61. Processo nº 29780.000117/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Gazeta do Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Areia Branca – RN

62. Processo nº 29670.000455/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Buriti Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Verde – GO

63. Processo nº 50710.000752/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Difusora de Salinas Ltda;
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Salinas – MG

64. Processo nº 50710.000099/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura de Sete Lagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sete Lagoas – MG

65. Processo nº 53710.000540/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Itajubá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itajubá – MG

66. Processo nº 50710.000882/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Planalto de Araguari Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Araguari – MG

67. Processo nº 29104.000273/1987
(Período de 1987/1997)
Rádio Emissora Musirama Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Sete Lagoas – MG

68. Processo nº 53740.000336/1993
(Período de 1994/2004)
Fundação Redentorista de Comunicações Sociais
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Antonina – PR

69. Processo nº 53720.000298/1993
(Período de 1994/2004).
Rádio e Televisão Guajará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Belém – PA

70. Processo nº 29105.000274/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Chrystian Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Alto Piquiri – PR

71. Processo nº 53740.000471/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Cambe Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cambe – PR

72. Processo nº 53690.000142/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio A Voz D'Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cuiabá – MT

73. Processo nº 53690.000994/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Industrial Várzea Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Várzea Grande – MT

74. Processo nº 53690.000298/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Pioneira Tangará da Serra Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tangará da Serra – MT

75. Processo nº 29107.000710/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Fascinação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapetinga – BA

76. Processo nº 53640.000855/1994
(Período de 1995/2005)
Empresa Metropolitana de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Salvador – BA

77. Processo nº 53770.000521/1994

(Período de 1994/2004)
Fundação Rádio Popular Fluminense
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição de Macabú – RJ

78. Processo nº 53770.000428/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Serrana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Teresópolis – RJ

79. Processo nº 53770.000262/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Três Rios Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Três Rios – RJ

80. Processo nº 53770.000260/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Difusora Boas Novas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Petrópolis – RJ

81. Processo nº 29115.000415/1989
(Período de 1990/2000)
Rádio Poty Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Teresina – PI

82. Processo nº 53770.000173/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Jornal Rio Bonito Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Bonito – RJ

83. Processo nº 50830.000312/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Rancharia – SP

84. Processo nº 53830.000294/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Emissora Portofelicense Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Porto Feliz – SP

85. Processo nº 50830.000268/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Capão Bonito – São Paulo

86. Processo nº 53790.000191/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Santa Rosa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santa Rosa – RS

87. Processo nº 29102.000699/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Tramandaí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tramandaí – RS

88. Processo nº 29102.000354/1990
(Período de 1990/2000)
Rádio Municipal de Tenente Portela
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tenente Portela – RS

89. Processo nº 53790.000627/1993
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bagé – RS

90. Processo nº 53790.000639/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santana do Livramento – RS

91. Processo nº 53740.000284/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Cruzeiro do Sul de Londrina Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Londrina – PR

92. Processo nº 53780.000087/1995
(Período de 1995/2005)
Mossoró Rádio Sociedade Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Alexandria – RN

93. Processo nº 53830.001492/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Nova Bebedouro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bebedouro – SP

94. Processo nº 50830.000966/1993

(Período de 1993/2003)
Rádio Iguatemi Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Mogi das Cruzes – SP

95. Processo nº 53730.000506/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Sanhauá de Bayeux Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bayeux – PB

96. Processo nº 50730.000296/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Educadora de Conceição Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição – PB

97. Processo nº 29100.002787/1986
(Período de 1987/1997)
Líder – Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São José do Rio Preto – SP

98. Processo nº 29720.000836/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Rural de Altamira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Altamira – PA

99. Processo nº 29120.000018/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Ariquemes Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Ariquemes – RO

100. Processo nº 29670.000186/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Cultura Miracema do Norte Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Miracema do Tocantins – TO

101. Processo nº 29115.000277/1989
(Período de 1989/1999)
Rádio Progresso de Corrente Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Corrente – PI

102. Processo nº 53640.001590/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Itabuna – BA

103. Processo nº 53640.000172/1995
(Período de 1995/2005)
MC Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Itabuna – BA

104. Processo nº 53640.000084/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Independência Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santo Amaro – BA

105. Processo nº 53640.000207/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Jacarandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Eunápolis – BA

106. Processo nº 50830.000959/1993
(Período de 1993/2003)
Fundação Cruzeirense de Jornalismo e Radiodifusão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cruzeiro – SP

107. Processo nº 53640.000341/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Valença Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Valença – BA

108. Processo nº 50710.000076/1995
(Período de 1993/2003)
Rádio Cataguases Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Catagiases – MG

109. Processo nº 53710.000930/1994
(Período de 1994/2004)
Multisom – Rádio Jornal Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Leopoldina – MG

110. Processo nº 50640.000575/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Sisal de Conceição de Coité - Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Conceição do Coité – BA

111. Processo nº 29119.000034/1991

(Período de 1991/2006)
Sampaio Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Maceió – AL

112. Processo nº 29103.000028/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Clube de Pernambuco S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Recife – PE

113. Processo nº 50830.000298/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio 710 de Bauru Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Bauru – SP

114. Processo nº 53790.000192/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Canguçu – RS

115. Processo nº 29118.000402/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Celeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sinop – MT

116. Processo nº 53760.000134/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Primeiro de Julho Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Água Branca – PI

117. Processo nº 53640.000784/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Ruy Barbosa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Rui Barbosa – BA

118. Processo nº 53730.000397/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Borborema S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Campina Grande – PB

119. Processo nº 53690.001010/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Cuiabana de Melodias Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada

Cuiabá – MT

120. Processo nº 53720.000260/1993
(Período de 1993/2003)
Rede Emissoras Unidas da Ilha de Marajó Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Sebastião da Boa Vista – PA

121. Processo nº 29103.000331/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Marano Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Garanhuns – PE

122. Processo nº 53640.001603/1993
(Período de 1993/2003)
Diamantina Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Salvador – BA

123. Processo nº 53770.000298/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Teresópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Teresópolis – RJ

124. Processo nº 29100.000087/1990
(Período de 1990/2000)
Rádio Mirante Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
São João da Boa Vista – SP

125. Processo nº 53800.000265/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Sociedade Rondônia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pimenta Bueno – RO

126. Processo nº 53830.001488/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Jornal de Nhandeara Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Nhandeara – SP

127. Processo nº 53830.000750/1994
(Período de 1994/2004)
Sistema Atual de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapevi – SP

128. Processo nº 50000.002953/1992

(Período de 1992/2002)
Rádio Siqueira Campos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Colinas do Tocantins – TO

129. Processo nº 53740.000033/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Tabajara de Londrina Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Londrina – PR

130. Processo nº 50790.000878/1993
(Período de 1993/2003)
Emissoras Riograndenses Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pelotas – RS

131. Processo nº 50830.001559/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Itararé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itararé – SP

132. Processo nº 50830.001549
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Jacareí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Jacareí – SP

133. Processo nº 53640.002001/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Jornal de Itabuna S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itabuna – BA

134. Processo nº 53710.000163/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Cultura de Uberlândia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Uberlândia – MG

135. Processo nº 53650.000377/1994
(Período de 1994/2004)
TV Cidade de Fortaleza Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Fortaleza – CE

136. Processo nº 53770.000175/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Imperial de Petrópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média

Petrópolis – RJ

137. Processo nº 50720.000119/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Belém – PA

138. Processo nº 50610.000165/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Gazeta de Alagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maceió – AL

139. Processo nº 50630.000154/1993
(Período de 1993/2003)
Rede Amazonense de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maués – AM

140. Processo nº 53640.000056/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Euclides da Cunha Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Euclides da Cunha – BA

141. Processo nº 53640.000963/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Tribuna do Vale do São Francisco Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Xique-Xique – BA

142. Processo nº 53790.000205/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Tapense S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tapes – RS

143. Processo nº 53830.000522/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Santos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Santos – SP

144. Processo nº 53640.000882/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Barra do Mendes Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Barra do Mendes – BA

145. Processo nº 50790.000887/1993

(Período de 1993/2003)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pelotas – RS

146. Processo nº 29110.000169/1991
(Período de 1991/2001)
Carajás FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Belém – PA

147. Processo nº 29780.000083/1992
(Período de 1993/2003)
Mossoró Rádio Sociedade Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Mossoró – RN

148. Processo nº 50830.000112/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio São Carlos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
São Carlos – SP

149. Processo nº 50770.000119/1993
(Período de 1993/2003)
S.A. Rádio Tupi
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio de Janeiro – RJ

150. Processo nº 53770.000203/1993
(Período de 1993/2003)
Serra e Mar Transmissões Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Angra dos Reis – RJ

Processos que permanecem no Ministério das Comunicações aguardando complementação da documentação:

1- Processo nº 53830.001353/1999
(Período de 1999/2009)
Rádio Vale do Rio Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Miguelópolis/SP

2- Processo nº 53670.000161/1998
(Período de 1998/2008)
Fundação Igreja Evangélica Assembléia de Deus
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Firminópolis/GO

3- Processo nº 53720.000438/1998

(Período 1998/2008)
Rádio Missões da Amazônia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Óbidos/PA

4- Processo nº 53780.000354/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Novos Tempos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ceará-Mirim/RN

5- Processo nº 536406000694/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Canavieiras/BA

6- Processo nº 53650.001082/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Monólitos de Quixadá
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Quixadá/CE

7-Processo nº 53730000066/1997
(Período de 1997/2012)
Televisão Borborema Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Campina Grande/PB

8- Processo 53710.001392/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Emissora Musirama Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Sete Lagoas/MG

9- Processo nº 53730.000989/1996
(Período 1997/2007)
Rádio Progresso de Sousa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Sousa/PB

10- Processo nº 53730.000265/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Serrana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Araruna/PB

11-Processo nº 53103.000137/2000
(Período 1998/2008)
Rádio Manguaba do Pilar Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias

Pilar/AL

12-Processo nº 53690.000297/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Tangará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Tangará da Serra/MT

13- Processo nº 53650.000025/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio FM de Icaraí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Caucaia/CE

14- Processo nº 53790000122/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Maraú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Maraú/RS

15- Processo nº 53740.000429/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Difusora Ubiratanense Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ubiratã/PR

16- Processo nº 53650.001632/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Pioneira de Forquilha Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Forquilha /CE

17- Processo nº 53690.000213/2001
(Período de 2001/2011)
Rádio Industrial de Várzea Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Várzea Grande/MT

18- Processo nº 53690.000253/1998
(Período de 1998/2008)
Floresta Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Alta Floresta/MT

19- Processo nº 53790.001438/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Itaramã Ltda.
Serviço de radiodifusão em freqüência modulada
Tramandaí/RS

20- Processo nº 53760.000348/1997

(Período de 1997/2007)
Rádio Heróis do Jenipapo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Campo Maior/PI

21 - Processo nº 53730.000015/1997
(Período de 1997/2007)
Sistema Regional de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Sousa/PB

22 - Processo nº 53000.000841/2001
(Período de 2001/2011)
Brasília Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Brasília/DF

23 - Processo nº 53670.000380/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Caiapó Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Rio Verde/GO

24 - Processo nº 53650.001234/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio a Voz de Itapajé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Itapajé/CE

25 - Processo nº 53730.000962/1996
(Período de 1997/2007)
Rádio Bonsucesso Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Pombal/PB

26 - Processo nº 53740.001062/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Integração do Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Corbélia/PR

27 - Processo nº 53103.000925/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Betel Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Recife/PE

28 - Processo nº 53640.000481/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Porto Brasil FM Estéreo Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Porto Seguro/BA

29- Processo nº 53630.000245/2001
(Período de 2001/2016)
Sistema Meridional de Comunicação Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens
Porto Velho/RO

30-Processo nº 53740.000518/2001
(Período de 2001/2011)
Rede Integração de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão em ondas médias
Toledo/PR

31- Processo nº 53740001128/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Sociedade Rural S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Astorga/PR

32- Processo nº 53820.000446/1997
(Período de 1997/2007)
Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Criciúma/SC

33- Processo nº 53650.000828/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Sucesso FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Maracanaú/CE

34- Processo nº 53730.000328/1999
(Período de 2000/2015)
Televisão Cabo Branco Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens
João Pessoa/PB

35- Processo nº 53730.000666/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio FM Itatiunga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Patos/PB

36- Processo nº 53830.001214/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora
Presidente Prudente/SP

37-Processo nº 53720.000769/1999
(Período 2000/2015)
RBA – Rede Brasil Amazônia de Televisão Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens
Belém/PA

38- Processo nº 53730.000243/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda
Serviço de radiodifusão sonora
Mamanguape/PB

39- Processo nº 53710.000909/1998
(Período de 1998/2008)
Fundação Educativa Pio XII
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Juiz de Fora/MG

40- Processo nº 53740.000010/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio FM Vale do Nordeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Moreira Sales/PR

41- Processo 53700.000908/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Regional Piravevê Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ivinhema/MS

42- Processo nº 53103.000296/1998
(Período de 1998/2008)
Metropolitana FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Caruaru/PE

43- Processo nº 53690.000253/1998
(Período de 1998/2008)
Floresta Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Alta Floresta/MT

MENSAGEM Nº 516, de 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.735, de 2 de dezembro de 2002, que renova, por dez anos, a partir de 6 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 20 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 366 EM

Brasília, 8 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 2.735, de 2 de dezembro de 2002, pela qual foi renovada a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul, cuja outorga originariamente foi deferida à Rede Champagne de Comunicações Ltda, nos termos da Portaria nº 285, de 5 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial da União** em 6 subseqüente, tendo sido autorizada a transferência direta da presente outorga para a atual permissionária, em virtude da autorização dada pela Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2001, publicada no **Diário Oficial da União** de 11 de dezembro seguinte.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53790.000694/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Assinado eletronicamente por: **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 2.735, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 62, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000694/98, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul, cuja outorga foi deferida pela Portaria nº 285, de 5 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial da União** em 6 subseqüente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

PARECER/MC/CONJUR/JGH/Nº 988/2003

Processo nº: 53790.000694/1998–RS

Ementa: Reexame do processo em epígrafe em razão da mudança do titular desta Pasta e a elaboração de novo parecer e atos correspondentes. Pedido de renovação de outorga de permissão requerida tempestivamente. Regularidade da situação técnica e do quadro societário da requerente. Processo devidamente instruído nos termos da legislação pertinente. Pelo deferimento do pedido de renovação.

I – Do Relatório

1. O presente processo retomou a esta Consultoria Jurídica, para elaboração de novo parecer, em face da mudança do titular desta pasta que deverá assinar os atos correspondentes.

2. Trata o presente processo de pedido de renovação de permissão, formulado pela Fundação Cultural da Serra, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

3. A outorga em questão foi deferida originariamente à Rede Champagne de Comunicações Ltda. através da Portaria nº 285, de 5 de setembro de 1988, publicada no **Diário Oficial da União – DOU** em 6 subseqüente. Por meio da autorização dada pela Portaria nº 690, de 14 de novembro de 2001, publicada no **Diário**

Oficial da União – DOU, de 11 de dezembro seguinte, a outorga ora estudada foi transferida para a atual permissionária, ou seja, Fundação Cultural da Serra.

4. O processo foi objeto de análise pela então Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, tendo aquela delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 362/1998, fls. 55/56 dos autos.

II – Da Fundamentação

5. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DRMC/RS, concluo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o que se segue:

6. A entidade tem seu quadro diretivo, constituído da seguinte forma:

NOME	**CARGO**
JACOB RAUL HOFFMANN	DIRETOR-PRESIDENTE
OSÉBIO BORGHETTI	DIRETOR-FINANCEIRO
EDILIO JOSÉ SOLIMAN	DIRETOR-SECRETÁRIO

7. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida e com a documentação hábil.

8. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

9. O prazo de vigência desta permissão teve seu termo final em 6 de setembro de 1998, sendo que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul em 29 de maio de 1998, tempestivamente, portanto.

10. Diante do concurso das circunstâncias que envolvem a presente renovação, deve o processo seguir em seu trâmite, sendo viável, juridicamente, que se autorize a postulada renovação, por 10 anos, a partir de 6 de setembro de 1998.

III – Da Conclusão

11. Isto posto, mantenho o entendimento do citado Parecer, propondo o encaminhamento dos presentes autos, acompanhados de minutas dos atos próprios, à consideração do Exmo Sr. Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

12. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer, "sub censura".

À superior consideração.

Brasília, 11 de agosto de 2003. – **Neucinede de Sousa Silva,** Estagiário – **Julio G. Handerborck Rego,** Assistente.

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em, 11-8-2003. – **Dalva Silvian Ribeiro de O. e Silva,** Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações Substituta.

Aprovo. Encaminhe-se o presente processo acompanhado dos respectivos atos ao gabinete do Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

Em, 28-8-2003. – **Erasto Villa-Verde Filho,** Consultor Jurídico.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa).)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2007

(nº 300/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 9 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de maio de 1998, a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 188

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os processos abaixo relacionados,

referentes às renovações de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão:

Processos com proposta de declaração de perempção da outorga:

1. Processo nº 29100.000487/1990
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local – Pedreira – SP
2. Processo nº 53830.000190/2000
Rádio Cidade de Pedreira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média local – Pedreira – SP

Processos com documentação complementar:

1. Processo nº 50680.000224/1992
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens – São Luis – MA
2. Processo nº 53103.000351/2001
FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Arco Verde – PE
3. Processo nº 53790.000694/1998
Fundação Cultural da Serra
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Garibaldi – RS
4. Processo nº 53670.000084/2002
Rádio Goiatuba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Goiatuba – GO
5. Processo nº 53790.000166/1998
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Passos – RS
6. Processo nº 53730.000014/1997
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – João Pessoa – PB
7. Processo nº 53830.001380/1999
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens – Brasília – DF
8. Processo nº 53740.000684/1997
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Loanda – PR
9. Processo nº 53710.000134/1998
Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Pará de Minas – MG
10. Processo nº 53640.000109/1997
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Cícero Dantas – BA
11. Processo nº 53640.000193/1998
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Santa Cruz de Cabrália – BA
12. Processo nº 53790.001024/1997
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Santa Maria – RS
13. Processo nº 53650.002926/1998
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Guaraciaba do Norte – CE
14. Processo nº 53700.000584/1998
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda. .
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Naviraí – MS
15. Processo nº 53730.000380/1997
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Sumé – PB
16. Processo nº 53710.000614/1998
Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Machado – MG
17. Processo nº 53830.001280/1997
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Americana – SP
18. Processo nº 53650.000526/1998
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Fortaleza – CE
19. Processo nº 53830.000949/1998
Energia FM de São José dos Campos Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – São José dos Campos – SP
20. Processo nº 53830.001111/1998
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Amparo – SP
21. Processo nº 53700.000051/1998
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Aparecida do Taboado – MS
22. Processo nº 53720.000173/1998
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Xinguará – PA
23. Processo nº 53740.000675/1998
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Palmital- PR

24. Processo nº 53730.000941/1996

Rede Litorânea de Rádio Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – João Pessoa – PB

25. Processo nº 53730.000329/1999

Televisão Paraíba Ltda.

Serviço de radiodifusão de sons e imagens – Campina Grande – PB

26. Processo nº 53820.000042/1998

Rádio FM do Porto Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada – Porto União – SC

27. Processo nº 53650.002844/1998

Rádio Rio das Graças Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média – Itarema – CE

Brasília, 27 de março de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

MC Nº 842 EM

Brasília, 19 de dezembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional dos processos relacionados em anexo.

2. Trata-se de 29 processos de renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão, integrantes do grupo de 225 processos que, conforme Mensagem Presidencial nº 474, de 23 de junho de 2006, foram retirados de tramitação no Congresso Nacional, por solicitação deste Ministério, na forma da Exposição de Motivos nº 347, de 26 de junho do corrente ano. Dentre as proposições ora encaminhadas há proposta de declaração de perempção da permissão outorgada deferida a uma das entidades, nos termos da Lei nº 5.785, de 1972, e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 88.066, de 1983.

4. Ressalte-se que permanecerão retidos neste Ministério um total de 150 processos, também relacionados em anexo, cujos atos de renovação perderam seu objeto, padecendo, portanto, de caducidade, uma vez que os prazos das concessões e permissões por eles renovados foram ultrapassados, enquanto aguardavam aprovação no Congresso Nacional.

5. As outorgas alcançadas por esse evento são mantidas em caráter precário, juridicamente amparadas que estão pelas disposições da legislação acima citada. Observe-se que as mesmas terão tratamento conjunto, quando da apreciação e decisão dos novos pedidos de renovação das outorgas relativos aos períodos subseqüentes. Tal conduta não é estranha às praxes administrativas, haja vista a ocorrência de precedentes quanto à renovação de concessões e permissões para dois períodos consecutivos.

6. Permanecerão neste Ministério o restante de 46 processos que aguardam complementação dos documentos e que serão submetidos a Vossa Excelência no momento em que for implementada essa condição.

7. Nessa conformidade e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que os atos de renovação somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam novamente encaminhados os referidos processos.

Respeitosamente, – **Helio Calixto da Costa.**

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS MC 842 EM

Processos com proposta de declaração de perempção da outorga:

1. Processo nº 29100.000487/1990

Rádio Cidade de Pedreira Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média local

Pedreira – SP

(Obs: Referente ao período de 1990/2000 – prejudicado em razão da declaração de perempção proposta no processo correspondente ao período de 2000/2010, conforme segue).

2. Processo nº 53830.000190/2000

Rádio Cidade de Pedreira Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média local

Pedreira – SP

(Obs: Processo de revisão de outorga. Referente ao período de 2000/2010. A permissionária não apresentou o necessário pedido de renovação, resultando na declaração de perempção da permissão).

Processos com documentação complementar

1.Processo nº 50680.000224/1992

(Período de 1992/2007)

Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. Serviço de radiodifusão de sons e imagens São Luís – MA

2. Processo nº 53103.000351/2001

(período de 2001/2011)

FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Arco Verde – PE

3. Processo nº 53790.000694/1998

(período de 1998/2008)

Fundação Cultural da Serra

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Garibaldi – RS

4. Processo nº 53670.000084/2002

(período de 1997/2007)
Rádio Goiatuba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Goiatuba – GO

5. Processo nº 53790.000166/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Difusora Três Passos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Passos – RS

6. Processo nº 53730.000014/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Jornal de João Pessoa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada João Pessoa – PB

7. Processo nº 53830.001380/1999
(Período de 2000/2015)
TV Stúdios de Brasília S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens Brasília – DF

8. Processo nº 53740.000684/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Educadora de Loanda Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Loanda – PR

9. Processo nº 53710.000134/1998
(Período de 1998/2008)
Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão Serviço de radiodifusão sonora em onda média Pará de Minas – MG

10. Processo nº 53640.000109/1997
(Período de 1997/2007)
Fundação Antena Azul
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Cícero Dantas – BA

11. Processo nº 53640.000193/1998
(Período de 1998/2008)
Mundaí Rádio FM de Eunápolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Santa Cruz de Cabrália – BA

12. Processo nº 53790.001024/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Santuário FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Santa Maria – RS

13. Processo nº 53650.002926/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Guaraciaba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Guaraciaba do Norte – Ceará

14. Processo nº 53700.000584/1998
(Período de 1998/2008)
Empresa de Radiodifusão Karandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Naviraí – MS

15. Processo nº 53730.000380/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Cidade de Sumé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Sumé – PB

16. Processo nº 53710.000614/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Montanhesa Menino Jesus de Praga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Machado – MG

17. Processo nº 53830.001280/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Notícias de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Americana – SP

18. Processo nº 53650.000526/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Pajeú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Fortaleza – CE

19. Processo nº 53830.000949/1998
(Período de 1998/2008)
Energia FM de São José dos Campos Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada São José dos Campos – SP

20. Processo nº 53830.001111/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Nova Amparo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Amparo – SP

21. Processo nº 53700.000051/1998
(Período de 1998/2008)
Rede Sul Matogrossense de Emissoras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Aparecida do Taboado – MS

22. Processo nº 53720.000173/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Xinguará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Xinguará – PA

23. Processo nº 53740.000675/1998
(Período de 1998/2008)
Radiodifusão Cidade de Palmital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Palmital – PR

24. Processo nº 53730.000941/1996
(Período de 1997/2007)
Rede Litorânea de Rádio Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
João Pessoa – PB

25. Processo n° 53730.000329/1999
(Período de 1999/2014)
Televisão Paraíba Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Campina Grande – PB

26. Processo n° 53820.000042/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio FM do Porto Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Porto União – SC

27. Processo n° 53650.002844/1998
(Períodos de 1989/1999 – 1999/2009)
Rádio Rio das Graças Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itarema – CE

Processos referentes a concessões e permissões cujos atos de renovação contemplam prazos ultrapassados

1. Processo nº 50680.000232/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Luís – MA

2. Processo n° 53730.000783/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio e Televisão Campina Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Campina Grande – PB

3. Processo n° 29820.000419/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Planalto de Major Vieira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Major Vieira – SC

4. Processo n° 53740.000080/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cidade Pato Branco Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pato Branco – PR

5. Processo nª 50710.000765/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Piranga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Piranga – MG

6. Processo n° 53710.000287/1996
(Período de 1994/2004)
Rádio Som Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Cataguases – MG

7. Processo n° 53710.000163/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Cultura de Uberlândia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Uberlândia – MG

8. Processo n° 53710.000673/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Som Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Além Paraíba – MG

9. Processo n° 29117.000082/1988
(Período de 1987/1997)
Rádio Gaeta Ltda.
Serviço de radiodifusão sanara em onda média
Guarapari – ES

10. Processo n° 29000.002858/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Sociedade Rondônia Ltda.
Serviço de Radiodifusão sonora em onda média
Cacoal – RO

11. Processo n° 53830.001747/1994
(Período de 1995/2005)
Emissoras Interioranas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Bragança Paulista – SP

12. Processo n° 50830.000276/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Americana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Americana – SP

13. Processo n° 50830.000975/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Brasil Novo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São José do Rio Preto – SP

14. Processo n° 29107.000942/1991
(Período de 1992/2002)
Rádio Globo de Salvador Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Salvador – BA

15. Processo n° 53680.000089/1996

(Período de 1996/2006)
Rádio Mirante do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Imperatriz – MA

16. Processo n° 50680.000077/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
São Luís – MA

17. Processo n° 53640.000607/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Cidade Sol Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Jequié – BA

18. Processo n° 29670.000452/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Morrinhos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Morrinhos – GO

19. Processo n° 50690.000059/1993
(Período 1993/2003)
Rádio Cultura de Cuiabá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Cuiabá – MT

20. Processo n° 29109.000514/1989
(Período de 1989/1999)
Fundação Cristã Educativa
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapuranga – GO

21. Processo n° 53740.000034/1993
(Período de 1993 a 2003)
Rádio Jaguariaíva Ltda. (Prefeitura Municipal de Jaguariaíva)
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Jaguariaíva – PR

22. Processo n° 29113.000123/1991
(Período 1991/2001)
Centenário Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Caraúbas – RN

23. Processo nª 53840.000274/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Jornal de Propriá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Propriá – SE

24. Processo nº 29116.000261/1990
(Período de 1991/2001)
Rádio Rio Balsas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Balsas – MA

25. Processo nº 90.489/1983
(Período de 1983/1993)
Rádio Educadora de Crateús Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Crateús – CE

26. Processo nº 53650.000121/1996
(Período de 1996/2006)
Tempo FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Fortaleza – CE

27. Processo n° 29650.000776/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Tempo FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Juazeiro do Norte – CE

28. Processo n° 53650.000010/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Emissora de Acopiara Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Acopiara – CE

29. Processo n° 29650.000267/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Jornal Centro Sul Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Iguatú – CE

30. Processo nº 29108.000059/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Vale do Rio Poty Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Crateús – CE

31. Processo n° 29740,001126/1992
(Período de 1993/2003)
Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Guarapuava – PR

32. Processo n° 53103.000408/2000
(Período de 1996/2006)
Agreste Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Limoeiro – PE

33. Processo n° 53103.000607/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Manchete Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Recife – PE

34. Processo nº 29103.000448/1993
(Período de 1993/2003)
Sociedade Rádio Emissora Continental do Recife Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Recife – PE

35. Processo nº 29103.000233/1992
(Período de 1992/2002)
Itacaité Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Belo Jardim – PE

36. Processo nº 53650.002497/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Primeira Capital Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Aquiraz – CE

37. Processo nº 29116.000029/1990
(Período de 1990/2000)
Rádio Itapecurú de Colinas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Colinas – MA

38. Processo nº 29116.000449/1988
(Período de 1989/1999)
SM Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Codó – MA

39. Processo nº 53660.000472/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Jovem Barra FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Barra de São Francisco – ES

40. Processo nº 507I0.000086/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura de Monte Carmelo Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Monte Carmelo – MG

41. Processo nº 50710.000120/1994
(Período de 1994/2004)
Fundação Enoch de Oliveira de Comunicação Social
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Governador Valadares – MG

42. Processo nº 53650.000204/1994
(Período de 1994/2004)
AM Cidade de Fortaleza Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maracanaú – CE

43. Processo nº 50830.000286/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora Cacique Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Santos – SP

44. Processo nº 50830.000226/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Junqueirópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Junqueirópotis – SP

45. Processo nº 53830.001134/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Regional de Taquarituba Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Taquarituba – SP

46. Processo nº 29100.000221/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Cruzeiro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Cruzeiro – SP

47. Processo nº 50830.000265/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Técnica Atibaia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Atibaia – SP

48 . Processo nº 53710.001047/1995
(Período de 1996/2006)
Sociedade Trespontana de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Três Pontas – MG

49. Processo nº 53830.001393/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Musical de São Paulo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Itapecerica da Serra – SP

50. Processo nº 50830.000150/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Mulher Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Paulo – SP

51.Processo nº 29102.000252/1991
(Período de 1991/2001)
Fundação Isaec de Comunicação
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada São Leopoldo – RS

52. Processo nº 53790.000120/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Emissoras Minuano Ltda.

Serviço de radiodifusão sonora em onda média Rio Grande – RS

53. Processo nº 29103.000327/1992
(Período de 1992/2002)
Fundação Evangélica de Radiodifusão de Pernambuco Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Recife –PE

54. Processo nº 53103.000175/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura do Nordeste S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Caruaru –PE

55. Processo nº 29720.000447/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Regional do Araguaia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Conceição do Araguaia – PA

56. Processo nº 53720.000084/1996
(Período de 1996/2006)
Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social Serviço de radiodifusão sonora em onda média Belém – PA

57. Processo nº 50000.007083/1992
(Período de 1992/2002) Rádio Canavieiro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Guião dos Palmares – AL.

58. Processo nº 53700.000057/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Três Lagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Três Lagoas – MS

59. Processo nº 53700.00010811994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Rádio Difusora de Campo Grande Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média Campo Grande –MS

60. Processo nº 53700.000558/1996
(Período de 1996/2006)
Sociedade Rádio Dourados Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Dourados – MS

61. Processo nº 29780.000117/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Gazeta do Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Areia Branca – RN

62. Processo nº 29670.000455/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Buriti Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio Verde – GO

63. Processo nº 50710.000752/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Difusora de Salinas Ltda;
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Salinas – MG

64. Processo nº 50710.000099/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cultura de Sete Lagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Sete Lagoas –MG

65. Processo nº 53710.000540/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Itajubá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Itajubá – MG

66. Processo nº 50710.000882/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Planalto de Araguari Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Araguari – MG

67. Processo nº 29104.000273/1987
(Período de 1987/1997)
Rádio Emissora Musirama Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Sete Lagoas –MG

68. Processo nº 53740.000336/1993
(Período de 1994/2004)
Fundação Redentorista de Comunicações Sociais Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Antonina – PR

69. Processo nº 53720.000298/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio e Televisão Guajará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Belém – PA

70. Processo nº 29105.000274/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Chrystian Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Alto Piquiri – PR

71. Processo nº 53740.000471/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Difusora de Cambe Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Cambe – PR

72. Processo nº 53690.000142/1993
(Período de 1993/2003)

Rádio A Voz D'Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Cuiabá – MT

73. Processo nº 53690.000994/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Industrial Várzea Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Várzea Grande – MT

74. Processo nº 53690.000298/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Pioneira Tangará da Serra Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Tangará da Serra – MT

75. Processo nº 29107.000710/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Fascinação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Itapetinga – BA

76. Processo nº 53640.000855/1994
(Período de 1995/2005)
Empresa Metropolitana de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Salvador – BA

77. Processo nº 53770.000521/1994
(Período de 1994/2004)
Fundação Rádio Popular Fluminense.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Conceição de Macabú – RJ

78. Processo nº 53770.000428/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Serrana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Teresópolis – RJ

79. Processo nº 53770.000262/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Três Rios Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Três Rios – RJ

80. Processo nº 53770.000260/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Difusora Boas Novas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Petrópolis – RJ

81. Processo nº 29115.000415/1989
(Período de 1990/2000)
Rádio Poty Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Teresina – PI

82. Processo nº 53770.000173/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Jornal Rio Bonito Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Rio Bonito – RJ

83. Processo nº 50830.000312/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Rancharia – SP

84. Processo nº 53830.000294/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Emissora Portofelicense Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Porto Feliz – SP

85. Processo nº 50830.000268/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Capão Bonito – SP

86. Processo nº 53790.000191/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Santa Rosa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Santa Rosa – RS

87. Processo nº 29102.000699/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Tramandaí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Tramandaí – RS

88. Processo nº 29102.000354/1990
(Período de 1990/2000)
Rádio Municipal de Tenente Portela.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Tenente Portela – RS

89. Processo nº 53790.000627/1993
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Bagé – RS

90. Processo nº 53790.000639/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Santana do Livramento – RS

91. Processo nº 53740.000284/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Cruzeiro do Sul de Londrina Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Londrina – PR

92. Processo nº 53780.000087/1995
(Período de 1995/2005)
Mossoró Rádio Sociedade Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Alexandria – RN

93. Processo nº 53830.001492/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Nova Bebedouro Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Bebedouro – SP

94. Processo nº 50830.000966/1993
(Período de 1993/2003)
Radio Iguatemi Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Mogi das Cruzes – SP

95. Processo nº 53730.000506/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Sanhauá de Bayeux Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Bayeux – PB

96. Processo nº 50730.000296/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Educadora de Conceição Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Conceição – PB

97. Processo nº 29100.002787/1986
(Período de 1987/1997)
Líder – Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
São José do Rio Preto – SP

98. Processo nº 29720.000836/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Rural de Altamira Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Altamira – PA

99. Processo nº 29120.000018/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Ariquemes Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Ariquemes – RO

100. Processo nº 29670.000186/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Cultura Miracema do Norte Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Miracema do Tocantins – TO

101. Processo nº 29115.000277/1989
(Período de 1989/1999)
Rádio Progresso de Corrente Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Corrente – PI

102. Processo nº 53640.001590/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Itabuna – BA

103. Processo nº 53640.000172/1995
(Período de 1995/2005)
MC Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Itabuna – BA

104. Processo nº 53640.000084/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Independência Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Santo Amaro – BA

105. Processo nº 53640.000207/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Jacarandá Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Eunápolis – BA

106. Processo nº 50830.000959/1993
(Período de 1993/2003)
Fundação Cruzeirense de Jornalismo e Radiodifusão.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Cruzeiro – SP

107. Processo nº 53640.000341/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Valença Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Valença – BA

108. Processo nº 50710.000076/1995
(Período de 1993/2003)
Rádio Cataguases Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Cataguases – MG

109. Processo nº 53710.000930/1994
(Período de 1994/2004)
Multisom – Rádio Jornal Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Leopoldina – MG

110. Processo nº 50640.000575/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Sisal de Conceição de Coité – Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Conceição do Coité – BA

111. Processo nº 29119.000034/1991
(Período de 1991/2006)

Sampaio Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens.
Maceió – AL

112. Processo nº 29103.000028/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Clube de Pernambuco S. A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Recife – PE

113. Processo nº 50830.000298/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio 710 de Bauru Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Bauru – SP

114. Processo nº 53790.000192/1994
(Período de 1994/2004)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Canguçu – RS

115. Processo nº 29118.000402/1991
(Período de 1991/2001)
Rádio Celeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Sinop – MT

116. Processo nº 53760.000134/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Primeiro de Julho Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Água Branca – PI

117. Processo nº 53640.000784/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Ruy Barbosa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Rui Barbosa – BA

118. Processo nº 53730.000397/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Borborema S. A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média.
Campina Grande – PB

119. Processo nº 53690.001010/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Cuiabana de Melodias Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.
Cuiabá/MT

120. Processo nº 53720.000260/1993
(Período de 1993/2003)
Rede Emissoras Unidas da Ilha de Marajó Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
São Sebastião da Boa Vista/PA

121. Processo nº 29103.000331/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Marano Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Garanhuns/PE

122. Processo nº 53640.001603/1993
(Período de 1993/2003)
Diamantina Rádio e Televisão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Salvador/BA

123. Processo nº 53770.000298/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Teresópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Teresópolis/RJ

124. Processo nº 29100.000087/1990
(Período de 1990/2000)
Rádio Mirante Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
São João da Boa Vista/SP

125. Processo nº 53800.000265/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Sociedade Rondônia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pimenta Bueno/RO

126. Processo nº 53830.001488/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Jornal de Nhandeara Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Nhandeara/SP

127. Processo nº 53830.000750/1994
(Período de 1994/2004)
Sistema Atual de Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itapevi/SP

128. Processo nº 50000.802953/1992
(Período de 1992/2002)
Rádio Siqueira Campos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Colinas do Tocantins/TO

129. Processo nº 53740.000033/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Tabajara de Londrina Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Londrina/PR

130. Processo nº 50790.000878/1993
(Período de 1993/2003)
Emissoras Riograndenses Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Pelotas/RS

131. Processo nº 50830.001559/1993
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Itararé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itararé/SP

132. Processo nº 50830.001549
(Período de 1994/2004)
Rádio Clube de Jacareí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Jacareí/SP

133. Processo nº 53640:002001/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Jornal de Itabuna S.A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Itabuna/BA

134. Processo nº 53710.000163/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Cultura de Uberlândia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Uberlândia/MG

135. Processo nº 53650.000377/1994
(Período de 1994/2004)
TV Cidade de Fortaleza Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Fortaleza/CE

136. Processo nº 53770.000175/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Imperial de Petrópolis Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Petrópolis/RJ

137. Processo nº 50720.000119/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Cube do Pará PRC-5 Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical
Belém/PA

138. Processo nº 50610.000165/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio Gazeta de Alagoas Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maceió/AL

139. Processo nº 50630.000154/1993
(Período de 1993/2003)
Rede Amazonense de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Maués/AM

140. Processo nº 53640.000056/1996
(Período de 1996/2006)
Rádio Euclides da Cunha Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Euclides da Cunha/BA

141. Processo nº 53640.000963/1994
(Período de 1995/2005)
Rádio Tribuna do Vale do São Francisco Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Xique-Xique/BA

142. Processo nº 53790.000205/1994
(Período de 1994/2004)
Rádio Tapense S. A.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Tapes/RS

143. Processo nº 53830.000522/1995
(Período de 1995/2005)
Rádio Santos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Santos/SP

144. Processo nº 53640.000882/1995
(Período de 1996/2006)
Rádio Barra do Mendes Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Barra do Mendes/BA

145. Processo nº 50790.000887/1993
(Período de 1993/2003)
Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda. Serviço de radiodifusão sonora em onda média Pelotas –RS

146. Processo nº 29110.000169/1991
(Período de 1991/2001)
Carajás FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Belém/PA

147. Processo nº 29780.000083/1992

(Período de 1993/2003)
Mossoró Rádio Sociedade Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda média Mossoró/RN

148. Processo nº 50830.000112/1993
(Período de 1993/2003)
Rádio São Carlos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em onda tropical São Carlos/SP

149. Processo nº 50770.000119/1993
(Período de 1993/2003)
S.A. Rádio Tupi
Serviço de radiodifusão sonora em onda média
Rio de Janeiro/RJ

150. Processo nº 53770.000203/1993
(Período de 1993/2003)
Serra e Mar Transmissões Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Angra dos Reis/RJ

Processos que permanecem no Ministério das Comunicações aguardando complementação da documentação:

1. Processo nº 53830.001353/1999
(Período de 1999/2009)
Rádio Vale do Rio Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Miguelópolis/SP

2. Processo nº 53670.000161/1998
(Período de 1998/2008)
Fundação Igreja Evangélica Assembléia de Deus Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Firminápolis/GO

3. Processo nº 53720.000438/1998
(Período 1998/2008)
Rádio Missões da Amazônia Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Óbidos/PA

4. Processo nº 53780.000354/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Novos Tempos Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias Ceará-Mirim/RN

5. Processo nº 536406000694/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Atalaia de Canavieiras Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias Canavieiras/BA

6. Processo nº 53650.001082/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Monólitos de Quixadá
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Quixadá/CE

7. Processo nº 53730000066/1997
(Período de 1997/2012)
Televisão Borborema Ltda.
Serviço de radiodifusão de sons e imagens
Campina Grande/PB

8. Processo 53710.001392/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Emissora Musirama Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Sete Lagoas/MG

9. Processo nº 53730.000989/1996
(Período 1997/2007)
Rádio Progresso de Sousa Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Sousa/PB

10. Processo nº 53730.000265/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Serrana Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Araruna/PB

11. Processo nº 53103.000137/2000
(Período 1998/2008)
Rádio Manguaba do Pilar Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Pilar/AL

12. Processo nº 53690.000297/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Tangará Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Tangará da Serra/MT

13. Processo nº 53650.000025/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio FM de Icaraí Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Caucaia/CE

14. Processo nº 53790000122/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Maraú FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada

Maraú/RS

15. Processo nº 53740.000429/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Difusora Ubiratanense Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ubiratã/PR

16. Processo nº 53650.001632/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Pioneira de Forquilha Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Forquilha/CE

17. Processo nº 53690.000213/2001
(Período de 2001/2011)
Rádio Industrial de Várzea Grande Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Várzea Grande/MT

18. Processo nº 53690.000253/1998
(Período de 1998/2008)
Floresta Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Alta Floresta/MT

19. Processo nº 53790.001438/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Itaramã Ltda.
Serviço de radiodifusão em freqüência modulada
Tramandaí/RS

20. Processo nº 53760.000348/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Heróis do Jenipapo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Campo Maior/PI

21. Processo nº 53730.000015/1997
(Período de 1997/2007)
Sistema Regional de Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Sousa/PB

22. Processo nº 53000.000841/2001
(Período de 2001/2011)
Brasília Comunicação Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada Brasília/DF

23. Processo nº 53670.000380/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Caiapó Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Rio Verde/GO

24. Processo nº 53650.001234/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio a Voz de Itapajé Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias Itapajé/CE

25. Processo nº 53730.000962/1996
(Período de 1997/2007)
Rádio Bonsucesso Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Pombal/PB

26. Processo nº 53740.001062/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Integração do Oeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Corbélia/PR

27. Processo nº 53103.000925/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Betel Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Recife/PE

28. Processo nº 53640.000481/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Porto Brasil FM Estéreo Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Porto Seguro/BA

29. Processo nº 53630.000245/2001 (Período de 2001/2016)
Sistema Meridional de Comunicação Ltda. Serviço de transmissão de sons e imagens Porto Velho/RO

30. Processo nº 53740.000518/2001 (Período de 2001/2011)
Rede Integração de Comunicação Ltda. Serviço de radiodifusão em ondas médias Toledo/PR

31. Processo nº 53740001128/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio Sociedade Rural S/C Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Astorga/PR

32. Processo nº 53820.000446/1997
(Período de 1997/2007)

Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Criciúma/SC

33. Processo nº 53650.000828/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Sucesso FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Maracanaú/CE

34. Processo nº 53730.000328/1999
(Período de 2000/2015)
Televisão Cabo Branco Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens João Pessoa/PB

35. Processo nº 53730.000666/1997
(Período de 1998/2008)
Rádio FM Itatiunga Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Patos/PB

36. Processo nº 53830.001214/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora
Presidente Prudente/SP

37. Processo nº 53720.000769/1999
(Período 2000/2015)
RBA – Rede Brasil Amazônia de Televisão Ltda.
Serviço de transmissão de sons e imagens Belém/PA

38. Processo nº 53730.000243/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda
Serviço de radiodifusão sonora
Mamanguape/PB

39. Processo nº 53710.000909/1998
(Período de 1998/2008)
Fundação Educativa Pio XII
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Juiz de Fora/MG

40. Processo nº 53740.000010/1997
(Período de 1997/2007)
Rádio FM Vale do Nordeste Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Moreira Sales/PR

41. Processo 53700.000908/1998
(Período de 1998/2008)
Rádio Regional Piravevê Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Ivinhema/MS

42. Processo nº 53103.000296/1998
(Período de 1998/2008)
Metropolitana FM Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada
Caruaru/PE

43. Processo nº 53690.000253/1998
(Período de 1998/2008)
Floresta Radiodifusão Ltda.
Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias
Alta Floresta/MT

MENSAGEM N° 1.087, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 9 de dezembro de 2002, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Rio das Garças Ltda., na cidade de Itarema – CE (Onda Média);

2 – Rádio Mirante do Maranhão Ltda., na cidade de Imperatriz – MA (Onda Média);

3 – Emissoras Santa Cruz S/a – Rádio e Televisão, na cidade de Pará de Minas – MG (Onda Média);

4 – Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda., na cidade de Monte Alegre de Minas – MG (Onda Média);

5 – Rima Comunicações Ltda., na cidade de Várzea da Palma – MG (Onda Média);

6 – Rádio Educação e Cultura de Rio Claro Ltda., na cidade de Rio Claro – SP (Onda Média);

7 – Rádio Mulher Ltda., na cidade de São Paulo – SP (Onda Média);

8 – Rádio E Televisão Record S/A, na cidade de São Paulo – SP (Onda Média);

9 – Rádio Novas De Paz Ltda., na cidade de Curitiba – PR (Onda Curta); e

10 – Televisão Capixaba Ltda., na cidade de Vitória – ES (sons e imagens).

Brasília, 11 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 01-76 EM 00001.008849/2002-91

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itarema, Estado do Ceará (Processo nº 53650.002844/98);

- **RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão (Processo nº 53680.000089/96);

- **EMISSORAS SANTA CRUZ S/A. – RÁDIO E TELEVISÃO**, concessionária serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pará de Minas, Estado Minas Gerais (Processo nº 53710.000134/98);

- **RÁDIO CENTRAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000448/00);

- RIMA COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Varzea da Palma, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000904/98)

- **RÁDIO EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.001231/96);

- RÁDIO MULHER LTDA., concessionaria do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000150/94);

- RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000106/93);

Fls. 2 da MC 01478 EM, de 21/11/2002

- **RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo nº 53770.000257/98);

- **TELEVISÃO CAPIXABA LTDA.**, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53770.001235/9[illegible]).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente,

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2002.

Renova concessão das entidades que menciona explorar serviços de radiodifusão, e dá providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora:

I - em onda média:

a) RÁDIO RIO DAS GARÇAS LTDA., a partir de 13 de março de 1999, na cidade de Itarema, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 83.059, de 19 de janeiro de 1979, originariamente na cidade de Acaraú, Estado do Ceará, e transferida para a localidade de Itarema, conforme Decreto nº 94.146, de 26 de março de 1987 (Processo nº 53650.002844/98);

b) RÁDIO MIRANTE DO MARANHÃO LTDA., a partir de 1º de agosto de 1996, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, outorgada pelo Decreto nº 92.985, de 24 de julho de 1986 (Processo nº 53680.000089/96);

c) EMISSORAS SANTA CRUZ S/A - RÁDIO E TELEVISÃO, a partir de 18 de maio de 1998, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, outorgada originariamente à Emissoras Santa Cruz Ltda., pelo Decreto nº 81.565, de 13 de abril de 1978, autorizada a mudar a sua denominação social e seu tipo societário para os atuais, conforme Portaria nº 249 de 28 de abril de 1983, retificada pela Portaria nº 152, de 3 de abril de 1984, e renovada pelo Decreto nº 96.838, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53710.000134/98);

d) RÁDIO CENTRAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA., a partir de 8 de abril de 2000, na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, autorizada originariamente à Rádio Difusora de Monte Alegre de Minas Ltda., pela Portaria nº 62, de 2 de abril de 1980, outorgada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 566, de 29 de setembro de 1983, e renovada pelo Decreto de 14 de fevereiro de 1997, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 88, de 12 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 15 subseqüente (Processo nº 53710.000448/00);

e) RIMA COMUNICAÇÕES LTDA., a partir de 31 de outubro de 1998, na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 96.817, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53710.000904/98);

f) RÁDIO EDUCAÇÃO E CULTURA DE RIO CLARO LTDA., a partir de 19 de novembro de 1999, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rádio Educação e Cultura de Rio Claro S/A, pela Portaria nº 530, de 1º de setembro de 1969, autorizada a

mudar o seu tipo societário para o atual, conforme Portaria nº 1345, de 20 de agosto de 1979, renovada pela Portaria nº 66, de 7 de abril de 1980, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude do aumento da potência de sua estação transmissora, nos termos da Portaria nº 1.265, de 29 de agosto de 1980 (Processo nº 53830.001231/99);

g) RÁDIO MULHER LTDA., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 709, de 13 de agosto de 1953, e renovada pelo Decreto nº 91.014, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 50830.000150/94);

h) RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A, a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 392, de 25 de outubro de 1935, renovada pelo Decreto nº 88.573, de 2 de agosto de 1983, como Rádio Record S/A., e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 355, de 26 de outubro de 1998 (Processo nº 50830.000106/93);

II - em onda curta: RÁDIO NOVAS DE PAZ LTDA., a partir de 22 de junho de 1998, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 96.147, de 10 de junho de 1988 (Processo nº 53740.000257/98).

Art. 2º Fica renovada, pelo prazo de quinze anos, a partir de 8 de abril de 2002, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, outorgada à TELEVISÃO CAPIXABA LTDA., pelo Decreto nº 94.124, de 20 de março de 1987 (Processo nº 53770.001235/01).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação das concessões somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da Repú...

Emissoras Santa Cruz Rádio e Televisão Ltda
CNPJ 18.416.750/0001-04
CONTRATO SOCIAL

D. José Belvino do Nascimento, brasileiro, solteiro, Sacerdote, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 503, Centro, Divinópolis-MG, cep 35.500-027, doc. ident. M 3.099.290 SSPMG, cpf 115.828.126-91;

Pe. Geraldo Gabriel de Bessa, brasileiro, solteiro, Sacerdote, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 503, Centro, Divinópolis-MG, cep 35.500-027, doc. ident. M 4.240.055 SSPMG, cpf 531.385.116-00;

Pe. Moacir Chagas Tavares, , brasileiro, solteiro, Sacerdote, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 503, Centro, Divinópolis-MG, cep 35.500-027, doc. ident. M 3.627.779 SSPMG, cpf 176.169.566-53;

Pe. Clever Geraldo de Souza, , brasileiro, solteiro, Sacerdote, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 503, Centro, Divinópolis-MG, cep 35.500-027, doc. ident. M 16.895.997SSPMG, cpf 048.085.578-19;

Pe. José Carlos de Souza Campos, , brasileiro, solteiro, Sacerdote, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 503, Centro, Divinópolis-MG, cep 35.500-027, doc. ident. M 4.197.267 SSPMG, cpf 620.841.606-00;

Anita Marinho Melgaço Barbosa, brasileira, viúva, do lar, residente e domiciliada na Rua do Rosário, 17, ap. 31, Pará de Minas – MG, cep 35.660-032, doc. ident. M – 3.546.241 SSPMG, cpf 005.895.876-25

José Xavier Barbosa, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, aposentado, residente e domiciliado na Rua Raimundo Menezes, 55 – Bairro Azambeque, Pará de Minas – MG., cep 35.661-213, doc. ident. MG 823.395 SSPMG, cpf 010.691.956-34;

Ramiro Melgaço Barbosa, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, aposentado, residente e domiciliado na Rua Raimundo Menezes, 55, Bairro Azambeque, Pará de Minas – MG, cep 35.661-213, doc. ident. M 1.670.639 SSPMG, cpf 012.771.626-20;

Enia de Sales Melgaço Barbosa, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, doméstica, residente e domiciliado na Rua Raimundo Menezes, 55, Bairro Azambeque, Pará de Minas – MG, cep 35.661-213, doc. ident. M 6.206.124 SSPMG, cpf 908.759.826-20;

Rosangela de Sales Barbosa, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, doméstica, residente e domiciliado na

QUOTISTAS	Nº DE QUOTAS	VALOR UNITÁRIO QUOTAS	PARTICIPAÇÃO CAPITAL R$	%
D. José Belvino do Nascimento	1.173.862	0,05	58.693,10	45,1176630[illegible]8
Pe. Geraldo Gabriel de Bessa	489.301	0,05	24.465,05	18,806499996
Pe. Moacir Chagas Tavares	303.545	0,05	15.177,25	11,666881820
Pe Clever Geraldo de Souza	303.427	0,05	15.171,35	11,662345450
Pe José Carlos de Souza Campos	303.427	0,05	15.171,35	11,662336360
Anita Marinho Melgaço Barbosa	26.313	0,05	1.315,65	1,011363636
José Xavier Barbosa	786	0,05	39,30	0,030218182
Ramiro Melgaço Barbosa	553	0,05	27,65	0,021245455
Enia de Sales Melgaço Barbosa	276	0,05	13,80	0,010622727
Rosangela de Sales Barbosa	69	0,05	3,45	0,002659091
José Nilton da Silva Barbosa	69	0,05	3,45	0,002654545
Roselene Sales Barbosa de Souza	69	0,05	3,45	0,002654545
Rosemary de Sales Barbosa	69	0,05	3,45	0,002654545
Totais	2.601.766		130.088,30	100,00

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

Parágrafo Segundo: É vedado o ingresso na sociedade a estrangeiros, podendo desta forma ser admitidos somente brasileiros.

Parágrafo Terceiro: a) As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e não caucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros e a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO, DE INÍCIO DE ATIVIDADES
O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve o início das atividades em 31 de dezembro de 1973, tendo Licença para Funcionamento de Estação nº 034512/97DMCMG do Ministério das Comunicações

CLÁUSULA SEXTA – A ADMINISTRAÇÃO E USO DO NOME COMERCIAL:
A sociedade será administrada por uma diretoria composta de 3 (três) membros, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos à qualquer tempo e denominados: Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente e Diretor Financeiro, aos quais são conferidos plenos e amplos poderes para praticar todos os atos normais de gerência e administração na defesa dos interesses da sociedade, em juízo ou fora dele, sendo vedado o uso da denominação em negócios estranhos à sociedade bem como aval, fiança, em benefício próprio ou de terceiros. Poderes que serão exercidos pelos Diretores, isoladamente.
Neste ato são eleitos e mantidos na administração, os eleitos em AGO/AGE2003, sendo: Diretor Presidente Pe. Geraldo Gabriel de Bessa, já qualificado; Diretor Vice Presidente Dom José Belvino do Nascimento, já qualificado; Diretor Financeiro Pe Cléver Geraldo de Souza, já qualificado, cujo mandato, excepcionalmente, tem seu término em 30 de abril de 2005.

Parágrafo Primeiro – Fica facultado aos Diretores, nomearem procuradores para um período determinado que nunca poderá exceder a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

Parágrafo Segundo – A sociedade poderá ter ainda outros administradores, não sócios, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros natos;

CLÁUSULA SÉTIMA – RETIRADA PRÓ-LABORE:
O quotista administrador terá direito a uma retirada mensal a título de "Pro-Labore", nunca inferior ao salário mínimo, que será levada a débito da conta de despesas administrativas.

CLÁUSULA OITAVA - LUCROS E/OU PREJUÍZOS:
Os Lucros e/ou Prejuízos apurados em Balanço a ser realizado após o término do exercício social serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente às quotas de capital de cada um, podendo os sócios todavia, optarem pelo aumento de capital utilizando os Lucros e/ou pela compensação dos prejuízos em exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA – DELIBERAÇÕES SOCIAIS:
As deliberações sociais somente serão aprovadas se em conformidade com o artigo 1076 do Código Civil/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA – FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS:
A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos, se aprovados em conformidade com o artigo 1076 do Código Civil/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TRANSFERÊNCIA:
Os sócios poderão ceder ou alienar por qualquer título sua respectiva quota a terceiro sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem, observando o seguinte:
I – Os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;
II – Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE:
A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, mas prosseguirá com os remanescentes, pagando a sociedade aos herdeiros do falecido, sua quota de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados até a data do falecimento, pela seguinte forma: 20% (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinqüenta por cento) no prazo de doze meses, a contar da data do falecimento do sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS
O quadro de funcionários da sociedade será sempre constituido no minimo de 2/3 de brasileiros;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DECLARAÇÕES DOS SÓCIOS
Para os efeitos do disposto no art. 1.011 do Código Civil, os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos ali ou em lei especial, que possam impedi-los de exercer a administração da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS E ARBITRAGEM
Os casos omissos neste contrato serão regidos pelas disposições gerais constantes da Legislação em vigor, Lei nº 10.406 de 10/01/2002 e Lei nº 6404/76, obedecidas, ainda, as disposições e regulamentos emanados dos órgãos do Ministério da Comunicações, que controlam ou venham a controlar as atividades nas quais se enquadre a EMISSORAS SANTA CRUZ RADIO E TELEVISÃO LTDA.

E, estando assim justos e contratados assinam este instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual forma e teor e para o mesmo efeito, na presença das (2) duas testemunhas abaixo

Pará de Minas - MG., 27 de abril de 2004.

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos para que fosse lavrada esta ata que, depois de lida e achada conforme vai assinada pelos presentes. (a) Pe. – Geraldo Gabriel de Bessa, Presidente – (a) Rosano Oliveira Gonçalves – Secretário - Acionistas: (a) D. José Belvino do Nascimento, (a) Pe. Geraldo Gabriel de Bessa, (a) Pe. Moacir Chagas Tavares, (a) Pe. Clever Geraldo de Souza, (a) Pe. José Carlos de Souza Campos, (a) Anita Marinho Melgaço Barbosa, (a) José Xavier Barbosa, (a) Ramiro Melgaço Barbosa, (a) Enia de Sales Melgaço Barbosa, (a) Rosangela de Sales Barbosa, (a) José Nilton da Silva Barbosa, (a) Roselene Sales Barbosa de Souza, (a) Rosemary de Sales Barbosa . Testemunhas: Ricardo Antônio Roland de Souza – CI M – 2.851.171 SSPMG; Simone Sapucaia Roland Taboada – CI M –2.976.933 SSPMG.

Confere com o original transcrito nas páginas de nº 35 a 40V, no livro Registro de Atas das Assembléias Gerais, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob nº 253292 em 16/06/1983

Pará de Minas, 27 de abril de 2004

(a) Rosano Oliveira Gonçalves - Secretário da AGO/AGE

(a) Ronaldo Sales do Nascimento
OABMG 35661

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO.: 3269593
DATA: 29/12/2004 PROTOCOLO: 048899542
EMISSORAS SANTA CRUZ RADIO E TELEVISAO LTDA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 463, DE 2007

(nº 306/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 121 de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.086, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 121, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

Brasília, 13 de dezembro de 2006. – **Luiz Inácio da Silva**

MC Nº 137 EM

Brasília, 5 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa, no Município de Terra Roxa, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53830.000808/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – *Assinado eletronicamente por:* **Helio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 121 DE 23 DE MARCO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000808/99 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0603 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa, com sede na Marginal Rio Pardo, s/nº 9, Bairro Loteamento Porto Feliz, no município de Terra Roxa, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º43'11"S e longitude em 40º19'32"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa.**

RELATÓRIO Nº 106/2005/ RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.830.000.808/99 protocolizado em 30 de abril de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Desportiva, Cultural e Comunitária de Terra Roxa, Município de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Desportiva, Cultural e Comunitária de Terra Roxa inscrita no CNPJ sob o número 3.103.159/0001-20, no Estado de São Paulo, com sede na Marginal Rio Pardo, s/nº, Loteamento Porto Feliz, Município de Terra Roxa, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de abril de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU,** de 9 de setembro de 1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua José Semarchi, nº 252, Jardim São Paulo, no município de Terra Roxa, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 20º46'27"S de latitude e 48º19'47"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 58, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de análise de instalação da estação de RadCom, houve justificativa às fls. 300.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **c**, **e**, **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária comprovando o devido registro da ata de constituição e do estatuto social da entidade, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente, declaração de que a entidade não possui vínculos de subordinação com outra entidade e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 60 a 298).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 294 e 295, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 299 e 300. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;

características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 298, dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos à maioridade e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 1/2004;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Desportiva, Cultural e Comunitária de Terra Roxa;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Devanir Amâncio	Presidente
Auro Aparecido Cavalini	Vice-Presidente
Élcio Antônio Bresqui	Secretário Geral
Carlos Alberto Braga Marques	1º Secretário
Rafael Rossi Abbes	2º Secretário
José Alfredo Botião Pedro	1º Tesoureiro
Joelson dos Santos	2º Tesoureiro
João Fernandes Braga Marques	D. de Esportes
Valtencir Schiavo	2º D. de Esportes

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Marginal Rio Pardo, s/nº, Loteamento Porto Feliz Município de Terra Roxa Estado de São Paulo.

• coordenadas geográficas

20º43'11" de latitude e 40º19'32" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 299 e 300, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 294 e 295 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Desportiva, Cultural e Comunitária de Terra Roxa, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.000.808/99, de 30 de abril de 1999.

Brasília, 25 de maio de 2005.

Relator da conclusão Jurídica
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1365433
SPRA/COPRA/CADEDOC/SC

Relator da conclusão Técnica
Chefe de Divisão / SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília 25 de maio de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior,** Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de maio de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende,** Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 106/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília 30 de maio de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Resende,** Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(Á Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 464, DE 2007

(nº 308/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associaçao Comunitaria de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 497 de 22 de setembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 525, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.951, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 615, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Beneficente Santo Antônio, na cidade de Couto Magalhães – TO;

2 – Portaria nº 364, de 17 de julho de 2003 – Associação Comunitária Cultural Capimense, na cidade de São Domingos do Capim – PA;

3 – Portaria nº 497, de 22 de setembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, na cidade de Goioerê – PR:

4 – Portaria nº 639, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva, no município de Arealva – SP;

5 – Portaria nº 645, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Barra do Ribeiro, na cidade de Barra do Ribeiro – RS;

6 – Portaria nº 681, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Rádio Comunitária Cincão, na cidade de Londrina – PR;

7 – Portaria nº 745, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Cultural Beneficente ElShadday, na cidade de Recife – PE; e

8 – Portaria nº 759, de 19 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas – PE, na cidade de Águas Belas – PE.

Brasília, 23 de agosto de 2004.

Brasília, 30 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo á integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes á autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.000764/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – *Assinado eletronicamente por:* **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 497, DE 22 DE SETEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000764/99 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1.104/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, com sede na Rua Maringá, nº 676, Jardim Curitiba, na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24º10'34"S e longitude em 53º01'01"W, utilizando a freqüência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 221/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53740000764/99, protocolizado em 27-9-99.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, localidade de Goioerê, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, inscrita no CNPJ sob o número 02.486.123/0001-00, no Estado do Paraná, com sede na Rua Maringá nº 676, Jardim Curitiba, cidade de Goioerê, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de agosto de 1998, retificado em 24 de setembro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União** – **DOU** de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencio-

nada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente**,** de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo circulo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua São Mateus do Sul, 590, centro, na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 24º30'00"S de latitude e 24º11'08"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-9-99.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 56, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I e II, da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, declaração do endereço da sede, comprovação das manifestações de apoio e apresentação do cartão do CNPJ da entidade, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 58 a 146).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fl. 112, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 145 e 146. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 147, dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;

–manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê;

• quadro diretivo

Presidente: Nezinho Alves de Macedo
Vice-Presidente: Conversão da Paz
Secretário: José Teixeira Vieira
Tesoureiro: Dorival Caselotto
Diretor Administrativo: Wanderlei Aparecido Pinheiro

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Maringá nº 676, centro, cidade de Goioerê, Estado do Paraná;

• coordenadas geográficas

24º10'34"S de latitude e 53º01'01"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 145 e 146, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fl. 112, que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740000764/99, de 27 de setembro de 1999.

Brasília, 11 de agosto de 2003.

Relator da conclusão Jurídica
Cristiane Cavalheiro Rodrigues
Chefe de Serviço/SSR

Relator da conclusão Técnica
Ana Maria dos Santos e Silva
Chefe de Serviço – SSR

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 14 de agosto de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto,** Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 13 de agosto de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende,** Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 221/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 14 de agosto de 2003. – **Eugênio Oliveira Fraga,** Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 465, DE 2007

(Nº 310/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.554 de 22 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 443

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art, 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.554, de 22 de novembro de 2002, que renova, por dez anos, a partir de 17 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

Brasília, 7 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Brasília, 1º de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 2.554 de 22 de novembro de 2002, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local, na cidade de Mallet, Estado do Paraná, cuja outorga foi deferida nos termos da Portaria nº 101, de 24 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União em 25 subseqüente, tendo começado a vigorar em 17 de junho de 1991, data da publicação, no Diário Oficial da União, do Decreto Legislativo nº 161, de 14 de junho de 1991, que aprovou a portaria supra.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53740.000076/01, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**

PORTARIA Nº 2.554, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000076/01, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local, na cidade de Mallet, Estado do Paraná, cuja outorga foi deferida pela Portaria nº 101, de 24 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União em 25 subseqüente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

PARECER Nº 276/2002/DMC

Referência: Processo nº 53740.000076/01

Interessada: Rádio Clube de Mallet Ltda.
Assunto: Renovação de outorga
Ementa: Permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo final em 17-6-01.
Pedido apresentado tempestivamente.
Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento
A Rádio Clube de Mallet Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mallet, Estado do Paraná, requer renovação do prazo de vigência de sua outorga, cujo termo final ocorreu em 17 de junho de 2001.

I – Dos Fatos

Através da Portaria nº 101, de 24-7-89 – DOU de 25-7-89, foi outorgada permissão à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

A outorga em questão começou a vigorar em 17-6-91, data da publicação no Diário Oficial da União do Decreto Legislativo nº 161, de 14-6-91, que aprovou o ato de outorga.

I – Do Mérito

O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses que foram mantidos pela atual Constituição (art. 22, § 5º).

Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, determina que:

"Art. 27. Os prazos de concessão e de permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão."

De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término da vigência da outorga.

O prazo de vigência desta permissão teve seu final em 17-6-01, tendo sido o pedido de renovação da outorga ora em exame protocolado nesta Delegacia em 8-3-01, dentro do prazo legal.

A requerente tem seus quadros societário e diretivo originais aprovados pelo Poder Concedente, conforme Portaria MC nº 101, de 24-7-89, que outorgou a permissão para executar o serviço:

Quadros societário e diretivo originais:

COTISTAS	COTAS	VALOR CZ$
Cesar Loyola Flenik	2.000.000	2.000.000,00
Arilza Flenik	1.000.000	1.000.000,00
TOTAL	**3.000.000**	**3.000.000,00**

SÓCIO - GERENTE: Arilza Flenik

A emissora encontra-se operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme demonstrado às fls. 30.

É regular a situação da entidade perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, conforme demonstrado às fls. 27 e 28.

Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão, verificou-se que a entidade e seus dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo artigo 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

III – Conclusão

Diante do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos ao Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão/SSR/MC, para prosseguimento.

É o parecer.

Curitiba, 9 de gosto de 2002. – **Mirellan Dias Melhado**, Advogada.

De acordo.

Encaminhe-se ao Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão/SSR/MC, para prosseguimento.

Curitiba, 9 de agosto de 2002. – **Tereza Fialkoski Dequeche**, Delegada.

Processos: 53740.000076/01

Entidade: Rádio Clube de Mallet Ltda.

Ao Dr. Marcus Vinícius Lima Franco para análise e parecer.

Brasília, 29 de outubro de 2002. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 466, DE 2007

(Nº 313/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 688 de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 219, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 688, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 4 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Brasília, 7 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações bené-

ficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53770.001269/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 688, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.770.001269/99 e do Parecer/MC/Conjur/GSL/nº 1.680 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança, com sede na Rua Maria Célia, nº 40, Bairro Nova Cidade, no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º48'41"S e longitude em 43º01'25"W, utilizando a freqüência de 105,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.

INFORMAÇÃO Nº 65/2006 – RADCOM /DOS/SSCE/MC- SLP

Referência: Processo nº 53.770.001.269-99 de 29-9-1999.

Objeto: Requerimento de outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança, na localidade de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro.

Conclusão: Processo instruído.

Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, formulado pela Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança.

Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a Nota/MC/Conjur/GAT/nº 481-1.08/2005, datada de 21-7-2004, foram apontadas as seguintes pendências: necessidade de esclarecimentos acerca do item 14 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação.

Desta forma, seguiram-se diligências para a apresentação da referida documentação, tendo sido a mesma encaminhada pela requerente, complementando a documentação instrutória do processo.

Vale ressaltar que a atual diretoria da entidade está composta dos seguintes membros:

Presidente: João Batista da Silva
Vice-Presidente: João Carlos da Silva
1º Secretário: Antônio Egberto Batista Melo
2º Secretário: Antônia Souza Lúcio da Silva
1º Tesoureiro: Eriberto Antônio da Silva
2º Tesoureiro: Gisele Arantes da Silva
1º Dir. Patrimônio: Antônio Alexandrino Filho
2º Dir. Patrimônio: José Roberto Pereira Machado

Frente ao saneamento do processo e ainda, considerando o Relatório nº 31/2005-DOSR/SSR/MC, este Departamento conclui que toda a documentação constante dos autos encontra-se de acordo com a legislação atinente.

Face ao exposto, faz-se mister o retorno dos autos à Consultoria Jurídica, para apreciação do relatado, no sentido de conceder a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

Brasília, 24 de julho de 2006. – **Sibela Leandra Portella Matias**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 24 de julho de 2006. – **Alexandra Luciana Costa**, Diretora do Departamento de Outorga de Serviços Substituta.

Aprovo a Informação nº 35-2006/Radcom/DOS/SSCE/MC – SLP. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 24 de julho de 2006. – **Joanilson Laércio Barbosa Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 467, DE 2007

(Nº 315/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 166, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 374, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 166, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Brasília, 15 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Brasília, 7 de maio de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu, no Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53740.000793/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 166, DE 12 DE ABRIL DE 2007

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000793/99 e do Parecer/MC/Conjur/PAS/Nº 2.529 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu, com sede na Rua Alecrim, nº 1572 – Centro, no Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º27'13"S e longitude em 52º54'11"W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.

RELATÓRIO Nº 122/2006/RADCOM /DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53740.000793/99, protocolizado em 7 de outubro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu, Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu, inscrita no CNPJ sob o nº 2.063.145/0001-67, no Estado do Paraná, com sede na Rua Alecrim, nº 1.572 – Centro, no Município de Quedas do Iguaçu, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 22 de setembro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União** – **DOU** de 9-9-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontra abaixo explicitada:

> **a**) Associação Fraternal e Cultural de Quedas do Iguaçu – Processo nº 53740.000472/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: O motivo que ocasionou o arquivamento do processo foi examinado face a apresentação de pedido de reconsideração. No entanto o pedido não foi acatado, frente às seguintes considerações: embora a requerente tenha solicitado a reconsideração da decisão que culminou no arquivamento do processo, deixou de encaminhar a documentação descrita no Ofício nº 902/02 de 20-2-2002, permanecendo inalterado o motivo que originou seu arquivamento, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 13.405/04, datado de 16 de julho de 2004, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Salientese que, frente à ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004, de 26-1-2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Alecrim, 1572 – Centro, no Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25º27'00"S de latitude e 52º55'00"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 43, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre

coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom, houve justificativa à folha 204.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas a, c, e, g, h e j, da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, Certidão Cartorária, declaração Fantasia e CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada norma (fls. 132 e 133).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 131, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 203 e 204. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 241, dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;

–• manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas h, i e j da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados.

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu;

• **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Sebastião Pinto da Luz	Presidente
Hermógenes Joel Szulc	Vice Presidente
Adriana Museka	Secretária
Luciana Alves de Godois	2ª Secretária
Vilmar José Branco dos Santos	Tesoureiro
Édson da Luz	2º Tesoureiro
Flávio da Luz	Dir. Operações
José Anderson Vieira de Oliveira	Vice Dir. Operações
Arlindo Pinto da Luz	Dir. Cult. Com. Social
Gevanildo José Nogueira	Vice Dir. Cult. Com. Social
Adilson Carlos Branco dos Santos	Dir. Patrimônio

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Alecrim, nº 1572 – Centro, município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná;

• coordenadas geográficas

25º27'13" de latitude e 52º54'11" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 203 e 204, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 131 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740.000793/99, de 7 de outubro de 1999.

Brasília, 16 de maio de 2006.

Relator da conclusão Jurídica
Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1366009
SERAC/CORAC/DEOC/SC

Relator da conclusão Técnica
Regina Aparecida Monteiro
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat 1320958
SENGR/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, de maio de 2006. – **Sibela Leandra Portella Matias**, Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, de maio de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende,** Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 122/2006/Radcom/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de maio de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2007

(Nº 327/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 778, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 210, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 778, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 3 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Brasília, 14 de dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente Cristã de Ilhota, no Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.021.388/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 778, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.021.388/04 e do Parecer/MC/Conjur/GSL/nº 1388–1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota, com sede na Av. Joleto Valgas, nº 33, Centro, no Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26°54'11"S e longitude em 48°49'31"W, utilizando a freqüência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.

RELATÓRIO Nº 34/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53000.021.388/04 protocolizado em 17 de maio de 2004.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Beneficente Cristã de Ilhota, Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

I – Introdução

1. A Associação Beneficente Cristã de Ilhota inscrita no CNPJ sob o número 79.365.227/0001-90, no Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Joleto Valgas, nº 33, Centro, Município de Ilhota, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de abril de 2004, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 28-1-2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na rua Zelindro Furlane, nº 596, no Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26°54'25"S de latitude e 48°49'38"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 60 e 61, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata

de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom, houve justificativa às fls. 114.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária comprovando o devido registro da ata de fundação da entidade, declaração de que a entidade não possui vínculos de subordinação com outra entidade, ata de definição da real denominação da entidade e cópia do CNPJ retificado da requerente, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 68 a 112).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 101, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar nº 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 113 e 114. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 112, dos autos, corresponde ao que se segue: Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004; ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98; comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes; manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade; Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar nº 1/2004; declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h**, **i** e **j** da Norma Complementar nº 1/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade.

• nome

Associação Beneficente Cristã de Ilhota;

• quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Manoel Venâncio Martins Sobrinho	Presidente
Manoel Martins	Vice-Presidente
Paulo Roberto Drun	1º Secretário
Suzana Rockel Fernandes	2ª Secretária
Aurélio Degan	1º Tesoureiro
Moisés Francisco	2º Tesoureiro
Luiz Antônio Lessa	D. Patrimônio

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Joleto Valgas, nº 33, Centro, Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

• coordenadas geográficas

26°54'11" de latitude e 48°49'31" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 113 e 114, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 101 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Beneficente Cristã de Ilhota, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.021.388/04, de 17 de maio de 2004.

Brasília, 2 de fevereiro de 2006.

Relator da conclusão jurídica
Chefe de Serviço
SENGR/CORAC/DEOC/SC

Relator da conclusão técnica
Ana Maria dos Santos e Silva
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1333096
SENGR/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 2 fevereiro de 2006. – **Sibela Leandra Portella Matias,** Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 2 de fevereiro de 2006. – **Carlos Alberto Freire Resende,** Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 34/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de fevereiro de 2006. – **Joanilson L. B. Ferreira,** Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnológia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 469, DE 2007

(Nº 328/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 381, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 170, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 18 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Brasília, 18 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 94/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Ultra FM Ltda. (Processo nº 53770.000947/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 170, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53770.000947/2000, Concorrência nº 94/2000-SSR/MC, e do Parecer/Conjur/MC nº 317, de 30 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Ultra FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

CONTRATO SOCIAL DA FIRMA " RÁDIO ULTRA FM LTDA ".

Os abaixo assinados, **MARIA EULALIA GOMES VIEIRA**, Brasileira, Casada, Viúva,Comerciante, residente e domiciliada à Rua Maria Loureiro, nº 14 – Bairro Ibes – Vila Velha - ES, CEP 29.108-790 , nascida em 12/02/1934, filha de Maria das Dores Gomes, portadora da carteira de identidade nº 539.655 SSP/ES, expedida em 27/03/1999, CPF nº 215.980.297-20, natural do Espirito Santo - ES,**JACYBERA BARROSO MEDICI**, Brasileira, Viúva, Comerciante, residente e domiciliada à Rua C-2, S/N – Ed. Tocantins – Apto 101 – Bloco B – Bairro Andre Carloni - Serrra - ES, CEP 29.160-000, nascida em 04/07/1930, filha de Mario Barroso e Balbina Mello Barroso, natural de Anchieta - ES, portadora da carteira de Identidade nº 92.150 SSP/ES, CPF 157.240.187-72,e **LEA MARIA MARCONI DE MACEDO**,Brasileira, Solteira, Pedagoga, residente e domiciliada à Rua Henrique Moscoso, n.º 722 – Centro – Vila Velha – ES, CEP 29.100-020, nascida em 06/04/1955, filha de Bráulio Macedo e Dulce Marconi Vidigal, portadora da carteira de identidade n.º 279.084 SSP/ES, CPF n.º 416.121.087-68 **COMPONENTES ÚNICOS DA SOCIEDADE PÔR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, que reger-se-a sob as cláusulas e condições seguintes :

CLÁUSULA PRIMEIRA : DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social de " **RÁDIO ULTRA FM LTDA** "

CLÁUSULA SEGUNDA SEDE

A sede social da sociedade será a Rua Maria Loureiro, n.º 14/A – Bairro Ibes – Vila Velha - ES, CEP 29.108-790, podendo também abrir e fechar filiais, sucursais, agências, em qualquer parte do país, a qualquer tempo e onde melhor lhe convier.

CLÁUSULA TERCEIRA: RAMO DE ATIVIDADE

A Sociedade se dedicará ao ramo de atividade relacionado com : Execução de serviços de rádio difusão AM, FM e TV, agencia de propaganda e publicidade em geral, prestação de serviços e consultoria na área de publicidade em geral. Comércio de equipamentos publicitários, aluguel de stands em feiras organizações de eventos publicitários, aluguel de out-door.

CLÁUSULA QUARTA: CAPITAL SOCIAL :

O capital social da sociedade será de R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais , dividido e representado pêlos sócios da seguinte forma :

	COTAS	VL.UNITÁRIO	TOTAL
Maria Eulalia G. Vieira	2.000	R$ 1,00	R$ 2.000,00
Jacybera Barroso Médici	2.000	R$ 1,00	R$ 2.000,00
Lea Maria M. de Macedo	2.000	R$ 1,00	R$ 2.000,00
TOTAL	**6.000**		**R$ 6.000,00**

O capital acima subscrito encontra-se neste ato totalmente integralizado em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUINTA : DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade será pôr tempo indeterminado, ficando responsabilidade de cada sócio na forma da lei, limitada ao total do capital social

CLÁUSULA SEXTA : TRANSFERENCIA :

Um sócio não poderá transferir ou vender parte ou totalidade de suas cotas, sem antes oferece-las aos outros sócios, que terão sempre a preferência principal. O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar aos outros sócios sua resolução com 90 (Noventa) dias de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA : DIRIGÊNCIA :

A dirigente e administradora da sociedade, será única e exclusivamente a sócia **MARIA EULALIA GOMES VIEIRA**, que assinará qualquer documento da referida firma,ficando as demais sócias, como sócias quotistas, sem direitos a retiradas, não podendo a denominação social ser empregada em negócios estranhos ao objetivo da sociedade tais como : **avais, endossos, fianças, etc...**

CLÁUSULA OITAVA : RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os lucros ou prejuízos verificados nos balanços realizados em 31 de dezembro de cada ano, serão distribuídos entre os sócios na proporção do capital subscrito pôr cada sócio.

CLÁUSULA NONA : RETIRADA PRO-LABORE :

No exercício da dirigência, a sócia MARIA EULALIA GOMES VIEIRA, perceberá a título pró-labore, a quantia a ser estipulada pêlos mesmos, observando as disposições legais relativas ao Imposto de Renda.

CLÁUSULA DÉCIMA : FALECIMENTO :

Em caso de falecimento de qualquer das partes contratadas, a firma continuará funcionar, podendo os herdeiros ou sucessores tomarem parte, desde que tenham condições legais, caso os herdeiros ou sucessores não queiram tomar parte, os mesmos receberão suas participações em 12 (doze) pagamentos iguais obedecidas a cláusula acima, ficando eleito o fórum da comarca de Vitória - ES, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : CRIMES :

Os sócios declaram, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercerem atividades mercantis.
E pôr estarem assim justos e contratados, mandaram digitar o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 2 (duas) testemunhas.

Vila Velha - ES, 22 de Março de 2000.

Maria Eulalia Gomes Vieira

Jacybera Barroso Medici

Léa Maria Marconi de Macedo

TESTEMUNHAS :

Rosemberg Campos Ferreira
CI nº 89.166 SSP/ES

Aldicéia Nascimento Ferreira
CI nº 277.620 SSP/ES

Cláudia Carla Antonacci
ADVOGADA
OAB/ES 7873

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/04/00
SOB O NÚMERO: 32200926493
Protocolo: 000129534
MARIA DAS GRACAS GOMES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA GERAL

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – Decisão Terminatoca)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2007

(Nº 330/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 642, de 22 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 28, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 642, de 22 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Brasília, 17 de janeiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Brasília, 4 de outubro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) explore o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53740.000923/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Hélio Calixto da Costa.**

PORTARIA Nº 642, DE 22 DE SETEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado das Comunicações**,** no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei n 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000923/1998 e do Conjur/MC/RBP/Parecer/nº 1607 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA), com sede na Avenida Iguaçu nº 470, Centro, no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art.2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25°29’18”S e longitude em 53°36’27”W, utilizando a freqüência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Hélio Costa,** Ministro de Estado das Comunicações.

RELATÓRIO Nº 188/2005/RADCOM/ DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53740.000923/1998, protocolizado em 24-8-98.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: ACOCALEMA – Assoc. Comunitária de Desenv. Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A ACOCALEMA – Assoc. Comunitária de Desenv. Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques, inscrita no CNPJ sob o número 02.083.205/0001-03, no Estado do Paraná, com sede na Av. Iguaçú nº 470 – Centro, Município de Capitão Leônidas Marques, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 13 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do 4º Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 18-3-99 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 1/2004.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Tancredo Neves com Travessa CGT, s/nº – Centro, no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25°29'01"S de latitude e 53°37'09"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, após a primeira análise mediante iniciativa da requerente.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas foram alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 340/41, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas **a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o e p** da Norma Complementar nº 1/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 2 a 364).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 354, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 1/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem

12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 344 a 364. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 2 a 364, dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 1/2004;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 1/2004;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas **h, i** e **j** da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• Nome

ACOCALEMA – Associação Comunitária de desenv. Artístico e cultural de capitão Leônidas Marques,

• Quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
VALDIR GNOATTO	DIRETOR GERAL
JOÃO CARLOS BELLEI	DIR. ADMINISTRATIVO
EMÍLIO DE OLIVEIRA	DIR. DE OPERAÇÕES

• Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Avenida Iguaçú, nº 470 – Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

• Coordenadas geográficas

25º 29' 18" de latitude e 53º 36' 27" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 366 a 369, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 354 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela ACOCALEMA – Associação Comunitária de desenv. Artístico e cultural de capitão Leônidas marques, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740.000923 de 13 de agosto de 1998.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Serviços.

Brasília, 31 de agosto de 2005. – **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 31 de agosto de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende,** Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 0188/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 31 de agosto de 2005. – **Joanilson Laércio Barbosa Ferreira**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnológia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 460 a 470, de 2007**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Ple-

nário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº 1, de 2007 do Senado Federal, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 74, de 2007**, que autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da administração indireta, a celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD com vista à alteração da modalidade de empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa (Fixed-Rate Single Currency Loan – SCL) para a modalidade de Margem Fixa (Fixed Spread Loan – FSL); e

– **Projeto de Resolução nº 75, de 2007**, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo – 2ª Etapa.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.398, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor à Rede Globo de Televisão pela série de reportagens, divulgadas no Jornal Nacional, sobre o período histórico da transferência da Corte portuguesa ao Brasil.

Justificação

A Rede Globo de Televisão vem divulgando, com inegável sucesso, uma série de reportagens que abordam, de forma didática e atrativa, o período histórico da transferência da, Corte portuguesa ao Brasil.

Como se sabe, tal período foi crucial para a construção das instituições nacionais, bem como para a formação do Estado nacional brasileiro.

Assim, com essa competente série de reportagens, a Rede Globo de Televisão contribui, de maneira significativa, para que a população brasileira tome consciência da formação histórica do seu País e da sua própria identidade.

Em vista do exposto, conclamamos os nobres pares a que apóiem esta propositura.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2007. – Senado **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82, DE 2007

Altera o art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer o quórum, para o início da Ordem do Dia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 162 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 162. A Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, às dezesseis horas, desde que presente, no mínimo, a maioria absoluta dos membros da Casa, salvo prorrogação nos termos do art. 158, § 6º. (NR)

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Prevê a Constituição, em seu art. 47, que as Casas do Congresso Nacional, como regra geral, deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Ora, tendo em vista esse comando constitucional, é evidente a omissão de nosso Regimento Interno, que permite o início da Ordem do Dia do Senado Federal mesmo que não haja registro de presença da maioria dos Senadores na Casa. Ou seja, o Regimento permite que o Senado abra a fase de deliberação de sua sessão sem que esteja preparado para tal.

Essa omissão, que não existe no Regimento da Câmara dos Deputados, acaba permitindo que se burle o texto constitucional.

Trata-se de falha que está a exigir correção imediata e urgente. Assim com, esse objetivo, estamos apresentando o presente projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2007. – Senador **Adelmir Santana.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 82, de 2007**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, **a**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 690, DE 2007

Acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação:

"Art. 51. .....

.....

XVII – obriguem o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

..... "(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os fornecedores de produtos e serviços que parcelam suas vendas geralmente impõem ao consumidor a cobrança de valores destinados a cobrir os custos de emissão do boleto bancário. Em recente audiência pública na Câmara dos Deputados, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Ricardo Morishita, considerou essa prática ilegal e injusta.

Segundo ele, compete ao credor oferecer todos os meios para a realização da cobrança, devendo, para isso, arcar com os custos envolvidos. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiram casos a favor dos consumidores e contra a cobrança de valores pela emissão do boleto bancário. No entendimento do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a prática de cobrar do consumidor as despesas relativas ao processamento, à emissão e ao recebimento de boletos de cobrança constitui vantagem manifestamente excessiva, na forma do inciso V do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. O objetivo deste projeto é explicitar ainda mais a vedação da cobrança e tornar claro que a sua prática é considerada abusiva.

Assim, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2007. – Senador **Gerson Camata.**

.....

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

SEÇÃO II
Das Cláusulas Abusivas

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

.....

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito em primeiro lugar, Senador Papaléo Paes.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senador Papaléo Paes, Senador Mesquita Júnior, Srªs e Srs. Senadores, hoje é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Tenho dedicado grande parte do meu mandato a tratar desse tema. Sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como Relator aqui no Senado o Senador Flávio Arns e, na Câmara, o Deputado Celso Russomanno.

Tem havido um debate sobre o tema em todo o País. É bom que as pessoas debatam, discutam idéias, mas seria muito bom também que não atacassem, de forma até desonesta, as pessoas e, sim, debatessem o tema.

Enfim, Sr. Presidente, o importante é lembrar que, em 1992, a ONU instituiu o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Desde então, pessoas de todo o mundo vêm intensificando os debates sobre as conquistas das pessoas com deficiência no âmbito dos Direitos Humanos.

Ao longo dos anos, muitos foram os debates em torno desse tema. E o debate é bom porque ele tem o objetivo de esclarecer e, com isso, gerar a adoção de políticas e de medidas que contribuam para a inclusão desses amigos e amigas, independentemente da idade, da cor, do sexo ou da religião em todas as áreas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a OIT dedica este ano ao direito de as pessoas com deficiência terem um trabalho digno em condições de igualdade com as demais.

De acordo com a pesquisa divulgada pela ONU, uma em cada dez pessoas no mundo tem algum tipo de deficiência. São aproximadamente 650 milhões de pessoas, das quais 450 milhões estão em idade de trabalhar.

Sr. Presidente, apesar de algumas dessas pessoas estarem no mercado de trabalho, o que o estudo nos mostra é que a maioria se encontra desempregada, discriminada e em situação de pobreza.

O estudo mostra ainda que cerca de 80% das pessoas com deficiência vivem nas zonas rurais dos países em desenvolvimento e têm pouco ou nenhum acesso aos serviços de que efetivamente necessitam.

Elas estão entre as que registram os maiores índices de desemprego, nem sempre estão amparadas em termos de previdência social, e muitas estão em subemprego.

É ruim, é triste lembrar que a pessoa com deficiência, para ter direito a receber um salário mínimo da Loas, tem de comprovar que a renda *per capita* da família não ultrapassa um salário mínimo. Essa questão nós já resolvemos em relação ao idoso, com a aprovação do Estatuto do Idoso.

Sr. Presidente, como já afirmamos, o estudo mostra que essas condições têm impacto direto na auto-estima do brasileiro.

O relatório nos lembra que, para atingirmos as Metas do Milênio, são necessários programas de proteção aos que se encontram em situação de fragilidade. Daí a necessidade de programas de ação sustentáveis para a geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e redução da pobreza, medidas capazes de gerar empregos decentes para as pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, o relatório mostra que, apesar dos avanços em relação à melhoria da qualidade de vida, a maioria ainda tem seus direitos violados. Infelizmente, essas pessoas ainda são atingidas – repito – pelo desemprego, pelo subemprego, baixos salários, discriminação e preconceito.

Por outro lado, ainda temos de dizer que tem havido mais acesso e mais conhecimento acerca dos assuntos que envolvem as pessoas com deficiência, com o debate que está acontecendo em todo o País em relação à convenção internacional e ao próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Isso, Srªs e Srs. Senadores, é prova de que avançamos e de que estamos no caminho para conquistar mais direitos para esses 27 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

Como todos sabemos, a barreira mais difícil de ultrapassarmos é aquela formada pelos preconceitos. Por isso, a luta dessas pessoas e de tantas outras atingidas por esse mal, o preconceito, nem sempre é rápida. Essa luta, com certeza, vai colhendo frutos. Em âmbito internacional temos a Convenção 159, de 1983, que trata da readaptação profissional e emprego para as pessoas ditas inválidas; há a Recomendação 195, de 2004, sobre o desenvolvimento de recursos humanos; o Repertório de Recomendações Práticas sobre a gestão das deficiências nos locais de trabalho, de 2001; e a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência, adotada em 2006 por Assembléia Geral.

O objetivo, Sr. Presidente, desse tratado é garantir que as pessoas com deficiência tenham, de fato, direitos humanos iguais às demais pessoas.

Sr. Presidente, seguindo as determinações internacionais, a legislação brasileira também vem avançando. E isso graças à luta das pessoas e entidades ligadas ao tema.

No governo Getúlio Vargas, por exemplo, o Decreto nº 9.252/52 garantiu aos trabalhadores estrangeiros com deficiência a permanência no Brasil e a sua participação no mercado de trabalho brasileiro. Até então, era proibido que estrangeiros portadores de algum tipo de deficiência viessem para cá como imigrantes.

No Governo Lula, o Decreto nº 5.296 garantiu a permanência das pessoas com deficiência nas empresas públicas e privadas e a adequação das estruturas para o acolhimento com cidadania desses trabalhadores.

Sr. Presidente, esse decreto foi importante porque garantiu o acesso da pessoa com deficiência a todas as áreas.

Sr. Presidente, acreditamos que uma grande vitória foi também a aprovação, aqui no Senado, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O projeto, ao contrário do que alguns tentam insinuar, não revoga nenhuma conquista; ele só amplia direitos, inclusive aquele que garante à pessoa com deficiência o direito de receber um salário mínimo, independentemente de alguém da

família ter renda correspondente a mais de um quarto do salário mínimo.

Sr. Presidente, nesta minha fala, eu quero também dizer que para mim é importante resgatar aqui o trabalho que fez o Senador Flávio Arns no Substitutivo aprovado por esta Casa, assim como o trabalho feito pelo Relator da Comissão Mista da Câmara, Deputado Celso Russomanno e o de tantos outros Deputados e Senadores que se dedicam a esta causa, a causa da pessoa com deficiência.

Eu faço mais um apelo neste dia.

Sr. Presidente, eu sei que existem algumas ONGs que questionam o estatuto da pessoa com deficiência. Questionar é legítimo. Debater é bom. Aperfeiçoar é melhor ainda. O importante é avançar cada vez mais. Mas, por favor, não ofendam as pessoas que pensam diferentemente.

(Interrupção do som.)

Tenho o maior respeito por aqueles que pensam de modo diferente – para mim, de forma equivocada, mas eu os respeito. Dizem que é como se o Estatuto da Pessoa com Deficiência fosse uma tutela. Essa é a crítica. Senador Geraldo Mesquita Júnior, às vezes eu digo que então uma convenção internacional é uma tutela do mundo todo para as com as pessoas que têm deficiência. O estatuto só avança em todas as áreas; não tem um retrocesso. Muitas vezes eu digo que, se me apontarem um retrocesso e não um avanço, uma melhoria para a pessoa com deficiência, eu me disponho a rever todo o debate sobre esse tema. O que não é possível é a pessoa entender que o estatuto é uma tutela na esfera nacional e ser a favor da convenção internacional, que é um estatuto, em esfera mundial, para as pessoas com deficiência. É, então, um argumento que não se sustenta.

Quando eu pergunto qual o artigo que você é contra? A pessoa diz o seguinte: "Não, é o artigo tal, que, por causa da regulamentação poderá...". Bom, mas se eu regulamentar como você está pedindo e botar exatamente aquilo que você defende? "Não, assim mesmo, sou contra!".

Então, é ser contra por ser contra. Respeito o entendimento dessa pessoa, mas tenho o direito de discordar dela, porque entendo que 27 milhões de pessoas – recebo milhares de correspondência no meu gabinete a esse respeito – fazem o apelo para que o estatuto seja aprovado.

Então, no Dia Nacional das Pessoas com Deficiência, peço que façamos um debate qualificado, de alto nível, no âmbito da honra, da ética, da moral, dos bons costumes, da educação, sem ofensas a quaisquer relatores ou Senadores que pensem diferentemente, porque esse tipo de conduta mostra certo desespero de quem não tem argumento para dizer por que é a favor dessa ou daquela matéria ou por que é contra.

No meu pronunciamento, Senador Alvaro Dias – meu tempo já está no fim –, listo, em cada um dos artigos, a importância do estatuto.

Ainda ontem, falei com o Senador Flávio Arns, que participou de um debate sobre esse tema em Pernambuco, do qual participaram inúmeras pessoas que pensavam como nós, ou diferente. Naquele debate, ficou comprovado que o estatuto é um enorme avanço para aqueles que precisam de mais políticas públicas que atendam os que são discriminados, o que, nesse caso, equivale às pessoas com deficiência.

Eu poderia lembrar, aqui, muitos artigos, mas me referi a esse sobre o salário mínimo. Poderia citar, por exemplo, que as emissoras de TV terão de legendar e dublar todos os programas nacionais e estrangeiros, dando o direito à informação às pessoas com deficiência auditiva e visual; que os planos e programas governamentais deverão prever recursos orçamentários destinados especificamente ao atendimento das pessoas com deficiência; que todas as escolas técnicas terão de garantir uma cota para que as pessoas com deficiência possam ter o ensino técnico e se habilitar para o mercado de trabalho. É comum ouvirmos hoje empresários dizendo que não cumprem a cota de 5% porque as pessoas não estão habilitadas. Aqui, trabalhamos a sensibilidade nas ruas, nos ônibus, nos prédios. Vi, hoje, aqui em Brasília, ao cumprimentar uma série de cadeirantes, o protesto que faziam pelo fato de as ruas, os ônibus, não terem sido adaptados para eles.

Enfim, Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Queria desejar, da tribuna do Senado, a todas as famílias, a todas as entidades, ONGs, pessoas que atuam nessa linha de fortalecer a vida e a caminhada das pessoas com deficiência, muito sucesso. Queria dizer que tenho por todos eles um enorme carinho, um enorme respeito. Trabalho com pessoas com deficiência no meu gabinete aqui, no meu gabinete no Rio Grande do Sul, principalmente pessoas cegas.

Queria também dizer, Sr. Presidente, que o bom do Estatuto da Pessoa com Deficiência é que ele está suscitando um grande debate. Tenho certeza de que desse grande debate que está acontecendo em todo o país, uns de forma mais violenta até, outros de forma mais equilibrada, outros com um debate mais qualificado, nós haveremos, queira Deus, de, durante o ano de 2008, aprovar o melhor para o nosso povo, para a nossa gente, para as pessoas que têm algum tipo de deficiência, para as famílias que convivem com a defi-

ciência, para todos aqueles que dedicam grande parte da sua vida ao combate a todo tipo de preconceito.

Eu me enquadro, Senador Mesquita, Papaléo, Alvaro Dias, neste time que não admite nenhum tipo de preconceito contra ninguém e, por isso, no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, eu faço esta homenagem a todo o nosso povo, a toda a nossa gente, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, lutam contra todo tipo de discriminação e, hoje, em relação à pessoa com deficiência.

Sr. Presidente, solicito a publicação na íntegra do meu pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 1992 a Organização das Nações Unidas (ONU), instituiu o dia 3 de dezembro como "Dia Internacional das Pessoas com Deficiência".

Desde então, pessoas de todo o mundo vêm intensificando os debates sobre as conquistas dessas pessoas no âmbito dos Direitos Humanos.

Ao longo dos anos, muitos foram os debates em torno dos temas relacionados às pessoas com deficiência.

Sempre a fim de esclarecer e, com isso, gerar a adoção de políticas e de medidas que contribuam para a inclusão dessas pessoas em todas as áreas.

Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) dedica este ano ao direito das pessoas com deficiência terem um trabalho digno, em condições de igualdade com as demais.

De acordo com a pesquisa divulgada pela Organização, uma em cada dez pessoas no mundo tem algum tipo de deficiência.

São aproximadamente 650 milhões de pessoas, das quais 450 milhões estão em idade de trabalhar.

Apesar de algumas dessas pessoas estarem no mercado de trabalho, o que o estudo nos mostra é que a maioria se encontra em situação de pobreza e desemprego.

O estudo mostra ainda que cerca de 80% das pessoas com deficiência vivem nas zonas rurais dos países em desenvolvimento e têm pouco ou nenhum acesso aos serviços de que necessitam.

Elas estão entre as que registram os maiores índices de desemprego, nem sempre estão amparados em termos de previdência social, muitos estão em subempregos.

Como já afirmamos aqui várias vezes, o estudo mostra que essas condições têm impacto direto na auto-estima dessas pessoas.

O relatório nos lembra que para atingirmos as Metas do Milênio, são necessários programas de proteção aos que se encontram em situação de fragilidade.

Daí a necessidade de programas de ações sustentáveis para geração de emprego e renda, desenvolvimento rural e redução da pobreza.

Medidas capazes de gerar emprego decente para as pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, o relatório diz que apesar dos avanços em relação a melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência, a maioria ainda tem seus direitos violados.

Infelizmente essas pessoas ainda são atingidas pelo desemprego, o subemprego, os baixos salários, a discriminação e o preconceito.

Por outro lado, as pessoas – com deficiência ou não-, têm tido mais acesso e mais conhecimento acerca dos assuntos que envolvem as pessoas com deficiência.

Isso, Srªs e Srs. Senadores, é prova de que avançamos e de que estamos no caminho para novas conquistas.

Como todos sabemos, a barreira mais difícil de ultrapassarmos é aquela formada pelos preconceitos.

Por isso, as lutas dessas pessoas – e de tantas outras atingidas por esse mal, o preconceito-, nem sempre é rápida.

Srªs e Srs. Senadores, e essa luta vai colhendo frutos. Em âmbito internacional temos a Convenção 159 de 1983 que trata da readaptação profissional e emprego para pessoas ditas inválidas;há a Recomendação 195 de 2004 sobre desenvolvimento de recursos humanos; o Repertório de recomendações práticas sobre a gestão das deficiências nos locais de trabalho, de 2001;e a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência, adotada em 2006 por Assembléia Geral.

O objetivo desse tratado é garantir que as pessoas com deficiência tenham, de fato, direitos humanos iguais as demais pessoas.

Sr. Presidente, seguindo as determinações internacionais, a legislação brasileira também vem avançando.

E isso graças à luta das pessoas e entidades ligadas ao tema.

No governo Getúlio Vargas, por exemplo, tivemos o decreto 9252/52 que garantiu aos trabalhadores estrangeiros com deficiência a permanência no Brasil e sua participação no mercado de trabalho brasileiro.

No governo Lula, temos o decreto 5296 que garante a permanência das pessoas com deficiência nas empresas públicas e privadas e a adequação das estruturas para o acolhimento com cidadania desses trabalhadores.

Acreditamos que uma grande vitória seria a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência que, ao contrário do que dizem alguns, trará avanços.

O projeto não revoga conquistas, ele as amplia.

Ou seja, o que foi conquistado permanece. Apenas o que trava os avanços não fazem parte da proposta.

Um exemplo é o artigo 38 do decreto 3298/99. Ele nega aos trabalhadores com deficiência a possibilidade de ocupar cargos de comissão ou de confiança.

Nega ainda o acesso a cargos ou empregos públicos de carreira que exija aptidão plena dos candidatos.

Como aceitar isso se o próprio governo cobra cotas em empresas privadas, por exemplo?

Propostas de cunho discriminatório serão revogadas, mas avanços, esses serão mantidos e ampliados.

Infelizmente o preconceito em razão das diferenças é muito arraigado em alguns. Há mesmo quem diga que ao termos um estatuto estamos discriminando essas pessoas.

Afirmações como essas são comuns em temas polêmicos. Sempre existe quem queira deixar as coisas como estão.

Sempre há os que não querem mudanças, pois elas certamente os desestabilizarão.

Mas, por outro lado, existem pessoas que enxergam isso e lutam para derrubar esses preconceitos.

Aqui, Sr. Presidente, quero destacar a atuação do relator da matéria aqui no Senado, senador Flávio Arns.

O senador Flávio Arns fez um trabalho belíssimo junto às entidades representativas das pessoas com deficiência e o resultado foi coroado com a aprovação da matéria pelo Senado.

Hoje a matéria está na Câmara dos Deputados em Comissão Mista, sob relatoria do deputado Celso Russomano, e, temos certeza, o trabalho está sendo feito com igual empenho e atenção.

A Câmara dos Deputados tem se mostrado favorável ao debate do tema. Tanto que no dia 30 de novembro realizou uma Comissão Geral para debater o Estatuto.

Srªs e Srs. Senadores, o Estatuto da Pessoa com Deficiência destina-se a assegurar a integração e a inclusão social.

Visa o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas que apresentam algum tipo de limitação de suas atividades em razão de sua deficiência.

A matéria define, de forma clara, os direitos das pessoas com deficiência dentro do ordenamento jurídico.

Propõe o desenvolvimento de ações que assegurem a plena inclusão das pessoas com deficiência no contexto sócio-econômico e cultural.

Determina, entre outras:a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho ou sua incorporação ao sistema produtiva mediante regime especial;que as empresas com cem ou mais empregados ficam obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com portadores de deficiência; que a dispensa de empregado com deficiência somente poderá ocorrer após a contração de substituto em condições semelhantes; que nos concursos públicos ficam reservadas para os deficientes pelo menos 5% das vagas disponíveis;a participação das pessoas com deficiência em todas as fases de implementação de políticas públicas;o acesso, ingresso e permanência da pessoa com deficiência, acompanhada pelas pessoas e animais que lhe servem de apoio, em todos os ambientes de uso coletivo;a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades; que a matrícula e a inclusão escolar de pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino regular seja compulsória;que o oferecimento de educação especial ao educando com deficiência internado em hospitais por prazo igual ou superior a um ano seja obrigatória;às emissoras de TV legendar e dublar todos os programas, nacionais e estrangeiros, favorecendo o direito à informação das pessoas com deficiência auditiva e visual;que os planos e programas governamentais deverão prever recursos orçamentários destinados especificamente ao atendimento das pessoas com deficiência;a garantia de acesso nos transportes coletivos urbano, intermunicipal e interestadual;que os edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo, deverão prever acesso à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;que qualquer forma de discriminação como, por exemplo, recusar matrícula em estabelecimento educacional, dificultar acesso a cargo público, negar trabalho ou assistência médica a pessoa com deficiência, seja considerado crime punível com reclusão de um a quatro anos.

Sr. Presidente, o que pretendemos é dialogar com a sociedade a fim de que possamos avançar e construir formas acessíveis de compartilhar o conhecimento so-

bre os direitos sociais. A idéia é termos uma sociedade na qual não haja exclusões ou preconceitos.

Atingiremos isso por meio da conscientização, do compromisso e de ações que transformem a situação dos deficientes no mundo.

O sucesso dessa luta vai depender diretamente do envolvimento das pessoas com deficiência e de todos aqueles comprometidos em termos um mundo melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Subscrevemos a homenagem de V. Exª, Senador Paulo Paim. A solicitação de V. Exª será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra, para uma breve comunicação, o Senador Papaléo Paes e, em seguida, o Senador Geraldo Mesquita, que fará um pronunciamento se posicionando a respeito da CPMF; vai declarar o seu voto a respeito da CPMF.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes.

Cinco minutos tem V. Exª.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, se for desejo do Senador Geraldo Mesquita, eu concedo a S. Exª o meu horário e farei uso da palavra depois do Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Geraldo Mesquita deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra, então, o Senador Geraldo Mesquita,

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa, senhoras e senhores, a CPMF é um tributo que foi instituído provisoriamente para resolver necessidade emergencial de melhoria do padrão e da qualidade dos serviços prestados pelo poder público na área de saúde. Todos sabemos disso.

Ao longo dos últimos anos, ocorreram dois fatos que tornaram o referido tributo antipático aos olhos da população. O primeiro foi o desvio de sua finalidade, e o segundo fato a atrair a antipatia da população brasileira foi o propósito contínuo de torná-lo permanente. Entendo que somente uma circunstância especial e emergencial ocorrida lá atrás justificou aprovar-se a cobrança da CPMF no contexto de uma carga tributária já elevadíssima, desumana e cruel, suportada pelo povo brasileiro, com o agravante de que a aplicação dos recursos arrecadados nem de longe satisfaz a sociedade.

De fato, a carga tributária brasileira é extorsiva, o que nos obriga a perseguir permanentemente dois objetivos. Primeiro, a sua redução sempre que surgir a oportunidade. Segundo, Senador Paulo Paim, a maior eficiência e austeridade possíveis da máquina pública.

O atual Governo não se compromete nem com uma coisa nem outra e, ainda por cima, opera de forma desastrada com o Senado Federal e, particularmente, com sua base de sustentação. Por último, profere ameaças ao Congresso e à sociedade, numa demonstração clara de que não respeita o processo democrático.

Resta, então, àqueles que têm responsabilidade com o País e com a construção de melhores condições de vida para o povo brasileiro votar contra a prorrogação da CPMF, colocando-se, assim, claramente contra o propósito do Governo de insistir em manter esse perverso binômio, qual seja, carga tributária exorbitante e ineficácia da vida pública.

Vou fazer isso, Senador Paulo Paim. Estou declarando meu voto contrário à prorrogação da CPMF. Vou fazer isso e trago um fato novo, sobre o qual gostaria imensamente de ouvir a opinião dos colegas presentes. Vou fazer isso, a não ser que o Governo se comprometa a acolher a emenda de plenário que pretendo apresentar, transferindo a decisão sobre a CPMF para o povo brasileiro, Senador Arthur Virgílio

A coisa é muito simples: esta Casa aprova a prorrogação da CPMF e a decisão tomada por esta Casa será submetida a referendo popular, por ocasião das próximas eleições ou em data a ser fixada, anterior a esse prazo, pelo TSE e pelo Congresso Nacional.

Vou repetir para que fique muito claro: meu voto será contrário à prorrogação da CPMF, a não ser que o Governo se comprometa com emenda de plenário que pretendo apresentar, transferindo a decisão sobre a CPMF para o povo brasileiro. Esta Casa aprova a CPMF, e a decisão será submetida a referendo popular por ocasião das próximas eleições ou em data anterior a ser marcada.

Assim, por exemplo, em outubro próximo, Senador Paulo Paim, além de escolhermos prefeitos e vereadores, diremos “sim” ou “não” à CPMF. Se a vitória for do “sim”, ela permanece sendo cobrada. Se vencedor o “não”, extingue-se imediatamente o direito à sua cobrança. Se for da conveniência de todos, esse referendo poderá ser realizado em data anterior ao pleito futuro, a ser fixada pelo Congresso Nacional e pelo TSE, como ocorreu no caso do referendo do desarmamento, realizado em outubro de 2005.

Logicamente, a aprovação da prorrogação do tributo aqui, no Senado, estará condicionada à incorporação de todos os acordos já entabulados, alguns encabeçados pelo eminente Senador Cristovam Buarque, aqui presente, com vistas ao aumento de recursos

para a área de educação, saúde; redução gradativa da alíquota da CPMF; e contenção dos gastos públicos e austeridade fiscal.

Creio que, assim, nos precavemos contra a eventual crise financeira mundial, vaticinada aqui pelo Senador Aloizio Mercadante, já por várias vezes, e, ao mesmo tempo, exercitamos a democracia participativa, numa demonstração cabal de respeito ao povo brasileiro e ao processo democrático. Adotada essa solução, acho que não haverá ganhadores ou perdedores, pois o Governo e a Oposição estarão transferindo a decisão sobre a CPMF para quem tem mais autoridade do que todos nós para fazê-lo: o eleitor e o contribuinte brasileiro.

Senador Arthur Virgílio, concedo um aparte, com muito prazer, a V. Exª.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Geraldo Mesquita, V. Exª faz um pronunciamento extremamente inteligente. Primeiro, porque propõe um referendo a um Governo que adora referendo, que chega a falar em referendo até para golpear a Constituição com o tal terceiro mandato. A pesquisa Datafolha, imagino, deve ter jogado uma água fria democrática, uma democrática água fria nessas pretensões de caráter nitidamente golpista, continuísta, enfim. Mas V. Exª fere com a arma do ferreiro: quem com ferro fere com ferro será ferido. Parabéns pela engenhosa linha de raciocínio. Em segundo lugar, V. Exª tem... vou lhe passar três cálculos aqui. Se o crescimento da economia fosse de 4% e a arrecadação máxima da CPMF fosse de R$40 bilhões, nós teríamos, quatro vezes quatro dezesseis, um crescimento vegetativo de R$1,6 bilhão. Como eles propõem uma desoneração inicial de R$2 bilhões e o crescimento vegetativo é de R$1,6 bilhão, eles estariam, na verdade, desonerando apenas R$400 milhões (0,4 bilhão). Se tomarmos um outro exercício, crescimento provável, possível, de 4,5 e uma arrecadação mínima de R$41,5 bilhões, multiplica-se 4,5 por 41,5 e temos aí um crescimento vegetativo de R$1,867 bilhão (R$1,9 bilhão aproximadamente), ou seja, a desoneração seria de R$130 milhões apenas. Essa que eles falam que é de R$2 bilhões, que já é pequena, seria de apenas R$130 milhões. Se pegarmos algo mais provável ainda que é crescimento este ano de 4,7% e mínimo de R$41,5 bilhões de arrecadação de CPMF, multiplica-se novamente 41,5 por 4,7 e vamos ter um crescimento vegetativo de R$1,950 bilhão, ou seja, neste caso a verdadeira desoneração, descontados os R$2 bilhões menos o R$1,950 bilhão encontrado, a verdadeira desoneração seria de apenas R$50 milhões. Ou seja, isso serve de desculpa para o governista que quer um cargo votar, mas não serve para uma pessoa independente como V. Exª nem para um oposicionista como eu entender que isso é proposta. O sujeito quer o cargo, mas não quer que o jornal publique que ele quer o cargo, aí finge que está fazendo um senhor negócio, que recebeu uma beleza de proposta e que agora, sim, o Governo se sensibilizou. O fato é que o Governo não se sensibilizou, inclusive jogou fora a possibilidade de negociar com o meu Partido de maneira decente. Recentemente mesmo, o Presidente agrediu o DEM e, depois, agrediu o Senado como um todo, dizendo que se o Senado não aprovar isso aqui é uma estupidez. Estupidez?! Quem define o que é estupidez? Não fico dizendo que cada pronunciamento do Presidente da República, que ele faz aos borbotões, é estúpido. Não fico dizendo isso. Eu critico, como oposicionista. Quem é ele para dizer que minha atitude é estúpida ou que a atitude de V. Exª é estúpida? Portanto, meus parabéns. Sei que é uma decisão meditada. V. Exª me disse, na sexta-feira, que estava maturando, que estava meditando e que viria a tomar uma atitude maiúscula. Saiba que quaisquer que sejam as conseqüências e os desdobramentos de sua atitude, V. Exª terá a solidariedade absolutamente destemida do PSDB. V. Exª sabe muito bem o que estou dizendo. Muito obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a manifestação sempre ponderada, equilibrada, incisiva de V. Exª, principalmente quando se trata de um tema de tão grande relevância.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paulo Paim, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Exª, como sempre, surpreende a Casa de forma positiva. Eu perguntava a V. Exª, antes de ir à tribuna, qual seria o teor do seu pronunciamento, e V. Exª me dizia: "Você vai gostar. Pode ter certeza de que você vai gostar". Ao mesmo tempo em que V. Exª diz que vai cobrar a redução progressiva da CPMF, ano após ano, V. Exª elogia a posição do Senador que preside esta sessão neste momento, o Senador Cristovam, que diz que não aceitará mais que a DRU caia sobre a educação. V. Exª exige que tudo que foi dito...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...seja cumprido para que haja efetivamente mais investimento na saúde. V. Exª também exige que se cumpra que, com o salário de até R$2,8 mil, o assalariado brasileiro não pague a CPMF. E V. Exª agora vai além. Confesso que vejo com enorme simpatia a proposta que V. Exª traz

ao debate e que pode contagiar a Casa. Por que não? Quero dizer a V. Exª que vou refletir, mas a vi com muita simpatia. Por que, numa data pré-agendada, não passamos, durante o processo eleitoral, por uma consulta pública, por um referendo? A população é que decidirá se quer ou não até mesmo que a CPMF seja um tributo permanente ou continue provisória. Quero cumprimentar V. Exª que, mais uma vez, responde a todos os questionamentos feitos sobre esse tema com muita capacidade e inteligência. E digo que ouvir V. Exª é sempre uma surpresa positiva. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, companheiro, Senador Paim. Na verdade, a proposta é esta: aprovar-se-ia a CPMF com todos os avanços, frutos das negociações, dos acordos já encaminhados nesta Casa, junto com o Governo. Porém, toda essa decisão seria submetida a um referendo popular.

Senador Paim, todos nós aqui temos recebido milhares e milhares de *e-mails* da população. A grande maioria, confesso, propondo a nós, Senadores, pelo menos no meu caso, que votemos contra a CPMF. Agora, recebo também *e-mails* pedindo para que eu faça o contrário, que vote a favor.

Sei que a população está absolutamente envolvida nessa discussão. A Constituição prevê, Senador Cristovam Buarque, o referendo popular, o plebiscito.

Chegou a hora de transferirmos uma decisão tão séria como essa para a população brasileira: referendo popular: Aprova-se a CPMF com os acordos já encaminhados aqui de parte do Senador Cristovam Buarque, de tantos parlamentares com o Governo, os avanços já obtidos, todos estarão lá. E tudo isso será referendado ou não pela população brasileira em data a ser fixada pelo Congresso Nacional.

Quero ler o teor da emenda que redigi, com a ajuda do meu gabinete; emenda nº tal, à proposta de Emenda Constitucional nº 89. Ela é modificativa, logicamente.

Dá-se a seguinte redação ao art. 2º da PEC nº 89, de 2007:

> Art. 2º Fica acrescentado o seguinte artigo ao ato das disposições constitucionais transitórias [ele introduz o art. 95, Senador Buarque].
>
> Art. 95. O prazo previsto no *caput* do art. 84, deste ato das disposições constitucionais transitórias, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2011, salvo decisão contrária proferida em referendo popular a ser realizado por ocasião das eleições municipais de 2008, caso em que a cobrança da CPMF será extinta com a proclamação do resultado.
>
> Justificativa:
>
> O art. 14 da Constituição Federal estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e nos termos da lei, mediante:
>
> I – plebiscito;
>
> II – referendo.

A prorrogação da CPMF, Senador Cristovam Buarque, mais uma vez, é tema que empolga a sociedade brasileira, que atualmente se debruça sobre a discussão desse tributo, acompanhando o que fazemos no Congresso Nacional.

Nada mais justo, portanto, que o contribuinte eleitor brasileiro seja convocado a exercer seu direito constitucional de opinar sobre o tamanho da carga tributária que pesa sobre seus ombros.

Senador Alvaro Dias, com muito prazer, concedo a V. Exª um aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita, a postura de V. Exª revela independência absoluta, não abrindo mão de exercitar na plenitude a liberdade de convicção pessoal. É a essência do nosso mandato. Por isso, V. Exª está de parabéns. Parece-me que a posição de V. Exª será, primeiramente, no sentido de votar contra a proposta do Governo; em segundo lugar, V. Exª admitiria a CPMF, vinculada ao referendo popular proposto por V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Só nessa condição.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O mais importante, Senador Geraldo Mesquita, é que V. Exª está respeitando o povo brasileiro. A cada final de semana, arraigamos a nossa convicção, com a maior firmeza, que o povo quer, de forma marjoritária, esmagadora, acabar com a CPMF. Votar favoravelmente à CPMF nesta Casa é contrariar o desejo do povo brasileiro, e V. Exª atua em respeito à população, votando contra a proposta do Governo, mas admitindo que, se houver um aval popular, que se prorrogue. Repito, desde que se busque o aval popular. Dessa forma, como certamente o Governo não aprovará a proposta de V. Exª, o voto essencialmente que V. Exª dará contra a CPMF poderá significar a derrota do Governo. E nós o parabenizamos por isto: entre ficar com o Governo, que é eventual, que é passageiro, que é transitório, que é circunstancial, ou com a sociedade brasileira, V. Exª faz a opção correta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Alvaro Dias, muito agradeço a V. Exª

a reflexão trazida em seu aparte, mais uma vez muito lúcido e equilibrado.

Senador Sérgio Guerra, concedo-lhe um aparte com muito prazer.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O Senador Papaléo Paes havia solicitado o aparte antes de mim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ouço o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Geraldo Mesquita, faço o aparte com a aquiescência do nosso grande Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra. Estive atento ao seu pronunciamento e estou consciente de que a sua decisão foi equilibrada e consistente. Quero parabenizá-lo pela possibilidade de buscarmos a opinião do povo, porque somos representantes do povo e um referendo seria o resultado da vontade popular, da maioria. Quero parabenizar V. Exª pelo seu posicionamento, pelo seu equilíbrio, quando declara seu voto e faz uma proposta altamente respeitável e responsável para a Nação. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu que agradeço, Senador Papaléo, sensibilizado com a manifestação de V. Exª.

Concedo, antes do término do meu prazo, um aparte ao Senador Sérgio Guerra que, com muita justiça, acaba de ser eleito e assumiu a Presidência do PSDB.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Geraldo Mesquita, não sou dos Senadores que mais usam da tribuna aqui, no Senado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Nem eu.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – E V. Exª também não. Mas nunca ouvi um pronunciamento seu que não fosse pautado por senso de oportunidade, conteúdo e ponderação. O de hoje é mais um nessa linha. Quero fazer algumas ponderações sobre isso, que está sendo comentado diariamente nos jornais e em todo lugar. Primeiro, a versão que é saudável: redução progressiva da CPMF. Essa redução progressiva foi prevista na reforma tributária que o Senado votou há cerca de cinco anos. Naquele instante, era a solução adequada. Não foi considerada pela maioria depois, que não aprovou a reforma tributária na Câmara. Resultou do acordo entre PSDB, PMDB, PSB, PDT, PT, todos os Partidos. No entanto, não caminhou um passo na Câmara. Segundo, não é muito correto alguém ser a favor do imposto agora para que ele não seja o mesmo imposto amanhã e depois de amanhã. Não há nenhuma razão para isso. Ou se é a favor da CPMF, ou não se é a favor da CPMF. Ou ela vale, ou ela é útil, ou ela é necessária e indispensável, ou não vale, não é útil, não é indispensável. Minha opinião é que não é indispensável e que, evidentemente, vai causar transtornos à vida do Governo Federal, daqueles que administram o orçamento público. Mas a verdade é que é uma mudança de clima, saudável, porque, pela primeira vez, o Governo do Presidente Lula vai trabalhar com expectativas de arrecadação que não se confirmam. Até hoje todas as expectativas de arrecadação foram superadas. A população pagou muito mais imposto do que o próprio Governo esperava. E vai ter de tomar providências cirúrgicas: redução de despesa, apertar o cinto, qualificar os investimentos; enfim...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – (...) atribuir responsabilidade à administração dos modestos recursos postos à disposição dos investimentos. Como V. Exª sabe, agora, estamos há pouco menos de trinta dias do término deste período legislativo, o Governo não deve ter empenhado mais de 20% de tudo que ele tinha para investimento. Ora, se até o final deste exercício, ele empenhar mais 50%, 60%, nada além disso, é uma comprovação de que esse empenho vai fundamentar investimento de baixa qualidade, porque ninguém decide, ninguém toca um projeto de investimentos em um mês, em dois meses ou coisa parecida. Pura, total e absoluta irresponsabilidade com o dinheiro público. Acho que as versões que apontam o nosso Partido, o PSDB, como Partido plausível de conversar, de ouvir, não nos comprometem, não nos afetam. Ao contrário, valorizam-nos. Como Partido democrático, com amplas responsabilidades com o País, queremos ouvir, ouvir muito, ouvir sempre. Nada de se ter idéias pré-fixadas e pontos de vista drásticos. Isso não é da nossa natureza. O nosso compromisso com austeridade fiscal, com redução da carga tributária, com esforço para libertar as forças produtivas do País para que elas sejam mais e mais compatíveis com as necessidades do emprego, acho que faz todo sentido para nós e para todos. Penso que estamos em boa evolução. É importante que – não está aqui agora o Presidente Tião Viana –, nesse caso, ninguém atropele prazo, ninguém passe por cima de ninguém. O assunto é grave demais para esse tipo de artifício. Todos os limites devem ser cumpridos no limite; todas as possibilidades regimentais devem ser usadas amplamente e que prevaleça o que tem que tem mais votos. Podem todos saber que não haverá calamidade alguma. A redução da arrecadação pública no Brasil por conta de um voto contrário do Senado à prorrogação da CPMF é saudável ao equilíbrio das contas públicas e à retomada da austeridade fiscal em um padrão geral, em um padrão que não seja aquele que

se usa apenas para se utiliza para favorecer alguns e prejudicar outros. É assim que estamos fazendo com o dinheiro público. Às vésperas das votações, o dinheiro público, de repente, começa a aparecer, emendas são liberadas, investimentos são efetivados e promessas ainda mais. Antes delas, fica um movimento total de burocracia e impedimento e muitas vezes de preconceitos contra forças políticas que muitas vezes defendem bons projetos. Não há mais critério algum de prioridade vigendo no Brasil. O PAC, que era para ser um projeto para alguns programas, está se transformando em um projeto de programas para todos. Na medida em que virar tudo, o PAC deixar de ser apenas um pedaço, o que ele é na prática? Não é mais uma coligação de prioridades; é uma banalização publicitária a serviço da política eleitoral do governo do Presidente Lula. Quero saudar a sua palavra e dizer que é sempre sóbria e segura e que muitos companheiros seus têm, mesmo discretamente, consideração, estima e respeito por sua atitude pública que é exemplar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra. Concluo, não sem antes conceder um aparte ao Líder José Agripino, que deseja também se pronunciar.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Geraldo Mesquita, vim ouvindo o pronunciamento de V. Exª e fui tomado de surpresa não pelo que V. Exª declara, mas nós que já vínhamos conversando algum tempo sobre essa matéria, trocando idéias sobre isso – e V. Exª é testemunha de que nas minhas conversas com V. Exª nós apenas trocamos idéias, nunca V. Exª quis me impor o seu ponto de vista, nem muito menos eu impor a V. Exª o ponto de vista que esposo. Mas viemos trocando idéias democraticamente. Eu fiquei muito feliz ao ouvir o teor, a consistência da sua fala. V. Exª tomou uma decisão depois de um fim de semana que suponho ter sido de muita reflexão; suponho que tenha sido movido inclusive por manifestações que V. Exª tenha recebido de acreanos, conterrâneos seus, com quem V. Exª tem seu primeiro compromisso. Nós somos Senadores da República, mas os caminhos da Pátria passam pela terra de cada um de nós e, em primeiro lugar, nós temos que prestar contas aos nossos. E assisti que V. Exª manifestava opinião contrária à CPMF, mas gostaria mesmo que o povo dissesse qual é o rumo que o Senado e o Congresso devem tomar com relação a esse imposto. Concordo inteiramente com V. Exª; concordo em gênero, número e grau. Agora, desejo salientar a importância do seu gesto, porque, na semana passada, os democratas e os tucanos fizeram dois encontros, reunindo inicialmente 28 Senadores: os 14 democratas com mais 13 tucanos e mais o Senador Jarbas Vasconcelos. No dia seguinte, incorporaram-se a esses 28 os Senadores Mão Santa, Mozarildo, Tuma e Expedito Júnior, perfazendo um total de 32 Senadores. V. Exª é o 33º Senador a manifestar-se clara e publicamente contra a CPMF. O gesto de V. Exª dá ao Brasil a certeza de que, uma vez que esses 33 Senadores têm uma cara só – como só têm uma cara só –, a tese do fim da CPMF, em 31 de dezembro, a menos que haja um referendo popular, a menos que a sociedade nos diga que esse imposto deve continuar – e respeitarei a vontade do povo – será garantida com o voto de V. Exª. De modo que quero cumprimentar a atitude refletida, a atitude democrática e a atitude corajosa de V. Exª. O Brasil vai agradecer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Agripino. Realmente, V. Exª revela fatos que, hoje, devem fazer parte de toda essa reflexão. De fato, conversamos como dois bons amigos e dois bons companheiros nesta Casa acerca de um assunto tão importante como este, e eu não poderia jamais deixá-lo transcorrer nesta Casa sem que tivesse o privilégio e a oportunidade de ter conversado com V. Exª por mais de uma oportunidade.

Portanto, está aqui a proposta. Minha declaração de voto é clara, e não há nada neste mundo que possa alterá-la. Tem gente que pode tentar me arrebentar por causa disso, Senador, mas não me verga. A verdade é esta: não me verga. Pode me arrebentar, não tem problema, mas não me verga.

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – (...) para não me atribuírem intransigência ou laivo de irresponsabilidade, Senador Paulo Paim, eu estou fazendo uma proposta que acho muito interessante.

Se não só o Governo mas todos nós aderirmos à tese de um referendo popular para fixar ou não aquilo que o Congresso Nacional decidir acerca da CPMF, eu estou declarando o meu voto, também: voto a favor da prorrogação da CPMF, caso isso esteja amarrado por meio da emenda que pretendo apresentar e que tenha sido aprovada nesta Casa. Poderíamos chegar até à unanimidade nesta Casa.

Caso o teor da emenda não seja considerado e essa variável não seja absorvida nesta Casa, o meu voto já está plenamente declarado: votarei contra a CPMF caso não tenhamos a oportunidade de...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – (...) levar a decisão do Senado para ao referendo popular.

Muito obrigado Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias. Desculpe-me pela extensão da fala.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela importância da fala, a Mesa lhe ofereceu um tempo maior.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está inscrito em primeiro lugar.

O Senador Papaléo Paes estava inscrito para uma comunicação inadiável, mas S. Exª está concedendo ao Senador Sérgio Guerra a oportunidade.

Nós temos que intercalar: o Senador Sérgio Guerra se manifestará; em seguida, o Senador Cristovam Buarque; depois, V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a minha inscrição para falar em nome da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito em segundo lugar.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, pela Liderança do PSDB. Em seguida, falarão o Senador Cristovam Buarque e o Senador Papaléo Paes.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer algumas palavras sobre os acontecimentos que culminaram no resultado do plebiscito na Venezuela.

Dois resultados deste final de semana animam a democracia no Brasil e na América do Sul. Primeiro, falo de pesquisa publicada no *Folha de S.Paulo*, em que a maioria dos brasileiros se declara contrária ao novo mandato do Presidente da República, ou melhor, ao terceiro mandato do Presidente Lula, apesar de o Presidente Lula ter índices de aprovação para o seu Governo elevados: confirmação do valor democrático do Brasil, da consciência democrática do nosso povo, aviso aos golpistas que passeiam na base do Governo – e que, evidentemente, não são todos, nem sequer a maioria, tenho certeza –, mas que não se distanciam de projetos continuístas.

O dramático é que esse golpismo não cede; ao contrário, aparece e reaparece muitas vezes. Nós o encontramos na campanha para Presidente da República. Fizemos uma campanha decente, perdemos as eleições, não saímos da lei, não transformamos a nossa campanha num manifesto agressivo de oposição a quem quer que fosse. Nada disso. No entanto, fomos vítimas, ao longo da campanha, de dossiês que até hoje não estão esclarecidos. Aquela montanha de dinheiro que os brasileiros viram na televisão, em todo lugar, até hoje não tem sua origem esclarecida. As instituições brasileiras de investigação, que são tão elogiadas e que, em parte, merecem esses elogios, a exemplo da Polícia Federal, não se mostraram eficientes na definição da origem daqueles recursos. Eles continuam secretos, como se tivessem caído do céu.

Esses setores golpistas, não tenho um minuto de dúvida, operam para que não se dêem no Brasil eleições diretas, abertas e limpas, para Presidente da República e não aceitarão uma decisão contrária ao interesse deles, como aceitamos nós, do PSDB, quando perdemos a eleição e o Presidente era Fernando Henrique.

Fizemos uma transição limpa, que consagrou o valor da democracia brasileira. Terá sido um dos momentos mais elevados da democracia entre nós a eleição de um Presidente da República trabalhador, nordestino, de origem pobre, que cresceu no âmbito das lutas sociais, que disputou eleição para Presidente da República várias vezes, que liderou o processo de organização do trabalhismo no Brasil e assumiu o poder, depois de um Governo do PSDB e da coligação que o sustentava, da forma mais tranqüila, transparente e democrática possível. Isso, sim, é elogio à democracia. Senão por muitas razões, apenas pelo gesto o Presidente Fernando Henrique, na liderança do Governo nesse episódio, já merece a admiração dos brasileiros agora e por muito tempo.

De repente, o populismo chavista faz, sobre a América Latina, um raciocínio precário, um raciocínio elementar. O discurso do Presidente Chávez não fala aos fundamentos da democracia brasileira, nem à expressão desses fundamentos. É pequeno demais, é limitado demais, é populista demais. É um recado ao Presidente da República, que tem tudo para ser um democrata, todas as razões para ser um democrata, se deu bem com a democracia, e um recado, principalmente, aos setores que o apóiam, esse que nos dá a Venezuela hoje.

A Venezuela foi para as ruas pela voz, pela energia dos estudantes, para dizer que há limite para tudo,

que se deve respeitar a democracia, que homens salvadores não salvam muita coisa, que é preciso respeitar o direito de discordância, o direito de imprensa, a liberdade de todos e promover a transição, promover novas eleições, para que todos tenham chance e o país possa avançar.

Esses dois resultados são a manifestação contra a ditadura e, fiquem certos, nós do PSDB temos clareza quanto a isso. Quem se abraçar com essa idéia de prorrogação estará condenado a se transformar numa força extremamente impopular no Brasil. Não tem salvador da pátria, não tem pai ou mãe dos pobres que venha para convencer os brasileiros de que vamos revogar a Constituição e dar mais uma na veia do populismo. Nada disso. Ao contrário, cresce no Brasil a indignação contra o populismo, contra a falta de sinceridade, contra o desrespeito pelo Congresso, contra o excesso de medidas provisórias.

Teremos uma eleição dura, uma decisão dura nesta semana. Essa decisão trata da CPMF. Derrotado o Governo aqui, não é a CPMF que vai perder, apenas. Quem vai ganhar é a indignação de muitos e milhões de brasileiros que não estão simpatizando, gostando ou aceitando os excessos. E há excessos aí. Por exemplo, as últimas manifestações do Presidente Lula são notórios excessos, excessos exagerados.

"Não são irresponsáveis os que são contra a CPMF!" Podem ser até mais responsáveis do que muitos daqueles que são a favor dela. Não são absolutamente estúpidos os Senadores que se colocam em oposição a ela. Nada disso: têm reflexão sobre o assunto e reflexão sobre o País. O voto não é apenas sobre a CPMF. O voto é quanto a esse ambiente, esse ambiente de desrespeito ao Congresso.

Não faz uma semana, eu estava aqui e fui convocado pela Líder Roseana Sarney para falar sobre um dispositivo do PPA, o Plano Plurianual. Fomos lá, fizemos um acordo e reduzimos privilégios que estavam na PPA.

Quero dizer-lhes, com absoluta isenção, que o que estava escrito, proposto pelo Governo, era a revogação dos direitos do Congresso para os próximos quatro anos, que é o prazo do PPA. Isso foi proposto e chegou aqui. O governo poderia remanejar todos os recursos que quisesse do jeito que bem entendesse, sem consulto ao Congresso Nacional.

O Governo poderia remanejar todos os recursos que quisesse, do jeito que bem entendesse, sem consulta ao Congresso Nacional. Essa não me parece atitude de gente de democracia; parece-me atitude de gente que não quer democracia. Essa maré de medidas provisórias que chegam aqui aos borbotões, essa desconsideração pela palavra da oposição, essa subestimação em relação àqueles que se opõem, é uma radicalização que não confere com a tradição e o conteúdo democrático do Brasil.

A lição da Venezuela é um aviso aos populistas do dia, aos que se julgam iluminados, aos que pensam que são donos do povo. Não tem nada disso. Não desrespeitem a democracia do Brasil, porque vão se dar mal, muito mal.

Ouço o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, V. Exª me permite, já que S. Exª está falando como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como Líder.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas como a tarde de hoje está calma, agradeço a V. Exª. Em primeiro lugar, Senador Sérgio Guerra, quero parabenizá-lo pela Presidência do Partido da Social Democracia Brasileira; em segundo, pelo tema. Também eu fiquei mais assistindo do que comentando o que aconteceu nesses últimos dias na Venezuela, nosso país vizinho. A oposição de lá tomou uma atitude que não foi a mais correta – penso eu – ao desistir de participar de um processo eleitoral. Mas agora, parece-me que se revela no referendo nacional sobre as mudanças constitucionais. Quero concordar neste ponto com V. Exª: ninguém é dono da vontade popular. Acho que não há líder tão soberano que um dia tenha essa condição. E as sociedades da América do Sul, principalmente, têm-se revelado ao longo da sua história; pode, até por um instante, parecer que isso aconteceu, mas elas vêm, se revelam e mudam o rumo das coisas. Acho que aqui no Brasil, por mais que eu tenha escutado muitos debates a respeito dos pronunciamentos do Presidente Lula, há uma diferença muito grande; nunca foi trilhado o caminho que parecia ser uma coisa maluca – alguns tentaram até insinuar o que aconteceu com a posição em relação à Bolívia e, principalmente, sobre a participação da Venezuela no Mercosul. No caso do Brasil, acredito que a Oposição está de parabéns, porque ela vai para cima, é fiscalizadora, é atuante e deixa muito clara sua linha de pensamento. Nesse ínterim, acredito que quem ganha muito bem é o equilíbrio da democracia brasileira. Portanto, o referendo, realmente, é uma lição para todos. E aquele não é um caminho que interessa a ninguém: nem ao povo da Venezuela, que foi lá e disse "não", nem a qualquer povo ou a qualquer organização político-partidário do nosso Continente...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... – vou encerrar, Sr. Presidente –, que queira trilhar um cami-

nho daquele tipo já está-se vendo que é um caminho muito curto e que não leva a lugar algum. Nesse ponto, concordo com V. Exª.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço o aparte do Senador Sibá e concordo com ele: foi uma manifestação da oposição ativa e do povo da Venezuela e a democracia tem fundamentos muito sólidos no Brasil.

Custa-me acreditar que o Presidente Lula, em algum momento, pensou em programas "prorrogacionistas". Não confere com a vida dele. Foi trabalhador, foi candidato; perdeu uma, duas, três vezes, e ganhou duas vezes para Presidente da República, se deu bem com a democracia. Um trabalhador rural de Garanhuns ou de Caetés que governa o Brasil por oito anos não tem de reclamar da democracia, tem de fazê-la mais forte, e dar a ela cada vez mais musculatura, porque esse foi o mérito da democracia quando o elegeu.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Tenho a certeza de que haverá no Brasil, inclusive no PT, gente com consciência democrática para afastar o golpismo, que gosta muito do poder.

Uma palavra também sobre a pesquisa do Datafolha, que comprova a grande maioria dos brasileiros com essa mesma diretriz: a de que a democracia é mais importante que as pessoas e que o oportunismo não serve à democracia.

Agradeço a atenção dos senhores e quero afirmar que o nosso Partido, o PSDB, não perdeu a sobriedade e enfrenta tranqüilamente a votação da CPMF, que espero se desenvolva aqui também com tranqüilidade, com respeito às regras da CPMF, no prazo que as regras permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Permiti ao Senador Sibá Machado aparteá-lo, mas quero pedir a compreensão dos colegas Senadores quanto ao Regimento. O aparte dependerá de permissão do orador, e não serão permitidos apartes quando o uso da palavra for por cinco minutos. Então, pelo Regimento, não caberia aparte ao Senador Sérgio Guerra. Permitimos o aparte do Senador Sibá Machado, mas, doravante, pedimos a compreensão de V. Exªs para que não ocorram apartes quando o orador falar por cinco minutos, como é o caso do Senador Papaléo Paes, que, neste momento, falará para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero parabenizar o Senador Geraldo Mesquita Júnior, mais uma vez, pelo seu depoimento lúcido e consciente, sem a interferência de nenhuma força governamental, mas, sim, de sua própria consciência.

Mas, Sr. Presidente, quero falar sobre CPMF, que foi criada em 1996, com o objetivo específico de financiar as despesas com a saúde pública do Brasil, e somente foi aprovada pelo empenho e pelo prestígio pessoal de um grande médico brasileiro, um cardiologista de prestígio internacional, um dos homens mais respeitáveis, mais dignos, mais preparados e mais dedicados à área de saúde pública brasileira: o Dr. Adib Jatene.

Quero lembrar que o Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, votou contra, fechou questão contra o projeto, e ainda puniu com uma advertência o Deputado Eduardo Jorge, o único petista que votou a favor da criação da CPMF.

Por mais uma ironia do destino, e mais uma contradição, o mesmo Partido dos Trabalhadores, que era radicalmente contra a aprovação da CPMF, hoje, luta com todas as forças e todas as armas para garantir a sua prorrogação.

Sr. Presidente, como as coisas mudaram! Como as contradições aumentaram! Como as coisas não resistem ao crivo da lógica! Como os tributos aumentaram! Hoje, os brasileiros trabalham mais de quatro meses por ano apenas para pagar imposto.

Atualmente, mais da metade dos recursos da CPMF – imposto criado única e exclusivamente para ser destinado à saúde – é desviado para outras áreas, o que significa um desrespeito ao Congresso Nacional, que não aprovaria a lei que.criou o antigo IPMF sem a garantia dessa aplicação exclusiva na saúde.

Enquanto isso, a saúde pública no Brasil continua sendo um dos mais graves problemas nacionais. Os recursos não são suficientes para financiar os gastos indispensáveis para garantir o mínimo de dignidade à nossa população.

Apesar dessa situação grave na área da saúde, o Governo Federal e suas grandes empresas – veja bem, Sr. Presidente e Senador Mão Santa –, como o Banco do Brasil e a Petrobras, continuam a gastar rios de dinheiro com propaganda. Sobra dinheiro para propaganda do Governo e faltam recursos para a saúde, num grave desrespeito às legitimas expectativas dos cidadãos e à Constituição Federal.

Todos os dias assistimos ao espetáculo deprimente da precariedade do atendimento em hospitais públicos. Como médico, trabalhei em regiões muito pobres do nosso Brasil, na Região Norte, no interior do meu Estado, o Estado do Amapá. Falo desse assunto

com conhecimento de causa, pois vi e vejo todas as dificuldades da área da saúde, claro, como médico e não apenas como apenas como espectador.

Não são coisas que ouvi dizer! Conheço o sofrimento do nosso povo dentro de um hospital, da posição de um médico que procura uma solução e não a encontra. O pior é sabermos que o dinheiro existe, que o Governo Federal está cheio de dinheiro, que a arrecadação tributária está batendo recordes e mais recordes, todos os meses, todos os anos, numa fúria de arrecadação como nunca se viu na história deste País.

Nunca, na história deste País, cobrou-se tanto imposto, tanta taxa, tanta contribuição, tanto tributo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como médico, como cidadão e como quem tem compromisso com o interesse público, não posso apoiar a continuação da cobrança desse imposto chamado CPMF, que hoje é o pior, é o mais devastador e o mais desorganizador para a economia brasileira.

Um imposto só faz sentido quando é capaz de contribuir para o desenvolvimento social e econômico de um país, para fornecer recursos adequados, estáveis e necessários para financiar programas que assegurem o bem-estar de nossa população.

No caso da CPMF, os malefícios são maiores do que o benefício que pode trazer, o que, certamente, deveria recomendar a extinção desse imposto iníquo, que não contribui para nosso desenvolvimento social nem econômico.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa e população que nos assiste, quero aqui fazer um registro. Nesta Casa, seis médicos compõem o quadro de Senadores. Somente dois vão votar a favor da CPMF, e seus votos são justificáveis.

Sou médico militante, estou formado há mais de trinta anos, e estou com a consciência tranqüila de que meu voto contra a CPMF é um voto a favor do povo brasileiro, a favor da saúde pública brasileira, diferente do discurso do Governo. Por quê? Porque o Governo se nega a discutir a Emenda nº 29, que garante recursos à saúde, para discutir a CPMF, que seria um tapa-buraco da saúde. Portanto, deixo bem claro que, dos seis médicos, o Senador Tião Viana e o Senador Augusto Botelho – tenho certeza de que com o coração rachado – terão de votar a favor da CPMF, só porque são do PT; os demais Senadores, um do PMDB, um do PSDB, um do Democratas e o outro do PTB, votarão contra a CPMF. Votos de quatro médicos, responsáveis para buscar recursos fixos e garantidos para a saúde pública brasileira.

Sr. Presidente, aproveitando essa questão da saúde, o Governo ...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Um momento, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Acabei de fazer referência ao Regimento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, peço a V. Exª compreensão pelo meu respeito ao Regimento, que não permite aparte em comunicação inadiável.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas a sensibilidade do Presidente, a importância...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, antes de V. Exª adentrar o plenário, eu lia o Regimento...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E é até desagradável conceder aparte agora, depois disso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu só pediria ao nosso competente Secretário Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está inscrito e vai falar em seguida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só um instante, Sr. Presidente, direto a V. Exª. Solicito ao Dr. Pessoa, o nosso Secretário José Roberto, muito competente, para que ele busque aqui na Biblioteca um tomo de Montesquieu, *O Espírito das Leis*.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, peço a sua compreensão.

Continuando: além da chantagem de o Governo dizer que vai faltar dinheiro para a saúde – e não vai faltar de jeito nenhum –, seria uma grande irresponsabilidade, uma punição indevida ao povo brasileiro, se o Governo usasse desse artifício. Além disso, diz que vai faltar dinheiro para o Bolsa-Família. Ora, havia o Bolsa-Família no Governo Fernando Henrique, e ele não usou dinheiro da CPMF. Hoje, a CPMF serve para atender a uma série de penduricalhos e programas sociais do Governo que não têm nada a ver com CPMF, têm a ver com ações de Governo mesmo. O Governo tem dever com a população, porque já firmou o compromisso de distribuir o Bolsa-Família. Tudo que é tipo de benéfico social é dever do Governo. Portanto, o Governo tem a obrigação de continuar. E não venha chantagear, tentar incutir na cabeça da população que sem a CPMF vai acabar tudo isso. Não acaba não. Muito pelo contrário. Nós teremos dinheiro não por in-

termédio do imposto precário ou temporário, mas por meio da responsabilidade do Governo, com cortes de gastos e com ações que realmente demonstrem que o Governo é responsável com o dinheiro do povo. Porque o Governo é apenas o patrão do dinheiro arrecadado de impostos.

Sr. Presidente, vou encerrar meu discurso.

Se a área de saúde pública estivesse sendo efetivamente atendida com dignidade, com respeito ao cidadão, sem desvios de recursos, como estava na idéia original do Dr. Adib Jatene, talvez a história fosse diferente.

Com a atual distorção, desvios e desrespeito ao cidadão, reafirmo que votarei contra a prorrogação desse tributo, que tem enormes efeitos negativos, como o aumento dos custos de produção da indústria, do comércio, da agricultura e dos serviços.

Não podemos apoiar o aumento da carga tributária, precisamos reduzir essa carga insuportável que desestimula a iniciativa privada e gera graves distorções em todas as cadeias produtivas, além de sobrecarregar mais os pobres, que pagam relativamente mais, em decorrência da regressividade desse tributo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, deixo aqui o meu apelo para que a saúde pública receba os recursos necessários para assegurar a dignidade do nosso povo, conforme determina a Constituição Federal, e para que façamos uma verdadeira reforma tributária que permita nosso desenvolvimento econômico e social, sem CPMF nem outros entulhos tributários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque. Em seguida, pelo PDT, o Senador Osmar Dias.

V. Exª dispõe de dez minutos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o *Jornal do Brasil* dos últimos dois dias trouxe – Senadora Lúcia Vânia, sei que à senhora isso interessa – matérias imensas sobre o fracasso do Programa Bolsa-Família como instrumento de garantir escola para as crianças que são beneficiadas pelo programa. Matérias e editoriais.

Era de se esperar, Senador Mão Santa, como muitas vezes foi dito aqui – eu e outros –, que três razões levavam a que o Bolsa-Família não cumprisse o papel do Bolsa-Escola. Primeiro, a mudança do nome. Quando a palavra "escola" saiu do nome e no lugar colocou-se a palavra "família", mudou a orientação do conceito educacional para o conceito assistencial. A mãe que antes recebia a bolsa e dizia que recebia aquela bolsa porque o filho ia para a escola passou a dizer: "Eu recebo esta bolsa porque sou pobre". Deixou de ter uma relação direta com a educação. A segunda razão é a retirada do programa do Ministério da Educação para o Ministério que é da Assistência Social, mesmo que o nome seja Desenvolvimento Social, Senador Sibá Machado. Isso traz obviamente um descomprometimento. O terceiro é a mistura do Programa Bolsa-Escola com Vale-Gás, Vale-Alimentação, Renda Mínima e outros programas que são assistenciais.

O resultado é que, hoje, o Bolsa-Família é um programa necessário, fundamental, do ponto de vista assistencial, mas absolutamente insuficiente do ponto de vista da evolução, da retirada dessas famílias da pobreza.

Há outra razão mais forte do que todas essas três: é o fato de que a escola não tem qualidade, e, numa escola sem qualidade, mesmo que se pague bolsa, a criança não fica.

Aí o Governo vem cometendo o erro grave de não pôr a educação básica como vetor fundamental do progresso, Senador Sibá Machado. O Governo Lula até que deu mais recursos para o ensino superior, não há dúvida, e até universidades novas está criando, mas não trouxe para si o assunto da educação de base; até criou novas escolas técnicas, mas não trouxe para si o assunto da educação.

Chegamos agora à discussão sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como instrumento de manutenção do Bolsa-Família. Quero analisar, aqui, com todos aqueles que, inclusive, defendem a posição contrária, Senador Paulo Paim, que uma contribuição só pode ser provisória sob duas circunstâncias: a primeira é parando-a, e a outra, fazendo-a desnecessária. Hoje, suspender a CPMF é fazer com que ela pare, mas não é fazê-la desnecessária. Quero, sim, acabar com a CPMF, quando esta ficar desnecessária. Hoje, essa Contribuição não ficará desnecessária, porque as crianças estão nas ruas ainda. O dinheiro que recebem, Senador Osmar Dias, não vai tirá-las da rua, porque não há investimento na escola. Por isso, quero, sim, que a CPMF seja provisória e acabe no dia em que ficar desnecessária.

Além disso, Senador Sibá Machado e Senador Paulo Paim, não tenho nenhum interesse de, amanhã, ver 40 milhões de pessoas sem receber o Bolsa-Família e o Governo jogar a culpa no Senado e no Congresso. Isso pode acontecer. Não quero ver amanhã filas em frente aos hospitais e o Governo dizer que a culpa é do Congresso e do Senado, que não prorrogaram a fonte de financiamento para esses programas.

É até possível, como têm dito aqui muitos Senadores, que haja dinheiro sobrando, mas, mesmo sobrando dinheiro, o Governo pode usá-lo para fazer Copa, Pan, estradas e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem colocá-lo na saúde, no Bolsa-Família, jogando a culpa naqueles que não prorrogaram a CPMF. Não quero receber essa acusação amanhã. Além disso, quero um programa que seja provisório, porque desnecessário.

É aí, Senador Sibá Machado, considero a posição que consegui negociar, junto com meu Partido, no Ministério do Planejamento: a de que fique ainda a CPMF, mas aumentando os recursos para a educação, acabando com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que hoje rouba 20% do que vai para a educação – R$7,7 bilhões seriam em 2008. Acabar com isso é o caminho, para que a CPMF fique não apenas provisória, mas desnecessária. E isso ocorrerá quando os filhos daquelas famílias que hoje recebem o Bolsa-Família, Senador Augusto Botelho, depois de terem estudado, não precisarem receber mais Bolsa-Família nenhum. Por enquanto, elas vão precisar, sim, receber o Bolsa-Família, vão precisar, sim, receber a escola, sem o que o Bolsa-Família ficará necessário para sempre, e a CPMF ficará, em vez de provisória, permanente, para sempre.

Se fizermos com que haja essa permanência, por uma votação aqui, apenas por uma decisão política e fiscal, mas sem base para que a CPMF seja desnecessária, nós, do Senado, vamos receber a culpa. O Governo não hesitará um segundo em jogar a culpa no Congresso, pela falta do Bolsa-Família e pela sobra das filas na frente dos hospitais.

É por isso que creio que poderemos, sim, prorrogá-la agora, mas garantindo recursos para a educação e, mais adiante, vinculando, de fato, o Bolsa-Família à educação; fazendo com que volte o nome para o Bolsa-Escola, sim, porque tem um significado muito especial a palavra "escola", e fazendo-o voltar, sim, para o Ministério da Educação, porque, enquanto estiver no Ministério da Previdência e Assistência Social, não haverá motivação lógica para controlar a freqüência. Também é preciso separar, sim, os programas assistenciais – que são necessários – de um programa educacional, como o Bolsa-Escola. Se a gente fizer isso, a CPMF não vai demorar a ficar desnecessária; sua provisionalidade deixará de ser apenas uma intenção e passará a ser, sim, uma razão, espontânea até. Até lá, creio que votarmos, pura e simplesmente, para suspender esses recursos será muito mais arriscado para nós, do Congresso, Senador Paulo Duque, do que para o próprio Governo.

Mesmo que seja verdade o que dizem aqui – por mais que analise as contas, não consigo chegar a uma conclusão sobre se sobra ou não dinheiro, até por causa do aumento constante dos gastos do Governo –, se sobrarem recursos, o Governo vai usá-lo para outras coisas e jogará em nós a culpa pelo fato de impedirmos que as famílias recebam o Bolsa-Família, e a saúde, os recursos que a CPMF lhe atribui.

É por isso que acho que, com todas as desvantagens da prorrogação da CPMF, com todo o custo político sobre cada um de nós, individualmente sobre mim – noto isso pela quantidade de *e-mails* que recebo todos os dias –, ainda é mais responsável exigir mais recursos para a educação e aceitar a possibilidade da continuidade da CPMF, com a redução da alíquota ao longo do tempo, como já está combinado, do que, pura e simplesmente, acabar com os R$38 bilhões do Governo, deixando-o ou sem dinheiro ou com dinheiro para outras coisas e com a possibilidade de jogar a culpa no Congresso.

Concluo, antes de passar a palavra ao Senador Sibá Machado, que já a havia pedido, dizendo que, apesar disso, a proposta que aqui fez hoje o Senador Geraldo Mesquita merece nossa consideração. Creio que levar esse tema para um plebiscito, no qual as famílias beneficiadas pelo Bolsa-Família venham votar, será muito positivo, Senador Paulo Paim. Recebi aqui dezenas de pessoas contra a CPMF, mas nenhuma mãe do Bolsa-Família se manifestou contra esse programa. Não recebi nenhum sem gravata, entre todos que vieram pedir para acabar com a CPMF. Todos estavam de gravata. Se for feito um plebiscito, os de gravata e os sem gravata vão votar, Senador Mão Santa. O senhor sempre me diz: "Nunca fique contra a voz do povo". A voz do povo é o plebiscito. A posição do Geraldo Mesquita, hoje, para mim, foi a mais sábia que ouvi em todo esse debate.

Fica uma dúvida – e o Senador Geraldo Mesquita está aqui presente – sobre se a convocação do plebiscito agora forçaria a volta do projeto para a Câmara, o que poderia atrapalhar completamente as finanças. Fora isso, Senador, sua proposta é o que há de mais sábio. Em vez de ficarmos aqui sujeitos a *e-mails* – como as centenas que recebi contra minha posição; na Fiesp, há engravatados, pedindo que acabe a CPMF –, vamos dar a esses engravatados o direito de voto que têm, mas precisamos dar também o direito de voto às famílias do Bolsa-Família, aos doentes que vão aos hospitais. Que eles digam se querem acabar com a CPMF!

Sua posição, Senador Geraldo Mesquita, é a mais sábia que recebi até aqui. Entretanto, concluo, mesmo antes de passar a palavra a V. Exª, dizendo

que não quero que o Congresso fique com a pecha de que acabamos com o Bolsa-Família. E não quero um programa permanente. Quero transformar aquele "p" em provisório, mas não o provisório da decisão arbitrária e, sim, o provisório da desnecessidade da contribuição. E essa se dá somente pela escola, pela educação, garantindo que todos estudem em escolas iguais para todos.

Nisso, acho que dei minha contribuição ao conseguir que a gente acabe com a DRU, essa famigerada DRU, porque, enquanto a CPMF tira 0,38% dos meus cheques, ou seja, menos de 0,5%, a DRU tira 20% das crianças, tira 20% do dinheiro que ia para a educação!

Estou com a consciência tranqüila na proposta que fiz e na que está sendo negociada.

Finalmente, quero dizer que, realmente, muitos dos *e-mails* que recebo, Senador Paim, dizem que sou ingênuo, que o Governo não vai cumprir o prometido. Como eu disse que, na primeira vez, ingenuidade é um direito, mas que, na segunda vez, é estupidez, quero deixar claro aqui: se pela segunda vez eu for enganado, não me candidatarei mais a voltar ao Senado. Tenho o direito de ser ingênuo – até disse aqui que ser ingênuo, numa Casa de tantos espertos, é um elogio –, mas não mereço o título de líder dos estúpidos. Não repetirei minha candidatura ao Senado, se, por acaso, for traído outra vez pelo Governo na negociação que estou fazendo, para que se extinga a DRU.

Estou com a consciência absolutamente tranqüila de tentar fazer com que a CPMF deixe de ser necessária, combinando a manutenção dessa Contribuição por algum tempo com recursos maiores para a educação. A gente tem a consciência tranqüila, mesmo sabendo do risco de virar um estúpido, porque o Governo não cumpre o que promete. Mesmo assim, a gente tem de ir em frente, com a cabeça erguida. Sei que cumpro a tarefa que este mandato me exige.

Isso era o que eu tinha para falar, mas quero passar a palavra aos aparteantes: Senador Sibá, Senador Geraldo e Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Cristovam, em virtude do tempo, o aparte ficará entre os três Senadores, solicitando que façam um aparte objetivo a V. Exª, que, logicamente, terá de responder.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E o farei de maneira objetiva também.

Tem o aparte o Senador Sibá.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Na verdade, então, Senador Cristovam, terei de encurtar bastante. Eu queria aparteá-lo, fazendo duas análises sobre o pronunciamento de V. Exª. Deixo uma de lado; vou ficar com a segunda. Muitos Senadores ligados à Medicina fizeram um trabalho profundo, para, ao longo da conversa sobre a CPMF, tratar da garantia dos recursos de saúde. Isso foi muito positivo, e está firmado todo um calendário para a votação de projetos na direção de garantir recursos para a área de saúde. V. Exª insistiu na questão e vai conseguir realizar o que quer – já está conseguindo fazê-lo –, pois será abordada a avaliação sobre a área de educação. É quanto a isso que quero parabenizar V. Exª. Tenho a certeza de que V. Exª convenceu a Bancada, que convenceu o Governo, e está acatada a idéia de preservar também recursos para a educação. Por último, devo dizer que sei também que, na transferência de renda, os mais pobres tendem, sim, a ser mais honestos, e as pessoas que recebem o recurso e mudam seu padrão de vida se recusam, de maneira própria, a continuar recebendo o benefício do Bolsa-Família. Portanto, também acredito, por força até das circunstâncias das próprias pessoas beneficiadas, que a CPMF, também para essa finalidade, terá seus dias contados. Portanto, parabéns pela conquista dos recursos para a educação!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Geraldo Mesquita, tem V. Exª a palavra.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Cristovam, a proposta que fiz, parte da qual V. Exª ouviu quando estava presidindo a sessão, é uma homenagem ao princípio da democracia participativa. Quem pode ter medo de um referendo popular, Senador Buarque? Pelo amor de Deus!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Estou de acordo com o senhor.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Ali fora, um repórter me disse: "Submeter a questão tributária a um referendo popular leva a um resultado previsível". Ora, o referendo do Presidente Chavéz também não era previsível? E deu o contrário. Contrariando todas as previsões, deu o contrário, não é? O das armas era previsível, mas deu o contrário. Então, acho que a gente tem de ter muita humildade para não ficar prejulgando o que o povo acha ou não acha. A gente só pode aferir o que o povo quer, do que o povo precisa, submetendo a ele uma decisão como essa, não dizendo antes: "Isso é previsível. O povo brasileiro vai dizer 'não'; vai dizer 'sim'". Não. Acho que a gente tem de ter humildade, porque, do contrário, a gente falta até com o respeito ao povo brasileiro quando lhe sonega uma possibilidade dessa, ao argumento de que a decisão dele será previsível.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Estou de acordo com o senhor. Se for previsível, que seja, mas é a vontade do povo!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Sim, eu queria esclarecer ainda mais um detalhe. Essa proposta, talvez, possa encaminhar até um consenso nacional nesta Casa, Senador Buarque. E, se a gente colher um consenso nesta Casa, a gente quebra interstício, vota de hoje para quinta-feira, a matéria vai para Câmara, que faz a mesma coisa. A CPMF estará aprovada, mediante sua confirmação, em outubro de 2008.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero repetir aqui que considero sua proposta absolutamente sábia, democrática e eficiente. Aqueles que acham que a CPMF estaria recusada pelo voto não fiquem tão tranqüilos, porque, na hora de explicar bem de onde vem o dinheiro e para onde vai o dinheiro, o povo pode votar, sim, pela CPMF. É uma questão de a explicação ser dada. E a gente sabe como o Presidente Lula é capaz de explicar as coisas para o povo; não acho nem um pouquinho difícil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, peço a V. Exª que conclua.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não acho nem um pouquinho impossível que ele consiga aprovar a CPMF mais facilmente no plebiscito do que até aqui, no voto, no Congresso.

Por isso, parabenizo sua posição, que acho correta. Deixo apenas em dúvida a conseqüência disso nas contas públicas de 2008, se se forçar uma volta da matéria à Câmara dos Deputados.

O Senador Mão Santa, Sr. Presidente, ainda está com o pedido de aparte. Passo a palavra para S. Exª.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam, Ariano Suassuna, intelectual como V. Exª, que está na moda, disse que o otimista é mais para ingênuo, que o pessimista é um amargo e que ele procura não ser nenhum dos dois. Ele disse isso lá, mas não vamos ao caso. V. Exª, educador, viu recente pesquisa em que o Brasil foi o último colocado quanto ao conhecimento das ciências. A maioria dos estudantes ficou estarrecida, acha que a Terra fica parada. Atentai bem! Quero dizer o seguinte: V. Exª viu aqui a lucidez de Geraldo Mesquita. Eu não estava aqui no seu pronunciamento. Mas é a lucidez. Como V. Exª é respeitado na educação, ele é Procurador da Fazenda. Então, ele foi muito claro – esta é a Casa dos pais da Pátria –, para o Luiz Inácio ouvi-lo. Ele é Procurador da Fazenda. Então, ele disse, depois de estudos e de pesquisas – citou os economistas –, em um pronunciamento daquela sexta-feira, que a CPMF não chega a 4% e que, se a máquina atuar pegando os sonegadores – não nós, que a defendemos –, os aloprados que enganam a Pátria, e evitar a...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, há vários oradores inscritos, e eu pediria a colaboração.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Encerro, dizendo que a própria máquina tiraria essa diferença. V. Exª não vai ser traído, porque ela vai ser enterrada, a bem da verdade, em defesa do povo brasileiro, esfolado e explorado, que não sabe para onde vão os impostos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Encerro, nos 42 segundos que tenho, Sr. Presidente, lembrando, até porque V. Exª primeiramente não estava aqui, que voto, que desejo que a CPMF seja provisória por ficar desnecessária, não apenas por um gesto que seja feito por nós Senadores ou pelo Governo.

Além disso, não quero que pese sobre esta Casa o fato de, amanhã, o Governo sendo obrigado a isso ou até nem sendo obrigado, o Bolsa-Família acabar e de as filas aumentarem nos hospitais; não quero que sejamos os responsáveis por isso.

Para que a Bolsa-Família cumpra seu papel e para que haja a provisionalidade definitiva por desnecessidade, é preciso aumentar recursos para a educação. E isso, nas negociações feitas, nós conseguimos.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª a paciência, sobretudo, em relação aos apartes, porque meu discurso se deu dentro do tempo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, Presidente-Interino.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança, nos termos do inciso XIV do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal.

V. Exª dispõe de até sete minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no final de semana, tivemos boas notícias e péssimas notícias.

Uma boa notícia foi a derrota do Hugo Chávez, que é a derrota do populismo e dessa tentativa de mais um mandato. No Brasil, acho que fica definitivamente encerrado esse assunto quando se vê que, na Venezuela, onde se gastou um monte de dinheiro

para convencer a população, lá mesmo, isso foi rejeitado. Aqui, deve ficar encerrado o assunto de terceiro mandato. Eu já sou contra a reeleição, quanto mais o terceiro mandato. Os males que a população sofre com um segundo mandato, talvez, em alguns casos, sejam medidos apenas a médio e longo prazo; em outros, imediatamente. Por isso, é uma boa notícia a derrota do Hugo Chávez.

A péssima notícia, Senador Papaléo, é o fato de o Paraná, um time do meu Estado, ter ido para a segunda divisão, embora o Coritiba tenha subido para a primeira. Outra péssima notícia é o fato de o Corinthians também ter ido para a segunda divisão.

Porém, eu quero falar de uma boa notícia. Há muito tempo, o PDT vem pregando que não dá... Principalmente o Senador Cristovam Buarque pode falar disso e acabou de falar alguma coisa aqui – coincidiu, nós não combinamos, mas parece que combinamos. É o seguinte: quando o Cristovam era Governador do Distrito Federal, criou-se o Programa Bolsa-Escola. O Governo mudou o nome para Programa Bolsa-Família, mas desvirtuou-o; mudou e estragou o programa. Agora, vejo uma notícia muito importante. A Secretária – deixe-me ler aqui, porque, se o Suplicy não sabe os nomes dos Ministros do Governo, também não tenho obrigação de saber – Nacional de Assistência Social, Ana Lígia Gomes, anunciou, Senador Mário Couto, que, a partir de agora, ou de 2008, as famílias cadastradas no Bolsa-Família deverão matricular o filho na escola, como já acontece hoje, mas o aluno deve ter uma freqüência de 85%. E mais: deverá ficar em atividades complementares, o que significa um modelo moderno de educação integral, instituído no tempo em que Brizola era Governador.

Pois bem, há muito tempo venho criticando o Bolsa-Família porque, sem exigir a permanência na escola, não tenho dúvida alguma de que esse programa incentiva a miséria, a pobreza e o ócio. Muitas famílias não querem ter registro em carteira de trabalho para terem direito ao Bolsa-Família, pois recebem R$120,00 por mês e R$18,00 por filho.

Então, se também formos ver o crescimento demográfico da população carente, vamos verificar seu crescimento com o Bolsa-Família. Incentiva? Claro que incentiva. É um tabu falar sobre isso? É chato falar sobre isso? Mas alguém precisa ter a coragem de falar!

Na campanha para Governador, eu dizia: Olha, esse é um programa emergencial! Tudo bem!, tem que ficar. Mas, no nosso Estado, temos de consertá-lo. Vamos exigir que nenhuma criança ou nenhuma família receba esse benefício sem ter o filho matriculado na escola e com uma freqüência de 85% – tudo bem, eu falava em 90%, mas 85% está bom. No entanto, é preciso ter o filho na escola. Do contrário, vira um programa assistencialista dos mais perigosos.

Um dia, no avião, sentou perto de mim alguém da Argentina que veio trabalhar no Brasil, e ele dizia: "Olha, não quero ser pessimista, mas, lá na Argentina, esse tipo de programa criou a cultura de que não é necessário trabalhar". Criou a cultura do ócio. E nós não queremos que isso aconteça no Brasil.

Agora, quanto a essa notícia – vou repetir aqui o Cristovam –, não quero ser ingênuo, mas preciso ver isso acontecendo para que se transforme realmente numa notícia muito importante para o País. Às vezes, as pessoas não dimensionam bem o significado de uma ação dessas, mas o fato de se corrigir o Bolsa-Família, exigir-se freqüência na escola e exigir-se, sobretudo, um desempenho daquela criança para que a família perceba ou receba esses benefícios, isso é de extraordinária importância. Muda completamente o programa. Muda, porque passa a ser um programa de incentivo à educação: as famílias serão obrigadas a colocar os seus filhos na escola e acompanhar o seu desempenho. E, se isso aqui for aplicado, nós vamos parar de dizer que programas assistencialistas como esse incentivam a miséria e mandam muitas crianças para os sinais de trânsito, mandam muitas crianças para as ruas, porque são as mesmas crianças, filhos dos beneficiários do Bolsa-Família, que estão nas ruas, em vez de estarem na escola.

E a educação integral, que era uma bandeira do Brizola, virou a bandeira do PDT. Vou até contar uma coisa, Senador Papaléo Paes: num programa humorístico, há uma personagem de uma cidade chamada Pato Branco, lá do Paraná. Lá na Rede Globo, há essa personagem, que faz o papel de uma trabalhadora de Pato Branco. Na verdade, o sotaque dela não tem muito a ver com o de Pato Branco, mas sempre é bom que se lembre dessa cidade, no sudoeste do Paraná. Digo a V. Exª o seguinte: a grande notícia que tenho sobre Pato Branco não é a personagem da Rede Globo, mas a de que, quando o Prefeito do PDT entrou, eu lhe disse para fazermos um projeto-piloto naquela cidade, que tem um avanço no que se refere à educação, com o Cefet, com as universidades tecnológicas instaladas, cursos superiores e outras faculdades particulares. Sugeri que fizéssemos uma experiência com as crianças de Pato Branco, colocando-as na escola em tempo integral, como um projeto-piloto para o PDT. O que aconteceu? O Prefeito é uma pessoa simples – o Senador Cristovam Buarque deve conhecer o Roberto Viganó. Ele disse: "Se é uma ordem, vou obedecê-la". Eu disse que era uma recomendação do PDT. Ele fez aquilo com tanto capricho, com uma meta de 20% por ano, que, em três anos de mandato, ele está com

60% das crianças em tempo integral. No final do seu mandato, 80% das crianças estarão em tempo integral. Como a pesquisa indica que ele vai se reeleger, ele vai colocar, Presidente Sarney, 100% das crianças na escola em tempo integral. Isso é um exemplo de que é possível fazê-lo se houver uma vocação de alguém que está ali para governar.

Outra coisa que ele fez, Presidente Sarney – V. Exª vai gostar porque é algo inusitado, pois ele é uma pessoa muito simples, de gestos tão simples e diferentes –, e que me surpreendeu: quando cheguei ao hotel em Pato Branco, ele me chamou para ver na praça uma coisa que não existe em nenhuma cidade. Lá está um painel com todas as contas da Prefeitura mês a mês. Então, fica lá por trinta dias, e as pessoas podem ir ver o balancete da Prefeitura daquele mês e verificar onde está sendo aplicado o dinheiro.

E sabe o segredo dessa educação integral? Ele cumpre o que está na Constituição e aplica o mínimo que a Constituição exige. E sabem por que a saúde em Pato Branco hoje é um exemplo também para o País – porque lá ninguém está reclamando da saúde, e não precisa nem falar de CPMF? Porque lá o Prefeito investe 30% do orçamento em saúde, Senador Papaléo.

Então, estou citando isso como exemplo, mas temos outros. Em Foz do Iguaçu, o Prefeito é do PDT, já há avanços com a escola em tempo integral, muito moderna. Tudo o que você imagina tem na escola, para que o aluno possa aperfeiçoar-se e formar-se como cidadão. Saber primeiro o seu direito para, depois, entender qual é a sua responsabilidade. Em Paranaguá, estamos avançando. Então, o PDT está colocando em prática o discurso da bandeira pela educação, mas com projetos-piloto que podem ser expandidos. E fico muito feliz que o Governo Federal anuncie que, para o ano que vem, quem quiser fazer parte do Bolsa-Família vai ter de pôr o filho na escola, sim, e ter 85% de freqüência, devendo, sobretudo, o pai acompanhar o desempenho desse estudante na escola. Era isso o que faltava para não fazer com que esse projeto seja um dia o responsável pela formação de uma cultura muito ruim para o País, de que não é preciso trabalhar para se sustentar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em falas de cinco minutos, infelizmente, o Regimento não permite, Senador Cristovam.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Cristovam Buarque, imagino que V. Exª ia apoiar a fala, mesmo porque o pronunciamento de V. Exª foi na mesma direção. Quero exaltar aqui, Senador Cristovam, essa nossa luta agora em relação à DRU, que é exatamente no caminho de destinar mais dinheiro à educação. São R$5 bilhões a mais por ano que irão para a educação, para que um dia – quem sabe – esse sonho da escola em tempo integral, num conceito moderno, e não o de deixar a criança presa dentro da escola o dia inteiro, possa ser realidade em todo o País, como é na cidade de Pato Branco, do meu amigo o Prefeito Roberto Viganó.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Presidente José Sarney, por cessão do Senador Augusto Botelho.

S. Exª dispõe de até dez minutos; a seguir, passaremos à Ordem do Dia. (Pausa.)

Após o Senador Sarney e antes da Ordem do Dia, haverá uma breve comunicação do Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, venho a esta tribuna para me congratular com o povo da Venezuela, que, ontem, em memorável decisão, afastou a possibilidade de implantar no continente um Estado autoritário, cujo Presidente poderia eleger-se indefinidamente, e as regras básicas da democracia desapareceriam. Teria o Presidente o poder absoluto de demitir o vice-presidente, governadores, chefes de distritos, criar áreas dentro do país, separá-las, enfim, teria o poder absoluto.

Mas a democracia é realmente o grande regime, aquele que tem extraordinária força. E foi por meio do processo democrático que, contra todas as expectativas, o povo da Venezuela resolveu não aprovar esse tipo de governo e manter-se no caminho do aprimoramento das instituições democráticas.

Portanto, esse fato é, sem dúvida, uma notícia que certamente tranqüiliza todos nós. Desde o princípio, há mais de dois meses, tenho eu, desta tribuna e fora dela, em fóruns internacionais, defendido a necessidade de evitarmos que na América Latina houvesse um governo dessa natureza, sobretudo porque a América Latina é o continente mais pacífico da face da Terra. Há oitenta anos, nós não temos nenhum conflito aqui. O último foi a Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai,

que não chegou a ser uma guerra, mas um entrevero. Fora daí, este é um continente cujas fronteiras são pacíficas, onde estamos todos cobertos pelo Tratado de Tlatelolco, pelo qual nós nos obrigamos a jamais partir para experiências nucleares. Estamos cobertos pela decisão das Nações Unidas, por proposta feita pelo Governo brasileiro quando eu era o Presidente, de considerar o Atlântico Sul uma área de paz por onde jamais poderiam transitar armas nucleares.

Sr. Presidente, nós estávamos vendo que o problema da Venezuela não era somente o das instituições, mas também o de armar-se a, de certo modo, ameaçar essa paz, essa condição pacífica que temos no continente sul-americano.

O povo da Venezuela, portanto, deu uma demonstração de que a força jamais pode submeter as consciências quando se tem uma grande causa a defender. Foi por isso que todo o mundo recebeu com grande surpresa o resultado do plebiscito de ontem na Venezuela.

Nestas minhas palavras, Sr. Presidente, não vão de maneira alguma, e eu já disse desta tribuna, qualquer restrição de caráter conservador. Ao contrário, acho que as esquerdas são necessárias, e já o disse desta tribuna. Elas são necessárias porque constituem um avanço, e às esquerdas devemos muitas das experiências que o capitalismo incorporou, como o desenvolvimento, como a questão social.

Portanto, o que desejávamos é que a esquerda da Venezuela fosse do tipo da esquerda do Presidente Lula ou de Bachelet, no Chile, e não uma esquerda que pudesse marchar para radicalismos, para coisas ultrapassadas e, sobretudo para essa coisa inaceitável que já o mundo recusou, que foi o socialismo de estado.

Ouço o nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Presidente Sarney, há poucos tive a oportunidade de ouvi-lo alertando sobre as ameaças que vinham da Venezuela. V. Exª, com experiência e sabedoria de quem na Presidência da República agiu em função da integração latino-americana, falou com autoridade. Hoje, o que estamos comemorando é exatamente a força que vem da população, a força da democracia, porque o Presidente Hugo Chávez valeu-se de todos os instrumentos da coerção e, apesar disso, perdeu. É notável a força da democracia, Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – E é por isso que nós devemos, cada vez mais, aprofundar o processo democrático no nosso continente e também na América Latina e no mundo inteiro.

O caminho do desenvolvimento passa pela democracia.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente José Sarney, o senhor ficou na nossa América, e houve um homem que ficou na história do mundo como *El Libertador,* Simon Bolívar. V. Exª ficou na história como "o senhor democracia". V. Exª foi responsável pela transição democrática que hoje vivemos neste País e V. Exª teve a coragem – eu conheço a sua história – de ser uma das vozes a se levantar, porque a nossa história é muito mais ligada à tradição cultural da Grécia, da Itália, do Senado romano, que dizia "o Senado e o povo de Roma mantendo a democracia"; dos franceses, com seu grito de liberdade, igualdade e fraternidade; dos ingleses e dos norte-americanos do que à tradição de Cuba, da Venezuela, da Bolívia, do Equador, da Nicarágua e, no além-mundo, do Irã. V. Exª fica na história. Do mesmo jeito que os venezuelanos são orgulhosos de Simon Bolívar, *El Libertador*, nós, brasileiros, temos orgulho do "senhor democracia" Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado pela generosidade das suas palavras, Senador Mão Santa, que expressam sempre a grandeza do seu coração e da sua estima.

Eu me sinto na obrigação de defender, no País, a democracia e a paz no continente, porque o povo brasileiro me entregou, pelo destino, a missão de ser o Presidente da transição democrática. E penso que cumpri com o meu dever. E, durante aquele tempo, tivemos eleições todos os anos e fizemos o processo democrático de tal modo que, no último ano do governo, na eleição presidencial, um operário quase chegou à Presidência da República. Refiro-me ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Bolívar, que hoje é invocado pelo Presidente Chávez, foi realmente um homem excepcional, mas nem existia socialismo naquele tempo. A palavra "socialismo" aparece nos dicionários em 1838. Bolívar morreu em 1828, portanto, não podemos falar de um socialismo bolivariano.

Por outro lado, o que Bolívar decidia na sua vida excepcional, cujas biografias eu tenho lido muitas delas, inclusive a última de Garcia Márquez que foi El General en su Labirinto. Também li as Memórias del General O'Leary que o acompanhou nas campanhas de libertação. São vários volumes e muitas das suas

glórias ele deve ao depoimento de O' Leary sobre as batalhas que ele teve. Ele estava muito mais contra as monarquias. Era essa a sua bandeira a favor das repúblicas. Ele participou do Estado-Maior do Exército de Napoleão na Península Ibérica. Ele não tinha nada com o socialismo. Ao contrário, os seus ideais eram outros. Eram ideais de integração, eram ideais de uma América Latina bolivariana integrada. Era nesse sentido que ele sempre combateu.

Portanto, penso que hoje devemos apenas louvar esse resultado e fazer um apelo ao Presidente Hugo Chávez para não só reconhecer a vontade do povo bolivariano por um processo democrático, por uma Esquerda que seja progressista e aprofundadora da democracia, mas que ele também abandone o caminho das armas – armar-se para tornar a Venezuela uma potência militar – e, ao contrário disso, seja um homem integrado à paz nas Américas, à paz entre os nossos povos para que essa solidariedade e cooperação seja cada vez maior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, para uma comunicação inadiável. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Epitácio Cafeteira, para uma questão de ordem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhamos a V. Exª o desligamento do PTB daquele Bloco do qual fazíamos parte. O PTB não teve cargo algum, nem presidência de Comissão, nada por indicação da Líder do nosso Bloco.

Então, o que gostaríamos, nós do PTB, de saber de V. Exª é que rumo tomou a nossa decisão e que conseqüências virão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Epitácio Cafeteira, a Presidência determina à Secretaria da Mesa que colete as informações que V. Exª apresentou anteriormente, quando do desligamento do Bloco, e estabeleça, ainda, o cálculo de proporcionalidade do direito que terá o PTB junto às Comissões, cuja resposta será dada a V. Exª, no máximo, em 48 horas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei bastante breve.

Encaminho à Mesa, para registro nos Anais da Casa, o artigo publicado nos jornais O *Estado de S.Paulo* e *O Globo*, de ontem, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujos título e subtítulo são os seguintes: *Direito e avesso* e *Se for da vontade da maioria, um presidente se transforma em tirano*.

É um artigo extremamente culto, oportuno, e mais oportuno do que nunca porque, agora, corroborado pela manifestação cidadã e democrática do povo venezuelano. A maioria não foi votar, nem foi votar! E, da minoria que o fez, Chávez perdeu. Ou seja, se Deus quiser, não se confirmará a posse da Venezuela por um tiranete que ameaça a paz subcontinental. Por outro lado, corroborado também pela manifestação absolutamente consciente do povo brasileiro que, segundo pesquisa Datafolha, à razão de 65% dos nossos patrícios, disse não à suposta aventura pelo terceiro mandato para o Presidente Lula ou para quem quer que fosse. Mais forte ainda é essa expressão não somente porque ela é a mesma, independentemente de classe social, de faixa etária, de nível cultural, de região e, mais ainda, porque a mesma pesquisa dá uma avaliação muito generosa para o governo do Presidente Lula, 50% de bom e ótimo, o que é uma marca, eu diria, bastante significativa. Ou seja, uma coisa é dizer "estamos gostando do governo que está fazendo o Presidente"; outra é dizerem "Senhor Presidente, terceiro mandato? Neca de pitibiriba". Ou seja, governe, se Deus quiser aprovado até o final, mas nem sonhe com um terceiro mandato no Brasil. Dizíamos: o Brasil não é a Venezuela. Eu digo assim: a Venezuela está virando o Brasil. Terceiro mandato nem lá nem cá.

Peço a V. Exª que insira nos Anais do Senado a matéria que solicito, assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulada Direito e Avesso, publicada no **O Globo** e no **Estadão** de ontem, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Direito e avesso

Se for da vontade da maioria, um presidente se transforma em tirano

Parece que a política nacional entrou de novo na zona cinzenta onde todos os gatos são pardos e se lê o direito pelo avesso. No horizonte nublado da política, não só aqui, mas no resto da América Latina, brotam "idéias novas". A que vem com mais força é uma releitura truncada da teoria e da prática da democracia, a qual esta residiria apenas na regra de ouro de ouvir e obedecer à vox populi. Democrático seria o regime que consulta o povo, faz plebiscitos. Se for da vontade da maioria, um presidente se transforma em tirano e palmas para ele.

Vivemos hoje a democracia em sociedades de massa, compostas por indivíduos frouxamente ligados a instituições como partidos e sindicatos, mas interconectados pelos modernos meios de comunicação. Ninguém imagina que nessas condições a democracia se restrinja à eleição de candidatos enquadrados em partidos. Ela sempre foi muito mais do que isso. Sempre supôs a igualdade perante a lei, o respeito aos direitos da pessoa humana e à voz das minorias e regras para a alternância do poder. Tudo isso deve ser mantido, junto com a difusão das informações e da conseqüente possibilidade de o cidadão opinar ativamente no processo decisório. Nada contra, portanto, que se consulte diretamente o povo sobre questões definidas, desde que haja debate prévio e livre para que as opiniões se formem. Nem muito menos que se ampliem os canais de participação popular no processo deliberativo. Quando, entretanto, se criam condições para transformar as consultas em formalidades manipuladas pelo peso da presença governamental na mídia ou pelo uso dos benefícios governamentais para provocar a adesão ao líder, só se lendo o direito pelo avesso se pode falar em democracia.

E isso está ocorrendo, mesmo entre nós. Na recente Convenção do PSDB, exortei o presidente Lula a ser explícito na rejeição ao terceiro mandato. Fiquei contente ao vê-lo dizer, na edição de O GLOBO de domingo passado, que "resiste" ao terceiro mandato. Ao dizer que resiste, sugere que há quem queira. Em seguida, a nuvem: o deputado Devanir Ribeiro, diz Lula, não propôs terceiro mandato, propôs "apenas" que o presidente possa convocar plebiscitos. Ora, se a Constituição veda essa faculdade ao presidente, é exatamente para não abrir espaço ao governo autocrático com manipulação da vontade popular. É por isso que qualquer consulta popular deve, primeiro, ser aprovada pelo Congresso, limitando o poder pessoal.

Pena o presidente não ter parado na primeira afirmação. Ao continuar a argumentação, não se limitou a passar a mão na cabeça do autor da manobra continuísta. Depois de haver justificado as mudanças na Constituição da Venezuela com o argumento de que é contra a ingerência na soberania de cada país, entrou em contradição: acusou-me de haver defendido o terceiro mandato de ... Fujimori! Não defendi nada, presidente Lula. Apenas, segui o princípio de não ingerência, que o senhor defende, e os conselhos do embaixador em Lima (seu ex-ministro de Defesa que hoje o representa, e bem, na Espanha). Achei conveniente não estimular uma conspiração externa e confiar que o povo do Peru se livraria do tiranete por meios próprios.

Seguir princípios de política externa quando se está na Presidência não exclui o dever de atuar para salvaguardar os direitos humanos ou os princípios democráticos em outros países, como estabelecem respectivamente a Constituição e a cláusula democrática inserida nos acordos do Mercosul. Foi o que fiz, em abril de 2002, quando determinei ao chanceler Celso Lafer que interviesse firmemente para repudiar o golpe contra o presidente Hugo Chávez, logo depois do reconhecimento do governo usurpador pelos americanos. Mas esses princípios vedam ao presidente de um país imiscuir-se em política eleitoral de outro. Como fez o presidente Lula ao manifestar-se publicamente em favor da eleição de Evo Morales.

Se Chávez vier a obter apoio para a reforma da Constituição — o que espero ardentemente não aconteça — e vier a ser eleito pela terceira vez, que espaço haverá para o governo do Brasil interferir? Nenhum, salvo se a Venezuela vier a ser incorporada ao Mercosul, e as restrições às liberdades lá prosseguirem, quando, então, ela poderá sofrer sanções e mesmo ser desligada do bloco, com base na cláusula democrática.

É isso que me preocupa: o sofismar contínuo do presidente, deixando o país sem saber tratar-se de astúcia, no que creio, ou de desinformação. Em outro exemplo da mesma natureza ele justifica a eleição indefinida com uma falácia: toma o que é regra no sistema parlamentarista — a permanência reiterada do primeiro-ministro na chefia do governo — e com ela justifica o que é anomalia no sistema presidencialista. Ou então dá uma cambalhota mental e usa a exceção, o impeachment, para dizer que, no presidencialismo, da mesma maneira que no parlamentarismo, há regra para a limitação dos mandatos, mesmo que em tese eles sejam indeterminados.

Como estamos em época de ler o direito pelo avesso, vem o complemento: qualquer objeção que se faça à conduta ou às palavras do presidente provoca logo uma reação despropositada, como se fosse um ato de lesa-majestade ou tentativa de desestabilização política. Cobrar dele respeito a quem trabalha e estuda, e por isso se projeta, vira "preconceito da elite" e crítica velada aos que não tiveram oportunidades para se educar melhor. Nesse passo, mostrar que sua conceituação de democracia é precária pode virar prova de apego elitista aos limites da "democracia burguesa". Assim, de sofisma em sofisma, transforma-se a oposição em conservadora e o atraso em progresso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna para lastimar um decreto presidencial que acaba afastando da coordenação nacional da Pastoral da Criança a Drª Zilda Arns, médica, pediatra, sanitarista, notável cidadã brasileira, cujo trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente; uma extraordinária mulher.

Sua notória competência profissional, notadamente sua obra como Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, organismo da ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, valeu-lhe a indicação ao Prêmio Nobel da Paz em vários anos consecutivos.

Após 25 anos à frente da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança, essa organização ecumênica, que une fé e vida no acompanhamento de crianças, famílias e gestantes carentes em todo o Brasil, a Drª Zilda Arns não ocupa mais essa função desde o dia 29 de novembro.

Por mais insano que pareça, Sr. Presidente, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, vetou repasse à entidade cujo dirigente tenha parentesco em linha direta, colateral ou por afinidade até o segundo grau com qualquer membro dos três Poderes.

Pasmem: o fato de ter o Senador Flávio Arns como sobrinho levou a Drª Zilda a deixar a Coordenação da Pastoral da Criança. A insanidade dos burocratas de plantão!

É evidente que o Senador Flávio Arns deve estar constrangido até por ter sido causa, obviamente não intencional, do afastamento da sua tia, Drª Zilda Arns.

É incompreensível um decreto dessa natureza. A edição desse decreto é a prova cabal da falta da sensibilidade, a ausência completa de razoabilidade. As mentes iluminadas que conceberam esse decreto não devem discernir sobre o trabalho realizado pela Drª Zilda, ao longo de mais de duas décadas à frente da Pastoral da Criança.

São quase dois milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes acompanhadas, todos os meses, em ações básicas de saúde e nutrição, educação e cidadania, indistintamente de cor, raça, credo religioso ou político.

Tudo começou em 1982, ao longo de um debate sobre a miséria, em Genebra. O então Secretário Executivo da Unicef, James Grant, sugeriu ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns que a Igreja poderia reverter a situação da mortalidade infantil no Brasil. Ao retornar ao Brasil, Dom Paulo Evaristo Arns procurou a Drª Zilda, sua irmã, e lhe relatou sobre o debate na Unicef.

Em 1983, nasceu a Pastoral da Criança, a partir de um projeto da Drª Zilda e com o apoio da Unicef. A primeira experiência foi desenvolvida no Município de Florestópolis, no Paraná. A redução dos índices de mortalidade infantil naquele Município, de 127 mortes a cada 1.000 crianças nascidas vivas para 28.000 por mil, após um ano de implantação do projeto, levou a Drª Zilda a apresentar seu projeto aos bispos do Brasil, reunidos em Assembléia-Geral. A partir de então, a Pastoral da Criança foi sendo expandida pela Igreja, por intermédio de sua organização e por sua capilaridade, a todos os Estados brasileiros.

A experiência exitosa da Pastoral da Criança sob a coordenação da Drª Zilda levou a entidade a servir de modelo a países da África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau) e da Ásia (Timor Leste e Filipinas), bem como a se irradiar pela América Latina (Paraguai, Peru, Bolívia, Venezuela, Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, Equador e México.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que os primeiros treinamentos na implantação do projeto em países africanos foram ministrados pela própria Drª Zilda Arns.

O reconhecimento internacional pelo seu trabalho pode ser observado nos inúmeros prêmios nacionais e internacionais conferidos à sua pessoa: Prêmio Internacional em Administração Sanitária, da Organização Pan-Americana de Saúde; Personalidade Brasileira de Destaque, do Unicef; Prêmio Humanitário, do Lions Clube Internacional; Comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo; Medalha de Direitos Humanos, da Comunidade Judaica Internacional; Prêmio Heroína da Saúde Pública das Américas, da Organização Pan-Americana de Saúde entre inúmeras comendas...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... e outros prêmios.

O nosso gesto, a nossa homenagem da tribuna do Senado Federal é o reconhecimento do magnífico trabalho desenvolvido pela Drª Zilda Arns na área da saúde, especialmente no atendimento materno-infantil. A sociedade organizada agradece e aplaude toda a dedicação dessa notável médica, símbolo da competência e da bravura da mulher brasileira. Muito obrigada, Drª Zilda Arns.

Lamentamos que um entrave despropositado – um capricho da burocracia de plantão – possa privar de uma figura da estatura de Zilda Arns à frente da Pastoral da Criança. A sua tenacidade, sua vocação cidadã, seu espírito público incansável não permitirão que ela abandone a luta nem a causa que abraçou. Drª

Zilda deve continuar na equipe da instituição, visitando localidades dentro e fora do País.

O seu alerta não pode ser ignorado:

O trabalho da Pastoral da Criança em 43 mil comunidades do País está ameaçado e pode parar: o decreto foi muito mal elaborado. A assessoria que elaborou o documento nunca pisou o pé na estrada, é desligada da realidade brasileira e castiga os que chegam às mais pobres comunidades, como a Pastoral.

A obrigatoriedade fixada pelo decreto de as entidades efetuarem pagamentos exclusivamente mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços é deslocada da realidade. Estou concluindo, Sr. Presidente.

Como declarou a Drª Zilda ao retornar de uma viagem ao Norte do País: "Visitei cinco Estados da Amazônia. Quer dizer que, para pagar um barco, tem de dar um cheque? Torna-se inviável. São coisas feitas para acabar com as entidades do terceiro setor ou porque ignoram a realidade brasileira".

Para Zilda Arns, o terceiro setor "é uma grande alavanca que ajuda a população pobre". Ela sugere que o Presidente Lula revogue o decreto e, quando for substituí-lo, convoque pessoas capacitadas a contribuir com a melhoria das relações do setor com o Governo.

Portanto, Sr. Presidente, cabe aqui um apelo ao Presidente Lula. Drª Zilda Arns, com toda experiência que adquiriu nesses anos, faz esse apelo, e nós o reiteramos desta tribuna. O Presidente Lula tem de revogar esse decreto e estudar um novo decreto.

Ao formularmos os melhores votos de êxito à missão da Irmão Vera Lúcia Altoé, nova Coordenadora da Pastoral da Criança, esperamos que ela possa sensibilizar as autoridades do Governo Federal a rever o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

As nossas homenagens à Drª Zilda Arns.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Aliás, há algumas questões de ordem, Sr. Presidente.

De acordo com art. 51 do Regimento Interno da Casa, o Presidente, no caso V. Exª, terá apenas voto de desempate nas votações ostensivas, contando-se, porém, a sua presença para efeito de quórum e podendo, em escrutínio secreto, votar como qualquer Senador.

Se pegarmos o exemplo da matéria que está em voga, que é precisamente a CPMF, teríamos então que os Senadores a efetivamente votarem seriam 80 e, portanto, o número negativo, o número que impediria a aprovação da matéria não seria de 33 Senadores, mas sim de 32 Senadores.

Esse é o meu primeiro questionamento, gostaria de ouvir V. Exª a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, a matéria constitucional exige 49 votos "sim". O entendimento regimental da Mesa é de que ela precisa de 49 votos "sim" para sua aprovação. O desafio, portanto, não fica com quem é contrário, mas com quem é a favor da matéria para que ela possa ser reconhecida como aprovada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas o Presidente só vota se...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu estaria só em escrutínio secreto ou em caso de desempate.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Senador Alvaro Dias vai presidir a sessão...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para levantar outra questão de ordem e fazer um histórico dos fatos recentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, vamos propor que o Senador Alvaro Dias possa presidir, pela oposição, a sessão de votação da CPMF, exatamente para que não paire nenhuma dúvida de que estamos fazendo um processo com lisura de votação.

E, mais que isso, já que o Presidente não pode votar, acho que temos uma questão para a Mesa analisar: os três quintos de 81 Senadores é um número, os três quintos de 80 Senadores possíveis de votar é outro número, portanto o quórum cairia para 48.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O entendimento da Mesa é peremptório, 49 votos "sim", Senador Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Quarenta e nove votos "sim".

Quero também transmitir uma notícia médica. O Senador Alvaro Dias, que é muito assíduo na tribuna e no combate, foi recomendado pelo seu médico de que poderia abusar hoje, enfim, mas a impressão que tenho é a de que ele estará afônico e não poderá conduzir a sessão da Mesa no dia da votação. S. Exª está com recomendação de fonoaudiólogo para não falar naquele dia. Vai ser uma sessão muito tensa, e S. Exª está gastando as últimas cordas vocais nesses dias de enfrentamento oposicionista à CPMF.

Sr. Presidente, antes de fazer a questão de ordem, gostaria de tratar de assunto que está sendo muito de-

batido na imprensa. O Senador Renan Calheiros pode ser cassado ou pode ser absolvido. Se for absolvido, ele pode renunciar ou não renunciar. Se for cassado ou se, absolvido, renunciar, o Senador Renan Calheiros verá precipitada sua sucessão.

Em nome do PSDB – e tenho certeza de que em nome do DEM e em nome de todas as oposições –, faço um apelo para que não se confirmem os boatos de que, no dia seguinte, seria feita uma eleição. Até porque o Governo está articulado e sabe muito bem, ou deveria saber, quem lançar, quando lançar. Poderemos concordar com o nome sugerido pelo PMDB ou não. Se não concordarmos, vamos legitimamente apresentar um nome do DEM ou do PSDB para concorrer às eleições. E precisamos, dignamente, do tempo mínimo de campanha, para visitarmos os Senadores e propormos um debate entre a candidatura nossa e a candidatura escolhida pelo Governo, se não for uma candidatura de nosso agrado.

Em outras palavras, se açodarmos, estaremos carreando de ilegitimidade esse processo. Se dermos o prazo dos tais cinco dias, estaremos permitindo que a oposição se candidate, se for o caso de ela se candidatar, por meio de um dos seus membros à Presidência da Casa . Se for da noite para o dia, ela estará privada, se for de uma hora para outra, de disputar para valer.

Nesse caso, estaríamos diante da necessidade, talvez, de não comparecer. Elejam e respondam por quem elegeram, sem a nossa legitimação. Para legitimarmos um processo, precisamos ter chance de disputar.

Então, peço a V. Exª, Sr. Presidente, que se manifeste sobre isso, não sei se agora ou em outro momento. Mas requeremos tempo. Se aceitarmos o nome, está aceito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, quando fiz tal afirmação a fiz em razão de demonstrar às lideranças o inteiro desprendimento da minha condição e o meu reconhecimento da condição de interinidade. Mas é evidente que uma decisão dessa natureza, que diz respeito à Casa, tem de ser decidida pelos Srs. Líderes.

Então, a decisão será coletiva, nos termos que V. Exª reivindica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recentemente, três episódios marcaram, significativamente, a condução dos trabalhos desta Casa sob a presidência de V. Exª, até então absolutamente irrepreensível.

Preliminarmente, considero necessário e de fundamental importância um breve relato. Passo a expor os fatos.

No dia 21 de novembro último, durante a fase de discussão a que se seguiria a votação da Medida Provisória nº 391, V. Exª anunciou o encerramento da discussão e votação da matéria. Na ocasião, eu havia pedido verificação de quorum, e V. Exª negou, argumentando que a promulgação da matéria já havia sido anunciada, e deu por encerrado o assunto. Nas seqüência das discussões dos assuntos que se seguiram, o Senador José Agripino invocou o Inciso VI do art 293 do Regimento Interno, que diz:

VI. Não será admitido requerimento de verificação se a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte.

V. Exª, que deu a matéria por vencida, não foi, a meu juízo e à luz do Regimento, convincente na resposta – eu disse isso na ocasião – e, lamentavelmente, terminou por atropelar a todos nós como também ao próprio Senado da República.

Após consultar as notas taquigráficas daquela sessão, constato que o Senador José Agripino tinha razão no encaminhamento de sua postulação e, por conseqüência, V. Exª, com a sua decisão, acabou por cometer um equívoco, sem que, tenho certeza, tivesse esse objetivo. Acabou ficando tudo por isso mesmo: o dito pelo não dito, e o equivocadamente dito ficou como válido.

Na sessão realizada no dia 26 de novembro último, por ocasião da discussão e votação da Medida Provisória nº 392, o procedimento ocorreu de forma diferente: formalizei pedido de verificação de quorum e anunciei que a minha Bancada estava em obstrução. Devo recordar que então ocorreu ligeiro, mas duro, entrechoque e com isso a minha palavra foi colocada em cheque. Tenho a lamentar o juízo com que V. Exª, em suas colocações, cobrou mais eficiência da minha assessoria, conforme registram as notas taquigráficas daquela sessão.

Recorri ao competente trabalho da Taquigrafia da Casa, graças ao que foi possível comprovar que eu estava certo. Havia sido eficiente e criterioso o trabalho de orientação da minha assessoria. V. Exª e sua assessoria é que, na verdade, teriam se equivocado.

Retorno, agora, ao terceiro episódio ocorrido na última sexta-feira, dia 30/11 último, que constitui objeto da questão de ordem que apresento a seguir, Sr. Presidente.

Fiz, até então, um mero relato, mas se V. Exª quiser...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu já me inscrevo para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Eu aguardo a questão de ordem de V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Gosto de ver V. Exª, Senador Aloizio Mercadante, dinâmico, porque eu ainda não apresentei a questão de ordem, e V. Exª já vai contraditá-la.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Conheço tanto V. Exª que já sei exatamente do que se trata e já estou inscrito. V. Exª vai ver que estou preparado para contraditar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou realmente impressionado. Isso é mais do que amor; isso chega a ser mania.

Sr. Presidente, vou à questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SP) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão de ordem, que ainda não li, mas que o Senador Aloizio Mercadante já tem razões para contraditá-la. É algo realmente extraordinário; nem o Thomas Green Morton.

Muito bem, Sr. Presidente. Nos termos do art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a seguinte questão de ordem, com o propósito de pedir esclarecimentos a V. Exª sobre o rito de tramitação das PECs, especialmente no tocante às sessões de discussão e ao respeito ao quórum para início das deliberações.

O Regimento Interno do Senado Federal, ao designar os dias específicos para as sessões deliberativas ordinárias, no art. 154, §1º, assim dispõe: "§1º Considera-se Sessão Deliberativa Ordinária, para os efeitos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, aquela realizada de 2ª a 5ª feira, às 14h, e às 6ªs feiras, às 9h, quando houver Ordem do Dia previamente designada".

Sendo designada Sessão Deliberativa Ordinária, com pauta previamente pública para as 6ªs feiras, esta deve obrigatoriamente seguir o rito das sessões normais dos outros dias, com sessões deliberativas. Ou seja, uma fase constituindo o Pequeno Expediente; e outra, com a Ordem do Dia. O Regimento Interno é claro e preciso sobre o início e o prazo de duração da primeira parte das sessões ordinárias, chamada de Período de Expediente.

> Art. 156. [e para isso aqui chamo a atenção de V. Exªs, que me parece a parte fulcral] A primeira parte da sessão, que terá duração de 120 minutos, será destinada à leitura do Expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 17.

A segunda fase das sessões é a Ordem do Dia, que é descrita taxativamente pelo Regimento Interno como tendo início após o Pequeno Expediente, sendo assim duas horas depois de iniciada a sessão deliberativa ordinária.

> Art. 162. A Ordem do Dia terá início impreterivelmente às dezesseis horas, salvo prorrogação nos termos do art. 158, § 6º.

Nesse sentido, a sessão deliberativa ordinária ocorrida na última sexta-feira, dia 30 de novembro, conforme registro nas notas taquigráficas, desrespeitou de forma inequívoca, Sr. Presidente, dispositivos regimentais. A Ordem do Dia teve início antes de decorrido o prazo de duas horas, que é o tempo designado para o Período do Expediente e teve como conseqüência a nítida falta de *quorum* para que se iniciassem as deliberações da PEC nº 89, de 2007. Cabe ressaltar que a falta de *quorum* foi apenas uma conseqüência reflexa desse equívoco, uma vez que, mesmo obtendo o *quorum*, fica restada a infração regimental pelo não cumprimento da duração do Pequeno Expediente, ou seja, um claro atropelo e desrespeito ao devido processo legislativo.

O Presidente do Senado Federal, em exercício, Senador Tião Viana, deveria ter iniciado a Ordem do Dia somente duas horas após a abertura da sessão, o que restou provado que não ocorreu. Assim, as decisões tomadas pelo Presidente em exercício devem ser de pleno direito anuladas, conforme os arts. 412, inciso III e 413 do Regimento Interno do Senado Federal.

> Art. 412. A legitimidade da elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:
>
> (...)
>
> IV – Nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental.
>
> Art. 413. A transgressão a qualquer desses princípios poderá ser denunciada mediante questão de ordem, nos termos do disposto no art. 441, parágrafo único: Levantada a questão de ordem referida neste artigo, a Presidência determinará a apuração imediata da denúncia, verificando os fatos pertinentes, mediante consulta aos registros da Casa, notas taquigráficas, fitas magnéticas, ou outros meios cabíveis.

Diante do exposto, solicito a confirmação do acontecido, através da reprodução das notas taquigráficas

e o acolhimento da presente questão de ordem, para que seja determinada a anulação da sessão do dia 30 de novembro e a realização de uma nova sessão de discussão para a PEC nº 89, de 2007.

Dou, Sr. Presidente, uma razão bastante básica. Eu havia chegado de Florianópolis e não havia dormido. Com medo de perder o avião, simplesmente não dormi. O avião saiu muito cedo. Estava em meu gabinete, imaginando que, em determinado momento, ou seja, duas horas após o início da sessão, às 11 horas, V. Exª abriria a Ordem do Dia. Eu tinha a convicção de que com 18 membros presentes nós não poderíamos abrir a Ordem do Dia. V. Exª insistiu em sentido contrário. Mas, de qualquer maneira , tendo V. Exª razão ou tendo eu razão, o fato é que as matérias, antes de se completar o período estipulado pelo Regimento Interno da Casa, às 2 horas, as matérias foram sendo lidas de maneira atropeladora pela Mesa, a ponto de não permitir às lideranças de Oposição e, no caso, eu aqui as representava, por exemplo, que pedíssemos o adiamento da votação para testarmos isso no voto nominal. Então, eu considerei que foi um momento de violência sofrida pela Oposição e, embasado no Regimento Interno da Casa, solicito a anulação da sessão, pedindo que seja marcada outra data para que se discuta a CPMF, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, para contraditar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me permite ainda?

Eu pergunto ao Senador Mercadante se era isso mesmo. Era isso? Já sabia? (Pausa.)

É impressionante... Eu terei vida longa, Senador? Eu terei vida longa? (Pausa.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, é sobre a matéria que está em discussão?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É sim. Se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Enquanto o Senador Mercadante se dirige à tribuna, V. Exª fala, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero seguir a mesma linha que seguiu o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, nesse questionamento, pedindo a V. Exª compreensão. Tenho certeza absoluta, pelo que conheço de V. Exª, de que o fato gerador da questão que o Senador Arthur Virgílio e eu levantamos não foi por V. Exª propositalmente liberada. Tenho impressão de que houve algum equívoco, Sr. Presidente. porque, pelo pouco tempo que estou nesta Casa, sei que as sessões deliberativas poderão, simplesmente, ser discutidas depois que a questão de ordem for estabelecida, for aberta. Com relação a essa questão de ordem, está muito claro no Regimento que ela só poderá acontecer se houver quórum de 41 Senadores.

V. Exª optou pelo art. 304 do Regimento Interno, quando deveria ter optado pelo art. 47 ou pelo art. 288 do Regimento Interno. Creio que V. Exª fez uma confusão aí, mas o que fica muito claro é que não havia, na sexta-feira, 41 Senadores. Foi aberta a Ordem do Dia quando só poderia sê-lo com 41 Senadores em plenário. Então, sigo a mesma linha do Senador Arthur Virgílio, pedindo o cancelamento da sessão de sexta-feira e que seja marcada nova sessão em outra data.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para contraditar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, o Senador Arthur Virgílio tem uma característica: nele, o relacionamento político é quase sempre previsível. É verdade que há dias em que ocorre uma alteração de humor que às vezes não conseguimos prever, mas, em geral, ele é previsível. E era absolutamente previsível que ele insistiria nessa questão de ordem, já apresentada na sexta-feira passada.

Eu queria começar dizendo, Senador Tião Viana, que são inquestionáveis neste plenário, hoje, a correção com que V. Exª tem conduzido os trabalhos, a transparência, a atitude, a capacidade, inclusive, de diálogo democrático com o Plenário, coisa que faltou em alguns momentos da história do Parlamento brasileiro. Eu me lembro, na época de Oposição, quantas dificuldades nós tínhamos quando o rolo compressor e a Mesa fechavam questão, sem que essa interlocução, esse debate pudesse ser rico como tem sido. A tal ponto que, na sessão de quinta-feira, o Senador Arthur Virgílio disse que tinha declarado obstrução da Bancada nem a nota taquigráfica identificou.

A competente Secretária-Geral da Mesa, Drª Cláudia, teve o cuidado de ouvir a fita e ela, que também em alguns momentos foi criticada por estar assessorando a Presidência, o que é a sua função, na assessoria à Presidência disse: "Não, na fita é audível a expressão 'A nossa Bancada está em obstrução'." Eu estava do lado e testemunhei esse fato.

Quero, aqui, também elogiar a Drª Cláudia pela conduta que teve de procurar esclarecer e ser absolutamente fidedigna, quando nem a nota taquigráfica conseguiu ouvir com clareza naquela sessão. Todos entenderam "abstenção" e não "obstrução". De qualquer forma, foi feita a correção.

Agora, nesta questão, V. Exª está absolutamente ancorado no Regimento e é uma questão que já foi determinada no passado, portanto na jurisprudência deste Plenário.

O art. 304 é claro: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão". Foi exatamente o que aconteceu. É verdade que são 120 minutos para o Expediente; no entanto, não havia mais oradores inscritos e a Mesa, respeitando o Plenário, deu início, portanto, ao processo em discussão.

Agora, o que realmente ampara a decisão da Mesa? A jurisprudência deste Plenário.

Quero retomar, Senador Arthur Virgílio, uma sexta-feira. Senador Arthur Virgílio, se V. Exª não ouvir, eu não consigo convencê-lo. Eu vou convencê-lo mais que o assessor, se ele deixar. Eu vou convencer mais que a assessoria.

Numa sexta-feira de 1997, estava em discussão – é incrível a história, como ela nos ajuda e nos inspira – a reeleição, a PEC da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Naquela sexta-feira, em 1997, nós éramos Oposição e o Líder da Bancada, o Senador José Eduardo Dutra, solicitou, baseado nos mesmos argumentos que V. Exª expressou na sexta-feira aqui, a mesma questão de ordem. Quem presidia essa sessão era o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães.

Como foi o debate e o que foi argüido? Quando se iniciou a discussão da PEC nº 04, de 1997, da reeleição, no dia 25 de abril de 1997, numa sexta-feira, o Senador José Eduardo Dutra solicitou a verificação de quórum, ao argumento de que não poderia haver sessão deliberativa com número de presentes inferior a 41 Parlamentares – usou a mesma fundamentação, Senador José Agripino.

O Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, objetou, ao argumento de que a matéria estava apenas em fase de discussão. Portanto, havendo (como, de fato, havia) 12 Senadores – repito aqui, apenas 12 Senadores –, número mais do que suficiente para abrir a sessão, poderia haver discussão da matéria agendada.

Na oportunidade, o Presidente Antonio Carlos Magalhães se ancorou no art. 304 do Regimento Interno, que amparava a decisão de manter em discussão a PEC da reeleição, não tendo 41 votos em plenário. E o que é mais importante: quando ocorria o terceiro dia de discussão da referida PEC, encontrava-se em pauta o Requerimento nº 263, de 1997, de autoria do próprio Senador José Eduardo Dutra. Esse requerimento encontrava-se em fase de votação e foi retirado por falta de quórum, passando-se, em seguida, à discussão da PEC nº 04, de 1997, sem qualquer objeção do Senador José Eduardo Dutra, que, inclusive, inscreveu-se para discutir, depois, a PEC nº 4.

Vou ler só uma passagem.

Vários Senadores debateram essa matéria na ocasião: o Senador Waldeck Ornelas, evidentemente, o Senador José Eduardo Dutra, o Senador Bernardo Cabral – como é conterrâneo de V. Exª, farei uma breve citação aqui –, o Senador Carlos Patrocínio e outros. Todos se inscreveram para debater, sustentando a posição da Mesa. Qual foi o diálogo?

O Senador José Eduardo Dutra pede a palavra em nome do Bloco da Oposição:

> **O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª cumpriu fielmente o Regimento desta Casa, no que diz respeito à tramitação de proposta de emenda constitucional. A matéria foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; decorreu o prazo de cinco dias após a publicação(...) Esteja presente o relator da matéria(...) Então, em virtude da evidente falta de **quorum**, apesar de ser uma sessão deliberativa, embora não seja para estabelecer votação e sim discussão, solicito que a sessão seja encerrada, na medida em que não temos **quorum** para discussão. Portanto, esta sessão não pode ser contada como uma das sessões onde houve discussão.
>
> **O SR. PRESDIENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Não posso amparar a questão de ordem de V. Exª, que não está amparada no Regimento.
>
> A matéria está em discussão. Há número para discussão, como tem havido sempre número para discussão, inclusive para prosseguir a sessão, quando há apenas quatro Senadores. V. Exª tem estado muitas vezes na tribuna discutindo o assunto com três, quatro Senadores. Daí por que continuará em discussão a matéria, e vai continuar em discussão por cinco dias consecutivos.
>
> Depois, o debate continua, e o Senador Bernardo Cabral se refere ao art. 155. Passo a ler:
>
> **O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com o maior respeito que tenho pessoalmente ao Senador José Eduardo Dutra, é preciso ficar registrado na contradita que o § 4º do art. 155 é de clareza mediana.
>
> "§4º Em qualquer fase da sessão, estando em plenário menos de um vigésimo da

composição da Casa" (o que não é o caso), "o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, e se, ao fim desse prazo, permanecer a inexistência de número, a sessão será encerrada".

É evidente que V. Exª não pode encerrar a sessão, porque contrariaria frontalmente o Regimento da Casa.

Por essa razão, Sr. Presidente, a contradita está feita, e peço que V. Exª decida a questão de ordem, levando em conta a minha contradita.

Para concluir, Senador Arthur Virgílio, quero citar o próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, que fala exatamente do art. 304 na sua manifestação, sustentando a posição que foi também a decisão do Plenário do Senado Federal naquela ocasião. Amparado no art. 304, o mesmo debate – naquela época, era a PEC da reeleição de Fernando Henrique Cardoso –, com a mesma discussão, só os papéis se alternavam.

Por isso, em função da jurisprudência e, repetindo as palavras de Bernardo Cabral, "da clareza mediana do Regimento", solicito que V. Exª desconsidere a questão de ordem e mantenha a sessão de debate da sexta-feira, porque, de fato, o Regimento foi totalmente contemplado naquela ocasião. Havia quórum para a discussão, não havia mais oradores inscritos e, portanto, era possível. Está na prerrogativa do Presidente do Senado convocar sessões deliberativas para segundas e sextas quando há acordos de Líderes. E houve acordo de Líderes tanto para sexta-feira como para segunda-feira.

(Interrupção do som.)

ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Encerro, desejando longa vida, evidentemente, ao Senador Arthur Virgílio. Mas, seguramente, nessa questão, há amparo legal, há jurisprudência, há precedência e, portanto, a Mesa estava coberta de razões quando deliberou da forma como deliberou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de V. Exª proferir a decisão da Mesa, que poderá ser acatada ou não por esta Liderança, gostaria de contra-arrazoar, amparado pelo Regimento, inclusive por ter sido citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência concede cinco minutos a V. Exª, Senador Arthur Virgílio, mesmo sem previsão regimental. É mais do que justo e importante o debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, registro a minha tristeza, porque S. Exª me garante longa vida, como vidente que já o consideramos, mas não soube responder à questão de ordem que levantei na sessão de hoje. Ele se reportou a algo bem mais velho, bem mais idoso, que foram os fatos da sexta-feira última. S. Exª, não que não seja um bom vidente, mas S. Exª talvez não tenha prestado atenção, porque ele próprio estava às voltas com a competentíssima assessora do PT para assuntos regimentais – qualquer hora faço um projeto de resolução para ela poder falar aqui; daqui a pouco, ela vem e fala e não comete certos equívocos. Segundo, se estou certo – e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dirá – ou se está certo o Presidente Tião Viana – e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dirá –, não vejo por que tenham os do Governo, hoje, que se espelhar em erros passados se eu estiver certo.

Mas, hoje, fui muito claro, Sr. Presidente. Solicitei a anulação da sessão e a marcação de um novo dia para se ferir o debate sobre a CPMF por uma razão bem simples: a Mesa negou os instrumentos de luta às oposições, até porque, no mínimo, teríamos direito aos 120 minutos após a abertura da sessão, e não o tivemos. E, durante esse período, a Mesa fez o que bem quis. A Mesa leu as matérias, não precisou sequer apresentar um requerimento invertendo a pauta. Porque, quando aqui cheguei – e bem antes das onze – já encontrei uma situação de fato, uma sessão que não foi agradável, mas uma situação de fato. Então, eu não estou... A reclamação que fiz, Senador Mercadante, já está lá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual V. Exª é um dos membros mais brilhantes – eu não preciso ser vidente para perceber que V. Exª tem um futuro muito grande na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Hoje, apresento outra solicitação, Sr. Presidente, amparado no Regimento e levando em conta a estrita decisão do próprio Regimento da Casa que diz que são 120 minutos até que se possa abrir a Ordem do Dia. E a Ordem do Dia foi aberta antes desses 120 minutos; ou seja, a decisão da Mesa está eivada de vícios.

Vou dar um exemplo bem corriqueiro. A gente fala para as pessoas que nos ouvem em casa, mas elas não entendem essa discussão; fica uma coisa meio rococó, meio alheia à compreensão de pessoas que não são obrigadas a conhecerem os meandros da luta regimental nesta Casa. Mas vou deixar bem claro: com 120 minutos, eu teria chegado aqui e teria, talvez, impedido que tivesse havido o que houve. Com menos de 120 minutos – eu contava com eles; fiquei em meu Gabinete –, quando aqui cheguei, encontrei uma situação de fato. Ou seja, senti-me cerceado no exercício da minha capacidade, do meu direito de fazer

oposição a determinada matéria. Senti a pressa. E só falta agora o Senador Mercadante voltar enumerando os casos em que o Governo Fernando Henrique teve pressa. E aí eu diria que talvez o Washington Luís tenha tido pressa também... Quero discutir com muita clareza e com muita objetividade, Sr. Presidente. Com menos de 120 minutos, quando cheguei aqui, encontrei uma situação de fato; encontrei a matéria já em fase de discussão; encontrei a mim próprio impotente para testar, no voto, o que seria: se dava para inverter a pauta ou não. Minha desconfiança é que, com aquele quadro de sexta-feira, não dava para inverter a pauta, não dava. Então, senti-me violentado.

Essa história, Sr. Presidente, de qualquer maneira, não é correta.

O Brasil não vai morrer, não! Se a CPMF não for aprovada, o Brasil vai sobreviver. O PT não deixou aprovar a CPMF uma vez e o País não pereceu – e era uma conjuntura de crise em cima de crise no passado e apesar de haver nuvens no cenário internacional. Como é que isso irá acontecer agora, com um quadro de bastante bonança, em função do internacional, mas de bonança local, com excesso de arrecadação?! O Governo teria de tomar a atitude drástica – já a solicitei desta tribuna, já propus ao Presidente, depois de uma autocrítica, admitindo que seu Governo gasta muito, e que tem gasto mal, corte de gastos – de organizar e ordenar as finanças do País diante deste fato.

Senador Mercadante, dizia que é absolutamente incompreensível, para uma pessoa como eu, essa dicotomia. Aí, sim, V. Exª falou em alteração de humor. Sr. Presidente, peço um minuto para concluir. Eu não conheço alteração de humor talvez mais dura, e até com certo ranço de oportunismo, como essa revelada por setores do seu Partido. E qual foi? Aqui morre se não aprovar a CPMF; aqui é impatriótico quem vota contra CPMF; e aqui não se tem alternativa a não ser fazer aquilo que o Presidente Lula nem pede, tem exigido. Chegou a dizer, sexta-feira, que seria estupidez do Senado não aprovar a CPMF. Não sei se ele tem o direito de se referir assim a quem quer que seja, porque eu poderia rebater dizendo que é uma estupidez dele se dirigir a nós outros, que temos espinha dorsal, desse jeito. Prefiro o debate em outro nível. No entanto, inclusive o DEM, de maneira completamente equivocada, baseado no fato de que não aceitam aumento de tributo nenhum e esquecendo-se de que, em guerra, as regras são diferentes, Sr. Presidente, o DEM nega, junto com o PT, no Rio Grande do Sul, o pacote fiscal sugerido e exigido pela Governadora Yeda Crusius, sem o qual ela não conseguirá governar aquele Estado. Ou seja, no Rio Grande do Sul, o PT velho de guerra acha que dá para boicotar a solicitação feita pela Governadora Crusius, porque lá, não, lá é melhor levar a breca. Haverá uma eleição para prefeito e, quem sabe, recupera-se a prefeitura se a Governadora estiver bem desgastada. Aqui, com excesso de arrecadação, até outubro, acima da CPMF, o Governo acha que tem de passar a CPMF.

Eu não quero falar em humor. Já caí muito no erro grosseiro, Sr. Presidente, de dizer que "é um comportamento bipolar, não-sei-quê, é um transtorno psicanalítico, psiquiátrico". Não quero me referir de maneira desairosa a quem padeça de qualquer enfermidade. Não quero!

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Certa vez, disse que "o Governo está autista". Recebi uma carta muito bonita da Telma Viga, minha amiga, da Associação de Amigos do Autista do Amazonas. A partir daí, nunca mais falei isso, e me apaixonei por eles e participo da luta por eles no meu Estado. Tomo muito cuidado com isso. Não vou, então, usar nenhum jargão médico aqui para estereotipar quem quer que seja. Mas que é uma alteração de humor preocupante, é. No Rio Grande do Sul, "não" à Governadora Yeda Crusius; aqui em Brasília, é estupidez do Senado não fazer o que o Governo exige, quase como se fosse um *dictat*.

Mas, Sr. Presidente, para objetivar, o que espero de V. Exª é o reconhecimento – não há que se discutir a outra pendência, pois já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – de que os 120 minutos não foram respeitados. Não tendo sido respeitados, perdi o direito a possibilidades. Não sou obrigado a ficar de plantão aqui. Eu estava, em meu gabinete, tresnoitado, para cumprir o meu dever. Eu não havia dormido aquele dia. Então, como os 120 minutos não foram cumpridos, eu não pude cumprir com o meu dever. Impediram-me de cumprir com o meu dever.

Assim como V. Exª foi grande no episódio daquela pendência envolvendo a Taquigrafia, envolvendo aquela confusão de abstenção ou obstrução, e eu fui muito claro falando que o Partido estava em obstrução, eu gostaria de vê-lo igualmente grande, até para poder homenageá-lo, reconhecendo que houve o atropelamento, que a Ordem do Dia foi aberta, para efeitos de deliberação, sem observância dos 120 minutos que estão claramente prescritos e inscritos na forma e na letra do Regimento Interno da Casa, Sr. Presidente.

Essa é a minha questão de ordem, para a qual aguardo a manifestação de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agora a Mesa tem de se manifestar, Senador Aloizio Mercadante.

Senador Arthur Virgílio, V. Exª traz uma enorme contribuição à Casa quando legitima e procura considerar o valor legal que tem o Regimento desta Casa como grande protetor da atividade parlamentar.

Eu sou um devoto do Regimento. Todos temos de estar sempre curvados à autoridade do Regimento. Ele é o guia do processo legal a que esta Casa tem de estar submetida, porque a responsabilidade da instituição é enorme. E V. Exª traz uma clara colaboração quando trata de matéria dessa natureza. Já dispensando os dois itens anteriormente apresentados por V. Exª, que diz que já estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para não ampliar nenhuma provocação a um contencioso, não me manifestarei agora sobre eles, eu o farei informalmente a V. Exª depois e aguardarei a decisão soberana da CCJ.

Mas vejo aqui uma ata, de 2005, quando presidi a sessão, e foi feito um pedido de verificação de votação em plenário. Tínhamos, por coincidência, Senador Arthur Virgílio, 26 votos, exatamente o número de Senadores que marcaram presença na sessão de sexta-feira. Quando da Ordem do Dia, tínhamos apenas 15 Senadores. Veja o que disse eu, respondendo ao pedido de palavra pela ordem do Senador Antonio Carlos Magalhães – saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães. Diz ele, pela ordem, sem revisão do orador: "Sr. Presidente, não tenho dúvida de que a decisão de V. Exª é a de que não haverá mais votação hoje". Havia sido feito um pedido de verificação pela Oposição. Havia 26 Senadores em plenário. Eu disse: "Exatamente. Votação não há, porque não houve o quórum mínimo necessário. Como o Regimento estabelece um quórum mínimo para o andamento da sessão de quatro Senadores, prosseguiremos com a discussão das matérias sobre a mesa." Aí, o Senador Antonio Carlos Magalhães diz: "V. Exª continua a ser um grande Parlamentar e um grande Presidente", reconhecendo o amparo legal e regimental em relação a como eu estava agindo.

No mais, Senador Arthur Virgílio, o art. 162 do Regimento Interno dispõe que a Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, às 16 horas, salvo prorrogação, nos termos do art. 158, § 6º. Trata-se de uma decorrência lógica do que estipulam os arts. nº 155 e 156 do Regimento, segundo os quais, respectivamente, as sessões realizadas à tarde têm início às 14 horas, e a primeira fase da sessão, denominada de Período do Expediente, tem duração de 120 minutos, nos termos do art. 156. O objetivo de estabelecer horário, no qual a Ordem do Dia deve, impreterivelmente, ter início, conforme determina o art. 162, é para que não se posterguem as deliberações da Casa.

É, portanto, o horário limite para que o Senado Federal passe à apreciação das proposições. Tanto é assim que o Regimento somente admite a prorrogação desse horário para que o orador que esteja usando da palavra termine seu discurso, nos termos do art. 158, § 1º, ou no caso das comemorações realizadas no Período do Expediente, até que estas se concluam (art. 160, inciso II).

Ora, Senador Arthur Virgílio, não havendo expediente a ser lido (arts. 156 e 157) – aí a resposta a V. Exª, e é um detalhe em que V. Exª não refletiu – nem havendo mais oradores inscritos, que foi exatamente o que ocorreu naquele dia, no Período do Expediente... Eu perguntei: "Senador Augusto Botelho, V. Exª está inscrito?". S. Exª disse-me: "Senador Tião Viana, vou viajar". O Senador Francisco Dornelles estava inscrito. Eu o havia anunciado, como Líder. S. Exª subiu à Mesa e, não por provocação minha, disse: "Senador Tião Viana, deixo para falar, como Líder, após a Ordem do Dia".

Portanto, não havia Senadores em plenário para falar durante o Período do Expediente. V. Exª pode pegar as imagens e verá exatamente o que estou lhe dizendo. Se não havia, eu não poderia encerrar a sessão, porque não havia menos de quatro e não estávamos encaminhando uma matéria de votação. Só me restava obedecer, não deixar um vácuo na Casa e seguir o Regimento, iniciando a próxima etapa, que é a Ordem do Dia.

Mais um argumento: não havendo a presença de um vigésimo da composição da Casa, não há norma regimental que determine, Senador Arthur Virgílio, ou ampare o encerramento da sessão, porque havia mais de quatro; havia quinze Senadores em plenário. Nesse caso, a sessão deveria prosseguir, avançando-se de imediato para a fase seguinte, que é a chamada Ordem do Dia.

Desse modo, o horário das 16 horas, nos termos do art. 162, é um limite máximo para o início da Ordem do Dia, e não um limite mínimo. Por essa razão é que a Mesa considera dadas as explicações.

Regimentalmente, porém, V. Exª não tem amparo para apresentar uma questão de ordem. Como V. Exª, nos termos do art. 404 do Regimento Interno, traz uma questão relevante para aprimorarmos sempre as decisões sem qualquer tipo de comportamento passional para o lado do Governo ou da Oposição, entendo mais do que justo que eu encaminhe as notas taquigráficas de V. Exª e dos Senadores que debateram esse item do Regimento para a Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania utilizar com absoluta responsabilidade e tratar uma questão que é importante para a Casa.

V. Exª tenha a certeza de que jamais sairia desta Presidência qualquer atitude que fosse equivocada no sentido de fazer algum tipo de manipulação.

Quando ouço o Senador Flexa Ribeiro – por quem V. Exª tem carinho, assim como eu – subir aqui e dizer: "Senador Tião Viana, sua paciência é além do limite, porque V. Exª quebra, às vezes, as regras regimentais para favorecer o debate"... Imagine! Qualquer telefonema de V. Exª ou de quem quer que fosse pedindo: "Senador Tião Viana, diante do impedimento de V. Exª que deve dar segmento a sessão, não tendo inscritos, V. Exª suspenda a sessão por um hora até que eu chegue aí", eu o teria feito com o maior prazer. Não houve uma manifestação de descontentamento do andamento da sessão nos termos em que ela estava ocorrendo.

Nesta Casa, Senador Arthur Virgílio, se V. Exª, se nós fizermos um levantamento das sessões, veremos centenas de vezes em que se discutiu a Ordem Dia sem os 41 votos. Isso foi feito por um acordo ou entendimento de liderança. Quantas vezes nós discutimos questões dessa natureza nesta Casa! É uma prática da Casa. Mas votar é que nós não podemos. Aí seria transgressão ao Regimento do Senado Federal.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT–AC) – Senador Arthur Virgílio, inicialmente, porque estou respondendo a ele. A seguir, Senador Aloizio Mercadante e Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Algumas observações. Tenho V. Exª como um homem de boa-fé. Quando V. Exª diz que esta Presidência não se equivoca, aí já não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não se equivoca em ser passional, foi o que eu quis dizer. Não que eu não esteja sujeito a erros, como naquela sessão anterior: eu não ouvi e reconheci o meu erro, mas não para ser passional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu repito: tenho V. Exª como homem de boa-fé. Agora, dizer que não se equivoca pelo lado do passional também é duro, porque aquele que está passionalizado nem sempre percebe isso.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mas o respeito que tenho por V. Exª é o mesmo que tenho por um Líder como Aloizio Mercadante. Não há como achar que eu teria razão para estar a favor dele e contra V. Exª.

V. Exª sabe disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, o respeito é idêntico. E acho até que o carinho é maior para o meu lado; tenho a impressão de que V. Exª gosta mais de mim do que dele. Tenho essa impressão aqui.

Mas, Senador Tião Viana, é óbvio que estou recorrendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Óbvio que estou recorrendo à Comissão! Sinto-me no dever de ser o guardião das prerrogativas dessa minoria que nem sempre é minoria, conforme a prática tem mostrado aqui no Senado.

Para mim, houve uma postura de açodamento. V. Exª se referiu, ainda há pouco, a diversos momentos em que houve acordo de Líderes. Com acordo de Líderes se faz tudo aqui. Foi com acordo de Líderes que se fez a transposição do sistema presidencialista de Governo, em 1961, para o sistema parlamentarista, aquele que foi dirigido pelo imortal Tancredo Neves. Foi muito fácil viabilizar a votação, a partir do que acordaram os Líderes e com a Nação. Era hora de se impedir uma guerra civil no País.

Entendo que a sessão passada deixou um ranço. Entendo que há prerrogativas nas mãos do Relator Romero Jucá, que vai trabalhar suas prerrogativas com muita rapidez. Afinal de contas, S. Exª é um estudioso e está política e tecnicamente amparado e preparado para opinar e oferecer seu relatório, opinar sobre as emendas de maneira breve. Sei que não vai faltar consciência a S Exª e que não fazer nada em cima da perna. Agora, a gente ouve notícias. Avocar, fazer acontecer, não dá para nós; agora – e vou passar para outra etapa –, brincarmos com a mais vetusta instituição desta Casa, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania... O Presidente Marco Maciel tem direito a prazos; poderá abrir mão desses prazos, ou não. Ele poderá, por quaisquer razões, abrir mão desses prazos, ou não. O Presidente Marco Maciel convoca uma reunião, tem uma praxe para convocá-la; não fugiria dessa praxe, sabemos da correção de S. Exª.

Então, Sr. Presidente, as minhas reclamações à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vão ter curso normal, mas já temos – estou prevenindo com muita antecipação –, sem dúvida alguma, um debate e um embate a travar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vamos ver como se comporta o Governo nesse episódio, porque CPMF vai, CPMF volta. No tempo em que o PT não tinha toda essa consciência cívica, que sempre é apregoada pelo meu querido Senador Aloizio Mercadante – o Governo passado ficou sem CPMF por um certo tempo, e o Brasil não acabou, não, Sr. Presidente. Ou seja, na medida em que influxos palacianos ou partidarismos – e, aí, sim,

o emocionalismo de que às vezes muitos não se dão conta – possam resolver, de qualquer jeito, as pendências que interessam ao Governo, eventualmente passando-se por cima da mais, repito, vetusta instituição desta Casa, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a coisa fica muito grave. Digo isso com o máximo de serenidade e de conseqüência, porque a gente fala aqui, o dia inteiro, com os jornalistas – V. Exª, eu e tantos de nós que estamos aí exercendo funções que nos levam a ter o que dizer para a mídia.

Muito bem, Sr. Presidente, as conversas são as mais desencontradas. Disseram para mim que o Governo entende que tem que votar este ano. Não tem. Não tem. Uma coisa é a vontade de votar este ano – legítima –, outra é o firme empenho de votar este ano – firme empenho, legítimo. Agora, "ter que", não. Quem "teve que" certa vez, e com êxito, foi o General Meira Mattos, quando cercou a Câmara dos Deputados para retirar três cassados lá de dentro, um deles o Líder do PTB, Deputado Doutel de Andrade. Hoje, não. Hoje é assim: se houver de nossa parte a compreensão de que está na hora de bater chapa, se o Governo achar que está na hora de bater chapa, ou se quisermos porventura obstruir os caminhos e se não encontrarmos mais meios dentro da lei, dentro do Regimento, dentro da Constituição, aí o Governo poderá perfeitamente ir para o bate chapa, perder ou ganhar. Mas, quanto a estes jargões, que a gente começa a ouvir pela Casa, do tipo "tem que votar"... Repito: não tem. Ter, não tem. Ter, não tem. E V. Exª há de concordar. Vai depender da correlação de forças aqui, na Casa. Pode até ser que a gente aqui entenda que é para votar e pode ser que a gente não tenha força para impedir que se vote se não entender que é para votar. Mas não "tem que" votar. Não "tem que" votar.

Ou seja, estou muito animado com o que aconteceu na Venezuela. O povo daquele país mostrou que não está disposto a se submeter ao garrote de um irresponsável, que faz o que faz com o petróleo, arruinando a produtividade dos campos petrolíferos, única riqueza daquele povo. O povo disse um basta ontem, com clareza. Isso se soma ao repúdio ao terceiro mandato, num contexto enternecedor, Presidente Tião Viana, porque, se fosse o repúdio ao terceiro mandato para um governo desgastado... Mas, não. A mesma pesquisa diz que o Presidente Lula tem 50% de "bom" e "ótimo". Ou seja, é um Governo absolutamente bem avaliado perante a opinião pública. Muito bem avaliado perante a opinião pública. Então, apesar de bem avaliado, 65% dos brasileiros disseram "Não, não queremos terceiro mandato para ninguém". É em cima disso que temos que ficar, todos nós, como fiscais do funcionamento do Congresso, do respeito ao Regimento.

As dúvidas todas serão dirimidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Chamo a atenção, Sr. Presidente, ao encerrar, para o embate e para a forma como se vai travar esse embate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Estou prevenido. O Senador Romero Jucá não me espantará se, com sua inteligência – e repito que S. Exª é um dos mais competentes parlamentares desta Casa –, resolver em três minutos e trinta segundos opinar sobre as emendas. É capaz disso com sua inteligência brilhante. Agora, o Senador Marco Maciel não é obrigado a ter a mesma clarividência; embora tenha muita, não vai apresentar em um minuto e setenta e cinco segundos. Ele pode perfeitamente apresentar, conceder os prazos dentro do que o Regimento diz. Ou seja, com certa linguagem – avoca para cá, avoca para acolá –, estão ferindo a sensibilidade de pessoas que, como eu, querem um processo limpo, para que, ao fim, ao cabo, o Governo obtenha ou não a prorrogação da CPMF com lisura e respeitando a correlação de forças que se esboça aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª fique absolutamente tranqüilo no que diz respeito à Mesa. Da Mesa não sairá qualquer atitude que seja à margem do Regimento do Senado Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Mário Couto e o Senador Romero Jucá.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria também saudar essa afirmação de que a democracia é sempre o melhor caminho de construção do entendimento e da resolução de disputas em uma sociedade.

O plebiscito é um instrumento democrático para ouvir o povo. As pesquisas também são um instrumento não-conclusivo, mas importante para os homens públicos. Gostaria de dizer da importância que vejo na última pesquisa Data Folha, que mostra 50% de ótimo e bom para o Governo Lula, 34% de regular – o que significa uma aprovação de 84% da sociedade ao Governo – e apenas 14% de ruim e péssimo. É um segmento bastante pequeno da sociedade que considera que este Governo não está alcançando seus objetivos, nem respondendo às expectativas da sociedade.

Entendo, ao contrário do que foi dito, que estamos vivendo um cenário internacional que está se alterando. A projeção de crescimento do Japão, da União Européia e dos Estados Unidos nos últimos três meses aponta para uma desaceleração muito forte da economia des-

ses países e regiões, em função de uma crise financeira que está evoluindo e cujos desdobramentos não se sabe exatamente quais serão. Dou o exemplo do Citibank, na semana passada: teve um aporte de capitais, o maior banco do mundo, apresentando prejuízos atrás de prejuízos. E esses prejuízos só vão aparecer no balanço no final deste ano. Até lá vamos viver um período de instabilidade e uma tendência – diria – de cautela, especialmente num país como o Brasil, que é uma grande oportunidade não só pelo ambiente político, mas pelo crescimento econômico, pela estabilidade, pela situação do balanço de pagamentos, pela situação das contas públicas. O Brasil pode ser o grande desaguadouro desses investimentos e aproveitar essa janela de oportunidades; em outros momentos da História, crescemos com a crise, tivemos saídas criativas com a crise internacional.

Queria concluir, Sr. Presidente, dizendo que, em relação à questão de ordem, entendo que tanto a sessão de sexta-feira quanto a de segunda-feira foram objeto de um acordo entre os líderes. Havia entendimento para a realização da sessão. Não houve nenhum atropelo da base do Governo nem da Mesa. Houve acordo de que haveria sessão para discussão da PEC, tanto na sexta-feira quanto hoje – apesar de já haver quórum no plenário, como hoje. Poderíamos... e inclusive foi discutida a matéria, mesmo antes de haver 41 no plenário.

O Regimento é claro, e me amparei numa situação muito semelhante, na qual o Senador Antonio Carlos Magalhães argüiu o art. 34: A Mesa, em função do art. 34 do Regimento [palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães], quando não há inclusive matéria em votação e há número para a discussão, que é o caso, prossegue à discussão da matéria.

De fato, naquela sexta-feira, não havia mais oradores inscritos naquele momento em que V. Exª encaminhou a mudança da pauta. Esta é a questão central: não havia Senadores inscritos.

Estudei Economia na Universidade de São Paulo (USP) e, naquela época, eu fazia Direito. O movimento estudantil e a luta pela democracia me exigiam muito. Eu estudava Direito, e uma frase que aprendi na sala de aula do Direito foi a seguinte: "O Direito não recorre a quem dorme". Esse é um princípio básico da história do Direito. É um instrumento legítimo, regimental, mas é um instrumento que tem de ser colocado adequadamente no momento oportuno. Naquele momento, não havia oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, poder-se-ia dar prosseguimento à pauta e iniciar o debate da matéria. Fui à tribuna debater a matéria, discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC), e tivemos, por sinal, uma boa discussão. O Senador Mozarildo falou, e vários oradores, naquela manhã de sexta-feira, debateram a PEC que trata da CPMF.

Por isso, faremos o debate democraticamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas quero dizer que entendo que a Mesa tem amparo regimental e tinha, portanto, como encaminhar dessa forma, com o cuidado e a cautela que o Presidente Tião Viana tem expressado, em todas as oportunidades, na condução dos trabalhos, sempre de forma transparente, cuidadosa, rigorosa, para preservar os interesses de todas as forças políticas, sempre amparado nas condições do Regimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto e, depois, ao Senador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra por apenas dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui honesto ao reconhecer que o Presidente Lula é bem avaliado. O Aloizio Mercadante se esqueceu de dizer que o Governador Serra dá banho em todo mundo na disputa eleitoral que se avizinha. Mais ainda, agora, quero agradecer, de maneira fraterna, a S. Exª a contribuição que tem dado, com brilhantismo, à obstrução, que é um direito e um dever da Oposição nas horas em que se sente contrariada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto e, depois, ao Senador Romero Jucá.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero lamentar que V. Exª não tenha me dado nenhuma resposta, mas é evidente que Senador novo tem de ralar um bocado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – É que sua questão de ordem era no mesmo sentido que a do Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador novo tem de ralar um bocado. Para o Arthur Virgílio, V. Exª respondeu tudinho que S. Exª pediu. Para Mário Couto, nem olhou! Quero, primeiro, saber dos questionamentos que fiz a V. Exª. Permita-me também entrar com minha questão de ordem. Não sou líder, mas tenho os mesmos direitos do meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mas a Presidência respondeu a V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Perguntei a V. Exª: a Ordem do Dia pode ser aberta com menos de 41 Senadores? Não pode.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Respondi que, com quatro Senadores, ela pode ser aberta e ainda li a memória da Casa que afirma isso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Exª disse que poderia...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, não é questão de ordem a questão formulada por V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Permita-me falar a V. Exª: V. Exª disse que poderia abri-la se houvesse acordo de Lideranças. Não se fez acordo de Liderança nenhum para isso na sexta-feira. Foi feito acordo para que houvesse sessões na sexta-feira e na segunda-feira, não para começar a Ordem do Dia com menos de 41 Senadores em plenário. Não se fez acordo nenhum nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há obrigação no Regimento para começar a Ordem do Dia com mais de 41 Senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador, acho que V. Exª poderia rever o que aconteceu. Permita-me explicar a V. Exª: estávamos tendo um bom relacionamento no sentido de votarmos, tranqüilamente, a CPMF, dentro do Regimento. Nem o DEM nem o PSDB comentaram a questão novamente de fazer obstrução. Não se comentou mais isso. O Regimento estava sendo seguido normalmente. Não há por que se afobar, Sr. Presidente, e querer passar por cima do Regimento.

Só peço a V. Exª que aceite minha questão de ordem também, como aceitou a do Senador Arthur Virgílio, para não parecer que só aquele que já tem oito anos ou doze anos de Casa pode apresentar questão de ordem e que aquele que tem menos de um ano de Casa não pode fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador, não se trata de questão de ordem o que V. Exª formulou nem o que o Senador Arthur Virgílio formulou. Eu disse que, mesmo assim, em deferência, eu mandaria tudo o que foi tratado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Respondi nos termos do art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Aceite, então, o que estou ponderando a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mas aceitei e disse que encaminharia à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não há problema. Quero que vá lá, pois lá vou defender o que disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Romero Jucá tem a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero fazer algumas observações e um registro.

Primeiro, gostaria de dizer que o Senador Arthur Virgílio foi injusto quando disse que o Senador Marco Maciel teria menos condições do que eu. Sou discípulo, sou seguidor do Senador Marco Maciel, com quem aprendi muito. E, portanto, quero reconhecer de público que o Senador Marco Maciel é muito mais experiente e preparado politicamente do que eu.

Em segundo lugar, gostaria de pedir que a Oposição realmente marcasse sua posição. Tenho procurado buscar o entendimento, para que a matéria seja votada na quinta-feira, atendendo à Oposição, porque a posição da Oposição foi a de agilizar as votações. No momento em que concordei com a votação na quinta-feira e com as sessões de sexta-feira e de segunda-feira, pensei que estivesse agradando à Oposição, mas parece que, agora, a situação é outra, uma vez que há uma nítida posição para se bloquear a sessão.

Então, quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio as palavras sobre o fato de que darei rapidamente um parecer a respeito das emendas, o que é verdade – esperamos poder votá-las, na próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, mas é claro que é o Senador Marco Maciel que vai comandar e pautar a reunião. Não há dúvida alguma quanto a isso.

Por fim, Sr. Presidente, quero apenas confirmar que eu estava aqui presente na sessão de sexta-feira e testemunho que não havia mais oradores, que V. Exª deu o prazo necessário e que começou a Ordem do Dia da forma como o Regimento manda, porque era o passo seguinte a fazer, senão a sessão seria encerrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco//PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que convoca uma sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 15 horas, destinada à apreciação do **Projeto de Resolução nº 80, de 2007**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco//PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.399, DE 2007

Requer a preferência da matéria.

Senhor Presidente,

Venho requerer a V. Exª, nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a preferência para votação do item 18 da pauta da ordem do dia 3-12-2007, sobre os demais itens.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio.**

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos aprovar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Aprovada a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mesmo aprovando o requerimento?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – S. Exª ganhou, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É uma sutileza, Sr. Presidente. Estamos preocupados em preservar a legitimidade, inclusive numérica, das decisões do Parlamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, vamos à verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Vamos proceder à verificação de quórum, com o apoiamento dos Senadores Mário Couto, Romero Jucá e Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB, porque quer estar com o mesmo empenho do Governo, entra em obstrução. Não confundam com abstenção! Entra em obstrução, com muita clareza.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PSDB está em obstrução.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo, em homenagem ao Senador Arthur Virgílio, encaminha o voto "sim", acompanhando o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª ia para a continuação da Ordem do Dia, e eu ia lhe lembrar das minhas duas preferências de sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Suas matérias já estão na pauta para votar no dia de hoje, Senador. Serão apreciadas após a discussão da CPMF, se não houver restrição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O painel já está aberto.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas manifesta-se solidário com a posição tomada pelos tucanos e declara-se, igualmente, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os Democratas estão em obstrução.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu perguntaria se é regimental apresentar o requerimento e, depois, entrar em obstrução contra o próprio requerimento. Então, não cai o requerimento, não?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há resposta regimental a essa situação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É inusitada a forma com que o Senador Arthur Virgílio procedeu aqui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não havendo quórum...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – S. Exª fez o requerimento, votou a favor, depois pediu verificação e, agora, está contra o requerimento que apresentou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, eu queria ponderar: não havendo quórum para deliberação, passa-se à discussão da matéria, para que a gente possa continuar o debate da CPMF, e o prazo regimental, evidentemente, será considerado, porque há quórum para discussão. Já há treze Parlamentares no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não havendo quórum para a votação da matéria, dar-se-á exatamente o que ocorreu em 2005, aquilo sobre o que fiz a leitura.

O **Requerimento nº 1.399, de 2007,** fica prejudicado em virtude da falta de quórum.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Exatamente. E é o mesmo exemplo que dei, o de 1997.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência esclarece que os Senadores Arthur Virgílio, Mário Couto, Romero Jucá e Pedro Simon devem votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pelo entendimento, Sr. Presidente, da Mesa, que contestei – e será dirimido do ponto de vista das suas dúvidas pela Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania –, sabemos que não haverá prejuízo para a discussão do último dia, nesta fase de votação da CPMF. Então, não há razão para alvoroço, enfim.

Fui claro, e o Regimento não me desampara. Fui claro. Vamos mostrar para a Nação que a gente dispõe de uma base do Governo pujante, que, convocada, veio aqui. Então, estou imaginando: há 81 Senadores, e quem sabe o Governo colocará hoje uns 49 no plenário. Seria uma demonstração de força colocar 49 Parlamentares no plenário, enfim.

Quanto ao Senador Mercadante, começa meu vidente preferido a me preocupar. Essa história de regredir a 1997, sempre citando exemplos do passado, pode levá-lo a uma introversão – é assim se que chama na linguagem médica? – uterina. Daqui a pouco, ele nascerá de novo. Daqui a pouco, ele nascerá outra vez. Não estou preocupado com 1997, não olho para trás. Se erraram em 1997, pode ter faltado vigilância por parte da Oposição da época. Não faltou vigilância por parte da Liderança do PSDB desta vez. E, se há dúvidas, que sejam dirimidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania! Mas a atitude que tomei agora é perfeitamente legítima. Queremos saber se há número, se há legitimidade. Penso muito na História, Sr. Presidente. Amanhã, daqui a dez anos, quinze anos ou vinte anos, o pessoal da Universidade de Brasília (UnB) vai querer saber se a gente trabalhava.

Então, estou decepcionado por enquanto, mas, daqui a pouco, o Governo colocará 49 Senadores ali. Aí será a prova de que aprova mesmo a CPMF, de que está com força, de que está com tudo nem está prosa, pela sua proverbial modéstia. Estar com tudo é uma coisa, mas ficar prosa já é do imodesto. Como o Governo é modesto, ele fica com tudo, mas não fica prosa. Mas que ponha 49 parlamentares aqui hoje! Seria bonito. Eu ficaria muito comovido. Seria uma homenagem, já que o requerimento é meu, que me comoveria. Ou seja, meu requerimento, mesmo sem minha participação, mesmo com minha obstrução, merece tamanho apreço, que o Governo mobiliza todo mundo.

Mas acho que não estou tão bem apreciado, porque só são dezesseis até agora os que compareceram a esta sessão de segunda-feira, que prenuncio modorrenta. Nem parece que o Governo está disputando nos pênaltis, nem parece que é uma final de Copa do Mundo, nem parece que se deva levar a sério a pregação do Presidente Lula de que ou é isso ou é a morte. Meu Deus! Só dezesseis pessoas do Governo estão concordando com o Presidente de que ou se aprova a CPMI ou é a morte. É triste. Parece que os outros acham que o Brasil continua vivendo. Quero parabenizar, então, os outros, os que não estão na sinistrose.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encerrará o tempo de tolerância às 17 horas e 33 minutos, constituindo um prazo total de quinze minutos a partir da solicitação. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a convocação foi feita por V. Exª com bastante antecipação, para que o Plenário pudesse debruçar-se sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), fazendo sua discussão, aprofundando o debate para o convencimento dos recalcitrantes, dos pessimistas, como também para que a sociedade brasileira tomasse conhecimento disso.

Trava-se aqui a discussão em torno da CPMF, que é um tributo antipático, mas os recursos oriundos de sua arrecadação são necessários para salvaguardar os interesses da classe mais pobre do Brasil, da população mais necessitada. E esses recursos não são insignificantes, que, de uma hora para outra, em um passe de mágica, o Governo possa restaurá-los com a derrubada da CPMF. São recursos da ordem de R$40 bilhões.

Sr. Presidente, para que a sociedade tenha uma idéia da extensão dos recursos da CPMF, devo dizer que eles significam para os mais pobres o seguinte: onze milhões de internações; pelo menos 268 milhões de consultas médicas; 348 milhões de exames laboratoriais; cerca de nove milhões de hemodiálises – se essas pessoas não forem atendidas adequadamente, morrem mesmo; se não contarem com aquela máquina e com atendimento especializado, vão morrer –; dois milhões de partos.

Essas pessoas, Sr. Presidente, atendidas por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), financiado com as verbas da CPMF, não podem pagar aquilo a que chamamos de seguro-saúde. O que é isso? Unimed. Posso pagar Unimed, tu podes, vós podeis, Senadores da República, mas eles não podem. Alguns moram nos sertões mais recônditos do Nordeste do Brasil, nas áreas florestais mais distantes da Amazônia; são pobres pescadores, pobres trabalhadores, funcionários públicos que ganham parcos salários e que também são atendidos pela Previdência do SUS.

Enfim, 140 milhões de brasileiros dependem da verba da CPMF. Eu, sinceramente, Sr. Presidente, dela não dependo. A Senadora Fátima Cleide, muito embora seja uma pessoa da classe média, não precisa da CPMF. O Senador Suplicy – que está ali telefonando, tratando de assunto importante lá de São Paulo – também não precisa da CPMF. O Senador Augusto também dela não precisa. Nós não precisamos...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não cabe aparte em pronunciamento feito pela ordem. V. Exª pode pedir a palavra pela ordem depois.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, nós, Senadores, não precisamos da CPMF, graças a Deus! Mas o povão precisa da CPMF. A população mais pobre precisa da CPMF.

É por isso que, neste momento, a pobreza não pode ser abandonada, principalmente num País em que há exclusão social. Apesar de o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ter crescido muito em nosso País, o que foi reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), existe muita gente ainda – pelo menos 140 milhões de brasileiros – que não tem como pagar seguro-saúde. São pessoas que pagam em torno de R$200,00 pelo seguro-saúde hoje. É esse o valor, se a pessoa for muito jovem. Se a pessoa tiver de sessenta anos em diante, não sei nem quanto paga. Porém, mesmo as pessoas mais jovens pagam uma exorbitância de seguro-saúde. Como uma pessoa que tem quatro ou cinco filhos e ganha um salário irrisório pode chegar à Unimed e pagar todo mês também uma exorbitância, para ter direito aos hospitais e aos postos de saúde de primeira qualidade?

Já a pessoa que tem o seguro-saúde, se tem um qüiproquó no coração, vai para São Paulo e lá tem apartamento de Primeiro Mundo, atendimento médico de Primeiro Mundo, raios X, exame de laboratório. Há todos os exames de ponta naqueles grandes hospitais de São Paulo. E o pobrezinho lá da Amazônia não tem esse direito, não tem. Ele terá direito a um atendimento adequado se o Governo disponibilizar para o Fundo Nacional de Saúde os recursos necessários para o atendimento à população mais pobre.

Rebato nessa tecla, Sr. Presidente, porque fui Prefeito, fui Governador de Estado, Deputado Estadual, Deputado Federal, sempre eleito pelo Nordeste, pelo Estado de Sergipe. Embora seja o menor Estado da Federação, o IDH de Sergipe é o mais elevado do Nordeste, mas lá também há muito pobre, principalmente no Semi-Árido. E sei as dificuldades por que passam os hospitais, atualmente, com a CPMF em vigor.

Acho que essa dificuldade persiste porque não há uma descentralização completa do sistema de saúde. Os Estados ainda detêm uma grande fatia de recursos e não colocam à disposição dos Municípios uma grande parte do que recebem, num processo de descentralização, porque é o Município que conhece de perto a necessidade de sua população, da sociedade que lá vive.

Sr. Presidente, não estou aqui para fazer da CPMF uma cruzada, para ser um guerreiro da CPMF. Jamais o serei, mas tenho o dever de ser um defensor intransigente, um guerreiro na defesa da distribuição de renda, da correção das injustiças sociais e do atendimento adequado à saúde do cidadão.

Hoje, por exemplo, ouvi um pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. O partido dele, por intermédio de S. Exª, fez uma negociação que achei positiva, para que a DRU não incidisse na CPMF que cabe à educação. A mesma coisa nós poderíamos requerer com relação à saúde. O Governo sinaliza, e já é um compromisso, que, com a regulamentação da Emenda nº 29, que tem como um dos seus mais eminentes autores e defensores o Senador Tião Viana, vai colocar pelo menos mais R$20 bilhões à disposição da saúde. Com a redução gradativa, na base de 0,02% ao ano, o Governo vai dar uma renúncia fiscal à sociedade de R$ 20 bilhões, mas sem tirar um tostão da saúde.

De forma, Sr. Presidente, que, neste momento, gostaria de entender o motivo por que a oposição radicaliza tanto com relação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele já disse que não quer um terceiro mandato. A sociedade, por inteiro, não quer um terceiro mandato, não porque Luiz Inácio Lula da Silva não seja bom, mas porque ele já foi Presidente por duas vezes. Por que, então, alterar a Constituição e deixar indefinidamente um Presidente governar a Nação? Existem outros homens tão capazes quanto Lula para governar este País.

Eu sei que há muita política por detrás disso. Acho que a melhor política neste instante é defender a pobreza, a população mais humilde, aquela que precisa de todos nós. Essa população está notando como vamos votar neste episódio.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Agradeço a V. Exª.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quórum para votação.

Passa-se às matérias em discussão.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. (336, II))

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência transfere as matérias constantes do item 2 a 5 para a próxima sessão deliberativa ordinária.

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.224, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2007 (nº 4.203/2001, na Casa de origem), de autoria do Presidente da República, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências.*

Parecer nº 997, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 6**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007 (nº 50/2007, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.* (CPMF)

Parecer favorável, sob nº 1.080, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Alvaro Dias; e vencido da Senadora Kátia Abreu.

Na sessão do dia 27 de novembro foi lida a Emenda nº 1-Plen.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, hoje, a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da CPMF.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 2 – PLEN

Suprima-se o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007.

Justificação

A presente emenda visa a rejeitar mais uma prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF. Trata-se de uma questão de princípio. Tal tributo não existe em nenhum sistema tributário de qualquer nação minimamente esclarecida e desenvolvida. Logo, não pode fazer parte de um projeto que se digne reformar o sistema tributário nacional.

No Brasil, foi criado e cobrado sempre em caráter temporário, sempre tendo sido assumido o discurso de que seria um paliativo até a realização de uma verdadeira reforma tributária. Os debates no Congresso em torno da prorrogação da CPMF sempre resultaram num acordo, inclusive com os partidos que faziam oposição na época, em torno da idéia de que tal tributo deveria ser cobrado em caráter excepcional, para financiar gastos sociais emergentes, até que uma reforma tributária autêntica encontrasse outra solução mais adequada para o financiamento desses gastos.

Vale recordar que, na penúltima prorrogação, a oposição então comandada pelo PT exigiu reduzir o prazo de vigência da CPMF para forçar a realização de uma reforma tributária no primeiro ano de mandato do atual Presidente e também propôs que a cobrança em 2004 fosse limitada a 0,08%, como forma de reduzir o tributo a uma função meramente fiscalizadora, o que acabou não acontecendo.

Em 2003, o Governo do Presidente Lula propôs e o Congresso Nacional aprovou a prorrogação da alíquota de 0,38% até 31 de dezembro deste ano, mediante a aprovação de um conjunto de medidas tributárias que, hoje, repousam nos escaninhos da Câmara dos Deputados, em função do total desinteresse do atual Governo em avançar em uma verdadeira reforma tributaria e fiscal.

Emenda de Plenário à PEC nº 89, de 2007 (pag. 2/3).

Portanto, para sermos coerentes com os compromissos assumidos no passado no Congresso Nacional, mais precisamente em dezembro de 2003, e para sinalizarmos a necessidade de realização de uma autêntica reforma tributária, faz-se mister suprimir a prorrogação da CPMF. Se o Governo Federal desejar, que proponha uma nova e verdadeira reforma tributária e fiscal.

Sala das Sessões, de novembro de 2007.

NOME	ASSINATURA
01	
02 SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO	
03 FLEXO RIBEIRO	
04 Mario Couto	
05	
06	MARCONI PERILLO
07	SÉRGIO GUERRA
08	CÍCERO LUCENA
09	JOSÉ AGRIPINO
10	
11	MARIA DO CARMO
12	TASSO JEREISSATI
13	
14	

João Vicente 2

Emenda de Plenário à PEC nº 89, de 2007 (pag. 3/3)

15	Marisa Serrano
16	OSMAR DIAS
17	EDUARDO AZERADO
18	ROSEANA CIARLINI
19	MARCO MACIEL
20	JARBAS VASCONCELOS
21	Raimundo Colombo
22	ANTONIO CARLOS JUNIOR
23	DEMOSTENES TORRES
24	GERAIM MORAIS
25	JOSÉ NERY
26	MOZARILDO
27	ADELMIR SANTANA
28	HERACLITO FORTES
29	E. Resende
30	VITOR ALAN
31	
32	
33	
34	

EMENDA Nº 3 – PLEN

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, para renumerar o art. 95 e acrescentar § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ser renumerado para art. 96, diante da promulgação da Emenda Constitucional nº 54, de 20 de setembro de 2007, com a seguinte redação:

Art. 96. .....

.....

§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de 0,20% (vinte centésimos por cento), facultado à lei reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, mantida a parcela de destinação de que trata o inciso I do § 2º do referido art. 84, e reduzidas, na proporção das parcelas previstas nos incisos II e III do mesmo dispositivo, as respectivas destinações."

Justificação

O texto submetido à apreciação do Senado Federal mantém a alíquota atual de 0,38%, até 31 de dezembro de 2011, mas faculta à lei reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente. Essa faculdade havia sido deferida ao Poder Executivo pela Emenda Constitucional nº 12, de 1996. A Emenda Constitucional nº 21, de 1999, facultara, igualmente, ao Poder Executivo reduzir, total ou parcialmente, a alíquota, mas não lhe permitira restabelecê-la até o nível então vigente. As demais emendas prorrogadoras da CPMF – Emenda Constitucional nº 37, de 2002 e 42, de 2003 – não delegaram essa competência ao Poder Executivo. É de observar que o Poder Executivo nunca exercitou essa competência de reduzir a alíquota.

Essa contribuição arrecadou aproximadamente R$29 bilhões em 2005 e R$32 bilhões em 2006, o que representa uma média de 4,05% da carga tributária brasileira total nesses dois anos. As

estimativas para a arrecadação federal no ano em curso, é de R$572 bilhões, sendo que aproximadamente R$36 bilhões referem-se à CPMF.

Portanto, a arrecadação do governo federal tem crescido mais que proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), levando a um aumento da carga tributária, e vislumbramos um excelente momento para conter a ascensão da carga tributária com a redução da alíquota da CPMF. Para tanto, propomos a alteração da alíquota de 0,38% para 0,20%, da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		
3		
4		E. Resende
5		
6		
7		
8		
9		CRISTOVAM
10		
11		
12		

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a fim de reduzir a alíquota da CPMF para 0,20%.

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a fim de reduzir a alíquota da CPMF para 0,20%.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
13		
14		
15		
16		
17		
18		Raimundo Colombo
19		Álvaro Dias
20		Sérgio Guadagni
21		Marconi Perillo
22		Marisa Serrano
23		Arthur Virgílio
24		Lúcia Vânia
25		Eduardo Azeredo
26		
27		Flexa Ribeiro
28		Cícero Lucena
29		Tasso Jereissati
30		
31		DEMÓSTENES TORRES
32		JOÃO TOMÁRIO
33		Jonas Pinheiro

EMENDA Nº 4 – PLEN

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, para renumerar o art. 95 e acrescentar § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ser renumerado para art. 96, diante da promulgação da Emenda Constitucional nº 54, de 20 de setembro de 2007, com a seguinte redação:

Art. 96. .....

.....

§ 3º A contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não incidirá sobre os rendimentos isentos de pagamento de Imposto de Renda das pessoas físicas."

Justificação

O texto submetido à apreciação do Senado Federal mantém a alíquota atual de 0,38%, até 31 de dezembro de 2011.

Essa contribuição arrecadou aproximadamente R$29 bilhões em 2005 e R$32 bilhões em 2006, o que representa uma média de 4,05% da carga tributária brasileira total nesses dois anos. As estimativas para a arrecadação federal no ano em curso, é de R$572 bilhões, sendo que aproximadamente R$ 36 bilhões referem-se à CPMF.

A arrecadação do governo federal tem crescido mais que proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), levando a um aumento da carga tributária.

Assim, a CPMF é uma contribuição regressiva, onerando mais os pobres do que os ricos. Tal fato ocorre devido à incidência dessa contribuição cumulativamente na cadeia produtiva, afetando especialmente as famílias de classe mais baixa, as quais utilizam sua renda em consumo de subsistência.

Para tanto, propomos a não incidência da CPMF para os contribuintes isentos de pagamento do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		Antonio Carlos Junior
3		
4		
5		E. Resende
6		
7		
8		
9		
10		Cristovam.
11		Mão Santa
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		Reimont d. Palmer

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 2º da PEC nº 89, de 2007, sobre a não incidência da CPMF para os contribuintes isentos de pagamento do Imposto de Renda das pessoas físicas.

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 2º da PEC nº 89, de 2007, sobre a não incidência da CPMF para os contribuintes isentos de pagamento do Imposto de Renda das pessoas físicas.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
20		Alvaro Dias
21		Sérgio Guerra
22		Marconi Perillo
23		Mozarildo
24		Rosalba Ciarlini
25		Heráclito Fortes
26		Eduardo Azeredo
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Cícero Lucena
30		Tasso Jereissati
31		
32		Demóstenes Torres
33		João Tenório

EMENDA Nº 5 – PLEN

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, para renumerar o art. 95 e acrescentar § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ser renumerado para art. 96, diante da promulgação da Emenda Constitucional nº 54, de 20 de setembro de 2007, com a seguinte redação:

Art. 96. .....

.....

§ 3º A contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias terá a natureza de antecipação compensável de qualquer tributo federal devido pelo mesmo titular."

Justificação

O texto submetido à apreciação do Senado Federal mantém a alíquota atual de 0,38%, até 31 de dezembro de 2011.

Essa contribuição arrecadou aproximadamente R$29 bilhões em 2005 e R$32 bilhões em 2006, o que representa uma média de 4,05% da carga tributária brasileira total nesses dois anos. As estimativas para a arrecadação federal no ano em curso, é de R$572 bilhões, sendo que aproximadamente R$36 bilhões referem-se à CPMF.

Portanto, a arrecadação do governo federal tem crescido mais que proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), levando a um aumento da carga tributária, e vislumbramos um excelente momento para conter a ascensão da carga tributária.

Propomos a compensação do valor pago a título da CPMF para os tributos de competência da União devidos pelo contribuinte.

Sala da Comissão,

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a fim de possibilitar a compensação do valor pago à CPMF para os tributos de competência da União.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		
3		
4		
5		
6		E. Resende
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		

17 _____ _____

18 _____ _____

19 _____ _____

20 _____ _____

21 _____ _____

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a fim de possibilitar a compensação do valor pago à CPMF para os tributos de competência da União.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
32		DEMÓSTENES TORRES
33		JOÃO TENÓRIO

EMENDA Nº 6 – PLEN

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. .....

.....

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a receita destinada à educação a que se refere o art. 212 da Constituição, e da saúde a que se refere o art. 198 da Constituição."

Justificação

A desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no orçamento geral da União, o que é permitido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, ao possibilitar a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Permitiu desobrigar a União de destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino 20% da receita de impostos, vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. Com isso, a área de educação perdeu e perde com a desvinculação.

Portanto, propomos a manutenção da DRU ressalvando as verbas destinadas a educação e a saúde, por ser medida de justiça, contamos com o apoio dos ilustres Pares na aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		
3		E. Resende
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		Cristovam
11		Mão Santa
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		Romeu Tuma
20		Alvaro Dias
21		Sérgio Guerra

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada a educação e a saúde.

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, para permitir a compensação do valor pago a título da CPMF para o Imposto sobre a Renda das pessoas físicas

	Assinatura	Nome do Parlamentar
22		Mercedes Pedrão
23		Marisa Serrano
24		Rosalba Ciarlini
25		Lúcia Vânia
26		Eduardo Azeredo
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Cícero Lucena
30		Tasso Jereissati
31 -		
32 -		DEMÓSTENES TORRES
		João Tenório

EMENDA Nº 7 – PLEN

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. .....

.....

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a receita destinada à educação a que se refere o art. 212 da Constituição, e da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira a que se refere o art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificação

A desvinculação de receitas foi instituída para solucionar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no orçamento geral da União, permitindo a União a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Nossa emenda objetiva manter a DRU ressalvando as verbas destinadas à educação e arrecadação da CPMF, por ser medida de justiça, contamos com o apoio dos ilustres Pares na aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		Raimundo Colombo
3		Alvaro Dias

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada a educação e a arrecadada pela CPMF.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
4		
5		
6		
7		
8		E. Resende
9		Antonio Carlos Junior
10		
11		
12		
13		Cristovam
14		Marco Santo
15		
16		
17		
18	Capaleiras	

19 _____ _____

20 _____ _____

21 _____ Sergio Guerra

22 _____ Marconi Perillo

23 _____ Marisa Serrano

24 _____ Rosalba Ciarlini

25 _____ Lúcia Vânia

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, *para excluir* da desvinculação a receita destinada a educação e a arrecadada pela CPMF.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
26		Eduardo Azeredo
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Cícero Lucena
30		Tasso Jereissati
31		
32		DEMÓSTENES TORRES
33		João Tenório

EMENDA Nº 8 – PLEN

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. .....

.....

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a receita destinada a saúde a que se refere o art. 198 da Constituição.

Justificação

A desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no orçamento geral da União, o que é permitido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, ao possibilitar a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Permitiu desobrigar a União de destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino 20% da receita de impostos, vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. Com isso, a área de educação perdeu e perde com a desvinculação.

Portanto, propomos a manutenção da DRU ressalvando as verbas destinadas a saúde, por ser medida de justiça, contamos com o apoio dos ilustres Pares na aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		EFRAIM MORAIS
2		
3		
4		E. Resende
5		
6		
7		
8		
9		
10		CRISTOVAM
11		Marco Santos
12		
13		
14		
15		
16		
17		

18
19 Raimundo Colombo
20 Alvaro Dias
21 Sergio Guerra

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada saúde.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
22		Mercedes Pedrillo
23		[illegible]
24		Arnaldo Cavalcanti
25		Lucia Vânia
26		Eduardo Azeredo
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Expedito Junior
30		Tasso Jereissati
31		
32		DEMÓSTENES TORRES
33		João Tenório

EMENDA Nº 9 – PLEN

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Justificação

A desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no orçamento geral da União.

O fundamento legal da DRU, atualmente em vigor, é a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro 2003, que, entre outras providências, alterou o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), desvinculando de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Inovou a referida Emenda Constitucional ao incluir as contribuições econômicas entre as receitas sujeitas à desvinculação, em relação à versão anterior da DRU (Emenda Constitucional nº 27, de 2000). Com isso, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre combustíveis foi desvinculada, resultando em perdas para os estados e municípios.

Assim, propomos a exclusão da vinculação sobre as contribuições de intervenção no domínio econômico.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		E. Resende
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

16 _____ _____

17 _____ _____

18 _____ _____

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação as contribuições de intervenção no domínio econômico

	Assinatura	Nome do Parlamentar
19		Romero Colombo
20		Alvaro Dias
21		Sérgio Guerra
22		Mercedes Pinto
23		Marco Maciel
24		Rosalba Ciarlini
25		Lucia Vania
26		Eduardo Azeredo
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Cícero Lucena
30		Tasso Jereissati
32		DEMÓSTENES TORRES
33		João Tenório

EMENDA Nº 10 – PLEN

Suprima-se o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, renumerando-se o art. 3º para art. 2º.

Justificação

O texto submetido à apreciação do Senado Federal mantém a alíquota atual de 0,38%, até 31 de dezembro de 2011.

Essa contribuição arrecadou aproximadamente R$29 bilhões em 2005 e R$32 bilhões em 2006, o que representa uma média de 4,05% da carga tributária brasileira total nesses dois anos. As estimativas para a arrecadação federal no ano em curso, é de R$572 bilhões, sendo que aproximadamente R$36 bilhões referem-se à CPMF.

Portanto, a arrecadação do Governo Federal tem crescido mais que proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), levando a um aumento da carga tributária.

Para tanto, propomos excluir o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, com o objetivo de não mais prorrogar a vigência de cobrança da CPMF, por julgar oportuno o momento para conter a ascensão da carga tributária.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		
3		E. Resende
4		
5		
6		
7		
3 -		JOSÉ AGRIPINO

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)
Suprima-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a fim excluir a vigência da CPMF.

8		
9		CRISTOVAM
10		Mota Filho
11		
12		
13		
14	Magalhães	
15		
16		
17		
18		Raimundo Colombo
19		Alvaro Dias
20		Sergio Guerra
21		Marconi Perillo
22		Mons. Sucupira
23		Rosalba Ciarlini
24		Lucia Vânia
25		Eduardo Azeredo
26		
27		Flexa Ribeiro
28		Eliseu Resende
29		Tasso Jereissati
30		
31		DEMÓSTENES TORRES
32		Mozarildo Cavalcanti

EMENDA Nº 11 - PLEN

Dê-se ao art. 2º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ser renumerado para art. 96, diante da promulgação da Emenda Constitucional nº 54, de 20 de setembro de 2007, com a seguinte redação:

Art. 96. O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2008.

.....

Justificação

Quando da apreciação da PEC nº 41, de 2003, para alterar o Sistema Tributário Nacional, conhecida como Reforma Tributária, propunha a perenização da CPMF como contribuição destinada à seguridade social.

O Congresso Nacional rejeitou a perenização; promulgou a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, prorrogando, mais uma vez, o prazo de cobrança da CPMF; dessa feita, até 31 de dezembro de 2007, com a alíquota em 0,38%, a partir de 1º de janeiro de 2004.

A prorrogação da CPMF e da DRU estão entre os poucos dispositivos da Reforma Tributária aprovados pelas duas casas congressuais. A parte mais importante dessa reforma é a reformulação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), remetida pelo Senado à Câmara dos Deputados, em janeiro de 2004, aprovada na Comissão Especial daquela Casa em 2004, mas até hoje não foi submetida à votação do Plenário. O Poder Executivo promete enviar nova proposta de RT neste mês de outubro.

Propomos a prorrogação da vigência da CPMF por mais um ano, tempo razoável para que a Câmara dos Deputados delibere sobre a reforma tributária e o Governo Federal planeje os cortes de gastos para se adequar ao fim da cobrança da CPMF.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		Eliseu Resende
2		
3		
4		Antonio Carlos Junior
5		
6		
7		
8		
9		
10		Cristovam
11		Mão Santa
12		
13		
14		
15		

16 _____ _____

17 _____ _____

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, para prorrogar a vigência da CPMF até 31 de dezembro de 2008.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
18		
19		Romeu de Carvalho
20		Aloizio Mercadante
21		Sérgio Guerra
22		Marconi Perillo
23		Marisa Serrano
24		Rosalba Ciarlini
25		Lúcia Vânia
26		Eduardo Azeredo
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Álvaro Dias
30		Tasso Jereissati
32-		DEMÓSTENES TORRES
33-		João Tenório

EMENDA Nº 12 – PLEN

Altere-se o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, para renumerar o art. 95 e acrescentar § 3º, com a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a ser renumerado para art. 96, diante da promulgação da Emenda Constitucional nº 54, de 20 de setembro de 2007, com a seguinte redação:

Art. 96. .....

.....

§ 3º A contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias terá a natureza de antecipação compensável do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas.

Justificação

O texto submetido à apreciação do Senado Federal mantém a alíquota atual de 0,38%, até 31 de dezembro de 2011.

Essa contribuição arrecadou aproximadamente R$29 bilhões em 2005 e R$32 bilhões em 2006, o que representa uma média de 4,05% da carga tributária brasileira total nesses dois anos. As estimativas para a arrecadação federal no ano em curso, é de R$572 bilhões, sendo que aproximadamente R$36 bilhões referem-se à CPMF.

Portanto, a arrecadação do Governo Federal tem crescido mais que proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), levando a um aumento da carga tributária.

Propomos a compensação do valor pago a título da CPMF para o imposto sobre a Renda das pessoas físicas.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		
2		
3		
4		
5		E. Resende
6		
7		
8		
9		
10		
11		Mão Santa
12		
13		
14		
15		
16		
17		

18

19 Romero Colombo

20 Alvaro Dias

21 Sergio Guerra

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada a educação e a saúde.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
22		Marconi Perillo
23		Marisa Serrano
24		Rosalba Ciarlini
25		Lúcia Vânia
26		Geraldo Mesquita
27		
28		Flexa Ribeiro
29		Tasso Jereissati
30		Cícero Lucena
32		DEMÓSTENES TORRES
33		JOÃO TENÓRIO

EMENDA Nº 13 – PLEN

Suprima-se o § 3º do art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias e dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 95 de que trata o art. 2º da PEC nº 89, de 2007:

Art. 2º .....

.....

"Art. 95. .....

§ 1º.....

.....

"§ 2º Até a data referida no **caput** deste artigo, as alíquotas da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão de:

I – 0,30 % (trinta centésimos por cento), no exercício financeiro de 2008, destinando-se parcela correspondente a à alíquota de 0,20% (vinte centésimos.. por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, 0,02 % (dois centésimos por cento) ao custeio da Previdência Social e 0,08 (oito centésimos por cento) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os artigos 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), no exercício financeiro de 2009, destinando-se parcela correspondente a à alíquota de 0,20% (vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde e 0,05 (cinco centésimos por cento) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os artigos 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – 0,22% (vinte e dois centésimos por cento), no exercício financeiro de 2010, destinando-se parcela correspondente a à alíquota de 0,20% (vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde e 0,02 (dois centésimos por cento) ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os artigos 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IV – 0,20% (vinte centésimos por cento), no exercício financeiro de 2011, destinando-se ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde." (NR)

Justificação

A Contribuição Provisória por Movimentação Financeira – CPMF vem agora para a sua quarta prorrogação e na realidade cessaram as motivações de origem fiscal para a sua existência.

Assim estamos reduzindo progressivamente a alíquota para os exercícios fiscais de 2008, 2009, 2010 e 2011, mantendo-a em vinte centésimos por cento e alterando sucessivamente a distribuição atual que em 2011 resumir-se ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, retornando assim ao objetivo original desta Contribuição.

Sala das Comissões de novembro de 2007. – Senador **Eduardo Azeredo.**

PEC 89 de 2007

Prorroga os prazos previstos no caput dos artigos 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Senador	Assinatura
Jáimovelo colombo	
Flávio Arns.	
Eliseu Resende	
Jarbas Vasconcelos	
ROSALBA	
Gim Argello	
Kátia Abreu	

ANTONIO CARLOS JUNIOR	
Jayme Campos	Jayme Campos
Pedro Simon	Pedro Simon
Alvaro Dias	Mão Santa
Mão Santa	Cristovam
Cristovam	Heráclito Fortes
Heráclito Fortes	Jarbas Vasconcelos
Jarbas Vasconcelos	

PEC 89 de 2007

Prorroga os prazos previstos no caput dos artigos 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Senador	Assinatura
Raimundo Colombo	
Flávio Arns	
Eliseu Resende	
Zambiasi	
Rosalba	
Gim Argello	
Kátia Abreu	
ANTONIO CARLOS JUNIOR	
Jayme Campos	Jayme Campos
Pedro Simon	Pedro Simon
Alvaro Dias	Mão Santa
Mão Santa	Cristovam
Cristovam	Heráclito Fortes
Heráclito Fortes	Jarbas Vasconcelos
Jarbas Vasconcelos	

EMENDA Nº 14 - PLEN

Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Acrescente-se ao art. 95 do ADCT, com a redação dada no art. 2º da proposta, os parágrafos terceiro e quarto com a seguinte redação:

"Art. 95. .....

.....

§ 3º Do produto da arrecadação realizada durante o período compreendido entre os prazos mencionados no **caput** deste artigo, pela aplicação da alíquota prevista no inciso I, do parágrafo 2º, do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vinte e cinco por cento pertencem aos Municípios, segundo as mesmas regras do Fundo de Participação dos Municípios, sendo respeitada a vinculação desses recursos à promoção da saúde da família.

§ 4º O repasse aos Municípios previsto no parágrafo anterior deverá ser adicional ao valor repassado pela União para o custeio de ações de promoção da saúde da família em 2007."

Justificação

Conforme estudos da Confederação Nacional de Municípios, apresentados na X Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a União repassou em 2006 para os Municípios brasileiros cerca de R$2,1 bilhões para o custeio do Programa Saúde da Família, que visa prover as comunidades com uma equipe composta por médico, enfermeiro e um técnico em enfermagem para o atendimento de 1.000 famílias. Considerando que temos atualmente no país cerca de 26 mil equipes de saúde da família, verificamos que isso representa um repasse médio de R$6,7 mil por mês da União para o Município custear cada equipe. Ainda segundo a CNM esse valor cobre apenas cerca de 25% do custo efetivo dos Municípios com a manutenção do programa, que chega a casa de R$24 mil por mês por equipe.

Assim, a contrapartida dos Municípios brasileiros ao programa da União foi de R$5,4 bilhões em 2006, ou seja, para cada real investido pela União os Municípios colocam R$2,6 como contrapartida. Esse quadro se agrava quando constatamos que os Municípios ficam após as transferências constitucionais com 17% da Carga Tributária Nacional, enquanto a União permanece com mais de 60%.

Tendo em vista ainda que a população coberta com o programa é de 90 milhões de brasileiros, que representam 47,45% da população e que para universalizar a cobertura precisaríamos mais 28,9 mil equipes a um custo de R$8,3 bilhões por ano, não podemos deixar que a proporção entre o investimento da União e dos Municípios permaneça como está.

A presente emenda, ao destinar 1/4 da arrecadação da CPMF vinculada a saúde, cerca de R$20,5 bilhões, para os Municípios, resultará na transferência adicional de R$5,1 bilhões para os Municípios ampliarem a cobertura do programa e aliviarem as suas contas que estão sufocadas pelo aporte de recursos que são obrigados a fazer para dar sustentação às iniciativas dos outros entes federados.

Portanto, ao propormos a presente emenda, temos como objetivo promover um reajuste nos valores transferidos pela União aos Municípios para a manutenção e ampliação de tão importante programa que é o Saúde da Família, que sem dúvida nenhuma está contribuindo para a redução da mortalidade infantil em nosso País e que contribuirá decisivamente para que o nosso País cumpra essa meta fixada nos Objetivos do Milênio estabelecidos pelas Nações Unidas do qual o Brasil é signatário.

Sala das Sessões,

01. Senador SÉRGIO ZAMBIASI .....

02. ..... BOTELHO

03. ..... SERAFIM CORREIA

04. _____ R. Colombo

05. _____ C. Bueno

06. _____ Dim Abel

07. _____ Mathew Tum

08. _____ Edison Lobão

09. _____ Mão Santa

10. _____ Paulo Paim

11. _____ C. Sudlicy

12. _____ R. Crivella

13. _____ Mozarildo

14. _____ (M Maciel)

15. _____ Aloizio Mercadante

16. _____ Katia Abreu

17. _____ Antonio Carlos Junior

18. _____ Maria do Carmo

19. _____ Epitacio Cafeteira

20. _____ Paulo Duque

21. _____ Wellington Salgado

22. _____ Heráclito

23. _____ Jaime Campos

24. _____ Benedito Lira

25. _____ SIBA

26. _____ Neuto de Conto

27. _____ Cupaleiras PAPALEO

28. _____ Simon

29. _____ C. Afonso

30. _____ J. Nogueira

31. _____ D. Zarimardi

32. _____

33. _____

34. _____

35. _____

EMENDA Nº 15 – PLEN

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. .....

.....

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a receita destinada à educação a que se refere o art. 212 da Constituição.

Justificação

A desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no orçamento geral da União, o que é permitido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, ao possibilitar a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Permitiu desobrigar a União de destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino 20% da receita de impostos, vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. Com isso, a área de educação perdeu e perde com a desvinculação.

Portanto, propomos a manutenção da DRU ressalvando as verbas destinadas à educação, por ser medida de justiça, contamos com o apoio dos ilustres Pares na aprovação desta Emenda.

Sala da Comissão,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		DEMÓSTENES TORRES
2		Pitágoras Cambraia

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada a educação.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
3		
4		
5		
6		
7		E. Resende
8		
9		
10		
11		
12		Mão Santa
13		
14		
15		
16		

17 _____ _____

18 _____ _____

19 _____ _____

20 _____ Romeu de Carvalho

21 _____ Alvaro Dias

22 _____ Sergio Guerra

23 _____ Marconi Perillo

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada a educação.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
24		Marisa Serrano
25		Rosalba Ciarlini
26		Lúcia Vânia
27		Eduardo Azeredo
28		
29		Flexa Ribeiro
30		Cícero Lucena
31		Tasso Jereissati
32		Mozarildo

EMENDA Nº 16 – PLEN

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 89 de 2007, a seguinte redação, e suprima-se o art. 2º, renumerando-se o atual art. 3º para art. 2º:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76 .....

§ 3º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino a que se refere o art. 212 da Constituição, a partir de 1º de janeiro de 2009.

"Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Desvinculação de Receitas da União – DRU, é um mecanismo instituído para permitir que parte das receitas de impostos e contribuições não seja obrigatoriamente destinada a determinado órgão, fundo ou despesa. Possibilita a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, resultando para a área da educação grandes perdas.

Portanto, propomos que, a partir de 1º de janeiro de 2009, seja afastada a desvinculação do percentual de recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Quanto a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, propõe o Presidente da República que, sua vigência seja até 31 de dezembro de 2011, mantendo-se a alíquota atual de 0,38%.

Essa contribuição arrecadou aproximadamente R$29 bilhões em 2005 e R$32 bilhões em 2006, o que representa uma média de 4,05% da carga tributária brasileira total nesses dois anos. A estimativa para a arrecadação federal no ano em curso, é de R$572 bilhões, sendo que aproximadamente R$36 bilhões referem-se à CPMF.

Portanto, a arrecadação do governo federal tem crescido mais que proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), levando a um aumento da carga tributária.

A CPMF foi instituída atendendo ao apelo do Governo Federal para sanar o infortúnio que vivia a área da saúde naquele momento, e a arrecadação extra destinada integralmente ao Fundo Nacional de Saúde com o objetivo de complementar o orçamento e permitir a melhoria das ações e programas naquela área.

Nas diversas vezes da recriação da CPMF, o Governo Federal defendeu a necessidade de sua manutenção como fonte de recurso adicional e provisório, enquanto não se fizesse a reforma tributária, o que não ocorreu até o momento. A parte mais importante dessa reforma é a reformulação do ICMS, remetida pelo Senado à Câmara dos Deputados, em janeiro de 2004, aprovada na Comissão Especial daquela Casa em 2004, mas até hoje não foi submetida à votação do Plenário. O Poder Executivo promete enviar nova proposta de Reforma Tributária.

Não podemos mais ficar no aguardo dessa reforma tão necessária para alavancar a economia e estimular a geração de empregos.

Para tanto, propomos excluir o art. 2º da PEC nº 89, de 2007, com o objetivo de não mais prorrogar a vigência de cobrança da CPMF, contando com o apoio dos ilustres Pares na aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		Kátia Abreu
2		Alvaro Dias
3		ACM
4		Maria do Carmo

5		ROSALBA
6		Jarbas Vasconcelos
7		Papaléo Paes

EMENDA Nº – PLEN.
(a PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada à educação, a partir de 01 de janeiro de 2009 e suprimir a cobrança da CPMF.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
8		Wellington Salgado
9		Efraim Morais
10		Raimundo Colombo
11		Alvaro Dias
12		DEMÓSTENES TORRES
13		
14		LUCIA VANDA
15		FLEXA RIBEIRO
16		Cícero Lucena
17		Heráclito Fortes
18		Romeu Tuma
19		Marconi Perillo
20		CRISTOVAM
21		Tarcisio Pinheiro
22		Adelmir Santana
23		Mesmo nacional
24		J. Agripino
25		Pedro Simon
26		Sérgio Guerra
27		[illegible]
28		Arthur Virgílio

EMENDA Nº 17 - PLEN.

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76. .....

§ 3º Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino a que se refere o art. 212 da Constituição, a partir de 1º de janeiro de 2009.

Justificação

A desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de vinculações de receitas no orçamento geral da União, o que é permitido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, ao possibilitar a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

Permitiu desobrigar a União de destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino 20% da receita de impostos, vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. Com isso, a área de educação perdeu e perde com a desvinculação.

O Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED defende a exclusão da desvinculação dos recursos de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, da maneira similar ao que já ocorre com a contribuição social do salário-educação.

Portanto, propomos que, a partir de 1º de janeiro de 2009, seja afastada a desvinculação do percentual de recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino previsto no art. 212 da Constituição Federal, por ser medida de justiça, contamos com o apoio dos ilustres Pares na aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,

	Assinatura	Nome do Parlamentar
1		Kátia Abreu
2		Mozarildo Cavalcanti
3		Heráclito Fortes
4		Francisco Dornelles
5	Sibá Machado	Sibá Machado
6		Welington Salgado
7		Garibaldi Alves
8		Inácio Arruda
9		Marisa Serrano
10		Romeu Tuma
11		Elisa Ribeiro
12		Mário Couto
13		Alvaro Dias
14		ACM
15		Maria do Carmo
16		Rosalba Ciarlini
17		Sérgio Vasconcelos

EMENDA Nº – PLEN.
(a PEC nº 89, de 2007)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 89, de 2007, para excluir da desvinculação a receita destinada à educação, a partir de 01 de janeiro de 2009.

	Assinatura	Nome do Parlamentar
18		Papaléo Paes
19		Efraim Morais
20		Raimundo Colombo
21		[illegible]
22		Demóstenes Torres
23		Lúcia Vânia
24		Cícero Lucena
25		Romeu Tuma
26		Marconi Perillo
27		Geraldo Mesquita Jr
28		Cristovam
29		Sérgio Guerra
30		[illegible]
31		Mario Couto
32		
33		J. Agripino
34		[illegible]
35		Mão Santa
36		Sérgio Guerra
37		

Emenda nº 18 de 2007 – PLEN

Dê-se a seguinte redação ao Art. 2º da PEC nº 89/2007:

"Art. 2º Fica acrescentado o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 95. No prazo máximo de 4 (quatro) anos, contados a partir da data da promulgação desta Emenda Constitucional, o Congresso Nacional realizará a revisão do Título VI, Capítulo I da Constituição Federal, que trata do Sistema Tributário Nacional, de forma a buscar a simplificação dos tributos, eqüidade na repartição dos recursos arrecadados entre os entes federados, equilíbrio e justiça fiscal entre os contribuintes e o poder público tributante.

§ 1º Dentro do prazo previsto no **caput**, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento), mantida a parcela de destinação de que trata o inciso I do § 2º do referido art. 84, que obedecerá aos seguintes percentuais de repartição entre os entes federados:

I – 70% (setenta por cento) para a União;

II – 20% (vinte por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

III – 10% (dez por cento) para os Municípios.

§ 2º Os recursos de que trata a contribuição do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão aplicados dentro do critério estabelecido pelo art. 84, § 2, inciso I, exclusivamente em ações e serviços de saúde conforme definidas e estabelecidas nos artigos 196, 197, 198, 199 e 200 desta Constituição Federal.

§ 3º A não obediência ao disposto no parágrafo anterior importará em enquadramento por crime de responsabilidade ao agente público responsável pela aplicação dos recursos da contribuição de que trata essa Emenda.

§ 4º Não sendo realizada a revisão de que trata o **caput**, ao final do prazo máximo ali estipulado, ficam extintas a contribuição do Art. 84 e a desvinculação de que trata o Art. 76, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo vedadas sua recriação, inclusive de tributo ou mecanismo tributário assemelhado, por um período de 10 (dez) anos.

Justificação

Nós da Bancada Gaúcha do Senado Federal apresentamos esta emenda à PEC nº 89/2007, que, em linhas gerais, prorroga a DRU e a CPMF. Infelizmente, nossa proposta foi rejeitada em ambos os relatórios, o da Senadora Kátia Abreu e o Parecer vencedor do Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Em nosso entendimento a discussão sobre matéria não exauriu-se no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De forma que retomamos nossa proposição com os mesmos argumentos relevantes originais, que transcrevemos abaixo:

Em 1993, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 3, que entre outros dispositivos, instituiu o imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, cuja alíquota máxima seria de vinte e cinco centésimos. A proposta teria vigência até dezembro de 1994, considerando que ela iniciou sua tramitação em 1991, por meio de uma PEC do Deputado Luis Carlos Hauly, tendo previsão de vigência por apenas 4 anos.

É interessante lembrar que o grande patrocinador desta proposição foi um dos mais notáveis Ministros da Saúde de nossa história – o ilustre Dr. Adib Jatene. Vislumbrava o Ministro que, neste prazo de quatro anos, os recursos do imposto do Cheque – como ficou conhecido o IPMF – fossem aplicados integral e exclusivamente na saúde. Hoje nós, realmente, teríamos um País mais saudável, não que fosse um sistema perfeito que o Presidente falsamente alardeia, mas, uma grande parte do caminho teria sido percorrida. Cumpre também registrar que a matéria teve, em função de seus nobres propósitos, a aceitação praticamente plena de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Além desse mérito da Emenda do IPMF – sua aplicação na saúde – a proposta reunia ainda outras virtudes e perspectivas do ponto de vista tributário. A rigor, é um tributo insonegável, todo mundo paga conforme o que ganha, ou seja, é distributivo, equânime, abria o caminho para uma simplificação tributária, sendo uma grande ferramenta para aferir o grau de enriquecimento do contribuinte e sua licitude ou não, e finalmente, tinha prazo certo para acabar.

Mas, pelo contrário, a existência desse tributo desandou. Primeiro foi questionada a sua legalidade face ao fato gerador e, a ainda remanescente dúvida, de sua incidência ser considerada uma bitributação. Assim, mudou de nome: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF. Com esse formato, sofreu várias prorrogações, que já não nos permite, sem cinismo, o epíteto de "Provisória". Pior, dada a eficácia de sua arrecadação, transformou-se numa das principais fontes de recurso, de uso restrito da União.

Outra aberração: a CPMF, assim como outras contribuições do orçamento da seguridade – Cofins e CSLL, sofre de um perverso desvio de finalidade. Ao invés de serem utilizadas na seguridade social, que inclui as políticas e ações de saúde, parte do montante arrecadado pela CPMF – estimado em R$35 bilhões para este ano de 2007 – tem servido para declinar o impagável déficit público, equilibrar o ajuste fiscal e

sustentar uma irreal remuneração de títulos do governo, ancorados em juros estratosféricos.

Analisando, agora, uma outra prorrogação deste tributo, creio que é chegada a hora de darmos um basta nesta situação e buscarmos uma justiça fiscal, seja para o contribuinte, seja para os demais entes federados, e não exclusivamente à União.

Nossa proposta fixa prazos com base num horizonte temporal que exige uma verdadeira reforma fiscal e tributária, que seja justa com contribuinte e poderes públicos. Caso esta reforma não ocorra no prazo estipulado, ficam extintas por dez anos a CPMF e a DRU, sendo vedada suas recriações sob qualquer outra faceta ou denominação.

Entretanto, tão vedação não implica que na reforma fiscal e tributária que propomos ser realizada, e seguindo o princípio de simplificação e enxugamento de tributos – hoje são 76 tributos – possa ser aventada a criação de um tributo de incidência semelhante à CPMF, que viria em substituição de vários impostos e contribuições, mantendo o mesmo automático de arrecadação – que como observamos tem muitos méritos no que diz respeito a justiça fiscal – e ao mesmo tempo, alargando a base tributária, e por conseqüência, diminuindo a carga fiscal que recai sobre o contribuinte.

Ainda com base nesta perspectiva, a proposta busca uma partição com os demais membros da Federação e, por último, torna unívoca a aplicação destes recursos em ações de saúde, responsabilizando, de fato, o agente público gestor das ações objeto da Emenda.

Sala das Sessões, de de 2007. – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiazi.**

Emenda de Plenário nº , de 2007 à PEC nº 89/2007

(Modificativa)

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

01 Assinatura:	Nome:
02 Assinatura:	Nome: Renato de Carvalho
03 Assinatura:	Nome: Zambiazi
04 Assinatura:	Nome: Paim
05 Assinatura:	Nome: Alvaro Dias
06 Assinatura:	Nome: José Agripino
07 Assinatura:	Nome: Tasso Jereissati
08 Assinatura:	Nome: Demóstenes
09 Assinatura:	Nome: Cristovam
10 Assinatura:	Nome: Jefferson Peres
11 Assinatura:	Nome: Marcos Vasconcellos
12 Assinatura:	Nome:
13 Assinatura:	Nome: Eduardo Suplicy
14 Assinatura:	Nome: Augusto Botelho
15 Assinatura:	Nome: Mão Santa
16 Assinatura:	Nome:
17 Assinatura:	Nome:
18 Assinatura:	Nome:
19 Assinatura:	Nome: Sérgio
20 Assinatura:	Nome: Cesar Borges
21 Assinatura:	Nome: Pedro Simon
22 Assinatura:	Nome: José Agripino
23 Assinatura:	Nome: Heráclito
24 Assinatura:	Nome:
25 Assinatura:	Nome:
26 Assinatura:	Nome:
27 Assinatura:	Nome:
28 Assinatura:	Nome: Valter Pereira
29 Assinatura:	Nome: Aldemir Santana
30 Assinatura:	Nome: Dorcas
31 Assinatura:	Nome: Arthur Virgílio

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão a Proposta e as emendas.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, primeiro inscrito para discutir a matéria.

Depois, usarão da palavra o Senador Mário Couto, o Senador Mão Santa e o Senador Sibá Machado.

V. Exª dispõe de dez minutos, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado Senador Tião Viana, agradeço-lhe ter considerado a minha inscrição feita na quarta-feira, quando não pude falar.

Antes de tratar da CPMF, gostaria de fazer breve registro relativamente à decisão tão importante dos venezuelanos, que já foi objeto de análise hoje à tarde por parte do Senador José Sarney e de outros Senadores.

Acabei de conversar com o Embaixador do Brasil na Venezuela, João Carlos. Ele me disse que a situação lá está tranqüila, que o Presidente Hugo Chávez, logo que soube do resultado, reconheceu-o com tranqüilidade. Acho que isso é importante, sobretudo para a democracia. Avalio que o respeito ao resultado desse referendo ocorrido na Venezuela será de enorme significado, inclusive para outros países. É importante o sinal que veio do povo venezuelano para nós, brasileiros, e para aqueles que, na Bolívia e em outros lugares, estão pensando em modificar a legislação para estabelecer o direito de reeleição indefinidamente. Na verdade, a consciência democrática dos povos da América latina está a dizer que é melhor não haver o direito indefinido de reeleição do chefe de governo.

Mas quero me ater, sobretudo, ao propósito da necessidade da aprovação da CPMF.

Senador Tião Viana, nosso Presidente, que, como médico tem consciência profunda sobre este assunto, sabe que a CPMF foi introduzida no ordenamento jurídico em 1993, então com a alíquota de 0,25% sobre certas transações bancárias, particularmente os saques nas contas correntes. Desde o início, o tributo teve um caráter temporário, sem repartição das receitas com os demais entes federados. Mas foram diversas as alterações posteriores, sempre na ocasião da nova prorrogação da vigência. As alíquotas foram sendo majoradas ao longo do tempo, e os recursos vinculados a certas despesas: primeiro, para a Saúde, em 1996; depois, Previdência social, em 1999; e, por fim, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, em 2002, iniciativa, aliás, que decorreu do debate na Comissão de Combate à Pobreza, presidida pelo Senador Maguito Vilela, que teve como Relatora a Senadora do PT, hoje Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ocasião em que examinamos a proposta de emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães, então do PFL, mais recentemente do DEM, que infelizmente nos deixou.

Quero aqui lembrar que, inclusive nessa oportunidade, nós, do Partido dos Trabalhadores, aprovamos o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza com alíquota de 0,8%, sendo 0,08% destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que tem no Bolsa-Família a sua principal destinação.

No ano de 2002, o último do Governo FHC, a CPMF já tinha a conformação atual, inclusive a alíquota de 0,38%. A arrecadação neste ano de 2007 é de R$36 bilhões para a CPMF. Tomando-se os R$32 bilhões arrecadados em 2006, a planilha da receita entre as diferentes áreas foi a seguinte: R$3,3 bilhões para a saúde; R$6,8 bilhões para a Previdência; R$6,7 bilhões para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, destinados ao programa Bolsa-Família; os outros R$5,1 bilhões foram desvinculados por conta da DRU (Desvinculação de Receitas da União).

Ao longo dos últimos dez anos, de 1997 a 2007, a CPMF se constituiu na mais importante fonte para o Ministério da Saúde e principal fonte de fonte de financiamento de ações de serviço de saúde de média e de alta complexidade nos Estados e Municípios. O Ministro Temporão nos disse que representou em média 40% das fontes de recurso do Ministério da Saúde nesses 10 anos. Outro aspecto é que as receitas da CPMF já são partilhadas entre Estados e Municípios. Tal fato é notório.

No caso da saúde, o Ministro José Gomes Temporão disse que os recursos destinados ao Ministério da Saúde são integralmente repassados aos Estados e Municípios para a aplicação em serviços de saúde. Em 2007, a previsão dessas transferências é superior a R$14 bilhões.

Vale notar que os recursos da CPMF, segundo o Ministro Guido Mantega, destinados aos gastos da saúde, já excluída a parcela da DRU, foram: em 2004, R$10,4 bilhões; em 2005, R$10,9 bilhões; e em 2006, R$12,9 bilhões; a previsão para 2007 é de R$24,3 bilhões, recursos que permitiram até hoje a realização de 854,2 milhões de atendimentos ambulatoriais, consultas e atendimentos médicos especializados, exames laboratoriais e radiológicos, entre outros procedimentos médicos e 11,7 milhões de internações hospitalares, cirurgias, partos e internações pediátricas, entre outros. Diante desses dados, é irrefutável a importância dessa contribuição para o financiamento da saúde no País.

Os recursos da CPMF destinados ao Programa Bolsa-Família beneficiam hoje cerca de 11,43 milhões de famílias em todo o Brasil com renda *per capita* de até R$120. Considerando que cada família tem, em

média, cerca de quatro pessoas, o Bolsa-Família corresponde a 44 milhões de pessoas, ou seja, um quarto da população brasileira.

Trata-se de um programa condicional, que proporciona complemento de renda para as famílias cuja renda mensal esteja abaixo de R$120. Se a renda *per capita* mensal for de até R$60, o benefício mensal é de R$58 mais R$18, R$36 ou R$54, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças com até 16 anos de idade, respectivamente. Se a renda *per capita* mensal da família está na faixa de R$60 a R$120, o benefício é de apenas R$18, R$36 ou R$54, também dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças com até 16 anos de idade, respectivamente.

Em 11 de outubro de 2007, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional projeto de lei propondo que as famílias que têm adolescentes com idades entre 15 e 17 anos e que freqüentam a escola terão um incremento de renda equivalente a R$30, no caso de um adolescente; e R$60, no caso de dois jovens, o que pode significar um benefício máximo do Bolsa-Família de R$172. Caso aprovada a lei, estes valores estarão vigentes a partir de 2008.

É claro que a CPMF tem algumas distorções. É de natureza cumulativa e, por isso mesmo, não é neutra do ponto de vista da alocação dos recursos produtivos. Não é que ela seja progressiva no que diz respeito a sua arrecadação, pois a alíquota não aumenta com a faixa de renda do contribuinte. Mas é importante assinalar, Sr. Presidente, os dois aspectos da CPMF: o aspecto da arrecadação e da destinação de recursos.

Quando examinamos esses dois aspectos, não há dúvida de que a CPMF é altamente progressiva, uma vez que a população mais pobre é significativamente mais beneficiada com os seus recursos. Ademais, os Estados mais ricos arrecadam volume de recursos muito maior do que gastam.

Senador Antonio Carlos Valadares, quero transmitir a V. Exª, quando disse que eu próprio não sou beneficiado com a CPMF, que, de alguma maneira, também o sou. E por que razão? Porque estarei me beneficiando de viver em um País com maior grau de justiça.

Na medida em que avançarmos na direção de maior eqüidade, teremos maior segurança neste País, e, quanto maior a justiça, menor será o grau de criminalidade.

Avalio que, nesse aspecto, todos nós contribuímos mais, mas recebemos menos porque utilizamos menos dos recursos da CPMF direcionados para o Sistema Único de Saúde, para a Previdência, que é paga sobretudo aos trabalhadores rurais, e para quase um quarto da população, justamente a camada mais pobre que é beneficiada pela CPMF por meio do Bolsa-Família.

Mas há que se considerar atributos positivos da CPMF: é de fácil administração, por isso os custos de arrecadação são baixos; ademais, ajuda enormemente na fiscalização, especialmente no cumprimento das obrigações relativas aos diversos tributos e mesmo no combate ao crime. Esses argumentos foram, inclusive, ressaltados pelo ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, quando esteve conosco aqui.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de citar os argumentos em defesa da CPMF proferidos pelo ex-Ministro Adib Jatene na **Folha de S.Paulo** em seu artigo de hoje:

Todos os argumentos contra a CPMF vêm sendo repetidos desde quando a propusemos, em 1995. Nenhum dos argumentos catastróficos se confirmou. O País nunca exportou tanto, o saldo comercial vem ano a ano crescendo, a dívida externa, que em 2002 era de 43% do PIB, é hoje de 14%. As reservas do Banco Central atingiram inacreditáveis US$170 bilhões, a taxa de inflação é a mais baixa dos últimos 30 anos e a indústria automobilística produziu neste ano, até aqui, incríveis 2 milhões de carros. Portanto, não se confirmam os prejuízos apregoados. O que é inegável é que a CPMF é um instrumento preventivo da sonegação.

> Quando de sua regulamentação, foi proibido, na lei, o cruzamento de informações para efeito de Imposto de Renda, afinal revogado [mais tarde].

Sr. Presidente, a extinção imediata da CPMF colocaria o Governo em sérias dificuldades para financiar as despesas das áreas beneficiadas que citei. O Governo teria de encontrar os recursos necessários, em vista do caráter social dessas despesas.

Dessa forma, espero que os Senadores, inclusive de Estados como o Piauí e o Pará, estejam muito conscientes de que a arrecadação da CPMF em São Paulo é proporcionalmente muito maior do que aquilo que o Estado recebe; e vice-versa nos Estados relativamente de menor renda *per capta*, onde a arrecadação não é tão grande, mas acabam recebendo proporcionalmente muito mais, como no Estado do Acre, que V. Exª aqui representa com toda dignidade.

Diante dessas evidências, espero poder, até a próxima quinta-feira, persuadir os nossos Senadores que até agora se têm colocado em oposição à CPMF.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O PROBLEMA DO POBRE

Adib D. Jatene

QUANDO OCUPEI a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (1979 a 82), chamou a minha atenção a diferença gritante entre o número e a qualidade dos centros de saúde no interior e os existentes na Grande São Paulo.

Era difícil entender que os municípios do interior, com 49% da população do Estado, tivessem 549 centros de saúde -quase a totalidade- em prédios especialmente construídos, e a Grande São Paulo, com 51% da população, tivesse 257, dos quais só 54 especialmente construídos. Os demais ocupavam casas alugadas, totalmente inadequadas, na periferia da capital e em cidades-dormitório.

A perplexidade começou a se desfazer quando resolvi atender a convites para ir a assembléias populares, convocadas pela população, apoiadas nas comunidades eclesiais de base. Eram reuniões agressivas e difíceis, mas me ensinaram aquilo que todo homem público deve incorporar. Ficou claro, para mim, que os pleitos eram simples e legítimos, como ter onde vacinar seus filhos -e não tinham!

Foi a partir daí que criei a frase: "O grande problema do pobre não é ele ser pobre, é que o amigo dele também é pobre!". Ele não tem amigo que fale com quem decide, que marque uma audiência, que o ajude a elaborar um projeto, que negocie financiamento.

Ele está confinado em áreas pobres, com deficiência de saneamento básico, problemas de segurança, transporte, educação, saúde, lazer etc. Isso nos moveu a elaborar o Plano Metropolitano de Saúde: propusemos construir 490 centros de saúde e 40 hospitais nas áreas mais carentes. Passados 25 anos, menos de dois terços da proposta foram construídos -e a população saltou de 12 milhões para 18 milhões de habitantes.

Quando, em 1999, estudei a distribuição dos leitos hospitalares na cidade de São Paulo, com 10 milhões de habitantes e dividida em 96 distritos, a situação continuava da maior gravidade. Em 25 distritos, com 1,8 milhão de pessoas, existiam 13 leitos por mil habitantes, concentrando os maiores e melhores hospitais; nos outros 71 distritos, onde estavam 8,2 milhões de pessoas, existiam apenas, na média, 0,6 leito por mil habitantes.

Essa realidade perversa -menos de 20% da população tem todos os recursos mais modernos, enquanto 80% sofrem todo tipo de restrições- é difícil de ser aceita como razoável. Por isso venho, há muito tempo, tentando convencer os que vivem com conforto e com os mais modernos recursos de saúde à sua disposição de que a distribuição dos recursos é injusta e não pode ser perpetuada.

A discussão sobre a prorrogação da CPMF mostra claramente isso. A parcela mais bem aquinhoada da sociedade -a que financia as campanhas políticas e sustenta a mídia- lança mão de todos os recursos para subitamente constranger o governo a abrir mão de cerca de R$ 40 bilhões, quase a metade destinada ao SUS, e não se constrange de induzir pessoas que dependem desses recursos a assinar listas e mais listas, convencendo-os de que estão sendo explorados.

Não tenho dúvida de que o chamado excesso de arrecadação ocorre porque a eficiência da Receita, nos três níveis de governo, graças à informática e aos cruzamentos possíveis, está resgatando parte da sonegação, que permitiu a escandalosa concentração de renda existente no país.

Todos os argumentos contra a CPMF vêm sendo repetidos desde quando a propusemos, em 1995. Nenhum dos argumentos catastróficos se confirmou. O país nunca exportou tanto, o saldo comercial vem ano a ano crescendo, a dívida externa, que em 2002 era de 43% do PIB, é hoje de 14%. As reservas do Banco Central atingiram inacreditáveis US$ 170 bilhões, a taxa de inflação é a mais baixa dos últimos 30 anos e a indústria automobilística produziu neste ano, até aqui, incríveis 2 milhões de carros. Portanto, não se confirmam os prejuízos apregoados. O que é inegável é que a CPMF é um indicador da sonegação.

Quando de sua regulamentação, foi proibido, na lei, o cruzamento de informações para efeito de Imposto de Renda, afinal revogado quando o secretário da Receita à época mostrou que, dos 100 maiores contribuintes da CPMF, 62 nunca tinham pago Imposto de Renda e que existia microempresa -que, para ser micro, não podia movimentar mais que R$ 120 mil/ano- que chegava a movimentar R$ 100 milhões/ano. O simples cruzamento de informações elevou a arrecadação de cerca de R$ 7 bilhões para mais de R$ 20 bilhões/mês.

Quero crer que a luta pela extinção da CPMF, isoladamente, não tenha relação com o fato de ser um eficiente indicador de sonegação, mas esteja vinculada à idéia -para mim, equivocada- de que a carga tributária é muito elevada e toda redução é bem-vinda. Sou dos que acreditam que a carga tributaria é elevada para os que ganham pouco e baixa para os que têm muito, daí a concentração de renda.

Melhor seria se o esforço que está sendo feito para extinguir a CPMF fosse dirigido para uma discussão séria e abrangente da sempre lembrada e nunca conseguida reforma tributária, capaz de compatibilizar os recursos públicos com a riqueza ostensiva de parcela minoritária da população.

Nunca é demais lembrar que todas as convulsões sociais na história da humanidade ocorreram quando a desigualdade se tornou aguda. A distribuição de leitos hospitalares na cidade de São Paulo é exemplo gritante dessa desigualdade, melhor dizendo, dessa desumanidade para com os mais pobres.

ADIB D. JATENE , 78, cardiologista, é professor emérito da Faculdade de Medicina da USP. Foi ministro da Saúde (governos Collor e FHC) e secretário da Saúde de São Paulo (governo Maluf). É idealizador da CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto e, a seguir, ao Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Requeiro apenas possa ser transcrito o artigo que li do Dr. Adib Jatene.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, quanto à transcrição do artigo do Dr. Adib Jatene.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho novamente a esta tribuna defender o meu ponto de vista de votar contra a CPMF.

Já justifiquei por várias vezes minha posição em relação a esse maldito imposto. Senador Mão Santa, ainda há pouco ouvi Senadores dizerem que o povo precisa da CPMF. O povo precisa deixar de pagar impostos. É disso que o povo precisa urgentemente, imediatamente. O povo não agüenta mais pagar impostos. Quase R$1 trilhão! Vai-se chegar a R$1 trilhão este ano, possivelmente. Pensem bem, Senhores e Senhoras: tirar R$1 trilhão dos bolsos dos brasileiros!

"Ah, porque a CPMF beneficia os mais pobres!" A CPMF não foi criada para o Bolsa-Família. O que é mais importante, Mão Santa: ninguém é contra o Bolsa-Família. Já expus meu ponto de vista aqui, por várias vezes.

Há algo que procuro entender, mas não consigo. A CPMF nunca, jamais, em tempo algum, foi criada para o Bolsa-Família. A CPMF foi criada para a saúde, exclusivamente para a saúde, por tempo determinado, provisoriamente. Será que não entendem isso?

Eu lhe pergunto, Mão Santa: o que adianta dar o Bolsa-Família a uma pessoa pobre – R$130,00, R$120,00 –, se, quando ela adoece, terá de ir a um hospital que não tem médico, não tem remédio, não tem estrutura, e ela vai morrer lá dentro? O que adiantaria era ter o Bolsa-Família, isso sim, mas termos hospitais, postos médicos, médicos bem pagos, remédios nos hospitais, remédios nos postos médicos! Isso, sim, adiantaria. Para isso a CPMF foi criada.

Dá o dinheiro do Bolsa-Família, mas quando adoece aquele que recebe esses recursos, ele corre risco alto de morte, porque não tem hospital com estrutura suficiente para atendê-lo. Do que adianta?

Tenho de dizer, sem medo de errar, Senador Duque, que o Bolsa-Família é um plano político. Se não fosse, este País, além de ter esse programa, não teria corrupção, teria menos gasto por parte do Governo, teria saúde suficiente para atender aos brasileiros que não têm onde cair morto, este País teria uma educação boa.

Senador, recentemente 57 países foram analisados em relação a ciências, leitura e matemática, e o Brasil ficou em penúltimo lugar. Olhe como está a nossa educação! Se o País tivesse educação, estradas boas, portos, ferrovias, eu diria ao Presidente Lula que ele está certo. Não posso dizer isso e tenho batido aqui e vou bater constantemente.

"Ah, vocês estão tirando R$40 bilhões, vão tirar o dinheiro do Bolsa-Família, da Previdência!" Ah, esse imposto não foi criado para o Bolsa-Família nem para a Previdência!

Sr. Presidente, se consultarmos o povo brasileiro com a pergunta "você quer pagar CPMF para aplicar na saúde, totalmente na saúde?", duvido que o povo brasileiro não diga "sim". O problema é que esse imposto não é aplicado na saúde, é desvirtuado.

E agora querem jogar os Senadores de encontro à população. Percebam que a população brasileira não tem nariz furado ao contrário! A população brasileira está entendendo tudo que se fala aqui neste Senado. Chega!

Tenho discursos de Senadores de oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso que chegaram a mim por *e-mails.* Eles criticavam a CPMF, não queriam a CPMF. Há frases assim: "Chega de mais impostos!" Discursos de Senadores do PT, Senador Papaléo..

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – V. Exª me permite um aparte, Senador, por favor?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou só ler algumas frases de amigos que me ajudam ao me mandarem *e-mails*:

> Chega de mais impostos. Uma reforma tributária. a cada ano, cada Governo que entra cria um imposto a mais. Quando vamos parar de pagar impostos? Cada vez que tem mais um, não teremos a reforma tributária [dizia um Senador do PT nesta tribuna], tão fundamental para defender a indústria e a produção [agricultura].
>
> (...) 'E o único gesto que vai viabilizar neste ano a reforma tributária é dizer "não" ao aumento fácil dos impostos'.

Olhem, senhoras e senhores, discursos de Senadores do PT!

Sabem quando foi pronunciado este discurso nesta tribuna? Dia 10 de março de 1999. Pediam a

reforma tributária. Por que não a fizeram até agora? Por que não a fizeram? Isso é muito lamentável.

Todos os economistas deste País dizem assim: "Pára, Lula. Lula; pára de gastar!" E ele não pára. Ao contrário, ele diz que choque gestão – choque de gestão! – é contratar mais funcionários públicos, como se não chegassem os 25 mil cargos de assessoramento, as 25 mil funções DAS, que entram pela janela do Palácio do Governo; não fazem concurso público. Choque de gestão é gastar mais – e já vou lhe dar um aparte, Senador Papaléo. E os economistas gritam: "Lula, pára de gastar!" Aí ele gasta 1,3 bilhão em viagens; em viagens e em diárias, Senador. Tira do bolso da população, e ainda vem Senador aqui dizer que o povo precisa da CPMF.

Senador Duque, olhe para mim: 35 bilhões a mais este ano já arrecadados em impostos com relação a janeiro e outubro do ano passado. A mais, Senador; 35 bilhões a mais. Só este dado, Senador, só este dado derruba qualquer pronunciamento aqui em defesa da CPMF. Só este dado. Não precisava mais se falar absolutamente...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – (...) nada. Só este dado: excesso de arrecadação. Trinta e cinco bilhões já se arrecadou a mais este ano. Pronto, matou. Dizer que foram trinta e cinco bilhões que se arrecadou este ano de CPMF mata. Não é preciso justificar mais nada.

O Lula quer dinheiro para gastar. Está comprovado isso. O Lula quer dinheiro para gastar e gasta em abundância. Eu já disse aqui mais de dez vezes: quanto o Presidente Lula gasta! Vou repetir para que isso fique impregnado nos ouvidos da população brasileira e para que a população brasileira saiba que é desnecessário mais impostos e que ela não precisa mais ser sacrificada. Barbárie é o que fazem com a população brasileira em termos de cobrança de impostos, Sr. Presidente.

Ouço, com muito prazer, o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento equilibrado, com declaração de voto consciente, e lembrar, já que V. Exª citou algumas frases de alguns governistas ou petistas, que, quando o Ministro Adib Jatene fez a proposta e lutou para que a CPMF viesse a ser aprovada para atender a uma situação emergencial de dificuldade pela qual o Brasil passava na área da Saúde, o PT votou contra. Todos, com exceção do Deputado Eduardo Jorge, que foi o único que votou a favor e recebeu uma punição do Partido dos Trabalhadores. Engraçado que hoje está tudo ao contrário, num momento em que o próprio PT deveria ser consciente de que esse imposto é provisório e de que, em 2003, quando votamos a prorrogação, foi sob a promessa do Governo de que arranjaria alternativa para que não houvesse nova votação. Enfim, vejo que esta é a única oportunidade que temos – nós, responsáveis – de baixar taxa ou imposto deste País, que é derrotando esta CPMF, mesmo que simbolicamente, porque ela representa só 0,38% de quase 40% que o Governo cobra de imposto. Mas temos de dar uma resposta à população. Quero lamentar um discurso que ouvi hoje de um companheiro nosso, Senador, uma pessoa muito respeitada na área educacional. Seu discurso, realmente, lembrou-me as disputas políticas no meu Estado. O Governo, com todo o poderio para causar terrorismo psicológico na população mais pobre, diz, em período próximo às campanhas: "Se não votar no candidato do Governo, vai perder o Bolsa-Família, o bolsa não sei o quê e o bolsa não sei o que mais", humilhando o povo, que recebe, se ninguém sabe, R$120,00 de um Bolsa-Família e R$18,00 por filho. Essa miséria. É uma quantia muito grande para quem não tem nada, mas para o Governo, que teria condições de gastar menos e de repassar um valor maior, é insignificante. Então, hoje, ele tentou pregar aqui o que pregam nas campanhas do meu Estado. O Senador não deveria fazer isso. Somos pessoas esclarecidas. Não se pode dizer que se acabar a CPMF, vai acabar o Bolsa-Família. Onde nós estamos?

(Interrupção do som.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Essa CPMF foi criada para atender à Saúde, mas o Governo, lamentavelmente, desviou os recursos dessa finalidade, incluindo aí outras despesas que não tinham nada a ver com a CPMF. Era 0,20% para a Saúde, aumentaram para 0,38%, e aí agregaram um monte de ações de Governo, que de Governo, e não do Presidente Lula. São ações sociais importantíssimas, e há dinheiro à vontade, tanto é que estão criando Ministérios à vontade. São 37 Ministérios, 25 mil cargos sem concurso público; enfim, a gastança é generalizada. Parece que, como nunca tiveram oportunidade de governar, quando se tornaram governo, vieram com muita sede ao pote. Muito obrigado. Parabéns a V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Papaléo, quem disse que o Governo tem dinheiro, quem disse que a economia está boa é o próprio Governo, que vem a esta tribuna dizer isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Senador, vou publicar no jornal. Presta atenção, V. Exª pode ganhar o prêmio que vou dar; V. Exª pode ganhá-lo, porque é petista; meu amigo particular pode ganhar. V. Exª já fez essa pergunta a um Senador, e vou colocá-la no ar agora, para ver quem sabe. Na época do Geisel – em mil novecentos e lá vai paulada –, ele criou 19 ministérios. Foi a maior confusão, a maior polemica: "Escândalo nacional: Geisel tem 19 Ministérios". Lula tem 37. Eu queria saber qual o nome dos 37 Ministros. Quem acertar ganha um Chevrolet. V. Exª está rindo? V. Exª vai ganhar um Chevrolet?

Quero saber também quanto custa essa estrutura para o Governo; quantas secretarias, com nível de ministério, foram criadas pelo Lula? Quanto custam essas secretarias? Quanto custa, Sr. Presidente? Será que não cobre o Bolsa-Família? E a TV que foi criada agora? Trezentos e cinqüenta milhões, mais os duzentos e oitenta milhões iniciais! Papagaio louro do bico dourado. Pelo amor da Santa Filomena, Senador Duque! E ainda está faltando dinheiro para o Bolsa-Família, Senador?

Olhe aqui, Senador. Eu gosto de mostrar para a população, toda vez que venho aqui, para que ela fique bem consciente. Já está, tenho certeza disso. Não tenho dúvida disso, Senador. Nenhuma.

Em cartões corporativos, cartões de crédito, olhe quanto o Lula gasta. Não precisa prestar contas ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União não tem nem acesso a essa grana. Nem acesso! Cento e um milhões! Cento e um milhões em dinheiro vivo, em cartões corporativos. Dinheiro vivo! Só a esposa do Presidente, com o seu mordomo, gasta por mês, no cartão, mais de R$400 mil. Só a mulher do Presidente! No cartãozinho dela, de ouro! Só a mulher do Presidente. E aí? Dá o Bolsa-Família e mata o brasileiro. Não tem estrutura em hospitais, o que é que adianta?

Viagens: 1,5 bilhões; gastos com propaganda: em 2003, começou devagar, 667; em 2004, 956; em 2005, 963; em 2006, bateu recorde – pasmem senhoras e senhores, atenção Brasil: 1,3 bilhão. Um bilhão e trezentos milhões! E aí? Aí, vamos tirar 40 bilhões e vão fazer falta ao Governo? O Governo gasta demais.

Outro dia, um Senador ficou chateado comigo porque eu disse assim: além de a gente computar os gastos do Presidente, temos de falar em corrupção. Tem de botar um freio na corrupção. Tem de botar um freio, tem de apenar aqueles que cometeram corrupção. Sabe quanto custa para este País hoje? US$3,5 bilhões de dólares custa para o País a corrupção.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – US$3,5 bilhões de dólares custa a corrupção neste País, Srªs e Srs. Senadores! E ainda falta dinheiro? E ainda querem renovar a CPMF?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quem foi punido? Digam-me um! Quem está preso? Digam-me um! Um, só um. Só quero um. Cadê o Waldomiro da vida? Onde está? Nem se sabe. Todos protegidos, todos protegidos!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Para que mais dinheiro? Para tirar dinheiro do bolso e dar para a corrupção. Para tirar dinheiro do bolso e dar para a corrupção! E o povo sendo humilhado na cobrança de impostos!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Mário Couto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª poderia encaminhar sua fala para a conclusão? V. Exª já está usando a tribuna há vinte minutos e existem outros Senadores inscritos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Eu pediria ao Senador Suplicy que fizesse a observação num outro aparte, por favor, não agora.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – E eu vou terminar, Presidente

.**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Era sobre o Pará, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sobre o Pará? O Pará está muito mal. Que pena! Nem fale. Nem fale!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O Presidente Lula irá atender o pedido de V. Exª.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Presidente Lula irá atender o meu pedido. Quero agradecer ao Presidente Lula, que, de tanto eu bater aqui, vai conhecer o Marajó, vai saber onde fica a ilha. Vai só para um pedaço, o que está errado, já.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vai inaugurar...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Calma. Já está errado. Eu só quero uma coisa. Para eu poder agradecer, quero que ele leve alguma coisa para o Marajó e não faça o que fez em Marabá: foi lá, deu boa-noite e veio embora.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, só ajudando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Foi lá, deu boa-noite e veio embora. Que ele não vá ao Marajó, veja a pobreza de lá e não faça nada. Isso não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Mão Santa, não posso permitir mais apartes, em função do horário.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou terminar, Presidente. Já vou terminar. Vou terminar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vai inaugurar o Hospital Sarah Kubitscheck no dia 06, conforme V. Exª e todos os Senadores...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Foi de tanto eu bater que ele mandou terminar o hospital. Se eu não falo, estava lá o hospital virando casa de morcego.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acabo de falar com a Drª Lúcia.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Diga ao Presidente para gastar menos que ele fará dez Redes Sarah.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Suplicy, V. Exª poderá fazer um pronunciamento sobre o Rede Sarah Belém, que será muito bem atendido.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Do Pará eu vou falar na segunda-feira que vem. Tenho um dossiê a respeito sobre o qual vou me pronunciar nesta tribuna. Vou dá-lo para V. Exª ler antes.

Volto ao Senador petista – nobre Senador, grande Senador, velho Senador nesta Casa – que, naquela época, era contra; hoje, é a favor:

E o único gesto que vai viabilizar neste ano a reforma tributária é dizer não ao aumento fácil dos impostos e discutir outro caminho de reforma do Estado, outro caminho de saída da crise, como defender a agricultura, a indústria, o emprego e a produção deste País, [dizia o Senador]. É esse o único voto que o povo brasileiro espera nesta noite.

Olhe só:...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Dê-me só um minuto que encerro.

Vejam: "o único voto que o povo brasileiro espera nesta noite", dizia o Senador. Sabe qual era o voto? Não à CPMF. Não à CPMF.

O tempo vai passando e as máscaras vão caindo.

Senador Duque, eu desço desta tribuna e vou dar o discurso do Senador para V. Exªs. Vou dá-lo. Só não vou citar o nome porque eu vou ser argüido pelo art. 14. Como aprendi um pouco a usar esta tribuna, estou fazendo como manda o Regimento da Casa, mas vou colocar nas mãos de V. Exªs o pronunciamento do Senador.

Desço desta tribuna, Presidente Flexa Ribeiro, dizendo a V. Exª e a todos os meus Pares: nós vamos lutar bravamente a favor do povo brasileiro; bravamente. O povo brasileiro não merece pagar mais impostos. O povo brasileiro não agüenta pagar mais impostos. Não tem nenhuma justificativa, nenhuma, que possa convencer qualquer um nesta tribuna. Nós temos de lutar a favor do povo brasileiro, não contra ele. Por isso, vou lutar, lutar até a última hora, e dizer, igual a este Senador que votou uma vez contra e, agora, está defendendo a prorrogação: a única coisa, como dizia ele naquela época, que o povo brasileiro espera de nós é que ele não seja, mais uma vez, Senador Duque, apenado com impostos.

E não tem essa coisa de dizer que o mais pobre não paga imposto. É ele que paga mais, porque, como ele ganha menos, Senador, ele gasta todo o dinheiro, e todo o dinheiro que ele gasta é taxado com imposto, lá, naquele produto que ele compra no supermercado e na mercearia. Tristes consciências, tristes cérebros os desses que dizem que pobre não paga imposto. Este é o que mais sofre e é a favor deste, principalmente, que o meu PSDB, o DEM e os Senadores que têm a responsabilidade de defender o povo vamos dizer "não" à renovação da CPMF.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Tião Viana, Presidente-Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço, nobre Senador Mário Couto, e o parabenizo pelo pronunciamento.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa, quero informar a V. Exªs que chegou à Mesa Emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senadores.

Sobre a mesa, emenda que passo a ler.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 19 – Plen

Dê-se a seguinte redação ao Art. 2º da PEC nº 89/2007:

"Art. 2º Fica acrescentado o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 95. O prazo previsto no **caput** do Art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2011, salvo decisão contrária proferida em referendo popular a ser realizado por ocasião das eleições municipais de 2008, caso em que a cobrança da CPMF será extinta com a proclamação do resultado."

Justificação

O Art. 14 da Constituição Federal estabelece que "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

I – ...

II – referendo;"

A prorrogação, mais uma vez, da cobrança da CPMF é tema que empolga a sociedade brasileira, que atualmente se debruça sobre a discussão acerca desse tributo.

Nada mais justo, portanto, que o contribuinte e eleitor brasileiro seja convocado a exercer seu direito constitucional de opinar sobre o tamanho da carga tributária que pesa em seus ombros.

Sala das Sessões, . – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

	ASSINATURA	NOME
1		
2		
3		Fátima Cleide
4		Augusto Botelho
5		
6		
7		
8		CRISTOVAM
9		
10		
11		
12		
13		
14		SIMON

15 _____ _____

16 _____ _____

17 _____ _____

18 _____ _____

19 _____ JOSÉ AGRIPINO

20 _____ _____

21 _____ JOÃO PEDRO

22 _____ _____

23 _____ _____

24 _____ _____

25 _____ _____

26 _____ ASCLÁIR SANTANA

27 _____ _____

28 _____ _____

29 _____ _____

30 _____ _____

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto o Senador Mão Santa se dirige à tribuna, quero dizer que é fato que conversei há pouco com a Drª Lúcia Braga, Presidente da Rede Sarah Kubitscheck que me informou que, ainda amanhã, irá ao Pará, onde já iniciaram suas atividades e inúmeras crianças estão sendo atendidas.

Portanto, no próximo dia 6 de dezembro, o Presidente Lula inaugurará o Hospital, que tem os méritos de V. Exª, do Senador Mário Couto e tantos outros, inclusive o daqueles que há muito tempo trabalham por isso.

Mas é fato que, com recursos para a saúde, o Governo do Presidente Lula, atendendo ao apelo de todos, deu a contribuição necessária para que pudesse completar a obra, com suas instalações e seus equipamentos.

Espero que possa a Rede Sarah Kubitschek funcionar tão bem no Pará como exemplarmente tem funcionado aqui em Brasília e em outros lugares.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, pela informação que V. Exª dá à sociedade do Estado do Pará, mas que já é do conhecimento de todos, ou seja, que o Hospital já está funcionando há duas semanas. O fato é que o Presidente Lula irá inaugurá-lo cinco anos depois; um hospital que precisava apenas de R$14 milhões para entrar em funcionamento. Por cinco anos, o Presidente Lula penalizou a população do Estado do Pará e irá inaugurá-lo no dia 6. Ele será bem-vindo ao Pará para inaugurar o hospital, que já está funcionando. Esta luta é minha, é do Senador Mário Couto, é de Agostinho Monteiro, é de outros Deputados e é de toda a sociedade paraense.

Agradeço a informação a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Darei a palavra em seguida a V. Exªs.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Senador Mão Santa estava na tribuna quando o Suplicy falou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Ele estava se encaminhando à tribuna. Concederei a palavra a V. Exª em seguida, pela ordem, após a fala do Senador Mão Santa.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Exª está sendo radical. Lamento muito por ser do meu Estado, mas está sendo radical.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador, não vou fazer uso da palavra, mas, quando o Senador Mão Santa pediu a palavra pela ordem, nós dois já a havíamos pedido.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Papaléo, indago ao Senador Mão Santa se ele permite, mesmo estando na tribuna, que eu conceda a palavra, pela ordem, a V. Exªs que a estão solicitando.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito. É uma satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Então, com a autorização do orador, que está na tribuna, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo e ao Senador Mário Couto, respectivamente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Brasil quer ouvir os Senadores Papaléo e Mário Couto. V. Exª tem de ser generoso; olhe a frase publicada pela revista *Veja*: "Mão Santa disse que o PT não sabe governar o Brasil, o Piauí e o Pará".

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pedi a palavra para fazer justiça.

Reconheço que há cinco anos foi concluído o espaço físico do Sarah Kubitschek, em Belém, naquela área de marinha. Isso é tranqüilo. No entanto, o Senador Suplicy dá a sensação, para quem não conhece como funciona esse sistema, de que o Presidente Lula construiu aquele hospital, que vai inaugurar obra do seu Governo.

Senador, nós o receberemos – como o receberam em todos os Estados –, é bem-vindo o Presidente da República, mas vamos acabar com essa história de dar mérito para ele por inaugurar o hospital e dizer que é obra dele. Não é obra dele! É obra da instituição Sarah Kubitschek, da qual todos nós participamos, inclusive eu. Desde que comecei a colocar emendas para a Rede Sarah, ele já recebeu, só de emenda parlamentar de minha autoria, R$3,4 milhões. Todo esse montante foi liberado; não foram só colocadas lá e não liberadas, não. Aliás, foram as únicas emendas que o Governo liberou: as de minhas propostas. Então,

foram R$3,6 milhões, e, ainda este ano, eu coloquei mais R$600 milhões, totalizando R$4 bilhões.

Não quero tirar o mérito da presença do Presidente da República, mas S. Exª deu-nos a impressão de que o Presidente iria resolver um problema no Pará. Não é ele que está resolvendo, não senhor! É uma construção da instituição Sarah Kubitschek, em todo o Brasil, como fizeram lá no Amapá, ele foi lá e a inaugurou. Tudo bem. Mas não é obra do Presidente da República, principalmente essa do Pará, que havia sido concluída há cinco anos.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Com a palavra ao Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que o Senador Eduardo Suplicy nos ajudou na tarefa de conclusão daquele hospital. Por várias vezes, agradeci o Senador Eduardo Suplicy, inclusive fiz isso da tribuna. S. Exª foi o primeiro Senador, após eu ter feito um pronunciamento em relação ao hospital, que se prontificou em ajudar nessa tarefa.

Desculpe-me fazer V. Exª esperar um pouco, mas aquele hospital, Senador Mão Santa, estava parado há muito tempo, por quatro anos. E, na época da campanha, a Governadora Ana Júlia Carepa teria dito que o hospital só não estava concluído porque havia um questionamento do Ministério Público, tanto o estadual como o federal. Nós, eu e o Senador Eduardo Suplicy, fomos ao Ministério Público estadual e federal para saber se havia algum problema; mas não havia absolutamente nada. Depois disso, questionamos à Diretora, a Drª Lúcia Braga, que nos recebeu muito bem, com todo o carinho, disse-nos que já havia recebido um pedido do Presidente Tião Viana, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Paulo Paim, e aí começaram as obras da Rede Sarah, que será inaugurada pelo Presidente. Graças a Deus! Graças a Deus!

Se não tivéssemos interferido, com certeza este hospital não estaria pronto. Mas não interessa quem fez, quem não fez, quem pediu, quem não pediu. Não quero sequer estar na inauguração – já falei isso muitas vezes. A única coisa que eu queria, do fundo do meu coração e sem demagogia, era que o hospital passasse a funcionar para atender às crianças, porque estava pronto, só faltava equipamentos.

Vou-me retirar do plenário, porque há pessoas a minha espera em meu gabinete, mas quero apelar e novamente agradecer ao Presidente Lula por ir ao Marajó. De tanto eu falar e falar, o Presidente aceitou o convite.

Obrigado, Presidente! Vá lá ver a pobreza. Vá lá ver como funciona o esquema do Bolsa-Família. Vá lá ver como funciona o esquema dos hospitais. Veja se há médico e quanto ganha o médico. Veja se um doente tem condição de ser atendido imediatamente em virtude de não faltar remédio nos postos médicos do interior etc. etc. etc. Veja se, no Marajó, há transporte escolar para os jovens estudarem. Veja, Presidente! E, por favor, a última observação para eu me ausentar: não vá ao Marajó de mãos abanando. Faça alguma coisa por aquele povo pobre!

Muito obrigado, Mão Santa! Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador Mão Santa, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discurtir. Sem revisão do orador.) – Temos a presença do Líder Mercadante, que veio ouvir, veio para o debate qualificado.

Senador Flexa Ribeiro, do Pará, que preside a sessão, Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Senador Eduardo Suplicy, não vai ser preciso citar o art. 17; haverá somente o debate qualificado em homenagem ao Líder Mercadante. V. Exª citou Adib Jatene. É um orgulho. Adib Jatene faz da Ciência Médica a mais humana das Ciências e é o grande benfeitor da humanidade. Mas a minha gratidão é maior, porque tive o privilégio de, no nascedouro da cirurgia cardiovascular, Papaléo, auxiliá-lo no Rio de Janeiro em intervenções cirúrgicas. Esperava-se o Zerbini e chegou, no nascedouro, o Jatene. Depois, eu conheci pessoalmente Christian Barnard, cirurgião da África do Sul que realizou o primeiro transplante cardíaco.

Senador Suplicy, Leonardo da Vinci disse que a ignorância é audaciosa. Adverti que Luiz Inácio estava entrando na canoa furada do Chávez. Quanto a isso, eu adverti. A nossa cultura democrática vem da Grécia, que era uma democracia direta. As sessões contavam com a presença de todo o povo. Começavam de madrugada e o povo falava. A Itália aperfeiçoou com o Senado: democracia representativa. Nos momentos mais difíceis, mataram até um; Júlio César no meio do salão, nomearam um cavalo, tiraram o Calígula, mas falavam: “o Senado de Roma e o povo de Roma”. Aí mantiveram a democracia. Na França, cujo lema era liberdade, igualdade e fraternidade, caiu o absolutismo, que foi melhorado na Inglaterra, nos

Estados Unidos e ainda mais aqui, com Rui Barbosa. Essa é a história.

Então, eu dizia ao Luiz Inácio: "Luiz Inácio, essa é a nossa cultura democrática". Ô Suplicy, ainda está em tempo. Nós somos muito mais afeitos a essa cultura democrática que eu sintetizei, do que o Irã, que é o persa, o Xerxes, o Fidel Castro, que nós conhecemos, que nomeou seu sucessor, Chávez, que pegou dois índios tontos aí, botou um no Equador e outro na Bolívia, e o da Nicarágua.

Eu dizia que isso não ia prosperar, porque a nossa cultura é muito mais ligada a esses países do que àqueles outros. E olha aí o resultado.

E aqui vai outra: o Suplicy trouxe o artigo do nosso Adib Jatene. Mas acontece, ô Suplicy, que eu estou no meio de dois grandes médicos – Adib Jatene e Papaléo. Papaléo é um "medicozinho" lá do interior, que foi prefeitinho de Macapá, no Amapá. Atentai bem! Aí eu sei que o Adib escreveu um artigo, e tudo.

Suplicy, eu posso intermediar e arbitrar esses pontos de vista. Eu sou mais Papaléo Paes neste instante. Por quê? Eu me lembro que – ô Antonio Carlos Valadares, eu sei que você é bom em Direito –, em um congresso de psicanálise, de psicologia, de psiquiatras, chegou uma doutora...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA. Fazendo soar a campainha.) – Senador Mão Santa, vou interromper V. Exª para prorrogar a sessão por 60 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Todo esse tempo para mim, essa uma hora, não é? Muito obrigado. Eu não estou dizendo que o Pará hoje veio? Essa hora eu gasto todinha.

Então, uma doutora psiquiatra contestou determinados ensinamentos de Freud, teses de Freud. E o presidente do congresso, ô Suplicy, interrompeu-a dizendo: "Como ousas contestar o pai da psicanálise, Freud?". Aí, a doutora, que é o Papaléo hoje, olhou e disse: "Pelo seguinte: eu estudei tudo que Freud ensinou, então estou vendo acima da carcunda do Freud." É o Papaléo hoje. Está vendo acima da carcunda do nosso amigo Adib Jatene. Sua visão – ele não é qualquer um – dignifica este Senado.

Ô Suplicy, o Papaléo sai daqui na quinta, correndo, em um avião, e ainda vai consultar lá. E não falha, nos fins de semana, no atendimento aos velhinhos cardiopatas. Quer dizer, ele sabe isso. O Papaléo, Adib, vem com a verdade. V Exª teve boa intenção, mas V. Exª não passou por aqui nem como Deputado Federal, como Luiz Inácio. Luiz Inácio passou por aqui e disse: "Tem 300 picaretas lá na Câmara Federal". Trezentos. E esse número está aumentando, Antonio Carlos Valadares. Mas é lá. Aqui é o Senado. Luiz Inácio não andou aqui, não. Aqui não tem isso não. Nós somos os pais da Pátria.

Então, o Papaléo expõe.

Ô Antonio Carlos Valadares, V. Exª, que é jurista, simboliza a lei. Rui Barbosa está acima de V. Exª ali, porque ele disse que só há um caminho e salvação: a lei e a justiça. Por que não se faz uma lei para a saúde? Por que essa pilantragem, essa picaretagem de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira? E o pior, Papaléo...

Ô Jatene, V. Exª é puro, mas, depois que V. Exª sonhou isso, vieram os aloprados. Eles estão oficializando, Antonio Carlos Valadares, a "Copa dos Picaretas", que o Lula disse, dos pilantras. É de quatro em quatro anos. A Copa do Mundo não é de quatro em quatro anos? Quando é a do Brasil?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em 2014.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em 2014. E uma em 2010, não é?

Aqui, já estão instalando. Os 300 picaretas que o Luiz Inácio disse querem oficializar a "Copa da Picaretagem e da Malandragem", de quatro em quatro anos, com essa CPMF.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Espera. É uma hora depois da minha hora, que o Presidente concedeu. E por aí vai: o DAS, as verbas, as liberações, os cargos, as diretorias de Petrobras, da Eletrobrás, em que cada aloprado ganha mais de R$40 mil.

Eu votei nisso em 2003. Já de novo? Em 2011? A Copa do Mundo não é de quatro em quatro anos? Isso aqui é a malandragem de quatro em quatro anos. É aqui!

Olhe que já quiseram me comprar. Eita, bandidagem doida! Eu não sou é de estar dedurando. Ainda saiu no jornal: "Não. Ainda não está perdido, não. Vai ganhar um presente de Natal". Eu sou do Piauí, viu Luiz Inácio? Você deu o conceito dos 300 picaretas lá na Câmara, e eu não andava aqui. Pode tirar esse negócio.

Como Governador, vim aqui, neste Senado, discutir uma emenda à Constituição com outros, mas não a transformam em lei. Tem de haver uma lei. Rui Barbosa está ali porque ele disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a Justiça. Agora, dizer que vai acabar? Por que não se convoca em 60 dias? Legaliza-se a Emenda à Constituição nº 29, que é uma lei, ou se faz outra.

Ô Luiz Inácio, os aloprados o estão enganando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite lhe dar uma informação relevante e qualificada?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, porque eu tenho que ensinar muito ao Luiz Inácio. Ele está atento agora. É meu dever. Votei nele em 1994. Sei que ele está rodeado de aloprados por todo lado. Ele pode ter até boa intenção, mas não tem o saber que eu tenho.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Posso dar uma informação relevante sobre o Piauí para V. Exª?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Espera aí. Eu sei tudo do Piauí. Eu sei é tudo. Não admito essa daí. Isso é estupidez. Chega a ser... Chega um Mantega qualquer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Vladares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, o tempo de V. Exª já esgotou, mas vou conceder mais dois minutos para o término do seu discurso. Sabemos que V. Exª é um orador profícuo, um orador que chama a atenção de todos nós. Entretanto, ainda há cinco oradores inscritos. Como a sessão vai se encerrar no período já determinado pelo Presidente anterior, eu darei dois minutos a V. Exª, porque V. Exª merece, realmente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Exª já leu a Bíblia? "Pedi e dar-se-vos-á". Você pode dar quatro, para também justificar isso, e o Suplicy cutucando ali. Fechado nos quatro? Fechado nos quatro. (Pausa.) Como V. Exª é bondoso!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se for para ter quatro, tem direito a aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Aí você vai pedir...

É o seguinte: essa medida, de que V. Exª foi Relator, V. Exª defendeu, transforma isso em uma lei. Todo prefeito tem de gastar 15%, e todo governador, 12%, em saúde. Olha aí, olha um homem de juízo e de vergonha. Baixou o espírito de Rui Barbosa, e ele baixou a cabeça. Por que se fala em João Calmon, Pedro Calmon, Darcy Ribeiro? Porque, Luiz Inácio, eles fizeram uma lei, ô Casagrande, para educação. Eu a cumpri, Luiz Inácio.

Todos os prefeitinhos do meu Brasil que não gastam 25% vão até algemados para a cadeia, e fazem demagogia aí. Governador, tive de cumprir. Por que não há uma lei para a saúde? Vamos viver nessa pilantragem?

Vamos passar ao País... Não se pode construir um País baseado na mentira. Mentira no início: provisório. Provisório é provisório. Já vai fazer quinze anos. Com quinze anos, uma mulher já tem... E não se ajeitou a saúde. Piorou. Mentira no meio: não foi para a saúde. Quem está dizendo sou eu. Ô Luiz Inácio, eu aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... vou completar, no dia 16 de dezembro – e convido –, 41 anos de médico. Médico de Santa Casa, para não dizer o currículo todo. Só Santa Casa, em que o povo sabe a luta. Quarenta e um anos! Luiz Inácio, eu aqui, autoridade. A verdade está no meio, a sabedoria está no meio: Jatene, 86 anos; Papaléo, 25 anos de formado; eu estou no meio. Então, sou o meio.

Nunca dantes, a saúde esteve tão desmoralizada. Rio de Janeiro, está aí o Duque: experiência, verdade. A Santa Casa você viu como está. No Rio de Janeiro, outro dia, denunciaram nos jornais que as neurocirurgias eram feitas com material de marcenaria: formão, broca e tal. Nas fraturas de coluna, de osso, usavam tala de pedaço de pau e de papelão. Rio de Janeiro, Papaléo! O que será no interior e no Piauí, se no Rio de Janeiro...

Dengue! Denunciei aqui, no começo do meu mandato: agora é que se reconheceu a epidemia. Oswaldo Cruz venceu o mosquitinho. Quando passou, era o mesmo mosquitinho. Febre amarela, hoje também é como a dengue: está aí aumentada e agravada. Malária, na Amazônia e tal. A tuberculose voltando. Rubéola é uma virose que para nós homens não há problema, mas, em qualquer mulher gestante, e nasce um filho morto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador, amigo, V. Exª está encerrando o seu tempo. O compromisso que assumi com V. Exª já lhe foi dado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quanto falta?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quatro minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora, um minuto, porque Cristo fez em um minuto o pai-nosso, e nós vamos terminar.

Então, esse imposto e este Congresso, ó Casagrande...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... você é um homem de bem, tem irradiado esperança neste Brasil. Hoje há uma lei que foi Heloísa Helena que botou aí: pode-se convocar aqui, e não se paga mais jetom. Aliás, nós ganhamos muito bem. Ganhamos até bem demais.

Então, quero que o Presidente Tião Viana, que é médico, nos convoque, que, em 60 dias, aqui, eu designo uma equipe, e faremos uma lei boa e justa para a saúde, como fizemos a lei de aumento para os velhinhos aposentados – 16,7%, que os aloprados mandaram Lula cortar para 4%.

Então, as nossas últimas palavras. Que possamos dizer aqui, como no Senado de Roma: o Senado do Brasil, atendendo ao povo do Brasil, vai enterrar esse imposto que distancia, cada vez mais, os ricos dos pobres.

Vamos colocar impostos que atingem os ricos. Vamos colocar, neste País, Luiz Inácio, uma lei boa, que não permita aos aloprados ganhar R$40 mil, sem passar pela porta estreita, como está na Bíblia.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Flexa Ribeiro, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Mão Santa, a compreensão.

Passo a palavra, como próxima oradora inscrita, por permuta com o Senador Sibá Machado, à Líder do Bloco, Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, tenho vindo à tribuna inúmeras vezes, para tratar e trazer dados e indicadores – inclusive de instituições sobre as quais não pairam qualquer tipo de dúvida, quando apresentam seus estudos, seus relatórios – de que o Brasil vive um momento extremamente especial, extremamente diferenciado de outros da História política e econômica.

Todos os indicadores e resultados das políticas públicas adotadas, Senador João Pedro, comprovam, cada vez mais, que os pilares que sustentam, que dão a direção, a diretriz para as ações do atual Governo, tanto no primeiro mandato quanto no segundo, são para aprofundar algo que ouvimos durante muito tempo, Senador Antonio Carlos Valadares: que primeiro era preciso crescer, para depois distribuir. Sempre se dizia isto: o Brasil precisa crescer; depois...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Crescer o bolo, para distribuí-lo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Quanto mais o País cresce, mais há condições de distribuir – depois de crescido, distribuir. E todos os indicadores...Tive oportunidade de vir aqui expor o relatório da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, colocando que, no ano passado, 25 milhões de habitantes do continente latino-americano saíram da miséria, da pobreza, tiveram mobilidade social. E quem lidera isso, no continente, é nada mais, nada menos que o Brasil. O Brasil lidera, por meio das políticas de recuperação do salário mínimo, de distribuição de renda, do Bolsa-Família; está bastante bem identificada a liderança com as políticas adotadas.

Finalmente, depois de muitos e muitos e muitos anos, décadas, vinte anos depois da Argentina, está aí o Brasil, no relatório do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da ONU, integrando o grupo dos países que têm alto Índice de Desenvolvimento Humano.

E está muito bem identificado por que o Brasil conseguiu chegar. Conseguiu chegar exatamente, por conta da política de distribuição de renda, pela política de avanço nas questões de saneamento, de educação. Portanto, mais uma vez, as políticas públicas adotadas, aprofundadas.

É claro, todos sabemos, não é nada que foi iniciado neste Governo. Mas aquilo que este Governo acelerou, aprofundou em termos de políticas públicas, de inclusão social, de distribuição de renda, faz efetivamente com que os dados, os números, sejam bastante significativos.

Portanto, crescer e distribuir é o que norteia, o que dá sustentação para as ações políticas e para as decisões, obviamente políticas, que o Presidente Lula tem que adotar ao longo do seu segundo mandato, como o fez durante o primeiro mandato.

Por isso, chamou-me bastante atenção, Senador Antonio Carlos Valadares – até perguntei, quando cheguei, se algum Parlamentar o havia usado; e peço que ele seja considerado na íntegra –, o artigo da Maria Cristina Fernandes, no *Valor Econômico* da última sexta-feira, dia 30.

Ela começa o artigo da seguinte forma: "A insuspeita defesa da CPMF", Senador Valadares. Repito, "A insuspeita defesa da CPMF".

Vou ler aqui o primeiro parágrafo: "Praticamente, toda a variação do gasto público do Governo Federal [leia-se Governo Lula] é explicada pelos gastos sociais". Foi isso que fez o diferencial. É o diferencial do atual Governo, da tal da gastança, como eu já ouvi muitas vezes aqui ser dito à exaustão, de que não podemos aprovar a CPMF por que deve haver corte nos gastos públicos, por que o Lula tem de parar de gastar tanto, tem de parar com a gastança, Senador

Suplicy. Mas o que aumentou de gastos no Governo Lula foram os gastos sociais.

Para que não paire nenhuma dúvida, Senador Suplicy, pergunto: em quem Maria Cristina Fernandes se baseia para fazer esse artigo? Num texto – talvez, seja o último – para discussão que está no *site* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e que recomendo a todos. Até gostaria, Senador Valadares, que também esse artigo ficasse registrado, na íntegra, nos Anais. É um texto para discussão, o de nº 1.309, "Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007", de autoria de nada mais nada menos do que Fabio Giambiagi, aquele que é funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que estava executando uma tarefa no Ipea e que, agora, terminado o contrato, voltou para o BNDES. É exatamente Fabio Giambiagi que traz os dados que comprovam, de forma inequívoca, que os aumentos dos gastos no Governo Lula não são gastos de pessoal. Não é no pessoal que aumentou o gasto, até porque, no pessoal, comparativamente, proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), caiu. Proporcionalmente ao PIB, caiu.

E os dados são, para que não paire nenhuma dúvida, estes: em 2002, quando Fernando Henrique terminou seu mandato, ele entregou o Brasil com 4,81% de gasto com pessoal, proporcionalmente ao PIB; em 2003, baixou para 4,46%; em 2004, para 4,31%; em 2005, para 4,29%; em 2006, para 4,52%; e, neste ano de 2007, a previsão é a de 4,65% do PIB. E 4,65% do PIB, em 2007, é um percentual menor em gastos com pessoal do que os 4,81% do último ano do Governo Fernando Henrique. Portanto, não é nos gastos com pessoal que está a tão falada gastança, muitas vezes tratada, nesta tribuna, por vários Parlamentares.

O que aumentou, Senador Suplicy? Aumentaram os gastos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, no último ano do governo Fernando Henrique, eram de 5,96% do PIB. Neste ano, esses gastos vão pular para 7,23%. De 5,9%, vão para 7,2%! E por que aumentaram os gastos com o INSS? Por causa da recuperação do salário mínimo. Essa recuperação permitiu que milhões de brasileiros, em todos os rincões, em todos os cantos – até porque a maior parte dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), da aposentadoria rural dos nossos agricultores, tem vínculo com o salário mínimo –, acabassem se beneficiando com esse volume maior de distribuição de renda por meio da política adotada em relação ao salário mínimo.

Outro item que cresceu foi o das transferências para Estados e para Municípios, onde estão incluídas as transferências na área da saúde e da educação. O percentual pulou de 3,8%, em 2002, para 4,1%, em 2007. Portanto, pulou de 3,8% para 4,1% o repasse, o compartilhamento da arrecadação do Governo Federal com Estados e com Municípios, embutidos aí, inclusive, os repasses constitucionais, corretamente repartidos com Estados e com Municípios, principalmente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e outros fundos constitucionais. Por último, onde estão incluídas em outras despesas exatamente as políticas de distribuição de renda, Bolsa-Família e os inúmeros outros programas sociais, o percentual pulou de 4,94% para 5,8%.

Portanto, o que aumentou foram exatamente as políticas sociais de distribuição de renda, seja por meio do salário mínimo, seja por meio dos repasses para os Estados e para os Municípios, seja por meio das políticas de inclusão social.

Por isso, quando há essas três fontes de aumento dos investimentos –não gosto de chamar isso de gasto, mas de investimentos – na área social, não na área de pessoal, como a gente costuma escutar aqui permanentemente, é que temos de nos fazer a pergunta, sim, até porque, Sr. Presidente, é exatamente na sustentabilidade desses investimentos na área social que temos os recursos advindos da CPMF.

É por isso, Senador Suplicy, que, quando debatemos aqui sobre continuar ou não com a arrecadação da CPMF, o que estamos discutindo, no fundo, é o seguinte: essa política adotada, que tem dado efeito e resultado identificado, inclusive, por organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), como o de crescer distribuindo renda, é essa política que será votada quando prorrogarmos ou não a CPMF.

Ouço, com muito prazer, o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentá-la pela análise em que aponta, inclusive, os estudos de Fabio Giambiagi, que mostra a relevância dos recursos arrecadados pela CPMF, sobretudo nas áreas sociais, contribuindo, sobretudo, para a população que mais necessita dos recursos para a saúde, para a inclusão social e para a Previdência. Eu gostaria de assinalar também que avalio que os Senadores, sobretudo, de Estados de menor renda *per capita* – vamos citar aqui dois Estados que têm Senadores que estão preocupados – não se deram conta

suficientemente da questão. Vou citar aqui o Estado do Piauí e do Pará. O Senador Mão Santa nem sempre gosta de...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É importante que S. Exª possa conhecer as informações; S. Exª diz saber de todas sobre o Piauí. Mas quem sabe S. Exª saiba bem esta: a arrecadação da CPMF no Estado do Piauí é da ordem de R$389,5 milhões, e o gasto relativo aos gastos de saúde, de Previdência e de Bolsa-Família, no Piauí, soma R$500,5 milhões. No Pará, a arrecadação é de R$797,2 milhões, mas o gasto é de R$1,2 bilhão. São Paulo, meu Estado, arrecada em CPMF R$10.315,8 bilhões e recebe em benefícios o equivalente a R$6.649,3 bilhões. Ou seja, esses três exemplos de Unidades da Federação, em termos de arrecadação e de benefícios da CPMF, denotam, claramente, que a CPMF tem um caráter de redistribuição de renda e de realização de justiça neste País. Portanto, precisamos estar muito conscientes disso antes de recusarmos sua continuidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Suplicy.

Quero concluir, Senador Valadares, com aquilo que iniciei em meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Nobre Senadora, vou conceder mais um minuto a V. Exª, para que conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Exª.

O grande mérito, o diferencial extremamente significativo e importante do Brasil, neste momento, é que ele está crescendo e distribuindo renda. Está dando conta de fazer as duas coisas: crescer e distribuir renda.

Portanto, com o impasse criado a partir da não prorrogação da CPMF, provavelmente o dilema será: o que deixaremos de fazer? Deixaremos de crescer ou deixaremos de distribuir? Esse será o dilema, porque as políticas públicas adotadas, como, no caso do crescimento do INSS, que advém da política do salário mínimo, das transferências dos Estados e dos Municípios, que são transferências do tipo Fundo da Educação Básica (Fundeb), e das outras despesas, onde estão incluídas políticas como a do Bolsa-Família, já estão configuradas...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essas três fontes já estão configuradas como o alicerce da política da distribuição. E o crescimento é o superávit, a política de redução de juros, a perspectiva que temos do grau de *investment grade* e o crescimento, este ano, de 5%. Então, é o seguinte: ou se mexe na distribuição, reduz-se a recuperação do salário mínimo, reduz-se a distribuição por meio dos programas sociais de inclusão, tipo o Bolsa-Família, ou, então, mexe-se nos juros e no superávit, porque aí se mexe no crescimento. E creio que o País não merece este dilema: o de ter de decidir se vai parar de crescer ou se vai parar de distribuir a riqueza do crescimento.

E é por isso que não tenho dúvida alguma: podem mandar 500 *e-mails* por dia, se quiserem, porque, para o bem do País, que hoje cresce e distribui renda, temos de aprovar a prorrogação da CPMF, para a manutenção dessa política de crescimento com distribuição de renda. E quem fala isso é alguém que foi aqui profundamente identificado, inclusive, com os que anteriormente governaram.

Houve até uma acusação de perseguição contra o Fabio Giambiagi, e tenho a certeza de que isso não aconteceu, tanto que ele faz esse alentado texto para debate, no qual a colunista Maria Cristina Fernandes se baseou parar colocar, de forma muito clara, a insuspeita defesa da continuidade da CPMF.

Muito obrigada, Senador Valadares. Quero apenas dizer, em primeira mão, que o Senador Paulo Paim acatou uma sugestão que dei, já fez o contato, e, provavelmente, nesta semana, na Comissão de Direitos Humanos, contaremos com a presença de Adib Jatene, que foi uma das pessoas que, ao lado de V. Exª, Senador Valadares...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quando ele estará lá?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Provavelmente na quarta-feira – essa é a previsão –, ele estará na audiência da Comissão de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Estarei presente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Poderemos ouvi-lo, ao vivo e a cores, Senador Suplicy, para sabermos como ele fez a defesa, o embate e o debate com o Paulo Skaf, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), fazendo a defesa intransigente da importância da manutenção e prorrogação da CPMF.

Muito obrigada.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1309

DEZESSETE ANOS DE POLÍTICA FISCAL NO BRASIL: 1991-2007*

Fabio Giambiagi**

Rio de Janeiro, novembro de 2007

* O autor agradece os comentários feitos a uma versão preliminar do texto por Maílson da Nóbrega e Samuel Pessôa. Naturalmente, assume, como de praxe, a responsabilidade plena pelo conteúdo final do artigo

** Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cedido ao Ipea.

Governo Federal

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger

Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora de Administração e Finanças
Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Macroeconômicos
João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação
Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

ISSN 1415-4765
JEL: H50, H60, H62

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SINOPSE

O objetivo deste trabalho é permitir um conhecimento acurado das contas do setor público brasileiro. Ele apresenta a trajetória da política fiscal no Brasil desde 1991, quando passaram a existir indicadores "acima da linha", desenvolvidos para acompanhar receitas e despesas. Nesse período de quase 20 anos, o gasto primário do Governo Central passou de 14% do PIB, em 1991, para uma estimativa de 22% do PIB em 2007. Nesse mesmo período, a receita do Governo Central escalou de 15% do PIB para 24% do PIB e a carga tributária de 24% para aproximadamente 35% do PIB. Apesar disso, o investimento público tem sido inferior ao observado nos anos 1980. O artigo apresenta uma gama de indicadores fiscais, com o fim de documentar um período de transformações importantes; esmiúça a evolução das variáveis em detalhes; sintetiza as grandes tendências do período; e apresenta um diagnóstico das mudanças ocorridas e dos problemas que devem ser enfrentados nos próximos anos. A conclusão apresentada é que os gastos públicos que mais aumentaram no período 1991-2007 foram aqueles considerados como "gastos sociais", e que tanto a tese acerca da irrelevância de novas reformas, como a de que poderemos assistir no futuro próximo a uma grande crise fiscal, podem se revelar equivocadas se a economia tiver um crescimento da ordem de 4% ao ano.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to allow a precise knowledge about the Brazilian public sector fiscal accounts. The article shows the trajectory of the Brazilian fiscal policy since the beginning of the "above the line" indicators, developed to follow the evolution of revenues and expenditures, in 1991. In this period of almost 20 years, the primary expenditures of the Central Government increased from 14% of GDP in 1991, to an estimation of 22% of GDP in 2007. In the same period, revenues of Central Government escalated from 15% to 24% of GDP and the tax burden from 24% to around 35% of GDP. In spite of this, public investment has been lower than in the 80s. The article presents a set of fiscal indicators, with the purpose of register a period of important transformations; deeply analyzes the detailed evolution of the variables; syntetizes the most relevant trends of the period; and presents a diagnosis of the changes occurred and the problems that should be faced in the next years. The conclusion is that the public expenditures that leaded the growth in the 1991-2007 period were that considered as "social expenditures". Another important conclusion is that the thesis regarding the irrelevancy of new reforms, and also the one that we can see a next big fiscal crisis, could both be wrong, if the economy has a yearly growth rate of around 4%.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 UMA PERIODIZAÇÃO DE DUAS DÉCADAS 8

3 OS AVANÇOS DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS 11

4 OS GRANDES NÚMEROS 13

5 AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL 16

6 O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO 24

7 AS OUTRAS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO 28

8 AS MUDANÇAS DA DÍVIDA PÚBLICA 30

9 OS DESAFIOS A ENFRENTAR 34

10 CONCLUSÕES 39

REFERÊNCIAS 44

1 INTRODUÇÃO

Em 2004, no editorial do seu *Boletim de Conjuntura*, o Ipea fez uma reflexão inspirada no que tinha acontecido nos processos de consolidação em outros países, e, com base em análise do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2001), registrou que

> o país poderá estar ingressando (...) na fase do tão almejado círculo virtuoso, verificado em outros países que passaram por processos de ajustamento fiscal no passado, mais especificamente nos anos 1990, com destaque para alguns casos da Europa ocidental que atingiram níveis de dívida pública elevados. Nesses casos nacionais, em que pesem as diferenças e nuanças entre os países, observou-se um padrão, ao qual a experiência do Brasil dos últimos anos não foi alheia. No que se poderia denominar fase 1 desse processo, o resultado primário das contas públicas era modesto ou até mesmo deficitário e, devido aos juros, a dívida pública era crescente, quadro esse que se encaixa como uma luva na situação do Brasil até 1998. Na fase 2, que correspondeu aos primeiros anos do ajustamento, houve um forte ajuste primário e o setor público passou a gerar superávits primários que, com o tempo, foram superiores a 4% a 5% do PIB mas, devido à presença de desconfianças acerca da sustentação do ajuste no tempo, as taxas de juros eram ainda altas e, conseqüentemente, uma carga de juros e de déficits elevados ainda pressionava a dívida pública. Isso espelha exatamente o que aconteceu no Brasil de 1999 até agora. Se colocadas em um gráfico mostrando a dívida pública e o superávit primário (...) como proporção do produto interno bruto (PIB), as duas variáveis mostram uma trajetória clara: na primeira fase, resultados primários modestos ou negativos relativamente estáveis convivem com uma dívida pública crescente, enquanto na segunda o superávit primário é claramente ascendente, mas a dívida pública também continua aumentando, em função das citadas razões. Finalmente, na fase 3, na qual pode ser que o Brasil ingresse entre 2004 e 2005, a persistência do ajustamento fiscal, ou seja, a manutenção de superávits primários robustos por um número considerável de anos, foi aos poucos consolidando a confiança entre os investidores. Isso ajudou a reduzir as taxas de juros e permitiu que, enquanto o superávit primário se manteve – em alguns casos até mesmo declinando ligeiramente – a queda da taxa de juros possibilitou uma diminuição significativa das despesas financeiras do governo e do déficit público, gerando, em conseqüência, uma trajetória declinante da relação dívida pública/PIB. Esta queda pôde ser conservada ao longo do tempo, pelo efeito benéfico desse processo sobre a carga de juros, viabilizando novas reduções do coeficiente juros/PIB (IPEA, 2004, p. VII e VIII).

O presente trabalho aborda esse período ao longo do qual, em quase 20 anos, a economia brasileira, que nos anos 1990 vinha de um processo de deterioração da situação fiscal, passou a conviver na década atual com superávits primários elevados mas com uma taxa de juros inicialmente ainda alta, para, posteriormente, no rastro da redução dos juros, caminhar na direção do equilíbrio fiscal. Nessa transição, o país passou *a*) de um déficit operacional artificialmente reprimido pela inflação elevada até meados dos anos 1990, para um desequilíbrio agudo na segunda metade dos anos 1990; *b*) por um ajuste fiscal no final da década passada, mas coincidindo ainda com uma elevação da dívida pública até 2003; e *c*) por uma redução da relação dívida/PIB a partir de 2004.

O objetivo do trabalho é apresentar uma visão ampla desse período de grandes transformações (1991-2007), de modo a permitir ao leitor um conhecimento acurado das contas públicas brasileiras, destacando em particular a dimensão do aumento da participação do Estado na economia registrada nesse mesmo período. O trabalho se distingue de outros pelo detalhamento dos dados apresentados e pela

amplitude do período tratado, uma vez que outros trabalhos existentes com características similares não retroagem até o começo dos anos 1990 ou não são tão recentes. É verdade que muitos dos dados aqui apresentados encontram-se disponíveis na internet. Porém, não só esse não é o caso dos indicadores para anos mais afastados no tempo – uma vez que diversos dados só estão disponíveis na *web* a partir do final dos anos 1990 – como também é importante mostrar esses indicadores em conjunto para que se possa formar um quadro geral da situação.

Este, assumidamente, não é um artigo baseado em um esforço de modelagem ou em testes quantitativos para provar determinada tese. Por outro lado, entendemos que a amplitude do período tratado e o detalhamento dos dados apresentados justificam a tentativa de dar uma visão panorâmica dessas quase duas décadas da economia, em que o Estado brasileiro apresentou três transformações importantes. Em primeiro lugar, passou por reformas relevantes; em segundo, sofreu um ajuste fiscal significativo; e terceiro, as receitas e despesas do governo aumentaram consideravelmente sua importância relativa. O texto insere-se, assim, na linha de artigos da literatura que procuram identificar os traços dominantes de longo prazo da evolução da economia brasileira.[1] Como exemplos de artigos conhecidos, baseados nessa filosofia, citem-se o texto de Fishlow (1986) acerca dos desequilíbrios externos na década de 1970; os trabalhos de Werneck (1986) e Villela (1991) sobre as contas públicas nas décadas de 1970 e 1980 (dos quais o presente trabalho é, de certa forma, uma continuidade, ao apresentar o quadro para as duas décadas seguintes); ou a descrição do sistema tributário ao longo da segunda metade do século XX, feita em Varsano (1997).

O artigo se divide em dez partes. Após esta breve introdução, a seção 2 apresenta uma tentativa de subperiodização do período 1991-2007. Logo depois, destacam-se os avanços importantes verificados com as estatísticas fiscais no Brasil. A quarta seção mostra os principais números fiscais das duas décadas. O detalhamento exaustivo desses números, no que se refere ao Governo Central, é feito na quinta seção, que representa o núcleo (*core*) do artigo. A sexta seção trata da questão previdenciária, e a sétima, das contas estaduais/municipais e das empresas estatais. A oitava seção analisa as mudanças ocorridas nesse período com a dívida pública. A nona, discute quais são os principais desafios que o país tem pela frente na área fiscal. Por último, apresentam-se as conclusões.

2 UMA PERIODIZAÇÃO DE DUAS DÉCADAS

A década de 1980 encerrou-se no Brasil sob a égide de um processo hiperinflacionário aberto, em moldes que, *grosso modo*, se enquadravam no padrão descrito no artigo clássico de Cagan (1956).[2]

O grau de desordem das finanças públicas nos anos 1980, naquele contexto institucional, pode ser aferido pela leitura do capítulo 12 do livro em que Maílson da Nóbrega (2005), como participante ativo da tentativa de modernização das

1. *Com espírito similar, porém mais focado nos temas ligados à seguridade social, ver o texto de Serra e Afonso (2007).*

2. Para uma descrição das relações entre resultado fiscal, dívida pública e inflação no Brasil nos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, ver Pastore (1995, 1997). Para uma visão mais recente sobre as inter-relações entre essas questões, ver Blanchard (2004).

instituições monetárias e da contabilidade pública, relata um acontecimento que lhe tocou viver então, como importante autoridade:

> No início de 1983, aconteceu um fato gravíssimo. Alguns dos novos governadores eleitos perceberam que seus bancos estaduais podiam fazer saques a descoberto no Banco do Brasil, que era o depositário das reservas bancárias, à ordem do BC. *O que levava mais de um mês para chegar ao conhecimento do BC, via balancetes mensais do BB.* Não existia um sistema de informações gerenciais, nem serviços em tempo real. O primeiro deles foi o governador do Rio de Janeiro. Depois fizeram o mesmo os governadores de Goiás, Santa Catarina e Paraíba. O governador deste último estado, Wilson Braga, teve a gentileza de me avisar no dia do saque, em atenção ao fato de eu ser seu amigo e paraibano. Alertei-o para a gravidade do ato, mas ele retrucou afirmando que precisava pagar o funcionalismo e por isso *já havia efetuado o saque.* (NÓBREGA, 2005, p. 295, grifos nossos).

O fato – inimaginável no contexto atual – dá uma idéia de como os bancos estaduais tinham se convertido na prática em verdadeiras Casas da Moeda, sem maior controle por parte das autoridades federais.[3]

Comparativamente àquela situação, as transformações institucionais e/ou reais pelas quais passou o setor público brasileiro nas últimas duas décadas chamam a atenção pela sua magnitude. A rigor, o processo teve início ainda nos anos 1980, com a criação do caixa único do Tesouro através do sistema de controle estabelecido com o surgimento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 1986, que passou a permitir uma apuração fidedigna do resultado fiscal "acima da linha" a partir do começo da década seguinte.[4] Já nos anos 1990 e na primeira década do novo século, oito transformações merecem destaque:

- a privatização de diversas empresas estatais, especialmente importante no que se refere às empresas estaduais, o que mudou significativamente o resultado primário das mesmas;
- a venda de diversos bancos estaduais de propriedade estatal, o que acabou com um mecanismo clássico de financiamento dos déficits públicos estaduais;
- o Plano Real, de 1994, que devido ao fim da altíssima inflação, contribuiu para ampliar muito a transparência das contas públicas, ao se poder aferir com maior precisão o verdadeiro significado das variáveis nominais, o que era impossível quando a inflação era de 3.000% ou 4.000% ao ano (a.a.);
- a realização de três reformas parciais do sistema previdenciário, duas delas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e uma no Governo Lula;
- a renegociação das dívidas estaduais em 1997-1998, processo esse que esteve na raiz do ajustamento fiscal pelo qual passaram os estados e municípios a partir de 1999;

3. Por contraste, para uma avaliação dos avanços institucionais do Brasil em matéria fiscal, focada no período mais recente, ver Nakaguma e Bender (2006).

4. As extinções do que era conhecido como "orçamento monetário" e da chamada "conta movimento do Banco do Brasil", que datam da mesma época, são parte desse mesmo processo de modernização iniciado na segunda metade dos anos 1980. A esses marcos devem ser acrescentados também a unificação orçamentária e a transferência da gestão da dívida pública do Banco Central (Bacen) para o Tesouro Nacional.

- a adoção de um sistema de metas razoavelmente rígidas de resultado primário para o setor público consolidado, religiosamente cumpridas desde então, a partir de 1999;

- as medidas de aumento da receita para viabilizar um profundo ajuste fiscal, em 1999, prática posteriormente repetida diversas vezes; e

- a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo mandato de FHC, consolidando o processo iniciado com a privatização dos bancos estaduais e continuado com a renegociação das dívidas estaduais e municipais, fruto de uma reflexão acerca da importância de definir regras formais como parte de uma abordagem fiscal baseada na definição de novas instituições.[5]

O fato de que algumas dessas medidas datem de épocas marcadas pela existência – e, em alguns casos, agravamento – de agudos desequilíbrios fiscais indica não o caráter estéril das mudanças e sim que regras e instituições *per se* podem ser insuficientes para atingir determinados resultados fiscais se o conjunto das forças políticas dominantes do país não atua na mesma direção. Exemplos disso são as décadas de 1980 e de 1990. Na segunda metade dessas décadas, quando se verificavam alguns dos avanços já citados, a situação fiscal ao mesmo tempo se deteriorava, o que mostra a importância que têm o comprometimento político dos governos com certos padrões de austeridade e/ou as condições políticas na observância de um controle fiscal mais rigoroso.

Olhando-se especificamente os resultados fiscais, o período 1991-2008 pode ser dividido claramente em quatro subperíodos, que correspondem exatamente aos governos Collor/Itamar Franco (1990-1994); aos dois governos FHC 1995-1998 e 1999-2002 (claramente distintos um do outro nesse aspecto); e ao Governo Lula como um todo até a conclusão do presente artigo (2003-2007).

O período Collor/Itamar Franco pode ser definido como estando associado a um "déficit reprimido". Com efeito, em contraste com o Governo Sarney (1995-1989) em cujos cinco anos as Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) no conceito operacional, foram de 5,1% do PIB, nos cinco anos de 1990 a 1994 elas foram em média estritamente "zeradas", graças a uma combinação de melhora do resultado primário e redução das despesas com juros reais expressas como proporção do PIB. Em parte, porém, essa melhora do resultado primário envolveu um componente algo espúrio, uma vez que a melhora foi baseada na facilidade que a alta inflação permitia para ajustar o valor das despesas reais em função dos objetivos fiscais do governo em um contexto de receitas razoavelmente indexadas à inflação.

Em contraste com isso, os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de "déficit aberto". Com efeito, o resultado primário consolidado do setor público, que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB na média de 1995-1998. Isso, somado às despesas de juros – já expressas em termos nominais – de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período, em que pese a retórica de austeridade do governo na época. Nesse contexto, a dívida líquida do setor público

5. Para uma reflexão acerca deste debate, baseada não no caso brasileiro e sim no que ocorria naqueles anos em outros países do mundo, ver Kopits (2001).

(DLSP), que no começo do Plano Real, em 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois.[6]

O segundo Governo FHC (1999-2002) pode ser definido como sendo de "ajuste com endividamento", após o forte ajuste primário de 1999. Embora a menor despesa com juros reais e o ajustamento primário tenham diminuído as NFSP nominais do período para 4,0% do PIB, estas continuaram sendo importantes. Ao mesmo tempo, o expressivo aumento da importância relativa da dívida pública associada à taxa de câmbio e o reconhecimento de passivos contingentes acabaram elevando a dívida pública para perigosos 51% do PIB no final de 2002.[7]

Finalmente, os anos Lula, de 2003 em diante, caracterizaram-se por uma fase de "controle do endividamento", com progressiva redução da importância relativa do endividamento público, que, na última informação disponível, referente a setembro de 2007, tinha sido reduzido para 44% do PIB.[8] São esses grandes números que iremos analisar em maiores detalhes. Antes, porém, cabe deixar registrada a constância da melhora na qualidade das estatísticas fiscais verificada no período.

3 OS AVANÇOS DAS ESTATÍSTICAS FISCAIS

Um dos avanços mais importantes ocorridos no Brasil nas últimas duas décadas, em termos fiscais, foi a evolução das estatísticas. Certa vez, o autor deste trabalho indagou ao funcionário que chefiava o Departamento Econômico (Depec) do Bacen no final dos anos 1970, começo dos 1980 como eles faziam para tomar decisões sem ter o conhecimento da realidade permitido hoje pela publicação rápida dos dados na internet. Como resposta, ele fez o gesto de molhar o dedo indicador na boca e apontá-lo para cima, sinalizando que as autoridades na época operavam praticamente às cegas.

---

6. Cabe registrar que em 2007 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma série revista do PIB para todo o período 1995-2006, com valores do PIB nominal de cada ano da ordem de 10% superiores aos da série original. Isso diminuiu a importância relativa de diversas variáveis. O que era, por exemplo, 30% do PIB na série original, tornou-se subitamente equivalente a cerca de 27% do PIB na nova série. Como o resultado decorreu de se captarem mais adequadamente uma série de fenômenos, é razoável inferir que, se o IBGE tivesse retroagido com o mesmo critério para os anos anteriores a 1995, teria sido observado algo similar. Entretanto, como não podemos inventar um valor fictício para o PIB dos anos 1991 a 1994, trabalhamos com o indicador de PIB oficial, o que significa que todas as tabelas com dados expressos em percentual do PIB embutem uma distorção na passagem de 1994 para 1995. É importante que o leitor tenha isto em mente, embora para comparações de longo prazo isso perca relevância, uma vez que o efeito se dilui no conjunto das transformações verificadas na economia brasileira.

7. Cabe salientar que no auge da desvalorização do real diante do dólar, durante o ano e comparativamente com o PIB antigo – que era o disponível na época – o indicador chegou a ser de mais de 60% do PIB no terceiro trimestre de 2002.

8. Em 2003, a relação dívida pública/PIB aumentou não por expressar um fenômeno real e sim pela forma em que o Bacen apura esse coeficiente. Como, para comparar com a dívida no final do ano, ele calcula o PIB a preços de 31 de dezembro multiplicando o PIB nominal pelo coeficiente índice de preços de final do ano/índice de preços médio e ele faz essa conta usando o Índice Geral de Preços (IGP) – que aumentou muito acima dos demais índices de preço em 2002. O *que ocorreu foi que essa metodologia na prática "achatou" artificialmente a relação dívida/PIB de dezembro de 2002*, pela "supervalorização" do PIB face ao alto coeficiente IGP centrado em 31 de dezembro/IGP médio do ano em 2002. Em 2003, com os índices de preço a caminho da normalização, a relação preços de final do ano/preços médios foi moderada e ao deixar de supervalorizar o PIB, o coeficiente oficial dívida/PIB captou naquele ano um fenômeno real que na prática tinha ocorrido no ano anterior. Em 2003, a dívida líquida em termos nominais aumentou apenas 3,6% em *relação a dezembro de 2002, mas a dívida líquida passou de 50,6% para 52,4% do PIB, em que pese o fato de a* inflação ter sido de quase 10% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003, indicando redução do seu valor em termos reais.

Mesmo sem recuar tanto no tempo, ainda em julho de 1995, um ano depois do Plano Real, as autoridades não tinham idéia do que estava em curso em matéria fiscal naquele ano. Esse conhecimento só veio a ocorrer no mês de agosto, quando foram divulgadas as contas com o acumulado do resultado até maio, mostrando uma deterioração fiscal aguda em relação a 1994.

Os marcos desses avanços foram os seguintes:

- 1991 – Início da apuração das estatísticas "acima da linha" do Governo Central, da forma em que são divulgadas atualmente e que serão objeto das tabelas da próxima seção. Elas eram na época coletadas pela Secretaria de Política Econômica (SPE) com a metodologia posteriormente adotada a partir de 1997 pela STN.

- 1995 – Início da divulgação do resultado fiscal "abaixo da linha" pelo Bacen em bases periódicas (mensais) referentes ao mês (t-2) através da "nota para a imprensa", em substituição ao antigo "Brasil-Programa Econômico", em que a divulgação era feita irregularmente e com grande defasagem. Desagregação do resultado das empresas estatais entre estatais federais, estaduais e municipais.[9]

- 1997 – Redução da defasagem da divulgação dos dados do Bacen de dois meses para um mês, passando a divulgação do resultado fiscal a se referir ao mês (t-1). Substituição do conceito das necessidades de financiamento "operacionais" pelas "nominais" como indicador do desempenho fiscal por excelência, o mesmo ocorrendo com os juros. Início da divulgação do resultado "acima da linha" do Governo Central pela STN em bases regulares (mensais).

- 1998 – Desagregação do resultado das unidades subnacionais entre estados por um lado e municípios por outro. Adoção do critério de "gasto efetivo" para as informações de gasto "acima da linha" do Tesouro.[10]

- 2004 – Desagregação, na divulgação dos dados da STN, retroativa a 2003, dos dados "acima da linha" das "outras despesas de custeio e capital" (OCC), mostrando o gasto de cada órgão (ministério) dividido entre despesas de consumo por um lado e investimento, por outro.

O resultado desse conjunto de inovações representa um contraste expressivo em relação ao quadro das estatísticas existentes até o final dos anos 1980. Naquelas circunstâncias, os dados fiscais "acima da linha" do Bacen eram: *a*) divulgados irregularmente; *b*) disponibilizados apenas através de papel; *c*) conhecidos com grande defasagem de tempo; *d*) sujeitos a grandes revisões posteriores; *e*) muito agregados; *f*) desacompanhados da divulgação correspondente aos dados "acima da linha" do Governo

9. Na tabela 1 da seção seguinte, este dado aparece já em 1994, por conta de uma inferência do autor. Para 1994, o dado das estatais federais da tabela 1 corresponde a rigor à informação apurada pela antiga Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest). O dado das empresas estaduais foi calculado por diferença, conhecido o resultado consolidado das estatais e, supondo, a partir do dado registrado em 1995, que o resultado primário das estatais municipais fosse irrelevante, sendo assumido, por hipótese, como nulo. A eventual distorção resultante desse método é, tudo indica, ínfima.

10. Até 1997, os dados da despesa do Tesouro eram apurados com base na liberação dos recursos por parte deste às unidades gestoras. Entretanto, como o resultado fiscal apurado pelo Bacen leva em conta as mudanças na posição líquida da conta única do Tesouro, muitas vezes a diferença entre o que o Tesouro liberava para os ministérios e o que estes efetivamente gastavam naquele mês, gerava uma "discrepância estatística" considerável, dificultando a plena compreensão do que estava ocorrendo de fato com o gasto. A partir de 1998, o dispêndio da STN passou a computar o que é efetivamente liberado na ponta pelos órgãos responsáveis pela execução da despesa.

Central; e *g*) apenas parcialmente confiáveis, em virtude dos problemas citados. Por contraste, as estatísticas atuais são: *a*) divulgadas mensalmente; *b*) lançadas na internet; *c*) conhecidas no máximo 30 dias após o encerramento do mês; *d*) raramente sujeitas a revisões importantes; e) muito desagregadas; *f*) antecedidas 24 horas pela divulgação dos dados "acima da linha" do Tesouro; e *g*) plenamente confiáveis.

A imagem que melhor corresponde a essa mudança é a da constituição de um "painel de controle" extremamente eficiente para apurar a evolução de receitas e despesas. Isso não significa, porém, que estando os mecanismos de controle disponíveis no painel, o controle do gasto será efetivamente feito, uma vez que isso depende de outras circunstâncias institucionais e da maior ou menor propensão de cada governo a gastar. É o que iremos ver a seguir. De qualquer forma, o registro dos avanços verificados na qualidade das estatísticas merece certamente uma menção.

4 OS GRANDES NÚMEROS[11]

As contas públicas passaram por grandes mudanças desde o final dos anos 1980.[12] Conforme já foi salientado, nos primeiros anos da década de 1990, houve um esforço fiscal de geração de resultados primários de certa relevância, favorecidos pelo contexto de alta inflação, que permitia aos governantes acomodar as pressões por mais gasto, deixando-as serem depois parcialmente corroídas pela inflação. Em 1995, o mecanismo se exauriu e as falências no controle do gasto se fizeram notar com toda a sua intensidade, gerando resultados primários inclusive negativos em algumas oportunidades. Foi só a partir de 1999, com as medidas de ajuste implementadas naquele ano, que o superávit primário voltou a ser robusto (tabela 1).

A tabela 2 apresenta o impacto do resultado primário sobre o resultado fiscal. Os indicadores nominais de juros e NFSP só são expostos a partir de 1995, uma vez que na época de alta inflação, não tinham nenhum significado econômico. Os resultados devem ser interpretados à luz da tabela 3, que mostra as taxas de juros reais muito elevadas que vigoraram no Brasil no período, seja para dar sustentação à política cambial; como reflexo do risco país; ou para favorecer a convergência com taxas de inflação baixas.

Na tabela 3, deve ser lembrado que ela foi calculada a partir da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (taxa Selic), que, porém, não necessariamente corresponde à taxa de juros média da dívida pública como um todo. Pelas contas divulgadas pelo Bacen na tabela de taxa de juros implícita da dívida pública – que se obtém comparando a despesa nominal de juros por componente, mês a mês, em relação ao estoque anterior da dívida – a taxa de juros real implícita da dívida pública líquida no período 2003-2006, por exemplo, foi, em média, ligeiramente inferior à da tabela 3 (11,3%), sendo de 10,4% no caso da taxa de juros da dívida interna e de 9,8% no caso da dívida total, pelo fato de o denominador do cálculo embutir a base monetária como dívida – cujo juro é nulo – e, no segundo caso, pelo fato de os juros externos pagos terem sido menores que os internos, de modo geral.

11. Os números para 2007 que constam das tabelas do trabalho representam uma estimativa do autor, feita com base nas tendências e nos dados divulgados até a conclusão do texto (novembro de 2007).

12. Para uma análise sobre o começo dos anos 1990, ver Barbosa e Giambiagi (2002). Para a evolução posterior à estabilização de 1994, até o começo da década atual, ver Giambiagi (2002).

TABELA 1
Resultado primário do setor público consolidado
(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Governo Central	0,98	1,10	0,88	3,25	0,47	0,34	–0,31	0,51	2,13	1,73
Estados/municípios	1,40	0,06	0,62	0,77	–0,16	–0,50	–0,67	–0,17	0,20	0,50
Estados	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	–0,38	0,14	0,38
Municípios	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,21	0,06	0,12
Empresas estatais	0,33	0,41	0,76	1,19	–0,06	0,07	0,06	–0,33	0,60	0,99
Federais	n.d.	n.d.	n.d.	1,63	0,38	0,26	0,25	–0,22	0,61	0,86
Estaduais	n.d.	n.d.	n.d.	–0,44	–0,42	- 0,18	–0,17	–0,07	0,01	0,13
Municipais	n.d.	n.d.	n.d.	0,00	–0,02	–0,01	–0,02	–0,04	–0,02	0,00
Total	2,71	1,57	2,26	5,21	0,25	–0,09	–0,92	0,01	2,93	3,22
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Governo Central	1,69	2,16	2,28	2,70	2,60	2,21	2,20			
Estados/municípios	0,80	0,72	0,81	0,90	0,99	0,85	1,10			
Estados	0,55	0,58	0,70	0,83	0,80	0,70	0,95			
Municípios	0,25	0,14	0,11	0,07	0,19	0,15	0,15			
Empresas estatais	0,86	0,67	0,80	0,58	0,76	0,82	0,65			
Federais	0,58	0,43	0,57	0,46	0,61	0,58	0,55			
Estaduais	0,27	0,24	0,22	0,12	0,14	0,24	0,10			
Municipais	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00			
Total	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,88	3,95			

Fonte: Bacen. Para o dado das estatais em 1994, ver texto. Para 2007, estimativa do autor.
n.d. = não-disponível.

TABELA 2
Resultado fiscal do setor público consolidado
(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Resultado primário	2,71	1,57	2,26	5,21	0,25	–0,09	–0,92	0,01	2,93	3,22
Juros reais	2,90	3,31	2,97	4,07	4,82	3,38	3,12	6,88	3,93	4,33
Juros nominais	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	6,91	5,32	4,72	7,00	8,22	6,61
Atualização monetária	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	2,09	1,94	1,60	0,12	4,29	2,28
NFSP[a]										
Operacionais	0,19	1,74	0,71	–1,14	4,57	3,47	4,04	6,87	1,00	1,11
Nominais	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	6,66	5,41	5,64	6,99	5,29	3,39
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Resultado primário	3,35	3,55	3,89	4,18	4,35	3,88	3,95			
Juros reais	4,31	1,21	6,50	2,89	6,81	5,40	4,35			
Juros nominais	6,64	7,71	8,54	6,61	7,32	6,89	6,35			
Atualização monetária	2,33	6,50	2,04	3,72	0,51	1,49	2,00			
NFSP[a]										
Operacionais	0,96	–2,34	2,61	–1,29	2,46	1,52	0,40			
Nominais	3,29	4,16	4,65	2,43	2,97	3,01	2,40			

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.
n.c. = não-considerado.
[a] (–) = superávit fiscal.
Obs.: Os juros nominais anteriores a 1995 não foram considerados porque na época de alta inflação não tinham maior significado econômico.

TABELA 3
Taxa de juros real por período de governo: Selic
(Deflator: IPCA, em %)

Período	Taxa de juros real
1995-1998	21,6
1999-2002	10,2
2003-2006	11,3
2007	7,6

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor

Se considerarmos as estatísticas da segunda metade dos anos 1980, desde quando elas são computadas agregadamente e fizermos uma divisão por período de governo, chegaremos aos resultados médios da tabela 4. Podem-se inferir algumas conclusões claras:

- o resultado primário passou por grandes oscilações, sendo muito modesto na segunda metade dos anos 1980; moderado na primeira metade dos anos 1990; negativo (ou seja, houve déficit primário) no primeiro Governo FHC; e relativamente alto desde então;

- os juros nominais foram, em média, da ordem de 7% do PIB desde a estabilização de 1994;

- para esse resultado, porém, contribuiu uma atualização monetária pela reposição da inflação ao capital – dado calculado pelo Bacen e divulgado nas estatísticas oficiais – de, na média, mais de 2% do PIB no conjunto dos 13 anos, 1995-2007;

- a estatística de juros reais como proporção do PIB registra grandes oscilações ano a ano desde a estabilização, por conta das oscilações da inflação, indo de um mínimo de pouco mais de 1% do PIB em 2002 a um máximo de quase 7% do PIB em 1998. Na média dos 13 anos, porém, eles foram de 4,5% do PIB, apenas acima dos 4,3% do PIB da média dos dez anos anteriores à estabilização 1985-1994;

- na esteira das oscilações do resultado primário e dos juros reais, as NFSP operacionais – que determinam a dinâmica da relação dívida/PIB, sem considerar outras variações patrimoniais – oscilaram significativamente, mas de um modo geral, em média, foram de apenas 0,7% do PIB desde 1999, após o ajuste fiscal daquele ano.

TABELA 4
Resultado fiscal: médias por período
(Em % do PIB)

Período	Superávit primário				Juros nominais	Juros reais	Atualização monetária	NFSPs	
	GC	EM	EE	Total				Nominais	Operacionais
1985-1989	–0,4	0,1	1,0	0,7	n.c.	5,8	n.c.	n.c.	5,1
1990-1994	1,6	0,6	0,6	2,8	n.c.	2,8	n.c.	n.c.	0,0
1995-1998	0,3	–0,4	–0,1	–0,2	6,0	4,6	1,4	6,2	4,8
1999-2002	1,9	0,6	0,8	3,3	7,3	3,5	3,8	4,0	0,2
2003-2006	2,5	0,9	0,7	4,1	7,3	5,4	1,9	3,2	1,3
2007	2,2	1,1	0,7	4,0	6,4	4,4	2,0	2,4	0,4

Fonte: Bacen. Para 2007, estimativa do autor.
n.c. = não-considerado; GC: Governo Central; EM: estados e municípios; EE: empresas estatais.

O custo da dívida pública foi, sem dúvida nenhuma, um ingrediente fundamental da explicação das contas públicas no período.[13] De qualquer forma, embora as taxas de juros reais no Brasil depois de 1994 tenham sido inequivocamente muito elevadas, na comparação relativa do sacrifício envolvido no pagamento de juros e na geração de superávits primários, o Brasil deve ser comparado com países que também apresentaram processos de elevado endividamento, em alguns casos mais significativos do que o nosso (tabela 5). Quando é feita essa comparação com os casos clássicos de dívida alta na Europa nos anos 1980, vemos que nos anos 1990 – antes do início físico da circulação do euro, que diminuiu muito as taxas de juros – a despesa média anual de juros naquela década foi de 11% do PIB na Grécia; 10% do PIB na Itália; e 9% do PIB na Bélgica.[14] Nesses países, o superávit primário médio nesses dez anos ficou entre 3% e 5% do PIB. Comparativamente a esses casos, a despesa nominal média de juros no Brasil nos nove anos desde o ajuste de 1999 – incluindo a projeção para 2007 – de 7,2% do PIB e o superávit primário médio de 3,7% do PIB, não aparecem como tendo características excepcionais.[15]

TABELA 5
Resultados fiscais em países com alto endividamento: média de 1991-2000
(Em % do PIB)

Países	Juros nominais	Superávit primário	Déficit público
Grécia	10,8	3,4	7,4
Itália	9,5	3,5	6,0
Bélgica	8,7	4,7	4,0

Fonte: OCDE (2001).

5 AS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL

As informações referentes ao período 1991-1996 que constam desta seção não estão disponíveis no *site* da STN, resultando de um processo de apuração por parte do autor por ocasião da divulgação das estatísticas em cada um daqueles anos, adaptadas ao padrão das tabelas divulgadas atualmente em bases regulares por parte da STN. A

13. Foge ao escopo do trabalho a discussão acerca de se o indicador fiscal mais relevante é representado pelas NFSP operacionais ou nominais, o que requer discutir que tratamento os indivíduos dão aos juros nominais que recebem e se distinguem ou não entre os componentes de "atualização monetária" e "juros reais". Para uma discussão sobre esse ponto, anterior à estabilização, ver Cysne (1990).

14. Para efeitos informativos, cabe lembrar que, conforme os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a dívida pública bruta nos anos 1990 atingiu um máximo de 111% do PIB na Grécia, 135% do PIB na Itália e 144% do PIB na Bélgica. Tendo começado seus respectivos processos de ajustamento fiscal em épocas diferentes, na posição de final de 2006 e, em parte, devido aos menores juros pagos após a adoção do euro, a variável tinha diminuído para 106% do PIB na Grécia, 122% do PIB na Itália e 98% do PIB na Bélgica.

15. Há que lembrar que, além do componente implícito de "correção monetária" associada à compensação pela inflação que está embutida nos juros nominais, há também uma parcela importante de impostos. Adicionalmente, uma parcela *não desprezível dos títulos públicos está em poder de instituições financeiras federais. Em outras palavras, se da parcela* atual de aproximadamente 6,5% do PIB de juros nominais, retiram-se o componente de impostos – aproximadamente 20% do rendimento – e, do restante, aquilo que corresponde à inflação, tem-se um resíduo significativamente inferior ao valor do rendimento original. Por exemplo, em uma remuneração nominal de 11,25% como a taxa Selic vigente no momento do fechamento deste artigo, o imposto de 20% gera como resultante uma taxa nominal líquida de 9,00%. Se *disto se desconta a meta de inflação de 4,50%, a remuneração real líquida é de 4,31% – ou menos de 40% do* rendimento bruto nominal. Para computar aquilo que resta nas mãos do setor privado, é necessário adicionalmente descontar, do total de juros, o fluxo do que é pago às instituições financeiras públicas – com predomínio das grandes instituições federais. Ou seja, o que fica efetivamente, em termos reais, de rendimento de juros na forma de acréscimo de patrimônio em mãos do setor privado, é bem menos do que aqueles 6,5% do PIB.

tabela 6 mostra as informações "acima da linha" para todo o período 1991-2007 que geram os resultados do Governo Central expostos anteriormente na tabela 1. A forma de apresentar os dados nesta seção consistirá em mostrar inicialmente os principais agregados para, a partir disso, ir esmiuçando as informações por meio de desagregações sucessivas, facilitando focar os diversos aspectos da realidade fiscal.

A tabela 6 apresenta as seguintes características mais marcantes:

- entre 1991 e 2007, a receita bruta do Governo Central passa de 14,6% para 23,9% do PIB;
- nesse mesmo período, as despesas primárias totais do Governo Central sofreram um incremento de 13,7% para 21,8% do PIB;[16] e
- todas as grandes categorias de gasto – transferências a estados e municípios; pessoal; benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e as outras despesas – tiveram aumentos importantes, como proporção do PIB, entre 1991 e 2007.

A tabela 7 mostra a desagregação das contas da Receita Federal. O dado se aproxima da receita da tabela 6, mas apresenta algumas diferenças em relação à metodologia de apuração, ligadas à abrangência da estatística e ao critério contábil (caixa na tabela 6 e competência na tabela 7). De qualquer maneira, como era de esperar, a tendência de aumento da carga tributária é similar. No conceito da tabela 7, entre 1991 e a estimativa para 2007, a receita do governo federal passou de 10,1% do PIB em 1991, para 17,3% do PIB em 2007.[17]

Os destaques desse processo foram:

- a redução da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja importância relativa diminui quase 50%, por conta do desinteresse do Governo Central em um imposto do qual mais da metade do que é arrecadado vai para os Fundos de Participação de estados e municípios;
- o aumento da receita do Imposto de Renda, fruto dos aperfeiçoamentos da máquina de arrecadação; do congelamento da tabela do Imposto de Renda durante vários anos; e da maior tributação associada ao recolhimento de Imposto de Renda na Fonte sobre aplicações financeiras;
- o fortalecimento das contribuições, isentas de partilha com estados e municípios, com destaque para: *a*) o surgimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que não existia no começo dos anos 1990 e arrecada atualmente quase 1,5% do PIB; *b*) o reforço da Contribuição sobre o Lucro Líquido, que nada mais é do que um Imposto de Renda sobre as pessoas jurídicas, porém não compartilhado, criado no início dos anos 1990 e que responde atualmente por uma receita de 1,3% do PIB; *c*) as sucessivas majorações da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), antigo Fundo de Investimento Social (Finsocial), aumentos que fizeram triplicar o peso desse tributo no PIB entre 1991 e 2007; e *d*) a criação da

16. Cabe lembrar que essas comparações padecem da distorção ligada à revisão do PIB de 1995 em diante, que não retroagiu até 1991, reduzindo os coeficientes em relação ao PIB entre 1994 e 1995.

17. A diferença, nos últimos anos da ordem de 1% do PIB, entre a receita do Tesouro nas tabelas 6 e 7, se deve à inclusão naquela de itens que não são captados pela estatística da Receita Federal, tais como o recebimento de dividendos por parte da União e a existência de receitas diretamente arrecadadas, que não transitam pela Receita Federal.

Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em 2002, embora nesse caso sujeita a uma pequena partilha.

TABELA 6
Resultado primário do Governo Central
(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receita total	14,56	15,22	17,30	18,92	16,77	16,14	16,93	18,74	19,66	19,93
Tesouro/Bacen	9,97	10,59	11,83	13,91	12,15	11,33	12,22	14,01	15,05	15,21
INSS	4,59	4,63	5,47	5,01	4,62	4,81	4,71	4,73	4,61	4,72
Despesa primária	13,71	14,24	15,88	16,50	16,17	15,95	16,67	17,96	17,77	18,15
Transferências a estados e municípios	2,65	2,67	2,87	2,55	2,60	2,53	2,66	2,91	3,28	3,42
Pessoal	3,80	3,93	4,52	5,14	5,13	4,84	4,27	4,56	4,47	4,57
Ativos	2,66	2,63	2,53	2,82	2,63	2,52	2,25	2,31	2,22	2,39
Inativos	0,91	1,06	1,72	1,99	2,14	2,07	1,82	2,04	2,05	1,97
Transferências	0,23	0,24	0,27	0,33	0,36	0,25	0,20	0,21	0,20	0,21
Benefícios do INSS	3,36	4,25	4,94	4,85	4,62	4,89	5,01	5,45	5,50	5,58
Outras despesas	3,90	3,39	3,55	3,96	3,82	3,69	4,73	5,04	4,52	4,58
Discrepância estatística	0,13	0,12	-0,54	0,83	-0,13	0,15	-0,57	-0,27	0,24	-0,05
Superávit primário	0,98	1,10	0,88	3,25	0,47	0,34	−0,31	0,51	2,13	1,73
INSS	1,23	0,38	0,53	0,16	0,00	−0,08	−0,30	−0,72	−0,89	−0,86
Tesouro/Bacen	−0,25	0,72	0,35	3,09	0,47	0,42	−0,01	1,23	3,02	2,59

Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita total	20,77	21,66	20,98	21,61	22,74	23,39	23,90
Tesouro/Bacen	15,97	16,85	16,23	16,78	17,69	18,07	18,40
INSS	4,80	4,81	4,75	4,83	5,05	5,32	5,50
Despesa primária	19,10	19,51	18,67	19,07	20,28	21,24	21,78
Transferências a estados e municípios	3,53	3,80	3,54	3,48	3,91	3,99	4,10
Pessoal	4,80	4,81	4,46	4,31	4,29	4,52	4,65
Ativos	2,48	2,50	2,32	2,32	2,31	2,43	2,50
Inativos	2,11	2,08	2,11	1,97	1,98	1,89	1,95
Transferências	0,21	0,23	0,03	0,02	0,00	0,20	0,20
Benefícios do INSS	5,78	5,96	6,30	6,48	6,80	7,13	7,23
Outras despesas	4,99	4,94	4,37	4,80	5,28	5,60	5,80
Ajuste metodológico[a]	-	-	-	0,11	0,11	0,11	0,08
Discrepância estatística	0,02	0,01	−0,03	0,05	0,03	−0,05	0,00
Superávit primário	1,69	2,16	2,28	2,70	2,60	2,21	2,20
INSS	−0,98	−1,15	−1,55	−1,65	−1,75	−1,81	−1,73
Tesouro/Bacen	2,67	3,31	3,83	4,35	4,35	4,02	3,93

Fontes: Até 1996, SPE. A partir de 1997, STN. Dados de despesas de pessoal calculados com base na participação de ativos e inativos nas despesas apuradas pelo Ministério de Administração. A partir de 1995, cálculos do Ministério de Planejamento. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

[a] Recursos referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

n.d.: não-disponível.

TABELA 7
Receita Federal
(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Imposto de importação	0,42	0,39	0,45	0,47	0,70	0,50	0,55	0,67	0,74	0,72
IPI	2,16	2,34	2,47	2,08	1,93	1,84	1,79	1,67	1,55	1,60
Imposto de Renda	3,39	3,80	3,94	3,76	4,11	3,99	3,89	4,68	4,84	4,78
IPMF/CPMF	0,00	0,00	0,07	0,99	0,00	0,00	0,74	0,83	0,75	1,23
IOF	0,59	0,62	0,81	0,73	0,46	0,34	0,40	0,36	0,46	0,27
Cofins	1,31	1,00	1,38	2,14	2,16	2,12	2,04	1,91	3,02	3,38
PIS/Pasep	1,06	1,08	1,16	1,05	0,87	0,88	0,81	0,77	0,92	0,85
Contribuição sobre lucro líquido	0,28	0,74	0,79	0,90	0,83	0,78	0,82	0,79	0,69	0,79
Cide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas[a]	0,86	2,08	1,19	0,91	0,84	0,82	0,96	1,92	1,26	1,37
Total	10,07	12,05	12,26	13,03	11,90	11,27	12,00	13,60	14,23	14,99
Composição	*2001*	*2002*	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*			
Imposto de importação	0,70	0,54	0,48	0,47	0,42	0,43	0,50			
IPI	1,49	1,34	1,16	1,18	1,23	1,21	1,35			
Imposto de Renda	4,98	5,81	5,47	5,30	5,80	5,91	6,05			
IPMF/CPMF	1,32	1,38	1,36	1,36	1,36	1,38	1,40			
IOF	0,28	0,27	0,26	0,27	0,28	0,29	0,30			
Cofins	3,56	3,54	3,50	4,08	4,08	3,98	4,00			
PIS/Pasep	0,88	0,87	1,02	1,03	1,02	1,05	1,05			
Contribuição sobre lucro líquido	0,72	0,90	0,99	1,05	1,22	1,21	1,25			
Cide	0,00	0,49	0,44	0,40	0,36	0,34	0,30			
Outras receitas[a]	1,18	1,30	1,40	1,47	1,02	1,10	1,10			
Total	15,11	16,44	16,08	16,61	16,79	16,90	17,30			

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
[a] Outras receitas administradas e demais receitas.

A tabela 8 mostra as taxas de crescimento real, ano a ano, do gasto, usando o deflator do PIB, feita a ressalva de que, em 1995, isso pode implicar sérias distorções, pela mudança metodológica feita na apuração do PIB.[18] Os dados encontram-se agrupados por períodos na tabela 9.[19]

As conclusões mais importantes são as seguintes:

- em todos os períodos considerados na tabela 9, o gasto primário total cresceu em termos reais acima do crescimento da economia;
- na média dos 16 anos, todas as categorias de gasto isoladamente consideradas cresceram em termos reais acima do PIB;
- a despesa que mais cresceu em 16 anos foi a dos benefícios do INSS;

18. Para comparações entre anos distantes, essa distorção afeta menos as taxas médias de crescimento.
19. Para uma avaliação sobre o tema da eficiência do gasto nesse período, ver a excelente coletânea organizada por Mendes (2006).

TABELA 8

Taxas de crescimento real do gasto primário do Governo Central

(Em %)

Composição	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gasto primário total	3,3	16,8	9,4	2,1	0,8	8,0	7,8	−0,8	6,6
Transferências a estados e municípios	0,3	12,5	−6,4	6,1	−0,3	8,5	9,6	12,7	8,7
Pessoal	2,9	20,4	19,7	4,1	−3,7	−8,8	6,8	−1,7	6,4
Benefícios do INSS	25,9	21,7	3,4	−0,8	8,3	5,9	8,8	1,1	5,8
Outras despesas	−13,5	9,6	17,5	0,6	−1,4	32,5	6,4	−9,9	6,0
PIB	−0,5	4,7	5,3	4,2	2,2	3,4	0,0	0,3	4,3
Composição	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**		
Gasto primário total	6,6	4,9	−3,2	8,0	9,5	8,6	7,4		
Transferências a estados e municípios	4,8	10,3	−5,7	3,8	15,6	6,0	7,6		
Pessoal	6,5	2,9	−6,2	2,1	2,6	9,2	7,7		
Benefícios do INSS	5,1	5,7	7,0	8,6	8,0	8,7	6,2		
Outras despesas	9,9	1,9	−10,8	16,4	13,1	10,0	8,4		
PIB	1,3	2,7	1,2	5,7	2,9	3,7	4,7		

Fontes: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
Obs.: Deflator: Deflator implícito do PIB.

TABELA 9

Taxas médias de crescimento do gasto primário do Governo Central

(Em % a.a.)

Composição	1992-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007	1992-2007
Gasto primário total	9,7	4,6	4,3	5,6	7,4	5,9
Transferências a estados e municípios	1,8	5,9	9,1	4,7	7,6	5,7
Pessoal	14,0	−0,6	3,5	1,8	7,7	4,2
Benefícios do INSS	16,5	5,5	4,4	8,1	6,2	7,9
Outras despesas	3,6	8,7	1,7	6,6	8,4	5,6
PIB	3,1	2,4	2,1	3,4	4,7	2,9

Fontes: SPE/STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
Obs.: Deflator: Deflator implícito do PIB

- na primeira metade dos anos 1990, em que pese o potencial da alta inflação para limitar a despesa, o gasto primário sofreu um forte aumento;[20]

- o destaque em cada período coube aos gastos com pessoal e INSS entre 1991 e 1994; ao aumento das "outras despesas" e à redução absoluta das despesas com pessoal no primeiro Governo FHC, devido à erosão do salário real do funcionalismo no período; às transferências a estados e municípios no segundo Governo FHC; aos benefícios do INSS e às "outras despesas" – pelo aumento da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e pelo

20. Observe-se na tabela 8 que, a rigor, esse potencial redutor da inflação até 1994 foi de fato usado para controlar a evolução das "outras despesas". O *boom* da despesa total até 1994 esteve associado a dois fatores: *a*) a despesa com inativos da administração pública, após a regulamentação do capítulo previdenciário da Constituição de 1988, feita em 1991; e *b*) a dinâmica das despesas do INSS, que captam o aumento do estoque de aposentados rurais por idade de 1,9 *milhão de pessoas em 1991 para 3,8 milhões de pessoas três anos depois; e o aumento físico médio de 10,0% a.a. no* mesmo período, do estoque de aposentados por tempo de contribuição.

Bolsa Família – no primeiro Governo Lula; e à generalização do aumento do gasto em 2007.

Vejamos cada um dos grandes agregados de despesa em particular, com exceção das despesas previdenciárias, que, pela sua importância, merecem uma seção específica, a continuação desta. No caso da despesa com pessoal, embora ela tenha aumentado de 3,8% do PIB em 1991 para 4,7% do PIB atualmente, isso ocorreu devido ao aumento com inativos. Com efeito, a despesa com servidores ativos, que era de 2,7% do PIB em 1991, a rigor cedeu ligeiramente, em termos relativos, sendo de 2,5% do PIB em 2007. Esse fenômeno de perda de peso concentrou-se no período pós-1994 e nos servidores civis do Poder Executivo.

No que tange às transferências constitucionais e legais aos estados e municípios, elas passaram de 2,7 % do PIB em 1991, para 4,1% do PIB atualmente (tabela 10). Isso se deu especialmente a partir de 1999, uma vez que em 1998 essa despesa era ainda de 2,9% do PIB, não muito distante da de 1991. Na raiz do processo, encontra-se um elemento de natureza política, relacionado com as concessões fiscais que FHC e Lula tiveram de fazer para evitar problemas com os governadores que gerassem riscos sérios para a governabilidade. No conjunto dos nove anos transcorridos desde 1998, porém, as transferências associadas à compensação da Lei Kandir – dispositivo que exonerou parte das exportações de impostos estaduais, perda pelas quais os estados demandaram ressarcimento – acabaram sendo corroídas pela inflação e, em termos relativos, pelo crescimento – ainda que modesto – da economia. Já no caso dos outros elementos, destacam-se: *a*) o aumento das transferências constitucionais, resultante do fato de que, no que se refere aos impostos sobre os quais incidem os Fundos de Participação, na tabela 7, a perda de peso do IPI entre 1998 e 2007 foi muito menor que a variação da arrecadação do Imposto de Renda; *b*) a criação da Cide – com receita compartilhada – na década atual; e *c*) as maiores transferências associadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

TABELA 10
Despesas com transferências a estados e municípios
(Em % do PIB)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Fundos constitucionais	2,53	2,57	2,64	2,80	3,02	2,72	2,63	2,97	3,04	3,15
Lei Complementar 87/96	0,23	0,41	0,32	0,28	0,27	0,23	0,22	0,22	0,19	0,17
Cide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,08	0,08	0,05
Demais	0,15	0,30	0,46	0,45	0,51	0,59	0,57	0,64	0,68	0,73
Total	2,91	3,28	3,42	3,53	3,80	3,54	3,48	3,91	3,99	4,10

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.

Ficando para depois a análise das despesas previdenciárias e tendo comentado a evolução do gasto com pessoal e as transferências às unidades subnacionais, resta agora abordar o comportamento das "outras despesas" da tabela 6. Estas eram de 3,9% do PIB em 1991 e devem atingir 5,8% do PIB em 2007. Neste ponto há um problema, resultante do fato de que as estatísticas mais desagregadas acerca da composição desse item, com uma estrutura próxima às estatísticas atuais, só passaram a existir a partir de 1994. Isso não é um obstáculo, porém, ao bom entendimento da dinâmica dessa rubrica no período, uma vez que foi justamente no período pós-

estabilização que se deu o fenômeno do seu aumento, já que em 1994 ela era ainda de 4,0% do PIB, praticamente o mesmo nível relativo de 1991. Para entender o que aconteceu de 1995 em diante, é preciso observar a tabela 11.

De um modo geral, o que houve no período foi um aumento importante das despesas caracterizadas como "sociais" – já devidamente analisado em outros trabalhos e documentos (CASTRO *et al.*, 2006; SPE, 2005). As estatísticas foram enriquecidas pela incorporação a partir de 1997 dos dados do item subsídios e subvenções, que a rigor aparecia implicitamente antes nas demais despesas; e pelo surgimento das despesas com a Loas, as quais a partir de 2004 incorporam também as despesas de Rendas Mensais Vitalícias (RMVs), que até 2003 eram registradas como despesas do INSS.[21] Na verdade, o aumento do gasto com Loas entre 1994 e 2007 não tem exatamente a dimensão retratada na tabela 11, uma vez que parte dele se explica pela substituição demográfica ocorrida, já que o benefício assistencial da RMV – que é um benefício em extinção – vai sendo gradualmente deixado de lado em função das concessões de Loas para os novos indivíduos que formam a estatística de benefícios assistenciais. O problema para gerar uma estatística detalhada é que não há dados do Tesouro referentes especificamente às RMVs para os anos anteriores.[22]

No caso das despesas com subsídios e subvenções, feito o devido reconhecimento quanto à importância da divulgação detalhada e transparente da informação desagregada dessa variável por parte do Tesouro, não há um padrão definido com tendência clara para a evolução da variável, que apresenta atualmente um peso similar ao de 1997, decomposto em uma multiplicidade de programas de pequena monta, individualmente considerados (tabela 12).

Resta mostrar a evolução do item "demais despesas" da tabela 11, o que é feito na tabela 13. O problema dessa última estatística é que, embora ela seja bastante desagregada, *a*) apresenta um histórico curto, já que se inicia apenas em 2003, deixando de captar o que ocorreu com a queda desse agregado entre 2002 e 2003 na mesma tabela 11;[23] e *b*) contém um item "diversos", que representa um *pout-pourri* de despesas voláteis, cuja desagregação, por sua vez, só é feita a partir de 2005. Feitas essas qualificações, porém, registre-se que, do aumento do total do gasto considerado na tabela 13, de 1,0% do PIB entre 2003 e 2007, 0,4% do PIB decorre do incremento do investimento – recuperando-se da queda drástica que, por outros indicadores, sabe-se que ocorreu em 2003 – e o resto é fruto basicamente do salto verificado nas despesas com desenvolvimento social, em função da massificação do programa Bolsa Família.

21. No momento em que a estatística da RMV "migrou" de rubrica, ela correspondia a 0,10% do PIB. Isso explica o salto da conta do Loas entre 2003 e 2004 na tabela 11, já que até 2003 essa despesa não aparecia nessa estatística.

22. Uma estimativa pessoal do autor, feita a partir do número quantitativo de benefícios, gerou uma despesa de RMV de 0,15% do PIB em 1997, o que corresponderia a um total de benefícios assistenciais, somada com as despesas de Loas, *de 0,23% do PIB naquele ano. O aumento desde então até os atuais 0,55% do PIB se explica pelo elevado incremento* real do salário mínimo nesses dez anos e pelo aumento do número total de pessoas beneficiadas (soma de Loas e RMV) de 1,8 milhão de indivíduos em 1997, para mais de 3,0 milhões de pessoas atualmente.

23. Por outras estatísticas, porém, há fortes indicações de que basicamente a acentuada redução da despesa em 2003 se concentrou nos investimentos totais e nas despesas correntes dos ministérios cujas despesas não estão protegidas por *vinculações*.

TABELA 11
Composição das "outras despesas"
(Em % do PIB)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Despesas FAT	0,55	0,48	0,49	0,53	0,54	0,52	0,47	0,51	0,54
Loas/RMV	n.d.	n.d.	n.d.	0,08	0,12	0,14	0,17	0,21	0,23
Subsídios e subvenções	n.d.	n.d.	n.d.	0,29	0,30	0,24	0,31	0,35	0,16
Transferências/despesas do Bacen	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,08	0,08	0,08	0,08
Demais despesas	3,41	3,34	3,20	3,83	4,08	3,54	3,55	3,84	3,93
Total	3,96	3,82	3,69	4,73	5,04	4,52	4,58	4,99	4,94
Composição	2003	2004	2005	2006	2007				
Despesas FAT	0,50	0,51	0,55	0,66	0,70				
Loas/RMV	0,26	0,39	0,43	0,50	0,55				
Subsídios e subvenções	0,36	0,29	0,48	0,41	0,35				
Transferências/despesas do Bacen	0,10	0,11	0,11	0,10	0,10				
Demais despesas	3,15	3,50	3,71	3,93	4,10				
Total	4,37	4,80	5,28	5,60	5,80				

Fonte: Até 1996, SPE. A partir de 1997, STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
n.d. = não-disponível

TABELA 12
Despesa de subsídios e subvenções
(Em % do PIB)

Composição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Custeio agropecuário[a]	0,02	0,03	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,03	0,02	0,03	0,02
Política de preços[b]	0,08	0,05	0,03	0,04	0,03	–0,02	0,02	0,01	0,05	0,05	0,04
Pronaf	0,01	0,02	0,03	0,03	0,04	0,04	0,06	0,06	0,04	0,05	0,04
Proex	0,03	0,06	0,08	0,07	0,10	0,03	0,05	0,03	0,03	0,02	0,02
Pesa[c]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,05	0,02	0,02
Subs. habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
Securitização[d]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,07	0,11	0,06	0,13	0,02	0,02
Fundo Terra[e]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,04	0,04
Fundos Regionais[f]	0,10	0,09	0,07	0,06	0,08	0,02	0,06	0,06	0,07	0,17	0,14
Outros[g]	0,05	0,05	0,02	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00
Total	0,29	0,30	0,24	0,31	0,35	0,16	0,36	0,29	0,48	0,41	0,35

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
[a] Equalização de custeio agropecuário, rural e agroindustrial. [b] Política de preços agrícolas. [c] Programa Especial de Saneamento de Ativos. [d] Securitização de dívida agrícola. [e] Incra. [f] Em 2006 e 2007, inclui reordenamento de passivos. [g] Reordenamento de passivos.

TABELA 13
Composição das "demais despesas"
(Em % do PIB)

Composição	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*
Investimento do Executivo	0,30	0,46	0,47	0,59	0,70
Custeio do Executivo	2,55	2,70	2,89	2,78	2,90
Saúde	1,32	1,38	1,45	1,39	1,39
Educação	0,36	0,29	0,31	0,27	0,27
Desenvolvimento social	0,10	0,29	0,29	0,40	0,45
Outros órgãos	0,77	0,74	0,84	0,72	0,79
Diversos	0,30	0,34	0,35	0,56	0,50
Créditos extraordinários	n.d.	n.d.	0,10	0,23	0,23
Legislativo/Judiciário	n.d.	n.d.	0,18	0,19	0,19
Sentenças judiciais	n.d.	n.d.	0,03	0,04	0,04
Demais	n.d.	n.d.	0,04	0,10	0,04
Total	3,15	3,50	3,71	3,93	4,10

Fonte: STN. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento.
n.d. = não-disponível.

A tabela 13, combinada com as anteriores, permite dimensionar melhor os dilemas com os quais se defronta o administrador público atualmente. Dada a rigidez dos gastos com transferências a estados e municípios, pessoal e INSS, a "variável de ajuste" de um eventual programa de cortes é naturalmente o item "outras despesas" da tabela 6, estimada em 5,8% do PIB em 2007. O problema é que quando se desagrega esse dado, como é feito na tabela 11, constata-se que, a rigor, o que sobra é o subitem "demais despesas" de 4,1% do PIB em 2007, já que as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Loas e Bacen são rígidas e os gastos com subsídios e subvenções têm para cada um dos programas um *lobby* de representação específica no Congresso Nacional no momento de votar o Orçamento. Por sua vez, ao desagregar os dados na tabela 13, constata-se que, dada a impossibilidade de mudar as despesas com saúde, educação, Bolsa Família e sentenças judiciais e a dificuldade de reduzir as despesas com Legislativo e Judiciário e sendo a rigor necessário aumentar o investimento público, a margem de incidência para a ação discricionária do Poder Executivo se limita a um montante da ordem de grandeza de 1% do PIB – com o que, é bom lembrar, é necessário fazer o governo funcionar, uma vez que envolve recursos fragmentados de todos os ministérios. Voltaremos a este ponto futuramente.

6 O PROBLEMA PREVIDENCIÁRIO

A evolução das despesas previdenciárias merece uma seção exclusiva. O Brasil fez três reformas previdenciárias desde a estabilização de 1994, cada uma delas em um dos três períodos de governo, de 1995 a 2006.[24]

A primeira delas, na forma de uma Emenda Constitucional, no primeiro Governo FHC, basicamente, "desconstitucionalizou" a regra de cálculo dos benefícios do INSS e adotou o princípio da idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres para a aposentadoria por tempo de contribuição, no caso dos servidores públicos.

A segunda reforma, no segundo Governo FHC, representada pela aprovação da chamada "lei do fator previdenciário", complementou a anterior e estabeleceu que: *a*) as aposentadorias por tempo de contribuição seriam calculadas não mais pela média dos últimos 36 salários de contribuição e sim por uma média ligada ao histórico contributivo do indivíduo; e *b*) a aposentadoria resultaria da multiplicação da média contributiva por um fator previdenciário diretamente proporcional à idade do indivíduo e ao seu tempo de contribuição, podendo ser significativamente inferior a 1 no caso de aposentadorias especialmente precoces.

Finalmente, a reforma constitucional de Lula antecipou a vigência da idade mínima para a aposentadoria dos que estavam na ativa; ampliou as exigências de permanência no cargo para fazer jus à aposentadoria integral; e instituiu uma contribuição de 11% sobre o valor das aposentadorias e pensões excedente ao teto de aposentadoria do INSS. Tais medidas são válidas exclusivamente para os servidores. Além disso, a reforma aumentou o teto do INSS, com o intuito de ampliar a arrecadação no curto prazo.

24. Para uma defesa das reformas feitas nesse campo no Governo FHC, ver Ornelas e Vieira (1999). Para uma análise minuciosa da reforma previdenciária do Governo Lula, ver Zylberstajn *et al.* (2006).

A realidade representada por uma diferença entre despesas e contribuições previdenciárias que, tanto para os servidores públicos federais como para o INSS, se situa em torno da ordem de grandeza de 2% do PIB, somada ao fato de que em um caso isso financia aposentadorias para 1 milhão de servidores e no outro se paga benefícios a mais de 20 milhões de pessoas, tende a gerar naturalmente a percepção de que o nó principal a desatar localiza-se no regime de aposentadoria dos servidores. Entretanto, há três elementos a considerar. O primeiro é que, embora de fato a despesa com inativos (aposentados e pensionistas, cuja desagregação, porém, só está disponível desde 1995) tenha aumentado de 0,9% do PIB em 1991, para 2,1% do PIB em 1995, desde então essa rubrica se manteve relativamente controlada em torno de 2% do PIB, em contraste com a despesa do INSS, que, entre 1995 e 2007, aumentou nada menos que 2,6% do PIB (tabelas 6 e 14).

TABELA 14
Governo Central: despesas com pessoal ativo e inativo
(Em % do PIB)

Composição	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ativos	2,63	2,52	2,25	2,31	2,22	2,39	2,48	2,50
Civis do Executivo	1,68	1,58	1,37	1,22	1,32	1,37	1,36	1,35
Militares	0,55	0,51	0,43	0,52	0,37	0,47	0,48	0,55
Legislativo	0,12	0,13	0,12	0,13	0,12	0,11	0,13	0,13
Judiciário	0,28	0,30	0,33	0,44	0,41	0,44	0,51	0,47
Aposentados	1,46	1,42	1,23	1,38	1,37	1,30	1,40	1,38
Civis do Executivo	0,98	0,95	0,80	0,86	0,85	0,81	0,77	0,78
Militares	0,37	0,36	0,31	0,37	0,37	0,35	0,49	0,44
Legislativo	0,04	0,04	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04	0,05
Judiciário	0,07	0,07	0,08	0,10	0,10	0,10	0,10	0,11
Pensionistas	0,68	0,65	0,59	0,66	0,68	0,67	0,71	0,70
Civis do Executivo	0,37	0,37	0,31	0,34	0,35	0,36	0,34	0,34
Militares	0,28	0,25	0,25	0,29	0,30	0,28	0,34	0,33
Legislativo	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Judiciário	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Composição	2003	2004	2005	2006				
Ativos	2,32	2,32	2,31	2,43				
Civis do Executivo	1,26	1,33	1,31	1,31				
Militares	0,46	0,38	0,39	0,39				
Legislativo	0,14	0,13	0,14	0,15				
Judiciário	0,46	0,48	0,47	0,58				
Aposentados	1,42	1,32	1,29	1,21				
Civis do Executivo	0,83	0,79	0,75	0,69				
Militares	0,42	0,37	0,38	0,37				
Legislativo	0,05	0,05	0,05	0,05				
Judiciário	0,12	0,11	0,11	0,10				
Pensionistas	0,69	0,65	0,69	0,68				
Civis do Executivo	0,35	0,34	0,34	0,35				
Militares	0,30	0,27	0,30	0,28				
Legislativo	0,01	0,01	0,02	0,02				
Judiciário	0,03	0,03	0,03	0,03				

Fonte: Ministério de Planejamento.

O segundo elemento a considerar é que o problema dos inativos do serviço público vem com o tempo se convertendo em um problema mais estreitamente ligado ao regime de aposentadoria dos militares, o que requer disposição para enfrentar uma questão que, mais de 20 anos após a redemocratização, nenhum governo enfrentou. Com efeito, para cada R$ 1 que se gasta com uma pessoa na ativa entre os servidores civis, gastam-se 61 centavos com um inativo civil, proporção essa que no caso dos militares é de R$ 1,67 com inativos para cada R$ 1 gasto na ativa. O resultado disso é que os militares, sendo 16% da despesa total com ativos civis e militares dos Três Poderes, respondem por 34% da despesa com inativos (tabela 15).

O terceiro elemento a considerar é que a reforma previdenciária de 2003 de Lula já completou aproximadamente o estoque de medidas restritivas a tomar no caso dos requisitos de aposentadoria dos servidores civis. Além de estabelecer a idade mínima, ela tornou mais rígidas as regras para a concessão de aposentadoria integral e taxou os inativos. Portanto, o regime previdenciário dos servidores continua sendo extremamente deficitário, por conta da sustentação de um contingente elevado de inativos que se aposentaram muito precocemente no passado. Entretanto, as regras para os mais jovens já são bastante mais razoáveis que as regras permissivas de aposentadoria que vigoraram durante décadas.

TABELA 15
Indicadores relativos da despesa com pessoal – 2006[a]

Variável	Civis	Militares	Total
Inativos/ativos	0,61	1,67	0,78
Pensionistas/(aposentados + pensionistas)	0,32	0,43	0,36
Distribuição da despesa com ativos (%)	84,0	16,0	100,0
Distribuição da despesa com inativos (%)	65,6	34,4	100,0
Distribuição da despesa com aposentados (%)	69,4	30,6	100,0
Distribuição da despesa com pensionistas (%)	58,8	41,2	100,0
Distribuição da despesa com ativos e inativos (%)	75,9	24,1	100,0

Fonte: Tabela 14.

[a] Os civis incluem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já as razões para o aumento das despesas do INSS de 3,4% do PIB em 1991, até os atuais 7,2% do PIB, se prendem a três causas. A primeira é o "efeito denominador" relacionado com o baixo crescimento do PIB de apenas 2,9% a.a. nesse período de 16 anos. A segunda é a benevolência da legislação, que gerou impactos importantes no contingente de beneficiados. E a terceira foi a política de aumentos do salário mínimo (SM) desde 1994.

No que se refere à benevolência da legislação, três aspectos se destacam (tabela 16). Na primeira metade da década de 1990, houve um *boom* de aposentadorias rurais em função dos efeitos defasados da Constituição de 1988 referentes ao meio rural, acompanhado de uma velocidade expressiva da concessão de aposentadorias por tempo de contribuição a idades particularmente precoces. Este segundo efeito prevaleceu até 1998, já que depois foi afetado pelas medidas aprovadas no Governo FHC, já explicadas. O terceiro aspecto em destaque foi a explosão do auxílio-doença – incluído em "outros" na tabela 16 – reflexo da combinação de falhas

gerenciais e de incentivos perversos existentes na legislação. O número de pessoas beneficiadas pelo auxílio-doença passou de menos de 500 mil indivíduos/mês em 2000, para mais de 1,5 milhão de pessoas em 2005, quando o governo começou a adotar medidas administrativas de controle da evolução da variável.

TABELA 16
Benefícios previdenciários ativos: taxas de variação por períodos de cinco anos
(Em % a.a.)

Composição	1991/1995	1996/2000	2001/2005
Aposentadorias	8,3	3,9	2,5
Idade	12,0	2,9	2,5
Urbanos	9,3	3,6	5,2
Rurais	13,0	2,6	1,5
Tempo de contribuição	9,8	7,6	2,0
Invalidez	0,5	2,0	3,0
Pensões	4,2	3,4	2,4
Outros	–6,8	0,4	19,1
Total	6,2	3,6	3,2

A dinâmica das despesas do INSS foi também muito influenciada pelo aumento real do SM, que, pela Constituição, representa o valor-piso dos benefícios previdenciários – bem como dos assistenciais – e que desde 1994 terá tido uma variação real acumulada de nada menos que 111% até 2008, inclusive, já considerando a regra vigente para este último ano (tabela 17).

Como dois de cada três benefícios do INSS são iguais ao piso e, portanto, indexados ao SM e o valor da folha do INSS gasta com aqueles que recebem o piso representa aproximadamente 35% da despesa do INSS, um aumento de 5% do SM implica uma despesa extra equivalente a 1,8%, aproximadamente, que se soma ao incremento verificado todos os anos, por motivos demográficos, no estoque de aposentadorias e pensões.

TABELA 17
Taxa de variação real do SM por período de governo – dezembro-dezembro
(Em % a.a.)

Período	Variação real média
1995/1998	6,7
1999/2002	2,4
2003/2006	8,1
2007	4,4
2008	3,7
Aumento acumulado (%)	110,7

Cabe registrar que, nos últimos anos, especificamente, um novo elemento passou a formar parte da dinâmica da despesa do INSS: as sentenças judiciais, resultantes de sucessivos pagamentos *once and for all*, porém escalonados ao longo do tempo para diferentes indivíduos, como resultado de decisões judiciais obrigando o

governo a pagar uma diferença retroativa referente à conversão das aposentadorias por ocasião da mudança de moeda no lançamento do Plano Real em 1994. Essas despesas, que eram irrelevantes em 2002, foram aumentando seu peso e são hoje de 0,2% do PIB (tabela 18). Nos próximos anos, é razoável supor que elas poderão tender a 0, uma vez que todos os atrasados tenham sido pagos. Isso permitiria uma folga para aumentos reais do SM até o final da década atual, sem elevar a despesa total na mesma velocidade que nos últimos anos, uma vez que o gasto a mais com as aposentadorias e pensões no valor do piso poderá ser compensado pela redução dos desembolsos associados ao pagamento de despesas judiciais pelo INSS.

TABELA 18
Despesas do INSS
(Em % do PIB)

Composição	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pagas pelo INSS	5,96	6,24	6,32	6,61	6,94	7,02
Sentenças judiciais	0,00	0,06	0,16	0,19	0,19	0,21
Total	5,96	6,30	6,48	6,80	7,13	7,23

Fonte: Ministério da Previdência Social. Para 2007, estimativa do autor, a partir de dados parciais do Orçamento

7 AS OUTRAS ESFERAS DO SETOR PÚBLICO

No que se refere às contas de estados e municípios, não se pode apresentar evidências acerca da evolução desagregada dos indicadores de receita e despesa como foi feito para o Governo Central, por inexistirem dados compilados dessa forma "acima da linha" para os governos subnacionais. Os indicadores parciais existentes desse tipo, apresentados no *site* do Tesouro Nacional, não têm séries muito antigas; sofrem do problema do aumento da cobertura com o passar dos anos, o que significa que o universo de unidades de um ano não é o mesmo que em anos anteriores; e são disponibilizados com grande defasagem. O que se pode comentar é o que ocorreu com o resultado fiscal "abaixo da linha" apurado pelo Bacen e mostrado na tabela 1; e com alguns indicadores específicos de receita.

Nesse sentido, sem tirar o mérito das administrações estaduais depois de 1999, no esforço de geração de superávits primários no conjunto do setor público, a tabela 4 é útil para fazer algumas qualificações necessárias. Embora o deslocamento da posição primária de estados e municípios nos últimos anos em relação à média de 1995-1998 tenha sido significativo, o indicador chama menos a atenção quando se comparam os resultados atuais com o dos anos imediatamente anteriores à estabilização. Com efeito, a média de superávit primário de estados e municípios de 1999-2002 foi, por coincidência, a mesma que no período 1990-1994 (0,6% do PIB). O fato sugere que o resultado de 1995-1998 foi particularmente negativo em função do erro de cálculo cometido por muitos governadores empossados em 1995. Estes, operando com a lógica dos planos de estabilização que tinham fracassado anteriormente, aceitaram demandas de aumentos generosos do funcionalismo, sem perceber que a corrosão real que os salários teriam que sofrer depois demoraria anos, em um regime de inflação baixa, para fazer os salários reais retornarem a um patamar mais realista. Isso contrastava fortemente com o que acontecia na época de alta inflação, quando aumentos nominais altos eram rapidamente compensados pela elevação dos preços.

De qualquer forma, no final da década de 1990 houve inequivocamente um ponto de inflexão no relacionamento entre o governo federal e as unidades subnacionais, representado pela combinação dos acordos de renegociação das dívidas estaduais e municipais, seguido da aprovação da LRF. Os acordos de renegociação implicaram a federalização das dívidas, em troca de que os estados e municípios beneficiados se tornassem devedores da União, de tal modo que esta fosse ressarcida ao longo de 30 anos mediante o pagamento de prestações mensais com um juro real implícito de 6% – na forma de uma tabela *price* –, parcelas sujeitas a um teto de 13% da receita das unidades devedoras. O contrato foi feito de tal modo que, em caso de inadimplência, a União pudesse ser compensada por meio da retenção de transferências e, no limite, da apropriação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no circuito bancário, o que praticamente impedia o devedor de aplicar um *default*. Quem tentou isso, por vias transversas, foi o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em 1999 e rapidamente foi levado a perceber que o que o estado deixava de pagar por um lado, lhe era retirado por outro, o que acabou gerando um *clearing* das operações alguns meses depois.

Adicionalmente, a LRF, por meio do seu artigo 35, proibiu posteriormente de forma explícita a renegociação das dívidas com outras entidades, anulando conseqüentemente a possibilidade de novas revisões posteriores dos acordos já assinados e pondo fim a um histórico de décadas de casos de *moral hazard* em que, quando chegava o momento de um estado honrar a sua dívida, ela era novamente renegociada, sem que houvesse um pagamento efetivo.

Por outro lado, em que pese a mudança institucional profunda representada pelo binômio acordos de renegociação/LRF, a verdade é que, para melhorar a sua situação, os estados e os municípios se beneficiaram significativamente do aumento da receita verificado depois de 1998. Em parte, porque a arrecadação do ICMS se viu positivamente afetada por alguns efeitos específicos incidentes sobre os produtos nos quais a incidência de alíquotas é maior, tais como a majoração das alíquotas sobre telefonia em vários estados; ou os aumentos reais dos preços dos derivados de petróleo. E, em parte, pelo já citado incremento das transferências a estados e municípios. Observe-se na tabela 19 que a receita de ICMS elevou-se em nada menos que 1,3% do PIB entre 1998 e 2007, o que se soma ao *plus* das transferências da União de 1,3% do PIB também entre 1998 e 2007, já explicitado na tabela 10. O "delta" de receita de 2,6% do PIB entre esses dois anos explica, naturalmente, a passagem do resultado primário de estados e municípios de um déficit de 0,2% do PIB em 1998, para um superávit previsto de 1,1% do PIB em 2007.

TABELA 19
Receita de ICMS
(Em % do PIB)

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
6,73	6,44	6,08	7,30	6,69	6,60	6,34	6,22	6,37	6,98
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	-	-	-
7,24	7,10	7,02	7,12	7,22	7,39	7,50	-	-	-

Fonte: Bacen (% do PIB). Para 2007, estimativa do autor.

Já no caso das empresas estatais, a já citada tabela 4 aponta também para a natureza algo anômala dos resultados particularmente negativos do período 1995-1998 e a retomada aproximada a partir de 1999 do nível de superávit primário expresso como proporção do PIB verificado, em média, nos dez anos 1985-1994. O destaque, no caso, cabe ao ocorrido no âmbito das empresas estatais estaduais e municipais – especialmente as primeiras – que no conjunto apresentaram um déficit primário de 0,4% do PIB em 1995 e de uma média de 0,2% do PIB nos 4 anos 1995-1998 e que nos nove anos 1999-2007 tiveram, por contraste, um superávit primário de 0,2% do PIB. Isso foi certamente reflexo da privatização de empresas estaduais deficitárias no Governo FHC e da melhora operacional das estatais remanescentes sob controle estadual. Já as estatais federais tiveram superávit primário médio de 0,2% do PIB durante 1995-1998, ampliado para uma média de 0,6% do PIB nos nove anos 1999-2007 (tabela 1). A explicação para isso esteve ligada, claramente, ao novo choque do petróleo do período e aos excelentes resultados da Petrobras. Como a produção nacional do óleo se tornou auto-suficiente na década atual e a empresa praticou uma política pela qual, *grosso modo*, seus preços acompanham, ainda que com alguma defasagem, os internacionais, a majoração das tarifas dos derivados de petróleo a partir dos sucessivos aumentos dos preços do barril, somada ao amadurecimento das melhoras de gestão introduzidas na empresa após o fim do monopólio do petróleo em 1995, gerou lucros expressivos. Esses se refletiram no superávit primário da empresa, cuja dinâmica domina amplamente a trajetória do resultado primário das empresas estatais federais.

8 AS MUDANÇAS DA DÍVIDA PÚBLICA[25]

A DLSP – oficial, incluindo a base monetária – no Brasil começou a ser apurada, no conceito atual, no início da década de 1980, quando era de pouco mais de 20% do PIB. A partir de então, escalou até um máximo de 56% do PIB em meados daquela década, quando ela era predominantemente externa e foi afetada pela desvalorização real de 1983. Nos anos seguintes, sucessivos casos de subindexação da dívida fizeram com que, apesar da existência de déficits públicos elevados, a dívida perdesse peso relativo, processo esse que se acentuou na primeira metade dos anos 1990 quando, na prática, a combinação de um déficit operacional nulo, juntamente com uma senhoriagem elevada associada à existência de alta inflação, encolheu a dívida para 30% do PIB em 1994. Com a nova série do PIB nominal, ela alcançou um vale de 28% do PIB em 1995, ano esse a partir do qual aumentou durante oito anos consecutivos, até 52% do PIB em 2003. A consciência de que o setor público estava flertando com o *default*, acentuada pelo fato de que, com a série do PIB conhecida na época, a dívida tinha chegado a ser da ordem de 60% do PIB – alguns anos antes da revisão do PIB nominal – parecem ter introjetado no comportamento tanto do mercado como dos governos – o anterior, de FHC, e o atual, de Lula – um comportamento que se assemelha à "intolerância à dívida" (*debt intolerance*) de Reinhart, Rogoff e Savastano (2006) no sentido de fornecer apoio à estratégia fiscal que fosse necessária para evitar o risco de inadimplência. Desde então, a dívida passou a cair como proporção do PIB e hoje é de 45% do PIB (tabela 20).

25. Sobre as tendências históricas da evolução da dívida pública brasileira antes do período aqui analisado, ver Rocha (1997) e Issler e Lima (2000).

370/29

TABELA 20
Composição da dívida líquida do setor público
(Em % do PIB)

Composição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida interna	13,5	18,4	18,8	21,5	23,0	27,1	27,8	33,1	35,1	36,6
Governo Central	–2,1	0,8	1,9	6,7	9,0	13,3	15,5	19,4	20,0	21,7
Base monetária	1,5	1,4	1,0	3,6	2,8	2,2	3,3	3,9	4,2	3,9
Dívida mobiliária[a]	5,4	9,1	9,9	11,7	14,3	19,7	26,1	32,2	35,3	39,0
Renegociação: estados e municípios	-	-	-	-	-	-	–5,0	–8,7	11,3	–12,5
FAT	–0,9	–1,3	–1,5	–2,0	–2,3	–2,3	–2,4	–3,3	3,6	–4,1
Demais dívidas	–8,1	–8,4	–7,5	–6,6	–5,8	–6,3	–6,5	–4,7	–4,6	–4,6
Estados/municípios	5,9	8,1	8,3	9,6	9,5	10,2	11,5	12,6	14,0	14,1
Renegociação: estados e municípios	-	-	-	-	-	-	5,0	8,7	11,3	12,5
Outras	5,9	8,1	8,3	9,6	9,5	10,2	6,5	3,9	2,7	1,6
Empresas estatais	9,7	9,5	8,6	5,2	4,5	3,6	0,8	1,1	1,1	0,8
Dívida externa	23,3	18,7	14,4	8,5	5,0	3,6	4,0	5,8	9,4	9,0
Total	36,8	37,1	33,2	30,0	28,0	30,7	31,8	38,9	44,5	45,6
Dívida fiscal	36,8	37,1	33,2	30,0	28,0	29,0	31,7	37,9	37,2	38,2
Ajuste patrimonial	-	-	-	-	-	1,7	0,1	1,0	7,3	7,4
Privatização	-	-	-	-	-	–0,1	–1,9	–3,0	–3,5	–4,8
Outros	-	-	-	-	-	1,8	2,0	4,0	10,8	12,2
Efeitos do câmbio	-	-	-	-	-	0,1	0,2	0,9	6,8	7,8
Demais ajustes	-	-	-	-	-	1,7	1,8	3,1	4,0	4,4
Composição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Dívida interna	38,8	37,6	41,7	40,2	44,1	47,6	51,9			
Governo Central	22,6	20,9	24,0	23,5	28,5	33,0	38,3			
Base monetária	3,9	4,2	4,2	4,4	4,7	5,1	4,7			
Dívida mobiliária	44,3	34,4	40,6	38,4	44,5	45,0	45,6			
Renegociação: estados e municípios	–12,8	–12,5	–13,9	–13,6	–13,4	–12,9	–12,4			
FAT	–4,5	–4,4	–5,0	–5,1	–5,4	–5,5	–5,3			
Demais dívidas	–8,3	–0,8	–1,9	–0,6	–1,9	1,3	5,7			
Estados/municípios	15,9	15,6	17,0	16,3	15,6	14,7	13,6			
Renegociação: estados e municípios	12,8	12,5	13,9	13,6	13,4	12,9	12,4			
Outras	3,1	3,1	3,1	2,7	2,2	1,8	1,2			
Empresas estatais	0,3	1,1	0,7	0,4	0,0	–0,1	0,0			
Dívida externa	9,6	13,0	10,7	6,8	2,4	–2,7	–8,4			
Total	48,4	50,6	52,4	47,0	46,5	44,9	43,5			
Dívida fiscal	37,6	32,9	37,4	34,4	35,4	35,1	33,4			
Ajuste patrimonial	10,8	17,7	15,0	12,6	11,1	9,8	10,1			
Privatização	–4,5	–3,6	–3,6	–3,2	–3,1	–2,8	–2,7			
Outros	15,3	21,3	18,6	15,8	14,2	12,6	12,8			
Efeitos do câmbio	9,6	16,0	13,3	10,9	9,4	8,3	8,8			
Demais ajustes	5,7	5,3	5,3	4,9	4,8	4,3	4,0			

Fonte: Bacen. Para 2007, setembro.

[a] *Em 1991, inclui NCz$ bloqueados.*

Nesse processo, destacaram-se os seguintes aspectos:

- *mudanças radicais na composição da dívida pública ao longo do tempo:* a dívida externa chegou a ser quase irrelevante até 1996, tornou-se crescentemente importante até 2002 e voltou a perder peso daí em diante, a ponto de atualmente o

setor público brasileiro ser credor líquido do exterior (dívida externa líquida negativa);

- aumento perigoso, por outro lado, da importância relativa da dívida mobiliária federal, que em 1991 – mesmo incluindo os NCz$ então bloqueados do Plano Collor – era de apenas 5% do PIB; já alcançara 12% do PIB em 1994, no começo do Plano Real; escalou até 34% do PIB no final do Governo FHC em 2002; e atinge 46% do PIB hoje, como contrapartida do processo de acumulação de reservas internacionais, que reduz a dívida externa líquida do setor público, mas aumenta a dívida interna;

- as mudanças na evolução da dívida renegociada, que representa um crédito da União e um débito dos estados e municípios, crescente até 2003 por causa da forte influência do IGP – que aumentou mais do que o deflator do PIB – mas lentamente declinante a partir de então; e

- a importância decisiva dos "ajustamentos patrimoniais", ou seja, de fenômenos "abaixo da linha", desvinculados da evolução do fluxo das NFSP e associados aos efeitos cambiais sobre a dívida pública e ao reconhecimento de passivos contingentes, conhecidos como "esqueletos".

Este último aspecto é crucial para entender a evolução da dívida pública desde 1998. Até então, esses ajustamentos tinham adicionado apenas 1% do PIB à dívida líquida. Entre 1998 e 2002, porém, eles impactaram a dívida em mais 17% do PIB, o que explica por que, apesar do ajustamento fiscal de 1999-2002, a dívida pública continuou aumentando.[26] Já nos anos posteriores a 2002, os ajustamentos patrimoniais jogaram a favor e diminuíram a dívida líquida, apesar de o estoque da "dívida fiscal" das estatísticas do Bacen ser atualmente dos mesmos 33% do PIB de 2002.

Embora a evolução da dívida interna inspire cuidados e impeça afirmar que a crise fiscal foi totalmente superada, além da queda da relação dívida pública/PIB, há outros três elementos que merecem destaque na evolução da dívida pública nos últimos anos. O primeiro deles foi a redução paulatina, não só da dívida interna indexada ao câmbio, como também da parcela vinculada à taxa Selic – Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) – que chegou a ser de 69% da dívida em 1998 (tabela 21). Junto com a dívida indexada ao câmbio, eram nada menos que 75% da dívida em 2002. Já de 2003 em diante, a parcela de títulos prefixados e indexados a índices de preço, portanto em ambos os casos com juros não associados à taxa Selic, foi em linhas gerais aumentando progressivamente, de apenas 13% da dívida mobiliária federal em 2002, até 55% atualmente, ao mesmo tempo em que a dívida cambial desapareceu e a dívida ligada à Selic caiu para 33% do total.

26. Em parte, isso se deve ao impacto da desvalorização cambial de 1999-2002 sobre o peso relativo da dívida interna indexada ao dólar. Essa dívida era responsável por parte não desprezível da dívida mobiliária e em 1998 correspondia a 7% do PIB. Com a desvalorização, aumentou para 9% do PIB em 1999 e a combinação de maiores emissões desses títulos, com novas desvalorizações, levou essa dívida a ser de 13% do PIB em 2002. Nos anos seguintes, com a apreciação cambial verificada e o fim do interesse por esses papéis, essa dívida desapareceu, sendo substituída por outras modalidades de endividamento interno.

TABELA 21
Títulos públicos federais e operações de mercado aberto – fim de período
(Participação percentual por indexador)

Indexador	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	22,5	29,5	33,5
Selic	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,7	54,4	41,9
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	14,9	8,1	2,0
Índices de preço	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	6,0	7,2	11,4
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	3,9	0,8	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Obs.: NTN-F (% prefixada)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Indexador	2003	2004	2005	2006	2007(set)
Câmbio	20,5	9,3	1,2	-1,0	-2,0
Selic	46,6	49,5	52,1	38,1	32,7
Prefixados	11,6	19,0	27,2	34,2	32,1
Índices de preço	12,6	14,1	15,2	21,4	22,4
Outros	8,7	8,1	4,3	7,3	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Obs.: NTN-F (% prefixada)	0,8	2,0	3,6	12,5	28,2

Fonte: Bacen.
Obs.: A partir de 2002 (inclusive), considera as operações de swap. Inclui operações de financiamento (mercado aberto) em "outros".

O segundo elemento a merecer destaque é o aumento da participação de títulos prefixados longos na parcela dos prefixados. Trata-se das Notas do Tesouro Nacional, *série* F (NTNs-F), *títulos de até dez anos que têm sido lançados em proporção* crescente *vis-à-vis* os tradicionais títulos prefixados de curto prazo (LTNs). As NTNs-F respondiam por apenas 1% do estoque de títulos prefixados em 2003 e são responsáveis por 28% dos prefixados atualmente, contribuindo assim para o aumento expressivo do prazo médio da dívida prefixada, que era de apenas três meses em 2002 e hoje é de aproximadamente 18 meses (tabela 22).[27]

TABELA 22
Prazo médio dos títulos prefixados da dívida pública mobiliária federal em poder do público – dezembro (meses)

Ano	Prazo médio
1999	2,0
2000	5,2
2001	3,5
2002	3,1
2003	6,5
2004	5,6
2005	10,4
2006	12,7
2007 (setembro)	17,0

Fonte: STN.

27. O prazo médio da dívida total não tem muito significado porque o Tesouro pode emitir LFTs longas, que em caso de aumento da taxa dos juros afetarão imediatamente todo o estoque da dívida associado à taxa Selic. Nesse sentido, o aumento do prazo médio da dívida prefixada é um indicador de confiança muito maior no futuro da economia que o prazo da dívida total.

O terceiro elemento que merece ser citado é a redução dos juros de longo prazo associados aos títulos de longo prazo. Como envolvem uma considerável dose de incerteza, associada ao comportamento futuro de uma economia como a brasileira – com uma instabilidade inflacionária histórica –, o risco de carregar esses títulos em carteira é elevado e, portanto, a evolução das suas taxas de juros é um indicador importante de confiança no futuro. A esse respeito, vale dizer que ainda em 2006 o governo lançava NTNs de médio prazo, na época para 2012 (seis anos) com juros nominais de até 17%. Já nos últimos meses, em 2007, por contraste, apesar de certa instabilidade recente, tem lançado títulos com prazo muito maior, para 2017 (dez anos), pagando recentemente taxas nominais em torno de 12%, o que, para os parâmetros atuais de inflação, implica juros reais – brutos – da ordem de 7%, historicamente baixos para os padrões brasileiros, especialmente se considerados o prazo de dez anos e o fato de que o rendimento sofre incidência do Imposto de Renda.

Em outras palavras, para um país caracterizado há muitos anos por ter uma dívida pública: *a*) crescente; *b*) com taxas de juros elevadas; *c*) fortemente suscetível ao impacto dos juros de curto prazo; e *d*) concentrada no curto prazo, o Brasil está caminhando gradualmente no sentido de vir a possuir uma estrutura de dívida mais madura e, além de ter uma dívida pública declinante, exibe hoje taxas de juros reais menores que no passado; tem uma dívida menos ligada aos juros de curto prazo; e vem progressivamente alongando a maturidade dos vencimentos dos papéis.

9 OS DESAFIOS A ENFRENTAR

Decorridos 13 anos da estabilização, oito desde o ajuste fiscal iniciado em 1999 e quatro desde o começo do declínio da relação dívida pública/PIB depois de 2003, a situação é propícia a que se faça um balanço dos novos desafios a serem enfrentados na área fiscal. Seis deles parecem particularmente relevantes.

Desses, um dos mais importantes é o *aumento do investimento público*.[28] Embora seja razoável julgar que, após as privatizações dos anos 1990 e de fenômenos como as concessões – em particular, na área rodoviária – as atuais exigências de investimento por parte do setor público não deveriam ser as mesmas que nos anos 1970, é praticamente consensual entre as diversas correntes de pensamento que o baixo investimento público dos últimos anos é um dos responsáveis pelo fato de o país não ter alcançado taxa de crescimento maior de sua economia. Há setores onde a presença do Estado continuará fundamental, a exemplo do que se verifica mesmo em países onde o setor privado opera sem restrições e a regulação setorial é adequada. A tabela 23 dá uma idéia de quão longe o país está dos níveis de investimento público registrados em épocas mais distantes, o que exigirá maior atuação do governo e um aumento desse tipo de despesa.

28. Para uma análise exaustiva desta questão específica, ver Afonso e Biasoto (2007).

TABELA 23
Investimento público por período de governo – itens selecionados[a]
(Em % do PIB)

Período	União	Estados e municípios	Soma do governo	Eletrobrás
1969-1973	1,8	2,7	4,5	n.d.
1974-1978	1,5	2,3	3,8	n.d.
1979-1984	0,9	1,4	2,3	0,8[b]
1985-1989	1,1	1,8	2,9	0,8
1990-1994	1,2	1,9	3,1	0,4
1995-2002	0,8	1,4	2,2	0,2
2003-2006	0,6	1,4	2,0	0,2
2007	0,8	1,5	2,3	0,2

Fonte: Para os dados do governo, STN. Para a União até 1979 e para estados e municípios, no período 1969-1999, dados de Raul Velloso. Para a Eletrobrás, Ministério do Planejamento. Para 2007, estimativa do autor, com base em dados parciais do Orçamento

n.d. = não-disponível.

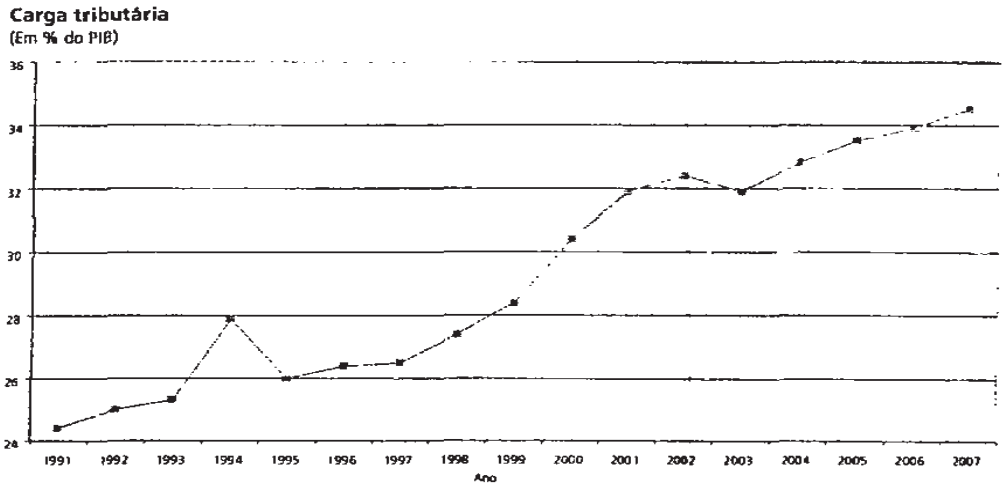
[a] Balanço orçamentário (despesa liquidada).

[b] 1980-1984.

O segundo grande desafio é *diminuir a carga tributária*. Embora a reversão ao passado seja provavelmente utópica, uma vez que muitos dos fatores que geraram a necessidade de financiar novos gastos mediante uma pressão tributária maior são irreversíveis – como o efeito do aumento do SM sobre as despesas previdenciárias e assistenciais – o fato é que, assumindo-se que a carga tributária elevada atue como um elemento negativo para o crescimento econômico, o país poderia, uma vez superada a emergência fiscal das últimas duas décadas, desfazer parcialmente o aumento da carga impositiva observado desde meados dos anos 1990 (ver gráfico a seguir). Ainda que retornar a uma carga de 25% do PIB seja irrealista, em um contexto de redução da despesa de juros e menor superávit primário, uma carga tributária mais próxima de 30% do PIB poderia ser um objetivo viável para daqui a 15 ou 20 anos. Isso poderia contribuir, assim como o maior investimento, para alavancar as taxas de crescimento do PIB.[29]

O terceiro desafio é *conter a expansão das dívidas interna e mobiliária*. Embora a DLSP esteja em queda, a mudança de composição tem feito que a dívida interna, que era de 22% do PIB em 1994 e atingira 38% do PIB em 2002, tenha continuado a aumentar até 52% do PIB atualmente. Ao mesmo tempo, a dívida mobiliária federal passou de 12% do PIB em 1994, para 34% do PIB em 2002 e 46% do PIB atualmente. Ainda que tais fenômenos sejam em parte a contrapartida da transformação recente do setor público em um credor externo, a continuidade desse processo é indesejável, sendo recomendável no futuro inicialmente conter a expansão das dívidas interna e mobiliária, para depois reduzir o coeficiente de ambas em relação ao PIB.

29. Algumas das afirmações feitas nesta seção se apóiam no que se poderia denominar genericamente "saber convencional", embora se possa aceitar a crítica de que elas não se derivam de evidências empíricas econométricas. Identificar com precisão tais relações causais pode ser um bom objeto de pesquisa futura, que vai além do escopo deste trabalho, suficientemente extenso a ponto de inibir novas áreas de expansão. Não seria adequado, porém, após a *descrição feita de quase 20 anos de política fiscal, concluir o artigo sem algumas recomendações de política* que nos parecem bastante relevantes como saldo da análise feita.



Fonte. Contas Nacionais (CNs) do IBGE. Para 2005-2006, estimativa de José Roberto Afonso (excluindo FGTS). Para 2007, estimativa do autor.

O quarto desafio – ligado ao anterior – para a próxima década é *perseguir superávits nominais*, em moldes similares aos adotados há vários anos pelo Chile.[30] Há alguns anos isso seria irrealista no Brasil, pois com a carga de juros que o país pagava, implicaria projetar superávits primários impossíveis de atingir. Com a queda dos juros, porém, o desafio é persistir gerando superávits primários importantes, ainda por alguns anos, de tal forma que, no limite, em algum momento a despesa de juros ceda a ponto de ser menor que o esforço primário, implicando reduções sucessivas da dívida pública mesmo em termos nominais, supondo-se que a geração de "esqueletos" tenda a desaparecer no futuro. Embora atingir superávits nominais, ou seja, NFSP nominais negativas, tenha uma lógica clara – associada ao efeito positivo que isso teria sobre: *a*) a dinâmica da dívida interna, que, na presença de superávits nominais, poderia vir a cair; *b*) a expansão do crédito; e *c*) a melhora de *rating* do país pela queda rápida da relação dívida/PIB –, o objetivo não será tarefa fácil porque não depende apenas da redução da Selic. Repare o leitor que na tabela 1, entre 2005 e 2007, a carga de juros terá diminuído apenas de 7,3% para 6,4% do PIB, em que pese o fato de a Selic, como se pode ver na tabela 24, ter diminuído muito mais, em termos relativos. A explicação para esse descompasso está ligada a dois fenômenos. Por um lado, o aumento das reservas internacionais, cuja contrapartida é uma elevação da dívida interna (tabela 20) sobre a qual incidem juros maiores do que os recebidos na aplicação daquelas; por outro, a mudança na composição da dívida, uma vez que o alongamento de prazos tem um custo. Nos últimos 12 meses completados em setembro de 2007, por exemplo, a Selic acumulada foi de 12,4%, mas o estoque de NTNs-F (títulos de longo prazo prefixados) no mesmo período teve um custo médio maior, de 13,7%, por conta de títulos emitidos em épocas anteriores, com juros elevados, mas prazo longo, que portanto afetarão a dívida até seu vencimento. Esses dois fatores amorteceram o efeito da redução da Selic sobre a taxa de juros implícita da DLSP, taxa essa que vem caindo, porém muito suavemente.

30. Sobre a política fiscal no Chile, ver OCDE (2005).

TABELA 24
Taxa de juros da dívida pública nominal – janeiro-dezembro
(Em %)

Taxa de juros	2005	2006	2007
Selic	19,1	15,1	11,9
DPMFi[a]	17,5	15,2	13,0
DPMFi[b]	17,0	14,8	12,8
Taxa de juros implícita: dívida interna	17,8	15,9	13,7
Taxa de juros implícita: dívida líquida total	17,6	16,9	15,6

Fontes: Bacen e STN. Para 2007, estimativa do autor à luz dos dados disponíveis em novembro de 2007.

[a] Excluindo títulos indexados ao câmbio.

[b] Incluindo títulos indexados ao câmbio.

DPMFi: Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

O quinto grande objetivo pode, a rigor, ser considerado o primeiro, uma vez que é o requisito necessário para viabilizar os outros. Ora, se o que se quer é: *a*) aumentar o investimento público; *b*) diminuir a carga tributária; e, ao mesmo tempo, *c*) obter superávits nominais para diminuir a dívida pública, a queda da taxa de juros pode não ser suficiente para permitir esses efeitos simultâneos, o que significa que o quinto objetivo deve ser o de *conter a expansão do gasto corrente*. Mostramos na tabela 9 que o gasto primário do Governo Central se expandiu a uma média real de quase 6% a.a. nos 16 anos de 1991 a 2007 (inclusive) quando o crescimento anual da economia, na média, sequer chegou a 3% no período. Sabendo-se que essa expansão do gasto foi centrada no gasto corrente, uma vez que o investimento público se deteriorou no período, é preciso agora viabilizar o oposto do que ocorreu nesses anos e alcançar um crescimento do gasto corrente que, embora positivo – por uma série de pressões políticas e sociais que não será possível evitar, como as ligadas à demografia – seja inferior ao crescimento do PIB. Uma conta simples ajuda a entender o potencial disso: partindo de uma despesa corrente do Governo Central – excluindo-se transferências a estados e municípios – da ordem de 17,0% do PIB, se quando o PIB cresce 4,5%, a despesa corrente aumenta 3,5%, em um ano a relação gasto/PIB diminuirá apenas 0,16% do PIB, mas em dez anos a redução pode ser substancial, alcançando 1,56% do PIB – mais do que se arrecada em um ano de CPMF.

O sexto desafio é *repensar as estatísticas fiscais*. Chegou o momento de avaliar até que ponto um sistema de estatísticas montado há aproximadamente 25 anos é o mais adequado para a realidade atual. Quando em 1983 o Brasil iniciou o sistema de apuração das NFSP e da dívida pública – retroativos até 1981, ainda que com dados precários – a realidade fiscal era marcada pelo predomínio notório do problema do elevado endividamento das empresas estatais. Não levar isso em consideração teria gerado portanto um diagnóstico falso acerca dos problemas da época. Nas atuais circunstâncias, porém, a realidade é completamente diferente, a ponto de as empresas estatais serem credoras líquidas (tabela 25).

TABELA 25
Composição das NFSPs nominais e da dívida pública – 2007[a]
(Em % do PIB)

Composição	Superávit primário	Juros nominais	NFSP	Dívida líquida	
				1985	2007[b]
Governo Central	2,22	4,83	2,61	18,7	31,0
Estados e municípios	1,18	1,60	0,42	7,0	14,1
Empresas estatais	0,66	−0,09	−0,75	26,3	- 1,6
Federais	0,58	−0,18	−0,76	n.d.	−2,7
Estaduais	0,08	0,08	0,00	n.d.	1,0
Municipais	0,00	0,01	0,01	n.d.	0,1
Total	4,06	6,34	2,28	52,0	43,5

Fonte: Bacen.
[a] Últimos 12 meses encerrados em setembro de 2007.
[b] Setembro.
n.d. = não-disponível.

No caso das empresas estatais federais, especificamente, a tabela 26 mostra os efeitos de sucessivos superávits primários na geração de caixa dessas empresas, com destaque para a Petrobras. Ainda em 1998, elas eram, no conjunto, responsáveis por uma dívida líquida de 0,5% do PIB, atualmente transformada em um crédito líquido de 2,7% do PIB. A pergunta-chave é se faz sentido, do ponto de vista empresarial das estatais, continuar acumulando ativos financeiros que diminuem a dívida líquida, apenas pelo fato de que, se estes se transformarem em investimentos, serão captados pela estatística fiscal como uma redução do superávit primário consolidado.

Para perceber os problemas conceituais que a forma de apuração atual pode gerar, imagine-se, para facilitar o raciocínio, que o setor estatal se limite à Petrobras e que esta seja de propriedade do Tesouro na proporção de 50% mais uma ação. Se o governo vendesse duas ações, formalmente a empresa se tornaria privada e deixaria de fazer parte das estatísticas fiscais. Ora, é óbvio, porém, que os efeitos macroeconômicos de a Petrobras investir mais ou menos ou praticar os preços x ou y serão exatamente os mesmos antes ou depois da venda das duas ações. Considerando que o que se deseja com o cálculo do resultado fiscal é apurar o impacto da atuação do governo sobre a demanda agregada, o Brasil deveria progressivamente migrar para um sistema similar ao adotado na maioria dos países avançados e em muitas economias emergentes, onde o indicador fiscal por excelência é o resultado do Governo Central ou, alternativamente, do Governo Geral (incluídas as unidades subnacionais) mas sem considerar as empresas estatais. Na prática, isso até agora tem sido difícil de viabilizar, diante da necessidade de mostrar um superávit primário próximo a 4% do PIB e face à contribuição decisiva que para tal vem sendo dada pelas estatais. A caminho de uma situação em que, a partir de algum momento da próxima década, já com a dívida pública em franco declínio, o superávit primário possa diminuir, a exclusão do resultado das estatais do cômputo do resultado fiscal pode ser um tema que venha a entrar progressivamente na agenda fiscal futura.

TABELA 26
Dívida líquida das empresas estatais federais
(Em % do PIB)

Ano	Dívida líquida[a]
1998	0,5
1999	0,3
2000	–0,4
2001	–1,2
2002	–0,9
2003	–1,2
2004	–1,6
2005	–2,1
2006	–2,6
2007 (setembro)	–2,7

Fonte: Bacen.
[a] (–) = crédito líquido.

Com o mesmo objetivo de adequar as nossas estatísticas ao padrão de outros países, deve-se pensar também em excluir a base monetária da estatística da dívida pública, algo que representa uma raridade no conjunto dos países. Embora isso deva ser muito bem explicado, uma vez que se trata de um passivo de 5% do PIB, a atitude se justifica, uma vez que ela não gera juros. A medida poderia ser adotada simultaneamente com a exclusão das estatais das estatísticas – o que gera um efeito oposto, aumentando a dívida pública líquida total, já que atualmente elas são credoras líquidas.[31]

10 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho é permitir que o leitor tenha um quadro ao mesmo tempo retrospectivo e relativamente detalhado das contas públicas no Brasil na década de 1990 e na década atual. Entre 1991 e 2007, mesmo ignorando-se a distorção metodológica que resulta de comparar dados atuais a partir da nova série do PIB com dados até 1994 calculados com a antiga metodologia (que subestimava o PIB e portanto superestimava os coeficientes de certas variáveis expressas como fração do produto), a receita bruta do Governo Central, apurada atualmente nas estatísticas regulares da STN, terá passado de 14,6% para 23,9% do PIB. Nesses mesmos 16 anos o gasto primário do Governo Central terá aumentado de 13,7% para 21,8% do PIB. As variações que esses números representam correspondem, em média, a um "delta" a cada ano de 0,6% do PIB de receita adicional na comparação com o ano imediatamente anterior e a um "delta" de gasto primário de 0,5% a mais a cada ano, na mesma comparação. Trata-se de uma política que pode muito bem ser qualificada como *spend-and-tax policy* (BICALHO, 2005).

31. Para evitar a acusação de perda de transparência, pode-se pensar em continuar a divulgação das estatísticas das estatais em separado, no *site* do Bacen, como é feito para as estatísticas do resultado operacional, mesmo quando o resultado fiscal oficial é dado com base no conceito nominal. A base monetária continuaria a ser divulgada, de qualquer forma, como parte das estatísticas monetárias.

Não houve inflexões relevantes nesse período. Considerando-se que outros indícios referentes a indicadores mais antigos no tempo apontam para um fenômeno similar na comparação do que ocorreu com o advento da Nova República em relação aos anos pré-1985, trata-se de uma realidade que, longe de marcar um governo específico, caracterizou um longo período histórico de quase 25 anos.

No que se refere aos dados anteriores a este trabalho, como se pode ver na tabela 27, Ricardo Varsano utilizou dados do IBGE para fazer a seguinte demonstração: a soma dos itens salários e encargos sociais, outras despesas correntes, assistência e previdência social, e subsídios nas CNs, somatório que na média do período 1981-1985 tinha sido de 20,8% do PIB, aumentou para 23,8% do PIB na média de 1986-1990 e para 27,2% do PIB na média de 1991-1994 (VARSANO, 1996).

A tendência ao aumento da despesa como proporção do PIB, de fato, iniciada no Governo Sarney (1985-1989), percorre a administração Collor/Itamar Franco (1990-1994); intensifica-se nos oito anos do Governo FHC (1995-2002), ainda que atenuada pela mudança metodológica que aumentou o PIB na nova metodologia do IBGE a partir de 1995; e consolida-se nos dois governos de Lula, de 2003 em diante. Em todos os casos, cada presidente entregou o país no final do mandato com uma despesa maior, como fração do PIB, do que no final da gestão anterior.

TABELA 27
Gasto primário corrente do governo: Contas Nacionais
(Em % do PIB)

Período	Salários e encargos	Outras despesas correntes	Assistência e previdência	Subsídios	Total
1981-1985	6,9	3,1	8,5	2,3	20,8
1986-1990	9,2	4,7	8,2	1,7	23,8
1991-1994	9,4	6,5	10,1	1,2	27,2

Fonte: Varsano (1996), com base em dados das CNs do IBGE. Inclui despesas de assistência e previdência e subsídios, que nas CNs são deduzidas da receita bruta. Abrange os governos da União, dos estados e dos municípios. Exclui empresas estatais.

Nos debates acerca da situação fiscal brasileira, costuma aflorar recorrentemente a idéia de que uma estratégia adequada seria combinar a redução do peso relativo do gasto, com um aumento do dispêndio entendido como "social". Implícita nessa proposta está a idéia de que, sendo as despesas sociais vistas pela opinião pública como "corretas" e havendo um repúdio à carga tributária (e por extensão ao gasto público *lato sensu* maior, que ela financia), as fontes de pressão sobre a despesa observadas nas últimas duas décadas seriam passíveis de uma correção, sem prejuízo do atendimento dos objetivos ligados à ampliação do gasto social.

A tabela 28 sugere que essa visão não parece se coadunar com os fatos. Enquanto a tabela 6 mostra que entre 1991 e 2007 houve uma expansão da despesa primária da ordem de 8% do PIB, a tabela 28 sugere, com as qualificações que se pode fazer para dados mais antigos, que praticamente toda a variação do gasto público do Governo Central explica-se por gastos geralmente rotulados como "sociais", somado ao aumento das transferências a estados e municípios que resulta da maior carga tributária federal necessária para financiar o incremento do gasto – parte da qual, pelo

mecanismo da distribuição de recursos com as unidades subnacionais, acaba redundando em nova despesa.[32]

TABELA 28
Comparação entre itens selecionados de gasto social no Governo Central – 1991 e 2007
(Em % do PIB)

Composição	1991	2007	Diferença
INSS	3,4	7,2	3,8
Inativos do Governo Central	0,9	2,0	1,1
Saúde[a]	1,4	1,5	0,1
FAT[a]	0,6	0,7	0,1
Loas	0,0	0,6	0,6
Desenvolvimento social	0,0	0,5	0,5
Educação[a]	0,1	0,3	0,2
Reforma agrária[a]	0,0	0,1	0,1
Soma (A)	6,4	12,9	6,5
Transferências a estados e municípios (B)	2,7	4,1	1,4
(A) + (B)	9,1	17,0	7,9

Fontes: Tabelas 6, 11 e 13. No caso dos gastos com saúde, educação e reforma agrária, inclui investimentos.
[a] Na primeira coluna, dados de 1994 extraídos de Além e Giambiagi (1999) e da tabela 11.
Inclui investimento em saúde, educação e reforma agrária.

À luz desses fatos, é importante que a agenda de reformas, defendida no início do Governo Lula em documento oficial (SPE, 2003) e por diversos participantes do debate, seja retomada com vistas a melhorar a qualidade do ajuste implementado nos últimos dez anos.[33] Em particular, paralelamente a uma reforma tributária que diminua as distorções atuais, que são um dos obstáculos a uma intensificação maior do ritmo de crescimento, seria conveniente aprovar medidas que permitissem modificar as regras que regem o sistema de aposentadorias e pensões; estabelecer limites ao crescimento do gasto corrente; e ter uma redução do grau de vinculações orçamentárias como forma de abrir espaço para um aumento do investimento público.[34]

A importância de uma agenda de reformas torna-se mais clara quando se analisa a composição do gasto público – exposta de forma desagregada ao longo de diversas tabelas do trabalho – na tabela 29, com os números previstos para 2007. Com uma despesa primária de 21,8% do PIB, pode parecer intuitivamente razoável promover um corte do gasto público da ordem de 1% do PIB, por exemplo – ou seja, de menos de 5% do total. Entretanto, ao decompor as despesas, nota-se que a combinação de fatores legais ou constitucionais – como a proibição de demissão de funcionários públicos com estabilidade – com obstáculos políticos óbvios – como os que anulam qualquer possibilidade de reduzir a despesa com o Bolsa Família – somada ao fato de

32. Para os dados de 1994 como percentual do PIB, usados em alguns casos como *proxy* para o dado de 1991, na ausência de informação específica, ver Além e Giambiagi (1999).

33. Sobre propostas de reformas tributária, ver Varsano e Afonso (2004). Sobre a conveniência de reduzir a rigidez orçamentária associada às vinculações, ver Velloso (2005).

34. É inevitável mencionar essas propostas em um trabalho dedicado ao tema fiscal. O detalhamento dessas questões, porém, demandaria outro estudo, além do escopo do presente texto.

que, no caso de alguns itens, o que se deseja a rigor é que aumentem – como é o caso do investimento público – levam a que, na prática, o ajuste incida sobre as "demais despesas", que representam pouco mais de 1% do PIB. Não é preciso ser um especialista em economia política para perceber que um ajuste de 0,5% do PIB, aplicado a uma rubrica que corresponde a 1,1% do PIB, tenderia a paralisar o governo e a inviabilizar a sua capacidade de articulação política no Congresso Nacional. Daí por que é importante aprovar, em particular, medidas de redução das vinculações e de controle do gasto corrente – que permitam diminuir gradativamente a relação gasto/PIB ao fazer com que o numerador aumente menos que o denominador – além de uma reforma previdenciária que idealmente leve a diminuir o peso relativo da despesa do INSS ao longo do tempo.

TABELA 29

Despesa do Governo Central – 2007

(Discriminação, em % do PIB)

Transferências a estados e municípios	4,10
Pessoal	4,65
INSS	7,23
FAT	0,70
Loas/RMV	0,55
Subsídios/subvenções	0,35
Transferências/despesas do Bacen	0,10
Investimento do Executivo	0,70
Custeio do Ministério da Saúde	1,39
Custeio do Ministério do Desenvolvimento Social	0,45
Custeio do Ministério da Educação	0,27
Legislativo/Judiciário	0,19
Sentenças judiciais	0,04
Demais despesas de custeio	1,06
Total	21,78

Fontes: Tabelas 6, 11 e 13.

Os dados apresentados no trabalho nos permitem destacar cinco grandes conclusões:

a) nos últimos 16 anos, o gasto primário do Governo Central cresceu a uma taxa média anual de quase 6%, correspondente a mais de duas vezes o crescimento médio da economia (tabela 9);

b) todas as quatro grandes rubricas de gasto tiveram uma expansão maior que a do PIB, com destaque para as despesas do INSS;

c) depois de duas décadas de forte expansão do gasto público, é importante conter o ritmo de crescimento do gasto público corrente, como forma de ampliar o espaço para o aumento do investimento público e reduzir a carga tributária;

d) por outro lado, a idéia de que, na ausência de grandes reformas, as contas públicas poderão marchar para um colapso no horizonte dos próximos anos, poderá se revelar equivocada se a economia tiver uma expansão da ordem de 4% a.a.;[35] e

e) embora a redução da dívida pública observada nos últimos anos deva ser comemorada, o fato de a dívida interna ter passado de 14% do PIB em 1991, para 22% do PIB em 1994; 33% do PIB em 1998; 38% do PIB em 2002; 48% do PIB em 2006; e 52% do PIB atualmente é um indicador preocupante e que deverá ser monitorado com cuidado nos próximos anos.

É importante, por último, estabelecer algumas precisões acerca dos pontos (*c*) e (*d*). A realização de novas reformas, conforme ficou claro no texto, seria importante para conter o ritmo de expansão da despesa corrente e abrir assim mais espaço para a realização de novos investimentos. Daí a importância de reformar a previdência social, diminuir o grau de vinculações e limitar o crescimento da despesa corrente. Por outro lado, é preciso enfatizar que parte do aumento do gasto ocorrido nos últimos três ou quatro anos decorreu de efeitos *once and for all* (incremento do auxílio-doença, aumento dos gastos do INSS com dispêndios judiciais etc.), de decisões discricionárias (por exemplo, os aumentos do SM) ou que não irão se repetir com a mesma intensidade nos próximos anos (como o alargamento do espaço do Bolsa Família). Portanto, como já foi dito, a idéia de que, na ausência de reformas estruturais, o país poderá enfrentar um colapso das contas públicas no horizonte dos próximos anos, poderá se revelar equivocada se a economia tiver um crescimento da ordem de 4% a.a. A previdência é um desafio maiúsculo, mas é um problema associado a longo prazo; a despesa com pessoal deverá crescer a um ritmo menor no futuro imediato, após os fortes aumentos de 2006 e 2007; o cumprimento das metas do Bolsa Família deverá naturalmente arrefecer a expansão das outras despesas de custeio; e, finalmente, a despesa de juros deverá ser menor que nos últimos anos. Problemas importantes, porém, deverão aflorar se a economia tiver um crescimento modesto, uma vez que nesse caso a combinação de um crescimento vegetativo forte do gasto – como aquele, por exemplo, causado pela previdência social, em função de fatores demográficos – com menor crescimento do PIB elevaria a relação gasto/PIB, exatamente quando a receita passaria a crescer a um ritmo menor.

O risco de não fazer novas reformas não é tanto o de causar uma explosão do gasto no futuro próximo e sim o de não abrir espaço fiscal para a realização das obras de infra-estrutura, de que o país tanto precisa e que devem, em parte, implicar uma participação importante do governo. Nesse sentido, a médio prazo, se o gasto corrente não for contido no futuro, o preço a pagar pode não ser o *default* da dívida pública, mas sim a frustração da expectativa de um crescimento econômico sustentável maior, mais próximo dos 5% a.a.

---

35. Estamos assumindo que a CPMF será renovada em 2008. Naturalmente, sem ela, as perspectivas de evolução da dívida pública seriam bastante diferentes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; BIASOTO Jr., G. Investimento público no Brasil: diagnósticos e proposições. *Revista do BNDES*, v. 14, n. 27, jun. 2007.

ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. O ajuste do Governo Central: além das reformas. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. *A economia brasileira nos anos 90*. BNDES, 1999.

BARBOSA, F.; GIAMBIAGI, F. O ajuste fiscal de 1990-93: uma análise retrospectiva *Revista Brasileira de Economia*, v. 49, n. 3, jul.-set. 1995.

BICALHO, A. *Teste de sustentabilidade e ajuste fiscal no Brasil pós-Real*. 2005. Tese (Doutorado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

BLANCHARD, O. Fiscal dominance and inflation targeting: lessons from Brazil. In: BANCO MUNDIAL. *Brazil: fiscal policy for reduced vulnerability*. 2004.

CAGAN, P. The monetary dynamics of hyperinflation. In: FRIEDMAN, M. (Ed.). *Studies in the quantity theory of money*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

CASTRO, J. A.; MORAES, M.; SADECK, F.; DUARTE, B.; SIMÕES, H. Gasto social federal em uma dimensão macroeconômica: 1995-2001. In: PINTO, M.; ALVES, P.; BIASOTO, G. (Orgs.). *Política fiscal e desenvolvimento no Brasil*. Editora Unicamp, 2006.

CYSNE, R. Contabilidade com juros reais, déficit público e imposto inflacionário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 1990.

FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974-1984. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1986.

FMI – Fundo Monetário Internacional. Fiscal improvement in advanced economies: how long will it last? *World Economic Outlook*, cap. III, May 2001.

GIAMBIAGI, F. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do período 1995-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 32, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Panorama conjuntural. *Boletim de Conjuntura*, n. 64, mar. 2004.

ISSLER, J. V.; LIMA, L. Public debt sustainability and endogenous seigniorage in Brazil: time series evidence from 1947-1992. *Journal of Development Economics*, n. 62, 2004.

KOPITS, G. *Fiscal rules:* useful policy framework or unnecessary ornament? IMF, 2001 (Working paper, WP/01/145).

MENDES, M. (Org.). *Gasto público eficiente:* propostas para o desenvolvimento do Brasil. Editora Topbooks, 2006.

NAKAGUMA, M.; BENDER, S. *Mudança institucional e política fiscal no Brasil:* uma avaliação da experiência recente. Tesouro Nacional – Finanças Públicas – X Prêmio Tesouro Nacional 2005 – Edição Monografias STN, Brasília, 2006.

NÓBREGA, M. *O futuro chegou:* instituições e desenvolvimento no Brasil. Editora Globo, 2005.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Chile. *OECD Economic Surveys*, v. 19, Nov. 2005.

_____. *OECD Economic Outlook*. Jun. 2001.

ORNELAS, W.; VIEIRA, S. As novas regras da previdência social. *Conjuntura Econômica*, v. 53, n. 11, nov. 1999.

PASTORE, A. C. Déficit público e a sustentabilidade do crescimento das dívidas interna e externa, senhoriagem e inflação: uma análise do regime monetário brasileiro. *Revista de Econometria*, v. 14, n. 2, 1995.

_____. *Senhoriagem e inflação:* o caso brasileiro. Fundação Getulio Vargas, Centro de Estudos de Reforma do Estado, 1997 (Texto para discussão, n. 5).

REINHART, C.; ROGOFF, K.; SAVASTANO, M. Debt intolerance. *Brooking Papers on Economic Activity*, Brookings Institution, 2003.

ROCHA, F. Long-run limits on the Brazilian government debt. *Revista Brasileira de Economia*, v. 51, n. 4, 1997.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. *Tributação, seguridade e coesão social no Brasil*. Serie Políticas Sociales, División de Desarrollo Social, Cepal, Santiago do Chile, 2007.

SPE – Secretaria de Política Econômica. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília: SPE, 2003.

_____. *Orçamento social do governo federal: 2001-2004*. Brasília: SPE, 2005.

VARSANO, R. De ônus a bônus: política governamental e reformas fiscais na transformação do Estado brasileiro. In: _____. *A economia brasileira em perspectiva – 1996*, cap. 11, Ipea, *1996*.

_____. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 27, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, abr. 1997.

VARSANO, R.; AFONSO, J. R. Reforma tributária: sonhos e frustrações. In: GIAMBIAGI, F.; REIS, J. G.; URANI, A., *Reformas no Brasil – Balanço e Agenda*. Nova Fronteira, 2004.

VELLOSO, R. Rigidez orçamentária e difíceis escolhas. In: FÓRUM NACIONAL, 17., 2005, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro, 2005.

VILLELA, R. Crise e ajuste fiscal nos anos 80: um problema de política econômica ou de economia política? *Perspectivas da Economia Brasileira – 1992*, Brasília: Ipea, 1991.

WERNECK, R. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1986.

ZYLBERSTAJN, H.; PORTELA, A.; AFONSO, L.; FLORI, P. Resultados fiscais da reforma de 2003 no sistema de previdência social brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 36, n. 1, Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **Ipea** 2007

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Supervisão
Marcos Hecksher

Revisão
Lucia Duarte Moreira
Alejandro Sainz de Vicuña
Eliezer Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração
Roberto das Chagas Campos
Camila Guimarães Simas
Camila Oliveira de Souza
Carlos Henrique Santos Vianna

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5090
Fax: (61) 3315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar — Grupo 609
20044-900 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3515-8433 – 3515-8426
Fax (21) 3515-8402
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 135 exemplares

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo
Marco Aurélio Dias Pires
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar – sala 912
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5406
Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

A insuspeita defesa da CPMF

Praticamente toda a variação do gasto público do governo federal é explicada pelos gastos sociais. Nada traduz melhor o enrosco da tramitação da CPMF. A constatação está na página 40 do estudo "Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007", de livre acesso na página do Ipea na internet (http://www.ipea.gov.br). Poderia ser distribuído pelos governistas no campo de batalha pela CPMF no Congresso, não fosse a autoria do economista Fábio Giambiagi, em sua derradeira contribuição para o instituto de pesquisas.

Há sim dia seguinte para a derrota da contribuição do cheque, mas não sem uma revisão no patamar de gastos sociais do governo. O estudo de Giambiagi é cristalino, além de insuspeito.

Os gastos do governo federal, tirando as despesas com juros, passaram de 13,7% para 21,8% do PIB no período estudado. O segundo mandato de Lula tem feito concessões ao funcionalismo de maior poder de pressão, mas a gastança daí decorrente é antes responsável por distorções na máquina pública — como a de que um salário inicial de auditor da Receita seja suficiente para cobrir os ganhos de quatro médicos do Ministério da Saúde — do que pela escalada de despesas da União.

O estudo de Giambiagi está aí para não deixar brecha às ilusões. Os gastos com pessoal ao final de 2007, na estimativa do autor, devem ficar abaixo, em proporção do PIB, do registrado no último dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para o economista, a idéia de que é possível reduzir as despesas sem prejuízo do atendimento das políticas ligadas à ampliação do gasto social "não se coaduna com os fatos".

Seu estudo identifica três fontes para o aumento de gastos. A primeira delas é o INSS, pressionado pela política de valorização do salário mínimo, que indexa dois em cada três benefícios da Previdência. A segunda são as transferências para Estados e municípios e, nesta, é crescente o peso dos recursos para a Educação, via Fundef. Em terceiro lugar vem a rubrica 'outras despesas' que embute gastos com o Bolsa Família. Não é preciso ser um especialista em economia política para se perceber que um ajuste nessa despesa paralisaria o governo e inviabilizaria a capacidade de articulação política no Congresso. É Giambiagi quem diz

Pressão social

Despesas do governo central/ 2002-2007

	Pessoal	Benefícios do INSS	Transferências Estados/municípios	Outras despesas
2002	4,81	5,96	3,80	4,94
2003	4,46	6,30	3,54	4,37
2004	4,31	6,48	3,48	4,80
2005	4,29	6,80	3,91	5,28
2006	4,52	7,13	3,99	5,60
2007	4,65	7,23	4,10	5,80

Fonte: "Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007" Fábio Giambiagi. Ipea, nov/2007

Não que o economista tenha abandonado sua profissão de fé pelas reformas, mas s é claro em reconhecer que o risco de não fazê-las não é pela explosão de gasto, mas pela necessidade de abrir uma brecha fiscal ao investimento público em infra-estrutura.

Para fazer face aos cortes necessários à compensação pela perda da CPMF, portanto, Lula teria que meter a mão nesse vespeiro e jogar por terra o capital eleitoral acumulado. A outra alternativa seria reduzir o superávit primário, afetar a curva de redução da relação dívida/PIB e adiar o já próximo grau de investimento, evitando assim que se deslanchasse uma política mais agressiva de redução de juros. O presidente daria assim adeus à perspectiva de fazer o Brasil crescer em patamar acima de 5% e, em consequência, poderia perder sua condição de principal eleitor de 2010.

Engana-se, no entanto, o presidente ao dizer que o DEM é contrário à CPMF porque lhe falta perspectiva de poder. A oposição é programática. O partido discorda da escalada de gastos sociais iniciada com a Constituição de 1988 e intensificada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e acelerada nos anos petistas. É duvidoso que o partido tenha a perspectiva de reconquistar o poder com esse discurso. Mas é por aí que se explica a batalha da CPMF. Na aposta de que a disputa de 2010 não se resolva pela vitória de um candidato, mas pela derrota do presidente. E apenas um Lula, privado de receitas, derrotaria Lula.

As divisões que se assistem no PSDB hoje se devem à existência de dois postulantes que, em maior ou menor grau, acreditam que suas chances nesse jogo dependem precisamente de seu compromisso com a preservação de heranças lulistas. Daí que os governadores de Minas e São Paulo sejam capazes de reverter a sucessão de erros governistas na negociação da CPMF vai uma longa quilometragem. Quase tão extensa quanto a que distancia o governo da compreensão de que, sabendo operar, até Giambiagi pode jogar a seu favor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador inscrito é o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores.

V. Exª terá dez minutos.

Os demais oradores, pela ordem, serão os Senadores Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes e Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, neste tempo reservado à discussão da CPMF, na sua quinta sessão em tramitação aqui no Senado, quero, nestes minutos iniciais, registrar, com muito pesar, o falecimento do Sr. José Pedro Faria, um grande comerciante, um histórico comerciante, empresário, no Município de Parintins, Estado do Amazonas.

A esposa do Sr. José Pedro é a D. Maria Ângela, uma senhora muito querida, muito conhecida no Município de Parintins, no Amazonas, e seus filhos moram na cidade, são pessoas respeitadas na cidade de Parintins. Estou falando aqui também do empresário Paulinho Faria, o Paulo Faria, uma pessoa ligada ao folclore, à cultura, em Parintins. Falo da família que sente a dor, a perda desse pai, desse cidadão, desse amazônida que muito fez pela cidade de Parintins. Menciono aqui seus filhos: Zezinho Faria, que, inclusive, foi Deputado Estadual no meu Estado do Amazonas; e Antonio Faria. É uma família muito querida. São pessoas muito queridas. O Sr. José Pedro faleceu na noite de ontem, e, neste final de tarde, está havendo seu sepultamento.

Faço esse registro com pesar e quero que seja estendido esse voto de pesar, com certeza do Senado da República, à família enlutada, à família que sente a dor da perda de uma pessoa importante como pai, como avô e como cidadão na cidade de Parintins.

Volto à discussão. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Acabo de ouvir o pronunciamento da nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti, participando desse debate sobre a CPMF. Volto aqui pela terceira vez, trazendo elementos para a discussão.

A Casa vem discutindo a CPMF, e meu olhar acerca desse tributo é um olhar de Estado: como o Estado deve tratar seu cidadão e sua cidadã? Como o Governo pode arrecadar um tributo e distribuí-lo a serviço e para o bem da sociedade?

Afasto-me, de forma muito consciente, do debate superficial. Evidentemente, o assunto não é tratado dessa forma, mas se percebem manifestações que tratam o tributo de forma muito superficial. Então, meu olhar é um olhar de como o Estado deve tratar e distribuir sua riqueza.

E um argumento que é colocado nesse debate, Sr. Presidente, é o argumento da grande arrecadação que o Governo tem. Quero lembrar que, mesmo com o aumento de arrecadação, a CPMF não é dispensável nem pode ser dispensável, porque estamos tratando das despesas. Para onde vai o que se arrecada? Empregam-se esses recursos nas despesas obrigatórias, aumentam-se os programas sociais, aumentam-se os investimentos, quando há aumento de arrecadação. Fundamentalmente, vai-se nessa direção.

Mas quero dizer da importância da CPMF, e a Senadora Ideli abordou esse aspecto. É um tributo que é redistribuído, que se espraia, que chega ao Brasil mais distante. Daí a sua importância: a CPMF é redistributiva. Quero chamar a atenção para um aspecto dessa arrecadação: 72% da CPMF são arrecadados pelas empresas. Repito: 72% da CPMF são arrecadados pelas empresas.

Dos 28% arrecadados pelas pessoas físicas, 17% são arrecadados entre as pessoas com renda anual superior – frise-se: renda anual superior – a R$100 mil, ou seja, 10% dos mais ricos deste País.

Destaco outro aspecto também, Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares: 50% da classe mais pobre é responsável pelo pagamento de somente 2% da CPMF arrecadada. Além disso, os programas de transferência de renda e a previdência rural focados nos brasileiros mais pobres são financiados com recursos da CPMF.

V. Exª hoje fez um pronunciamento aqui, Presidente Valadares, e falou dos trabalhadores rurais...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dos pescadores.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim; dos pescadores. V. Exª está falando de pessoas do interior do Brasil, que são beneficiadas pela redistribuição propiciada pela CPMF.

Tenho aqui um dado que gostaria que a TV Senado mostrasse: do bolo da arrecadação da CPMF, 72% – olhem essa fatia – são provenientes da contribuição de empresas. Passando para as pessoas físicas, 50% dos mais pobres participam com 2%; das rendas intermediárias, 4%; e 20% dos mais ricos, contribuem 22%.

Esses são números importantes quando se tenta discutir a matéria, e assim deve ser, com a razão.

A Região Norte, Presidente Valadares, arrecada R$1,8 bilhão, mas o total de recursos da CPMF lá no Norte é de R$2 bilhões. Vejam só: o Norte arrecada R$1,8 bilhão e distribui R$2 bilhões. Toda a Região Nordeste arrecada R$6,9 bilhões e distribui de CPMF R$9 bilhões. A Região Sudeste arrecada R$18 bilhões – é a região que mais arrecada CPMF – e distribui R$13.

É por isso que o Norte e o Nordeste são beneficiados nessa distribuição. A Região Sul arrecada R$6,2 bilhões e destina R$4,4 bilhões. O Centro-Oeste arrecada R$2,7 bilhões e distribui R$1,8 bilhão.

Sr. Presidente, outro dado importante no aspecto da redistribuição da CPMF é que o Norte arrecada, em termos percentuais – e eu falei em valores –, 5,2% da CPMF e distribui 7,6%. O Nordeste arrecada 19,2% da CPMF e distribui 33,9%

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Recebe. Ele arrecada 19% e recebe 33,9%. Vem do Sul e do Sudeste.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim, vem do Sudeste, que arrecada mais.

Então, vejam só: no Sudeste, a arrecadação da CPMF representa 50,8% do total, e a transferência de renda é de 38%, ou seja, a arrecadação é grande e a distribuição é menor.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Peço a palavra pelo art. 17. Eu fui citado pelo Senador Suplicy.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu não citei V. Exª. Eu não citei o nome de nenhum Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente, o Senador Eduardo Suplicy me citou e foi embora.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou pedindo a V. Exª um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Após os oradores, eu concederei a palavra a V. Exª.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, para encerrar – sem abusar desses dez minutos, porque todos têm o direito de falar por esse tempo –, as regiões Norte e Nordeste, as mais pobres deste País, são responsáveis por 24% da arrecadação da CPMF.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O meu tempo já terminou. Estou abusando. Estou usando o minuto final que a Mesa me deu, Senador Heráclito. Gostaria muito de ouvi-lo, mas preciso dizer aqui que o Norte e o Nordeste são responsáveis por 24% da arrecadação da CPMF e são beneficiados com 42% dos recursos dela advindos. Os Estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão, por exemplo, contribuem com 5,6% da arrecadação, mas esses três Estados recebem 11% do total arrecadado.

Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vou conceder mais dois minutos a V. Exª para o término do seu discurso e para conceder o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Sr. Presidente, concluo a minha fala esperando que o Senador Heráclito Fortes dê a sua contribuição para engrandecer esse debate.

Mas concluo dizendo: quais são as vantagens da CPMF?

Primeiro, promove a redistribuição de renda, Srs. Senadores. É uma incidência universal. A CPMF é um método que combate a lavagem de dinheiro, a sonegação e é de baixo impacto nos preços dos produtos. Facilita o recolhimento pelo o contribuinte e facilita a fiscalização.

Sr. Presidente, o Senado está praticamente concluindo esse debate. São muitas as contribuições. Externo aqui a minha opinião nesse debate. Nós precisamos, evidentemente, respeitar todas as opiniões, mas faço um esforço para que possamos votar com muita consciência, compreendendo o papel desse tributo.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro, o objetivo do imposto é exatamente a redistribuição social. E o nosso Presidente que já governou, já foi prefeito, sabe que é exatamente através da distribuição diferenciada de impostos que as regiões mais pobres são compensadas. Isso não acontece só com a CPMF, não; isso acontece com qualquer tributo no País, e ai do Brasil se não fosse assim. Imagina se São Paulo recebesse proporcionalmente ao que arrecada e o mesmo se desse com o Piauí. Essa é a função social do imposto. Esse não é o argumento que vai nos fazer amolecer o coração. O argumento que poderia amolecer nosso coração seria V. Exª defender o imposto ou o Governo defender o imposto dizendo, por exemplo, que não vão mexer na CPMF, porque é um imposto frouxo e, assim, se pode fazer dele o que se quer, mas que vão demonstrar que querem diminuir a carga tributária do Brasil, vão diminuir o Imposto de Renda ou qualquer um dos outros. Acontece que o Governo não fez nenhuma proposta, Senador. V. Exª fala tanto em justiça social, mas lembro que o amazônida, quando vai comprar o seu o seu cafezinho ou o seu comprimido para a febre amarela, no interior, está pagando a CPMF. E dói muito mais no bolso no pobre do que no bolso do rico. A questão não é essa. Se você compra um lápis, você paga CPMF. A CPMF é um imposto perverso porque corrói o bolso enquanto você dorme. Dessa forma, Senador João Pedro, é legítima a tentativa da Base do Governo de querer a permanência da CPMF, é muito agradável. Mas a CPMF está para nós aqui, para o Governo do Brasil, como o mandato infinito estava para o Chávez, na Venezuela. Vamos entregar a decisão. Se for contra, paciência, vamos

acatar o veredicto e o mundo não vai se acabar por isso. E tenho certeza de que o Presidente Lula, com os compromissos nordestinos que tem, irá encontrar outros caminhos para continuar ajudando as regiões menos favorecidas do Brasil. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Finalizo, dizendo que a CPMF não é assim: você compra um produto e paga a CPMF...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Um minuto, Sr. Presidente. Um minuto e eu encerro.

Mostrei aqui os números: 72% da CPMF não vem do cidadão que compra uma pílula ou um produto qualquer, mas de empresas. E o Senador Heráclito Fortes fala do coração, mas realmente a CPMF não tem de passar pelo coração, tem de passar pela razão e pelos compromissos com a Nação, com o Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente, pois fui citado pelo Senador Suplicy. Ele saiu. Ele é muito esperto e saiu correndo. Eu fui citado pelo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, V. Exª pode refrescar a nossa memória sobre qual assunto o Senador Suplicy falou?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Falou da relação do que é cobrado no Piauí e o que vai para o Piauí. Ele me citou pessoalmente aqui. Eu exijo o cumprimento do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador amigo, o Senador Flexa Ribeiro está a tarde inteira esperando pacientemente...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – (...) para ocupar a tribuna. V. Exª vai falar logo em seguida, após o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, mas é pelo art. 14.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ideli Salvatti, se não for atrapalhar o orador que não está na tribuna, eu concederei a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu sei que o Senador Flexa Ribeiro vai me conceder porque vai ser muito rápido. Permite-me? É apenas para fazer...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Se é pela ordem, foi desobstruído. Por que ela tem essa prioridade?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela gentileza do orador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela gentileza do orador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, não fostes gentil comigo não? Eu, que defendo o Pará?! Vou passar para o lado da Ana Júlia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, posso então usar a palavra?

Senador Flexa Ribeiro, posso usar a palavra? Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, quero saber se V. Exª também concede a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo a palavra ao meu amigo Mão Santa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – As damas primeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está bem. Tanto para a Senadora Ideli Salvatti quanto para o Senador Mão Santa concedo um minuto

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É muito rápido, apenas quero fazer o registro do voto de aplauso que já encaminhei à Mesa, porque o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e a Organização das Nações Unidas no Brasil concederam prêmios em função do Dia Mundial de Combate à Aids e várias escolas foram agraciadas com prêmios.

Os vencedores dos prêmios vinculados ao projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, para minha honra e orgulho de Senadora por Santa Catarina, a ampla maioria foi ganha por escolas catarinenses. O primeiro lugar, na questão do prêmio...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Antonio Carlos, isso não tem urgência...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O primeiro prêmio é Cefet de Santa Catarina, com o projeto Prevenção passa pela Educação. A segunda é a Escola de Educação Básica Dr. Theodureto C. Faria Souto, de Dionísio Cerqueira. A terceira é a Escola de Educação Básica Ana Gondim, de Laguna; e a quarta...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu protesto. Isso é propaganda. Ela já tem a televisão

do Governo que foi inaugurada hoje. É só ir lá e ela pode falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Valadares, eu gostaria que o meu tempo fosse respeitado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Isso é propaganda do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É uma concessão do tempo do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, do meu tempo, não. Eu estou...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E a quarta é a menção honrosa ao Centro de Educação de Jovens e Adultos, de Videira. E a propaganda que quero fazer é das escolas do meu Estado, dos professores e dos alunos que tiveram competência de se classificarem nesse concurso tão importante, que é o da Prevenção da Aids pela Educação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pela ordem. Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pela ordem. Primeiro, quando tiver caso semelhante...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem. Para não tomar o tempo do Senador Flexa Ribeiro

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem e ordem e progresso. Quando tiver caso semelhante como o da Ideli Salvatti, oriente para o Franklin Martins, que agora tem uma televisão do Governo para fazer propaganda 24 horas por dia. Aqui, não!

Mas art. 14, Suplicy. O Suplicy vem com aquilo… Ô Suplicizinho, eu fui prefeitinho e governador do Estado. V. Exª é um homem que sabe das leis! Justo. Todo imposto é inversamente proporcional à riqueza do Município. É assim. Fomos prefeitos. Quando aprovarmos a emenda de V. Exª, vai ter essa divisão.

Então, o que ele disse do Piauí, do Nordeste, acontece com todos os impostos. É inversamente proporcional para haver distribuição de renda. E eu daria um exemplo para o Suplicy, que saiu correndo: o Senado. É disso que carece a Federação. Eles têm muito mais recursos, pagam muito mais, mas só tem três. Aqui, no momento,só temos dois... do Piauí e de São Paulo. Isso é da Federação. É a distribuição da riqueza que é garantida. Uma dessas garantias é que faz funcionar o Senado.

V. Exª sabe disso, é apenas para o pessoal do PT.

Também quero lembrar que quando eles quiserem fazer propaganda, está lá o Franklin Martins. Botaram um "canalzão" para fazer propaganda dia e noite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, vou prorrogar sessão por mais trinta minutos para que V. Exª e os demais oradores inscritos – Senadores Heráclito Fortes e Renato Casagrande – possam fazer uso da palavra.

V. Exª tem a palavra por dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela meia hora a mais de sessão que V. Exª nos concedeu.

Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão, Srªs e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, fiz sinal para a Senadora Ideli Salvatti para que ela permanecesse aqui, já que permiti que ela falasse antes de eu usar a tribuna, porque gostaria de dizer que tomei um susto, Senador Antonio Carlos Valadares, quando ela iniciou sua palavra pela ordem dizendo, Senador Mão Santa, que queria propor um voto de aplauso. Imaginei que o voto de aplauso era para o povo venezuelano por ter dito "não" ao Presidente Hugo Chávez na tentativa de implantar o processo indefinido de reeleição, entre outros absurdos, na Venezuela. Pensei que o voto de aplauso dela era para isso. Lamentavelmente não foi.

Mas quero usar a palavra aqui para fazer, na quinta e última sessão de discussão da CPMF, alguns comentários a respeito dessa contribuição. Antes, porém, Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª vai me permitir mandar um abraço aos nossos amigos de Nova Ipixuna. Sabe onde fica Nova Ipixuna, Senador Antonio Carlos Valadares? Nova Ipixuna é um pequeno Município do meu querido Estado do Pará que fica na PA-150, no sudeste do Pará, bem próximo de Marabá. Marabá V. Exª já ouviu falar, não é? Mas Nova Ipixuna foi falada no Brasil inteiro. E sabe por que, Senador Antonio Carlos Valadares? Porque no domingo houve eleição para Prefeito, Senador Valadares, no domingo passado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Quem ganhou?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ganhamos, Senador Valadares. Sabe contra quem? Contra o PT. O Prefeito do PT foi cassado pela Justiça, como sempre, por mau uso do dinheiro público.

E a Justiça Eleitoral marcou uma nova eleição, que ocorreu no último domingo. Colocaram um outro candidato, o Vereador Clovis, do PT. A Governadora Ana Júlia foi a Nova Ipixuna, um pequeno Município, subiu no palanque do candidato do PT e disse, lamentavelmente, que, se o povo de Nova Ipixuna não elegesse

o Prefeito do PT, a cidade não teria ajuda do Governo do Estado. Lamentável isso!

Só para dar uma demonstração ao Presidente Lula que não adianta fazer terrorismo, tentar intimidar os brasileiros, porque no Pará não deu certo. A Governadora foi fazer isso no palanque do PT, Senador Mão Santa, e ganhamos a eleição.

Quero parabenizar o novo Prefeito de Nova Ipixuna, Edison Raimundo Alvarenga, nosso amigo Alvarenga, e o Vice-Prefeito, Sebastião Damascena Santos, o Tião, que era Vereador. São do PTB, mas lá tiveram o apoio do PSDB, estavam coligados com o PSDB. Tenho certeza de que terão sucesso neste um ano só de administração, porque o PT, que estava lá há sete anos, nada fez por Nova Ipixuna.

Tudo o que foi feito nos quatro anos anteriores a este ano de Governo do PT estadual foi feito pelo Governador do PSDB, mesmo o Prefeito sendo do PT. Quando a Governadora assumiu, o povo de Nova Ipixuna imaginou que teriam recursos. Pelo contrário, fecharam o hospital, não deram recursos para a educação, foi preciso que houvesse uma ação pública para que a escola de segundo grau voltasse a funcionar. Foi uma lástima o que vi na quinta-feira à noite, em Nova Ipixuna.

Mas quero mandar um abraço aos Vereadores Jenerias Santos, do PSDB; Idelfonso Costa; Chico Maximiano; às Vereadoras Francisca Chagas Santos (Chaguinha) e Loide do Dirção, que estavam lá conosco, junto com o hoje Vice-Prefeito e também Vereador Tião da Renata, e mandar um abraço ao Jair Silva, Presidente do nosso PSDB.

Estivemos lá, Senador Antonio Carlos Valadares, com os Deputados Federais Wandenkolk Gonçalves e Asdrúbal Bentes, do PMDB, subindo no palanque contra o PT, e os Deputados Estaduais José Mengale, Suleima Pegado, Maria Alves, nossa querida Tetê, João Salame, a ex-Deputada Elza Miranda que foi a mais votada naquele Município.

Então, meus amigos de Nova Ipixuna, uma nova vida começa para vocês a partir da posse do nosso querido Prefeito Alvarenga. Parabéns a Nova Ipixuna, que não se deixou intimidar pela ameaça que a Governadora fez do palanque e mostrou que o povo de Nova Ipixuna tem independência e não quer o PT governando, pois o Município estava totalmente abandonado.

Mas vamos falar de CPMF, Senador Valadares! Vamos falar de CPMF! Senador Heráclito Fortes, V. Exª é um dos grandes defensores da extinção dessa Contribuição.

Senador Valadares, sou católico praticante e vou à missa todos os domingos, quero, então, citar um fato que me ocorreu. Domingo passado, Senador Mão Santa, para surpresa minha, assistindo à missa, na homilia do padre, ele fez um pedido para que os Parlamentares derrubassem a CPMF. E sabe o que aconteceu, Senador Antonio Carlos Valadares? Nunca tinha visto isso. Sabe o que aconteceu, Senador Heráclito Fortes? As pessoas que estavam assistindo à santa missa aplaudiram o padre; o padre foi aplaudido, porque pediu que a CPMF fosse extinta. Esse é o sentimento de todos os brasileiros. Por onde andamos só se fala nisto: "Senador, é preciso extinguir a CPMF. Senador, não agüentamos mais essa carga tributária". Aí, vemos aqui que os defensores hoje da CPMF são exatamente aqueles que eram contra sua criação. Exatamente aqueles!

Dizem que, se for extinta a CPMF, os Estados menos favorecidos ou mais pobres serão prejudicados pelos repasses para todas as áreas. Agora são todas as áreas, não se fala mais somente na saúde. Não vamos enganar a população! Os recursos da saúde são constitucionais, eles terão de ser transferidos pela União com ou sem a CPMF.

O que é que o Governo fez? Como foi criada a CPMF, ele colocou os recursos da CPMF e retirou os recursos do Tesouro, em vez de acrescentar os recursos da CPMF. Se o Presidente Lula dissesse "vamos manter o mesmo valor que foi repassado no exercício de 2007 para a saúde e vamos acrescentar os recursos da CPMF, ou seja, vamos aumentar o valor dos recursos para a saúde", votaríamos pela CPMF, mas não é esse o caso. É caixa único. Lamentavelmente, a CPMF entrou no caixa único do Tesouro. Aí tanto faz se é CPMF, imposto de renda, IPI. O Governo vai lá e pega quase R$1 trilhão. Um trilhão de reais, brasileiros e brasileiras, é o que a União vai arrecadar este ano, porque, até no começo de novembro, já estava em mais de R$800 bilhões. Então, quase R$1 trilhão. O Governo vai lá e saca os recursos necessários à saúde para atender aos Estados mais necessitados, porque, como bem disse o Senador Heráclito Fortes, a redistribuição dos recursos tem de ser feita pela União, já é feita no FPM, já é feita no FPE.

Os Estados recebem a relação inversa da sua capacidade financeira: quanto mais pobres, mais recebem do FPE; quanto mais pobres, mais recebem do FPM. Então, é por aí que tem de ser feita a distribuição.

Não adianta dizer que só os que têm conta bancária é que pagam CPMF. Outra falácia! Ao derrubarmos a CPMF, Senador Demóstenes Torres, sabe quem vamos atender? Aos onze milhões de assistidos pelo Bolsa-Família, Senador Valadares. Sabe por quê? Porque o valor que eles recebem do Bolsa-Família vai ter um aumento indireto, porque os produtos que eles compram – e são produtos de primeira necessidade...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... o pão, o arroz, a farinha, o feijão – já estão com a CPMF embutida várias vezes no seu preço final, e ela vai ter de ser expurgada. Com o Bolsa-Família, vão poder comprar mais.

Outro ponto que é batido aqui e já foi dito pelo Presidente de forma lamentável é que quem é contra a CPMF é a favor da sonegação. Se fosse por isso, manteríamos a alíquota apenas fiscalizatória de 0,01% para a CPMF, mas nem isso é preciso. Ela é realmente valiosa como instrumento de fiscalizatório, mas o ex-Secretário da Receita, Dr. Everardo Maciel, no jornal *Valor Econômico* de hoje, disse que, para alcançar o mesmo efeito sem a existência da CPMF, basta o Governo regulamentar, Senador Heráclito Fortes, por decreto, o art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 2001, que estabelece:

> Art. 105. O Poder Executivo disciplinará os critérios segundo os quais as instituições financeiras informarão à administração tributária da União as operações financeiras efetuadas pelo usuário de seus serviços.
>
> O grande economista, tributarista, ex-Secretário da Receita, Dr. Everardo Maciel diz que, extinta a CPMF, basta o Governo regulamentar o art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 2001, que está resolvido o problema fiscalizatório.
>
> O que ocorre, Senador Antonio Carlos Valadares, na realidade...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente Antônio Carlos Valadares.

Ao derrubar a CPMF, vamos dar um presente de Natal, que se aproxima, para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro. Vamos começar a fazer a reforma tributária, vamos começar a fazer a redução da carga tributária. E o Governo do Presidente Lula, com sua competência, vai exatamente fazer com que seus gastos sejam diminuídos, sejam mais bem qualificados, para que ele possa continuar atendendo dentro dos seus programas de aceleração de crescimento, que são vários, sem onerar a sociedade brasileira com a CPMF.

Tenho certeza...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... absoluta de que votaremos, não só eu, mas todos os Senadores, pela extinção da CPMF com a consciência tranqüila de que estamos cumprindo o dever que a população brasileira nos confiou, nos atribuiu, por meio da nossa representação no Senado Federal.

Falta uma semana só. Na semana que vem, deveremos votar e festejar com o povo do Brasil a extinção da CPMF,

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Senador Demóstenes Torres, definitivamente, o Governo do PT e o Governo Lula casaram-se com o capitalismo, com o poder econômico, e dele não querem mais se afastar. Se examinarmos o que acontece em cada semestre no País, veremos que ocorre uma corrida de bancos para saber quem lucrou mais. É um negócio totalmente desproporcional.

Ontem, Senador Mão Santa, foi o início das atividades da tevê digital no Brasil. Bonita festa! Merecida festa! Realmente, é um avanço histórico para o País. Merecia todas as comemorações. Acho até que foi uma festa modesta. Porém, Senador Flexa Ribeiro, o que não se pode aceitar, em nenhum momento, é o que o Presidente da República prometeu ontem, Senador Valadares. Disse Sua Excelência que ia colocar R$1 bilhão – recursos do BNDES e, portanto, do povo brasileiro – à disposição das lojas de varejo para diminuir o impacto do preço dos conversores. Sr. Presidente, fazer isso é estimular os exploradores, é estimular o preço descabido para esse produto.

Pois bem, o Ministro das Comunicações, Sr. Hélio Costa, estimulou as pessoas a não comprarem o conversor lançado, porque não compreendia como é que, no Japão, o conversor é vendido por US$60,00 o mais caro e, no Brasil, entre os colocados à venda, os mais baratos são vendidos a mais de R$500,00

Ora, se isso é verdade, Senador Demóstenes, o Governo tinha de tomar providências enérgicas contra os exploradores do povo, não permitindo que as indústrias praticassem preços astronômicos. A posição do Governo é outra. Não é tirar dinheiro do BNDES, responsável pela promoção do desenvolvimento do País, e colocá-lo para mascarar e facilitar o lucro dos especuladores.

A partir do momento em que o Ministro das Comunicações reconhece o preço justo do conversor, e o Governo permite a venda a preço triplicado, o Governo está cometendo um crime de omissão e de conivência. Não pode permitir que isso aconteça. Se um cidadão for à Justiça, for ao Procon, mostrando as declarações do Ministro e o que pagou pelo conversor, ele poderá pedir inclusive reembolso por perdas e por danos.

O Governo precisa deixar a máscara de defensor do pobre e do oprimido e parar de encher o bolso dos ricos. Essa é uma questão clássica. Não podemos aceitar, Senador Mão Santa, que um conversor custe R$1.000,00, e o Ministro das Comunicações, nosso colega, reconheça que esse valor é exorbitante. Cadê o poder do Governo? O controle do Governo com relação a abusos? O Ministério da Justiça por meio do Cade?

Quero chamar a atenção deste fato por considerá-lo grave e achar uma temeridade e uma irresponsabilidade: o BNDES utiliza seu dinheiro para fomentar a indústria nacional, para mascarar os lucros excessivos dos piratas e dos tubarões que querem se aproveitar do povo brasileiro.

Pensei que o Presidente, no momento solene de ontem, Senador Flexa Ribeiro, fosse dizer que não admitiria no País a prática de exploração dessa natureza contra o sofrido povo brasileiro. Mas, não. Estimulou. Estimulou de maneira indireta, estimulou colocando uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para amortecer – Deus sabe como! – o impacto para o comprador do conversor e aliviar o lucro, já excessivo e exorbitante, do fabricante inescrupuloso.

Essa é uma questão que precisa ser analisada e meditada por este Governo. Bastam os lucros que os bancos passam a ter, disputando, a cada semestre, numa corrida desesperada, quem teve o maior deles. E, em sentido contrário, a Caixa Econômica está amargando prejuízo e redução de lucros injustificáveis.

Meu caro Senador Demóstenes, V. Exª, que, durante muito tempo, foi promotor, sabe exatamente o que é a dor dos que não têm voz, V. Exª sabe exatamente o que é a ansiedade de um povo vocacionado para o consumo querer chegar a uma nova conquista e se ver forçado a comprar um produto cujo preço o próprio Ministro, responsável pela área de lançamento, já confessa, de antemão, à Nação brasileira que é inconcebível e inaceitável. Por que concorda? Por que autoriza a fabricação do produto? Por que não cassa o registro?

É um fato que o Governo precisa explicar à população. Afinal de contas, nada há que justifique um fato dessa natureza, e o financiamento é, acima de tudo, inaceitável e contrário ao espírito que norteia o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), alimentando um ciclo vicioso entre o capital, no Brasil, e seu povo.

É muito fácil financiarem-se os varejistas para se amortecer o prejuízo do consumidor e apenas camuflá-lo. Seria muito mais claro, muito mais lógico, muito mais sincero o Governo assumir e subsidiar, se fosse o caso – mas também não o é. Não o é, porque o Ministro das Comunicações, que estudou durante vários anos, reconhece que o preço de um mesmo conversor, o de melhor qualidade, no Japão, é de R$60,00. Multipliquem os impostos, façam a conta que quiserem, que, no Brasil, esse valor não poderia ser acima de R$300,00. Daí para a frente é esperteza.

É preciso saber, meu caro Presidente Antonio Valadares, quem vai lucrar com isso, quem vai receber as diferenças desse preço, antecipadamente reconhecido por autoridades do Governo. Com a palavra o Presidente da República, que se mostra tão sensível às causas populares. Tenho a certeza de que Sua Excelência não foi alertado para este fato, para este crime grave que o levaram a cometer: o de colocar à disposição o dinheiro do povo brasileiro, a serviço de especuladores, desta vez, os especuladores da tecnologia, que apostam no País para tirar proveito, de maneira impiedosa, da miséria do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão, em primeiro turno.

A matéria retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 359 do Regimento Interno, para exame das emendas apresentadas em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos em virtude do término regimental da sessão:

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 94, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao bra-*

sileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.*

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer nº 850, de 2007 – CCJ, Relator Senador Eduardo Suplicy, favorável à matéria.

12
SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que *altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais).*

Parecer nº 994, de 2007, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

13
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro.*

Parecer nº 998, de 2007, da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar.

14
REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial.*

(Apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 995, de 2007)

15
REDAÇÃO FINAL DA EMENDA DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2007, de autoria do

Deputado Antonio Carlos Biscaia, que *altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, (exclui do ordenamento jurídico o instituto da prescrição retroativa).*

(Apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 996, de 2007)

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que *revoga o art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Retirando a obrigatoriedade de submeter ao duplo grau de jurisdição as sentenças que forem desfavoráveis à Administração Pública).*

Parecer nº 266, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável à matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que *acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).*

Parecer sob nº 1.792, de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2005 (nº 1.906/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia da Amazônia.*

Parecer favorável, sob o nº 993, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2005 (nº 2.706/2003, na Casa de origem), que *dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.*

Parecer favorável, sob nº 540, de 2006, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator *ad hoc*: Senador Luiz Pontes.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2006 (nº 4.070/2004, na Casa de origem), que *denomina o trecho da BR – 235 entre a cidade de Aracaju e a divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia "Rodovia Padre Pedro".*

Parecer favorável, sob nº 843, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que *acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.*

Parecer sob nº 436, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2006 (nº 3.779/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a gratuidade na apresentação da Declaração Anual de Isento e dá outras providências.*

Parecer sob nº 927, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2006 (nº 3.133/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação*

à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Parecer favorável sob o nº. 105, de 2007, da Comissão de Assunto Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Papaléo Paes.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2006 (nº 3.827/2004, na Casa de origem), que *denomina "rodovia Governador Leonel de Moura Brizola" o trecho da BR-386, compreendido entre as cidades de Canoas e Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Parecer favorável, sob nº 928, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 850, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2005)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.*

Pareceres sob nºs 1.359 e 1.360, de 2005, da Comissão de Educação, 1º pronunciamento: Relator: Senador João Capiberibe, contrário; 2º pronunciamento: Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel, favorável à matéria.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007 (nº 220/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 27 de janeiro de 1995.*

Parecer favorável, sob nº 381, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

27

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2006, do Senador Valdir Raupp, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Advogado Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição, que seja levado ao conhecimento do homenageado, à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.*

Parecer favorável, sob nº 921, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio.

28

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 378, de 2007, do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao povo do Timor Leste, bem como ao Presidente Xanana Gusmão e ao Primeiro Ministro Ramos Horta.*

Parecer favorável, sob nº 922, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

29

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, nos termos regimentais, seja apresentado voto de solidariedade aos membros dos partidos de Oposição do Zimbábue – Movimento para a Mudança Democrática (MDC) e da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – que estão sofrendo um grave cerceamento de sua liberdade, materializado pelo tratamento desumano que recebem dos órgãos de repressão do Governo.*

30

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.214, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Exmº Sr. Ministro Celso Amorim, pela indicação do Exmº Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.*

31

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 624, de 2007, do Senador Sérgio Guerra, solicitando voto de congratulações e solidariedade ao Ministro das Relações Exteriores pela indicação do Senhor Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro, como representante único do Governo Brasileiro, para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas – OMA.

Parecer favorável, sob nº 923, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.400, DE 2007

Requer Voto de Aplauso aos jornalistas Douglas Tavolaro e Christina Lemos, pelo lançamento do livro "O Bispo", em que retratam a vida e a obra de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e um dos empresários de comunicação mais importantes do País.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso aos jornalistas Douglas Tavolaro e Christina Lemos, pelo lançamento do livro "O Bispo", em que retratam a vida e a obra de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e um dos empresários de comunicação mais importantes do País.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos homenageados, da Rede Record de Televisão, bem como do personagem do livro, Edir Macedo.

Justificação

Edir Macedo é nome dos mais conhecidos no País. Praticamente todo mundo sabe que é o fundador da Igreja Universal do Reino de Deus e muita gente também sabe que é o proprietário de uma das principais redes de televisão do País: a Rede Record de Televisão. Mas pouca gente conhece a sua vida, a sua trajetória na área religiosa e no mundo empresarial. Agora, com o livro "O Bispo", se vai conhecer. A obra consiste numa reportagem biográfica e autorizada, produzida por Douglas Tavolaro, diretor de Jornalismo da Rede Record, e Christina Lemos, repórter especial de Política, há 13 anos, da Rede Record. Sucesso desde o lançamento, e de leitura agradável, o livro mostra a trajetória de Edir Macedo e como ele conseguiu se tornar um dos principais empresários de comunicação do País.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.401, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para os vencedores dos prêmios vinculados ao projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE", concedidos pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e agências das Nações Unidas no Brasil, em função do Dia Mundial de Combate a AIDS. Em especial para:

1) CEFET de Santa Catarina, com o projeto "A Prevenção passa pela Educação".

2) Escola de Educação Básica Dr. Theodureto C. Faria Souto, de Dionísio Cerqueira – SC, representada pela aluna Roberta Maran Perins.

3) Escola Educação Básica Ana Gondim, de Laguna – SC, representada pelo aluno Ismailer dos Santos.

4) Menção Honrosa ao Centro de Educação de Jovens e Adultos, de Videira – SC, representada pelo aluno Clemari Santos.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª falará por cinco minutos?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para me congratular com o povo venezuelano pelo rotundo "não" dado ao histriônico Presidente Hugo Chávez no plebiscito realizado ontem, domingo, barrando seu projeto ditatorial de perpetuação no poder.

Mais de 50% dos eleitores venezuelanos disseram "não" às esdrúxulas propostas de mudança na Constituição venezuelana, contrariando três pesquisas de boca-de-urna, Senador Heráclito Fortes, e as declarações de Chávez e de seus Ministros. Soberanamente, disseram "não" à possibilidade de Chávez concorrer indefinidamente à reeleição e à concessão de poderes extraordinários para restringir a liberdade de expressão durante os estados de exceção, propostas às quais se opunham até mesmo alguns membros do governo.

Embora Hugo Chávez continue popular e poderoso, essa foi a primeira derrota sofrida por ele em nove anos. Apesar da derrota, Chávez já declarou que sua proposta continua viva, o que sinaliza sua intenção de continuar lutando para implantar na América do Sul seu modelo autoritário de estado.

Acho que a lição de democracia do povo venezuelano deve servir de alerta a todos aqueles que se acham ungidos e perdem a noção dos limites impostos pela democracia. É ótima lição para o ex-Ministro José Dirceu, que disse, Senador Antonio Carlos Valadares – e sei que V. Exª não compactua com isso –, antes de votar na eleição interna do Partido dos Trabalhadores, que um terceiro mandato para o Presidente Lula é legal e constitucional. Digo que não o é, por uma simples questão: o povo não quer.

Na Venezuela, uniram-se estudantes, trabalhadores, ONGs, empresários, partidos de oposição, o clero católico, antigos aliados e até a ex-mulher de Chávez, normalmente leal a ele, todos dizendo "não" à proposta de eternização no poder. No Brasil, não será diferente.

Precisamos ficar em alerta permanente, para que não haja nenhum tipo de cumplicidade do nosso País com as artimanhas do Presidente Chávez, que estão paralisadas apenas "por enquanto", como ele já afirmou.

Bem disse a Senadora Marisa Serrano em seu pronunciamento sobre a entrada da Venezuela no Mercosul:

> O nosso País, tenho a certeza, sempre trabalhou pela democracia e, principalmente, com diplomacia, por intermédio do Itamaraty, e vai continuar a fazê-lo. E esta Casa tem de ser uma trincheira em busca da paz, da democracia, dos bons princípios, da boa convivência, da séria convivência com os nossos vizinhos países.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estava certo o Sr. Teodoro Petkoff, economista e político venezuelano, hoje um dos principais nomes da oposição a Chávez. Diz ele:

> Chávez faz muito barulho. Mas é o ruído que faz um barril vazio quando roda pelas ruas. A corrente principal das grandes forças democráticas de esquerda da América Latina não é sensível ao discurso de Chávez, que só chamo de esquerda por comodidade. No comportamento concreto de Chávez, há mais elementos fascistóides que de esquerda.

A propósito, eu gostaria de dizer ao meu amigo, nobre Senador Suplicy, que já não se encontra no plenário, que o requerimento de voto de aplauso ao Rei Juan Carlos pela sua conduta na Cúpula Ibero-Americana, que apresentei e que foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prescinde de sua assinatura. O Senador Eduardo Suplicy se posicionou contrariamente após o resultado ter sido promulgado pelo Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas ele prescinde da sua assinatura, Senador Eduardo Suplicy. Sabe por que, Senador Eduardo Suplicy? O povo venezuelano, indiretamente, deu seu endosso. O povo venezuelano endossou o aplauso ao Rei Juan Carlos, da Espanha, quando disse para o Presidente Chávez: "Por que não te calas?". O povo venezuelano foi sábio e, como afirmou Leopoldo López, o popular prefeito de um dos distritos de Caracas: "A Venezuela disse 'não' ao socialismo. A Venezuela disse 'sim' à democracia".

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que espero que o exemplo da Venezuela seja assimilado pelos governantes...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, tenho de encerrar a sessão às 20 horas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Que o exemplo da Venezuela seja assimilado pelos governantes latino-americanos, para que não tentem, por meios golpistas, impedir a alternância no poder! Que Chávez esteja realmente conformado com a derrota e deixe o poder em 2013, antecedido pelo Presidente Lula em 2010!

Parabéns ao povo venezuelano!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares, a bem da verdade, a conceituada revista *Veja,* publicou uma frase minha de maneira incompleta. Disse a revista: "O PT não sabe governar nem o Brasil, nem o Pará". Mas também citei o Piauí. Tanto isso é verdade, que publicou a *IstoÉ Dinheiro: "*Piauí na lanterna da renda *per capita*".

Isso é uma vergonha. Quando governei o Piauí, coloquei todos os índices do Estado na dianteira do Maranhão e alguns na dianteira do Rio Grande do Norte e de Alagoas. Agora, voltamos.

Então, a frase completa é: "O PT não sabe governar o Brasil, o Pará e o Piauí".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Marconi Perillo, Romero Jucá e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º, do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, "Diogo, o traíra", publicado pela revista *Veja* de 26 de setembro do corrente.

No artigo, o jornalista Diogo Mainardi ironiza a política Lulista e Bolivariana, que se tenta implantar no Brasil e na Venezuela. Acusado, por um grupo de estudantes, de ser "o traíra da América Latina", Mainardi responde: " A única coisa boa a fazer na América Latina é emigrar. Quem declarou isso foi Simon Bolívar, alguns dias antes de morrer de tuberculose. Claro que concordo. Já emigrei no passado. Emigrarei muitas vezes no futuro. Eu sou um legítimo bolivariano."

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como segundo assunto, quero comentar o artigo intitulado, "O fim da reeleição une Serra, Aécio e Lula", publicado pela revista *Época* de 08 de outubro do corrente.

No artigo o jornalista Ricardo Amaral afirma que depois da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre fidelidade partidária o congresso terá que, constrangido, retomar o debate sobre a reforma política, depois de dez anos de tentativas frustradas, para não entregar ao judiciário a faculdade de fazer leis, a razão de ser do Legislativo. O jornalista acredita, ainda, no fim da reeleição. "Nem governo nem oposição querem que seu candidato à Presidência em 2010 seja reeleito quatro anos depois."

Sr. Presidente, solicito que os artigos acima citados sejam considerados parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Diogo, o traíra

Dei uma sanfona a meu filho de 6 anos. Agora ele está determinado a tocá-la na rua, pedindo esmola aos passantes. Creio que seja efeito do lulismo. Até a classe média já pensa em mendigar.

A sanfona foi comprada no Rio Grande do Sul. Na última segunda-feira, participei de uma palestra sobre o papel da imprensa, na PUC de Porto Alegre. Fiz a pantomima de sempre: ofendi Lula e meia dúzia de jornalistas adesistas. A certa altura, uns manifestantes me interromperam com o brado:

— Diogo, traíra da América Latina!

A única coisa a fazer na América Latina é emigrar. Quem declarou isso foi Simon Bolívar, alguns dias antes de morrer de tuberculose. Claro que concordo. Já emigrei no passado. Emigrarei muitas outras vezes no futuro. Eu sou um legítimo bolivariano. Só tenho de dar um jeito de morrer de tuberculose. No mesmo documento, Simon Bolívar declarou também que os países do continente seriam dominados por tiranos rasteiros e por massas desenfreadas.

— Bolívar, traíra da América Latina!

A propósito de tiranos rasteiros, Hugo Chávez, que alega inspirar-se em Simon Bolívar, mandou refazer todos os livros de história de seu país, a fim de preparar os alunos venezuelanos para o socialismo moreno, ou seja lá como se chama o que ele propõe. Lula está bem mais adiantado do que Hugo Chávez. Como mostrou Ali Kamel, em *O Globo*, nossos estudantes aprendem desde cedo a glorificar Mao Tsé-tung, Fidel Castro, o MST, o comunismo soviético e Ziraldo.

Falsificar a história é uma prática corriqueira entre nós. Quando passei por Porto Alegre, um bando de gaúchos estava acampado à beira do Guaíba, bebendo mate e tocando sanfona, em homenagem ao aniversário da Guerra dos Farrapos. No *Correio do Povo*, Juremir Machado da Silva definiu a Farroupilha como sendo "a guerra civil que perdemos, assinamos um acordo de empate e comemoramos como se tivéssemos vencido".

Uma das figuras mais características da Guerra dos Farrapos é o maestro Mendanha. Ele era o regente da fanfarra imperial. Depois de ser capturado pelas tropas farroupilhas, aceitou musicar o hino do inimigo. O maestro Mendanha é o paradigma do artista nacional: rendido, medroso e traidor. Para compor o hino riograndense, ele roubou a melodia de uma valsa de Strauss. Portanto: rendido, medroso, traidor e plagiário.

> ***"A única coisa a fazer na América Latina é emigrar. Quem declarou isso foi Simon Bolívar, alguns dias antes de morrer de tuberculose. Claro que concordo. Já emigrei no passado. Emigrarei muitas outras vezes no futuro. Eu sou um legítimo bolivariano"***

Gilberto Gil é o maestro Mendanha do lulismo. Assim como o maestro Mendanha pirateou a valsa de Strauss, Gilberto Gil defendeu normas mais elásticas para a pirataria na internet. Uma pesquisa recente do Instituto Ipsos indicou Gilberto Gil como o ministro mais popular de Lula. Isso aconteceu depois de o Ministério da Cultura ficar paralisado por mais de quatro meses, por causa da greve de seus funcionários. Museus, bibliotecas, teatros e cinemateca permaneceram fechados. Se é assim que funciona, é melhor fechá-los de vez. Economizaremos um baita dinheiro. E ninguém sentirá falta deles. *Os lobistas da cultura sempre* repetem que o estado precisa financiar arte, literatura, cinema. Precisa nada. Passamos perfeitamente bem sem isso tudo. Se os artistas quiserem, podem tocar sanfona na rua e arrecadar umas moedinhas.

Ouça Diogo Mainardi em www.veja.com.br/diogomainardi

O fim da reeleição une Serra, Aécio e Lula

Ricardo Amaral é repórter especial de ÉPOCA em Brasília. **ramaral@edglobo.com.br**

DEPOIS DA DECISÃO DO SUPREMO Tribunal Federal sobre a fidelidade partidária na semana passada, o Congresso está constrangido a retomar o debate sobre a reforma política. Terá de fazê-lo, depois de dez anos de tentativas frustradas, para não entregar ao Judiciário a faculdade de fazer leis – a razão de ser do Legislativo. No repertório de mudanças possíveis, há bons motivos para apostar que o princípio da reeleição, introduzido no Brasil por emenda constitucional em 1997, está com os dias contados. Infelizmente, o Congresso não deve chegar a essa decisão por meio do balanço de perdas e ganhos que a reeleição proporcionou, mas simplesmente porque ela não serve mais ao governo nem à oposição.

Há 34 propostas de emenda constitucional tramitando na Câmara com o objetivo de acabar com a reeleição e nove para torná-la mais restrita. A que mais avançou é a do deputado Jutahy Junior, do PSDB da Bahia. Jutahy é um dos políticos mais próximos ao governador José Serra, derrotado pelo presidente Lula em 2002 e novamente pré-candidato ao Planalto. O PSDB tem outro pré-candidato, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves. O fim da reeleição facilitaria um acordo entre ambos. Caso a reeleição acabe, o candidato tucano de 2010 poderá ceder a vaga ao preterido na sucessão presidencial seguinte, em 2014. Ou em 2015, caso os mandatos no Executivo passem a ser de cinco anos, como propõe o deputado Jutahy.

Do lado do governo, o cálculo é semelhante. A coligação lulista de 11 partidos precisará manter-se o mais coesa possível para enfrentar a oposição. A três anos das eleições, Serra lidera as pesquisas de intenção de voto com boa margem sobre o mais bem colocado entre os governistas, o deputado Ciro Gomes, do PSB. Os outros nomes do lulismo têm o apoio das poderosas estruturas do PT e do PMDB. Uma acomodação de interesses do condomínio governista também deve se dar em torno de compromissos futuros, seja qual for a chapa de Lula para 2010.

Nem governo nem oposição querem que seu candidato à Presidência em 2010 seja reeleito quatro anos depois

O fim da reeleição preservaria ainda o próprio Lula para uma viagem de retorno em 2014 (ou 2015), quando ele estará na casa dos 70 anos. Na medida em que amadurece na Presidência, Lula vai alimentando o culto de Getúlio Vargas. No momento, ele está fixado no período em que o ex-ditador, apeado do poder mas com um aliado, Eurico Dutra, na Presidência, descansava em São Borja aguardando o chamado para voltar "nos braços do povo". Para virar realidade, o "projeto Getúlio" de Lula tem de passar pela eleição do sucessor, seja do PT ou não, e pelo fim da reeleição.

Também tem surgido um debate com sinal contrário, apontando para uma mudança de regras que permitiria a Lula disputar um terceiro mandato consecutivo em 2010. Não há defensores públicos da idéia, mas isso não quer dizer que ela não exista. Quem mais fala nessa hipótese é quem mais a teme: os dirigentes do DEM (ex-PFL) e os tucanos próximos ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Eles acreditam na maquinação do terceiro mandato como os exorcistas crêem na encarnação do diabo – e por isso a esconjuram.

Dez anos atrás, no comando de uma grande aliança partidária e sem um nome capaz de mantê-la unida, FHC patrocinou a emenda constitucional que lhe permitiu conquistar o segundo mandato, em 1998. Por que Lula, em circunstâncias semelhantes, não se valeria do mesmo recurso? Por três vezes neste ano, jornalistas fizeram a pergunta ao presidente. Por três vezes ele negou a pretensão de mudar a regra em benefício próprio, mas o demônio da suspeita está à solta. Se quiser prendê-lo outra vez na garrafa, Lula pode acabar se juntando a Serra e a Aécio na defesa do fim da reeleição.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "MPs trancam 85% das sessões do Senado", publicada no *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 24 de setembro do corrente.

A matéria destaca que de 84 sessões deliberativas da atual legislatura, 69 estiveram travadas. É o maior índice desde que Lula chegou à Presidência.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MPs trancam 82% das sessões do Senado

De 84 sessões deliberativas da atual legislatura, 69 estiveram travadas, maior índice desde que Lula chegou à Presidência

Pela Constituição, as MPs travam votações na Casa porque ganham prioridade na pauta caso não sejam analisadas em até 45 dias

FERNANDO BARROS DE MELLO
DA REDAÇÃO

O resumo do ano no Senado não é dos mais animadores para o Palácio do Planalto. Quando a CPMF chegar por lá, os governistas deverão encontrar uma pauta trancada, o que pode obrigá-los a abrir mão de medidas provisórias, como aconteceu na Câmara.

Levantamento feito pela **Folha** mostra que, até o dia 13 de setembro, de 84 sessões deliberativas da atual legislatura do Senado, 69 estiveram trancadas por MPs (82,14%). Na opinião de cientistas políticos, isso ocorreu em um ano marcado por dificuldade em votações e ausência de aprovações importantes no plenário. Por esse motivo, complementam os especialistas, a prorrogação da CPMF no Senado torna-se o maior embate político do segundo governo Lula até aqui.

As MPs normalmente travam as votações do Senado porque, pela Constituição, ganham prioridade na pauta caso não sejam analisadas em 45 dias, prazo que é esgotado quase sempre na Câmara, por onde as MPs começam a tramitar.

O percentual de sessões trancadas no Senado é o maior desde que Lula chegou à presidência, em 2003. De acordo com dados do relatório da Presidência do Senado– documento que mostra a atividade da Casa a cada ano–, em 2006, 56,6% das sessões deliberativas foram "sobrestadas por medidas provisórias", enquanto, em 2005, foram 52,8%. Em 2004, o percentual chegou a 39,4% e, no ano anterior, a 35,8%.

Para aprovar uma emenda constitucional –como no caso da CPMF–, são necessárias votações em dois turnos na Câmara e no Senado, com aprovação mínima de três quintos das duas Casas.

"Na Câmara, a oposição conta com pouco mais de cem deputados. Por outro lado, a maioria governista no Senado é muito menos confortável e está perdendo eficiência com a sucessão de escândalos e a má condução de crises. Por isso, a votação da CPMF encontrará dificuldades", diz o doutor em ciência política pelo Iuperj José Luciano de Mattos Dias, que acompanha o Legislativo na consultoria CAC.

Ele acredita que "o presidencialismo de coalizão está em crise" porque "barganhas políticas", como indicações para cargos e liberação de emendas parlamentares, estão ficando cada vez mais "caras". "A pauta travada mostra a eficácia declinante desse sistema."

Segundo dados do site do Planalto atualizados na última sexta-feira, em 2006, foram 67 MPs enviadas e 61 convertidas em lei (algumas apenas em 2007). Em 2005, foram 42 enviadas e 34 convertidas (algumas em 2006). Já em 2003, 57 das 58 MPs enviadas foram convertidas no mesmo ano ou no começo de 2004.

Este ano, foram 52 MPs enviadas ao Congresso, das quais 30 foram convertidas em leis ordinárias– votação por maioria simples e em um turno nas duas casas. Na semana passada, três MPs foram revogadas para destravar a pauta na Câmara dos Deputados, o que permitiu ao governo votar a CPMF.

O cientista político Cristiano Noronha, que faz acompanhamento legislativo na Arko Advise, afirma que "a quantidade de leis ordinárias aprovadas este ano mostra que, apesar das crises, houve produção legislativa". Porém, ele ressalta: "O problema é que as leis são basicamente abertura de créditos extraordinários. São leis meramente burocráticas".

> O número de MPs não tem aumentado. O que está mais difícil é votar as MPs menos relevantes
>
> **LUCIANO DE MATTOS DIAS**
> cientista político da consultoria CAC

> O governo não tem tido colaboração tão grande da oposição e, apesar de ter o apoio nominal da maioria dos senadores, isso não se converte em apoio real
>
> **CRISTIANO NORONHA**
> cientista político da consultoria Arko Advise

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "O PT como ele é, de verdade" publicada na revista *Exame* em sua edição de 12 de setembro de 2007.

A matéria destaca que ao aceitar a denúncia feita pelo procurador-geral da República contra alguns dos principais caciques da legenda, o Supremo Tribunal Federal evidenciou o estado de agonia terminal em que se encontra o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VidaReal

J.R. GUZZO

O PT como ele é, de verdade

Ao aceitar a denúncia feita pelo procurador-geral da República contra alguns dos principais caciques da legenda, o Supremo Tribunal Federal evidenciou o estado de agonia terminal em que se encontra o Partido dos Trabalhadores

Acaba de ser passado pelo Supremo Tribunal Federal o atestado de óbito do PT na condição de partido político que tinha como compromissos, assumidos na sua fundação, em 1980, defender os trabalhadores, promover o socialismo e lutar pela causa do bem em geral. Com a decisão de aceitar a denúncia feita pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra 40 peixes graúdos do partido, do governo e do seu sistema de apoio, o STF deixa à vista de todos, enfim, as realidades de uma organização que após lutar por mais de 20 anos para conquistar o poder foi a pique assim que chegou lá. Continua a existir e continua mandando no governo, faz discurso e se reúne em convenção nacional, mas transformou-se em outra coisa. Sua marca principal, hoje, é ter na condição de réus, como corruptores ativos e quadrilheiros, um dos seus ex-presidentes e aquele que foi o mais importante ministro do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — além de estar associado, considerando-se o conjunto dos 40 denunciados, na prática de sete diferentes crimes previstos no Código Penal Brasileiro. No resto do tempo, dedica-se a arrumar empregos públicos para a companheirada, atender clientes e colocar-se a serviço do senador Renan Calheiros.

O Partido dos Trabalhadores entrou em agonia terminal quando um assessor graduado do ex-ministro José Dirceu, o homem mais forte do governo Lula, foi filmado tratando de receber propina de empresários do jogo. Entrou nessa agonia porque quis: em vez de repudiar com clareza a conduta do assessor e adotar uma postura de vigilância máxima para evitar a repetição de episódios do mesmo tipo, o governo e o PT optaram por formar uma barreira de proteção em torno do ex-ministro Dirceu. Fizeram isso por considerar que a "oposição de direita", apoiada pela "mídia" e pelas "elites", estava querendo aproveitar o caso para desestabilizar o governo. A partir daí não havia mais conserto possível para o estrago. A atitude de empurrar tudo para baixo do tapete foi interpretada como uma licença geral para delinqüir — e, inevitavelmente, a casa acabou caindo. Caiu no dia em que apareceu para todo o Brasil a foto de um diretor dos Correios recebendo e colocando no bolso um pacotinho de dinheiro dado a ele por um corruptor ativo. Daí passou-se ao mensalão, aos caixa 2 e à seqüência de crimes que desembocaram, enfim, na decisão tomada pelo STF na semana passada.

Durante todo esse período o PT não mudou nada e não esqueceu nada. Ficou, sempre, na mesma recusa em reconhecer a realidade e na mesma insistência em jogar a culpa nos outros. Contava, no fundo, com a impunidade, que é a regra no sistema judiciário do Brasil, onde a lei não atinge praticamente nunca os que têm influência e dinheiro para pagar advogados caros, como, aliás, os que desfilaram em defesa dos 40 diante do STF. Acabou dando tudo errado, duas vezes. Em primeiro lugar porque todos acabaram indiciados. Em segundo lugar porque desta vez, definitivamente, não vai dar para dizer que o governo es-

tá sendo vítima de uma conspiração. Não foi a mídia, a oposição de direita ou o movimento Cansei que nomearam seis dos dez ministros do STF que aceitaram a denúncia — foi o próprio presidente Lula, que, por sinal, acaba de nomear um sétimo membro para a Corte Suprema. Também foi Lula, e mais ninguém, quem nomeou para seu cargo o autor da denúncia, o procurador-geral Antonio Fernando de Souza. Os adversários do governo, portanto, não têm nada a ver com o que aconteceu. Como sair de uma sinuca dessas?

O episódio, naturalmente, não está encerrado. Agora os réus terão de ser julgados e para haver condenações suas culpas terão de ser provadas. Começa a fase do agravo de desembargo contra o embargo de desagravo, com todas as protelações garantidas pelo delirante sistema legal em vigor no país, e nem Deus sabe quando isso tudo vai acabar; pelo modo de operar da Justiça brasileira, um processo contra a base aliada do faraó Ramsés I estaria rolando até hoje. Desta vez, porém, os vagares do sistema judiciário não interessam a uma boa parte dos réus — ao contrário, são uma trava em suas carreiras políticas. Além disso, o simples fato de a história toda não ter sido enterrada já está de bom tamanho. É o que dá, no momento.

Coelhinho assado

Foi um alívio. O presidente Lula, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, prometeu que entregará a faixa a seu sucessor no dia 1º de janeiro de 2011, quando acaba o seu segundo mandato, e que não vai se candidatar a um terceiro, mesmo que "o povo" vá para as ruas exigindo que ele fique. "Não tem essa de o povo pedir", garantiu Lula. "Meu mandato termina no dia 31 de dezembro de 2010." O presidente aproveitou para dizer que todo político que começa a se julgar indispensável acaba por se transformar num "ditadorzinho" e que é a favor do princípio de alternância no poder, mesmo porque foi com base nele que chegou à Presidência da República. Por fim, e para deixar claro que não se deve contar mais com ele no Palácio do Planalto em 2011, Lula informou que já está pensando no coelhinho assado que vai fazer em São Bernardo depois de entregar o cargo. É verdade que, em sua declaração, Lula abriu mão de algo que não tem — um terceiro mandato exigiria que o Congresso aprovasse uma reforma na Constituição, tarefa complicada de executar, incerta nas conseqüências e perigosa para quem se mete com ela. Também é verdade que a entrevista a um jornal não é exatamente a mesma coisa que um pronunciamento oficial em rede nacional de rádio e televisão, com toque de 8 segundos e bandeira do Brasil ao fundo do cenário. Mas é o que existe de mais parecido, e quando se leva em conta como seria pior se o presidente estivesse dizendo o oposto, ou fugindo do assunto, é o caso mesmo de uma salva de palmas.

O alívio, na verdade, não está na expectativa de que o sucessor de Lula faça um governo melhor que o dele. Pode ser melhor, pior ou parecido — o que importa é que seja outro. Se for mesmo para valer, e é o tempo que vai mostrar isso, a garantia que o presidente da República acaba de dar dedetiza um foco de infecção do qual só poderia sair coisa muito ruim. O Brasil, como bem se sabe, já tem uma quantidade suficiente de problemas do jeito que está; não existe, portanto, a menor necessidade de criar outros, sobretudo do tipo que bate de frente com a democracia. Lula deu um aviso, já devido desde o começo da conversa torta sobre o "terceiro mandato", que não tem planos de ser um Hugo Chávez nem de tornar o Brasil parecido com a Venezuela. Não é pouca coisa, quando se considera a quantidade de gente, no partido do presidente e no lugar onde ele dá expediente, que lhe recomenda a necessidade de fazer precisamente isso – o "aprofundamento" da democracia, ao estilo dos companheiros bolivarianos. (É pouco provável que parem; trata-se, como dizia Churchill a respeito das mentes que só têm certezas, de pessoas que não mudam de idéia e não mudam de assunto.)

Seria uma beleza se a palavra dada em público pelo presidente acabasse de vez com o tema. Infelizmente, porém, a vida real da política brasileira não dá garantia firme a respeito de muita coisa. Na campanha em que se elegeu prefeito de São Paulo, para ficar num caso recente e de primeira grandeza, o candidato José Serra prometeu que iria cumprir seu mandato até o fim; menos de dois anos depois deixou a prefeitura, candidatou-se a governador do estado e hoje despacha diariamente no Palácio dos Bandeirantes. O próprio Lula já cansou de dizer uma coisa e fazer outra, ou esquecer o que disse, a ponto de ter se tornado mais ou menos inútil, na maior parte do tempo, prestar atenção no que diz. Até 2010 são três anos de caminhada, período mais que suficiente para o surgimento de todos os tipos de "fato novo". O "fato novo", como sabem todos, é qualquer coisa que permita a um político tirar da própria frente a chateação de compromissos anteriores e ir ao que realmente interessa, que é cuidar de si. A esperança é que, no caso da sucessão de 2010, Lula já esteja com a cabeça definitivamente feita. O presidente demonstrou em seu governo, mais de uma vez e diante de questões críticas, que é perfeitamente capaz de ignorar pressões a sua volta e optar pela decisão que julga ser a mais responsável. É torcer, agora, para que esse seja mais um caso do gênero — e ver se aquele coelhinho assado sai mesmo. ■

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi-me enviado pelo Basa – Banco da Amazônia – o Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2006 relativos ao FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

A publicidade desse tipo de informação é relevante na medida em que se cobra cada vez mais a eficiência por parte das políticas levadas a cabo pelo Estado.

A transparência é exigida pela sociedade em razão dos impostos cobrados e da obrigatoriedade de que esses tributos sejam revertidos em benefícios para todos – e não apenas para alguns poucos.

É conhecida, de longa data, a notória incapacidade de o Estado Brasileiro dar retorno, em termos de serviços e infra-estrutura econômica e social, das verbas que lhe são destinadas por meio de inúmeros tributos.

Os recursos do FNO, por exemplo, correspondem a 0,6% da parcela de 3% da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Esses recursos serviram, ao longo de 2006, para financiar dez programas, voltados para todos os campos de atividades econômicas, como agricultura, agroindústria, indústria, turismo, melhoria da infra-estrutura ou incentivo à exportação.

De acordo com o relatório do Basa, em 2006, foram financiadas vinte e nove mil operações de crédito, totalizando novecentos e oitenta e seis milhões de reais! As operações rurais representaram 99% do total do período. Além disso, os mini e micro produtores representaram 97% do total de contratações.

É relevante observar que a agricultura familiar, com 91% dos atendimentos, foi a grande beneficiária do FNO. Além disso, 26% das operações atenderam municípios tipificados como de baixa renda; 26% em estagnados de média renda; 39% em cidades consideradas como dinâmicas de menor renda e apenas 9% em cidades de alta renda.

Dentre os vários objetivos elencados pelo FNO podemos destacar os seguintes:

a) fortalecer e consolidar os arranjos produtivos locais;

b) aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;

c) agregar valor à produção regional;

d) ampliar a base produtiva e a arrecadação fiscal;

e) combater o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;

f) criar oportunidade para a introdução de novas tecnologias;

g) contribuir para a geração e aumento de excedentes exportáveis;

h) contribuir para reduzir as desigualdades regionais;

i) estimular o aproveitamento econômico das vocações regionais;

j) melhorar a qualidade de vida do produtor rural;

k) promover o desenvolvimento da região; e

l) conter o desmatamento desordenado.

Esses são os objetivos que me parecem mais significativos. Não creio ser importante tratar detalhadamente de cada um deles. Pelos dados apresentados, creio que podemos perceber que o BASA está desempenhando de maneira adequada o seu papel de fomentador do desenvolvimento regional.

Nesse intento, é importante destacar a especial atenção concedida aos estados do Acre, Amapá e Roraima, haja vista a existência de fatores de dificultam o desenvolvimento, como, por exemplo, as questões de caráter fundiário, vias de acesso ruins, mão-de-obra com baixa qualificação e baixa organização contábil das empresas.

Os resultados das ações do Basa têm-se refletido diretamente no incremento da renda e do emprego, agindo de maneira fundamental para a diminuição das desigualdades regionais.

Creio que o Estado Brasileiro finalmente entrou em uma nova era em termos de administração pública. Temos, como nunca dantes, um compromisso simultâneo com o desenvolvimento e com a responsabilidade com as contas públicas. Isso, em boa parte, se deve ao fortalecimento de agências de fomento, como o Basa.

Na condição de amazônida, fico esperançoso de que a região Norte cumprirá o seu destino de ser não apenas o pulmão do planeta, mas de também ser fonte de riqueza sustentável para milhões de brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

O Brasil não está acostumado ao planejamento de longo prazo, em grande parte por culpa de décadas de falta de estabilidade econômica, e também por uma questão cultural, porque muitos de nossos governantes não parecem se interessar pelo que vai além de seus mandatos.

Mas projetar e definir rumos para o futuro é tão importante quanto administrar o presente. É com o planejamento de longo prazo que nos antecipamos aos problemas, e é só por meio dele que seremos capazes de proporcionar um país melhor para as gerações que nos sucederão.

No Espírito Santo, sob a gestão do governador Paulo Hartung, felizmente o planejamento estratégico de longo prazo ocupa lugar prioritário entre os objetivos de governo. Há algum tempo foi lançado o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, um

macroplanejamento que traça metas para o Estado nos próximos 20 anos. Agora, o Estado deu outro passo significativo para facilitar o desenvolvimento, ao anunciar a elaboração do Peltes, o Plano Estratégico de Logística e Transportes do Espírito Santo.

Trata-se de um plano que fará um diagnóstico amplo do sistema de transportes capixaba, estudando as rodovias como um dos seus elementos, parte de um conjunto complexo, que inclui ferrovias, portos, aeroportos e cadeias produtoras de bens e serviços.

Com base nesse diagnóstico, que custará 4 milhões e 700 mil reais, a serem custeados pelo BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e ficará pronto em dois anos, será possível produzir um roteiro de investimentos públicos e privados para a área de logística no Estado.

Tenho especial orgulho, no período em que governei o Espírito Santo, da realização do último plano de desenvolvimento rodoviário, que dava ênfase à construção de novas rodovias e pavimentação das existentes, além da integração rodoferroviária e de projetos de eletrificação rural.

O novo plano de logística, apresentado esta semana pelo vice-governador Ricardo Ferraço, propõe uma visão abrangente, que permitirá criar uma rede de transporte bem articulada, definida por meio de intervenções planejadas, capaz de garantir o escoamento rápido de mercadorias.

Num Estado como o Espírito Santo, cuja economia está voltada principalmente para o comércio exterior, o planejamento logístico é fundamental para garantir a competitividade. Um sistema de transportes de baixa qualidade gera custos adicionais que podem inviabilizar qualquer estratégia de crescimento sustentado e inibir a atração de novos investimentos.

No Brasil, onde a infra-estrutura do sistema de transportes deixa muito a desejar, os gastos decorrentes destas deficiências representam um sério problema para quem exporta. As despesas com movimentação de cargas têm influência direta sobre o potencial competitivo, no mundo globalizado em que vivemos hoje. Precariedade ou insuficiência logística podem ser fatais para qualquer país. Só em 2005, o Brasil perdeu cerca de 5 bilhões de dólares em exportações, por causa de deficiências em sua infra-estrutura, segundo estimativa da Associação Brasileira de Terminais Portuários.

Diante desse quadro, a iniciativa do Governo do Espírito Santo é merecedora de elogios. A busca de alternativas para eliminar os entraves ao crescimento ordenado e duradouro, por meio de um diagnóstico minucioso, é o melhor caminho para fortalecer a economia capixaba.

SENADOR GERSON CAMATA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs.Senadores que constará da próxima sessão deliberativa Extraordinária, a realizar-se amanhã, 04 de dezembro de 2007, às 15 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Item Único

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 2007 (apresentado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como conclusão do Parecer nº 1.146, de 2007, Relator: Senador Jefferson Péres), que *determina a aplicação da pena de perda do mandato ao Senador Renan Calheiros, pelos fatos apurados nos autos da Representação nº 3, de 2007, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.*

Parecer nº 1.147, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela inexistência de quaisquer vícios de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade; e pela admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) –Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

3-12-2007

segunda-feira

11h30 – Senador Gerson Camata, PMDB/ES e membros da Diretoria da Aracruz Celulose S.A.;
Senhor Carlos Aguiar, Presidente e CEO;
Senhor João Felipe Carsalade, Diretor Comercial;
Senhor Carlos Alberto de Oliveira Roxo, Diretor de Sustentabilidade; Senhor José Luiz Braga, Diretor Jurídico; Senhor Carlos Alberto Vieira, Presidente do Conselho de Administração; Senhor Haakon Lorentzen, Acionista e Conselheiro
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12h00 – Senador Inácio Arruda acompanhado da Delegação de Parlamentares do Mercosul
Deputado Juan Domingues, Uruguai
Deputada Suzana Charlone, Uruguai,
Deputado Carlos Paoli, Paraguai e
Senhor Fábio Rodrigues, Secretário de Infra-Estrutura do Mercosul
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

14h30 – Reunião com o Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia e representante do Ministério da Defesa
Ministério da Saúde – Bloco G – Sala 508

16h00 – Ordem do Dia – Sessão deliberativa
Plenário do Senado Federal

ATA DA 209ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2007

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 185, de 15 de novembro de 2007)

RETIFICAÇÃO

Na ata, à página nº 40.229, 1ª coluna, na fala do Presidente referente à abertura da sessão,

Onde se lê:

"A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores."

Leia-se:

"A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores."

ATA DA 214ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2007

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 190, de 23 de novembro de 2007)

RETIFICAÇÃO

Na ata, à página nº 41.657, 1ª coluna, na fala do Presidente referente à abertura da sessão,

Onde se lê:

"A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Sras. e Srs. Senadores."

Leia-se:

"A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Sras. e Srs. Senadores."

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de 1º a 30 de novembro de 2007. **(Publicada em Suplemento à presente edição)**

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

(Publicadas em Suplemento à presente edição)

ATAS E NOTAS

DA CMEsp.

"MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS ATO CONJUNTO Nº 01, DE 2007, "DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL".

SUMÁRIO

ATA DA 21ª REUNIÃO – Realizada em 23-8-2007
ATA DA 22ª REUNIÃO – Realizada em 28-8-2007
ATA DA 23ª REUNIÃO – Realizada em 11-9-2007
ATA DA 24ª REUNIÃO – Realizada em 17-9-2007
ATA DA 25ª REUNIÃO – Realizada em 28-9-2007
ATA DA 26ª REUNIÃO – Realizada em 2-10-2007
ATA DA 27ª REUNIÃO – Realizada em 10-10-2007
ATA DA 28ª REUNIÃO – Realizada em 16-10-2007
ATA DA 29ª REUNIÃO – Realizada em 23-10-2007
ATA DA 30ª REUNIÃO – Realizada em 21-11-2007

Ata da 21ª Reunião realizada em 23 de agosto de 2007

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 23 de agosto de 2007, quinta-feira, às 9h55h, no Auditório do COPPE/UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, destinada à debater o tema desta reunião com o Setor Elétrico.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) **– Presidente**
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Sarney Filho (PV-MA)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom dia a todos. Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de comparecer aqui à COP, com representantes da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Câmara e Senado. Esta Comissão tem a presença, aqui, hoje, do Deputado Sarney Filho, a quem eu convoco para assumir a relatoria desta Audiência Pública.

Deputado Sarney Filho, por favor. Deputado Augusto Carvalho, do PPS do Distrito Federal, Deputado Adilson, Parlamentar representante do Estado do Rio de Janeiro.

Nós gostaríamos de agradecer oportunidade e dizer que esta Audiência faz parte de uma série de Audiências Públicas que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas tem realizado em todo o País.

A Comissão conta com o relator, o Senador Renato Casagrande. Nós tivemos um problema com relação à presença dos Senadores, embora esteja aqui presente toda a consultoria da Comissão do Senado, esta Audiência será acompanhada pela TV Senado, Agência Senado, TV Câmara, Agência Câmara. E como todos sabem, alguns fatos foram antecipados na pauta do Senado, e o Senador Renato Casagrande, infelizmente, também é o relator do caso que envolve o Presidente de Senado. Mas estamos aqui para cumprir, com muita satisfação, a nossa obrigação, e a Comissão veio para ouvir, trocar idéias e propor, no seu relatório final, que será apresentado no mês de dezembro, as considerações e a observação da COPPE com relação à geração de energia e os efeitos nas mudanças climáticas, das mudanças climáticas, e os conseqüentes efeitos, também, do aquecimento global.

Convido, com muito prazer, para compor a Mesa, o Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Diretor da COPPE, Secretário Executivo do Fórum de Mudanças Climáticas; o Deputado Augusto Carvalho, Deputado do PPS do DF; o Deputado Dr. Adilson Soares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Ato Conjunto número 001/2007 do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que esta Audiência Pública destina-se a discutir o tema do aquecimento global e analisar os desafios para o setor elétrico brasileiro, diagnóstico, medidas de controle e alternativas para o desenvolvimento econômico sustentável da região.

Aproveito para agradecer ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e ao Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e ao COPPE, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo apoio oferecido à Comissão, sem o qual não seria possível realizarmos esta Audiência.

Como havia dito no início desta Audiência, designo como relator *ad hoc* para esta Audiência, o Deputado Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente e Parla-

mentar do Partido Verde do Estado do Maranhão, para quem passo a palavra para suas considerações iniciais e, em seguida, nós teremos uma exposição do Professor Pinguelli Rosa, do Engenheiro Roberto D'Araújo, Consultor do Setor de Energia, e do Professor Marcos Freitas, Coordenador Executivo do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas.

Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Professor Luiz Pinguelli Rosa, é uma alegria e um prazer tê-lo aqui conosco. Todos nós conhecemos o excepcional trabalho da COPPE, não só no acompanhamento da questão climática, trabalho esse não começou hoje, não começou agora, já faz bastante tempo, quando o assunto do aquecimento global ainda não era do conhecimento de todos, ainda não tinha essa percepção por parte do cidadão, e nós viemos aqui, conforme disse o Presidente, muito mais para ouvir.

Então é dentro dessa perspectiva que esta Comissão se coloca. Vamos ouvir, acatar e aproveitar sugestões, corrigir e incorporar alternativas, para que a gente possa, como Parlamento, como órgão do Parlamento, auxiliar o Parlamento, para que o Parlamento não seja somente uma caixa de ressonância, o que deve ser das aspirações da sociedade, mas também um balizador, um delimitador de caminhos a serem percorridos no sentido de alcançarmos o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Então, Presidente, eu vou me guardar para mais tarde fazer alguns outros comentários.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Passo, então, agora, neste momento, a palavra ao professor Luiz Pinguelli Rosa, que fará a sua exposição inicial pelo tempo de 15 minutos.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Eu agradeço muito a presença aqui na nossa Instituição, da Comissão. Acho importante essa possibilidade. Vou tentar ser, como já delimitou o Presidente Deputado Eduardo Gomes, bastante conciso, o que não é fácil para mim, porque nós, inclusive, gostaríamos de fazer uma pequena visita em algumas instalações destinadas às energias renováveis e alternativas aqui na COPPE, como geração de energia elétrica com ondas do mar, a utilização de biodiesel para sistemas isolados na Região Norte, e outras pequenas coisas que poderiam ser vista com intervalo de tempo pequeno, compatível com a presença dos senhores Membros da Comissão aqui. Eu vou pedir para colocar – Quem é que está manejando aqui o *data show*? O *Power Point*? Colocar para mim o arquivo "Comissão".

Eu não sei se vai perturbar um pouco aqui os senhores.

Vivemos um momento importante. Com o debate sobre o Plano de Aceleração do Crescimento, há uma expectativa na sociedade, parece justificada, em aumentar o crescimento econômico do País, então a questão de energia elétrica se torna um problema crucial para o êxito desse programa.

O atual Governo suspendeu as privatizações; renegociou alguns contratos com a *El Paso*, em Manaus, que era um problema crítico; com Shell e Enron, começou a discuti-lo em Cuiabá; houve problemas ligados à AES, uma empresa aqui operando no Brasil, norte-americana, e que tinha um questão delicada com a Eletrobrás, a Eletronet, que foi pedida falência dessa empresa Eletronet, dado o abandono em que ficou com a saída a AES, que era sua controladora. A conclusão de termoelétricas e a aquisição pela Petrobras, o novo modelo do setor elétrico foi implementado, conclusão da obra de duplicação de Itaipu, e a colocação de duas novas turbinas em Itaipu. Há ainda a parceria de FURNAS em hidroelétricas como Peixe Angical e Simplício, expansão da transmissão significativa, o PROINFA, fontes alternativas eólicas, PCHs e termoelétricas e biomassa, e isso significou 3,3 gigabytes de potência, em andamento, um pouco atrasado, a luz para todos; e a troca do gerador de vapor de Angra I, que era uma peça crítica, que comprometia a segurança desse reator, e ele foi revitalizado com essa troca, que está sendo ultimada com a Areva, francesa, que ganhou a licitação.

Há problemas, entretanto. O número um é dificuldades ambientais das novas hidroelétricas.

Algumas heranças das privatizações e do racionamento. A transferência de rendas das estatais, o superávit primário compromete o investimento das empresas elétricas federais. Descontratação das geradoras, ou seja, havia contratos que, por determinação legal, a partir do ano 2003, foram sendo desfeitos entre geradoras e distribuidoras, e isso encareceu muito a energia para o consumidor brasileiro. Entraram fontes mais caras, contratos mais caros, no lugar dos anteriores. Houve o problema da dívida da AES no BNDES, bem, na época, conhecido, em 2003, um bilhão e 200 milhões de dólares. Alguns contratos antigos de termoelétricas e com o Cien; nós pagamos, aqui no Brasil, por exemplo, uma energia que não recebemos da Argentina; FURNAS paga a energia que não existe. Aliás, não só não recebe, como não existe, porque a Argentina está, ao contrário, recebendo energia do Brasil. Há contratos totalmente despropositados e que, infelizmente, foram mantidos. Termoelétricas também têm problemas semelhantes. Termoelétricas desligadas que recebem pela energia não geram, por força de contrato. Isso envolve, inclusive, a Petrobras.

O leilão de energia – Aqui embaixo eu estou lendo, os senhores não podem ler por causa das cadeiras -, energia velha foi vendida com um preço baixo demais. A energia velha, ela é energia existente de usinas que estavam sem mercado por causa da recessão que se seguiu ao racionamento. E a energia nova, muitas usinas de óleo combustível, biodiesel e carvão, que, no caso, que interessam aos senhores, são emissoras de gás de efeito estufa, além de mais caras e poluentes, por outras razões. Então o Brasil um pouco na contramão, saindo de hidroelétricas, que têm seus problemas, não vamos perdoá-las, mas para coisa pior ainda. Sair de hidroelétrica para eólica, ambientalmente favorável; mas sair de hidroelétrica para carvão é uma coisa ruim. Isso é resultado do leilão. Quer dizer, eu acho que essa filosofia de leilão, ela é... Suspendeu as privatizações, mas o mercado age cegamente através dos leilões. Eu acho que, ambientalmente, isso não é muito bom. Temos que pensar um pouco melhor, uma solução do modelo. O Professor Roberto D'Araújo vai me suceder, pode complementar muito melhor esse assunto.

Vamos adiante. Vou tentar correr para ficar nos 15 minutos.

Há o problema dos consumidores livres, que ficaram com o que sobrou. E muita energia, na época que se seguiu ao racionamento, e foram autorizados contratos bilaterais, fora da rede, muito baratos. Quer dizer: Nós pagamos uma energia cara, mas há consumidores livres que ficaram com energia muito barata. Isso não é bom para o sistema como um todo.

As termoelétricas tiveram uma inserção absolutamente caótica. Basta ver que hoje nós temos termoelétricas e não temos gás para as termoelétricas, porque elas não contrataram o gás. Não houve um plano azeitado para juntar termoeletricidade com hidroeletricidade. Não é que elas não devessem existir. Eu acho que é natural a inclusão termoelétrica no sistema brasileiro, mas não da maneira que está sendo feita, e que já vinha sendo feita antes. Na época do racionamento, começou essa introdução da termoelétrica.

O risco de déficit é verdade que existe. Não tão exagerado, às vezes como aparece, 20% no ano de 2010; mas a projeção que nós temos discutido aqui é bem alta. É bem maior do que os 5% desejável de risco de déficit. Mas a chuva tem ajudado. Eu tenho brincado que São Pedro é da Base do Governo. [risos]

A questão do Rio Madeira e Belo Monte, agora já ficou mais clara a prioridade do Rio Madeira, e foi feito o licenciamento ambiental. E o problema de Angra III, também.

Seriíssimo o sistema isolado da Região Norte. A CCC já atingiu quatro bilhões de reais, ou dois bilhões de dólares, em 2006. Isso é muito dinheiro! E lá, nessa área, o "Luz para Todos", que está tendo êxito no resto do País, tem grande dificuldade. O "Luz para Todos" não vai cumprir a sua missão na Região Norte, devido à dificuldade de extensão de rede, que é o que o "Luz para Todos" está fazendo. Lá é o lugar das energia alternativas. É um grande laboratório. Estamos perdendo uma oportunidade.

Inadimplência das distribuidoras federalizadas no Norte e Nordeste. São empresas mal equacionadas economicamente e, às vezes, com uma gestão não ideal, para dizer o mínimo. Então elas são devedoras crônicas. É um lado onde a presença do Estado é extremamente ineficiente, essa distribuidoras federalizadas. Não pode ser defendido isso, porque é uma perda muito grande. Tem que arrumar uma outra solução de melhor gestão.

A escalada da tarifa para os consumidores da rede. A gestão das empresas elétricas federais, eu acho que o uso dessas empresas como forma de composição político-partidária é errado, elas tinham que ter uma cultura técnica, não poderiam preencher cargos sem esse critério.

O aumento das emissões de gases do efeito estufa, na contramão, eu já citei. Vamos adiante, por favor.

Houve uma polêmica em 2004, nós participamos, aqui da COPPE, e que a gente olhando o que estava nos relatório do ONS, do Ministério de Minas e Energia, da ANEEL, e alguns estudos adicionais nossos, incluindo o PROINFA dentro do sistema, mostraram que haveria incertezas no atendimento da demanda, dentro de um certo tempo. Vamos adiante. Essas curvas mostram isso, de uma maneira que eu não vou entrar em detalhes.

Diferentes cenários de projeção da demanda, com uma projeção de oferta levando possibilidades de atraso, etc, poderiam fazer um cruzamento, até em 2008, na época, segundo essas comparações. Hoje, essa discussão, dadas as chuvas generosas que têm havido, está deslocada para 2010, por aí assim.

A energia nova, eu já disse que melhorou, embora tenha melhorado momentaneamente a situação dos geradores federais, que tinham perdido os contratos delas, elas, entretanto, ainda assim, tiveram contratos muito precários. A energia vendida a preços muito baixos por longo prazo, o que prejudica a capacidade de investimento dessas empresas. Esse leilão de energia velha acabou pesando na capacidade de investimento das empresas federais, que foram as que compareceram ao leilão, que tinha muita energia disponível.

Aqui é o preço – Professor Roberto D'Araújo vai falar em seguida, que fez esse estudo apresentado em

um seminário da FIESP, em São Paulo, no início deste ano de 2007 -, mostrando que o Brasil, seja considerando impostos ou sem impostos, na tarifa industrial, que é a mais barata no Brasil, ela é muito mais cara do que em muitos países desenvolvidos. E nós estamos com uma tarifa muito cara para um País em desenvolvimento hidroelétrico. Nós estamos com tarifa de País que tem geração termoelétrica. É só olhar essa... E não seria necessário ser assim.

A mesma coisa para o residencial. Agora também, com impostos e sem impostos, o vermelho e o verde, mostra-se que nós temos energia residencial muito cara. Essa é mais cara do que aquela industrial. Mas também, nesse *ranking* de países, a gente fica mais caro do que vários países desenvolvidos, o que é muito ruim para o Brasil. Como é que um brasileiro paga mais caro que um suíço pela sua energia? Em dólar. Aqui é não só caro, como tem crescido muito acima da inflação. Também é do Roberto D'Araújo essa transparência, mostra que tanto no residencial como industrial e comercial, aquela linhazinha azul mais vai alto que vermelhinha. A vermelhinha é a correção monetária devido à inflação, por um índice convencionado, e a azulzinha é da tarifa elétrica. Está crescendo muito, onerando muito o consumidor.

A energia nova. No primeiro leilão de energia nova não se conseguiu colocar as hidroelétricas que estavam sendo planejadas, por questões de senso ambiental, principalmente. De 17, apenas seis entraram, totalizando muito pouca potência, 400 megawatts médios. Entrou, então, muita usina a óleo, a diesel e a carvão foram habilitadas e até geradores diesel, emergenciais, foram colocados no sistema. Isso, do ponto de vista do efeito estufa, é muito ruim.

Entra aí a questão do gás natural. O gás natural é objeto de uma enorme discussão, houve um problema com a Bolívia, mas, independentemente do problema com a Bolívia – A Bolívia agravou, momentaneamente, já está equacionado o problema da Bolívia, mas foi mais, no fim, um problema de preço, nós não temos gás natural, hoje, disponível para a geração termoelétrica. Essa é questão séria.

Houve um teste, que foi determinado, de ligar várias termoelétricas e, na época, verificou-se – Foi no fim do ano passado – que cerca de três gigawatts de potência das termoelétricas não podem operar por falta de combustível. Houve uma discussão com a Petrobras, que respondeu que essas termoelétricas não contrataram gás. Então esse gás foi destinado a outras finalidades, principalmente na indústria, um pouquinho, veicular. E para atender as termoelétricas temos que desligar a indústria. Então ficamos com um cobertor curto: Ou sobre o peito ou cobre o pé; não cobre o corpo todo. Isso é uma coisa ruim.

A importação do gás natural liquefeito é a solução. Está sendo providenciada, é caro, vamos pagar caro, é bem mais caro que o da Bolívia, mas têm uma vantagem, entretanto, que é interruptível. Porque é um problema que não foi pensado direito, ainda não está resolvido. Em um País hidrelétrico, a termelétrica boa é a desligada; porque tendo água, não se vai queimar um combustível fóssil. Então o contrato dela tem que permitir isso. Mas, tipicamente, gasoduto utiliza contrato *take or pay*, e você tem que ter que um mercado de energia secundária para essa energia, o gás ir para a termoelétrica ou para outra coisa que possa ser interrompida. O gás natural liquefeito tem a vantagem de superar o problema do *take or pay*, porque você encomenda conforme a necessidade. Os navios, a planta de regaseificação, que é um investimento caro, está sendo providenciada pela Petrobras, como eu acho que é do conhecimento dos senhores. Esperemos que isso chegue a tempo de permitir que o gás natural seja disponível para as termoelétricas, caso seja necessário no futuro próximo.

Eu já falei a vantagem do GNL em complementação térmica às hidroelétricas.

A energia hidroelétrica, para mim, ainda é uma opção no Brasil. Há uma barreira ambiental, e o processo de recebimento ambiental é muito mais longo do que uma termoelétrica. E nesses leilões, houve pouca hidroelétrica, que eu já me referi.

Isso aqui também é do Roberto D'Araújo mais uma vez, está citado aqui embaixo: Os recursos hídricos brasileiros são os maiores do mundo, mas a capacidade de instalada no Brasil é a quarta. Fica atrás dos Estados Unidos, Canadá e China, para o ano de referência 2004. Então nós não usamos o nossos recursos hidroelétricos. Nós usamos cerca de 25% deles, um pouco mais. Os americanos utilizam 80% dos recursos hidroelétricos que eles dispõem, para se ter uma idéia. Tem uma capacidade instalada maior que a nossa, com menos recursos hidroelétricos.

Isso aqui é uma comparação, vamos falar muito rápido, entre hidroelétrica, termoelétrica e nuclear. A hidroelétrica exige alto investimento, mas a nuclear é mais alto ainda. Se a gente pegar a Angra III, que está sendo programada, é um custo de kilowatt altíssimo. A termoelétrica tem investimento menor, mas o custo-combustível é que é alto. A operação e manutenção da hidroelétrica é baixo, da térmica é alto e da nuclear é muito alto, por causa dos cuidados com a radioatividade. Depois vêm todas as outras, linha transmissão, etc, e agora é importante. No efeito estufa, a hidroelétrica tem um impacto, embora menor, nos nossos

estudos aqui da COPPE, do que a termoelétrica. Tem havido uma certa polêmica de exagerarem esse papel da hidroelétrica. Eu acho que estão errados esses colegas, que tem, inclusive, às vezes, usado os nossos dados, e outras vezes feito medidas próprias, mas de uma forma equivocada. Agora, o nuclear, não, ele não emite nenhum gás de efeito estufa na sua operação. O problema é outro: O da radioatividade.

Isso aqui é uma... Apenas eu foco nesses três projetos: Belo Monte Madeira e Angra III. Mais ou menos está contido na transparência anterior, eu vou passar adiante para ganhar tempo. Vamos adiante.

Aqui mostra a redução do reservatório de Belo Monte, do projeto que estava na Eletrobrás em 2003 e nos estudos foram feitos naquele ano. Eu estava lá na Eletrobrás e a Eletronorte foi responsável e fez uma redução substancial do reservatório. Isso também ocorre em Madeira. O reservatório é um reservatório pequeno, ou seja, são usinas a fio d'água. Daí vai ser mais necessária a complementação a elas, seja térmica, seja outra, porque elas não podem regularizar o rio e a vazão é muito variável no Norte.

A energia nuclear, já que está em questão, só por colocar, nós temos programas de definição do local dos rejeitos radioativos, no Brasil. Isso nunca foi resolvido. Isso já tem... Houve os chamados rejeitos de baixa e média atividade, que poderiam ter solução técnica identifica a de Abadia junto a Goiânia, onde foi colocado o material do Césio 137, mas não há essa definição até hoje, porque é um problema político difícil, um Município receber. E o de alta atividade, não há tecnologia consensual para ele. Angra I e II têm tido boa performance, e a troca do gerador de vapor de Angra I vai colocar esse reator em funcionamento. Aí vem a discussão sobre Angra III, que está em foco. Vamos adiante.

A situação da geração nuclear no mundo, não há novos reatores em construção nos Estados Unidos ainda, embora isso esteja sendo cogitado. Também a França, que tem, e eu vi, um programa muito grande, não tem, no momento, nenhum reator em construção. Na Europa, só há um reator sendo feito na Finlândia. Onde há muitos reatores em construção é na China, no Japão e na Coréia do Sul. É a grande concentração de obras, hoje.

Aqui é o crescimento da energia nuclear no mundo, mostrando que, nos últimos anos, tem sido modesto o crescimento.

A posição do Brasil no *ranking* nuclear é bem afastada. O Brasil tem pouca geração nuclear. Na América Latina só tem no Brasil, no México e na Argentina, geração nuclear. Dos países em desenvolvimento, destaca-se lá a Coréia do Sul.

Um apanhado sobre a questão da tecnologia nuclear. Eu vou pular também, para ganhar tempo. Há perspectivas de mudanças tecnológicas nesse campo, que estão aí registradas.

Carvão, no Brasil, não é importante. Usamos muito pouco carvão e a única salvação do carvão é o seqüestro geológico. O carvão é mais emissor de gás de efeito estufa do que o petróleo, que é mais do que o gás natural. Agora, ele poderá ser resgatado com o seqüestro geológico, que é um assunto que está em discussão no mundo inteiro, que pode ser, para fontes fixas de CO_2, pode ser uma solução, que depende de tecnologia de custo.

O efeito estufa, todo mundo sabe o que é, não preciso repetir aqui. Os emissores de gás de efeito estufa no setor elétrico são o uso do carvão, petróleo, gás natural e a hidroeletricidade, enquanto que biomassa, álcool, bagaço de cana, biodiesel e outras fontes alternativas, e finalmente nuclear, que está ali, atrás da cadeira, não emitem. Não emitem gás de efeito estufa.

Isso aqui é um estudozinho que a gente participou, o nosso modelo – Está aqui o Cristiano, que foi quem trabalhou comigo e com minha colega Maria Sílvia -, nós fizemos uns cálculos, foram incluídos aí nesse apanhado de uma Comissão Internacional, mostrando o aumento da temperatura da Terra devido à emissão de gases. O essencial aí é que os modelos convergem que aumenta, uns mais e outros menos, eu acho que está aumentando a temperatura da Terra, em um período de tempo que se estende até o fim do século atual.

Hidroelétrica emite gás de efeito estufa? Temos trabalhado há muitos anos – Roberto Schaffer está aqui, foi um dos que começaram comigo isso. Hoje tem o Marco Aurélio, que está fazendo essas medidas com uma equipe grande, aqui, nossa. A medida é muito árdua, está aí mostrado, temos que ir, a nossa equipe, para os reservatórios, e são enormes, e tem que fazer medidas repetidas e em pontos diferenciados.

Esses são os reservatórios já estudados, os senhores vêem que praticamente do Norte ao Sul do País, desde Tucuruí até, o mais ao Sul é Segredo, mas o mais importante ao Sul que é Itaipu, que é a maior do Brasil em termos de potência, mas não de tamanho do reservatório. Para vocês terem uma idéia, o reservatório de Itaipu, ele tem uma densidade de potência quase de 10 watts/m^2. Balbina, que nós também estudamos, mas não está aí porque foi em uma outra etapa, ele tem uma densidade de potência de 0,707 watts/m^2. É um fator de diferença brutal. Então essa inundação por energia ou potência é um item fundamental para a construção de qualquer hidroelétrica.

Isso aqui ao são as emissões brasileira no relatório apresentado em Buenos Aires, na Conferência do Clima, em 2004, e mostrando que o grande responsável pelas emissões brasileiras é o desmatamento, aquela mudança de uso da terra e floresta. Destaca-se fortemente dos demais. É o grande problema do Brasil.

Isso daqui são os nossos cálculos modelados, não só de medidas, da contribuição das hidroelétricas totais do Brasil. Se o nosso modelo estiver certo – Modelo é sempre muito perigoso, tem muitas hipóteses – seria 5% a mais de CO_2, 6% de CH_4. Agora, o CO_2, presumidamente, não pode ser atribuído todo a antropogênico, porque o CO_2, em uma hidroelétrica, vêm, inclusive, de ciclos fechados de absorção e de deslocamento de biomassa do solo para o reservatório, mas o metano, certamente. O metano é culpa das hidroelétricas. A parte do CO_2 que é culpa, nós não podemos garantir. Certamente não vai ser o total.

O quarto relatório do IPCC, no início deste ano, nós temos, aqui na COPPE, três colegas no IPCC: Professora Susana Ribeiro, coordena o capítulo de transporte, e o Professor Roberto Schaffer e Emílio La Roveri participam do Grupo 03, e esse relatório do IPCC teve uma grande repercussão – Eu até fiquei zangado, porque eu fui do terceiro relatório, que não teve repercussão, e desse aí houve uma imensa repercussão no mundo todo. Houve uma redução da incerteza e eu acho que é o principal fato. Então, tem-se mais confiança nos resultados do que antes. E hoje fica mais claro que há problemas muito sérios, de eventos extremos, que poderão, inclusive, ocorrer em períodos menores de tempo do que se pensava. Eu acho que o exemplo mais objetivo é o degelo de geleira polar que está sendo observado. Esse é mais irrefutável, empiricamente, que qualquer outro.

Ainda o quarto relatório, aqui eu já falei, falei já do degelo, eu não vou repetir, só aqui embaixo, a questão da Amazônia, pode-se perder parte floresta com a elevação da temperatura global, desertificação do serrado nordestino, além da elevação do nível do mar, que são pontos que podem afetar muito aqui, o Brasil.

Vamos adiante, eu vou pular isso, porque nós temos pouco tempo, ainda é o relatório do IPCC.

Alternativas da geração elétrica, certamente as usinas eólicas, biomassa e pequenas hidroelétrica, o PROINFA, poderiam ser replicados. Energia solar, ela tem um potencial, a questão de barateamento depende de política de Governo, ela, com o aquecimento de água residencial depende de uma, como está sendo feito em São Paulo, uma postura Municipal que obriga que novas construções coloquem. No preço da construção é pouquinho o valor adicional. O hidrogênio e pilha combustível têm uma perspectiva de um prazo um pouco maior. Aqui na COPPE nós em um projeto de um ônibus à pilha combustível em andamento, apoiado pela Petrobras. O uso de resíduos de lixo urbano, tem também aqui na UFRJ uma usina para gerar energia elétrica com lixo, fruto de um projeto desenvolvido em colaboração com o Instituto Virtual, que o senhor já citou.

Conservação de energia, eficiência e racionalização são grandes maneiras de diminuir o consumo de energia perdulário. E no Brasil, acho que vamos ter que discutir, como nos países ricos, os padrões de consumo das classes média e alta, onde a utilização de energia é exagerada. Embora não nas classes de renda menor.

Isso aqui põe apenas as diversas possibilidades que o Brasil tem de uso de várias fontes de energia, algumas já usadas em grande escala, como álcool, o bagaço tem uma importância na energia elétrica, a lenha, o carvão vegetal, etc. E as novas fontes alternativas, destacando-se, no momento, o biodiesel, dado que há um programa nessa direção.

Já falei um pouco dessa questão dos sistemas isolados, lá no início, chamando a atenção que essa Região Norte pode ser um grande laboratório de energia alternativa no Brasil, ao invés de se queimar óleo diesel e combustível.

Aqui na COPPE, nós estamos fazendo um projeto de energia das ondas, que deve ser implantado no Ceará, com o apoio da Eletrobrás e do Governo Estadual. Vou mostrar em seguida a fotografia, o pessoal da engenharia oceânica está aqui. E tem um estudo de gás natural e lixo urbano, que, se o tempo der, poderia ser visitado, ou pelo menos verificar a usina, chamada Usina Verde, aqui. Incluir, se der tempo. E uma planta de biodiesel, que vai para o Pará, para uma cooperativa de produtores de dendê. Essa planta já está... Nós temos duas plantas de biodiesel aqui, uma delas foi feita para ir para o Pará. É uma encrenca burocrática na FINEP, que é o nosso financiador, que não consegue resolver, arrumar um jeito de transferir uma planta que foi financiada com recursos públicos, para uma cooperativa, porque é privada, mas é um cooperativa. E é para resolver um problema. Então é uma coisa...

A burocracia brasileira é um terror! É uma coisa que leva a gente a comprar, com toda a moralidade, canetas que não escrevem, borrachas que não apagam, papéis que se rasgam, e ainda é, depois, admoestado pela fiscalização. Eu acho que é preciso mudar a burocracia brasileira. É preciso partir do princípio que todos são honestos até prova em contrário, e quando houver prova em contrário, puna-se o desonesto. No Brasil é o contrário: Todos são desonestos, mesmo sem nenhuma prova, e você fica restrito a fazer coisas, por

exemplo, faz uma planta de biodiesel que fica aí parada e não é usada, porque a burocracia diz que eu não posso dar uma planta de uma Universidade Federal para uma Cooperativa de produtores de dendê, porque o imperador fez uma Portaria e depois o Vice-Rei mudou. É uma coisa que ninguém entende.

Aí é a planta da Usina Verde, que usa lixo, e o projeto agora é adaptá-la para gás natural e lixo, consorciar os dois, fica mais eficiente, ganha-se muito com isso, o projeto sendo feito aqui no Instituto Virtual, com apoio da Petrobras, e vai gerar energia para a universidade, se for bem sucedido, a preço muito menor do que é pago para a *Light*. É vantajoso economicamente.

Isso é o aparelhinho gerador de energia elétrica com ondas do mar, que funciona aqui, mas está havendo um outro ensaio no tanque, não vamos poder mostrar em funcionamento, mas isso aqui existe aqui, funciona e acende lâmpada e tudo. E a gente quer agora fazer no Ceará, e já um projeto mais avançado de fazer isso *off short*(F). Isso está ancorado em um porto, e se for feito no Ceará, como a gente pretende. É muito simples o princípio, é um ovo de Colombo: sobem e descem esses flutuadores, existe esse aquele embolozinho vermelho atrás da alavanca que prende o flutuador, que vai pressionando água para, em um circuito onde há uma câmera hiperbárica, de alta pressão, e ela espirra água em uma turbina Pelton, que é uma turbina usada em hidroelétricas. Então isso é uma hidroelétrica marítima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Tecnologia toda daqui?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Tudo daqui. É a mais simples do mundo. Eu já vi várias complicadíssimas. Os ingleses têm uma minhoca eletrônica dentro d'água, que sobe e desce e se engasga, é um horror! Isso é muito simples. Ganha em simplicidade. É um ovo de Colombo e, se houver apoio, isso vai funcionar, eu tenho certeza, e creio que a custo baixo.

Eu acho que acabou. Tem mais algum?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] E gera grande capacidade?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Ah, não, isso é a planta de biodiesel.

E nós... Qual é a potência no Ceará?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] É um mega, não é?

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: Um mega. Mas é um projeto protótipo, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É, pode. E qual é o potencial de ondas do Brasil para gerar energia? Tem esse cálculo? Quanto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Sim, nas ondas cerca de 90 giga.

SR. LUIZ PINGUELLI ROSA: É a potência instalada no Brasil. É 100 giga, a gente produz 90. Como quem defende o seu projeto sempre exagera, põe 45, que já está bom. [risos]

Isso aí é a planta de biodiesel, que pode ser visitada. Essa é a antiga. A nova está montada para, se a burocracia da FINEP deixar, a gente mandar lá para os produtores de dendê do Pará, e substituir óleo combustível. A CELPA já está disposta a comprar a energia gerada – Perdão! -, o biodiesel para seus geradores. Agora, se não deixar... O que o burocrata não faz é o custo de imobilização do investimento. Você fazer uma planta e deixar ela guardada, parada, está se perdendo dinheiro a cada dia que passa.

Eu agradeço muito, então. [palmas]

SR. ROBERTO D'ARAÚJO: Eu, infelizmente, não trouxe nenhuma transparência, eu vou fazer uma apresentação oral, eu ter que ler algumas coisas aqui, alguns dados interessantes sobre as usinas hidroelétricas brasileiras em inventários. Eu queria dividir essa fala em dois aspectos: Primeiro, em que é que o setor elétrico afeta o meio ambiente, e depois, o inverso, em que é que o meio ambiente afeta o setor elétrico.

E quando a gente começa a ler qualquer documento internacional sobre os problemas das barragens, a gente começa a colocar sérias dúvidas em crenças que a gente tinha antigamente. Quer dizer, eu tenho, eu trabalhei anos em FURNAS, que é uma empresa que construiu várias hidroelétricas, tenho certeza das imensas vantagens, mas tenho que reconhecer os imensos problemas. Quando a gente vê, por exemplo, o relatório da Comissão Mundial de Barragens, a gente nota que há um corte. Eles, o relatório define que as grandes hidroelétricas, elas são um problema muito maior do que as pequenas hidroelétricas. É uma espécie, assim, de favorecimento do "*small is beautifull*". Quando a gente lê, por exemplo, um documento do instituto chamado IRN, *International River Network*, que são os grandes críticos das barragens, a gente nota que há muita correção no que eles criticam, por exemplo, quando eles criticam que todas as barragens no mundo, as grandes barragens, todas elas extrapolaram seus orçamentos. As mitigações não foram cumpridas. Então, a gente está... Eu quero colocar essa questão das grandes barragens e das pequenas usinas, no contexto do setor elétrico brasileiro.

Para comprar, a gente tem que quer claro o seguinte: Nós temos um sistema extremamente favorável a aceitar, ao invés de grandes hidrelétricas com reservatórios, usinas a fio d'água. E para mostrar que esse sistema nosso é uma jóia rara no mundo, eu gos-

to de contar sempre uma história – Quem já ouviu, e a maior parte já ouviu -: Eu, fora do Brasil, tentando explicar o setor elétrico brasileiro, dei como exemplo, que eu acho que é o único sistema parecido com o brasileiro, o exemplo da Hydro Quebec, que também são grandes reservatórios, interligados por linhas de transmissão, e mostrei os dados do lucro fantástico que a Hydro Quebec tem. É uma multinacional que tem investimentos no mundo inteiro, e quando acabou a palestra tinha um engenheiro da Hydro Quebec, que veio, muito constrangido, dizer o seguinte: Que os lucros da Hydro Quebec, nos últimos anos, se deve ao seguinte: Ela tem uma ligação com os Estados do Norte, ali no Norte do Leste americano, que são basicamente supridos por energia nuclear. Quando chega à carga leve, ou seja, à noite, quando não tem muita carga, esses Estados preferem não desligar as usinas nucleares, porque ligar e desligar as usinas nucleares – Não é, Pinguelli? – é um "troço" complicado.

Então eles vendem energia para o Canadá, e o Canadá compra essa energia por cinco dólares o megawatt/hora. Cinco dólares, apenas. Só que o Canadá, como tem reservatórios, o que ele faz? Essa energia atende a carga dele, no Canadá, durante a noite, ele desliga as usinas dele, e guarda essa água nos reservatórios do Canadá. Chega durante o dia, quando a carga aumenta, ele vende para os Estados Unidos de volta, por 50 dólares o megawatt/hora. Isso é só, esse exemplo, é um exemplo engraçado, para mostrar que o sistema hidroelétrico não é a grande diferenciação; a grande diferenciação é ter reservatório grande.

E nós temos reservatórios grandes. Isso nos possibilitaria – Temos que tomar cuidado com isso – termos mais usinas a fio d'água. Ou seja, nós poderíamos afetar menos o meio ambiente, uma vez que usinas de reservatório, como o Pinguelli mostrou ali, emitem metano, que se não for desmatado emite metano.

Eu acho que, em questão de meio ambiente, não deve pensar apenas na questão do aquecimento global. A questão do meio ambiente deve ser estendida para os impactos e os conflitos de interesses regionais que existem. Quer dizer, uma usina hidroelétrica é um enclave em uma região. A crítica mais comum dos críticos das barragens é que eles dizem: Essa energia vai para onde? Para que essa energia? Ela não beneficia a região. E aí se entende, por exemplo, porque é que a gente crítica tanto – Não é, Pinguelli? – e isso não é justo. Porque a opção é a térmica, só que a térmica você pode botar no seu quintal, e a hidroelétrica, ela afeta uma região muito grande. E, no fundo, é um espécie de uma região se apropriando de um benefício local, transferindo para outra região.

Eu, lógico, evidentemente que, essa possibilidade de a gente ter usinas a fio d'água, onde poderia ter reservatórios, tem um limite. No caso, por exemplo, de Belo Monte, que é o exemplo mais comum, é se mostrar o seguinte: Você tendo um rio caudaloso, como é o caso de Belo Monte, a solução brasileira, ela é única, porque você pode supermotorizar a usina, realmente, ela vai, as máquinas vão funcionar só no momento onde tem muita fluência, nos momentos de verão, onde tem muita influência, essa energia é transmitida para as regiões onde tem os grandes reservatórios, você, na realidade, é como se você estivesse transferindo a água de um lado para outro. Então, na realidade, as linhas de transmissão brasileiras funcionam como uma espécie de aquedutos virtuais. Elas transferem, e esse é o lado bom.

O lado complicado é que, evidentemente, que isso é um esforço de transmissão muito grande. Existem problemas elétricos para isso. Na realidade, longas linhas trazem problemas de estabilidade, problemas técnicos que podem encarecer uma solução que é, vamos dizer, aceitável em termos ambientais. Isso, vamos dizer, é a notícia boa.

Agora, o outro lado. Quer dizer: Como é que o meio ambiente afeta o setor elétrico brasileiro? Eu estou aqui, até me sinto meio constrangido de falar na frente do Roberto Schaffer, nós estamos fazendo aqui, iniciando um estudo sobre mudanças climáticas e como é que elas afetam as afluências brasileiras. Parece-me que há uma tendência de que nós teremos mais secas, mais secas mais profundas e cheias mais caudalosas.

E a gente tem que se perguntar: Esse sistema que tem essas reservas, a primeira vez, quando o Roberto Schaffer me chamou para esse trabalho, eu, sem pensar muito, eu disse assim: Não, olha, não vai ter problema, porque se é um sistema de reservatório, é como se fosse um capacitor, como se tivesse um pulmão, ele absorve a água em excesso e gasta ela, ele regulariza o sistema. Mas a gente tem certas dúvidas, porque, primeiro, que podem haver problemas locais. Isso pode acontecer em um local onde não há reservatório, e você começa a ter investimento. Então nós podemos ter uma perda da capacidade de garantir energia.

O trabalho que está sendo desenvolvido, que seria de fazer uma espécie de modelo chuva-vazão, de se estimar qual seria o novo padrão de influências, que afluência, que eu digo, é a energia natural, de maneira a se fazer uma simulação no sistema, inclusive, com possibilidade de haver mais usinas a fio d'água, o que agrava mais o problema, porque você tem menos reserva em relação à capacidade total, e saber como é

que isso aí afeta. E eu acredito que afete, apesar de a gente não ter finalizado nenhum trabalho sobre isso.

Terceiro e último ponto, que a minha fala é muito curta, é sobre a questão do inventário. Eu queria falar, ler algumas coisas sobre o que a gente fala, sobre os 260 gigawatts que o Brasil tem, desses 260 gigawatts, 30% deles estão em operação ou construção. Outros 30% são estimados. Ou seja, você tem, a mesma coisa que você construiu, você tem apenas uma avaliação de escritório desse potencial. Na realidade, eles não foram estudados localmente ainda. E os 40% são os estudados.

Esses estudados, se dividem em três fases: Aqueles que estão em fase da inventário, os que estão em fase de projeto básico e os que estão em fase de estudo de viabilidade. Basicamente, 8%, só 8% estão em fase de projeto base. 43% estão em fase de viabilidade, e o restante, 49 estão em fase de inventário.

E aí tem um ponto superimportante: Por que é que nós, nos leilões, nós não temos tido candidatos a novas usinas hidroelétricas? Houve uma de descontinuidade enorme, inclusive com problemas institucionais graves, dos estudos de inventário.

Você, para ter uma usina participando de um leilão, ela tem que ter entrado em uma fila quase que seis anos antes. Ela tem que começar um estudo de inventário, transformar esse estudo de inventário, de um estudo de escritório para um estudo local, estudar a bacia. Hoje, a quantidade de órgãos a que você tem que se reportar para fazer um estudo de inventário é enorme. Essa fila parou. Você não tem projetos de estudados na prateleira para oferecer aos investidores. Essa que é a realidade. Por isso é que nós estamos em uma situação que eu acho muito preocupante. Quer dizer: Você tem, basicamente, se você somar a energia de Belo Monte, que seria leiloada ano que vem, e Madeira, que seria neste ano, você tem, eu acredito, mais de 10% da energia que o Brasil precisa centrada em duas usinas. Qualquer atraso desses projetos vai ser um problema sério. É você botar todos os ovos na mesma cesta.

Se for olhar, por exemplo, da parte inventariada, o número aqui, 96% são de usinas menores que 200 megawatts. Ou seja, nós teremos que caminhar, não só caminhar para o Norte e para o Centro-Oeste, mas caminhar para usinas pequenas. E isso não é uma diversidade muito grande, uma descentralização muito grande, e vai exigir, do Poder Público, um nível de coordenação muito grande, porque o que hoje eu vejo – Só terminando aqui, vou dar uma lida -, existem 15 passos para quem for fazer um inventário de usina, existem 15 passos que têm que ser feitos. Você nota o seguinte: O investidor, na realidade, além de fazer esses 15 passos, que são enormes e são bastante complexos, porque envolvem diversos órgãos, na realidade, ele, no fundo, tem que fazer uma coordenação entre esses diversos órgãos.

A primeira coisa que ele tem que fazer é requerer o registro do estudo de inventário junto a ANEEL. Registrar esse estudo de inventário na ANEEL. Consultar a ANEEL sobre a existência de outro interessado em inventário naquele local. Registrar, junto ao CREA, a responsabilidade técnica. Comunicar eventual desistência, caso ele tenha que desistir, à ANEEL, para que a ANEEL possa licitar esse estudo para outro. Autorizar a realização de levantamento de campo, que é também autorizada pela ANEEL. Consultar todos os órgãos ambientais, IBAMA e órgãos estaduais e federais. Consultar os órgãos responsáveis pela gestão de recursos hídricos, as ANA ou estaduais. Comunicar o início dos estudos ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias. Tudo isso tem lei que especifica exatamente.

Realizar os estudos seguindo o manual de inventário. Esse é um ponto importante. Eu estou, justamente agora, trabalhando como consultor na Consetel, nós estamos elaborando um novo manual de inventário. E a grande luta é fazer com que esse manual de inventário seja obrigatório. Por quê? Porque não é possível fazer inventários com metodologias diferentes. Como é que você vai, se é leilão, como você vai comparar, depois, a qualidade e os gastos necessários? Então é preciso haver uma... Que sejam todos com a mesma metodologia.

Verificar, junto a EPE – Agora entrou mais outro órgão -, os procedimentos para acompanhamento dos estudos. Porque pode ser que a EPE autorize, ela não participa, mas ela acompanha o estudo. Encaminhar ao órgão de recursos hídricos, a ANA ou estadual, a série de usos consultivos de cada local do aproveitamento. Usos que não sejam para gerar energia. Apresentar relatório de andamento a EPE e a ANEEL. Encaminhar à ANA a série de vazão do local de aproveitamento da alternativa selecionada. Realizar seminários públicos. Tudo isso já está previsto. Entregar estudos a ANEEL e a ANEEL tem que aceitar os estudos oficialmente. Informar o prazo remanescente aos demais interessados. A ANEEL tem que fazer isso. Aprovar os estudos e ressarcir os custos de inventário de outro. Quem vai participar de um leilão, se ganhar, tem que ressarcir os custos de inventário.

Então são 15 passos, que envolvem bem mais de meia dúzia de órgãos federais e estaduais. Se somar separadamente, estadual e federal, dá mais de uma dezena. E isso é um caminho árduo para quem vai investir. Me parece que está faltando uma espécie

de política pública, que coloque isso tudo dentro de uma mesma cesta e dê um caminho das pedras um pouco melhor.

E o manual de inventário vai conter todo esse périplo aqui, para tentar ver se melhorar um pouquinho esse caminho. Então é basicamente isso que eu queria dizer. O Luiz Pinguelli já falou das nossas preocupações quanto a preço de energia, acredito que a gente não vai descer mais a ladeira, a gente vai, daqui para a frente, vai ficar caro mesmo, não só porque vai ter um período, agora, que vai entrar muita térmica, principalmente por essa falta de opções de hidroelétricas, como porque a resistência ambiental, eu acho que será cada vez maior. [palmas]

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Professor Roberto D'Araújo.

Essas dificuldades maiores em relação à hidroelétrica, de licenciamento de hidroelétricas do que das termoelétricas, lembram também, um pouco, a dificuldade que se tem na madeira. Hoje, também, é mais fácil você conseguir uma licença para desmatar, do que conseguir uma licença para fazer o manejo sustentável na extração da madeira. É mais ou menos parecido.

Agora, é óbvio que isso vai ao encontro daquilo que a gente tem defendido sempre: É mais do que nunca necessário o zoneamento ecológico e econômico do País, feito em cima de, como unidade a serem estudadas, as nossas bacias hidrográficas, sob metodologia unificada. Não ainda ter, como os Estados, alguns Estados do Norte estão fazendo agora, seu zoneamento ecológico e econômico, porque cada Estado tem suas voluntariedades políticas. Então um zoneamento ecológico e econômico feito pelo Estado, ele passa pela Assembléia Legislativa, ele passa, portanto, por pressões políticas muito fortes, e ele nunca é isento o suficiente, como seria um zoneamento nacional.

Isso também é um assunto que eu acho que ajudaria muito, dentro dessa perspectiva do inventário, porque para tudo, serviria para tudo, para uma alavanca, uma ferramenta importante para o planejamento do País. E também, por outro lado, as termelétricas, em geral, os licenciamentos são concedidos pelos Estados. E Estados, em geral, Estados pobres. Os Estados mais pobres. Esses Estados têm uma espécie de competição também.

Eles, não só por força de política, os Estados e às vezes os Governadores, as forças políticas obrigam mesmo a Secretaria de Meio Ambiente ou o órgão ambiental a conceder essa licença, na maioria das vezes, não por estudos técnicos, mas por força política, enquanto que hidroelétricas, em geral, elas são, como elas, pelo tamanho e pelo impacto ambiental, elas são, quase sempre, licenciadas pelo IBAMA, a maioria delas. Eu não sei as pequenas. Então esse é um assunto, realmente, que eu acho que a nossa Comissão pode fazer sugestões e muito importante o levantamento dessas questões. Pois, não.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Nesse trabalho da Revisão do Manual de Inventário, foi sugerido inclusive se encaminhar uma sugestão de legislação, criando uma espécie de reserva – assim como existe a reserva florestal, ter uma reserva hidroenergética – mesmo não haja um estudo completo de uma região onde ainda não há estudo de uma hidrelétrica, se poder dizer: "Olha, esse é um lugar que poderia ser usado para energia".

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Potencializado, exatamente. Muito bem, vamos passar ao próximo expositor, Professor Marcos.

SR. MARCOS FREITAS: Bom, eu vou ser passar, pode ter um pouco de *slide* mais vai ser rápido, porque muitos são visuais.

Uma coisa que a gente tem que ver nesse tema da vulnerabilidade climática com o recurso hídrico, especificamente no caso de geração de energia elétrica é que, como o Roberto e o Professor Pinguelli já comentou, existem outras vulnerabilidades que já são decorrentes. O que a gente tem visto um pouco no tema do clima é como estimular o tomador de decisão, seja no Executivo ou mesmo no Legislativo – que acaba tendo um papel no Executivo muito forte – tomar decisões no tempo presente para coisas que podem ocorrer em prazo muito longo. A gente tem que detectar as vulnerabilidades já existentes atuais, porque elas certamente nos adaptam melhor para as situações de futuro.

Pouca água doce, isso a gente já sabe, aí entra o que eu chamo de vulnerabilidade normal. Demanda crescente, assoreamento, desmatamento, poluição, isso já é o dia-a-dia. Com a vulnerabilidade climática, vai ter uma alteração de vapor d'água e chuva – e não vai aparecer lá em embaixo – a questão de aumentar intensidade e regularidade de eventos de seca. Nesse caso eu acho que cabem alguns destaques, principalmente relativos a bacia do Paraná e a Bacia Amazônica, que são duas potenciais adiante.

Os modelos ainda são muito frágeis e o que há de consenso pelos colegas do INPE, que acompanham mais os modelos do que nós aqui na COPPE, é que o dado chuva, é um dos dados mais complexos que a gente tem nas modelagens. Nesses modelos do *Haddley Centre,* dá uma redução média principalmente Amazônia, de 150 a 250 milímetros/ano, o que daria uma redução de 10% no volume de chuvas da bacia como um todo. Mas isso ainda não é passível de mo-

delização muito concreta, então, isso nos causa problema principalmente para outras bacias.

Grande variabilidade de resultados em função de diferentes modelos climáticos, dependendo do modelo existe uma tendência de aumento ou diminuição da precipitação. Então, isso nos causa um problema de dizer que a tomada de decisão ainda não está passível em cima dessa situação de mais ou menos, agora, existem coisas já para serem tomadas decisão e a gente vai mais adiante.

Aqui estão às bacias etc. Divisão feita na época que o Ministro aqui, era Ministro da área, essa divisão de bacias que veio lá da ANA. Chama atenção que alguns estudos de precipitação do período de 61 a 90, comparado já dos períodos atuais, começa a se apresentar uma redução de vazão. No Nordeste há uma preocupação com isso, entre a normal climatológica que é 61 e 90 e o período de 91 a 2004, tem 14 anos. E um aumento de chuvas no Sul, que tem sido enfim, a nossa bacia que tem mais construções de hidrelétrica, que é o Paraná. Felizmente, como disse o Professor Pinguelli, São Pedro tem ajudado naquela área da construção.

Isso tem levado inclusive que as estatísticas que foram consideradas para a construção das hidrelétricas, para nossa positividade, está gerando mais energia do que o previsto nos modelos. Por outro lado, o Nordeste que tem uma tendência a seca, tem se mostrado mais seco ainda e isso é complicado, não para geração em si, apesar do São Francisco, mas principalmente para outros de água, como disponibilidade para plantio de alimentos e coisa, enfim, relacionadas à população.

Eu chamo só a atenção dessa situação, que as nossas duas maiores bacias são isso bacias transfronteiriças, isso gera uma preocupação de como correlacionar informações que a gente não tem. Se a gente tem dificuldade de fazer a revisão dos inventários do ponto de vista nacional, principalmente, porque estão contingenciamento o dinheiro da rede hidrometereológica nacional, que são coisas que não pararam nem na Segunda Guerra Mundial, para no período Collor e risca de parar de novo e, tem operado com muita dificuldade.

A rede teve 20 milhões de reais/ano definido por lei, que é da compensação financeira. Hoje a compensação já está chegando a 30 e eu estive com os colegas da ANA há duas semanas, estão com 12 para operar esse ano com aumento de custos consideráveis de transporte e etc. Então, isso é importante, porque por outro lado essa rede ainda não monitora a qualidade de água de maneira correta para tomada de decisão e gestão de recursos hídricos e, por outro lado ela está comprometendo a previsão futura.

Se eu levar em consideração que 1/3 da água chove fora do Brasil – da disponibilidade de água na Bacia Amazônica – a gente precisa ampliar e estimular o monitoramento dos rios, principalmente na Amazônia. No Paraná não é tão sério porque somos água acima, então, isso nos causa o problema de saber o que está acontecendo lá, mas na Amazônia sim, e já começa a dar problema no Madeira. 60% da área de drenagem do Madeira não está no Brasil e, a gente não tem o monitoramento correto da Bolívia e um pouquinho do Peru, mas principalmente Bolívia. Então, a gente tem que ser – além do que a gente já fez de monitoramento, a gente tem que monitorar mais.

Estudos de Inventário como disse o Roberto, está completamente solto. Se esperava, inclusive, que na mudança de Governo em 2003, que o Governo voltaria a fazer os Estudos de Inventário. É muito difícil um privado definir, o que a gente quer aproveitar de hidráulico em cada bacia, as bacias são grandiosas têm tomadas de decisões variadas. Então isso fica uma coisa mal posta e precisa, realmente, refazer era tudo. Juntar o monitoramento com a coisa do inventário para poder ter tomada de decisão futura mais coerente.

Uma coisa que não se conseguiu foi juntar a história do licenciamento ambiental com a disponibilidade hídrica, se conseguiu potencial hidráulico e disponibilidade hídrica com balcão único. Quando vai pegar potencial hidráulico já precisa de disponibilidade entre a ANEEL e ANA, ou entre a ANEEL e os Estados, teria que fazer isso também para licenciamento. Alguns Estados conseguiram Minas Gerais, parece que fez o balcão único e, na União a gente não conseguiu fazer isso.

A demanda em relação à disponibilidade não é tão grande é 3%, agora, algumas dessas bacias já vão começar a causar problemas de outras vulnerabilidades que vão inviabilizar inclusive potenciais já instalados, como a gente viu na seca de 2001, nacional importante, seca não, mas a crise de energia de 2001; aonde não foi a pior de disponibilidade hídrica, mas foi consideravelmente séria com crescimento populacional, a gente viu diversas situações de separação de briga.

Outro tema que eu acho que convém levar em consideração é o Brasil antes de descoberta, o Brasil tempos presentes, com desmatamento muito pesado o que altera, consideravelmente, o uso do solo. Alterando o uso do solo, o volume de sedimentos altera e compromete vida útil do reservatório.

Então, isso também tem ser levado em consideração, é uma ação quase que perene de consertos. E uma complicação que a gente tem, no tema do clima, é que quem vai estimular o tema do superávit primário, que vai estar controlado entre fazenda e planejamento

e aqueles que têm atividades produtivas para pagar o superávit primário – principalmente a agricultura -, tem pouco vínculo com a área ambiental.

Então, você tem o Ministério do Meio Ambiente tentando fazer uma força de Davi contra Golias, que é um volume de recursos pequenos com pouca gente, para mexer num tema que é desmatamento da Amazônia que passa a ser estimulado pelo Ministério da Agricultura, estimulado pela Fazenda etc. e fingem que estão preocupados com o assunto. Não é verdade.

Na verdade, precisa mesmo ter meta contra o desmatamento como teve com a inflação, isso está virando vergonhoso. Está dando vergonha lá fora, a gente finge que não emite, mas emite. A gente entra em negociações detalhadas, como diz o Professor Pinguelli, sem não é para ter a meta lá fora temos que ter a meta aqui dentro. Isso não é para brincadeira, não. É seriíssimo.

A gente já sabe que o nosso espaço aéreo na Amazônia é dos mais invadidos. A gente já sabe que tem ocupação militar em outros países. Então, a gente tem que começar a olhar para essa coisa de maneira muito séria, com riscos de comprometer a geração hidráulica também. Ali estão para onde estão as usinas para um lado e para o outro, mais concentração na potência gerada para baixo e, a hipótese para Amazônia. Rios de planalto, Paraná Grande e Paraíba do Sul, Paranapanema, Iguaçu, etc. e os de planície.

A Amazônia tem um situação peculiar que, dependendo como a gente levar a nossa cooperação internacional, pode ser de grande valor. Existe uma enorme quantidade da água na Amazônia sobre os Andes. Enfim, 1/3 da água chove em cima dos países amazônicos, acontece que o Q diminui, mas o H aumenta, então, a altura é muito maior e a capacidade de geração dessas regiões são muito interessantes.

São países com baixa concentração populacional ainda menor que do lado brasileiro e, que certamente, numa cooperação devidamente equilibrada – não eu não sei como resolve o problema de erro e etc – isso eu não sei, mas eu acho que Itaipu é um exemplo de coisas bem sucedidas. Então, pode-se tentar seguir esse caminho para tentar aproveitar e você têm rios de planalto grandes no lado amazônico, com quase 100 gigawatts de potência do outro lado.

Bom, do que não está aproveitado a gente sabe de cor que está quase tudo concentrado em Amazônia, mas ainda tem bastante no Tocantins, ainda tem bastante no Paraná. Do que está instalado tem uma concentração grande no Paraná, alguma coisa no São Francisco, mas que não vai construir mais e ainda vai perder para irrigação e para possivelmente alguma coisa de outras demandas.

Esse *slide* é uma divisão por região e as diversas vulnerabilidades já por região. Amazônia riscos de inundação de grandes áreas de floresta, caso fosse na convenção tradicional. E conflitos de uso com navegação, agricultura, terras indígenas e biodiversidade e, o que o Roberto sinalizou da questão da reserva. Se a gente não fizer rápido os Estudos de Inventário, vão ser criadas áreas de reserva de proteção ambiental, proteção indígena em diversas áreas, que eventualmente seriam estratégicos para geração de energia, logicamente que não construindo Balbina.

É uma vergonha, mas construindo hidroelétricas coerentes. Quer dizer, não é nada, não é nada, continuamos sendo o País que melhor tira fotos de desmatamento. Então esse ano, estamos muito orgulhos de cortar 14 mil e 500 quilômetros quadrados. O somatório de lago de hídrica na Amazônia não chega a oito mil, mesmo com Balbina que é uma vergonha, então temos que considerar. Se a gente não fizer rápido, a Amazônia hoje já é um dálmata ao contrário de área de reserva.

Os 100 gigawatts que se espera na Amazônia, eu diria que hoje não vão se aproveitar nem 40 ou 50, isso em relação a áreas de proteção que já vão estar em pontos nevrálgicos da geração, isso tem que ser levado em consideração na hora de expandir a proteção.

Outra coisa. Não está regulamentado ainda o uso da água em terra indígena. Isso é fundamental regulamentar, não que vá de desproteger o índio, mas isso não está regulamentado. Como não está regulamentado, as reservas indígenas passam a ser decisão do Congresso Nacional. Como é do Congresso, o Congresso tem muita coisa para fazer, acaba que isso não fica prioridade – exemplo Belo Monte – que está preso numa situação já razoável, então, isso tem que ser feito.

Aqui na COPPE, teve a tese da Luciana, que o Professor Pinguelli orientou, eu colaborei, que mostrou que por exemplo, no Canadá, índio recebe *royalty.* Porque não pode receber no Brasil? A gente protegendo índio para quê? Para ser pobre no interior do mato, sem alimento etc? Então, se a hidrelétrica pagar um *royalty* para eles, eles vão sobreviver como foi Balbina.

Balbina é horrível do ponto de vista de visto de lago, mas deram um jeito de pagar para o uaimiri-atroari, como paga, ao invés de diminuir a população eles passaram a crescer. Então, isso tem que ser feito com rapidez porque isso não está regulamentado e isso cabe ao Congresso.

O Nordeste a gente já sabe escassez, poucos riscos, são outros temas que não a energia elétrica. Chama a atenção também a questão de rios fronteiriços no Centro-Oeste, rios com alto grau de poluição

no Sudeste que tem causado problema, exemplo da Billings, enfim, questão enchentes etc. poluição, também, na parte baixa.

Isso são exemplos que a gente viu na crise de 2001. Esse conflito já deflagrado entre irrigação e geração de energia – navegação nem tanto – mas principalmente irrigação. Demandas de água e etc, mas já tem hoje em torno de 550 metros cúbicos outorgados dessa vazão média de 2600 do São Francisco. Isso não significa dizer que usa, não. Usar é em torno de 250, 200 e pouco, mas há outorgado isso e, isso tem um efeito na geração dependendo de onde tira.

Esse gráfico é conhecido, mas precisa ser detalhado. Quer dizer, aumenta o vento no Nordeste, no momento que baixa a quantidade de água no São Francisco. Então, há uma complementariedade entre o vento e a água, desde que entre tudo num sistema de geração. Sabe-se ainda que a geração eólica é cara e etc., mas isso gerou uma belíssima oportunidade de negócios para os alemães que estão indo adiante e a gente não está aproveitando e, tem uma hipótese de integrar a questão do bombeamento de água com o eólico, isso sim, não precisa gerar energia elétrica.

A gente precisa de muito bombeamento de água no Nordeste e os projetos de irrigação, muitas vezes não se viabilizam pelo custo da energia elétrica. Então, a gente estimular o desenvolvimento tecnológico de turbinas menores com eficiências um pouco mais baixas do para que a geração de energia elétrica, mas para bombeamento de água e, sem dúvida nenhuma é uma hipótese de trabalho.

O Paraná tem o canal Pereira Barreto, que é o nó da navegação. Esse canal tem necessidade de correção de roncamento e etc. Quando chegou na crise de 2001, ficou com problema de navegação.

Além disso você tem situações de processo de antropização ou poluição aceleradíssimo no Alto Tietê. Aí está a Billings, o lago, o entorno, na concentração grande de São Paulo. Desses 900 capacidade de geração instalada de 900 megawatts, vamos ver o que sobrou. Esse daí é aquele exemplo que bombeia com o bombeamento contrário do Tietê para dentro do Pinheiros e do Pinheiros para Billings, para aproveitar a queda da Serra do Mar.

O que acontece é que pela Constituição de São Paulo não pode fazer mais isso a não ser em caso de enchente e, acontece que se perdeu uma usina de 800 e pouco megawatts e hoje não está gerando 70/80. Então, isso é uma vulnerabilidade normal, quer dizer, essa proibição.

A poluição diga-se de passagem, não é culpa da hidroelétrica. A poluição é um setor de saneamento completamente desregulado – completamente desregulado. A lei do ano passado não resolveu tudo ainda, precisa pressionar mais. Enfim, assumo também um pouco o papel culpa. Eu acho que no nosso lá no período que eu estive na ANA, como agência reguladora, se tem uma coisa que a gente não conseguiu fazer e não está fazendo ainda, é o papel de polícia. Tinha mesmo que enquadrar esse povo de saneamento, porque a poluição de todo o entorno está inviabilizando a geração.

Vocês conhecem a história de FURNAS, que é um lago enfim, que tem 3600 quilômetros de perímetro é quase metade do litoral brasileiro de perímetro, 33 municípios. Isso aqui é a seca de 2001. Isso é o lago como ficou, ainda o lago. O pessoal teve que colocar bóia para poder captar a água que baixou muito, esgoto a céu aberto, enfim, que estava sendo diluído.

Um farto investimento em pousadas de veraneio. Essas pousadas foram vendidas, teve gente que se suicidou em 2001. Existe um processo de mais um bilhão de reais dos municípios do entorno contra FURNAS por esta questão, o lago está mal ocupado, eu não quero dizer que a culpa foi de FURNAS. Eu estou dizendo que existe uma causa e está se prevendo já uma situação similar, já existe uma ação de limitar a subida e descida do reservatório.

Se você limita e sobre o reservatório você afeta a geração em cascata, isso precisa ser previsto. Não quero dizer que não seja legítimo. Uma hidrelétrica num primeiro momento, impacta quem mora lá e tira o cara de lá. Num segundo momento, todo mundo começa a morar em volta e adora. No terceiro momento, é o lago de Brasília. O lago de Brasília é um lago de altíssimo valor para quem mora lá, seja rico ou pobre.

Hoje aquele lago não gera mais energia, quase nada. Tem uma hidroelétrica lá de 15 megas e ele fica controlado pelo crescimento populacional, então, isso precisa ser visto. Ainda, olha as pousadas dos camaradas como ficaram, quer dizer, aquilo ali é ancoradouro de barco, condomínio de turismo. Mais uma foto do lago seco. Restaurante.

Por último a Amazônia. Como que ficou a história de seca de 2005, que foi uma seca forte, não a pior do ponto de vista de monitoramento de rio, mas a quarta pior medição que a gente teve em Manaus. Esse foi um efeito de variabilidade, não foi vulnerabilidade. Pelo menos não se consegue fazer a vinculação com o conhecimento científico presente, porém, o que se diz é o seguinte: se tiver mais aquecimento de Atlântico e Pacífico, o que acontece com as massas de ar sobre a Amazônia?

Setembro e outubro de 2005. Você tem um aumento de meio grau a um grau no Atlântico Norte e, esse meio grau a um grau, alterou a circulação de massas

de ar e de água. O pior ano é 1963, com 13,64 medido em Manaus. A série de Manaus é muito boa, tem mais de 100 anos. Agora, vamos para o último ano.

Margem do Rio Negro em frente a Manaus, 21 de julho, 14.41. O problema é que em 63, eu tinha cinco milhões de pessoas na Amazônia, talvez, menos. Hoje eu estou falando de algo da ordem de quase 20 milhões na Amazônia toda e, na Amazônia brasileira acima de 12, 13 milhões. Então, isso vai afetar mais.

Temos problemas diversos, sedimentação está aumentando. Lógico, com o desmatamento de 700 mil quilômetros quadrados de 60 para cá, seria brincadeira se não tivesse aumentando a sedimentação. É lógico que temos que levar em consideração também que boa parte dos sedimentos vem dos Andes e é perda do gelo, que também está aumentando. A gente vai ver as curvas mais adiante.

Temos problemas de poluição em grandes cidades, não vai ser na bacia, porque a capacidade de diluição é muito grande, mas nas cidades, sim. Metais pesados em algumas regiões o que preocupa, que não necessariamente só do ouro do garimpo etc., metal pesado da própria concentração de solo. Bom, pressão antrópica enfim, andinas já ocorrendo.

Esse marronzinho – embora o tempo de medição é pequeno de 95 à 2003 nessa curva – o marronzinho é descarga sólida medida em obidos. Então, há um aumento da curva de sedimentos em obidos isso é uma preocupação de 20 a 25%. A descarga liquida não houve tanta alteração, mas a descarga sólida sim. E, em momentos de seca o assoreamento vai falar mais alto, vai impedir navegação e vai ser mais dura do que a seca de 63.

Essa curva é muito interessante. A curva em marrom é a temperatura do Atlântico Norte. Quando a temperatura do Atlântico Norte sobe vocês vão ver que diminui o volume de águas em obidos, que é uma resultante da bacia. Isso é uma preocupação, quer dizer, se você tiver mais aquecimento do Atlântico todo ano, você tem uma alteração considerável. E no ano que a gente está frio no Atlântico Norte, você aumenta o volume de chuvas.

Então, isso é uma preocupação a levar em consideração, que você tem que tomar as decisões de adaptação, como por exemplo, a história da energia renovável, passa a ser obrigação. Já vou terminar, Professor. Isso é mais a questão de desmatamento são 21 estudos.

Dos 21 estudos que a gente está vendo, a evapotranspiração diminui em todos os 21. A superfície do ar aumenta em 18, a precipitação diminui em 19. E o escoamento superficial, diminui também em 16. Então, o desmatamento tem efeito sim, na questão da água.

Só para mostrar de onde está vindo o sedimento. Descarga sólida etc. Estes são os municípios que sofreram com a calamidade mais no Estado do Amazonas, com uma relação muito forte com os rios mais sedimentados.

Terminando. Eu acho que convém considerar a questão do uso múltiplo da água, otimização de área de inundação, integração de inventários de potencial hidráulico com plano de bacia, eu acho que termina.

Obrigado, desculpa se passei. [palmas].

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Há alguns inscritos. Como nós ainda queremos olhar o convite do Professor Pinguelli, nós vamos conceder um minuto, no máximo dois minutos, para cada um dos inscritos.

Então pela ordem de inscrição Júlio Batista, Estagiário do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas não está presente. Passamos a Hamilton Nogueira, Secretário do Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas. Também não está presente. Cícero Pimenteira, pesquisador aluno.

SR. CÍCERO PIMENTEIRA: Bom dia a todos. O Professor Marcos e o Professor Pinguelli tocaram na questão referente ao saneamento, gestão de resíduos sólidos urbanos no País. Com o novo marco regulatório criado e existindo a possibilidade de haver uma interferência tanto do Governo Federal como dos governos estaduais e, sendo esse um dos grandes fatores de emissão de gases de efeito estufa nas zonas urbanas extremamente ocupadas.

Eu gostaria de saber como esta Comissão, está avaliando a possibilidade de entrar nessa política de saneamento, que envolve gestão de água, tratamento de esgoto, gestão de recursos sólidos urbanos e a [falha do áudio] levando-se em consideração também, que isso pode afetar a questão da vazão dos rios e bacias importantes do país.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Agradeço a pergunta. A nossa Comissão [falha do áudio]. A nossa Comissão é uma Comissão Mista do Congresso, ela especificamente ela trata do aquecimento global. Evidente, que no funcionamento do Congresso e ela especificamente trata do aquecimento global. Evidente, que dentro do funcionamento do Congresso existe comissões que tratam especificamente de diversos temas ligados, que têm relação com o aquecimento global.

Dessa forma, o nosso principal papel é além de criar uma massa crítica, tentar criar uma massa crítica dentro do Congresso a respeito desse tema, informar os Parlamentares, dar conhecimento técnico, dar conhecimento jurídico a respeito dos temas que envolvem o aquecimento global, também sistematizar o que existe de legislação a esse respeito. Nós já temos reunidos uma série de projetos de lei de iniciativa dos

Deputados e Senadores, e estamos priorizando esses projetos, todos eles que têm relação no combate ao aquecimento global.

É importante ressaltar que ultimamente, isso não é coisa de poucos anos não, nas últimas décadas cada vez mais, o Legislativo perde as suas prerrogativas de legislar, de fiscalizar.

Então, estruturalmente, nós estamos tentando retomar essa nossa prerrogativa. Este ano, por exemplo, nós podemos dizer que – me parece só uma lei aprovada no Congresso, foi de iniciativa do Legislativo o resto foi tudo do Executivo. Dentro disso é que nós estamos tentando quebrar essa coisa e fazer com que, através dessa Comissão, desses estudos, desses seminários, dessas audiências públicas, a gente possa sensibilizar a maioria do Congresso, para que a gente possa priorizar essas leis e essas ações.

Por outro lado, no dia 13 de novembro, vai ter uma audiência específica na nossa Comissão sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Vamos passar, então, ao Roberto Schaeffer.

SR. ROBERTO SCHAEFFER: O que eu teria que falar é mais um comentário, uma sugestão para a Comissão de projeto. O último relatório do IPCC, o quarto relatório, ele traça cenários futuros de aumento médio da temperatura para o planeta entre 1,8 e 4 graus centígrados até 2100.

O mais importante do que aumentos médios de temperatura, é que ele mostrar que a variabilidade do clima aumenta muito. Vamos ter extremos muito grande de temperatura, extremos muito grandes de frios, de secas, de chuvas. Isso nos traz à questão que a gente está aqui hoje, que é a grande vulnerabilidade do sistema energético brasileiro às mudanças climáticas.

Quer dizer, mudança climática é mitigação, redução de emissão de gás de efeito estufa e, como o Professor Pinguelli mostra as emissões do setor elétrico brasileiro tendem a crescer, mas por outro lado tem a grande vulnerabilidade que é muito particular do Brasil, no seguinte sentido.

Na medida em que, dado os planos ambientais das nossas hidroelétricas a gente passa a ter crescentemente hidrelétricas – se é que a gente vai ter novas grandes ainda – com reservatórios menores, o sistema elétrico brasileiro fica crescentemente vulnerável às mudanças climáticas. Diferentemente de uma térmica que tem vida útil de 25/30 anos, uma hidrelétrica pode durar mais que 100 anos. Então, a energia elétrica que a gente vai consumir em 2050/2100, é daquelas usinas que já estão em construção hoje, que vão vir a ser construídas num futuro próximo.

O que a gente nota é que os planos recentes do Governo, o Plano de 2030 da EPE, não incorporam a variável mudança climática no seu planejamento. Então, o que a gente chama a atenção e, o Roberto Alves mencionou, estamos começando nesse momento um estudo coordenado por mim com financiamento do Reino Unido, de estudar a vulnerabilidade do Sistema EcoBrasileiro à mudança climática.

Eu acho não deveria ser o Reino Unido que financiaria esses estudos, mas sim o Brasil pensar mais seriamente, seja a ONS, seja a EPE, em olhar com cuidado, por quê? Dado que a gente vai ter extremos de temperatura que aumenta, por exemplo, a evaporação de reservatórios, a gente vai ter extremos de chuvas e, com menores reservatórios a gente não vai conseguir segurar a chuva quando ela chove e, com maiores secas a gente não vai conseguir também ter água necessária para gerar.

É uma sugestão a essa Comissão, que olhe com carinho a vulnerabilidade do setor elétrico brasileiro às mudanças climáticas.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito boa a sugestão, vai de encontro das nossas preocupações. É lógico que eu acredito que hoje dentro dos estudos de impacto ambientais que já são obrigatórios, eu acho que cenários de mudanças climáticas eles devem já obrigatoriamente ser incluídos.

Esses investimentos vultosos que o País vai fazer em hidrelétricas no Rio Madeira, por exemplo, quem é que vai saber? Porque ficou uma dúvida: será que esses rios vão existir daqui há 50 anos? O que será que pode acontecer com o degelo dos Andes? Enfim, esses cenários têm que ser evidentemente levados em conta. Muito bem, acatado com muita satisfação.

Vamos passar para o próximo e Eliabi Ricarti, Pesquisador do Laboratório de Tecnologia Submarina.

Obrigado pela pergunta, Roberto.

SR. ELIABI RICARTI: É oportuno falar também, falar logo depois que o Sr. Roberto, porque é mais ou menos complementar.

Com relação aos oceanos no Brasil hoje, nós não temos monitoramento nenhum dos nossos oceanos. Hoje, nós não temos sequer uma bóia sequer instalada em todo o território brasileiro, para entender esse componente do meio ambiente. Então, fica aqui a sugestão, também.

Quando a gente tem oportunidade olhar sites como da NASA, da NOA, é vergonhosa a diferença de medições e de estações metereológicas que eles têm para a medição dos oceanos.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, concordo plenamente. Marcelo Furtado, Greenpeace.

SR. MARCELO FURTADO: Muito obrigado. Eu queria começar agradecendo o papel da Comissão,

porque o senhor falou que o Congresso está tendo pelo menos oportunidade para legislar, mas na questão de aquecimento global tem uma grande oportunidade já que o Executivo anunciou que a meta que eles têm para uma Política Nacional de Mudanças Climáticas é 2011.

E, quando a gente pressionou o Governo, eles falaram que talvez 2009/2010. Então, está aí uma grande oportunidade, agradecer Comissão e a COPPE por essa Audiência Pública.

Seguindo na linha da discussão da EPE, me parece bastante muito preocupante a questão do Planejamento Energético Brasileiro, porque o estudo feito pela EPE é o estudo que norteia política pública na área de energia elétrica. Neste estudo feito pela EPE, não só não estão contempladas às questões relacionadas a vulnerabilidade de mudanças climáticas, mas estão subdimensionadas as soluções, como eficiência energética e renováveis.

Então, seria muito importante que fosse desafiado o paradigma hidrotérmico, porque aqui nessa Audiência Pública, ficou claro que a gente precisa criar um mosaico de tecnologias e recursos energéticos e que a dependência de um modelo hídrico térmico, apenas, é para o Brasil uma situação de risco.

Acho que é importante colocar que do PAC – que é um grande investimento que está sendo feito com o nosso dinheiro público em curto prazo, 54% dele, ou seja, 65 bilhões de reais estão indo para o setor energia. No entanto, se a gente olhar o que está sendo feito com esse recurso, a gente pode ver que a maior parte dele é o que nós chamaríamos de investimento burro. O investimento feito ou no setor errado, na tecnologia errada ou de maneira imprópria. Um dinheiro que a gente tem no Brasil escasso, deveria estar sendo usado de maneira muito mais inteligente.

Na EPE o estudo prevê uma taxa de crescimento de PIB, 3,2%. A GV ontem, apresentou um estudo aqui no Rio de Janeiro de 3,4% de crescimento, o que para o setor energético, significa um aumento do setor energético ao ano de 4,5%. Ou seja, energia é o combustível do desenvolvimento. Então, é fundamental que a gente discuta esses padrões energéticos.

Nesse sentido a decisão do Governo Brasileiro, por exemplo, de investir bilhões de reais na tecnologia nuclear, colocar em linha, possivelmente, Angra 3, mais... Ontem o Sr. Zimmerman, que é do Ministério de Minhas e Energia, falou em oito outras usinas nucleares. Eu acho que deve ser uma decisão contestada para ser discutida numa Comissão no essa, porque implica em recursos que irão para um lado e que deveriam ir para outro lado.

Finalmente, eu queria colocar que o organismo que regula o setor a OSN, também ainda não está incorporando a dimensão mudanças climáticas. E o fato do gestor do sistema energético brasileiro, ainda não enxergar mudanças climáticas como um fator importante no seu planejamento energético, faz com que as decisões que nós estamos tomando sobre variáveis de alimentação do sistema nos próximos 30 anos, estarem ignorando essa dimensão tão importante.

Então, para contribuir a Comissão, não só eu gostaria de formalmente entregar o nosso estudo de Evolução e Matriz Energética com Energias renováveis. Eu inclusive trouxe para o Professor Pinguelli, três exemplares para dar à Biblioteca da COPPE – que eu havia me esquecido na última em que eu estive aqui de trazer.

Eu gostaria de dizer que a Política Nacional de Mudanças Climáticas que está Comissão está elaborando propostas, deveria contemplar, portanto, três vertentes importantes ligadas ao setor de energia e eletricidade brasileira. O primeiro é linkar a questão desmatamento com a questão energética.

Eu fiz uma avaliação dos níveis de reservatórios na Região Centro-Sul do País, em função da seca de 2005 e identifiquei que, nos próprios registros da ONS, existe uma baixa dos reservatórios. Há obviamente uma avaliação empírica nesse momento, mas eu acho que era interessante a gente fazer esse link, da seca de 2005 que aconteceu e o impacto que ela teve nos reservatórios das hidroelétricas da Região Centro-Sul.

A outra coisa é puxar a discussão de eficiência energética. A eficiência energética é um assunto, que a gente pode puxar para 10%, 20%, 40% e, não 5%, como o Governo trata.

E, finalmente uma lei de inserção obrigatória de energia renovável na rede. O chamado *fidem lo*, foi a estratégia que deu certo em muitos países do mundo, permite que a gente tenha créditos de carbono para os donos do projeto e acho que dá para a gente uma oportunidade muito grande de desenvolvimento. Muito obrigado.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Marcelo Furtado. Nós já tínhamos tido uma discussão na Frente Parlamentar Ambientalista a esse respeito e, são muito bem vindas as sugestões e serão evidentemente consideradas.

Vamos passar ao último argumentador, Paulo Roberto da Costa, aluno de Doutorado do Laboratório de Tecnologia Submarina.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA: Muito obrigado. Como o Eliabe colocou a questão do monitoramento dos oceanos aqui na Costa brasileira, a gente

queria deixar claro que há necessidade de uma melhor política do Governo com relação às energias renováveis. Em particular o nosso projeto aqui na COPPE que estamos desenvolvendo – agora já em fase de possibilidade praticamente real, de implantação no Governo do Ceará do primeiro protótipo, – é que seja vista a questão desses dispositivos para geração de eletricidade renovável por energia das ondas do mar.

E é só isso que eu queria registrar aqui, o nosso interesse no desenvolvimento desse dispositivo.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito obrigado pela sugestão, será devidamente considerada. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado ao Deputado Sarney Filho, Relator dessa audiência. Eu quero agradecer a COPPE, Professor Luiz Pinguelli Rosa, ao Roberto D'Araujo, ao Professor Marcos Freitas. Eu gostaria de falar algumas observações finais e, falar um pouco sobre o trabalho da Comissão, muito rapidamente.

A Comissão tinha desde o seu início, já constando em seu relatório parcial, a decisão de trabalhar nos diversos partidos que compõem a Câmara e o Senado, num trabalho consistente de aumento e de qualidade na questão orçamentária, com relação às instituições de pesquisa no nosso País, das Agências Reguladoras.

A Comissão esteve do INPE, esteve no INPA, está viajando o País conhecendo a realidade. Fica cada vez mais claro que é preciso garantir recursos no orçamento que tenham a sua liberação garantida. Desta Audiência a gente sai com a certeza também, que é preciso observar bem a questão da burocracia e da dificuldade de promover cooperação com organismos internos, já que há uma oferta e uma proposta permanente de parcerias externas e de financiamento a projetos que melhorem a questão das medidas mitigatórias.

Isso a Comissão pôde acompanhar de perto em recente visita que fez ao Reino Unido a Londres, a cooperação, a abertura para programas de cooperação, a audiência da Comissão com o Economista Nicolas Stern. Quer dizer, a consciência que já existe em alguns Parlamentos.

Eu acho o que Brasil, apesar de toda a boa vontade da Câmara e do Senado, da Comissão Especial, nós ainda pudemos constatar que estamos atrasados com relação à definição de políticas legislativas de outros países. Para nossa surpresa, recentemente, até os Estados Unidos tem mudado a sua postura, no Parlamento e no Poder Executivo, acelerando o processo.

Por isso que é estranha, qualquer análise de que uma revisão e a política de mudanças climáticas possa ser discutida em 2011, se outros países já anteciparam suas previsões e sabem das conseqüências que serão mais rápidas do que a gente imagina.

Por isso vem a proposta da Comissão de fortalecer o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, de fazer parceria com instituições de pesquisa para garantir o financiamento, garantir o fortalecimento das áreas de pesquisas e o descontingenciamento dos recursos das agências que adormecem lá, com uma necessidade dos investimentos em pesquisa. A nossa preocupação também nesta audiência, com a metodologia dos leilões de energia e as expressões -ontem eu ouvi uma expressão que até antes eu não tinha ouvido: "Tivemos um leilão seco". Um leilão sem uma gota d'água, eu não tinha ouvido isso antes, ouvi ontem isso, no Congresso.

Então, essa preocupação na qualidade de geração de energia que passa, não só pela falta de segurança no abastecimento das usinas térmicas, mas até sob a possibilidade de algumas usinas terem entraves administrativo, tem usina que está lá e não tem dono, ninguém sabe onde é que está. Então, são preocupações que a gente leva desta audiência.

Eu gostaria de deixar registrado a todos os participantes dessa audiência, que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, em conjunto com 09 Comissões Permanentes da Câmara e do Senado, promoverá no próximo dia 28, será abertura, do Seminário Internacional Aquecimento Global e Responsabilidade do Poder Legislativo no Estabelecimento de Práticas Ambientais Inovadoras.

A programação é extensa, ela é composta por oito painéis, para nossa honra, o Professor Luiz Pinguelli Rosa estará no Painel Aquecimento Global. A mesa terá como debatedor o Jornalista Sérgio Abranches, terá também como expositor o Professor Carlos Nobre, Eduardo Assad, Pesquisador da EMBRAPA, e Milton Paciornik.

Esse seminário tem temas e mesas presididas por diversos Parlamentares, Senadores e Deputados e com a participação de Especialistas Cientistas e Parlamentares de mais de seis países, esse seminário ocorrerá nos dias 28 a 29 e dia 30. A programação estará disponível no site da Comissão: mclimaticas@senado.gov.br, esse é o e-mail. Vamos pedir para que passem a cópia da programação do Seminário, para quem puder participar vai ser muito importante.

Eu quero mais uma vez agradecer COPPE, quero mais uma vez agradecer a Assessoria, aos consultores e aos participantes dessa audiência. Eu quero dizer que todo o conteúdo dessa audiência será repassado aos 24 membros titulares dessa Comissão.

Eu quero agradecer ao Deputado Augusto Carvalho, ao Deputado Dr. Adilson Soares, e dizer que

a Comissão está disposição, que nós pretendemos entregar ao Brasil a melhor lei possível de mudanças climáticas, entendendo que essa é uma matéria nova, urgente e que precisa da colaboração de todos.

Não havendo nada mais a tratar declaro, encerrada esta audiência agradecendo a participação de todos e convidando a todos para a próxima Audiência Pública, na próxima terça-feira, dia 28 de agosto, às 14h30, no Senado Federal, quando debateremos o tema Mudanças Climáticas com o Setor Agropecuário.

Muito obrigado [palmas].

Sessão encerrada às 11h44.

Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

DIÁLOGOS VISITA EXTERNA À UFRJ

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estamos convidando aqui toda a comitiva e também os colegas que quiserem para uma pequena visita aos nossos laboratórios, os nossos Diretores aqui vão acompanhar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós sabemos que a demanda que ela cai muito, então nós temos um excesso de energia e que uma planta de veículo de transporte de massa, que pudesse aproveitar essa energia durante a noite carregando as baterias e durante o dia, esse veículo vai transportar os passageiros utilizando essa energia que ele armazenou durante a noite e, consumindo uma pilha a combustível que ele tem embarcado a bordo.

Com isso, a gente o reduz o consumo de combustível hidrogênio [falha no áudio], que realmente em [falha no áudio] e, nós aproveitamos essa parcela de energia que não estava sendo utilizada, adequadamente, digamos assim.

Então, essas características para a nosso veículo o tornam bastante interessante. E, reforçando, o fato de nós termos optado por desenvolver a nossa tecnologia aqui, também é outro adicional para esse projeto. Nós estamos colocando toda a tecnologia nacional, que nós pudemos encontrar nesse projeto. Então, esse é um projeto bastante interessante que a gente está assim bastante empolgado com ele.

Nós temos também vinculado a esse projeto, uma rede de empresas que vai ser construída, visando que a gente tenha verdadeiramente o domínio das várias tecnologias envolvidas com a economia do hidrogênio, chamada economia do hidrogênio. Nós estamos usando um veículo a pilha combustível. Então, pilha [falha do áudio].

Bem, o que nós temos aqui, não tem [falha do áudio], nós selecionamos alguns *slide*s, apenas [falha do áudio]. Nós temos aqui – não sei se todos vão conseguir visualizar– mas a gente percebe falando um pouco da economia do hidrogênio, uma característica interessante que há muito tempo atrás em 1850, por aí, a nossa matriz energética ela era baseada na queima de madeira.

Então, dava uma relação que a gente chama de hidrogênio em relação ao carbono muito baixa de .1. E, ao longo do tempo, a gente percebe nitidamente uma reta, em que passou-se da madeira, entrou-se no carvão mineral, em que a relação de hidrogênio por carbono já melhorou, já passou para 1. Essa década que nós estamos vivendo, está ainda baseado no óleo e no gás natural, em que a relação hidrogênio para carbono já é um maior um pouco 2.

Estamos chegando aqui na relação de metano, em que nós temos 4 átomos de hidrogênio para o carbono. Quer dizer, nós estamos naturalmente, reduzindo a quantidade de carbono emitido.

Essa tecnologia de pilha a combustível, ela vem justamente para melhorar essa relação. A gente vai dependendo do processo de geração de hidrogênio a gente não vai ter carbono emitido o que é muitíssimo interessante uma vantagem enorme.

Então nessa linha que a gente está falando, a gente está começando a desenvolver este veículo de ônibus movido a hidrogênio, que deve estar pronto até o final do ano, é o objetivo nosso de botar ele para circular. Tecnicamente tem esse formato. Ali na entrada, se vocês observarem um pouquinho, tem ali aquele em V, que é o designer externo do veículo que nós fizemos depois. Depois a gente mostrar essa imagem, está Cristian, segura ela dentro do ônibus.

Vocês podem ver que foi feito um concurso aqui na UFRJ, para que fosse desenvolvido um layout para esse veículo, o que foi aprovado foi esse que deve circular nas ruas com algumas modificações. A velocidade às características técnicas desse veículo está são as seguintes: ele é um ônibus padrão convencional de 12 metros que é o urbano; ele tem capacidade para até 100 passageiros, uma lotação extrema, mas confortável cerca de 80 passageiros, cerca de 34 assentos, é um padrão urbano mesmo que a gene tem. Ele tem velocidade nominal de 60 quilômetros, que é a velocidade urbana, mas ele pode ir a 80 quilômetros com facilidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estou brincando aqui, que Corinthiano não vai entrar nele. [risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, né? É verde, palmeirense.

SRA. BEATRIZ: Inicialmente ele vai circular aqui na Ilha do Fundão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Transporte de estudantes e tal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isto. A gente vai colocar ele na fase de teste e, depois, passando

essa fase de teste, a gente começa a circular ele para ajustes e para um maior conhecimento, porque isso é novo do Brasil, a gente reforça isso, é o primeiro no Brasil com tecnologia toda nacional.

Então ele vai circular aqui, depois temos algumas rotas na cidade do Rio de Janeiro que a gente já está estudando, para que ele circule durante um período e, posteriormente, a gente já está estudando replicar para outras--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem que ir lá para Brasília.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São Paulo, Minas,.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pôr alguma coisa boa naquela praça ali, dos Três Poderes lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, olha aqui. Só para vocês terem uma pouca noção, do arranjo do veículo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A parte de abastecimento fica em cima do veículo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso. Esse veículo utiliza hidrogênio gasoso comprimido a alta pressão, ok? Então, tem como a gente falou, banco de baterias que está ali na frente. Esse aqui é o ar-condicionado normal, ele tem um motor elétrico que é o que faz movimentar o veículo e, o sistema de pilha combustível, mais os acessórios ficam todos lá no fundo.

É um veículo topo piso baixo, quem conhece o sistema trólebus, lá em São Paulo, ele é todo piso baixo, e praticamente é a mesma estrutura, o mesmo chassis. Então, essa é a característica do veículo. E o restante de suspensão hidráulica comum o padrão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado, sucesso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse é um dos projetos, agora, a gente tem um outro, que eu acho que é importante a gente falar, tomar um pouquinho mais o tempo de vocês, que é de pilhas a combustível, que nós [falha no áudio] Com utilização de dióxido de sólido(F), que essa é uma pilha também bastante interessante, porque você pode colocar como combustível – essa é outra tecnologia. Você pode colocar gás natural, pode colocar o álcool metano, você pode colocar hidrogênio puro.

Qualquer desses combustíveis que você colocar ela converte em energia elétrica direto. E a linha de pesquisa nossa é para desenvolver uma célula desse tipo de cerca de dois kilowatts, que a gente chama de *stand alone.* Nós podemos colocar em vilarejos, em postos de saúde etc., que essa é uma demanda bastante razoável e ele opera sozinho. O indivíduo pode inclusive, utilizar biogás se ele quiser.

Então, essa é a tecnologia, estamos com parceria tem pessoal envolvido. O parque tecnológico está sendo estruturado, para dar todo suporte a esse desenvolvimento. A célula nós já desenvolvemos, temos alunos aqui que estão trabalhando agora no formato final de dispositivo, que tem uma série de contorno envolvido. Então, é também uma outra linha, bastante interessante do laboratório que a gente desenvolve.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só uma pergunta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa tecnologia a ser adaptada ela pode... Por exemplo, esse é o primeiro ônibus no Brasil?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso, com desenvolvimento totalmente nosso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] 10, 15 no mundo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Experimentos nesse sentido já concluídos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, nesse sentido concluídos já têm cerca de cem veículos no mundo rodando, a maioria nos Estados Unidos e na Europa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só por curiosidade tem algum barco?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Barco movido a hidrogênio? Tem as informações de que já estão desenvolvendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem barcos e já tem inclusive submarinos, tem alguns submarinos que são movidos-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem até avião também que o pessoal já está pesquisando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não no Brasil?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O próximo no Brasil pode ser o barco, por exemplo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode o barco, o submarino, tranqüilamente. Temos isso aqui envolvendo, tendo o domínio dessa tecnologia é facilmente escalado para tudo isso daí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Colocar um barco no Rio Amazonas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um veículo de passageiros, um automóvel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está ótimo, muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Espero que tenham gostado, esse é o nosso trabalho. [falha do áudio].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, então, na verdade, a gente está aqui no Centro de Tecnologia Sustentáveis e, naturalmente, existem vários projetos que estão em envolvimento aqui, todos voltados para a parte de sustentabilidade, meio ambiente e energia alternativa.

Em particular, a gente tem um trabalho interessante, que é relevante nós mostrarmos aqui para vocês que é a planta de produção de biodiesel, um combustível oriundo de óleos vegetais e gorduras animais renovável.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Daria para você repetir?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sem problema, nenhum. Então, vou começar do início. Nós estamos aqui no Centro de Tecnologias Sustentáveis da COPPE UFRJ. Existem vários projetos que estão sendo desenvolvidos aqui, todos voltados para essa parte de desenvolvimento sustentável, meio ambiente, recursos hídricos, energias renováveis.

É um complexo nós temos três prédios aqui. Um prédio é voltado basicamente para a parte de desenvolvimento de projetos. Esse prédio que nós estamos aqui, agora, que é um prédio voltado para produção de biodiesel, é uma planta de produção e biodiesel e, um laboratório para avaliação da qualidade do produto, que é o que a gente gostaria de mostrar para vocês, como uma instalação relevante aqui do centro.

Então, eu acho que a gente poderia passar para mostrar para vocês a parte de laboratório e eu vou contar com a Professora Beatriz, que é a pessoa que faz a análise desse material aqui do biodiesel, Ok.

A gente está começando aqui pelo laboratório, é a parte onde a gente faz a análise química do produto, como vocês podem ver várias origens, produtos de várias origens, eu acho que a Beatriz pode explicar melhor essa parte que ela é a especialista mesmo.

SRA. BEATRIZ: Na verdade, aqui é o laboratório de acompanhamento de processo. A caracterização mesmo é feita em outro laboratório que é mais completo. Isso aqui é só para acompanhar enquanto está se fazendo o biodiesel.

Então nós temos aqui exemplos de biodiesel feito de diversas oleaginosas e de gorduras animais também. Tem biodiesel de soja, canola que é o que se usa na Europa, algodão, dendê que é a palma, fritura. Isso aqui é um biodiesel feito de resíduos de fritura, que vem dos restaurantes do CEPE, da Petrobras.

Aqui é um biodiesel de sebo animal, um biodiesel de coco. Esses avermelhados são todos de palma. E aqui, ao longo da reação nós vamos acompanhando para ver se já pode ser separado o produto, se já está finalizada a reação. Isso aqui é só um laboratório para acompanhamento.

Depois esse biodiesel é levado aos laboratórios de caracterização onde são feitos 26 ensaios, para verificar se ele está dentro da Resolução 42 da Agência Nacional do Petróleo, para poder ser testado. Isso aqui não é uma unidade de produção é uma unidade de produção de amostras, para fazer testes em motores, não tem unidade da venda de produtos é só para testes. A gente podia passar para ver a unidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deixa só... É relevante, quer dizer, o que a Beatriz falou é que na verdade isso aqui seria uma plantazinha para você poder ter flexibilidade para produzir biodiesel, a partir de diversas matérias primas como a gente está vendo aqui. E a finalidade é você ter um produto com uma especificação excelente, para você poder fazer teste em motores e estar acompanhando o que é o estudo na arte no mundo em termos de biodiesel.

Outra coisa que eu acho interessante vocês olharem aqui, que também faz parte do complexo é a infra-estrutura. Na verdade, vocês podem ver todas essas casas aqui foram produzidas com tijolos de solo-cimento, quer dizer, tem baixa energia embutida para a produção. Você vê que toda a parte da infra-estrutura do telhado é de bambu, e as telhas também de fibra de bambu com papel, com revestimento.

Ele é todo voltado para você ter uma arquitetura adequada, consumindo pouco energia que é a finalidade aqui do Centro de Tecnologia Sustentável. Vamos passar, então, para planta.

SRA. BEATRIZ: Isso aqui, vocês já ouviram falar é o biodiesel de mamona--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já, já.

SRA. BEATRIZ: Tem características diferentes, depois se vocês quiserem amostras de biodiesel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu quero levar uma de mamona.

SRA. BEATRIZ: De mamona, mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem que da minha, terra, tem de babaçu? Não tem. Explica para gente de novo por favor, o que é isso, que a gente não pegou o áudio. A senhora pode explicar pra gente, o que tem nesses vidrinhos?

SRA. BEATRIZ: Posso. Isso aqui são biodiesel feitos de várias oleaginosas e de gorduras animais. Nós recebemos aqui diversas matérias primas para gente caracterizar e transformar em biodiesel.

Então, depois de feito o biodiesel, nós levamos para os laboratórios onde são feitos ensaios. São 23 a 26 ensaios, para ver se eles estão de acordo com a

Resolução da Agência Nacional do Petróleo, para ver a qualidade do produto feito aqui. Depois o biodiesel que é produzido aqui é levado para ser testado em motores.

Nós temos diversos projetos em viações de ônibus. Fizemos projetos com a Vale do Rio Doce também de instalação de biodiesel na Vale, então, nós temos vários projetos de verificação em motores.

Bom, aqui nesse prédio ficam as nossas unidades piloto onde nós fazemos o biodiesel para teste automobilístico. Na verdade, nós temos duas unidades. Essa unidade aqui é uma unidade que deverá ir para o Pará, que vai ser utilizada para geração de energia. Então, nós estamos testando a planta e ela já foi feita em módulos. Aqui nós temos um módulo de reação e um módulo e lá um módulo de separação, para ser colocada já num contêiner para embarcar para--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ela está programada para geração de energia, já com geradores?

SRA. BEATRIZ: Não, não. Ela gera o combustível que será colocado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na térmica.

SRA. BEATRIZ: Na térmica, exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual o elemento para produção do biodiesel?

SRA. BEATRIZ: Bom, ela pode utilizar diversas oleaginosas, não tem problema, você coloca já o óleo vegetal, mas pode ser qualquer tipo de óleo. Mas essa especificamente, ela vai trabalhar com óleo de palma, no Pará que nós temos uma plantação grande de palma no Pará, sempre adaptada ao recurso local, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Beatriz, o Luiz Guilherme chegou aqui, talvez seja interessante... O Luiz Guilherme é a pessoa que opera a planta, é o engenheiro químico responsável aqui pela planta de produção biodiesel. Então, eu acho que é interessante ele dar uma visão da unidade de produção.

SR. LUIZ GUILHERME: Essa unidade ela foi projetada para produzir biodiesel a partir de qualquer matéria prima, seja óleo vegetal ou seja gordura animal.

A capacidade dela por batelada é cerca de 1500 litros de biodiesel a cada batelada. Essa batelada como eu chamo, é o produto carregado, reagido, por clico todo até a purificação do produto dentro da especificação. Essa batelada, esse ciclo pode demorar, dependendo da matéria prima, entre quatro e seis horas para cada ciclo desse.

Eu falo dependendo da matéria prima, porque algumas matérias primas, requerem tratamento um pouco diferenciado das outras, tempo de reação, temperatura nessa reação, quantidade da álcool, quantidade de catalisador isso é uma operação entre matéria prima.

Ela foi projetada em dois módulos. Esse primeiro módulo é o módulo de reação, onde basicamente entram os insumos e o processo e a reação ocorre, a transformação do óleo e da gordura em biodiesel. E, na segunda etapa ali ele é processado e purificado para entrar na especificação, recuperado o excesso de álcool e os insumos todos que foram necessários.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa conta é movida ao próprio biodiesel que é colocado.

SR. LUIZ GUILHERME: No momento aqui ela está sendo movida por energia elétrica, mas ela pode... Os motores podem, ela possui bombas de baixo consumo energético. A bomba e só para agitar e transferência em líquido. E o que ela teria de maior gasto energético hoje é a fonte externa de calor, que nós estamos fazendo uns testes aqui, para onde ela vai no Norte já existe uma unidade de calor que vai fornecer calor para o aquecimento de determinada etapa do processo. Aquecimento baixo esse, não passa de 100 graus, não é uma fonte muito grande.

Aqui ela está sendo testada com energia elétrica, ela está aqui sendo ajustada, adequando, acertando os detalhes, para quando chegar lá ter o mínimo de ajuste possível. Hoje ela opera, como a professora Beatriz estava falando, ela vai operar lá com óleo de dendê, com óleo de palma, mas aqui tem operado com mais freqüência com óleo de fritura, dada a disponibilidade desse óleo que a gente tem aqui.

E nós estamos avançados nesse projeto, então, eu estou ajustando ela mecanicamente com óleos de fritura, todas as etapas e o óleo de palma a gente não tem uma quantidade muito grande, eu estou fazendo em laboratórios, para depois fazer uma corrida interessante aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela pode ir para a Cooperativa lá de Paracruz--

SR. LUIZ GUILHERME: Ela vai, na verdade, é uma empresa cooperativa de pequenos e médios produtores de dendê, que produzem esse óleo bruto e revendem esse óleo para refinamento. Então, esse óleo ficará produzido a partir das pequenas e médias, parte desse óleo viria para transformar em diesel e alimentar geradores e sistemas isolados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está bom, parabéns.

SR. LUIZ GUILHERME: Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos ver lá no Pará.

SR. RODRIGUES: Meu nome é Rodrigues [ininteligível]. Estamos aqui no laboratório de Tecnologia Oceânica da COPPE, fazendo uma visita. Eu vou mostrar para vocês as instalações do laboratório. Então, aqui à direita nós temos a janela que ficam na altura

do tanque. Se vocês olharem por dentro das janelas vocês vão ser capazes de ver o fundo do tanque e o poço central que tem meio.

Na parte vertical vocês vão ver um fundo móvel, que é uma estrutura de aço que ela se move para simular diferentes profundidades. E no meio do tanque vocês podem ver que tem um buraco que é o nosso poço central que tem 10 metros adicionais de profundidade. Então, o tanque tem 15 metros de profundidade com mais 10 adicionais no centro, a largura é dele é de 40 metros e o cumprimento é de 30, a gente vai ver lá em cima melhor. Então, vamos lá para a parte de cima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aquele negócio no meio pendurado é o quê?

SR. RODRIGUES: É um bote que está fazendo um teste.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai até lá em cima?

SR. RODRIGUES: Vai até lá em cima, são 15 metros.

Gente, o laboratório está em obras, a gente está criando novas salas está um pouquinho conturbado aqui muito barulho. Isso aqui é o tanque, como eu disse, são 15 metros de profundidade, mais 10 adicionais no centro, 30x40, metros as dimensões e aqui é o nosso gerador de ondas.

Então, esse é o sistema que gera as ondas. Com as ondas, a gente tenta reproduzir as condições ambientais para fazer teste de plataformas e outras estruturas oceânicas e aí, conseguir medirem movimento, esforços, em cima dessas estruturas para poder dimensionar futuros projetos ou até corrigir projetos atuais, melhorar. Então, esse é o nosso trabalho aqui.

Além disso, a gente tem possibilidade de gerar vento, com sistemas de vento e geração de vento e possibilidade de gerar correnteza também. As obras que vocês viram, quando vocês estavam chegando é justamente a instalação de sistema de correnteza. Então, futuramente a gente vai poder gerar correnteza dentro do tanque também. Com isso, a gente vai conseguir gerar basicamente às condições ambientais que nos interessam: vento, ondas e correntezas e basicamente é isso.

Aqui tem a sala de controle, então, toda a operação do nosso gerador de ondas é realizado através da sala de controle. Tem sala de clientes e ali é a ponte de instrumentação, onde a gente coloca todos os sensores etc., que vão ser instalados nos modelos para poder fazer as medições de força, movimento etc.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aquele sistema de produção de energia ele está simulado a quê?

SR. RODRIGUES: Não, vocês são da Comissão de Mudanças Climáticas, o sistema de energia das ondas é um projeto de um laboratório aqui também da COPPE, chamado ETS, eles regularmente vêm aqui para testar o equipamento.

Assim como a gente constrói modelo em escola reduzida para poder simular o comportamento e plataformas, eles também construírem uma versão reduzida do sistema de geração de energias de ondas. Eles instalam na ponte, então, o captador de ondas ele fica virado para cá, como se o mar estivesse dando da frente, eles começam a movimentar e transformar essa energia das ondas em energia elétrica. Então, eles fazem esse teste aqui mesmo. Alguma dúvida mais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que... Em que fase... Quais são as fases adicionais, agora, preparando ainda parte de equipamentos ou só a correnteza?

SR. RODRIGUES: Basicamente a gente tem toda a parte de geração de ondas prontas, isso aqui são apenas salas para acomodar mais pessoas, não tem de equipamento e nada disso. Basicamente a obra atual é o sistema de correnteza, além disso, existe a possibilidade de instalar um outro gerador de ondas em outra ponta, ou até mesmo na lateral, mas isso são projetos que não interferem nas atividade, seriam melhorias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pesquisa [ininteligível], de pesquisa desejável?

SR. RODRIGUES: Seria um adicional, mas por enquanto, a gente consegue operar muito bem com o sistema atual. Mais alguma coisa, mais de uma dúvida, não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não pode nadar, não? Um calor danado.

SR. RODRIGUES: Nadar não pode. Nadar dá justa causa. Não pode não, na verdade, é o seguinte. Fazer onda.

São estruturas do tipo de estrutura que a gente testa no laboratório são estruturas oceânicas mesmo, então, navios, plataformas, esse é o tipo de estrutura que a gente testa aqui.

Mede os movimentos, mede os esforços e faz uma série de contas para ver a viabilidade técnicas das suas estruturas.

Ata da 22ª Reunião realizada em 28 de agosto de 2007

Ata Circunstanciada da 22ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 28 de agosto de 2007, terça-feira, às 15h04, na Sala nº 19

da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à discutir questões referentes ao Setor Agropecuário.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Delcídio Amaral (PT-AC)
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Iran Barbosa (Bloco PT-SE)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)
Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)
Deputado Jorge Khoury (PFL-BA) – Suplente
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente
Deputado Iran Barbosa, Presidente Eventual.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº. 001/2007, destinado a acompanhar e monitorar, fiscalizar as ações referentes a mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a debater o tema do aquecimento global com o setor agropecuário. Para tal, convido para compor a Mesa os Srs. Antônio Divino Moura, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, Ministério da Agricultura; Jurandir Zullo Júnior, Diretor do CEPAGRI, Centro de Pesquisas Meteorológica e Climáticas Aplicadas na Agricultura, na UNICAMP.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Eu coloco em votação propondo a dispensa das suas leituras. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Inicialmente eu passo a palavra ao Sr. Antônio Divino Moura, Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia, do Ministério da Agricultura. O senhor tem 20 minutos para a exposição, sempre com um pouco de tolerância, se precisar um pouco mais de tempo nós concederemos.

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Nós vamos fazer uma apresentação mais do lado meteorológico da questão, que nós estamos tratando aqui da questão da interface entre as flutuações e mudanças climáticas e seus impactos na agricultura. Nós temos na Mesa pessoas que entendem mais da área de agrometeorologia, obviamente não vou adentrar nesse campo, e vou falar um pouco mais da questão das mudanças climáticas e o que o Instituto Nacional de Meteorologia está fazendo na questão de monitoramento e a sua modernização.

Bem, então eu vou falar sobre essa questão da agricultura. O último relatório do painel das mudanças climáticas, o relatório 4, ele relata impactos de vários setores: agro, energia, saúde pública, biodiversidade e agricultura, e aqui notadamente se relaciona a questão da diminuição de produtividade dos trópicos, devido ao aquecimento planetário, aquecimento aqui incluindo todos os efeitos de temperatura, precipitação, etc.

Aqui está uma simulação feita pelo Centro Hadley, que fica na Inglaterra, mostrando a interação com gás carbônico, e também a vegetação variável. Comparando o final desse século, os anos 90, 2090 com o final do século passado. Quer dizer, uma variação da ordem de 10 anos, nota-se a diferença em termos de temperatura um aquecimento sobre a América do Sul, na Região Amazônica, basicamente o que nos interessa aqui, e em termos de chuvas, uma diminuição na Região Amazônica e parte do nordeste e aumento na região sul do Brasil.

Tipicamente o que se imagina no mundo mais quente seria que o Oceano Pacífico teria uma atividade tipo El Niño mais pronunciado que justifica esse tipo de variação. Ou seja, no sul com mais chuvas e na Região Amazônica e nordeste um pouco menor. É importante notar que esses estudos se referem numa escala planetária. E a aplicação na agricultura nós temos que chegar isso a nível nacional, a um nível regional, a um nível mais local. Então essas informações elas só servem para um planejamento muito grande. As atividades em agricultura nunca ocorre nessa escala. Então é importante que a gente tenha que fazer, dar um desses modelos para escalas apropriadas a nível de agricultura, de fazendeiros.

Não vou falar muito sobre isso, mas basicamente o que nós temos é uma relação forte entre o aumento de temperatura, a planta reage com a fotossíntese durante o dia absorvendo energia do sol e ela também com a temperatura ela respira. A diferença das duas coisas é o que se produz em termos de massa da planta. Se a temperatura aumentar muito, como é o caso aqui, a respiração se torna muito grande e a partir de uma certa temperatura a planta fenece. Não há questão de produtividade. Então há um valor ótimo de temperatura para que funcione bem. Isso o pessoal da agrometeorologia, Prof. Jurandir vai abordar provavelmente essas questões mais em detalhe. Mas é para mostrar que realmente há uma competição entre fotossíntese e recuperação da planta dependendo da temperatura. Por isso que uma variação no clima é importante. Não somente a variação de longo prazo, escala de décadas, centenas de anos, como também de ano a ano. Claro.

Os desafios que nós temos aí nesse século foi realmente basicamente um de alimentar ao final dos anos 50 que tinha metade da população de hoje até o final do século para a população crescente, que iria praticamente dobrar alimentar essa população. Aí veio a revolução verde, agrometeorologia, previsão de tempo, clima, etc, está tudo embutido aqui para ajudar na questão. Principalmente novas tecnologias, no caso do Brasil a EMBRAPA teve um papel preponderante nisso, junto com outros institutos de pesquisa, e utilização de fertilizantes, agroquímica, irrigação, novas sementes geneticamente modificadas, etc, máquinas agrícolas, isso tudo ajudou, junto com meteorologia fazer uma revolução verde. Uso intensivo da terra e houve também, claro, avanços em áreas não plantadas anteriormente com desmatamento e suas conseqüências que nós conhecemos bem no Brasil a questão da Amazônia.

Aqui nós temos a evolução de agricultura brasileira desde 76 até agora e que isso aqui é área plantada que praticamente não mudou tanto. A agricultura não se pode ser vilipendiada demais por está avançando em novas áreas, mas a produção aumentou muito. Ou seja, nós tínhamos aqui praticamente área plantada e a produção na mesma escala e que hoje ela se distanciou. Ou seja, um crescimento quase exponencial para área praticamente mantida. A área aumentou cerca de 20% e a produção cerca de 200%. Mas notar que de ano para ano você tem flutuações. Isso aqui são as variações de ano a ano extremamente importante na produção de grãos.

Aqui é o caso específico da produtividade que leva em conta produção por unidade área mostrando alguns vazios, principalmente na região sul e sudeste, isso se deve a secas que pode acontecer de um ano para outro e às vezes algumas mais prolongadas. É importante monitorar e prever essas secas também para a questão da produção de grãos.

Aqui nós temos mais evolução, no caso do Rio Grande do Sul, e que sofre basicamente cada cinco, sete anos você tem algumas secas ocorrendo com dano muito grande na agricultura.

O desafio do século 21, revolução verde na verdade trouxe todos esses benefícios de produzir mais alimentos, mas gerou problemas na questão ambiental. Principalmente o caso dos fertilizantes nitrogenados, dióxido de nitrogênio, NOX, a questão do metano por causa dos 200 milhões de cabeça de gado que nós temos, aumento dos gases de efeito estufa. Se por um lado nós resolvemos problema de alimentação nós começamos criar alguns problemas na questão ambiental. E a água passa a ser daqui para frente cada vez mais o fator determinante. Hoje a agricultura que usa mais água para efeito de irrigação nós vamos ter uma competição cada vez maior para esse uso e nós temos uma solução cada vez mais complexa para atender a produção entre produção de alimentos e de biocombustível que é o caso do Brasil.

Século 21 então. Nosso desafio. Hoje com a população de 6,5, alimentar 9 bilhões(F) para a metade desse século. Que essa é a crescente população. Nós temos um problema sério a questão ambiental, na questão de mudanças climáticas que ninguém toca muito que é o crescimento da população. Você tem que empregar essa população crescente, você tem que promover desenvolvimento muito grande, tem que produzir energia para esse desenvolvimento e a energia na base de combustíveis fósseis obviamente causa problemas ambientais. Hoje nós temos um conceito grande bem sedimentado da sustentabilidade, nós temos que imaginar as nossas atividades, tem que sustentar ao longo dos anos, nossos netos, etc, e a habitabilidade do planeta, temos que pensar na qualidade de vida também. E resolver a questão das energias, usando mais as energias renováveis e aqui no caso do Brasil pequenas hidrelétricas, pode ser mais aproveitadas e a questão dos biocombustíveis.

A questão das mudanças climáticas, vai passando, por favor... Isso aqui é uma curva desde 1860 com médias de temperaturas em torno numa média planetária. Então cada vez mais, mas os relatórios não explicam bem por que é que daqui para cá diminuiu a temperatura em vez de aumentar. Teve um aumento. Na época da Segunda Guerra, com grande produção de gás carbônico, etc, você teve na realidade um decréscimo. Há muita variabilidade natural nesse sistema também. Mas você pega mais essa tendência nos últimos 20, 30 anos indicando as mudanças climáticas globais. Mas é importante analisar melhor o que tem acontecido para que se faça uma boa ciência. E a escala também disso aqui. O Al Gore sobe numa escala, mas essa escala é muito ampliada em relação a essas mudanças. Vale ressaltar que o efeito estufa ele é altamente benéfico devido ao vapor da água em que a temperatura do planeta é da ordem de 15 graus ou mais na média. E aqui o efeito adicional do efeito estufa, mas se falar o efeito estufa que está causando esse aquecimento.

Então aqui nós temos alguns cenários. Não dá para fazer previsão de clima porque tem uma intervenção humana e nós não sabemos esse comportamento, que tem a ver com a questão da mitigação. Estou abordando mais a questão da adaptação. Aqui se fala no cenário em que nós poderíamos chegar a um limite de 550 partes por milhão em termos de gás carbônico na composição atmosférica, outro seria o constituinte

como está, é praticamente inviável, seria o limite inferior e isso aqui seria o chamado business, continuar como está fazendo. Então é a tendência, outra é você saturar a um nível de seiscentos e pouco a setecentas partes por milhão.

O IPCC então ele trabalha nessas grandes áreas aqui que obviamente para um planejamento agrícola é insuficiente. Então mostra que para a Região Amazônica nós temos então aqui em termos de temperatura um aumento, projetado para o futuro, e na região mais sul da América do Sul também na região centro-oeste não aparece nenhum estudo detalhado. Alguém poderia inferir que seria uma média disso aí, mas nós temos que detalhar isso melhor para poder trabalhar.

Em termos... Nós temos então em termos de chuvas, em alguns lugares com decréscimo de chuvas e outros, principalmente aqui na região sul da América do Sul com aumento que é compatível com essa idéia de que no mundo mais quente nós teríamos então um El Niño mais freqüente, mais intenso trazendo essa chuva. Na região mais central e norte da América do Sul, o sinal não é muito consistente e varia um pouco de modelo para modelo.

Um trabalho feito pelo INPE, tentando detalhar isso para dois cenários. O cenários B e o cenário A, em que o cenário A é o cenário de mais rápido crescimento para o final desse século esse modelo indicaria menos chuvas dessa região e para o final do século mesmo bastante quente. Em termos de chuva em termos de temperatura. Outro cenário em termos de chuva e termos de temperatura. Mas acredito que vamos ter que detalhar muito mais isso daí.

Eu vou abordar rapidamente, o Prof. Jurandir pode abordar. Eu peguei aqui um trabalho feito pelo pessoal de Campinas, e que tipicamente os dados de chuva de Campinas, foi criado lá agronômica de Campinas pelo Dom Pedro II. Então série de áreas muito bem medidas de chuva e temperatura em Campinas. Essas variações naturais. Mil, oitocentos e pouco ainda não tinha obviamente efeito estufa pronunciado. Isso é uma coisa mais recente um certo aumento.

Em termos de temperaturas mínimas, médias, etc, um fator preocupante é que tem aumento a temperatura mínima. Isso é fundamental para a planta que você tem que ter uma temperatura de choque para ela produzir mais grãos. O Prof. Jurandir pode abordar mais isso. Mas o aumento de temperatura mínima é algo preocupante para o pessoal de agrometeorologia. Então aqui você já tem, no caso de Campinas, temperatura mínima anual já aumentando da ordem de dois graus e meio um século e pouco para cá.

Eles fizeram então, o Prof. Jurandir está aqui, é dos autores desse trabalho, fizemos simulação dos cenários, ele provavelmente vai abordar mais essa questão e que, por exemplo, imaginando o café, situação de hoje de regiões que são aptas para o plantio de café e levando em conta um grau uniforme em todo São Paulo chuva aumentada da ordem de 20% para um grau, para três graus, para quase seis graus. Então praticamente café não teria aptidão em São Paulo. Estudo foi feito para Minas Gerais, Goiás, etc, etc. Soja também. Ele deve abordar isso. Mas a preocupação grande aqui principalmente é com o aumento de temperatura, não de chuvas, mas temperatura e temperatura mínima crescente você evita então que se forme os grãos de café. E aí tem uma tabela de acordo com o grau, três graus ou da ordem de seis graus você praticamente torna São Paulo inapto para plantar café. Hoje é da ordem de 76% da área.

Vamos verificar na prática então, os modelos indicam coisas, modelos às vezes flutuam de um lado para outro e funcionam bem numa escala global. Vamos olhar o que está acontecendo no Brasil. Vamos pegar os dados, isso são medições de 31 a 60, é uma normal climatológica como definido pela Organização Meteorológica Mundial e de 61 a 90. Ou seja, 30 anos e mais 30 anos vamos comparar essas duas médias aqui em termos de chuvas, em termos de temperatura.

Um estudo feito anteriormente pelo Prof. Moacir Berlato, ele mostra que a diferença dessas climatologias, aumenta as chuvas, mas não de uma maneira uniforme na região sul. Na parte mais oeste do Rio Grande do Sul aumenta, na parte leste também, mas na parte central diminui. Então é importante nos estudos levar em conta, não que essas chuvas estariam aumentando sobre todo o Rio Grande do Sul, mas você tem essas nuances dentro de um mesmo Estado. Isso é extremamente importante para as atividades. E obviamente onde estaria diminuindo a chuva exatamente onde você planta mais soja.

Aqui está do IBGE aonde se planta soja no Brasil em 2006, você vê no Rio Grande do Sul a concentração aqui e aqui estaria então indicando menos dessas últimas três décadas comparado com as três décadas anteriores um certo decréscimo de chuva. E as variações de ano para ano. Por exemplo, aqui está o ano de outubro de 2002 a março de 2003 que pega a época de plantios. Que vai de outubro até a colheita lá para abril. Chuvas abundantes, muito boas, no ano seguinte praticamente normal e no terceiro ano já com escassez de chuvas. Não somente importante para a agricultura a questão das mudanças de longo prazo, mas essas variações de ano para ano e dentro de um mesmo ano na época de plantio, por exemplo, de outubro até março você tem flutuações de precipitação a cada 10 dias.

Aqui para dar um exemplo, Santa Maria, você vê a média climatológica em 2004, choveu muito aquém, 2005 alguns meses chove acima da média, outros abaixo. Ou seja, há uma flutuação de ano para ano, dentro do mesmo ano também flutuação de mês a mês. Isso é importante monitorar e prever essas flutuações. Aqui está 2006 que nós tivemos esses buracos, mas no final de 2006 para 2007 ajudou muito na região sul e sudeste. Nós tivemos chuvas a partir de setembro e outubro, razoáveis, e adentrando até março, abril deste ano. E então nós tivemos uma colheita muito boa no sul do Brasil esse ano. De mês a mês é importante saber o que está acontecendo. Você pode ter na média anual boas chuvas, mas a variação temporal mês a mês muito aquém.

Aqui está uma média climatológica, 61 a 90, de 30 a 60, a subtração das duas dá essa diferença. Então em termos de chuvas nós notamos um certo aumento de chuvas aqui, mas dentro do Rio Grande do Sul, por exemplo, na parte central diminuições. Outras diminuições em outras áreas. Ou seja, isso não é uniforme. Então qualquer planejamento agrícola não pode levar em conta um aumento uniforme de temperatura, ou de precipitação para o Brasil como um todo. A Região Amazônica é uma região sofrível. Porque tem muito poucos dados. Na década de 30 e 40, isso não é só problema do Brasil. O mundo inteiro tinha muito poucas estações, difícil manter estações nessa região. Quando se diz que o INMET está sonegando dado, não tá sonegando. É porque o dado não existe. Não foi medido. E aqui está muito claramente, por exemplo, o que tem em comum nessas duas figuras para a Região Amazônica são praticamente três pontos. Manaus, Soure e Belém. Então é difícil você saber o que acontece na Região Amazônica a não ser pela descarga do rio.

Aqui está a mesma diferença. Mostrando nuance para o Rio Grande do Sul e assim por diante em outras regiões. A Região Amazônica, a próxima figura, não dá para acreditar muito naquela figura nós temos que botar máscaras que são valores irreais porque nós temos muito poucos pontos para poder calcular essas variações. Isso merece um estudo melhor sobre a Região Amazônica.

Para região sul, nós temos aqui então 61 a 90, 30 a 60, a subtração mostrando em detalhes. Aumento das chuvas em alguma parte do Rio Grande do Sul, mas diminui na parte central. Em termos de temperatura média anual, de 31 a 60, de 61 a 90 e a subtração em termos de temperatura praticamente alguns lugares diminuiu até a temperatura em alguns lugares aumentou. Mas no geral não foi tão variável nessas três décadas. Já as temperaturas mínimas, aí vem essa preocupação do estudo feito pelo grupo lá de Campinas, Prof. Jurandir pode abordar, já foi bastante uniforme aumento na temperatura mínima de até um grau ou pouco mais. Então isso aqui é preocupante.

Grandes desafios. Aqui vou tentar sintetizar um pouco. Nós temos muita bastante coisa para mostrar, mas só temos somente 20 minutos. Eu acho que grandes desafios nossos, vou falar da adaptação, mitigação questão de política de Estado, o Brasil com outros países como vai reduzir a emissão de gás carbônico. Claramente o papel do Brasil é tirar seu tendão de Aquiles que é queima da Amazônia e desmatamento. Temos que parar com isso mais urgente possível, não somente para benefício internacional, mas para o próprio benefício brasileiro e todo mundo já tem essa consciência hoje, mas precisa partir para a ação. E além da questão da adaptação às mudanças de longo prazo, de dezenas, centenas de ano, nós temos que melhorar a questão de variabilidade natural porque aqui embebido nisso aí, imerso nisso nós temos eventos severos que causam impacto muito grande com mortes, etc, no caso de enchentes, problemas de geada na agricultura do Sul. Nós temos que melhorar o nosso zoneamento agroclimático. Aí levando em conta diferentes solos, restrições ambientais, a questão inclusive de política que o País vai ter, por exemplo, você tem que botar restrição de política aqui de não adentrar cana, por exemplo, na Amazônia, mesmo que seria possível, vamos dizer. Então nós temos que colocar várias restrições para fazer um zoneamento apropriado. [soa a campainha] Equacionar melhor a questão da produção dos alimentos versus bioenergia. Entra a questão da cana e a questão do biodiesel. Aqui eu já solicitei, como Vice-Presidente da Organização Meteorológica Mundial que a Comissão de Agrometeorologia da organização começasse a estudar a questão dos biocombustíveis que isso não estava na agenda da agrometeorologia internacional, isso é extremamente importante para nós, debati isso em Plenário e conseguimos incluir isso como tema. Porque nós temos que ter gente de fora nos ajudando nisso. Exige muita ciência para fazer isso. Aumentar a produtividade, mas claramente mudar as práticas agrícolas para reduzir emissões de gases de efeito estufa, nitrogenado, metano, etc.

Estou quase terminando... Nós temos que agir logo. Isso aqui eu trouxe um pouco do relatório, do externo, e que agir logo é importante. Ou seja, quanto mais cedo a gente trabalhar nessa questão da adaptação, menos custo a gente teria e teria um benefício do que se for agir daqui dez anos, vinte anos. Ou seja, nós temos que nos preparar agora. Integrar essas estratégias de mudanças climáticas de adaptações, em todos os outros planejamentos que nós temos. Na política, no planejamento, na pesquisa e desenvolvimento, aí

envolve Ministério de Ciência e Tecnologia, Agricultura, EMBRAPA, próprio INMET e as instituições de pesquisa. E na prevenção de desastres naturais.

Nesse tocante aqui, uma coisa que nós fizemos recente, foi propor uma reunião entre os países da América do Sul, cooperação com a Espanha, criação de um centro virtual de monitoramento, previsão e alerta de fenômenos meteorológicos severos. Aí incluindo casos extremos também. Isso está projeto piloto em andamento, não há necessidade de criar um prédio para gastar dinheiro com isso, mas articulando o serviço meteorológico da Argentina, o do Uruguai, Paraguai e Brasil, isso já está em funcionamento de uma maneira interna. E as iniciativas têm que partir do nosso País e buscar cooperação internacional. Isso é importante. Nós temos que estar à frente das coisas e não a reboque disso. O INMET, o que é que ele está fazendo a respeito? Ele está trabalhando a questão de monitoramento, que já devia ter sido feito desde os anos 20, 30, mas não foi feito, por dificuldades, previsão de clima, nós temos uma parceria grande aqui com o INPE, o instituto em Nova York que nós implementamos na Universidade de Columbia, o centro em Washington que é o COLA, Centro de Oceanos Atmosfera, interação, previsão sazonal. Isso é feito mensalmente numa cooperação ampla. A modelagem nossa é utilizada para previsão de tempo feita com o Deutsch wheather dinsk, que é da Alemanha, e precisamos avançar mais na questão de modelagem. Então parceria com o INPE, com a EMBRAPA e outros que é uma parte que o INMET ainda carece um pouco.

O que nós estamos fazendo em termos de monitoramento é tentar no reticular dessa maneira, que dá da ordem de um grau de latitude e longitude preencher com uma estação em cada local desse. Você precisaria da ordem de 700 estações, nós imaginamos que da ordem de 500 cumpre bem, porque não vamos conseguir esse adensamento na Amazônia, e nem na região do Pantanal e também áreas indígenas que você tem dificuldade de adentrar. Então na ordem de 500 estações. Nós fizemos um projeto PPI, apoio do Ministério do Planejamento e da Fazenda, e fizemos uma licitação internacional e conseguimos comprar essas estações da Finlândia. Estamos implementando. E o que nós temos aqui em verde já implementada são da ordem de 250, esses últimos dois anos e até meados do ano que vem nós vamos estar com esse quadro preenchidos dessa forma da ordem de 500 estações. Nota-se de que na Região Amazônica, etc, ainda vai ter uma densidade aquém, mas temos que consorciar essa rede que o INMET oferece e teria que manter em consórcio, por exemplo, com o SIVAM/SIPAM que tem uma rede nessa região que precisa ser funcionar. Foi implementa, mas não está em funcionamento. Problema sério.

Vou terminar já rapidamente dizendo que isso aqui já está disponível, é uma mudança de paradigma dos últimos 30 anos que os dados do INMET é um guardião dos dados, não é dono dos dados. Os dados são do Brasil, da Nação, e a gente disponibiliza esses dados imediatamente uma vez medido, questão de segundo, ele está na internet para todo mundo usar. Porque só o uso do dado do produto é que vai dar um benefício maior, não somente para a previsão de tempo, mas todas as aplicações. Então essa é uma contribuição e uma mudança muito grande de paradigma nos últimos 30 anos do INMET. Então isso aqui é uma contribuição importante de manter uma rede de 500 estações, dados de hora em hora sendo transmitido instantaneamente e disponibilizado na internet. Isso já está sendo feito. Para isso requer novas estações, complicado porque tem muito vandalismo, equipes treinadas para manter isso em campo. E outros produtos são as previsões numa escala bem detalhada. A previsão sobre a América do Sul e depois ela é detalhada esse nível aqui para as aplicações do Brasil. Em termos de temperatura, de vento, etc. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): A quem cumprimento mais uma vez, uma vez que eu fiz a título particular recentemente, pela eleição de Vice-Presidente da sociedade... Organização Mundial de Meteorologia. Isso é muito importante para nós. E passo a palavra para o Dr. Jurandir Zullo Júnior, que é Diretor do CEPAGRI. Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da UNICAMP.

SR. JURANDIR ZULLO JÚNIOR: Muito boa tarde. Agradeço o convite feito, tanto em meu nome como em nome dos meus colegas, os trabalhos que eu iria apresentar aqui, os resultados, eles são resultados especialmente das equipes e da EMBRAPA e UNICAMP, EMBRAPA INFORMÁTICA. A EMBRAPA INFORMÁTICA fica dentro do campus da UNICAMP e a nossa unidade o CEPAGRI fica dentro do prédio da EMBRAPA. Então há uma relação muito estreita já a um bom tempo. E um dos colegas já participou aqui da Comissão, ele já apresentou alguns resultados e então vou apresentar uma evolução desde o mês de abril quando ele esteve aqui e alguns resultados mais recentes. Então essa equipe que tem participado tem liderado, são três pesquisadores da EMBRAPA INFORMÁTICA, três pesquisadores da UNICAMP, realmente a gente tem sentido isso muito... certamente o Dr. Divino tem percebido isso também, o interesse muito grande, uma... As pessoas de todas as classes, de todas as formações têm tido interesse muito grande em partici-

par, em aprender e saber como é que pode colaborar e entender toda a questão das mudanças climáticas, do aquecimento global e essa pesquisa que saiu na revista da FGV retrata bem, quantifica bem o que nós temos percebido no nosso dia-a-dia. Os resultados que eu apresentarei alguns começaram em 2001, mais recentemente que a gente tem percebido todo esse interesse de toda a população de forma geral. Nessa pesquisa 80%... 87% dos brasileiros se mostraram preocupados com mudanças climáticas. Foi uma pesquisa feita pela BBC e ouviu 14 mil pessoas de 21 países. Sendo que a média da preocupação mundial é de 68%. É um resultado que saiu na revista da FGV em abril de 2007.

Então, o que eu vou mostrar no primeiro momento é rapidamente o zoneamento agrícola que é um programa do Ministério da Agricultura em funcionamento desde a safra 95 e 96 que tem como base todo o conhecimento que nós já temos na área de zoneamento desde a década de 70. Esse é exemplo de um trabalho que foi feito em 77 com relação ao café, Dr. Divino já citou esse trabalho, esse aqui ele foi feito com a tecnologia existente na época, com desenhistas, nós não tínhamos uma computação tão desenvolvida como agora, o geoprocessamento, o número de estações possíveis na época, eram quarenta e poucas estações, período também diferente, dados de 41 a 70 então nós já temos aí um conhecimento adquirido nessa área, pesquisadores, pessoas formadas que têm permitido a evolução da área de zoneamento e dos cenários que mostrarei em seguida.

Então o trabalho de zoneamento, ele teve como motivação na década de 90 um levantamento feito pelo Ministério da Agricultura e o Ministério do Planejamento indicando que as duas grandes causas de perdas da nossa agricultura eram devidas a água. Ou faltava água na fase crítica em 60% das perdas, fase crítica numa cultura de grãos é durante o florescimento e enchimento dos grãos ou excesso de chuva na colheita. Isso acontecia porque o agricultor não conhecia bem a distribuição de chuva ou não tinha informação. Então acabava plantando após o início das primeiras chuvas, após esse plantio, o plantio feito numa época inadequada acaba provocando perdas na época onde realmente não pode faltar água ou quando há um excesso, que a nossa agricultura ela desenvolve uma boa parte durante a época de primavera e verão durante a época das chuvas. Nesse caso aqui nós temos 90% das perdas eram devidas a fatores hídricos. Em função disso, o Ministério iniciou um programa de zoneamento tendo como objetivo definir calendários de plantio para as principais culturas na época que era arroz, feijão, milho e soja. Esse é o mapa da primeira safra 96 e 97, feito aqui para toda... Começou com quatro culturas, e atualmente o número de culturas foi sendo ampliado ano a ano, atualmente nós temos aí um número de culturas bem maior desde algodão até trigo irrigado, soja, sorgo, e um número de Estados também grande. Isso totaliza algo em torno de 205 zoneamentos na safra 2005/2006. Isso tem aumentado ano a ano. O que mostra a consolidação do programa. Isso é importante para os cenários que serão mostrados em seguida.

Esse é um exemplo dos resultados que são mostrados. Nós temos aqui o mapa de zoneamento da soja um ciclo chamado de precoce, um solo argiloso e uma semeadura no início de outubro. Mudando um mês a semeadura para o início de novembro, nós temos que as regiões aqui que seriam inaptas ou intermediárias elas ficam quase que todas aptas. Então com um mês de mudança de data de plantio, o risco de perdas diminui bastante. Então... E depois com um mês, já passando de novembro para dezembro, o número de áreas aptas diminui, mas não fica tão crítico como o mês de outubro. Tem um resultado em seguida para Minas Gerais, uma situação bem semelhante, plantios de soja no mês de outubro, em seguida o mês de novembro, e o mês de dezembro já fica ao Estado praticamente todo com alto risco climático. Alto risco de perdas na fase crítica ou excesso de chuva. Os resultados são divulgados na forma dos mapas que eu mostrei, milhares de mapas disponíveis na internet ou na forma de tabelas, tem tabelas por culturas, por tipo de solo por cultivar e por períodos de dez dias. As regiões, as células em verde indicam as datas favoráveis e as células em vermelho indicam as datas com alto risco climático.

Bom, todo esse trabalho está atrelado ao crédito, ao financiamento agrícola e já está em funcionamento há mais de dez anos. Quando saiu o relatório de 2001, foi feita essa pergunta para a equipe técnica da época. O que poderá acontecer com a aptidão climática das culturas caso ocorram mudanças climáticas na forma como tem sido anunciadas. No caso aqui o Relatório do IPCC de 2001, o Dr. Divino já apresentou, os vários cenários, os cenários otimistas, os mais péssimas, em função da evolução da economia mundial, em função de qual vai ser a opção da energia, e assim por diante. Um fator importante do zoneamento que eu acabei esquecendo é o fato de ele ser atualizado todo ano. Isso é muito importante porque permite correções, permite a incorporação de novas séries históricas de novos resultados de pesquisa, de novos dados agronômicos. Isso acaba consolidando ainda mais o programa e os resultados. Então o que foi feito, que vou mostrar, e o Eduardo mostrou anteriormente, são simulações em cima do zoneamento agrícola. No caso do café, o Dr.

Divino já citou, e os parâmetros utilizados foram esses. Temperatura média anual, a deficiência hídrica e a temperatura mínima absoluta. Esses parâmetros, apresento aqui de forma simples, mas eles foram discutidos esses valores, os métodos utilizados para o zoneamento, durante aproximadamente um ano a um ano e meio por pesquisadores do Estado de São Paulo, do Estado do Paraná, Goiás e Minas Gerais.

Então, a cada dois, três meses, dois a três representantes especialistas da cultura do café, da meteorologia, da agrometeorologia se reuniam e discutiam esses parâmetros e também a forma de estimar, de calcular o zoneamento. Então vou apresentar o resultado para São Paulo, o Dr. Divino já apresentou.

Então, Minas Gerais inicialmente, o principal produtor, as regiões coloridas são regiões aptas, sendo que a região verde é a região que não tem nenhuma restrição. As outras regiões, amarelo, por exemplo, tem restrições com risco de geada, a região em roxo é uma região que necessita irrigação e a região vermelha recomenda-se irrigação. Aumento de um grau na temperatura, 15% na chuva provoca uma diminuição nas áreas e no caso de um grau até uma pequena migração de regiões. Para três graus o tamanho das áreas aptas diminui ainda mais e a migração mais acentuada para as regiões mais altas do Estado. E 5.8 praticamente não sobra nenhuma região, considerando as plantas atuais de café que nós temos. É sempre importante ressaltar. Se nada for feito, a nossa hipótese é se nada for feito, se considerar nenhuma adaptação, considerando as plantas atuais, as áreas aptas do ponto de vista climático são essas. Esse é o caso do café robusta, que é um café bastante plantado no Estado do Espírito Santo, ele é mais resistente, ele pode ser uma alternativa para o café arábica, que é esse café que nós consumimos. Nós temos a situação atual as áreas aptas mais aqui na ponta do Estado, o aumento de um grau e 15% nas chuvas, o aumento de três, então tem uma boa parte do Estado apta em verde e aumento de 5.8 nas regiões mais altas.

Para o Estado de São Paulo, que é o seguinte, o Dr. Divino já apresentou, a mesma situação. Fica mais nítida, especialmente a migração. O que para uma cultura perene é algo complicado, porque em torno de uma área produtora sempre existe uma infra-estrutura. Mudar, modificar, levar essa infra-estrutura para outra região não é algo simples. Eu tenho também um problema populacional, eu tenho agricultor especializado naquela cultura, eu tenho uma árvore, na verdade, não é igual a uma planta de soja que em 120 dias produz, eu tenho o café que vai levar alguns anos para produzir. Então não posso ficar... A migração não é algo simples para uma cultura perene. Mesmo resultado para o café robusta. Atualmente regiões aptas ou com menor risco climático são no norte do Estado com aumento de um grau elas migram, com aumento de três graus e com 5.8. O Paraná tem uma... Foi o primeiro Estado produtor até a década de 70, meados da década de 70, tem um alto risco de geadas, tanto que, inclusive existe um sistema de previsão, de alerta, de monitoramento de geadas, com aumento de um grau diminui as áreas de risco de geada e com aumento três essa região no sul do Estado fica apta em termos climáticos. E 5.8 também sobra muito pouco. Questão de frutas. Isso é um resultado, são resultados de um trabalho apresentado no Congresso de agrometeorologia realizado em julho na cidade de Aracaju. São colegas da EMBRAPA clima temperado. Aqui são frutas de clima temperado, pêssego, ameixa, nectarina. As regiões climaticamente recomendadas são regiões em verde escuro, essa é a situação atual, a base desse trabalho é o número de horas de frio, então são temperaturas noturnas, essa é toda a base do trabalho feito no sul do Brasil, com aumento de um grau no próximo slide nós já vemos que a dimensão das áreas diminui das áreas aptas, das áreas em verde escuro, com aumento de três diminui mais ainda, embora tenha uma vantagem que diminua as geadas. A freqüência de geadas tende a diminuir. E com 5.8 sobra muito pouco. Praticamente toda a região sul. Não fica. As plantas atuais sempre ressaltando, não considerando modificações, adaptações, elas acabam não sendo... Tendo grandes riscos. A soja acredito que o Eduardo tenha mostrado, essa é o mapa para o Brasil, um solo médio, uma das datas utilizadas é uma data intermediária entre primeiro e dez de novembro e um solo de textura média. Não é nenhum solo arenoso e nem solo argiloso. Temos aqui as regiões em verde são as regiões com menor risco, com maior chance de sucesso, com aumento de um grau, na figura seguinte, nós percebemos que há uma diminuição, com o aumento de três continua a diminuição e com aumento de 5.8 diminui mais. Acaba sobrando alguns pontos mais altos e para nossa preocupação essa região aqui próximo à Região Amazônica.

Resultados preliminares para a cana-de-açúcar. É um trabalho que está em desenvolvimento. Todos esses trabalhos continuam sendo desenvolvidos, utilizando modelos agora mais detalhados, como o próprio Dr. Divino ressaltou, tem um trabalho do INPE sendo feito, centros internacionais também apresentando modelos de previsão mais detalhados.

Esse é o zoneamento da cana de 1974. As regiões indicadas, as melhores regiões são essas regiões em laranja. A primeira simulação, uma simulação preliminar usando esses parâmetros que foram utilizados na época indicam, esse seria o zoneamento

considerando o clima atual e com aumento de um grau nós teríamos um aumento das regiões aptas. Com aumento de três nós continuaríamos, reduziríamos aqui no norte do Estado nós teríamos uma boa região em São Paulo ainda favorável e com aumento de 5.8 teríamos uma redução e uma migração mais em direção ao sul do Estado.

As perdas na agricultura sempre são de grande valor. Isso aqui ilustra um dado apresentado pela EMBRAPA soja da safra 2004/2005 em comparação com a 2002/2003. Então na agricultura essa sempre uma preocupação que nós temos. Porque são volumosos grandes, elevados, aqui nós temos perdas no Paraná e Rio Grande do Sul de 2,3 bilhões de dólares, mesmo com aumento de área plantada a produtividade não acompanhou, em alguns lugares perdeu até 78% como no caso do Rio Grande do Sul, isso afeta não só o setor agrícola, mas toda a indústria, o comércio que dependem, estão diretamente relacionados com a agricultura. O Paraná é outro exemplo. Essa foi a geada severíssima de 75. Na safra de 75 a produção era de 10,2 milhões de sacas de café. 48% da produção nacional e na safra de 76 baixou para 0,1%.

Então, reduziu em 20% do orçamento e como opções para os agricultores foi uma migração para o centro-oeste, periferia das grandes cidades, a substituição das lavouras, início da plantação de soja, o aumento da importância da soja e uma diminuição da importância da cafeicultura. O Paraná de primeiro passou ao quinto produtor em 2006 e 2007. E quem permaneceu foram os pequenos produtores formando cooperativas. Efetivamente que nós temos observado, como o Dr. Divino mostrou, essa tendência de elevação das temperaturas mínimas. Isso na agricultura para algumas culturas é muito importante, eu mostrei aqui frutas, o arroz perde 10% de produção para cada um grau de aumento das temperaturas noturnas, das temperaturas mínimas. Isso aqui coincide com a sensação que as pessoas têm, relatam muito para nós, certamente para os colegas aqui perguntando por que não faz mais frio. É uma pergunta que nos fazem muito. Esse resultado de Campinas foi obtido um resultado semelhante em sete lagoas, na fazenda, na unidade da EMBRAPA milho e sorgo, também uma grande variabilidade, mas uma tendência de elevação das temperaturas no mês mais frio, que é o mês de julho, não seguido, não tendo a mesma elevação no mês de janeiro. Que é o mês mais quente.

Esse tipo de resultado foi apresentado nesse Congresso realizado em 2005 na Alemanha, onde apresentaram também a Mushin her, uma das grandes resseguradoras apresentou esse gráfico indicando que um aumento dos desastres naturais, especialmente enchentes e as tempestades ao longo do tempo. Além desses tem Tsunamis e terremotos. Mas especialmente o que nos interessa, eles registraram e estão registrando aumento ao longo do tempo especialmente a partir de 1950. Esse tipo de ocorrência sempre acaba despertando ainda mais a curiosidade, a preocupação das pessoas, como aconteceu com o Katrina que está completando dois anos em 2005, e acabou mostrando que mesmo os países desenvolvidos não estão preparado para fenômenos mais extremos ou não estão completamente preparados. Acho que ficou bem nítido ali o Katrina, a onda de calor. Esse foi o tornado de Indaiatuba que aconteceu em Campinas também, numa região industrial. Afetou muitas empresas. O Catarina, que nós tivemos o furacão em março de 2004, ficou em dúvida se era um fenômeno, qual era a denominação e acabou sendo concluído que é um furacão.

Como ações ou soluções propostas. Nesse exato momento há um grupo de 60 pessoas aproximadamente na UNICAMP justamente com a EMBRAPA discutindo projetos de pesquisa em conjunto na área agrícola, fazem parte desse grupo 14 pesquisadores que a EMBRAPA acabou de contratar, isso é muito importante porque são pesquisadores alguns com... Todos com mestrado, alguns inclusive com doutorado, distribuídos por todo o País. Isso é muito importante. E estão trabalhando especificamente na área de mudanças climáticas. Ali também tem outros pesquisadores do Brasil, e também tem possibilidade de intercâmbio com outras, com outros institutos internacionais. Nessa reunião foi apresentado, por exemplo, um resultado de um levantamento feito pela própria EMBRAPA do que ela já fez na área.

Então, de 15 centros que foram estudados, felizmente aí já tem uma quantidade de conhecimento que foi levantado, nós temos aí vários projetos de pesquisa sendo feitos, infra-estrutura em análise de tendência e modelagem, então já tem um conhecimento adquirido. Nós temos aqui 9% dos trabalhos em adaptação, uma boa parte em tendência, em modelagem, então já existe um bom volume de conhecimento, mas certamente nós precisamos de ver mais. Isso que é o objetivo, por exemplo, dessa plataforma. A EMBRAPA está montando uma plataforma que irá nortear as pesquisas a serem desenvolvidas no assunto, por ela e os seus parceiros. Então é o que eles chamam de plataforma. As várias... Vários tipos de pesquisa e de projetos que deverão ser executados.

Uma demanda que surgiu nessa reunião é a participação do Brasil, por exemplo, nesse tipo de experimento, que chama face, o Brasil ainda não tem base experimentar e tem como objetivo simular o desenvolvimento das plantas numa condição de desenvolvimento

de CO2 ao ar livre. Então tem alguns experimentos são feitos dentro de câmaras ou de plástico e nesse caso ele é feito ao ar livre. [soa a campainha]

Encerrando, alguns projetos que estão sendo feitos. O zoneamento começou com quatro culturas principais: arroz, feijão, milho e soja atualmente tem culturas consorciadas, culturas de apelo regional, culturas energéticas, dendê, girassol, canola, mamona, nabo forrageiro, a integração pecuária lavoura, outros avanços tecnológicos, alguns outros trabalhos como recuperação de pastagem degradada que é uma grande... é um grande desafio. Os sistemas agrosilvopastoris, combinação da agricultura junto com a pecuária, ao longo do tempo. O manejo adequado do solo, tem vários trabalhos sendo feito, no caso de plantio direto, a cana-de-açúcar incorporando a palhada, evitando a queima, testes com genes tolerantes à seca. Isso aqui é um trabalho que os colegas da EMBRAPA me emprestaram. Aqui são vasos todos com o mesmo teor de umidade, nesse há um gene tolerante à seca, então as plantinhas ainda permanecem verdes e aqui já secas.

Sem dúvida um ponto importante dessas ações são as informações. Então os sites, no caso aqui o nosso que tem um enfoque mais regional, o do Agritempo, do INMET do CPTEC, toda o desenvolvimento que a meteorologia nacional teve é importante que ela continue tendo com investimento de equipamento, investimento em pessoal, todo o esforço que o Dr. Divino ressaltou aqui de colocar os dados à disposição, manter séries, isso será cada vez mais importante no cenário nesses próximos anos. Um Agritempo, ilustrei dois que tem a participação do CEPAGRI, um regional, outro nacional juntamente com a EMBRAPA. Aqui as estações. Aqui as estações reais, nosso parceiros, INMET, CPTEC, as unidades da EMBRAPA, CEMIG, alguns até particulares, a utilização do sensoriamento remoto sem dúvida ajuda bastante, aumento do número de estações, o que chamamos de estações virtuais.

No caso das cidades, por exemplo, nós temos no caso de Campinas, nós temos um trabalho muito próximo com a Defesa Civil, que é uma grande preocupação aí dos próximos anos, já existe atualmente uma grande preocupação com enchentes, com raios, e sem dúvida esse tipo de trabalho, mesmo nas cidades menores, as enchentes, os problemas não são mais privilégio das cidades grandes, as cidades médias e menores têm sofrido problemas devido ao alto grau de impermeabilização, aos problemas com lixo, com reciclagem. Isso é um exemplo de um tipo de trabalho que sem dúvida necessita de uma continuidade nos próximos anos e de um início nos locais aonde não foi iniciado. A questão dos seguros, sem dúvida acho que é uma outra ação que deve ser tomada. Eu participei no final do ano passado de uma... De um evento sobre seguros. E na Espanha mostrando a experiência dos vários países que atuam na área, e a Espanha tem uma experiência de 25 anos. E o objetivo principal do seguro agrícola na Espanha é manter o agricultor no campo. No cenário de aumento de variabilidade, de acréscimo de temperaturas, de aumento de fenômenos extremos, sem dúvida é importante um sistema de seguro que nos anos onde o clima não for favorável, que haja alguma forma de proteger o agricultor a agricultura e toda a economia. Então aqui são alguns dados mostrando que no caso da Espanha, segundo um critério utilizado para avaliar a sustentabilidade do sistema ao longo do tempo, eles estão próximos a um ou abaixo de um. Enquanto outras regiões são valores bem acima.

Então, sem dúvida, o seguro é uma outra ferramenta que necessita de uma evolução, desenvolvimento no mundo e isso já tem sido feito no Brasil, nessa equipe que participou desse Congresso, nós tínhamos representantes do Ministério da Agricultura, da Fazenda, Banco Central, várias pessoas procurando aproveitar toda a experiência de outros países.

Bom, todos esses resultados estão disponíveis nessas duas páginas, na página do Agritempo, na página do CEPAGRI, tem o e-mail de todos os participantes desses projetos, desses trabalhos, sem dúvida eles estão à disposição caso haja alguma dúvida, alguma questão especifica. O nosso objetivo em todo esse trabalho é não deixar o setor agrícola, ou o agronegócio desprotegido. É um setor muito importante, segundo dados de 2003, 38,6 do PIB nacional estava relacionado com agronegócio. 42% das exportações, 37% dos empregos. Então é um grande exportador de vários produtos, é um setor importante que tem uma contribuição estratégica e nosso objetivo é esse, não deixá-lo desprotegido, orientar a pesquisa na área. Então nós temos tempo ainda. Esse que é um dos objetivos principais. Agradeço novamente e me coloco à disposição, assim como os colegas.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Bom, eu gostaria de cumprimentar e agradecer a participação do Jurandir Zullo Júnior, Diretor do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas da Agricultura da UNICAMP e justificar que também deveria estar participando desta Mesa o Sr. Luiz Piva que é coordenador da campanha de climas do Greenpeace, que ele tem dado uma contribuição importante em vários eventos na discussão desse tema, mas que nos comunica que teve dificuldade,

estava tentando ainda chegar aqui, mas teve dificuldade em função de horário de vôos. Por conta disso não pôde, até o momento se fazer presente a esta Audiência Pública.

Eu quero, portanto, agradecer a ambos e consultar evidentemente os colegas a respeito de participação neste debate dessa reunião da Audiência Pública. Neste momento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Pronto. Então pedir aqui mais um pouquinho de paciência que tem para continuar o debate tem uma apresentação a ser feita, salvo engano, o Dr. Antônio Divino Moura ainda vai fazer.

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Tempo real nós temos 250 estações no Brasil, até meados do ano que vem devemos estar com 500, e eu mencionei que isso é uma mudança de paradigma desses últimos 30 anos de instituição, os dados medidos são colocados instantaneamente em tempo real na internet para todos os usuários de forma gratuita universal, etc. É uma mudança muito grande e vou mostrar que isso está.

Usamos a mesma tecnologia da Guga que você pode navegar no mapa e superpor, estão aqui as estações que já estão implementadas hoje... Por favor, sobe um pouquinho esse cursor aqui.

Então, aqui nós temos... Pode colocar o cursor agora aqui e puxar esse mapa para um lado e para o outro, etc. Vê se acha entorno de Brasília. Puxa o mapa para cá, por favor. Puxa mais um pouco. Puxa para lá. Brasília deve estar por aqui. Vai aqui vê se acha a palavra Brasília e clica nela. Vai aparecer imediatamente onde é que está a estação de Brasília. Pode clicar. Aí. Então imediatamente clicou a palavra Brasília vai aparecer Brasília, os dados da última hora consistente aqui. Pode clicar aqui, por favor, em dados. Vai aparecer uma tabela com os dados das últimas 24 horas, disponível. De hora em hora. As temperaturas, chuva, radiação, pressão, umidade, etc, etc, etc. Tudo aqui disponível. Alguém pode carregar esses dados imediatamente numa tabela Excel e trabalhar com esses dados. Pode fechar essa página. Agora clica aqui, por favor. Fecha aqui por gentileza. E coloca aqui... Aqui tem mapa. Algum lugar deve ter satélite. Como o sistema Google, vai aparecer o satélite. Clica em híbrido que aparece o satélite com os mapas. Pode clicar. E onde é que está... Ta achando Brasília por aí? Senão aumenta um pouco mais aqui. Isso. Exato. Pode carregar. Puxa um pouco para cá. Fecha ali, por favor. Puxa um pouco para cá. Isso. Agora sobe um pouquinho. Vai clicando no "mais" aqui um pouquinho. Aí ta bom. Então a imagem está lá Brasília. Pronto. Aqui está Brasília. O INMET está bem aqui, deve ter uma estação ali, e assim por diante.

Nós temos no Brasil hoje instalado 250 dessas estações já funcionando. O plano em meados do ano que vem está com 500. Isso cobre bem escala sinótica, boa para previsão de tempo e apoio principalmente para o agricultor. Dados são de hora em hora e disponíveis de hora em hora e em questão... Transmissão é por satélite, imediata, satélite de comunicações e colocado em questão de segundos na internet para todo mundo usar. Isso é uma mudança muito grande e a contribuição que o INMET está dando da questão toda de monitoramento, previsão de tempo e flutuações climáticas. Ganhando um pouco de tempo, mas vamos abrir o debate agora. Só para mostrar que isso realmente existe. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): E eu passo imediatamente a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg, que já pediu inscrição para esse debate.

DEPUTADO RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF): Bom, quero cumprimentar o Sr. Presidente, cumprimentar Dr. Antônio Divino Moura, Dr. Jurandir pelas brilhantes exposições. Eu queria fazer algumas perguntas muito rápidas.

Primeiro, ao Prof. Divino, se com essas 500 estações meteorológicas que o Brasil já adquiriu agora da Finlândia, ou seja, já tem 250, adquiriu mais 250. Se o Brasil está preparado do ponto de vista meteorológico para esses enormes desafios que nós temos pela frente em relação a monitoramento do clima.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer é o seguinte. Por que tanto nessa apresentação, e outro dia também eu vi uma matéria a respeito salvo engano no jornal Folha de São Paulo, por que é que há um vazio de dados sobre o cerrado? Sobre a região do cerrado? E eu pergunto se no monitoramento que hoje é feito por satélite, essa Comissão teve a oportunidade de visitar o Instituto de Pesquisas Espaciais em São José dos Campos, e a gente ficou muito impressionado com as tecnologias ali desenvolvidas, inclusive com os novos satélites que serão lançados em breve, e que há hoje um monitoramento muito melhor do desmatamento, sobretudo, da floresta. Agora, se essa tecnologia hoje disponível já é capaz de detectar também o desmatamento com tanta precisão o desmatamento no cerrado. Faço essa pergunta porque a vegetação da Floresta Amazônica é uma vegetação muito mais densa. Então por isso do ponto de vista da imagem mais fácil de detectar. Essa tecnologia disponível hoje de satélite ela já é capaz de detectar com precisão o desmatamento nas regiões de cerrado?

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Obrigado Deputado. Estendo novamente o convite para nos visitar de novo lá no INMET, sei que o senhor já esteve lá conos-

co, Presidente também por gentileza. Nós temos duas questões aqui: Uma é a questão do monitoramento meteorológico. Isso começou lá nos anos mil novecentos e pouco. Esse desenvolvimento se vê muito grande pelo sul, tinha um estudo de meteorologia no Brasil antes da Reforma do Estado Novo, 1930, ele era separado. Tinha um em São Paulo, tinha um no Rio Grande do Sul, chamado de Araújo, tinha um em Minas Gerais, etc. Então aquelas regiões demandavam mais informações meteorológicas. O nosso D. João VI quando veio, veio para o Rio de Janeiro, não veio para Amazônia, etc. Quer dizer, houve um desenvolvimento maior, trouxe um observatório astronômico para o Rio de Janeiro, de onde surgiu o próprio INMET, que vai fazer 100 anos agora. Então a rede meteorológica começou a ser desenhada muito na região sudeste um pouco pro sul, e obviamente se a gente lembrar bem, eu me lembro, não sou tão novinho assim, que quase 50 anos atrás Brasília ainda não existia, 50 anos atrás, foi um grande desenvolvimento de trazer o desenvolvimento para o Brasil trazendo Brasília para cá, etc. A Região Amazônica praticamente nada. Tinha Manaus, Belém, Soure, algumas medições. Um vazio enorme de informações. Satélites não existiam.

Então uma coisa é entender ao longo dos anos como é que se dava essas flutuações de chuvas, de temperaturas, máxima, mínima, etc. Eu não posso fazer uma viagem no tempo voltar para lá e fazer essas medições. Então eu tenho que conviver com que foi feito. A questão outra é satélites meteorológicos, satélites de recursos naturais, de assessoramento remoto que o INPE trabalha bastante com isso. O satélite surgiu o primeiro deles, o meteorológico, foi em 1960. O Tairos N. O primeiro deles. Trabalhei muito a sua origem do INPE. Trabalhei muito com isso desde os anos 70. Veio o Essa(F) 8, o Tiros, uma série de satélites meteorológicos que vê as coisas numa escala muito grande. Escala de... Você distingue dois pontos a cada cinco quilômetros, dez quilômetros, etc. Depois surgiram os satélites na época do LANDSAT isso no começo dos anos 70 e 80. Satélites de recursos naturais. Por quê? Conseguia ver o solo com a resolução, distinguir um ponto do outro, na ordem de 30 metros, 50 metros, etc. E obviamente evitando as coberturas de nuvens que você não conseguia ver através das nuvens. Há um acervo muito grande de informações que estão armazenadas no INPE, desde os anos 70, principalmente 80 para cá para esses estudos o programa PRODES, junto com Ministério do Meio Ambiente, etc, para monitorar as áreas ano por ano o que é que aconteceu com áreas desmatadas e ver a taxa de desmatamento. Isso tem sido feito de maneira sistemática no Programa Nacional nível do próprio Ministério do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, juntos.

Então hoje nós temos a tecnologia de satélites apropriadas para isso, para questão de desmatamento, questão de incêndios florestais, os próprios satélites meteorológicos servem para isso. Porque no infravermelho, eu detecto calor, sou capaz de detectar um ponto quente, isso dá para saber na imagem, e o satélite, recursos naturais são os mais apropriados porque dão uma resolução espacial muito mais apropriada. Então nós temos essa tecnologia. Com essas estações meteorológicas que já deviam ter sido implementadas há 50 anos, não tínhamos a tecnologia, a partir de dois anos para cá nós estamos então recuperando e montando o Brasil para continuar monitorando dia após dia, mês após mês, meses, ano após ano, e na questão do tempo e do clima. Isso sim, mas é daí para frente. Não podermos viajar para o passado. Então o Brasil está se capacitando hoje a ter o melhor monitoramento de eventos severos, e isso veio com projeto, por exemplo, junto com a Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, INPE, o SIMEPAR do Paraná, o pessoal de Santa Catarina, a Marinha do Brasil para monitorar o Atlântico Sul que é tudo importante. Por exemplo, o furacão Catarina, nós monitoramos via satélite que aquilo estava acontecendo. Mas não sabíamos com que vento, com que intensidade. Não havia medições nenhumas. Chutaram muito. Nenhuma medição. Até hoje não me mostraram uma. Não existe. Porque não existia mesmo. O único radar na Aeronáutica na região estava inoperante na época. Então não tínhamos a informação nenhuma. Tínhamos a formação de uma coisa intensa ali, etc. Até hoje duvidosa. Mas o Brasil está hoje preparado para a frente. Mas quando eu falo em mudanças climáticas, eu preciso analisar os modelos de simulação quão verídicas são com relação à realidade que pode ser que toda essa tecnologia é uma mera ficção. Então eu tenho que imaginar que tenho um modelo de simulação climática que ele já existia há 50 anos, e faça uma projeção para os 50 anos seguintes porque eu tenho os dados já medidos, para poder comparar uma simulação com uma realidade e ver quanto que isso concorda ou discorda. Então teria que ter os dados. Os dados pregressos são extremamente importantes. Alguns lugares nós estamos bem na região sul, sudeste, o Brasil está bem, Região Amazônica praticamente não tem dado, o INMET não tá sonegando dado. É porque não tem. Não pode dar o que não tem. A não ser que se queira que invente um pouco de dados.

Mas em síntese, eu acho que o Brasil está se preparando bem para isso. É questão tecnológica, o Brasil ter um programa espacial muito robusto, muito bom, acho essa semana ou semana que vem está lançando

o Cbers-2 A ou 2 B junto com a China e isso vai ajudar muito na questão de previsão de safra, monitoramento de desmatamento, a questão toda de queimadas. Então em síntese é isso aí. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Obrigado. Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Cheguei atrasado na apresentação, mas eu queria... primeiro, as séries históricas de dados remontam a que tempo? Foi 1909 que você falou? 1909?

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Dentro do observatório imperial, depois quando acabou o império virou Observatório Nacional, e em 1909 a parte meteorológica foi destacada.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Com a rede de dados...

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Com a rede que na realidade o instituto na época existia como três instituições isoladas. O Instituto Araújo, em Porto Alegre, junto com a Escola Politécnica, um em São Paulo, e existia um em Minas Gerais. E alguma coisa espalhada pelo resto do Brasil. Porque o desenvolvimento, conhecemos bem a história do Brasil e geografia, desenvolveu por lá. 60 que veio Juscelino aqui para desenvolver a região centro-oeste e a Região Amazônica.

Na Região Amazônica, nós temos dados dos anos 20, 30, de Manaus, porque era a única que funcionava bem ali, Belém, entrada para Região Amazônica e porto também em Soure que tem uns dados. Mesmo assim com muitas falhas. Então essa região tem um grande vazio de dados naturalmente porque ninguém mediu.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): E em termos de informações dados internacionais existe coletas, por acaso daqui da América, a América Latina ou da América do Sul especial, existe alguma outra fonte de informações que poderia contribuir para montagem, séries históricas que o Brasil, por acaso não tenha feito, mas algum outro agente, outro País, tem alguma informação sobre isso da parte dos Estados Unidos alguma coleta de informação mais anterior à nossa, se houve essa preocupação. E em relação ao semi-árido. Qual é a base de dados que se dispõe hoje?

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Com relação à primeira pergunta, Deputado, o serviço meteorológico mais antigo que tem mais organizado que era hoje, já não é mais, é da Argentina, então você tem séries aí desde mil, oitocentos e pouco, de Buenos Aires, província de Buenos Aires, etc. Sobre o Brasil não tem ninguém. Que eu conheça. Esses dados estariam por aparecer em algum lugar. Mas ninguém media sobre a Região Amazônica, por exemplo, sobre a região do cerrado no Brasil. Isso não tinha a não ser Manaus, Belém, e Soure e algum outro ponto isolado. Por exemplo, em Mato Grosso tinha um padre que dos anos 30, etc, "religiosamente", entre aspas, fazia medições e a estação que nós temos hoje em São José do Parecis, um nome mais ou menos assim. Mas isso eram pontos isolados. A única coisa que a gente conhece.

Com relação ao semi-árido, houve uma cooperação muito grande do Brasil na época da SUDENE, nos anos 60 para 70, cooperação com o GTZ Alemão, Ministério de Cooperação Alemã e houve um desenvolvimento grande junto com a SUDENE, que tinha uma Diretoria na área de meteorologia e recursos hídricos que espalhou uma série de estações pelo nordeste. Então o nordeste melhor monitorado a partir dos anos 60, 70, do que outras regiões, por exemplo, Região Amazônica. Com essa cooperação alemã. Quando a SUDENE foi extinta, essa rede em parte passou para o antigo Dinai(F), hoje Agência Nacional de Águas e uma parte para o INMET. Tem sido mantido a duras pensa, porque cada estação dessa manual ela precisa três observadores. Um aposenta, fica com dois, não mede todo dia. Um sai de férias, um adoece, etc. Então há muitas falhas nos dados. Por isso que veio essa questão da automação como uma necessidade grande. Eu preferiria ter estações manuais se me deixassem contratar três observadores por estação e mantê-los ali. Mas isso não é possível, é um sistema público, etc, nós temos que partir para... Então respondendo em síntese, o nordeste não está tão descoberto, eu acho que está bem. Há estudos muito bons feitos sobre como prever de um ano para outro a qualidade das chuvas do nordeste, se um ano vai ser com depressão ou com chuvas abundantes, não vou dizer seca, porque seca tem a conotação sociológica do fenômeno, mas o nordeste não é tão ruim. A Região Amazônica com essa questão toda é que não tem muito dados históricos.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): O DNOCS tinha uma informação, tinha informações em algumas regiões, eu não sei se isso foi recuperado ou incorporado a esse banco de dados. E a outra é registro de vazão, por exemplo, do São Francisco esses dados eles podem ser utilizado, tem alguma informação complementar que pode ser utilizado? Que nós temos registros bastante... Acho que quase cem anos dessa... A CHESF, por exemplo, dispõe de uma rede de informação muito grande disso. Eu não sei se isso foi acompanhado também nos outros dados de temperatura e de umidade. Não sei. Basicamente os dados coletados nessas estações é temperatura e umidade, é?

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Muito bem lembrado. Eu acho que o DNOCS tem um quadro muito grande, principalmente com açudes, o aumento de

açudes no nordeste, e também perfuração de poços. Mas é só com a parte da água. A parte de temperatura não tem. Questão de umidade não tem. Quer dizer, é mais da água caída do que a água que iria cair e a temperatura associada com isso.

Na questão de vazão de rios, o rio é um grande integrador do que acontece numa bacia. Então ele aparece como integral de tudo. A gente está estudando a questão agrícola, eu tenho que ver espacialmente o que está acontecendo que dá aquele fator final que é o fator integrador. Ele é muito importante para ver na integração. O São Francisco... o próprio Amazonas tem séries longas, o Solimões, etc, que dá para ver na bacia como um todo essas flutuações. Mas que pode ter ocorrido muito a montante e no Peru, etc, e não em território brasileiro que apareçam aquelas flutuações. Então elas têm o seu uso, essas séries longas têm seu uso, mas no caso de estudo de mudanças climáticas, fica aquém do desejado porque a gente precisa de ver essa flutuação espacial. Mesmo esses estudos, por exemplo, feitos pelo colega Jurandir e os outros, pressupõe, por exemplo, que toda aquela região está aumentando um grau. A gente nota que essas coisas não são... São flutuações dentro do mesmo Estado. Às vezes o lugar aumenta e outro lugar diminui. Então tem que começar a levar em conta esse detalhamento porque a partir dele que a gente pode tomar decisões práticas. Senão elas ficam no nível de estudos. Eu entendo aquele lá como uma coisa importante porque sinaliza em que direção as coisas estão acontecendo. Mas os estudos para efeito de aplicação eles têm que ser muito mais detalhados que se for feito até hoje.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Essas projeções, a partir dessas séries que são montadas... Aí se monta as séries estocásticas de... Com esses dados, isso permite previsões e mais remotamente tem condições de fazer a efeito alguma... A série que eu vi aí, pega de 1920, mais ou menos, à atual. E isso, esse indicativo de crescimento ele é um indicador dessa faixa do tempo, que é muito pouco, digamos assim, para a história do tempo e do clima. Isso me deixa uma curiosidade. Nós temos... Essa curva ela fica restrita a esse tempo ou temos condições... O que é usado nessa curva? Só esse período de tempo ou a parte pregressa e futura, você tem condições e tem segurança de fazer alguma estimativa?

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: Bem, quando a gente fala na escala do planeta como um todo e essa média, obviamente se eu vou há cem anos atrás, lembrar que esse planeta é um planeta água. Mais de 70% é coberto por água. Se eu não tinha medições na Amazônia, imagina no Pacífico, nos mares do sul. Tinha muito pouco. Então há muita inferência. Essas influências obviamente com a barra de erro maior do que essas medições feitas in situ, na região Antártica há uma grande memória do clima do passado. Ao se perfurar gelos, etc, nós podemos saber através... dilatação de oxigênio, etc, e bolhas também até aprisionadas ali, mas isso nos dá uma precisão da ordem de cem anos para frente ou para trás. Um pouco complicado isso. Mas dá uma história do passado com alguma estimativa. Que chamam de um procx date, um dado muito mais aproximado daquela coisa como um todo, um fator também integrador, como é o caso que a gente tinha aí da das bacias. Mas dá para ter uma idéia.

Outra coisa importante é entender essas variabilidades naturais do próprio clima. Há pesquisadores, por exemplo, sérios, que dizem: Se olhar no passado, parece que antes de aumentar o gás carbônico foi a temperatura que aumentou. Será que não é o aumento da temperatura que fez algum gás carbônico sair de rochas etc e que isso então flutuou no próprio clima, que são questões, indagações científicas que tem que ser levado a sério. Senão a gente cai nesse trem da alegria que tudo é assim, e vai, o mundo está acabando, etc, etc. Nós temos que ser mais científicos nisso. Botar mais pé em ciência e entender melhor essas flutuações naturais. Por quê? Na década de 70, me lembro bem quando estava fazendo o meu doutorado, o grande tema era o esfriamento global. Porque os Estados Unidos e a União Soviética iam explodir bombas atômicas, jogar muita poeira na estratosfera, ia residir na estratosfera 20, 30 quilômetros de altura, blindava contra a energia do sol e ia ter um esfriamento do planeta. Quer dizer, tem que tomar um pouco de cuidado nessas coisas para não cair em modismo.

O que se faz hoje é coisa séria. A gente não pode imaginar um complô de dois mil cientistas renomados, internacionais trabalhando na questão. Mas é importante a gente também sempre questionar o que está aparecendo na frente. Porque nós pesquisadores temos uma facilidade muito boa de mostrar as figurinhas que mais interessa nos interessa mostrar, e outras deixar de lado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Obrigado ao Deputado Fernando Ferro, eu passo a palavra final ao Deputado Fernando Gabeira, nesse momento.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu infelizmente tive que sair rapidamente. Infelizmente vou ter muito pouco tempo também, mas eu gostaria muito de trocar algumas idéias com os senhores, pelo menos colocar algumas questões que no período em que eu assisti a palestra não foram levantadas. Uma delas diz respeito à previsão. Eu acho que uma das grandes preocupações nossas na previsão é determinar as

mudanças climáticas perigosas. É um conceito difícil. Perigoso, que é perigoso, perigoso para quem? Mas existe já um consenso de que mudanças geofísicas, podem efetivamente representar esse perigo. E uma delas é exatamente o colapso das correntes termohalinas. Nós temos no Brasil algum acompanhamento desse processo ou nós trabalhamos com modelos, já que nos vêm das pesquisas feitas também sobre as correntes termohalinas? Essa é uma questão. E a outra questão diz respeito à agricultura. Quer dizer, nós temos hoje uma visão das emissões na agricultura, o metano, nós temos uma visão, nós temos uma visão do oxido nitroso, qual o papel que ele tem hoje, qual o significado dele na agricultura brasileira, se está crescendo, se não está crescendo, se pode ser reduzido. Nós temos um balanço também do arroz, das plantações de arroz. O que é que elas significam em termos de aquecimento. O que elas contribuem para o aquecimento. São essas primeiras questões que eu tenho vontade de fazer aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Eu queria propor o seguinte, passo a palavra a cada um dos expositores e ao responder o Deputado Fernando Gabeira vocês podem fazer uso da palavra para expressar aí as considerações finais de cada um. Então... Dr. Jurandir, por favor.

SR. JURANDIR ZULLO JÚNIOR: No caso das correntes, talvez seja o Dr. Divino. Agora, as emissões na agricultura, tenho acompanhado alguns trabalhos especialmente do metano onde isso tem sido medido, são projetos, são programas onde esse tipo de emissão tem sido contabilizado. Então eu acompanhei a apresentação de um trabalho há duas semanas atrás onde o objetivo é medido ir a emissão do metano pelo gado, e o rebanho brasileiro é importante, inclusive tem todo um aparato em torno do pescoço do animal, no rúmen, procurando medir exatamente porque tem até algumas medições, alguns dados internacionais, que são apresentados, mas nesse trabalho específico ele colocava, ele conseguiu o pesquisador que na verdade é um grupo de pesquisadores conseguia diferenciar emissão quando o pasto era bom pasto, quando o pasto não era um bom pasto.

Então eu vejo assim que esse tipo de trabalho está sendo ainda feito, esses dados estão... pelo menos esse do metano foi um que eu vi recentemente, esses valores até em comparação ao que existe em nível internacional tem sido levantado. Eu acredito que algum tempo nós já tenhamos resultados mais precisos em comparação com que se utiliza internacionalmente. E esse exemplo do metano é bem nítido. Foi todo um desenvolvimento envolvendo a questão do animal, a parte interna dele, eu recebi também uma informação de alguns trabalhos que a EMBRAPA já realizou também procurando quantificar ou às vezes até diminuir a emissão do metano. Eu vejo assim, que tem vários resultados, dados internacionais, mas há um esforço de alguns grupos procurando colocar esse valor específico para nossas condições e esse é um caso bem típico porque o nosso boi é um boi verde, tem pastos diferentes, então esse trabalho mostrava a emissão do metano no bom pasto, no pasto degradado, acredito que esses valores bem relacionados às nossas condições eles são sendo calculados, estimados em algum tempo nós já teremos valores mais reais da nossa situação.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): E o nitroso e o arroz?

SR. JURANDIR ZULLO JÚNIOR: Eu não acompanhei nenhum trabalho. O que eu tenho mais, um acompanhamento mais próximo foi esse do metano e é um trabalho recente.

Não sei se posso agradecer. Agradecer novamente, em meu nome e em nome de todo o pessoal. Tem um grupo reunido nesse momento lá trabalhando e exatamente na linha do que o Dr. Divino comentou. Esses trabalhos são indicadores. O que nós tínhamos na época, agora nós temos modelos mais detalhados, o próprio INPE tem um modelo, um *downscaling*, um detalhamento aqui para o Brasil, para a América do Sul, a equipe do Prof. Marengo. Então a nossa tendência é refinar esses modelos, é isso que a gente está fazendo agora, fazer para outras culturas sempre no objetivo de traçar cenários, auxiliar o planejamento da nossa pesquisa, do nosso desenvolvimento. Então agradeço novamente e coloco toda a equipe à disposição.

SR. ANTÔNIO DIVINO MOURA: O que nós temos aqui é uma teoria chamado de *conveyor belt*, uma esteira rolante, que é um... Um dos pesquisadores, Prof. Do Lamonte(F), da Universidade de Columbia que estabeleceu se nós notarmos, por exemplo, o Oceano Pacífico há uma certa simetria. O sol aquece mais a região equatorial e esse calor vai para os pólos através dos oceanos. O Oceano Atlântico tem uma certa anomalia. O atlântico norte ele é aquecido mais pelo que vem do sul. Então, a corrente que vem da região sul junta com a corrente, uma certa bifurcação da corrente Brasil que desce junto com a corrente das Malvinas, a outra sobe corrente do golfo, essa corrente do golfo ela sobe. Quanto mais próximo da Groenlândia ela tiver, melhor para a Europa. Porque tem uma ramificação que traz águas mais quentes para a Europa. Ela termina ali porque derretimento do gel do mar antártico e da Groenlândia faz com que a água derretida é uma água menos salina, portanto, uma água mais densa.

Quando a gente tá no mar, a gente flutua mais no mar porque tem muito sal. É uma água mais pesada.

Então, uma das hipóteses é que poderia se mudar esse grande controlador do clima mundial principalmente no Atlântico, mundial, desse *conveyor belt,* veio da água que está com subincidência próximo da Groenlândia ela baixa mais ao sul. Então toda a região ela ficaria muito fria. Então esse monitoramento é complexo, exige coisas oceânicas que a gente monitora pouco no Brasil. O Brasil está adentrando em oceanografia escala de bacia agora, com projeto pirata, cooperação do INPE, com os franceses e os americanos da Noa(F), mas nós estamos acompanhando internacionalmente isso. O Brasil não está na linha de frente, mas também não está muito atrás. Estamos participando.

Então nós temos que verificar essas questões todas, cooperação internacional e acho que basicamente era isso aí. É uma discussão. E eu aproveito a oportunidade para agradecer muito a oportunidade de trocar idéia com vocês e fica o convite mais uma vez para nos visitar no Instituto de Meteorologia ali no sudeste.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE): Nós que agradecemos aqui em nome da Comissão a contribuição que ambos deram aqui aos trabalhos e agradecemos também a participação a audiência de todos aqui que se fizeram presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião convidando a todos para participação no seminário internacional que vai tratar do aquecimento global com abertura prevista para hoje às 19h no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, e maiores informações a respeito deste evento nós temos no site da Câmara no endereço: www.camara.gov.br exatamente onde deve se clicar no seminário internacional aquecimento global que acho que está daqui a pouco aparecendo ali para que todos possam também acompanhar pelo telão esse convite, essa divulgação.

Então, obrigado a todos e a todas, está encerrada a presente reunião da Audiência Pública.

Sessão encerrada às 16h34.

Deputado **Iran Barbosa,** Presidente Eventual.

Ata da 23ª Reunião realizada em 11 de setembro de 2007

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 11 de setembro de 2007, terça-feira, às 14h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à debater os desafios e as perspectivas para o Cerrado brasileiro, tendo como convidados palestrantes os Doutores: Carlos Klink – The Nature Conservancy – TNC; Mercedes Bustamante – Universidade de Brasília; Maria Cecília Wey de Brito – Secretária de Biodiversidade e Florestas (SBF) do MMA; Braúlio Ferreira de Souza Dias – Diretor de Conservação e Biodiversidade da SBF; Adriano Santhiago de Oliveira – Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climática e Qualidade Ambiental (SMUQ).

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) **– Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Iran Barbosa (Bloco PT-SE)
Deputado Colbert Martins (PMDB-BA)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)
Deputado Jorge Khoury (PFL-BA) – Suplente
Deputado Eduardo Gomes, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 001 de 2007, do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a debater desafios e as perspectivas para o Cerrado Brasileiro. A ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa. A coloco em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Propondo a dispensa da sua leitura, atendendo à solicitação do Deputado Luiz Carreira. Os Parlamentares que estiveram de acordo permaneçam como estão. Aprovada.

Convido para compor a Mesa na qualidade do Relator *ad hoc* e proponente desta Audiência Pública, o Deputado Rodrigo Rollemberg.

Esta Presidência saúda a todos os representantes das Organizações Não-Governamentais, membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, aos Parlamentares que estão se dirigindo a esta audiência, tendo em vista que hoje é o Dia do Cerrado, mas também temos

atividades paralelas na Casa e é uma característica dessa Comissão a presença em forma de rodízios.

Os Parlamentares passam nas outras Comissões, permanecem e participam ativamente nas audiências públicas. E essa em especial, eu quero agradecer às entidades, às organizações que participaram da sua elaboração.

E faço o seguinte registro: O Cerrado ocupa cerca de 23% do território nacional e constitui o segundo maior bioma da América do Sul, além do Distrito Federal abrange os Estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia e Pará. Considerado, até recentemente um ambiente pobre, o Cerrado Brasileiro é reconhecido hoje como a savana mais rica do mundo com alta diversidade animal e vegetal.

Até a década de 1950, os Cerrados mantiveram-se quase inalterados. A partir da década de 1960, com a construção de Brasília e a abertura de nova rede rodoviária, largos ecossistemas deram lugar à pecuária e à agricultura extensiva, como soja, arroz e trigo. Tais mudanças apoiaram-se, sobretudo na implantação de novas infra-estruturas viárias e energéticas, bem como na descoberta de novas vocações dos solos regionais, o que permitiu novas atividades agrárias rentáveis, prejudicando uma biodiversidade até então, pouco alterada.

A grande diversidade de ambientes que formam um conjunto complexo de *habitats* e de fisionomias vegetais distintas contribui para a distribuição não uniforme das espécies, esta peculiaridade do Cerrado impõe a conservação de grandes áreas heterogêneas para efetiva proteção do bioma. Tal diversidade é enriquecida pelo constante contato biológico com os biomas vizinhos: a Amazônia, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica.

O Cerrado tem importância fundamental para o ciclo hidrológico no país, pois contribui com as principais bacias hidrográficas brasileiras: Amazonas, Tocantins, Parnaíba, São Francisco, Paraná e Paraguai, participa também de importantes reservatórios subterrâneos, entre os quais, o Aqüífero Guarani. Infelizmente, apesar da evidente relevância ambiental do bioma, muito pouco de sua área encontra-se protegida em unidades de conservação.

Além dos aspectos ambientais, o Cerrado dispõe de grande diversidade cultural. Várias populações humanas, inclusive indígenas, utilizam parte de sua inestimada variedade, de seus meios de vida, contudo, são prejudicados por grandes projetos, intensivos em capital pouco geradores de emprego, e dependentes de grandes áreas agricultáveis. Assentamentos de reforma agrária, os existentes, não são adaptados ao ambiente local, o que amplia a degradação e o endividamento das famílias e o abandono.

Nesse contexto, precisamos ressaltar o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado, conhecido como o Programa de Cerrado Sustentável. O objetivo geral do Programa é promover a conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas naturais e agropecuários, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais, buscando condições para reverter os impactos sócio-ambientais negativos do Bioma Cerrado.

No âmbito do Poder Legislativo, tramitam no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, várias propostas de Emenda à Constituição com pequenas variações e especificidades, tem por objetivo incluir o Cerrado entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Mediante alteração do § 4º, do art. 225 da Constituição Federal, é preciso priorizar a apreciação dessa matéria tão importante, para que a ocupação na região se dê de modo ambientalmente adequado e socialmente justo e economicamente viável.

Eu quero informar que por iniciativa de vários Parlamentares Membros da Comissão de Meio Ambiente, como o Deputado Luiz Carreira, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Augusto Carvalho, Deputada Rebeca Garcia, Senadores, mas especialmente no âmbito da Câmara Federal, há por parte do Presidente Arlindo Chinaglia, o desejo de colocar na pauta dessa semana a Lei do Cerrado.

Portanto, eu quero reforçar as boas-vindas, passar a palavra ao nosso Relator ad hoc, para que faça a saudação e o convite aos nossos convidados.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar de forma muito especial o Presidente dessa Comissão, Eduardo Gomes, cumprimentar a todos aqueles que lutam pela preservação e utilização sustentável do Cerrado. Hoje é um dia simbólico para todos nós, Dia Nacional da Cerrado. Comunicar que esta semana nós temos algumas programações, amanhã tem o café da manhã promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, com o objetivo de mobilizar para aprovação da PEC 115, a PEC que inclui o Cerrado e Caatinga como Biomas, patrimônios nacionais na Constituição e na quinta-feira, um seminário o dia todo promovido pela Universidade de Brasília.

Nós teremos a exposição de quatro palestrantes, como nós não temos espaço para todos na mesa, eu vou pedir autorização ao Presidente para convidar um a um, e depois quando for abrir o debate, a gente convidaria todos para mesa.

Inicialmente, a senhora Maria Cecília Wey de Brito, Secretária de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

SRA. MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO: Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar os Deputados pela organização do evento, e também agradecer a oportunidade de que nós possamos comentar alguns aspectos que já foram produzidos ao longo desses últimos anos, acerca da relação específica das mudanças climáticas globais e ecossistemas brasileiros.

Antes de mais nada, também ainda agradecendo, reforço a importância de que todos que estão aqui, os que poderão ser convocados a estarem amanhã no café da manhã, para que possamos, afinal, dar segmento a essa demanda que é uma demanda já de 15 anos ou mais, para que tanto o Cerrado e a Caatinga, possam ser elevados ao nível que merecem desde 88, como os demais biomas brasileiros que foram tratados como patrimônio nacional. Ainda falta-nos uma tarefa, talvez subseqüente, que é tratar dos Pampas com a mesma intensidade.

Essa apresentação, eu pedi que me ajudassem lá na Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Então, vários dos dados que estão contidos nessa apresentação, eles na verdade, são de dois trabalhos específicos e diferentes que foram feitos nos anos passados. Eu vou me apropriar de alguns deles aqui, tentando com eles demonstrar para todos os presentes que de fato embora, muitas coisas ainda precisem ser conhecidas, há várias informações que demonstram os cuidados que precisamos ter com os ecossistemas, todos são imprescindíveis para que as mudanças climáticas e seus efeitos, que já sabemos alguns presentes, não se intensifiquem no futuro.

Se eu precisar, Deputado, eu vou pedir ajuda aos meus colegas que estão aqui presentes, tanto o Bráulio Dias, quanto o Adriano, ambos do Ministério do Meio Ambiente. O Bráulio, da Secretaria de Biodiversidade e Floresta, e o Adriano, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, que foi recém criada no Ministério, exatamente sendo o ponto focal dos assuntos de mudanças climáticas.

Eu vou pedir para, por favor, para alguém me ajudar a ir passando os slides, e eu vou, na medida do possível, complementando as informações com os colegas, ou na hora das perguntas, se houver, também pedir ajuda para que eles façam essa apresentação comigo.

Bom, todos têm noção de vários dos relatórios que foram apresentados pelo IPCC, que é o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas, que apóia a Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas. Também é sabido que alterações de clima, que é um dos principais fatores para a constituição e manutenção dos ecossistemas, fazem diferença para os ecossistemas.

Então, no caso o que se vislumbra, é que as mudanças globais poderão afetar significativamente os ecossistemas, sua biodiversidade, sua complexidade e, portanto, sua própria composição, tendendo a essa composição e, portanto, a biodiversidade ser diminuída ao longo do tempo.

Esses impactos exigem que nós, obviamente, observemos questões de biodiversidade ligados a eles e por essa razão, no Ministério do Meio Ambiente, na gestão ainda primeira do Governo Lula e da Ministra Marina Silva, foram contratados pela Secretaria de Biodiversidade e Floresta alguns estudos, que são os estudos que posteriormente eu vou fazer referência, particularmente o primeiro que muitos dos Srs. tiveram acesso, que é uma caracterização do clima atual e de alterações previstas para o Século XXI.

É um estudo que foi feito pelo Dr. Marengo, e que traz uma série de elementos traduzidos para o Brasil e nossas condições de uma série de modelos usados no mundo hoje, para entender os efeitos das mudanças climáticas globais no Planeta.

Também foram feitos outros trabalhos relacionados a esse tema, como o diagnóstico da elevação do nível do mar. Foram testados dois estudos, ou foram trabalhados dois estudos de casos, uma numa região de São Vicente no Estado de São Paulo, que é bastante antropizada, onde existe uma conformação portuária e de outras atividades econômicas bastante importantes para o País.

Um outro estudo que foi feito no Rio Grande do Sul, numa área perto da direção da Lagoa dos Patos, onde essa situação é bastante diferenciada para tentar demonstrar quais seriam os problemas resultantes do aumento dos níveis dos mares nessas duas regiões diferenciadas, para o caso brasileiro.

Além disso, ainda há alguns outros trabalhos relacionando indicadores para mudanças climáticas, ou seja, quais são aqueles elementos que nós temos à mão e que poderiam nos ajudar a medir os efeitos da mudança climática. Para esses estudos todos, nós tivemos um custo de um milhão de reais, principalmente no âmbito Programa PROBIO, que é um Programa que tem financiamento do GEF, mas certamente, também aportes de contrapartidas relacionadas às instituições envolvidas.

Eu vou tentar passar, eu espero que o Dr. Marengo, me desculpe pelos eventuais erros que eu possa cometer aqui, ou em propriedades específicas. Mas esse é o estudo que baseia essa apresentação, ele foi feito para que nós tivéssemos uma idéia, então, do

clima atual, como ele está se comportando, e quais são as perspectivas sob dois pontos de vista: um cenário do chamado *business as usual*, ou seja, os negócios conforme estão, e continuariam sendo assim. E, um cenário com um pouco mais de conservação, buscando atender alguns dos parâmetros para que as mudanças climáticas, não se estabeleçam com a intensidade que se prevêem cenários mais drásticos.

Bom, o que a gente pode ter como resumo, aqui, do trabalho, é que ele tem dois grandes componentes. Um que caracteriza o clima do Século XX, tentando verificar, por meio das tendências climáticas hidrológicas que foram observadas, como serão os próximos quadros para essas mesmas tendências climáticas hidrológicas no futuro.

Ele utiliza dados dos últimos 50 anos para, obviamente a partir deles, poder fazer uma previsão do que ocorrerá nos próximos anos à frente. Também, trata de regionalização das projeções para o Brasil, ele usa três cenários. A gente vai ver, particularmente esse cenário que eu disse anteriormente, o pessimista, que é o chamado, em inglês *business as usual*, que é: "negócios como sempre", eu não sei a tradução exata, e um cenário B2 otimista. As previsões, então, tratam dos anos para 2071 a 2100, e os dados presentes trataram dessa série de 1961 a 1990.

Então, no que diz respeito aos dados presentes, o que se sabe e, o que se pode aportar a todos àqueles que tomam decisões ou que precisam dessas informações para seus trabalhos, é que o aquecimento global é uma realidade. Depois, no próximo slide a gente vai conseguir ver com um pouco mais de precisão que a média, também para o Brasil, já tem número com alguma precisão.

Aqui, nós temos um quadro de uma mudança relativamente ao séculos; aqui um quadro onde as mudanças aparecem relativamente à década; esse aqui, à década, e esse aqui a século. Em ambos os casos, vocês vão ver que a barra aqui em baixo é sempre a barra que demonstra aumento ou diminuição, seja de temperatura, seja de chuva, que é o que a gente vai tratar basicamente aqui.

Em ambos os casos, vocês podem notar que há um aumento na relação entre os séculos maior do que obviamente, na relação entre as décadas, mas, em ambos os casos aumentos, o que demonstra que já estamos vivendo um aumento de temperatura.

No Brasil em média, nesses últimos 50 anos, o aumento foi de 0.7ºC. Aqui, esses mapas apontam várias médias, média máxima anual, média mínima anual, média anual e – eu não sei se vou conseguir ler aqui – mas é o ciclo diurno.

Em todos os casos, as medidas foram feitas normalmente em locais como aeroportos, onde você tem uma condição de medição relativa. Porque muitos dos aeroportos também são próximos a centros urbanos, isso pode alterar um pouco essas medidas como para outros assuntos, mas, de todo modo, são lugares onde você tem medidas constantes e permite que você tenha um espaço de tempo configurado, relativamente bom para poder fazer essas projeções.

Basicamente, aqui está demonstrando que a temperatura mínima subiu quase um grau centígrado, e a média 0,7ºC em 50 anos.

Também, hoje já se verifica haver um aumento de chuvas na região, por assim chamar, Sudeste, onde a vazão desses rios principais aqui, configura de fato essa medida de aumento. Não se sabe, não se pode aferir ou confirmar que esse aumento tenha, necessariamente, a ver com as mudanças climáticas já observadas, mas é um dado que está aí para analisar.

Existem alguns outros índices, como esse índice R10, que trata de eventos extremos. No caso de eventos extremos, aqui, são as chuvas acima de dez milímetros por dia. E o que se vê é de que fato, tem havido um aumento desses números de dias R10, especialmente nessa região onde também há dados.

Porque nesta região, onde temos aqui, o nosso foco de atenção de hoje que é o Cerrado, principalmente a área cor do Cerrado, os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Oeste da Bahia, nós não temos dados ainda, para aferir melhores informações acerca desses eventos extremos.

Também no que diz respeito ao índice de temperaturas mínimas, aumento de temperaturas mínimas, que era o slide anterior, a gente pode notar, aqui, especificamente na região Sudeste um aumento mais expressivo. E, também, ainda temos esse problema de não termos condições de dados próprios, para poder verificar se esse padrão se repete em outras áreas do Brasil. De todo o modo, nessa região aqui, a gente já tem um aumento de temperatura nesse índice que reflete temperaturas mínimas diárias.

Tentando ser muito breve e, olhando então, para os dados do presente, o que a gente verifica, nem tudo que se verifica é passível de se concluir que decorra das mudanças climáticas globais já em andamento. Sem dúvida, alguns dos itens sim, podem ser dados como certos ou quase seguros de que tenham relação direta com a mudança climática global.

No caso da precipitação, os dados atuais não demonstram necessariamente uma redução de chuvas hoje, que pudesse ser imediatamente vinculada à questão de desmatamento. O aumento das chuvas

no Sul e Sudeste, também ainda não pode ser inferido como uma decorrência das mudanças climáticas globais, conforme foi mostrado num slide um pouco anterior.

Esse aumento de chuvas, obviamente, causa uma tendência de aumento da vazão de alguns rios, particularmente o Paraná e outros rios do Sudeste. Nas outras regiões brasileiras foi detectado, mas como sempre eu estou reforçando aqui, há deficiência de dados para o Centro-Oeste, que é o nosso foco de atenção aqui. No entanto, alguns outros dados aqui, já tendem a demonstrar com um pouco mais de precisão ou um pouco mais de certeza essas relações.

Então, nos últimos 40 anos, houve aumento dessas noites e dias quentes, diminuição de dias frios, para o Sudeste, também tem se observado um aumento de intensidade de episódios de dias com muita chuva. Há uma relação, que não sei se pode ser feita tão objetivamente, que são inundações na cidade de São Paulo, por exemplo, um maior índice de inundações com este aumento de chuva. Obviamente, mais água, tendencialmente mais inundações, mas, há mil outros fatores que também colaboram para essa situação, que pode obviamente, levar a uma conclusão enganada.

Aqui já entram aqueles cenários do IPCC, dos quais o Marengo trabalhou apenas com dois, como eu já me referi. Em linhas gerais nesse gráfico, a gente pode notar de que 1900 a 2100, que é o dado do cenário, todas as expectativas de situação para aumento de temperatura são positivas, ou seja, em nenhum deles há uma queda.

Nos nossos dois cenários que estamos mais preocupados aqui, que é o mais pessimista e o mais otimista, vocês vêem que ainda assim, há aumentos significativos de perspectiva na temperatura mundial. Aqui, eu não tenho certeza, mas o Bráulio pode me ajudar depois, mas eu entendo que aqui, seria se nós hoje conseguíssemos ter uma ação de paralisação completa de emissões no dia da hoje.

Então, ainda assim, essa curva continuará num crescente positivo pequeno, porém maior do que era obviamente desde a Revolução Industrial, quando se começa a perceber as mudanças climáticas mais expressivas.

Aqui são as projeções de temperatura do ar para 2100. Vocês podem verificar que de uma média diária de 26ºC, a perspectiva é que a gente chegue no cenário negativo a 29ºC.

Para quem trabalha em muitos campos da economia, principalmente na área da agricultura, mas não exclusivamente, pode imaginar o quanto algumas culturas importantíssimas para o Brasil, mesmo algumas que hoje estão cultivadas no Cerrado, terão de dificuldade de se manter no seu grau de produtividade; ou sequer na sua condição original de produtividade, se aumentarmos as temperaturas a esses níveis, o que obviamente, também ocorrerá daí, mudanças de precipitação e uma série de outras coisas complexas.

O que exige, portanto, de todos nós, não importa em que área trabalhemos, um cuidado especial com as atividades que estamos realizando, sejam atividades na área de políticas públicas, ou políticas no senso mais amplo, sejam nas atividades econômicas, ou qualquer outra porque o que nos afetará, afetará a todos em igual grau ou às vezes até maior para uns e menor para outros.

Aqui é uma seqüência de slides aparentemente semelhantes, mas todos para demonstrar, tentativamente talvez pelo cansaço, mas não exclusivamente, que as perspectivas que temos sejam a otimista, sejam a pessimista para os aumentos de temperatura, que é o quadro de cima. Aqui é o quadro de pluviosidade, chuvas e aqui embaixo é a temperatura.

Seja para pensar em temperatura ou em pluviosidade, em ambos os cenários otimista ou pessimista, nós teremos modificações nos ecossistemas brasileiros que exigirão de nós, tanto a capacidade da adaptação para isso, como a mitigação, se possível for, para muitas das coisas que estão sendo passíveis, ou que estão ocorrendo e que poderão ocorrer.

No nosso caso do Cerrado em particular, no cenário otimista – um pouco menos, no que diz respeito em relação a chuvas, mas a gente vai ter uma "aridização", por assim dizer, já do semi-árido e, uma perspectiva de maiores secas, aqui na Região Tropical Amazônica.

Aqui se estende um pouco mais abaixo, pegando um pouco mais parcelas do que hoje a gente tem com vegetação de Cerrado, no que diz respeito, de novo, às chuvas. No que diz respeito à temperatura, vocês podem verificar aqui, um aumento expressivo de quase 6º C, naquela região, aqui, extremo Norte, no Estado do Amazonas.

E daqui, numa situação pessimista, praticamente todo o Brasil, com exceção de algumas regiões hoje historicamente predominantes de Mata Atlântica, que escapam de um aumento tão significativo e, no entanto, têm aumentos de temperatura da ordem de 3ºC a 4ºC.

O que é importante lembrar não só para questões dos biomas e dos ecossistemas é que hoje, culturas importantes que estão sendo base do *agribussiness* brasileiro. E, muitas coisas que se pretende fazer, principalmente na Região do Cerrado, ou manter na Região do Cerrado, poderão estar inviabilizadas ou diminuídas

nas suas condições naturais, em função das mudanças climáticas que se verifica dentro desses cenários.

Ali eram dados para dezembro, janeiro e fevereiro. Aqui são dados para setembro, outubro e novembro, demonstrando que a qualquer época do ano, seja no verão, seja na primavera, nós teremos alterações, seja da pluviosidade, seja da temperatura, mas todas afetando particularmente e fortemente a região de atenção desse evento aqui nosso.

Eu acho que era importante apenas mencionar o que está escrito aqui nesse texto, eu vou ler só para não perder a chance: "Os resultados desse estudo para a América do Sul, indicam que as mudanças climáticas, mais intensas para o final do século XXI relativo ao clima atual, vão acontecer na região tropical, especificamente Amazônia e Nordeste do Brasil, com valores do índice de mudanças climáticas – que é esse CCI – variando ainda de 7,5 a 11 na Amazônia do Oeste e no setor nordestino.

Essas duas regiões constituem o que poderiam ser chamados de *climatique change hot-spots* e, representam as regiões mais vulneráveis do Brasil às mudanças de clima.

Então, se a gente observar, está certo que aqui para baixo, eventualmente, a gente tenha ainda uma boa parcela, pelo menos da área original dos cerrados, que estariam fora de uma situação mais drástica. Mas uma boa parcela aqui da Amazônia de toda a região semi-árido, estaria dentro de um índice bastante crítico, no que diz respeito a essa mudanças climáticas.

Então, a gente viu um sumário das modificações do presente numa análise muito simplória minha aqui. Aqui seria o que diz respeito, então, a parte daquelas análises do que a gente prevê no futuro. A média de todos os modelos indica a maior probabilidade de redução de chuva no Nordeste e Amazônia, como conseqüência do aquecimento global.

As situações de balanço hídrico no cenário pessimista, indica uma tendência de expansão da deficiência hídrica. Vocês vibram naqueles mapas, a Região Nordestina toda ali, com uma tendência à "aridização".

Até o final do Século XXI. Projeções de extremos para segunda metade do Século XXI, mostram em geral, aumentos dos extremos de temperatura como noites mais quentes, ondas de calor e nos indicadores de eventos extremos de chuva e veranicos do Nordeste e na Amazônia do Leste.

Ou seja, esse estudo do Marengo, que é muito mais profundo do que eu pude expressar aqui, certamente há muitas outras conclusões das quais a gente possa tirar de lá. Ele já demonstra claramente, que nós teremos condições muito precárias, no que diz respeito às mudanças climáticas para ecossistemas brasileiros, o que a gente deveria prestar bastante atenção, buscando ações principalmente de mitigações e se não mitigáveis, de adaptação.

Além disso, só queria fazer menção a um outro trabalho também importante que foi desenvolvido pelo Ministério, também pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade, a qual o Bráulio está à frente, que tratou do mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros. Em particular, aqui, a gente vai tratar minimamente do Bioma Cerrado.

Esse estudo, ele foi apresentado em outros fóruns, em que teve uma série de críticas relativas a alguns dos dados que dali proveio, mas eu acho que não será o caso de nós discutirmos isso aqui hoje – imagino que não seja esse o tema – apenas para retomar algumas informações importantes para nós podermos utilizar mais adiante.

A instituição executora foi a EMBRAPA Cerrados, as instituições parceiras, a Universidade Federal de Uberlândia, de Goiás e a FAGRO, Fundação de Apoio e Pesquisa ao Agronegócio e foi coordenada pelo Dr. Edson Sano, da EMBRAPA Cerrados.

Basicamente aqui um mapa do que era, originalmente, a extensão do Bioma Cerrado aqui. Aqui, já um mapa que define o que é ainda cobertura natural e cobertura antrópica. Aqui, essas quadrículas e os números internos, a elas demonstram o que quanto daquela quadrícula tem percentualmente, em termos de cobertura do Bioma Cerrado.

Esse círculo ficou um pouquinho deslocado, mas a idéia dele é mostrar que nessa região em comparação as demais, é onde nós temos áreas no território brasileiro com maiores porcentagens de cobertura remanescente do Cerrado, basicamente Sul do Piauí, um pedaço da Maranhão, Oeste da Bahia, Tocantins.

Aqui, nós temos então, para cada unidade da Federação, qual era a área original o que bioma recobria, São Paulo 33%, Piauí 37%. Qual é o Estado, hoje em termos de hectares, e qual é o Estado, hoje, de alteração desse mesmo percentual aqui, original. Quais são as coberturas remanescentes para cada tipo de formação e, qual é a cobertura que está hoje relativa àquele número original.

Pegando aqui embaixo novamente, nós vemos que no Estado de Piauí 91% dos 37% originais, ainda estão em estado conservado, por assim dizer. Ou seja, há várias atividades necessárias para um conjunto de Estados como estes, onde a cobertura ainda é bastante grande e outras atividades necessárias para Estados como esses, onde a cobertura já é mínima.

Aqui, é o dado, relativamente às regiões hidrográficas no Cerrado, o quanto de cobertura vegetal ainda se verifica para o Cerrado, para cada uma dessas bacias.

Mais uma vez, as bacias que estão ainda com bastante cobertura vegetal, Atlântico Nordeste Ocidental, que deve ter um nome mais simpático do que ele, Parnaíba. E, mesmo a São Francisco ainda tem bastante cobertura vegetal de Cerrado remanescente.

E o próximo quadro, quase o último. Esse dado alguns de vocês já conhecem, está disponível numa pequena publicação que Ministério lançou, se não me engano no Dia da Biodiversidade, 23 de maio, se não me engano. E aqui os dados que seriam relativos ao que temos de remanescentes ou de vegetação, Cerrado, nativa florestal, nativa não florestal e áreas antropizadas.

Esse numero, é um número que deu, vamos dizer assim, certo embate entre várias pessoas, achando que, de fato, ele representa mais do que alguns dados outros trazem para a sociedade brasileira, mas tem explicações do por que disso.

E eu termino essa breve exposição, desmerecendo os autores dos trabalhos porque eu não pude entrar em detalhes, como certamente eles fariam muito melhor do que eu, nesse momento. Mas para discussão, eu acho que as informações são úteis e podem ser apropriadas aqui, por todos.

Elas também estão à disposição no Ministério em várias formas. O Estudo do Marengo foi publicado, está em volume que já foi distribuído para vários dos senhores, imagino. Também esses outros dados estão disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente.

Então, por ora, era o que eu tinha para colocar., Muito obrigada, Deputado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós queremos agradecer a Dra. Maria Cecília, Secretária de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente.

Queremos anunciar aqui a presença do Relator da Comissão, Senador Renato Casagrande, Deputado Augusto Carvalho, também que já chegou, Deputado Colbert Martins.

Portanto, agora passaremos à exposição da Dra. Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília. Nos intervalos das apresentações estarão sendo apresentadas fotografias de Eduardo Borges, fotografias do Cerrado.

V.Sª. tem a palavra para sua exposição, pelo prazo de até 20 minutos.

SRA. MERCEDES BUSTAMANTE: Eu gostaria inicialmente, agradecer o convite de participar dessa Audiência Pública, falando especificamente um pouco sobre a questão das mudanças de uso na terra no Bioma Cerrado, em particular os impactos climáticos relacionados a essa mudança do uso da terra, que é um tópico que os nossos grupos de pesquisa na UNB vêm trabalhando desde 1994.

Os objetivos dessa apresentação é basicamente discutir às conseqüências do uso da terra nas emissões de gases do efeito estufa no Cerrado. Inicialmente, para isso nós vamos caracterizar um pouquinho como funcionam os sistemas nativos do Cerrado, e o que muda quando há conversão nesses sistemas nativos em pastagem ou em cultivos anuais. Paralelamente nós vamos discutir um pouquinho sobre estratégias para redução dessas emissões.

Então, essa apresentação geral sobre o Cerrado, ela já foi feita na abertura dessa sessão, mas basicamente, o bioma Cerrado ocupa 22% do território brasileiro, são dois milhões de quilômetros quadrados de área original.

É composto por uma vegetação que é altamente heterogênea em diferentes escalas espaciais. Então, a gente tem uma grande diversidade local, mas também uma grande diversidade regional. Isso expressa, então, na maior diversidade biológica entre as savanas mundiais e a gente tem um elevado grau de indemismo, tanto na flora como na fauna, ou seja, espécies animais e vegetais que são exclusivos do Bioma Cerrado.

E é também, como já foi ressaltado aqui, o berço de quatro grandes bacias hidrográficas importantes que abastecem milhões de habitantes. A gente observa a partir daí, principalmente da transferência da Capital Federal para o Planalto Central, mais especificamente a partir da década de 70, um avanço muito grande da agricultura intensiva na Região do Cerrado.

Hoje nós podemos contabilizar cerca de 100 milhões de hectares de pastagens no Cerrado, seja pastagens nativas ou pastagens cultivadas e cerca de 11 milhões de hectares de culturas; principalmente produção grãos, que coloca o Cerrado numa posição extremamente relevante em termos dos principais produtos de exportação do agronegócio brasileiro, principalmente a soja e o milho.

Embora, a gente observe um pico de conversão nas décadas de 70 e 80, esse processo de conversão de áreas nativas de Cerrado em áreas agrícolas, ele continua, o que se observa hoje é uma subida dessa fronteira agrícola. Esses são dados do Estado de Mato Grosso para 2002, dados de sensoriamento remoto, que indicam abertura de áreas nativas, principalmente para agricultura da soja. Essa expansão no Mato Grosso, da soja, ela ocorre ainda majoritariamente em região de savana, contra um pequeno percentual que ainda ocorre em região de floresta primária.

As mudanças do uso da terra, elas se enquadram entre as principais causas na emissão de gases de efeito estufa, que são aqueles que estão relacionados

ao processo de aquecimento global, que foi aqui colocado na primeira apresentação.

Particularmente, a gente observa um aumento nas emissões do dióxido de carbono, do CO2, que é o principal gás de efeito estufa, mas também do metano e do N2O. Metano e N2O são dois gases que são produzidos em menores concentrações, mas tem um potencial de efeito estufa muito maior do que o CO2.

Antes de entrar especificamente no Cerrado, eu gostaria de destacar o papel que as savanas, que as vegetações savânicas desempenham no ciclo global do carbono. Para gente ter uma idéiazinha, vamos avaliar um pouquinho inicialmente em termos de extensão.

As savanas tropicais ocupam 22,5 milhões de quilômetros quadrados no globo terrestre. Isso é uma área 30% maior do que a área que é ocupada por florestas tropicais. Embora o conteúdo médio de carbono na vegetação do Cerrado seja somente 25% do que é observado em relação às florestas tropicais, ou seja, a gente tem um conteúdo médio de carbono na vegetação de savanas que é cerca de 29 toneladas de carbono por hectare, contra 120 toneladas de carbono por hectare em florestas tropicais pluviais.

No entanto, as mudanças no uso da terra nessas regiões savânicas, isso não é um processo só do Cerrado, é um processo que a gente observa na África e em outras áreas também dominadas por savanas, é muito mais rápido do que em florestas.

Então, se a gente fizer uma estimativa aqui, pegando o período entre as décadas de 80 e 90, o efeito líquido das mudanças no uso da terra, no ciclo global do carbono, elas representam em torno de 1.7 petagramas. É um milhão de toneladas de carbono por ano, relacionadas somente com as modificações do uso da terra.

No entanto, os estudos mais recentes com sensoriamento remoto, eles têm apontado que os desmatamentos das florestas tropicais, ele contribui somente com cerca de 0.4 a 1.3 petagramas desse carbono liberado aqui. O que significa?

Que existe uma fração desse carbono que foi liberado entre as décadas de 80 e 90, em função das mudanças do uso da terra, que não é explicado somente pelo desmatamento das florestas tropicais úmidas, então onde é que está essa diferença?

Primeiro, se a gente está supondo que essas fontes de carbonos tropicais elas são menores do que se supunha anteriormente, a gente pode ter duas explicações para essa diferença numérica nas emissões de carbono em função da mudança do uso da terra.

Um. Primeiro. Que esses drenos os sumidouros de carbono na região tropical eles também são menores, o que gera uma emissão maior. Ou, a possibilidade mais plausível, é que as fontes tropicais elas são elevadas, mas que precisamente o papel das savanas tropicais do desmatamento das savanas tropicais ele foi subestimado, quando isso foi calculado em termos das emissões por mudança no uso da terra na região tropical.

E mais especificamente, dentro das savanas tropicais, como é que fica a Região do Cerrado, que é a savana mais diversa do mundo? Aqui o que a gente observa nessa figura, as diferentes formações vegetais ao longo do Bioma Cerrado. Vamos pegar especificamente essa parte aqui, que é o chamado Cerrado sentido restrito, onde a gente tem uma variação da vegetação que é dominada por gramíneas, até uma vegetação mais densa, mais lenhosa, que é o chamado Cerrado denso.

Aqui nós temos uma quantificação do estoque de biomassa, desde as áreas de campo limpo até as áreas de Cerrado denso, variando em torno de 4 toneladas por hectare, até cerca de 72 toneladas por hectare. Isso é o estoque de biomassa.

O estoque de carbono, em geral, é de 40% a 50% dessa biomassa, ou seja, a gente teria um estoque de que variaria de dois a cerca de 35, 36 toneladas por hectare. Ou seja, as estimativas recentes de conversão do Cerrado, indicam que nós temos, aproximadamente, de 40% a 55% de área convertida para uso agropecuário.

Se a gente considerar o processo de conversão a partir da década de 60 a 70, então, nós estaríamos assumindo 40 anos de conversão de uso; um estoque médio de carbono, a biomassa, de 29 toneladas por hectare. Fechando essa conta, nós teríamos uma perda média de 0.1 petagramas de carbono por ano, somente em função do desmatamento do Cerrado.

Esse número é surpreendente. Ele não é nada desprezível, se a gente considerar e o desmatamento da Amazônia, que é uma vegetação muito mais densa, com muito maior conteúdo de carbono, gera cerca de 0.2 petagramas de carbono por ano; ou seja, é importante contabilizar e considerar o desmatamento do Cerrado e das savanas no Brasil central, para emissões de brasileiras de carbono.

Bom, um outro aspecto importante. Nós estamos considerando só as transformações da biomassa aérea, o que sai de carbono quando a parte aérea é desmatada. Mas é importante lembrar que as mudanças de vegetação, elas não se convertem diretamente numa emissão de CO2 para atmosfera. Enquanto o crescimento da vegetação ele é um dreno imediato, ele retira carbono da atmosfera, a mortalidade da vegetação – a menos que ela resulte de uma combustão por queimada – ela representa uma entrada retardada

de CO2 na atmosfera, o que a gente chama de uma dessas emissões comprometidas.

É o carbono que, uma vez desmatado, vai sendo liberado gradativamente, isso, depende da taxa de decomposição. Por que essa informação é importante para o Cerrado? Porque nessas fisionomias de Cerrado que a gente destacou, o maior estoque de carbono ele não está na parte aérea, ele está exatamente no sistema radicular, na biomassa subterrânea.

Geralmente, a gente quantifica biomassa subterrânea em relação à biomassa aérea – nós temos razões maiores que um, entre 2.6 e 7.7. O que significa? A gente tem de três a sete vezes mais carbono, mais biomassa nos sistemas radiculares, do que temos na parte aérea. Se agora a gente assume – vamos fazer mais um exerciciozinho aqui de cálculo – uma razão biomassa aérea, biomassa subterrânea, biomassa aérea conservativa; a gente está falando que os valores estão variam de três para sete, mas se eu assumo o valor de um, ou seja, o que eu tenho embaixo do solo é o mesmo que eu tenho em cima. Isso e somente isso, já representa um acréscimo de 67% nas estimativas de fluxo de carbono por desmatamento.

Bom, e como é que funciona essa primeira visão do que está estocado e como é que funciona o fluxo no Cerrado? No Cerrado típico, as estimativas anuais indicam que o Cerrado funciona como um dreno de carbono. O que há ainda muita variabilidade é na magnitude desse dreno. Então, as áreas de Cerrado, elas podem acumular de 0.1 a 0.3 toneladas de carbono por hectare, alguns estudos indicam até um acúmulo de 2.5 toneladas de carbono por hectare.

Só que esse acúmulo, na verdade, ele é dependente da disponibilidade de água. Esse é um outro aspecto que foi colocado aqui, inicialmente pela Cecília, também, a variação da precipitação porque isso vai mexer a forma como os sistemas nativos armazenam carbono. Por quê? Porque o Cerrado é um dreno de carbono, ou seja, um sumidouro de carbono durante todo o período chuvoso, mas atua, por um breve período do final da seca, como uma fonte de carbono para a atmosfera.

Quando a gente integra isso ao longo do ano, ele ainda funciona como um sumidouro, mas a gente observa aqui, isso é muito dependente da disponibilidade hídrica; se a disponibilidade hídrica muda esse armazenamento de carbono também se modifica.

Dentro das estratégias das emissões, considerando esse quadro de estoque de carbono na biomassa aérea, na biomassa subterrânea, e funcionamento do Cerrado como um dreno de carbono. Uma das primeiras estratégias para redução das emissões do Cerrado, seria um controle e um monitoramento do desmatamento na Região do Cerrado.

E o que acontece quando a gente tem o processo da conversão do Cerrado, seja por queimadas, seja pela implementação de uma pastagem, ou seja pela implementação de um cultivo anual, aqui no caso, por exemplo, a soja? A primeira coisa que a gente precisa lembrar, é que a retirada da vegetação ela tem dois impactos na estrutura e no funcionamento do sistema.

Primeiro. A gente retira um dossel, que é extremamente heterogêneo, como a gente pode observar aqui, com raízes profundas e substitui por uma vegetação que têm um dossel, uma cobertura vegetal que é homogênea e um sistema radicular que é superficial. Esses dois aspectos vão impactar o armazenamento de carbono no Cerrado, as trocas de calor e energia com a atmosfera e a conservação dos recursos hídricos.

Então, aqui o que acontece, por exemplo, quando uma área de Cerrado é queimada? Isso são dados de um levantamento feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia sobre a contribuição da queima de áreas não antrópicas de Cerrado. Aqui, foram avaliadas três fisionomias diferentes, dominadas por gramíneas, um Cerrado típico e um Cerrado com maior vegetação lenhosa.

A gente observa que a fração de biomassa queimada, ela se modifica. A gente tem uma eficiência maior de combustão aqui, onde predominam as gramíneas. E a gente tem uma emissão significativa de carbono, especialmente na forma de monóxido de carbono e de metano quando essa área é queimada.

E não só o carbono, mas uma emissão significativa também, do óxido nítrico e do óxido nitroso, que ambos têm uma contribuição aqui, no caso de efeito estufa e esse aqui, de destruição da Camada de Ozônio.

O que acontece depois que passa o fogo? A gente tem uma combustão da biomassa, esses gases de efeito estufa são liberados. E o que acontece quando essa área se regenera, depois da queimada? O que foi observado é que após o fogo, o Cerrado se torna uma fonte, ele continua emitindo CO2 para a atmosfera. Por quê?

Você teve a mortalidade da vegetação e todo aquele carbono, são aquelas emissões comprometidas, ele permanece sendo liberado para a atmosfera. Com o início da estação chuvosa, porque a maior parte das queimadas, a gente está vendo o exemplo do Parque Nacional de Brasília, a Chapada dos Guimarães, ocorre no auge do período seco.

Com o início da estação chuvosa, essa situação se reverte, a vegetação começa a rebrotar, essa área se torna um forte dreno de carbono. Nessa situação

em que foi medido, os efeitos negativos do fogo eles vão ser balanceados um ano depois da queimada.

Mas o que acontece se a gente aumenta a freqüência de queimadas, se a gente diminui o intervalo entre as queimadas? As queimadas freqüentes, elas tendem a reduzir a vegetação lenhosa: árvores e arbustos; favorecem a formação de vegetações mais abertas, com mais gramíneas que é mais material combustível; as queimadas se tornam mais extensas e levam a uma redução ainda maior dos estoques de biomassa do sistema. O que isso significa? Que esse balanço do efeito positivo ou negativo do fogo, vai depender desse intervalo das queimadas.

Então, o segundo o aspecto: estratégia para redução das emissões; controle e monitoramento de desmatamento; controle e monitoramento das queimadas no Cerrado.

Bom, a gente viu um pouquinho o que acontece quando a gente modifica o estoque da vegetação, parte área, sistema radicular. Mas a gente deve lembrar que uma boa parte do estoque do carbono ele se encontra na matéria orgânica do solo. Esse é o estoque total: vegetação mais solo até um metro de profundidade, 265 toneladas por hectare.

Desses 265, 185 estão na matéria orgânica do solo, ou seja, quando há conversão da vegetação nativa para uma área da pastagem, ou para uma área de cultivo, a forma de manejo do solo vai determinar o impacto em termos de emissões de gases de efeito estufa.

Então, a quantificação completa desses impactos, ela deve incluir essas mudanças no estoque de carbono no solo. Essa conversão de áreas nativas para uso agropecuário, ela pode resultar tanto em ganhos como em perdas de carbono do solo, e isso é depende do manejo, ou seja, melhores práticas agrícolas podem significar uma conservação de carbono no solo.

Bom, aqui a gente tem um estudo que foi conduzido comparando uma área de vegetação nativa do Cerrado, e uma área adjacente com condições similares após 23 anos de cultivo com braquiária, ou seja, após 23 anos de utilização como pastagem.

Depois desse período, não havia diferença nos estoques de carbono orgânico entre a vegetação nativa e a pastagem, ou seja, uma pastagem bem manejada, ela funciona como um sistema que ela não seqüestra carbono, mas ela conserva o carbono préexistente no solo.

E após esses 23 anos, 50% do carbono, da matéria orgânica do solo, ainda era proveniente da vegetação nativa do Cerrado, mas pastagens bem manejadas na região do Cerrado, na verdade, elas, hoje se constituem quase a exceção.

As pastagens do Cerrado, hoje, elas se encontram numa degradação significativa, e a gente poderia até dizer que as pastagens degradadas elas se constituem o ecossistema emergente mais importante da região.

É importante a gente lembrar que a gente não cultiva pastagem por cultivar pastagem. A pastagem ela é cultivada para alimentar o gado, e o gado tem uma contribuição importante em função do processo de fermentação entérica, que leva à liberação de metano.

As estimativas para o Brasil, preliminares, é que a emissão de metano pelo gado gera 67.7 teragramas de metano por ano. Por que isso é importante? Porque metano é uma molécula de efeito estufa, que tem 25 vezes o potencial do efeito estufa de uma única molécula CO2. Essa emissão pelo rebanho leiteiro, carne e leite, corresponde à emissão anual de CO2, de 36 milhões de veículos de passeio.

Então, pensar em reduzir as emissões – isso aqui é para o Brasil, mas a maior parte do rebanho brasileiro está no Cerrado. Então, basicamente o Cerrado corresponde de uma grande fração nessas emissões: não o Cerrado, o que se colocou em cima do Cerrado.

As alternativas para mitigação, elas devem envolver o manejo de todo o sistema de produção, ou seja, não só o manejo da pastagem, mas o manejo da nutrição animal.

Novamente dentro das estratégias, nós citamos algumas para as áreas nativas e para áreas agrícolas, isso envolveria também, o controle de queimadas de restos culturais, recuperação de pastagens degradadas no Cerrado com incremento de cobertura arbórea; ou seja, é uma estratégia interessante os chamados sistemas que consorciam agricultura, pecuária e silvicultura nessas áreas de pastagens degradadas e o manejo da nutrição animal para redução das emissões de metano.

E o que acontece quando a gente, agora, tira o Cerrado e converte o Cerrado numa plantação de soja? A agricultura, quando ela entrou no Cerrado, mecanizada, ela trouxe uma série de impactos em função do manejo inadequado das práticas agrícolas convencionais.

No início da década de 80, a gente tem a introdução no Cerrado dos sistemas de plantio direto, o plantio sobre a palha, e hoje a gente tem uma prevalência desse tipo de manejo nas áreas agrícolas mais desenvolvidas. Aqui, novamente um estudo de longa duração.

Foram avaliadas áreas sobre o manejo ao longo de 15 anos em que se comparou uma área de plantio direto, uma área da pastagem de plantio convencional e uma pastagem degradada então, o resultado indica

que a área de plantio direto [soa a campainha] – acabou a aula – [risos].

Ela efetivamente apresenta conteúdo maior de carbono em relação aos demais tratamentos, mas somente nos dez centímetros superficiais do solo. O que isso significa? Que qualquer mudança no manejo desse solo permite a oxidação desse carbono e a liberação, novamente, na forma de CO2.

Eu vou correr um pouquinho aqui. Aqui, é só, basicamente, um outro trabalho de modelagem, em que a gente mostra que aqui, no caso a soja, em plantio direto, plantio convencional, sem uma cultura em rotação.

Aqui a soja em plantio com rotação de milho e mileto, mostrando que nessa situação a gente pode manter esse estoque de carbono. E, que essa manutenção é basicamente dependente de um bom conteúdo de nitrogênio no solo, ou seja, não dá para tratar a questão do carbono isoladamente. É preciso considerar o manejo do carbono e o manejo do nitrogênio.

Esse manejo do nitrogênio, ele é importante também, porque, como a gente já colocou dois dos importantes gases hoje, que contribuem para o efeito estufa, são óxido de nitrogênio, o óxido nitroso e o óxido nítrico.

Então, nós fizemos quantificação das emissões, tanto de óxido nitroso, como de óxido nítrico, nos solos do Cerrado sob diferentes usos. O Cerrado não é um grande emissor do óxido nitroso em termos da agricultura, mas pode ser um grande emissor de óxido nítrico, principalmente naquelas culturas onde a gente tem a entrada de fertilizantes nitrogenados.

Isso é um quadro preocupante. Porque, se a gente tem a substituição de áreas de soja, que nitrogênio zero por áreas de cana que demandam a entrada de nitrogênio, a gente provavelmente vai ter um incremento das emissões de óxido nítrico.

Aqui nós fizemos a quantificação em termos de região. A soja apesar de não ser um grande emissor do óxido nítrico, ela aumenta quando a gente considera o tamanho da área plantada.

Bom, então nós poderíamos agregar as nossas estratégias de redução das emissões: o manejo adequado do uso de fertilizantes hidrogenados e adoção de sistemas de rotação de culturas.

Por fim – eu juro que eu agora estou acabando. Como eu comentei com vocês, quando a gente retira a vegetação nativa e substitui por pastagem ou por soja, a gente modifica a profundidade de enraizamento, mas modifica também a estrutura do dossel. Esse conjunto de copas das árvores, que aqui é heterogêneo, aqui é bastante homogêneo. E isso tem um papel fundamental na forma como o sistema troca calor e energia com atmosfera.

Aqui é um exemplo, no caso da vegetação do Cerrado, numa situação em que você tenha um vento, por exemplo, esse dossel heterogêneo, ele vai gerar esses turbilhões, esses vórtices turbulentos. Isso aqui é extremamente importante, porque isso aumenta a condutância, a troca entre a vegetação e a atmosfera.

Então, a presença desse dossel heterogêneo, gera esses turbilhões, aumenta essa mistura e aumenta a troca entre a vegetação e a atmosfera. Quando a gente retira a vegetação e substitui por esse dossel homogêneo, esses turbilhões eles não se formam, ou seja, a gente tem aqui uma camada de ar estacionário, e isso diminui as trocas entre a vegetação e a atmosfera. O que isso significa?

Uma maior retenção de calor próximo à superfície, pela simples alteração da cobertura vegetal, pela estrutura da cobertura vegetal. Então, mesmo que a gente não tivesse um aumento da temperatura em função das mudanças climáticas, a alteração da cobertura vegetal representa um aumento da temperatura superficial.

Então, muitos modelos para savanas tropicais têm indicado que essa conversão de vegetação arbórea com plantas herbáceas, por uma vegetação dominada por gramíneas ou culturas, leva a uma redução de cerca de 10% da precipitação, isso sem contar a mudança climática vigente.

Um aumento da temperatura superficial de em torno de 0.5ºC e, um aumento da freqüência de veranicos, que são aqueles períodos secos durante o período chuvoso. Isso é crucial para a manutenção da atividade agrícola.

Então, é importante lembrar que a conservação de recursos hídricos que foi bem citado aqui, o papel que o Cerrado tem, ela depende basicamente dessas trocas entre atmosfera, vegetação e solo. E no caso do Cerrado, a gente tem um papel fundamental desses reservatórios de águas profundas.

Se a gente mexe nesse papel de troca a gente está exatamente evitando ou contribuindo, para que a gente não tenha uma reposição suficiente desses reservatórios de água profunda.

Por fim, aqui nessa lista, poderia definir como uma das medidas mais importantes de estratégias em relação à atividade agrícola no Cerrado; seria a implementação de sistemas multifuncionais e uma diversificação da paisagem agrícola como uma estratégia eficiente para redução dessas emissões no Cerrado.

É importante sempre lembrar que a mudança climática e essas alterações no uso da terra elas são caminhos de mão dupla; as atividades agrícolas aumentam a freqüência de queimadas, têm um impacto sobre as emissões do clima e por conseqüência, mu-

danças na temperatura e na disponibilidade da água vão tendo um impacto direto, como já foi convencionado aqui pela Cecília, na atividade agrícola.

Hoje, a demanda por agroenergia e por alimento tem gerado uma expansão e uma transformação muito rápida do agronegócio, isso se tona cada vez mais complexo. É importante lembrar que a manutenção da diversidade dos sistemas naturais, ela não é uma opção à agricultura, na verdade, ela é uma condição para um bom desenvolvimento agrícola. Por quê?

Porque para a atividade agrícola o meio ambiente é o fator mais importante da produção. E aí, é importante que a gente tenha uma coordenação eficiente das políticas no Estado brasileiro, da coordenação das políticas agrícolas e das políticas ambientais que inclua, em particular, a valoração e o pagamento dos serviços e bens ambientais.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer Dra. Mercedes Bustamante, da Universidade da Brasília. E anunciar também a chegada do Senador Inácio Arruda, autor do requerimento para Audiência Pública que discutirá o Bioma Caatinga, que será realizada no dia 28, em Fortaleza, Audiência Pública externa dessa Comissão.

E quero convidar o Dr. Carlos Klink, representando a TNC, para sua... *The Nature Conservancy*, conservação da natureza. Ao passo que cumprimento também a minha amiga Marli Santos, que está aqui também nessa audiência.

SR. CARLOS KLINK: Boa tarde. Eu queria parabenizar o Deputado Eduardo Gomes por essa iniciativa, o Deputado Rodrigo Rollemberg. Há mais de um mês nós estamos nessa conversa sobre como trazer junto para a audiência o tema específico de mudança do clima, a questão mais específica do Cerrado.

O que eu vou fazer nos meus vinte minutos, Deputado, eu vou passar muito rapidamente. Eu agradeço aos palestrantes anteriores que já tocaram e já focaram alguns dos temas que eu quero colocar num contexto um pouquinho diferente, a questão tanto da biodiversidade, uso da terra, e ciclo do carbono no Cerrado.

Mas eu queria trazer um pouco um esforço que a nossa organização, a TNC, tem feito, de justamente tentar agregar o conhecimento amplo que já existe no Cerrado, que nós já temos sobre o Cerrado, e trazer parcerias e tentar trazer soluções para reconstruir a paisagem do Cerrado. É isso que eu vou fazer agora na minha apresentação, trazendo uma idéia que a gente está chamando esse conceito de paisagens funcionais, onde e como a gente pode conciliar conservação de serviços ambientais com a biodiversidade e conservação e uso agrícola do Cerrado, que também é um elemento importante da paisagem aqui no Brasil Central.

Não é novidade, como também já foi colocado tanto pelo Deputado no início dessa audiência, como pelos palestrantes anteriores, a importância da agricultura brasileira. Eu tirei esse... Eu não sei se... Infelizmente as pessoas do fundo não vão conseguir ler o que está escrito ali. Eu tirei uma citação recente da revista Conjuntura Econômica que demonstra com muita clareza a importância do Brasil como um grande produtor do agronegócio, grãos, carne, exportador, agroenergia etc.

Isso, evidentemente, sem sombra de dúvidas, traz muitos benefícios para o país. Aqui eu fiz apenas um pequeno apanhado de resultados do próprio Ministério da Agricultura, dados do ano passado, 2006, da evolução dos benefícios que as *commodities* agrícolas, principalmente para mercado exportador, têm trazido para o País. Isso é inegável. O grande avanço que isso tem ocorrido no País.

Como também já foi levantado, o Cerrado tem e teve no passado, e tem atualmente, e vai ter no futuro, com certeza, um grande papel nesse grande avanço agrícola, e da importância da agricultura nesse País. Como também já foi mostrado, essa figura verde aqui no meio do Brasil Central representa a área nuclear, do que a gente chama a área nuclear do Cerrado, com sua distribuição geográfica ampla no País. O próximo slide representa de uma maneira fotográfica o que provavelmente remanesce, as áreas remanescentes de Cerrado hoje.

Ou seja, a produção agrícola, o avanço agrícola do Cerrado trouxe benefícios sim inegáveis para o País, trouxe benefícios sociais, crescimento de cidades, infra-estrutura etc., mas também trouxe um viés para um desbalanço ecológico ambiental grande, e é esse tema que a gente tem que tratar de um modo bastante consciente, utilizando a melhor ciência possível, e promovendo debates como esse, que a gente está aqui hoje presente.

O uso da terra não vou ficar repetindo. Vocês já mencionaram vários desses valores. Pastagens plantadas, particularmente, se constituem o principal uso da terra. Hoje, nós temos cerca de 600 mil quilômetros quadrados de pastagens plantadas com capim de origem africana, apenas no Brasil Central, o principal uso da terra, e com todas as conseqüências que já foram mostradas das outras apresentações anteriormente.

O Cerrado é detentor sim – também como foi colocado desde o início dessa audiência -, de uma grande diversidade que, até então, não era reconhecida, pouco conhecida. Agora nós já temos o próprio Ministério do Meio Ambiente e vários colegas que es-

tão aqui presentes trabalharam e têm trabalhado no sentido de mostrar a grande diversidade que existe no Cerrado não só no nível de espécies, mas no nível do que a Mercedes colocou, funcionamento de ecossistemas e grande diversidade ambiental.

Essa é apenas uma outra figura que mostra a grande diversidade de tipos de ambientes distintos que nós temos nesse ambiente do Brasil Central.

Também não vou ficar me repetindo. Apenas uma figura, repetindo aqui. A maior parte do... Nós temos um bom conhecimento hoje tanto sobre a dinâmica quanto a estoques de carbono. Eu não vou ficar repetindo os dados.

Como bem lembrou a Mercedes, se a gente traz alterações em grande extensão, substituindo grandes extensões de áreas nativas de Cerrado por pastagens plantadas, por exemplo, evidentemente que a gente vai trazer grandes alterações ou desbalanços, particularmente, por exemplo, no ciclo do carbono. Perda de estoque de carbono ou alteração, modificação, aumento de velocidade de movimentação, vamos chamar assim, de estoques de carbono dos ecossistemas do Cerrado para a atmosfera.

E no último relatório nacional do Ministério de Ciência e Tecnologia, isso fica bem claro. O Cerrado é o segundo ecossistema que mais contribui para os gases de efeito estufa no Brasil após a Amazônia, a Floresta Amazônica.

Aqui então, eu gostaria de trazer um pouco essa idéia do que nós estamos chamando de paisagens funcionais. Essa figura, esse mapa é o mapa *mundi*, mostrando uma figura de um estudo semelhante ao que foi feito pelo Painel Intergovernamental para Mudanças do Clima, só que ele foi feito para os ecossistemas do planeta. E, de novo, uma fotografia que esse é o maior estudo do milênio, tentando tirar vários retratos do que está acontecendo com os ecossistemas no planeta como um todo, tanto os ecossistemas naturais quanto os ecossistemas construídos, os ecossistemas constituídos.

Aqui, essa figura, as partes em marrom, ou as partes escuras, mostram toda a extensão de terras no planeta hoje que tem pelo menos 30% da sua área coberta por atividade agropecuária. Então, não é mais possível... As áreas em branco são as áreas onde ainda a agricultura não avançou, mas elas representam ou desertos, ou gelo, ou ainda grandes extensões de florestas, como a Floresta Amazônica na América do Sul e um pedaço de florestas tropicais na África.

Ou seja, o que essa figura mostra é que para discutir a questão de uso da terra e conservação de ecossistemas ou de biomas na escala mundial ou na escala específica do Brasil e do Cerrado, a gente tem que considerar sim a atividade agrícola como parte do ecossistema. É essa uma pouco a nossa idéia. Tentar trazer projetos, idéias, soluções no nível do chão, das paisagens já modificadas da Cerrado, onde a gente possa conciliar sim, uso da terra, benefícios econômicos, ganhos sociais, mas também conservação. Isso é possível. E eu espero que eu consiga mostrar isso com os próximos slides que eu tenho aqui para apresentar.

Nós também temos um programa na TNC que também se chama Cerrado Sustentável, Agricultura e Conservação, que já está aí no Cerrado, em várias partes da Cerrado há alguns anos, e nós partimos dessa idéia fundamental que é possível conciliar conservação com uso das paisagens agrícolas do Cerrado. E partindo de duas grandes premissas, ou três, eu diria: promover a regularização ambiental, fundamentalmente, Código Florestal, a Constituição de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, e trazer melhores práticas.

O que a gente quer? O que a gente ambiciona com isso? É que nós consigamos, além do esforço público de conservação, de áreas de conservação através de parques nacionais, reservas ecológicas etc, que a gente também consiga trazer os parceiros do setor privado para que, parte dessa conservação, desses ecossistemas funcionais, como foi colocado anteriormente, que também possa ocorrer dentro de propriedades privadas.

Nós temos vários projetos em várias partes do Brasil. Eu aqui estou apenas colocando uma lista dos vários estados e tipos de ecossistemas e, basicamente, a gente está presente na Floresta Atlântica, no Cerrado e Floresta Amazônica.

Eu vou me deter ao caso de Lucas do Rio Verde, que está sendo um exemplo mais específico, que envolve todo um Município nesse esforço de conservação junto com a agricultura.

Aqui, descrições gerais, e temos no nosso cadastro mais de três mil propriedades, ou propriedades parceiras nesse esforço, envolvendo cerca de dois milhões de hectares com projetos onde há conciliação, então, de ciência, melhor arranjo da paisagem possível, melhor sistema produtivo possível, e que leve, no final das contas, também à conservação.

Lucas do Rio Verde é um Município para o norte do Estado do Mato Grosso, principalmente área de Cerrado. Lucas, para que a gente possa ter uma idéia, representa – hoje eu não tenho certeza absoluta – mas, por volta de 1,5% da produção de soja no País. Ou seja, é um Município bastante produtivo, tem mais de 600 mil hectares de área. E a Prefeitura de Lucas achou por bem tomar como iniciativa, nos cha-

mou para ser parceiros nessa iniciativa, fazer com que Lucas do Rio Verde se tornasse o primeiro município totalmente adequado à regularização ambiental do País, 100% das propriedades rurais adequadas com relação ao Código Florestal, reserva legal, e área da preservação permanente. E isso só foi possível por conta de grandes parcerias.

A TNC trouxe muito o conhecimento científico, o conhecimento de modelagem ecológica, o conhecimento da biodiversidade, e assim por diante. E a Prefeitura, evidentemente, trouxe outros parceiros, os produtores rurais. Grandes empresas estão envolvidas nesse empreendimento, vamos dizer assim, Sadia, Instituto Sadia de Sustentabilidade, empresas como Syngenta, a *Trade* – Negócio, fundações locais de pesquisa, mas muito importante a participação do setor rural, ou seja, dos produtores rurais através de seu Sindicato Rural e do Ministério Público local, que também se tornou parceiro para que a gente possa, da melhorar maneira possível, fazer toda a negociação de como promover regularização ambiental num Município como Lucas do Rio Verde, e para nós, evidentemente, isso funciona como um grande espelho, um grande reflexo do que pode ser feito no nível de chão, sim.

O Município... Perdão, eu havia falado um número anteriormente, mas na verdade, o Município todo foi mapeado em cerca de dois meses com a tecnologia existente hoje, de geoespacial, com a ciência existente hoje, com o conhecimento existente hoje, com treinamento de equipe etc. e tal é possível fazer mapeamento em grandes escalas para que a gente tenha uma idéia de qual o passivo, após o uso da terra, das áreas de reserva legal, de uma área como o Município de Lucas do Rio Verde, e onde, e como trazer as soluções para que a gente consiga reflorestar o que é necessário ser reflorestado, ou compensar a área de reserva legal, onde é possível ser compensado de acordo com a lei, de acordo com o que é permitido pela lei.

Nós temos desenvolvido nesse e em vários outros projetos, os trabalhos de mapeamento. Hoje, como eu disse anteriormente, utilizando tecnologias de ponta, realmente, e mais importante, é bastante factível baratear os custos de trabalho para fazer, para que, inclusive, haja uma adesão do setor produtivo aos projetos.

No caso de Lucas, específico, nós também estamos trabalhando com a questão da melhores práticas, tanto na questão trabalhista como na questão de diagnósticos, um programa de usos e defensivos agrícolas. O que nós temos feito? Depois que você tem em mãos uma grande quantidade de informações, é possível. Nós estamos desenvolvendo alguns sistemas também para facilitar o funcionamento, vamos dizer assim, dessa proposta, diagnóstico de propriedades rurais e adesão dos produtores, e trazer a solução para os seus passivos ambientais, para a regularização ambiental. Nós estamos trazendo também novas tecnologias através de softwares, desenvolvimento de programas, todos em parcerias, com todos os parceiros que eu mostrei anteriormente, para que a gente logre duas coisas: barateamento de custos e para que, no final das contas, o segundo ponto, a gente consiga ter rapidamente uma resposta de qual a situação ambiental e qual o melhor caminho a seguir para solucionar aquela questão ambiental.

E aonde a gente quer chegar com tudo isso? Onde estamos iniciando a chegar com tudo isso? Lucas do Rio Verde é um projeto que tem menos de um ano de idade, na verdade, de funcionamento. Efetivamente iniciou-se em janeiro desse ano, 2007. O que a gente quer, então, é fazer esse... Trabalhar dentro dessas paisagens de um modo que a gente consiga também ajudar a influenciar de modo tal que a gente possa construir essas paisagens, permitindo a co-existência da parte produtiva com a parte da conservação via Código Florestal.

Onde é preciso restaurar, a gente está fazendo trabalhos de projeto de restauração com as parcerias; onde é possível haver servidão florestal, a gente faz trabalho de servidão florestal; onde é possível, a gente pode trazer processos de compensação ambiental e, desse modo, trazer esse ganho ecológico, manter a parte produtiva, sim, mas também trazer o ganho ecológico, o ganho ambiental, em que você pode, por exemplo, dispor a sua paisagem, dispor as suas reservas legais, por exemplo, as suas áreas de preservação permanente, de modo que eles se adeqüem, estejam juntos nas áreas da conservação, terras indígenas, e assim por diante.

E mesmo o projeto de carbono. A gente começa a ter agora, já em várias partes do Cerrado, demanda por parte do setor produtivo, tanto de produtores, associações, Governos de Estado, Municípios mesmo ou mesmo empresas, para elaboração, sabendo dos resultados que foram mostrados anteriormente, que o Cerrado pode sim ter um grande potencial de seqüestro de carbono, de trazer também como uma parte integrante dessa constituição da paisagem projetos de seqüestro de carbono.

O mais interessante, talvez, o mais convincente, seja esse quadro em que nós elaboramos, trazemos, também, além da expertise técnica e científica, a gente elabora também estudos sócio-econômicos, e é muito, muito importante. Até pouco tempo, muita gente dizia que era muito difícil, ou era às vezes quase impossível fazer esse tipo de trabalho em escala. Esse é o ponto mais importante. A gente tem trabalhado em nível de

propriedade sim, existem sistemas que precisam ser melhorados, evidentemente, de mapeamento, de regularização da propriedade rural no País, mas é possível fazer com que esses sistemas funcionem em escala, trazendo adesão de muitos proprietários e com o uso dessa ciência e com o uso dessa tecnologia, fazer com que esses custos, porque há um custo, a regularização ambiental também traz custos, a gente consegue trazer esses custos para baixo e consegue aumento na adesão.

Isso é um levantamento que um economista fez para a gente baseado no nosso cadastro de propriedades rurais, não só Lucas de Rio Verde, mas nas várias experiências que temos no Mato Grosso, Pará e Paraná, em que, em linhas gerais, um grande resumo é: a parte de cadastro e diagnóstico ambiental de uma propriedade rural a gente consegue fazer por 50 centavos de real por hectare hoje em dia, ou seja, de preços que eu já ouvi valores de oito reais por hectare em algumas partes do Brasil, e a gente, mantendo a qualidade ambiental, sempre mantendo a qualidade do trabalho e a qualidade de resultado ambiental, a gente consegue baratear bastante esse custo.

Um resumo de onde a gente quer chegar. Quais os benefícios de trazer isso para as paisagens funcionais, para dentro da propriedade rural e no conjunto das propriedades rurais dentro do Cerrado, do que chamamos essa paisagem produtiva e funcional? Redução dos custos, como eu já havia dito; cria-se um ambiente de cooperação muito fundamental e muito importante, onde as pessoas vêem que podem sentar mesmo à mesa e discutir, vêem possibilidades de negociação e de apropriação de conhecimento, muito importante, a gente tem visto isso acontecer em vários dos nossos projetos no Cerrado; abre possibilidades para mercados mais exigentes na questão ambiental, por exemplo, o mercado europeu, para alguns produtos agrícolas brasileiros, isso tem ocorrido também. E, evidentemente o nosso grande sonho é esse, trazer esses grandes benefícios ambientais e colocar milhares e, talvez, milhões de hectares conservados em terras privadas que continue funcional e produzindo no melhor arranjo possível, dentro da paisagem ecológica, e que traga, também, conservação da biodiversidade e, eventualmente, reponha estoques de carbono que tenham sido eventualmente perdidos. Muito obrigado. Era isso que eu tinha a apresentar.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer a exposição e nós vamos ter ainda mais dois expositores. Eu queria propor... Parece que o Bráulio fará uma exposição e não apresentação, é isso? Vou passar a palavra ao Dr. Bráulio, que fará exatamente uma exposição. Tem V.Sa. a palavra.

Eu quero registrar também a presença do Deputado Dr. Adilson, que está aqui na audiência também. Eu passo a palavra ao Dr. Bráulio.

SR. BRÁULIO DIAS: Obrigado, Deputado Eduardo Gomes, Deputado Rollemberg, aos participantes dessa audiência.

Eu só queria agregar algumas considerações ao que já foi apresentado pela Secretária Cecília e as duas apresentações seguintes.

Eu acho que alguns aspectos adicionais mereceriam a atenção: a questão da conservação da biodiversidade. Chamar a atenção que o esforço atual das áreas protegidas no Cerrado é muito baixo, não passa de 5% se considerarmos todas as categorias de unidades de conservação, a federal, a estadual, de proteção integral, de uso sustentável etc, e a meta nacional e internacional mínima é de atingir um patamar de 10%. Então, obviamente estamos bem abaixo dessa meta, no caso o Cerrado, e isso vai necessitar um grande esforço do Governo Federal, dos governos estaduais, municipais, e da sociedade civil, e um esforço do setor privado, inclusive de cooperar, no sentido de se ampliar essa extensão de áreas protegidas no Cerrado.

Outra questão que eu queria agregar é a importância do Cerrado com relação a recursos genéticos. O Cerrado é um importante centro de origem de recursos genéticos a nível mundial. Por exemplo: mandioca, amendoim, são espécies cultivadas originárias daqui da Região do Cerrado, e existe uma série de outras. Aqui temos uma grande diversidade de espécies nativas, chamadas parentes silvestres e variedades crioulas, desenvolvidas por povos indígenas e mantidos ainda não só pelos povos indígenas, mas comunidades locais e pequenos agricultores.

Então, esse é um patrimônio importante. A gente ainda não tem um mapeamento adequado de todo esse patrimônio no Brasil inteiro e no Cerrado. O Ministério tem promovido alguns estudos para algumas espécies, nós já temos resultados e estaremos publicando proximamente. E eu acho que isso é um aspecto importante a ser chamado a atenção, porque em função dos cenários futuros de mudança climática, o aumento de temperatura com modificações das condições ambientais que virão, e lembrar que isso vai autuar sinergicamente com o padrão também de desmatamento, de queimada que ocorre na região.

Então, o futuro nosso, em termos de promover um uso sustentável aqui no Cerrado, vai depender do acesso a esses recursos genéticos. Então, eu acho que é importante estarmos atentos a isso. Quer dizer, essas mudanças ambientais ocorrerão, isso é inevitável,

em função da mudança climática em conjunto com as mudanças do uso da terra provocadas pelo homem, e uma das soluções para a adaptação futura é a questão de uso desses recursos genéticos.

A outra adaptação importante é a extensão das áreas protegidas particularmente para as regiões mais vulneráveis. Esses estudos recentes têm apontado algumas áreas mais vulneráveis para as questões de mudanças climáticas, e nós entendemos que essas áreas deveriam merecer um foco, uma atenção maior com relação às políticas públicas e parcerias também com a sociedade em geral.

Eu queria mencionar, finalmente, um instrumento que nós temos utilizado nesses últimos anos, que é a questão da identificação de áreas prioritárias para a biodiversidade. Esse é um instrumento que o Ministério do Meio Ambiente criou que parte de um trabalho de consolidação de informação gerada pela Academia, e construção, uso, inclusive de modelagens para identificação de áreas mais importantes do ponto de vista da biodiversidade. Então, esse é um instrumento adicional o que País conta. São poucos países no mundo que têm esse tipo de instrumento, e nós temos isso para o Brasil inteiro, em particular, para o Cerrado. Eu acho que é um instrumento importante. Muitas dessas áreas identificadas como áreas prioritárias não contam ainda com iniciativas, seja de Governo Federal, ou Estadual, Municipal, ou mesmo do setor privado, e se não ultimarmos medidas voltadas para a conservação ou recuperação de áreas de Cerrado nessas regiões, nós corremos o risco de perdas muito importantes.

Eu acho que o mapeamento o que Ministério fez de cobertura vegetal tem um aspecto importante. A crítica que a Secretária mencionou é com relação ao critério que Ministério adotou. O Ministério, ao encomendar o estudo, solicitou que todas as áreas com vegetação, onde predomina a vegetação nativa, fosse mapeado como remanescentes, mesmo que ela esteja utilizada economicamente como pastagem ou sujeita a um grau de degradação e, de fato, muitas estão em graus diferenciados de degradação.

Mas eu acho que é importante olhar um outro aspecto. Todas essas são áreas com potencial de recuperação, com potencial de promoção de uso sustentável, da biodiversidade no bioma Cerrado. Esse é um patrimônio que a gente ainda tem e, portanto, podemos fazer um uso mais racional desse patrimônio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer ao Dr. Bráulio e quero questionar se o Dr. Adriano vai fazer a exposição. Quero passar a palavra ao Dr. Adriano.

Nós estamos também, vamos entrar em processo de Ordem do Dia daqui a pouco, mas eu quero também sugerir que o complemento da apresentação, as argumentações também sejam utilizadas no período do debate. Nós iremos abrir, daqui a pouco, o debate com a presença também do Senador Renato Casagrande e, portanto, eu acho que não há prejuízos na redução das apresentações para que a gente aproveite o tempo também no debate que ocorrerá logo após as apresentações.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Adriano Santiago de Oliveira, Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e de Qualidade Ambiental.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Muito boa tarde a todos, agradeço inicialmente o convite do Deputado Eduardo Gomes.

Na verdade, eu vim com a incumbência maior de trazer o suporte técnico para a Secretária Maria Cecília, para o Diretor de Conservação e Biodiversidade da SBF, Dr. Bráulio, mas gostaria de agradecer oportunidade que o Senado nos dá e, em nome da Secretária Telma Krüger, tecer algumas considerações bastante breves para partimos para o debate e, em nome da Secretária Telma Krüger, eu agradeço o convite, Deputado.

Inicialmente, eu gostaria de destacar a preocupação que o Ministério do Meio Ambiente vem tendo com a questão da mudança do clima, que já é de algum tempo, mas nessa gestão nova da Ministra Marina Silva, ela ganha mais força com a criação da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, dirigida pela Dra. Telma Krüger.

Todos nós sabemos que o grande gargalo de emissões de gás de efeito estufa no Brasil é o setor de mudança no uso da terra e florestas, eu acho que os números são bastante conhecidos. Nós temos, em relação à Primeira Comunicação Nacional Brasileira, o dado de que 75% das emissões de CO2 são desse setor, cerca de 23% das emissões do setor energético e industrial, mas um dado importante é que esse cenário, esses números, eles se referem a emissões de CO2. Quando nós fazemos exercício, considerando todos os gases de efeito estufa e trabalhando em termos de CO2 equivalente – e esse é um dado que não costuma ser muito mostrado – a participação do uso da terra, de mudanças do uso da terra e florestas, ela continua sendo a principal, mas cai para uma participação de 55%.

E, surpreendentemente, o segundo setor que aparece como maior contribuinte do gás de efeito estufa, é o setor agropecuário, com cerca de 24% das emissões e só em terceiro lugar, o setor energético, com 17%. Eu acho que essa um dado importante, até

aproveitando a fala da Professora Mercedes, em que ela mencionou a importância das emissões de metano e de óxido nitroso, então, essa é a segunda colocação do setor agropecuário em termos de gás do efeito estufa. Por ser um setor que emite muito metano e muito óxido nitroso, são gases, como a Professora Mercedes mostrou, com poder de aquecimento global bastante alto, o metano, cerca de 23, e o óxido nitroso com cerca de 310. Significa que uma molécula de óxido nitroso faz o mesmo efeito, em termos de aquecimento, do que 310 moléculas de CO2. Nesse sentido, aproveitando essa identificação de emissões dos setores, a Ministra Marina Silva recebeu a incumbência do Presidente Lula, de iniciar uma estratégia de elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Esse plano vai trabalhar principalmente, em três eixos: o de mitigação, o de adaptação e o de geração e disseminação do conhecimento.

Em termos de mitigação, a gente vai ter que considerar todos esses dados de emissões setoriais que eu mencionei, a Professora Mercedes mostrou algumas estratégias de redução de emissões do Cerrado. É claro que em todos os setores vão ter que ser contemplados nessa estratégia, o Cerrado é uma delas.

E aproveitando esse gancho, eu gostaria de abordar também a proposta que o Brasil tem, no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima, em relação a incentivos positivos para redução de emissões de desmatamento. Essa é uma proposta que se iniciou na 11ª Conferência das Partes, em Montreal, quando a Ministra Marina Silva levou essa discussão mais a fundo para a Conferência das Partes. É claro países como Papua Nova Guiné e Costa Rica, tiveram um papel preponderante em sugerir o item para a Convenção de mudança do Clima, mas sem dúvida, sem a participação forte do Brasil e principalmente da Ministra Marina Silva, esse item não era tia ganho a força que ganhou.

O Brasil tem uma proposta de receber incentivos tanto financeiros como tecnológicos e também ser doador de recursos tecnológicos para incentivar a redução de emissões desmatamento. Essa proposta ela se diferencia de mecanismos de mercado como um mecanismo de desenvolvimento limpo que tem um foco bastante voltado especificamente para projetos, ele é desenvolvido projeto a projeto.

A proposta de redução de emissões de desmatamento tem incentivos positivos para essa redução ela é mais ampla, o País estabeleceria uma taxa de referência nacional – e eu chamo a atenção da importância do Cerrado para esse taxa – o Brasil propõe uma taxa de referência envolvendo todos os biomas é claro o Cerrado também faria parte. Em cima dessa taxa de referência os países teriam que demonstrar esforços de redução de emissões de desmatamento como os que o País já vem demonstrado – eu me refiro à queda nas taxas de desmatamento que nós tivemos nos dois últimos anos na Amazônia e já há uma projeção de queda também para o período de 2006, 2007.

E aproveitar também um outro aspecto de mitigação. Eu fico contente do Professor Carlos Klink mostrar interesse do setor produtivo em desenvolver projetos de seqüestro de carbono. Esse é um setor na área de MDL no que diz respeito a florestamento e reflorestamento que precisa ser incentivado, no mundo inteiro nós temos muito poucas atividades de florestamento e reflorestamento no âmbito da MDL desenvolvidas. Nós temos cerca de oito metodologias enquanto a parte energética tem muito mais.

Infelizmente no mundo inteiro nós temos um projeto registrado de florestamento e reflorestamento que é um projeto chinês. O Brasil tem imenso potencial para desenvolver projetos de florestamento e reflorestamento como estratégia de mitigação. Eu acho que o Cerrado tem um enorme potencial nessa área de projetos de MDL.

Eu acho que seriam só esses recados eu que gostaria de passar Deputado Eduardo Gomes e me colocar à disposição também para o debate. Na seqüência e agradeço mais uma vez a oportunidade aberta Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado. Eu quero agradecer a Dra. Maria Cecília, a Dra. Mercedes Bustamente, ao Dr. Carlos Klink, ao Dr. Bráulio Ferreira e ao Dr. Adriano Santiago pelas exposições e fazer algumas observações antes de passar a palavra aos Deputados e ao Relator.

O trabalho que a Comissão desenvolve desde o mês de março, com as audiências públicas em vários Estados Brasileiros discutindo os biomas, os Institutos de Pesquisas de Ciências ligados a área ambiental, nos trouxeram dúvidas, algumas certezas e algumas convergências com relação a mudanças climáticas e o que todas as exposições geralmente trazem.

As conclusões do 4º Relatório do IPCC, a análise e a visão de cada um sobre um efeito mais acentuado ou de menor intensidade com relação a aumento do clima. Mas geralmente a base das apresentações, a base científica mostrando certa coerência, sintonia com o quadro grave com aquilo que o Congresso Nacional e a sociedade precisa fazer.

Isso faz com que essa Comissão desde o início de seu funcionamento tenha feito a opção por algumas prioridades dentre as quais – antes de iniciamos os

debates aqui quero deixar claro que é desejo nosso também; dentre as quais é garantir no orçamento do próximo ano que começa a ser debatido, agora, na Câmara dos Deputados e no Senado, numa Comissão Mista também, um trabalho efetivo de garantia de recursos no orçamento de 2008, para ações efetivas daquilo que está sendo proposto pelos diversos segmentos, pelos diversos institutos, pela sociedade e pelo Congresso.

Portanto, é intenção desta Comissão influenciar na apresentação de Emendas de Comissão – na Câmara já há um número definido de cinco emendas por Comissão Temática Permanente, em que pelo menos uma emenda seja direcionada a ações ligadas a mudanças climáticas e aquecimento global e o que é preciso ser feito, para o que Brasil não seja discutido no mundo inteiro e que não tenha encontrado a sua própria solução.

Então, nós vamos sempre receber nesta Comissão com muito entusiasmo principalmente as sugestões que diretamente falem sobre soluções propostas já que há uma tendência de que esse debate seja, pelo menos no aspecto de diminuição de queimadas de melhor uso do solo, conservação dos recursos naturais; a tendência é que esse nosso debate seja convergente e essa já é uma deliberação da Comissão pelos seus membros, que discutirá agora a partir desse mês na elaboração do orçamento, o direcionamento de recursos específicos para essas ações que são discutidas aqui constantemente.

Não vai ser diferente, eu tenho certeza, com relação aos Institutos de Pesquisa, Secretaria de Mudanças Climáticas com relação ao Cerrado, já que o Cerrado é o bioma que abriga as duas Casas Legislativas desse País e que abrigam esta Comissão.

Eu passo a palavra, então, ao Deputado Rodrigo Rollemberg, proponente desta Audiência Pública. Em seguida aos outros Parlamentares, Deputado Jorge Cury em seguida Deputado Dr. Adilson.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSDB-DF): Agradeço ao Presidente Deputado Eduardo Gomes. Quero cumprimentar o Dr. Carlos Klink, a Dra. Mercedes Bustamente, a Dra. Maria Cecília, o Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, o Dr. A Adriano Santiago Oliveira, agradecer péla exposições.

Eu vou ser muito breve Presidente até porque eu acho que o fundamental já foi colocado aqui nas exposições anteriores. Eu acho que é desnecessário ressaltar a importância do Bioma Cerrado, ou seja, pela interação que ele promove que ele exerce em relação aos demais biomas brasileiros, seja pelo fato de ser o berço das algas de bacias importantes do nosso País, seja pela sua rica biodiversidade ainda em grande parte desconhecida.

O que eu acho que é o nosso desafio hoje e essa Audiência Pública ela tem esse objetivo, como o café da manhã da Frente Parlamentar Ambientalista, amanhã, no 10º andar da Câmara dos Deputados, também tem esse objetivo. Como acredito que também o Seminário promovido pela Universidade da Brasília na quinta-feira também tem objetivo, além de despertar a sociedade de uma forma geral para importância do Cerrado e para o perigo que o Cerrado vem correndo, ou seja, o pedido de socorro que neste momento o Cerrado faz através dos seus representantes, mas sobretudo a necessidade de que a gente se mobilize politicamente para defender o Cerrado e para promover o desenvolvimento sustentável do Cerrado.

Nesse sentido a aprovação da PEC 115, em que há uma mobilização específica nesse momento para a aprovação da PEC 115, de autoria do Deputado Pedro Wilson é um passo importante no sentido de colocar o Bioma Cerrado e a Caatinga, no patamar daqueles biomas considerados patrimônio nacional. Acho que esse é o primeiro grande objetivo dessa unidade, mas apenas o primeiro passo, porque há muito mais coisas a se fazer.

Eu acho que quando a gente debate a questão do Cerrado e aqui o Klink colocou muito bem, não dá para gente discutir meramente a preservação do Cerrado, porque a preservação do Cerrado pura e simplesmente a gente vai perder essa batalha. Eu acho que a gente tem que ali a preservação, o aumento, a ampliação de áreas de conservação do Cerrado com o desenvolvimento sustentável do Cerrado.

E para promover o desenvolvimento sustentável do Cerrado, isso precisa ser feito com base em conhecimento científico e tecnológico, ou seja, a gente não conseguirá utilizar de forma adequada um bioma se a gente não tiver conhecimento dele seja nos seus aspectos hidrológicos, nos seus ciclos hidrológicos, seja na sua biodiversidade, enfim seja nas diversas variáveis que compõem um bioma.

Nesse sentido eu quero saudar o lançamento recente da rede de pesquisa sobre o Cerrado, acho que aí está um grande alento. Eu já estou examinando se no PPA, já prevê como ação do PPA a implantação da Rede de Pesquisa sobre o Cerrado, senão nesse sentido eu pessoalmente vou apresentar uma emenda ao PPA, mas eu quero sugerir que essa emenda seja apresentada como uma ação política da Comissão de Mudanças Climáticas.

Todas as políticas públicas subseqüentes elas devem ser feitas, no nosso entendimento, a partir de uma base de conhecimento científico a começar pelo

zoneamento ecológico econômico, eu acho fundamental que possamos fazer o zoneamento ecológico econômico detalhado, não apenas um genérico mas ir detalhando por bacias hidrográficas, se for o caso, para saber onde é que alguns produtos que a gente percebe que estão promovendo uma pressão muito grande sobre o Cerrado, para que sejam utilizados adequadamente.

Por exemplo, a questão da cana de açúcar. Eu quero dizer, deixar muito claro que eu sou amplamente favorável a questão da agroenergia. Eu acho que essa é uma oportunidade que se abre para o nosso país. Mas como oportunidade ela tem que ser utilizada de forma inteligente. Nós não podemos jogar essa oportunidade no lixo, porque no meu entendimento, se a gente deixar isso ao bel-prazer do mercado nós podemos transformar essa oportunidade numa grande desastre e, digamos assim, no extermínio definitivo do que resta de Cerrado.

Eu peguei hoje na Internet alguns dados da Delegacia de Meio Ambiente do Estado de Goiás, que mostra o seguinte: hoje nós temos 15 usinas de álcool do Estado da Goiás que ocupam 0,8% do território goiano. Já estão autorizados que devem operar até 2010, mais 22 usinas de álcool e que com aquelas outras 15 devem ocupar 2% do território goiano. Mas já existem projetos aprovados de 51 novos projetos o que significaria segundo dados da fonte UDEMA, a ocupação de 5% da área de Goiás com cana-de-açúcar. Essa é a área equivalente a área já hoje de soja plantada no Estado de Goiás.

Então, vejam bem, isso sem dúvida pode provocar um impacto ambiental nefasto, terrível, se isso não feito de forma muito adequada muito rigorosa com acompanhamento do Governo. E mais uma vez a gente volta a questão do conhecimento científico. A gente sabe que hoje o Cerrado está tem em torno de 50 a 60 milhões de hectares de pastagens degradas e, no nosso entendimento a prioridade para expansão da fronteira agrícola, seja para produção de alimentos, seja para produção de oleaginosas para biocombustíveis, seja para produção da cana-de-açúcar, deve priorizar essa região de pastagens degradadas.

E, lembrando que a EMPBRAPA – isso será tema de um debate na UNB na quinta-feira – já dispõe de tecnologias de integração lavoura/pecuária, que podem utilizar consorciadamente para o bem das duas atividades a agricultura e a pecuária, promover essa integração de agricultura e pecuária.

Aliás, é bom dizer que é um alento, que após 17 anos sem criação de um novo centro da EMBRAPA, recentemente foi lançado com recurso do Ministério da Ciência e Tecnologia, eu tive o prazer de participar disso, foi lançada a pedra fundamental do Centro da EMBRAPA especializado em agroenergia e que pode dar uma contribuição extremamente importante para isso.

Uma outra questão que eu considero da maior importância é efetivar, ampliar a presença do Estado nessa região. Hoje, a gente percebe que grande parte do desmatamento do Cerrado, ainda é feito de forma clandestina e grande parte das siderúrgicas de Minas Gerais são alimentadas com carvão desmatado ilegalmente, sobretudo do Cerrado Baiano. Então, é muito importante essa Comissão, o Congresso Nacional tem que estar atento a isso, tem que estar cobrando de forma severa cada vez mais ação do Governo, ou seja, essa união de esforços para que isso não aconteça da forma como está acontecendo.

Enfim, eu quero agradecer, Presidente, eu me sinto muito feliz de ter participado dessa Mesa, de ter recebido contribuições tão significativas de pesquisadores e de gestores que estão administrando políticas públicas em relação ao Cerrado, mas acredito que o nosso grande desafio hoje é sobretudo nós aqui como dois representantes da região de dois Estados que são o Distrito Federal 100% e o Estado de Tocantins com quase 92%, ocupado pelo Bioma Cerrado, para que a gente possa articular, não apenas os Deputados dessa região, mas todos os Deputados de todos os Estados brasileiros, porque que nós estamos falando de um bioma fundamental para o país, não apenas para essa região, mas para o país.

Portanto, agradeço muito e espero que essa Audiência Pública tenha contribuído para esse esforço de mobilização em torno do cerrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Deputado Jorge Cury.

DEPUTADO JORGE CURY (DEM-BA): Sr. Presidente Deputado Eduardo Gomes, caro Deputado Rodrigo Rollemberg, autor do requerimento, caros palestrantes.

Presidente, eu acho que dois pontos eu gostaria de fixar aqui com relação à minha intervenção. O primeiro deles é cumprimentar V.Exª., que a despeito de todas as turbulências que nós estamos vivendo esse ano na Câmara e no Senado, a nossa Comissão tem andado o seu caminho.

O cronograma tem sido obedecido e eu não tenho dúvida que essa Casa nesse espaço foi exatamente aonde tivemos as melhores disposições, quer dizer, a mais rica contribuição que nós poderíamos dar como foi esse o objetivo dessa Comissão Especial, para que pudesse o nosso relator, no final do ano, apresentar o seu relatório com proposições que venham de alguma forma, contribuir para que o país tenha uma posição firme na linha da questão climática em todo o mundo.

Então, dito isto, eu gostaria também de exaltar a presença de todos aqueles que aqui estiveram, especialmente os que estiveram hoje, trazendo conceitos, trazendo princípios, trazendo referências, trazendo informações valiosíssimas e por isso mesmo, eu creio que merecerá de V.Exª.., como Presidente da Comissão, um cuidado muito grande no sentido de coletar todos esses dados e, no final, nós termos realmente um documento precioso que pudesse ser realmente divulgado nos mais diferentes níveis de poder federal, estadual, municipal, nas mais diferentes instituições como uma contribuição dessa Casa, do Congresso Nacional a esse problema tão grave que o mundo vem se preocupando.

E por último, a despeito de todas essas questões que podem parecer teóricas, podem parecer ainda não tão práticas, vamos dizer assim, no dia-a-dia, mas o exemplo que o Carlos Klink apresentou com relação ao Município de Lucas, eu achei muito interessante. Quer dizer, além dos esforços nos níveis federal, estadual, das instituições, nós não temos dúvida, acredito que vocês também, os palestrantes, de que toda a essência de alguma mudança profunda tem que estar lá no poder local.

Então, se nós conseguirmos sensibilizar as autoridades locais dos municípios brasileiros com relação a essas questões, eu acredito que nós estaremos com a metade do esforço conquistado. Então, eu gostaria, Presidente, de sugerir que pudéssemos aprofundar mais no exemplo do Município de Lucas. E quem sabe se algum outro palestrante, alguma outra autoridade aqui presentes tem o exemplo de alguns outros municípios que realmente entraram para valer nessa proposta. Nós poderíamos buscar o que foi feito, como é que está, que pode ser, pode representar um piloto para nós, pode apresentar uma referência a nível do esforço do município com relação ao tema.

E lembrando que para o ano, nós vamos estar em campanhas eleitorais com relação aos municípios, quem sabe esses exemplos possam ser distribuídos para os mais diferentes candidatos a Prefeitos e que possam se comprometer também com relação a esse tema e, quem sabe, em 2009, a gente poder cobrar isso daí e ter neles um aliado importante nessa causa. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputado Jorge Cury. Eu quero mais uma vez também destacar aqui que estamos premiados com as fotos do Eduardo Borges, belas fotos do Cerrado brasileiro.

Quero também fazer essa observação, que V.Exª., fez sobre a exposição do Carlos Klink e do município que teve uma atuação destacada para revelar aqui uma observação que fiz a semana passada nessa Comissão, de que analistas políticos fazem hoje uma previsão sobre o debate eleitoral nos Estados Unidos, é a maior economia do mundo, em que a discussão será sobre a capacidade que os Estados americanos, alguns Estados americanos revelaram de discutir as suas políticas ambientais dê desenvolvimento sustentável a despeito de uma linha central.

Então, não é por acaso que os primeiros debates pré-candidatos à Presidência estão acontecendo e debatendo exclusivamente a questão de Nova Orleans e isso é importante. Então, é um olhar diferente que V.Exª.., dá a esse aspecto que eu acho que a Comissão deveria, inclusive, voltar a tocar nesse assunto se tivermos o apoio da TNC, sobre esse exemplo específico de Lucas.

Eu quero, nesse momento, passar a palavra ao relator que irá colher duas perguntas por conta do início da Ordem do Dia e, em seguida, nós vamos passar aos expositores para as considerações finais.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Sr. Presidente, temos duas perguntas aqui do Sr. Hélio Rosa, da Agenda 21 e do Sr. Igor Magalhães, do DCE do UniCEUB. Com a palavra, Sr. Hélio Rosa.

SR. HÉLIO ROSA: Só aproveitando aqui a oportunidade para fazer o cumprimento à Mesa e a todos presentes, nós da Agenda 21 de Planaltina, um projeto piloto do DF e entorno, uma duas preocupações que a gente tem é de realmente se implantar a Agenda 21, para se incentivar a participação social levando informação para as escolas, incentivando também a criação de novas órgãos não governamentais e institutos que se preocupam com o Cerrado.

Baseados nessa preocupação a gente gostaria de perguntar ao proponente o Deputado Rodrigo Rollemberg – que por sinal é de Brasília – se no requerimento o senhor observou a implantação da Agenda 21, como um órgão, como um programa que realmente vai fazer com que as pessoas da sociedade toda participem e não que apenas os segmentos governamentais participem e levem a informação.

Eu acho que a nossa preocupação é que todos participam para discutirem, receberem informações para que a atitudes possam ser mudadas, não somente vindo de cima para baixo como também uma participação integral. Então, gostaríamos de perguntar ao Deputado, se ele se atentou ao requerimento ou se eu também fui claro nessa nossa preocupação.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Sr. Hugo Magalhães, do DCE do UniCEUB.

SR. HUGO MAGALHÃES: Boa tarde. Agradeço a oportunidade de usar a palavra e também agradeço a consciência que o Congresso está tendo na preser-

vação da nossa biodiversidade, não somente do Cerrado, mas futuramente numa Audiência Pública sobre Caatinga e também sobre o sobre a Amazônia.

O tema que eu vou enfocar é sobre grilagem de terras públicas. Como a Comissão está vendo a política habitacional dentro do projeto da conservação da biodiversidade não somente do Cerrado, mas da Amazônia na questão da defesa da fronteira do Brasil, em que as nossas fronteiras estão sendo invadidas para produção de narcotráfico e por parte de contrabando também, pois o Cerrado e a Amazônia estão servindo de bases para elas.

Como a Comissão está propondo no orçamento sobre a utilização das Forças Armadas para a preservação para preservação e também para a manutenção de nossa soberania nacional, além, na questão da vigilância da biodiversidade também do Cerrado. Porque como tem o sistema de vigilância da Amazônia o SIVAM, deveria ampliar esse programa para o sistema de vigilância da biodiversidade brasileira em que nós estamos sendo vítimas de biopirataria, patentes de nossos produtos da nossa fauna e flora brasileira em países estrangeiros, como foi o cupuaçu além da outros itens também.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Bom a pedido do Presidente, eu vou tentar responder as duas perguntas, primeiro responder ao Hélio Rosa da Agenda 21. A idéia dessa Audiência Pública foi exatamente reunir representantes do Governo, representantes da comunidade científica e da sociedade civil representada aqui pela TNC, para discutir, aprofundar o debate sobre o tema e mobilizar, contribuir para esse processo de mobilização.

Na verdade, este é um evento da Semana do Cerrado que fizemos pela primeira vez esse ano e a idéia é reproduzir ao longo dos próximos anos. Na quinta-feira, temos um dia inteiro de Seminário e vocês todos aqui estão convidados para participar e abrir ao público e hoje, aliás, está disponível aqui temos a apresentação da Orquestra Sinfônica de Brasília, depois quem tiver interesse, vou deixar alguns ingressos com a Verônica. Então, na verdade, essa Audiência Pública tem esse objetivo.

Agora, a Comissão ela está consciente de que esse debate sobre mudanças climáticas não deve se restringir apenas ao Parlamento ou a comunidade científica, ela deve alcançar as escolas e a sociedade de uma forma geral, até dentro desse processo de educação de conscientização e de mobilização do conjunto da sociedade.

E respondendo ao Igor e complementando a resposta ao Hélio, nós temos hoje Igor – isso já é um entendimento também da Comissão, como já disse o Presidente Eduardo Gomes – a necessidade de fortalecer os Institutos de Pesquisa que tratam dessa questão das mudanças climáticas de uma forma geral.

Esta Comissão esteve no INPE e nós conhecemos o CBERS-2, que está sendo lançado, agora, deverá ser lançado ainda em setembro que é importantíssimo, conhecemos o Amazônia, que é um satélite genuinamente brasileiro, que será lançado recentemente. E, discutimos com o INPE todas as necessidades apontadas por aquele Instituto que tem uma grande pesquisa sobre as vulnerabilidades provocadas pelas mudanças climáticas, sobre a necessidade de se criar uma rede de pesquisas sobre os impactos das mudanças climáticas. Nós visitamos o GUDS, visitamos o INPA, visitamos a EMBRAPA, a Amazônia Oriental.

E, complementando a pergunta do Hélio Rosa, em todas essas cidades: cidade de Belém, cidade de Manaus, cidade do Rio de Janeiro, cidade de Campo Grande, fizemos Audiências Públicas, com a participação de gestores locais, da comunidade científica, de Parlamentares e de representantes das entidades da sociedade civil, com o objetivo de ouvir estas populações e de articular conjuntamente com todos esses segmentos, o enfrentamento desta questão que é de interesse nacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Vamos passar a palavra aqui aos expositores para fazer algum comentário final, Dr. Carlos.

SR. CARLOS KLINK: Obrigado novamente, Deputado. Eu queria fazer um comentário sobre a colocação do Deputado Jorge Cury, realmente a gente está fazendo um esforço também, concordo em gênero número e grau com que o Sr. Colocou, em trazer sim, outros municípios, nós temos exemplos do Município da Santarém e Belterra, no Pará, Município de Guarapuava na Floresta Atlântica.

Estamos começando agora justamente com a questão da agroenergia, Deputado Rodrigo, um esforço com o Município – provavelmente Angélica, no Mato Grosso do Sul, onde já há um avanço da cana-de-açúcar – para fazer modelos semelhantes e Lucas, realmente vai se tornar um modelo. Concordo com o senhor que sim, há um engajamento de todos os componentes da sociedade local nesse esforço de conciliação de conservação e produção agrícola.

SR. BRÁULIO DIAS: Dois comentários. Um sobre essa questão de experiências locais e a necessidade de se engajar mais os Governos locais. Eu acho que existem vários bons exemplos espalhados pelo Brasil, por exemplo, temos alguns bons exemplos com relação ao tratamento da questão queimada, temos algumas experiências em alguns municípios de trabalho,

Governo, sociedade civil, Governo local, e produtores rurais e que tem sido efetivos na redução das queimadas então é possível.

Eu acho que os grandes desafios para o Brasil é como transformar essas experiências dispersas numa nova realidade nacional, quer dizer, a questão de ganho de escala, quer dizer, como multiplicar essas experiências locais eu acho que esse é o grande desafio no Brasil. Existem várias boas experiências aqui e ali.

Em geral há gargalos do ponto de vista de fontes de financiamento, mecanismos de captação e engajamento, então há deficiências, por exemplo, extensão rural, tem sido um problema no Brasil, houve um processo de década de desmobilização da extensão rural. Eu acho que nós precisamos cada vez mais de recuperar isso para uma extensão rural moderna que incorpore mais adequadamente às questões ambientais, às questões florestais para orientação técnica junto aos produtores.

A outra questão que eu queria mencionar foi levantada a questão da biopirataria. Essa obviamente é uma questão que preocupa muito a Ministra Marina Silva, o Ministério tem trabalhado nisso é uma questão difícil, nós coordenamos um Conselho de Gestão do Patrimônio Genético-CGEN e, temos trabalhado no sentido de articulação dentro do Governo e com a sociedade civil, para fechamos uma proposta de projeto de lei para a encaminham ao Congresso.

Então a gente espera ter sucesso nessa consolidação dessa proposta que o Executivo então encaminharia ao Congresso, porque o Brasil cresce de uma legislação definitiva para a essa área, então, essa é uma carência e nós reconhecemos. Obrigado.

SRA. MERCEDES BUSTAMANTE: Eu gostaria, então, de agradecer e reforçar novamente a colocação do Deputado Rollemberg, sobre o papel da Ciência, no sentido de fornecer soluções e estratégias, modelos que possam contribuir com a questão da redução dos impactos da mudança climática e na questão da adaptação. Eu acho que hoje é importante que a gente estabeleça esse diálogo.

Eu acho muito interessante nas várias Comissões aqui na Casa, nós já tivemos oportunidade de discutir a questão do Cerrado, a questão da mudança climática, ou seja, a Ciência hoje ela não procura mais correr atrás no sentido de simplesmente detectar o impacto, mas está um pouquinho à frente para oferecer essas soluções.

Então, é interessante que a gente estimule e incentive esse tipo de articulação. Nesse sentido, eu gostaria de reforçar o convite para o debate no dia 13, quinta-feira, ainda como uma parte das atividades da Semana Nacional do Cerrado, que é uma organização conjunta da TNC e do Laboratório de Estudo do Futuro da Universidade de Brasília. Será um dia sobre debate da situação de preservação, uso sustentável do Cerrado e com foco particularmente no debate da tarde, sobre a questão do Cerrado e agroenergia.

Nós vamos contar também com a presença do Chefe do novo Centro da EMBRAPA Agroenergia, o Dr. Frederico Durães, que vai poder debate um pouco também quais são as perspectivas em termos de expansão da agroenergia na Região do Cerrado.

Eu gostaria de reforçar o convite vai ser no Anfiteatro 9, no ICC-Sul, Instituto Central de Ciências na UNB e, mais uma vez eu agradeço a iniciativa também de inclusão de um apoio financeiro, através de uma emenda.

A Rede de Pesquisas do Cerrado, ela é um esforço das várias instituições distribuídas ao longo do bioma, no sentido de congregar os esforços e oferecer soluções mais viáveis e mais rápidas para o desenvolvimento do Cerrado.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Só complementando, Hélio, esqueci de lhe dizer, esses trabalhos que estão aqui expostos fazem parte dessa Semana do Cerrado, é uma parceria com a TNC, que desenvolveu uma Gincana em escolas do Guará, para que elas pudessem através de maquetes, colocar suas preocupações em relação a questão das mudanças climáticas, conforme prevê a Agenda 21.

SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA: Obrigado Deputado Eduardo Gomes e Deputado Rollemberg, parabenizo mais uma vez o Senado por meio da Comissão Mista por esse evento.

Como palavras finais, eu só gostaria da aproveitar a colocação do colega da Agenda 21, o Hélio Rosa, que falou a importância da participação da sociedade. Como eu disse anteriormente, um dos eixos do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, será a geração e disseminação do conhecimento e isso não como configura de retórica.

Eu gostaria de dizer que o plano nacional ele está numa fase de gestação muito inicial ainda tem conversas governamentais, mas o envolvimento da sociedade vai ser de fundamental importância. A Secretaria Telma Krüger tem se articulado com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, com Fóruns Estaduais e o envolvimento local vai ser de fundamental importância para o sucesso do plano. Aproveitar, também,

a fala da Professora Mercedes que falou do Cerrado e Mudanças Climáticas como uma via da mão dupla e a necessidade de mitigação e adaptação, reforçar que o Cerrado além de contribuinte de emissões, ele trabalha também como sumidouro, com absorção e, também, vai ser uma vítima das mudanças climáticas que são inevitáveis.

A gente tem que pensar nessas medidas de adaptação e, pegando esse gancho, lembrar que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, no seu 4º Relatório de Avaliação, estabelece, ele diz que: as medidas de mitigação na área de uso da terra, elas vão ser efetivas na medida proporcionalmente ao que nós teremos de efeitos de mudanças climáticas. Isso quer dizer que além dos esforços nacionais, a gente tem que cobrar também dos grandes países emissores de gás do efeito estufa a redução de combustíveis fósseis, para que as eventuais medidas na área de redução de desmatamento, tanto na Amazônia, Cerrado e outros biomas sejam efetivos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero agradecer mais uma vez a todos os expositores, aos alunos da Escola Pública do Guará, que também expuseram aqui seus trabalhos relativos a Semana do Cerrado, mas também a semana do Senado, essa semana; ao Eduardo Borges pela exposição de fotografias, a todos os representantes de organizações não governamentais, membros dos Governos de Estado, Governo Federal.

Quero encerrar essa sessão e, nada não tendo nada mais a havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião, convocando os senhores membros desta Comissão, para a próxima reunião, no dia 17 de agosto, segunda-feira, às 08h30, na sede da Fiesp, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, desculpe, 17 de setembro, segunda-feira, às 8h30, na sede da Fiesp, em São Paulo.

Está encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 17h05.

Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

Ata da 24ª Reunião realizada em 17 de setembro de 2007

Ata Circunstanciada da 24ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 17 de setembro de 2007, segunda-feira, às 8:30h, na FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo– em São Paulo (SP), destinada a debater o tema "O papel do setor industrial".

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Euclydes Mello (PTB-AL)
Deputada Rebecca Garcia (PP-AM)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rocha Loures (Bloco PMDB-PR) – Suplente
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) – Suplente
Deputado Jorge Khoury (PFL-BA) – Suplente
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente
Deputado Eduardo Gomes, Presidente.

SR. NELSON PEREIRA DOS REIS: Queria em nome do Presidente da FIESP, Paulo Skaf, desejar as boas-vindas aos Parlamentares da Comissão Mista Especial, aos palestrantes, e a todos os participantes desta Audiência Pública aqui em São Paulo sobre mudanças climáticas, o papel do setor industrial. É uma honra para a FIESP estar aqui hospedando essa Audiência Pública, e eu gostaria de convidar o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão para que tome aqui a direção dos trabalhos dessa Audiência Pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom dia a todos. Meus cumprimentos ao Dr. Nelson Pereira dos Reis, à FIESP e em nome do seu Presidente, Paulo Skaf, cumprimentar a todos os diretores, colaboradores, senhoras e senhores.

A princípio quero registrar a nossa satisfação e o agradecimento da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, o apoio para a realização desta audiência.

E nesse momento eu convido para compor a Mesa o Deputado Federal Mendes Thame, do PSDB do Estado de São Paulo, convido o Deputado Federal Rocha Loures do PMDB do Paraná, convido o Senador da República Euclydes Mello do PTB de Alagoas, convido a Deputada Rebecca Garcia do PP do Estado do Amazonas, convido o Deputado Luiz Carreira, do Democratas da Bahia, convido o Deputado Augusto Carvalho do PPS do Distrito Federal, convido o Deputado Jorge Khoury, do Democratas do Estado da Bahia.

E assim, havendo número regimental declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do ato conjunto nº. 001/2007 do Congresso Nacional destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a debater com o setor industrial a contribuição que

este setor pode oferecer para o esforço nacional de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Aproveito para agradecer a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, aqui representada por seu Vice-Presidente Diretor titular do Departamento de Meio Ambiente, Nelson Pereira dos Santos, pelo apoio oferecido a esta Comissão sem a qual não seria possível realizarmos esta audiência.

Eu nesse momento também informo que este evento está sendo coberto pela TV Senado, Rádio Senado e pela Agência Senado. Nós ainda estamos aguardando o Relator dessa Comissão, Senador Renato Casagrande, já manteve contato com a Comissão, está chegando para a audiência, e nesse momento eu passo para suas palavras iniciais de abertura desta audiência a palavra ao Vice-Presidente e Diretor titular do Departamento de Meio ambiente da FIESP, Dr. Nelson Pereira dos Santos. Muito obrigado.

Perdão, apenas porque não estava anotado aqui, mas eu cometi uma falha de cerimonial aqui. Eu quero convidar aquele que muito contribuiu para o bom andamento dos trabalhos do Congresso Nacional, um dos melhores Parlamentares que esse País já teve, ex-Ministro de Minas e Energia, Senador Rodolpho Tourinho. E aproveito a boa coincidência para também convidar para que faça parte da Mesa nesta abertura o Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

SR. NELSON PEREIRA DOS REIS: Mais uma vez bom dia a todos. Nobre Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista do Congresso sobre Mudança do Clima, os demais Parlamentares aqui presentes na Mesa, audiência... A FIESP se sente honrada em hospedar essa audiência que veio no nosso entendimento fortalecer o diálogo de todos os entes da sociedade, o que consideramos de suma importância para o amadurecimento das discussões e para o posicionamento do Brasil em relação a essa temática.

Mudança do clima é sem dúvida um dos assuntos de maior interesse de todos nós que temos acompanhado com muita preocupação os relatórios divulgados pelo Painel Internacional de Mudanças Climáticas da ONU no decorrer de 2007. Bem como de outros relacionados como o Relatório externo e o último Relatório da ONU apresentado em agosto de 2007. Em Viena, na Áustria. Que estima investimentos da ordem de até 200 bilhões de dólares até o ano de 2030, apenas para a manutenção das temperaturas da terra nos níveis atuais.

Para introduzir as discussões que se seguirão, gostaria de destacar que de nossa parte muitas ações vem sendo desenvolvidas visando discutir e conscientizar o setor industrial paulista sobre a importância da matéria, bem como ampliar a participação da indústria no mercado de carbono. Como exemplo dessas ações nós podemos citar a parceria entre a FIESP e o Brazilian Carbo, firmada em junho deste ano esta parceria visa fomentar a participação das indústrias no mercado de carbono por meio da identificação e desenvolvimento de potenciais projetos no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo, bem como orientá-las na comercialização dos créditos de carbono no mercado mundial. Essa iniciativa tem como foco principal atingir as empresas de porte médio e pequeno que independentemente e isoladamente têm muita dificuldade para identificar esses tipos de projetos e os potenciais créditos que deles podem advir.

Outra iniciativa é o Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa aqui na sede da FIESP. Como uma atitude de exemplo mostrando ao setor industrial a importância desse tema, no âmbito dessa parceria com o Brazilian Carbo foi feito um Relatório que um total de emissões aqui na sede da FIESP que serão objetos de medida de neutralização por parte dessa federação.

Outras iniciativas que nós podemos citar são a promoção de eventos com os diversos envolvidos com a questão. Temos realizados painéis específicos sobre o tempo, mercado de carbono acontecidos na 8ª e 9ª Semana FIESP de Meio Ambiente, 2006 e 2007, realização do seminário ISO, conscientização sobre quantificação, informação e verificação dos gases estufa, baseados nas normas ISO 14000. Exibição do documento uma verdade inconveniente produzida pelo ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore entre outros. Participação do Presidente Paulo Skaf numa exibição em Brasília com a presença da Ministra Marina Silva e membros do CONAMA, cujo tema central foi a questão do clima. Criação de uma área específica no site de meio ambiente da FIESP sobre mudança do clima. Acompanhamento da FIESP no âmbito da ABNT do comitê brasileiro de gestão ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas, dos assuntos tratados sobre mudança de clima no âmbito das normas ISO e também sobre os gases de efeito estufa, inclusive no âmbito da creditação de entidades operacionais que produzem os certificados de qualidade, de garantia sobre os procedimentos relacionados à implantação dessas normas.

No dia cinco último, 5 de setembro último, foi lançado aqui na sede da FIESP o programa paulista de co-geração de energia feito em parceria com o Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de aproveitar o potencial do Estado na geração de eletricidade a partir da biomassa de cana-de-açúcar.

A FIESP possui entre seus diversos organismos um Conselho Superior de Agroenergia que está discutindo a criação de princípios e parâmetros para o sistema de certificação do agronegócio visando apoiar o desenvolvimento do mercado de biocombustíveis, álcool e biodiesel. Também estão sendo realizados eventos nas diretorias regionais da FIESP em todo o interior, em todo o Estado de São Paulo que são divididos em duas ações. A primeira consiste em interação com a população da região apresentando a questão do aquecimento global e discutindo o papel do cidadão para a minimização desses efeitos. Na segunda serão organizados seminários voltado para os diversos setores industriais na área de abrangência de nossas regionais apresentando cases e propondo e incentivando o desenvolvimento de projetos no âmbito do mercado de desenvolvimento limpo. Gostaríamos ainda, com o intuito de iniciar as discussões nesta audiência destacar a posição desta federação em relação à questão do estabelecimento em lei de metas para a redução das emissões dos gases causadores do efeito estufa. Defendemos o princípio da responsabilidade comum, porém, diferenciada estabelecido pelo Protocolo de Kyoto no qual definiu-se que todos os países têm responsabilidade no combate ao aquecimento global. Porém, aqueles que mais contribuíram historicamente pelo acúmulo de tais gases na atmosfera, os países industrializados, têm obrigação agora de reduzir suas emissões. Cabe destacar que os países em desenvolvimento como é o caso do Brasil tem carências em diversas áreas como educação, saneamento, desigualdade social entre outras, e que para se buscar minimizar ou erradicar tais problemas é preciso incentivar o crescimento econômico que entendemos poderia ser prejudicado se houver estabelecimento de metas obrigatórias sem prévias discussões de políticas de desenvolvimento sustentável no âmbito internacional.

Além do mais, nosso País tem avanços e vantagens comparativas inquestionáveis em relação a emissões de gases de efeito estufa. Podemos citar como exemplo a nossa matriz energética limpa, baseada na hidroeletricidade. O pró-álcool e mais recentemente o Programa Etanol que vem substituindo a gasolina como principal fonte de combustível dos veículos leves, e agora mais recentemente o uso do biodiesel.

O outro fator é que de acordo com o inventário nacional de emissões, 75% das emissões brasileiras advém do desmatamento na Amazônia. Ficando a indústria com uma contribuição de cerca de 3% apenas. Somos contra a imposição de metas em legislação, na medida que poderá impedir o desenvolvimento de novos projetos do mecanismo de desenvolvimento limpo na indústria nacional, ao impedir a adicionalidade. Este mecanismo que gera créditos é de grande importância, uma vez que tem trazido oportunidades de transferências tecnológicas aos países em desenvolvimento tornando viáveis investimentos em melhorias ambientais no meio empresarial.

Assim destacamos que em nossa opinião tais metas e padrões deverão ser incentivados por meio de políticas e não estabelecidos em legislação. Essas políticas deveriam priorizar e incentivar as iniciativas voluntárias. A indústria nacional proativamente já vem tomando ações para a redução de suas emissões, e o estabelecimento de metas por marcos regulatórios poderia vir a engessar tal comportamento. É preciso então nesse caso se ter uma reflexão bastante profunda, uma discussão bastante ampla para que nós não venhamos a produzir um retrocesso no processo hoje bastante rico de iniciativas que está acontecendo.

Para finalizar, entendemos que uma Política Nacional de Mudanças do Clima deveria traçar macro diretrizes, contemplando incentivos para redução de emissões industriais e inserção de projetos de MDL servindo como norteador para tomada de medidas e ações para o enfrentamento do aquecimento global por parte do empresariado e toda a sociedade brasileira.

Mais uma vez eu agradeço a oportunidade de poder tecer essas considerações e passo então a palavra aqui ao nosso Presidente, aqui da audiência. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Esta Comissão que agradece ao Dr. Nelson Pereira dos Reis, e nesse momento passo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Renato Casagrande. E convida também o Deputado Fernando Gabeira que prefere ficar na primeira fila. Sem briga. Não quero briga. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista. Quero cumprimentar o Dr. Nelson Pereira dos Reis, representando aqui a Federação das Indústrias de São Paulo, cumprimentar os Senadores presentes, Senador Euclydes Mello, Senador Rodolpho Tourinho, quero cumprimentar os Deputados, Deputado Rodrigo Rocha, Jorge Khoury, Luiz Carreira, Deputado Mendes Thame, Deputada Rebecca, Deputado Augusto Carvalho, nosso colega Deputado Fernando Gabeira que também se encontra junto conosco. Cumprimentar todos os nossos expositores que participarão conosco daqui a pouquinho, os técnicos presentes, os empresários presentes, agradecer a Federação das Indústrias pela oportunidade da Comissão estar presente nesse

dia, e também manifestar aqui opinião formal e oficial da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, assim como fez a Federação das Indústrias.

O aquecimento global já é uma realidade. O Relatório publicado em 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima ligado à ONU e que reúne cientistas de várias nacionalidades, afirmam com certeza absoluta de que as elevações da temperatura verificadas ultimamente decorre das atividades humanas. Essa constatação sepulta de uma vez por todas os argumentos daqueles que insistem em afirmar que o aumento de temperatura é verificado na segunda metade do Século 20 deve ser fatores naturais. Segundo cientistas, o agravamento do efeito estufa se deve ao aumento vertiginoso da concentração de determinados gases da atmosfera, em especial dióxido de carbono desde o início da era industrial. Em escala mundial o principal vilão do agravamento do efeito estufa é a queima de combustíveis fósseis. Em segundo grau com importância bem menor vem as emissões decorrentes de mudança do uso da terra. Especialmente desmatamento e queimadas. No Brasil a situação é inversa. Como já dito aqui pelo nosso representante da federação, Dr. Nelson, os 75% das nossas emissões advém da queima de vegetação. Principalmente na Amazônia. Mas também no cerrado. Que às vezes a gente fala muito da Amazônia, mas o cerrado também tem um nível de destruição altíssimo. Ao passo de que apenas 22,5% provem do uso de carvão mineral, petróleo e seus derivados. Aí considerando todo o consumo de combustíveis fósseis no Brasil.

Apesar de dispormos de uma matriz energética limpa se comparada com das nações desenvolvidas, o País apresenta-se como o quarto maior emissor de gases. Ante esse fato surgem pressões para que o País assuma no cenário internacional metas de redução de emissões, junto com outros países em desenvolvimento, como China e Índia. Essas exigências, no entanto afrontam o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas. Um dos pilares da convenção quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Estamos num ponto de igualdade de posição com relação ao setor industrial brasileiro. Mas eu acho que o Brasil pode sem sombra de dúvidas adotar políticas de metas com relação ao desmatamento, porque essa prática é uma prática ainda pré-histórica e não tem razão da administração pública junto... em todos os níveis não ter efetivamente conseguido conter da forma como nós precisamos o desmatamento e o uso inadequado dos solos.

De acordo com esse princípio, embora todas as nações sejam responsáveis pela mitigação do aquecimento global, os países desenvolvidos devem responder pelas emissões decorrentes do modelo insustentável de desenvolvimento que historicamente adotaram. Nesse contexto vários desafios se impõe ao Brasil relativos tanto à mitigação como a adaptação aos já inevitáveis efeitos futuros das mudanças climáticas globais. Por um lado é necessário combater firmemente o desmatamento ilegal, no intuito de reduzir drasticamente as emissões brasileiras de gases de efeito estufa, além de dotar medidas claras e consistentes para manutenção e até melhoria da sustentabilidade da matriz energética nacional.

Por outro lado a cada dia se torna mais urgente incorporar considerações a respeito do aquecimento global no planejamento estratégico no País. A elevação do nível do mar conseqüência mais lembrada das mudanças climáticas pode gerar profundos transtornos na zona costeira onde se concentra boa parte da população brasileira onde se desenvolveM várias e importantes atividades econômicas.

Outras conseqüências, contudo, merecem atenção das autoridades. A migração de culturas agrícolas, a savanização da Amazônia, o aumento da aridez no nordeste e o impacto deste processo sobre a saúde humana entre outras. A boa notícia é que estamos no caminho certo. O País dispõe de cientistas da mais alta qualidade, seriamente engajados na identificação de impactos e vulnerabilidades na proposição de medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. É lógico que nós precisamos aumentar e muito o orçamento desse instituto de pesquisa e acho que uma das tarefas da Comissão na discussão do orçamento é este, nós temos visitado os instituto, visitamos o INPE, visitamos o Museu Emílio Goeldi, visitamos o INPA em Manaus e temos visitados outros institutos e se torna cada vez mais importante que nós possamos adotar o investimento em novas inovações tecnológicas, em ciência e tecnologia, o princípio básico para que nós possamos manter o nível de crescimento econômico que dê e que sustente o aumento da qualidade de vida das pessoas. Somente associado a isso há uma crescente conscientização aos tomadores de decisão a respeito da importância e urgência da questão. Principalmente o diálogo constante entre esses atores poderá gerar políticas públicas eficientes no enfrentamento dos profundos desafios que as alterações no sistema climático global impõe ao Brasil.

Sintonizado com o debate travado na comunidade científica e consistente da necessidade de implementação de políticas públicas eficientes para enfrentamento dessa grave questão, o Congresso Nacional criou a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. A iniciativa busca concentrar em um único órgão colegiado do Congresso os esforços das suas

duas Casas. Senado e Câmara dos Deputados. No sentido de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças do clima no Brasil. Com prazo de funcionamento até 22 de dezembro de 2007, a Comissão adotou um plano de trabalho que contempla reuniões, não só em Brasília, mas diversos Estados brasileiros. Na Capital Federal foram agendadas Audiências Públicas para discussão de aspectos diferentes a vários setores da economia. Florestal, agropecuária, elétrico, petróleo e gás, saneamento e transporte. Nos Estados foram marcados discussões sobre causas e conseqüências regionais das mudanças climáticas. A Comissão Especial visitou Belém, Manaus, Palmas, Campo Grande, Rio de Janeiro, e ainda visitará Cuiabá, Fortaleza e Florianópolis. Nessa oportunidade estamos em São Paulo, para debater com o setor industrial a sua contribuição para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Essas providências são imprescindíveis para que o trabalho da Comissão tenha uma feição nacional. O debate na Comissão tem sido pautado pelo propósito de sugerir e adotar medidas concretas no sentido de auxiliar os esforços nacionais de mitigação e adaptação aos efeitos do aquecimento global. Esse trabalho materializa o firme engajamento do Congresso Nacional dos Parlamentares brasileiros no debate e na proposição de medidas concretas acerca de um tema extremamente relevante e estratégico não só para o Brasil, mas para toda a humanidade. Obrigado, Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agora nós vamos iniciar as primeiras exposições, eu queria convidar o Dr. Marco Antônio Fujihara membro do Conselho Superior da FIESP para sua exposição. Não sei se a Assessoria estipulou tempo...

SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA: Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Srs. Deputados. Eu trouxe um pequeno power point para que a gente pudesse ilustrar a nossa conversa, e que parte dele eu já tive oportunidade de apresentar aos senhores do Congresso Nacional há duas semanas num evento que os senhores organizaram. Mas eu acho que a gente precisa colocar algumas coisas que estão absolutamente na pauta e na verdade a gente entende que mudanças climáticas pode ser até um diferencial competitivo na indústria se a gente tomar medidas que possam ser adequadas.

Bom, a evolução das pesquisas de mudanças climáticas acho que está todo mundo bastante familiarizado com esse tema, inclusive queria lembrar que foi citado pelo Bin Laden, outro dia. [risos] Não é só nós que estamos preocupados com mudanças climáticas, até o Bin Laden. Imagina o Bush vendo o Bin Laden falando de mudanças climáticas. Deve ter sido muito engraçado. Enfim, há uma evolução histórica dessas pesquisas, na verdade mudanças climáticas não é uma discussão de 2007. É uma discussão bem antes disso, e desde o Protocolo de Montreal e tudo mais. Mas acho que o mais importante é que hoje a gente tem uma verdade científica insofismável nessa questão e se não há sofisma há que se fazer alguma coisa.

Aqui eu só queria mostrar algumas coisas no cenário que a gente tem por aqui. Na verdade, os cenários aqui é China, Japão e Bangladesh. Bangladesh acaba se os cenários do IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change, determinar a gente vai ter problemas muito sérios e claro que mudanças climáticas afeta principalmente os países do terceiro mundo, não muitos países do primeiro mundo. No fundo no fundo os grandes responsáveis pelo aquecimento global passam a ter um certo peso maior na medida que acabam uma série de problemas do terceiro mundo. Bangladesh, por exemplo, acaba se a gente tiver algum problema nesse sentido.

Na verdade, eu acho que mudanças climáticas é um risco para negócios. Eu apresentei esse slide no Congresso, esse slide é de São Luís do Maranhão e tudo que está em amarelinho é o potencial de inundação de acordo com o nível do mar. Como é que alguém pode projetar uma planta industrial aqui? Então existe um risco para negócios enorme, existem estudos hoje de várias empresas nessa região de trazer novos empreendimentos para cá. Acho que isso é um risco que a gente precisa começar a entender que mudanças climáticas é um risco para os negócios. E se esse risco existe, ele pode alterar mercados também. Aqui existe uma projeção muito simples sobre os preços de carvão mineral no mundo. A gente tem uma matriz energética limpa, mas a rota da matriz energética não passa por ser mais limpa. A nossa matriz energética tem uma rota térmica. Em todas as projeções que eu vejo as rotas térmicas tem tido um grande avanço no setor elétrico brasileiro. O que isso significa? Significa que ao longo do tempo a gente vai, aspas, “sujar” a matriz energética ao longo do tempo e significa que vamos ter que ter algum tipo de mecanismo para cuidar desse assunto. Até porque a questão hidrelétrica brasileira é uma questão que está absolutamente complicada em outros níveis de discussão, mas eu acho que a gente tem que tomar certas precauções.

Ainda no que tange o setor elétrico brasileiro às projeções que existem na rota térmica brasileira apontam principalmente para que essa rota seja em um prazo de 50 anos seja absolutamente diferente do que é hoje.

No fundo no fundo, a tentativa de incorporar esses mecanismo se criou o mecanismo de Protocolo de Kyoto que é o mecanismo que eu costumo dizer que é o único mecanismo que se tirou o Estado do circuito passa a colocar essa coisa no nível de operação entre uma compra e uma venda, um. No fundo no fundo é a primeira tentativa internacional de tirar a questão do princípio poluidor pagador somente com a relação Estado setor privado passa por novo nível de discussão e essa é a grande novidade do Protocolo de Kyoto. No fundo no fundo, você tem um mercado de carbono que começa a acontecer, e existe uma série de indefinições, uma série de fragilidades desse mercado principalmente no Brasil. No Brasil a gente tem o mercado porque você tem em alguns momentos o Estado competindo com o próprio setor privado, o PROINFA talvez seja o melhor exemplo que os senhores conheçam onde o Estado passa a competir com o setor privado no sentido de geração de crédito e na que ele não gera o crédito ele deixa de gerar o crédito, ele não permite que esses créditos sejam gerados pelo setor privado. No fundo há uma série de definições de ordem jurídica dessa questão. Eu tenho vários amigos Advogados, cada qual que eu pergunto o que é crédito de carbono me dá uma resposta nova. Um é derivativo financeiro, ou é um ativo, a CVM tem que complementar, outro diz que o Congresso tem que complementar. Enfim, há uma série de discussões sobre a natureza jurídica dessa questão, e na verdade nós não temos uma discussão sobre a natureza jurídica dos créditos de carbono no Brasil. Isso me parece risco regulatório. Enquanto a China e a Índia já têm regulações sobre isso desde 2001, 2002, 2003, a gente não tem isso ainda muito claro no Brasil. Toda vez que o... Mercado bom é mercado regulado. Mercado bom é mercado que as pessoas sabem as regras do jogo e entram nessas regras do jogo sabendo o que vai acontecer. Mercado bom é aquele que não existe regras. Pelo contrário, quanto mais regras tiverem, mais regulado for, menor risco tem. Se a gente quiser usar alguns mecanismos de Kyoto para atração de investimentos nesse país precisa ter de certa maneira a definição desses critérios jurídicos mais claramente definidos. Claro...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa definição como se deu na China e na Índia que são países emergentes, essa... Na China naturalmente pelo Governo, aqui no Brasil como é que seria a iniciativa?

SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA: Acho que tem que ser uma iniciativa comum. Acho que tem que ser uma iniciativa da sociedade e com os Srs. Deputados. Hoje, por exemplo, a natureza jurídica disso acarreta, por exemplo, "complicrômetros" da seguinte ordem: Qual é a margem tributária que isso pode ter um dia ou se vai ter um dia ou se carbono é só um incentivo ou não. Acho que tem que ser feito a quatro mãos, a sociedade, o Poder Público, todo mundo. Na verdade o Poder Público principalmente porque de certa maneira o Poder Público teria capacidade de regular isso mais rapidamente do que nós. Até porque eu entendo, pessoalmente eu entendo que a regulação via mercado de valores mobiliários já existe. A CVM dispõe de toda essa regulação. Talvez fosse o caso de trazer a CVM um pouco mais perto dessa discussão para entender que os mecanismos de regulação via mercado mobiliários já existem. O que precisa fazer é por isso andando. Mecanismos de recebíveis derivativos, recebíveis a futuro já existem. Nós temos uma boa regulação do mercado de capitais no Brasil. O que a gente precisa é introduzir essa variável nesse processo. No fundo, no fundo para citar um exemplo, Senador Casagrande, a primeira operação que eu montei de carbono a gente não tinha no Banco Central uma lista lá, tinha uma série de produtos lá. Eu tive que chegar no Banco Central e por nos diversos. Porque não tinha aonde enquadrar essas operações dentro dos regulamentos do Banco Central. No fundo, no fundo eu entendo que essa coisa precisa de uma regulação, não quero, não imagino que a regulação seja que nem a China. A China para ter idéia tem preços mínimos estabelecidos para essas coisas por setor industrial. Acho que a gente não precisa chegar a esse nível de regulação, mas é uma regulação mínima para evitar riscos eu acho que é uma boa medida.

SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA: Exatamente. Eu acho que no fundo no fundo a gente está perdendo vantagens. A gente tem inúmeras vantagens comparativas que a gente não consegue transformar em vantagens competitivas porque a gente falta esse processo regulatório ser mais claro. Se a gente não consegue transformar vantagens comparativas em competitivas fica muito complicado para a gente querer discutir mudanças climáticas nesse aspecto. Entendendo que existe o risco e oportunidade. Existe os dois lados da moeda. Há uma falta de padronização de critérios de contabilização, enfim, operações cambiais. Mais principalmente há uma falta de maturidade desse mercado que gera uma grande volatividade. Em especial no curto prazo. E a gente no Brasil também não tem tido muito mecanismo de precificar esses processos. Até porque esses preços basicamente são feitos no anexo 1 e a gente não tem tido poder de barganha nesse processo.

Na verdade está um graficozinho desses preços estão absolutamente voláteis e vão ser sempre voláteis porque de certa forma essa falta de sustentação. Hoje

na Europa o preço de carbono está rediado ou está vinculado ou está protegido pelo preço de energia. O preço de energia é o preço de carbono andam juntos na Europa. Fácil de entender quando você tem um inverno maior, uma necessidade de calefação maior, a térmica vai emitir mais dióxido de carbono você precisa comprar para fazer rede. Então no fundo no fundo, a gente precisa entender essas regulações que elas não estão vinculadas no mercado de carbono, mas tem que estar vinculada no todo. No Brasil acho que tem duas coisas mais importantes do que isso, tanto importante quanto que é a questão do uso da terra e a questão de energia. Volto a falar, a questão de energia no Brasil e a questão de carbono têm que andar mais ou menos. No fundo no fundo, se a gente não passar por essa discussão a gente não vai conseguir transformar nossas vantagens competitivas.

Aí é um pequeno gráfico que eu gosto de usar, esse gráfico foi feito por um Banco de investimentos chamado West LB, é um Banco de investimentos alemão onde diz exatamente qual é a coisa que o acionista verifica dentro de uma organização quando discute mudanças climáticas. E está ligado ao custo de capital. Muito mais do que metas ou não metas, é interessante entender que o mudanças climáticas afeta no meu custo de capital. O que isso representa no meu custo de capital a longo prazo. O que isso representa no meu potencial de investimento a longo prazo. Acho que nessa perspectiva que a discussão tem que ser colocada muito mais do que a gente entender que existe uma posição A, B, C, D, no anexo 1 ou não anexo 1. Tem que ter a possibilidade de nos fazer baixar o custo de capital que ainda é muito alto. Na verdade, qual é o impacto que essa coisa tem para as companhias? Principalmente porque isso aqui é um processo irreversível. Não entendo que essa coisa é um processo reversível. Não. Vide Bin Laden novamente. Então se essa coisa é um processo irreversível e o efeito da externalidade dessa história é uma coisa muito interessante. Essa frase foi um amigo meu que falou e eu gostei muito. Na verdade o efeito da externalidade do aquecimento global é a maior falha da economia de mercado já detectado. Porque na verdade não se previu isso. Se previu curva de ofertas de demanda. A economia como tal não se previu isso. Você precisou criar mecanismos diplomáticos que fossem acoplados a isso e hoje a gente corre atrás de membros financeiros e mecanismos de regulação tanto formal quanto informal para que essa coisa pare de pé. Na verdade o Protocolo de Kyoto é marco de mudanças de dinâmica das internacional como um todo. E está associado à nova percepção de fronteiras. Quer dizer, qual é a fronteira do Protocolo de Kyoto? Essa coisa já está meio fora de moda discutir fronteiras ou discutir... Está discutindo Protocolo de Kyoto quem emite e quem não emite. Você não está discutindo fronteiras nacionais mais. Você está discutindo outras formas de enxergar isso. As conseqüências muito prováveis de tudo isso será o conflito por água, energia, comida, enfim, e principalmente de capital para investimento.

Na verdade é uma reação da sociedade então e governos interferências imediatas no mercado quais seriam. Na verdade, a primeira pista que se deu para isso foi o Relatório Extern(F) que os senhores conhecem e que precifica e que coloca três linhas de ação mais eficaz, segundo Extern(F). Na verdade a primeira linha que me parece absolutamente eficaz, tanto do ponto de vista do anexo 1 como não do anexo 1 é a precificação do carbono na cadeia produtiva. Quando você precifica as emissões de uma maneira ou de outra você elimina tais externalidades. Você começa a entender onde no seu processo produtivo, onde ele está e como é que você pode trabalhar com isso para o bem ou para o mal. Na verdade, a adoção de políticas tecnológicas também acho absolutamente uma linha eficaz, o Extern(F) preconiza isso no seu Relatório que na verdade você tem que ter novas posturas tecnológicas. Quer dizer, o desenvolvimento hoje, por exemplo, a União... O Reino Unido coloca hoje que a política tecnológica é mais importante do que as políticas de redução. As políticas tecnológicas posso colocar isso a longo prazo, enquanto a política de resolução vai fazer efeito mais a longo prazo. Principalmente uma coisa que Extern(F) coloca que eu gosto muito também que é a eliminação de barreiras de mudanças comportamentais. Medidas regulamentares elevando nível de informação dos consumidores, a redução da inércia organizacional e comportamental. No fundo no fundo, há uma mudança comportamental. Se a gente se lembra, quem se lembra o que era um produto orgânico há 15, 20 anos atrás e que o é produto orgânico hoje na prateleira do supermercado. Eu acho que essa questão de redução de emissões a gente vai ter daqui a pouco o supermercado com uns selinhos escrito “carbol”. Isso muda o comportamento das pessoas, porque isso afeta diretamente todas as pessoas. E se isso afeta, muda o comportamento dos mercados. A gente está falando de uma marginal no consumo ligado a mercados.

Por que é que isso é importante para as companhias como um todo? Porque as companhias como um todo elas têm uma série de, uma série de transparências a ser dado. Precisa dar transparências a governos, a clientes, a crédito, acionistas, ao mercado de capitais. E há uma série de mecanismos que hoje se colocam

dentro das companhias como possibilidade de fazer esse, possibilidade de fazer essa transparência.

A gente elencou alguns dos principais pontos que as companhias hoje dispõe para fazer essa transparência, essa comunicação ao mercado. Não esqueçamos, acho que a gente esquece muitas vezes isso que o art. 12 do Protocolo de Kyoto diz o seguinte, CDM é um negócio que a gente faz para reduzir as emissões, mas e contribui com o desenvolvimento sustentado e é "e" contribui, não é "ou" contribui. Esse "e" contribui me parece absolutamente necessário para gente ter em mente que na verdade se a gente quer fazer o projeto de CDM não é pra gente ganhar um troco. Ela tem que contribuir necessariamente para alguma coisa além daquilo que se faz. E essa é a grande visão. Eu acho que a indústria tem essa visão hoje. Pelo menos os projetos brasileiros têm demonstrado isso. A gente tem ficado para trás no mercado... Perdão?

SR. MARCO ANTÔNIO FUJIHARA: Ah, desculpa. MDL, CDM. É semântica. Enfim, eu acho que a gente tem ficado para trás por outros motivos, mas acho que a gente tem a possibilidade de dar valor agregado ao nosso produto, a gente tem como fazer isso.

Hoje o diferencial competitivo nesse assunto é tão grande que aqui a Business Week promoveu aí no começo desse ano as principais empresas que já têm políticas prioritárias de reduções de emissões. Eu listei algumas empresas ali, ALCAN, ALCOA, BHP Billiton que tem políticas absurdamente complicadas de redução de emissões. A BHP Billiton para os senhores saberem ela é a maior produtora de carvão mineral do mundo. Ela fornece hoje carvão mineral para todas as grandes térmicas da Europa. Então se ela tem políticas nesse sentido está buscando a best, ela está buscando a inserção disso de outra maneira.

Aqui existe também uma publicação que chama que já foi feita há um tempo e que publica anualmente o inventário das emissões de gases de efeito estufa nas principais organizações do mundo. Por que é que as empresas fazem inventário de redução de emissões? Porque acham bonitinho fazer inventário? Não. Porque existe uma pressão dos acionistas para fazer isso e as empresas sabem que existe essa pressão e empresas sabem que decorrentes do inventário eu posso discutir novas oportunidades ou novas fragilidades a partir do inventário de emissões da minha companhia. Na verdade um inventário então passa a um ser mecanismo absolutamente competitivo a nível internacional.

Quais os impactos para as companhias? E como é que a gente prepara as organizações, as empresas para entender esse novo cenário? Primeira coisa é inventariar as emissões. Se a gente não conseguir entender onde estão as nossas emissões onde não estão, se estão no setor, se estão na linha de processo A, linha de processo B, na nominação, na assearia a gente não vai conseguir nunca conseguir entender esse processo. O inventário então é a ferramenta nº. 1, é o V zero de todo esse processo. Na verdade, inserir a variável carbono no processo gerencial e decisório me parece uma condição absolutamente necessária nos dias de hoje. Porque de novo ele pode ser parte do problema como pode ser parte da solução. Então, de um lado a gente vai estar. Então se a gente não inventariar as emissões, não inserir a variável carbono no processo decisório gerencial a gente não vai conseguir de novo saber de que lado da mesa a gente está.

Avaliar o impacto da estratégia de cada negócio individual e coletivamente me parece absolutamente necessário nos dias de hoje seja ele que negócio for. Seja ele que negócio for porque isso passa pela mudança comportamental que vai ocorrer daqui a um tempo. Na verdade, então criar ferramentas internas de compensação é uma coisa que as empresas já têm criado, o mercado voluntário é uma coisa disso, hoje na Europa já existem 50 iniciativas de mercado voluntário de várias naturezas. A gente no Brasil tem uma tendência de achar que o mercado voluntário só existe um, não. Existem mais de 50 na Europa tão bons ou tão ativos quanto os que a gente conhece aqui no Brasil. Na verdade, incentivar inovação tecnológica me parece absolutamente necessário. E buscar oportunidades derivados desse choque. Você tem um choque de redução de emissões, você tem oportunidades agregadas a isso e essas oportunidades agregadas precisam ser incorporadas ao nosso processo produtivo. Na verdade, existe uma série de paradigmas que a gente precisa quebrar se não conseguir quebrar esses paradigmas vai ser difícil andar pouco mais. Primeira coisa é entender que carbono é um vetor equivalente. Ou de custo ou de receita. Sempre. Isso para as organizações tem sido claro. Se carbono pode ser vetor de custo ou de receita depende de como você enxerga esse problema. Carbono como fator de competitividade. As empresas mais proativas hoje enxergam o carbono como fator de diferencial competitivo. Enxerga o carbono como possibilidade de novos negócios. Tai a indústria do petróleo, que principalmente a BRITISH PETROLEUM e a SHELL que colocaram paradigma de mudanças climáticas no business do seu negócio. Colocaram: Não sou mais uma empresa de combustíveis fósseis, sou uma empresa de energia. Isso muda todo o paradigma do negócio deles. A PETROBRAS está indo por esse caminho também, acho bastante interessante quer dizer colocar carbono como fator de competitividade industrial. A consideração de conceito de ciclo de vida cada dia que passa é mais presente.

Se a gente não entender ciclo de vida de produtos a gente não vai entender ciclo de emissões. Na verdade o ciclo de vidas de produtos no Brasil é uma coisa muito embrionária ainda. Hoje na Europa existe legislações específicas sobre ciclo de vida de determinados produtos. A França, por exemplo, tem uma legislação especifica sobre isso, desde 1977. Na verdade, considerações sobre ciclo de vida de produto me parece absolutamente necessária quando a gente entende emissões dentro de uma organização como um todo. No fundo, há um potencial impacto na gestão de portfólios dos negócios, eu não tenho a menor dúvida. Ao mesmo tempo não tenho a menor dúvida que pode ser uma fragilidade, mas pode ser uma oportunidade. Questão de balizar isso e entender como é que pode trabalhar com ambos. Há um processo de decisão de localização, eu dei exemplo da ilha de São Luís para os senhores e há o processo de adesão sobre tecnologia de produtos produtivos. Hoje, por exemplo, as empresas passam a pensar duas vezes quanto num determinado processo produtivo tem alguma interface com gases de efeito estufa. Por que isso? Porque isso reflete no seu produto, porque isso reflete na sua disposição do seu acionista. Muitas vezes hoje o processo de tecnológica passa necessariamente por processo de decisão de emissões. Eu entendo que a gente precisa quebrar esses paradigmas, a gente está conseguindo isso, o Brasil tem feito seu dever de casa ainda que pouco atrasado em relação a outros países, a gente tem feito isso, mas acho que precisa andar pouco mais depressa para atender isso como um vetor ou de um problema ou de uma solução. Acho que pode a gente pode entender as duas coisas. O nível de mitigação de mudanças climáticas nesse País ainda está pouco discutido, estão discutindo ainda. Quem vai sofrer com as mudanças climáticas nesse País não vai ser as regiões costeiras, mas acho que as populações mais pobres desse País. Eu acho que vai ter... se a gente não tomar certo cuidado esse gap entre... pode aumentar e isso vai ser decorrente disso. As nossas políticas públicas têm sido pouco aproximativas nessas coisas. Nós temos políticas públicas pontuais.

Enfim, acho que a gente tem um caminho pela frente. Acho que a gente tem oportunidade muito boa de estar na frente dos Srs. Deputados colocando essas questões e principalmente na frente dos Srs. Deputados dizendo o seguinte, conte com a gente. Precisando da gente, a gente arregaça as mangas e trabalha junto. Acho que esse é um problema global. De novo o Bin Laden tem razão [risos] de falar que esse é um problema global. Eu vou achar o vídeo do Bin Laden e colocar no início da apresentação [risos] Era isso que eu tinha a dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Dr. Marco Antônio Fujihara. Nós passamos de pronto a palavra ao Dr. José Borges Matias, Vice-Presidente da RHODIA na América Latina. Para sua exposição o tempo de até 20 minutos.

SR. JOSÉ BORGES MATIAS: Bom, obrigado pelo convite, pela honra de estar com vocês. Mas eu vou começar um filme, não vai ser talvez o filme do colega, mas a gente vai começar com o filme da...Não do Bin Laden, mas um bom filme da RHODIA, da unidade que foi recém inaugurada em Paulínia que infelizmente não tivemos a oportunidade de estarmos recebendo em visita por causa da distância, mas as portas estão escancaradas aí para todos.

[apresentação em vídeo]

Uma festa para o meio ambiente e um grande negócio. A RHODIA de Paulínia inaugurou um sistema de redução de gases nocivos. Um investimento que rende também para negociar nas bolsas européias. Lá, essa redução vale dinheiro através do mecanismo de desenvolvimento do Protocolo de Kyoto.

Em meio à indústria que não pára, essa máquina permite apenas a emissão de oxigênio para o meio ambiente. Na unidade industrial da RHODIA em Paulínia, os gases de efeito estufa são destruídos e eliminados. Não para a atmosfera. Tudo isso graças à inauguração realizada oficialmente hoje da unidade de abatimento de gás de efeito estufa.

O investimento de 12 milhões de dólares aqui na nossa unidade em Paulínia e uma tecnologia desenvolvida originariamente a nossa matriz na França desde 1997 para poder ser aplicada aqui.

A unidade foi criada de acordo com o mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kyoto.

Ao longo então desses últimos anos temos feito então a implantação baseada nessas orientações.

A unidade está em operação industrial desde o final do ano passado. A previsão é de uma redução de aproximadamente seis milhões de toneladas de gás carbônico por ano. Como esse, são mais de 225 projetos que ainda não estão em operação no Brasil. Tamanha importância da implantação desses projetos é comprovada pelos números. Seria uma redução de pelo menos 200 milhões de toneladas de gás carbônico em sete anos.

Ele é o quinto projeto maior do mundo e o maior projeto da América Latina.

Mas os números de emissão de gases de efeito estufa no Brasil assustam pelo desmatamento da Amazônia, o que coloca o País entre os dez primeiros no mundo quando o assunto é emissão de gases agressores da atmosfera. Por isso, a parceria entre indústria e ambiente pode alterar esse cenário nos próximos anos.

O Brasil precisa crescer. A indústria precisa crescer. Mas nós temos que ter os devidos cuidados com a questão ambiental até porque acima de tudo são, são seres humanos. Nós todos aqui somos pessoas, somos seres humanos, e nós temos que preservar o nosso planeta.

Conhecida como líder no setor de nylon foi justamente nessa produção que a RHODIA instalou a unidade de abatimento. As máquinas liberam óxido de nitrogênio um dos causadores do efeito estufa. E passa por essa tubulação. A partir daí as câmaras de distribuição dos gases fazem a eliminação e transformação para liberar apenas o oxigênio.

Destrói a molécula do óxido de nitrogênio e o calor gerado ainda ao final é aproveitado pelas nossas unidades industriais para a geração de vapor.

[final da apresentação em vídeo]

SR. JOSÉ BORGES MATIAS: Bom, obrigado. Eu tenho então uma apresentação em power point também, se for possível. Eu tive na verdade alguma dúvida na preparação então tem alguns dados aqui, vocês me desculpem, tem alguns dados bem primários, mas só para recuperar o que é Kyoto e falar um pouquinho de Chicago e trazer outros mecanismos na idéia de trazer uma ilustração do que a indústria anda envolvida e alguns tipos de projeto. Então agora a gente vai para o power point.

Bom, só voltando um pouco, quer dizer, aí são alguns apanhados de diferentes documentos. Existem muitos documentos. Nenhum deles é absolutamente, evidentemente precisos e um pouco diferente do outro, mas só para trazer o conceito da coisa. Então um aumento esperado de um a cinco graus até 2100 sobre vários cenários simulados lá na UNFCCC. Lembrando sempre que os gases de efeito estufa são o CO2 é um gás essencial à vida, o CO2, é um gás de fotossíntese. Então toda a alimentação derivada nossa é baseada na existência do CO2. O problema não o CO2 em si. É o seu excesso. Então a gente quer controlar o excesso. Algumas vezes eu já vi, inclusive, algumas propagandas na Europa de colegas da Europa que a gente foi falar com eles que eles anunciavam numa daquelas revistinhas de aeronave: queremos acabar com o CO2. Espero que eles não consigam. Mas espero que a gente consiga reduzir fortemente. Aí tem também alguns números. São emitidos na base de 1990 no inventário de Kyoto cerca de 20 bilhões de toneladas por ano de emissões, vocês têm aí ao longo, na carta ao longo até 2100, inúmeros cenários desenvolvidos, hoje nós temos cerca de 400 PPMs de concentração de CO2 na atmosfera. O melhor dos cenários prevê que a gente estabilize, se conseguir reduzir as emissões todo o crescimento foi acertado e tiver reduções que a gente consiga ficar só em 500. E os piores dizem que a gente vai conseguir dobrar ainda essa concentração que elevaria aquela temperatura em três, quatro graus.

Como é que mundialmente estão existindo sistemas de emissões? Existe uma classificação, não existe atualmente um sistema que seja poluidor pagador direto ou punitivo. Não foi priorizado. A ONU e os países membros estimularam instrumentos de estímulo econômico, ao nível do País então os países desenvolvidos fazem a adesão e podem fazer depois então a busca por suas reduções. Existem também instrumentos econômicos de adesão voluntária. Quando nós queremos neutralizar uma festa, um evento, nós podemos comprar créditos e existem outros que são mistos como os CCX, bem menos conhecido no Brasil, mas já praticado aonde você tem voluntariamente uma adesão ao mecanismo nos Estados Unidos, mas só que uma vez aderido você é obrigado a cumprir a meta num determinado prazo. Há uma adesão voluntária, mas com obrigação de cumprimento após a adesão. Esse mecanismo a gente vai falar um pouquinho apenas para ilustrar porque ele é menos falado no Brasil, apenas para dar uma outra sistemática. Então o que é que os países como França, Espanha, Alemanha estão fazendo? O Protocolo de Kyoto estabelece reduções de níveis de emissão até 2011 para 2012, começando em 2008 a Europa então começa o ano que vem às alíquotas de redução, já na Europa saiu na frente com o programa, área mais ativa, com o programa próprio europeu de reduções. Esse sistema está avançando já está estabelecendo um pouco regulações de preço. Além disso, o País pode fazer ações de estímulo direto. Eu citei algumas que são conhecidas dentro da Europa. Linhas de financiamento do Estado para performance energética, desenvolvimento de motores menos poluidores, pneus verdes, de menor consumo, redução de impostos para uso de veículos com menor emissão, aí é direto ao público, público que está trocando o veículo por um veículo de menor emissão

paga menos imposto, serviços públicos mais clean, quer dizer, onde é possível fazer um serviço público de transporte uma base de emissão mais clean seja feita, por exemplo, a gás ao invés de óleo. O gás ele possui mais molécula de hidrogênio, em geral a queima de gás economiza 1/3 da emissão de uma queima de óleo. Por isso que existe em projetos de troca de óleo para gás uma redução de emissões. Outras legislações antidesmatamento, apenas coloquei para servir um pouco de reflexão, os senhores já até comentaram. Fora ações de estímulo propriamente feita pelo País. Existem princípios de alocação de cotas de empresas, na França cerca de três mil empresas receberam cotas de alocação, a RHODIA foi uma delas, é uma obrigação de redução de 30% de emissões de CO2. Sempre falando de Kyoto, então a base é 1990 para ser cumprida até 2011. Existem também Bancos de investimento próprios do Estado que fazem compras de crédito, então nós vemos aqui no Brasil vários Bancos não necessariamente europeus, pode ser de Tóquio, pode ser Bancos de outros países signatários que vêm também buscar seus créditos. Isso tem estimulado o desenvolvimento de vários projetos no Brasil, como diz o filme são mais de 220 projetos e como a redução já projetada de 20 milhões de toneladas ao ano que deve crescer paulatinamente.

Então apenas para dizer que a RHODIA teve a sua alocação de 30% e aplicando a tecnologia, uma delas que vocês viram já desenvolvida adquiriu cerca de 72% de redução até hoje na França e continua nas suas unidades na França e continua fazendo os investimentos nos mecanismos de Kyoto.

Apenas para dizer, a pintura principal de Kyoto a gente fala muito que é para reduzir em 5%. Não é isso. Kyoto reduz 5.2% em 2012 em relação a 1990. O que significa que você tem que eliminar o crescimento de 20 anos.

Então, na verdade o protocolo de Kyoto faz uma eliminação, uma compensação de todo o crescimento de 20 anos e uma redução de 5% na base. Importante só diferenciar que o esforço não é pequeno. Existem países que assumiram cotas de aumento. São países que tiveram nesse período 1990 até 2002 um crescimento grande. Então países tipo Espanha, tipo Grécia, evidentemente você chega exatamente no momento em que você tem seu boom, você não consegue falar que vai reduzir em relação à base. Em compensação outros tipos Alemanha reduzem fortemente, mais de 20%. A média da Europa conforme o gráfico é de 8%. E a média mundial de 5%.

Apesar de ser um passo importante, evidentemente resta muito ou quase tudo a fazer ainda, mesmo se assumindo a hipótese de Kyoto estava plenamente satisfeito. Eu particularmente acredito que nesse período nós vamos fazer muito mais do que as metas estabelecidas. Se nós contarmos só o aumento de atividade industrial humana, transporte energia etc, o aumento para 2011 em relação à base vai ser de 1/3. Quer dizer, mesmo com Kyoto nós estamos aumentando em 1/3 as emissões de CO2, se nós temos 20 bi na base nós vamos ter 33 bi em 2011, é uma das perspectivas dos relatórios.

O protocolo de Kyoto então ele... Não vou entrar diretamente nele. Talvez o próximo para não ficar repetitivo. São esses os gases de efeito estufa, o principal mais emitido o dióxido de carbono e seus equivalentes metano, F6 e os outros. O Kyoto ele tem alguns critérios que decide a adicionalidade, quer dizer, se você fez um projeto, esse projeto traz lucro de per si, você não pode se inscrever em Kyoto. O que não é uma obrigação em Chicago. Chicago não tem esse tipo de regra. Se for um business tipo reflorestamento que é o teu business normal não adianta inscrever em Kyoto porque é já o teu business, você vai fazer porque é o business day-by-day. E se houver uma obrigatoriedade legal você está simplesmente se adequando à lei por isso as observações que a gente vem fazendo para que a gente tome os cuidados, sabendo sempre que uma obrigatoriedade legal imposta traz os projetos para fora do sistema. O plano de monitoramento é um dos pontos fortes desse sistema. É extremamente severo e rigoroso o monitoramento antes e depois. Hoje nós temos o monitoramento das nossas plantas que são em telemetria on-line direto para a Europa, para os órgãos de controle. Dia a dia eles controlam as emissões se quiser. Atividades típicas dos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo, então aterros sanitários e pecuários ligados a metano, projetos de conservação de energia, uso de biomassa, processos industriais, tratamento, por exemplo, de produção de ácido nítrico, florestamento, recuperação de áreas florestadas. Mais uma vez as árvores pra nós. Árvore é maior bomba de CO2 que nós temos, ela bombeia em média 200 quilos de CO2 para fazer o seu crescimento. O CO2 ela fica com o "C" fazer a celulose e libera o "O2", o princípio da respiração da árvore. Uma árvore adulta evidentemente já absorveu os seus Cs, em geral a árvore adulta ela é o estocador do CO2 absorvido. Então a princípio hoje a queima ambientalmente mais adequada que está voltando dentro dos mecanismos de Kyoto são queimas de bases de celulose, queimas de madeira desde que haja o florestamento do novo ciclo. Exista um conceito de ciclo.

Aqui algumas idéias do sistema de Kyoto trabalhando na Europa, a Europa já comercializou no ano 2006, 400 milhões de toneladas de CO2, os preços

são extremamente voláteis, como já foi falado, hoje eles ficam perto de 15 dólares por tonelada para mais ou para menos. Já chegou a mais de 30, já chegou a 5 também, então é extremamente volátil esse mercado. Falando de Kyoto, vou falar agora de Chicago para dar um exemplo de outro mecanismo menos conhecido. Então Chicago é um sistema norte-americano, ele está sendo desenvolvido vocês sabem que os Estados Unidos não aderiram a Kyoto, isso fez com que não houve um *top-down*, uma declinação com o sistema dentro dos Estados Unidos. O lado, olhando o lado cheio do copo, a gente pode sempre assim dizer, é que o *bottom-up* funciona. Quer dizer, as empresas e a comunidade se movimentam querendo que hajam mecanismos locais. Um deles é o mecanismo de Chicago, existem outros, mecanismo de Chicago que já comercializava NOX, SOX na década de 80 e 90 para a redução de gases que faziam chuva ácida, são mercados tipo Bolsa de Valores, tipo mercado de troca aonde várias empresas, hoje são 210 e a RHODIA ENERGY é um membro full de Chicago e comercializa crédito e conversão de caldeira de óleo para gás em Chicago. A RHODIA ENERGY também com a FBDS, a Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável é empresa para a América Latina que estimula uso do mecanismo de Chicago também. Então Chicago tem, aceita membros de três espécies. O full membro que é aquele que se inscreve e tem obrigação de redução própria de até 6% até 2010 em relação a 2000. Então a RHODIA no Brasil assinou esse compromisso de reduzir pelo menos 6% em 2010 em relação a 2000, fora o que fez em Kyoto. Quer dizer, esses dois sistemas não se conversam hoje. São sistemas independentes. Ou simplesmente como venda de projetos, podem ir ser feitas as vendas de projeto simplesmente como broquer(F), como trader entre usuário e emissor.

Então a RHODIA ENERGY é a primeira empresa química da América Latina que juntou Chicago como full membro. Projetos típicos que são elegíveis em Chicago são próximos aos de Kyoto. Lá eles aceitam reflorestamento também. Parte de aumento de reflorestamento que Kyoto necessita algum tipo de análise também. Os preços históricos começaram em 2002 que o sistema foi lançado 2002/2003 com 90 centavos de dólar por tonelada, hoje está em três dólares e crescendo. É um sistema onde cada vez mais empresas têm interesse em fazer compra internamente aos Estados Unidos. Houve uma apresentação recente do Richard Sandels(F) que é o responsável pela Câmara Ambiental de Chicago. Agora na White House que a gente teve a oportunidade de presenciar estão sendo discutidos então nos Estados Unidos ou mecanismo próprio americano ou adesão a Kyoto.

Bom, as empresas no Brasil pouco pelo filme, mais 220 projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo aqui no Brasil. Pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, aterros sanitários, tratamento de vapores nitrosos, troca de combustíveis, então está aí acho que é um sucesso, acho que merece o prestígio de todos e a difusão para todos desses bons resultados.

Bom, a RHODIA ela criou o ano passado uma empresa mundial dela, chama RHODIA ENERGY e junto com ela a ORBEO. A ORBEO é um *joint venture* da RHODIA com o SÓCIETÉ GÉNÉRALE que se ocupa do trader de créditos de carbono. Só para título de curiosidade. Quer dizer, dentro desse Banco, que a ORBEO é instituição financeira, por exemplo, se estimula mercados de uso de créditos de carbono do tipo empresas que comercializam carvão mundo afora já vendam seu carvão com créditos de carbono junto, porque assim estão também apoiando projetos de despoluição do outro lado. Então coisas dessa natureza são feitas. Então a RHODIA hoje faz o suporte, a consultoria para processos seja em Chicago, seja em Kyoto.

Então a ORBEO com os diferentes créditos vocês vêem aí muitas siglas, são siglas de títulos hoje já comercializados na Europa e mundo afora. Cada um tem um pouco seus créditos aí sobre diferentes nomes. O próximo, por favor.

A RHODIA ENERGY no Brasil, ela desenvolveu no grupo RHODIA três projetos que já estão operando os três. Existem outros em estudo. O Projeto Ângela que a gente viu no filme inicial. Com a despoluição de N2O na produção de ácido que é um produto da cadeia nylon, depois a despoluição Projeto Paganini internamente conhecido que é despoluição de N2O na produção de ácido nítrico e o nosso projeto de suíte(F) de óleo para gás que está inscrito na CCX. Foi criado um fundo de um 1.1 milhão de dólares que estão reinvestidos em projetos educacionais meio ambiental, social pelo instituto RHODIA. Então uma visão do que foi a construção dessa unidade.

Muito obrigado pela oportunidade e lembrando alguns dos números provavelmente sejam variáveis. Existem muitas fontes, simplesmente para ilustrar o conceito. Muito obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Dr. José Borges Matias. Passamos agora a última exposição antes do debate. Passo a palavra à Drª. Ângela Martins de Sousa, Coordenadora de Emissões Atmosféricas e Mudanças Climáticas da PETROBRÁS. Sua exposição tempo até de 20 minutos.

SRA. ÂNGELA MARTINS DE SOUSA: Bom dia a todos. Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui e mostrar um pouco o que a PETROBRAS está fazendo com relação ao tema de grande relevância que é mudança climática.

Nessa apresentação eu vou falar um pouco sobre a PETROBRÁS, um panorama da empresa, falar sobre cenários em mudança climática, vou passar rapidamente nesse item que já foi bastante falado aqui. E sobre a atuação da empresa no que se refere à mudança climática.

Só para dar um panorama da empresa, em grandes números, a PETROBRÁS considerando as suas instalações possui 103 plataformas, 16 refinarias, 51 navios próprios e 104 fretados. 31 mil e 89 quilômetros de dutos, transporte de produtos e petróleo, 6.933 postos de abastecimento.

No ano passado, em 2006, nós apresentamos em nosso Relatório 247 mil, 580 acionistas, temos 62 mil, 266 empregados próprios, mais de 200 mil empregados terceirizados, tivemos uma renda bruta de 205 bilhões de reais. Um lucro líquido de 25,9 bilhões de reais, temos reservas provadas de 15 bilhões de barris de óleo equivalente e tivemos uma produção de óleo gás de 2 milhões, 298 mil barris de óleo. A PETROBRÁS tem hoje a sua atuação em mais de 20 países espalhados por todo mundo, considerando a operação de exploração e produção, refino, comercialização e escritórios de representação.

No mês passado, em agosto, a PETROBRÁS aprovou seu o plano estratégico 2020. E segundo esse plano, a visão para 2020 é de que seremos uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos nossos públicos de interesse. É uma visão bastante ousada. E teremos a missão de atuar de forma segura e rentável com responsabilidade social e ambiental os mercados nacional e internacional fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua. Nesse plano estratégico nós temos alguns desafios de gestão que foram incluídos alguns projetos estratégicos novos. Com foco em responsabilidade social, mudança climática e tecnologia. No que se refere a responsabilidade social, na PETROBRÁS pretende ser uma referência internacional em responsabilidade social, na gestão de seus negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Com relação a mudança climática, que é o nosso tema aqui, a PETROBRÁS pretende atingir patamares de excelência na indústria de energia quanto a redução da intensidade da emissão de gases de efeito estufa nos processos e produtos contribuindo para sustentabilidade do negócio e para a mitigação da mudança climática global. E com relação à tecnologia, a PETROBRÁS pretende ser referência mundial em tecnologias que contribuam para o crescimento sustentável da companhia nas indústrias de petróleo, de gás natural, petroquímica e biocombustíveis.

Ao longo dos últimos 10 anos a PETROBRÁS teve uma grande evolução na sua gestão de segurança, meio ambiente e saúde. Partiu em 97 de processos de certificação das suas instalações, em ISO 14000, OHSAS 18001, e BS 8800. No ano 2000 foi um ano muito marcante para a empresa devido aos acidentes ambientais ocorridos na Baía de Guanabara e no Panamá, a partir desses fatos foi feito um grande investimento na empresa para a revisão de seus processos e de suas instalações. Em 2001 houve a conclusão da certificação das unidades, foi estabelecida política e diretrizes corporativas de segurança, meio ambiente e saúde, passamos em 2002 a atuar na base comportamental dos funcionários e empresas contratadas, considerando que não só é importante ver as instalações, a integridade das instalações, mas de que forma as pessoas atuam no seu comportamento dentro das instalações para que a gente tivesse uma maior segurança nos nossos processos, segurança com relação ao meio ambiente e saúde dos funcionários, em 2004 foi criado manual de gestão, manual corporativo de gestão de segurança, meio ambiente e saúde, e foi estabelecida uma ferramenta para a auditoria interna dos nossos processos. Processo de gestão de SMS. E em 2006 foi concluído o programa de segurança de processo estabelecido um projeto estratégico em excelência em SMS que está sendo conduzido ainda esse ano e que vai ainda ter continuidade.

Bom, no ano passado nós conseguimos entrar para o seleto grupo de empresas que fazem parte do *Dow Jones Sustainability Indexes*, na semana passada nós tivemos a grata notícia de que em 2007 nós continuamos como membro do *Dow Jones Sustainability Indexes*. Dessa forma a PETROBRÁS se torna uma das poucas empresas e a única do ramo de óleo e gás na América Latina a fazer parte desse grupo. Nós também somos membros do índice de sustentabilidade empresarial da BOVESPA. A empresa, a PETROBRÁS foi incluída pela Goldman Sachs entre as cinco melhores empresas de energia para investimento no mundo, foi classificada em segundo lugar no ranking de empresa de petróleo mais éticas. Isso ano passado e em sustentabilidade este ano. No mundo. Segundo a consultoria *Management Excellence* e dessa forma conseguindo todos esses resultados a PETROBRAS hoje tem a sua reputação muito em visibilidade para toda a sociedade e também no mundo, diante de ou-

tras empresas no mundo. E isso traz uma grande responsabilidade para a empresa e para os funcionários também para que nós tenhamos muita responsabilidade em enfrentar os grandes desafios que aí vem. Inclusive, esse grande desafio que se coloca em relação a mudança climática. E nós estamos então buscando sempre uma melhoria contínua em nossa gestão, buscando a responsabilidade social e ambiental em todas as nossas ações.

Considerando agora o nosso segundo item, cenários e mudança climática eu não vou me deter muito porque algumas coisas já foram bastante faladas aqui.

Considerando a concentração de gases de efeito estufa, já foi falado que já através dos relatórios do IPCC divulgados esse ano foi confirmado que esse aumento de concentração de gases de efeito estufa foram decorrentes de atividades humanas, e ultrapassaram enormemente os níveis que se mantinham ao longo de milhares de anos. Na década de 90 nós tínhamos 6.4 gigas toneladas de carbono, de emissão, e no período de 2000 a 2005 esse valor aumentou para 7.2 giga. Então alguma coisa nós temos que fazer, a sociedade e as empresas, Governo tem que ter uma ação conjunta para que a gente possa atuar nesse efeito global.

Então, o que nós percebemos é que existe hoje até através da divulgação desses relatórios, do relatório externo uma maior conscientização sobre as mudanças climáticas, sabemos que elas estão realmente ocorrendo e nós vamos ter que nos adaptar e tomar ações de mitigação. O Protocolo de Kyoto ele já está aprovado, está iniciando já, os países estão iniciando suas ações. Existem novas tendências para as negociações internacionais de redução de emissões, nós já temos que nos preparar para o pós-Kyoto, para pós 2012. Existe uma pressão crescente da sociedade por políticas climáticas em todos os setores da economia e existe uma responsabilidade histórica, nós sabemos, dos países desenvolvidos, mas esse efeito de mudança climática sendo um efeito global ele exige uma responsabilidade compartilhada. Então, nós como País em desenvolvimento temos que dar a nossa contribuição também.

Esse é um gráfico tirado de um trabalho técnico, publicado na Science em 2004 em que mostra as ações que podem ser tomadas para mitigação das emissões. Deve-se... Para ações de mitigação adotar processos que não emitam ou que emitam menos CO2, que é o principal gás de efeito estufa. Então precisam ser tomadas ações de eficiência energética, energias alternativas e renováveis, descarbonização da matriz energética, seqüestro de carbono, que é o processo de captura que foi falado anteriormente, energia nuclear é colocado nesse trabalho como uma opção também e conservação de florestas. A PETROBRAS ela tem buscado atuar nos quatro primeiros itens apresentados que estão mais afetas aos processos desenvolvidos.

Então aqui nós mostramos uma comparação entre a PETROBRÁS e outras grandes empresas de óleo e gás no mundo. E as principais ações tomadas por todas as empresas são muito semelhantes. E no caso da PETROBRÁS, as ações voltadas para mitigação da mudança climática estão ligadas à eficiência energética, redução de gás flaring, biocombustíveis, fontes alternativas, desenvolvimento tecnológico, estímulo ao uso eficiente de combustíveis. Através de programas que a empresa desenvolve.

Agora, por fim, eu vou mostrar como a empresa está atuando no caso da governança da empresa, considerando compromisso que está expresso na política e nas diretrizes de SMS na PETROBRÁS, que é o compromisso com responsabilidade social e ambiental. A atuação da empresa no mercado internacional, como eu mostrei ela está presente hoje em mais de 20 países. A demanda por transparência existente na sociedade, no Governo e pelos investidores. E a busca a referenciais de Excelência levaram a empresa ao estabelecimento de uma estratégia corporativa quanto à mudança climática global.

Então, dentro da estrutura organizacional da empresa, existe um subcomitê de emissões e mudança climática que é subordinado a um comitê de gestão de SMS, o subcomitê de emissões ele é composto por participantes das várias áreas de negócio da companhia, são participantes técnicos que levando as demandas das áreas de negócio e de que forma se pode fazer para mitigar as emissões dentro das operações da companhia.

Então, as propostas são encaminhadas ao comitê de gestão de SMS que é composto pelos gerentes executivos da PETROBRÁS e a depender do nível da proposta, como, por exemplo, a inserção do tema mudança climática no plano estratégico foi encaminhado ao comitê de negócios que é formado pela diretoria da empresa. E a partir disso é que foi aprovado esse tema estratégico.

Bom, a PETROBRAS já assumiu publicamente o compromisso de evitar emissões do valor de 22,42 milhões de toneladas de CO2 equivalente no período de 2006 a 2012. Então esse resultado será decorrente de melhorias nos processos da empresa. Melhorias através de eficiência energética, melhorias operacionais otimização de queima em tocha, energias renováveis na gestão das emissões da companhia e através de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Com

relação à eficiência energética, existe na companhia um programa interno de conservação de energia que já proporcionou uma economia de 1.1 giga watts e do consumo de cerca de 2,5 mil barris de óleo equivalente por dia. Também se prevê a instalação de turbo expansores, são equipamentos que vão permitir a geração de energia elétrica a partir do aproveitamento de calor exausto de unidades catalíticas existentes nas refinarias. Está envolvendo quatro refinarias, esse projeto, e o investimento previsto é de 197,8 milhões de dólares. A geração elétrica estimada é de 68,5 megawatts, e essa instalação desses equipamentos vai resultar numa melhoria no índice de intensidade energética. Esse índice ele é um indicador da melhoria da eficiência energética das nossas instalações. Nós temos também na linha de eficiência energética um programa de otimização de aproveitamento do gás, é um programa conduzido pela área de exploração e produção e é um programa voluntário de redução de gás flaring. Um investimento de 200 milhões de dólares, as ações estão sendo conduzidas em 24 plataformas através de instalação e modernização de compressores, instalação de gasodutos e otimização de plantas de processamento. Nós já temos 91 ações concluídas no período de 99 a 2006 que já permitiram uma redução de 3,5 milhões de metros cúbicos de queima de gás por dia. E um aumento na utilização de gás associado de 22%. Já conseguimos então um resultado de 84,2% de utilização do gás. Com relação a energia renovável, nós temos trabalhado com biodiesel, estamos instalando três plantas industriais localizadas na região do semiárido, temos a capacidade prevista de 171 mil metros cúbicos/ano a serem instaladas até o final deste ano e nós já temos mais de quatro mil postos de abastecimento da PETROBRAS operando com biodiesel 2, que é o diesel contendo 2% de biodiesel. Tem o PROÁLCOOL também que desde a década de 70 a PETROBRAS participa em várias etapas do programa e nós temos uma planta eólica, a planta eólica instalada em Macal que é o primeiro projeto MDL registrado pela PETROBRAS na ONU. Esse projeto produz 15 mil megawatts/hora desde dezembro de 2003. Então com relação ao biodiesel que foi comentado no slide anterior esses três projetos eles estão localizados em Quixadá no Ceará, em Montes Claros em Minas e em Candeias, Bahia. O investimento é de 60 milhões de dólares, os fornecedores para essas unidades são famílias de baixa renda, uma agricultura familiar de mamona, algodão e dendê, e complementar vai se utilizar a soja. Houve uma geração de empregos para a construção dessas instalações de 1.200 empregos diretos e 400 indiretos. Para operação vão ser empregadas 105 pessoas, com emprego direto, e como fornecedores de matéria-prima serão 70 mil famílias. Então esse é um projeto de grande responsabilidade social como os senhores podem ver.

Com relação a pesquisa e desenvolvimento, a PETROBRAS tem mais de 220 projetos, foram investidos 135 milhões de dólares incluindo seqüestro de carbono, gás natural, eficiência energética, hidrogênio e energia renovável. Também existe o desenvolvimento do HBio. HBio é uma tecnologia que permite a mistura de óleos minerais e vegetais dentro do processo das refinarias para a produção de biodiesel já dentro da refinaria. E vai possibilitar prover o mercado brasileiro com um diesel mais sustentável. De 2006 a 2008 são 15 milhões de dólares que vão ser investidos em 30 projetos só de seqüestro de carbono em mudança climática através de uma rede de tecnologias para mitigação de mudança climática e em convênio com 10 universidades brasileiras e instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Com relação a gestão de emissões, a PETROBRAS desenvolveu um programa para fazer o seu inventário de emissões. É um Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas denominado SIGEA e esse programa ele permite inventariar todas as emissões atmosféricas da companhia. É um programa bastante complexo, ele tem um nível de detalhamento muito grande, ele vai ao nível de cada fonte de emissão de todas as instalações que a PETROBRAS opera. Ele está integrando atividades do Brasil, todas as atividades localizadas no Brasil, América Latina, México e Estados Unidos. E mês a mês a gente tem procurado atualizar esse programa. Cada vez mais complexo, mais completo, e permitindo um inventário de máxima desagregação por fonte emissora.

Bom, era isso que eu tinha a mostrar rapidamente dentro do tempo que me foi disponível. Eu agradeço novamente pela oportunidade de estar aqui e mostrar um pouco da PETROBRAS para os senhores. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Drª. Ângela Martins de Sousa, coordenadora de emissões atmosféricas e mudanças climáticas da PETROBRAS. A exemplo das outras Audiências Públicas, nós solicitamos à FIESP que disponibilizasse as transparências à Comissão Mista e gostaríamos muito que isso fosse possível. Nós iremos passar agora um bloco em que os Parlamentares irão fazer algumas considerações e perguntas e há também um bom número já de participantes inscritos para seus questionamentos. Nós pedimos aos expositores que anotem as perguntas que todas serão efetuadas num bloco só e nós pedimos aos Par-

lamentares e aos expositores e aqueles que irão fazer os questionamentos que utilizem o mínimo de tempo possível para que todos possam participar.

Abrindo então esse bloco eu passo nesse momento a palavra ao Deputado Federal Mendes Thame, representante do Estado de São Paulo, nosso anfitrião também.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Bom dia. Eu queria agradecer o convite e cumprimentar o Dr. Nelson Pereira dos Reis e todas as empresas e todos integrantes da FIESP que hoje nos recebem. Cumprimentar os Parlamentares Eduardo Gomes, preside a Comissão, Senador Renato Casagrande, Senador Ministro Tourinho, os demais Parlamentares Luiz Carreira, Augusto Carvalho, Rebecca Garcia, Rocha Loures, Jorge Khoury, Euclydes Mello, Fernando Gabeira e a todos que aqui hoje compartilham conosco desses momentos em que a gente discute questões ambientais. O que é recente na história da humanidade. Mais de centenas e milhares de anos que o ser humano está no planeta, mais de um milhão de anos, segundo a ciência, que o hominídeo está aqui no planeta Terra nós só discutimos questões ambientais nos últimos 40, 50 anos. Mas eu queria ir direto ao ponto chave da questão.

Primeiro, os interesses do mundo e o aquecimento global é um problema global, os interesses do mundo nem sempre coincidem com os interesses dos países, nem sempre coincidem com os interesses das empresas, tanto é assim que os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kyoto. Pressionado com absoluta convicção pelas empresas lá que conseguem fazer um poderoso e explícito lobby junto aos Parlamentares e junto ao Presidente da República para que seus interesses prevalecessem. É o mesmo caso nosso. Pode ser que os interesses globais não coincidam com os interesses do País, os interesses do País não coincidam com os interesses das empresas e não coincidam com os interesses dos escritórios que preparem os projetos das empresas que preparam os projetos de MDL. O que é mais importante para nós? Qual é o nosso rumo, nosso azimute? Eu acho que é o interesse global. Interesse do mundo como um todo. Que essa questão do aquecimento global não é para daqui a 200 anos. É para nós, para os mais jovens, principalmente, para os nossos filhos e netos. É questão para pouquíssimas décadas. E o Fujihara citou bem, aparece no Relatório do Nicholas Stern uma mera referência, mas está muito claro quando ele diz que as mudanças climáticas constitui a maior e mais grave falha de mercado na história do capitalismo. Como é que o mercado pode falhar? O mercado não conduz sempre ao ponto de ótimo? Ao Ótimo de Pareto em que todo mundo ganha? As forças de mercado, não é a tese do liberalismo no mundo, na história do mundo? Como é que pode o mercado falhar? Falhou justamente porque o mercado leva em conta os preços relativos. Procura os insumos mais baratos e em função disso procura produzir o melhor possível da forma mais barata para maximizar o lucro no curto, no médio e no longo prazo. E foi isso que o mercado fez nesses 200 anos desde a primeira revolução industrial, desde a segunda. O carvão baratíssimo, petróleo relativamente muito barato até recentemente utilizou esses dois insumos sem internalizar as externalidades, os efeitos deletérios maléficos das emissões de CO2. Não faz parte da matriz. Fujihara colocou bem. Nós temos que colocar no polinômio da produção das decisões gerenciais, das decisões das empresas a variável carbono. Mas até hoje nunca foi colocado. O mercado de repente se sensibilizou, as forças de mercado de repente ficaram sustentáveis automaticamente? Não. Da mesma forma implacável como ele foi tomando decisões sem levar em conta a questão do carbono e criou para nós uma situação, criou uma era carbonária e nos levou a uma situação que é uma pré-tragédia se a gente não conseguir evitar, ele continua implacável. Vejam os últimos leilões da ANEEL. Os últimos leilões da ANEEL a maioria, mais da metade da energia nova contratada virá de termoelétricas. Fujihara colocou. A maioria movida a óleo diesel ou a carvão. O Kelman coloca, das 7,3 bilhões de quilowatts já licitados e ainda não implantados, mais de 2/3 serão de energia suja. E com isso em pouquíssimos anos, em menos de cinco anos o Brasil terá 57% da sua energia advinda de termoelétricas e apenas 43% de hidrelétricas. Nossa matriz vai deixar de ser uma matriz limpa, exemplo para o mundo. Por quê? Porque as forças de mercado é que mandam no mundo. Faz-se os leilões, quem é que ganha? Aquela empresa. É pela Lei 8.666. Os leilões não têm condicionantes, não tem condicionantes, vendem, ganha aquela que produz energia mais barata.

Como é que eu corrijo falhas de mercado? Só tem um jeito. Eu não conheço nenhum livro, texto, nenhuma novidade que diga que consigo corrigir forças de mercado com questões espirituais. Equação de Governo. Ação de Governo. E ação de Governo são leis. Leis de caráter de comando e controle, ou leis de precaução, ou a terceira família que é a lei de incentivo. Sem isso nós daqui a 20 anos vamos estar na situação dos Estados Unidos, lamentando o Katrina, lamentando fenômenos cada vez mais deletérios e lamentando não ter tomado decisões mais drásticas.

Eu acredito que nós teríamos que fazer uma brutal força para pressionar os governos do mundo inteiro para assumir metas de redução diferenciadas. As me-

tas de redução não precisam desse novo acordo no Protocolo de Kyoto pós 2002 não precisam proibir o mecanismo de desenvolvimento limpo nos países em desenvolvimento que adotarem. Podemos ter esses dispositivos. Não há menor problema. Pode-se condicionar que a redução no caso do Brasil se faça com a ação de Governo diminuindo as queimadas, sem inibir os projetos nossos de MDL. Tudo isso é possível. Depende das negociações. Ocorre que se nós continuarmos com as características que hoje marcam o processo de definição nas questões multilaterais, não quando um País decide sozinho, mas nas questões do âmbito das Nações Unidas em que cada País espera o outro para tomar alguma decisão para depois reagir, não vamos chegar a nada em 10, 15, 20 anos. O Protocolo de Kyoto na sua fase pós-2012 seria pífia. Do jeito que as coisas vão indo. Embora todos tenhamos consciência de que nós temos que reduzir em mais de 50% as emissões de CO2 em relação ao que emitimos hoje para que haja um aumento na temperatura nesse século menor do que 2 graus centígrados. Tudo isso que nós estamos vendo, todo esse desgaste de geleiras, desertificação, enfermidades, eventos climáticos extremos acirrados não só em número, mas na potencialidade desses furacões, esses ciclones, tudo isso é resultado de um aumento médio nos últimos 40 anos de menos de meio grau centígrado. Nós temos que reduzir 50% de acordo com que falaram mais de 1.500 cientistas do IPCC, por unanimidade, portanto, o mundo acadêmico nosso que só estuda isso está dizendo, nós temos que reduzir mais de 50 para que em 100 anos suma menos de dois graus centígrados, ou seja, quatro vezes o que subiu nesse meio grau centígrado nos 40 anos com a necessidade de um brutal processo de adaptação como foi muito bem colocado.

Por isso eu tenho confiança de que o bom senso vai prevalecer e que todas as empresas e todos nós faremos uma brutal pressão junto ao Governo para que o Brasil retome a sua posição de vanguarda que teve em 92 e 97 que foram consideradas as maiores vitórias da diplomacia da história do Itamaraty em toda a sua vida na Convenção da Rio 92 e em Kyoto. E passe a atuar na vanguarda e não lá na retaguarda junto à China, a Índia, países que são grandes poluidores e que querem evitar a assunção de metas de redução de emissões pelos países em desenvolvimento. Desculpe, mas é a nossa opinião que muitas vezes não coincide com a opinião de todos, mas que eu acredito que nós estamos num País democrático em que nós temos que muitas vezes rever as nossas posições em função de novos dados, mas buscar acima de tudo, tentar enfrentar esse problema do aquecimento global com todas as nossas energias e todas as nossas forças dando a dimensão que merece esse problema tão grave e tão aflitivo para toda a humanidade. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Deputado Mendes Thame. Passamos agora nesse momento a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para suas considerações.

SR. RODOLPHO TOURINHO: Prezado Presidente, Deputado Eduardo Gomes, cumprimento toda a Mesa e agradeço a deferência de me conceder a palavra. Eu queria ir um pouco na linha naquilo que foi colocado aqui pelo Fujihara, também pelo Nelson, Nelson Reis. É a rota... E quero me referir basicamente à rota térmica tratada por Fujihara. Essa rota ela foi iniciada, ela é irreversível. Isso é que nós temos que entender hoje e que me preocupa em certos aspectos. Ela é absolutamente irreversível e ela foi iniciada em 99, quando do blecaute que houve no País inteiro e que por razões de segurança era absolutamente, como é necessário, que você tenha uma geração térmica junto aos centros de carga. E isso você só consegue através da inclusão na rota térmica. E depois essa rota ela foi ampliada e definida quando se verificou e trago aqui na presença aqui de Cláudio Sales que muito se discutiu isso, a necessidade naquele tempo Cláudio dirigia um organismo que era importante que congregava todos os investidores em energia elétrica, e que se viu claramente a necessidade de tardiamente, se viu tardiamente a necessidade de geração num prazo de três a quatro anos de uma Itaipu. Era a implantação de uma Itaipu em três a quatro anos. Era impossível. Só tinha um caminho. Rota térmica outra vez e aí com o gás natural, que a PETROBRAS tinha e não tinha mercado. O mercado veio a ser feito depois pelas indústrias. E o único caminho era aquele para a geração. Acabou-se faltando cerca de três mil megawatts para que se evitasse o racionamento. Poderia ter sido evitado não fosse as enormes discussões de preço do gás natural. E evidentemente que essa rota térmica ela é necessária, porque a hidroeletricidade que tem que ser a nossa vocação, a continuidade da nossa vocações natural, tem enormes limitações hoje. Limitações ambientais, limitações de financiamento, limitações de distância. E o próprio crescimento do País fazendo com que haja necessidade outra vez da geração junto aos centros de carga. E essa própria imprevisibilidade das chuvas, eu lembro bem que no início de 2001 o Operador Nacional do Sistema que é o ONS, garantiu pelos jornais, ele era o órgão independente até meio privado que havia poupança suficiente para a geração de energia, poupança suficiente de água para a geração de energia em 2001. Em abril de 2001 ele achou que já não tinha

mais. A própria imprevisibilidade de chuva que acabou sendo a maior seca dos últimos 70 anos e a falta até de estrutura de previsão fez com que o ONS tivesse essa própria avaliação num momento, quatro meses depois outra avaliação completamente diferente.

Tudo isso leva queiramos ou não à rota da... necessariamente térmica. Não tem como... Não tem isso. Agora, o que é que não pode acontecer? O que não pode acontecer foi aquilo apontado aqui pelo Deputado Mendes Thame que é o quê? No último leilão já da ANEEL, a predominância ou a... Quase que exclusivamente naquele leilão de geração térmica a óleo combustível. Isso comentava aqui com o Deputado Fernando Gabeira, ele dizia: É um retrocesso. É mais que um retrocesso, é uma temeridade. Mais que um retrocesso é uma temeridade. E não foi negociado pouca, não. Foi a totalidade do leilão mais cerca de 1.200 megawatts de potência instalada. E o que é muito ruim. A ação do Governo, Deputado Mendes Thame, é necessário, não tenho dúvida. É quem pode conter e dirigir o mercado. Também não é por aí.

Agora, existem outras ações que eu gostaria aqui, uma ação especificamente até por estar aqui hoje na FIESP, a FIESP tenho certeza que tem um maior, para ela o maior significado, isso o nosso companheiro Nelson já deixou claro aqui, o significado de estar recebendo essa Audiência Pública aqui do Congresso Nacional para discutir um assunto tão importante quanto é a questão. No fundo, a questão ambiental. Mas dizer também já citado aqui por Nelson, um programa que hoje a FIESP trabalha junto com o Governo do Estado de São Paulo que é a geração de energia elétrica através da biomassa. Estamos participando ativamente disso, estamos participando... Eu diria, digamos, uma coordenação conjunta com o Governo do Estado, já assinamos um protocolo aqui cerca de 15 dias atrás, buscando algum benefício tributário do Governo do Estado para essa geração de energia, mas também atuando em três outras áreas conjuntamente com o Governo do Estado e através muitas ações independentes da FIESP como a verificação lá no exterior com gente nossa de melhoria de tecnologia para que você tenha maior produtividade, maior eficiência. Esse é o segundo ponto. Terceiro ponto é melhorar o acesso à rede ou conseguir o acesso à rede na transmissão e o quarto quanto a questão ambiental que sempre localizado ou aqui no Estado de São Paulo ou em outros Estados aonde essa geração vem a ocorrer, o sentido de se cair na realidade. Porque acho que a realidade ambiental é preciso que a realidade ambiental você trate dela com muita clareza para que não venha a acontecer o óleo combustível da vida na geração.

E para terminar eu gostaria apenas de colocar que entendo que essas ações são muito importantes. E que esse programa de biomassa ele deve sair inclusive das fronteiras do Estado de São Paulo, seguramente encaminhará via Mato Grosso do Sul, via Goiás, Minas Gerais, e creio também que essa função a FIESP tem tido. E que é importante. Sobretudo para nós nordestinos e tenho enorme satisfação de hoje trabalhar aqui, de sentir que ela não se... Não está presa ao Estado de São Paulo. Entendendo que os problemas daqui de São Paulo são os problemas do País. Os problemas da indústria daqui. São os problemas do País. Na medida que o País for bem naturalmente as indústrias de São Paulo irão também o seu caminho normal. Essa tem sido uma filosofia muito clara do nosso Presidente Paulo Skaf deixado claro que esse é o caminho que a FIESP que vem traçando e acho que dará uma grande contribuição, Presidente, a essa questão ambiental com a geração de biomassa. A questão ambiental e também a nova geração de energia limpa que pode acontecer até 2011. Muito obrigado pela possibilidade de participar desse debate.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Senador Rodolpho Tourinho. Eu passo imediato a palavra ao Deputado Luiz Carreira e volto a fazer apelo à questão do tempo já que temos alguns participantes dessa Audiência Pública que estão inscritos para as suas perguntas. Passo a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Queria inicialmente cumprimentar a todos, especialmente ao Dr. Nelson Pereira dos Reis, Vice-Presidente Diretor do Departamento de Meio ambiente da FIESP e o nosso Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Deputado Eduardo Gomes, que preside essa Audiência Pública que nós estamos realizando em diversos Estados da Federação, inclusive classificando essas audiências em alguns biomas importantes do nosso País.

Quero também cumprimentar o nosso Relator, o Senador Renato Casagrande, que vem desempenhando muito bem o seu papel. Os Senadores Euclydes Mello e Senador Rodolpho Tourinho, grande amigo, companheiro de muitos anos, ex-Ministro de Minas e Energia, e que teve também uma atuação destacada no Senado Federal. Quero cumprimentar os nossos Deputados Rocha Loures, Jorge Khoury, Mendes Thame, Augusto Carvalho, Rebecca Garcia. Cumprimento especial também aos expositores que tiveram oportunidade de apresentar com muita clareza aspectos importantes dessa discussão hoje sobre a mudança climática em todo mundo, especialmente

aqui também no nosso País, Marco Antônio Fujihara do Conselho Superior da FIESP, José Borges Matias, da RHODIA, Ângela Martins de Sousa da PETROBRAS. Cumprimentar os demais amigos aqui, Mário Montovani da SOS Mata Atlântica e aos senhores que nos assistem.

Evidentemente que quando o Deputado tem o microfone, normalmente gosta de falar muito. Portanto vou falar muito pouco que o interesse dessas audiências nossas é exatamente ouvir mais do que propriamente trazer aqui a palavra do Congresso Nacional. Nós estamos numa fase preparatória do Relatório que vamos apresentar possivelmente aí no final deste ano quando vence o prazo da Comissão de... Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional composta pela Câmara e pelo Senado.

Eu queria apenas colocar algumas questões principalmente uma questão que diz referência a hoje o papel do setor produtivo e evidentemente o papel também do setor público. Acredito eu, como disse bem também o Deputado Mendes Thame, o setor produtivo hoje ele tem um papel fundamental de pressionar na verdade, como outros segmentos da sociedade, que o Governo realmente avance nessa questão. Nós temos uma preocupação hoje muito grande no Congresso Nacional, o que o Governo vai levar para a discussão em Bali, agora em dezembro, e evidentemente depois para o pós-Kyoto. Por quê? Porque há ainda... O Governo exita entre a definição de metas. Nós sabemos que essa é uma questão hoje que não diz respeito mais apenas à questão de um Governo ou outro. Mas é uma questão de compromisso de toda a humanidade. E acredito que os avanços vão ser muito grandes também pelos outros países que estão cada vez mais avançando nessa questão e também o próprio setor produtivo tem dado bons exemplos. Aqui foi citado o caso da RHODIA e hoje também nos jornais o compromisso, por exemplo, da NATURA em reduzir 33% da emissão de gases de efeito estufa nos próximos cinco anos. Também é compromisso muito forte. Recentemente tivemos a oportunidade de assinar lá na Comissão de... Na verdade de ser o fórum para assinatura do pacto de ação em defesa do clima, composto por diversos setores importantes do setor produtivo, a exemplo da PETROBRAS, ALCOA, VOTORANTIN, com a participação efetiva de entidades não-governamentais, como o Greenpeace, como o WWF-Brasil. Compromissos efetivos nesse pacto, o pacto de ação em defesa do clima. Fim do desmatamento, conscientização da sociedade para os efeitos adversos do clima, identificação das vulnerabilidades do País mudanças climáticas, solicitação de participação na Comissão interministerial de mudança do clima que foi criada no Governo Federal, mas que não tem a participação da sociedade.

Portanto essas iniciativas a meu ver elas são muito positivas e elas estão muito sintonizadas com o momento da discussão. Eu não quero me alongar muito, já me passaram aqui inclusive uma plaqueta de um minuto, mas apenas dizer que a nosso ver e nós estamos muito interessados no Congresso Nacional nessa discussão, a contribuição da Federação das Indústrias no setor produtivo é extremamente importante para que a gente possa também avançar nas discussões junto ao Executivo Federal. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado ao Deputado Luiz Carreira. Passo nesse momento a palavra ao Senador Euclydes Mello para que faça suas considerações, saudação ou alguma pergunta.

SENADOR EUCLYDES MELLO (PTB-AL): Gostaria de parabenizar a iniciativa dessa Audiência Pública e dizer que escutei com muita atenção, principalmente a parte onde coloca-se que 75% desse gás carbônico é provocado pela Amazônia. Isso aí é uma decisão de Governo que eu acho que todos nós estamos preocupados com isso. E precisamos forçar o máximo possível as autoridades competentes porque isso é uma decisão de Governo. Se o Governo não tomar essa decisão com energia nós não vamos ter um final muito feliz.

E agradecer a presença, dizer que é minha primeira participação nessa Comissão, e parabenizar a todos os membros principalmente ao nosso Presidente Eduardo Gomes e ao nosso Relator Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Senador Euclydes Mello. Passo a palavra nesse momento ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Bom dia a todos. Bom dia a direção da FIESP, aos colegas Deputados. Eu creio que já se falou muito aqui, nós temos que buscar mais objetividade. Quero apenas deixar um pouco no ar as nossas dificuldades para realizar algumas ações já mencionadas aqui. Falou sobre o problema da regulamentação do mercado de carbono. Nós já tomamos algumas iniciativas nesse campo, inclusive trazendo para um debate os representantes da Bolsa de Valores aqui que trabalham especificamente com esse ponto. E eu constatei e estamos constando que se não houver uma decisão do Governo do próprio Parlamento nós não temos condições de aprovar essa regulamentação num prazo de um projeto normal, porque o Protocolo de Kyoto simplesmente não espera

o projeto normal. Se nos vamos levar cinco, seis, sete anos para aprovar uma regulamentação desse tipo nós já cairemos num contexto em que a regulamentação tem que ser outra porque o contexto mudará.

Então é necessário que a gente estabeleça uma associação no sentido de buscarmos efetivamente essa regulamentação. Da mesma maneira é preciso observar as dificuldades que nós temos com o projeto que trata da inspeção veicular. Essa inspeção que se faz anualmente nos carros para controlar as emissões exageradas. Nós temos dificuldade. Esse projeto está há anos na Câmara dos Deputados. E não conseguimos avançá-lo porque há uma divergência sobre se o dinheiro ficará com a Prefeitura ou ficará com o Estado. E o planeta se aquecendo. Como nós estávamos também com aquela divergência no caso do saneamento básico, se eram as prefeituras ou era o Estado e a situação do saneamento cada vez mais grave. Então é necessário que a gente estabeleça realmente uma aliança em torno de alguns pontos elementares. Mencionou-se aqui a questão do inventário. Há um projeto, no sentido do inventário brasileiro. Mas esse projeto não avança porque nós não conseguimos, não temos conseguido levá-lo à pauta. Na verdade, o que existe na Câmara dos Deputados e no Senado hoje é uma pauta basicamente determinada pelas necessidades do Governo. 80 ou 90% dos casos que nós julgamos são medidas provisórias do Governo. O Congresso está inteiramente sufocado. E no caso do Senado dirigido por uma quadrilha que foi confirmada agora nessa votação que nós vamos tentar derrubar na próxima. Mas se nós não alteramos esse quadro, se inclusive essa questão não era para ser colocada aqui, mas a questão da corrupção tem um peso muito grande. Os industriais brasileiros vão ter que decidir se querem ou não conviver com a corrupção oficial. Se interessa a eles a corrupção, tendo dinheiro e conhecendo o caminho das pedras é melhor ou se interessa pra eles um País onde não há corrupção e esse custo é eliminado e nós passamos a tratar as pessoas que reivindicam as coisa do Governo de uma forma anônima, de uma forma impessoal e correta. Essa é uma questão estratégica também que é colocadas para nós. E de fato elas estão associadas. Nós só avançaremos nessas grandes questões da humanidade se nós conseguirmos reduzir o poder das quadrilhas que hoje dominam o Congresso Brasileiro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Deputado Fernando Gabeira, passo nesse momento a palavra à Deputada Rebecca Garcia.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Eduardo Gomes, no nome de quem cumprimento os demais Parlamentares. Gostaria de cumprimentar também aqui o Sr. Nelson Reis, no nome de quem cumprimento os demais representantes da FIESP. Gostaria de cumprimentar todos os senhores e senhoras aqui presentes. Como já foi bem colocado aqui, essa questão de mudanças climáticas é uma questão inevitável. O planeta corre nesse sentido. E também como foi bem-posto aqui, a questão do efeito estufa, essa questão do aquecimento global é uma questão que nós precisamos dela. Não sobrevivemos sem ela. Se não houvesse o efeito estufa provavelmente a terra hoje estaria congelada. Agora, precisamos controlar esses índices, precisamos trabalhar em parcerias com indústrias, com sociedade civil, nós Parlamentares, nós representantes do Poder Público precisamos desse tipo de iniciativa que hoje está se dando aqui para que se consiga de alguma maneira trazer o benefício, não só para o Brasil, mas também para o mundo.

Foi bem colocado aqui pelo nosso Deputado Mendes Thame a questão de que o Brasil tem condições de ser pioneiro em muitos aspectos e não podemos nos deixar ficar participando desses índices, desses números junto a Índia, junto à China, já que temos uma matriz energética limpa que nos permite níveis satisfatórios que temos como contribuir de maneira satisfatória. Tem sido colocado aqui em todas as exposições, foi colocado também aqui por alguns Parlamentares a questão da Amazônia.

Eu enquanto representante do Estado do Amazonas tenho que colocar aqui alguns motivos e algumas expectativas de nós cidadãs dessa região. Devo colocar que quando se fala de Amazônia se fala muito mais do que o Estado do Amazonas. Porque todos olham pra mim e brincam aí o Amazonas, o Amazonas. Então o que eu tenho que colocar? Que a indústria é grande parceira. E o nosso Estado é o maior representante disso. Hoje a floresta do Estado do Amazonas ela tem 98% das suas matas preservadas. Isso é um índice maravilhoso se comparado com o resto da região amazônica, com o resto do mundo. Agora, isso se deve a um modelo econômico que nos permitiu isso. O pólo industrial de Manaus. Se hoje 98% do nosso Estado é preservado é em função da alternativa econômica que se dá à população de se manter essas florestas em pé. Então o que nós precisamos é medidas públicas, são políticas públicas que dê condições e alternativas para o resto da população da Amazônia. Aí já não falo mais no Estado do Amazonas. Falo dos outros Estados que compõem isso. É uma realidade sim, esse é o principal nível que deve ser combatido, as nossas indústrias

são limpas, as nossas indústrias estão trabalhando nesse sentido para melhorar e aperfeiçoar cada vez mais e entendo que o grande desafio do Brasil hoje é a questão da preservação das suas florestas, das suas matas. Então acredito que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, todas as indústrias têm condições de se unir a nós Parlamentares pra haja isso, esse movimento dentro do Congresso Nacional ao Poder Executivo. Essa questão de se forçar, se construir políticas públicas que se permitam a isso.

Meu tempo está esgotado, eu gostaria só de incluir aqui ao Deputado Mendes Thame a questão da segunda fase do Protocolo de Kyoto que seria incluir a questão da floresta em pé. Hoje a floresta derrubada ela vale muito mais que uma floresta em pé porque não foi incluído isso no Protocolo de Kyoto. Então é uma questão fundamental para se reverter esse quadro. É apenas isso e vou parar por aqui. Obrigada. [risos]

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Deputada Rebecca. Passo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho, PPS do Distrito Federal.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Cumprimento o nosso Diretor da FIESP, Dr. Nelson Pereira, Deputado Eduardo Gomes, em nome dos dois cumprimento toda a Mesa. Eu acho que o Gabeira foi muito preciso. A tragédia nossa é sabermos que a Índia já tem a sua regulação de todos os problemas que precisam ser definidos para ter a participação do setor produtivo nesse mercado que é volátil, que muda a cada período. E a sucessão de Medidas Provisórias que impede o Congresso de apreciar medidas dessa natureza acho que impõe a nós, Presidente, um dos objetivos dessa Comissão é exatamente ao final do seu trabalho apresentar um conjunto de proposta que levem ao Parlamento brasileiro definir paradigmas de atuação e que levem a esse engajamento do Brasil, sociedade, setor produtivo, e Governo a reduzir, dar a parte brasileira da contribuição desse processo. Mas acho que o tema é tão complexo, Presidente Eduardo, que é preciso ter uma Força Tarefa, mesmo, para justamente com o setor produtivo, a CVM, enfim, para discutirmos especificamente a questão da regulação desse mercado de carbono. Mas eu não poderia deixar também de perder essa oportunidade de perguntar depois à representante da PETROBRAS sobre o gás. Esse gás natural. O Brasil com os problemas que tivemos com a Bolívia, em que situação vai ficar a PETROBRAS para abastecimento do nosso mercado? Terá tranqüilidade o nosso setor produtivo para fazer as suas mudanças de tecnologia para poder contribuir mais ainda com essa redução que todos querem? Fica essa pergunta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Deputado Augusto Carvalho. Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rocha Loures do PMDB do Paraná.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Presidente, hoje o Congresso Nacional se encontra, a Casa do povo se encontra com a casa da indústria paulista. Eu aqui atrás os bustos de Horácio Lafer, Francisco Matarazzo e diversos outros empreendedores que construíram o Brasil a partir de São Paulo. E quem cria valor não é o Governo, quem cria valor é o mercado do ponto de vista daqueles que empreendem transformações. Foram homens do seu tempo como somos nós agora e cabe a nós, portanto, seguir nessa trajetória onde esse tema da mudança climática, Dr. Matias, da RHODIA, é o tema que nos organiza aqui todos que aqui estão, eu até andei vendo a lista dos membros que participam deste encontro, desta Audiência Pública. Nós temos Advogados, temos representantes do IBAMA, temos ONGs, temos setores organizados da FIESP que por sua vez representa dois milhões e meio de trabalhadores em aquilo que talvez seja reunido em 60 mil empresas.

Portanto, nós estamos, Sr. Presidente, falando aqui e eu vou indo para a parte da solucionática porque a parte da problemática já está bem apresentada, fazendo as seguintes considerações. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo como de resto das demais brasileiras elas têm por missão entre outras coisas fazer o treinamento e o aprendizado e também a convivência social dos trabalhadores. Então vocês imaginem se esses dois milhões e meio de paulistas pudessem a partir das suas empresas nas quais comungam, vivem, aprendem, trabalham, ganham o seu sustento ter o conhecimento maior da questão do aquecimento global. E eu vejo nessas apresentações e sempre falta a parte humana. Tem a parte da imagem da empresa, o projeto que fez, quanto dinheiro gastou, qual foi o nível de emissões reduzido ou proposto para que se reduza que é importante. Mas eu acho muito importante acima de tudo que haja um trabalho e fica a minha sugestão tanto para a PETROBRAS como para RHODIA, para a questão do que nós podemos fazer. E quando a gente fala que essa é uma questão global, fala do nosso mundo, a verdade é que o nosso mundo é a casa onde a gente vive, é a cidade onde a gente mora, é o espaço onde a gente trabalha. Então ter uma atuação fundamental aqui me parece ser atuar dentro de cada organização que os senhores representam e fazer isso de uma maneira colaborativa. Como de resto, Presidente, o modelo competitivo já

revelou, como o Deputado Thame falava as falhas de mercado não é só essa, existem outras. Essa talvez seja a mais grosseira.

Eu também percebo nas apresentações feitas algo que eu comentaria no caso da PETROBRAS e também lembro a todos. Houve um tempo alguns anos atrás, o Instituto Ethos é a melhor representação disso que responsabilidade social passou a ser incorporada inclusive como uma condição de competitividade e desenvolvimento das companhias. E a PETROBRAS fez na sua apresentação colocou ali responsabilidade social, tecnologia e no meio mudança climática. Veio para ficar, vai se ampliar, é a questão central deste Parlamento, desta Legislatura e das próximas prováveis 50, 60, 70 Legislaturas neste País e em todos os outros. Por isso eu acho que o Brasil realmente assim como a PETROBRAS pretende ser uma das cinco melhores empresas de energia do mundo, o Brasil tem como ser o melhor, o principal, o líder no caso dos países com grande população e também dos países em desenvolvimento. E o deslocamento do Brasil sem dúvida vai atrair a China e a Índia como já tivemos oportunidade de descobrir em outras apresentações e Audiências Públicas que fizemos.

E para concluir, o desafio brasileiro, paulista, paranaense, amazônico, global é o desafio de gestão. Nós temos que combinar a capacidade como dizia aqui os nossos colegas e inclusive o Deputado Carreira, a obrigatoriedade de melhorar a qualidade de gestão pública e privada brasileira com foco na mudança climática e eu diria que começando pela administração pública que via de regra como dizia o deputado Gabeira é permeada por todo tipo de confusão, desvio e outras palavras que eu não vou aqui porque não é o tema, não estamos no Congresso Nacional, não é um debate político, é um debate maior do que esse, é um debate global.

Por isso eu queria deixar essa sugestão para que nós tenhamos e colaboremos com as empresas para que, seja através do SESI, do SENAI, nós possamos fazer inclusive o engrandecimento da consciência dos trabalhadores da nossa indústria dando parabéns ao Dr. Nelson Pereira dos Reis pela oportunidade de estarmos juntos debatendo esse tema, assim como cumprimentar os nossos Senadores na pessoa do Senador Tourinho e os Deputados na tua pessoa, Presidente Eduardo Gomes. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Para... Muito obrigado Deputado Rocha Loures. Passamos agora para o último Parlamentar inscrito, o Deputado Jorge Khoury. Quero também registrar e já dando a nova e importante função aos nossos cumprimentos ao Dr. Cláudio Sales do Instituto Acende Brasil. Especialista na área energética que tem feito um trabalho brilhante na missão de esclarecer o Congresso Nacional os desafios que o setor elétrico brasileiro vai enfrentar seguramente. Ou com pouca segurança. Eu passo a palavra ao Deputado Jorge Khoury.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Caro Presidente Eduardo Gomes é um prazer grande estar aqui nesse momento e dizer a todos presentes que na verdade a despeito da imagem que se divulga do Congresso Nacional com mais intensidade serem as negativas, eu diria que essa Comissão é uma imagem positiva daquilo que vem ocorrendo no Congresso Nacional. Essa agenda positiva que de alguma forma vemos traçando graças ao descortino do Presidente Eduardo Gomes e da celeridade com que o nosso Senador Casagrande como Relator dessa Comissão vem dando prosseguimento a essas ações que desde o início do ano estamos desenvolvendo. Eu estou seguro de que no final desse ano nós vamos ter realmente um Relatório com proposições bastante sérias, com proposições bastante esperadas por toda a sociedade brasileira com relação à questão da mudança climática. Exatamente pelo fato de momentos como esse ter sido a constante da nossa Comissão. Ontem no Amazonas, hoje em São Paulo, amanhã no Ceará, enfim, sempre buscando junto ao segmento da sociedade informações que venham enriquecer esse Relatório. Eu estou certo também, caro Presidente, que os demais companheiros aqui presente que por questão de economia processual vou deixar de citá-los nominalmente estão comungando com esse espírito. E gostaria de saudar de uma maneira também muito especial o Diretor Nelson Reis aqui da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e o nosso companheiro Rodolpho Tourinho que vem se somar a esta Casa e trazendo a sua valiosa contribuição como grande estudioso das questões de energia do nosso País, ex-Senador, Ministro das Minas e Energia e que por isso estou certo de que vai enriquecer cada vez mais esse diálogo.

Se por um lado nós vimos aqui que a indústria não é a maior causadora dos problemas, Dr. Nelson, e se por outro lado vemos que aqui é a Casa dos Industriais de um Estado da Federação, no entanto é da nossa locomotiva se foi no passado continua no presente. Então poderia dizer sem nenhum medo de errar que aqui nós estamos na Casa da elite do setor produtivo nacional. Exatamente por isso eu não tenho dúvida de que a contribuição que a FIESP trará a esse Relatório é muito grande. Vimos aqui a apresentação, tanto da Ângela como do Matias com relação à PETROBRAS e a RHODIA que sem dúvida como eles

outras empresas do nosso País já vêm fazendo a sua tarefa de casa. E eu espero, Dr. Nelson, que essas experiências de outras empresas possam ser organizadas, arquivadas, ou melhor dizendo, elas sejam todas elas aprimoradas pela Federação das Indústrias e que possa ser uma contribuição ao nosso Relator, o Senador Renato Casagrande. Eu não tenho dúvida que ninguém melhor do que a FIESP poderia buscar exatamente todos os exemplos que o setor produtivo já vem dando ao nosso País, no sentido de diminuir as suas emissões e que poderá contribuir para que juntos o Congresso e o setor produtivo apresente à Nação uma proposição que não seja teórica, que não seja só sob o ponto de vista da legislação brasileira, mas sim sob o ponto de vista prático, de maneira pragmática aquilo que já vem ocorrendo e ocorrendo com resultados positivos e que possam ser agregados a esse Relatório do Senador Casagrande e aí então a Nação como um todo a partir do próximo ano ter um manual, ter um roteiro, ter um referencial do que pode fazer para contribuir com a diminuição da emissão dos gases no nosso País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Deputado Jorge Khoury. Vou passar nesse momento a palavra ao Senador Renato Casagrande que irá conduzir a etapa de perguntas que em seguida serão respondidas em bloco pelos nossos expositores e iremos depois para as considerações finais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, vamos então passar direto ao convite às pessoas para que se possam se manifestar já temos uma lista de inscritos. Pedir o prazo aí até dois minutos, se possível, para que possa agilizar a audiência. Primeiro é o Mário Hirose, Diretor de Meio Ambiente do CIESP.

SR. MÁRIO HIROSE: Bom dia a todos. Agradeço a possibilidade de me manifestar. Apenas são quatro itens para ser colocados na discussão. A criação de políticas públicas, uma criação do bônus verde, como incentivos que foi citado aqui, por exemplo, um TJLP Verde para a implementação de novas tecnologias para as indústrias que é fundamental porque o setor industrial, apesar de já ter feito o seu lado, ela precisa, considerando como o Deputado Mendes Thame colocou, pioneirismo na indústria de passar o patamar tecnológico para um outro patamar. E através de políticas públicas para implementação de novas tecnologias para redução de emissões. Isenções fiscais, taxa de juros diferenciadas, bônus, principalmente para a diminuição da pressão tributária que o setor industrial principalmente que acaba pagando a maioria das contas através de todos os impostos que ocorrem aí. Depois a questão da adicionalidade que o Dr. Reis colocou muito bem, nós não podemos criar metas para a indústria. A indústria ela tem que ter metas voluntárias setoriais para que ela não possa perder a questão da adicionalidade nos créditos de carbono. Se o Governo coloca uma série de metas, ela perde a possibilidade dentro da adicionalidade de obter os créditos do MDL.

Na questão do pioneirismo, não foi colocado aqui como a ECO 92, como a questão das mudanças climáticas Protocolo de Kyoto. Eu acho que tem que estar na agenda 2012 ECO 2012 no Brasil para o pioneirismo para que a gente possa criar mundialmente os olhos para as questões do Brasil para que o mundo veja que o Brasil vai ter uma agenda positiva em 2012 e tem que ser agora essa discussão. Senão nós vamos discutir a questão da COP em 2014, a questão de não sei o que, e eu acho que 2012 é um marco depois de 20 anos comemorarmos depois de 20 anos da ECO 92 e trazer esse debate o pioneirismo ao Brasil.

E a última questão foi colocado aqui na produção mais limpa que o Governo do Estado de São Paulo Chico Graziano estaria negociando com a PETROBRAS a questão da gasolina, da qualidade, não sei se é qualidade, não entendo a questão técnica, mas se houvesse uma mudança na gasolina a cidade de São Paulo, as grandes metrópoles poderia ter um redução de CO2 de 1 a 3%. Não é a questão da mistura, e sim a questão da octanagem. E isso é uma coisa, que eu diria assim, o que falta talvez o Ministro Tourinho possa nos explicar ou o representante da PETROBRAS por que é que não pode mudar essa gasolina porque estamos numa panela de pressão na cidade de São Paulo e todas as metrópoles principalmente. Me pareço que é uma questão técnica que se pode reduzir de 1 a 3%, são 840 carros licenciados diariamente na cidade de São Paulo e que têm que haver uma mudança. Senão daqui a pouco nós vamos ter pedágios, uma série de problemas. Mas acho que a mudança na questão da gasolina ela pode diminuir de 1 a 3% as emissões na cidade de São Paulo. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Mário. Com a palavra Enzo Luís Nico Júnior. Ausente? Então, passo a palavra ao Sr. Manoel Antônio Avelino da Silva.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Bom dia a todos. Queria me credenciar primeiro dizendo que sou anfitrião dos senhores hoje à tarde na visita ao. Represento a BIOGÁS ENERGIA AMBIENTAL. Nesse credenciamento dizer que hoje nós exploramos aqui em São Paulo os dois aterros sanitários em São Paulo o que nos colocou algumas voltas atrás da RHODIA pelo tamanho do projeto dela, mas em termos depois da RHODIA hoje nós representamos a segunda po-

sição em termos das emissões evitadas no Brasil e a segunda no mundo se a gente olhar só em termos de aterro sanitário. O representante de São Paulo hoje tem 25% da emissão de São Paulo foi reduzida através dos aterros sanitários. Mas com esse credenciamento eu queria dar duas contribuições. Uma eu chamaria de negativa quero dizer que é minha opinião essa questão da regulamentação é discussão de um problema falso. Quer dizer, eu acho que eu não sei o nosso amigo da RHODIA, mas já temos dois milhões de toneladas de gás carbônico emitidas, nós já comercializamos e já vendemos e já tributamos um milhão de toneladas que é a nossa parte e a Prefeitura de São Paulo no dia 26 vende quase um milhão de toneladas através de um leilão público da BMF com participação mundial. Então sinceramente essa questão da regulamentação em termos do crédito de carbono é uma discussão para medir um problema que não existe e que ocuparia um tempo da Comissão desnecessariamente.

Porém existe um problema verdadeiro que é da matriz. Isso está acontecendo e é perverso e o nosso amigo Bush teria razão. Que na verdade existe uma situação perversa e que na medida que nós sujamos a nossa matriz melhora a nossa relação para nós que fazemos, evitamos emissões nós ganhamos mais toneladas de gás carbônico se o Brasil tiver uma matriz mais suja. Que essa é a relação de quem produz energia alternativa, recebe proporcionalmente ao que é evitado em termos na proporção da nossa matriz. Hoje a matriz é hidroelétrica, na verdade recebe muito pouco. Então o que eu sugeriria em relação a matriz, que é questão difícil, eu tenho uma sugestão que chamo de guarda suíça, mas vou deixar como incentivo para a visita de hoje à tarde, eu diria que a forma para mim indireta para a solução se existe o problema da emissão fóssil é que se crie no Brasil a penalidade que a emissão fóssil tanto quanto tem na Europa venha acompanhado da sua limpeza. Então basta que quem tem energia fóssil compre o equivalente a 0,8 toneladas de crédito de carbono o que representa 30 reais que ele passa a ter indiretamente uma matriz limpa. E quando nós estamos falando de óleo combustível, nós estamos falando de uma energia de 400 reais por megawatt de hora. Em tese tem-se uma solução de resolver um problema verdadeiro com aquilo que também está se buscando que é evitar o impacto da mudança climática. Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado. Luís Roberto Cutrim.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): ... Porque foi realmente colocado aqui que a questão da regulamentação é um problema falso e foi a mesma impressão que eu tive quando falei com o Prefeito da Bolsa de Londres que veio nos visitar e foi oferecido um almoço pela Comissão à ele e eu perguntei a ele: O que é que o senhor acha em termos de regulamentação para o mercado de carbono? Ele falou: "A melhor forma é não regulamentar". Mas eu tenho a impressão, nossa reflexão é essa que existe um caminho entre nenhuma e uma regulamentação total. Um caminho que possa dar segurança aos investidores. Que eles sintam que tem segurança que há regras mais ou menos sólidas para aquele período, não regras abrangentes ou que dificultem o caminho, mas regras que dêem a ele a segurança.

Então, a RHODIA evidentemente fez seu trabalho a partir de sua iniciativa, mas outros que não estão ainda no Brasil e que não conhecem o mecanismo, gostariam de saber quais são as garantias mínimas que eles têm. Então a idéia é essa, de procurar saber quais são as garantias mínimas e regulamentar para atrair esse mercado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Luís Roberto Cutrim está?

SR. LUÍS ROBERTO CUTRIM: Está. Muito bom dia Srs. Deputados e Senadores e os demais. A minha colocação é uma sugestão. Eu gostaria que essa Comissão discutisse, avaliasse e apresentasse uma proposta viável e concreta ao Governo sobre incremento e o desenvolvimento através de investimentos na geração de energia eólica e solar uma vez que o Brasil tem um grande potencial, especialmente a região nordeste.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Ricardo Esparta.

SR. RICARDO ESPARTA: Bom dia. Eu queria saudar a iniciativa do Congresso Nacional na criação da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas e atentar para alguns fatos deste mercado de carbono que é a maneira como o setor industrial pode no momento participar no auxílio à mitigação dos efeitos da mudança do clima.

Hoje no Brasil já foi dito mais de uma vez temos cerca de 200 projetos dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo e isso é devido em grande parte ao setor privado e setor industrial. Eu trabalho nesse setor desde 2000, e infelizmente constato que nesse período houve pouco ou nenhum apoio direto à iniciativas dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo, e em 2007 houve pela primeira vez num evento realizado pela CNI em Brasília uma autoridade federal declarar que o Governo Federal está interessado no MDL. Eu precisei de sete anos trabalhando no setor para ouvir isso pela primeira vez.

O problema da regulamentação é real, ele existe, e se alguém já conseguiu vender créditos de carbono

com os projetos com os quais eu já trabalhei já conseguiu e já tributou, ele tributou segundo uma opinião legal de um escritório de Advocacia. Não existe uma definição para isso. Isso provavelmente uma das... Eu tenho quatro empresas diferentes que já tributaram, as quatro tributaram de maneira diferentes de acordo com a sua Assessoria Jurídica. E por que é que acontece isso? Acontece porque infelizmente hoje existe um vácuo de regulação nesse setor de mudanças climáticas. E para demonstrar um pouco como isso funciona, se a gente for esperar um processo para que isso seja regulamentado, como é que funciona exatamente a aprovação, isso não existe. Então essa decisão acabou sendo tomada pela autoridade nacional designada brasileira que é a autoridade responsável por fazer um inventário e por aprovar os projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo no Brasil. Como não existe decisão para quase nada, e ninguém está... a autoridade nacional designada ela se sente impelida a tomar algumas decisões. Infelizmente esse processo dentro da autoridade nacional designada não é muito participativo. E ele apesar da enorme competência técnica de seus membros às vezes pode cometer injustiças. E eu queria dar um exemplo real que está acontecendo agora de uma injustiça que pode ser cometida.

Existe desde abril de 2007 uma proposta para o cálculo de fator de emissão no sistema interligado nacional para geração de eletricidade. Essa publicação foi colocada em abril de 2007, não existe uma indicação na página da Comissão Interministerial se esse número é oficial, não é oficial, se se liga para Comissão Interministerial vamos saber que ele por enquanto não é oficial. Mas está em processo de oficialização. Mas não está no site. Ou seja, o investidor hoje quando olha para isso eu como tenho que preparar um projeto eu tenho uma incerteza regulatória. Não sei se esse número vale, se o número que foi utilizado até hoje vale. Como exatamente vai funcionar. Nesse sentido, eu preparei uma carta à Comissão Interministerial explicando um pouco essa situação e fiz uma minuta de carta a ser enviada à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima que é a autoridade nacional designada. Um pouco na linha do clamor popular de que decisões públicas devem ser tomadas de forma pública. Eu solicito que este fator de emissão seja publicamente discutido. Nós já estivemos empresas ligadas nesse setor, já tiveram reuniões com a Comissão Interministerial foram muitos os esclarecimentos, mas ainda existem tantas incertezas e ainda especificamente para o Estado de São Paulo, mesmo para a região sudeste e centro-oeste esses impactos, não só ambientais, mas econômicos podem ser tão grandes, tão grandes que na minha opinião deveria investir uma discussão pública desses fatores porque estão sendo tomados. Eu quero ressaltar que a Comissão Interministerial pode tomar essa decisão, mas ela não é obrigada a tomar essa decisão. E então que se discuta. Porque este número é melhor para o planeta porque este número é melhor para o Brasil. O que isso traz de benefícios ao mundo e ao Brasil essa mudança de atitude? E que até lá os processos como vinham sendo feitos até hoje no sejam alterados para que não exista novamente um vácuo de cerca de um ano de setor. Eu tenho a documentação aqui que depois e quero passar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Entregue para nós, por favor, Dr. Ricardo a cópia dessa documentação. Pois não.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Então, nobre Relator, Senador Casagrande, Presidente, eu estava conversando com o Deputado Gabeira, acho que esse tema é muito relevante, até porque reincide aqui na nossa conversa, a gente já está encaminhando dentro do nosso procedimento um Requerimento conjunto, o Deputado Gabeira e eu, para a Comissão para que nós façamos uma Audiência Pública para tratar especificamente desse tema, inclusive convidando as autoridades brasileiras que são responsáveis pelo tema pelo Governo Federal. Obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já está aprovado pela manifestação de todos aqui.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Obrigado, nobre Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Marco Antônio Barbeira. Luiz Fernando Pinhais Carneiro. Está ausente? Eny Martins de Lima. Também ausente. Uriel Duarte. Também. Willian Gerzoni, com a palavra.

SR. WILLIAN GERZONI: Bom dia Srs. Deputados e Senadores. É um prazer. Eu constatei que o Brasil tem uma deficiência muito grande na avaliação e na precaução da biopirataria e também da mineradora que é uma que mais devasta o meio ambiente sem recolocar o reflorestamento. Por outro lado, a contaminação da água por detergentes que também tem que ser levado em conta e uma correção do solo, principalmente no centro-oeste, Mato Grosso, por causa da cultura.

Por outro lado, o carbono que no caso aí seria da suinocultura e também a própria PETROBRAS que poderia explorar no nordeste ou na Amazônia, seja lá onde for, o gás natural. Porque esse é inerente. Então eu gostaria de colocar essa situação. Uma maior fiscalização, uma maior política florestal, uma maior, vamos dizer assim, engajamento de fator humano, por exemplo, guarda florestal, IBAMA, WWF, SOS Mata Atlântica, quer dizer, um engajamento do povo brasileiro na reconstrução do próprio solo degradado. E

outra coisa, defender na ONU essa posição brasileira. Porque essa posição da ECO 92 foi nossa. Então nós temos que defender o Protocolo de Kyoto. Seja contra a Índia, contra a China, seja quem quer que for. Eles não são maior nem menor que a gente. Se tiver que brigar vamos brigar, e daí? Obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Então nós vamos... encerramos a participação de quem queria fazer manifestação, vou passar a palavra aos dois expositores presentes, para que possam manifestar suas opiniões. Mas antes também com a permissão do Presidente fazer a minha... As minhas considerações finais aqui e já agradecendo a FIESP pela oportunidade que nos deu, estarmos aqui nessa Audiência Pública, à tarde nós vamos estar lá no... Com o nosso Luís Fernando? Manoel Antônio, desculpa, Manoel Antônio lá na Biogás engenharia ambiental e nós estamos com o desafio de fato do Congresso Nacional. Desafio de estabelecermos uma agenda positiva no momento de muita dificuldade no Congresso. Eu acabei de ser o Relator do processo que envolveu o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tivemos por parte de uma decisão do Senado uma frustração da opinião pública, frustração de alguns dos Senadores e eu me incluo nessa lista por ter sido o Relator e ter orientado o afastamento do Senador, e isso criou uma instabilidade no Senado e a instabilidade perdurará por algum tempo porque outros processos ainda persistem e precisam de uma conclusão no Senado da República, são mais três representações, duas que eu considero mais graves, mas isso não pode impedir que o Senado... Isso não pode fazer com que o Senado paralise suas atividades. O Senado e a Câmara dos Deputados aqui do Congresso Nacional tem algumas funções, nós do Senado temos o desafio maior do que a Câmara, quando eu era Deputado Federal do ano passado a crise estava na Câmara. Agora a crise está no Senado. Então migrou. Mas nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nada a ver com V.Exª.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nada a ver comigo. Só uma coincidência negativa e ruim. Mas, nós estamos... Temos que dar continuidade às investigações para que o Senado possa responder a essa crise, nós vamos fazer o aperfeiçoamento institucional, acabar com Sessão Secreta, com voto secreto, esses absurdos... O voto secreto tem até uma tese para defesa. Eu sou contra a tese. Mas tem uma tese para defesa. Mas a Sessão Secreta não tem nenhuma explicação. Não tem ninguém que possa ter uma tese para defender a Sessão Secreta. É uma anomalia institucional, então, a linha do aperfeiçoamento institucional. E a terceira vertente é que a gente possa dar seqüência a alguns projetos. Nós não conseguimos esse ano de fato, o Deputado Gabeira colocou votarmos nenhuma matéria referente ao tema que nós priorizamos, nós no primeiro Relatório parcial nosso. Espero que a gente possa concluir o ano legislativo ainda votando algumas dessas matérias que são importantes na definição de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, na definição de metas do Governo com relação a incentivo ao combate ao desmatamento, com relação à emissão veicular. Nós temos uma série de projetos já tramitando na Casa que precisam de serem aprovados. Mas mais do que isso o Congresso Nacional precisa debater o que estamos debatendo aqui. Nós estamos conseguindo debater. O mercado de carbono, a questão o ponto que de fato mais me preocupa é a matriz energética. Qual é o futuro nosso em termo de matriz energética? Acho que esse ponto é um ponto que não podemos aceitar como um fato consumado de que a nossa única saída é nós estarmos "sujando", entre aspas, alguém já abriu aspas para falar sobre essa expressão que a gente devia estar incentivando, de fato buscando o debate sobre as outras fontes de energia ou de uma forma muito racional estarmos acompanhando os leilões do Governo com relação a fornecimento de energia futura.

Então nós temos temas enormes, a Comissão é uma Comissão que tem um prazo definido de funcionamento, mas o tema mudança climática é um tema permanente que nós até na Comissão vamos ver como dar seqüência a esse trabalho a partir do ano que vem de forma mais organizada. Mas o tema é um tema presente, permanente que vai exigir da sociedade toda e nós do Congresso queremos estabelecer essa relação. Nossa audiência aqui para que a gente possa buscar sugestões e alternativas para o trabalho que nós estamos fazendo no Congresso Nacional.

Então queria fazer essas considerações e passar a palavra ao Dr. Matias para que ele possa fazer suas considerações com relação aos questionamentos feitos. E finais também. Alguma observação e também já as suas despedidas, se desejar.

SR. JOSÉ BORGES MATIAS: Bom, uma vez mais para agradecer a transparência da... não só da... permitir a exposição como também o aprendizado junto a todos os senhores do Parlamento e a todos os presentes. Esse tema é um tema que depois de 25 anos que venho trabalhando em área de meio ambiente com reciclagens de plástico, etc, o tema de mudança climática e CO2 no qual tenho entrado nos últimos anos e é um tema na verdade que nos orgulha a trabalhar, uma vez que ele está tentando fazer algo de melhor para todos, mas especialmente é algo aberto. É um tema

aberto que permite que nós cada vez mais somemos novas propostas naquelas já existentes. Então além de copiar as boas práticas certamente então o Parlamento está com todo parabéns por vir buscar novas sugestões a todos da sociedade. E eu particularmente me engajo em relação à proposta feita de maximizar também, de ser um elo motriz na parte educacional aproveitando a presença do Instituto RHODIA que é um instituto de fomento a educação para jovens e crianças e então nós faremos o máximo possível também para poder melhorar a nossa contribuição. Obrigado aos senhores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado pela sua participação aqui conosco e pela sua contribuição. Drª. Ângela. Com a palavra.

SRA. ÂNGELA MARTINS DE SOUSA: Bom, alguns questionamentos que me foram passados. Eu vou responder primeiro ao Sr. Augusto sobre a questão do mercado de gás que me foi passado. A PETROBRAS dentro do plano de investimentos, ela pretende investir 65 bilhões de dólares na área de exploração e produção. Não só com relação a petróleo, mas com relação a gás natural também. E recentemente foi descoberto o campo da bacia do Espírito Santo, esse investimento prevê o desenvolvimento dessa bacia que contém grande quantidade de gás. Isso ainda está sendo estudado e mensurado. E também dentro das metas corporativas da empresa, existe uma previsão de aumento de volume de vendas de gás natural no Brasil. Em 2008 se prevê 57 milhões de metros cúbicos por dia, a previsão de aumento de 6,2% ao ano até o ano de 2012, e subirá para 82 milhões de metros cúbicos por dia. Isso é só relativo a volume de venda efetivamente. Não está contemplando o consumo interno da PETROBRAS.

Então, a PETROBRAS está investindo no aumento de produção de gás de forma a garantir o acesso a reservas e produção de gás natural para assegurar o suprimento do mercado nacional. Isso está explícito na estratégia de negócios da companhia.

Com relação à segunda pergunta que foi a melhoria da qualidade da gasolina que o senhor fez, existem investimentos constantes na área de melhoria de qualidade do produto.

Então, nesse mesmo plano de investimentos se prevê o investimento na área de refino de 30 milhões de dólares. 30 bilhões de dólares. E esse investimento contempla também a parte de qualidade de produtos.

Agora, com relação à qualidade da gasolina, ela não pode ficar restrita à PETROBRAS. A PETROBRAS faz a parte dela para melhoria da qualidade de seus produtos. Mas isso passa também pela qualidade dos motores e isso tem que haver um certo ajuste também com as empresas que produzem motores, as empresas automotivas também. Não adianta a gente ter um excelente produto com um motor que não seja adequado. Tem que haver um casamento aí nesse sentido.

Bom, eu novamente agradeço a oportunidade de estar aqui, de contribuir um pouco para essa Comissão. Tenho certeza que o trabalho de vocês é um trabalho muito sério e que vai estar ouvindo as várias partes, os vários setores e que vai ter um bom resultado no final. E no que a PETROBRAS puder contribuir com vocês estamos à disposição. Muito obrigada.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Drª. Ângela pela sua participação e contribuição também. Então devolvo a palavra ao nosso Presidente Deputado Eduardo Gomes para ele encaminhar à conclusão da nossa audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Rodolpho Tourinho.

SR. RODOLPHO TOURINHO: Uma pergunta que deveria ser respondida rapidamente que é importante que essa discussão seja feita inclusive nessa Comissão sobre a questão de energia solar e energia eólica. A questão básica é uma questão, para quem fez a pergunta, de preço hoje. É muito cara essa energia hoje e ao longo do tempo você conseguirá baixando o preço... estou me referindo mais à eólica. Venha a ser viável. Mas tem problemas ambientais, tem uma série de outros problemas envolvidos nisso, mas eu tenho certeza que essa Comissão com a determinação, a competência desse Relator, Senador Casagrande, eu tenho certeza que deve discutir esse assunto, Deputado Eduardo, deve ser um motivo de discussão. Porque essa questão colocada da mudança da matriz energética ela é fundamental.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Só para reforçar também essa Comissão tem Audiência Pública marcada já na sua programação para o dia 28 de setembro, uma Audiência Pública em Fortaleza. Onde iremos discutir o bioma caatinga e fontes alternativas de energia especificamente a eólica e solar. Obrigado Senador. Passo nesse momento a palavra ao Dr. Nelson Pereira dos Reis para suas considerações finais.

SR. NELSON PEREIRA DOS REIS: Obrigado, Deputado Eduardo. Eu queria aqui em nome do setor industrial aqui de São Paulo agradecer aqui essa... A Comissão Especial do Congresso ter trazido essa audiência aqui para discutir com o setor industrial essa questão das mudanças climáticas. Creio termos contribuído, ter mostrado o engajamento realmente sério, conseqüente da indústria no sentido de mitigar e de equacionar os problemas de mudança climática. Os investimentos aqui pouco se falou, mas tecnologia,

tecnologia tem sido acho que o grande motor e vai ser o grande motor para que a gente realmente possa avançar nessa questão.

A Drª. Ângela da PETROBRAS falou nos investimentos que a PETROBRAS está fazendo no sentido da melhoria da qualidade dos combustíveis e isso é um fato, temos discutido bastante aqui essa temática com a PETROBRAS e com o programa de investimento. E também o setor industrial principalmente a indústria automobilística que também está fazendo um trabalho bastante grande, bastante grande no sentido da melhoria dos seus catalisadores, dos seus motores, de melhorar a eficiência, a sua eficiência para que haja essa combinação do combustível mais o desenvolvimento da tecnologia dos motores então se alcançando realmente a melhoria ambiental.

Eu queria só para encerrar chamar atenção, e eu concordo com o Senador Casagrande quando ele coloca realmente que a grande questão de mudança climática está ligada à matriz energética, isso é inegável, nós vamos avançar realmente e reduzir as emissões dos gases de efeito estufa na medida que nós melhoremos a matriz energética. Não só aqui no Brasil, mas no mundo inteiro. Alguns temas vão ser discutidos, eu creio que a Comissão vai incorporar nessa discussão, por exemplo, a questão da energia nuclear, uma grande questão que eu acho que nós não podemos simplesmente deixar de lado. Temos que enfrentar. Mas, do ponto de vista prático do ponto de vista aqui da nossa realidade eu queria chamar atenção, eu tinha mencionado no início e o Senador Tourinho ele voltou a mencionar, é o programa aqui paulista de uso da biomassa do etanol, da produção de etanol para a geração de energia elétrica, a co-geração. Eu creio que esse é um programa que deveria chamar atenção da Comissão porque tem muita profundidade. Ele chega, o potencial dele, ele chega a três gigawatts. Quer dizer, ele é equivalente à produção, Senador, das usinas do Madeira.

SR. RODOLPHO TOURINHO: As duas do Madeira.

SR. NELSON PEREIRA DOS REIS: As duas do Madeira. Quer dizer, é o potencial desse programa. É extremamente factível, extremamente viável aqui essa parceria que a indústria, que a FIESP está fazendo com o Governo do Estado de São Paulo, e já está se procurando em termos práticos como se tornar viável em termos da produção das caldeiras, em termos de retrofitis das caldeiras existentes para que isso realmente seja uma realidade a um prazo bastante curto. Então eu queria recomendar ao nosso Relator que realmente essa questão fosse incorporada aí do ponto de vista de sugestão prática para equacionamento da questão energética.

Então mais uma vez eu queria agradecer aqui a todos, a Comissão aqui por ter vindo aqui à FIESP para essa audiência. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Dr. Nelson Pereira dos Reis. Eu quero passar a palavra nesse momento ao Aranha, Assessor Técnico do IBAMA já que é um convite partindo da platéia eu vou passar a palavra para ele.

SR. ARANHA: Obrigado pela oportunidade e agradeço aos presentes de estar dando informe. Mas antes de dar esse informe EU gostaria de me manifestar enquanto cidadão que eu participei de um seminário que ocorreu na Baixada Santista nesse sábado e É sobre mudanças climáticas. E nós chegamos a uma conclusão de que na realidade existe o debate na esfera técnica, mas não obstante esse debate estar sendo trabalhado na esfera técnica, a questão ela é eminentemente política. Como falamos aqui ainda há pouco o próprio Deputado Mendes Thame tendo como referência as empresas quando trabalham com responsabilidade social, atendem políticas internas de saúde e de segurança e de meio ambiente na realidade elas estão definindo matérias de políticas internas. Então elas estão apontando um norte. E por isso nós estamos também fazendo isso com o País. Com os vários entes, sejam eles jurídicos ou físicos. E aproveito essa deixa também já para entrar no tema que é o tema do meu informe. Na realidade nós estamos desenvolvendo e organizando a terceira Conferência Nacional de Meio Ambiente, cujo tema é mudanças climáticas. E tanto no seminário como no desenvolvimento da conferência nós estamos sentindo falta do setor empresarial. Eu acho que é um setor que é muito importante estar participando, tem várias contribuições a dar inclusive no campo político. Porque eu acho que starta(F) vários processos a partir do momento que ele legitima esse processo. E o processo de consulta através de uma conferência eu estava falando ainda há pouco com o Deputado Gabeira, é a forma que nós temos de unir estrutura e agentes públicos mediando e pactuando com o tecido social para que nós possamos de alguma forma consolidar políticas públicas nesse sentido.

Então acho importante essa Comissão que parece-me que é mista do Congresso Nacional estar também ouvindo os resultados dessa conferência. Que vai acontecer a Conferência Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, vai acontecer até 15 de março e a Conferência Nacional vai estar apresentando seus resultados até dia... O mês maio de 2008.

Então, agradeço essa oportunidade e gostaria muito que nós pudéssemos fazer essa interação, conclamo aí o Dr. Fujihara para nós estarmos conversando e atuando nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço o Sr. Aranha, está feito o convite. Quero mais uma vez agradecer o Sr. Nelson Pereira dos Reis, ao Presidente Paulo Skaf, nossos agradecimentos especiais também a toda a Assessoria da FIESP e também o nosso registro de gratidão aí a atenção dada a esta Comissão pelo Senador Rodolpho Tourinho, não só agora, mas também quando da realização do Seminário Internacional de Mudanças Climáticas que ocorreu na Câmara dos Deputados em conjunto com o Senado Federal no início deste mês, quero agradecer ao José Borges Matias, Vice-Presidente da RHODIA, a Ângela Martins de Sousa, coordenadora de emissões atmosféricas de mudanças climáticas da PETROBRAS, ao Fujihara, a todos os que participaram desta Audiência Pública, Deputado Rocha Loures, Deputado Jorge Khoury, Deputado Luiz Carreira, Deputado Mendes Thame, Senador Renato Casagrande, nosso Relator, Relator de tudo que está acontecendo, [risos] Deputada Rebecca Garcia, Deputado Augusto Carvalho, Senador Euclydes Mello, Senador Rodolpho Tourinho. E fazer um registro em nome da Comissão, primeiro para em breves palavras dizer do trabalho dessa Comissão que foi instalada no mês de março.

A certeza absoluta de que os Parlamentares que compõem essa Comissão, Senadores e Deputados têm tido uma dedicação e colhido resultados importantes até acima da expectativa de uma Comissão que nasceu para estabelecer no País uma Política Nacional de mudanças climáticas. A Comissão teve oportunidade de viajar e está tendo a oportunidade de viajar o Brasil e alguns países na compreensão do que é aquecimento global, as suas conseqüências, e as medidas necessárias para sua mitigação. A Comissão realizou encontros importantes com o Economista Nicholas Stern, que nos recebeu pessoalmente em Londres, ao Parlamento inglês, ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente que no Reino Unido funciona em conjunto, medida ainda impossível para o Brasil, a discussão com diversos setores da administração pública brasileira e organismos de pesquisa, ciência e tecnologia, e a Comissão efetivamente vem trabalhando para ampliar os orçamentos dos institutos de pesquisa no nosso País. Essa é uma contribuição objetiva que a Comissão, tenho certeza, que cumprirá na análise do orçamento de 2008 com as Emendas de Comissão e com o direcionamento objetivo de mais recursos para esses institutos.

E foi possível nesse primeiro período observar que a exemplo desta audiência mesmo que discutindo a dinâmica de fonte energética, mercado de carbono, como o Brasil vai enfrentar o desafio de crescimento sustentável, a observação constante desta Comissão e nas informações que todos nós recebemos é que embora numa discussão como essa o Brasil venha debater mercado mundial, o Protocolo de Kyoto, a gente sempre deixa de discutir uma ou outra conseqüência, ou uma ou outra parte do mundo. Mas uma certeza absoluta dessa Comissão é que neste momento em algum Parlamento, em alguma conferência, em qualquer lugar do mundo eles estão discutindo o Brasil, e a Amazônia e a nossa responsabilidade nesse contexto. Isso é uma certeza que nos preocupa muito.

Por isso que a Comissão vem pedindo apoio no sentido da divulgação do seu trabalho, é uma dificuldade também do Brasil. Se por um lado o Congresso em determinados momentos oferece a oportunidade ruim à mídia para cobrir as suas mazelas é também uma verdade que falta espaço e apoio para as boas iniciativas do Congresso Nacional e isso desequilibra o exercício parlamentar e há um momento em que a sociedade brasileira registra sua descrença, mas também por falta de informação do que está acontecendo.

Então, o apoio da FIESP, o apoio do setor produtivo desse País, Senador Rodolpho Tourinho, é muito importante e a FIESP já provou que pode fazer isso, está fazendo isso de maneira muito clara, abrindo o debate, a discussão sobre a CPMF, dando espaço as diversas visões e essa é uma oportunidade que essa Comissão, tenho certeza que falo em nome dos Parlamentares está pedindo também, para que a Comissão tenha condição de ampliar a repercussão do seu trabalho. A imprensa em determinados momentos dá notoriedade às informações internacionais e é impressionante como em todas as revistas nós conseguimos acompanhar a análise sobre aquecimento global, meio ambiente e desenvolvimento sustentável vindo de fora para dentro. Sempre há alguém de fora fazendo uma entrevista, dando entrevista, dizendo o que a gente deve fazer e como a gente deve fazer. E esse espaço é um espaço que eu acho que o Brasil tem que reivindicar e que os setores parceiros do trabalho da Comissão podem ajudar e muito.

Os projetos os quais o Deputado Fernando Gabeira aqui relacionou, inspeção veicular, utilização de madeira certificada em obras públicas fazem parte do relatório parcial do Senador Casagrande e devem fazer parte de uma pauta objetiva dessa Comissão em análise nas duas Casas. Câmara e Senado.

Portanto é com a mais absoluta convicção que eu vejo o funcionamento dessa Comissão, mesmo de

forma silenciosa, já é a 24ª audiência dessa Comissão eu tenho absoluta certeza que essa Comissão dará uma grande contribuição ao País. Mas essa contribuição efetiva ela virá a partir da colaboração e da ampliação daquilo que se pensa aqui na Comissão por todas as pessoas que estão envolvidas nesse processo. Por todos os ambientes aonde essa Comissão discutiu. Hoje aqui na FIESP, que é o centro da movimentação industrial e produtiva desse País o dia 28 em Fortaleza discutindo aquecimento global e caatinga, a discussão que ocorreu em Campo Grande, em Belém, no Amazonas, eu vejo a agonia da Deputada Rebecca Garcia. Sempre Amazonas, Amazonas, Amazonas, e a gente precisa saber efetivamente o que a Comissão pode fazer e que deve fazer.

Junto a isso também o nosso destaque a algumas atitudes isoladas, mas importantes. O País vem experimentando em alguns Estados como é a Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas e a adoção da Bolsa Floresta que teve na semana passada o seu primeiro lote de entregas.

Então eu tenho certeza que esta Comissão chegará ao término de seus trabalhos ainda em dezembro com o Relatório e a sua aprovação e a efetivação daquilo que se deseja, nem sempre o que está no Relatório que é aprovado, não é Senador Renato, mas eu tenho certeza que nessa Comissão nós iremos atingir esse objetivo contando sempre com a colaboração de vocês.

Então mais uma vez eu registro a nossa gratidão à FIESP, deixo aqui registrado que o nosso e-mail, o e-mail da Comissão para sugestões, informações ou críticas é o mclimáticas@senado.gov.br.

E nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião agradecendo a presença e a participação de todos. Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h32.

VISITA DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL AO ATERRO SANITÁRIO SANTANA – SP.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Bom, eles pediram que a gente se identificasse para efeito da gravação, então como eu me apresentei hoje de manhã, eu sou o Manoel Antônio Avelino da Silva, eu sou diretor de uma das acionistas, que é a Cads Logus(F), eu vou explicar depois quem é a Biogás, vou aproveitar para apresentar o Delbin, que é o diretor nosso aqui de operações, e o Deodoro Vaz, que é o representante do Secretário do Verde e Meio-Ambiente aqui de São Paulo, porque essa nossa operação aqui é uma operação que vem de uma concessão dada pelo Município de São Paulo.

Bom, a Biogás Energia Ambiental é uma empresa que foi criada inicialmente pela Heleno Fonseca, que é uma empresa aqui em São Paulo da área de construção e da área de operações de aterro e pela Cads Logus(F) Energia que é a nossa empresa. Num outro momento nós nos associamos com uma empresa holandesa, que é essa *Van Der Wil Stortgas*, porque isso, em 2003, a tecnologia efetivamente sobre remoção de gás metano no Brasil era nula, e como nós, eu vou contar, nós fizemos um negócio que tem uma vertente comercial porque aqui nós operamos vendendo gás para o Unibanco, então aqui o nosso vizinho de fundos tem uma casa de força que é o Unibanco, aonde nós vendemos o gás, ele gera energia que é por sua vez aproveitada vamos dizer nas Agências e edificações do Unibanco, salvo questões de regulamentação que a gente comenta. A Biogás, ela tem então a operação aqui do Aterro Bandeirantes, vai ser criada uma empresa, hoje isso não é uma empresa, isso é um projeto dentro da própria empresa, nós temos uma outra empresa que é uma subsidiária integral, chamada então São João Energia Ambiental S.A., que por sua vez tem a concessão de outro aterro de São Paulo, que é o Aterro São João, então aqui em São Paulo têm dois grandes aterros que receberam lixo ao longo desses vinte anos, e mais recentemente nós ganhamos, no Rio de Janeiro, a concessão do aterro do Jardim Gramacho, esse sim também tem uma história ambiental complicadíssima. A CAENGE, ela era operadora contratada num regime de emergência que estava lá, ela até participou com outro grupo, mas nós ganhamos na licitação no critério que era da Prefeitura que era exatamente baseado em quem oferecia mais créditos de carbono para a Prefeitura. Hoje a CAENGE está trabalhando com a gente por um contrato de um ano com operadora lá do aterro, mas ela não faz parte do empreendimento. Eu até perguntei para o Gabeira se ele vinha aqui, exatamente pela posição dele de carioca, o Gramacho é um projeto que a gente, nós até demos nome, Novo Gramacho, com esse intuito de mudar a imagem de Gramacho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A S.A. Paulista

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: A S.A. Paulista é nossa sócia, nós temos 50%, a S.A. tem 25% e um grupo de Paraná, que é J. Mauro Célio, tem 25%. Aqui no nosso caso, nos três casos, no Gramacho é diferente, mas em São Paulo a nossa concessão é só de exploração do gás bioquímico gerado no aterro. A concessão que envolve o resíduo sólido, a movimentação de lixo, no caso dessa empresa o Se-

nhor deve ter a vista placa ALOGA (F), que explora, ela tem toda a região vamos dizer Norte e Nordeste, e o NorteEste da região Leste de São Paulo, e a outra região, que é a região Sul– Oeste, é a outra concessão, que é a GORDS (F). Nós não mexemos com o lixo propriamente dito. Em Gramacho, por um período de um ano, nós vamos operar o aterro propriamente dito, ou mais, dependendo de uma decisão da própria COMLURB lá no Rio, quer dizer, mas o objetivo central nosso é o gás, é o energético que está contido dentro de um aterro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vocês não operam o aterro?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Aqui em São Paulo não, aqui nós exploramos a mina, o campo de gás; lá no Rio sim, a gente está operando o aterro e vamos então fazer a atividade de gás. Bom, eu não sei quanto dos Senhores estão familiarizados com os aterros sanitários, mas o aterro tem essa condição. O César estava falando comigo sobre a outra Comissão que envolve resíduos sólidos, está certo, então é sempre difícil dizer se o aterro é uma solução ou se o aterro é um problema. A questão, vamos dizer, de aterro, uma evolução pelo lado de controle do resíduo, ele foi uma grande evolução, ou seja, comparar um aterro sanitário com um lixão, nós estamos falando de dois mundos diferentes, está certo? Mas uma coisa evoluiu também com o aterro, que ele era visto, eu não vou nem dizer que era pela questão de MDL, mas pela própria não valorização do valor energético contido no lixo, aquela imagem ali é do aterro que eu falo que era um assunto de engenheiro civil. Então tipicamente a gente vê aqui que o aterro é constituído de camadas de lixo intermeadas, o que a gente vê no meio ali, uma faixa em marrom, então são camadas de argila que vão fazendo pacotes. O aterro, no final de contas, são todos os nossos saquinhos de lixo transformado num grande sacão, porque ele é todo protegido por uma membrana plástica para evitar a contaminação do subsolo.

Então na parte de controle, que a gente pode chamar, principalmente na contaminação subterrânea, o aterro tinha sido já uma boa resposta. O que é que tinha permanecido? Tinha permanecido que necessariamente, aquilo que parece uma chaminé ali, que a gente chama, que é um dreno, o líquido, na parte da decomposição, ele corria para o fundo do aterro, era drenado e ia para um sistema. Mas o gás era emitido livremente para a atmosfera e aí surge a questão então, em se o metano em si não é um poluente, ele é na verdade, a questão dele é realmente só para o efeito estufa.

Bom, o que então se tem? Ele foi uma grande evolução para controle de resíduo sólido, mas continua sendo um problema ambiental se imaginar que é sempre uma quantidade enorme de lixo depositada em algum lugar. Então ele melhorou e hoje permite um controle grande do resíduo, mas aí surgiu ainda essa característica que ele era o principal responsável, num grande centro urbano, de um gás potente, que é o gás metano, nas questões do efeito estufa.

Bom, quando nós demos o início da operação aqui, que foi em dezembro de 2003, virou, eu diria, que quase que um grande inferno aqui a quantidade de Prefeitos que se interessaram pelo tema. Associado à situação de crédito de carbono, teve muito Prefeito que começou a entender que ele tinha um ativo, que o lixo dele era um ativo que ele tinha que explorar e eu tentava dizer: "Prefeito, o Senhor tem é lixo, lixo é lixo, o resto são medidas mitigadoras".

Então eu faço um paralelo com o assunto de biodiesel, na verdade fazer um trocadilho, que faz mais sentido em inglês, aonde em inglês o bem no sentido de um bem de produção é um good(F), então o biodiesel você pode dizer que é um bem que você quer produzir e o biogás na verdade é um mal que você quer evitar. Esse é o grande paralelo que se tem. Mas o que acontece hoje? Hoje de fato o energético é importante, importante dentro dos centros urbanos, e a gente imaginando que o Brasil, que é carente de gás, quer dizer, o Brasil não tem gás, quem tem gás, está realmente lá nas plataformas oceânicas ou na Bolívia. No continente, tirando a Amazônia hoje, nós não temos praticamente jazida nenhuma de gás.

Bom, então a que foi a evolução que se teve aqui? O negócio de aterro, anteriormente, era uma questão tipicamente de... a gente pode chamar de empreiteiro aí da área civil, era um assunto de construção de aterro. Hoje pode se dizer que você tem duas atividades: uma é construir aterro, que é a deposição do resíduo sólido, e a outra é a exploração do aterro, que é sua degasificação(F) e o seu aproveitamento energético. Por trás de tudo isso está uma questão fundamental que é o lixo, quer dizer, só tem sentido para um aproveitamento desse tipicamente o lixo domiciliar, que é um lixo orgânico. Então quando nós estamos falando de aterro, nós estamos falando de aterros que trabalham com os lixos domiciliares, cuja composição é que vai determinar o biogás que se tem, qual sua composição, qual a quantidade, quais as contaminantes ou não que aquilo poderá ter.

A questão da possibilidade de fazer isso vai depender de se ter, primeiro, antes de mais nada, o lixo, segundo um projeto de aterro, terceiro uma boa qualidade de execução, ou seja, se não tiver um bom pro-

jeto, não consegue se recuperar o biogás, se tiver um bom projeto, mas for mal executado, também não vai se recuperar o biogás, tanto é que lixão, por exemplo, não pode, porque já é uma degradação aeróbica e aquilo já é perdido na degradação natural.

Na degasificação do aterro, então o primeiro passo simples, eu acho que esse foi um ponto que o Marco Antonio Ferrara hoje mencionou, é esse: para você obter crédito de carbono, basta queimar. Eu não sei se algum dos Senhores observaram na chegada aqui, nós temos duas tochas que a gente chama de dois flers(F) queimando, mas a gente só queima aqui o excesso, quer dizer que o fler(F) para nós é o nosso vertedor da Usina Hidroelétrica, quer dizer, aquilo que não pode ser usado, está em excesso da capacidade dos motores, que tem que ter um regime definido, então é queimado, mas se fosse para o tema só de crédito de carbono bastaria queimar. Isso daqui é que gera o suficiente para obter o crédito de carbono, mas isso não gera o desenvolvimento sustentável. Então em todos os nossos projetos nós fazemos na verdade com agregação de um aproveitamento energético. Então aqui no Projeto Bandeirantes, tem uma planta de vinte e dois megawatts, mas é um planta firme, então isso é maior que qualquer PCH, com o lixão o PCH é trinta megawatts, isso daqui equivaleria a um PCH de trinta megawatts, e agora em janeiro a gente entra no Aterro São João com a mesma quantidade de energia. Quer dizer que São Paulo, a partir de janeiro, terá uma geração da ordem de quatrocentos mil megawatts/hora só baseado no próprio lixo. Extrapolando para as cidades em geral significa que --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quatrocentos?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Quatrocentos mil megawatts/hora, e isso equivale, quer dizer, nós estamos falando de uma usina firme de quarenta megawatts ou então de uma usina, se fosse uma hidroelétrica, uma usina de oitenta megawatts, porque ela vai ser a sua sazonalidade, vai produzir esses quatrocentos mil.

O que vai ser importante é dizer que em qualquer cidade a energia obtida num aterro, ela atende a 20% da necessidade de energia das residências, não da cidade como um todo ou da indústria, o que significa que todos nós, quando estamos jogando lixo no lixo, nós no fundo estamos jogando 20% da nossa necessidade própria de energia. Então tem um valor energético importante que não pode ser mais desprezado. É, porque transformou principalmente em energia firme.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se você fosse gerar essa energia numa área como essa aqui ...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Aqui, a geração do gás, quer dizer, porque esse projeto, propriamente dito, nessa potência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ... por quantos anos?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Para essa potência, de vinte megawatts, por doze anos a quinze anos, se o aterro estiver encerrado, que é essa situação. Então no aterro encerrado, quer dizer, nessa situação, você projeta, acha qual é a base dele, que a gente fala, e projeto dá para quinze anos. Aqui é o que nós temos hoje para quinze anos e lá no São João também é para quinze anos, quer dizer, é a vida útil que se pode fazer. Ao final dos quinze anos, avalia, o Senhor vai ver depois uma curva, avalia-se o potencial e se acerta para uma outra potência e pode ser reduzido.

O que existe hoje de evolução, eu falei: primeiro foi um negócio que era puramente de execução de um empreiteiro, depois passou a ter o conceito de um negócio envolvido com o assunto de MDL e a geração de energia. Hoje nós olhamos, agora, também do ponto de vista biológico, quer dizer, não é só mais olhar aquilo que você deposita, mas como que aquilo pode ser transformado, quer dizer, eu gosto de dizer que as bactérias hoje fazem o que querem e nós estamos nos preparando para ver se elas fazem o que nós queremos, quer dizer, para realmente controlar a biodegradação. Por quê? Essa montanha, vocês andaram um pedaço do trajeto aqui em cima do lixo, nós vamos andar depois em cima do lixo. Então quando você acaba, até eu pergunto, o que é biogás, dessa cadeia aqui só uma parte dela é que gerou biogás nesse intervalo de tempo. Grande parte do material que for celulose, ele fica aqui e fica por quarenta, cinqüenta anos. Então hoje nós temos um grande interesse em olhar essas minas de lixo que existem, porque a celulose hoje, todo mundo está falando do etanol celulósico, todas essas variações, ou seja, celulose hoje, estão falando que é carbono, carbono é carvão, é fonte de energia importantíssima. Então hoje nós estamos dando muita importância a olhar, não olhar na aparência do lixo propriamente dito, mas olhar o que está por trás desse lixo, qual a composição que aquilo tem, qual a energia que está contida ali, porque a energia que foi um dia aplicada se transformou em alguma coisa e pode ser recuperada.

Bom, aqui, para dar uma visão vamos dizer simples de onde nós estamos aqui no Bandeirantes. Essa primeira imagem é a situação nos aterros sanitários, como era antes. O que acontecia? O gás que estava

sendo emitido livremente se queimava parte dele só para um efeito de controle, e isso representa no MDL um desconto de 20%, admitia-se que livremente já estava sendo queimado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: metano em gás carbônico.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Transformando metano em gás carbônico, mas tinha uma eficiência estimada em 20%. O que a gente faz? A gente vem nesses poços e transforma esses poços num sistema de coleta de gás. Então a gente vê aqui um poço, como que ele ficou, ao invés de ter aquele sistema, um sistema de gasoduto, então isso daqui é um verdadeiro gasoduto que está correndo pelo aterro, isso tem sistemas intermediários onde vários poços são conectados, que a gente chama de *Manifold*, e tudo isso é operado através de uma sucção. Tem uma planta que é onde exatamente nós estamos que está succionando o gás, quer dizer, a nossa atitude aqui era praticamente passiva, nós só estamos fazendo uma sucção e trazendo o gás para essa localidade ao invés de deixar essa emissão estar livre. Aqui em cima nós temos uma planta de geração, então o gás é alimentado para a geração ou o excedente é queimado naquelas duas tochas que a gente vê ali em cima. Então aqui hoje essa transformação que a gente faz é tendo vinte e quatro motores instalados para poder gerar vinte megawatts firmes aqui pelo ano inteirinho, então são cento e setenta mil megawatts/hora que são gerados a partir do lixo aqui do Aterro Bandeirantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ... cento e setenta mil megawatts?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Megawatt/hora, a energia. Potência, são vinte megawatts firmes, está certo? Então, quer dizer, para fazer cento e setenta mil megawatts/hora, isso é o que uma PCH, uma PCH vamos dizer, o limite da PCH legal de trinta megawatts, ela vai gerar normalmente da ordem de cento e vinte mil, cento e quarenta mil, então isso daqui é maior do que a maior PCH que a legislação chama de PCH, está certo?

Bom, aqui é um tema interessante em que o que aconteceu, de onde surgiu esta oportunidade e depois isso já teve uma evolução? Surgiu a partir do momento em que a energia renovável surgiu em 2002 com a Lei 10.438, mas depois ela ficou dependendo de algumas situações das regulamentações da ANEL, e a ANEL, por mais que a moda do dia seja a ANAC, a ANEL também não é uma Agência simples, então eu digo o seguinte: tanto quanto nós, enquanto cidadãos, não respeitamos pelo menos algumas leis simples, a do cinto de segurança alguns, a do radar ou a do fumar no recinto ou do falar no celular, a autoridade também não respeita a lei feita. Então enquanto a Câmara aprovou uma lei e que tinha permitido um incentivo, que é o chamado incentivo de 50% no desconto do custo de transmissão, a ANEL levou quatro anos para realmente aplicar isso, e isso porque na ANEL então eles diziam que a lei estava errada. Eu, já nesse tipo de diálogo, dizia: "eu acho muito simples. Você se elege Deputado, faz um Projeto de Lei, aí você muda a lei". Agora enquanto a lei não for mudada, você tinha que aplicar. Então têm algumas situações em que o único recurso que sobra no final é ir ao Judiciário para fazer a ANEL aplicar a lei, porque como sai no dispositivo da lei dizendo que a ANEL vai regulamentar, nessas situações ela leva quatro anos para fazer uma regulamentação. Então parte dessas soluções, elas têm sido muito dificultadas sempre pela própria atitude da ANEL.

Então, quais são os aspectos institucionais? Para ter uma geração de energia precisa se ter, por exemplo, essa já esta está no vôo de cruzeiro, uma autorização da ANEL para você ser um produtor independente. Essa atividade hoje tem benefício de transmissão e distribuição, e mais recentemente, em junho, a ANEL estendeu o benefício de 100%, portanto seria quase que o desconto, para qualquer tipo de geração baseada em lixo, e isso então viabiliza muito a geração de energia vinculada a lixo, você não paga para transmitir. Não paga na moda da ANEL, porque o que era os 50%, quando a lei foi criada, ela começou a separar, a falar: "mas isso daqui não está incluído no 50%". Então o 100% originalmente seria zero, mas é um desconto representativo que dá uma grande competitividade para essa energia. O mais importante é permitir que essa energia seja vendida aos consumidores, que a gente chama especiais, que nada mais é do que os consumidores vamos dizer comerciais que na atenção que a gente diz de 13,8, que é o grupo A-4, e que são aqueles que são consumidores cativos das Concessionárias, que passa a poder comprar se a energia for especial, energia de fonte alternativa, então eles podem remunerar melhor essa geração de energia.

E, por último, é sempre a questão que no caso de geração de energia em aterro, tem metodologia aprovada e consolidada. Então hoje, quando eu fiz aquela afirmação que lá o outro companheiro não gostou muito, que eu disse da questão da regulamentação, por que o que é que se tem? Quer dizer, tem uma situação de muito consultor e muito advogado que tem interesse de ficar promovendo a situação, que existe a dúvida, porque então vai dando a consultoria atrás disso, mas realmente no aspecto tributário, como fundamentalmente o crédito de carbono, primeiro, só pode ser exportado, não existe um mercado nacional, a não ser que a minha outra sugestão, que é aquela de im-

por às fontes fósseis a obrigação de compensar aqui em termos de Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para o mercado interno.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: No mercado interno, porque hoje no mercado interno não faz o menor sentido alguém comprar um mercado de carbono; se ele comprar, vai vender para fora sempre. No caso que eu citei, se a gente tivesse uma fonte fóssil e nesse aspecto é real vamos dizer essa direção ruim que nós estamos indo no aspecto da emissão, que nós estamos caminhando realmente para uma matriz térmica, ao mesmo tempo você poderia falar: "bom, então quem está gerando termicamente terá que fazer compensação comprando créditos de carbono dos próprios créditos nacionais, de projetos nacionais". Isso criaria aí um sistema nacional que faria sentido e eu acho que criaria um ambiente positivo em relação a Brasil, porque o Brasil, na discussão, eu vejo o Brasil assim naquela conversa de Índia, China e Brasil, nós somos o terceirão da fila. Se a China não sair da frente, não somos nós que vamos nos alinhar em fazer controle de emissões. Se a China entrar e aceitar as metas, eu acho bastante provável que a Índia também vá aceitar metas, e aí eu vou dizer que é impossível que nós não tenhamos, porque aí nós vamos ficar anacrônicos, quer dizer, nós não chegamos a ser o Bush para dizer que nós não podemos ter meta. Então eu concordo com o pessoal lá do Ministério de Ciência e Tecnologia quando eles falam: bom, dizendo que nós não temos nenhuma meta, nós teremos uma meta menor do que aquela que se a gente tentar propor alguma meta. Mas uma forma que o Brasil, eu falo realmente, assusta a gente, quando você olha o seguinte: carvão. São vários projetos a carvão que estão surgindo, e isso, em termos de MDL, é uma incoerência. Ao mesmo tempo que nós estamos fazendo projetos de redução, isso está acontecendo na China também, é o questionamento dos americanos, está certo, como que ela pode ao mesmo tempo aumentar as emissões e do outro lado ela diminui, e nisso que ela diminui, ela faz uma receita lá fora, e nós estamos na mesma situação. E no Brasil, essa energia a óleo que está indo, eu vou deixar a licença poética que eu falei que eu ia falar o negócio da Suíça no fim, que não tem nada a ver aqui diretamente com o tema de biogás, ela criaria realmente, faria sentido, quer dizer, o custo da energia a óleo é caro, mas se tiver mais um caro por conta de um crédito de carbono, que ela seria obrigado, ela resolve essa incoerência e ainda ela impulsiona o próprio mercado de fontes alternativas. Então eu acho que é uma coisa que --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Posso?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Pode, lógico, a vontade. É, ela emite 0,8 toneladas por megawatts hora, quer dizer, uma tonelada para a gente falar, uma tonelada, e isso custaria para ela trinta reais, traduzindo em miúdos. Por exemplo, se fosse o caso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A quantidade equivalente.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Equivalente que ela emite. Isso que está se falando, dessa coisa também, vamos dizer, "ah, quando faz um evento e se é zerado em termos de carbono, que você compra da árvore, do que for", no fundo é isso, quer dizer, se você vai fazer uma medição fóssil, então você é obrigado a zerar pelo lado da emissão. Então eu acho que isso traria um equilíbrio em termos vamos dizer globais de o Brasil poder se preocupar com a sua necessidade energética, não tendo solução, se não tiver a solução dentro, que o gás, quando nós estamos falando, vai mudar tremendamente. O óleo é um problema, o gás é outro, quer dizer, quando você sai de óleo para gás, que é o que vai acontecer lá em Manaus, é um melhoramento enorme de óleo para gás, o gás é melhor do que o óleo, mas ainda assim é pior do que uma fonte. Ela poderia, ela poderia, mas ainda, mesmo o gás natural, é uma grande emissão. Hoje, o Marco Antônio, eu acho que foi ele que citou, realmente uma das coisas que acontece na Europa, já tem que competir gás natural e carvão. O carvão é substancialmente uma fonte maior em termos de emissão do que o gás natural. Então o que acontece? Uma empresa, por exemplo, como a BHP Billington, que é uma grande vendedora de carvão, ela em tese vende um carvão limpo. O que significa? Ela vende o carvão turbinado com crédito de carbono para fazer essas compensações. Então o hoje o mercado na Europa olha o preço do gás natural, é o preço tal, que seja mais favorável que o preço do carvão com crédito de carbono adicionado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eles lá tem mercado interno de carbono?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Eles têm lá. É, lá o que eles fizeram, a melhor imagem que eu tenho desse assunto hoje, o nosso crédito de carbono, e nas alaoas(F) que a gente faz, eu lembro quando teve o apagão, todos nós descobrimos que tinha um relógio de luz para começar, porque até então a gente não sabia nem onde que era o relógio. Todos nós descobrimos que até o controle remoto, aquela luzinha, consome energia e desligamos, está certo? Aí de repente surgiu um mercado de balcão, seja no nível industrial, e depois começou até a nível da formiguinha, que era o que? Excesso de quota.

Quer dizer, alguém tinha uma quota e o preço era tão caro naquela época, a penalidade de ultrapassagem de quota, que o indivíduo podia comprar a quota do outro. Então aqui em São Paulo tipicamente foi muito movimentado, indústria de alumínio e tudo mais. Então o que acontece? Na Europa eles estão recebendo uma quota de poluição, a partir de 2008, e aquilo foi espontâneo deles, está certo, quer dizer, o Kyoto, não acontece nada, não vai ter míssil, invasão se alguém não cumprir. Aquilo é um procedimento, é um compromisso, está certo? Então o que fizeram na Europa? Deram para cada poluente uma quota. Essa quota que eles têm lá, ele pode satisfazê-la de três formas: não cumprindo, pagando multa, que será de cem euros por tonelada a partir de 2008.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cada poluente, cada indústria?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Cada indústria vai receber uma quota, que são basicamente as indústrias de geração de energia, indústria de petróleo, cimento, o preço é 80% do termo, e o resto é resto, está certo? Então tem uma quota, o indivíduo recebeu uma quota, ele pode ser fazer uma emissão de poluente, de CO2 no caso, até tanto. Então quais são as alternativas dele? Ultrapassar e pagar uma multa, cem euros por tonelada, então isso já definiu já o primeiro limite de primeira iniciativa dele, para pagar cem euros por tonelada. Qual é o outro passo? É investir em sua própria tecnologia. Qual o terceiro passo? Comprar a quota européia de alguém que não esteja necessitando. E surgiu o quarto, qual foi o quarto? Comprar crédito de carbono dos países que não têm compromisso e que são aceitos para fazer essa substituição. Porém, isso tem limitação. Hoje isso não chega a 20% do mercado, porque eles também não querem que seja tudo resolvido lá, através da compra de crédito de carbono aqui. Então efetivamente --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem um limite?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: -– O limite é vinte, pode ser oito, têm países que é oito, quer dizer, no caso da Holanda, porque eles não querem que seja resolvido, vamos chamar assim, só de uma forma capitalista. Eles querem realmente ter soluções locais. Com todos esses aspectos. Então aqui no Brasil, enfim, é uma incongruência a evolução em direção a óleo? É uma incongruência. Se é uma necessidade, já é uma outra questão, está certo? A cominação das duas coisas era realmente transformar que essas fontes fósseis fossem obrigadas, aqui no próprio país, e esse ônus não chega a ser dramático perto do que já é o custo do óleo, e era comprar o crédito de carbono. Isso é importante para os pequenos projetos. Um projeto como o nosso, ele independe, porque ele é de tal atratividade pelo volume. O problema são os pequenos projetos, quer dizer, enquanto nós estamos falando de um milhão de toneladas ano, aqui no Bandeirantes, você pega aí as grandes quantidades, como falam, tem duzentos e vinte projetos, mas esse projeto tem dez mil toneladas por ano, quer dizer, o sujeito não consegue nem se candidatar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aproveitando o que você disse ...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: É, quando o pessoal, quando o Mendes Thame falou no começo sobre..., todos os interesses de cada parte, quando se fala muito sobre essa regulamentação, é muito sobre a questão de choro tributário, que achar que o Imposto de Renda não deveria incidir, que achar que o outro imposto, mas na prática o único imposto que efetivamente incide é o Imposto de Renda, porque como é uma receita de exportação, ela já é naturalmente isenta de qualquer outra situação da cadeia tributária, está certo? Então. É, então essas questões, quando a pessoa fala muito de regulação, é em torno disso. Na iniciativa de compra e venda, o mercado existe, o mercado já existe. O que existe é uma dificuldade dos pequenos projetos que não têm visibilidade. Então realmente aqui, somar, fazer do limão uma limonada, as energias fósseis, a Petrobrás, quer dizer, ela é quem tem grande interesse na geração a óleo, está certo, e ela ter que comprar, está certo, créditos de carbono dos projetos nacionais, acho que é um passo para se dar, quer dizer, então aquela preocupação, não se pode criar metas de redução de emissão, porque aí nós saímos naturalmente da voluntária, mas em contrapartida você pode estimular impondo vamos chamar aqui uma penalidade para os emissores, quer dizer, para quem estiver emitindo. Aqui na cidade de São Paulo a gente pode fazer um paralelo ao assunto de NOX, que é a emissão de NOX, que toda a geração vai ter uma emissão de oxigênio. Aqui no Município de São Paulo, hoje, tem limite e se você passar do limite em um novo projeto, o nosso Projeto São João, que é um projeto ambiental, nós temos um limite rigoroso da emissão de NOX, que se ultrapassar nós temos que fazer compensação em outros locais. Então foi criada, tem uma lei, e ela exige essa compensação.

Bom, o que é que evolui agora em outras situações, onde o MDL tem alguns conflitos? A geração de energia, eu diria que é a forma mais simples do que se pode fazer alguma coisa, geração de energia, mas não é a mais inteligente. Num país como o Brasil, faria muito mais sentido pegar o biogás e utilizá-lo na transformação para metanol, seja para utilizar, ou então como gás puro no GNV, no gás veicular, quer dizer, você teria outros valores, outros aproveitamen-

tos que tem muito mais significado de desenvolvimento sustentável do que geração de energia? Por quê? Por mais que eu possa contar vantagem, falar que nós estamos gerando tantos mil megawatts/hora, em termos de Brasil é pouco significativo. Mas se eu falar o que nós temos hoje aqui por mês de gás equivale ao consumo de cento e vinte postos vendendo GNV, então é uma coisa muito impactante, quer dizer, você pensar em termos de Brasil, para chegar GNV no sertão, onde for, tem que ter um investimento em gasoduto que não vai chegar nunca. Então poderia ser um aproveitamento muito mais inteligente. Por que ele não pode? Porque o sistema de MDL não reconhece esse tipo de destruição. É o que está acontecendo com o biodiesel. Eles só reconhecem o crédito de carbono na destruição, na fonte de destruição. Então a pergunta que até vamos dizer o comum sense(F) fica indignado, ele fala assim: "não, porque só ir um Caminhão desses com metano, que fui produzido no aterro, quem garante que ele foi destruído?" Então o que seria uma dificuldade você identificar aonde que ele foi destruído, e aí você perguntaria: "mas a troco do que alguém vai comprar um Caminhão de metano e soltar na atmosfera?" Mas é assim que funciona, quer dizer, o assunto diplomático entre os países, ele é muito complicado, mas nós continuamos perseguindo essa rota de olhar outros usos que poderão dar um melhor aproveitamento para o gás metano gerado em aterro. Porém, a questão do MDL é uma questão relevante, quer dizer, ninguém pode abrir mão dessa receita hoje.

Isso é uma atividade que ela, nessa época que eu criei essa figura, a ANEL nem chamava ainda Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis, porque quando eu fui falar com a ANP sobre o biogás, eles me disseram que eu tinha que voltar lá daqui um milhão de anos, ou seja, biogás não era um problema deles. Hoje a ANP já criou essa figura dela ser biocombustíveis, está certo, mas ainda prevalece uma questão de metodologia. Agora tem uma metodologia nova que permite crédito de carbono se você gerar o metano e introduzir num sistema de gás, num gasoduto, aí eles reconhecem o crédito de carbono também. Então é uma nova evolução desse tipo de aproveitamento.

Bom, aqui então é só para a gente localizar os dois aterros. Isso aqui é o Município de São Paulo, a gente vê ali onde está o B é o Bandeirantes, a gente vê que a gente está no extremo Norte, e o outro aterro de São Paulo, que é o extremo Sul, nesses dois aterros hoje tem mais de sessenta milhões de toneladas depositadas. Uma coisa importante é o seguinte: que em potencial energético, uma tonelada de lixo pode gerar megawatts/hora no caso de incineração. O problema disso é qual é o custo que envolve, mas é o caminho futuro, certamente vai ser associado à incineração de lixo e não mais de aterro sanitário no futuro. Se a gente conseguir encontrar uma solução, vamos dizer, de custo de energia compatível, e isso é compatível, quando a gente olha quanto custa realmente o custo de geração a óleo que está se fazendo hoje.

Aqui nós estamos exatamente nessa planta, a gente vê esse primeiro retângulo ontem tem a fleshinha é a planta de gás, atrás é a planta de geração de energia. O projeto entrou no final de 2003, aproveitando, na época, ele foi o único projeto que conseguiu a isenção dos custos de transporte, porque a ANEL fez uma regulamentação que dizia que quem entrasse até dezembro de 2003 tinha um benefício. Nós conseguimos implantar em quatro meses e alcançamos esse benefício.

Em maio de 2007, quer dizer, está um pouquinho desatualizado nessa altura, mas só para ver a importância, nós já tínhamos coletado trezentos e vinte milhões de metros cúbicos de biogás, o que equivale a cento e sessenta milhões de metros cúbicos de gás natural, quer dizer, isso em praticamente três anos de operação, isso é uma grande jazida de gás dentro da cidade e já tínhamos gerado quase quatrocentos mil megawatts/hora nesse intervalo, e concretamente nós já certificamos, emitimos um milhão, seiscentos e setenta mil toneladas de crédito de carbono, metade disso pertence à Biogás, metade à Prefeitura de São Paulo, que agora no dia 26 faz um leilão e que deve ter um grande sucesso e trazer uma receita bem representativa. Vai ser eletrônico, feita pela BMW, mas eletrônico, então os compradores são compradores mundiais, grandes compradores, mas vai ser um leilão, quer dizer, foi estabelecido um preço mínimo e vai deixar correr.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é o preço mínimo?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: O preço mínimo que foi fixado, foi dito que seria baseado no preço europeu com desconto. Então para ter vamos dizer o movimento do leilão, esse desconto foi dado em 40%, é o preço de partida, e o preço de objetivo, que possivelmente ele chegue, termine o leilão com alguma coisa da ordem de 20% de desconto, pode chegar até a 15% se a adrenalina estiver --. Isso, se sair nesse preço que eu estou imaginando aqui, vamos dizer até uns 20%, 25% de desconto, isso pode ficar na base de quinze euros, quer dizer, que daria hoje trinta e poucos reais por tonelada, quer dizer, para a Prefeitura de São Paulo representa mais ou menos trinta milhões de reais que ela vai receber nessa primeira emissão, mas depois nós temos na verdade quase que anualmente uma quantidade muito significativa

que vai ser leiloada, e a Prefeitura adotou o critério do leilão com a preocupação da famosa transparência e de fato para ter isso, porque se você faz um processo de venda, por melhor que seja, sempre alguém acha que você vendeu pior depois. Então como ele é eletrônico, é mundial, quer dizer, os grandes compradores vão participar, o resultado do leilão é um resultado que foi totalmente transparente. Bom, esse é o outro aterro de São Paulo, o São João, a operação de remoção do gás foi iniciada em junho passado, no Dia Internacional do Meio-Ambiente, no dia 05 de junho, foi feita a inauguração da instalação de gás, ela fica no topo do aterro, e agora já está marcado, dia 25 de janeiro, que é o dia também de São Paulo, a inauguração da planta de geração. Então aqui nós vamos ter também uma planta de vinte e dois megawatts e nesse caso aí foi a própria empresa Biogás, através da sua subsidiária que fez todo o investimento, inclusive na geração, e já vendeu toda a energia de duas formas: metade foi vendida no leilão da ANEL, no ano passado, e a outra metade está sendo vendida para consumidores finais que basicamente são para os Shoppings Centers do grupo Multiplan.

Aqui é só um conjunto geral, pode passar.

Bom, aqui é só para mostrar uma situação que é curiosa, é o seguinte: aqui em São Paulo, para poder fazer no São João, teve que se fazer trinta quilômetros de rede para poder distribuir essa energia até uma conexão do próprio sistema de Eletropaulo. Então isso, o total do investimento que nós estamos fazendo lá no São João, é de oitenta e cinco milhões de reais para por esse projeto entre a coleta e a geração de energia.

E, por último, agora, nós ganhamos então concessão do aterro lá de Jardim Gramacho. O Gramacho, entre as violências do Regime Militar, o Gramacho foi uma delas, porque foi iniciado ali por volta de 1978, 1977, eu não sei se vocês percebem que isso é um mangue lá no Rio, quer dizer, eles fizeram não só um lixão como o lixão foi feito dentro do mangue. Então a que a gente vê lá no topo, ali é a Bahia de Guanabara, aqui estamos vizinho do Galeão, está certo, e depois de muitos anos, a partir de 1994, a COMLURB fez uma recuperação, que a gente chama remediação e ele foi transformado num aterro. Então hoje ele é um aterro sanitário controlado, tem uma área gigantesca, são equivalente a duzentos hectares, esse dado até que a gente fala de quinze metros abaixo do nível do mar agora já se verificou, depois que nós assumimos, que de fato não é quinze, é só cinco que está lá enterrado abaixo do nível do mar, e quarenta e cinco metros acima do nível do mar. Ele, ainda, individualmente, ele é maior que o Bandeirantes ou que o São João, e lá nós vamos, quer dizer, pelo menos eu prometi para o César Maia que seria em 20 de janeiro a inauguração do Gramacho na operação dele de remoção de gás.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nessa concessão a Prefeitura recebe parte do crédito.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: É, o que a COMLURB então fez, eu brinco muito que a COMLURB, ela sempre foi, entre as Agências aí Municipais de Resíduo Sólido, eu acho que ela sempre foi a mais competente, e ela sempre usou do aterro sanitário como tipo de um SENAC. O Deputado citou a CAENGE, está certo, mas todas as empresas que entraram no ramo de resíduos sólidos começaram lá no COMLURB, e como fosse no SENAC, o que ela faz? Ela paga um preço de escola para o sujeito aprender a trabalhar. Então a COMLURB sempre conseguiu operar o aterro dela a um nível de custo, porque era o preço do indivíduo para se formar o operador de aterro e depois participar de outras situações, Para se qualificar. O que ela fez então na hora do crédito de carbono? Ela pegou e fez que o processo decisório, ou seja, ela estabeleceu um mínimo que foi 25%, uma quantidade de referência que seria o seguinte: 25% com o mínimo de comprometimento, que eram quinhentas mil toneladas de crédito de carbono, ou seja, chegado lá é zero, tem que entregar para ela quinhentas mil toneladas, e aí a concorrência, não foi um leilão, era baseado na maior oferta, e nós, então, ganhamos, oferecendo 36% para o Rio de Janeiro, enquanto o segundo colocado ofereceu 27%, porque exatamente com base na experiência que a gente tinha --. Vai para a COMLURB. Na verdade hoje, esses 36%, já tem uma situação que é um pedaço para o Município de Duque de Caxias, que é praticamente meio a meio, metade é para Duque de Caxias, que é onde o Gramacho está localizado, e metade para a própria COMLURB.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: não se julga também apto ou em condições, com direito de explorar...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: É, aqui, tipicamente no caso do Rio, seremos nós propriamente ditos. Aqui em São Paulo foi o inverso. Primeiro nós tivemos a concessão, que foi na verdade em 2000, para a exploração do gás, só depois é que foi, em 2004, que foi feita a concessão da operação. Normalmente a tendência de novos aterros seria assim uma coisa integrada.

Bom, eu citei lá hoje e é uma coisa importante, quer dizer, em termos de aterro sanitário o Brasil tem uma posição destacada. Isso daí provavelmente não está atualizado, eu tirei isso em junho, mas em junho, dos vinte maiores aterros do mundo, nós tínhamos, entre os dez maiores, a gente pode contar que tem cinco, se não me engano ali brasileiros, um, dois, três, quatro, cinco, seis, seis aterros. Desses, entre os cin-

co maiores, o Bandeirantes e o São João, está ali o Bandeirantes em segundo e o São João em quarto. A gente só perde para um aterro que é um aterro na Coréia, mas isso em número teóricos. Em números efetivos nós somos hoje a maior performance no mundo, quer dizer, de aterro sanitário que realmente conseguir certificar, quer dizer, a ONU fez um levantamento onde existe uma grande frustração de que esses projetos não estão se materializando e nós estamos seguindo exatamente o que era a previsão do PDD. Em termos vamos dizer de emissão aqui de créditos de carbono no Brasil, é importante que até, quer dizer, se fala muito da quantidade, mas até junho o que tinha sido emitido efetivamente eram nove milhões de toneladas de créditos de carbono. Desses nove milhões, cinco era para a Rodhia e um milhão e oitocentos era a função aqui do Aterro Bandeirantes, quer dizer, realmente os outros projetos são projetos pequenos, mesmos os de biomassa, que tem uma quantidade, e por isso com um mecanismo desse que estamos discutindo, de associar de repente a questão fóssil, talvez estimulasse bastante esses pequenos projetos que, por serem pequenos, não conseguem ter a visibilidade que um projeto grande consegue alcançar.

O assunto de MDL, ele envolve sempre uma projeção, você tem duas opções: ou você pede créditos por dez anos ou por três ciclos de sete. Então o que nós fizemos? Nós optamos em ter três ciclos de sete, independentemente que isso fosse uma parte representativa depois de 2012, quer dizer, a crença é que existirá alguma coisa depois de 2012, que pode ser diferente, mas existirá. Então existia ou existe uma expectativa ainda grande de créditos de carbono no período pós 2012, quer dizer, que a estimativa total aqui do Bandeirantes é de doze milhões de toneladas, sendo que metade é da Prefeitura e metade é nosso. Então nós vamos ter uma expectativa de uma oneração(F). É, eu não acredito muito, quer dizer, esse número de vinte euros, eu acho que não é um número mágico, e por que eu digo isso? Porque isso é uma decisão política em cada país dele flexibilizarem urgência um pouco mais as emissões ou apertarem um pouco mais. Então, vamos dizer, tem muita expectativa que esses valores podem ser mais elevados, mas eu acho que tem um número mágico, quer dizer, ele não ultrapassa trinta euros, eu acho que fica tão caro na sua origem, lá nos países europeus, que eles criarão mecanismos para não deixar isso alcançar.

O São João é da mesma magnitude, ele é um pouco maior, ele vai atingir quinze milhões de toneladas, então metade novamente vai para a Prefeitura de São Paulo e metade vem para a Biogás.

E, finalmente, o Gramacho, nessa ocasião aqui, Gramacho tem um horizonte mais curto em relação ao que nós vamos operar de 2008 a 2012, depois de 2012, que é um grande volume, a gente ainda não tem certeza como vai se operar, mas o fato é que dentro de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os gases, como é o caso que a Rodhia citou, na verdade isso são temas extremamente polêmicos. O que é que é? O que ela obteve ou obtêm uma indústria de benefício por conta de uma emissão que ela não deveria ter, é desproporcional, então esses gases são tão nocivos que deram um coeficiente de multiplicação, quer dizer, o gás lá, o N2O, tal que a Rodhia recebeu seis milhões de toneladas por ano, que multiplicado para os seus devidos euros, é desproporcional com o que ela fez. Ali ela certamente não gerou nenhum desenvolvimento sustentável, tanto que isso tinha virado uma máquina de fazer maluco na China, a China estava fazendo indústrias poluentes para pedir o crédito de carbono depois, que pagava todo o investimento que ela tinha feito, e aí o mecanismo afastou todo esse tipo de indústria.

Então aqui, quando você está falando no próximo passo depois do Brasil que tem impacto e que tem magnitude, é o tema que envolve sem dúvida os aterros sanitários. Então hoje o Brasil tem uma posição já de destaque, têm bastantes projetos aí que estão em certificação e tem muito ainda para ser feito e curiosamente nas principais cidades: pega Brasília, pega Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia. Eles têm condições de serem recuperados, quer dizer, a gente chama remediado, aquilo tem que ser confinado, aquilo que estava perdido para trás, aquilo está biodegradado, só que tem valor energético ainda ali, que é uma outra discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para queimar.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Para poder queimar, está certo, mas o primeiro passo de qualquer lixão é ele ser recuperado, isso está acontecendo em Recife, quer dizer, em todas as cidades o primeiro passo é recuperar para não ter mais o lixão. O lixão é uma coisa inaceitável hoje para qualquer natureza. Nós, por exemplo, temos uma coisa que, vamos dizer, nós entramos em Gramacho pelo desafio de Gramacho, e Gramacho é um lugar, quer dizer, se compararmos com São Paulo, São Paulo não tem catador de lixo há mais de vinte anos, mas lá em Gramacho ainda existem mil e duzentos catadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: No lixão.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: No lixão, lá no aterro, lá no aterro, quer dizer, o Caminhão descarrega, a primeira coisa que faz é a atividade do catador de lixo. É, então aí, o que acontece? Existe

um problema enorme, está certo, que obviamente não é nenhuma atividade que a gente consideraria digna, mas por outro lado o que aquele indivíduo faz ali, em termos de receita, é mais do que ele faz com qualquer oportunidade de emprego que pudesse ser oferecida para ele. Então tem um problema social de uma magnitude extraordinária lá, que é aonde agora vai fazer parte, quer dizer, o nosso projeto ele é ambiental e social, nós vamos ter que ajudar a encontrar uma solução na hora que o aterro terminasse lá no Rio, que tem um horizonte de um ano e pouco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:... é que aquela fotografia que ele mostrou inicialmente tanto horizontais como verticais, os efluentes industriais, não existe no lixão, é muito difícil você fazer aquilo para ter uma saída de gás uniforme.

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: É, não é nem isso, porque o lixão, ele é aeróbico, então você não tem emissão naturalmente, aquela ali tem uma degradação que ocorreu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: no aeróbico, mas você não tem por onde sair o gás de uma maneira uniforme, com isso você compromete essa retirada como foi feita aqui no... qual é o potencial de geração de energia ou de gás ...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: É, não vamos falar a empresa, vamos falar o seguinte: nessas apresentações a gente vai com um baralho, a gente põe uns, tira outros, então eu fiz esse modelinho, vamos dizer, economicamente não é viável, em termos de geração de energia, uma cidade equivalente a menos de duzentos e cinqüenta mil habitantes, porque o projeto, ele fica tão pequeno, quer dizer, alguma coisa da ordem de uma megawatt, dois megawatts, que os custos fixos totais matam o projeto, está certo? Então isso é por um lado. Por outro lado, se fosse pelo uso enquanto gás, para aproveitamento do gás, ele realmente, porque sempre tendo essa noção, 20% da necessidade de quem gerou o próprio lixo seria atendido. Então, vamos dizer, a escala, ela ficaria nisso, duzentos e cinqüenta mil habitantes. Mas duzentos e cinqüenta mil habitantes, se a gente por procurar, nós temos ainda pelo menos cem municípios no Brasil que não tiveram o assunto resolvido. Antes o próprio Rio de Janeiro estava entre esses. É, aí existe a hipótese então de formação dos consórcios, quer dizer, o consórcio para ter uma coisa agregada e para você tomar cuidado com as distâncias, está certo?

Bom, só para fechar, eu só queria fazer uma... foi pena que o Senador Torino(F) estando aqui, mas que eu falei que eu ia fazer uma menção sobre a Guarda Suíça, e o assunto passa pela matriz energética, a história do surge(F). Então o leilão de ANEL, quer dizer, o que está mais ou menos, eu vou usar um número para menor, a ANEL já contrato ou mil megawatts, esse número é um pouco maior, eu acho que mil e duzentos ou mil e trezentos megawatts, da tal da energia que o Senador falou agora a diesel, está certo? Qual o critério então que isso foi contratado? Vamos falar que você tem mil megawatts contratados, que você paga firme ou que seria o equivalente a oito milhões de megawatts/hora/ano, você paga um custo *stand by* para ele, está certo? Então a conta mais ou menos hoje da ANEL, vamos falar do sistema, é de seiscentos milhões de realizo por ano, vezes quinze anos, são nove bilhões que estão contratados hoje como reserva a óleo. Agora tem a má notícia. Isso é para não gerar. Se gerar, a energia na média dessas Usinas, ela custará um adicional de mais duzentos reais pelo menos. Então se você pegar quinze anos de oito milhões de megawatts/hora/ano, vezes quinze, são cento e vinte milhões, e se usar o número agosto, se é 5% de chance ou se é 10% de chance, nós estamos falando em alguma coisa de dez milhões de megawatt/hora que será gerado a duzentos reais. Então nós estamos falando de mais de dois bilhões. Dois bilhões, com aqueles outros nove, nós estamos falando de nove bilhões, nós estamos falando num custo total na verdade de três bilhões mais ou menos, mas que está envolvido... não, trinta bilhões, quase trinta bilhões. Então a minha conta é: quem é a Guarda Suíça para mim que existe no Brasil? A Guarda Suíça é aquilo que a gente houve falar que existe na Suíça, dizem que o soldado é treinado, tem fuzil, tem bala, mas ninguém nunca viu, quer dizer, mas eles falam que tem o exército suíço, não estou falando da guarda do Vaticano.

Então aqui em São Paulo, especialmente, se fala muito na energia de biomassa e está sempre se falando do bagaço. Acontece que metade da capacidade instalada, ela está ansiosa, porque na hora que a Usina não tem safra, ela também não tem bagaço e ela tem a potência toda disponível. Então tem uma enorme contingência de potência disponível nas usinas de açúcar parado quatro mil horas por ano. Agora vem a pergunta: qual é o combustível? Só que o combustível também está dentro da usina, a maior parte do ano, que é o próprio álcool. Quando se faz uma conta de que se essa fosse uma verdadeira reserva de emergência, ela é extraordinariamente mais barata que a energia a óleo, sem os malefícios do óleo. Então tem dez anos que eu promovo essa discussão, só que sempre que eu chego, e sempre, é lógico que pelo lado do setor de açúcar e álcool, eles só se interessam quando está morro abaixo. Quando está morro acima, eles não querem conversar. Eles estão atravessando uma bolha agora, uma bolha negativa, uma depressão, ou

seja, com o desenvolvimento das áreas plantadas está havendo uma grande produção excedente que coincide com o período crítico que nós vamos viver de 2008, 2009 e 2010. Então atrás vamos dizer da grande crise que está se formando tem uma outra crise que é a própria crise que está se formando dentro do setor de açúcar e álcool e que pode ser uma resposta e limpa. Então essa é uma discussão que é muito interessante quando a gente fala em mudanças climáticas, no fundo você está falando de queimar um excedente, mas é um queimar para fins nobres. Então a minha apologia da Guarda Suíça é em torno disso, quer dizer, realmente a mudança climática, associada com a nossa necessidade energética, é um contra-senso total. Por outro lado, nós precisamos de energia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você pode vender energia direta para...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Aqui é o Unibanco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para consumidor

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Bom, aí funciona assim: a lei que a Câmara aprovou, ela diz o seguinte: que consumidores com carga maior que quinhentos quilowatts, que é um prédio, qualquer prédio que você imaginar, um prédio, está certo, que ele tenha quinhentos quilowatts de carga, ele está habilitado a comprar energia diretamente, ou se ele tiver um consumo, uma carga total, em várias unidades dele, maior que quinhentos. Então isso significa que qualquer rede de alguma coisa no Brasil, rede de supermercado, rede de banco, poderia comprar, mesmo que fosse para uma coisa --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em leilão?

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Não, não, isso é privado, é particular, porém a ANEL, até hoje, ainda não reconheceu esse direito, a ANEL ainda não reconheceu**.** Porque para o banco só está sendo, podendo utilizar, naquelas unidades individualmente maiores que quinhentos. Supostamente a partir de janeiro isso vai ficar liberado, aí você pode, por isso que a gente chama de consumidor especial. Então esse consumidor, ele paga um preço significativamente mais barato do que ele paga hoje para a Concessionária e significativamente melhor do que se a fonte alternativa fosse vender para uma Concessionária. Então é um jogo de ganha a ganha muito bom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você falou de dois aí na falta de operacionalidade. Tem outros e, se tiver, tem como você fazer um relatório seguro de todos os problemas aí do...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Com certeza, com certeza. Vamos dizer que essa postura, quer dizer, o que acontece? Vocês lutam lá, fora a questão de falar de Medida Provisória, para fazer, imagina o tempo que é fazer um Projeto de Lei, passar, fazer uma lei. Depois a lei, como a lei não pode nascer com o seu detalhe total, então fica a famosa regulamentação. Aí essas Agências, elas levam quatro anos, e como que ela faz? Se eles têm esse conceito burocrata que lá está de plantão de achar que a lei está errada, essa expressão, "ah, a lei está errada", ele não regulamenta. Então você do lado de cá só tem um recurso final, que é ir ao Judiciário para tentar buscar a implementação daquilo que foi dado pela lei. Então eu acho que isso pode ser feito e tenho o maior interesse vamos dizer de apresentar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A sua avaliação é essa: dentro do MDL, você acha que não temos orientação necessária hoje para ser feito... você acha que se nós tivemos um mercado interno ...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Eu diria o seguinte: sempre que o pessoal está clamando sobre essa questão, está atrás de uma questão tributária, está certo, essa é uma situação. Porém, ela de fato, o que existe está claro, quer dizer, se você está vendendo um derivado financeiro, a tributação do Imposto de Renda é clara, para exportação é clara, então isso é um mito, por isso que eu falei lá hoje que eu achava que era um problema falso. Mas o que é interessante na missão da Comissão e na questão da matriz energética, eu acho que se associar essa situação, falar: olha, você vai ter energia poluente, vamos chamar energia a óleo, o que for, então ela tem que vir associada a uma solução da questão climática. Esse componente, dentro do custo total que está se discutindo, é irrelevante, porque o custo já é tão caro que mais essa azeitona não vai tornar o assunto inviável, então eu acho que isso é um assunto que se a Comissão surgisse com uma decisão nessa linha, era muito interessante. Ah, eu tenho a impressão, porque a ANEL, eu tenho a impressão que teria que ser uma lei para dizer, para impor essa situação. A ANEL, por exemplo, impor essa questão, eu tenho a impressão que ela, eu não sei se ela tem capacidade para isso. O que tem que tomar cuidado, nessa questão de mudança climática, é o contrário, pois a boa intenção, agora nós vamos ter, é obrigatório, falou que é obrigatório, Kyoto acabou. Como nós não temos mecanismo interno, aí você realmente não teria mais nada de créditos de carbono.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você acha que o mecanismo interno...

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Bom, o punitivo sim, porque é punitivo, você não está dizendo o seguinte: você, para ter o aterro sanitário,

sou obrigado a fazer coleta de gás. Se eu for obrigado a fazer coleta de gás, o aterro não qualifica mais. No caso nós estamos dizendo: se vai ter que ter energia a carvão a óleo, ela tem que passar por uma limpeza virtual, que é trazer a compensação de créditos de carbono. Então isso, na verdade, está indo na direção positiva, está estimulando todo o processo e não deixando que essas fontes --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você está obrigando as fontes de combustíveis fósseis --

SR. MANOEL ANTÔNIO AVELINO DA SILVA: Isso pode, quer dizer, exatamente. A grande crítica que se fará aos países --**.** É, porque a grande crítica é como que pode um país ao mesmo tempo participar do MDL e ao mesmo tempo --**.** Isso, mas dizer que a fonte de fóssil, se ela vai fazer, que é uma coisa que não existe no Brasil e vai ser acrescentada, é que ela tenha que zerar a sua própria missão, aí eu acho que cria o mecanismo, tá bom?

A idéia é daqui a gente tomar uma água e um café, pegar o ônibus e só para vocês, eu não sei daqueles que conhecem, o aterro hoje não está mais em operação aqui, não está recebendo lixo, desde maio que ele parou a entrada de lixo. Então hoje o que a gente vê, isso daqui é uma jazida de gás, está toda --**.** Vamos passar, vamos passar aqui por dentro, a gente vê a geração e vai.

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Olha, essa região mais ou menos onde está o Caminhão ali, você tem mais ou menos uns cem metros de profundidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De lixo.

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Então você imagina que o ponto mais baixo que eu tenho do aterro, está vendo, lá é onde caminham os meus drenos de chorume, então lá o chorume é drenado e lá tem uma bomba que manda para a minha lagoa e depois para tratamento. Então se você imaginar que dali até aqui, se você puxar, nivelar aquilo para cá, você está na quota mais ou menos quarenta e cinco, vamos por relativo, quarenta e cinco, cinqüenta, e aqui em cima você está na quota cento e cinqüenta. Então é mais ou menos de cem a cento e dez metros.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpa, mas aqui é Perus?

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Ali é Pirituba, Perus é para cá, Perus é para cá, aqui é Pirituba. Se o Senhor for aqui mais para frente, o senhor vai ver que todo Perus aqui é uma região, inclusive foi de invasão aí, você tinha uma faixa de proteção do aterro que acabou sendo invadida e tal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quando é que começou a receber lixo?

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Em 1979.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é o nome do Senhor?

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Antônio Carlos Delbin, Diretor Técnico da BIOGÁS.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A tecnologia foi desenvolvida por vocês?

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Olha, o projeto foi concebido para a nossa acionista, que é a VANDERVIL, porém, devido às dimensões desse aterro e as críticas dos aterros brasileiros, todo o processo de coleta e captação de gás do aterro foram adequadas às condições do Brasil. Nós tivemos que mudar completamente a concepção do projeto em função das características locais. Outra característica importante da Biogás nesse projeto é que ela serviu de seleiro de mão-de-obra. Então nós tivemos uma série de profissionais que foram formados aqui que foram para o São João, o São João vai formar mais pessoal para mandar para o Gramacho e nós temos hoje sete estagiários, de nível superior, que a gente está formando mão-de-obra exatamente qualificada nesses aspectos. São todos estudantes de engenharia ambiental, engenharia civil, engenharia química, que estão sendo formados aqui dentro para poder --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Senhor tem noção assim do lixo que São Paulo gera hoje, quanto tempo um aterro desse aqui chegaria à sua capacidade?

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Veja bem, esse aterro é devido em cinco células, do AS-1 ao AS-5. O AS-4 e o AS-5 é exatamente daquelas árvores para cá, aonde você tem a última parte do aterro e onde efetivamente nós estamos captando. Essas células começaram em 1993, 1994, e se encerraram nesse ano. Eles têm aqui mais ou menos em torno de vinte milhões de toneladas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas jogaram só aqui todo o lixo?

SR. ANTÔNIO CARLOS DELBIN: Não, aqui recebia mais ou menos 50% do lixo de São Paulo. Os outros 50% eram para o Aterro São João.

Sessão encerrada às 16h34.

Ata da 25ª Reunião realizada em 28 de setembro de 2007

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 28 de setembro de 2007, sexta-feira, às 8h30, na assembléia legislativa do Estado do Ceará, destinada

a debater o tema "Desafios e perspectivas para o nordeste brasileiro".

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) **– Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Bom dia senhoras e senhores presentes ao Plenário 13 de Maio. Bom dia telespectadores da TV Assembléia. Para abertura da Audiência Pública que discutirá o tema Mudanças Climáticas, Desafios e Perspectivas para o Nordeste Brasileiro, convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Domingos Filho. [palmas] O Exmº Sr. Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, [palmas] e o Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Exmº Sr. Deputado Federal Eduardo Gomes. [palmas] O Exmº Sr. Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional [palmas] Exmº Sr. Senador Inácio Arruda, membro da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. [palmas] Exmº Sr. Deputado Cirilo Pimenta, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido da Assembléia Legislativa. [palmas] Exmº Sr. Deputado Lula Morais, autor do Requerimento. [palmas] Ouviremos o Hino Nacional Brasileiro.

[execução do hino nacional brasileiro]

[palmas]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, no nordeste as áreas semi-áridas e áridas sofrerão de redução dos recursos hídricos e alteração na vegetação por causa das mudanças climáticas. Como essa realidade não é caracterizada somente na região nordeste, ocorrem movimentos em prol da preservação do meio ambiente em todo mundo.

No Brasil estudos indicam que 75% da emissão de gases na atmosfera decorrem do desmatamento e das queimadas em especial na Amazônia e no cerrado. O Congresso Nacional, cônscio da importância do assunto e procurando concentrar em um único órgão colegiado o esforço das duas Casas, Senado e Câmara dos Deputados, criou a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, que tem como objetivo acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças no clima no território brasileiro.

O prazo de funcionamento desta Comissão é até 22 de dezembro de 2007, e a estratégia adotada foi de promover Audiências Públicas nos Estados para debater causas, conseqüências e controle do clima.

Diante desse contexto, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Domingos Filho, em parceria com a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional convidam a sociedade civil, bem como autoridades da área para discutir as mudanças climáticas, desafios e perspectivas para o nordeste brasileiro.

Com a palavra o Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Domingos Filho.

DEPUTADO DOMINGOS FILHO (PMDB-CE): Exmº Sr. Governador Cid Ferreira Gomes, Exmº Sr. Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Exmº Sr. Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, Exmº Sr. Senador Inácio Arruda, membro da referida Comissão, Exmº Sr. Deputado Estadual Cirilo Pimenta, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido da Assembléia Legislativa, Exmº Sr. Deputado Lula Morais, autor do Requerimento que originou essa audiência, Senhoras. Deputadas, Srs. Deputados, cumprimento a Deputada Federal Gorete Pereira, quero em nome do Secretário André Barreto cumprimentar todos os Secretários aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.

A desertificação tem sido uma das mais agudas preocupações ecológicas das duas últimas décadas e o debate sobre suas causas, efeitos e atitude de controle se intensifica. No momento em que o planeta se vê ameaçado pelo aquecimento global e pelas outras várias formas de degradação da natureza, aumenta a responsabilidade política dos dirigentes, dos políticos, da comunidade universitária e dos demais agentes sociais para no âmbito nacional discutir a educação ambiental como um dos recursos de minoração do conjunto de problemas urgentes e aflitivos que estão a requerer da sociedade empenho, tratamento lúcido e solução racional.

No que nos diz respeito como habitantes das regiões áridas, semi-áridas e sub-úmida, seca o problema que se mostra mais assustador é o processo de desertificação que está destruindo de modo inexorável o potencial produtivo de nossa terra já tão malsinada pelos fatores climáticos e pela negligência histórica dos responsáveis pelo seu desenvolvimento. A retirada da cobertura vegetal do solo, principalmente através das queimadas, com seu conseqüente empobrecimento pela diminuição da matéria orgânica e provocação da insuficiência de nutrientes é uma prá-

tica predadora de nossos agricultores repassada de geração a geração.

Faltou a nossa agricultura e aos que exercem a oportunidade da informação. E mais do que isso, as alternativas benfazejas de exploração da terra, de modo a poupá-la do desgaste suicida tornando-a ao mesmo tempo mais rendosa e frutificadora. O avanço galopante dos desertos sobre as áreas de fertilidade a todos assustou, provocando um movimento em favor da preservação, ação de cidadania que já vem rendendo os primeiros resultados favoráveis. O exemplo é o monitoramento do IBAMA dos focos de queimadas e incêndios florestais, atribuindo multa em processo aos que os praticam com delituosa enquanto tenta o esclarecimento pedagógico para os que degradam por falta de informação. Apesar dos parcos recursos os focos de queimada têm diminuído no Ceará, pois os 14 mil registrados em 2004 desceram para oito mil em 2006.

Embora sejam ainda cifras até aterrizadoras(F), o engajamento de diversos setores da sociedade organizada podem, com certeza, em breve, em breve tempo, acentuar a sua diferença.

Nesse quadro de envolvimento com essa boa causa a Assembléia Legislativa do Ceará quer se colocar na Comissão de frente. Acabamos de publicar uma cartilha produzida pela equipe do INESP, o nosso instituto de pesquisa que traz uma análise acurada sobre a desertificação, suas causas, seus efeitos e as perspectivas de controle.

O tema tem sido tratado pelos Parlamentares com muita freqüência no Plenário e nas Comissões. Além de em audiências como esta de onde procuramos retirar do debate novas luzes e encaminhamentos práticos.

A Assembléia Legislativa do Ceará recebe com a maior alegria os participantes desse encontro e deseja que daqui saiam grandes sugestões de solução para esse grave problema da realidade antiga e atual de nosso Estado. Sejam bem-vindos. Muito obrigado. [palmas]

Tenho a honra de passar a Presidência dessa audiência ao Exmº Sr. Deputado Federal Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, para conduzi-la.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bom dia a todos. Havendo número declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do ato conjunto nº. 001/2007 do Congresso Nacional destinada a acompanhar, monitorar, fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esta Audiência Pública destina-se a discutir o tema do aquecimento global e analisar os desafios para o nordeste brasileiro, dentro do esforço nacional de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Eu gostaria e aproveito para agradecer ao Exmº Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, pelo apoio, ao Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, Deputado Domingos Filho, ao Exmº Deputado Lula Morais, autor do Requerimento que possibilitou a realização desta audiência pelo apoio oferecido a esta Comissão, agradecer ao Deputado Cirilo Pimenta, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Ceará, ao Senador Inácio Arruda, autor no âmbito da Comissão Mista do Congresso do Requerimento e a sua solicitação para que a reunião realizada na região nordeste do Brasil ocorresse no Estado do Ceará, registrar também e dar os meus cumprimentos ao nosso Relator, Senador Renato Casagrande, cumprimentar a Deputada Gorete Pereira, cumprimentar o Deputado Chico Lopes, cumprimentar os Parlamentares que na sua passagem na Câmara dos Deputados deixou importantes contribuições e continua contribuindo para o debate da questão ambiental no Brasil, Deputado João Alfredo, cumprimentar a todos os demais Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos, funcionários da Assembléia Legislativa, representantes de Organizações Não-Governamentais. Faço apenas a breve informação de que esta Sessão está sendo, este evento está sendo coberto pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Agência Câmara, cumprimento a todos os telespectadores da TV Assembléia, da TV Ceará, da TV Verde Vale e da TV Sinal, que acompanham ao vivo esta audiência.

E a característica, Sr. Governador, de nessas Audiências Públicas e esta é a 25ª Reunião, mas a Comissão iniciou uma discussão em Audiência Pública que obedeceu uma ordem estabelecida no Plenário da Comissão, realizamos Audiência Pública no Estado do Amazonas, na Assembléia Legislativa de Manaus, na Assembléia Legislativa de Belém do Pará, na Assembléia Legislativa de Palmas, na Federação das Indústrias em São Paulo, na semana passada, ainda uma Audiência Pública sobre mercado de carbono, e a característica dessa audiência tem sido acolher, discutir com a comunidade científica, com os representantes de Organizações Não-Governamentais e com inteligência dos Estados e com a comunidade como o Brasil enfrentará essa questão inevitável que é o aquecimento global e as conseqüências advindas das mudanças climáticas.

Permita, Governador, que faça nesse momento também e aproveitando essa oportunidade, um registro de carinho e gratidão ao povo do Ceará. Afinal de con-

tas, a muito a ver na história da minha carreira política e do Estado do Ceará, afinal de contas foi um cearense que criou o meu Estado, o Estado do Tocantins como Deputado Federal, governou por mais de dez anos o Governador Siqueira Campos que é filho do Ceará. Então há essa necessidade desse registro como filho do Tocantins de estar hoje na Assembléia Legislativa sendo recebido com carinho por todos vocês.

Nesse momento para dar seguimento à nossa audiência é com muito prazer que eu passo a palavra ao Governador Cid Gomes. Muito obrigado.

[palmas]

SR. GOVERNADOR CID GOMES (PSB-CE): Meu caro Presidente desta Audiência Pública, Deputado Federal Eduardo Gomes, meu caro Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Domingos Filho, em nome de quem gostaria de saudar todos os Deputados Estaduais, meu caro amigo correligionário e Relator dessa Comissão Especial de Mudanças Climáticas, Senador pelo Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, meu caro Senador Inácio Arruda, em nome de quem gostaria de saudar todos os Parlamentares federais presentes também a esse evento. Meu caro Deputado Cirilo Pimenta que preside a Comissão de Meio Ambiente aqui da Assembléia Legislativa, e saudando ao tempo em que felicito o Deputado Lula Morais pela iniciativa de requerer a realização desse evento importante de uma Comissão importante, de um assunto importante aqui no nosso Estado.

Eu muito rapidamente desejo aqui mais na Comissão ou no desejo de prestar contas ao povo cearense, os presentes e os que nos ouvem pela cobertura que faz aqui as nossas televisões da Assembléia Legislativa, a TV Verde Vale, a TV Sinal, de Aracati, e a nossa TV Ceará, de como essa questão mais ampla, ligada ao meio ambiente está sendo tratada como planejamos e como estamos procurando tratar essa questão em nível de Governo do Estado do Ceará. Eu acho que o grande desafio que todos nós temos é compatibilizar o desenvolvimento necessário em qualquer parte do mundo, e mais imprescindível ainda aqui no nosso Estado, um Estado que tem características de pobreza, renda per capita, dificuldades geográficas, potencial econômico ainda com mais necessidade. Então compatibilizar o desenvolvimento necessário com a preservação do meio ambiente é a grande questão. Daí a política ou a gestão das políticas de meio ambiente elas não podem se fechar num gueto muitas vezes compreendido como pessoas contrárias ao desenvolvimento. A partir dessa constatação nós imaginamos em nível de estrutura administrativa do Estado, ao invés de uma Secretaria isolada, a gente procurar o desafio, eu sei que isso é um desafio, de fazer uma gestão colegiada. Daí fundamos, propomos a Assembléia e a Assembléia aprovou na Reforma Administrativa que aconteceu já no mês de fevereiro a nova estrutura de meio ambiente que é dirigida pelo Conselho de gestão de políticas do meio ambiente. Onde participam agentes de diversas Secretarias do Estado, porque o Estado tem, e num Estado pobre como o nosso é preponderante a ação do Estado muitas vezes iniciativas que conflitam também com a questão da preservação e do cuidado com o meio ambiente. Secretarias de Obras, Secretarias de Infra-Estrutura necessitam certamente ter uma interação e uma sensibilidade com a questão ambiental. A iniciativa privada também é fundamental, em vez de termos uma postura de antagonismo, que a gente ao contrário procure seduzi-los e procure envolvê-los na preocupação também com a questão ambiental. E eles, a iniciativa privada, participa desse Conselho de gestão de políticas ligadas ao meio ambiente, e naturalmente os setores do próprio Estado que tem o dever e a obrigação de atuar nessa área. Isso primeiro colocando aqui a forma como foi criado.

O Ceará tem muito claramente, de forma preponderante, três grandes biomas. Nós temos o bioma litoral, nós temos o bioma litoral, nós temos o bioma de caatinga, que é aquele que ocupa a maior parte do nosso território e temos alguns ambientes, alguns biomas de Mata Atlântica. Em serras, em chapadas que estão presentes aqui no nosso Estado. Todos esses biomas estão ameaçados na sua preservação. O litoral, pela iniciativa predatória de alguns empreendimentos turísticos que não têm a sensibilidade de zelar pelo meio ambiente, pela iniciativa de produção de camarão, que muitas vezes também aconteceu sem o devido cuidado, agredindo mangues, que é um ambiente absolutamente frágil e que, portanto, precisa ser cuidado com muito zelo e com muita atenção. As nossas matas atlânticas, os nossos biomas de Mata Atlântica também tem sido ao longo da história absolutamente devastados. Exemplos estão aí fáceis de ser identificado. Maciço de Baturité, Maciço da Ibiapaba, Chapada do Araripe são áreas que têm visivelmente sido agredidos pela ação indiscriminada e devastadora. E a nossa caatinga é permanente colocada como uma área ameaçada de desertificação.

Então nosso juízo, esses santuários de Mata Atlântica eles têm que ser tratados de forma radical. Tem que ser transformados em áreas de preservação ambiental e associando aí os órgãos federais e estaduais de fiscalização, o IBAMA e a CEMAS a gente efetivamente poder atuar e fiscalizar para que esses ambientes possam ser preservados e pensar até, esse é um grande desafio, na recuperação de boa parte das áreas que já foram agredidas.

O ambiente de caatinga se coloca como um grande desafio. Foi dito aí na fala do nosso Presidente da Assembléia de que um hábito secular que é o hábito de queimadas, isso é um ato dos indígenas, antes mesmo dos portugueses chegarem aqui os índios já praticavam essa forma de produção. Só que eram poucos e, portanto, o tempo que demandava, eram nômades e o tempo que demandava que eles voltassem a uma área já permitia aquela área que se recuperasse porque realmente era um espaço de tempo grande. O Ceará e boa parte dos Estados do nordeste aumentaram de forma significativa sua população. Hoje a gente vê em algumas regiões do Estado é já algo muito próximo desse processo que se trata aqui que é a questão da desertificação. Áreas como o Município de Irauçuba, a própria região do Presidente da Assembléia, [ininteligível] é visível o efeito e os danos que tem causado em tipo de prática. E o desafio que se coloca é pensar formas de convivência das pessoas que tratam a terra de forma a que se preservem os ambientes.

Nós temos assinado muito recentemente um convênio, um contrato a fundo perdido do Banco Mundial que destina dez milhões de dólares a dois Estados do Brasil, Bahia e Ceará, que tem realidades muito semelhantes para que a gente procure encontrar formas de permitir essa convivência e também de recuperar principalmente o foco nas áreas de nascentes de rios que precisam de um tratamento diferenciado.

Nós temos outro grande desafio que é a preocupação com a questão da água no nosso Estado. E aí é impossível a gente tratar dessa questão sem que se coloque a transposição das águas do São Francisco. Esse é um tema absolutamente polêmico. Mas, não será isso que nos fará recuar de uma absoluta compreensão de que nós aqui no nordeste setentrional, os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e boa parte de Pernambuco têm um déficit hídrico na comparação com a população que nos impõe essa alternativa se a gente quiser pensar num horizonte de médio prazo. De 20, 30 anos. Nós temos 12 milhões de habitantes, e aí é importante que a gente também procure desmistificar uma série de contrapontos, de argumentos de pessoas que se posicionam contrários a essa questão. O projeto de transposição é importante, Deputado Eduardo Gomes, Senador Renato Casagrande, que vocês saibam da real informação. Porque alguns colocam que há formas mais baratas de resolver o problema de populações e aí colocam populações do interior desses Estados.

Esse projeto de transposição das águas do São Francisco não se destina a esse público. Aqui no Estado do Ceará, por exemplo, nós temos um projeto para construir cem mil cisternas além de um compromisso de atuar no sentido de que a gente possa levar água a todas as comunidades urbanas de todo o interior do Estado do Ceará. O projeto de transposição do São Francisco é pensado para outro público. Para o público das regiões metropolitanas de Fortaleza, para grandes cidades de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte, para grande região, posso dizer assim já metropolitana de Campina Grande, que constantemente aviltada pela deficiência de água, de uma população de mais de 400 mil habitantes já naquela área e cidades também importantes como Caruaru, como Salgueiro no Estado de Pernambuco. Mas que é um público pensado no horizonte de 30 anos de 12 milhões de nordestinos. E não será cisterna, não será poço profundo, não será dessalinização de água do mar, que até poderia ser pensada como alternativa, mas é muito mais cara do que é a transposição das águas do São Francisco. Quer dizer, primeiro argumento do público e da necessidade real desse volume de água para atender ao consumo humano desse público. E contra argumento aos que lá da Bahia e de Sergipe que muitas vezes creio equivocadamente se posicionam contrário a esse projeto é de que o que demanda esse projeto é algo em torno de apenas 2% do volume de água médio que adoça a boca do mar. Água que já passou, já gerou energia em sobradinho, já gerou energia em Xingó, e que já foi suficiente para abastecer a área irrigada do trecho lá do perímetro Petrolina, Juazeiro na Bahia e que hoje não tem nenhuma serventia. Está servindo como se diz aqui popularmente adoçar a boca do mar. Em torno de 2% disso. O Rio São Francisco tem uma vazão média de 2.300 metros cúbicos por segundo. A vazão mínima é 1.800 metros cúbicos por segundo. O volume para essa transposição é de 9,6 metros cúbicos por segundo. Portanto, é algo irrisório, eu faço até um contraponto aí para mostrar a insignificância disso. Quem mede, Senador Renato Casagrande, o nível de vazão em determinado trecho é um processo muito simples, e até posso dizer à possibilidade que existe hoje de tecnologia rústico para os padrões atuais. Você tem a medição da seção do rio, o corte da seção do rio, como ele se comporta, e aquilo ali você calcula uma área. E aí coloca um aparelho rústico que mede a velocidade da água naquele ponto. Então a velocidade dividida pela área de seção dá a vazão média. O nível, a margem de erro desse equipamento é de 5%. Ou seja, como a gente vai pedir algo em torno de 2, 2,5%, está à metade da margem de erro. Então admitindo a hipótese absurda de que a gente conseguisse tirar escondido, ninguém notaria.

Portanto, para os nossos irmãos baianos e sergipanos, alagoanos... Alagoanos nem tanto, acho que são esses dois Estados que tem uma posição mais os-

tensiva contra esse projeto. Nós temos argumentos de sobra para mostrar a eles até porque se alguém tende mais, acho que é dever da natureza humana repartir com que está faltando. E isso já acontece exatamente entre a Bahia e o Ceará. O Ceará hoje é predominantemente atendido por energia que foi gerada lá no Estado da Bahia, no Estado de Pernambuco ou no Estado de Sergipe. Portanto, é algo que a gente deve compartilhar da mesma forma que a gente deve mandar para lá algumas coisas que sobram aqui. Naturalmente como somos Estados de muitas dificuldades, sobram muito poucas coisas.

E aqui eu entraria até num derradeiro tema, já estou me alongando demais, que é a questão da energia, já falei indiretamente. O nosso objetivo aqui é de que o Estado do Ceará possa ser num horizonte de dez anos um Estado exportador de energia. Nós temos absoluto potencial para isso. Nós temos já hoje autorizados através do único leilão que houve de energia eólica no Brasil, que leiloou 1.200 megawatts de energia eólica, o Ceará foi contemplado com 500 megawatts. O nosso consumo aqui é de 1.200 megawatts/ano. E nós já temos licitados pelo PROINFA 500 megawatts de energia eólica. Portanto, a gente pensar em mais 700 megawatts já nos permitiria ser auto-suficiente e com os outros processos de energia que a gente já tem instalados aqui, e alguns também instalados de outras fontes que não são fontes alternativas. Não são fontes limpas como é a energia eólica certamente nos permite essa possibilidade. Só para dar uma idéia, esses 500 megawatts autorizados para cá são de novo uma fração infinitesimal do nosso potencial. Nós já temos estudado aqui no Estado 25 mil megawatts de energia. Para dar uma idéia do que seja isso, são mais ou menos duas Itaipus. O Ceará já tem estudado, identificado eólica um potencial de 25 mil megawatts. Se a gente avançar um pouco, e isso é uma coisa que só o Ceará vai ter também e provavelmente o Estado do Rio Grande do Norte, se a gente avançar um pouco e estudar a energia que os técnicos chamam aí de eólicas geradas off-shore, que é fora da terra, já no litoral. Como nosso litoral aqui é um litoral de características distintas dos Estados que tem litoral a oeste, ou a leste, o nosso litoral é ao norte, então a costa norte do Brasil, notadamente Rio Grande do Norte e Ceará, é uma costa que aprofunda de forma muito suave. Então tem casos que com três quilômetros de distância do litoral a gente tem profundidades não superiores a oito metros. Portanto, isso nos permite a montagem de estruturas no mar para gerar energia eólica. Coisas que não permitia, por exemplo, a Paraíba, aí é abissal. Ou o Espírito Santo que é o seu Estado também. Com 50 metros da costa você já tem uma profundidade de 30, 40, 50, e isso vira abissal muito proximamente inviabilizando essa possibilidade.

Mas o Ceará deseja formalmente solicitar à Comissão que ora se apresenta aqui, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, que a União realmente encampe a idéia de definir um calendário de médio e longo prazo para permitir a implantação de energias alternativas com destaque para a questão da energia eólica. Porque se a gente colocar só energia alternativa vai preponderar a biomassa e isso de novo vai concentrar a região de energia lá no sudeste, no sul, na sua região centro-oeste que tem grande potencial, mas infelizmente nós não temos. Parabéns a vocês que têm, mas nós não temos aqui grande potencial para gerar energia de biomassa. Mas energia eólica o Rio Grande do Norte e o Ceará são dois Estados que têm maior potencial no Brasil, mas não se limita só a isso, o Rio Grande do Sul também tem, o interior da Bahia também tem grande potencial estudado de energia eólica e é uma energia absolutamente limpa, absolutamente sadia que com certeza nos colocaria numa posição de destaque. Para que isso se concretize o meu juízo é fundamental também que a gente tenha uma indústria instalada aqui no Brasil. Hoje o Ceará está montando esses 500 megawatts e está vindo aero gerador, base, torres da Índia. É um absurdo que a gente tem que comprar da Índia algo que certamente poderia ser produzido aqui gerando empregos aqui na nossa região. Mas nenhuma empresa virá se instalar aqui se não houver a segurança, a garantia de que o Brasil tem uma política definida para geração de energia. Teve esses 1.200 e a gente não sabe mais o que vai acontecer. Mas é que impor ao Governo Federal ou o próprio Governo Federal assumir esse compromisso de que nos próximos 10 anos terá pelo menos 1.000 megawatts gerados de energia eólica, isso atrairá para cá empresas do mundo inteiro e a gente até aqui vai também incentivar o empresariado e a inteligência nacional porque essa é uma energia que tem se desenvolvido de uma forma exponencial. E permitam, essa será a última observação.

Há muito pouco tempo atrás, a energia eólica, o percentual de geração e o valor do investimento necessário para a sua, vamos dizer assim, viabilidade, era praticamente impossível. Hoje investimentos feitos em pesquisa, em tecnologia, já estão dando uma relação de investimento e geração de energia que já viabiliza essa energia em muitos locais do mundo. O Brasil como tem uma fonte histórica muito barata, que é a energia hidráulica, certamente ainda teria na energia eólica uma energia mais cara. Mas na medida em que a gente esgota nossos cursos d'água, que também geram problemas, as grandes barragens geram proble-

mas ambientais, e aí vai ter que buscar cursos d'água na Amazônia, você vai ter altos custos com linha de distribuição. E isso naturalmente vai fazer com que a relação hidráulica e eólica fique muito mais próxima. Hoje em dia temos algo entre 140 a 200 ou 210 como também começa a se viabilizar crédito de carbono, com certeza esse custo já baixaria para 180. 190. Essas energias do Madeira certamente serão muito mais do que essa média. Vai passar para 170, 180. Então uma pequena diferença, a meu juízo, justificaria a viabilidade dessa energia.

Bom, obrigado a vocês, estou fazendo ao contrário, boas vindas, [palmas] sejam muito bem recebidos aqui no Estado, e parabéns e essa é uma causa e uma tese que eu teria muito gosto em estar junto porque comecei a minha vida pública participando de movimentos ambientalistas aqui no Estado do Ceará. Quando pouca gente tinha preocupação com o meio ambiente, nós fundamos aqui em 1978 a Aliança Jovem Ecológica, junto com o Flávio Torres e algumas pessoas a gente fez alguns movimentos públicos aqui no Estado. Muito obrigado e parabéns a vocês pelo empenho e pelo tema que tratam.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Governador, muito obrigado. Além da saudação, posso dizer em nome da Comissão que as palavras de V. Exª compõem o eixo de discussão principal dessa Comissão que é financiamento a fontes renováveis de energia e desenvolvimento da política de desenvolvimento sustentável, e pela expressão do nosso Relator que quer lhe fazer uma saudação agora também, vejo que é a primeira vez que a Comissão inicia já a sua Audiência Pública com uma rica contribuição que eu tenho certeza que será levada em conta e terá papel fundamental no Relatório final e nas obrigações que essa Comissão tem com o povo brasileiro. Então nesse momento eu passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Deputado Eduardo Gomes, nosso Presidente. Cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa Domingos Filho, agradecer também como já fez o Presidente Eduardo Gomes a sua atenção e receptividade conosco aqui no Estado do Ceará. Cumprimentar o meu amigo e companheiro de partido, Governador Cid Gomes. Vocês estão vendo que o Gomes aqui na Mesa também manda. Eduardo Gomes, Cid Gomes, e Domingos também têm um Gomes. Cumprimentar meu amigo e companheiro, valoroso companheiro de trabalho intenso no Senado, nosso anfitrião aqui também Senador Inácio Arruda, fomos Deputados Federais juntos e agora estamos no Senado trabalhando e me admira muito o trabalho que desenvolve e sua persistência de luta lá no Senado. Cumprimentar o Deputado Estadual Lula Morais, cumprimentar o Deputado Estadual Presidente da Assembléia Legislativa, cumprimentar os Deputados Estaduais presentes, os pesquisadores, estudantes, comunidade que faz parte aqui, a minha palavra também... Minha palavra vai ser muito rápida porque nós queremos participar dos debates. Ex-Deputado João Alfredo, está presente aqui, Deputada Gorete.

Acho que tem alguns pontos. Primeiro, reforçar só que a reunião da ONU nessa semana foi uma reunião importante. Porque colocou o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, discursando sobre uma agenda importante. A agenda de uma Conferência Mundial sobre Meio Ambiente do Brasil em 2012, propondo a Comissão Mista, já tinha proposto isso, a nossa Comissão já tinha feito essa proposta e o Lula reforçou essa proposta na conferência da ONU. Acho que o Brasil tem um papel a apresentar para sociedade global em termos de propostas nessa área do meio ambiente de mudanças climáticas, o Presidente Lula tratou de um novo plano de combate ao desmatamento e tratou de um Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas. Primeiro ponto aproveitar a presença do Cid Gomes, nosso Governador e da Assembléia Legislativa.

O Governo Brasileiro e a União precisam ter um Plano Nacional sobre mudanças climáticas. Agora, os Estados podem ter seus planos também. Aqui no Estado do Ceará já tem um programa de combate à desertificação. E de convivência com a seca, de ações para poder minorar o avanço desse aspecto de características de deserto, agora o Estado do Ceará a Assembléia Legislativa tem dado um bom exemplo na hora que está fazendo atualização da Constituição, eu parabenizo aqui a Assembléia Legislativa. O Estado do Ceará, o Governo, a Assembléia e a sociedade podem apresentar um plano estadual sobre mudanças climáticas. Pode juntar todas as ações que já estão sendo feitas com metas, com objetivos, e apresentar para a sociedade do Ceará um plano nesta área. A outra questão que nós viemos aqui debater é a questão da desertificação. Que é um problema que atinge as regiões do semi-árido, as regiões áridas desse País. Um déficit hídrico. Então esse é um debate que interessa porque as mudanças climáticas atingem especificamente estas áreas, e atinge as áreas mais pobres do mundo. Aquecimento global atinge as áreas com população mais carente do mundo. São as que primeiro sofrem os efeitos das mudanças climáticas.

E um terceiro ponto que nós vamos discutir é matriz energética. E aqui o Cid foi muito feliz ao tratar da geração eólica de energia. O Governo Brasileiro, e

aí o Congresso Nacional tem que fazer esse debate com mais intensidade, o Governo Brasileiro como é próprio do ser humano e nós que compomos as instituições nós agimos assim, a gente geralmente busca caminhar na direção mais fácil. E hoje naturalmente é muito mais fácil, muito mais rápido talvez gerar energia através das termoelétricas a óleo combustível, a gás natural, porque é montar uma unidade industrial e chegar o combustível e gerar energia. Mas este não é o caminho do Brasil. O debate inicial aqui já prova concretamente, nós temos um potencial enorme de geração eólica, temos um potencial enorme de aquecimento de água com energia solar. Nós temos um caminho até com a biomassa que é importante em diversas regiões brasileiras, mas nós temos um caminho que talvez possa não ser aparentemente no primeiro momento o caminho mais fácil. Mas é o caminho mais seguro para nós aqui no nosso País e para que nós possamos dar exemplos a outros países do mundo. Acho que esse debate é um debate central da Comissão Mista de Mudanças Climáticas porque tudo que nós fazemos nós estamos consumindo energia. Agora estamos aqui, microfone, energia, televisão, tudo aqui... O que nós estamos fazendo, o papel que nós estamos gastando, nós estamos necessitando de mais energia para gerar alguma coisa para substituir o que estamos consumindo.

Então é fundamental isso que matriz energética seja tema central de debate no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa, na comunidade, nas entidades porque isso vai garantir que nós possamos ter qualidade de vida mais adequada.

Então gostaria de deixar essa mensagem, dizer que nós viemos aqui no Ceará para buscarmos sugestões. O debate com especialistas, o debate com autoridades de cada região brasileira e nós escolhemos por indicação do Senador Inácio Arruda, por teimosia do Senador Inácio Arruda, porque a Comissão tem uma agenda, mas nós nos conversemos com os argumentos do Senador Inácio Arruda de que teríamos que vir ao Ceará para que a gente pudesse debater especialmente esses dois temas: Desertificação e matriz energética especialmente geração eólica de energia para que vocês possam ajudar a compor o nosso Relatório. Final de outubro agora nós vamos apresentar o segundo Relatório parcial e o que nós vamos coletar aqui é para compor... Este Relatório vai ser a contribuição do Ceará, a contribuição do nordeste para que nós possamos fazer o nosso Relatório, darmos a nossa contribuição. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Senador Renato Casagrande. Nesse momento eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda que no âmbito da Comissão sustentou a importância desta Audiência Pública e tem contribuído bastante com os trabalhos da Comissão, na convocação e no convite aos expositores. Foi o Senador Inácio Arruda o responsável pela ida à Comissão, os melhores momentos dessa Comissão, a ida do Prof. Aziz Ab'Saber, então nesse momento é um prazer está aqui em Fortaleza e passar a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Eduardo Gomes, meu caro Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Domingos Filho, Governador do Estado do Ceará Cid Gomes, que eu já aproveito para propor à Comissão de Mudanças Climáticas que realize em uma de suas audiências um debate com o Governador do Ceará e a Governadora do Rio Grande do Norte. Que seria muito significativo que esses dois Estados que tem esse largo potencial para a produção de energia eólica pudessem ir ao Senado e junto com a Comissão de Mudanças Climáticas a gente fazer um bom debate convidando também a representação do Ministério das Minas e Energia. Porque nós precisamos convencê-los de que este é um grande e bom caminho para o nordeste brasileiro especialmente para esses dois Estados.

Eu quero cumprimentar o nosso Relator, Senador Renato Casagrande, destacada liderança do PSB Nacional, o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa Cirilo Pimenta, o Deputado Lula Morais, autor desse Requerimento.

A nossa palavra tem um sentido. Quer dizer, eu insisti um pouco com esses dois objetivos. O Ceará é um dos Estados também que tem um processo largo de degradação de solos, pelo uso às vezes inadequado, da própria ação humana, e também pelas dificuldades do nosso Estado. Quer dizer, já é um Estado semi-árido, com processo de sair de semi-árido em algumas regiões para a região árida, e esse processo nós temos condições de combatê-lo, criar políticas públicas para combater esse processo. E nós temos uma instituição importantíssima que é a Fundação Cearense de Meteorologia, que trabalha não só para o Ceará, trabalha para o nordeste inteiro e para o Brasil. É uma instituição importantíssima para esse processo de debate que nós estamos levando no Congresso nacional.

E o segundo aspecto que eu fiz questão, insisti, achei, considerei que era muito importante era o problema da produção de energia. Porque a nossa Comissão ela tem que estudar, examinar, denunciar até as áreas que estão sendo degradadas por ação equivocada do processo produtivo brasileiro, mas ela tem que também propor, ela tem que apresentar soluções,

e nós temos uma alternativa no nordeste brasileiro. Nós temos geração de hidrelétrica em algumas regiões do nordeste brasileiro, que tem essa facilidade, e tem esse potencial nosso, potencial da nossa região que é o potencial de produção de energia eólica a partir do Estado do Ceará, Rio Grande do Norte, e podemos ir para outras regiões com um potencial de produção menor. Mas até o Mato Grosso, eu lembro que a Drª. Laura Porto do Ministério de Minas e Energia, em uma das audiências nossas para discutir esse tema ela disse que não. Até o Mato Grosso e o Estado do Goiás podem ter produção de energia eólica. Claro que vão produzir menos que o Estado do Ceará, menos que o Estado do Rio Grande do Norte, mas tem potencial de produção em todo o Brasil. O que nós precisamos é ter tecnologia em nossas mãos, ter capacidade produtiva em nossas mãos para que a gente possa baratear o custo da energia eólica.

Muitas vezes é informado para nós: Mas é muito cara a energia eólica. É o principal argumento do Governo hoje. Ela é muito cara. Mas eu digo, caro é construir uma rede de dutos para transporte de gás em todo o Brasil. É muito caro. São bilhões e bilhões de investimento. Então se você tem capacidade de incorporar toda essa rede, e muitas vezes essa rede sequer foi contabilizada no preço e no custo atual da energia a gás, a rede de produção hidrelétrica do nosso País, nós já dominamos essa tecnologia há cem anos, do começo do Século 20. A primeira usinazinha hidrelétrica em Paulo Afonso é lá. Delmiro Golveia, um cratense desbravador que saiu aí pelo mundo afora e foi colocar a primeira usina de produção hidrelétrica lá na região de Paulo Afonso.

Então quer dizer é uma tecnologia que nós já dominamos vastamente. Então você barateou demais os custos. Você já amorteceu. As principais hidrelétricas brasileiras, FURNAS, está amortecida. Já foi toda paga. Porque claro que a energia está mais barata. Agora, o Governador Cid Gomes levantou aqui. As novas vão ser caras. As novas vão ser caras. As novas usinas de produção hidrelétricas elas vão ser caras, elas não vão ser baratas. No norte vão ser caras, porque são custos novos. Redes novas de transmissão. Tudo isso incorporando ao preço é evidente que nós vamos ter uma energia cara e próxima da energia eólica.

Portanto, eu considero que essa audiência tem esse significado de incorporar temas do nordeste brasileiro, incorpora o nosso bioma, o único no mundo, que é o bioma caatinga, a desertificação dentro desse bioma, a preservação desse bioma, e, ao mesmo tempo, apresenta para o País uma energia limpa de grande potencial... O Governador está dizendo que só no Ceará são duas Itaipu. Se botar o Rio Grande do Norte talvez tenha uma terceira Itaipu. Não é pouca coisa que nós temos a oferecer ao nosso país. E sair de um Estado importador de energia para ser um Estado exportador de energia. Tanto o Ceará como o Rio Grande do Norte tem essas condições. Acho que é muito oportuna. Além de a gente poder também debater nessa Comissão o problema da interligação de bacias. Sempre vira uma espécie de fantasma para nós. A humanidade realiza isso alguns milhares de anos. Não é a primeira interligação de bacias. E como disse o Lula e agora disse o Governador, porque o Governador disse que a gente podia tirar água sem contar a ninguém. Se não contasse a ninguém, ninguém sentia. E o Lula colocou isso numa expressão popular. Que é uma cuia d'água para essa região. Então sinceramente acho que a gente tem que desmistificar, tirar esse fantasma da nossa frente de que não pode ser feita interligação de bacia com grande êxito para o Ceará, o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e mesmo Alagoas onde encontramos inicialmente alguma resistência.

Eu quero ficar por aqui para permitir que nossos convidados que são os principais debatedores possam ter oportunidade de mais largamente discutir os temas que nós estamos trazendo para debate aqui no nosso Estado e eu que agradeço também a oportunidade da Comissão estar presente e desejando êxito nos nossos trabalhos e que vocês conheçam um pouco dessa produção de energia daqui a pouco com a presença dos nossos Secretários, Adail Fontenele que está aqui presente, da infra-estrutura, e nosso Secretário também do Conselho de Meio Ambiente o André Barreto que está aqui acompanhando nossa audiência. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Senador Inácio Arruda. Nesse momento eu passo também para uma breve palavra, uma palavra ao Deputado Estadual Lula Morais, autor do Requerimento, e informo que na dinâmica dessa Audiência Pública entre as exposições e no final há sempre um momento de debate com a participação das Organizações Não-Governamentais, os Deputados Estaduais. O debate é intenso e proveitoso. Então nesse momento eu passo a palavra ao Deputado Estadual Lula Morais, autor do Requerimento de realização desta Audiência Pública.

DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB-CE): Obrigado Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Aquecimento Global do Congresso Nacional, Deputado Eduardo Gomes, queria saudar o nosso Presidente da Casa, o Deputado Domingos Filho tem ajudado muito a amplificar a nossa ação aqui no Parlamento e para todo o Estado do Ceará, além do

Estado do Ceará queria saudar o nosso Governador, o Cid Gomes, além dos Senadores Inácio Arruda e o Senador Renato Casagrande que sintam-se em Casa, tanto na Assembléia como na Casa do Estado do Ceará. Sejam bem-vindos. E o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente o Deputado Cirilo Pimenta.

Não vou adentrar no assunto tendo em vista que já foi bastante colocado, mas vou aproveitar a oportunidade para fazer uma propagandazinha de um trabalho que nós vamos fazer a partir de segunda-feira e este aqui já é o primeiro passo, é o pontapé inicial desse assunto.

Nós estaremos realizando a partir de segunda-feira, aqui na Assembléia Legislativa serão cinco segundas-feiras seguidas, um seminário sobre a prevenção e o combate à desertificação no Estado do Ceará, onde tivemos dentre tantos apoiadores e uma parceria grande com diversas entidades em especial, o Senador Inácio já falou, os nossos técnicos da FUNCEME, que é a instituição que desde 93 vem trabalhando esse tema. E nós teremos cinco módulos para discutir, a compartimentação geoambiental no Estado do Ceará na próxima segunda-feira, o panorama da degradação, um plano de ação estadual de combate à desertificação, experiências de monitoramento dessa questão aqui no Estado, e no último módulo uma atuação da sociedade civil e das entidades governamentais nesse sentido.

Então a academia, as entidades não-governamentais, o Governo estão sendo convidados e convidando para que nós possamos aprofundar esse tema e encontrar e compreender e ter uma reflexão de como nós podemos intervir para, vamos dizer assim, desviar o caminho que está sendo trilhado pela própria ação do homem, principalmente, que em última instância nós queremos a preservação da água. Preservar o verde, preservar os mananciais, preservar as lagoas, os riachos, a mata, a vegetação, é no sentido da preservação da água que é a última instância. Tendo em vista que esse que é o elemento vital para a vida animal, para a vida vegetal no planeta.

Portanto, queria deixar esse convite, essa informação, e que estejam todos convidados à participação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado Deputado Lula. Passo a palavra ao Deputado Cirilo Pimenta, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e em seguida a palavra ao Relator o convite aos expositores.

DEPUTADO CIRILO PIMENTA (PSDB-CE): Eu cumprimento o Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Gomes, o nosso Presidente o Deputado Domingos Filho, o Governador Cid Gomes e em nome deles cumprimento os outros componentes da Mesa e cumprimento a todos que estão presentes, aos telespectadores que nos assistem nesse momento no Ceará como um todo.

E gostaria de dizer o seguinte, essa preocupação com essas mudanças climáticas hoje é tema debatido no mundo todo de forma massificada. Tanto nos grandes centros como nos menores Municípios dos Estados do Brasil como um todo. Aqui no Brasil ele se intensifica de forma mais aprofunda no nordeste. Porque a nossa preocupação é realmente redobrada. Ela tem que ser voltada para as agressões que vem de fora, como o uso exagerado de petróleo, crescimento da atividade econômica também usando o petróleo, o desmatamento da Amazônia e de outras regiões do mundo todo que trazem alterações para nosso clima e nós já vivemos numa situação limiar. A nossa temperatura já é uma temperatura diferente dos outros Estados. Bastante elevada. A nossas precipitações pluviométricas elas já são menores do que muitas outras regiões do mundo.

Agora mesmo no interior do Ceará, nesse período de outubro, novembro, dezembro, já temos um clima de deserto. Muito quente durante o dia e já bastante frio durante as madrugadas, dando já uma demonstração de um clima que sai de uma situação semi-árida já para uma árida. E também as agressões internas como citou aqui o Governador, Presidente Domingos Filho na questão do desmatamento da caatinga, na questão do que resta da Mata Atlântica, da contaminação das águas e o nosso sofrimento com a questão da água é um sofrimento histórico. Só para os senhores terem uma idéia, em 1878 já precedido de uma seca em 1877, o Ceará naquela época tinha 130 mil habitantes. Aqui em Fortaleza concentraram-se, a capital tinha 30 mil e tinha 100 mil aproximadamente no interior. Já falei isso por várias vezes aqui. Nesse ano houve uma migração de quase 90 mil pessoas do interior para a capital. Porque não tinha água no interior. Nós não tínhamos açude. Nossas reservas eram poços e cacimbas. Aqui morreram 30 mil pessoas que se concentraram na grande Fortaleza na busca de água com a peste da varíola.

Então, ao longo da história nós... é uma história de sofrimento em conseqüência da falta d'água que continua até hoje. O Ceará, nós estamos em 2007, e estamos vendo aí uma grande parte dos Municípios sendo atendidos ainda por carro pipa. E os nossos grandes açudes, só estamos com dois anos com poucas chuvas. Os nossos grandes açudes já estão com menos da metade da capacidade. O Banabuiú, o Fogareiro

e muitos outros açudes nós já estamos apenas com 50%. E a nossa população hoje é mais de oito milhões de habitantes diferente daquela época. Se temos mais água acumulada, mas nós temos uma demanda muito maior que no século passado.

Então é de se justificar até mais. Porque se tivermos uma seca no ano que vem, nossos açudes estarão apenas 30% da sua capacidade. E tem a reserva estratégica que tem que se ter e a qualidade da água também. Porque com o desmatamento, mesmo ela já estando com 50% a qualidade da água hoje já é inferior à qualidade quando ele está com a sua capacidade real e que já tem afetado e muito as condições bacteriológicas que essas águas que são distribuídas no Estado do Ceará.

Então se justifica por demais a questão da transposição para abastecer uma população que hoje é infinitamente maior do que no século passado. É água para beber, como disse o Governador. Nós precisamos ter o Castanhão como grande cisterna que possa abastecer esses outros açudes e que conseqüentemente o Governo possa ter uma política de distribuição de água em todas as cidades do interior do Estado do Ceará. Água para beber. Porque estamos correndo o risco, com certeza, como é comum ter cinco anos de seca aqui, nós estamos com dois anos e nem de seca foram. Foram de precipitações pluviométricas bem abaixo, e toda essa mudança climática ela só vai afetar cada vez mais as precipitações na nossa região, daí a nossa preocupação da transposição das águas do São Francisco para dar uma sustentabilidade maior porque as alterações elas poderão ser combatidas, mas até elas serem combatidas, nós vamos sofrer muitas agruras ainda em conseqüência da seca.

Então tem a questão do desmatamento, o reflorestamento é uma questão de educação que nós temos que introduzir também, o Ceará hoje é um grande minifúndio, precisa realmente que haja uma educação de reflorestamento também e muitas outras políticas que ao longo dos anos tem que se colocar para que a comunidade se discuta e que comece na escola já esse processo de educação. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Cirilo Pimenta. Gostaria de registrar a presença do Dr. Adail Fonteles, Secretário de Infra-estrutura do Estado do Ceará, Guaraci Aguiar, Superintendente da FUNASA, Deputado Prof. Teodoro, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Deputado Fernando Hugo, segundo Secretário da Mesa, Deputado Adail Barreto, Líder do PR, Deputado Nelson Martins, Líder do Governo, Deputado Roberto Cláudio, vice-líder do Governo, Raimundo Bonfim Braga, Superintendente do IBAMA no Ceará, Prof. Evaristo Linhares, vice-reitor da Universidade do Vale do Acaraú, Lucas Antônio de Sousa Leite, Chefe Geral da EMBRAPA da Agroindústria Tropical, Wilcar Barbosa Rempel, PRODEMA, Universidade Federal no Ceará, Movimento pelo ICM Ecológico. Claudiomar Carvalho de Araújo, Presidente do Instituto Hidro-Ambiental das Águas do Brasil, Deputado José Sá(F), Deputado Dr. Washington, Deputado Dedé Teixeira, Deputada Ana Paula Cruz. Passo a palavra nesse momento ao Relator Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Deputado Eduardo Gomes. Vamos fazer então a composição da Mesa com os expositores já presentes e darmos início à parte de exposições.

Convido o Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins que é Presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. [palmas] Seja bem vindo Eduardo. Convido o Sr. José Roberto de Lima, Coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e a Mitigação dos Efeitos da Seca da Secretaria dos Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos do Ministério do Meio Ambiente. O Sr. Expedito Parente não tinha chegado, está chegando e quando ele chegar nós vamos compor a Mesa também com o Sr. Expedito Parente.

Então muito obrigado pela presença de vocês e vamos usar um tempo de referência, aqui não tem nenhuma determinação sem nenhuma capacidade de se flexibilizar, mas tempo de 15 minutos para a exposição. Passo a palavra ao Dr. Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins para que ele possa fazer a sua exposição, a exposição do Dr. Eduardo.

SR. EDUARDO SÁVIO PASSOS RODRIGUES MARTINS: Bom, antes de tudo eu queria agradecer ao convite. Primeiramente eu gostaria de saudar a Mesa, o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista, nome do qual saúdo toda a Comissão Mista pela iniciativa. O Sr. Relator, o Senador Renato Casagrande, Deputado Lula Morais acabou de sair, mas eu quero parabenizá-lo pela iniciativa e também o Senador Inácio Arruda pela teimosia de insistir que a Comissão viesse ao Ceará fazer essa Audiência Pública. Parabenizo pela iniciativa. Eu gostaria só que você trocasse a apresentação. Porque essa apresentação é do José Roberto.

Bom, como a gente ainda não tinha falado sobre o tempo de referência, minha apresentação está um pouco maior.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode fazer. Vai verificando. Nós não queremos perder em qualidade, não. Pode ir fazendo.

SR. EDUARDO SÁVIO PASSOS RODRIGUES MARTINS: Tá certo. Tudo bem. Bom, vou fazer uma exposição, primeiro vou falar um pouco sobre o problema, o que é o problema, tentar mostrar as conectividades com as várias áreas, a parte ambiental, a parte de recursos hídricos, e tentar inserir depois uma agenda para discussão. Vamos colocar aqui para a discussão da Audiência Pública, acho o objetivo último. A discussão sobre o tema. E como é que a gente pode se adaptar a todas essas mudanças.

Bom, o clima ele funciona como um modulador desse equilíbrio entre esses vários ambientes que estão aí. Não sei se dá para ver direito, atmosfera, criosfera, litosfera, biosfera e como tal, a gente não pode tratar o tema simplesmente como mudanças climáticas. Na verdade nós estamos falando de mudanças ambientais de todos esses ambientes. O clima é simplesmente o modulador de todas essas mudanças. Mas a desertificação tem uma forçante sobre o clima, e vice-versa o clima tem uma forçante sobre a desertificação.

Bom, para a gente entender o processo de maneira bem didática, o sol que é que alimenta toda a energia desses processos biofísicos, ele emite uma radiação para a Terra, parte dessa radiação ela é absorvida pela Terra fazendo o aquecimento, parte dela é refletida para a atmosfera, parte dessa radiação refletida ela é absorvida pelos gases estufas, vapor d'água, CO2 e metano mantendo essa radiação próximo à superfície terrestre. Tendo benefício de manter uma temperatura agradável. Ou seja, o efeito estufa ele tem uma função natural de manter a temperatura da Terra em níveis razoáveis. Isso é o processo natural. O que está acontecendo é que essas emissões de gases estão sendo aceleradas e esse aquecimento também está sendo acelerado.

O que nós podemos ver que sem esses gases estufa é que a temperatura da Terra seria aproximadamente 36 graus centígrados mais baixo. Então ela tem uma função apenas não podemos deixar de essa aceleração aconteça nos níveis que está acontecendo hoje.

Bom, todos os resultados que a gente vai falar aqui de grande maioria deles são ligadas ao IPCC que é painel intergovernamental, mas eu quero deixar claro que existem outras visões, algumas que são mais extremas do que o IPCC e outras inclusive inversas ao IPCC. Há pesquisadores que apontam para uma era de resfriamento global. A gente precisa reconhecer isso. Mas a grande maioria dos pesquisadores, o pessoal tem um número mágico, 95% dos pesquisadores apontam que realmente nós estamos num processo de aquecimento da superfície da Terra.

Bom, o IPCC o que é? Ele foi um painel que foi estabelecido em 1988 pela OMM e pelo programa ambiental das Nações Unidas. Hoje ele reúne nesse painel mais de dois mil pesquisadores.

Bom, quando a gente acompanha a série de temperatura e de emissões de CO2 a gente vê que existe um acompanhamento nas tendências de variação de temperatura e de CO2.

Então, o aumento das emissões de CO2 eles estariam acompanhado com o aumento da temperatura. E isso nos preocupa, porque de 1950 para cá essa tem sido a grande tendência do aumento do fluxo de emissões de CO2, aí no caso devido a combustíveis fósseis e vocês vêem o grau de aquecimento a partir de 1950. Essa é a problemática. O painel tem mudado o termo, antes era evidências prováveis, agora está sendo mais impositivo dizendo que as evidências agora não deixam dúvidas. Elas são inequívocas. Os 11 anos mais quentes desde 1950 estão entre os últimos 12 anos. Então eles colocam como evidência. Na segunda metade do Século 20 foi o período mais quente do hemisfério norte. Também é outra evidência. Também aumento do nível do mar que subiu 17 centímetros, o número de ciclones tropicais que tem aumentado desde 1970 e também a redução nas geleiras. Esse tem sido alguma das evidências que têm sido colocadas pelo painel, especialistas. E aqui mostra exatamente aquilo que eu falei que os 11 anos mais quentes estão entre os 12 últimos anos da nossa série de registros que são os anos de 98, 2005, 2003, 2002, 2004, 2006, 2001, 97, 95, 99 e 2000. O verdinho ele fica de fora desses 11 anos. Se pega o ano de 2005 como exemplo nós vemos que ele foi o ano mais quente desde o final do Século 19. A outra coisa é que nós tivemos um recorde no número de furacões. Aí eu cito como exemplo o Katrina. O painel também cita o número, o maior valor registrado em termos de prejuízos econômicos. Mas isso é algo que é difícil contabilizar e eu questiono esse dado porque tem a questão de desocupação desordenada do espaço urbano. Então o que é prejuízo devido às mudanças climáticas e o que é prejuízo pelo uso desordenado do solo. Então tem algo a ser questionado aí. E também secas em locais antes que não observavam seca. Sul da Europa e inundações na Índia.

A tendência tem sido essa, o vermelho mostra tendência de aumento de temperatura no globo, vocês podem ver que a cor mais presente é o vermelho, indicando que há exatamente tendência no aumento de temperatura, é interessante notar que em termos de temperatura todos modelos apontam para a mesma direção que é exatamente a tendência de aumento de temperatura. No que diz respeito à precipitação aí nós

temos um espectro maior. Nós temos uma variabilidade maior, nós não temos uma tendência única.

Então, sobre precipitação a gente meio que fica em dúvida. É muita incerteza para fazer alguma informação.

Bom, nós temos aqui as regiões do globo que nós temos registrado tendências de aumento, e abaixo as regiões do globo que temos tendência de redução de precipitação. Mas novamente não é algo que a gente pode afirmar categoricamente. Isso aí se trata essas duas figuras, a de baixo é exatamente a tendência de aumento da temperatura da superfície do mar e a de cima é o aumento do número de furacões e ciclones. Nós temos uma tendência forte desse aumento a partir de 1994.

Bom, a questão da redução das geleiras também é outro problema que vem sendo colocados como evidência. Eu não vou falar muito sobre isso. Não é... Não nos falta tanto assim. Pelo menos não está tão próximo. Isso tem impactos no que diz respeito a aumento do nível do mar. É bom a gente entender a escala do processo que nós estamos falando. Nós estamos falando de um processo que não está nessa escala de processo de transformação chuva vazão que ocorre numa bacia hidrográfica. Estamos falando de um processo que está na escala de 200, 300 anos. 100, 200, 300 anos. Abaixo da escala de mudanças geológicas. É importante que seja frisado. Também o gráfico não dá para ver muito bem, mas ele mostra, esse gráfico mostra a inter-relação entre os vários setores. A questão do clima como sendo uma forçante para mudança nos oceanos, a questão do clima como sendo uma forçante para desertificação e na degradação da terra, tendo impacto sobre a produção agrícola, tem o impacto sobre a precipitação, tendo impacto sobre a disponibilidade hídrica, tendo impacto sobre o declino dos serviços ambientais, e também na questão atmosférica. E tudo isso afetando o homem.

Bom, de uma maneira mais cartesiana, mais matricial eu separei alguns impactos das mudanças. A questão de saúde aumento de doenças respiratórias, questão da agricultura, declínio da produção agrícola, a questão florestal, nós vamos ter mudanças de ambientes, alguns estudos apontam para a Amazônia migrando para o cerrado, nós vamos ter migrações de espécies, a questão da disponibilidade hídrica vai ser afetada, a questão das espécies de áreas naturais algumas poderão ser extintas, porque as condições de ambiente vão mudar drasticamente.

Então são todas essas mudanças que são colocadas nesse relatório que a gente precisa ter uma visão mais contextualizada na região, aqui estou falando de interesse do nordeste, dos impactos dessa mudança sobre a nossa região. E aí vem um ponto falho nos estudos no que diz respeito à região norte. São poucos os estudos que nós temos detalhando, tentando dar um detalhe maior na região. E quando se tem se faz com um ou dois modelos que não dá conta com uma tendência mais generalista no que diz respeito ao impacto dessas mudanças.

Aqui a gente coloca como um dos estudos regionais o estudo Waves que foi realizado em 2000 que fez uma avaliação do que aconteceria nos próximos 50 anos.

Então, o cenário aí vai até 2050. E mostra claramente, o amarelo é uma precipitação abaixo da média, o azul é uma precipitação acima da média. Mostra claramente que para o Ceará vai haver no ano de 2050, nos últimos 10 anos a média histórica de precipitação cairia quando comparado com o restante, com o período histórico.

Então, nós teríamos uma precipitação menor do que a que nós temos hoje. Climatológica. Aqui mostra exatamente que o Estado do Ceará em particular ele fica com essa cor amarela que representa exatamente uma redução na precipitação. O amarelo significa que está abaixo da média. E no que diz respeito à duração do período seco nós vemos exatamente um aumento em torno de 14 dias pelos estudos aí realizados no Projeto Waves para o Estado do Ceará.

Bom, o estudo realizado pelo INPE recentemente foi até publicado na veja, ele trabalhou dois cenários. Foi um cenário menos pessimista, que o esforço conjunto dos países, nós estamos falando de mudanças globais, não é algo que você pode simplesmente com ação local fazer, mas tem que ser um esforço conjunto, e o esforço desses países reduziriam as emissões de CO2 nas próximas décadas. E outro cenário era mais pessimista colocando no sentido de que nós continuaríamos com esse nível de emissão que nós temos hoje.

Bom, o estudo tirou várias conclusões no que diz respeito à precipitação, mas precipitação ele usou um modelo que ele tem o viés negativo. Ou seja, ele é muito pessimista no que diz respeito ao que vai acontecer com a precipitação.

Na região nordeste ele aponta uma variação aí que vai entre... Minhas vistas já não me ajuda muito, mas acho que vai de menos 5 a 20%. Menos 5 a menos 20% de variação de precipitação. Nós teríamos uma redução de precipitação. Mas novamente, todos os modelos, se a gente pudesse avaliar o que aconteceria com outros modelos, os resultados poderiam ser completamente diferentes em termos de precipitação. Em termos de temperatura, não. Em termos de temperatura os modelos seguem uma mesma tendência.

Eles demonstram a mesma tendência. E sobre esse aspecto a questão hídrica é preocupante. Porque nós temos um aumento da evaporação dos lagos e por outro lado um aumento da demanda hídrica para irrigação, por exemplo. Então ela aponta nos dois lados da moeda. Tanto na oferta hídrica, quanto no setor de demanda.

Bom, a gente tem realizado na FUNCEME algumas análises no que diz respeito a nossas séries históricas e tem verificado uma redução em torno de 20% no período de 60, década de 60 até hoje.

Então, nós temos tido essa tendência de declínio de precipitação. Pode ser que esses cenários... 20%. 20% de redução. 60 até agora. As séries são curtas. É difícil a gente falar positivamente sobre isso. Mas é uma tendência. Com exceção de alguns locais que são áreas urbanas ou serras, e isso tem sido observado nas nossas séries históricas.

Bom, da mesma forma olhando para os oceanos que é quem modula o regime de precipitações, nós observamos essa tendência do aquecimento das águas do oceano e afetando o regime de precipitações aqui negativamente. Ou seja, existiriam uma tendência de redução de precipitação para porção norte e nordeste. Aqui são todos estudos feitos na FUNCEME através de um projeto de cooperação que é o Projeto Donwscaling entra a Universidade de Columbia e a FUNCEME.

Bom, é preciso entender um pouco essa conectividade entre clima e vários setores. Clima e recursos hídricos, nós temos uma conectividade que nós conseguimos demonstrar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só para eu poder me organizar, nós passamos 15 minutos. O senhor precisa de mais quanto? Cinco, dez minutos?

SR. EDUARDO SÁVIO PASSOS RODRIGUES MARTINS: Dez minutos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dez minutos.

SR. EDUARDO SÁVIO PASSOS RODRIGUES MARTINS: Bom, nós podemos mostrar essa conectividade entre clima e recursos hídricos. Nós observamos aí dois gráficos. Um são os indicadores de temperatura do El Niño, e as vazões afluentes do Reservatório Orós que é um reservatório bem representativo da região. Nós observamos que as vazões afluentes do Orós elas seguem um indicador do El Niño. Ou seja, tem uma conectividade da variabilidade do indicador do El Niño, ou seja, do índice de temperatura da região do Pacífico com as nossas vazões afluentes aos nossos reservatórios. Quando a gente olha esse mapa que mostra exatamente as áreas do oceano que tem mais correlações com a vazão do Orós nós mostramos exatamente isso. Nós mostramos uma correlação negativa na área do Pacífico que é aquela área roxa, com a vazão afluente do Orós. Ou seja, quanto mais quente for o Pacífico, menor vai ser a vazão afluente do Orós.

Bom, como trabalhar num regime de mudança? Isso é uma resposta que esta em aberto e a gente tem que fazer uma agenda sobre isso. Aqui eu mostra um gráfico que mostra a vazão regularizada em 90% de garantia, ou seja, a cada dez anos uma falha, ao atendimento das demandas, e a gente mostra que se a gente pegar períodos diferentes da série histórica de vazão afluente ao reservatório esse valor de referência que é utilizado como valor de referência para atendimento às demandas, ele varia sensivelmente. Então que valor usar? Que ferramental tecnológico usar? E aí vem as questões das escalas temporais. Temos as escalas temporais sazonais, nós temos escalas temporais de médio prazo e nós temos as escalas temporais das mudanças climáticas. Nós não temos ainda um ferramental tecnológico e precisa ser urgentemente desenvolvido para como trabalhar essa questão num médio e longo prazo.

Bom, aqui eu tento fazer uma conectividade entre clima e desertificação, o Zé Roberto vai falar um pouco sobre essa questão de desertificação. Aqui a gente está usando o conceito da convenção, do índice de aridez, que faz a relação entre precipitação e evapotranspiração. E quando é menor que 0.65, se eu não me engano, nós temos climas, ali está qualificado hiper árido, árido, semi-árido e sub-úmido seco, e quando a gente analisa como varia esse índice de aridez ao longo da série histórica nós vemos exatamente essa ligação entre clima e a questão da desertificação. Porque nós vemos que o índice de aridez ele varia sensivelmente dependendo do período da série que você está trabalhando.

Bom, novamente isso só mostra que está tudo interligado que nós precisamos tratar o problema como ele é. Não de forma setorial, mas de modo transversal. E a agenda que foi falada aqui da energia, ela está dentro de uma agenda maior que é uma agenda de adaptação. Agenda de adaptação que deve trabalhar variedades de culturas mais resistentes a períodos mais longos de seca que necessitem menos água, no que diz respeito ao espaço urbano também o consumo de água, nós temos que mudar nossa postura no que diz respeito ao consumo de água, questão de edificação, como projetar edificações que aproveitem melhor a iluminação natural, e não tanto a iluminação artificial. Então tudo isso a gente tem que trabalhar. É um problema complexo, é uma agenda muito complexa que precisa de uma ação transversal. A agenda é

essa. Redução das emissões, eu coloquei o CO2 como principal e a questão de adaptação. Mas nós não podemos deixar que esses ajustes eles atuam sobre os vários sistemas. Ecológicos, sociais, econômicos, em resposta a essas mudanças. Então nós queremos reduzir vulnerabilidade, amenizar danos e captar oportunidades também. A questão dos biocombustíveis ele entra nessa questão de captar essas oportunidades. Assim como da eólica.

Bom, nós precisamos também ter uma visão diferenciada. Nós temos grupo sociais que são mais vulneráveis do que outros.

Então, a vulnerabilidade a essas mudanças ambientais, climáticas, ela depende da exposição que esses grupos sociais estão a esses riscos, e também a sua capacidade de adaptação. No que diz respeito ao sistema hídrico, que é minha área mais forte de atuação, a gente vê claramente um grupo social que está dentro do hidro-sistema, ou seja, que tem acesso a adutoras, reservatórios, a água vindo desses locais e temos outro grupo social que não tem acesso a essas fontes. Então o tratamento deve ser diferenciado. E nós não podemos tratar da maneira como se fosse um problema único, e nós temos os sistemas naturais e os sistemas humanos que reagem de maneira diferente. É preciso a gente ter essa consciência. Os sistemas naturais eles só reagem de maneira reativa. Nós temos a capacidade de reagir de maneira preventiva. E tem várias ações que o setor público e o setor privado podem fazer de maneira diferenciada.

Bom, aqui eu coloquei uma série de questões sobre a questão de adaptação. Sobre a palavra adaptação. Adaptação ela pode reduzir impactos adversos, as comunidades se adaptarão autonomamente, mas não sem custos. É preciso ter consciência que nós vamos ter custos agregados a isso.

As características chaves em mudanças climáticas são variabilidades extremas. Nós vamos ter mais extremos. Ou seja, vamos ter secas mais severas, cheias mais severas. Isso agravado também pela questão urbana. Nós temos que ter medidas de adaptação planejadas, elas... Essa adaptação planejada ela dá um benefício associado. Mas para isso aconteça ela precisa estar internalizada no de planejamento do Estado, do Poder Público. Não vamos esperar que essas coisas vão acontecer se não houver uma mobilização que aqui eu acho que essas iniciativas caminha para isso. Essas adaptações elas são prováveis de serem implementadas, somente, como eu já falei, se forem integradas a esse processo de planejamento.

Bom, esse é o último slide, Relator, a capacidade de adaptação ela varia consideravelmente entre os grupos, como eu já falei na questão hídrica, as atividades de envolvimento elas modificam a capacidade adaptativa, ainda que elas tentem por vezes omitir os efeitos das mudanças climáticas quando não é de interesse. A melhoria na capacidade de adaptação é necessária para reduzir a vulnerabilidade, especialmente para o mais vulnerável, e conhecimento corrente de adaptação e capacidade adaptativa ele é insuficiente. É preciso que a gente trabalhe mais isso. Nós estamos muito fracos nesse sentido. Era só isso que eu gostaria de expor e eu agradeço o tempo adicional.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Muito obrigado Eduardo pela sua contribuição. Convido para compor a Mesa o Sr. Expedito Parente, que é engenheiro químico e Presidente da TECBIO, Tecnologias Bioenergéticas. [palmas] Muito bem vindo e passo a palavra ao Sr. Roberto Lima, pedindo também que seja se possível...

SR. ROBERTO LIMA: Exmº Sr. Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista agradeço ao convite e quero particularmente aqui fazer uma saudação aos companheiros de luta nessa área de combate à desertificação. Senador Inácio Arruda e Deputados João Alfredo, companheiro Liduíno, nosso ponto focal do Governo do Estado, senhoras e senhores. Eu vou tentar nesse tempo de 15 minutos falar um pouco sobre a questão da desertificação como problema global. E é um problema global porém não atual. É um problema muito antigo. A desertificação ao longo da existência humana ela tem aniquilado uma série de grupos sociais. E é o que justamente nos preocupa nesse processo, nesse avanço da desertificação principalmente em razão da questão da mudança climática que é um tema um tanto recente. Mas se vocês começarem a pesquisar vocês vão encontrar na literatura grupos sociais como os anassassis(F) do sudoeste americano, os maias, os habitantes da Ilha de Páscoa que foram sociedades que desapareceram, se auto aniquilaram por usar a exaustão os seus recursos naturais. Então não é um tema tão recente. Porém, para o nosso entendimento aqui eu vou fazer um breve histórico de como isso se insere, primeiro, na agenda da academia, que data mais ou menos da década de 1930, onde a grande seca no oeste americano provoca forte impacto na economia dos Estados Unidos. É a partir desse momento que a desertificação começa a ser introduzida na agenda academia e começa a ser pesquisada as suas causas e as soluções para o problema. Outra data importante os mais antigos devem lembrar que a década de 60 onde uma grande seca no Saheu Africano provoca a morte de aproximadamente 500 mil pessoas e milhares de animais. E a partir daí que há uma certa comoção internacional e a desertificação também passa a ser

introduzida na agenda das instituições internacionais, das instituições das Nações Unidas, também de instituições financeiras como o Banco Mundial.

Então, essa conjunção de fatores que começam a fazer a ligação entre a questão da desertificação e os modelos econômicos globais. Principalmente os modelos colonialistas de produção. Esse problema que acontece na África leva ao tema para ser tratado pela primeira vez como tema global dentro da conferência de desenvolvimento humano que acontece em 72. A gravidade do problema remete a uma conferência específica sobre o tema que acontece em Nairobi também já em 77, e a partir daí se começam algumas terminativa de se criar políticas internacionais de combate à desertificação. Essas políticas naufragam em grande maioria pela falta de interesse dos países ricos em aportar recursos a isso, e que nos remete a 92, a conferência do Rio de Janeiro. Um pouco antes da conferência do Rio é organizada aqui no Estado do Ceará uma conferência internacional que discute a questão das mudanças climáticas e os seus impactos nas regiões áridas e semi-áridas do planeta. É esse seminário que dá subsídio técnico para a criação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Aliás, são três convenções que são criadas na Rio 92: A Convenção de Combate à Desertificação, a Convenção de Mudança Climática e a Convenção de Diversidade Biológica.

A Convenção de Combate à Desertificação passa então a ser o principal instrumento jurídico internacional das políticas internacionais com relação ao fenômeno da desertificação. Ela hoje é assinada por 192 países altamente afetados por esse processo. Congresso Nacional ratifica a convenção em 12 de julho de 94. É importante também lembrar que em 17 de julho de 94 também é aprovado o texto da convenção em Paris, e é 17 de julho que é considerado até hoje o dia mundial de combate à desertificação. É extremamente importante lembrar aqui nesse processo que quando começa a se discutir essa convenção, a criação da convenção, havia um movimento dos países africanos para que a convenção fosse um instrumento exclusivo da África. O Governo Brasileiro, através do Itamaraty que chama atenção e diz, não. Não pode ser um instrumento apenas africano. Reconhecemos que a África é o País mais afetado, mas é um sistema que diz respeito a todos os países e todas as regiões do globo. Na Ásia, na América Latina. Então começa-se... É a partir daí que essa convenção toma um caráter global. Posteriormente também em função dessa dinâmica mais global que o Brasil impõe à convenção, no ano seguinte acontece também aqui em Fortaleza a Conslade(F), que é a conferência latino-americana que elabora o anexo regional da convenção. Então Fortaleza tem dentro dessa convenção um histórico muito grande, o que também impõe uma responsabilidade muito grande.

Um dos pontos mais delicados dessa negociação de convenção é justamente a questão do conceito de desertificação. O conceito ele se restringiu à questão das áreas áridos, semi-áridos, úmidas, secas. Então ficou dentro desse conceito que a desertificação seria um processo de degradação das terras nas áreas áridas e semi-áridas, resultante de fatores naturais, como as secas, ou seja, as variações climáticas, mas principalmente em razão da ação humana. E degradação da terra seria a perda ou redução da produtividade econômica ou biológica e da complexidade dos ecossistemas causados por questão de erosão, questão de deterioração de solo e perda da vegetação natural. Isso aqui o meu companheiro anterior já fez uma menção. Ou seja, que seria esse índice de aridez que poderia classificar essas regiões em áridas, semi-áridas, úmida e seca, utilizou-se um conceito de um Holandês chamado Tonit(F) Waite(F) que é justamente essa relação entre a precipitação e a evapotranspiração potencial. Agora, é extremamente importante lembrar que esses feitos agora eles estão sendo rediscutidos no âmbito da convenção combate à desertificação. Porque estão querendo abranger a questão da degradação da terra também a outros biomas. Para nós termos um pouco a idéia da dimensão do problema, a desertificação atinge hoje aproximadamente 36% da superfície imersa do planeta. Então não é uma área tão irrisória. E afeta cerca de 2,6 bilhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 42% da população mundial. E é dessas regiões que hoje saem 22% da produção de alimentos do planeta. Então nós estamos falando realmente de um problema global. Entre as causas, elas são quase a mesma em todos os países. As questões do extrativismo, principalmente do extrativismo vegetal e mineral, madeira e outras coisas, a questão do desmatamento desordenado, problema de queimada, processo justamente desse desmatamento para a utilização na indústria, a questão do pastoreio tanto do sobrepastoreio quanto dos subpastoreios, e também uma questão extremamente preocupante para nós no Brasil que é a questão da agricultura. Principalmente a agricultura irrigada, onde o manejo inadequado provoca processos de salinização de solos aqui mesmo no Ceará você tem áreas no Jaguaribe, grandes áreas que estão fora do processo produtivo por irrigação mal conduzida. Não quer dizer que a irrigação seja um problema, quer dizer que ela mal conduzida ela é um problema. Os impactos todos nós conhecemos muito bem. Processos de migração em massa. A junção de vários fatores de

populações de extrema pobreza. E aí eu quero fazer um adendo aqui que o texto da convenção ele é muito claro. Combatendo a desertificação nas regiões áridas e semi-áridas e sub-úmidas do planeta implica necessariamente combater a pobreza. São nessas regiões, senhoras e senhores, que estão os maiores continentes de pobres nesse plena. São questões de causa e efeito, pobreza e degradação ambiental. Não há nada que esteja mais atrelado, casado um com o outro. Agora, esse processo de imigração, por exemplo, agrava problema de infra-estrutura, principalmente nos centros urbanos. E para vocês terem uma dimensão, estudo recente da Convenção das Nações Unidas aponta que o Brasil tem hoje o processo de desertificação perdas econômicas da ordem de 5,6 bilhões de dólares ao ano. O Ministério do Meio Ambiente prevê que é necessário investimento para recuperar as áreas afetadas na ordem de dois bilhões nos próximos 20 anos. Então nós estamos tratando de uma questão grave e uma questão cujo impacto é extremamente danoso a uma população significativa do território nacional.

Só para fechar esse bloco na questão internacional. É importante perceber que a questão de desertificação está diretamente atrelada aos demais temas das outras convenções do Rio. A mudança climática potencializa o processo de desertificação, assim como a perda de biodiversidade. Também provoca um processo de desertificação intensa. E a desertificação impacta diretamente a perda de biodiversidade e também a questão de mudança climática. Ou seja, há uma simbiose entre os três temas. O que não nos deixa apensar porque é que dentro da estrutura dessas três convenções a convenção de desertificação é a convenção considerada a prima pobre? É a convenção que menos tem tratamento internacional e também tem um tratamento um pouco débil do ponto de vista nacional. Se você pegar a situação de tratamento que os países ricos dão à Convenção de Mudança Climática e Convenção de Diversidade Biológica é infinitamente superior ao tratamento dado à Convenção de Desertificação. A minha opinião é que talvez seja pelo fato de ser uma convenção que trate de pobreza. E não é um tema que tenha grande apelo do ponto de vista das políticas internacionais. Em função dessa questão, uma das questões que a convenção impõe aos governos de Estado, dos países, é que cada um elabore um programa sinalizando de como é que vai tratar a questão da desertificação no seu território e também nas suas políticas públicas.

Então, em 2003 o Governo Brasileiro inicia na administração da Ministra Marina a elaboração do programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação do efeito da seca. O objetivo principal desse documento é de estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais de forma a otimizar a formulação de política e também a execução de investimentos, tanto público quanto privado nas áreas suscetíveis à desertificação, sempre com vista ao desenvolvimento sustentável. Aí é muito importante lembrar que o programa de ação nacional de combate à desertificação é um programa de desenvolvimento sustentável, as áreas suscetíveis de desertificação. O que eu vou explicar o que é uma área suscetível um pouco mais à frente. O foco então é apoiar o desenvolvimento sustentável nessas áreas por meio do estilo da promoção de mudança no modelo de desenvolvimento. Ou seja, principalmente o foco que é impelido pela convenção que é o foco de combate à pobreza e também de preservação dos recursos naturais.

O Brasil ele se assenta entre quatro eixos básicos que é da questão de redução da pobreza e da desigualdade social, a ampliação da capacidade produtiva, a preservação e manejo dos recursos naturais e principalmente a questão da gestão democrática e fortalecimento institucional. Queria fazer uma ressalva aqui que a elaboração do plano de ação nacional de combate à desertificação envolveu aproximadamente 400 instituições entre públicas e privadas, e aproximadamente 1.200 pessoas.

Então, foi através desse processo que nós conseguimos a partir de 2003 difundir o problema da desertificação pelo semi-árido e trazer esse tema ao tratamento de uma série de órgãos federais e políticas federais. Entre elas a política regional de desenvolvimento regional, entre elas a política agrícola, o tratamento por instituições como Ministério da Agricultura, Ministério da Integração, Ministério da Educação, e demais Ministérios. A área suscetível a desertificação é essa que eu estou apresentando aí no mapa, ou seja, dentro do conceito de Tonit(F) Waite(F) o semi-árido, é essa área marrom um pouco mais escura, a outra é a área de sub-úmido seco e essa área que nós chamamos de entorno, é justamente Municípios que algum momento tiveram estado de calamidade por seca. No total essa área abrange 15% do território nacional. Impacto mais de 1.482 Municípios, mais porque alguns municípios se desmembraram. Então a área não cresceu, mas o número de Municípios sim. E hoje nós temos aproximadamente 32 milhões de pessoas vivendo nessa região suscetíveis à desertificação. A situação nessas áreas a maioria dos senhores bem conhece, a questão do quadro de pobreza, de manejo inadequado de solo, alta dependência dos recursos naturais para fins energéticos, problemas graves de saneamento. Outra questão também é a questão da redução das áreas de vegetação. A área suscetível de desertificação abrange

dois biomas, sendo que o bioma caatinga nós já temos pouco mais de 56% da sua área antropizada. E dessa área apenas 4% está sendo protegida. Unidade de conservação federal ou estadual. O segundo bioma que é o bioma cerrado já tem 67% de sua área antropizada. E lá aproximadamente 20% de sua área também estão protegidas por unidades de conservação.

O resultado dessa situação da redução da água do desmatamento é imediato localmente. Aqui nós temos dados da Prefeitura do Crato onde já se verifica a questão da redução das fontes de água no Crato. Outro impacto imediato é também na questão da produtividade, ou seja, o empobrecimento, a exploração do solo, os processos intensos de seca provoca uma queda imediata na questão da produtividade. Só um pouco mais, eu queria pedir só um pouco mais de tempo, que eu queria apresentar para vocês aqui a questão dos impactos das mudanças climáticas nesse processo de desertificação. Cinco minutos no máximo.

Primeiro que os estudos do IPCC estão indicando que América Latina e Caribe vai ter um aumento médio de temperatura entre 2 e 6%. A nossa simulação junto com o INPE já aponta que o semi-árido brasileiro será a região mais vulnerável da América Latina e esse aumento de temperatura será entorno de 4 a 6%. Localmente. Claro, se até 2050 as projeções do IPCC indicam que 50% das terras da América Latina vão estar fora do processo produtivo para o processo de desertificação e industrialização, no semi-árido isso também se reflete. Nesse mesmo horizonte temporal o nosso semi-árido talvez não mais exista. Se transformará em árido. O sub-úmido seco será transformado em semi-árido, e o sub-úmido úmido em sub-úmido seco. Então poderemos ter um problema gravíssimo aqui porque ao se confirmar essa projeção o que é que nós vamos fazer com os 32 milhões de pessoas que vivem nessas regiões? Os processos migratórios que nós vimos, ditos refugiados ambientais resultantes de processo de desertificação vão ter problemas seriíssimos. Para onde migrar? Que região comporta essa situação? Essa é uma região no sul do Piauí, chamada Gigoés(F) que são oito mil quilômetros quadrados de solos férteis em processo de desertificação. Essa é uma das realidades nem parece o Brasil, mas é o que nós vivemos.

Outra projeção também do IPCC é que a disponibilidade de águas nos rios, nas regiões de latitudes médias será reduzida em 30%. O detalhe é que a FUNCEME, como foi apresentado aqui já apresenta dados onde se verifica a redução de 20% na precipitação média anual só no Estado do Ceará. O fato é que as chuvas estão ficando mais concentradas e as secas estão ficando mais intensas e mais prolongadas. O impacto é imediato nesse processo, ou seja, a perda de biodiversidade, ou seja, o patrimônio genético, a diminuição das áreas agricultáveis, perda de solo por salinização somada a outras perspectivas de mudanças climáticas, a diminuição da produção agrícola, conseqüente aumento da pobreza, conseqüente aumento migratório e aumento dessas perdas econômicas. Senhores, esse é o quadro da questão da desertificação hoje no Brasil. Essa é a [ininteligível] para minimizar os efeitos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. ROBERTO LIMA: Temos. O Ministério do Meio Ambiente está trabalhando junto com outros Ministérios no sentido de começar elaborar ações e de mitigação de efeito de desertificação, de reversão do quadro, mas os recursos que nós dispomos ainda são irrisórios. É importante, eu gostaria de frisar que o plano de ação nacional é o instrumento mais concreto que existe hoje do ponto de vista de mitigar os efeitos das mudanças climáticas no Brasil. Acho que precisa haver um esforço mais coordenado para que sua implementação se dê de forma efetiva. Obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Parabéns. Obrigado pela sua participação. Vamos passar então para a contribuição e a exposição do Sr. Expedito Parente, que é engenheiro químico Presidente da TECBIO. Com a palavra também com a referência de 15 minutos.

SR. EXPEDITO PARENTE: Brilhante foram as palestras dos meus antecessores. Mas de certa forma também preocupantes. Eu acho que a sabedoria nos ensina que diante dos problemas a gente tem que criar oportunidades.

Então, eu venho trabalhando exatamente nesse sentido. De oferecer soluções para contribuir nessa reversão de cenário e eu gostaria de...

Bem, a minha palestra... Tinha uma palestra que fiz na Rio mais 15, mas eu gostaria de falar mesmo 12 minutos.

Bom, a humanidade ela tem vivido eras energéticas. Começou com a era do fogo, e que era o fogo espontâneo em que os trovões, os raios tocavam fogo nas florestas, e esse fogo era o sinal, eram os “carões” dos deuses. Aí nasceram inclusive as religiões. A idéia de fogo do inferno exatamente veio nos primórdios essa primeira era energética que era do fogo espontâneo. E o homem passou a dominar esse fogo, passou a fazer esse fogo. Então criou-se a primeira era realmente a era da lenha, em que a lenha era o combustível da humanidade. Em seguida com a revolução industrial, precisava de um combustível mais denso, iniciou-se

a era do carvão, não só o carvão mineral como o carvão vegetal para a movimentação das máquinas, a indústria, um combustível mais concentrado. E o petróleo começou o seu uso em 1900, mas realmente a era do petróleo iniciou-se em 1930, que o petróleo passou a predominar na matriz energética mundial. E esse petróleo ele tem uma série de problemas cada tonelada de petróleo que você queima você gera aproximadamente duas toneladas de gás carbônico. Isso significa aquecimento. A atmosfera tão tênue já não agüenta mais isso. Em paralelo com essa desertificação que se observa em todo mundo, principalmente aqui no Brasil, na China também, isso, vamos dizer assim, é uma contribuição que acelera exatamente a questão do efeito estufa. E, vamos dizer assim, existe uma tendência a uma mudança, a uma saída da era do petróleo para a era que nós podemos chamar de era solar. O Brasil, inclusive, eu gostaria de dizer que o Brasil na sua matriz energética 45% da nossa energia é energia solar. Eu queria explicar bem isso.

Existem duas formas de energia solar. Tem a energia solar direta e a energia solar indireta. A energia solar indireta significa, por exemplo, a biomassa. A biomassa ela cresce com o sol, com a radiação solar. Então gera frutos. Esses frutos podem se transformar em biocombustíveis. Os ventos. Os ventos são produzidos pelos aquecimentos diferenciados que é um efeito, também um efeito solar. E os ventos fazem gerar energia. Energia eólica. As marés, o movimento das águas, o movimento das marés que ocorre por influência do solo, pode gerar hoje, está sendo bastante estudado, as energias maremotrizes, quer dizer, extrair energia do mar. É outra forma de energia solar indireta. A hidroeletricidade que o Brasil é campeão mundial, o sol que faz evaporar as águas, as águas formam as nuvens, as nuvens formam os rios, os rios os reservatórios e os reservatórios formam as hidrelétricas que produz energia elétrica.

E o Brasil hoje... A energia solar direta é o aquecimento através da energia radiante e também a transformação da radiação em energia elétrica. Tem várias maneiras. Uma delas é a energia fotovoltaica. E o Brasil tem hoje na sua matriz 45% de energias renováveis. Para vocês terem uma idéia da grandeza disso, o segundo lugar não chega a 20%. E a média mundial está em torno de 12%. E nós podemos inaugurar no momento que a gente chegar a 50%, o Brasil poderá inaugurar o seu ingresso na área solar. Isso será um marco extraordinariamente importante não só um marco científico, um marco tecnológico, mas um marco político para o País. Se a gente se organizar, se houver uma política direcionada para esse marco dos 50% nós podemos chegar a esses 50% nos próximos cinco anos. Então essa é uma questão básica, importante, uma lição para o mundo de um esforço político, um esforço empresarial, um esforço de todos nós para o ingresso exatamente na energia solar que é uma energia limpa.

Por que o sol? O consumo de energia do mundo ele cresce exponencialmente. E esse exponencial está cada vez mais vertical. Vamos imaginar agora a China. A China existe uma tendência, isso dito pelo próprio Ministro da Economia chinesa de uma migração de cerca de 300 milhões de chineses do campo para a cidade. E lá na China, cada chinês que sai do campo para a cidade ele passa a consumir 10 vezes mais energia. O que significa isso? Significa criar um Estados Unidos dentro da China. Isso significa mudar a matriz energética mundial.

Então, isso é uma coisa verdadeiramente absurda. Eu estava na China um tempo desses atrás aí, e o céu estava tão escuro que eu pensei que ia haver um toró. E a minha cicerone, "olha, vamos para o hotel que o negócio vai dar um toró". Aqui no Ceará quando fica escuro assim é porque vem chuva atrás. Não, aquilo ali era... "Aqui é sempre assim". Poluição. Carvão. Eles queimam carvão para gerar energia elétrica. Você sabe que o carvão tem um efeito duplo. Cada tonelada de carvão que você queima são quatro toneladas de CO2 na atmosfera.

Bom, então cada aparelho, a tecnologia contribui inclusive para o efeito estufa. Quanto, por exemplo, não representa... Não está representando o ingresso dos notebooks em termo de novos consumos? Quanto não representou o ingresso do televisor? Então cada tecnologia que é posta no mercado é um... Tem outro vetor que a gente deve observar também, aliás de bons olhos, é a questão da inclusão social. A inclusão social não é só uma luta brasileira. É uma luta mundial. Hoje no mundo existem quase 500 milhões de pessoas, seres humanos, que vivem com fome no campo. Não estou falando nem na cidade, é no campo. E existe um esforço mundial no sentido de tornar essas pessoas consumidoras. Então, essa questão, tudo isso resulta em consumo de energia.

Então, urge uma política adequada para que se possa realmente a gente tornar esse planeta sustentável. Esse é o grande desafio. Infelizmente a gente, pelo tempo aqui, a gente não pode descer ao detalhe, mas diria para vocês que o Brasil, no que eu estou mais ou menos envolvido, nós estamos muito bem na área de biocombustíveis. Tivemos a primeira onda, que foi a onda do bioetanol, infelizmente foi uma onda de exclusão social, não foi uma onda de inclusão social. Nós estamos agora numa segunda onda que é a onda do biodiesel, nós queremos que isso seja um processo de inclusão social, para isso vou dedicar cinco minu-

tinhos e vamos ter no futuro, estamos preparando a onda do bioquerosene. Hoje nós aqui no Ceará vamos talvez ganhar um centro de referência, um laboratório, associados a todas as companhias de aviação no mundo, capitaneada pela BOEING, a SHELL e etc., as fabricantes de turbinas pra gente realmente testar essa proposta do bioquerosene. Então isso já está em pauta, será um grande fato hoje extremamente importante para o mundo. Os aviões são os primeiros a pulverizar o efeito estufa no ar. A gente está cuidando disso. E o desejo de resolver o problema é muito grande. Porque essas companhias de aviações quando coloca um avião hoje no ar esse avião tem uma perspectiva de vida operacional de pelo menos 30 anos. E esses novos agora, tipo esse 787 que é feito de fibra de carbono a perspectiva de uso é de 40 anos. Como é que estará o mundo do petróleo daqui a 40 anos? Então isso é uma questão que mexe com o interesse desses... Do universo dos aviões.

Bom, sobre biodiesel eu queria fazer uma atenção especial o seguinte, é que esse programa precisa de aperfeiçoamento. O programa foi feito uma legislação muito geral, abrangente para todo Brasil, e o Brasil é um País heterogêneo, um País muito grande de dimensões continentais e heterogêneo. Então essa legislação ela pode favorecer uma região, pode desfavorecer outra, e desequilibra realmente o programa. Nós, de reflexões, de discussões que temos tido sobre essa questão, a gente verifica que o biodiesel é muito mais do que um sucedâneo do óleo diesel. Ele tem as suas externalidades, transversalidades, que devem ser vistas. De maneira mais interessante e mais objetiva de você ver o biodiesel é responder a seguinte questão. Quanto custa não produzir biodiesel? Essa resposta, esse número é um número que ele é variável. Ele tem um número aqui no Ceará, tem um número na Argentina, tem um número em São Paulo, tem um número na África, tem na Europa e nos Estados Unidos. Ele tem que quantificar realmente essas externalidades e as transversalidades realmente do combustível. E se vocês for ver a coisa mais objetivamente, existe dois fatores importantes que devem ser perseguidos quando você vai fazer um projeto, ou seja, elaborar alguma coisa, alguma ação em termos da produção e consumo do biodiesel. É a relação entre motivação e vocação regional.

Então, vamos fazer uma análise em três regiões brasileiras. No nordeste, semi-árido, por exemplo. Qual é a grande motivação na produção do biodiesel? É a combate à miséria no campo. Nós temos aqui dois milhões de famílias, cerca de 12 milhões de pessoas que vivem com fome no campo. Quanto custa isso? Quanto custa essa fome? Quanto custa a violência que decorre daí, a migração, problema de saúde pública, a improdutividade futura. Então essa é uma motivação, vamos dizer assim, forte, principal para a produção do biodiesel no nordeste. E qual é a vocação? Vocação tem que ser voltado para as culturas xerófilas, das quais nós temos a mamona, temos o pinhão manso e várias espécies oleaginosas nativas que não se conhecem. Quer dizer, fez um elenco dessas e nós não conhecemos. Não domesticamos essas plantas. Então isso sinaliza que a pesquisa na área agronômica deve avançar aí. Se antecipar. Haver essas culturas e torná-las domésticas. Domesticar essas culturas. Essa é a questão da vocação para o nordeste semi-árido. Agora você pergunta assim: A produtividade é um problema. Eu vi lá, por exemplo, em Paraúna em Goiás produtividade feito em sequeiros(F) de 2.500 quilos de mamona por hectare. Aqui no Ceará isso não chega a 800 quilos por hectare. Atualmente a média está muito abaixo disso. Então você não pode fazer um tratamento mesmo com a mamona igual no centro-oeste, no nordeste aqui. Então são questões diferenciadas. E dentro do nordeste o projeto, por exemplo, do biodiesel aqui no nordeste tem que partir do homem. Tem que vir do homem para o posto. E não do posto para o homem. O que existe hoje você estabelece um preço, um valor desse biodiesel no posto e daí chega lá ao homem. Não importa. Se for coerência política, vamos partir das necessidades do homem, da sua produtividade e chegar dele ao preço do combustível lá no posto. Não tenha medo de errar que a mamona, por exemplo, no Ceará está sendo vendida, comprada, a um preço pelo menos metade do preço que deveria ser adquirido.

Então, deverá existir uma preocupação legal no sentido de adaptar o biodiesel ao homem. E não ao posto. Então essa é uma questão, se coloca aqui. Vamos para a Região Amazônica. A Região Amazônica você tem milhares de comunidades isoladas, de forma cadastrada tem sete mil unidades onde você gera energia elétrica a partir de óleo diesel e essas comunidades formam verdadeiras ilhas energéticas ou arquipélagos energéticos. Então lá o sistema adequado, a vocação tem sido essas culturas permanentes, nativas, e fazer um extrativismo local, sustentável dessas regiões. E o modelo seria exatamente pequenas unidades onde houvesse a produção local nessas comunidades. E o futuro da Amazônia? Você tem aí dezenas e milhões de terras que foram desflorestas e essas terras desflorestas estão se desertificando. Então urge fazer um refloresto energético, mas um refloresto energético equilibrado. E nós não temos ainda conhecimento sobre como fazer essa floresta energética equilibrada porque nós não conhecemos. Não temos ainda estudos aprofundados sobre a domesticação dessas plantas nativas.

Então na Amazônia, no futuro poderia ser um grande produtor de biodiesel para o mundo e que a natureza não ofereceu de graça um [ininteligível] natural que é o próprio Rio Amazonas, que pode escoar essa produção para a Europa. Você fazendo continha dessas terras, só em reflorestar que eu sei que já resolve parte do efeito estufa, você abastece toda a Europa com biodiesel. Dinheiro no País não falta, não. Você pode ver o que falta é projeto. O que falta são estudos para você ter realmente condições de determinar como será esse reflorestamento energético de forma equilibrada.

Bom, região sul e centro-sul. Qual a motivação da região sul e centro-sul? É a questão da qualidade do ar nas grandes cidades. Olha, a fuligem, por exemplo, hoje o que se sabe é que a fuligem hoje está matando mais por tuberculose do que Aids nas grandes cidades. A Europa inclusive adotou como meta a inserção de 25% de biodiesel na sua matriz energética exatamente com 25% na mistura com diesel você elimina totalmente a fuligem. A fuligem se respira e cria incrustações no pulmão e aí essas incrustações, se você pega tuberculose, você toma antibiótico e fica bom. No entanto, depois que fica bom que parou de tomar o antibiótico, o micróbio está escoldado(F) na fuligem ele volta para cá. E a tuberculose torna-se crônica. E a Europa não tem condições de fazer mais que 5% em biodiesel. Aí resta uma perspectiva de mercado grande para o Brasil.

Bom, então essas são as perspectivas que eu vejo de futuro. Eu creio que o biodiesel se fala... Eu fiquei chateado e eu tive participando desse Rio mais 15 agora na semana passada, vi lá uns idiotas lá, chamei até... Dizer que os biocombustíveis podem afetar a soberania alimentícia. Isso é uma mentira. A estrutura da fome, o mundo não é por oferta e sim por poder aquisitivo. Eu duvido que se o sujeito não tiver 50 centavos no bolso se não consegue comprar um pão em qualquer esquina. Eu duvido que falte alimento no supermercado. O que existe é um desperdício muito grande. Aqui no nordeste o desperdício chega a quase 70% o desperdício agrícola em toda a cadeia produtiva. Então a estrutura da fome não é devido à oferta de alimento, é a demanda. Se você faz um programa de inclusão social você vai exatamente resolver o problema da fome, e não por falta da fome. Agora, tem outra coisa importante a dizer. Toda oleaginosa tem duas porções. Tem a porção lipídica que é exatamente o óleo e tem a porção protéica que é em últimas instâncias alimento e nobre. Faz leite, faz queijo, faz frango, faz porco, faz tudo com essas proteínas. E o que é mais custoso no cardápio nutricional é exatamente a proteína. Isso que essas tortas podem produzir. Então é uma falácia, eu acho um desserviço quem diz que esses projetos de biocombustíveis podem ameaçar realmente a soberania da fome. Tem lugar para tudo e o Brasil tem esse espaço para tudo.

Bom, então em suma, só resumindo, o biodiesel tem três missões básicas. Não só biodiesel, mas o bioquerosene e se der um jeito na cana também: Primeiro é a missão ambiental. Quer dizer, de contribuir para a melhoria ambiental e a diminuição desses aquecimentos. Essa é a primeira missão. A segunda missão é a missão social, de eliminar exatamente esse... Essa questão da fome, a miséria no campo. E a terceira missão é a missão estratégica, preparar-se para uma transição para a era solar.

Queria só terminar agora com uma frase de uma criancinha de 11 anos que me emocionou até que eu recebi lá em Belo Horizonte, essa criança queria me conhecer na palestra que eu fiz lá na PUC, queria tirar uma fotografia comigo, a professora dela foi lá e apresentou um trabalho escolar. Esse trabalho escolar tinha lá assim: “A Terra está com febre. Use biodiesel”. Eu achei aquilo fenomenal, mandei fazer 10 mil adesivos para veículos. O que é que é a Terra com febre? Terra com febre é uma Terra que está aquecida com efeito global. Febre significa infecção, resultado de infecção, poluição. Febre significa também miséria, significa também violência, significa as questões éticas. Significa tudo isso. Acho que isso foi fantástico. Quando eu fui convidado para ir aos Estados Unidos agora mês passado na inauguração desse vôo 787 pela Boeing, eu levei em inglês, esse adesivo, e isso... inclusive entreguei lá para artistas, políticos importantes nos Estados Unidos e do resto do mundo, e eles ficaram impressionados, a Boeing queria usar assim: [ininteligível]. [risos] Quer dizer, eles querem já pegar carona. Isso está dando origem a uma cartilha educacional para adolescentes, nós queremos fazer essa cartilha como instrumento de educação para adolescentes. Isso começamos a estudar, a ver isso mais de perto nós observamos que o jovem está muito mais sensível a se educar nas questões ambientais que nós velhos adultos.

Então, acho que nós vamos fazer um esforço tremendo de educação e diante dessas oportunidades que existem aí. Eu queria só agradecer e desculpar que eu não cheguei tarde graças à extraordinária eficiência do sistema aeroviário brasileiro. Para chegar na hora tem que sair na véspera. Passei 18 horas para sair de Goiânia e chegar aqui em Fortaleza. Cheguei às seis da manhã. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado Prof. Expedito Parente, por sua exposição e essa Comissão reconhece a impor-

tância do seu trabalho e o que representa para o Brasil e a contribuição para esses tempos de enfrentamento das questões de aquecimento global, das mudanças climáticas, e registra também o talento. Essa criança deve ter desempregado muito publicitário. Foi muito feliz na frase.

Mas agora, como já encerramos as exposições, passamos à primeira inscrição para o nosso prazer é o Deputado João Alfredo vai fazer as suas considerações para essa fase agora de debate.

SR. JOÃO ALFREDO: Sr. Presidente desta Comissão Mista da Câmara e do Senado, Deputado Eduardo Gomes, Sr. Relator, meu ex-colega de Câmara hoje brilhante Senador, valente, Inácio Arruda aqui do nosso Estado membro da Comissão e os palestrantes meu amigo Zé Roberto, Prof. Expedito e o Eduardo Sávio, Presidente da FUNCEME que nos brindaram com belas exposições. Eu não estou mais no Parlamento, mas tenho acompanhado como consultor do Greenpeace algumas das audiências dessa Comissão que tem prestado um serviço muito grande ao País. O debate desse tema inclusive influenciando o Presidente Lula a levar a proposta de que o Brasil possa 20 anos depois da Rio 92 quando justamente termina o Protocolo de Kyoto possa sediar aqui uma nova conferência, conferência do meio ambiente. E eu queria aqui nessa breve intervenção seguir a agenda que o Eduardo apresentou. Ele colocou que nós temos que trabalhar na redução de emissões e na questão da adaptação. Dado que as mudanças climáticas são um fato, nós não saberemos se o cenário será o cenário mais negativo ou o cenário mais positivo. Mas nós temos que trabalhar na questão da adaptação. E eu acho muito importante a fala do Governador quando ele levanta a questão da energia eólica, dado o grande potencial do Estado do Ceará.

Agora, eu queria fazer um contraponto a essa questão. Não evidentemente contestando os dados e o incentivo do Governo à questão da energia eólica, mas ao fato de que ao passo em que se fala e se promove energia eólica, nós do Estado do Ceará estamos ameaçados por dois empreendimentos que são extremamente poluentes e emissor de gás carbônico para a atmosfera. Nós ouvimos o Prof. Expedito nos dizer que uma tonelada de carvão produz quatro de CO2. É o combustível mais degradante, mais poluente, mais responsável pelo efeito estufa. 40% das emissões do efeito estufa causados pelas atividades industriais vêm justamente do carvão. Carvão passou-se para o petróleo, do petróleo para o gás natural, nós estamos avançando aí para essas fontes renováveis.

Pois bem, aqui no Estado do Ceará que tem esse potencial importantíssimo na questão eólica se prometem duas plantas industriais a carvão mineral. Uma termoelétrica, Prof. Expedito Parente, e para solucionar o impasse entre a PETROBRAS e o Governo do Estado, o CEARÁ STEEL, se utilizar o carvão mineral como combustível para a siderúrgica. A mesma matéria que saiu no jornal O Povo em que se falava do Estado como exportador de energia, uma coisa fantástica, o Governador Cid Gomes não está mais aqui, mas diria até pela relação de amizade que tenho com ele, fomos colegas aqui na Assembléia, dizia que não importa o combustível, importa vir à siderúrgica. Isso vai na contramão de todo um processo que se tem de descarbonização da energia no planeta. Porque aqui não dá para aceitar de que nos países desenvolvidos que estão assumindo e realizando metas de redução de emissões que essas plantas obsoletas, poluidoras, degradadoras vão se instalar no nordeste brasileiro. Então acho que essa é a primeira questão que eu queria falar.

A segunda, com relação à questão da adaptação. Eu conheço o esforço, o trabalho, a dedicação do Zé Roberto que está aqui conosco falando sobre o Pan Brasil. Até me deu uma notícia boa. Porque na reforma do Ministério, o programa de combate à desertificação que já estava no terceiro escalão caiu para o quarto. Caiu para o quarto. Desapareceu do organograma. E nós temos quatro anos desse Governo que fez debates, que fez discussão, mas não temos ainda efetivamente, Zé Roberto, se eu tiver errado me corrija, uma política de ações concretas de combate à desertificação. E aqui no nosso Estado, Presidente Eduardo Gomes, como nós temos o Expedito Parente que foi pioneiro na questão dos combustíveis, nós temos o professor Dr. João Ambrósio, da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, e pesquisador da EMBRAPA que desenvolveu aqui no nosso Estado uma tecnologia de convivência com o semi-árido. Porque na verdade vai faltar água. Foi dito aqui pelo nosso Presidente da FUNCEME. Eu assisti um debate na Câmara que dizia que ano 2050 nós não vamos ter mais água aqui no nosso semi-árido. Então nós temos que trabalhar com a questão da adaptação. O Zé Roberto conhece o João Ambrósio. O João Ambrósio desenvolveu para a nossa região do sequeiro, para a nossa região do semi-árido uma tecnologia fantástica de raliamento(F) da caatinga, de utilização de uma gramínea mais adaptada, da utilização das abelhas na questão da apicultura. Mas isso não é divulgado. Porque a grande questão é essa. Quando o Zé Roberto fala que os recursos são irrisórios, quando ele diz que são três convenções da ONU decorrentes da Rio 92, a de clima, a de diversidade biológica e a de combate à desertificação. E a de combate à desertificação é a prima pobre, é porque aqui estão os pobres. No

nordeste estão os pobres. Como essa questão atinge os pobres, ela passa a ter importância muito menor. Porque esse mundo do aquecimento global daqui a uns 40 ou 50 anos, os mais ricos eles vão tentar formar seus enclaves, com água e com florestas. E vão condenar o resto da população à situação de refugiados ambientais. Esse conflito do Darfur, quem tem lido sobre isso, lá na África, não é conflito étnico e religioso, não. É um conflito já decorrente do aquecimento global, da falta de água, do conflito entre pastores e agricultores. É o primeiro conflito ambiental. Grave. Grave com milhares de mortes, com intervenção da ONU nesse aspecto. Imagina que nenhum um de nós aqui na região do semi-árido, na região do nordeste.

Então se não houver uma política voltada para isso, se o Ministério do Meio Ambiente Zé Roberto não der a questão dó semi-árido, a questão da desertificação a mesma importância que dá à Amazônia... Tem que dar a Amazônia. Não estou brigando porque eu acho correto se colocar a Amazônia inclusive na criação de mais uma unidade de conservação. Mas não dá para esquecer a nossa região. Então eu acho que a questão de desertificação foi pautada aqui ela é fundamental e a presença tanto do Presidente Deputado Eduardo Gomes, como do nosso Senador Relator Renato Casagrande, é importante reforçar como política pública do Governo para a região do semi-árido a realização efetiva de ações de combate à desertificação e de convivência no semi-árido nordestino que ainda nós não temos de forma mais adequada. E não venham dizer que o problema da transposição vai resolver. É polêmico, aqui se falar em siderúrgica e transposição eu posso ser trucidado ali na porta. Mas está aqui a Drª. Dolores, é lá de Tauá, é esposa do nosso Joaquim Feitosa. A região do Tauá é uma das regiões mais secas do Ceará. A transposição não chega. A água não vai chegar ao Tauá. Não vai chegar ao Parangú, não vai chegar ao Parambú, não vai chegar ao Arneirós, não vai chegar a Madalena, no sertão central, não vai chegar a Irauçuba, que é a região mais atingida pela desertificação. A água vai, para usar uma expressão do cearense, bem cearense, "chover no molhado". Porque vai entrar pelo Salgado que é afluente do Jaguaribe e já está perenizado pelo Orós e pelo Castanhão. Então todas as regiões mais secas do Ceará, dos Iamuns, do sertão do Crateús, do sertão central e do sertão da zona norte não vai ser beneficiado. Então não joguemos todas as expectativas como se o problema... Se pautarem hoje os Municípios que estão com carro pipa no Ceará não vão ser atendidos pelas transposições do São Francisco. Não vão. Porque a lógica da transposição é a lógica da siderúrgica, do complexo industrial do Porto do Pecém. Isso precisa ser dito. Não nesse Fla-Flu Fortaleza Ceará de quem é contra de quem é a favor. Porque não resolve. Nós temos que ter tecnologia adequada, se adotar para o sertanejo a cisterna de placa ela lhe garante a dessedentação humana e animal, mas a gente precisa saber conviver e acho que o programa de combate à desertificação ele é um exemplo e nós precisamos, Senador Renato Casagrande, Deputado Eduardo Gomes, ter recursos para esse pessoal trabalhar lá porque estão no quarto ou no quinto escalão se esforçando, chamando a gente para trabalhar com eles, mas na verdade tem tido pouco apoio do Ministério e do Governo. Muito obrigado e desculpe se me estendi demais.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Deputado João Alfredo pela sua participação. Tem prestado conosco sempre na Comissão de Mudanças Climáticas. Passo a palavra ao Jesus Moreira de Andrade. Está presente? Então, por favor, tem a palavra. Tem microfone para ele? Aqui, microfone de apartes. Vamos tentar estipular um tempo de até dois minutos para poder...

SR. JESUS MOREIRA DE ANDRADE: Sr. Presidente dessa Comissão, antes de tudo queria dizer da importância da reivindicação para nossa região, da presença de vocês, eu sei que há grandes temas que são colocados como do Governador e agora do ex-Deputado João Alfredo, grandes questões que são colocadas, mas eu estou aqui como uma pequena causa, Senadores. Como Secretário da cidade pequena aqui do interior, na área de meio ambiente, a gente sente com esse aquecimento global, com essa mudança climática que atinge pesadamente a nossa região, é que a gente queria fazer uma pequena solicitação. Que essa Comissão pudesse fazer uma intervenção, um encaminhamento junto ao Ministério das Cidades, no sentido de que essas aglomerações aqui do nosso semi-árido, do nosso nordeste, pudesse ter mais recursos para que nessa área de meio ambiente, pudesse atuar nas áreas verdes, toda cidadezinha ela está próxima ao rio, está próxima a uma lagoa, próxima a um pequeno lago. Então essas áreas verdes estão assim quase que se acabando em cada Município, em cada pequena aglomeração dessa.

Então a nossa solicitação, volto a dizer, pequena solicitação é que se essa Comissão puder fazer encaminhamento junto ao Ministério das Cidades para que esse aquecimento global não atinja tanto e possa melhorar um pouquinho a qualidade de vida dessas pessoas. Obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Está acatado o pedido e a sugestão do se-

nhor. Minha assessoria vai providenciar um documento da Comissão para que a gente possa encaminhar ao Ministro das Cidades.

Sr. Aníbal José de Moraes Bastos, SOS... Ausente? Está presente? Então, por favor. Com a palavra por até dois minutos.

SR. ANÍBAL JOSÉ DE MORAES BASTOS: Representando aqui... Representando em primeiro momento a questão da sociedade civil organizada venho em nome do SOS Cocó, buscando com tantas outras entidades alguns esclarecimentos que foram colocados relativos a alguns pontos. Quando a gente fala da questão do desafio para o aquecimento global e trabalha duas temáticas como a questão da matriz energética e a questão própria do aquecimento global, eu acho que é interessante trabalharmos o seguinte ponto. A proposta que o Governador do Estado, já não presente, falou referente à matriz energética da energia eólica apresentada aqui na região nordeste, ela representa em muitos pontos a principal colocação que o nordestino traz. Existem soluções práticas e viáveis a serem administradas. Companheiro João Alfredo quando fala da questão da siderúrgica é ponto bem interessante a lançarmos. Porque a sociedade cada vez mais fica sabendo das alternativas, sabemos do potencial energético que o nordeste tem, entretanto as medidas vão na contramão de tudo isso. E é interessante a gente verificar também um ponto que a agenda global trabalha. A questão do pensar global e agir local. Quando a gente fala isso a gente verifica que a sociedade como um todo está cada vez mais distante dessa realidade. A gente verifica que as ações quanto mais práticas se mostram, mais inviabilizadas se colocam, portanto eu acho que é um paradoxo falarmos de tantas situações se a coisa prática não está sendo alcançada pela população. Da mesma forma que a gente mostra de maneira prática através de números esse conjunto de ações que o Governo pretende fazer, a gente vê hoje a execução de medidas totalmente contrárias. Exemplo bem prático, Fernando Pessoa quando disse que o rio mais importante para você é o rio que passa por sua aldeia, eu venho aqui com um exemplo bem coloquial, a questão do Cocó. Se a gente for analisar a questão ambiental de maneira bem ampla, a gente vai ver inúmeros exemplos grandiosos de serem trabalhados. A exemplo de proteção animal, é muito bom falarmos de defesa das baleias, mas quem fala da defesa do jumento que é um símbolo da região nordeste. Quando a gente fala, por exemplo, da proteção ambiental como um todo, a gente não vê como a população pode se engajar nessa luta. Porque no momento que a gente fala de aquecimento global, a gente esquece de falar da proteção de recursos hídricos locais. E a questão de Cocó, por exemplo, não é tão pequena como se imagina. 2/3 da região metropolitana de Fortaleza representando aproximadamente 48 quilômetros de curso do rio e também três Municípios dessa mesma região. Portanto, a grande colocação que eu falo em nome da sociedade civil organizada é essa. A gente pode muito bem trabalhar todas essas temáticas, mas eu digo, a população deve e merece ter respeito em relação a isso. Que as informações sejam colocadas de maneira prática e eficiente. Para finalizar eu gostaria de citar parafraseando um grande autor ambiental chamado Nassax(F). Acho que a população tem o direito e o dever de receber as informações e propostas baseado em três prismas. Algo economicamente viável, socialmente justo e ambiental prudente. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Obrigado pela sua participação. Ivanildo Brito da Silva. Está presente? Maria Teresa Bezerra Faria Sales. Carlos Augusto Diógenes. Raimundo José Reis Félix. Deu fome. Deu fome não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quem não está com fome... Francisco de Assis Barros de Souza. Ah, é Barroso. Aqui colocaram Barros. Com a palavra o senhor.

SR. FRANCISCO DE ASSIS BARROS DE SOUZA: Bom dia. Queria cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Federal Eduardo Bezerra, e queria comentar aqui dois ou três pontos. Sr. Deputado, eu gostaria de saber da Comissão o seguinte. O grande envolvido aqui, pelo menos no documento que foi emitido hoje de manhã na entrada, o aquecimento vem de queimadas e desmatamento. E durante todo esse período de discussão aqui, nós não vimos o envolvimento do pequeno, do médio e do grande produtor rural. Nós não vimos. Por incrível que pareça, não compareceu a Federação da Agricultura e nem a Federação dos Trabalhadores. Que são aqueles elementos que estão lá na ponta, estão queimando, estão desmatando. Está acontecendo normalmente e nós estamos na discussão aqui de que maneira? Vendo outros aspectos e a coisa lá no interior, lá no sertão dos Iamuns de onde eu vim hoje para esse acontecimento aqui, tirei um pouco do meu tempo para vir aqui para ver isso aqui. A Comissão pensou no aspecto... O produtor rural, depois eu gostaria que o senhor me respondesse. Esse camarada ele tem algum benefício, o Presidente Lula, a Ministra Marina pensa que o desmatamento pode ser compensado financeiramente com alguma coisa? Mas até então não aconteceu nada. Nós não temos nada. E o outro assunto que eu gostaria de ver

aqui é o Deputado... O ex-Deputado João Alfredo, ele comentou que a solução muitas vezes para o nosso Estado, e nesse momento é solução, é a situação de carro pipas. A cisterna de placa, uma intenção do Governador disse que quer fazer 100 mil, já tem milhares por aí, no nosso Município já temos mais de três mil, mas eu gostaria de dizer ao Deputado Eduardo Bezerra que é o seguinte... Eduardo Gomes. Eu gostaria de dizer que a cisterna em si, pela falta de chuva ela fica seca. Está seca lá na região dos Iamuns. Está lá as comunidades. E eu gostaria até de adiantar para o Deputado o seguinte, nós já temos o retirante lá. Na região dos Iamuns. Por quê? Porque não tem água. Ele está indo embora. Ele vai embora daquela localidade porque não tem água. Falta o quê? O cacimbão não é mais solução para o nosso interior. O poço profundo vem com água salobra. Muito salgada. Ele não pode comprar água mineral. Então qual é a alternativa? Cisterna de placa acoplada neste momento ao carro pipa. É a solução. Agora, eu gostaria de transmitir também o seguinte. O Governo Federal nesse momento liberou 14 milhões de reais, se eu não estou enganado, para que os carros pipas abasteçam a cisterna. O que acontece? Enquanto o dinheiro não chega ao caixa no Exército, carro pipa não funciona. Moral da história, nós estamos esperando lá, fizemos a análise da água, dos açudes, e até hoje não chegou uma autorização para o carro pipa funcionar.

Então eu gostaria também de mostrar isso ao Deputado para entender o mecanismo de sacrifício que estão submetidas essas famílias no interior do Ceará e no interior do nordeste.

Deputado Eduardo Gomes, existe um volume de dívida rural muito alto no nordeste. Hoje impagável. A Comissão já pensou na troca da dívida rural pela preservação ambiental? Porque nenhum documento que eu conheço desse momento hoje ninguém tocou nisso. Porque seria o quê? Imagina que nós temos hoje 6,3 bilhões no nordeste da dívida rural. Nós poderíamos trocar metade da dívida rural por preservação ambiental? Deixar nossa propriedade disponível lá por 20, 30, 40 anos que a cobertura vegetal tivesse a sua recomposição e a gente fosse beneficiado.

Então, eu gostaria que a Comissão pensasse nisso se não tem uma resposta, senão já fica respondido, não tem, e que vocês pudessem, os Deputados e os Senadores, eu sou um dos telespectadores do Senado, Senador Casagrande, e tenho visto a sua atuação e de outros Senadores, a gente acompanha no interior do Estado muito a TV Senado.

Então, gostaria que aí tem muita discussão lá, mas a gente não está vendo esse tipo de discussão. Nesse momento são lá na região dos Iamuns são 2.500 executados. Tem dinheiro para pagar Advogado. Não temos nada contra os Advogados. Dinheiro para pagar Advogado. Agora, não tem uma política para trocar essa dívida por preservação ambiental. Vou ser mais claro. Você tem uma propriedade de 500 hectares e se dispõe a colocar metade dele à disposição da humanidade. Já pensou a dimensão dessa coisa todinha? Vai lá no cartório, faz o documento, faz a planta, faz o levantamento topográfico, coloca no GPS, coloca no IBAMA, CEMAS, e hoje o Município nós estamos criando os seus órgãos, os mini órgãos no Município para cuidar do meio ambiente. Então eu gostaria de fazer esse apelo para ver se a Comissão tanto a Câmara quanto o Senado possa ajudar os endividados.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Depois a gente responde no final. Não é isso Presidente? O Eduardo vai ter que se ausentar. Fica com a palavra, Eduardo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Só para fazer uma observação ao Sr. Barros, primeiro agradecer a contribuição dele e dizer como a audiência é pública e todos foram convidados, não seria difícil e aqui entre nós mesmo há produtores rurais, pessoas ligadas ao setor produtivo, e a Comissão tem o perfil de trabalhar na convergência, teve a oportunidade de acompanhar em alguns países e para nossa surpresa em alguns países hoje o Ministério da Agricultura funciona e tem o mesmo Ministro do Meio Ambiente é o Ministro de Agricultura. É o caso da Inglaterra.

Então, essa Comissão haverá de fazer um trabalho de base para que o setor produtivo, os trabalhadores, o pequeno, o grande e o médio produtor entrem num processo de entendimento, já que a conseqüência dos danos ambientais afetam a todos nós.

Então, posso dizer ao senhor que a sua contribuição nesses três temas como a proposta da substituição da dívida e as idéias novas têm muito mais do que uma falta de eficiência da Comissão de convidar um ou outro personagem, tem para Comissão uma importância muito grande porque é uma idéia sua que será levada em consideração e a partir de agora estará presente no debate.

Então o Relator é muito observador, o senhor que observa na TV Senado o trabalho do Senador Casagrande, tem aqui o Senador Inácio Arruda, esta Audiência Pública ela repercute pra todos os outros 48 membros da Comissão entre Senadores e Deputados e pode ter certeza que o que o senhor falou é muito importante pra gente e serve como base para as discussões posteriores. Então também a informação da análise do Ministério das Cidades sobre o investimen-

to específico nas cidades em determinados pontos da cidade de áreas de preservação é uma nova visão, é muito importante.

Então, a Comissão ela tem um papel de convergência de estabelecimento de marco regulatório nessa área de mudanças climáticas que será composto através da opinião de todos. Então a sua opinião é levada em conta, mas a gente não fez com esse perfil de debate específico para o setor.

Então eu quero agradecer ao senhor, tenho certeza que o resultado dessa... Do trabalho da Comissão e da Audiência Pública eu reputo a Audiência Pública de Fortaleza como uma das mais proveitosas que essa Comissão já realizou. Portanto, obrigado pela sua observação. Eu passo de novo a palavra ao Relator Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente. O Presidente vai precisar se ausentar, que ele tem viagem agora, obrigado Deputado Eduardo Gomes. Boa viagem para você. José Clailton Rodrigues Batista. Maria Dolores Andrade Feitosa. Com a palavra.

SRA. MARIA DOLORES ANDRADE FEITOSA: Boa tarde. É uma pena que tenham poucas pessoas participando de trazer os seus problemas e mais do que os seus problemas que eu acho que esses já são exaustivamente conhecidos, as soluções e a busca de soluções para esses problemas.

Eu sou do Município de Tauá, da região dos Iamuns, mas represento aqui no COPAM as ONGs, sou companheira do COPAM, e me interessa "suprimamente" dar um sentido maior como eu já venho dando ultimamente a essa luta e a conseguir alguma coisa para o benefício de todos. Acho que o exemplo bom, não tem exemplo grande nem pequeno. Qualquer ele é bom. Lá na região dos Iamuns, que mereceu como já foi citado ali o Projeto Waves que é aquela apreciação, aquela avaliação foi feita no Município de Tauá e no Município de Picos. Outra coisa que foi uma omissão, e eu venho agora pedir licença para entrar, é que a partir disso, daquela realidade encontrada que o Projeto Waves encontrou, delineou e que tem cenários acho que drásticos até, houve um projeto Arizona da Universidade Federal do Ceará, com a universidade do Arizona tentando estabelecer políticas de convivência. Esse é um projeto, aliás, os dois não estão sendo bem utilizados porque em todos eles têm muito de verdade e tem muito de soluções.

Nós estamos lá no Município com outro programa que eu também acho que é positivo. Nós conseguimos, na região, formarmos um pacto ambiental entre os Municípios que têm as mesmas condições [ininteligível] climáticas. E sociais, obviamente, porque essa aí a gente não pode deixar criar uma especificidade. Então isso é uma coisa também que pode ser feita. Aglutinar os esforços, até a gente se juntar na pobreza, digamos. Outra coisa muito séria é o problema da água. A água é seriíssimo. Porque é o seguinte, ontem eu tive aqui uma surpresa na reunião do COPAN ouvir uma pessoa citar um sistema de manejo produtivo, produzir a água. "Meu senhor, pelo amor de Deus. água ninguém produz. Nós podemos dispor, usar, movimentar. Mas não passamos dessa idéia. Ninguém produz água. Então é o respeito a um bem que tem que ter valor tremendo porque ninguém fabrica água. E nós todos somos dependente dela".

Outra coisa muito séria é essa degradação que está havendo no sertão. Eu digo a degradação porque não é só a degradação da natureza e do meio ambiente. É a degradação do homem também. Porque ele se sente talvez desesperançado e perde o espírito de luta. E é uma coisa como falou aqui o... Acho que foi o Pimenta, a histórica nossa a resistência. O nordestino é por natureza resistente. Não fosse isso aqui já estaria desabitado. E acho que tem até algumas posições muito positivas. Então o homem está perdendo isso. É preciso que a gente estimule. Com o quê? Com práticas simples que solucione e que vão de encontro a esse anseio. Porque o homem ele é, ele tem o seu orgulho de produzir a sua subsistência. Isso faz parte. Então se nós não dermos essa condição a ele, ele se desesperança. E aqui o que há? É o êxodo. É impressionante o êxodo rural na região. É impressionante. Mesmo você oferecendo às vezes até algumas condições, não há porque eles têm, e eu aqui faço uma ligeira crítica, não sei se é observação, sobre essa... Esse dinheiro que se chama lá de plástico. Porque eles estão numa situação tal que como eles têm aquele... O mínimo, que evita que eles morram realmente de inanição, eles ficam sem querer ir atrás de mais, porque para eles é muito o que eles recebem. Porque significa que a continuidade da vida. Então com aquilo eles se satisfazem. Aí senhores estão as políticas a serem estabelecidas. Se for o homem o principal e é ele sim o nosso objetivo principal de bem-estar, de criação de mundo melhor, a natureza vai se beneficiar. Mas é tudo direcionado ao homem. Porque somos nós que usamos e abusamos, deterioramos o que nós temos aqui. É necessário, portanto, que se nós quisermos fazer, manter a sobrevivência desse bioma, que ele é tão singular que agora, senhores, está ocorrendo o quê? A primavera. No hemisfério meridional. O que o bioma caatinga diz? A minha primavera não é agora. A minha primavera vai ser em janeiro. É imutável isso. Porque agora nós não temos a primavera aqui. E nós estamos no hemisfério. Nós temos especificidades. E

por isso é que nós temos que ter políticas específicas para as nossas condições. Não só climáticas. Institucionais, humanas, sociais, de todas as maneiras. Eu acho que uma Audiência Pública dessa maneira deveria ocorrer diariamente. Penso eu. Porque só assim nós poderíamos conscientizar o povo, a população. Todos eles. Desde pequeno até a autoridade maior para que nos trate como nós somos. E a questão que o meu colega Barros falou, da cisterna de placa, eu não gostei porque eu achei que houve, assim, embutido quando esse programa, uma espécie de uma balela. Porque quando você diz: Vamos resolver o problema d'água criando não sei quantos milhões de cisternas de placa. A cisterna de placa não gera água. Ela às vezes armazena. Quando chove. E se não chove? E chove pouco? E nessa água não foi acumulada nos açudes porque agora eles vão ser abastecidos os açudes. Mas nós temos também, senhores, pasmem que na região seca como a região dos Iamuns, nós temos várias fontes que não são utilizadas. Fonte d'água permanente que estão jorrando desde 300 anos para cá. Sem que se use e nem se cuide disso. Só que meu marido, [ininteligível] Feitosa que era um ambientalista, ele fez um levantamento disso, de todos esses olhos d'água com a sua potencialidade, qualidade d'água e tudo. Mas infelizmente às vezes nós temos esse costume, nós publicamos, achamos que em publicar está feito o trabalho. Mas não é isso. Nós temos que levar para terra, nós temos que levar para ação, nós temos que levar para o benefício desse mundo melhor, sustentável para todos nós. Obrigada.

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Como se diz, como diz a música, se todos fossem igual à senhora... O mundo já seria bem melhor do que é hoje. Parabéns.

Com a palavra o Sr. Fabiano Correia, para encerrar essa parte. Fabiano, vamos tentar ser pragmáticos e sucintos.

SR. FABIANO CORREIA: Minha palavra é um pouco objetiva. Vou ver se sai alguma coisa de proveito. Bom minha saudação à Mesa, ao Deputado, a todos os promotores desse debate, uma das mais belas coisas que a gente pode presenciar hoje em dia é o debate sobre o meio ambiente. E essa questão da... Olha aqui, Comissão... Mudanças Climáticas. Todos nós estamos sentindo isso. Eu vou começar com uma pergunta. Quando eu pego o ônibus para vir para cá, na Aerolândia, ali, Capitão Aragão, depois da Capitão Olavo, eu fico no sol. Então tem uma placa. Não tem árvore, não tem nada. E a gente sente o quanto é quente e o quanto é ruim ficar nesse sol quente sem ter um abrigo. Só tinha a plaquinha. E as pessoas ficam disputando a sombra da placa. Mas ainda, daqui a pouco passa um caminhão, a minha pergunta é em cima disso, passa um caminhão da Prefeitura jogando aquela fumaça. Além do sol quente, fumaça. Daqui a pouco vem a viatura da polícia. Não é proibido, não? Não tem fiscalização não para esses carros? A gente morrendo, se matando, fazendo óleo diesel para alimentar essas porcarias? Não tem fiscalização, não?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Proibiram o cigarro e não proibiram esses tubos de fumaça.

SR. FABIANO CORREIA: Então aplica-se a lei. Por falar em lei, o seguinte, eu acho que vou começar pelo IBAMA. Infelizmente a lei do IBAMA está defasada que é embasada no Código Penal de 1940. E o IBAMA está tomando o velho... passarinho... Ei! prende o velho, está acabando com a natureza. Não é por aí. Tem adocicar essa questão, deixa o velho criar logo o belga dele, o canarinho dele, seja lá o que for. A imprensa deu a volta pela Condidé que tem toneladas e toneladas de baleadeiras, eu que fui menino no mato, fui índio até seis anos. Caçava de baleadeira, matava até 12 rolinhas. Tinha um menino que matava mais. Matava 14, mas eu só conseguia matar 12. De baleadeira. Mas é uma destruição que a gente faz com aquela bicha. Então tem uma fábrica de soro que não é mais pra torniquete, não. É para baleadeira mesmo. Você compra as carradas. Por que o IBAMA não dá uma varredura? O IBAMA tá sem moral de atuação. Eu vou fazer um desafio. Há uma lei do IBAMA, que é um Decreto Presidencial que diz o seguinte: Olho d'água tem que ser preservado qualquer que seja a sua localização. Decreto presidencial, Lei Federal do IBAMA. Alguém que destruir um olho d'água ou uma duna com cobertura vegetal, a multa seis milhões de reais. A SEMACE autorizou a destruição e a Prefeitura também de dunas lá na cidade de [ininteligível] cobertura vegetal. E o IBAMA sem moral. Aplicar a multa. São seis milhões. E mais ainda, o olho d'água lá do Machadinho, onde a gente pegava o camarão da pata grossa que é o aratanha, a SEMACE autorizou botar um conjunto residencial na cabeceira do olho d'água. Botou mais de seis milhões. [ininteligível]. Essa quantia tem que ser modificada.

Então faço um apelo ao IBAMA, vamos atenuar a perseguição ao velhinho que está criando seu canário. Nos Estados Unidos é permitido. Isso não vale nada. E não deixemos destruir a natureza. Deixe entrar no meu assunto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos lá que nós estamos com fome.

SR. FABIANO CORREIA: Mas é importante. O seguinte. Vamos mudar o nome de agricultura familiar.

Vamos começar por aí. Existe uma política genocida correndo. Os ventos estão soprando de forma violenta. Tufânica. Tem essa palavra? Não tem. De forma tufânica. Isto é uma política genocida. Veja bem, quando se classificou o mundo em várias regiões. Por exemplo, lá na Patagônia, não. No norte lá do Alasca, era a região do Caribu. Acabaram o Caribu e quase extermina os esquimós, e os bravos americanos tinham aquelas tribos apaches, esses índios viviam em função do bisonte. Era a cultura do bisonte. Mataram os bisonte, acabaram esses povos. A nossa cultura é da mandioca e está proibido a [ininteligível] mandioca. E é região muito vasta. E nós temos que ter respeito à agricultura tradicional dos povos americanos.

Então, essa expressão agricultura familiar tem que ser varrida do dicionário. Ela está escondendo uma coisa de suma importância que é a agricultura tradicional. E o nosso Governador teve a infantilidade de dizer essa agricultura tradicional, isso aí não... Vocês agora vão criar avestruz. Quer dizer, essa esquisitice é uma coisa muito séria. O nosso Presidente chega à África e disse: vamos ao biodiesel, a mamona, a mamona é africana. É afro-asiático. Aí você junta a mamona com os... Isso não vai dar. Aí mandando o povo lá. Sabe por que o povo africano está comendo ainda, é porque aprendeu com nós nativos a plantar o milho. Plantar a mandioca, a batata.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Fabiano, vamos concluir para poder...

SR. FABIANO CORREIA: Então eu quero dizer o seguinte. Para concluir, nós temos que juntar o tradicional com o moderno. Eu sou a favor do São Francisco nisso aqui, mas é porque obriga os Prefeitos a limpar seus riachos. E o Pacajus, eu dou um exemplo. E eu dou mais ainda uma coisa. Não tomemos o exemplo da Assembléia como que os Prefeitos devem imitar. Não plantem palmeiras imperiais. Os Prefeitos que já estão limpando os seus riachos como fez Pacajus devem fazer agora nas suas praças. Plantem angico. [ininteligível] resina de angico. Ninguém sabe quando é mole, quando é doce.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por favor.

SR. FABIANO CORREIA: E no lugar de mamona vocês plantem sabe o quê? Buriti. A mais bela palmeira do Brasil. Buriti. E serve de tudo. O [ininteligível] disse que era a árvore da vida.

Então, vamos defender e aqui tem três Pau D'arco que estão floridos que é uma beleza. Quem quiser um retrato bonito, aproveitem que estão amarelinho, amarelinho. Sem ninguém botar água. Porque são plantas nativas que têm que ser preservadas [ininteligível] vidas. E mais ainda, só para finalizar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para concluir.

SR. FABIANO CORREIA: A queimada não foi o índio. O índio sabe fazer a queimada. Limpa a roça, deixa as árvores grandes, faz o [ininteligível]. [interrupção no áudio].

[palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Obrigado. Obrigado, Fabiano. Práticas culturais nós aprendemos com o Sr. Fabiano.

Bem, vamos passar a palavra ao nosso Presidente Inácio Arruda, que vai verificar se algum dos debatedores quer fazer alguma consideração final e toma conta agora para que a gente possa concluir a nossa audiência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado, Senador Casagrande. Eu queria passar aqui a palavra para os nossos companheiros que estão na Mesa para que em um minuto eles façam as suas observações finais para essa importante Audiência Pública. Era bom que fosse todo dia. Mas pelo menos um dia a gente fez. Não é verdade?

Então eu passo a palavra ao Deputado Lula Morais, para que em um minuto agora, é o que resta para nós.

DEPUTADO LULA MORAIS (PCdoB-CE): Muito rapidamente, Senador. Nós vamos ter mais cinco dias sobre o assunto específico da questão da desertificação como já foi dito, nas próxima cinco segundas-feiras. Queria parabenizar a Comissão Mista do Congresso Nacional, das Mudanças Climáticas, parabenizar o Dr. Zé Roberto, o nosso companheiro da FUNCEME, Eduardo, e dizer da satisfação de podermos estar aqui levantando um assunto importante, muitas idéias interessantes foram abordadas aqui e que com certeza vão ser colocadas no Relatório desse importante trabalho. Boa tarde a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos passar a palavra ao Sr. Eduardo Passos.

SR. EDUARDO SÁVIO PASSOS RODRIGUES MARTINS: Muito obrigado, Senador pelo convite. Grande satisfação que a gente vem aqui falar e debater temas importantes para a sociedade cearense, nordestina e nacional. E mais do que isso é um momento muito oportuno que nós da FUNCEME que estamos comemorando 35 anos de existência dessa Casa e é como um encerramento das celebrações vir aqui e falar para todos vocês sobre os temas que têm a ver com que fazemos no nosso dia-a-dia. Mais uma vez

muito obrigado e é um prazer comparecer aqui nessa Casa mais uma vez.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado a você, Eduardo. Passo a palavra ao nosso convidado, palestrante, Zé Roberto de Lima.

SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA: Obrigado, Senador. Acho que tudo que foi dito aqui durante as palestras, durante... pela própria explanação dos entes políticos, do grupo da sociedade civil, eu acho que sai um aprendizado. Nós temos que começar a tratar a questão da mudança climática nesse semi-árido respeitando primordialmente a questão humana. Nós não podemos mais baixar a cabeça e permitir que o semi-árido seja vítima de ciclos e ciclos obrigatórios em razão de problemas ambientais. Precisamos começar a tratar essa questão de forma positiva. O semi-árido não é uma região problema. O semi-árido é uma região solução. Há um ambiente potencialmente viável para o Brasil. Então, eu espero que os próximos passos dessa Comissão retrate de forma muito firme os anseios da sociedade do semi-árido e que a questão da desertificação seja de forma muito clara tratada com respeito e a devida atenção pelas políticas públicas. Eu agradeço e me ponho à disposição de continuar nesse trabalho. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado a você, Zé Roberto. Quero convidar para fazer uso da palavra o Senador Renato Casagrande, para que faça suas observações finais a respeito da nossa audiência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito rápido, Senador Inácio Arruda. Nós, na verdade, cumprimos uma parte do nosso objetivo nessa Audiência Pública. Objetivo inicial era debatermos os dois temas de grande importância para o Brasil e para o nordeste brasileiro. Virmos ao Ceará é estarmos vindo ao nordeste. Então estamos no nordeste, primeiro para que a gente pudesse colocar na pauta da Comissão Mista de Mudanças Climáticas o tema que é o tema desertificação, e tentamos colaborar com os órgãos técnicos e instituições que trabalham com combate à desertificação, colaborar no sentido de aumentarmos o orçamento, de inovarmos o debate sobre a necessidade de implementarmos ações mais concretas nessa área de combate à desertificação que como foi apresentado representa aqui e atinge 15% do nosso território brasileiro.

Segundo tema, é o tema da matriz energética. Cumprimos uma etapa do debate agora e vamos à tarde visitar uma usina de geração eólica. Acho que virmos aqui e verificarmos in loco o potencial que existe e conversarmos com quem trabalha diretamente com a geração eólica, para que esse tema seja um tema apresentado no nosso Relatório como um tema importante. E mais do que em nosso Relatório que nós possamos fazer um debate permanente sobre matriz energética lá no Congresso Nacional. Esse tema é importante quando se trata de meio ambiente. O meio ambiente hoje não é tema de ambientalistas. O Meio ambiente hoje é um tema de todo mundo, especialmente de quem cuida de economia. Está tudo relacionado à questão econômica. Porque ninguém pode [ininteligível] no meio ambiente se não der viabilidade de uma família se sustentar.

Então, nós temos uma relação ambiental com a questão econômica que é fundamental e matriz energética é um ponto central. Cumprimos essa tarefa, quero agradecer todas as contribuições que nós tivemos aqui, e vamos ter até o final do dia, até o início da noite, a audiência aqui vai contribuir muito com o documento que estamos elaborando em proposta para o Brasil nesse tema de mudanças climáticas. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muito obrigado Senador Renato Casagrande, Senador da República, Estado do Espírito Santo. Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e Aquecimento Global. Eu quero também registrar primeiro tenho aqui uma pergunta do Alberto Siqueira que ele queria saber se o Governador já tinha pedido uma usina de produção de etanol para o Estado do Ceará. Produção de álcool. É que o Ceará já tem usina de álcool. Está dirigido para a produção de cachaça, de aguardente. Mas evidente que ela, diante do impacto do álcool no mercado, daqui a pouco ela vai estar produzindo álcool combustível.

O fato da nossa audiência, porque esse é um objetivo, é colocar um bioma especialíssimo também no debate. O nosso bioma ele é único e especial, muito significativo na verdade você ter colocado isso. Porque inclusive nós estamos em tempos diferentes em relação às estações. Então para a gente entender e compreender bem o que é a nossa região e o que é o nosso bioma. E como articular bem o que é tradicional com que é inovação positiva que é o que o Fabiano coloca. Tem inovação que é muito boa, e nós devemos agregá-las. E tem as negativas que devemos excluí-las, se for possível ao homem fazer isso. Então acho que nós estamos nesse movimento. O nosso bioma tem que ter um tratamento. Poucas pessoas falam o seguinte, o polígono das secas. O nordeste. A pobreza. Nós temos que falar o seguinte, temos um bioma. Esse bioma tem que ser estudado, cuidado e tratado

pela União porque não pertence apenas ao Estado, é a região nordeste inteira praticamente.

Nós gostaríamos também de solicitar ao Eduardo Sávio que ele nos remetesse, Senador Casagrande, o material que a FUNCEME dispõe de monitoramento da região nordeste a respeito da degradação de solos, esse material está nas mãos da FUNCEME, ela faz isso para a nossa região inteira, ela pode disponibilizar esse material para a Comissão. Não só clima, não só o problema da precipitação pluviométrica, mas também os dados e informações sobre degradação de solo. Esses estudos todos disponibilizar, especialmente para V.Exª, que deverá produzir o Relatório, mas deixar ali depositado na nossa Comissão que vai ao final deixar um Relatório e toda essa documentação para o Congresso Nacional, o Ministério Público e outras instituições de pesquisa que examinam as questões das mudanças climáticas no nosso País.

Eu quero agradecer, agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa, Domingos Filho, Deputado Domingos Filho, quero agradecer ao Deputado Lula Morais que permitiu a realização dessa Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Mudanças Climáticas, quero agradecer aos palestrantes, ao Dr. Eduardo Sávio da FUNCEME, ao Zé Roberto, ao Expedito Parente que são especialistas nessa questão do clima, estudam e debatem este problema, e vêm oferecendo propostas de solução para essas questões. Quero agradecer ao Governador do Estado, porque ao participar da abertura do nosso trabalho, ele dá relevo, ele mostra a importância, destaca essa questão. Veja os temas que ele abordou foram os temas nossos. A questão da água, da interligação de bacias, sem receio. Não vamos botar uma expressão popular, chifre em cabeça de burro. Pelo amor de Deus. A humanidade realiza isso há milhares de anos. Querer impedir ou querer colocar obstáculos seria uma medida absolutamente injusta para a nossa região. Nós podemos ter as várias possibilidades à nossa frente. Tem a interligação de bacias, tem o programa de cisternas, e se espera sempre que caia uma chuva para poder encher essas cisternas, senão vai ficar para outro tipo de uso e não para armazenar água.

Então acho que nós podemos agregar todas essas questões sempre pensando em um desenvolvimento onde os seres humanos e os nossos biomas sejam os beneficiários. É isso que nós desejamos, é isso que nós queremos. É abrir perspectivas nesse terreno. O objetivo da nossa Comissão é alcançar, ao examinar, ao estudar, ao apresentar o Relatório é buscar os caminhos, caminhos que vão nos dar a oportunidade de melhorar a qualidade de vida na nossa região. Melhorando a qualidade de vida da nossa região nordeste nós ajudamos o Brasil. E se isso acontecer, nós ajudamos o nosso planeta. Esse é o nosso objetivo.

Por isso agradeço a todos vocês, ao nosso Presidente da Comissão Deputado Eduardo Gomes, ao nosso Relator, Senador Renato Casagrande, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião agradecendo a presença e a participação de todos. Convidando-os para a próxima Audiência Pública na próxima terça-feira, dia 2 de outubro, às 14h30 no Senado Federal, quando debateremos o tema: Mudanças climáticas, desafios para a educação ambiental. Muito obrigado a todos.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h02.

VISITA DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL – MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL À FAZENDA EÓLICA – FORTALEZA-CE, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 16 HORAS.

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): Senador Inácio, esse é o Adriano, engenheiro nosso que está recebendo o grupo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gravação na Usina Eólica da Prainha, Fortaleza, Ceará, dia 28/09/2007.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...0,6?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aqui são 500 quilowatts, são 0,5.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 0,5 por...

SR. ADRIANO: Por máquina.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Megawatt por máquina.

SR. ADRIANO: Então aqui dá 10 megawatt instalados.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você tem, por exemplo, essa área aqui é uma área da empresa?

SR. ADRIANO: Esse terreno é arrendado, não é da empresa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E vocês permitem algum... Aqui não é o caso, porque aqui é área de restinga... Uma área como essa aqui permite atividade agrícola?

SR. ADRIANO: Na realidade, atividade agrícola não, porque a gente está sobre dunas, então...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esquece essa área aqui.

SR. ADRIANO: Mas em qualquer outra área pode ter atividade conjugada com a eólica, inclusive, não só agricultura, mas também pecuária.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E aqui você faz da geração, você tem alguma subesta-

ção aqui perto? Como é que você faz para jogar isso na rede de transmissão? Gera aqui e você tem uma subestação aqui próximo não tem?

SR. ADRIANO: Tem, tem uma subestação aqui em Aquiráz que toda energia que é...

[pronunciamento fora do microfone].

SR. ADRIANO: Ela vai alternar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai alternar.

SR. ADRIANO: Então toda energia gerada não é armazenada, ela já é prontamente despachada na rede de distribuição e entregue à concessionária local, no caso aqui a Coelce.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [ininteligível] aqui?

SR. ADRIANO: Exatamente. Essa aqui é a rede de distribuição. Na realidade existem dois centros de medição lá em baixo, medição e proteção da usina.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o transformador então em cada torre?

SR. ADRIANO: Cada torre tem um transformador elevador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Leva a voltagem, a tensão?

SR. ADRIANO: 13800 volts.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 3.800?

SR. ADRIANO: 13.800 volts.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Daqui não? Aqui não dá 13.800?

SR. ADRIANO: Dá sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dá aqui 13.800?

SR. ADRIANO: Isso. 13.8kV que é a tensão de distribuição da...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E ela já entra na linha de alta voltagem agora já...

SR. ADRIANO: Já entra direto na rede de distribuição.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na rede de distribuição. Então ela não passa solicitação, na verdade, ela já está no sistema a partir daqui?

SR. ADRIANO: A própria subestação já está em cada máquina.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que se você já eleva para 13.800 aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...Transformador em cada uma não é?

SR. ADRIANO: Isso. Cada máquina já é uma própria subestação, já tem o transformador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Por exemplo, você tem quantos geradores em cada aelo gerador? É um gerador só?

SR. ADRIANO: Desculpa, não entendi.

[falas sobrepostas].

SR. ADRIANO: Cada torre é um gerador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E tem torre agora com mais de um gerador, não tem? ... De acordo com a velocidade, a intensidade do vento pode ligar um, outro, ou outro?

SR. ADRIANO: Na realidade eu desconheço. Os projetos da ENERCON sempre com um gerador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E qual potência?

SR. ADRIANO: Exatamente. Existe uma diversidade de potência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quando é que vocês não consegue... Você em algum momento aqui você não conseguiu gerar em alguns desses geradores, porque vem o vento ou diminuiu?

SR. ADRIANO: No período úmido que sãos os primeiros meses do ano, particularmente, aqui no Ceará a gente tem uma queda na produção de energia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você tem 0.5 megawatt em cada unidade dessa.

SR. ADRIANO: Exatamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você gera 0,5?

SR. ADRIANO: Atualmente nesse período que são os meses de maiores ventos nós estamos em potência máxima.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 0.5. Então esse vento hoje está bom?

SR. ADRIANO: Esse vento está apropriado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Apropriado. Mas você nunca deixa de gerar? Mesmo que gere menos, mas sempre gera?

SR. ADRIANO: Sempre existe uma geração mesmo que se gere menos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a manutenção das torres dos aerogeradores?

SR. ADRIANO: A manutenção das torres é feita a cada três meses por uma equipe de técnicos especializados, e a cada três meses se pára um gerador desses para fazer manutenção preventiva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se pára um?

SR. ADRIANO: Se pára um.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E quantas vezes você pára um gerador desse por ano?

SR. ADRIANO: Nós paramos quatro vezes ao ano.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Cada [ininteligível] você pára quatro vezes ao ano.

SR. ADRIANO: Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você tem uma potência instalada aqui de 10 megawatts?

SR. ADRIANO: A potência instalada aqui são 10 megawatts.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E você gera quanto? 5?

SR. ADRIANO: O fator de capacidade aqui é em torno de 30%, 35%.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 30, 35%. Então você gera 3, 3,5?

SR. ADRIANO: 30% disso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que tem sempre que parar um também não é? Tem um parado que eu vi ali?

SR. ADRIANO: Aquele está em manutenção. Tem um carro lá, a equipe de técnicos está já prestando a manutenção na máquina. Então quando qualquer um deles pára já tem um aqui...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É 3 megawatts/hora? Como é que é? 3 megawatts, como é que é isso? Hora não é?

A geração. Você consegue gerar 3, 3,5 megawatts/hora?

SR. ADRIANO: Não, não. Na realidade o fator de potência, o fator de capacidade está ligado à potência, a potência instalada. Então dos 10 megawatts instalados nós chegamos a atingir 35% dessa potência instalada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 3 megawatts/hora ou 3 megawatts mês, ano?

SR. ADRIANO: Hora.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A medida é essa. Muito bem prefeita você tem um parque eólico aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso gera ISS prefeita?

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): Um bocadinho. Contribui, com certeza. E agora a gente está trazendo uma fábrica, uma fábrica grande que é uma fábrica de torres eólicas que exatamente o que a gente entende é que essa fábrica vai poder atender a demanda de todo esse programa de desenvolvimento energético e vai atender a toda demanda, eu acho que da América, não sei, o mercado...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não vão produzir só para o Brasil?

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): É. Eu penso isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vai ser aqui em Aquiráz?

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): É aqui a indústria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma empresa? Não?

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): Não. É uma empresa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma concorrente?

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): Não. Na verdade, a empresa aqui ela vai poder, inclusive, fazer negócios porque lá é só uma fábrica de... Eles não têm a subestação, não tem nada disso, eles só fazem fabricar os equipamentos.

SRA. LUIZIANE LINS (PREFEITA DE FORTALEZA): Para que consiga ter um maior aproveitamento, um maior rendimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vouben(F) uma empresa alemã?

SR. ADRIANO: A Vouben(F), na realidade ela é brasileira, ela é uma subsidiária de uma empresa alemã chamada ENERCON. É um braço da ENERCON aqui no Brasil.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vocês têm alguma outra unidade de geração sem ser aqui no Brasil?

SR. ADRIANO: Sem ser no Brasil tem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não. No Brasil.

SR. ADRIANO: No Brasil? Desculpa, não entendi a pergunta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem alguma outra unidade de geração?

SR. ADRIANO: Sim, sim, além, dos parques aqui localizados no Ceará, existem outros estados brasileiros: no Rio Grande do Norte, existe parques em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas no caso a Vouben(F)...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Vouben(F) é maior produtora de energia eólica no Brasil?

ENTREVISTADORA: A Vouben(F) é a maior produtora e única atualmente no Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Essa produção do Mucuripi está com quem?

SR. ADRIANO: Também DA Vouben(F). Os três parques eólicos aqui do Ceará são da Vouben(F).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A direção do vento muda muito? A direção do vento muda muito? A direção do vento?

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Vouben(F) vai trazer também aquele parque de Paracuru ou é outra empresa?

SR. ADRIANO: De Paracuru é outra empresa. Com relação à pergunta se os ventos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele gira de acordo com... Muda muito?

SR. ADRIANO: Cada gerador tem um sistema automático de ajuste em direção ao vento. Então se o vento muda de direção ele acompanha, essa cabeça que a gente chama de [ininteligível]. Então o vento não muda. Aqui, particularmente, não muda, ele sempre sopra nessa direção do mar. No Nordeste ele tem uma direção basicamente, dentro...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A variação é pequena.

SR. ADRIANO: Muito pequena.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: AGORA é impressionante como é favorável.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agora janeiro, fevereiro e março, com quantos meses do ano que tem um vento mais fraco?

SR. ADRIANO: Mais fraco? Uns três, quatro meses no ano. No início do ano e na época das chuvas. E aí ratifica a complementaridade entre as usinas hidráulicas e as usinas eólicas porque no regime úmido a gente está gerando menos, porém, a hidrelétrica está gerando mais. E acontece o inverso quando a gente está no período seco, está gerando mais e lá está com a capacidade diminuída. Então, na realidade, a energia eólica é estratégica, até mesmo para gente poder economizar as nossas reservas de água nos períodos secos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o Adão fez um gráfico colocando essa questão da regularização da vazão do rio, tratando disso, tratando dessa complementaridade. Agora eu não sei...

ENTREVISTADORA: Senador tem que formação?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou engenheiro florestal e sou advogado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Da turma que queimava carbono. [ininteligível]

ENTREVISTADORA: É que eu estou achando interessante porque ele é bem detalhista para [ininteligível], gosta de saber de tudo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, você entrou num setor importante. E o meu curso de engenharia florestal tem algumas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas as usinas hidrelétricas elas nunca deixam de manter a vazão dos rios...

Visita encerrada às 16h07.

Ata da 26ª Reunião realizada em 2 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 02 de outubro de 2007, terça-feira, às 14:30h, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a debater o tema "Aquecimento global – os desafios para o setor elétrico brasileiro". Foi ainda apreciado e aprovado por unanimidade os seguintes requerimentos: ***Requerimento nº 39***, de autoria da Dep. Rebecca Garcia, em que solicita que seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Virgilio Viana; e ***Requerimento nº 40,*** de autoria do Dep. Eduardo Gomes, em que solicita que a comissão designe um membro para participar do 1º Congresso Internacional de Energias Alternativas, a ser realizado entre 16 e 19 de outubro, na cidade de Teresina – PI.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) **– Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Cícero Lucena (PSDB/PB)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Senador Euclydes Mello (PTB-AL)
Senador João Ribeiro (PR-TO)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Colbert Martins (PMDB-BA)
Deputada Rebecca Garcia (PP-AM)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Sarney Filho (PV-MA)
Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) – Suplente
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) – Suplente
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente
Deputado Eduardo Gomes, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PDB-TO): Boa tarde. Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Ato Conjunto nº. 001 de 2007 do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta Reunião destina-se a debater os desafios para o setor elétrico brasileiro e a apreciação de Requerimentos.

Neste momento, esta Presidência designa o Deputado Antônio Carlos Mendes Thames para Relator desta Audiência Pública.

As Atas das Reuniões passadas encontram-se sobre a Mesa. As coloco em votação, propondo a dispensa de suas leituras. Acatado, as coloco em discussão. Em votação. Os senhores Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovadas.

Gostaria de fazer um informe inicial e um agradecimento aos expositores desta Reunião, que discute especificamente setor elétrico e mudanças climáticas, ao passo que cumprimento Deputado Dr. Adilson Soares, Deputada Rebecca Soares Garcia e Deputado Mendes Thames. Teremos em breve a presença dos Senadores e Deputados que se encontram em outras Comissões, para reportar a realização da Audiência Pública no Estado do Ceará, especificamente na cidade de Fortaleza, na sexta-feira passada, com a presença do Governador Cid Gomes, onde foram discutidos temas já previamente acordados nesta Comissão: A questão da desertificação, fontes alternativas de energia, especialmente em se tratando do Ceará, a questão do Parque Eólico, e uma discussão também que foi muito pautada na questão da transposição do Rio São Francisco e as dificuldades locais. E nós entendemos que o próprio Relator, Senador Renato Casagrande, saiu daquela Audiência com a impressão de que a Comissão continua no caminho certo.

Não posso também deixar de registrar a participação do Brasil na conferência da ONU, especificamente o discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando sete meses adiante discute e coloca na pauta a posição do Brasil, parecendo bem a primeira Reunião, Deputado Mendes Thames, desta Comissão, quando foi proposto pelo Senador Fernando Collor a realização do Rio +20, quando Comissão já vem anunciando providências e discussões setoriais para composição do seu Relatório Final na necessidade da aprovação de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas. Portanto, mesmo sem a definição exata de metas voluntárias e uma política mais clara por parte do Governo Federal com relação ao que levará o Brasil na discussão de Bali e para a discussão pós-Kyoto, de qualquer maneira a gente tem que ressaltar que esta Comissão tem, pelo menos, tentado influenciar para que o Brasil não entre nessa discussão em condições de sintonia, mesmo que mínima, com a Índia e a China. Então considero um avanço desta Comissão que precisa ser registrado.

Nós temos, hoje, um antes da nossa Audiência Pública, a discussão do Requerimento nº. 40 – Requerimentos 39 e 40 – que é o Requerimento de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que requer à Comissão que encaminhe um Requerimento de Indicação ao Presidente da República, para que o Brasil defenda, junto ao Protocolo de Kyoto, a consideração da floresta em pé como passivo de contabilização de créditos de carbono.

Eu coloco o Requerimento em discussão. Se a Deputada Rebecca Garcia quiser fazer observação como autora do Requerimento...

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados, Srs. Deputados, Srªs. Deputadas, Srs. E Srªs. Eu entendo que, nesse debate de mudanças climáticas, nunca se deixa de fora a questão da floresta, a questão da Amazônia, principalmente.

E o que se precisa entender é que a floresta precisa valer alguma coisa estando em pé. Então, diferente do que tem sido feito e tratado na primeira etapa do Protocolo de Kyoto, a floresta derrubada passa a ter um valor maior do que a floresta em pé. Então essa indicação é justamente que o Governo Brasileiro leve a essa reunião essa discussão, para que na segunda etapa do protocolo de Kyoto seja considerada a floresta em pé como um bem, um bem brasileiro, um bem da humanidade, e que se possa ser revertido isso em créditos de carbono.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PDB-TO): Em discussão. Encerrada a discussão, está em votação. Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº. 40: Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão designe um membro para participar do Primeiro Congresso Internacional de Energias Alternativas, a ser realizado entre 16 e 19 de outubro na cidade de Teresinha, no Piauí. Em discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Neste momento, eu passo a palavra ao Relator Deputado Mendes Thames para que faça o convite às autoridades convidadas a esta Audiência Pública.

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Em seqüência convido, em primeiro lugar, o Dr. Márcio Zimmermann, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, para proceder a sua explanação.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Deputado Eduardo Gomes, e demais membros da Mesa. Gostaria de cumprimentar os colegas do setor que estão presentes, os jornalistas.

Primeiro, Deputado, é uma satisfação estar participando aqui desta Comissão e podendo falar de alguma coisa que o Brasil tem uma posição bastante exemplar ao resto do mundo, com relação a nossa característica da nossa matriz elétrica, da matriz ener-

gética, que é uma matriz com uma participação muito forte de renováveis.

Eu vou tentar apresentar, dentro desse tempo, uma geral de como é que o Brasil está pensando o planejamento energético e como é que se insere o planejamento energético dentro do esforço com relação a mudanças climáticas, e porque o Brasil continua no Plano 2030, que está sendo entregue à sociedade agora no final deste mês, deve estar saindo a impressão, o Ministério deve fazer um evento para divulgar, e nesse plano, então, nós vamos continuar mantendo essa matriz com característica bastante renovável.

Só rapidamente, desta tela, a palavra planejamento, que era um dos pilares desse modelo que foi implantado a partir de 2004. Nesse processo de retomada do planejamento, se estruturou, primeiramente, procurando voltar com visão estratégica no Estado Brasileiro com relação à energia elétrica ou energia como um todo, e depois a visão de programação, e com essa o desenvolvimento de produtos e a própria reestruturação, quando se criou uma Secretaria de Planejamento Energético no Ministério de Minas e Energia e ao mesmo tempo uma Empresa de Pesquisa Energética para fazer estudos para que o Ministério pudesse fazer essa coordenação do planejamento.

Pela primeira vez em nível de Brasil, você trabalha com planejamento energético integrado. Na verdade, quando você observa o setor elétrico, os setores de gás e petróleo e outros setores, você enxerga a própria estrutura do Ministério através das suas Secretárias. E ao mesmo tempo, faltava alguém ou algum órgão que fizesse esse planejamento energético integrado.

Porque o Brasil sempre teve uma tradição muito forte de planejamento elétrico, principalmente do setor elétrico, mas energético, não. Então, na verdade, hoje, nós estamos trabalhando dessa forma, com planejamento efetivamente energético integrado.

E para vocês entenderem, fica como contribuição, o ciclo que nós estamos seguindo do planejamento: Você começa com as políticas e diretrizes, que são lá do CNPE; o planejamento de longo prazo, que eu já citei, são esses planos de longo prazo, o Brasil hoje trabalha com 2030, com a matriz de 2030, às vezes é até interessante comentar que têm pessoas que interpretam você ter planejamento como se fosse alguma coisa Soviética ou – Como é que é? – Stalinista. Na verdade, se nós falarmos – Só vou dar um exemplo – do Ministério de Energia dos Estados Unidos, o DOI, o DOI, na verdade, tem uma estrutura de 500 pessoas trabalhando diretamente com prospecções, com matriz energética visando 30, 50 anos, etc.

Então o fato de o Brasil estar retomando esse lado do planejamento é importantíssimo, principalmente no outro ponto que nós tocar adiante, que é a segurança energética.

Quando nós fizemos, por exemplo, 2030, nós tínhamos que partir de determinadas premissas para serem estudadas. A da sinalização macroeconômica de como é que nós vamos ter comportamento de pico, como vai se desenvolver a sociedade e como vão ocorrer as demandas dos energéticos no Brasil, a partir disso você procura ver como você vai atender e aí vendo aquilo que o Brasil tem disponível. E sendo que umas diretrizes que nós tínhamos bem clara era manter a característica renovável da matriz elétrica brasileira.

Então nesse plano se discutiu muito a continuidade do aproveitamento potencial hidrelétrico, o programa nuclear, geração a partir do carvão, biomassa, interligações regionais, interligação dos países vizinhos, fontes alternativas e aspectos sócio-ambientais.

Só rapidamente, nesse cenário demográfico de referência, o Brasil estava incorporando, nesse período de 2005 a 2030, praticamente uma Região Nordeste ou uma França. Nesse PIB, o cenário alto era em torno de 5,1, o de referência 4,1. Isso crescimento de PIB.

E nós chegamos finalmente, em nível de energia, a um País que está passando de 165 toneladas equivalentes de petróleo para alguma coisa da ordem de, no máximo, com cenário alto de PIB, de 474, ou então com 402 toneladas equivalentes de petróleo no cenário de referência, o B1.

Nessa matriz de energia, se nós observamos como nós somos hoje, em 2005, nós somos um exemplo para o mundo, quando nós temos uma característica renovável da ordem de 44,5%. Quando você vê que o CDE a médio está 6% e o mundo, 14%. Só isso já mostra que, em nível energético, o Brasil dá uma contribuição muito forte para o mundo utilizando energias renováveis.

Quando eu falo da outra, em 2030, você vê que nós temos como desafio atingir 46,6% de renováveis. E de mundo, hoje, estaria em torno de 14%. Então em nível de matriz energética que considera todos os energéticos do Brasil, você observa um caimento do uso da lenha de treze para cinco e pouco, e um crescimento da parte da cana e outros renováveis. E a hidroeletricidade, fazendo-se um esforço muito grande de manutenção.

A alternativa que você tem na eletricidade para atender a demanda é com conservação e esse plano trabalha, em nível de conservação autônoma, da ordem de 5%, e um programa específico mais 5%. Quando nós vemos só isso, significa praticamente duas Itaipus e, em nível energético, em torno de 13, 14 mil megawatts médios, que foram considerados, incorporados

nessa matriz com essa cenarização de você aplicar políticas para atingir essa conservação e depois as outros fontes que alternam.

Na eletricidade, que eu acho que é o ponto focal desse evento, a contribuição com relação ao aquecimento global, quando nós olhamos o Brasil, hoje, praticamente, dependendo do ano, se é mais chuvoso ou menos, varia de 80 a 90% de renováveis, de fontes renováveis para gerar energia. Em 2030, nós pretendemos continuar nessa ordem de cerca de 80, 83% com características releváveis na nossa matriz para gerar energia. Isso é claro que, em nível mundial, é uma exceção, porque em nível mundial você pode considerar que você trabalha com 18%, mais ou menos, de renováveis e 82% de não-renováveis. Então é uma grande contribuição que o Brasil dá com relação à geração de energia.

A nossa matriz elétrica, então, ela tem hoje, e nós temos um desafio de até 2030 incorporarmos cerca de 120 mil megawatts para atender aquela demanda, já considerando que nós estamos aplicando políticas de conservação, que nós estamos atingindo aquelas metas de conservação de energia, nos leva a um desafio de um incremento praticamente de 120 mil megawatts nesse período. 120 mil megawatts nesse período, a prioridade é utilizar a hidroeletricidade, e a hidroeletricidade, nós estamos trabalhando com a hipótese de um incremento de cerca de 90 mil megawatts, nesse horizonte, até 2030, que significaria alguma coisa em torno de quatro, quatro mil e poucos megawatts por ano. Um senhor desafio!

É claro que nós precisaríamos de outras fontes e é o que é considerado aí. Nós vemos ali um aumento da eólica e outras, com a participação, em 2015, de 1,1, para 4,1 em 2030. A parte de biomassa, também, um determinado crescimento. Biomassa, sempre nós alertamos que nós temos, nesse horizonte de 2030, o aspecto de você ter a tecnologia viável, técnica e economicamente, da retirada do etanol da biomassa, e com isso é claro que vai sobrar menos bagaço de cana ou algo parecido para produzir energia elétrica. Então esse cenário foi considerado, por isso esse crescimento, essa participação.

Aqui um comentário rápido: O que é que tem ocorrido nos últimos leilões de energia, se eu mesmo apresentei que agora a prioridade é hidroeletricidade? No fundo, o que tem corrido é exatamente isso aqui: Nós ficamos um tempo – No planejamento você sempre trabalha com as alternativas de empreendimentos hidroelétricos mais baratos, a fonte mais barata para você colocar, e como o Brasil precisava recuperar um passivo com relação a estudos de viabilidade e com relação a inventários, você tem observado que, nos últimos anos, quem tem ocupado espaço são fontes térmicas e até fontes bastante emissoras.

É claro que esse modelo nasceu bem na ressaca do racionamento de 2001, então é natural que você tenha uma série de leilões. Não vai faltar energia, só que não é o mundo ideal que nós pretendemos para frente para o Brasil, por isso é que o Ministério priorizou grandes usinas como Belo Monte, Rio Madeira, agora, Santo Antônio e Girau que já têm a licença prévia, e Belo Monte, para que você rapidamente ocupe e continue mantendo esse percentual da hidroeletricidade e aos poucos, como está previsto, nós termos, até 2010, já trabalhado, a EPE tem trabalhado nisso, com cerca de 30 mil em nível de inventário e mais perto disso em nível de estudos de viabilidade, para que nós venhamos a ter essas alternativas. Então é muito importante a implantação dessas grandes usinas.

É claro que esse aspecto, quando nós falamos por que o Brasil, se tem um potencial estimado mais alto, por que vai só colocar um 90 mil megawatts, apesar de ser um grande desafio nesse horizonte? Na verdade, aqui tem um aspecto bastante interessante: Quando eu mostro essa curva aqui à esquerda, você observa o crescimento da capacidade instalada de hidrelétricas. Quando eu observo a curva da direita, eu vejo que a capacidade de armazenamento tem diminuído. O que significa isso? Eu tenho construído usinas com reservatórios menores.

É claro que tem um aspecto geográfico, pela característica do potencial remanescente que eu tenho, que é muito da Região Amazônica, no Brasil, e que lá não se viável você construir grandes reservatórios por causa de uma área inundada bastante grande. Inclusive, os projetos que nós estamos trabalhando lá na Amazônia, eles já consideram o aumento desses requisitos ambientais da própria sociedade brasileira.

Então o que se observa é que nessa característica da capacidade de armazenamento eu vou, naturalmente, ter que elevar a participação de térmica na nossa matriz, e essas térmicas, então, elas são térmicas que possam operar na base ou possam operar com uma geração média alta e com custo factível.

E essas térmicas que se prestam a isso são a nuclear ou a térmica a carvão. Então por isso nesse plano apareceu o Brasil retomando o programa nuclear, justamente pela necessidade da você voltar a trabalhar com térmicas que operem na base. Essa é a lógica da volta da nuclear.

Aqui só uma avaliação rápida de competitividade entre fontes, dos preços, de tarifas de equilíbrio, hoje, que nós poderíamos considerar avaliando a hídrica, até eólica, diesel, carvão nacional, importado, nuclear.

Um aspecto que eu gostaria de chamar a atenção: Essas telas que vêm na seqüência, eu fiz uma apresentação na Comissão de Meio Ambiente da Câmara e nós tivemos oportunidade – Na época não tinha o licenciamento do Madeira ainda – de mostrarmos essa apresentação, mostrando no nosso planejamento entre 2007 e 2016, já com impacto até desses leilões, nós tínhamos uma tendências de chegarmos com a participação da hidroeletricidade, em 2016, em torno de 69, 70%, isso já considerando o atraso do Rio Madeira e Belo Monte já entrando no final do horizonte. Então nós chegaríamos com 70%.

E nós fizemos diversos ensaios para alertar a sociedade e os próprios Deputados de que, se não entrasse o Madeira, nós chegaríamos ao final daquele horizonte com a participação de hidrelétricas da desordem 64% contra 34% de termoelétricas.

Se nós considerássemos que nós não íamos fazer Belo Monte também, nesse horizonte, nós chegaríamos já em 2016 com alguma coisa ali de 61% de hidro e 38% de térmica.

E aí se nós considerássemos: "Não, a sociedade brasileira não quer que se construa hidrelétrica na Amazônia", nós chegaríamos num ponto em que nós praticamente ficaríamos com 50 e poucos por cento de hidro e 40 e poucos por cento de térmica e com as conseqüências que advém disso tanto em nível de custo marginal de operação como em nível de emissões.

Essa matriz é o resultado exato, se nós substituíssemos aquelas usinas que eu falei agora por usinas térmicas a óleo ou usinas térmicas a carvão, o que ocorreria em nível demissões, o potencial de emissões que o setor elétrico poderia ter nessa matriz que ficaria, então.

Então, hoje, considerando o caso base, nós temos um potencial de emissão da ordem de 40 milhões de toneladas de CO_2 por ano. Nós chegaríamos a 2016, com aquela projeção que nós temos da expansão, com alguma coisa da ordem de 100 milhões de toneladas. Quando nós tiramos o Madeira, nós chegamos ali, ao invés de 106, em 180 milhões. Quando nós chegamos, tirando Belo Monte e Madeira, nós chegamos em 243. Praticamente duas vez e meia as emissões que ocorreriam em 2016 se nós estivéssemos naquele caso base que manteria a matriz 70/30.

Ao mesmo tempo, se nós não fizéssemos mais usinas hidrelétricas no Norte, já que o grande potencial remanescente é lá, nós praticamente triplicaríamos o potencial de emissões na matriz elétrica brasileira.

Eu agora parto então para as considerações finais. Eu quis mostrar todo esse cenário da importância de o País ter planejamento, de o País voltar com isso, não é o planejamento determinativo, é um planejamento indicativo, mas é muito importante a sociedade brasileira ter órgãos pensando estrategicamente numa área tão importante como é a energética.

Então eu coloco essas considerações finais, que eu acho que são importantes: Primeiro, a evolução contínua dos modelos do setor elétrico ao longo dos tempos. Esse é um aspecto muito importante, porque os modelos do setor elétrico, eles vêm evoluindo desde o Código de Águas ou da Cláusula Ouro, antes, e chegamos hoje num modelo que foi um avanço com relação ao último.

A integração regional e a importância do setor energético nas relações entre países, se tornou cada vez mais forte a participação desse item nas agendas entre países e entre Presidentes. Isso levou o próprio Itamaraty a organizar um Departamento de Energia dentro do Itamaraty.

A parte de segurança energética no momento em que o Brasil nessa na atual fase desse modelo, ele retomou esse planejamento de longo, médio e curto prazos, essa visão estratégica, essa visão de programação com a criação da EPE, etc., esse é um ponto muito importante no momento em que nós falamos de segurança energética, já que a área energética é uma área imprescindível para qualquer sociedade moderna. Então é muito importante você estar projetando para frente todos os recursos que o País tem e, ao mesmo tempo, a melhor forma, a forma mais viável, técnica, econômica e ambiental, de você utilizar ao longo do tempo.

A importância da participação da sociedade nas diversas etapas do planejamento energético, hoje os planos, por exemplo, do Ministério, o Plano Decenal, ele é colocado em consulta pública e fica recebendo contribuições, fica no *site* do Ministério. O próprio plano de 2030, nós tivemos no ano passado cerca de nove seminários específicos, onde nós chamamos universidades, associações, federações de indústrias, fóruns de Secretários, e houve discussões bastante interessantes sobre cada um dos temas ali, que era geração hidrelétrica, carvão, nuclear, todas, onde a EPE apresentava os estudos e haviam debates em cima disso e contribuições.

O realismo ambiental é um aspecto importante de nós tratarmos, porque é importante você ver efetivamente, sem emoção e sem o efeito ambiental que tem cada fonte. E isso é questão técnica, quer dizer, nós estamos num País onde eu consigo talvez licenciar uma térmica a óleo em três meses e uma hidrelétrica em alguns anos. Então esse é um ponto que nós temos que efetivamente pesar. Nós temos que pesar efetivamente, quando nós seguramos determinadas hidrelétricas e expandimos com termoelétricas, qual

o efeito que vai ter em nível de emissões, em nível de contribuições para o aquecimento global.

E outro aspecto que eu acho que é importantíssimo é o Brasil, a exemplo dos países desenvolvidos, continuar a desenvolver o seu potencial hidroelétrico, porque esse é o grande diferencial da nossa matriz. Quer dizer, enquanto País como a Alemanha e outros da Europa, em nível de OSCD(F), eles têm muita poucas fontes de energias renováveis, estão partindo para renováveis até mais caras para poder atender aquelas metas que têm na Comunidade Européia. O Brasil é privilegiado justamente porque tem ainda um potencial bastante grande a explorar. Se os outros países, antes de partirem para outras fontes, explorarem ao máximo o seu potencial hidrelétrico, o Brasil deve atingir esse patamar também, de nós passarmos de um aproveitamento potencial hidrelétrico só de 28 a 30% para alguma coisa maior, nos próximos anos.

Sem esquecer, claro, que naquela expansão necessária eu vou precisar de todas as fontes. Há espaço para tudo e sem ilusão. Eu tenho que considerar – Só para finalizar, Deputado -, eu tenho que considerar que, por exemplo, se eu vou construir, se eu vou fazer a expansão, como a Alemanha está fazendo, baseada em muita fonte eólica, claro que a eólica tem um fator de capacidade, uma capacidade de geração média da ordem, na Europa, acho que é de 25 a 30%, é claro que isso implica em você ter uma fonte mais cara, mesmo a Alemanha que tem um empenho muito forte de implantar termoelétricas eólicas, mas mesmo assim eles não conseguiram baixar da ordem de cem dólares o megawatt-hora. Quando você compara com outras fontes é o mesmo preço, praticamente, que nós temos no Brasil, da ordem de cem, 120 dólares, que nós estamos trabalhando, hoje, como tarifa de equilíbrio nessas centrais eólicas.

Então eu acho que essa visão, e ao mesmo tempo esquecer, quando eu falo nesse aspecto aqui do realismo ambiental, é importante ver que uma eólica, muitas vezes, por exemplo, se nós colocamos três a quatro mil até 2030, é uma forma de ela ir entrando, mas nós temos que analisar o aspecto econômico e o aspecto até ambiental. Um parque eólico, por exemplo, para produzir o equivalente a uma usina de Angra III, por exemplo, ele precisaria de uma área de cerca de 2200 e poucos quilômetros quadrados para ser implantado, se for usar aqueles geradores ponto seis. Diminui um pouco se usar aquele gerador de 2,3 quilowatts.

Deputado, era isso, eu acho, que eu queria passar para vocês.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PDB-TO): Passar a palavra ao Relator, mas antes o Deputado Paulo Teixeira quer fazer uma consideração, uma observação. Passo a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Apenas fazer alguns questionamentos, não sei se farei depois do Relator ou antes, ao expositor Dr. Márcio Zimmermann.

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Se me permite, ilustre Deputado Paulo Teixeira, depois de ouvirmos o Dr. Mário Menel, que também vai falar sobre o assunto, poderíamos abrir para os questionamentos, do qual é o primeiro, exatamente, a respeito dos dois. E vamos considerá-lo como o primeiro inscrito.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Somente para saber se o Dr. Márcio Zimmermann permanece no recinto, porque como ele fez essa exposição do planejamento, e as minhas questões dizem respeito ao planejamento do Governo, gostaria de saber se ele, então, permanece aqui para nós fazermos as perguntas a ele.

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Sim, permanece. Na seqüência convidamos o Dr. Mário Menel, da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica, ABIAPE. Com a palavra para sua exposição.

SR. MÁRIO MENEL: Boa tarde a todos, Deputados. Inicialmente eu gostaria de agradecer mais essa oportunidade de trazer aqui a palavra de um grupo de investidores no setor elétrico brasileiro, que tem um interesse grande em ter energia a um preço competitivo, porque são grandes... Eu gostaria de mostrar qual o grupo que eu represento, é um grupo exportador de commodities e que tem contratos de longo prazo e que, portanto, exige, para ser competitivo no mercado internacional, energia a preços módicos.

Causa preocupação para nós os últimos leilões ou a evolução dos leilões, conforme foi apresentado aqui pelo nosso Secretário de Planejamento. Causa preocupação porque nós acreditamos que há uma vocação no Brasil para o uso do recurso hídrico e, se agente observar, nós temos um avanço grande de termoeletricidade por falta de projetos. A falta de estoques está levando a essa realidade dos últimos leilões.

E o nosso Secretário focalizou os dois aspectos: Primeiro, um aspecto de preços da matriz, porque é uma matriz mais cara, evidentemente e, portanto, isso contraria o nosso interesse de ter energia competitiva. E o segundo aspecto é o aspecto de emissões, que tem tudo a ver aqui com a Comissão presidida pelo Deputado Eduardo Gomes.

Nós entendemos perfeitamente que os reservatórios brasileiros estão cada vez menores, ou seja, nós estamos tendo necessidade... Antigamente traba-

lhamos juntos em ofertas de energia interruptiva por quatro anos, quer dizer, nós tínhamos um reservatório plurianual que, mesmo sem grandes chuvas, nós poderíamos manter a carga com segurança quatro anos à frente. Hoje, nós realmente não temos mais essa facilidade, porque o nosso reservatório equivalente ficou muito menor. Isso nos leva a uma complementação térmica. Ou seja, nós temos necessidade de ter uma complementação térmica, inclusive como uma otimização da matriz de atendimento. Ou seja, a hora que nós recuperamos o planejamento centralizado, nós temos uma visão perfeita da necessidade dessa complementação térmica.

Agora, não acredito que nós possamos abdicar da nossa vocação hídrica. E aí, Deputado, é que eu gostaria de fazer um apelo a esta Casa, como já tenho feito por diversas vezes, porque eu acho que aqui que é o Fórum importante. Nós vimos o Secretário de Planejamento colocar nas suas recomendações exatamente esse aspecto, ou seja, nós temos projeções de planejamentos de longo prazo que mostram que mesmo com eficiência energética, mesmo com conservação de energia, nós precisamos de uma grande quantidade de energia, até porque o nosso consumo per capita é muito pequeno hoje no Brasil, tem um espaço muito grande para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro aumentando o consumo per capita.

Então nós precisamos de energia, não há contestação, em nenhuma Audiência Pública, jamais eu ouvi alguma reclamação que nós não vamos precisar de energia. Precisamos de energia.

Temos os recursos hídricos, também é incontestável, que é a nossa vocação, a nossa vantagem competitiva em relação ao resto do mundo.

Quando nós estamos falando em aumento de energia tal como está colocado nas pesquisas e no planejamento integrado feito pelo Ministério de Minas e Energia, nós estamos falando de aproveitamentos na Amazônia. Não tem como, porque o nosso potencial que hoje está na ordem de 30% já aproveitados, o restante, em grande parte, está na Amazônia. Então se nós queremos aproveitar os nossos recursos, nós temos que abrir seriamente essa discussão: Vamos fazer ou não.

Hoje eu estava vendo nos jornais que, por exemplo, várias ONGs de ambientalistas estão indo à Europa para impedir o leilão da usina de Santo Antônio, no sentido de forçar as matrizes, o Grupo Suez, o Banco Santander e tal, que têm matrizes na Europa, a não investirem no Programa Hidroelétrico Brasileiro. Então eu gostaria de saber as alternativas ou até chegar aqui e discutir, porque a premissa de que nós vamos ter necessidade de energia é incontestável. Então qual será a nossa fonte alternativa?

Então eu queria mostrar um pouco à frente aqui, mostrar especificamente a participação da autoprodução na matriz de oferta de energia brasileira. Quer dizer, nós tivemos, até 1995, a gente não tinha participação, até porque o sistema, o modelo não permitia. Depois que foi possível a participação privada, nós tivemos uma participação grande até 2002, e de 2002 para frente, com a mudança do modelo, nós fomos penalizados por participar da matriz e não participamos.

Graças aos esforços do Ministério e desta Casa, hoje nós estamos em condições de voltar. Ministério de Minas e Energia, esforço do Ministério e desta Casa, nós estamos em condições de voltar a participar dos certames licitatórios em torno do setor elétrico.

Aqui, só para falar da parte, nem da matriz de preços, que é uma preocupação grande, só a parte de emissões, eu chamo a atenção, Deputado, da última coluna da primeira planilha, que mostra qual a produção, em toneladas de CO_2, por megawatts-hora produzidos. Então do óleo diesel, do óleo combustível, do carvão, as principais térmicas.

Então a gente vê que o carvão tem um índice alto, mas eu gostaria de chamar a atenção o seguinte: Esses dados são os dados da usinas hoje existentes, com uma tecnologia que está ultrapassada. Então existe um espaço grande, em termos de carvão, até porque nós temos uma reserva de carvão energético importante, existe uma possibilidade de a gente reduzir significativamente aqueles índices.

Por exemplo, esse gráfico mostra que, se eu aumentar a eficiência do meu ciclo de carvão, eu consumo menos carvão, o consumo é menor – É essa curva de baixo, essa curva vermelha – e, conseqüentemente, por exemplo, aquele índice foi calculado para cerca de 33% de eficiência energética, que são as usinas hoje existentes no Brasil, então eu tenho um índice bastante elevado. No entanto, hoje já é uma realidade se falar em 52, 53% de eficiência do ciclo. Então eu tenho menos necessidade de carvão para produzir a mesma quantidade de energia e, conseqüentemente, eu posso reduzir as emissões ali para níveis até inferiores a outros combustíveis fósseis. Então o carvão não é uma coisa assustadora como complementação térmica, que eu acho que é uma necessidade que nós devemos ter.

Agora, o meu apelo, Deputado, é para que essa discussão de qual é, realmente, a quantidade de hidroeletricidade que nós vamos implantar no Brasil, ela seja trazida para esta Casa, porque deixou de ser uma discussão técnica, não há nenhuma dúvida das vantagens econômicas, etc, mas nós temos uma constitui-

ção política, e quando é uma discussão política, esta é a Casa, este é o fórum adequado.

Essa é a preocupação dos autoprodutores, que gostariam, numa visão de longo prazo, assim como o Ministério tem esse planejamento que vai até 2030, nós também temos os nossos planejamentos de longo prazo, até porque os nossos contratos de commodities são contratos de longo prazo.

Então nós temos que ter uma preocupação muito grande com a energia no Brasil em longo prazo em termos de preço e em termos de emissões.

Esse era o recado que eu gostaria de dar, e muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Na seqüência, encerrando o primeiro bloco, são três aqui do primeiro bloco, Dr. Jerson Kelman, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

Em seguida passaremos aos questionamentos dos Parlamentares.

SR. JERSON KELMAN: Boa tarde a todos. Meus cumprimentos iniciais ao Presidente desta Comissão, Deputado Eduardo Gomes, ao Relator, Deputado Mendes Thames, aos Deputados presentes, à Deputada, jornalistas, meus companheiros do setor elétrico.

Eu queria começar pela Moção da Deputada sobre floresta em pé. Me parece uma idéia excelente e eu queria laborar um pouquinho em cima dela. Quer dizer, o argumento da Deputada foi que existem créditos de carbono dados para projetos que economizam emissão de carbono, mas que não há incentivo nenhum – E não há mesmo – para manter a floresta em pé. No fundo, o que nós estamos vendo, o Brasil tem uma taxa de desflorestamento muito grande, nós somos o quinto emissor de carbono do mundo, mas não pela nossa matriz energética e sim pelo ponto que a senhora apontou, que é o desflorestamento.

Quer dizer, nós temos 75% da emissão de carbono do Brasil, que nós leva a quinta posição no *ranking*, por conta de queimada de floresta. E isso é o que nos embaraça, quer dizer, não serve à humanidade, não serve ao Brasil, não serve a ninguém. Quer dizer, essa é uma coisa que é aí que tem que estar a prioridade nossa, porque o que se observa é que, enfim, a árvore queimada vale mais do que a árvore em pé, como a senhora apontou.

Para elaborar um pouco nisso, valeria a pena, talvez, irmos um pouco atrás, vermos o que era o Kyoto, como é que isso evoluiu e como é que nós poderíamos tentar colocar sua idéia em prática.

Como sabem todos, imagino, Kyoto acertou, vamos dizer, houve um consenso de uma meta de redução de emissão de carbono em que, em 2012, a meta seria chegar a 95% do nível de emissão de 1990. E a grande discussão dos países é quem se submeteria a essa meta, que países se submetem à meta, quem não se submete.

A grande cisão, a primeira grande cisão que esse campo teve foi entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, assim chamados em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia. O que o Brasil e outros países em desenvolvimento defenderam e ainda defendem é a tese de que a nós não deve ser colocado um quepe(F), quer dizer, um limite de emissão. Esse limite de emissão deve só ser imposto aos países desenvolvidos.

E há uma lógica, naturalmente, nessa proposta, porque a lógicas é que, enfim, desde o século XVIII, os países desenvolvidos já contribuem com emissão de gases que contribuem para o efeito estufa e nós, então, que chegamos atrasados nesse processo, não seria razoável que o nosso desenvolvimento, o bem-estar da nossa população fosse sacrificado por conta de uma emissão acumulada ao longo de dois séculos pelos países que já alcançaram o desenvolvimento. Essa é a tese central.

Essa tese faz com que países como China e Índia, que não têm alternativa energética, que na realidade só tem carvão mesmo, o principal... Não tenho, quer dizer, eu não invejo a posição de um dirigente chinês, ele, hoje, vamos dizer, o dilema de um dirigente público chinês é: Ou ele refreia o crescimento no sentido de queimar menos carvão ou ele, enfim, azar para o efeito estufa, vamos apostar que isso não dê certo e vai em frente queimando carvão. Essa é a posição chinesa, digamos, ou da Índia.

No Brasil, não. No Brasil, como bem apontado pelos meus antecessores, Zimmermann e Menel, o Brasil tem a opção hidrelétrica. Em termos energéticos, nós não precisamos, não temos problema nenhum, quer dizer, em termos energéticos estamos bem, é apenas lamentável que por uma falta de projetos e por uma visão absolutamente, na minha opinião, míope do Movimento pelo Meio Ambiente Brasileiro – Absolutamente míope! – nos empurre na área energética a ficar queimando óleo, ao invés de produzir energia elétrica de uma maneira renovável.

Menel fez referência a uma notícia que tem hoje, eu estou fazendo só um desvio e já vou voltar à floresta, em que o título, é uma reportagem do jornal O Valor, me impressionou muito essa reportagem assinada pelo jornalista Daniel Rittner, cujo título é o "ONGs Vão à Europa para Tentar Barrar Usinas Hidrelétricas". É uma coisa, é uma campanha contra o interesse, eu diria, contra o interesse do País e contra o interesse ambiental, de preservação ambiental, porque nos

empurra a isso que foi mostrado aqui por ambos, por Zimmermann e por Menel, que é nós estamos ficando totalmente sujos, nós estamos fazendo energia cara, utilizando uma energia cara, que é de óleo combustível, cara e poluente. Poluente localmente e poluente globalmente.

Mas deixa eu então voltar ao Kyoto. Então o que resultou de Kyoto? Primeiro, uma grande cisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como se chama, e segundo, uma cisão entre Europa e Estados Unidos. Sabe-se que nos Estados Unidos, a postura do Governo Americano é de não impor limites a sua emissão de carbono, e o Governo Americano está apostando num *break thru* tecnológico, algum avanço tecnológico. Essencialmente a aposta principal é que vai se desenvolver tecnologia de seqüestro de carbono. Isto é, que será possível capturar o carbono antes que ele escape pela atmosfera em um processo produtivo qualquer da queima de carbono. O carbono será capturado e será armazenado em algum lugar seguro e tal, como, por exemplo, minas ou falhas geológicas ou antigos campos de petróleo. Essa é a aposta tecnológica principal dos Estados Unidos.

E os Estados Unidos também argumentam de uma forma que me parece um pouco, digamos, pouco objetiva, quer dizer, pouco pragmática, de que se fossem aplicados recursos para combater os efeitos, as conseqüências do efeito estufa, seria mais barato do que evitá-lo. Então eles têm umas estimativas de que, com menos de dez bilhões de dólares por ano, seria possível combater as enchentes, enfim, as várias conseqüências do efeito estufa, que isso é mais barato do que segurar a emissão do CO_2. Mas essa é a linha americana.

Na Europa, e vão chegando perto das florestas, na Europa, não. Aceitaram o limite, foi um limite para a Europa, depois um limite por país, e no primeiro ciclo de auto-restrição na Europa, que é de 2005 a 2008, foram alocados cotas de emissão de carbono país por país, e depois cada país alocou essa cota nacional por empresas.

Quer dizer, então cada empresa, vamos dizer, de conjuntos de processos industriais que são alto emissores de carbono, essencialmente siderurgia, mineração, refino de petróleo, produção de energia elétrica. Porque lá é basicamente ou gás natural ou carbono, e papel. Essas são as indústrias que a cada uma das indústrias, a cada empresa foi colocada uma cota de emissão de carbono.

Eles poderiam ter feito isso, os europeus, de uma maneira pouco inteligente, mas os europeus são inteligentes. Quer dizer, eles poderiam ter feito o seguinte: Como é que foi feita essa cota? É alguma coisa que é um pouco menor do que a capacidade, quer dizer, a idéia é que reduzam. Qual seria a maneira pouco inteligente de fazer isso? Seria alocar a cota para cada empresa e dizer que cada empresa teria que se virar e cumprir aquela cota. Não dar flexibilidade.

Não foi isso que eles. São mais inteligentes: Eles criaram um mercado de carbono e disseram: "Bem, cada um tem sua cota, mas aquelas empresas que forem suficientemente flexíveis para economizar na emissão de carbono e sobrar cota, elas podem vender a cota para o vizinho, até de um outro país. É um mercado de carbono.

Esse mercado de carbono é impulsionado com a lógica de que a empresa que ao final do ciclo, ao final de cada ano, o primeiro ciclo é de 2005 a 2008, ao final de cada ano faz sua contabilidade de quanto carbono ela emitiu e quanto carbono ela tinha direito a emitir, se o que ela emitiu é mais do que ela tinha direito a emitir, mais do que o limite, ela paga uma multa de 40 euros por tonelada de carbono emitido a mais. Então, a empresa que percebe que não vai conseguir, a sua cota não é suficiente, ela compra do vizinho ou de alguém de outro país, etc. Então isso aloca de uma forma, quer dizer, no fundo, qual é o objetivo? É fazer com que se atinja a meta global do continente europeu com o mínimo custo, porque vão reduzir consumo, vamos dizer, vão conseguir reduzir as emissões aquelas atividades que mais facilmente diminuem a emissão de carbono.

E o que existe é comércio de créditos de carbono entre empresas. A tonelada de carbono chegou, em maio de 2005, a 30 euros por tonelada, esse foi o preço, depois caiu abruptamente, porque se chegou à conclusão de que nessa alocação inicial, 2005 a 2008, os Governos foram razoavelmente generosos, quer dizer, sobrava créditos, sobrava cotas. E caiu o preço, hoje está perto de zero.

Mas o segundo ciclo, que começa em 2008 e vai de 2008 a 2012, o aperto na diminuição de cotas é maior e a multa também é maior, de forma que, hoje, cotas para 2008 a 2012 já estão sendo negociadas na Europa na ordem de 20 euros ou alguma coisa como 50 reais a tonelada de carbono, o que significa que a energia elétrica na Europa está ficando mais cara, vai ficar mais cara na ordem de 20 reais por megawatt-hora. É a conseqüência, porque tem um efeito cascata no próprio setor elétrico.

Que mais podem fazer essas empresas quando ficam curtas, quer dizer, quer dizer, que não tem suficientes créditos de carbono? Elas têm que comprar ou de seu vizinho ou dos países em desenvolvimento. E aí que entramos nós. É o tal famoso mecanismo de desenvolvimento limpo, que nós coloca numa po-

sição, na minha visão, um pouco marginal, um pouco subalterna, porque nós temos que provar, temos que apresentar ao mecanismo de certificação que nós conseguimos fazer um projeto que economiza a emissão de carbono, que se não tivesse esse incentivo de mecanismo e desenvolvimento limpo, nós não estaríamos emitindo carbono. E esse crédito pode ser negociado na Europa e isso que está alimentando um pouco esse processo.

Por que isso nos coloca numa posição um pouco subalterna? Porque nós não estamos negociando livremente as nossas cotas. Nós não temos cotas. Por quê? Porque não temas cotas. Nós não aceitamos cotas em Kyoto e por isso que eu estou falando nesta Casa, porque é uma questão política, é uma questão de política do País. Nós não aceitamos e aí ficamos, nós somos o terceiro País em comércio desses certificados associados ao mecanismo de desenvolvimento limpo, que é, enfim, aterros sanitários, são pequenos projetos que, se não existissem, estariam emitindo carbono.

Mas os nossos grandes projetos que não emitem carbono, como são hidrelétricas, esses não tem direito a crédito nenhum. Nenhum crédito. Por quê? Porque nós já faríamos isso. É nosso *business usual*, quer dizer, o nosso caminho natural é produzir energia pela hidroeletricidade. Então nosso nos reconhecem e não nos dão créditos por isso. Quer dizer, no fundo nós somos um pouco penalizados, porque já somos limpos. Como já somos limpos, então não somos premiados por sermos limpos. Só são premiados aqueles que são sujos e ficam limpos. Os que já são limpos não são premiados.

E a floresta? Fiz tudo isso para chegar à floresta? A floresta, nós não somos, como a senhora bem apontou, nós não recebemos nenhum incentivo por ter floresta em pé. Mas voltamos ao ponto de partida: 75% da nossa emissão é pela floresta, é pela queima de floresta. E eu penso que esta Casa e o Governo, o Executivo deviam fazer uma reflexão sobre se realmente – É uma dúvida. Eu não tenho nem sequer uma tese. É mais uma dúvida -, se realmente serve ao interesse do País ficar fora da cota.

Porque se nós tivermos uma cota como tem os países europeus, nós estaríamos em outra condição de negociação, de outra natureza: Agora nós somos iguais. Nós temos uma cota e se nós economizássemos, digamos, mil quilômetros quadrados por ano – Nós queimamos na ordem de 20 mil quilômetros quadrados por ano de florestas -, se nós primeiro baixássemos da ordem, uma ordem de grandeza, de 20 para 19 mil, economizássemos mil quilômetros quadrados, isso, como as cotas são dadas para a situação existente numa certa ocasião, essa diminuição significa créditos que nós poderíamos vender. E é uma situação muito mais interessante, muito mais de igual para igual do que a situação que nós temos hoje, que é quase de mendigar que nos reconheçam os créditos por alguns poucos projetos que são, vamos dizer, abençoados com a certificação do mecanismo de desenvolvimento limpo.

Então essa, portanto, para começar a finalizar, eu vejo que tem duas maneiras de nós entendermos essa questão de como é que nós nos comportamos em relação a Kyoto. A maneira defendida pelo Governo Brasileiro, que tem toda a lógica, é olhar para trás e ver que nós não temos culpa da quantidade, e é verdade, não temos nenhuma culpa ou muito pouca culpa da quantidade de CO_2 da atmosfera e, portanto, não parece justo que nos seja atribuída essa responsabilidade. É uma maneira correta de ver. Mas uma outra maneira ver, também, e talvez razoável, é olhar para a frente e verificar que se nos fosse imposta uma cota, ainda que injusta, se nós íamos nos beneficiar ou prejudicar.

E eu acho que, na linha do seu raciocínio, que possivelmente nos beneficiaria, porque, afinal de contas, não queimar a floresta não é algo tão difícil assim. Porque, no fundo, o que significa que estamos queimando a floresta? Como falamos antes, é que uma árvore queimada vale mais do que uma árvore em pé. Está nos faltando o mecanismo de fazer isso.

O Governo, e eu costumo dizer para a Ministra Marina que daqui a 20 anos, quando se for olhar a Administração dela o que vai saltar de grande contribuição, de grande avanço na preservação do meio ambiente, vai ser essa lei, a implementação da lei aprovada nesta Casa que é das concessões de florestas. As concessões.

Por que as florestas são queimadas? Elas são queimadas porque, é parecido com porque as mangas em Brasília nunca amadurecem no pé, porque antes de amadurecer, alguém vai lá e colhe a manga. É o que os economistas chamam de tragédia do uso de do bem comum, quer dizer, você nunca chega a utilizar plenamente um bem que é comum, porque ele é usado de uma forma predatória.

Então, de igual maneira, as florestas, como são em áreas em geral devolutas, o uso que, vamos dizer, o uso predatório é aquele que é mais utilizado, porque se alguém não for lá e rapidamente utilizar de uma forma predatória, outro o fará.

Então o que precisa ter é criar uma entidade, uma instituição, uma pessoa, uma empresa que tenha interesse em permanecer mantendo o uso sustentável de uma certa floresta ao longo de décadas. É daí a idéia

brilhante aqui aprovada nesse Congresso da Lei de Concessão de Florestas. Muito correto.

Quer dizer, a primeira concessão está na eminência de ser feita, que vai permitir que um concessionário tenha o direito de utilizar de forma sustentável uma floresta durante 20, 30, 40 anos, acho que são 40 anos, e significa tirar, não sei bem, digamos, não sei bem qual é a taxa, mas digamos uma árvore por hectare/ano, algo assim que mantenha de forma sustentável.

Então nós já temos até o mecanismo. E fazendo agora o fecho com a sua moção de que a floresta em pé tenha valor, e aí eu concluo, um possível caminho para isso seria exatamente reexaminarmos se de fato nos interessa estarmos fora da meta de Kyoto, termos um limite ou não. Ou se talvez valeria a pena nós nos beneficiarmos tendo muito mais créditos a vender de carbono, porque evitamos o desflorestamento, do que alguns poucos projetos que recebem essa benção do mecanismo do desenvolvimento sustentável.

Deputado, eu acabei mudando um pouco qual era o rumo, porque eu achei a proposta da Deputada Rebecca Garcia muito interessante e resolvi focar nesse tema. E agradeço a oportunidade de estar aqui debatendo com Vossas Excelências.

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Antes de iniciamos o segundo bloco, nós vamos fazer um espaço para os questionamentos. Primeiro inscrito, o Deputado Paulo Teixeira com a palavra, por favor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu quero parabenizar os Deputados Eduardo Gomes e Mendes Thames, os demais Deputados, a Deputada Rebecca Garcia, e também cumprimentar o Sr. Jerson Kelman e o nosso Márcio Zimmermann do Planejamento do Ministério de Minas e Energia.

Eu quero fazer as perguntas para eles, porque... Não sei se eles vão para a Mesa?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu vou convidá-los à mesa aqui.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Nós temos uma Comissão na Câmara de Fontes Renováveis de Energia. E essa tabela apresentada pelo Dr. Márcio Zimmermann é uma tabela que nos traz profundos questionamentos, e até a fala do Sr. Jerson Kelman, porque, ao debater o setor elétrico, se a gente achar que o problema são as florestas brasileiras, nós teríamos que nos concentrar no setor elétrico e ver quais são os problemas que nós temos no setor elétrico.

Uma primeira questão é: Nós estamos comprando energia suja. Nós estamos comprando termoelétricas a óleo diesel em detrimento de energias limpas. E a questão está na oposição do movimento ambientalista ou está na linha de planejamento do Estado Brasileiro. Ao falar do planejamento, o Dr. Zimmermann colocou aqui que a opção pela compra das termoelétricas vem do Governo anterior, no que eu concordo, vem do passado, o senhor usou esta figura, mas será que ela não está no presente? Quer dizer, essa opção não se mantêm?

Um primeiro aspecto, faltam projetos. Agora, a sociedade brasileira quer projetos que tenham uma característica ambiental. A sociedade brasileira não quer abrir mão do aspecto ambiental, então os projetos são de baixa qualidade se eles estão tendo problemas ambientais.

E a segunda questão, a prioridade para as energias sujas será que não é por conta de algumas variáveis de algumas determinantes do planejamento elétrico brasileiro?

Primeiro, todos são da área hidroelétrica. Em segundo lugar, a hidroelétrica brasileira está pensada na grande obra desde sempre. Em terceiro lugar, o estoque de projetos tem, digamos, uma dificuldade de se resolver.

Então o que eu queria perguntar é sobre as energias limpas. Primeiro, se não teria que ter uma exposição dos problemas ambientais dos grandes projetos hidroelétricos para ver como resolvê-los? Por exemplo, a solução do Madeira me pareceu correta. A atitude do Ministério do Meio Ambiente me pareceu correta ao fazer as exigências para o Madeira, o que demonstrou que quem ofereceu o projeto não ofereceu na qualidade que deveria oferecer anteriormente.

Então nós não precisaríamos de uma exposição do que é o estoque e quais são os problemas ambientais envolvendo esse estoque? Porque fica parecendo apenas, digamos, um capricho ambiental. E no Madeira não foi um capricho, foi uma exigência correta.

Em segundo lugar, não poderia repotencializar as PCHs?

Em terceiro lugar, nós estamos pagando mais caro para as termoelétricas do que a solução da biomassa. A biomassa, o preço que está se pagando na biomassa parece que é para fazer... Você poderia ter uma energia vinda da biomassa a um preço melhor do que está se pagando e a um preço melhor do que das energias sujas, e que permitiria a instalação de fornos de alta potência e permitiria a vinda, segundo o que dizem, de dez mil megawatts por sistema. Quer dizer, nós não deveríamos estar resolvendo os problemas relacionados à vindo da biomassa para o sistema? É uma pergunta que eu queria fazer.

Quem vai puxar essa modernização e quem vai puxar a pesquisa científica? O preço. Se nós não trouxermos esse estoque para dentro do sistema, não vai

haver. Ele não virá e dois, a pesquisa não virá, igualmente.

Hoje eu li no O Valor, igualmente, que nos Estados Unidos, eles estão no nível de pesquisa relacionado ao etanol muito importante e, portanto, se você não tiver preço, como eles têm, nós não vamos puxar a pesquisa.

Sobre a eólica, nós temos um problema de fornecimento de fábricas para a eólica. Ora, se você tiver compra, você vai trazer mais empresas para cá e você vai poder também puxar o desenvolvimento de empresas brasileiras de pesquisa no Brasil, inclusive de empresas e também de modalidades para a energia eólica mais relacionadas ao Brasil.

E por último, a solar. O Dr. Jerson Kelman disse que nós não temos, porque produzimos energia limpa, nós não temos ganho em créditos de carbono. Nós temos eficiência. Se o senhor tiver aumento de eficiência. E num País que tem sol na duração que o nosso tem, o senhor poderia ter uma proposta de adoção de energia solar térmica muito mais importante para puxar eficiência do que nós estamos puxando. E na solar fotovoltaica, se o senhor tiver uma compra da solar fotovoltaica para a área pública, pelo que a área pública gasta de energia, seja nas escolas e nos hospitais, você poderia resolver esse investimento de médio prazo e poderia trazer uma indústria de refino de serviços para a Brasil.

Então a questão de fundo que eu queria colocar é: Nós não temos um problema de planejamento no Estado Brasileiro, que pela sua cultura ou pela pressa em relação ao fato de que nós podemos ter uma falta de energia, nós não estamos deixando de lado alternativas melhores, como outros países do mundo estão fazendo? A China está fazendo, a Índia está fazendo, a Alemanha, a Espanha, os países da Europa, os Estados Unidos estão fazendo essas opções.

Por último, eu queria dizer o seguinte: Qual a resistência da compra da energia, da obrigatoriedade da compra de energia pela produção distribuída? Portanto, o questionamento que eu quero fazer de fundo é: Nós não estamos com um modelo anterior ao que nós podíamos produzir de energia limpa? Os paradigmas não são paradigmas ainda do topo do desenvolvimento ali na década de 70? E se nós não estamos vivendo um problema de mudanças de paradigma e o planejamento nosso não captou essa mudança de paradigma?

Eu só queria dizer isso, porque quando eu vejo a tabela dos custos de energia, quando eu vejo a comparação que o senhor faz, por exemplo, entre fazer o Madeira e não fazer versus energia térmica, mas não se discute por que a energia solar, por que da energia eólica, por que da biomassa, onde estão os obstáculos?

Por exemplo, eu acho, num próximo momento, até eu estou convidando o senhor para ir à Câmara, se o senhor não poderia fazer um debate do seguinte: Quais sãos as questões da biomassa, quais são as questões da solar, quais são as questões das PCHs, quais são as questões das usinas hidroelétricas que estão com problemas de licenciamento? Enfim, não seria o caso de a gente fazer uma comparação das fontes limpas com as fontes limpas e quais sãos os problemas que o Brasil demanda em termos regulatórios de financiamento?

E assim termino, Presidente, dizendo o seguinte: Eu acho que, no campo das energias renováveis, nós poderíamos produzir uma política industrial de exportação de equipamentos de energias limpas. Então me parece que, ao comprar as termoelétricas, nós estamos vivendo do passado. É uma energia velha, é uma tecnologia velha, uma tecnologia que não tem... Por exemplo, Angra, os Estados Unidos já estão produzindo energia atômica, nuclear, com reatores de outra natureza, não dessa. Essa é uma energia velha. As termoelétricas também. Então eu queria colocar, porque é de fato um questionamento que eu tenho, e gostaria que os senhores pudessem produzir uma exposição com essas questões.

A sociedade brasileira gostaria de saber por que nós estamos nesse nível aqui, mesmo o representante da indústria que colocou aqui dizendo: "Olha, nós nos prejudicamos porque nós podíamos produzir energia limpa", e nos prejudicamos.

Então quais são as razões de a gente não considerar essas variáveis aqui?

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Na seqüência, em bloco, poderia... Em bloco, assim já responde, que possivelmente agreguem algumas perguntas que sejam complementares, posso passar a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Eu não tive oportunidade de ouvir a primeira palestra, do Dr. Márcio Zimmermann, mas ao participar aqui já do pronunciamento aqui do Jerson Kelman, me ocorreu, inclusive a partir de um questionamento feito pela Deputada Rebecca Garcia, a questão da floresta em pé, que foi muito bem abordada e eu acho que até o desvio do tema foi oportuno, porque ele traz uma questão que é fundamental.

Eu não entendo até hoje porque o Brasil não avançou rapidamente nessa questão. É uma questão de que? De modelo?

A questão da meta, eu acho que hoje já há um certo consenso até, no Congresso Nacional, muitas

pessoas aqui já admitem, e nós também, que essa é uma possibilidade que o Brasil não vai poder correr dela, senão lhe será imposta.

Se a política externa brasileira, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologias e os outros Ministérios que estão encarregados de, nos fóruns adequados, como vai ser em Bali e depois, possivelmente depois de 2012, Kyoto II, você ter uma nova discussão em relação a isso, não tenha dúvida que vai haver. Vai haver e o Brasil, se não estiver preparado para isso, vai ficar um pouco para trás nessa questão.

Acredito que o próprio Governo Brasileiro já vai tomando consciência, pouco a pouco, da necessidade de estabelecer, até porque ele pode tirar grande proveito disso.

E acho que, relacionado com a questão da floresta em pé, eu acho que muita gente vem discutindo isso, inclusive o próprio Instituto de Pesquisas da Amazônia tem uma metodologia proposta, quer dizer, vem discutindo uma metodologia, eles têm interesse, inclusive, juntamente com outras ONGs e também ambientalistas.

Eu estive agora, recentemente em Washington, conversando com o pessoal do Instituto do Agroclima, também eles estavam muito interessados nessa questão.

E o que está faltando aí, eu acho que é uma questão de mercado e um projeto financeiro, muito mais financeiro, para que viabilize uma situação de mercado, para que se possa, realmente, tirar aproveito dessa questão, e o Brasil poder enfrentar assim, tirar, digamos, o aproveito necessário desse grande ativo que ele tem e que não está usando adequadamente, até porque não tem esse modelo ainda.

Eu ouvi recentemente, não sei se o Senador José Sarney está lembrado, acho que foi uma dessas apresentações que foram feitas lá na Comissão de Meio Ambiente, e o Capobianco chegou a apresentar um modelo mais ou menos teórico que estavam desenvolvendo sobre essa questão, mas também depois nunca mais ouvi notícia sobre isso, já tem mais de um ano que eu não ouvi falar mais se realmente foi desenvolvido ou não.

Mas o fato é que eu acho que está precisando, talvez, de um *tour de force*, uma concentração maior de esforços nessa área para que se possa ter uma alternativa concreta a oferecer ao resto do mundo e, sobretudo, que o País possa tirar grande aproveito disso.

Aqui foi muito bem colocada a questão energética. Eu acho que quando se discute essa questão de uma matriz limpa ou uma matriz suja, sempre se leva essa questão para o lado de custos: A situação é essa, poderá ser essa, se não for feito isso. Mas eu acho que é muito oportuno um profundamente dessa discussão em cima das energias renováveis e alternativas a esse modelo atual, esse modelo atual para que se possa, realmente, fazer uma discussão muita seria.

Porque existe muita gente que questiona isso e diz que é possível, mas sempre que essa questão é colocada, ela é confrontada em termos de custos, como se não interessasse absolutamente o investimento nessas novas alternativas para fazer face às dificuldades que nós estamos tendo. Sobretudo por quê? Também o potencial hidroelétrico do Brasil, ele é limitado. Ele não é muito maior, ele não é muito grande, como se pensa, até porque, em grande parte está situado nas unidades de conservação, onde nada poderá ser feito, segundo a lei. A não ser que se muda a lei. A lei diz que não podem ser construídas hidrelétrica em unidades de conservação nem em áreas impactadas por elas. Ou se muda a lei ou então lá não vai poder fazer, o que limita também esse potencial disponível.

Então essas questões, eu acho que precisam ser enfrentadas num debate amplo do Governo com a sociedade, para que a gente possa, realmente, caminhar para um entendimento melhor e o Brasil poder tirar proveito, evidentemente, não só da sua matriz limpa, que ele já tem, e poder manter e continuar com ela, e não apenas ficar acenando sempre com a possibilidade de ter provavelmente não mais uma matriz mais ou menos limpa, mas, sobretudo, uma matriz mais suja, o que não é conveniente para todos, sobretudo neste momento em que se discute em todo o mundo as questões relativas ao aquecimento global e às mudanças climáticas.

SR. RELATOR DEPUTADO MENDES THAMES (PSDB-SP): Antes de passar a palavra ao Dr. Márcio e ao Dr. Kelman, eu queria, se permitem, fazer mais uma solicitação pessoal, ainda, complementando as observações do Deputado Luiz Carreira e do Deputado Paulo Teixeira.

A sua apresentação, Dr. Márcio, mostrou que, nos últimos leilões, a energia proveniente do bagaço e das PCHs perfizeram 3% e 2%, total 5% apenas.

Nós tínhamos uma idéia de que isso é decorrente de um leilão. Ganha aquela que conseguir oferecer energia mais barata. Essa é a tese. Mas o que nós temos ouvido é que essa energia que ganhou, do carvão e do gás, inclusive é mais cara. Se ela é mais cara, o que é que levou a ter uma percentagem tão baixa de bagaço e PCH? São dispositivos do edital da Lei nº. 8666? O que é que levou? Por que é que ganha, havendo tanta usina de açúcar com disposição de entrar no PROINFA e não consegue? Por que não há um incentivo? Por que o caráter extrafiscal dos tributos ou

até a forma como é feito esse edital não faz com que esses leilões tenham uma indução para que ganhem as energias mais limpas?

É só isso.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Eu gostaria de começar, então, juntando o que o Deputado Paulo Teixeira e o Deputado Luiz Carreira, e por último, aqui, esses pontos. Acho que as perguntas são uma excelente oportunidade de nós podermos interagir e até mostramos o que é feito no Brasil nessa área.

Eu acho que o aspecto da participação de térmicas nesses leilões, o que tem ocorrido, ali é o resultado de uma situação que ocorreu. Que ocorreu por quê? Porque num determinado momento se trabalhou no Brasil com a idéia de que não se precisaria ter planejamento, não precisaria, porque o mercado resolveria tudo isso.

Na verdade, nós temos que refletir que um dos pontos mais importantes que nós temos, é a missão principal do Ministério de Minas e Energia, é zelar pelo equilíbrio de oferta e demanda.

É claro que, a partir do momento em que você, quando vai fazer um estudo de planejamento com visão de dez anos, com visão de 20 anos, 30 anos, e você não tem alternativas, você tem que fazer o leilão, porque de qualquer forma, a demanda tem que ser atendida. E você pode perguntar: "Não, mas como é que vocês estão optando por essa energia?". Na verdade, é um leilão que se faz. Esse aspecto do atendimento, então, através de energias que talvez não sejam tão limpas, tem um paliativo que eu sempre gosto de falar, enquanto o Brasil tiver uma proporção de hidrelétricas para térmicas entre 70 e 80%, e só 20 a 30% de termoelétricas, a probabilidade de essa térmica gerar, se for com óleo diesel, com óleo combustível, é em torno de 6%. Se nós continuarmos mantendo a participação da hidroelétrica nesse patamar.

Se nós considerarmos uma térmica a gás, a probabilidade de ela gerar é somente 20% do tempo. Então, nesses leilões, como o Brasil hoje ainda trabalha com um percentual forte de participação hidroelétrica e pretende ampliar com a implantação das usinas do Rio Madeira, Santo Antonio, Girau, Belo Monte, São Luiz dos Tapajós, nós vamos continuar mantendo esse percentual.

Aquele planejamento que eu mostrei, até 2030, na verdade nós pretendemos chegar com um percentual da ordem de 76% em hidrelétrica, em 2030. Isso não é sonho. Se nós temos um potencial estimado de 260 mil megawatts, nós imaginamos que até os 170 mil, hoje nós exploramos 70 e poucos mil, certamente nós vamos conseguir chegar e ainda com usinas com preços razoáveis.

Se eu somar as duas do Madeira, mais Belo Monte e Tapajós, vocês vêem que só isso já dá uma parte razoável. E fora as outras, que eu tenho ainda um potencial remanescente ainda, tanto na região Sudeste, Sul e ainda alguma coisa ainda no Nordeste.

Então eu acredito que esses resultados dos leilões, ao mesmo tempo a pergunta: Qual é o mecanismo que nós usamos para fazer esses leilões e aí aparecer aquele quadro feio ali de 34% só de hidrelétrica? Na verdade, é leilão. Ganha com preço.

Na verdade, o setor de biomassa, nós chegamos a fazer um leilão específico para fontes alternativas. Nós fizemos, antes do outro leilão, nós fizemos, em maio, um leilão de fontes alternativas, e que, infelizmente, os projetos de biomassa não vieram, ou por uma expectativa de que o preço-teto, que era 140, não atende as expectativas deles com relação ao momento, com relação à oportunidade, ou não quiseram. Então esse é um ponto: Leilão de fontes alternativas, nós fizemos. Em maio foi feito. E a participação foi pequena.

Aqueles resultados dos leilões que têm ali, foram resultados, efetivamente, do que veio. Não foi nenhuma indução de regras, nada. Foi exatamente o que ocorreu. E preço, claro. Leilão ganhou.

Quando nós falamos em energias limpas, eu mostrei aqui a importância dessas usinas, a hidrelétrica, tal, e ao mesmo tempo eu já tinha comentado o esforço que nós vamos fazer com relação à conservação de energia até 2030, que é alguma coisa da ordem de duas Itaipus, em nível de geração média. Que é um senhor esforço! Às vezes há comentários: "Não, podia economizar 40% com geração, com eficiência energética". Na verdade, isso nunca se conseguiu em lugar nenhum do mundo. Então essa meta de 10%, ela é um senhor desafio para o Brasil e tem o seu valor muito importante.

Com relação à repotenciação de PCHs e usinas hidrelétricas, eu me lembro que eu era Diretor do CEPEL em 2003, e eu me lembro que o Professor Pinguelli mandou um estudo do Célio Bermann sobre repotenciação de usinas. Se você analisar bem, ali foi dito que você teria o potencial no Brasil da ordem de... Você não precisaria fazer Madeira e não sei se Belo Monte junto. Não sei se eram dez mil megawatts ou coisa assim.

Na verdade, se você analisar bem tecnicamente isso, você vai ver que geradores da década de 60 para trás, você teria um ganho de eficiência ali na relação, não sei se da turbina, que teve uma pequena evolução. Não é grande. Por outro lado, eu posso agregar alguma coisa em nível de potência, se valer a pena eu parar uma usina para trocar o gerador e para ter um ganho de 1%. Se eu conseguir fechar as contas,

porque todas as empresas que eu vi até hoje com geradores de 60 para cá não conseguiram viabilizar economicamente isso.

Aí eu poderia dizer: "Não, eu poderia aumentar a geração média se eu aumentasse os reservatórios". Mas aí você imagina eu aumentando reservatórios no Brasil das usinas existentes, só que aumenta o nível aqui, eu tenho que construir outra casa de força, que eu tenho que subir também a... É destruir essa usina e poder fazer outra, para eu poder ter um ganho de capacidade de geração média.

Então a repotenciação é um aspecto muito complicado. Para usinas mais antigas é viável, agora, usinas, por exemplo, FURNAS está fazendo a repotenciação de usina de Mascarenhas e tal, e chegou à conclusão de que não valia a pena.

Quando eu vou... Vou comentar rapidamente aqui o aspecto da eólica e solar fotovoltaica. E térmica biomassa? Solar térmica eu considero uma expectativa excelente. Excelente para o atual momento. Inclusive tem programas já procurando incentivar isso, você substituir o chuveiro elétrico por aquecimento solar. Esse se paga em, sei lá, dois anos ou um ano e meio ou três anos. É realmente...

Solar fotovoltaica, hoje, nem pensar. Solar fotovoltaica, hoje, só para entender, a solar fotovoltaica, ela tem um valor de capacidade, uma eficiência bastante baixa, que é da ordem de 15%, só. E o custo desse megawatt-hora ficaria entre 500 e 700 dólares o megawatt-hora. Se nós estamos trabalhando com hidrelétrica a 50 dólares o megawatts-hora ou 60, imaginem eu trabalhar com 700 ou 500. Então a solar fotovoltaica é futuro. Eu tenho que ver se evolui.

A solar heliotérmica, hoje, na Espanha, há uma tentativa, você espalha espelhos e coloca uma central térmica, nessa se consegue entre 300 e 400 dólares o megawatt-hora.

A eólica, hoje, nós estamos com o próprio aumento de participação no parque, por exemplo, na Alemanha, não levou a diminuição de custo. É um aspecto interessante. Na Espanha, também, nós temos em torno, o megawatt-hora, na Espanha, está em torno de 86 euros, que dá cem dólares. Aqui no Brasil está um pouquinho mais, cem, cento e poucos dólares. E na Alemanha também não, até porque a Alemanha, agora, tem uma tendência crescente, porque eles estão entrando na parte *offshore*, quer dizer, então é no mar.

E um outro aspecto que eu sempre lembro da eólica é o impacto ambiental que ela causa. Ela causa um impacto ambiental a partir do momento que uma eólica, para produzir o equivalente a mil megawatts médios, por exemplo, ela vai precisar implantar quatro mil megawatts, porque ela tem um fator de capacidade de geração média entre ponto 27, a média no Brasil dá ponto 28. Tem plantas que chegam a ponto 40 e outras a ponto 23, 24, mas na médio é ponto 28, ponto 30.

Eu precisaria, então, de uma área, se fossem geradores, por exemplo, de 2,3... De ponto seis quilowatts, eu precisaria de uma área, para ter os quatro mil megawatts, alguma coisa da ordem de 2200 e poucos quilômetros quadrados. Se fosse um gerador maior, aquele de 2,3, aí já baixa para 600 quilômetros, uma coisa assim. De qualquer forma, tem impacto. Por isso que eu falo ali que eu tenho que avaliar efetivamente esses impactos.

E o aspecto da nuclear, eu acho que a PWR que você está usando o Brasil, ela é uma tecnologia consolidada, que é usada em várias partes do mundo, eu tenho uma tendência de evoluir tecnologicamente, mas hoje ainda é uma central que vale a pena em nível de custo, até por ser bastante segura.

Bom, Deputado, eu acho que, pelo tempo, é isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Está ótimo. Eu vou passar ao Dr. Jerson Kelman, pedindo brevidade da resposta, porque até eu acho que a segunda etapa da Audiência, ela apresentará à Comissão alguns pontos divergentes interessantes, então queria até propor aos Parlamentares que Dr. Jerson Kelman respondesse, passamos, em seguida, para os outros expositores, pedindo também brevidade e até uma certa concentração nos pontos divergentes, porque está tendo votação nominal, para a gente conseguir uma dinâmica boa na Comissão, embora a gente saiba que os Parlamentares podem justificar, e essa justificativa, tenho certeza que vai ser tranqüila.

Passo a palavra ao Dr. Jerson Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Tentarei ser breve, Deputado Eduardo Gomes.

O Deputado Paulo Teixeira, enfim, a questão sobre por que nós estamos ficando com uma matriz suja, o Zimmermann respondeu muito bem, que é resultado de leilão. Quer dizer, não há um planejamento, provavelmente. Agora, é fato que a oferta, a competição de usinas hidroelétricas é menor do que se gostaria. Quer dizer, tem poucas usinas hidroelétricas competindo, e parte da razão é essa, de que durante algum tempo, não houve um planejamento.

Você, para construir usinas hidroelétricas, antes disso é preciso conhecer a bacia como um todo, verificar quais são os locais barráveis, fazer um estudo integrado da bacia e fazer o que se chama de visão de quedas, para, aí sim, chegar a um estudo de viabilidade do local e poder licitar o empreendimento. Esse

trabalho todo pode ser feito pela iniciativa privada, mas, anteriormente, era feito pela Eletrobrás, e houve um vácuo, nós estamos na entressafra de projetos. Essa é parte da questão. Quer dizer, há pouca competição de usinas hidroelétricas.

Por outro lado, as usinas hidroelétricas que existem estão enganchadas em questões, em geral, ou sociais ou ambientais. Algumas questões absolutamente meritórias, tem que parar mesmo, e outras, a meu ver, não. E por que razão isso? Quando eu digo enganchadas, eu não quero dizer que é por falta de licenciamento ambiental. Elas estão Justiça, estão paradas em algum lugar. E de onde decorre esse problema? Na minha visão, decorre de uma falta de visão integrada, visão holística da questão. Por quê? Voltando – E aí me desculpando com o Deputado Paulo Teixeira, eu falei muito da floresta em pé, mas não falei do setor elétrico -, na Europa, quando se tratava de... Agora, o mecanismo que eles desenvolveram para controlar a emissão de carbono foi essencialmente o mecanismo de mercado. Quer dizer, eles entendem que a diminuição de emissão de carbono deve ser feita nas atividades produtivas onde é mais fácil fazer isso, menos custoso. Quer dizer, há uma visão de conjunto e por isso criaram o mecanismo de mercado.

Entre nós, a questão do impacto ambiental e impacto social não seguem uma lógica assemelhada. Não seguem. É feito caso a caso. No fundo é assim: Tem um empreendimento hidroelétrico de grande porte, a pergunta que se faz é: Esse empreendimento tem algum efeito ambiental e/ou social? Eu estou simplificando, é claro.

A resposta a uma pergunta se tem algum efeito ambiental ou social é sempre sim. Sempre tem impacto social e ambiental. Aí descarta-se. Examina-se a segunda, examina-se a terceira, examina-se a quarta, e vai se descartando, e aí não se tem. Nisso, fica-se sem usinas para serem construídas no prazo de cinco anos, vai se chegando a uma situação de desespero, que a demanda energética vai subindo e não se tem energias que atendam, não se tem fontes energéticas que atendam, e aí faz-se leilões de curto prazo, três anos, tal, faz parte da regra do jogo, onde só entram as térmicas mais poluentes.

Então, no fundo, o que... Eu participei da Comissão que analisou a crise de energia em 2001, e ao final da análise, nós fizemos uma série de diagnósticos do que precisaria ser feito. Parte do que devia ser feito foi implementado no novo modo de 2004. Um deles é que deveria haver uma ação integrada do meio ambiente e das áreas encarregadas de distribuir energia no País.

Quer dizer, nos meus sonhos, o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro de Minas e Energia deviam entrar numa sala e só sair de lá quando tivessem uma lista de empreendimentos que tenham, sim, impacto ambientais, que tenham, sim, impactos sociais, mas que sejam mínimos os impactos, o que é muito diferente de impacto nulo.

Não existe impacto nulo. O que pode acontecer, o que deve-se fazer é procurar o conjunto de empreendimentos que atendam a necessidade do País, porque o País precisa de energia, mas que tenham um impacto mínimo. Para isso, precisa ter a visão de conjunto. Não é o que nós fazemos hoje. Hoje, cada Corte de Justiça, cada Procurador do Ministério Público examina, ou cada órgão de licenciamento ambiental examina aquele empreendimento. E não fazem a seguinte pergunta: Se não for feito esse empreendimento, o que será? Essa pergunta tem que ser feita.

Então eu penso que nós temos um problema sistêmico no País e que é muito bem discutido nesta Casa.

Agora rapidamente, já me estendi mais do que devia, só concordando aqui com o Zimmermann, a repotencialização, acho que isso faz mal ao País. Teses que são equivocadas. Tecnicamente equivocadas. Porque dão esperança de alguma coisa que não tem viabilidade.

As usinas que tem viabilidade serem repotencializadas, viabilidade econômica e técnica, está sendo feito isso. Não tem... O empreendedor, o dono da usina tem interesse nisso, porque ele ganha dinheiro. Então não tem nenhuma razão para nós ficarmos preocupados com isso.

Fontes alternativas, nós temos o PROINFA, são 3300 megawatts e que são contratados com subsídios. Subsídios pagos não é pelo Espírito Santo, é pago pelo consumidor. Desses 3300 megawatts, 900 estão materializados, estão operacionais. Quer dizer, há uma certa dificuldade.

Há uma simpatia por pequenas centrais hidroelétricas, às quais eu também tenho simpatia por elas, mas elas são centrais hidroelétricas como outras quaisquer. Às vezes, se perde a percepção de que o conjunto de pequenas usinas pode ter um impacto ambiental e social maior do que uma grande, porque não estamos tendo a visão de conjunto. Então essa visão de conjunto que é necessária.

Geração distribuída, só para chegar a um ponto único que não foi, porque os outros todos eu concordei aqui com o Zimmermann.

Geração distribuída tem muito incentivo. A geração distribuída, ela pode vender energia para consumidores especiais de uma certa categoria e pagar metade do

uso da linha, do uso da linha de distribuição e transmissão. Então há um enorme incentivo para isso, para a geração, e está acontecendo. A ANEEL está muito empenhada em que as autorizações dadas às PCHs, que estavam um pouco paradas, com um movimento um pouco especulativo, eu diria, nós estamos limpando isso, fazendo com que quem tenha autorização ou construa PCH ou devolva a autorização, porque não é razoável especular com recurso natural.

Eu fui um pouco telegráfico. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Vou passar a palavra à Deputada Rebecca Garcia, que vai convocar os outros três expositores, pedindo também a compreensão do Dr. Zimmermann e do Dr. Kelman, porque eu tenho a impressão que na segunda rodada de debates, com a presença de todos vocês, o debate vai ser mais intenso também, porque há pontos divergentes que eu tenho certeza que serão abordados.

Passo a palavra e também deixo registrado que, a partir de agora, relata esta Reunião a Deputada Rebecca Garcia.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Gostaria de convidar, então, a presença do Sr. Cláudio Sales, Diretor do Instituto Acende Brasil, para nós darmos continuidade aos trabalhos.

Então vamos chamar logo os três, para correr mais rápido. Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente do Conselho de Administração da Apine, e o Sr. Marcelo Lamar, Engenheiro da ABRAGET, Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Enquanto ajusta o equipamento aqui, deixar claro e também informar que esta Sessão está sendo transmitida pela TV Senado, a Agência Senado e com informações repassadas à Agência Câmara e TV Câmara, também.

Com a palavra, Dr. Cláudio Sales.

SR. CLÁUDIO SALES: Muito obrigado, Presidente Deputado Eduardo Gomes, Relatora Deputada Rebecca Garcia, Srs. Parlamentares, Deputados aqui presentes, autoridades representando o Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, nosso Diretor Geral da Agência Reguladora, Dr. Jerson Kelman, senhoras e senhores.

Nós vamos falar, então, sobre o tema, primeiro um pouco de posicionamento do Brasil no contexto mundial, até, Diretor Jerson Kelman, o senhor falou que o Brasil era quinto, eu tenho esse dado aqui que é de 2005, mas eu acho que a conclusão é a mesma, lembrando que os 15 maiores emissores de gás de efeito estufa são responsáveis por 80% das emissões globais, o Brasil contumazmente tem feito parte desse grupo de 15. Eu tinha uma informação anterior que ele já foi quarto e agora tenho teria havido alguma melhora, mas, enfim, a ordem de grandeza é essa, esse é o problema que temos que enfrentar.

Olhando das causas do nosso posicionamento em relação ao efeito estufa, a emissão de gases de efeito estufa, nós vemos que a energia elétrica, como bem pontificou o Secretário Zimmermann, não é o maior culpado nesse cartório; ela é, enfim, responsável por 2% da emissão de gases de efeito estufa. O grande vilão, como dito aqui, é o desmatamento, são as queimas.

Ainda olhando de perto a parte de produção de energia elétrica, em uma visão comparativa de outros países, vemos que a matriz brasileira, ela é super saudável sob essa ótica. Ela é muito pouca emissora de gases de efeito estufa na produção de energia elétrica. Comparativamente, ela só está atrás da Rússia, mas, enfim, ela está destacadamente da frente desse monte de outros países, em situação melhor, portanto.

Olhando para o futuro, e aí eu estou me valendo de um dado da área de planejamento ligado ao Ministério de Minas e Energia, nós vemos que a nossa perspectiva, a despeito de um aumentado vertiginoso na produção, na capacidade de geração de energia elétrica de cem mil megawatts para cerca de 220 mil megawatts até 2030, o percentual da emissão de gases de efeito estufa nessa matriz específica de geração de energia elétrica, praticamente fica inalterado, 16, 17%, enfim, não há grandes mudanças aí.

Um outro dado que eu trago para reflexão está então no próximo *slide*, que nós dá aqui uma visão comparativa dos diversos tipos de geração de energia vis-à-vis. O fator da emissão de carbono medida em tonelada de carbono por quantidade de energia, por terajoule, e, na coluna da direita, um referencial para que a gente tenha uma orientação, e esse dado, enfim, há várias maneiras de se calcular isso, esse foi um dado que eu tirei do Ministério de Minas e Energia, que nos serve, digamos, de um balizamento no que diz respeito ao custo específico de geração de energia elétrica a partir das diferentes fontes ou diferentes modalidades de geração. Na coluna do meio, eu fiz uma referência chamando a quantidade de emissão de carbono por quantidade de energia produzida de uma usina hidroelétrica, chamando isso de um, para que a gente tenha comparação com as outras modalidades. Então, olhando para a coluna do meio, nós vemos que, enfim, estão muito bem nesse pedaço, claro, energia solar, energia eólica, biomassa, mesmo PCHs, PCH marginalmente, mas, digamos, PCH, vamos colocar nesse clube, e nuclear. Depois temos a

usina hidroelétrica, e aí sucessivamente, piorando, o gás natural, mas, depois, óleo diesel, depois carvão, e campeão, o campeão negativo, a geração a partir de óleo combustível.

Mas eu chamo a atenção para que se analise esse gráfico até fazendo um pouco de ligação com a visão de conjunto, eu imagino a qual se referiu nosso Diretor da ANEEL, Jerson Kelman, vale a pena termos aqui, por trás de nossa cabeça, aquela preocupação que felizmente é atual, além de moderna, com os três critérios: O critério social, o critério ambiental e o critério econômico, que têm que ser analisados ou considerados no desenvolvimento de todo e qualquer empreendimento no mundo moderno.

Então é importante trazer para essa análise, também a visão da terceira coluna, onde a gente tem, e aí de novo o Brasil pontificando de uma forma vantajosa, temos uma coincidência favorável, que aquelas modalidades que tendem a ser mais favoráveis do ponto de vista da emissão de carbono, também são modalidades mais econômicas. E aí o grande destaque para a vocação hidroelétrico que o País tem e que já foi mencionado.

Também é destaque de observação que o carvão, apesar de ser muito negativo do ponto de vista da contribuição de gases para efeito estufa, ele tem a seu favor uma enorme vantagem competitiva do ponto de vista econômico. Vantagem essa que ganha, eu diria, que se acentua, quando a gente olha o nosso País, que é hoje predominantemente hidroelétrico, talvez 85% hidroelétrico, e que tem uma necessidade do que os especialistas chamam de uma complementação térmica.

É fácil de entender isso, mesmo para quem não é especialista, assumindo que, num regime de hidroelétrico, você tem períodos de cheias e períodos de seca, que se sucedem ano a ano. No período de cheia você tem a capacidade da produzir próximo, enfim, do potencial das usinas, mas no período de seca, não. Portanto, é extremamente conveniente que você complemente com energia térmica esses períodos de seca, para que você tenha uma resultante de custo global de energia muito menor para a sociedade.

Enfim, fica essa tabela e essa visão, tanto do ponto de vista da emissão de carbono, quanto do que seria uma tarifa eficiente para cada uma das modalidades, por traz de nossa reflexão.

E aí, talvez, uma síntese do que foi falado, o retrato do que aconteceu nos últimos leilões, e a tendência, por razões apresentadas pelo próprio Secretário Márcio Zimmermann, está justificada, mas o fato é que no último leilão, e para ficar só no exemplo mais radical, nós fomos forçadas a contratar exclusivamente energia proveniente daquelas fontes, por acaso, das mais caras, que é geração a partir de óleo combustível, e seguramente a mais contributiva de todos em termos de gases de efeito estufa.

Enfim, o que leva a isso também já foi debatido, e eu quero trazer, no próximo *slide,* uma síntese de razões que, enfim, obstáculos que surgem diante da meta de se ter aquela energia mais eficiente, tanto do ponto de vista ambiental, quanto econômico, sendo disponibilizado para contratação nos leilões.

E aí eu chamo a atenção para três blocos de obstáculos, uns provenientes dos processos de licenciamento ambiental, outros provenientes de razões ligadas aos custos ambientais e, por último, interferências de toda ordem nos processos de obtenção de licença ou mesmo de construção dos empreendimentos.

Eu vou me referir apenas a um exemplo de cada um dos três, tentando ser disciplinado com relação ao tempo que nos foi dado aqui, e eu quero falar um pouco sobre licenciamento ambiental, que está no próximo *slide*.

E aí só trazendo para reflexão de vocês algumas informações bastante objetivas sobre o que está acontecendo. Você tem, digamos, quatro etapas destacadas no processo de licenciamento ambiental, primeiro aprovação do termo de referência do IBAMA, enquanto que o prazo estabelecido na instituição normativa é de 30 dias, a média observada é de um ano e um mês, para aprovação desse termo. E aí eu estou me valendo, para toda essa análise, de um estudo feito pelo Banco Mundial a partir de uma amostra de 63 empreendimentos licenciados recentemente.

Na aprovação do EIA/RIMA, enquanto os prazos estabelecidas são de 60 dias e de 120 dias, o que a prática demonstrou é uma média de um ano e sete meses.

Na realização de Audiências Públicas, 45 dias após a aprovação do EIA, que seria o prazo estabelecido, e a média de oito meses observada.

Na emissão de licença prévia, que seria a segunda resolução do CONAMA, até um ano e, no máximo, de 270 dias, segundo instrução normativa de 2005, e a prática para aquela mostra levantada pelo Banco Mundial, de três anos e três meses.

Essa informação fica como uma referência, sem julgamento de valor, mas apenas, quer dizer, eu não fiz essa análise quantitativa, mas dá para intuir facilmente que, diante do desafio que o País tem hoje de consecução dos seus projetos para prover energia suficiente para suportar o crescimento de nossa economia, uma simples reflexão de atribuirmos esses mesmos prazos observados no passado para os projetos que estão aí e daí para frente, nos levaria praticamente a uma

inviabilidades da capacidade de suprir energia para a sociedade brasileira. Portanto, é um problema que requer a reflexão de muitos, para que seja solucionado de maneira mais eficiente para o País.

E aliás, digo isso não sem destacar que, felizmente, já se percebe, até em alguns organismos responsáveis pelo licenciamento, iniciativas nesse sentido. Quer dizer, hoje é diferente, eu diria melhor do que já foi, digamos, no ano passado, a discussão desses problemas e as tentativas de equacionamento, até internamente nos órgãos ambientais. Mas o desafio continua enorme e não podemos perder a ótica disso.

Em relação a custos sócio-ambientais, apenas também um dado para reflexão, lembrar que eles têm sido crescentes, isso não é mal nem bom, eu diria até que é bom, mostra o nível de responsabilidade e os investimentos que se faz nos projetos em relação ao tratamento de questões sócio-ambientais ligadas aos empreendimentos. Porém, a grande dificuldade está naquele segundo *bullet point*, e aí tem uma citação de uma economista da Fundação Getúlio Vargas num trabalho que fez sobre isso, Serôa da Motta, ele mesmo constatou, na pesquisa que fez, que os custos sócio-ambientais, durante o período de construção, muitas vezes podem até dobrar, e ele têm exemplos de alguns casos que demonstram isso.

Outra questão da compensação ambiental, que até é importante trazer esse tema à luz, enfim, desta Casa, uma vez que aqui mesmo tramitam projetos que tratam dessa questão, e a gente chama a atenção para o nível de compensação ambiental que já é imputado aos projetos hoje, e as discussões que se faz é se deve-se ou não aumentar, e para quanto deve-se aumentar o teto dessa compensação ambiental a ser imputada aos projetos.

A nossa reflexão, que não está escrito aí, mas sobre a qual temos nos manifestado com freqüência, é que, nesse estágio, muito antes de se imputar um custo adicional, que, em última instância, um custo adicional na conta de luz para a sociedade brasileira, que já tem dificuldades de pagar a conta como ela é hoje, que se administre e que se olhe bem de que forma estão sendo gastos os custos que já estão sendo providos a partir do nível de compensação ambiental atual.

O Deputado Luiz Carreira tomou essa iniciativa, e eu acho que é bastante oportuna e, enfim, o que eu adiciono ao debate que ele está conduzindo é isso, quer dizer, eu acho que antes mesmo, enfim, talvez um questionamento a mais, antes mesmo de se pensar em ampliar esse custo, que em última instância é um imposto cobrado na energia, que se administre bem o recurso que já está lá.

Alguém já fez as contas, mas mesmo a luz das unidades de conservação ambiental que tem hoje, comparando com que o vai ser gerado no nível de 0,5% dos projetos que estão sendo conduzidos de geração de energia, já é um volume de recursos espetacular, que dificilmente alguém poderia provar que é insuficiente para cuidar das unidades de conservação do jeito que elas existem hoje.

Por último, ou por penúltimo, ainda por último em termos de diagnóstico, o próximo *slide*, mostrar que o que foi mencionado antes, a questão de interferências nos processos, quer dizer, uma coisa é a dificuldade da obtenção das licenças, outra coisa é que mesmo com licenças, mesmo os projetos em andamento, etc, surgem inúmeras outras interferências, e ai está um mapa só para dar uma visão muito sintética georeferenciada de iniciativas que podem ser a partir de atuações de Ministérios Públicos, enfim, coisas de toda ordem, mas que geram obstáculos, muitas vezes interrupção na construção, e o fato de que se traz um grau de imponderabilidade muito grande no que diz respeito à possibilidade de se construir um empreendimento da forma como planejado, como licenciado, enfim, como imaginado na sua origem.

Para concluir, Srs. Deputados, Presidente e Sra. Relatora, algumas conclusões e recomendações: Em primeiro lugar, que, embora caras quando comparadas com energias de fontes hidroelétricas ou mesmo de algumas termoelétricas, quero entender que energia solar e eólica são fontes complementares importantes e que devem ter, sim, investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento mantidos.

Eu friso muito a palavra complementar, porque é claro que aqui não coube, mas há estudos que demonstram, e o próprio Ministério tem isso, que do ponto de vista do volume de energia, da quantidade de energia que se precisa por ano no Brasil, a capacidade, mesmo independente de custos, a capacidade de você prover essa energia, atender a essa demanda do crescimento da economia brasileira a partir de fontes como solar e eólica, ela é limitada.

Então eu me apego muito ao que disse o Dr. Jerson Kelman, é importante, na discussão de todos esses temas, termos a visão de conjunto, porque senão a gente – E ele falou isso tratando da questão da repotenciação, mas eu estendo o conceito para todos os outros temas -, porque senão a gente corre o risco de achar soluções mágicas, que muitas vezes não são tão mágicas assim.

Então entendo a importância fundamental e a vocação, concordo totalmente com o Deputado Paulo Teixeira, a vocação que o Brasil tem em termos de um potencial eólico, de um potencial solar, isso tem que

ser explorado, certamente, mas à luz da realidade de custos, de um lado, e a luz também da realidade de um potencial de absorção disso.

A outra questão é aqui lembrar que a energia elétrica representa apenas 2% das emissões totais do País, enquanto o desmatamento representa 79%. Portanto, há espaço para que a complementação térmica seja feita na matriz de geração de energia elétrica com fontes mais competitivas, aí incluindo alguma dose de carvão e gás natura.

Simultaneamente, e respeitando a lógica da competição e da eficiência, o Brasil deve aproveitar a competitividade dos seus recursos naturais, com destaque para o potencial hidroelétrico, além da biomassa.

E por último *slide*, algumas reflexões ligadas àquelas questões que eu apresentei na linha dos obstáculos. Acho fundamental avaliar que as condições de suprimento sejam as mais realistas possíveis, para que a sociedade, ao analisar essas questões de obstáculos na consecução dos empreendimentos, ela tenha em mente a necessidade de atender a tempo e à hora, com a demanda de energia elétrica por parte da sociedade brasileira.

Quer dizer, não há insumo mais fundamental para a sociedade moderna do que energia elétrica. Cabe ao País ter sabedoria de fazer isso contemplando o aspecto social, ambiental e econômico na solução mais interessante para o nosso País, levando em conta todos esses fatores.

Outra questão é que os órgãos ambientais respeitem os prazos estabelecidos. Eu acho que é um grande esforço e já tem iniciativas nesse sentido.

Que sejam esgotadas todas as alternativas negociais e investigativas antes de se estabelecer projetos judiciais. E de novo é importante que o Judiciário, enfim, que a sociedade brasileira tenha consciência desse conjunto, inclusive dessa necessidade que o País tem de prover energia num determinado tempo, num determinado ritmo, porque essa consciência ajuda, inclusive, o nosso Judiciário, a ser mais parcimonioso no *in dubio pro reu*. Quer dizer, naquela coisa, enfim: "Como está complexa essa coisa, vou conceder uma liminar que pára a construção de usina até que se discuta melhor esse caso". Muitas vezes, essa iniciativa ou essa decisão tomada no melhor juízo de um Magistrado num dado momento, estaria causando um malefício para o País que ele mesmo não estaria considerando por desconhecer.

E por último, que os custos ambientais devam ser definidos com maior precisão e não sejam mudados ao longo do empreendimento. Isso faz com que, em última instância, o risco contemplado na consecução desse projeto seja diminuído, e como todos sabem, esse risco é sempre precificado e sua diminuição seguramente implicaria numa diminuição relevante do custo de energia para nossa sociedade.

Muito obrigado, senhores.

[*troca de presidência***]**

SRA. PRESIDENTE DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Agradeço a participação do Sr. Cláudio Sales. E concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente do Conselho de Administração da Apine.

SR. LUIZ FERNANDO VIANNA: Boa tarde a todos. Deputada Rebecca Garcia, Deputado Eduardo Gomes. A gente agradece a oportunidade de estar aqui. Eu queria saudar também os colegas do setor elétrico e a todos os presentes.

Eu queria falar rapidamente sobre a Apine. A Apine é uma

Associação de Produtores Independentes, que completa neste ano 12 anos, e ela conta, hoje, com 40 sócios. Hoje nós somos responsáveis por cerca de 43% de toda a capacidade instalada no País.

E é muito interessante que a composição da Apine diante de tudo que foi falado aqui, ela tem em seus quadros grandes geradores, grandes usinas hidroelétricas, tem pequenas usinas, muitas pequenas usinas de energia a gás, biomassa, eólica, térmicas a gás, térmicas a carvão, e esse portfólio nos dá um conforto muito grande para a gente poder falar de uma maneira bastante neutra sobre todas essas fontes.

Os temas que nós vamos falar hoje, vocês vão ver que muita coisa já foi falada e isso vai abreviar um pouco aqui o nosso tempo.

Os objetivos do setor elétrico, os principais objetivos do setor elétrico: Modicidade tarifária, evidentemente entendendo como aquele custo da energia que faz com que o investidor possa continuar investindo, possa fazer com que o investidor invista em meio ambiente o que for necessário; garantia de suprimento bem assegurada desse novo modelo, onde 100% da energia tem que ser contratada pelo distribuidor e pelo consumidor livre; e assegurar a expansão da oferta, como eu já falei, em termos ambientalmente corretos.

Esse gráfico eu tenho que mudar, porque um colega, Mário Vigli(F), falou, apresentação, que os três tiros estavam fora do centro do alvo. Então tem que mudar um pouco aqui, aproximar mais os três pontos.

A questão da expansão da oferta versus o planejamento, nós temos números fantásticos, que o Dr. Márcio Zimmermann conhece muito bem, a nossa versão do PDE, nós vamos ter que investir num cenário de crescimento do PIB de 4,2%, num crescimento de 4500 megawatts/ano. Isso dá um número fantástico,

só em geração, de cerca de 135 bilhões nos próximos dez anos.

Então nós temos que saber como investir toda essa grande massa de recursos. E a gente pode ver, agora voltando ao ciclo anterior, o círculo de planejamento 2006 a 2015, foi falado aqui, mas eu queria mostrar de uma outra forma: Havia uma previsão no planejamento inicial de ter 7% da matriz em carvão. Esses 7% ficou em 4%. O óleo diesel, que era 1% foi para 6%. O gás natural estava previsto 23%, isso aqui caiu para 3%. A biomassa 9%, aqui uma grata surpresa, veio para 21%. O óleo combustível, que não estava previsto nada, aí vem a surpresa desagradável, veio para 30%.

Aqui nós consideramos toda a potência que foi agregada nos leilões já feitos, até o último leilão, onde há menos três.

Os leilões mostraram o seguinte: Eles tiveram o condão de proporcionar uma modicidade tarifária, isso porque a chamada energia existente, por haver uma oferta muito maior do que a demanda, proporcionou preços muito módicos. Então os leilões mostraram-se muito eficientes, apesar da contratação de fontes mais caras nos últimos, em proporcionar uma modicidade tarifária que já está chegando à tarifa do consumidor.

Rapidamente, as medidas do PAC do Setor de Elétrico, esta Casa eu acho que trabalhou muito bem, eu estou me referindo aqui à MP 351, e trouxe muitos avanços para o setor elétrico, algumas pendências regulatórias de muito tempo foram equacionadas, e isso foi bastante positivo, e isso veio, vamos dizer assim, de carona com o PAC, e foi algo bastante positivo a aprovação, a conversão da MP 351.

Na questão do custo, estudos nossos na associação mostram uma redução 8% no custo da instalação, independente do tipo de fonte, após o PAC.

A questão que veio junto com o PAC, também, e foi muito positiva, foi uma melhoraria muito grandes em termos de prazos, em termos das condições gerais de financiamento por parte do BNDES para geração, que é o principal órgão financiador do nosso setor.

O contexto atual do Brasil no setor de energia elétrica. O contexto do Brasil, eu acho que nesta Casa aqui é desnecessário falar. Existe uma série de incertezas que elevam o risco Brasil, o tal do Custo Brasil: A questão da Reforma Política, da Previdência, Tributária, questão dos gastos correntes e a questão do investimento de *grade,* que agora estão com perspectivas de, até o final do ano ou do início do ano, de atingir.

Agora, no setor elétrico, ampliação e sustentabilidade do mercado livre, essa é uma preocupação muito grande. A questão da recontratação da energia para o mercado regulado a partir de 2013, existe, vai uma grande massa de energia, cerca de 17 mil megawatts médios que serão recontratados a partir de 2013. Foram justamente esses 17 mil megawatts médios que proporcionaram uma modicidade tarifária bastante grande e com impacto positivo para o consumidor. Como será recontratado isso a partir de 2013, é uma preocupação nossa.

O Projeto de Lei das Agências, que tramita nesta Casa.

A questão das usinas leiloadas não atrasarem. Existe já em estudo no Governo, a Associação tem uma proposta que já apresentou para o Governo, para a ANEEL e para a AEP de uma reserva estrutural de energia, ou seja, se uma obra atrasar, e atrasos podem acontecer, o NS(F) tem mais um recurso de geração para buscar, o empreendedor tem onde comprar essa energia para fornecer, aquela energia não suprida pelo seu empreendimento, então essa reserva estrutural de energia, que teve também um avanço no pacote do PAC na medida em que distribuiu melhor quem pagaria essa conta, está em estudo pelo Governo e é algo bastante positivo.

A questão da expansão nuclear, vista por muitos como uma meca da questão ambiental e a outra não, que ela não é, por causa da questão do combustível, como é que fica, tal.

As termoelétricas a carvão mineral, elas parece que vieram para ficar, tanto a nacional quanto carvão importado.

A política de gás natural, é uma grande dúvida aqui a garantir da oferta, a expansão da oferta como é que fica.

E a questão, que já foi falada, dos projetos estruturante ou especiais: Madeira, Belo Monte. E é interessante, porque a gente sempre quando fala nesses projetos e comparando com uma série de outros projetos no mundo, de médio porte ou grande porte, a gente nota que tanto Belo Monte como o complexo Madeira são projetos bastante interessantes, tanto na questão social, como na questão ambiental.

E a questão que foi falada, que é de uma grande importância, de muita importância, a gente vai verificar um pouco mais, a questão de disponibilização para investidores de novos projetos ambientalmente viáveis.

Então vamos nos aproximando do final. Nós temos que ter uma mudança de paradigma. Não ainda a gente falar que a questão ambiental que é o grande óbice, que a questão ambiental poderia ser feita de uma certa forma como foi feita no passado. Eu tenho uma visão muito particular, não é a da Associação, que Itaipu, da forma que foi construída e nos dando sete quedas, não seria construída hoje. Porque hoje exis-

te uma consciência ambiental maior do que da época que entrou Itaipu.

Agora, nós não podemos cair na tentação de ir para o outro lado, quer dizer, onde tudo se torna empecilho para a construção de novos empreendimentos. Um dos pontos que vai favorecer a questão desses projetos é a retomada do planejamento, que o Márcio Zimmermann já falou, na questão dos inventários. Nós achamos e temos proposta junto à ANEEL, a ANEEL está estudando, que não só o Governo, não só a AEP deve fazer esses inventários, mas também o investidor privado deve ser incentivado a fazer esses inventários e ter um incentivo para isso.

Quer dizer, quando ele for ter uma concessão de uma PCH, por exemplo, se ele fez aquele inventário, ter um tipo de uma pontuação melhor do que outro investidor que não fez. Então achamos que isso é muito importante também.

A questão dos custos ambientais adequados aos empreendimentos, já foi falado aqui no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e uma lei que também tramita nesta Casa, onde hoje existe um piso de 0,5% de investimento nesse Sistema Nacional de Conservação, mas a lei não fixa o teto. Então existem alguns projetos tramitando, existem alguns projetos, agora, a gente tem que lembrar também que cada degrau de 0,5% equivale a 438 milhões de reais/ano, suficientes para adquirir áreas para a criação de Unidades de Conservação do tamanho do Estado do Acre ou duas vezes o Estado do Amapá ou quase um Estado do Ceará. Então tem que tomar muito cuidado na hora de estabelecer, lembrando que nos últimos 20 anos, o 0,5% que é estabelecido hoje como mínimo, ele foi suficiente para a aquisição e para a manutenção dessas unidades.

A questão dos aspectos sócio-ambientais do licenciamento, evidentemente, e até devido à carência do País, o foco do licenciamento está no sócio, muito mais no sócio do que no ambiental. Isso explica essa questão de hoje ser muito mais fácil você licenciar uma usina a óleo combustível do que uma usina hidrelétrica. Muito mais rápido. Por quê? Porque o impacto dessa usina a óleo combustível, o impacto social, ele é muito pequeno, então isso explica-se facilmente.

Os custos ambientais, hoje, foi mostrado também, eles variam de 5 a 25% do valor total de empreendimento, podendo chegar a quase 30%.

Os custos sociais, desse total, representa de 60 a 80% do valor total. E uma boa parcela de déficits de investimentos públicos, tipo Saúde, Saneamento, estradas, pontes, que seriam atribuição do Estado, eles acabam sendo feitos pelo empreendedor, e esse custo é associado à tarifa de energia elétrica que é paga por todos nós. Ao passo que se esse investimento fosse feito pelo Estado, esse custo estaria sendo pago de uma forma mais justa pelo contribuinte e não somente pelo consumidor de energia elétrica.

Há necessidade, como foi falado, em acelerar os processos de licenciamento ambiental. Uma licença prévia, hoje, demora de dois a três anos.

A questão da previsibilidade, o Cláudio falou muito bem aqui, quer dizer, a relocação de populações, sempre aparece algo novo, sempre aparece novos assentados no meio do processo. Esses cadastros têm que se passar a régua nesses cadastros em alguma parte desse processo.

O aumento da aquisição de terras para relocação que chega, às vezes, a cinco vezes a área do reservatório.

A questão do conflito de competências em nível municipal, estadual e federal. Hoje existe também um Projeto de Lei que busca resolver essa questão.

A questão indígena, quer dizer, não existe uma regulamentação específica para as populações indígenas que estão fora da área, que não são atingidas pelo reservatório diretamente, mas que talvez, de alguma forma, indiretamente são.

A compensação ambiental já foi falada também aqui.

O principal desse processo todo é o seguinte: O processo de licenciamento ambiental deve proporcionar uma previsibilidade de prazos e custos. Ele tem que ser precificado na energia elétrica antes, e não depois, porque hoje não existe mais uma tarifa de energia elétrica, tem um preço de energia elétrica. Como nós temos preço de energia elétrica, há necessidade do conhecimento prévio das regras, o que tem que ser feito, e esse custo tem que constar do custo de energia elétrica total.

É só isso. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós vamos passar, agradecemos ao Luiz Fernando Viana, vamos passar, daqui a pouco o Relator vai chamar a última exposição.

E eu queria informar ao Senador Renato Casagrande, que é o Relator desta Comissão, que, durante esta Audiência Pública, nós tivemos a assistência e o apoio do Deputado Mendes Thames, que fez a primeira etapa da relatoria desta Audiência Pública, e em seguida a Deputada Rebecca Garcia. Que o Dr. Márcio Zimmermann e o Dr. Jerson Kelman, assim como o Luiz Fernando Vianna e Cláudio Sales, e o Marcelo Lamar, estarão presentes para o debate.

E o importante também é que as exposições estão à disposição da relatoria de V. Exª., que eu tenho certeza de que irá avaliar e incorporar ao seu Relatório.

Com a palavra o Relator para convocar o último inscrito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar os expositores e pedir desculpas a vocês pela minha ausência. Infelizmente, nós estamos ainda no rescaldo da crise aqui no Senado, e hoje teve uma reunião do Conselho de Ética, mais uma, então acabou tumultuando e dificultando a agenda, e eu peço desculpas.

Mas tivemos uma boa visita a Fortaleza na sexta-feira, discutimos um pouco lá sobre fonte eólica de energia e de desertificação, e estamos hoje aqui aprofundando o debate sobre matriz energética.

Então, Marcelo Lamar está com a palavra, que é Engenheiro da ABRAGET, Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas. Com a palavra, Marcelo.

SR. MARCELO LAMAR: Obrigado. Boa tarde a todos. Antes de tudo, eu gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa. Gostaria de agradecer o convite feito à ABRAGET, em nome do Dr. Xisto, que não pode estar aqui hoje, e solicitou que eu vivesse em seu lugar representando a ABRAGET.

Eu vou ser breve, a minha apresentação está estruturada de acordo com esses três temas, fala primeiro sobre os principais impactos de cada tipo de fonte de geração, irei mostrar alguns indicadores de emissão de CO_2 e finalizarei fazendo algumas considerações.

Geração hidroelétrica, os principais impactos que se destacam são a inundação de áreas, destruindo a flora e a fauna; deslocamento de populações, inclusive indígenas; alteração dos ecossistemas; interferência nos cursos dos rios, e aí você tem a interferência também no funcionamento de outras atividades dependentes dos rios; decomposição da vegetação submersa, dando origem a gases metano, que têm impacto no efeito estufa. Todos esses impactos, mas nós entendemos que o Brasil dispõe de um potencial hidroelétrico muito importante e é fundamental para a geração de base no sistema elétrico brasileiro. E, portanto, é fundamental que se obtenham medidas para mitigar todos esses efeitos, para que haja sempre uma participação da geração hidroelétrica, uma grande participação da geração hidroelétrica no nosso sistema.

A geração termoelétrica, o principal impacto é a emissão de gases, tem os gases que contribuem para o efeito estufa, dióxido de carbono, monóxido de carbono e metano. E no caso das usinas térmicas a carvão e a óleo, especificamente, você também tem a emissão de dióxido de enxofre e nitrogênio, que se liberados, eles têm podem provocar chuvas ácidas que podem ser prejudiciais tanto à agricultura e às florestas. Aí a gente também colocou em destaque que existem tecnologias mais modernas que estão minimizando todos esses efeitos, e acabam por permitir um maior controle das emissões, o que acaba assegurando também um desenvolvimento sustentável, uma expansão ambientalmente sustentável, vamos dizer assim.

As usinas nucleares, o principal impacto delas é a geração de rejeitos, que não existe ainda uma solução para descontaminação. E embora elas sejam cada vez mais seguras, ainda existe o risco de acidentes que podem provocar vazamentos. A grande vantagem da usina nuclear, como já foi dito antes, é que elas não emitem CO_2.

E até as fontes alternativas, elas têm seus impactos. No caso das eólicas, os principais impactos dela são a geração de ruídos e a poluição visual. E no caso das solares, elas exigem um processo poluidor para a extração do mineiro que é utilizado para a fabricação das células fotovoltaicas.

É opinião da ABRAGET também, como já foi dito aqui antes, que as fontes alternativas de energia, no caso mais específico da solar, não são economicamente viáveis para expansão em larga escala.

Agora eu vou falar mais especificamente sobre as emissões de CO_2. O Cláudio Sales já mostrou alguns dados, esses dados são um pouco diferentes, o do Brasil é um pouco diferente do dele, que eu não considerei aí a questão dos desmatamentos. Aí é só o setor produtivo, setor de transporte, indústria, setor elétrico, enfim.

E a gente traçou uma comparação entre China, Estados Unidos e Brasil, e pode-se notar claramente, é de conhecimento, acredito, de todos, que Estados Unidos, como o maior emissor de CO_2, isso até 2004, chegando a quase seis bilhões de toneladas de CO_2/ano, a China se aproximando quase com cinco bilhões e o Brasil ali em torno dos 300 milhões de toneladas de CO_2/por ano.

E a gente colocou também um gráfico mostrando a variação, ano a ano, e o destaque ali é para a China, que você pode notar que no ano de 2004 a variação é em torno de 20% das emissões de CO_2. Uma variação muito grande. O Brasil tem variações negativas e positivas. Os Estados Unidos normalmente mantêm uma média ali em torno 1%, 1,5%.

Aqui um dado interessante, a gente traçou aqui qual é a contribuição do setor elétrico nesses três países para a emissão de CO_2. Nos Estados Unidos, o setor elétrico contribui com 39% das emissões de CO_2, a China tem uma participação um pouco maior, o setor elétrico tem uma participação um pouco maior, em torno de 45%, e o Brasil em torno de 10%, sem

considerar o desmatamento. Se considerar os desmatamentos, como o Cláudio Sales mostrou, chega em torno de 2% da participação do setor elétrico nas emissões de CO_2.

Aí o grande destaque, porque como eu não considerei as emissões de CO_2, as emissões de CO_2 por desmatamento, acaba que essa porcentagem ali diminui. Aquela porcentagem do setor elétrico vai para em torno de 2%. Entendeu?

Ali o grande destaque é que os outros setores, no Brasil, o setor de transporte e de indústria, principalmente, é que são os grandes responsáveis por essas emissões de CO_2.

Eu coloquei num outro gráfico, só vou mostrar a ordem de grandeza de cada País no caso do setor elétrico, Estados Unidos em torno de dois bilhões de toneladas de CO_2, a China já alcançando os Estados Unidos em 2004, praticamente, e o Brasil se mantendo ali na Casa dos 30, 40 milhões de toneladas de CO_2.

E nós fizemos esse exemplo de qual seria o acréscimo estimado da emissão de CO_2 no Brasil, no caso da inserção de quatro usinas de 500 megawatts/ano. Nós fizemos comparações com usinas de carvão nacional, importado e gás natural ciclocombinado. A gente pode notar, tem que deixar claro aqui que nós consideramos um despacho médio, ou seja, as usinas gerando em 20% do tempo do ano ou então em 40% do tempo do ano. Considerando um despacho médio de 20%, as usinas a gás natural, vamos dizer assim, elas contribuiriam com um acréscimo de 0,36% de CO_2, as usinas de carvão importado em torno de 0,85% e as usinas de carvão nacional em torno de 1%. Logicamente que se a gente considerar um despacho médio de 40%, esses valores dobram. Uma variação muito pequena.

Agora, para finalizar, essas são algumas considerações finais da Associação: Essas tentativas de colocar a geração termoelétrica como cara e poluente, somente leva a aumentos de riscos de déficit, uma vez que a geração térmica a carvão é muito utilizada em larga escala no mundo, e as outras usinas, como nuclear, a gás natural e GNL estão cada vez mais crescentes.

O uso da biomassa é extremamente favorável em todos os sentidos.

A geração hidrelétrica é importante como geração de base, como base da expansão do sistema, mas é necessário, como eu disse antes, que haja meios de mitigar os problemas ambientais e os problemas que vem sendo encontrados ultimamente.

E para que nós tenhamos uma matriz energética segura e robusta é necessário que se utilizem todos os tipos de geração, sejam eles hidrelétrica, gás natural, a carvão, a biomassa, a usinas nuclear, de maneira planejada, integrada, otimizada. Ou seja, não ainda você se basear apenas em uma fonte achando que vai resolver os seus problemas e, no final, você vai ter um contingenciamento que você vai necessitar de uma outra fonte, e vai ficar uma atrás da outra.

Todos os tipos de geração têm um impacto ambiental, como eu mostrei antes, no entanto, enquanto nós tentamos criar restrições para o nosso próprio uso, as mencionadas fontes são utilizadas em largo escala em todo o mundo, pois essas nações entendem que não é possível ficar sem energia.

Portanto é fundamental a utilização de todos os tipos de geração, como eu já falei antes, porém, de maneira sustentável, a fim de reduzir tanto o risco de déficit quanto os impactos ambientais provocados.

Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer ao Marcelo Lamar, Engenheiro da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, e como é a última apresentação, eu passo a palavra aos Parlamentares que queiram comentar. Deputado Paulo Teixeira quer, mas acho que a Deputada Rebecca Garcia também vai falar alguma coisa sobre as exposições todas, e o Relator deve estar retornando à sala aqui e quer fazer também um comentário.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu quero perguntar se a Deputada Rebecca gostaria de fazer uso primeiro da palavra, depois eu faço.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM): Na verdade, eu gostaria de agradecer a presença dos expositores. Entendemos que é de grande importância se debater a questão energética do País, e essa questão da importância no aquecimento global.

Gostaria de agradecer em especial ao Professor Kelman, que fez, dedicou grande parte de sua apresentação à questão da floresta em pé, que tanto nos preocupa e que, como já foi dito aqui, já que o problema do Brasil não é tanto da questão energética, mas, sim, dessa questão da deflorestação, então eu entendo que é sempre oportuno e sempre importante se debater esse assunto.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu quero, depois de todas as exposições, retomar o seguinte debate: Se o mecanismo de leilão, ele tem sido útil para que nós consigamos um mix de fontes de energia, o que me parece é que ele tem favorecido as fontes sujas.

Me parece, por toda a explicação, que nós teremos que ter termoelétricas para um socorros ao sistema, mas nós temos que ter uma hegemonia hidroelétrica e, ao mesmo tempo, uma complementaridade de outras fontes.

Eu ainda não consegui, e quero pedir ao Dr. Zimmermann e também ao Presidente da ANEEL, que se nós pudéssemos ter um momento para que nós possamos discutir a biomassa, como é que ela entra no sistema com mais força, porque parece que o potencial dela está sendo subaproveitado pelo sistema. Então essa é pergunta que eu queria fazer ao Dr. Zimmermann.

Uma segunda questão é sobre a questão das eólicas. Se for ver o problema da energia eólica no Brasil, você pode ter uma produção, uma geração distribuída sem os efeitos ambientais, e que o Brasil tem um potencial eólico maior do que nós estamos utilizando. Então há um subaproveitamento da energia eólica.

E uma terceira coisa, ele concorda, mas dizem que o Governador aqui de Brasília proibiu gerúndio: Estamos fazendo. E nesse negócio da térmica, nós não estamos num gerúndio até que muito exagerado? Nós não deveríamos fazer uma substituição térmica muito mais intensa para substituição do chuveiro elétrico, que é responsável por 18% no horário da pico e 8% da produção energética no Brasil?

Então esses três aspectos: A inclusão da energia de fonte de biomassa, a inclusão da eólica e a adoção rápida da térmica, não teriam os efeitos estratégicos? Esse é um primeiro aspecto em relação às fontes.

Um segundo aspecto é sobre os ganhos de crédito de carbono. O crédito de carbono você poderia ganhar na eficiência energética. Itaipu apresentou na nossa Comissão, na semana passada, um sistema de implementação de eficiência energética junto aos produtores de porcos, de galinhas e de gado, no Paraná, que estão poluindo as represas e diminuindo a capacidade das represas. Quer dizer, um efeito colateral na formação de algas pelo esgoto, que se você tiver uma produção de biogás nesse sistema, você vai diminuir o custo dessas mercadorias.

E por último, então tem ganho de carbono, além da energia solar.

E por último, esse gerúndio em relação à geração distribuída. Quer dizer, o que me dizem é que as empresas não aceitam: Ou você força ou você obriga ou elas não aceitam. Então eu queria resumir em três pontos o seguinte: O preço da energia está fazendo suja, e a idéia de modicidade tarifária com as energias limpas.

E concluindo, Presidente, dizer o seguinte: O custo, o investimento em energia poderia puxar uma indústria. Poderia puxar uma indústria de equipamentos. O Brasil poderia ser uma base de pesquisa, de desenvolvimento de novas tecnologias de produção de equipamentos para exportação.

Então, para mim, a questão, Deputada Rebecca Garcia, energética, diz respeito, sim, à possibilidade de você ter outro padrão de energia limpa, de contribuição e de liderança no mundo.

Eu concordo que a questão do desflorestamento é fundamental. Acho que nós deveríamos ter mecanismos muito mais ágeis.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria ver se é possível colocar no relatório uma preocupação: Nós temos um projeto que trata de todas essas questões, que é o 1563/2007. Então se tivesse a possibilidade de, no Relatório, estudar esse projeto, ele está merecendo aperfeiçoamentos, mas a recomendação em votar esse Projeto de Lei, nesse momento nós vamos votar medidas para diminuir a contribuição do Brasil nas mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Deputado Paulo Teixeira. Eu vou solicitar ao Relator e à Assessoria da Comissão que coloquem em discussão a análise do projeto 1563. Há uma pauta com onze projetos contemplados na primeira fase do Relatório.

E para o seu comentário, eu passo a palavra ao Dr. Zimmermann, mas os outros expositores podem também comentar, já que é um debate aberto. Nós estamos numa fase, agora, de discussão. Com a palavra Dr. Zimmermann.

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: O primeiro ponto, Deputado, é a inclusão da biomassa. Na verdade, quando você faz uma avaliação de um projeto de geração termoelétrica na base da biomassa, no caso, do bagaço de cana, eu fiz o alerta que no próprio plano de 2030, nós tomamos o cuidado de fazer um incremento, que é grande, hoje é muito pequeno e vai passar para cinco mil megawatts médios, uma coisa assim, mas sempre sabendo que a partir do momento, como, por exemplo, nos Estados Unidos, o [inaudível], que é o centro de pesquisas do DOI, que é o Ministério de Energia deles, está trabalhando com a hipótese de, em 2012, estar produzindo, estar conseguindo retirar, eles estão com cinco tipos de enzimas, e eles devem conseguir produzir o etanol, 2012, a um valor bastante razoável com relação ao custo hoje do etanol, até compatível com o do Brasil. ponto 60 ou ponto 80/litro. Então esse é um ponto.

Outro ponto é que, se você analisa o custo de um projeto de uma central de biomassa que vai produzir energia elétrica, uma tarifa de equilíbrio com uma tira acima de patamares, sei lá, 13, 15% você vai chegar

num valor de 120 reais como tarifa de equilíbrio. Infelizmente, isso não tem atraído o setor sucroalcooleiro a participar desses leilões com tarifa de 140. Então esse é um ponto que, realmente, eu acho que tem que haver mais discussão. O Governo tem feito um esforço no sentido, por exemplo, na região de Mato Grosso, na região de Goiás, Mato Grosso do Sul e Goiás, há um grande potencial lá e há uma grande procura do setor ao Ministério, a vinda desse setor ao Ministério, e o Ministério está estudando um sistema de transmissão, já que tem um potencial ali da ordem de três mil megawatts, que foi informado.

Então nós temos o princípio, que nós já usamos no setor elétrico de estações coletoras para transmissão, porque se eu tenho um empreendimento de uma central termoelétrica de biomassa lá de 20, 30, 40, 50, 70 megawatts, para você levar muitos quilômetros até um determinado ponto é inviável. Então quando você tem uma concentração grande num lugar, então vale a pena levar a rede básica nesse ponto e, com estações coletoras, e isso ajuda então você a viabilizar mais esses empreendimentos. Então os esforços daquilo que se pode fazer, está se fazendo para viabilizar.

Agora, tem um aspecto eu acho muito importante, é de que efetivamente o setor tem interesse de participar da expansão de energia elétrica, mas que tenha, por outro lado, competitividade com relação às outras fontes.

Com relação a aproveitamento eólico, eu acho que foi muito comentado aqui, na verdade, hoje, no Brasil, nós temos um programa que fui instituído pelo Governo há dois, três anos atrás, e que até 2008 nós devemos ter implantado pelo menos... Mas de eólica vai ser 1400, 1300, que poderia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Zimmermann, posso fazer uma perguntinha ao senhor? O debate que tem sobre energia eólica é de que o Governo tem planejado 200 megawatts/ano. E não sei se foi essa a questão perguntada, mas o setor acha que eles têm condições de gerar mil megawatts/ano, quem trabalha nessa área. O senhor poderia comentar um pouco se esse pleito é um pleito que está acima da racionalidade ou não?

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Deputado, tudo é uma questão de competitividade entre fontes. Quando nós fazemos o planejamento de 25 anos ou de dez anos, nós temos que analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental dessas fontes e, ao mesmo tempo, testá-las em leilão. Nós não podemos jogar na sociedade um preço maior, por exemplo.

O Brasil tem um potencial muito grande de eólica. Se nós considerarmos que nós temos, o atlas do CETEL deu 143 mil megawatts de capacidade de ponta, que daria uma geração média, aproveitando o sítio, até ponto 25. Daria, acho que na média, ponto 27 de fator de capacidade. 27%. Isso é o que você tem. Só que tem o lado do preço.

Então você vê na Europa, que a Espanha está com oito a dez mil megawatts instalados lá, ela tem uma dificuldade, a Espanha: Na Espanha você não consegue, você lá tem um preço que em torno de 86 euros por megawatts/hora. Isso dá cem dólares, cento e poucos dólares. Aqui no Brasil nós estamos trabalhando com 120, de cem a 120, dependendo do sítio, do fator de capacidade dele, mas as tarifas que foram do PROINFA foram nessa ordem.

E por outro lado, nós fizemos leilão de fontes alternativas, claro que considerando a racionalidade econômica de ter competitividade com outras fontes, chamamos o leilão específico para fontes alternativas em maio, só que o teto ficou em 140. E, infelizmente, os projetos eólicos não vieram.

Então nós trabalhamos com o horizonte de 2030, incorporando cerca de três a quatro mil megawatts de eólica, mas entendemos que o momento econômico dela, perto de outras fontes, ainda não...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não tem viabilidade econômica, não é isso?

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: É. Ela não tem competitividade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agora, Dr. Kelman e Dr. Zimmermann, não vão achar que a Legislação vai continuar do jeito que está. Daqui a um pouquinho, nós vamos ter um custo ambiental para geração de óleo diesel, geração de carvão mineral, vai ter um custo ambiental. Daqui a pouco vai ter que ser pago em dinheiro, isso. Então isso vai ter um custo daqui a pouco, também, mais alguns anos, acredito eu. Então...

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Senador Renato Casagrande, só eu acho que esse ponto que o senhor tocou, eu acho que é muito importante, e eu tive oportunidade aqui na exposição de apresentar, com relação ao aspecto do custo dessa fonte, por exemplo, eu mostrei que o resultado dos últimos leilões, nós só tivemos, ao contrário do que nós pretendemos no planejamento, continuar com essa forte participação de hidroelétrica, mas nós tivemos uma forte participação de térmicas. Foram as fontes que aparecem: Térmicas a óleo, térmicas a diesel, e só 34% de hidrelétricas.

Só que tem um aspecto que é interessante: Quando eu estou trabalhando com um sistema hidrotérmico, e num País como o nosso que tem um equilíbrio entre 20, 30% de térmica e entre 70 e 80% de hidro, o que ocorre com uma térmica? Uma térmica que tenha um custo muito alto, como a óleo diesel, que é a mais

cara, a probabilidade dela gerar vai ser muito pequena. Uma térmica a óleo combustível, a probabilidade de ela gerar, enquanto eu tiver essa matriz com bastante hidroelétricas, é em torno de 6%. A gás vai um pouco mais, vai 20%. Então, enquanto eu tiver essa situação, o Brasil ainda pode trabalhar com isso; mas o alerta que eu fiz aqui é no sentido de que nós precisamos logo continuar mantendo, e eu acho que é bom até para o setor termoelétrico, que nós consigamos manter essa proporcionalidade entre hidroelétricas e termoelétricas no País.

E um último ponto, só, do Deputado Paulo Teixeira com relação a solar, eu concordo plenamente com ele com o aspecto que o chuveiro, realmente o aquecimento de água por aparelhos solares eu acho que está no ponto, se paga em dois, três anos, realmente tem que ter um programa forte para incentivar isso.

A célula fotovoltaica, é claro que aí nós vamos ter uma coisa mais de futuro e vai ter que evoluir muito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dr. Kelman.

SR. JERSON KELMAN: Só complementar um pouco o que disse aqui o Zimmermann, eu penso que nós estamos chegando num custo de energia, no Brasil, em uma situação perigosa, porque nós já lemos nos jornais algumas indústrias procurando fazer investimentos fora, onde o custo da energia é a mais barato. Isso significa menos produção, menos riquezas, menos empregos dentro do Brasil, de forma que toda essa discussão sobre incentivo a algum tipo de energia significa subsídio para isso, significa tarifa mais cara, é óbvio. E isso tem que ser, sempre haverá quem defenda aquela energia, mas é preciso ver o outro lado, qual é o impacto no consumidor.

No caso das energias alternativas, o Programa PROINFA, já referido pelo Zimmermann, já contempla 3300 megawatts de energias com subsídios, quer dizer, mas dessas, algumas nem precisariam de subsídios. A biomassa não precisa, já é competitiva, ela não entra por uma questão de decisão estratégica, que eu penso que brevemente se resolverá. Eu estou muito otimista que a biomassa entrará maciçamente, e é muito bom para o Brasil, uma energia fabulosa.

A PCH também é competitiva.

Temos ainda a questão da eólica como uma dificuldade, que ela não é ainda competitiva. Eu penso que podem ocorrer avanços tecnológicos, mas nós precisamos estar na frente disso, quer dizer, a Espanha está fazendo pesquisa tecnologia nisso, a Alemanha está fazendo. Vamos aguardar um pouco. Eu penso, enfim, que nós podemos colher esses frutos um pouco na frente.

Para terminar, há uma característica a mais na energia eólica, pouco percebida: Ela tira um pouco de flexibilidade, porque o vento, ao contrário da água, não é estocável. A água, os rios, as vazões dos rios são aleatórias, não sabemos quais são, varariam muito, mas nós estocamos nos reservatórios. O vento, não. Então ele tem que ser despachado quando ocorre, e isso tira um pouco de flexibilidade do sistema. Não estou dizendo que é mau, mas tem uma desvantagem a mais em relação às outras fontes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dr. Luiz Fernando

SR. LUIZ FERNANDO VIANNA: Quanto à energia eólica, hoje, na Europa, existe um canteiro de obras em torno de eólica. Nunca se construiu tanta energia eólica como está se construindo hoje, principalmente na Espanha.

Agora, o que acontece? A Europa esgotou totalmente a sua capacidade da geração hidro. No Brasil, tirando a questão de necessidade até de mudança de lei, nós hoje exploramos somente 30% da nossa capacidade hidro. Isso nos dá um potencial muito grande de avançar.

Agora, na Europa e em qualquer lugar do mundo, a energia eólica tem subsídio. Não existe energia eólica sem subsídio e ele é muito importante, porque na hora em que se esgotou a sua capacidade hidro, e têm alguns problemas, tirando a França, o francês gosta muito de energia nuclear, o resto da Europa tem uma grande aversão à energia nuclear. O francês gosta. Mas a energia eólica está se demonstrando uma fonte muito importante, lá.

Agora, aqui, complementando o que foi dito, acho que nós temos que ir dando os passos, até para ir adquirindo a tecnologia, o *know-how*.

Agora, temos que ir com o pé no freio, porque o custo, a nossa energia, realmente, chegou no limite que tinha que chegar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passar a palavra ao Cláudio Sales para o comentário dele e, no momento também, a gente agradece a todos os expositores, e como o tema era mudanças climáticas, o tema é, desta Audiência, mudanças climáticas e geração de energia, importante, uma ausência importante aqui, que eu quero fazer uma observação para o Relator, várias correntes discutiram, o Ministério, a ANEEL, a Associação de Produtores Independentes, geração térmica, mas a ausência do debate sobre nuclear. De certa forma é importante o fato de não termos discutirmos isso, hoje, aqui.

Vou passar para o Cláudio Sales, em seguida o Deputado Paulo Teixeira quer fazer um outro comentário.

SR. CLÁUDIO SALES: Sr. Presidente, meu comentário é breve.

Em primeiro lugar, corroborando integralmente à síntese muito bem feita pelo Diretor Jerson Kelman na análise que fez em relação à biomassa, Deputado Paulo Teixeira, o que posso acrescentar é basicamente dar ênfase, destacar o que o próprio Jerson Kelman apontou, que ela é uma energia extremamente conveniente para o Brasil e já se tornando competitiva. E eu comungo com ele por achar que os obstáculos que impediram uma forte maior de biomassa, principalmente nesses leilões, nesse último leilão de fontes alternativas, eles têm condição de serem superados, baseado em aspectos de racionalidade econômica, mesmo, o que é muito bom.

Em relação à energia eólica, de novo eu corroboro integralmente com o que disse o Dr. Jerson Kelman, e não sei se entendi corretamente a observação do nosso Luiz Fernando Vianna quando falou de subsídios. Eu morro de medo quando se usa a palavra subsídio, porque, em se tratando de energia elétrica, esses subsídios, eu acho que quase na unanimidade dos casos, com raríssimas exceções, seguramente, tem sido subsídios cruzados, quer dizer, algum tipo de consumidor subsidiando outro tipo de consumidor ou outro tipo de geração de energia, etc.

E o subsídio implica em um custo a mais, sempre, em relação àquele custo que poderia ser obtido coletivamente para a geração energia no Brasil sem o subsídio.

Então se a gente fica com essa constatação presente, na hora que olhamos a tarifa de energia elétrica, quer dizer, o que o consumidor de energia paga, ele pode ser entendido como um componente de três terços aí: Um terço sendo o custo do serviço de distribuição e transmissão, outro bom terço o custo de geração de energia e o outro terço, maior deles, vamos chamar assim, que é tributos e encargos.

O acontecendo hoje é que esses dois, tanto tributos e encargos, que houve, infelizmente, uma inflexão nesse último ano, mas ele vinha crescendo de maneira vertiginosa, o custo da energia crescendo também, e o aperto, do ponto de vista da tarifa, estava sendo todo na prestação de serviços de distribuição, em última instância.

Enfim, isso também não vai, quer dizer, essa equação, ela não se sustenta ao longo do tempo. Não se sustenta em presença da realidade de que o Brasil ainda é um País de nível de renda baixo, que a sociedade brasileira tem dificuldade de pagar a conta de luz, até nos níveis que ela está hoje.

Portanto, antes de se pensar num subsídio que implique num custo adicional na conta de luz, em última instância, deve-se pensar, enfim, a equação mais à vista dessa realidade brasileira, onde eu acho que tem um beneficio maior, que é o beneficio de ter energia mais eficiente e mais barata para a sociedade como um todo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu vou passar ao Deputado Paulo Teixeira para que a gente encerre.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu estou querendo aproveitar a presença do Senador Renato Casagrande aqui, por isso a minha insistência.

Senador Renato Casagrande, a inicialmente, dizer o seguinte: Nós temos insistido, nesta Audiência, em primeiro lugar que o Brasil poderia ter um programa já de aquecimento de água por energia solar e não tem. Porque os chuveiros respondem por 18% do consumo de energia no Brasil no horário de pico. E 8% de toda a produção de energia. Então a possibilidade, e há concordância do Ministério da Minas e Energias e da ANEEL, que assim poderia ser.

Então, como é que nós saímos daqui com esta possibilidade de apresentar essa medida?

Uma segunda questão é que nós podemos trazer energia da biomassa para dentro do sistema com maior rapidez, que ela tem e dispõe, ela é limpa, tem já escala, tem preço e poderia ser trazida com maior rapidez para dentro do sistema, a energia da biomassa.

Em terceiro lugar, nós temos a possibilidade também de debater quais são, e aí eu acho que teria que trazer diversos setores aqui para debater quais são os obstáculos à energia eólica, para entrar no sistema com mais força a energia eólica.

E como que o Brasil pode, a partir dessas fontes renováveis de energia, não só liderar no mundo, esse debate, mas também ser uma base industrial de produção de equipamentos, de tecnologia, de barateamento dessas tecnologias.

Eu queria que V. Exª. pudesse analisar a hipótese e analisar um Projeto de Lei que tramita na Câmara, hoje, 1563/2007, que propõe um programa para as áreas isoladas, que propõe a questão da energia solar térmica, que propõe o debate sobre a geração distribuída.

E também queria discutir, dentro do tema da eficiência energética, a questão do biogás nas regiões produtoras de frango, de porcos e de carnê, como do Paraná e de Santa Catarina, que jogam esses dejetos nos rios, e que FURNAS, hoje, Itaipu, hoje, está fazendo um Programa de Produção de Biogás com esses grandes frigoríficos. Então eu queria trazer isso, porque é crédito de carbono, deixa de poluir, no interesse das próprias empresas.

Então eu queria pedir à V. Exª. se pudesse considerar incluir no seu Relatório o Projeto 1563/2007, que está sendo discutido na Câmara Federal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Deputado Paulo Teixeira, nós temos também alguém querendo fazer uma pergunta, mas eu vou só falar essas questões, mencionar as questões que o Deputado Paulo Teixeira colocou.

Primeiro, eu acho que é perfeitamente, todos nós concordamos, de que o nosso Relatório que vai ser apresentado no final deste mês à Comissão, o Segundo Relatório Parcial, contemple a proposta da Comissão para a implantação da Política Nacional de Incentivo à Energia Solar, pelo menos para aquecimento. Isso não tem, a gente tem concordância com todos os membros da Comissão, tem concordância, hoje, de muita gente com relação a esse incentivo e a esse aproveitamento, e até à divulgação.

Nós já temos aqui anotado o número do projeto, 1563/2007. De sua autoria, Deputado?

Vamos analisá-lo e ver se ele pode incorporado como uma proposta da Comissão, para ser, junto com outros que nós já temos, ser incorporado como uma proposta da Comissão. Então o nosso Assessor Carlos está ali já anotando esses dados, para que nós possamos já buscar o projeto, analisá-lo e certamente apresentá-lo como uma proposta da Comissão, agora, no final do mês.

O Dr. Kelman já está indo embora. Está se despedindo.

Não sei se o nosso representante do *Green Peace* quer fazer alguma pergunta ao Dr. Kelman?

Então para a gente encerrar de fato, agora, vamos passar a palavra para o... Só se identifique, por favor.

SR. FRANK GUGGENHEIM: Meu nome é Frank Guggenheim, eu sou Diretor Executivo do *Green Peace* aqui no Brasil.

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar esta Comissão, particularmente o Deputado Eduardo Gomes por ter trazido esta discussão de energia e mudanças climáticas aqui para a Comissão para ser discutido.

Eu fico extremamente feliz que, surpreendentemente, a nossa posição é concordante com a maioria as posições que eu vi hoje. Quer dizer, que a base da nossa matriz energética deveria continuar sendo hidroelétrica e renovável. Isso eu fico extremamente...

Existe, obviamente, entre a nossa posição e algumas posições que eu ouvi, algumas diferenças, até porque essa discussão de energia, de matriz energética é uma questão que, de um lado é técnica, e de outro lado é política, como alguém mesmo mencionou. Então a Câmara, de fato, é o lugar onde tem que se discutir tipo de discussão, porque ela não é meramente técnica, ela é uma mistura de técnica e política.

Eu não quero mais tomar o tempo de vocês, que o horário está adiantado, eu só queria fazer um comentário, porque foi mencionado assim *en passant*, que é a questão da nuclear. A nuclear produz, sim, gás de efeito estufa, no seu processo inteiro. Então tem que se dizer que produz gás de efeito estufa e, além disso, uma coisa que sempre se fala da eólica, e eu admito que a eólica é uma energia cara, a energia nuclear é cara. É por essas razões que nos Estados Unidos não tem se feito usinas nucleares. Não é por razões ecológicas, nos Estados Unidos, vocês podem imaginar, nem é problema dos rejeitos. O problema é puramente econômico.

Então duas coisas: Primeiro, como o Professor Pinguelli freqüentemente fala, e ele deve entender mais do que todos nós aqui, a nuclear produz gás de efeito estufa e ela é extremamente cara como energia.

Eu só gostaria de deixar esse comentário do Professor Pinguelli.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ela produz gás de efeito estufa na implantação, não é? Na implantação dela.

SR. JERSON KELMAN: Obrigado, Presidente, por me dar a palavra. Eu só queria sublinhar aqui a minha felicidade de ver que o *Green Peace*, ao contrario, também fico satisfeito, porque ao contrário da minha expectativa, se manifesta de forma inequívoca favorável à hidroeletricidade no País, o que me parece uma compreensão da questão global da preservação do meio ambiente e da escolha das opções que causem o mínimo impacto ambiental e social, mas reconhecer que algum impacto terá e que essas alternativas devem ser examinadas.

De forma que eu queria também parabenizar a Comissão, porque se não fossem os outros resultados que certamente são registrados aqui nesta Sessão, só essa manifestação aqui do *Green Peace* já valeu a minha tarde.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu também fico com grata satisfação de escutar isso, de escutar essas colocações com relação à hidroelétrica, mas, de qualquer forma, eu me sinto na obrigação de comentar que eu passei a manhã hoje aqui na Comissão de Meio Ambiente do Senado, justamente numa discussão de viabilidade de empreendimentos nucleares, e a viabilidades ambiental e econômica. Nós tivemos a discussão aqui de manhã, participou o pessoal da CNEN, participou o Ruy Góes, que você conhece, que já foi do *Green Peace* e hoje está no Ministério do Meio Ambiente, e foi uma discussão muito interessante, e um dos pon-

tos, que eu só queria fazer um comentário, é esse aspecto de custo.

Nuclear, só vamos lembrar o seguinte: O Brasil está retomando um Programa Nuclear, primeiro, Angra III, está retomando porque ela tem preço, ela fica dentro daquele preço que tem dado nos leilões. Segundo, o Brasil pretende ter um Programa Nuclear até 2030, com até oito centrais nucleares, oito mil megawatts, por pura necessidade, por uma característica de matriz, que nós precisamos aumentar as térmicas que operem na base, e essas térmicas só podem ser nuclear ou carvão, que possam operar na base continuamente.

E chamar a atenção no aspecto de custo, que a França, praticamente toda a energia consumida na França é nuclear, e ela é o maior exportador de energia da Europa. E se ela exporta energia, ela não está subsidiando para exportar, simplesmente para defender o seu programa nuclear. Ela está fazendo isso porque ele tem preço e o preço, em nível internacional, é perfeitamente factível que fica dentro.

É o maior exportador de energia lá da Europa, justamente é a França. Justamente porque 80% da geração dela, ela explorou todo seu potencial hidrelétrico, mas 80% são nucleares. E essas nucleares tem preço para exportar. Exportam para Alemanha, Itália e outros países.

Então, com isso, eu queria contestar somente essa parte do preço da nuclear.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A nuclear é mais barata do que a eólica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Bem mais. Dr. Cláudio quer falar, para a gente encerrar.

SR. CLÁUDIO SALES: Me permite, já que falou em questão de preço? Recentemente eu fiz uma análise com relação ao custo de terminar Angra III em presença única e exclusivamente, independente dos outros aspectos que certamente tem que ser analisados, mas considerando única e exclusivamente o aspecto econômico, à luz do que foi a declaração oficial dos recursos que faltam ser investidos em Angra III para terminar o projeto, ou seja, desprezando o que já foi gasto em Angra III, o Governo anunciou que seriam necessários sete bilhões e duzentos de reais para terminar a usina.

Eu fiz a seguinte conta: Esses sete bilhões e duzentos de reais para terminar a usina, para gerar o equivalente a mil e vinte megawatts médios, que é a capacidade de Angra III, usando o mesmo fator de capacidade de Angra II, e comparei isso com a maior usina atualmente em construção, uma usina hidroelétrica, que é a usina de Estreito, que declarou um investimento de três bilhões e trezentos, para gerar 1080 megawatts de potência, mas, enfim, energia assegurada da ordem de 500, eu não me lembro de cabeça, eu acho que é 584 ou 594.

Ou seja, fazendo a regrinha de três, o custo para construir apenas Angra III, está pelo menos 25% mais caro do que dessa hidroelétrica. Não considerando, obviamente, custos operacionais, que, seguramente, o custo de uma nuclear é bem mais elevado do que de uma hidroelétrica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dada essa informação, Dr. Zimmermann vai fazer o último comentário contestando-–

SR. MÁRCIO ZIMMERMANN: Eu gostaria de fazer um comentário com relação a Angra III. Quando foi tomada a decisão no CNPE, na verdade Angra III, você está falando de contratos de 20 anos. Entra moeda, sai moeda, não sei o que. Quando em 2003, na época da Ministra Dilma no Ministério de Minas e Energia, foi feito um estudo com relação em considerando o trabalho da FUSP, Fundação Universidade de São Paulo, de 2001, aí atualizando os contratos e tal, chegou-se àquele valor de 7.200.

Qual foi a decisão do CNPE? A decisão do CNPE foi que, primeiro, o Ministério de Minas e Energia tem segurança que essa tarifa fica abaixo de 140. E outra coisa, o Ministério de Minas e Energia foi determinado, naquele momento, que nós contratássemos uma consultora internacional, nós contratamos, através do Banco Mundial, a Colenco, que tem experiência em usinas nucleares no mundo inteiro, e está fazendo um trabalho justamente em cima daquele da FUSP, para ver em nível de preço, hoje, porque não é possível que no Brasil uma central nuclear que fosse terminada agora, Angra III, saísse mais caro do que uma central nova no resto do mundo, já que nós estamos falando entre 2.300 e 2.700 dólares o quilowatt instalado.

Então, se no mundo o padrão é 70 dólares, não vai ser no Brasil, entre 60 e 70 dólares, que aqui vai ser acima.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer as informações, e logo a fonte nuclear, que não ia ser discutida na Audiência, tomou conta aqui. Nós vamos uma Audiência só para discutir nuclear, é óbvio, com assento para aqui para o *Green Peace*, para todas as organizações que estão contestando, então vamos fazer. Mas nós vamos discutir.

Eu quero agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião, convocando os senhores membros para a próxima Reunião, no dia 16 de outubro, terça-feira, às 14h30, para debater os desafios da Educação Ambiental. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 18h05. – Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

Ata da 27ª Reunião realizada em 10 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 27ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 10 de outubro de 2007, quarta-feira, às 10h52, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação de requerimentos. O senador Cícero Lucena informa que se encontra em missão oficial no exterior. Foram aprovados os seguintes requerimentos: ***Requerimento 41***, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, em que solicita que seja realizada audiência pública em Manaus, com a participação do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Sr. Antônio Silva; do Secretário Estadual do Meio Ambiente, Sr. Virgílio Viana,; com o presidente da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (Arpa) de Manaus, Sr. Raul Lima Miranda; com o Diretor Superintendente da RES Brasil, Sr. Eduardo Van Roost – para discutir um modelo de produção de produtos biodegradáveis para o consumidor (sacolas plásticas); ***Requerimento 42***, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, em que solicita que a comissão realize audiência pública na cidade de Vitória / ES, para debater com o Setor Florestal; ***Requerimento 43***, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, em que requer se designe uma delegação de parlamentares para representar esta comissão na 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 13), a ser realizado na cidade de Bali – Indonésia, entre os dias 3 e 14 de Dezembro de 2007; ***Requerimento 44***, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, solicita que a comissão designe um parlamentar para que participe da 7º Feira KRAO do Estado de Tocantins, proferindo palestra e representando esta Comissão.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) **– Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
Senador Raimundo Colombo (PFL-SC)
Senador Delcídio Amaral (PT-AC)
Senador Euclydes Mello (PTB-AL)
Senador Magno Malta (PR-ES)
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputada Rebecca Garcia (PP-AM)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente

Estive ainda presente o Sr. Senador João Ribeiro, não membro da Comissão.Justificaram suas ausências os Senadores Cícero Lucena e Romeu Tuma, que estavam em Missão oficial fora desta Capital.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 001, de 2007, do Congresso Nacional, destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Nesse momento essa Presidência designa o Deputado Rodrigo Rollemberg para a relatoria *ad-hoc* desta reunião. Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se à apreciação e votação de requerimentos. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa. A coloco em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passo a palavra ao Sr. Relator para a leitura dos requerimentos.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Bom dia a todos. Requerimento de nº 41, de autoria da Deputada Rebeca Garcia. Solicita que seja realizada Audiência Pública em Manaus, com a participação do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIAM, Sr. Antônio Silva, do Secretário Estadual do Meio-Ambiente, Sr. Virgílio Viana, com o Presidente da Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental – ARPA de Manaus, Sr. Raul Lima Miranda, com o Diretor Superintendente da RES(F) Brasil, Sr. Eduardo Vanrust(F) (0:01:40), para discutir o modelo de produção de produtos biodegradáveis para o consumidor – sacolas plásticas.

Requerimento nº 42, do Deputado Eduardo Gomes, solicita que a Comissão realize Audiência Pública na cidade de Vitória, Espírito Santo, para debater com o setor florestal.

Requerimento de nº 43, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, requer se designe uma delegação de parlamentares para representar esta Comissão na 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima – COP 13, a ser realizado na cidade de Bali, Indonésia, entre os dias 03 e 04 de dezembro de 2007.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, agradeço ao Relator a análise dos requerimentos propostos em bloco, e passo a palavra à Deputada Rebeca Garcia para fazer os seus comentários sobre o Requerimento nº 41.

DEPUTADA REBECA GARCIA (PP-AM): Sr. Presidente, Sr. Relator, esse é um debate que tem crescido muito não só no Brasil, mas em todo o mundo, a questão dos produtos biodegradáveis. A cada

ano entre quinhentos milhões e um trilhão de sacos plásticos são jogados fora, nos lixões das grandes cidades, e esses produtos, esses sacos, ficam na natureza causando poluições, de forma que precisamos pensar numa alternativa para se trabalhar isso e que se inverta essa situação. Dessa forma, entendo que seja necessário seguir o modelo já adotado não aqui só no Brasil, mas por todo o mundo, e aqui no Brasil no caso do Paraná e no Rio Grande do Sul, de produtos alternativos que venham a substituir os sacos plásticos. Então essa Audiência Pública teria esse intuito, debater essa possibilidade de se transformar as sacolas plásticas, os copos descartáveis, os pratos descartáveis, em produtos que venham a ser menos prejudiciais à natureza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Em votação o Requerimento nº 41. Em discussão. Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Gostaria de comentar com os Parlamentares o Requerimento nº 42, na solicitação que solicita à Comissão que realize Audiência Pública na cidade de Vitória, Espírito Santo, para debater o setor florestal, e uma indicação adicional do Senador Renato Casagrande também para que nesta oportunidade a Comissão tenha a oportunidade de realizar também, numa das palestras, o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas em áreas urbanas, áreas populacionais metropolitanas e urbanas, como é o caso da cidade de Vitória. Portanto, considero importante o Requerimento, primeiro por se tratar também do Estado do Espírito Santo, que é um Estado em que existem experiências interessantes sobre a questão de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. Portanto, solicito o apoio dos nobres pares. Em discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

E o Requerimento de nº 43, que faz com que essa Comissão faça alguns comentários aos aspectos de continuidade ou de debate sobre o sentido do funcionamento da Comissão de Mudanças Climáticas no Congresso Nacional. O Deputado Augusto Carvalho, ainda ontem eu tive a oportunidade de conversar com ele a respeito da necessidade que na próxima semana seja apresentado o plano de ação da Comissão de Mudanças Climáticas junto às Comissões Permanentes para locação de pelo menos uma emenda de Comissão a cada Instituição de Pesquisa desse país. Entendo que esse será um momento importante para o Congresso Nacional e para esta Comissão. E a participação efetiva dos membros dessa Comissão numa avaliação posterior à Conferência Mundial da ONU em que o Brasil, pelo menos no aspecto diplomático, mudou um pouco a posição com relação à China e a Índia, e para que o próprio discurso do Presidente Lula, em apresentar um Plano Nacional de Mudanças Climáticas, inserir o Brasil num debate mais qualificado sobre o assunto, tenha o acompanhamento desta Comissão. É imprescindível que haja a participação de Parlamentares dessa Comissão na Conferência de Bali, no mês de dezembro, para que essa Comissão consiga, eu não vou dizer balizar que fica redundante, mas que essa Comissão consiga colocar a opinião do Congresso Nacional nas discussões de caráter objetivo, do que o Governo diz e do que o Governo precisa fazer. Então primeiro garantindo recursos no orçamento para que essa Comissão não cobre em vão. Está aqui o Deputado Rodrigo Rollemberg, que é um dos pioneiros nesse país na mudança de comportamento do Governo com relação às Instituições de Pesquisa, de Ciência e Tecnologia, sabe da importância de defender o discurso com o orçamento garantido. É o momento de aprovar o orçamento e buscar melhor qualidade na aplicação desses recursos, assim como é importante ter conhecimento da discussão que está para acontecer da avaliação do Protocolo de Kyoto, então esta Comissão tem realmente esse dever e irá cumprir. Portanto, coloco em discussão. Em votação. Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passo nesse momento a palavra ao Sr. Relator.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Encontra-se mais um Requerimento à Mesa, que não foi incluído originalmente na pauta porque foi encaminhado agora pela manhã. Requerimento nº 44, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, solicita que a Comissão designe um Parlamentar para participar nos dias 22 a 24 de outubro da 7ª Feira CRAO(F), no Estado do Tocantins, para proferir palestras sobre Projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre os interesses do bioma cerrado, representando a Comissão de Mudanças Climáticas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero registrar a importância desse requerimento e quero registrar a esta Comissão uma curiosidade. Na semana passada eu tive a oportunidade, por uma característica pessoal, que é o fato de ter recebido a representatividade da população de um Município chamado Tocantínia, no Estado do Tocantins, de comparecer a uma feira indígena patrocinada por uma série de organismos do Governo, que é um seminário sobre sementes do cerrado, sementes do cerrado para recuperação de áreas degradadas nas aldeias indígenas, e estive na Aldeia Xerente, em uma das Aldeias Xerentes na cidade de Tocantínia, são cinqüenta e seis comunidades indígenas, e tive a

oportunidade de sentir a necessidade e o quanto é importante, que essa Comissão também tem um aspecto, e isso eu vou conversar com o Relator, o Senador Renato Casagrande, é importante que no momento que o Brasil define áreas, legalização de áreas, no momento em que o país define reservas, limitação de reserva, é importante saber o que é a FUNAI, a EMBRAPA, os organismos do Governo tem feito para garantir qualidade ambiental, informação e apoio às comunidades indígenas do Brasil. É uma importante participação da Comissão naquilo que está sendo feito no dia-a-dia das aldeias e eu tenho certeza, vou pedir ao Deputado Rodrigo Rollemberg, até porque eu acho importante essa inteiração entre Estados, que acompanhe esse seminário e que represente a Comissão nesse seminário. Passo a palavra para o Relator.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Presidente, eu agradeço as suas palavras e quero apenas registrar que a área onde vivem os Índios Craôs, hoje, representa a área de maior preservação do cerrado brasileiro, este bioma que vem sendo destruído, desmatado a uma taxa de 1,5% ao ano, e essa feira que reúne os povos do cerrado e que vivem, que procuram viver de forma sustentável, utilizando os produtos do cerrado. Então eu considero que é importante a presença da Comissão e há um interesse de saber de como anda a tramitação da PEC nº 115, de 1995, que consagra o cerrado e a caatinga como biomas, patrimônios nacionais na Constituição Federal. Aliás, eu quero aproveitar, Sr. Presidente, para solicitar uma manifestação formal desta Comissão junto ao Presidente da Câmara, já se encontra pronto para apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados a PEC 115, de 1995, que como disse a pouco consagra o cerrado e a caatinga como patrimônios nacionais na Constituição Federal. Acredito que pela importância deste bioma, no que se refere à questão das mudanças climáticas, vale uma manifestação de apoio desta Comissão para que esta PEC possa ser apreciada o mais rápido possível, até o final do ano, pela Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu coloco então em votação o requerimento. Em discussão. Os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Essa Comissão registra com muita satisfação a presença e a participação, tenho certeza que de excelente qualidade para os debates e para o trabalho que essa Comissão desenvolve, do Senador Magno Malta, do PR do Espírito Santo, que passa a fazer parte como membro titular dessa Comissão, o que é uma honra para todos nós, no momento em que a Comissão discute a participação e a Audiência Pública do seu Estado. Então seja bem-vindo, Senador, é um prazer trabalhar com V. Exª. na Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Passo a palavra ao Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, eu agradeço as referências, é um privilégio para qualquer Parlamentar participar de uma Comissão dessa natureza, eu acho que qualquer cidadão, aqueles que estão nos acompanhando pela televisão e que primam e que lutam pelo meio-ambiente, que conhecem o valor da vida, certamente dariam tudo para estar numa Comissão como essa para dar uma colaboração extremamente efetiva no que diz respeito à legislação, à fiscalização, e certamente eu tenho muito que aprender, porque as pessoas que aqui estão são militantes desta área e muito mais do que eu, eu tenho uma militância muito mais forte na área de segurança pública, mas que tenho afeição tremenda, porque não há que se lutar pela segurança pública se não tiver vida, quando acabar a vida acabou tudo, não tem que lutar mais por nada, porque não tem vida. Dentro disso eu gostaria de sugerir, até é uma palavra que eu vou ter agora com o Renato Casagrande, pedindo que a audiência do meu Estado, ao invés da data proposta, fosse proposta para 1º de novembro, uma vez que é importante, por conta do que temos lá e o que vamos discutir lá, e que nessa data, por ser Relator do Projeto de Lei do Senado, do Senador Gilvam Borges, que visa a acabar com o exame da Ordem dos Advogados, é uma matéria extremamente polêmica e difícil, de ampla discussão, nessa ocasião eu estarei participando de uma Audiência Pública no Rio Grande do Sul, e eu queria propor, Sr. Presidente, em havendo a possibilidade, para que nós fôssemos ao meu Estado no dia 1º de novembro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero registrar ao Senador Magno Malta que a sugestão está registrada, sei que V. Exª. vai conversar com o Relator da Comissão, o Senador Renato Casagrande, e havendo concordância não há dificuldade alguma, até porque me parece que a proposta é uma permuta de audiência, ficaremos só à disposição desse contato com o Senador Renato Casagrande.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Inverter com a audiência --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): De petróleo e gás.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Petróleo e gás.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Está ótimo, eu vou conversar com o Relator. Quero também informar aos membros dessa Comissão que na tarde de hoje, na Câmara dos Deputados, nós estaremos apresentando uma idéia de

pré-projeto que eu tenho interesse que trazer a esta Comissão um debate intenso sobre ela. Na Audiência Pública da cidade de Fortaleza nós fomos surpreendidos por uma singela sugestão que está registrada na Comissão e por uma questão de autoria eu faço questão de registrar e que a assistência e a assessoria da Comissão resgate o nome do popular que participou da Audiência Pública de Fortaleza, porque de maneira muito singela e muito simples, Deputado Rodrigo, um cidadão ligado aos pequenos produtores rurais do Ceará fez uma sugestão, Senador Magno Malta, interessante, e que nós estamos buscando uma forma e um instrumento legal para implementar. Dizia ele na sua intervenção, um cidadão muito simples, de meia idade, falando sobre a dificuldade da compreensão do mercado de carbono, de seqüestro de carbono, e a análise de crédito e o acesso a esse tipo de operação, já que o projeto hoje, por mais modesto que seja, ele recebe atenção e análise por dois anos para que seja implementado, e ele deu uma receita caseira que eu acho que essa Comissão pode discutir e o Congresso Nacional deve discutir. Dizia ele que desde os 50% de desconto da dívida agrícola que Getúlio Vargas deu lá atrás, que o Brasil vive discutindo todo ano securitização da dívida agrícola, resecuritização, rediscussão da dívida e coloca dois grupos em debates sobre a dívida agrícola no Brasil: os grandes produtores, que sempre conseguem o melhor juro e o maior prazo, e os pequenos e médios produtores, que sofrem com a necessidade de renegociar suas dívida. E ele sugeriu, e que eu achei fabuloso, que o Brasil, por uma característica toda especial e a necessidade de preservar recursos naturais, que pensasse no estabelecimento de um marco legal para a venda de serviços ambientais. Então o produtor rural, em toda a oportunidade de renegociação da dívida, ao invés da proposta que alguns grupos grandes de produção fazem de uma espécie de... Eu não digo calote, mas de protelação para pagar o recurso público, que fosse dado a oportunidade de troca e venda de serviços ambientais. Eu acho uma idéia complicada, revolucionária e que a Casa precisa se debruçar para tentar implementar, porque no Brasil nós temos uma característica especial e há de se ter financiamento em condições para que o Brasil passe a discutir isso. Produtor rural de uma pequena propriedade, de uma média propriedade, no momento de rediscutir sua dívida ele pode ter a opção de abater na sua dívida serviços ambientais, preservação, recuperação de áreas degradadas. Então ia ficar uma coisa muito mais prática e eu acho que é um debate que a gente pode abrir, eu achei muito importante e vou pedir à assessoria que resgate o nome dessa pessoa, mas que a gente tenha condições de propor isto nessa Comissão também.

Nós vamos colocar a Ata da reunião de hoje, que encontra-se sobre a mesa, em discussão e em votação. Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Parlamentares para a próxima reunião, que será realizado no dia 16 de outubro, terça-feira, às 14:30, na Sala 3, da Ala Alexandre Costa, com o tema Educação Ambiental e Mudanças Climáticas. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 11h18.

Ata da 28ª Reunião realizada em 16 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 16 de outubro de 2007, terça-feira, às 15h11, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à debater o tema "desafios para a Educação Ambiental". Foi eleito o Vice-Presidente Senador Magno Malta e aprovados por unanimidade os seguintes requerimentos: ***Requerimento 45***, de autoria do Sen. Renato Casagrande, em que solicita que seja realizada audiência pública em Brasília, para discutir a conveniência e a oportunidade de o Brasil assumir metas obrigatórias específicas de reduções de emissões de gases de efeito estufa a partir do segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, ou seja, no período pós-2012 e o ***Requerimento 46,*** de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg, em que requer sejam convidados representantes do Ministério Público do Pará, Companhia Vale do Rio Doce, Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado do Pará a comparecerem a esta Comissão para participarem de audiência pública cujo tema central será a instalação de usina termoelétrica na área industrial do município de Barcarena pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senador Magno Malta (PR – ES) **– Vice Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Cícero Lucena (PSDB/PB)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Fernando Ferro (Bloco PT-PE)
Deputado Colbert Martins (PMDB-BA)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)
Deputado Sarney Filho (PV-MA)
Deputado Rocha Loures (Bloco PMDB-PR) – Suplente
Deputado Ricardo Barros (Bloco PP-PR) – Suplente
Deputado Jorge Khoury (PFL-BA) – Suplente

Esteve ainda presente o Deputado não membro da Comissão: **Francisco Ednaldo Praciano (**PT – AM)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Ato Conjunto nº. 001 de 2007 do Congresso Nacional, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a Pauta desta reunião destina-se a Audiência Pública para debater os desafios para a Educação Ambiental, apreciação e votação de requerimento e eleição do Primeiro vice-Presidente em função da licença do Senador Fernando Collor. Passo a palavra ao Sr. Relator.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Sr. Presidente, pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Pois não, Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Sr. Presidente. Antes de nós começarmos, entrarmos propriamente na Pauta da nossa reunião, eu gostaria de ressaltar e não poderia deixar de fazê-lo, na nossa primeira reunião desta semana, logo após a escolha do vice-Presidente, ex-vice Presidente, Al Gore e do IPCC, painel intergovernamental sobre mudanças climáticas das Nações Unidas que receberam o Prêmio Nobel da Paz.

Nesse sentido, Sr. Presidente, pela importância que este prêmio tem para a luta global contra o aquecimento e pelo evidente reforço que esse prêmio vai dar à causa que criou essa nossa Comissão, eu quero fazer esse registro. Se regimentalmente for possível, Sr. Presidente, que a Comissão possa votar um requerimento de congratulações ao ex-vice-Presidente Al Gore e também ao IPCC, aos cientistas do IPCC, no caso, o Presidente do IPCC, parabenizando pelo prêmio.

Se não for, desde já está aqui o Senador Renato Casagrande, e me parece que é o único Senador aqui presente. E o Senador Lucena esteve aqui?

Então, eu já pediria ao nobre Senador Renato Casagrande que, na impossibilidade, se nós pudermos fazer esse requerimento pela Comissão, que teria um caráter congressual, que faça pessoalmente em nome dessa Comissão no Senado. Nós já estamos fazendo esse requerimento na Câmara, também.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu já estou encerrando, mas acho importante fazer esse registro.

O Partido Verde soltou hoje, ainda há pouco, uma nota ao Congresso e ao povo brasileiro. É uma nota de três páginas, eu não sei se seria conveniente lê-la aqui, Sr. Presidente.

Atendendo as sugestões dos nossos companheiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Fique à vontade.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): "O anúncio do vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Al Gore, em conjunto com o Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, IPCC, provocam algumas reflexões que a Bancada e o Partido Verde, como um todo, consideram oportuno partilhar com os Parlamentares dessa Casa e com a sociedade brasileira.

Pensemos, primeiramente, o que prêmio foi concedido a um político que já foi, inclusive, candidato à Presidência dos Estados Unidos. Em segundo, foi concedido a precursor, digamos: proveta.

Em 1982, quando quase ninguém no mundo falava sobre o aquecimento global, exceto alguns cientistas, o então Deputado Gore organizou o primeiro debate Parlamentar sobre o tema. Foi ridicularizado por muito, mas nunca desistiu do papel tão antipático de alertar para uma realidade que poucos queriam ver e, pasmem, ainda não querem ver. Ver a realidade obriga a tomar providências e atitudes desconfortáveis, obriga os verdadeiros estadistas a adotarem medidas impopulares, obriga a sociedade a alterar seus padrões do consumo, obriga a cada um de nós a repensar atos, rotinas, planejamento e obriga a todos nós brasileiros a voltar os olhos para a contribuição que damos à situação tão difundida pelo agora Prêmio Nobel da Paz, o Aquecimento Global.

Nós contribuímos para agravar o efeito estufa. O Brasil está no incômodo quarto lugar em termos de contribuição do efeito estufa. Devido a indústrias poluentes? Não. Quase que exclusivamente graças ao desmatamento, queimadas e incêndio das nossas

florestas, que representa 75% da nossa contribuição ao efeito estufa.

Entre desmatamento especialmente para a ampliação da fronteiras pecuárias e agrícolas, queimadas e incêndios florestais, o Brasil perde o nosso maior patrimônio no atual contexto global: as florestas, estoques de carbono e fundamentais para a prestação dos serviços ambientais que os biomas prestam, além da biodiversidade que destruímos sem nem mesmo utilizarmos seu potencial econômico.

Foi publicado hoje pelo Correio Brasiliense que só no Estado do Mato Grosso o desmatamento cresceu 107% somente entre junho e setembro deste ano, segundo dados do próprio Governo. Quando o Partido Verde foi criado na Austrália em 1972, foi considerado um bando de sonhadores. No Brasil sua criação em 1986 não foi muito melhor recebida.

Hoje os alertas, as campanhas, as mobilizações mostram, infelizmente, sua razão de ser. Gostaríamos de estar errados, com certeza Al Gore também gostaria.

Infelizmente nós, do Partido Verde, na intransigente defesa da sobrevivência com qualidade da espécie humana e a busca da harmonização com todas as formas de vida vemos com tristeza nossos piores temores se concretizarem.

O Prêmio Nobel não é consolo para sem se vê finalmente compreendido é, na verdade, o reconhecimento mundial pelo trabalho de alguém não teve medo de se expor de todas as formas por muitos anos. A partilha do Prêmio com o IPCC reforça esse reconhecimento, considerando a seriedade dessa Instituição como bem diz o editorial de O Globo de hoje: "Gore, o comunicador despertara a consciência do mundo e o IPCC que trabalha para produzir diagnósticos e indicar tratamento".

Por esse motivo, o Partido Verde vem à tribuna e ao público para cumprimentar o Al Gore e o os membros do IPCC no sentido de pedir mais uma vez que todos as atores governamentais não governamentais tomem as atitudes necessárias em respeito à sociedade como um todo, a decisão de declarar o desmatamento zero na Amazônia e que, imediatamente, assumamos metas voluntárias de redução das nossas emissões para que o mundo tenha um futuro melhor".

Sr. Presidente, essa nota é assinada pelo Líder do Partido, Deputado que vos fala e pelo Presidente do Partido, José Luiz de França Penna. Obrigado Presidente pela compreensão. Obrigado Relator, eu acho que a Comissão tinha que abordar esse tema hoje.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Muito obrigado Deputado Sarney Filho. Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, eu quero me associar às manifestações do Deputado Sarney Filho, de reconhecer a importância do debate provocado pelo ex-Senador Al Gore. No entanto, é conveniente, é prudente que nós também atentemos para algumas conclusões e algumas opiniões que divergem de manifestações colocadas por Al Gore, inclusive, num filme muito conhecido.

Recentemente no Reino Unido, provocada a Justiça daquele País, foi trazida informações sobre algumas impressões científicas do filme do Senador Gore, o que não retira o mérito dele como provocador desse debate, mas ao mesmo tempo não nos autoriza a exaltação do espetáculo que, muitas vezes, está em determinadas manifestações, e pode cumprir um papel positivo da denúncia, mas evidentemente, carece do rigor científico que, muitas vezes, em assunto como esses devem ser travados e levados com responsabilidade sob pena de estarmos promovendo conclusões precipitadas e, muitas vezes, o pânico desnecessário.

Eu não quero de maneira alguma retirar mérito da decisão, mas quero também manifestar minha preocupação nesta Comissão, para que nós atentemos para essas questões com rigor e com a importância que elas têm, mas ao mesmo tempo, com a exigência de responsabilidade que se deve ter com o tratamento desse assunto.

É evidente que o IPCC, e aqui eu concluo, Sr. Presidente, traz informações importantes no tocante à redução da incerteza científica sobre o tema. A palavra é "incerteza científica sobre o tema", isso deve ser levados em conta e precisa ser tratado com a responsabilidade política que nós devemos ter, mas é evidente que essa matéria é alvo de algumas apreciações espetaculosas, e isso não é bom. Isso, se tem um lado positivo do alerto é, não é bom cientificamente, e a verdade é o que deve se buscar, o inconveniente ou conveniente, mas todos nós devemos ter essas preocupações na abordagem dessa temática. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Eu agradeço. Eu recebi informação daqui, que a instrumento adequado é um voto de louvor a ser apreciado pela Casa, pelo Plenário da Casa. o Senador Renato Casagrande vai apresentar pela Comissão no âmbito do Senado e o Deputado Sarney Filho certamente apresentará no âmbito da Câmara.

Nós temos aqui, como eu disse, dois pontos de Pauta antes de entrar no nosso tema da Audiência Pública, que a Educação Ambiental. A primeira delas, nós temos aqui, a eleição do vice-Presidente da Comissão. Existe a indicação do Senador Magno Malta para ocupar esta primeira vice-Presidência, e eu vou

submeter o nome do Senador Magno Malta por a aclamação. Aqueles que concordarem com essa indicação por se manifestem levantem as mãos.

Aprovado. Declaro, então nesse momento-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ele está eleito do dia do aniversário dele. No dia em que comemora o aniversário hoje -–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Rollemberg, aprovado por unanimidade. Eu faço questão que V. Exª. ressalte.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Declaro eleito o Senador Magno Malta por unanimidade, Primeiro Vice-presidente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pela importância da Comissão, Sr. Presidente, e a importância do tema que a todos envolve, quer dizer, muito mais do que uma Comissão tão somente, mas um País, um mundo inteiro. A importância me faz sentir prestigiado e presenteado no dia do meu aniversário, porque sei, certamente que participarei com uma grande colaboração que essa Comissão dará ao País e dará ao mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Parabenizo o Senador Magno Malta pela sua eleição à Vice-presidência e pela sua data natalícia.

Nós termos dois requerimentos para serem apreciados antes de começarmos a Audiência Pública.

Primeiro, o requerimento nº 45 de 2007 de autoria do Senador Renato Casagrande: "Requeiro nos termos regimentais que a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas realize uma Audiência Pública em Brasília para discutir a conveniência e a oportunidade de o Brasil assumir metas obrigatórias específicas de reduções de emissões de gases de efeito estufa, a partir do segundo período de compromisso do protocolo de Kyoto, ou seja, no período pós 2012". Está em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só dez segundos. Eu estou apresentando e esse requerimento nós vamos ver a COPPE 13 em dezembro e o Brasil terá que levar uma posição para esse debate. Acho que é fundamental que a Comissão participe com as autoridades do Governo sobre esse tema, que um tema que eu acho importante, que vai nortear o futuro da repactuação do acordo feito originalmente no Protocolo de Kyoto.

Eu acho que esse é o objetivo desse requerimento.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Senador para falar a favor, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): A semana passada eu estive com a Secretaria Telma, falamos muitos sobre isso, havia, como há o debate com relação aos países desenvolvidos, eles sim terem as metas e nós não.

Eu também acho que nós também temos que ter as metas, podemos discutir. Eu acho até, Presidente e também o nosso nobre Relator, que estas metas virão, inclusive, em favor do requerimento e talvez até antes desse período, do ponto de vista não oficial, mas há uma um clima já para que haja algum tipo de estabelecimento com relação a esse tema.

Parabenizo, V. Exª. e voto a favor do requerimento.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, só para um esclarecimento também importante. Já foi aprovado a recentemente, na Comissão de Meio Ambiente, um Projeto de Lei nesse sentido, estabelecendo as metas de redução voluntárias para o País.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Agradeço pela informação e coloco em votação. Aqueles que estive em de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Consta na Pauta um segundo requerimento. Eu vou passar a palavra para Relator.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O requerimento é de autoria do Deputado Rodrigo Rollemberg, que solicita sejam convidados representantes do Ministério Público da Pará, Companhia Vale do Rio Doce, Ministério do Meio Ambiente e Governo do Estado do Pará, a comparecerem a essa Comissão para participarem de uma Audiência Pública, cujo tema central será a instalação de usina termoelétrica da área industrial do Município Barcarena, a 40 quilômetros de Belém, Pará, pela Companhia Vale do Rio Doce. Este é o requerimento. Em discussão o requerimento.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Evidentemente eu sou favorável à proposta. Nós que acompanhamos no final de semana as notícias de televisão, vimos também queimadas permanentes ainda na área da Pará. Eu não sei se seria o caso de, além dessa discussão-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Na área da Vale ou no Estado da Pará?

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Do Estado da Pará. Já que nós vamos ter a presença do Ministério, que nós pudéssemos também no instante discutir-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Fazermos um debate mais amplo.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Um pouco mais amplo, até porque diz respeito às emanações de aquecimento globais mais fortes nesse momento. Eu sugeriria, se fosse possível. Se não for possível, de qualquer forma, Sr. Presidente, se não tiver do escopo do requerimento-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se o autor não discordar, é possível.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Eu aprovarei o requerimento, porque entendo necessário.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Eu gostaria de discutir antes o autor se pronunciar, porque é justamente nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra Deputado Sarney.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Presidente, essa questão da geração de energia por combustíveis fósseis, ela é uma questão muito seria, muito séria, ela não envolve apenas o Estado da Pará, o é grave, porque em plena a Amazônia você também fazer uma geração de energia à diesel, é um combustível emissor, mas também no próprio Estado do Maranhão, dentro da Amazônia legal, portanto, há um projeto de instalação de uma geradora de energia a carvão mineral, o que é mais grave ainda, porque o carvão ainda é o maior emissor.

Nesse sentido, desde já, manifestando o meu voto favorável ao requerimento do Deputado Rollemberg, eu gostaria que a gente, talvez, pudesse ampliar esse Audiência Pública, ampliar para discutirmos a talvez instalação de geradores de energia por combustíveis fósseis. Eu acho que seria mais apropriado, embora Deputado Rollemberg, perca um pouco o foco do requerimento de V. Exª., por isso que eu pergunto se é o caso, senão, a gente pode mais tarde fazer uma discussão sobre esse essa tema mais genérico.

É uma sugestão só.

DEPUTADO PRACIANO (PT-AM): Olha, eu quero agradecer as contribuições tanto do Deputado Colbert Martins como do Deputado Sarney Filho. Acho que merece, é procedente a gente fazer uma discussão mais ampla sobre as diversas fontes de energia. A gente sabe que nós vivemos um dilema: o País precisa crescer, precisa deste insumo básico para o desenvolvimento que é a questão da energia, mas hoje também temos esse problema, que precisamos buscar as formas mais inteligentes de suprir a energia o que País precisa para crescer.

Eu concordo com a sugestão para que a gente faça uma Audiência Pública para discutir esse modelo genético(F) e utilização de combustíveis fósseis.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não. Vou abrir antes uma exceção para o senhor.

DEPUTADO PRACIANO (PT-AM): Eu não sou membro, nem suplente e quero questionar se eu posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor pode falar, lógico que pode, tem todo o direito de falar.

DEPUTADO PRACIANO (PT-AM): Eu estou na linha do Deputado Sarney Filho. Eu acho que essa questão de Audiência Pública em relação a esse tema devem ser várias.

Eu sou do Amazonas, a gente tem feito alguma pesquisa rápida com relação aos investimentos na Amazônia. Eu acho que a agressão a Amazônia está ligada diretamente à questão da presença do Estado *lato sensu* naquela região.

O que nós temos constatado? Que à medida o que Estado está presente de diversas formas, nós temos menos agressão e, portanto estaremos colaborando com essa questão das mudanças climáticas.

Eu vou dar um exemplo que é simbólico Sr. Presidente. As queimadas, e eu acredito nisso, não tem por que não acreditar, embora não haja talvez um rigor técnico/cientifico em relação a isso, mas acredito, sim, que as queimadas das Amazônia sejam um dos grandes colaboradores da questão da mudança climática. Mas o que tem o hoje o IBAMA, o Governo, de investimento para detectar, para debelar o fogo na região? Abafador, pano molhado. Essa é uma questão seria.

A presença hoje da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, embora com função de trabalhar a questão da soberania territorial, mas a presença ideal detecta várias irregularidades, vários crimes e várias agressões como tem acontecido, infelizmente. 15 dias por ano o Exército faz uma operação na Amazônia. A operação Timbó, cujo objetivo é treinamento do Exército, no ano passado detectou vários crimes com relação a queimadas, a crimes de madeireiros, de desmatamento ilegal.

Então, eu acho que várias audiências com todos os órgãos bem relacionados com a questão amazônica, devem acontecer no âmbito dessa Comissão, IBAMA, FUNAI, o Ministério do Meio Ambiente, o Exército, a Marinha.

Acho que em resumo, a minha proposta de colaborar com essa Comissão é no sentido de chamar

todos os órgãos que têm relação direta com a Amazônia, e são quase todos os Ministérios, para que a questionamentos em relação a presença do Estado Brasileiro na região.

Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não. Então, eu posso conduzir no sentido da apreciação do requerimento?

Só lembrando que nós vamos à Santa Catarina numa Audiência Pública esse mês – eu não sei se já está definida a data de Santa Catarina – para discutir... 19 de novembro. Para discutir a questão da geração a carvão mineral.

Eu acho que devíamos fazer esse sobre energia lá. Perfeito?

Colocando em apreciação o requerimento do Deputado Rodrigo Rollemberg. Quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

Antes de iniciar a Audiência Pública para discutir os desafios para a Educação Ambiental. Eu quero passar a palavra para a nosso nobre vice-Presidente, Senador Magno Malta.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos começar a Audiência. Audiência para discutir os desafios da Educação Ambiental. Quero convidar o Sr. Hamilton Pereira, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Ministério do Meio Ambiente; Professor Dr. Marcos Sorrentino, Diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Dra. Raquel – eu não vou falar o último nome não, senão eu vou dar um nó na língua – Trajber – eu estava certo, Coordenadora Geral de Educação Ambiental, Ministério da educação; Professor e Dra. Eda Tassara, Coordenadora de Laboratórios de Psicologia da Universidade de São Paulo; Sra. Miriam Dualibe, Coordenadora Geral do Instituto Ecoar para a Cidadania.

Nós vamos estabelecer dez minutos de tempo para cada debatedor, eu não sei como tem acontecido. 15 minutos, no âmbito da Comissão? Se antes todos falam e depois....

Por orientação da experiência do Sarney Filho, nós vamos seguir.

Todos debatedores falarão por 15 minutos e, em seguida os Srs.. Deputados e Senadores terão a palavra para seus questionamentos e assim, então, se dar o debate.

Eu passo a palavra imediatamente ao Sr. Hamilton Pereira, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Ministério do Meio Ambiente. V. Sª. tem 15 minutos.

SR. HAMILTON PEREIRA: Boa tarde Sr. Presidente Senador Magno Malta, Srs.. Senadores, Srs.. Deputados, cidadãos e profissionais da imprensa.

Para nós, do Ministério do Meio Ambiente, é de fundamental importância esse espaço de diálogo institucional que nos chama para dialogar sobre questões que são de absoluta importância para a perspectiva de um País que se desenha, é extremamente complexa no que toca aos temas da retomada do desenvolvimento, da preservação dos recursos naturais, da reconstituição dos mecanismos do Estado e, por fim, esse poderoso e essencial instrumento, que é a Educação Ambiental.

Nos honra o convite aqui estamos para dialogar com as Srªs. e os Srs. de maneira a poder contribuir com a perspectiva da Educação Ambiental e dos seus desafios no período que se anuncia.

Em primeiro lugar, é preciso que nós tenhamos registrado que o País retoma um novo ciclo de desenvolvimento passadas quase duas décadas de estagnação econômica. Um outro registro é necessário: que os grandes ciclos de desenvolvimento do País ao longo do século XX, e que caracterizaram e afirmaram o perfil do Brasil diante do mundo, foram circunscritos historicamente, não apenas pela magnitude do crescimento ou do desenvolvimento, como queria o Celso Furtado.

Há dois grandes períodos: O período Vargas e o período da ditadura militar. Esses dois ciclos trouxeram consigo três marcas fundamentais: Em primeiro lugar foram ciclo concentradores de renda; em segundo lugar foram ciclos autoritários; em terceiro lugar não tiveram sensibilidade para a questão ambiental.

Esse País é educou gerações e gerações a partir de uma percepção de que os recursos naturais eram infinitos, e assim se movimentou.

A história do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é uma história em que a questão da sensibilidade ambiental é praticamente nula em toda a instância, seja no momento do investimento, seja no tratamento dos impactos, seja nas políticas públicas voltadas para a educação. Nós, ao longo do século XX glorificamos a megabiodiversidade brasileira, mas não cuidamos de preservá-la.

Então hoje, nós retomamos o ciclo de envolvimento, como dizia, depois duas décadas de paralisia, de estagnação econômica ou de baixo crescimento. E nós temos que enfrentar esse triplo desafio, ou seja, retomar crescimento, levando em consideração que ele deve ser inclusivo, ou seja, ele deve ser distribuidor de renda; em segundo lugar, que ele deve preservar

e aprofundar as conquistas democráticas dos últimos 30 anos; e em terceiro lugar, ele tem que incluir essa sensibilidade ambiental que faltou aos ciclos anteriores. Para tanto, é necessário que o Estado Brasileiro se reconstitua, reconstitua seus instrumentos, entre eles a rede social, capilar das escolas, para que possa chegar essa nova mensagem que leva consegue essa nova sensibilidade para as questões da sustentabilidade e do envolvimento, e mais que isso, para fora da escola no diálogo com as organizações sociais, com as ONGs, com a sociedade civil, com o empresariado a gente possa imprimir essa nova marca, a marca do desenvolvimento sustentável nas ações, para que a gente vá além das aparências nesse País das aparências, para que a gente possa trabalhar no sentido de fixar de maneira estruturante, seja nos currículos escolares, seja na prática diária dos movimento sociais, seja na mensagem diariamente posta à luz pelos meios de comunicação à questão da sensibilidade socioambiental.

Não vale apenas imprimir o selo na marca ou ao lado da marca da empresa, ou do movimento, ou de qualquer iniciativa que se tome. É necessário que a gente converta, o Brasil converta esse tema no tema central, como dizia ao abrir essa sessão, a primeira intervenção do Deputado Sarney Filho, ele chamava a atenção para esse evento, sem dúvida, importante, que foi a designação do ex-vice, futuro vice.. O ex-futuro Presidente dos Estados Unidos, como se ele apresenta no início do filme e o IPCC distinguidos com Prêmio Nobel da Paz.

Nós vamos discutir aqui a questão da educação, e sabemos, num País como o Brasil especificamente, que a escola por si só, aqui como em outros lugares do mundo, não dá conta da educação da sociedade. É necessário que hajam outros atores e outro fatores de educação, de difusão desse pensamento, dessa nova sensibilidade.

Eu queria, com essas palavras iniciais – Presidente, me avise, por favor, quando faltarem os três minutos – dar-lhes algumas informações que me parecem importantes do ponto de vista do esforço do Governo Federal por meio do Ministério do Meio Ambiente, para que a gente possa realizar esse esforço no que acabe as tarefas precípuas do Executivo.

Todos aqui sabem da recente reforma no Ministério do Meio Ambiente e da Constituição da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, proposta pelo Executivo, criada e aprovada por essa Casa, cujo objetivo é, precisamente, potencializar a ação do Estado no sentido de articular institucionalmente os compromissos com a cidadania brasileira, no que toca as questões da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. Em segundo lugar, é preciso registrar aqui que, ao lado de outras iniciativas no campo da cidadania, nós trabalhamos, nesse momento, na realização da Terceira Conferência Nacional do Meio Ambiente.

É importante que a gente chame a atenção que entendemos Terceira Conferência não como um evento que ocorrerá em Brasília no mês de maio do ano próximo, mas como o próximo que se inicia agora nos municípios, daqui a um mês a Primeira Conferência Estadual, até o mês de março do ano que vem, em que tem assento, tem lugar todos os setores representativos da sociedades, o Estado, a União, os Estados e Municípios com 20% da representação, 30% de representação para o setor empresarial e 50% para os demais setores da sociedade civil, de maneira que a gente possa abrir espaço para que a sociedade brasileira aporte os seus dilemas, as suas dúvidas, os seus conteúdos, as suas propostas para a formulação da política nacional, para encararmos de maneira conseqüente as questões das mudanças climáticas.

Nesse sentido, porque o tema Mudanças Climáticas organizará o esforço de conferência, nós trabalhamos já no apoio à realização do Segundo Encontro Nacional dos Povos da Floresta, que acabou ocorrendo há 15 dias com a participação de cinco mil trabalhadores da Amazônia, da Caatinga, dos cerrados, da Mata Atlântica, do Pampa, enfim, de todos os biomas do País para que, precisamente eles pudessem apartar aqui, também, suas contribuições.

Queria também fazer um registro de que a lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, que é de 99, ela foi implementada a partir de 2003 com a determinação da Ministra Marina Silva, de criar o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e o seu comitê assessor. Aqui nessa mesa nós temos a representação do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente na pessoa do Prof. Marcos Sorrentino e da Profª. Raquel pelo Ministério da Educação.

Eu queria por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, destacar dois pontos que me parecem importantes para esse debate.

Em primeiro lugar, a busca da capilarização em todas as regiões e setores do País, potencializando as iniciativas já existentes, especialmente por meio da formação dos educadores ambientais populares, dos coletivos de educadores. Esses coletivos que comprometem com a elaboração de projetos político-pedagógicos junto a cada base territorial onde atuam, e mais do que isso, buscam articular, integrar esse esforço de forma permanente, continuada, articulada com o conjunto das políticas públicas no País.

Em segundo lugar, chamar a atenção para a relevância das relações internacionais que estabelecemos como, é evidente para todos, não se trata de questões relativas às mudanças do clima num território estritamente nacional ou continental, ou são discussões que tenham horizonte global, ou elas não têm consistência, não tem validade, não tem eficácia.

Então, é fundamental que tenhamos esse horizonte e, nesse sentido, trabalhamos Governo e, particularmente o Ministério do Meio Ambiente procura envidar esforços, como acabamos de fazer uma reunião na Europa com a participação dos oito países de língua portuguesa para discutir os temas da Educação Ambiental com representantes da todos esses países que, além da língua, mantém vínculos históricos importantes com o Brasil, de maneira que a gente possa socializar essas experiências que acumulamos aqui, ao longo, já, de quase duas décadas de esforço, desde que foi criado, há 18 anos, o Ministério do Meio Ambiente no Brasil.

E por fim, eu queria concluir, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, para não fugir ao tempo que me cabe. Acho que colocar em evidência o nosso dilema principal, que me parecer seja: Nós não podemos, para sermos maduros, trabalhar a ilusão dos consensos, nós temos que [soa a campainha] definir os dissensos e tratá-los com maturidade política, com a maturidade política necessária a uma sociedade democrática para que a gente possa apresentar novo papel do Poder Público campo indutor do processo de desenvolvimento, recuperar os mecanismos do Estado Brasileiro, de maneira que ele possa cumprir o papel que deve cumprir a instância do Estado, eleita pela sociedade brasileira, dentro dos processos democráticos.

É fundamental que a gente trabalhe a imensa complexidade dos interesses que se movem, hoje, no âmbito da democracia brasileira para que possamos produzir uma proposta de Educação Ambiental que não fique na superfície, mas que trabalhe toda a complexidade desses temas e, por fim, a gente possa oferecer às gerações futuras uma formação que nos indique, claramente, o que Brasil deixou de ser aquele País das nossas ilusões da infância e que era os países do recurso naturais infinitos, para vivemos claramente e maduramente essa era dos limites, como costuma dizer a ministra Marina Silva. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradecendo o Secretário Dr. Hamilton, aceitando sugestões do Relator Senador Renato Casagrande, nós estamos refazendo o tempo dos debatedores em dez minutos, até porque hoje é uma dia de muito correria nas duas Casas, tanto na Câmara como no Senado, tem Plenário e Ordem do Dia, pelo menos para nós, agora, ficou acertado que ela vai começar às 16 horas, a Ordem do Dia do Senado.

Eu concedo a palavra ao Dr. Marcos Sorrentino por dez minutos para sua palavra.

SR. MARCOS SORRENTINO: Não serão necessários nem os desses minutos porque reafirmar a fala do nosso Secretário, no sentido de enfatizar que a Educação Ambiental que temos feito nesses último quatro anos, a partir da criação do órgão gestor da Educação Ambiental no País, que é uma Lei de 99, que foi regulamentada em 2002 e implementada a partir de junho de 2003.

Esse órgão gestor, com a presença do MEC e do MMA, se destaca no panorama das nações como uma iniciativa, e mesmo no Brasil, como uma iniciativa transversal, uma iniciativa que busca sinergizar os poucos recursos que estão disponíveis para a Educação Ambiental e tornarmos, dessa forma, mais afetivas, mas eficazes, mas presentes na ponta em todo País.

Nesses quatro anos nós desenhamos, construímos o desenho de um sistema nacional da Educação Ambiental que está hoje em Pauta, está sendo debatido junto a toda sociedade brasileira. Na Conferência Nacional de Meio Ambiente, que se realizará em maio do que ano que vem, esse será um dos temas centrais. Então, está sendo distribuído aqui, está sendo distribuído em toda a sociedade esse documentos, procurando dar nome àquilo naquela prática vem sendo construído nos últimos quatro anos.

O relato do que vem sendo construído nos últimos quatro anos está nesse balanço de gestão que todos vocês ou já tive em acesso ou terão acesso ainda na tarde de hoje, onde a gente procura explicitar qual é a concepção de Educação Ambiental que nos anima, como é que a gente gostaria que a ação do Estado chegasse e apoiasse as milhares de iniciativas de Educação Ambiental que já ocorrerem no Brasil desde os anos 70, para não remontar a mais tempo.

Então, a perspectiva que se coloca na construção do sistema nacional de Educação Ambiental é do empoderamento das ações locais no sentido de qualificá-las, no sentido de multiplicá-las para que nós tenhamos uma Educação Ambiental junto a 190 milhões de brasileiros e brasileiras feita de forma permanente, continuada e articulada. Nós sabemos que são centenas as iniciativas de Educação Ambiental, no entanto, o rebatimento delas na mudança de política pública e na efetiva mudança de comportamento e atitudes é muito pequeno.

Para que nós tenhamos condições de fazer os grandes enfrentamos sociais ambientais que a questão

das mudanças climáticas traz à tona, como a aponta a *iceberg*, porque são muitas outras questões da âmbito planetário que precisam ser enfrentadas, é necessário que nós tenhamos sistema capilarizados de Educação Ambiental, que nós tenhamos a capacidade de ir a cada indivíduo e, ao mesmo tempo, que nós tenhamos articulações planetárias, por isso o nosso Secretário enfatizou as duas pontas no processo que nós estamos trabalhando, por um lado a articulação com os países de língua portuguesa e os países latino-americanos, no sentido de dar um exemplo ao conjunto das nações de uma articulação na diversidade, mas que tenha uma ação comum e o tema da vez é o tema das mudança socioambientais globais, mas também é necessário que esse enfrentamento articulado entre nações esteja interiorizado em cada indivíduo de cada nação. Por isso, trabalhamos com a perspectiva de formar educadores ambientais populares, sejam eles dentro das escolas, formados, sejam eles formados nos sindicatos, nas associações de moradores, em todas as formas de organização da sociedade brasileira.

Temos duas propostas fortes, que é a do coletivo educador e das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida dentro das escolas – a Raquel Trajber, pelo MEC, vai falar um pouco mais sobre essas propostas.

Então eu só aqui enfatizo o convite para que no dia 08 de novembro todos estejam presentes numa atividade que nós vamos estar realizando às 08h30 da manhã, o Deputado Sarney Filho é o nosso anfitrião, a frente Parlamentar de Deputados pelo Meio Ambiente está nos recebendo e nos apoiando no lançamento desse *kit* de Educação Ambiental, que é uma iniciativa que nós temos junto com a UNESCO e na apresentação, novamente, das propostas de Educação Ambiental que estão sendo implementadas no País, com a perspectiva de termos a Câmara dos Deputados e o nosso Senado junto nessa batalha.

Nesse último ano nós tivemos a oportunidade de dialogar com diversos Deputados e Senadores que apresentaram emendas Parlamentares direcionadas para a construção da política pública de Educação Ambiental e nós queremos cada vez mais trabalhar nesse sentido. O Deputado Ferro e outros Deputados, companheiros de atuação nessa perspectiva da Educação Ambiental, concebem junto conosco que não é possível fazermos Educação Ambiental de forma pulverizada, desarticulada. Nós temos tido no Deputado Casagrande um grande aliado no sentido de que cada Projeto de Lei, cada proposta ser encaminhada para o Executivo, para o Ministério da Educação, para o Ministério do Meio Ambiente e dialogar junto, no sentido de dizer: Como é que as iniciativas do Parlamento sinergizam com as iniciativas do Executivo e, mais do que isso, sinergizam com as iniciativas da sociedade civil organizada? Então, a nossa concepção de Educação Ambiental vai nessa direção.

Eu acho que falar demais aqui talvez seja um pouco contra-producente pelo pouco tempo nós temos, mas esses documentos que estão disponibilizados para vocês e o convite para que a gente continue nesse diálogo fica aqui como a nossa proposta maio forte.

Obrigado pela atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado pela capacidade de síntese.

Antes de passar a palavra para a Dr. Miriam Dualibe, eu vou... A Dra. Raquel na seqüência.

O Presidente da frente Parlamentar ambientalista, o Deputado Sarney Filho, está convidando para um café da manhã no anexo quarto do décimo andar às 08h horas. É isso, Deputado? Às 08h horas.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): O objetivo é discutir energia renovável, Sr. Presidente, nesse café da manhã. Iremos ouvir técnicos e membros do ONGs e tudo. Estão todos convidados aqui, Presidente. Obrigado pela e gentileza de tornar público o nosso convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sobrou tempo para a gente fazer o convite. A senhora tem a palavra Dr. Raquel.

SRA. RAQUEL TRAJBER: Boa tarde a todos e a todas. Eu vou tomar a liberdade de usar a prerrogativa de ser MEC e fazer uma apresentação – que eu vou tentar ser rápida – mas uma apresentação meio medo pedagógica, porque ele tem número e uma série de conceitos que eu gostaria de trabalhar com vocês, e para mostrar como órgão gestor na área da educação formal como é que nós estamos enfrentando esses desafios das mudanças climáticas. Eu dividi essa minha fala, que vai ser bem rapidinha – eu espero – em contexto, pretexto e texto.

O contexto é essa crise ambiental global que o filósofo Hans Jonas disse que “nunca houve tanto poder ligado a tão pouca orientação para seu uso”, essas tecnologias todas vieram sem manual de instruções e numa sociedade de risco. Ulrich Beck conceitua a sociedade de risco como um estágio da modernidade – ou dessa segunda industrialização – em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas no caminho da sociedade industrial e nós, na Educação Ambiental, temos, então, um duplo desafio a enfrentar: Um é planetário, que é essa ameaça das mudanças ambientais globais; e o outro a que a gente traz para o MEC, que é educacional, e nós estamos trabalhando no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educa-

ção com escola, especialmente com foco nas escolas de baixo IDEB, que é o índice de desenvolvimento da educação básica.

O importante para nós, nesse desafio, é trabalhar na radicalidade da mudança de valores, de atitudes e concepções de mundo, de vida de felicidade na nossa sociedade.

E ainda no contexto, esse foi no macro contexto, agora é no contexto da Educação Ambiental que nós desenvolvemos no MEC, que é uma visão sistêmica da Educação Ambiental, que é difusa, presencial, com tecnologias e ações transformadores com ações estruturantes nas escolas.

A difusa é são as conferências nas escolas, a Conferência Nacional Infato-Juvenil pelo Meio Ambiente, que nós estamos entrando para a terceira, e a gente faz isso em conjunto com a Conferência Nacional de Meio Ambiente, a versão infanto-juvenil, a formação presencial de professores e professoras em Educação Ambiental, em que nós trabalhamos a presencial e à distância também, e as ações transformadoras têm uma ação muito forte que são as COMVIDAS, que é a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade da Vida na Escola, e agora eu precisaria, inclusive, informar vocês que o MEC está soltando, agora, uma resolução em que nós vamos poder fazer a conferência, descentralizar recursos para fazer a conferência nos municípios, nas escolas e fazer, formar COMVIDAS, também, no âmbito da educação integral.

O pretexto. O pretexto é o Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que é uma instância de deliberações coletiva, democrática e participativa, e trabalha nessa perspectiva sistêmica e integrada de ações estruturantes, formação da professores e essa educação difusa, que é a conferência, e trabalhamos no âmbito da inter e transdiscipliariedade, misturando ciências, história, geografia e linguagens, e o Deputado Ferro, falou sobre a questão da sensacionalismo e da catastrofismo. Nós evitamos esse sensacionalismo e catastrofismo trabalhando com a produção do conhecimento na própria escola, pensando e agindo local e globalmente.

Aqui é um foto da Segunda Conferência, quando os jovens entregaram para o Presidente da República, para a Ministra Marina Silva e para a Ministro Fernando Haddad a carta das responsabilidades das crianças, isso em 2006.

Ainda no pretexto, que é a conferência para trazer esses temas. Na Conferência de 2006 nós trabalhamos com aquelas quatro temáticas e com os acordos internacionais o que Brasil é signatário. Eu assinalei ali Mudanças Climáticas, que nós trabalhamos protocolo de Kyoto. Em todas as escolas notícia mandamos o material com o embasamento teórico. Nós sabemos que 964 mil 609 pessoas estavam em escolas que escolheram a temática Mudanças Climáticas para trabalharem a responsabilidade e ação, isso em 2006.

E as outras temáticas e, naquele quadrinho com as barras, a gente pode ver que foi o segundo tema mais trabalhado pelas escolas, sendo que, somando as primeira e a segunda conferências, nós trabalhamos 20 mil 475 conferências nas escolas – somando as duas – e 10 milhões e 801 mil pessoas, 0,55, participam das conferências nas escolas em 2003 e 2006.

Agora, o grande desafio, e eu conto com vocês todos, é fazermos a terceira conferência em todas as escolas do País.

Essa é a carta das responsabilidades que as crianças geraram em 2006. Não dá, infelizmente, para a gente entrar nos detalhes.

Os temas para a Conferência de 2008, a grande temática é Mudanças Ambientais Globais e nós estamos trabalhando com quatro subtemas: A terra-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A senhora me concede? Nós estamos na Ordem do Dia e nada pode funcionar na Ordem do Dia.

Eu vou ter que votar num processo de votação no Senado. Eu não sei como é que está a Câmara, mas enquanto não sabemos como está a Câmara, eu quero convidar o Deputado Sarney Filho para assumir no meu lugar para que eu possa ir ao Plenário.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Deputado Magno, aceite um abraço. Desejo-lhe felicidades sinceras no seu dia de aniversário. Parabéns.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Saúde e força.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Fico muito feliz.

SRA. RAQUEL TRAJBER: Deixe eu dar um presente, então. O nosso caderno temático da Educação Ambiental do MEC.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado. Um grande presente.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Dra. Raquel, Deputado Rocha Loures do PMDB do Paraná. Já me voluntario para ser o seu parceiro lá no Estado da Paraná para encaminhar essa--

SRA. RAQUEL TRAJBER: Maravilha.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Esse movimento junto a todas as escolas do Estado.

SRA. RAQUEL TRAJBER: Perfeito. O Paraná é um grande parceiro, realmente, e nós precisamos contar com sua parceira para 100% das escolas do Paraná fazerem.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Combinado.

SRA. RAQUEL TRAJBER: São esses quatro temas, que não dá para também entrar no detalhe, mas eles fazem parte da um conceito pedagógico que isso, sim, eu gostaria de reafirmar, que é no âmbito da educação integral. A gente está trabalhando metodologias de projetos, não pedagogia de projetos, mas metodologias de projeto, isso faz muita diferença na questão educacional nas escolas, a gente trabalha com responsabilidade e ações, não só com direitos, mas como responsabilidades humanas e, tendo como base de princípio os tratado de Educação Ambiental para a sociedade sustentável de responsabilidade global, a carta da terra e a carta das responsabilidades humanas, e sempre pensando na continuidade e no enraizamento e na capilaridade que é com a construção das COMVIDAS nas escolas, que é uma comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida em cada escola. Nós já temos mais de quatro mil COMVIDAS funcionando e a gente quer a totalidade.

Nós estamos dando um tratamento para esse texto em que nós trabalhamos uma historinha, colocando mitologias afro ou grega, ou indígenas e tal, uma pequena história, depois o ciclo original da cada um desses temas, como as bases da sustentação da vida e das sociedades humanas no planeta e, depois, o ciclo impactado, que é pós segunda guerra mundial: O que acontece com a intervenção da tecnosfera sem uma ética ou sem aquela bula [soa a campainha] que a Hans Jonas fala.

A outra coisa que nós estamos muito preocupadas e que vem na seqüência desse texto que nós estamos construindo um material didático, assim, de primeiríssima qualidade que nós queremos evitar reações, que são muito comuns, que são o pessimismo, a passividade, a paralisia, a procrastinação e, o pior de tudo, eu acho, é achar que a tecnologia resolve tudo.

E nós trazemos para cada tema desse as ações políticas e medidas que são sustentáveis: as mitigadoras, que são de governos e empresas, grandes ações; as adaptativas que são tecnológicas com o cuidado de não fazer uma parafernália dessas questões tecnológicas e elas ocuparem a pauta; as preventivas, que são ações educadoras e que de uma grande urgências, e que essa própria conferencia traz dentro de si; e as transformadoras, que estão ao alcance das nossa comunidades, das nossas escolas e das nossa mãos.

E eu queria, só para terminar, trazer a era dos limites, que a Ministra Marina Silva tem falado bastante dessa sociedade de riscos que precisa ser auto-limitar nesse desenvolvimento e fazer uma mudança radical, realmente, de rediscutir padrões de responsabilidade, de segurança, de controle, de conseqüências dos danos causados pela própria construção histórica desse processo civilizatório em que nós estamos, na relação com a sociedade e com o meio ambiente.

E só para terminar para falar um pouquinho das flores, tem uma põe saí que eu acho muito bonitinha da Cecília Meirelles, que fala dessa utopia, que eu acho que sem ela a educação não faz o menor sentido que é: "No ministério do sem-fim equilibra-se um planeta, e no planeta um jardim, e no jardim um canteiro, no canteiro uma violeta, e sobre ela, o dia inteiro, entre o planeta e o sem-fim, a asa de uma borboleta". Essa é a arte da jardinagem aplicada ao mundo inteiro.

As escolas trabalhando com políticos e políticas jardineiros que têm um programa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, doutora. Vamos passar agora a palavra à Professora Dra. Eda Tassara, coordenadora do laboratório de Psicologia da Universidade de São Paulo. A senhora tem até dez minutos.

SRA. EDA TASSARA: Boa tarde a todos. Após as pessoas que me antecederam terem falado sobre políticas específicas eu vou, de alguma maneira, tentar conceituar o terreno no qual nós estamos inscritos para a compreensão dessa problemática.

Eu vou iniciar citando uma matéria publicada na revista Pesquisa, da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ainda nesse mês de outubro, na qual o oceanógrafo islandês Ingvar Emilsson revê estudos e discussões sobre o aquecimento global.

Em 1957, quando era Diretor do Instituto Oceanográfico da USP, ele foi entrevistado pelo Diário da Noite sobre Mudanças Climáticas. Então, nessa oportunidade, aos 30 anos de idade, na qualidade de pesquisador em Oceanografia Física, falou sobre as conclusões de um artigo do físico húngaro Joseph Kaplan, publicado nos Estados Unidos, que previa o derretimento das calotas polares e o aumento do nível do mar como conseqüência do aquecimento da atmosfera, provocado pelas atividades humanas.

Atualmente, aos 80 anos de idade, Ingvar Emilsson é coordenador do plataformas oceanográficas que operam os navios de pesquisa da Universidade Nacional Autônoma do México, e o professor Emilsson relatou à revista Pesquisa, que em 1957 celebrou–se no Rio de Janeiro uma conferência preparatória para

um evento mundial chamado Ano Goefísico Internacional, do qual participaram cientistas norte-americanos e latino-americanos.

Entre os múltiplos assuntos discutidos nessa conferência em 1957, estava o aumento da CO2 na atmosfera, causado pela queima crescentes de hidrocarbonetos fósseis. Discutiu-se então, o aumento da CO2 na atmosfera e seus efeitos sobre o clima. Com elevação das concentrações de CO2 aumenta também a quantidade de energia que é absorvida pela atmosfera e, portanto, a temperatura do ar também aumenta. Com o ar mais aquecido mais energia na forma de radiação – ondas longas – é emitido pela atmosfera para o espaço. Essa emissão é proporcional à temperatura absoluta da atmosfera à quarta potência. Desta forma, equilibra-se o sistema climático terrestre num patamar mais quente ao aumentar a concentração de C02. Isso é uma questão científica, é uma questão objetiva sobre a qual não paira dúvida, é uma explicação física de como se produz o aumento da temperatura através da emissão dos gases poluentes.

Conclui o professor: "Como é bem conhecido através da nossa história, o nosso planeta tem sofrido grandes mudanças climáticas às quais, sem a dúvida, a humanidade deve a sua existência".

Apesar da toda a pesquisa, a origem dessas mudanças não são ainda bem entendidas, nem sequer sobre a última glaciação que terminou por volta de dez mil anos atrás, da qual, porém, persistem ainda vestígios que no momento estão desaparecendo por razões naturais ou artificiais, se tem o entendimento claro da como se dão essas transformações.

Mas uma certeza se coloca: Hoje, tal como previam os cientistas há meio século, não há dúvida de que o aquecimento global que atualmente estamos observando, se deve, até certo grau a efeitos antrópicos. Essa é a única certeza que nós podemos ter a respeito das mudanças climáticas, contudo, a grande meta do conhecimento seria agora distinguir entre esse efeito e a oscilação natural que sempre existiu na história do nosso planeta.

No entanto, objetivamente podemos dizer que a única certeza que temos sobre a questão das mudanças climáticas é que ela está sendo produzida, também, por efeitos antrópicos. Se essas palavras significavam uma advertência há 50 anos, hoje, contudo soam como uma profecia. Coloca-se, então, a problemática da urgência de se intervir sobre a questão, concitando ações em várias frentes

No entanto, não me parece plausível que apenas ameaça da catástrofes que funcionam como forças distópicas ou antiutópicas será possível se fazer frente a tais transformações. É necessário, também, que outras forças de natureza utópicas interajam com as forças de natureza distópicas a fim de que se possa, de fato, racionalmente pensar em enfrentar a questão das mudanças climáticas produzidas por efeitos antrópicos.

Para isso, então, eu vou tecer algumas considerações a partir da uma definição de política ambiental que a arquiteta e urbanista Lina Bo Bardi fazia em 1983.

Para ela uma verdadeira política ambiental, que não se construía até então, e até hoje não me parece que se tenha construído, consiste no planejamento intencional e politicamente compartilhado do futuro. Essa definição de política ambiental traz como exigência racional que, no caso específico das mudanças climáticas, é preciso que se procure intervenções que se articule na esfera política de forma compartilhada e que permitam, de alguma maneira, prever antecipadamente o futuro ou construir antecipadamente o futuro.

Como que nós podemos pensar quais são as dimensões sobre as quais essas intervenções têm que atuar? Para isso eu vou fazer uso de uma conceituação oferecida pelo geógrafo Milton Santos no ano de 2000 e também referendada pelo geógrafo Nacib Ab'Saber, ambos da Universidade de São Paulo, sobre ambiente. Ambiente para eles, como eles conceituam, é organização humana no espaço total, que compreende os fragmentos territoriais em sua totalidade. Portanto, o ambiente é sempre visto por eles, e é a maneira como eu considero que temos que vê-lo, a fim de enfrentar racionalmente a questão das mudanças climáticas, é socioambiente. Nessa caracterização é impossível separar dimensões sociais de dimensões naturais, ambiente construído de ambiente natural, artifícios de não artifícios. Isso traz para a análise que nós estamos desenvolvendo uma complexidade sistêmica extraordinária, é preciso que nele se incluam dimensões sociais, técnicas, políticas, econômicas, sociais, culturais e acima de tudo geopolíticas, porque nós estamos entendendo o ambiente como uma organização que ocupa o espaço total, o espaço total é o espaço planetário.

Então, é impossível se atuar sobre um campo específico sem que isso não esteja, de maneira sistêmica, interagindo com outro setores e outra regiões planetárias e, quando eu falo 'regiões' eu estou entendendo regiões políticas.

Torna-se necessário, então, uma busca de transformação política profunda nas condições técnicas de relação entre a humanidade e o planeta, tendo-se que alterar os critérios norteadores da inovação tecnológica, bem como os critérios de utilização das inovações colocando-se os mesmo em função de indicadores de uma sustentabilidade crescente, o que significa avaliar

as formas de interação entre os processos e produtos [soa a campainha] tecnológicos de alto poder destrutivo, derivados da aplicação de novos conhecimento e suas repercussões sobre a humanidade e a planeta, avaliar como se produz a viabilidade econômica dessas intervenções, seu subjacente grau de justiça social, sua relação com a valoração cultural das populações em questão e também sua correção ecológica. Não basta apenas considerarmos a sua correção ecológica na medida em que todas essas dimensões estão presentes indissociadamente na questão socioambiental. Isso significa produzir novas e profundas transformações no processo de socialização, levando a formação de seres humanos capazes de compreender, criticar, avaliar, intervir e transformar formas civilizatórias predatórias em novas formas, dirigidas para um ideal possível de sustentabilidade em cada momento e lugar, em todos os níveis e instâncias de decisão.

Tal constatação transfere um papel da extrema importância para a Educação Ambiental, uma vez que como já dizia [ininteligível] no início do século XX: "Educação e socialização são sinônimos". É necessário, portanto, que se implementem, tal a dimensão da problemática como ela foi configurada, redes de forma educativas que se espraiam pelo corpo social de forma a propiciar ações mitigadoras, adaptativas, preventivas e, acima de tudo, transformadoras do *status quo* socioambiental para que se possa enfrentar as questão das mudanças climáticas, que são conseqüências das mudanças socioambientais dela produtoras, derivadas de formas específicas de relação entre a humanidade, a civilização e o planeta.

Logo, as mudanças climáticas globais são expressões manifestas das mudanças socioambientais globais e, sobre isso, é que a intervenção tem que ser feita, sobre as quais uma Educação Ambiental adequada, crítica, antecipatória e transformadora, apenas esta, poderá intervir produzindo entre outras coisas aquilo que se assumo almeja, ou seja, a redução dos efeitos dos efeitos antrópicos causadores das mudanças climáticas.

Era isso. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Passemos à expositora seguinte, Sra. Miriam Dualib, Coordenadora Geral do Instituto Ecoar para a Cidadania. A senhora tem até dez minutos.

SRA. MIRIAM DUALIB: Boa tarde a todas e todos. Eu vou pedir para falar em pé. Eu vou mostrar uma pequena apresentação para os Srs. tentando colocar um pouco da posição da sociedade civil organizada do Instituto Ecoar para a Cidadania, da Associação Ecoar Florestal e do Centro Ecoar de Educação para as Sociedades Sustentáveis, que vêm trabalhando há mais de 12 anos com a questão do aquecimento global e das mudanças climáticas, muito antes deste tema ter se tornado a pauta mais emergente, mais importante no final do século XX, começo do século XXI.

Existem diversas controvérsias de caráter científico, algumas dizendo que a concentração de gases estufa no planeta está em 400 partes por milhão, outras falando em 380, variações de graus, mas o que importa, realmente, é que existe em consenso com que o aquecimento global vai gerar conseqüências ambientais cada vez mais relevantes, pondo em risco a qualidade da vida no planeta e ameaçando a sobrevivência da nossa espécie.

O aquecimento global é cumulativo complexo e abrangente. O que eu quero dizer com isso? Que as suas conseqüências vai afetar a todos em todos em todos os lugares, não importa quem emitiu e quem não emitiu. O continente africano emitiu apenas até hoje 3% do todos os gases estufa que estão na atmosfera, no entanto, deve ser um dos continentes mais brutalmente afetados pelas conseqüências.

A projeção para o aumento a temperatura do planeta acordo com o quarto relatório do IPCC está entre 1.1Cº até 6.4Cº até 2100.

E essas gases que de efeito estufa eles são – eu estou fazendo uma apresentação bastante sucinta, bastante rápida por causa do tempo – mas eles são produzidos de maneira bastante diversa, isso eu acho que tem que ficar muito claro para todo mundo, especialmente para aqueles que, como os Senadores e Deputados dessa Casa que fazem política pública. Os Estados Unidos, por exemplo, emitem 5.9 bilhões de toneladas da CO2 por ano, o que equivale a 20 toneladas de CO2 por pessoas, dez vezes mais que toda a África Subsaariana que tem o dobro da população. Um africano emite 0.9 toneladas da gases estufa per capita.

A China, é verdade, já ultrapassou os Estados Unidos, mas na verdade, a emissão de cada chinês é 1/6 da emissão de cada americano e 1/3 da emissão de cada europeu.

Eu queria mostra apenas umas fotos, muito rapidamente, para vocês, dos efeitos que já estão acontecendo das mudanças de clima, seja na subida do nível dos mares ou na intensificação dos fenômenos climáticos como os ciclones, os furações, as desertificação, a intensificação das chuvas. O Brasil, em absoluto, não está imune as essas conseqüências, alguma delas nós podemos ver muito recentemente acontecendo aqui em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, que entrou, infelizmente, para a rota dos ciclones e dos furações.

O cenário mais otimista com que se está trabalhando hoje em dia, com que cientistas de todo mundo estão trabalhando, dizem o que aumento médio da temperatura tem que ser mantida em torno 2Cº, nós não podemos permitir, a humanidade não pode permitir que a temperatura global suba mais do que 2Cº até 2050. O significa isso? Isso significa que nós vamos ter que cortar 50% de todas as emissões do planeta se nós quisermos manter essa temperatura sob controle. E eu queria trazer para vocês, eu pedi para vocês prestarem bastante atenção nesse estudo, que é o estudo de dois cientistas americanos da Universidade de Princeton que são Robert Socolow e Stephen Pacala que são, hoje, considerados os grandes especialistas na questão das emissões, das contas das emissões. Eles apresentam um estudo que diz que nós precisamos... Esta é são as emissões históricas, que nós último 50 anos cresceram muito como vocês bem podem ver essas são as previsões até 2100 mais ou menos, se nós não fizermos nada, se nós mantermos o que se chama, se convencionou chamar de *business as usual*, os negócios como temos feito até agora.

Stephen Pacala diz que para a gente poder criar um triângulo de estabilização até 2055, e fazer com que as emissões caiam significativamente, nós precisamos diminuir drasticamente essas emissões para poder manter a temperatura com alteração da até no máximo 2Cº para cima.

Para que a gente possa fazer isso, ou seja, não emitir toda essa quantidade de gases estufa, nós vamos precisar criar o que eles chamam de sete cunhas. Essas sete cunhas corresponderiam a sete gigatoneladas de carbono/ano. Nós precisamos deixar de emitir sete gigatoneladas da carbono/ano até 2050 para manter temperatura até 2Cº acima do que historicamente ela é.

Pode passar esse é mais complicado não vai dar tempo.

Eles sugerem 15 maneiras para a gente cavar cada cunha dessas. Existem 15 maneira segundo os estudos mais avançados para que a gente possa conseguir essa sete cunhas, diminuir sete gigatoneladas em nossas emissões. Essas 15 maneiras passam por mudanças dramáticas no nosso modo de produzir, de viver, de consumir, de descartar e de locomover.

Deputado Sarney, o senhor que é ambientalista e já foi Ministro do Meio Ambiente, eu vou lhe dar só um dado: Por exemplo, na questão das agricultura e das florestas, Socolow e Pacala dizem que nós precisamos transformar toda a agricultura do mundo em cultivo direto, toda ela, para que a gente possa seqüestrar os gases estufa e manter carbono no solo.

E que nós precisamos reflorestar a bagatela de 300 milhões de hectares de florestas tropicais para vocês verem o tamanho do esforço que é necessário fazer. Bom, então aqui tem depois o Ecoar, a gente está às ordens para poder discutir com vocês em outra ocasião cada uma dessas 15 maneiras. Hoje, infelizmente, não vai dar tempo.

Para falar em revolução energética, por exemplo, se falou aqui em produção de energia. Eu quero dizer para vocês que existem estudos globais, que diz que a demanda de energia mesmo atendendo a necessidade de dar acesso a energia em programas como o Luz Para Todos no Brasil, dar acesso a energia – as populações africanas que até hoje cozinham com estrume de gado. Mesmo contemplando essa necessidade, mesmo assim, eliminando o desperdício e tornando os equipamentos mais eficientes nós podemos reduzir em até 47% a necessidade de energia até 2050, diminuindo a necessidade de construirmos mais e mais e mais usinas, sejam elas termoelétricas ou mesmo hidrelétricas que têm impactos também e a gente sabe disso prática.

Eu quero dizer que o Ecoar pensa que os nossos problemas de hoje vêm de nossas soluções de ontem. Nós precisamos pensar que somos todos membros da mesma comunidade biótica e, portanto, precisamos pensar em soluções novas para esses problemas que hoje se apresentam.

Apesar desses esforços todos que precisam ser feitos a maior parte das pessoas não sabe sequer do que é nós estamos falando. A maior parte das pessoas no planeta desconhece as conexões que existe entre o modo de vida de cada um de nós e o aquecimento global. Portanto, o Ecoar tem uma proposta que acrescenta à proposta do Socolow e do Pacala, que diz que a gente antes de falar nas sete cunhas, a gente precisa falar numa cunha motriz, numa cunha que possibilite todas as outras, que é a cunha da educação.

Somente através de um programa imenso global, local global, no âmbito das comunidades no âmbito das grandes comunidades internacionais, nós podemos começar a fazer um trabalho de mobilização, de sensibilização, de transmissão de conhecimento, de construção conjunta de soluções e para isso, para que a gente possa enfrentar e vencer os dramáticos desafios que estão colocados.

Somente os quatro centros de poder do mundo juntos, sociedade civil organizada, Governo, mídia e empresa, podem fomentar a mudança necessária no paradigma civilizatório. Essa Cunha que às vezes a gente chama de cunha motriz, às vezes, a gente chama de oitava cunha, ela perpassa e possibilitada todas as outras e muitas outras soluções que se apresentem.

Então nós estamos Srs., convencidos de que nós precisamos democratizar esse conhecimento sobre aquecimento global. Nós precisamos educar para as mudanças climáticas, isso não é mais uma questão de querer é uma questão de direitos humanos é uma questão da ética. Não é possível que a vida das pessoas possam ser afetada tão dramaticamente, especialmente a vida dos mais pobres nos países mais pobres e, essa discussão fique restrita a academias, a ONU, a governos e, não seja feito um grande debate com a população global.

Nós vamos precisar pensar também, urgentemente, em como adaptar nossas estruturas físicas, como é que nós vamos adaptar as nossas cidades, como é que nós vamos preparar enchentes, como é que nós vamos mudar o nosso modo de produção, para nos adaptar a essas novas e desconhecidas condições climáticas. Então, nós precisamos convocar a sociedade a compreender esse contexto, estimular e exercer ativamente a cidadania planetária, exigindo e construindo alternativas de solução.

Eu quero convocar aqui os líderes dessa Casa, os senhores políticos brasileiros a adotar o quanto antes medidas políticas efetivas, para evitar os piores impactos das mudanças climáticas no planeta e em nosso País. Essas medidas passam necessariamente por investimento em energias renováveis, mudança de hábito de consumo, adoção de programas de eficiência energética etc e etc. E como nós já vimos, todo esse processo passa por um processo de educação.

O adensamento do efeito estufa provoca o aquecimento global que muda o clima, que compromete a qualidade de vida, que ameaça a teia da vida. Isto tudo está sendo tratado aqui, por governos, academias, pela diplomacia. A sociedade global está à margem desse processo. Com um grande programa de educação ambiental a gente pode estimular o exercício da cidadania planetária, mitigar emissões pela mudança de comportamento e fazer um grande programa de adaptabilidade ás novas condições climáticas.

Meu tempo já estourou eu não vou falar mais, depois a gente pode disponibilizar para vocês. Muito obrigada. [Palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito bem, obrigado a todos os expositores e as expositoras. Eu acho que foi muito produtivo a nossa reunião, agora, está sendo, não acabou.

Nós vamos agora passar a segunda etapa. Imediatamente eu passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, para que faça a sua intervenção, evidentemente, se dirigindo àquelas pessoas já que quer fazer seus questionamentos.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Muito obrigado, senhor Presidente. Eu acho que essa, talvez, seja uma das mais importantes audiências dessa Comissão. Nós já trouxemos aqui vários especialistas que fazem diagnóstico e que oferecem um conjunto de informações sobre o objeto dessa Comissão. Mas eu acho que não resta dúvida que o nosso grande desafio é conhecer e mudar essa realidade a partir do conhecimento que temos.

Então a minha primeira pergunta aos expositores aqui, que hoje falam sobre um programa de educação ambiental é: se existe no plano do Ministério do Meio Ambiente ou do Ministério da Educação, uma avaliação do que tem sido as informações sobre educação ambiental? O que é que efetivamente a sociedade se apropriou e se sensibilizou? Evidente que por pesquisas nós sabemos que esse tema tem crescido de informação e tem tido uma crescente, digamos assim, adesão das pessoas para compreender ou se apropriar dessa informação da questão ambiental, mas nós deveremos ter alguns indicadores do que está sendo essa apropriação dessas informações.

Nós temos que avaliar a qualidade de vida das nossas cidades, por exemplo, até a própria qualidade do lixo que está sendo gerado, a partir de uma sociedade que toma informações sobre assunto como esse. Eu quero crer que nós temos... A impressão que eu tenho e pode ser uma impressão falsa, é que nós temos poucos resultados nesta área. Eu gostaria de saber se efetivamente há informações sobre um assunto como esse com poucos resultados nessa área? Eu gostaria de saber se efetivamente isso é verdade, ou se nós já avançamos na construção de um conhecimento da consolidação de uma base de educação ambiental no nosso sistema educacional e na sociedade?

A outra preocupação em relação ao que foi dito que era objeto da fala da Dra. Eda. Os estudos que falam de propagação do pânico tem dado indicativos de informações que surgem e, como se comporta as populações em relação a acontecimentos geradores de pânico. Nós não estamos diante de uma situação de pânico, mas de preocupação, quer dizer, o que se pode falar em termos da Psicologia, da preocupação sobre a questão ambiental?

Existe algum indicativo da possibilidade de mudança de comportamento a partir da propagação da preocupação ou de adquirir esse receio da realidade e a transferência da informação, da redução da incerteza científica para as ações que cada tem que fazer do agir local, pensar global e agir global, também, que hoje na verdade é isso que nós estamos vivendo.

E por último, o foi feito na última fala em que se colocou quatro segmentos que teriam uma responsabili-

dade sobre isso: A sociedade civil, os governos, a mídia e as empresas, separando a sociedade das empresas e da mídia. Eu me preocupo com uma certa sacralização da mídia, porque a mídia faz parte queiramos ou não de uma estrutura. A gente tem crescentemente dissociado a mídia da sociedade ou apartado ela da sociedade. Isso preocupa e começa a dar um estatus à mídia, que seguramente não é bom para a sociedade democrática. A mídia tem que estar crescentemente situada no contexto de uma sociedade democrática e da compreensão do seu papel e não como um ente à parte da sociedade.

Eu fico por aqui. Eu quero parabenizar as intervenções e dizer que considero sem sombra de dúvidas, o tema aqui trazido como um dos mais importantes das palestras que nós tratamos nessa Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, nobre Deputado. Eu passo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PMDB-BA): Sr. Presidente, Srªs. e Srs., a todos que comparecem a essa audiência, eu vou pegar exatamente o último tema que é a responsabilidade que nos é de direito e de dever nesse momento até porque eleitos fomos para isso.

Deputado Sarney, nós estamos discutindo orçamento, os Estados estão discutindo orçamento, os Municípios estão discutindo orçamento. E nós poderemos, eu acho, a partir de uma análise dessa Comissão fazer uma sugestão da discussão do que é em termos de orçamento público o que é que pode reduzir, o que podemos estimular no orçamento público aumentos de emissões e, o que podemos diminuir com o próprio orçamento público.

Eu acho que é necessário que nós façamos uma parte nossa – e está em discussão agora talvez se nós pudéssemos e – nós temos acesso para que essa discussão possa acontecer – para que determinados tipos de investimentos e outros dos orçamentos público federal, estaduais e municipais, porque não dá para poder fazer apenas uma decisão puramente aqui; para que nós possamos ter um orçamento que possa ter na preocupação ecológica, a redução do que possa estimular a emissão ou ao contrário, fazermos também ações que possam ajudar nesse trabalho.

Como foi colocado ali, a discussão com relação aos entes públicos e nesse aspecto o orçamento público, talvez seja o que tem mais força e mais poder para que possamos determinar investimentos nessa área possamos de alguma forma usar a partir de ações neste momento legislativas propiciar determinados níveis – se não for redução pelo menos de estimular determinados níveis de ação.

Essas áreas de articulação entre a cidadania ambiental, essas áreas todas que eu ouvi aqui são extremamente necessárias, são necessárias, são eficientes, são elas que precisam ter e terão a partir dos conhecimentos nas escolas dos estudantes, mas é preciso que nós entendamos que esse tipo de ação, além da preparação é despraticado a cada dia por cada um de nós; vejam naquela questão do Prêmio Nobel, quando se fala no Prêmio Nobel não é a geleira, quando aquilo é mostrado no cinema e na televisão daquela geleira que desapareceu.

O Al Gore é na realidade – como costuma ser com os americanos o herói– é o herói não sei de quê? É o herói da denúncia? Não é apenas. Eu acho que nós podemos cumprimentá-lo até pelo Instituto, mas não a personificação. O que é de difícil o que foi bom que ele fez, foi mostrar mundialmente uma realidade que nós pouco estávamos a par dela. Simplesmente o Al Gore, agora, virou uma personalidade mundial, importante, como se ele carregasse atrás dele todo o movimento ambientalista.

Eu acho importante a sua ação, mas necessariamente não vamos transformar tudo nos heróis permanentes, que acabam absorvendo ações que são ações extremamente necessárias e àquelas que nós precisamos fazer nós mesmos a cada dia.

A Professora Tassara, também, trouxe um assunto muito importante. Eu acho que muito do que nós estamos fazendo hoje se deve ao nosso tipo de educação, da forma como nós fomos criados, a maneira que nós o tempo inteiro produzimos hoje os efeitos é isto que nós estamos vendo. Essa mudança tem que ser uma mudança também que passa e hiperpassa pelas ações que temos que fazer e temos que fazer a cada dia.

E por fim, a Coordenadora do Instituto Ecoar, mostra de uma forma eu acho bem direta, também bem importante às ações que nós podemos desenvolver a cada dia. Eu não vou fazer perguntas, ao contrário, apenas nos chamar a atenção à nossa responsabilidade, Deputado Sarney, do que nós podemos fazer agora e, nesse momento no que diz respeito a um instrumento que está sendo construído e que pode ser adiante modificado para que ele possa ser melhorado, também, com esse destino. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Bem, o Deputado Praciano com a palavra, último Parlamentar inscrito.

Nós vamos logo após os comentários dos palestrantes, vamos abrir para as pessoas aqui presentes, para que no prazo de até um minuto possa fazer suas questões.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Deputado Sarney, só antes que o Deputado Praciano fale é que nós estamos completando o quorum na Câmara, eu sou Vice-Líder do PMDB e peço licença, porque eu vou ter que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Pois, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Está tudo sendo gravado, vai tudo depois ser publicado e, vai ser tudo também passado na TV Senado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é importante que nós tenhamos esse documento aqui que eles são--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Vamos ter sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): A Comissão de praxe já está elaborando esses documentos. Deputado Praciano.

DEPUTADO PRACIANO (PT-AM): Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria de complementar o que o Deputado Colbert, se não me engano, acaba de se referir ao orçamento. Eu de forma pragmática sempre lembro disso: O discurso tem que ser transformado em plano e esse plano só se executa com orçamento.

A primeira pergunta que eu faço principalmente aos que estão representando aqui o Governo, se o orçamento 2008, 2009, 2010, já está contemplando os programas, as ações todas elogiáveis que V.Sªs., acabam de apresentar, ou seja, estamos no rumo da execução? E ao mesmo tempo nessa linha de orçamento, eu gostaria de informar aqui ao companheiro, Deputado Federal que se dedica a essa causa de forma brilhante, de forma contínua, continuada Deputado Sarney Filho, que nós protocolamos na Mesa do Congresso a formação de uma Comissão Especial Mista, Senadores e Deputados Federais, com o objetivo de a gente tratar do orçamento especial para a Amazônia, por que eu estou focando a Amazônia aqui?

A questão climática não diz respeito tão somente a Amazônia, primeiro que eu sou Deputado Federal da região, Estado do Amazonas e, segundo, que a colaboração da Amazônia principalmente em relação às queimadas, aos desmatamentos é significativo nessa análise climática que se faz do aquecimento. Então, gostaria de pedir o vosso apoio, o apoio da Frente para que o Senado, depois dessa tempestade que ainda assola o nosso pobre Senado, a gente possa ter a chance de ter a criação de uma Comissão Especial para tratar de uma região especial, ou seja, um orçamento real e realista do tamanho da Amazônia.

A minha segunda parte aqui, vou me deter à oitava cunha, a cunha mestre, a que se referiu a Srª. Miriam Dualibe é a questão da educação. Bem, objetivamente, sabemos que uma educação moderna e não sou nenhum especialista nisso, ela objetiva não somente colocar na sociedade ou no mercado técnico, o grande químico, o grande matemático, o grande engenheiro, mas ela tem que ter um objetivo talvez até que se sobreponha ao primeiro, o objetivo de colocar cidadãos na sociedade esse é um grande motivo da escola.

E eu vou dar um exemplo do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, já há mais de dez anos já está grandinho, muitas conferências, muitas discussões com a sociedade, resultado de uma intercomunicação grande entre o Poder Público, ONGs, sociedade civil organizada, resultou, criou algo belíssimo chamado Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele já está grandinho, às vezes, até um tanto esquecido, mas os nossos Governos Municipais, Federais e Estaduais não conseguiram colocar nas bibliotecas dos colégios o ECA.

Não conseguimos fazer com que todos os professores de Matemática, de Física, de Química, de forma transversal colocasse o ECA na pauta, na grade, no currículo, na pajela do professor. A minha pergunta é a mesma quando se trata de meio ambiente: O que o Governo faz de fato, depois desse brilhante trabalho que fazem os Srs., e seus assessores e muita gente da cidade, como disse aqui a Dra. Dualibe, depois de criar tudo isso? Um belo de um material, pesquisa, reunir dados, fatos suficientes para sensibilizar e educar, eu quero saber quando é que vai chegar e como vai chegar na pajela do estudante?

Eu sei que a gente precisa universalizar essa educação, na escola, nos sindicatos em todos os segmentos como foi dito aqui pelo companheiro Sorrentino, a educação tem que ser generalizada, mas eu priorizo um segmento especial chamado estudante. Eu quero saber dos senhores o que o orçamento de 2008, 2009 e 2010 dos próximos quatro anos, pelo menos está contemplando para que o estudante tenha acesso a todo esse material que a gente promova educação na escola, continuamente, constante, não só eventualmente.

Hoje os temas transversais, encerrando, Sr. Presidente, nas escolas embora seja uma necessidade, uma determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas está dependendo da boa vontade de um professor ou de um diretor. Se essa escola não tiver diretores ou professores que como um exercício de cidadania, se digne a colocar diariamente a questão da cidadania

no meio ambiente e outros temas – eu estou falando só do meio ambiente na sala de aula – paciência, a gente vai demorar muito em avançar isso.

A minha pergunta é efetiva e objetivamente: o que se tem já para chegar na pajela do professor e um professor despreparado que precisa ser qualificado ainda, para que chegue ao estudante. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Deputado Praciano. Bem, antes de passar a palavra para as pessoas aqui presentes, os nossos convidados, eu também gostaria de fazer algumas perguntas, inclusive no mesmo sentido do Deputado Praciano.

Eu sou o autor formal do substitutivo que gerou a Lei de Educação Ambiental, eu era Presidente da Comissão do Meio Ambiente e avoquei para a Presidência a relatoria desse projeto e passamos um ano discutindo o projeto. Não foi um ano perdido foi um ano de muito proveito, ouvimos universidades, especialistas, sociedade civil e fizemos um projeto. Esse projeto se transformou em lei, a Lei de Educação Ambiental 9795/99 e, esta lei, depois foi regulamentada três anos depois por um Decreto 4281.

A minha pergunta é bem objetiva aqui. A Dra. Raquel e a Srª., Miriam, a Miriam que é do Ministério do Meio Ambiente? Não, é o Marcos. E ao Dr. Marcos: O que falta para que essa transversalidade, para que a executabilidade dessa lei ela se reforce? Não seria o caso de já nos livros didáticos que o Ministério baliza nas matérias já virem com esse conteúdo? Isso seria de um avanço tremendo.

É lógico, essa coisa não vem desde esse Governo, vem desde o Governo... Eu fui Ministro do Meio Ambiente cobrei do Ministério da Educação, também, na época em que eu fui Ministro e chegamos a fazer muita coisa para que pudéssemos implantar essa educação ambiental, conforme o dispositivo legal e conforme a regulamentação, até hoje me parece que não aconteceu.

Então eu gostaria de saber, primeiro, como anda isso? Segundo. O que falta para gente fazer acontecer? Porque qualificação de professores, isso não é uma coisa objetivamente difícil de fazer. E foi feito. Foi feito ao longo desses últimos anos muita qualificação de professores. O que me parece que está faltando na realidade é vontade política do conjunto do Governo de resolver o problema.

Eu estive lendo algumas considerações, muita coisa vem sendo feita e muito conteúdo já foi adquirido no que diz respeito a isso, no entanto, eu acho que falta agora a gente focar na executabilidade da lei, a gente focar realmente naquilo que é importante. As crianças segundo uma imagem, quando forem aprender o que é um rio, na matéria que diz o que é um rio, já diz que se desmatar a cabeceira do rio as matas ciliares do rio, esse rio pode assorear, isso pode... Coisas dessa natureza, quando souber que o Brasil... História: O Brasil é Brasil por quê? Porque tirou-se de uma madeira pau-brasil que hoje já não existe mais na Mata Atlântica, entendeu?

Eu penso que as coisas deveriam ter sido feitas assim, deveriam ser feitas assim e nós estamos passando do tempo. Evidente que eu não responsabilizo objetivamente ninguém, mas o conjunto da sociedade também tem sua participação nisso. Por outro lado, eu vejo que até hoje ainda temos algumas dúvidas no que diz respeito a essa lei.

O que ficou claro foi que a definição clara do comando da política em todo o País, não está clarificada. Então, eu pergunto também e, queremos receber sugestão: Seria o caso de a gente apresentar emendas a essa lei? Seria o caso de a gente apresentar uma sugestão ao Ministério da Educação? Nós ficamos aqui à disposição de vocês também.

Outra coisa importante, nós estamos agora na fase de emendas ao Plano Plurianual. O Plano Plurianual é como se fosse um balizamento das execuções orçamentárias ano a ano: é importante. Há por parte do Executivo, do Ministério do Meio Ambiente ou do Ministério da Educação, recursos, programas, alocações previstas dentro do Plano Plurianual, dentro da Lei de Orçamento?

Eu sei que algumas questões aqui podem ser muito técnicas e não exijo, para mim não interessa se a resposta for dada agora ou for dada amanhã ou até a semana que vem, mas as sugestões sim, de Plano Plurianual, no caso de precisarmos de emenda nós temos uma certa pressa. Agora, a resposta a esse tipo de coisa, quem não tiver os dados aqui e quiser mandar depois não vai ter problema, vai ser tudo anexado isso é para gente trabalhar, aqui nós queremos é crescer, tentar resolver.

Então, agregadas às perguntas que já foram feitas, nós passamos agora aos palestrantes. Eu só pediria muita objetividade nas respostas, eu não sei na realidade a querem foram feitas. Eu fiz as duas especificamente, mas eu não sei o Deputado Fernando Ferro, a quem se dirigiu mais especificamente... A quem quiser responder, a quem se habilitar.

Então, está aberta a palavra aos membros da Mesa, se quiserem a... Pois, não.

SRA. MIRIAM DUALIBE: Como a minha resposta é muito curtinha, eu quero pedir a prerrogativa de falar primeiro.

Bom, eu queria dizer aos Srs., que, em primeiro lugar eu acho que a imprensa tem um papel, a mídia tem um papel extraordinário na questão ambiental. O Brasil pela segunda vez numa pesquisa feita recentemente, aparece nessa segunda pesquisa, como o segundo País do mundo mais preocupado com o aquecimento global, só perdendo para a Tailândia por conta, obviamente, de todos os desastres que tem acontecido por lá.

Eu acho que isso tem muito a ver com a divulgação que foi feita do relatório do IPCC e, também com a grande força que o filme do Al Gore deu – também eu acho que o Al Gore é apenas uma porta voz disso tudo, está personalizando isso tudo, mas, enfim, ele democratizou e tornou esse conhecimento mais palatável, embora mais superficial. Então acho que a mídia tem um papel muito, muito, muito importante, no sentido de nos ajudar a pelo menos pautar essa questão para a maioria das pessoas.

Eu queria dizer que eu acho que o orçamento tem um peso, pode ter um peso extraordinário na diminuição, na redução das emissões, por exemplo, nas compras governamentais. O maior, o grande 70% das emissões brasileiras – 70% das emissões brasileiras – de gases estufa advém do desmatamento e das queimadas, os outros 30% é que são queima de combustível fóssil, a grande maioria por conta da frota dos veículos, da frota veicular nas grandes cidades, porque a nossa fonte energética é hidráulica e emite menos.

Então, eu acho que um grande passo seria que os Governos e todas as esferas de Governo, definitivamente, não aceitarem comprar nada que não tenha certificação de origem de madeira. É um atraso, nós ainda não termos isso em todas as esferas do Governo Brasileiro. Existe um esforço extraordinário, eu sei, do Ministério de evitar o desmatamento e este seria um grande passo, grande parte da madeira é comercializada no Brasil.

Então, eu acho que seria muito importante Deputado Sarney, o Sr., que é um ambientalista histórico o qual eu manifesto o respeito da minha Instituição, levar esta proposta ao Governo Federal e aos Governos Estaduais. A cidade de São Paulo já instituiu isso, num esforço grande do movimento ambientalista que foi atendido, então, eu acho que isso é uma das medidas que podem ser feitas.

Outras, por exemplo, seria tirar ou começar a fazer uma campanha muito grande, para que a população brasileira comece a substituir o chuveiro elétrico para aquecimento de água, qualquer aquecedor solar pode fazer isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado. Só para informação, nós temos um projeto de lei que trata justamente disso é de minha autoria e ele já foi aprovado, inclusive, na Comissão de Meio Ambiente.

Bem, a palavra continua em aberto. Dra. Raquel.

SRA. RAQUEL TRAJBER: Bom, eu tenho muito pouco tempo para responder, então, eu gostaria de iniciar dizendo que nós fizemos uma pesquisa, Deputado Ferro, que nós percebemos que pelo senso do INEP, 96% das escolas dizem que fazem educação ambiental. Isso cresceu assim significativamente de 2001 a 2004, que a gente considera que é a universalização da educação ambiental nas escolas.

E nós nos preocupamos exatamente com a qualidade que a educação ambiental é feita – nós fizemos e já temos essa publicação que é eu vou mandar para vocês, que se chama: O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental? Com cinco universidades federais do País e em 11 Estados, os resultados são bastante interessantes e nós construímos, também, alguns indicadores de resultados e indicadores de impacto.

E por isso eu vou entregar para o Sr., uma publicação que nós fizemos que se chama Educação Ambiental Aprendiz de Sustentabilidade, que traz todas essas pesquisas que nós temos feito. Eu entendo essa ansiedade que nós sentimos, também, por que todo mundo não fala a partir do meio ambiente? Uma educação ambiental que seja realmente introjetada nas pessoas, as pessoas comecem a perceber a relação delas com o meio ambiente. Eu entendo e eu passo pela mesma situação.

Nós questionamos inclusive com a educação ambiental, nós temos essa possibilidade, que é a função social da escola: Para que a escola serve? Em geral ela traz conhecimentos de uma forma de reprodução desses conhecimentos da sociedade. Nós achamos que com a educação ambiental eles podem ser absolutamente transformadores e que a função social da escola é propor uma nova sociedade. E para isso, nós precisamos construir esses conhecimentos e nós estamos fazendo isso, naquela visão sistêmica que eu mostrei anteriormente para vocês em que as escolas acabam entrando de algumas formas ou de outras.

A questão do ECA e é bem interessante porque o ECA estava em todos os livros didáticos, na terceira capa de todos os livros didáticos do País até 2006. A partir de 2006, 2007, agora, está a carta de responsabilidade das crianças na questão ambiental.

E é interessante isso porque como é que se trabalha essas questões todas e as informações e, a produção de conhecimento e de saberes que a educação ambiental possibilita que são saberes tradicionais junto

com a Ciência, junto com a questão da Filosofia, da Ética e das políticas, ambientais, também, tudo isso precisa entrar na escola e a escola não está muito preparada para receber esse tipo de informação.

Nós estamos trabalhando nas diretrizes curriculares nacionais, agora, junto ao Conselho Nacional de Educação e nós estamos propondo ações bastante fortes para todos os níveis de ensino e para todas as modalidades de ensino, inclusive, na inserção em concursos e nos livros didáticos e a formação inicial de professores.

Educação ambiental não é pela lei e nem deve ser uma disciplina, mas ela deve perpassar a visão de mundo das pessoas e todas as disciplinas. E isso dá para fazer se a gente trabalhar na formação inicial de professores em todas as licenciaturas, em todos os bacharelados e nos livros didáticos, que é o que nós estamos colocando nas diretrizes curriculares para a educação ambiental perpassar.

Só mais uma coisinha, com relação ao orçamento. Orçamento no MEC até 2003 não existia para a educação ambiental, em 2004 foi alocado um milhão de reais que nós transformamos, em 2004 mesmo, em três milhões de reais. Em 2005, foram alocados três milhões e meio de reais, nós transformamos em seis milhões. Em 2006, foram alocados três milhões e meio de reais de novo e, nós transformamos em sete milhões de reais.

Agora, em 2007, com essa nova resolução que nós estamos trabalhando e, com a formação de professores nós vamos chegar até 50 milhões de reais. São 50 milhões de reais que foram disponibilizados para gente trabalhar com os Municípios e com os Estados na educação integral, contratando monitores no contraturno da escola para trabalhar esse material para conferência no primeiro semestre e o material de COMVIDAS no segundo semestre.

Eu vou entregar para vocês aqui, era para o Deputado Casa Grande esses materiais, que é "COMVIDA o Consumo Sustentável", eu prometo que mando para vocês, assim que ficar pronto, o documento da conferência que vocês vão ver que primor que está saindo e, que todas as escolas deveriam trabalhar com suas comunidades com esse material. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Deputado Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, eu queria pedir desculpas aos palestrantes que eu fui chamado a Plenário, agora, eu não vou poder assistir as respostas, mas gostaria de ter acesso posteriormente, porque fiquei preocupado e gostaria de ter essa resposta.

E, por último só dizer que uma iniciativa que nós tomamos na Câmara dos Deputados, através de um Projeto de Resolução na Câmara, procurar dar o estatus à Comissão de Meio Ambiente da Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, que todos os projetos de lei sejam de alguma maneira apreciados também na Comissão de Meio Ambiente, para que ela possa ser responsável para dar uma opinião sobre tudo que se legisla no País. Muito obrigado.

SR. HAMILTON PEREIRA: Deputado Sarney, eu queria fazer só um comentário bastante objetivo e bastante rápido, para que a gente possa ir chegando aqui ao final do nosso diálogo.

Eu queria saudando o companheiro Ferro que tem que cumprir sua obrigação no Plenário, recuperar rapidamente aquilo que eu dizia na minha primeira fala aqui, o melhor caminho para gente enfrentar os tremendos desafios que temos que enfrentar é evitar cair na armadilha da ilusão dos consensos. A sociedade brasileira é complexa, responde a interesses extremamente contraditórios, portanto, é preciso identificá-los e tratá-los democraticamente. Dessa maneira eu creio, nós produziremos resoluções equacionamentos e políticas públicas mais duradouras.

Segundo. Eu acho que a gente pode e deve trabalhar no sentido de jogar na mesa do debate, esse projeto de desenvolvimento nacional que hoje o País debate. É preciso passar, como disse o Ferro aqui, pelo filtro da sociedade, pelos diversos mecanismos, seja nos Parlamentos, seja fora dos Parlamentos, seja nos sindicatos, enfim. Por quê? Porque vejam só, nós produzimos uma impressionante mobilização popular no primeiro e segundo ano de Governo 2003 e 2004 em torno do PAS, Programa Amazônia Sustentável.

Hoje o PAS está emparedado por dois outros programas que é o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento de um lado e o Projeto de Controle do Desmatamento do outro lado, ou seja, nós não podemos cair no discurso hipócrita do desmatamento zero, sem oferecer alternativas concretas para a exploração da floresta em pé de maneira integradora das populações, porque senão nós estamos com um discurso que não busca solução [soa a campainha].

Em terceiro lugar nós precisamos traduzir como disse o Deputado Praciano, os desejos em orçamentos, então, nós estamos no momento certo de fazer esse debate para ampliar por quê? Os orçamentos cresceram mas são insuficientes, agora, mais do que fazer a discussão sobre a insuficiência dos orçamentos que é necessária, é necessário também cobrar do

Executivo, a capacidade de execução orçamentária que o Governo apresenta.

Portanto, quer dizer, é necessário o desenvolvimento dos diretamente interessados nas questões, porque são eles que resolvem os problemas; ao Governo cabe a tarefa de induzir os processos, mas quem resolve os problemas é a cidadania, naturalmente, quando o Governo apresenta as possibilidades de participação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito bem. Eu passo a palavra ao Dr. Marcos Sorrentino.

SR. MARCOS SORRENTINO: Respondendo diretamente ao Deputado Sarney, na questão: O que precisa para efetivar? A primeira carência, a primeira necessidade é a da compreensão – e respondo, com isso também, ao Deputado Ferro e ao Deputado Praciano – que a primeira carência é a compreensão de que educação ambiental não se faz só com informação, mas ela se faz com ação, com atitude, com mudança de valores, comportamentos, com participação principalmente. A compreensão também de que educação ambiental, que se joga a responsabilidade pela educação ambiental nas costas dos professores e dos estudantes.

A gente tem que saber com absoluta clareza que só conseguiremos que estudantes e professores contribuam para essa jornada de transformação da sociedade, se eles tiveram em toda a sociedade o apoio educador continuado permanente. O Deputado apontou com muita clareza, com muita lucidez, a questão e como não se joga, não se permite que o professor [soa a campainha] Tenha na sua pajela as condições de permanentemente atuar pela educação ambiental.

Então, para que isso seja possível é necessário que nós tenhamos um Sistema Nacional de Educação Ambiental, como um subsistema do Sistema Nacional de Meio Ambiente, do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, do campo da Educação, um Sistema Nacional de Educação Ambiental articulado. Ele não vem para ser mais um sistema, ele vem para ser um sistema que dialoga com todos os sistemas isso é necessário que tenha visibilidade e que toda a sociedade desde o estudante, do professor na escola até a associação de moradores saiba a quem recorrer, como buscar acesso a mais informações, a qualificação da sua ação cidadã, pela questão ambiental planetária ou local etc.

Para isso ocorrer no Sistema Nacional que nós estamos colocando em pauta que nós viemos construindo ao longo desses quatro anos é necessário que nós tenhamos uma estrutura capilar que dê guarida, que apóie os professores mobilizados, as crianças mobilizadas, as associações de moradores etc.

Quando nós falamos em coletivos educadores disseminados pela sociedade, a gente tem trabalhado com uma projeção de um coletivo educador em cada base territorial de 600 mil habitantes e a população do Pantanal, falou: “Mas escuta isso é número de burocrata de Brasília, porque aqui no Pantanal é diferente”, certamente na Amazônia é diferente.

Então em cada base territorial, a população local tem definido o coletivo educador que elabora projetos políticos pedagógicos que olham para a educação ambiental, não mais de forma espasmódica, pontual, mas olham para a educação ambiental como um projeto político pedagógico da região. Que não jogue nas costas do professor e dos estudantes toda a responsabilidade por transformar a sociedade, mas que coloque como que as ONGs do local contribuem? Como que as universidades do local contribuem? Como que as associações de moradores, os sindicatos, a EMBRAPA local, a EMATER etc e etc, contribuem nesse mesmo projeto político pedagógico.

Hoje mais claro do que nunca não haverá educação ambiental que faça frente às mudanças climáticas, se ela não for planejada e sinergizada entre os diversos atores de cada base territorial. E é nessa perspectiva que a política pública tem sido constituída e que a lei da Política Nacional que o Deputado Sarney colocou – que é um grande avanço diga-se de passagem – mas que ela não contemplava em 99 e nem na sua regulamentação em 2002, ainda, porque ainda não havia essa experiência de quatro anos de implementação da lei, que nos permite hoje visualizar algumas lacunas que tem nela e que a gente atende.

Vamos atender com muita satisfação ao apelo do Deputado Sarney, vamos trazer propostas de aprimoramento e de melhoria não só no texto na lei, mas também nas peças orçamentárias, porque inequivocamente o recurso destinado a área ambiental e especificamente a área de educação ambiental é pífio, é muito pequeno. A gente sabe que o recurso na área de meio ambiente no contexto de toda a Esplanada dos Ministérios é pequeno e o de que educação ambiental, não chega a 1% do recurso de meio ambiente.

Há dois anos atrás nós fizemos uma projeção orçamentária para dar conta da implantação do Sistema Nacional da Educação Ambiental, como ele vem sendo delineado nós precisaríamos de um recurso anual de 50 milhões de reais. Os nossos recursos têm sido ano a ano ampliados, diminuído um pouco, mas tem girado em torno de três milhões de reais. Então, dá para se ver a dificuldade que é para implementar um programa que responda ao tamanho desse desafio.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado. Nós vamos passar, agora, a participação dos senhores que estão... Então, a Professora Dra. Eda Tassara, vai usar da palavra.

SRA. EDA TASSARA: Embora, o Deputado Ferro não esteja aqui, ele me fez uma pergunta a respeito do como se poderia interpretar esse jogo de forças antiutópicas e utópicas na mobilização das pessoas em torno da questão ambiental. Essa é uma pergunta extremamente complexa, porque não há ainda um conhecimento da área da Psicologia como ele sugeriu, principalmente, na área em que atuo que é a Psicologia Sócio Ambiental, que possa afirmar com certeza absoluta, qual o papel que as forças distópicas, essas forças prenunciadoras de catástrofes, possam vir a ter sobre a mobilização das pessoas.

Eu pessoalmente, não acredito que seja possível fazer em face de uma problemática de tal amplitude apenas mobilizadas por forças distópicas, antiutópicas, porque é absolutamente paralisante se você não levar a compreensão, do papel [soa a campainha] que cada um pode vir a ter na própria produção das mudanças frente à situação que se coloca aqui em discussão.

Então, as forças utópicas são por isso que eu valorizo profundamente esse Programa de Política Pública do Coletivo Educador, eu acho que elas vêm justamente da possibilidade de compreensão de que existe um papel para cada um na luta que se apresenta a toda a civilização. E, que esse papel é justamente a possibilidade de expressão da subjetividade na própria produção política.

Então, o programa coletivo educador eu acho que ele abre, articulando a planificação técnica com a participação popular ele abre a possibilidade de se enfrentar o dilema famoso da democracia representativa e da democracia popular direta, porque ela coloca a planificação estratégica dos setores organizados da sociedade na direção de uma articulação com a participação popular.

E, nesse sentido ele pode produzir forças motivacionais utópicas, na busca de uma representatividade cada vez maior das pessoas na própria organização da vida social, na definição do que seria essa nova busca civilizatória que foram colocadas aqui pela Raquel e pela Miriam. Então, eu acredito que as forças distópicas não são suficientes para produzir esse nível de mudança, mesmo porque elas implicam na necessária compreensão dos determinantes causais da crise ambiental.

Então, essa determinação joga a possibilidade de que as forças motivacionais utópicas venham a se construir justamente na questão da democracia crescente, que pode ser implementada através das ações de participação nas decisões de mudanças civilizatórias globais.

Agora, não posso responder à pergunta, no sentido de um conhecimento objetivo, porque a Psicologia da Emergência das Catástrofes [soa a campainha] Dos Desastres, ela se inicia, agora, como uma área nova que está buscando compreender essas forças.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Muito obrigado, Professora. A Assessoria nos diz que nenhum dos presentes aqui se inscreveu para fazer perguntas. Então, eu quero agradecer a presença do Sr. Milton Pereira, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Professor Dr. Marcos Sorrentino, Diretor da Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a Dra. Raquel Trajber, Coordenadora Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação, a Dra. Eda Tassara, Coordenadora do Laboratório de Psicologia da Universidade de São Paulo e Srª., Miriam Dualibe, Coordenadora Geral do Instituto Ecoar.

Gostaria de agradecer a todos os presentes, frisar bem, rapidamente, antes de encerrar, porque foi levantada essa questão sobre desmatamento zero. Eu já havia lido uma nota do nosso Partido a favor, não é de hoje, há três anos nós pedimos do desmatamento zero. Entendemos que assim como em determinado momento da História do Brasil, foi necessário que se criasse a qualquer custo unidades de conservação, porque nós estávamos num enfrentamento; senão criássemos em determinadas áreas esses biomas iam se acabar ou iam ficar definitivamente afetados, assim também está a Amazônia.

Enquanto o zoneamento ecológico econômico da região sob metodologia unificada patrocinada pelo Governo Federal, com todas as participações que um zoneamento legítimo, democrático, ecológico econômico exige, enquanto ele não for realizado a nossa posição é firme: Que por lei pela vertente do comando e controle se declare desmatamento zero na Amazônia de agora em diante. Eu acho extremamente necessário, extremamente pedagógico, o Governador do Estado do Amazonas já declarou no seu Estado.

Acho que as condições políticas estão criadas e cabe à sociedade, ao conjunto dos Governos Estaduais, Municipais e Federal, tomarem essa decisão, sábia decisão, necessária decisão.

Bem, é lógico que a SBPC também aprovou em seu Congresso há dois anos atrás, o desmatamento zero para a Amazônia, portanto, eu acho o que bioma Amazônia presta serviços ambientais ao mundo, serviços ambientais na qualidade da água, na qualidade do ar, do solo, influencia no regime de chuvas

em distantes regiões e é um dos ares-condicionados do mundo mais importantes.

Portanto, é lógico que o fato da gente lutar pelo desmatamento zero, não quer dizer que está se lutando pelo engessamento da Região Amazônica. Nós temos que viabilizar alternativas de desenvolvimento sustentável que incorpore a singularidade daquele bioma. E é dentro dessa perspectiva que eu acho importante nós darmos um freio de arrumação.

Pois não, Deputado Praciano.

DEPUTADO PRACIANO (PT-AM): Só para colaborar. Eu acho que V. Exª tem razão. O que não dá, eu me incômodo bastante em ver o Governo – e eu sou só Governo, sou do PT inclusive – medir a sua performance nessa área, pela redução em relação ao ano anterior. Ou seja, é uma meta agradável, dizer que: "Esse ano, que beleza, a redução diminuiu 20% em relação ao anterior".

E dessa forma enquanto nós fizemos essa reunião, nós perdemos seis milhões de hectares de floresta, são dois por um a cada hora e, o Governo não pode estar colocando meta de redução em relação ao ano anterior. Se isso for possível nós podemos planejar: Temos 500 milhões de hectares hoje, 10% a menos, no ano que vem vamos ter X, 20% a menos..." Daqui há alguns anos nós teremos 35 milhões de hectares, o equivalente ao que nós temos da Mata Atlântica 7%. É aceitável isso?

Só para colaborar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Obrigado, Deputado Praciano. Só para complementar, hoje infelizmente nós lemos nos jornais que o índice de desmatamento voltou a disparar --

DEPUTADO PRACIANO (PT-AM): Em relação ao ano anterior.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Em relação ao ano anterior, está aí a informação. Muito obrigado a todos, boa tarde.

Bem, declaro encerrada a nossa presente reunião.

Sessão encerrada às 17h26.

Senador **Magno Malta ,** Presidente.

Ata da 29ª Reunião realizada em 23 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 23 de outubro de 2007, terça-feira, às 14:30h, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à debater o tema "Mercado de Carbono". Foram aprovados por unanimidade os seguintes requerimentos: **Requerimento 47,** de autoria do Sen. Renato, Casagrande, em que solicita que seja realizada audiência pública em Brasília, destinada a tratar da relação entre as mudanças climáticas e a sustentabilidade do ambiente construído; **Requerimento 48**, de autoria do Sen. Valter Pereira, em que requer que seja realizada audiência pública, em Corumbá/MS, com o objetivo de apreciar in loco os efeitos das mudanças climáticas sobre o frágil bioma Pantanal, além de discutir modelos alternativos de desenvolvimento para a região; **Requerimento 49**, de autoria do Sen. Magno Malta, em que requer que a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas participe do seminário "4º Relatório do IPCC – Workshop sobre Mitigação e Oportunidades" a realizar-se no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 25 e 26 de outubro de 2007.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senador Magno Malta (PR – ES) **– Vice Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
Senador Delcídio Amaral (PT-AC)
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Fernando Ferro (Bloco PT-PE)
Deputado Colbert Martins (PMDB-BA)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rocha Loures (Bloco PMDB-PR) – Suplente
Deputado Ricardo Barros (Bloco PP-PR) – Suplente
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente

Deputado **Fernando Gabeira,** Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº. 001/2007 destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta dessa reunião destina-se a debater o tema mercado de carbono. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Convido para a explanação aqui na Mesa os Srs. Virgílio Horácio Samuel Gibbon, Coordenador de Projetos da Fundação Getúlio Vargas, o Sr. Maurik Jehee, Superintendente de Venda de Crédito de Carbono do Banco Real, e a Srª. Branca Americano, Assessora Técnica da Coordenação de Mudanças Globais do Clima do MCT.

Apesar da presença muito restrita de Deputados e Senadores, eu informo aos palestrantes que está sendo gravada essa Audiência Pública e também documentado em vídeo. De maneira que todos poderão ter acesso a ela caso se interessem. Se tiverem também algum material escrito, preparado especificamente para essa reunião, pode deixar conosco que nós faremos todo esforço para socializar.

Eu passo a palavra ao Sr. Virgílio Horácio Samuel Gibbon, Coordenador de Projetos da Fundação Getúlio Vargas. O prazo para cada exposição é de 20 minutos, prorrogáveis de acordo com a necessidade dos expositores. Por favor.

SR. VIRGÍLIO HORÁCIO SAMUEL GIBBSON: Muito obrigado. Primeiro lugar gostaria de agradecer o convite muito honrado de estar aqui hoje, falar sobre esse tema que me é muito caro. Na verdade, o meu envolvimento com ele vem desde 2002, mais ou menos, se não me engano, quando nós fomos convidados na Fundação Getúlio Vargas para estudar a implantação e o desenvolvimento das bases do mercado brasileiro de reduções de emissões, o MBRE, cujo início de operações foi agora em setembro último, na BM&F.

Então, como hoje aqui é uma palestra sobre mercado de carbono, eu vou resumir rapidamente para os senhores algumas das premissas que nos levaram a desenvolver esse mercado, o que é que nós esperamos dele, quais eram os próximos passos que nós estamos tomando a sua implementação definitiva, e no final já provocando um pouco o debate, falar sobre algumas perspectivas que nos assustam um pouco com relação ao futuro do MDL, mas que também abrem novas perspectivas de desenvolvimento sustentável, caso a gente saiba aproveitar o momento. Estou me referindo especificamente a esse mercado de biocombustíveis que está em enorme evidência atualmente.

Bem, o mercado brasileiro de reduções de emissões, o MBRE, ele surgiu diante da constatação de alguns fatos. Quer dizer, os fatos eram os seguintes, o MDL quando foi concebido, foi concebido com dois objetivos. Um de reduzir o custo dos países do anexo 1, que já tinham uma tecnologia bastante avançada em termos de redução de emissão, e conseqüentemente teria um custo marginal muito grande de implementar reduções adicionais para atingir as suas metas. Na medida em que eles poderiam investir em países menos desenvolvidos de tecnologia mais emissora, teriam uma redução desse custo. Então esse era um objetivo.

O outro, era promover o desenvolvimento sustentável. Isso através da atração de capital estrangeiro para investimento nos países em desenvolvimento, investimentos esses que seriam de preferência em parceria com empresas brasileiras capitalizando essas empresas e implantando, portanto, novas oportunidades de emprego e desenvolvimento nesses países.

O que nós observávamos era que na verdade o grande interesse do MDL estava centrado na aquisição de créditos de carbono barato. Esse, a meu ver, foi o grande... O grande resultado do MDL. Mas não se notava um enorme interesse em parcerias e em investimentos em setores menos emissores. E conseqüentemente o que a gente podia dizer é que o MDL estava atingindo plenamente o primeiro objetivo, mas muito lentamente para o atingimento do segundo objetivo. E isso nos pareceu ser uma conseqüência natural. Do próprio desenho do mecanismo. Vocês vejam, por exemplo, o alto custo de transação que tem um capitalista no exterior, um empresário ou mesmo um industrial vislumbrar a possibilidade de um investimento num País remoto se associar a parceiros desconhecidos com todo risco associado àquele mercado novo, aquelas condições regulamentares novas, e tudo mais.

Então, portanto me parece que o MDL como instrumento propulsor de desenvolvimento era lento uma vez que tinha um alto custo de transação e um alto custo de informação também. A razão, o resultado disso foi que o mercado se desenvolveu principalmente através de fundos de investimento. Os fundos de investimento, na verdade, eles são os redutores de custo de informação e de transação porque você centraliza os recursos naqueles fundos e os fundos então buscam as oportunidades de forma centralizada. Na verdade, essa solução através de fundos era quase que uma explicação, uma conseqüência dessa característica. Então nós achamos que reunindo numa bolsa os projetos, dando transparência a esses projetos, e, sobretudo, fazendo um sistema aberto de tal forma que todos os potenciais compradores pudessem comprar e, sobretudo, também com um processo de formação de preço transparente, nós iríamos dar um empurrão nesse mercado porque estaríamos atingindo os dois pontos que no nosso entender eram os principais gargalos do MDL. Era o custo de informação, através de um *disclosure*, de um banco de projetos, e o outro através de um mecanismo eficiente de formação de preço. Então com isso nós desenhamos o MBRE em dois módulos. Um módulo que é um módulo de projetos e outro módulo que é um módulo de transação.

Bom, evidentemente que esse módulo de transação começou ele agora sob a forma de leilão. O leilão é a forma mais incipiente de mercado. Porque enquanto você não tem liquidez, você tem que concentrara atenção do mercado num determinado momento, determinado horário, colocar a oferta do CA e conseqüente convergir à demanda para aquele mercado num determinado tempo. Então o leilão é típico

de mercado incipiente. Essa foi à metodologia adotada para o início, e o resultado foi a nosso entender extremamente alvissareiro. Quer dizer, o preço saiu de um preço mínimo de 12,70, e foi para 16,20 num leilão competitivo. Ora, eu acredito que... Lógico, mercado a gente nunca consegue agradar os dois lados. Para o lado do comprador ficou ruim. O preço saiu alto. Para o lado do vendedor deve ter saído muito bom. A verdade é que um leilão competitivo ele sempre forma a valorização marginal do que o mercado tem daquele produto naquele momento. Então, nós acreditamos inclusive que um preço mais elevado das toneladas de carbono podem induzir, estimular e até servir de chamariz a proliferação desses projetos que é o nosso interesse principal.

Em termos de desenvolvimentos futuros desse mercado nós estamos olhando com muito otimismo porque eu mesmo estive em Washington o ano passado, fizemos umas palestras no Banco Mundial a respeito desse objetivo desse mercado, e nós conseguimos convencer o Banco Mundial da importância dessa centralização, não só para o desenvolvimento regional da América Latina, dos projetos da América Latina, o Brasil evidentemente sendo o pólo pioneiro e atraidor dessas nativas, mas também como uma solução para o próprio Banco Mundial. Na verdade, nós estávamos... Chegamos até a ser um pouco indelicados na palestra quando dizíamos que não sabia bem como era o critério que o Banco Central usava para gerir os fundos que ele gere. Porque na verdade ele como gestor de fundo tem que procurar comprar o carbono barato. E como Banco de desenvolvimento, Banco de fomento ele tem que pagar o carbono mais possível. E isso ficava extremamente difícil para a mesma entidade ter as duas camisas e formar um preço competitivo. Então nós sugerimos a ele que fizesse os leilões de compra e também até de venda junto à própria bolsa, porque ele pelo menos saberia que o preço seria formado competitivamente. Isso foi muito bem aceito no Banco Mundial e eu acredito então que em breve haja um anúncio de um lote enorme de leilões que hoje em dia o Banco Mundial são projetos que o Banco Mundial vem financiando e cuja aquisição do carbono ele fará através de leilão competitivo na Bolsa ao invés de comprar o leilão logo no nascedouro do projeto como ele vinha fazendo, nem sempre a preços muito convidativos.

Além disso também o Banco Mundial firmou com o FINEP e o FINEP está firmando com a BM&F um convênio através do qual nós teremos um início de programa amplo de *capacity building*. Esse programa visa atacar o mercado em diversos níveis. O primeiro através da difusão para as empresas e isso no nível Brasil inicialmente das oportunidades por setores que elas têm de desenvolver projetos com o potencial de reduzir emissão. Então com isso nós... Apenas do tema hoje estar muito badalado, nós acreditamos que seminários dirigidos e focados a setores específicos com bom potencial de redução consiga mobilizar essas empresas. Foi também em conseqüência do desenvolvimento desse mercado que nós mobilizamos o BNDES e o BNDES também já conta hoje em dia com linhas de crédito e fundos de investimento específicos para projetos de carbono. Nós vamos usar esse programa que nós estamos apelidando de Bye-Bye Brasil nós vamos correr o Brasil todo fazendo essas palestras com o BNDES a tira-colo oferecendo condições muito vantajosas de financiamento não só do desenvolvimento do PDD como também do próprio financiamento do projeto em si. Essa parte de *capacity building* das empresas vai ser também acoplada a um esforço de *capacity building* do mercado financeiro. Hoje em dia vários Bancos, inclusive temos um aqui que é pioneiro e tem feito um trabalho muito bonito no setor, são poucas as instituições que ainda se dedicam de forma especializada a desenvolver o que a gente chama de *carbon finance*. Ou seja, utilizar os próprios créditos de carbono como instrumento de securitização ou de alavancagem de recursos para financiamento dos novos projetos. Então nós também vamos contar com a equipe de finanças do Banco Mundial que tem muita experiência nisso e a própria Fundação Getúlio Vargas deve participar também de uma proliferação de cursos nessa área. Devemos ter também cursos específicos voltados para grandes empresas estatais, cujos departamentos também precisam de qualificação, uma vez que elas são mais autônomas nas decisões desses projetos, e finalmente esse programa de *capacity building* ele deverá se esparramar por toda a América Latina. Quer dizer, nós pretendemos então fazer uma série de seminários em todos os países latino-americanos no Caribe tentando fazer com que então esse mercado da Bolsa seja um pólo de atração desses projetos e um centro de liquidez.

Por que é que nós queremos concentrar a liquidez? Isso não é um problema de hegemonia brasileira de querer fazer o mercado ser no Brasil. Lógico, se a gente saiu na frente, conceituou, nós somos a sede da Rio 92, o somos o País com maior potencial, sem dúvida temos que torcer por isso. Mas o principal motivo na verdade é que a gente acredita que esse mercado possa vir a ter, não só um mercado a vista em leilão, mas ele pode vir a ter também mercados de Redi(F). Hoje em dia, se vocês olharem bem como é que é a commodity, se há, e eu digo commodity depois de emitida, quando ela já é um [ininteligível], porque na

verdade esse mercado, tem um mercado a termo, de uma redução esperada, mas eu digo, um mercado mesmo de CER, você pode dizer que é uma mercadoria padronizada. Esse mercado ele pode, na verdade, ter um comportamento de preço muito distinto ao longo do tempo.

Quer dizer, você tem uma perspectiva de... Vamos dizer assim, 2009. Qual vai ser a disponibilidade ou oferta de CER em 2009 no mundo? Qual vai ser a demanda em 2009? Quer dizer, esse encontro ano a ano de oferta e demanda, caracteriza o CER quase como um ativo de safra. Você tem CER 2008, você tem o CER 2009, você tem o CER 2010, o que introduz uma variância de preço futura tremenda. Então nós acreditamos que seja de total interesse até dos próprios países do anexo 1 a existência de mercados de Redi(F) de preço de carbono, mercados futuros, mercados de opções, lastreados num mercado a vista de CER.

Então, nós temos a BM&F como possivelmente... Possivelmente, não, realmente uma das maiores Bolsas do mundo, ela é mais ou menos do porte aproximado da Chicago Board of Trade, é a primeira Bolsa desse porte a entrar no mercado de carbono. Isso é muito importante que se diga. É uma Bolsa que hoje negocia, às vezes pouca gente tem idéia disso, em futuros financeiros. Algo como 30 bilhões de dólares/dia. [ininteligível]. Quer dizer, uma instituição de um tremendo tamanho. Acho que nós temos tudo para gerar aqui no Brasil um centro de liquidez muito importante para esse mercado.

Evidentemente que falar nessa Casa aqui é muito importante porque na verdade aqui que os senhores são responsáveis por cercar as idéias que vez por outra aparecem e que podem ser desastrosas para o mercado. Uma delas evidentemente é se pensar em tributar algo que na verdade está sendo concebido para salvar o planeta. Quer dizer, isso eu vou me abster de falar sobre isso que eu não discuto esse assunto. [risos] Isso eu deixo aqui para meu querido Senador. [soa a campainha] Terminou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu falei 20 minutos, mas o relógio marcou 15. Então...

SR. VIRGÍLIO HORÁCIO SAMUEL GIBBSON: Então eu tenho esses cinco minutos só para falar sobre um assunto que eu acho muito interessante que é o seguinte, eu também participei recentemente pela Fundação do desenvolvimento desse modelo de exportação de biocombustível. Nós conceituamos esse modelo lá na Fundação Getúlio Vargas, e o modelo vem sendo implementado. Esse assunto, apesar de ser a coqueluche do momento e ter uma perspectiva enorme de desenvolvimento, ele, na verdade, ele tanto pode vir a suprir aquela deficiência do MDL de atrair capital estrangeiro para o País em volumes significativos, ele pode suprir essa deficiência porque ele é muito atrativo, e ele é um setor só. Ele é padronizável. Ele é realmente talvez um pólo de atração de investimentos fantásticos, mas também ele tem o potencial de matar o MDL.

Em primeiro lugar porque em função da obrigatoriedade nossa de misturar o etanol na gasolina, nós já perdemos grande parte dos créditos de carbono e alguma parte do biodiesel. Se fosse uma mistura voluntária, nós teríamos esse crédito, mas como foi compulsória, nós não geramos créditos aqui internamente. Porém a gente não pode esquecer que os países importadores eles reduzem o volume de emissão quando substituem os combustíveis de origem fóssil pelos de origem renovável. Ou seja, quando chega no final do ano, e eles fazem o balanço de emissões lá, eles vão atingir muito mais facilmente a meta do que atingiria se não tivesse importado esses volumes.

Bom, nós fizemos uma simulação, por exemplo, com alguns volumes hipotéticos de exportação de etanol, qual seria um valor do ganho ambiental que esses países estariam obtendo simplesmente multiplicando quanto eles vão emitir a menos, conseqüentemente vão precisar comprar menos crédito de carbono, multiplicando por alguma hipótese de preço de carbono no mercado internacional. É um número absurdo. Considerando o preço da BM&F, que saiu no último leilão, que é vinte e poucos dólares, 22 por tonelada. Considerando esse preço e considerando uma exportação como aquele volume inicial que se pretendia exportar para o Japão que era 1.8 bilhões de dólares, o ganho ambiental decorrente disso em termos de valor presente em 20 anos, trazendo, descontando o ganho anual, trazendo tudo a valor presente, uma taxa de desconto de 5%, dava 1.4 bilhões de dólares. Se você fizer hipóteses mais realistas do comportamento do preço de carbono chega a dezenas de milhão de dólar. E se você aumentar o volume de exportação por potencial que realmente esse mercado tem, nós estamos falando de coisa próxima de centena de bilhão de dólar só no mercado japonês. Isso é uma coisa impressionante. Quer dizer, esse espírito contraria o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. Isso virou assim benefício acumulado para os países do [risos] anexo 1 em detrimento de quem produz a energia que vai simplesmente vender a preço de commodity. Quer dizer, o ganho embutido na importação não está sendo negociado. Isso não está sendo negociado. E claro, se eles reduzirem barbaramente a sua necessidade de aquisição de MDL, o próprio esforço que estamos

fazendo aqui para desenvolver o MDL vai ter uma demanda muito mais fraca no futuro.

Uma das idéias que nós sugerimos foi que na verdade se poderia mensurar esses ganhos em funções dos volumes exportáveis, e aí sim desenvolver um mercado de capitais de internacional, ou seja, os próprios países importadores financiando o desenvolvimento das novas usinas, a uma taxa de juros reduzida onde esse fator de redução seria negociado em função da magnitude do ganho ambiental. Com isso se ganharia um fluxo de investimento monstruoso pro Brasil, a juros [soa a campainha] extremamente reduzidos que poderia fazer com que a gente atendesse essa demanda instantaneamente que na verdade o gargalo é falta de recurso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Muito obrigado pela sua exposição. Ela suscita uma série de perguntas, nós vamos fazer no final. Deixar que os outros falem, então faremos as perguntas no final. Com a palavra o Sr. Maurik Jehee, Superintendente de vendas de créditos de carbono do Banco Real.

SR. MAURIK JEHEE: Só queria propor se a Branca não poderia começar. Acho que é até mais interessante. Pela lógica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Então nós passamos a palavra para a Branca Americano, que é a Assessora técnica de Coordenação de Mudanças Globais do Clima, do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SRA. BRANCA AMERICANO: Bom, obrigada. Boa tarde a todos. Obrigada pelo convite em nome da Coordenação de Mudanças Globais do Clima do MCT. Eu tenho essa apresentação aí, mas eu vou passar por ela bem rápido porque ela vai servir mais como um fio condutor e tem uma série de informações que eu deixo disponível aí. Mas eu não vou falar tudo.

Então, o Protocolo de Kyoto que foi adotado em 97, entrou em vigor em 2005, então quando nós falamos hoje em Protocolo de Kyoto nós estamos falando do primeiro período de compromisso que é de 2008 a 2012. O que está se negociando agora são as metas, enfim, os detalhes do segundo período de compromisso. Que poderia ter mais tempo que a nossa proposta e que os países desenvolvidos tenham metas mais profundas. Porque a meta desse primeiro período de compromisso é em média redução, 5% em relação às emissões de 90. Então as metas dos países desenvolvidos são calculadas da seguinte forma. Emissões de 1990 multiplica-se por cinco que é esse período de 2008 a 2012 e aplica-se a ele um coeficiente de redução que está no Protocolo de Kyoto que é em média 5% abaixo. Então os países desenvolvidos têm este limite de emissões. Se eles não conseguirem fazer tudo isso de forma doméstica, ou seja, dentro do próprio País, ele conta com esses três mecanismos. Dos quais o MDL, o último, é o único que os países em desenvolvimento podem participar.

Então, o objetivo do MDL para os países em desenvolvimento é que esses projetos ajudem o País a desenvolver na direção, no desenvolvimento sustentável e contribuir também para o objetivo final da convenção, que é a estabilização dos gases na atmosfera num nível aceitável. E para os países desenvolvidos, eles usam esses créditos de carbono para ajudá-los no cumprimento das suas metas de redução ou limitação de emissões.

Então esse slide eu acho importante porque na esquerda em azul a gente está vendo um projeto. Se ele reduz emissões, aquilo que ele reduziu vai gerar um crédito de carbono. Esse crédito de carbono vai ser transferido para um País desenvolvido e ele vai usar para cumprir suas metas. Então ele funciona como uma permissão de emitir para esses países.

Então, sempre que se pensar em projetos que gerem crédito de carbono, a gente tem que entender que do outro lado tem um País que não vai reduzir.

Então, essa contabilidade ela tem que ser muito cuidadosa e garantir que essas reduções sejam reais, mensuráveis e de longo prazo. Tem que ser participação voluntária. O que significa que os países não podem ter obrigação de se envolver nesse mecanismo.

E em terceiro, ali, essas reduções têm que ser adicionais. Esse conceituado de adicionalidade é um conceito fundamental para entender o mecanismo de desenvolvimento limpo. Aí está um gráfico para representar a idéia de adicionalidade. A adicionalidade é o seguinte, você tem um cenário cujas emissões, aquele pontilhado, é um cenário do que existiria se não fosse aquela atividade do projeto. Quais são as emissões relativas... As emissões que ocorreriam na ausência daquele projeto. Com o projeto implantado essas reduções vão ocorrer e como é que se mede? Comparando as emissões dessa linha de base que é um cenário hipotético com as emissões reais após a implantação do projeto e essa diferença que vai gerar o crédito de carbono.

Bom, existem vários tipos de projeto, reduções de emissões, projetos florestais, e agora ambos com pequena escala, grande escala tem metodologia, um procedimento um pouco mais complicado e na pequena escala se tentou simplificar esse procedimento. O programático que eu queria chamar atenção aqui é uma nova modalidade que ele permite agora que se aprove um projeto, um projeto tipo. Tem que usar uma metodologia, tem que ter várias características, e ele

serve como um guarda-chuva que poderia ao longo da sua vida incluir pequenos projetos com aquela característica.

Então, para o ponto de vista de uma... Esse tipo de projeto pode incluir pequenos projetos que vão sendo introduzidos ao longo do tempo. Isso, por exemplo, para projeto de melhoria de eficiência, projetos que sejam mais pulverizados. O escopo setorial, projetos em várias ações são possíveis. Agora, o projeto de MDL, pelas características, por ter que provar a adicionalidade, por ele ter uma série de conseqüências indiretas, é um projeto que tem o ciclo cumprido e longo e enfim, tem que passar por todas essas etapas. Vou chamar aqui atenção à primeira etapa que é a elaboração do projeto, depois ele tem que ser validado por uma entidade operacional, seja por uma certificadora, depois ele vai ser aprovado pelos governos, os governos que no nosso caso o Governo do País hospedeiro para dizer que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável, e que a participação é voluntária, depois ele será submetido a um Conselho Executivo da ONU, então aí sai da nossa esfera, ele vai ser analisado e avaliado pela ONU, e aí será registrado. Após o registro, esse projeto será monitorado continuamente e de tempos em tempos ele será verificado e certificado. Depois que também essa entidade operacional que é uma certificadora independente atestar que esse projeto reduziu as emissões, vai sair uma comunicação ao Conselho Executivo também do MDL da ONU e lá essas unidades serão emitidas num Banco de dados que é um Banco de dados chamado registro que fica lá em Bono(F). Ou seja, não está na esfera nacional, enfim, ele existe na esfera da ONU.

E tem três tipos basicamente de RCEs, ou CERs com a gente costuma chamar com a sigla em inglês. O RCE de projetos energéticos ou então de industrial, enfim, projetos de redução de emissões e os projetos de aumento de remoções. Que são os projetos de florestamento e reflorestamento. Esse tipo de projeto vai gerar uma unidade um pouco diferente que é a TRCE e a LRCE. Elas são unidades cuja característica é que elas tenham um tempo de existência e depois morrem e têm que ser repostas, substituídas, isso para garantir a permanência da floresta. Então se plantar e cortar esse crédito vai ter que ser reposto lá na frente.

Então, autoridade nacional designada que todos os países têm que ter para provar os projetos de MDL, no Brasil é a Comissão Interministerial que foi criada por Decreto Presidencial em 99, é composta de 11 Ministérios, a Presidência está no Ministério de Ciência e Tecnologia, nós lá temos a Secretária Executiva, e a Vice-Presidência é do Ministério do Meio Ambiente. A Comissão se reúne a cada dois meses no máximo. Às vezes ela é obrigada a se reunir... Aqui estão a lista dos Ministérios que participam. E aqui estão as atribuições da Comissão. A Comissão eu vou resumir, ela emite parecer sobre propostas de políticas setoriais e instrumentos legais e normas que digam respeito a mudanças climáticas, ela fornece subsídios às posições do Governo nas negociações da convenção, ela realiza articulação com entidades representativas da sociedade civil no sentido de promover as ações dos órgãos governamentais e privados para o cumprimento dos compromissos brasileiros, ela também define critérios de elegibilidade adicionais àqueles definidos pela convenção. Então como nós vamos ver adiante um pouquinho, ela aprecia os pareceres sobre os projetos e aprova esses projetos de MDL dando a carta chamada carta de aprovação. Que é uma peça fundamental para se dar entrada no registro do projeto de MDL.

A resoluções nº. 01 da Comissão ela estabelece então os procedimentos de submissão desses projetos, projetos de MDL. E define então os critérios adicionais. Esses daí são os critérios de desenvolvimento sustentável. Então pede-se que cada desenvolvedor de projeto apresente um documento conhecido como anexo 3 em que ele descreve como aquele projeto contribui nesses cinco aspectos. Sustentabilidade ambiental local, desenvolvimento de condições de trabalho criação de empregos, distribuição de renda, capacitação e desenvolvimento tecnológico, integração regional e relações setoriais. Também solicita, também exige do participante do projeto que consulte, que envie cartas convite aos seguintes atores. As Prefeituras e Câmaras de Vereadores de todos os Municípios envolvidos no projeto. As órgãos ambientais estadual e municipal, ao Fórum Brasileiro de ONGs, às associações comunitárias e ao Ministério Público. Para que eles se manifestem, se for o caso, se for do interesse deles, durante o processo de validação. Isso significa que essas cartas têm que ser enviadas durante o processo de validação e que se algum desses atores quiserem se manifestar eles possam fazê-lo. A decisão das reuniões elas têm que ser dadas 60 dias após a primeira Reunião Ordinária subseqüente à submissão da documentação.

E eu agora vou passar relativamente rápidos nas outras resoluções, mas estão todas publicadas no site do MCT, enfim, mas depois da Resolução nº. 12 o procedimento é que a cada nova decisão importa que seja tomada no âmbito da ONU nós traduzimos, internacionalizamos e também definições adicionais com, por exemplo, na Resolução nº. 2 a definição de floresta para condições brasileiras para projetos de florestamento e reflorestamento. Na Resolução nº 3 foi definido o que é comunidade de baixa renda para projetos de pequena escala de projetos de florestamento e

reflorestamento, que são a definição é que são famílias de renda mensal per capita até meio salário mínimo. A Resolução nº. 4 estabeleceu também as condições, em que condições a Comissão poderia anular ou revogar a carta, como foi mostrado anteriormente, a participação do País hospedeiro no processo, no ciclo de projeto do MDL ela se dá no momento em que o País fornece essa carta de aprovação. E isso o projeto é registrado. Depois desse ponto o projeto segue uma vida própria. Ele vai ser monitorado e as emissões e as unidades vão ser emitidas. A partir do momento que a carta é emitida, em tese o País hospedeiro não pode fazer mais nada. Mas nós entendemos que em situações excepcionais em que seja evidenciadas ilegalidades ou atos contrários ao interesse público o Brasil pode retirar a carta ou anular ou revogar.

A Resolução também define, enfim, restabelece o limite de atividades de pequena escala que isso foi objeto de uma decisão do COP/MOP 2, aumentando um pouco o limite de 15 para 60 megawatts para projetos de conservação ou de... E limite de redução de emissões para 60 quilos/toneladas.

Enfim, agora para a parte de projetos de MDL é importante chamar atenção o fato do Brasil ser um País com matriz renovável. Muito maior esse percentual do que o mundo. Então quando a gente está falando de Projetos que estão reduzindo a intensidade de carbono, no Brasil ele já entra de certa forma prejudicado se for comparar com Índia ou China.

Aqui eu botei isso só para comparar, por exemplo, o Brasil, aqui está um pouco escuro, mas a gente vê aí a geração de energia no Brasil é principalmente de hidrelétrica, que a intensidade de carbono da hidroeletricidade é zero como está determinado ou dependendo da densidade do reservatório, do tamanho, densidade de potência do reservatório pode se introduzir aí alguma emissão. Mas se compararmos com Índia ou com a China, em que é a parte azul da barra, ela é de termoeletricidade. Então ali é uma intensidade de carbono enorme. Então um projeto que vá substituir energia elétrica na China ganha muito mais crédito de carbono do que no Brasil, evidentemente.

Então, isso é para explicar que mesmo com esse déficit o Brasil está em terceiro lugar com 10% dos projetos de MDL propostos no mundo, esse é do dia 11 de outubro, temos 2.460 projetos propostos em diferentes etapas de desenvolvimento, o Brasil está com 250 projetos considerando aqueles que ainda estão em desenvolvimento. Desses 250 a maior parte deles em termos de número de projetos estão na geração de energia, geração elétrica, mas existe uma quantidade importante também em termos de reduções em suinocultura e aterros sanitários. E também de reduções de N2O. Porque os termos de comparação entre os gases, o CO2, CH4 e N2O existe um fator que se multiplica que é GWP que é 21 para metano e 310 para o óxido nitroso. O que faz com que projetos que reduzam esses gases eles tenham benefício e maior quantidade de créditos.

Bom, no mundo, hoje, em termos de escopo setorial a maior parte dos projetos também estão na área de geração de energia, suinocultura, mas em termos de redução os gases industriais que é os projetos de HFC23 são projetos que tem na Coréia, na Índia, são projetos que em termos de volume de gás, de redução é muito grande. Assim como de N2O e de aterro sanitário.

No Brasil também é mais ou menos esse mesmo perfil de geração elétrica, mas em termos de redução os projetos de aterro sanitário também têm uma importância grande. Aqueles de N2O são projetos industriais e suinocultura são muitos projetos pequenos.

Em termos de geração de capacidade instalada, os projetos de MDL no Brasil já têm 2.500 megawatts de potência instalada, dos quais 430 fazem parte também do PROINFA. Aí a distribuição regional, só para se ter uma idéia que o sudeste tem quase a metade dos projetos. Por Estado. São Paulo tem 1/4 dos projetos, e como o Dr. Virgílio falou aqui, é interessante notar que no Brasil 60% dos projetos são unilaterais. Esse projeto que inicialmente havia sido pensado como um investimento de um País anexo 1 num País não anexo 1, ele na verdade aqui no Brasil a maior parte do investimento é nacional.

Então, desses 250 projetos que eu falei, 198 já entraram na Comissão, ou seja, já estão para análise da Comissão Interministerial e 164 já foram aprovados. Desses 106 já foram registrados na ONU no Conselho Executivo do MDL e alguns estão nesse processo intermediário que chama-se: aprovado com ressalva ou em revisão. Os aprovados com ressalva são aqueles que dependem de adição de algum documento, enfim, o que falta para ele ser aprovado apenas são alguns documentos ou alguma modificação que analisado pela própria Secretária Executiva da Comissão. Ele não tem que voltar para análise da Comissão. Projetos que ficam em revisão são projetos que exigem uma modificação um pouco mais significativa e que, portanto, devem voltar para análise da Comissão. Quem está comprando esses... Quem precisa comprar, que países precisam comprar. A maior parte são países da Europa ocidental, com exceção da Alemanha e Reino Unido que estão razoavelmente bem para suas metas de Kyoto. A maior parte da Europa Oriental tem metas maiores que suas emissões, [soa a campainha] Então é difícil... eles podem vender esse roter(F), mas

é difícil do ponto de vista político. Então a próxima. A outra e a outra.

Então qual é o futuro? Qual é a nossa idéia? É que continuar o MDL porque já tem toda a regulamentação, já tem todo o procedimento. E ele é um sucesso no Brasil e em vários países do mundo. E o segundo período de compromisso deveria ser um período de compromisso mais longo e com metas mais radicais para os países desenvolvidos. E a idéia é poder então nesse momento começar a replicação dos projetos que já existem, estruturar o MDL para outros escopos setoriais e metodologias que possam ter interesse para o Brasil e a estruturação do MDL programático que possibilita, por exemplo, até projetos como flex fuel, dependendo de como o consumidor decidir botar mais álcool do que dependendo do preço relativo das quantidades poderia pensar num MDL programático para flex fuel, poderia se pensar MDL programático para várias coisas, para programas de reflorestamento, para aterros sanitários, tem vários projetos por serem mais pulverizados não se viabiliza no MDL normal e no programático haveria uma grande possibilidade. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu passo a palavra agora para o Sr. Maurik Jehee. Superintendente de Vendas de Crédito de Carbono do Banco Real.

SR. MAURIK JEHEE: Obrigado. Eu em primeiro lugar quero agradecer também a Comissão, o Senado, para o convite, vou falar aqui em nome do Banco sobre a nossa visão do mercado de crédito de carbono. Eu gosto de sempre mostrar, começar com essa imagem que vem do site lá na ONU, que mostra a importância do Brasil... Aqui as cores não são tão importantes, é a escala dos projetos. Mas aqui mostra no mapa do mundo todos os projetos de MDL onde fica claro que o Brasil é super importante e como a gente está no terceiro lugar.

O que eu quero mostrar hoje, primeiro falar um pouquinho o que é o crédito de carbono mais no ponto de vista de mercado, como é que ele cria um mercado. É um mercado artificial, mas é um mercado real, totalmente concreto. Eu queria falar sobre as oportunidades que o Brasil tem para no curto prazo aumentar ainda mais o número de projetos e o crédito de carbono ganho. Obviamente falar um pouquinho sobre a floresta é super importante, e depois para finalizar as tendências no médio e longo prazo, e como isso as negociações na segunda fase do Kyoto poderiam levar novas oportunidades para o Brasil.

Aqui é a mesma imagem que também a Branca mostrou. O crédito de carbono, ou o CER, é o seguinte. Uma empresa brasileira que vê uma oportunidade de reduzir as emissões. E essas reduções uma vez passada por todo esse processo que acabou de ser explicado vira o crédito de carbono. O CER, em inglês. Agora, o que significa isso? Porque ele nada mais nada menos do que um certificado que alguém aqui no Brasil reduziu as emissões.

Por outro lado, tem as empresas desenvolvidas, aqui o exemplo da Europa, mas no Japão funciona pouquinho diferente. Mas a idéia continua igual. As empresas européias têm alocado as metas pelos próprios países. Então a empresa lá começa com a emissão histórica, e já deve ter um plano para reduzir. Fez um investimento, só que provavelmente ela tem uma meta menor ainda. Essa meta ela recebe na forma de uma permissão. Alauce(F) como que é chamado lá.

Então, ela recebe, por exemplo, 100 alauces(F) por ano e ela faz o cálculo que ela na verdade vai somente chegar a 110. Então ela tem que comprar de alguma forma esse excesso.

Então, o que ela pode fazer? Entrar num mercado lá na Europa, somente lá na Europa, e comprar alauce(F) do vizinho. A gente vai ver que esse é o maior mercado. Ou, como alternativa, ela pode comprar o crédito de carbono num projeto no Brasil, na Índia, na China, etc. Em outras palavras, o que é esse mercado aqui? Eu estou aqui no Brasil, eu tenho meu projeto e eu estou concorrendo com outras empresas brasileiras ou no resto do mundo também com projeto de MDL gerando crédito de carbono, ou o próprio mercado de alauce(F) que na verdade é dado grátis para todo mundo. E aí a intermediação entre o crédito de carbono entre os vendedores aqui e os compradores aqui criou um mercado. Para ser totalmente completo, existe ainda o [ininteligível] mas eu não vou entrar nesse mérito hoje. Queria aqui mostrar um pouquinho o tamanho desses mercados. Aqui é uma estimativa do Banco Mundial feito sobre um mercado do ano passado. Não tem números, não tem bolsas que captam todo o volume. Muitos dessas operações são chamados de balcão entre um Banco e uma empresa, ou entre duas empresas. Aqui se trata de uma estimativa. O que é que fica claro? O grande mercado, aquele mercado das permissões ou alauces(F). Está dentro do esquema da unidade européia do [ininteligível]. Foram vendidos o ano passado um bilhão de toneladas a um preço médio de uns 20 euros, senão ia estar falando de um mercado de 20 bilhões de euros. Um mercado, em inglês, CDM de MDL e [ininteligível] junto é 1/3 do tamanho e o preço é um pouquinho mais baixo. O ano passado o preço médio deve ter sido uns doze euros mais ou menos. Então a gente aqui está falando de um mercado de uns... Mais ou menos quatro bilhões de euros. Existem outros mercados. Aqui só um detalhe. Um mercado primário. É aquele mercado onde

uma empresa vende na verdade antecipado, quando o projeto não está entregue. O mercado secundário quando já está emitido o crédito de carbono. Pelo prazo, pelo tempo que está hoje obviamente esse mercado é menor ainda. Existem outros mercados, mercado voluntário que vai crescer bastante onde a floresta no Brasil tem muito potencial. Existem mercados locais, regionais na Austrália, mercado local em Chicago, mas são muito menores.

Aqui uma idéia também do Brasil em número de projetos aprovados já registrados lá na ONU. O Brasil está em terceiro lugar, como o Branca falou muito bem, dificilmente o Brasil vai ultrapassar Índia e China por causa da matriz energética diferente. Aqui é estimativa de crédito de carbono. A China toma primeiro lugar, o Brasil continua em terceiro. E aqui uma idéia numa outra maneira, mas também que a Branca já mostrou. Os projetos brasileiros, aqui número de projetos, aqui em crédito de carbono estimado que vai gerar e aí mostra que o aterro que gera relativamente muito mais crédito de carbono porque estamos falando de metano que tem aquele fator de 21.

Resumindo esse mercado, quais os setores que já estão bastante ativos no mercado? O aterro sanitário, energia renovável em geral, projeto suinocultura e as usinas sucroalcooleiras. E os novos projetos, muitos deles em andamento, alguns com mais, alguns com menos dificuldade de serem desenvolvidos, por isso que leva mais tempo, que a gente vê possibilidade nos setores de sementes, siderurgia que está se movimentando papel celulose, queimando os bagaços de madeira também e transporte, já foi falado aqui flex fuel, foi falado biodiesel, tem um potencial enorme, porém tem dificuldades de aprovar um projeto bom em termos de adicionalidade, em termos de metodologia, mas o potencial está lá.

Resumindo, o que eu falei, o Brasil está muito bem como terceiro lugar, já emitiu 12 milhões de crédito de carbono que é 15% do total que foi emitido no mundo. Uma estimativa simples isso dá uma receita que já foi entregue 250 milhões de reais. Alguns projetos que não entregaram antes [ininteligível] ainda então esse volume é até maior. Hoje temos 110 projetos registrados lá na ONU. 164 aqui no Brasil pela Comissão e se olhamos naqueles projetos que já estão registrados, 110, falar que eles têm uma expectativa de gerar mais de 17 milhões de créditos por ano, dependendo do momento que vai ser vendido o crédito de carbono pode gerar por ano uma receita de 500 milhões ou 700 milhões. Em outras palavras o número já é grande, mas está... Se for entregue até hoje 12 milhões e a expectativa a partir de agora 17 milhões por ano, o mercado deve crescer bastante. Porém, a gente tem a visão do Banco que o potencial no Brasil é muito maior. Eu acho que facilmente poderia ser 500 projetos num curto prazo ou mais, e na próxima transparência queria mostrar um pouquinho quais as oportunidades para o Brasil chegar lá.

Eu acho que em primeiro lugar claramente falta ainda o conhecimento das empresas, ou falta de foco. Ainda falta muito... O que a gente vê que quando o ano passado, visitando clientes, a gente ainda tinha que explicar o que é o aquecimento global, hoje a visita já vai direto nas oportunidades. Então, eu espero que isso vá muito mais rápido. Mas ainda falta muito conhecimento sobre como funciona o mercado, quais os riscos e as oportunidades desse mercado, então ainda as empresas são muito devagar e alguns não. Que a gente tem muitos projetos já em andamento. Mas a gente vê muitas empresas que não sabem. Eu acho que aí tem um papel também do Governo, obviamente a gente como Banco, os consultores fazem esse papel também de divulgação, mas acho que o Governo tem uma oportunidade ou de fazer a campanha em setores estratégicos que já mostraram que têm um potencial grande, a suinocultura por exemplo tem outra vantagem grande que é realmente um projeto totalmente de sustentabilidade, ele trata o resíduo, com isso a empresa consegue obter ou manter a licença ambiental, e ainda é um projeto social que com isso a suinocultura, a granja continua trabalhando. Isso tira... Isso mantém o negócio e mantém as pessoas dentro do campo não precisando ir lá. O aterro sanitário eu penso que o Governo poderia fazer, o Governo Federal pode fazer um trabalho com as Prefeituras divulgando, por exemplo, o que a Prefeitura de São Paulo fez, tem muitas oportunidades no Brasil. Biomassa, estamos falando de bagaço de cana que está funcionando, casca de arroz, tem muitos lugares onde tem a... Os resíduos de madeira também. Então acho que alguns projetos até em conjunto com financiamento do BNDES, por exemplo, poderia dar um exemplo bastante grande. Muito é falado que eu acho que poderia se ajudar a Comissão ou a Comissão e MCT, a equipe da Branca para dar mais capacidade de aprovar os projetos, de analisar os projetos. Importante que o Brasil ganha muita credibilidade, obviamente a aceleração do projeto não pode gerar problema disso, de qualidade. E duas coisas super importante. O PROINFA, por lei, o crédito de carbono do Governo. Só que hoje a gente não vê nenhum projeto trabalhando na... Na aprovação desse projeto. Se a gente pensa o número que eu tenho, a capacidade instalada hoje do projeto é de 3.3 mil megawatts, isso pode gerar na média 3.6 milhões de toneladas por ano ou uma receita adicional para o Governo de 150 milhões de reais. Só que alguém

tem que fazer o projeto. E o que a gente fala muito no mercado, acho que falta... E aí acho que simplesmente falando aqui com a legislativa, acho que é super importante, não tem nenhuma legislação específica que define o que é o crédito de carbono. A CVM poderia estar falando se é um ativo, se é um título mobiliário, se é um derivativo que primeiro tira um risco enorme de algum fiscal da Receita Federal tributar, e mais do que isso, eu acho que no nosso lado como Banco a gente poderia ter muito mais chance de criar novos produtos, estou falando de debêntures, fundos, derivativos, quando eu sei que a CVM vai tratar o crédito de carbono ou como título mobiliário, ou como derivativo, por exemplo.

Floresta também a Branca já falou. A única coisa que Kyoto atualmente reconhece são projetos ou de florestamento ou de reflorestamento. Tem sérios problemas, mas os primeiros avanços estão começando. Foi bem mais difícil desenvolver metodologias e projetos, mas principalmente essa semana teve vários avanços. Então a gente vê que esse setor vai crescer. Porém, acho que o potencial no Brasil é muito maior se fosse incluído no segundo período de Kyoto, o desmatamento evitado. É uma discussão conceitual. O que é que foi definido hoje? Se eu mantenho uma floresta, eu não estou reduzindo emissões. Que obviamente está certo. Eu só estou mantendo o estoque de carbono. Porém, você pode falar se eu evito o desmatamento, eu evito sim emissões. Mesma coisa se eu tenho um projeto que consegue explicar que uma certa matéria não jogada no aterro evita a emissão de etano vira crédito de carbono. O desmatamento evitado poderia criar crédito de carbono da mesma forma. Se isso for aprovado pela ONU, o Brasil tem um enorme potencial nosso, na minha área do Banco eu recebo no mínimo uma ligação por semana de empresas querendo ganhar crédito de carbono com isso, e acho que os resultados poderiam ser finalmente uma alternativa de proprietários de terras, de florestas que finalmente têm uma maneira que a floresta em pé finalmente está me dando dinheiro, e uma vez tendo resultado isso obviamente diminui a pressão internacional em cima do Brasil claramente. Acho que é um grande potencial que tem que ser discutido internacionalmente, obviamente o Brasil tem que ter uma posição sobre isso.

Por último, queria deixar muito claro que tudo isso faz parte de uma tendência mundial que está indo para baixas emissões. Acho que hoje em dia podemos falar que felizmente a direção está certa e está indo para baixas emissões. Está devagar, talvez, mas está claro que além de protocolo de Kyoto também aqui no Brasil as leis ambientais, mas no mundo inteiro estão restringindo cada vez mais as emissões ou de gases de efeito estufa ou de particulados. O próprio custo de energia seja por causa do carbono, seja simplesmente por falta de petróleo leva a energia renovável a ser cada vez mais competitiva, e claramente o consumidor, as ONGs, a sociedade, tanto no Brasil, no mundo inteiro, a internet leva cada vez mais para desenvolvimento sustentável. E as empresas que estão seguindo esse caminho estão mostrando que é uma maneira certa. E a gente acha que o Brasil tem um lugar, tem uma posição única de preencher isso. A geração de energia renovável, a posição do Brasil muito favorável, e também a experiência que várias empresas têm, aqui estou falando de uma Natura que é um exemplo que está indo para o mercado internacional que mostra que a preservação da mata dá dinheiro e pode dar dinheiro, sim.

E eu queria por último, última... Por favor, mostrar que uma coisa que muitas vezes assusta é porque Brasil é um País emergente, a grande culpa obviamente do efeito estufa é com os países já desenvolvidos. Agora, eu acho que se o Brasil assumisse alguma meta que não precisa nem de redução, seria... Vamos supor aqui de manutenção. O Brasil mantém as emissões do nível que está hoje, eu acho que as oportunidades para o Brasil são muito maiores do que os eventuais problemas. Acho que obriga as empresas a procurar economias ecoeficiência... Isso prepara as empresas para um novo mundo que eu estava falando que está cobrando isso. Eu vejo daqui a cinco anos ou dois anos, a gente não sabe, o importador, consumidor americano, europeu, principalmente, não comprando produtos ou do Brasil ou de qualquer País se as emissões não são baixas daquele produto. Hoje pode parecer longe, mas eu acho que esse é uma competitividade que está chegando. Então a gente poderia antecipar esse projeto preparando as empresas para isso. Além disso, eu acho que o grande problema do Brasil nas emissões não é nem na parte industrial, é na parte das queimadas e das florestas. E junto com a questão do desmatamento evitado, acho que um foco maior poderia realmente dar um resultado muito maior e muito mais rápido e se o [soa a campainha] Brasil fizesse isso, eu acho que o prestígio aumenta, o Brasil continua na liderança, o Brasil que foi o grande negociador e o inventor até do projeto de MDL, e por último acho que o planeta precisa então o Brasil fazendo a sua parte, seria super importante. Era isso que tinha a falar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Bom, encerrada a fase de apresentação das posições, nós começamos o debate. Eu queria me inscrever, mas queria solicitar ao Senador Valter que assumisse a Mesa para eu fazer as pergun-

tas. De modo geral a Presidência é de um Senador, mas ele chegou tarde e nós usurpamos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Inicialmente nós passamos a palavra para o Deputado Colbert, que vai funcionar como Relator ad hoc para que ele faça suas primeiras intervenções.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Não, Sr. Presidente. Inclusive eu agradeço. Eu participei pouco da Sessão, eu prefiro que o Deputado Gabeira o faça e oportunamente eu retorno a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deputado Gabeira, eu acho que V.Exª que tinha que estar aqui na Presidência que começou os trabalhos aqui, eu gostaria de ficar aqui...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu faço o seguinte, eu faço as minhas perguntas e depois ocupo a Presidência. Só para deixá-lo mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tá ótimo.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Eu queria em primeiro lugar agradecer a participação dos três expositores que trouxeram para nós muitas informações novas e muitas reflexões importantes sobre esse tema.

Evidentemente que nós estamos aqui, tivemos também nessa Comissão uma fase parecida com a que o senhor encontrou, a fase de descobrir coletivamente o que era o aquecimento global. Então houve uma série de Audiências Públicas voltadas para a explicação do que era o aquecimento global e como ele se dava de uma certa maneira no Brasil. Até que surgiu essa preocupação também com o mercado de carbono, preocupação que nós já levamos a outra Comissão com representante da Bolsa de Valores, e agora fomos acionados especificamente com a vinda de uma Comissão da Bolsa de Londres. O Prefeito da Bolsa de Londres e um conjunto de... Ou membros do Governo e da própria Bolsa vieram aqui para nos de uma certa maneira provocar sobre o tema. Porque segundo eles havia uma boa disponibilidade de recursos e esses recursos estavam precisando de projetos.

Uma das preocupações que nós temos foi mencionada na fala do Gibbon, que é exatamente o que fazer, na sua também, o que fazer como Parlamento. Há uma orientação clara, não taxar. Já é uma orientação importante. E a outra orientação também importante que é a de definir um pouco melhor esse mercado. Agora, é necessário que a gente tenha a compreensão que esse "não taxar" significa o mercado, o mecanismo de desenvolvimento limpo. Todo esse conjunto de negociações. Uma vez que o Protocolo de Kyoto no seu desdobramento pode se mostrar num determinado momento insuficiente para resolver essa questão.

Então, vai aparecer no horizonte dos parlamentos mundiais a necessidade de taxar as emissões. Isso é uma coisa. Já há no próprio protocolo uma recomendação às empresas aéreas e as empresas marítimas que comecem a se preparar para o novo preço que elas terão de enfrentar nesse campo.

Então, esse mercado que surgiu muito nos Estados Unidos antes com a questão do ácido sulfúrico, as emissões de ácido sulfúrico ele é importante para nós e nós devemos dirigi-lo. Mas houve uma questão aqui, talvez valesse a pena a gente desenvolver mais. Quer dizer, o que se espera do Parlamento brasileiro nesse campo? Essa é uma questão importante. O que é que nós podemos fazer para apressar esse processo? Então nós colocamos isso.

A segunda questão é, além do que é possível fazer, a segunda questão foi colocada na sua intervenção e que diz respeito um pouco a um processo de orientação do próprio Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. E própria orientação de todo o mecanismo. Quer dizer, quando surgiu e quando surge esse mercado, é o seguinte, tudo que reduz emissões serve. Teoricamente. Vamos comprar toneladas de carbono não emitido. Mas hoje começa a se desenvolver em alguns países uma orientação, não uma orientação, mas um caminho de revolução do processo industrial. Não se trata mais pura e simplesmente de economizar as emissões. Mas trata de revolucionar a própria produção. Como está acontecendo no caso do cimento que individualmente talvez seja o maior emissor na sua produção química. Agora foram compradas três fábricas na Ucrânia, na Rússia e na Bulgária exatamente com a perspectiva de revolucionar a produção do cimento. Acho que a nosso caminho também para pensarmos esse mecanismo e todo o processo seria o caminho de nós tentarmos acompanhar essa revolução inevitável que virá no bojo da descoberta de que a nossa produção mundial ela é sustentável. Então seria interessante também que houvesse alguma elaboração sobre como orientar um pouco mais esse processo, como não se fixar pura e simplesmente na venda de carbono, mas fazer com que a venda de carbono seja realmente uma reestruturação da própria economia brasileira.

E terceiro ponto que me pareceu importante também, quando eu vejo as normas definidas pelo Governo Brasileiro que são normas humanistas, interessantes, para aceitar certos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo, às vezes elas me parecem um pouco românticas no sentido de que na verdade alguns desses processos são processos de destruição. Eles são necessariamente processos de destruição. E nem

todos eles podem trazer emprego, melhorar a vida dos mais pobres diretamente.

Então eu queria também que houvesse alguma elaboração sobre isso da parte da formulação do Governo. São essas questões que eu coloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora V.Exª pode assumir a Presidência. Eu quero me desculpar aqui dos palestrantes, que já começou a ordem do dia no Senado então vou ter que cumprir meu dever.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Existe uma pergunta da platéia também que eu vou acrescentar porque nós não vamos ter muitos perguntadores. Se o mecanismo de desenvolvimento limpo, esse voluntário, já pode ou pode absorver a questão da floresta em pé. A manutenção da floresta. Isso para o Sr. Maurik Jehee. Existe uma pergunta da platéia se o processo voluntário pode absorver já o tema, já está absorvendo o tema da floresta em pé. Ele está...

SR. MAURIK JEHEE: Eu acho que muito iniciante ainda. Acho que vai acontecer, mas o grande problema, deixa eu primeiro falar, o grande problema do processo voluntário é a falta de normas, falta de padrão. Então, para um comprador, existe um risco enorme. Eu sempre dou algum exemplo. A gente como pessoa física, a gente pode comprar, vamos dizer, crédito de carbono. Seguinte, a gente entra no site, a gente calcula quanto que eu uso em casa de energia elétrica, de energia a gás, quanto eu ando de carro por ano, viagens de avião, essa parte é relativamente simples, e calcula as emissões, converte isso em árvores que você tem que plantar, e obviamente eu estimulo isso, acho que todo mundo tem que fazer plantar árvore obviamente é excelente. Agora, eu falar e principalmente quando eu sou uma empresa, ou como pessoa falar que a partir daí eu sou um carbono neutro(F), é outra coisa. O que eu vou fazer? Vou pagar para alguém plantar uma muda que, se bem cuidado, nos próximos 15, 20, 25 anos, dependendo da espécie, vai capturar todo o carbono que eu joguei no ano passado. É óbvio, é excelente, tem que fazer isso. Agora, não neutraliza o que eu faço. Então esse é o grande problema dos projetos voluntários. Se eu comprador como é que eu fiscalizo o projeto? Como é que eu tenho certeza que o que eu estou comprando realmente neutraliza que eu faço? Então até o mercado entender e padronizar essas coisas, ter uma auditoria que faz isso, tem maneiras de fazer, tem, tem muitas empresas fazendo isso, colocando selos para os projetos, etc, mas você tem que ter isso para realmente ter certeza. Eu acho, por outro lado, o projeto voluntário tem um grande problema. A Branca explicou como é que a ONU define, vamos dizer, fiscaliza todo esse projeto. Aí realmente eu tenho bastante certeza que o crédito de carbono comprado realmente foi feito uma redução das emissões. Um projeto voluntário pode fazer isso muito mais rápido. Então uma vez que eu tenha um padrão de qualidade suficiente, pode ser mais interessante, nesse mundo pede muito resultado de curto prazo, por isso que eu acho o comprador em muitos casos vai procurar um mercado voluntário. Agora, eu também mostrei os números. O mercado hoje voluntário é muito menor ainda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Então eu passo aos... Não sei se... Eu passo aos apresentadores para responderem as perguntas e encerrarem a sua participação, e já agradecendo mais uma vez pela participação de todos.

SR. VIRGÍLIO HORÁCIO SAMUEL GIBBON: Essa parte de legislação, isso aqui é uma Casa do Legislativo, é um assunto extremamente delicado quando se lidam com mercados emergentes, como esse do carbono. Talvez o surgimento do mercado de carbono tenha sido uma obra-prima da legislação econômica. Na verdade, foi isso que aconteceu. Existe um ramo novo de direito, chama de economics of law(F), não sei se você já ouviu falar nessa especialização. E basicamente o que eles fazem é identificar a existência de externalidades. O que vem a ser uma externalidade? Externalidade é quando uma ação de um indivíduo ou de uma empresa provoca uma interferência na função utilidade, na função de produção de um terceiro. O caso da emissão de CO2 é típico. Você emite CO2, está provocando aquecimento global que afeta toda a humanidade. Isso é uma externalidade clássica. Agora, o problema é que a externalidade enquanto não tem um aparato normativo, não tem quem lide com ela. Porque você não tem a responsabilidade. Por exemplo, antigamente você emitia o CO2. Mas de quem era a culpa? Minha não é, porque todo mundo emite. Quer dizer, como é que você lida com um problema desse tipo? Na verdade o Protocolo de Kyoto na medida em que instituiu a responsabilidade comum, porém diferenciada, esse truque, colocou a multa no País do anexo 1 que você é responsável que você emitiu mais no passado. Então você agora tem uma meta. Essa meta economicamente significa você introduzir um custo na função de produção do País emissor. Não precisa fazer mais nada. O mercado surge sozinho a partir daí porque ele tenta maximizar o lucro. Então eu tenho mais um custo aqui. Como é que eu faço? Eu saio correndo para opções mais baratas. A opção mais barata é o MDL.

Então, isso deflagra o mecanismo automático. Quando a gente olha, por exemplo, o problema climático da magnitude que está no mundo todo, acho que você está certo, acho que vai acontecer não só esses custos indiretos de multa, de imposição, mas vão começar a acontecer inclusive política fiscal orientada para a mudança de preço relativo, falando um pouco mais de português. Quer dizer, você botar imposto em atividades emissoras e subsídios e incentivos em atividades redutoras. Na hora que você mexe nos preços relativos, você não precisa fazer mais nada. Deixa que o mercado se arruma. O mais problemático é tentar legislar em cima do mercado. Porque aí você gera distorção de preço. Agora, quando você muda os custos relativos de uma atividade e incentiva outras e deixa o mercado funcionar é impressionante o surgimento espontâneo e a resposta espontânea a toda essa atividade. Então acho que na verdade identificar esse tipo de política seria muito interessante. Essa é a forma que eu vejo a parte da legislação.

SR. MAURIK JEHEE: Eu concordo exatamente com isso. De onde vem também a minha explicação que eu acho que o Brasil de alguma forma assumir uma meta é exatamente nessa maneira. Acho que mais eficiente ainda que um posto é colocar também as restrições e impor as permissões para todas as indústrias. Aí as indústrias brasileiras vão ter que olhar em que maneira que eu tenho que ... acho que vem a pergunta, como é que a indústria brasileira vai se reinventar, na hora que vê que da maneira que estou fazendo está ficando caro. Que eu vou ter que comprar um crédito de carbono. Se eu faço numa outra maneira eu vou poder vender.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Nós estamos muito próximos do Brasil aceitar uma meta. Ainda há alguma dificuldade no Governo, mas estamos muito próximos. Porque, na verdade, o senhor mesmo constatou que talvez 70% das nossas emissões venham das queimadas e do desmatamento. Se nós temos um projeto para reduzir queimadas e desmatamento, nós temos automaticamente...

Nós estamos com um projeto aqui na Câmara dos Deputados acerca de oito anos que é o projeto da inspeção veicular. O que ele disse pura e simplesmente todo carro tem que passar anualmente por um exame para saber se o motor está emitindo mais ou menos CO2. E outros problemas de freio e tal. E só não conseguimos aprovar porque há uma briga muito grande entre as Prefeituras e o Estado para saber quem vai ficar com o dinheiro. Como houve também no caso do saneamento básico, mas vamos chegar lá. Acho que a gente chega.

SRA. BRANCA AMERICANO: Bom, com relação à contribuição que acho que o Parlamento pode dar nesse momento eu acho que é... Estou falando neste momento. Neste momento é interagir com outras esferas da sociedade para conhecer exatamente... que o meu medo é que a legislação ela venha criar... Ter algum conflito com a legislação já de Kyoto, com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, como por exemplo qualquer obrigatoriedade que se crie, o Brasil pode querer criar. É legítimo. Mas entendendo que isso vai retirar a possibilidade de projetos de MDL. Se a regulamentação modificar depois aí é uma outra história. Mas como ela está hoje, como ela está hoje, qualquer lei que se crie, que torne obrigatória qualquer redução de emissões inviabiliza projetos de MDL naquela... Não que não seja legítimo. O Brasil pode decidir que esse é o caminho. Mas tem que saber. Então é nesse sentido de conhecer bem esse contexto, a regulamentação internacional para poder fazer uma coisa de forma consciente. Assim como metas pode querer dizer que vai ter um custo maior. Enfim, essa é minha posição.

Agora, com relação aos critérios de desenvolvimento sustentável, eles foram definidos na Comissão e o que se pede é que todo projeto relate de forma clara como aquele projeto está contribuindo naqueles aspectos. Não existe necessariamente uma medida, um indicador ou se julga o conjunto da obra. Mas acho que é importante, quer dizer, definir como aquele projeto contribui até porque esse documento será analisado pelas comunidades, por aqueles atores que são convidados a se manifestar no processo de validação e é importante então que o proponente do projeto deixe isso claro e não crie uma fantasia que depois não corresponda à realidade daquele projeto. Pode ter projeto que não adiciona nada. Muitos deles a tecnologia já é conhecida como pequenas centrais hidrelétricas. Nós temos o conhecimento. Não necessariamente contribui em todos os aspectos, mas deixar transparente o que ele se propõe a fazer. E o Deputado falou sobre, por exemplo, cimento, só para finalizar, acho que são áreas que a gente realmente tem um potencial. Essa revolução ela vai ser dar ainda em várias áreas. Vai ter que mudar a forma de produzir. Então, por exemplo, cimento hoje no Brasil, a produção de cimento, e no clínquer, na produção do clínquer, que dá a emissão de CO2, do processo químico, você pode substituir clínquer por cinza, do bagaço de cana que já foi queimado para gerar eletricidade, de resto de telha, de vários materiais que podem substituir e não estão sendo aproveitados agora, e isso pode ser aproveitado.

Quer dizer, existem várias áreas ainda, por isso que falei novas áreas que têm que ser exploradas. E acho que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo via-

biliza isso. Viabiliza por quê? Porque cria um incentivo a mais. Em vez de criar uma restrição, cria um incentivo. E isso nesses mecanismos são muito interessantes.

Então, me preocupa um pouco quando se cria a ilusão de que o CCS, que é *Carbon Capture and Storage* que é a captura geológica, o seqüestro geológico de carbono. Ou que só preservar as florestas que isso seria suficiente. É fundamental que se faça reflorestamento, é fundamental que o Brasil reverta essa situação de desmatamento. Agora, isso não vai ser a solução, isso não é suficiente. A gente vai ter que reduzir mesmo emissões de combustível fóssil no mundo. E o mundo não pode se negar a ver essa realidade. Quer dizer, existem outras possibilidades, mas o fundamental é que a gente mude essa forma de produção. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Muito obrigado. Eu vou pedir para os senhores um pouco de paciência, dois minutos. Anos de encerrar nós temos que aprovar requerimentos. Vou lê-los rapidamente.

O Requerimento 47. Requer que seja realizada uma Audiência Pública em Brasília destinada a tratar das relações de mudanças climáticas e sustentabilidade do ambiente construído. De autoria do Senador Renato Casagrande. Em discussão. Em votação. Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Do Senador Valter Pereira. Solicita que seja realizada Audiência Pública em Corumbá, com o objetivo de apreciar in loco os efeitos das mudanças climáticas sobre o frágil bioma do Pantanal, além de discutir para a região. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

E finalmente, do Senador Magno Malta, requer que a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas participe do seminário do IV Relatório do IPCC, workshop sobre mitigação e oportunidades a realizar-se no Rio de Janeiro nos dias 25 e 26 de outubro de 2007. Em discussão. Em votação. Aqueles são que favoráveis permaneçam como estão. Aprovado também o Requerimento 49.

Nada mais tendo a apresentar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os senhores membros para a próxima reunião, dia 5 de novembro, segunda-feira em Vitória, Espírito Santo. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h31. – Deputado **Fernando Gabeira,** Presidente.

Ata da 30ª Reunião realizada em 21 de novembro de 2007

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 21 de novembro de 2007, quarta-feira, às 14h, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a debater sobre a eventual imposição de metas para o Brasil no período pós 2012 – preparatório para COP 13, em Bali. Foram aprovados por unanimidade os seguintes requerimentos: nº 50, 51 e 52: ***– Requerimento 50***, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, em que requer que seja realizada audiência Pública para tratar da regulação do mercado de reduções, resultantes do Protocolo de Kyoto; ***– Requerimento 51***, de autoria do Sen. Cícero Lucena, em que requer a participação da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas na ECO POWER CONFERENCE, dias 28, 29 e 30, em Florianópolis, Santa Catarina – A conferência se destina a examinar os temas vinculados à questão da energia renovável e sustentável e ***– Requerimento 52***, de autoria dos Dep. Fernando Gabeira e Fernando Ferro, em que solicitam que seja realizada audiência pública em Recife, para debater as experiências de adaptação ao avanço do nível do mar no litoral.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) **– Presidente**
Senador Magno Malta (PR – ES) **– Vice Presidente**
Senador Renato Casagrande (PSB-ES) **– Relator**
Senador Delcídio Amaral (PT-AC)
Senador Euclydes Mello (PTB-AL)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR-RJ)
Deputado Fernando Ferro (Bloco PT-PE)
Deputada Rebecca Garcia (PP-AM)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Luiz Carreira (PFL-BA)
Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)
Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)
Deputado Rocha Loures (Bloco PMDB-PR) – Suplente
Deputado Jorge Khoury (PFL-BA) – Suplente
Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) – Suplente
Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta 30ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do ato conjunto nº. 001 de 2007 do Congresso Nacional, "Destinada a Acompanhar, Monitorar e Fiscalizar as Ações Referentes às Mudanças Climáticas no Brasil".

Esclareço que a Pauta desta Reunião destina-se a Reunião Administrativa e Audiência Pública para debater sobre a eventual imposição de metas para o

Brasil no período pós-2012, preparatório para a COP-13, em Bali.

A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa da leitura da mesma. Tendo a leitura dispensada, coloco em votação. Os Srs. Parlamentares que concordarem, permaneçam como estão. Aprovada.

A Presidência também solicita a anuência da Comissão para uma inversão da Pauta, colocando a votação dos Requerimentos para após a Audiência Pública. Os que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passo a palavra neste instante ao Sr. Relator, antes, porém, convido para fazer parte da Mesa a Dra. Thelma Krug, Secretária de Mudanças Climática e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente e convido também o Embaixador Sérgio Serra, Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores.

Gostaria de fazer um registro, aproveitando a abertura desta Audiência, informando que no período da manhã participamos da solenidade de assinatura de convênio da Presidência da Câmara dos Deputados através de um trabalho realizados pela EcoCâmara, que é o Departamento que lida com os Projetos de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a SOS Mata Atlântica e a Frente Parlamentar Ambientalista, onde o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia assinou o convênio para que a Câmara dos Deputados seja o primeiro Parlamento do mundo com suas atividades, as emissões neutralizadas através de ações de compensação, e iniciando uma programação de plantio de árvores, mas de acompanhando continuado dessas atividades.

É um registro importante, tendo em vista que o próprio Presidente registrou a mudança de clima de debate desse assunto na Casa e citou também a questão da Comissão de Mudanças Climáticas, que entra na sua fase final, de preparação do Relatório, que está a cargo do Senador Renato Casagrande, que tenho certeza que dará uma contribuição definitiva a esse tema na Câmara dos Deputados e no Senado.

Passo neste momento a palavra ao Sr. Relator para as considerações e iniciaremos a Audiência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente Deputado Eduardo Gomes. Quero cumprimentar aos Parlamentares presentes, quero cumprimentar a Dra. Thelma Krug, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Meio Ambiente, quero cumprimentar o Dr. Sérgio Serra, Embaixador Extraordinário do Clima do Itamaraty, do Ministério de Relações Exteriores.

E dizer que nós estamos começando a nossa Reunião mesmo ainda com poucos Parlamentares presentes, porque nós sabemos que hoje tem um compromisso em que nós estaremos presentes, às 16h30 lá no Palácio do Planalto, uma reunião que eu julgo que será uma reunião importante para nós que estamos militando nessa área do clima.

Quero cumprimentar também as representações das entidades aqui presentes, do Greenpeace, quero cumprimentar o Vitor Feitosa, que é do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

E a nossa Audiência aqui com o Dr. Serra e com a Dra. Thelma é para que nós possamos compreender claramente o que nós vamos ter em Bali. Nós teremos em Bali a nossa 13ª COP, e a posição brasileira é uma posição que interessa muito a todos os países do mundo, interessa muito aos países em desenvolvimento.

O Brasil, apesar do pouco desempenho industrial histórico, mas é um País que pelo uso inadequado do solo, pelo uso inadequado de suas florestas, pelo desmatamento ilegal, é um País que tem uma contribuição significativa nas emissões, e sabemos da necessidade de a gente ter políticas e decisões efetivas no controle do desmatamento ilegal. Então com relação ao desmatamento, com relação à matriz energética, com relação à política geral global na relação aos demais países, o que nós estamos pensando efetivamente? Porque essa posição também é uma posição que vai nortear um pouco o nosso Relatório, que o Deputado Eduardo Gomes, nosso Presidente, já disse aqui. O que o Brasil precisa fazer nesse momento?

Eu sei que a Diplomacia Brasileira e que o Governo Brasileiro resistem e têm posição contrária ao estabelecimento de metas. Sejam metas de redução, sejam metas de crescimento, mas resistem a metas. O Brasil trabalha mais com relação a políticas, pelo que eu tenho conversado com a Dra. Thelma, com o Dr. Serra, com o Dr. Miguez, do Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas quais são essas políticas? O que é efetivamente? Isso vai ser um compromisso internacional com definição de uma política de controle do desmatamento no País, não só na Amazônia, mas nos outros biomas? Qual é? O que o Brasil vai fazer? O que Brasil vai ter em termos de política nessa área? Qual é a plano brasileiro para essa área? Quando é que nós vamos ter esse plano?

Então nós temos ainda uma série de respostas, que naturalmente não precisamos tê-las todas ao mesmo tempo, mas pela importância que o Brasil tem, pelo protagonismo do Brasil em outras reuniões internacionais como essa, o que nós vamos ter em Bali?

Não creio que vão se definir as coisas em Bali, mas é o início de um debate que vai nortear a posição brasileira pós-2012.

Então o que o Brasil vai apresentar? Até porque nós que, se tudo der certo, estaremos lá, para que a gente possa ter uma posição que seja uma posição que demonstre uma posição brasileira, não só do Governo Brasileiro, não só do Poder Executivo Brasileiro. Teremos entidades, o Parlamento vai estar presente, então essa... Já sei que já tivemos, que teve uma reunião ontem no Itamaraty com as Organizações Não-Governamentais, hoje tem uma reunião às 16h30, então esta Reunião aqui é para que a gente possa ir aprofundando esse debate.

Então, Presidente, é isso. Obrigado. Podemos dar início.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Ciente dos compromissos que envolvem o tema na tarde da hoje, eu passo de pronto a palavra à Dra. Thelma Krug, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente, para suas considerações, a sua apresentação. E em seguida também vou passar, ato contínuo, a palavra ao Embaixador Sérgio Serra, para que nós tenhamos um debate bem objetivo e tenhamos condição de ter essa instrução à Comissão, como bem esclareceu aqui o nosso Relator, Senador Renato Casagrande. Com a palavra a Dra. Thelma Krug.

SRA. THELMA KRUG: Boa tarde, Deputado Eduardo Gomes. Boa tarde, Senador Renato Casagrande. Boa tarde aos Parlamentares presentes, a todos os presentes em geral. Embaixador Sérgio Serra, meu boa tarde ao senhor também.

Conforme foi dito, vamos ser objetivos na nossa fala, na nossa apresentação, e o Senador Renato Casagrande colocou uma série de questões altamente pertinentes, e eu acho que a oportunidade que a gente tem de vir a esta Casa, enfim, trazer também as nossas preocupações, as nossas ações, as nossas, enfim, medidas que já estão sendo tomadas, que vão ser tomadas, eu acho que é extremamente importante dar uma satisfação à sociedade brasileira de uma forma geral. Então eu agradeço o convite para estar aqui nesta Casa.

Conforme já foi ditado, nós vamos estar indo agora no início de dezembro para a 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e à 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto. E vamos aí revestidos de uma... O que eu chamo de uma situação bastante importante, tendo em vista os resultados científicos que foram trazidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima este ano nos seus três Relatórios e o Relatório Síntese, que acabou de sair na semana passada, também do painel, e que sintetiza as mais de 3.500 páginas dos seus Relatórios deste ano em apenas 30, singularizando aspectos mais relevantes e integrados dos três Relatórios que o IPCC desenvolve: Um sobre os aspectos científicos da mudança do clima, um sobre os aspecto de vulnerabilidades de impacto e adaptação e o terceiro Relatório de mitigação, entendendo-se por mitigação a redução das emissões de gases de efeito estufa e fortalecimento dos sumidores de gases de efeito estufa também, que é o caso das florestas, por exemplo.

Então vamos revestidos desse caráter e de um caráter adicional, que foi justamente a indicação do IPCC para o Prêmio Nobel da Paz e que traz Agenda da Mudança do Clima, enfim, no topo da agenda ambiental e na agenda internacional.

Então, indo ao tema mais específico, o que a gente pode esperar de Bali? Bali certamente não será uma reunião de grandes progressos, no entendimento de alguns. No entendimento de outros poderá ser de extremamente relevante. Na minha ótica, Senador, eu entendo o seguinte: O que se está buscando em Bali é se acordar na forma, ou seja, no processo, no procedimento que será adotado para que em final de 2009 a gente tenha chegado às negociações do período pós-2012, que é a finalização do primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto, que vai de 2008 até 2012.

Então nós vamos ter aí, que a indicação é até dezembro de 2009, que ter esse processo já identificado e esse futuro regime já estabelecido.

A posição do Brasil, que é compartilhada com a maior parte dos países, sejam eles países desenvolvidos, sejam países em envolvimento, é o fato de que o Brasil dá suporte e sustenta os instrumentos já existentes, ou seja, a Convenção e o seu Protocolo de Kyoto, sem a necessidade de que novos instrumentos ou novas formas de negociação desse tema sejam feitas. Ou seja, é o reconhecimento de que nós estamos, dentro das Nações Unidas, em trilhos corretos, trilho da Convenção, trilho do Protocolo de Kyoto. Então se espera que haja o reforço.

Existem países, por exemplo o caso do Japão, o Japão já acha que já deveria se inventar uma coisa diferente. E quando a gente pensa no tempo que leva para se estabelecer qualquer modificação dessa natureza, haja visto quanto tempo levou para se estabelecer o Protocolo de Kyoto e tê-lo com sua entrada em vigor, nos faz tremer a simples idéia de que a gente poderia estar imaginando um regime que seja diferente daquilo que já foi negociado e estabelecido.

Então, na nossa percepção, Bali será um enorme sucesso, se se conseguir acordar de maneira consensual entre os mais de 200 países participantes, a forma como se dará esse processo de negociação para que se chegue aos acordos de como será o pós-2012. E isso para dezembro de 2009. Então é esse... Se perguntarem assim: O que você mais quer? O que eu mais quero é que a gente consiga acordar consensualmente, porque todo o processo da Convenção é consensual, portanto difícil, nessa forma.

O que a gente está chamando de *Bali Road Map*, em inglês, que eu não gosto, a gente está chamando em português é "o mapa", ou seja, a forma como as coisas vão ser conduzidas até dezembro de 2009.

Indo então um passo ainda, Senador e Deputado Eduardo Gomes, a Convenção sobre Mudança do Clima é muito clara; ela faz uma diferenciação entre dois cujos de países: Os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A Convenção faz essa diferenciação. E deixa muito explicito que a liderança do processo de se – Eu não gosto da palavra enfrentamento ou de atacar -, enfim, de se tratar a questão da mudança do clima tem que ser liderada pelos países que tradicionalmente contribuíram para a mudança climática que aí está. Parte dela já irreversível, e que vai requer medidas de adaptação custosas, difíceis, particularmente para os países em desenvolvimento, e particularmente aos países mais vulneráveis.

Isso posto, não existe hoje, no entendimento dos países em desenvolvimento, nas reuniões de que eu tenho participado, nenhuma idéia de dizer que existe uma inação por parte dos países em desenvolvimento. Muito pelo contrário. Nos sentimos todos co-responsáveis e partícipes de um problema que é global. De um problema que é global.

Entretanto, as circunstâncias de cada país, particularmente dos países desenvolvidos e dos países em envolvimento, são distintas. São muito distintas. Os países em desenvolvidos, só para dar alguns exemplos, eles, já em 1990, tinham chegado, a maior parte deles, pelo menos, a um nível de industrialização relativamente estável, eles já tinham chegado ao seu desenvolvimento econômico relativamente estável, não se falava em erradicação de pobreza e problemas em vários setores de prestação de serviços, particularmente no setor público.

Os países em desenvolvimento, além de ter que enfrentar toda a questão da temática de adaptação, de esforços de mitigação, ele vai ter também que tratar de suas necessidades básicas: Erradicação de pobreza, fortalecimento dos serviços que se presta para as populações, para as comunidades, enfim. Nós temos, enquanto países em desenvolvimento, e em diferentes graus, compromissos que vão além daqueles de ter que tratar simplesmente da mudança climática e de ter que fazer a sua de Lei de Mitigação e de adaptação.

Então, como eu ia dizendo, a Convenção reconhece isso e estabelece provisões na forma de obrigações dos países desenvolvidos no sentido de que esses países auxiliem os países em desenvolvimento a implementar a Convenção no sentido do fortalecimento de seus recursos naturais, sumidouros, e assim por diante. E também esforços de mitigação.

Isso posto, é entendido pelo Brasil e pelos países em desenvolvimento de uma forma geral, que o caminho a ser definido em Bali para as negociações deveria continuar a ser trilhado em duas rotas: Uma rota que é a rota do Protocolo de Kyoto, especifica para os países desenvolvidos, entendendo-se aí com compromissos muito mais audaciosos de redução de suas emissões de gases de efeito estufa, e mais do que isso, com compromissos muito mais audaciosos e ações domésticas que indiquem o grau de engajamento dos países desenvolvidos nessa temática.

Cabe dizer aqui que, muito embora o Protocolo de Kyoto tenha seu período vigente de 2008 a 2012, nos surpreende ver que, de 1990 até o presente, os países desenvolvidos, ao invés de terem reduzido suas emissões, aumentaram 12%. Em geral. Na média. Aumentaram 12% na média.

Cabe lembrar também, e aliás, ontem o Deputado Rocha Loures nos chamou a atenção na reunião que nós tivemos ontem, preparatória para Bali, quando a gente fez menção a que mesmo entre os países desenvolvidos existem concessões de aumento de emissões: Portugal, Suécia, Espanha, esses países tem concessão de aumento de suas emissões. Espanha, por exemplo, tinha uma concessão de aumento de 15%, hoje ela já está com 55% com relação a 1990, de aumento. A Grécia – Desculpem, não é a Suécia, é a Grécia! – tinha uma concessão de aumento de 25% de suas emissões relativas a 1990, está com 39%, acima dos 25%. Portugal tinha 27%, hoje está 45% acima. Isso países ditos desenvolvidos. Ou seja, isso demonstra o grau de dificuldade que se tem na implementação mesmo de medidas de mitigação, até para o cumprimento de metas obrigatórias, que é o caso dos países desenvolvidos.

Apesar de o Deputado nos ter chamado a atenção de que a gente não deveria fazer menção direta a alguns desses países, esses dados são dados públicos. Ou seja, a Convenção-Quadro de Mudanças do Clima, ela tem todas essas informações disponibilizadas.

Hoje estamos fazendo na Secretária um esforço de ver, dentro daquilo que é antecipado pelos países desenvolvidos do cumprimento de suas metas sob

Kyoto, nós estamos vendo o que foram ações desenvolvidas para a questão da mudança climática em si, e não como efeito colateral de medidas que foram implementadas para outras coisas mas que têm um efeito indireto na questão da mudanças do clima, nós estamos levantando o quanto eles estão fazendo de ações domésticas e o quanto eles estão se baseando na compra de créditos de carbono, que muito embora seja interessante como um mecanismo até de suporte aos países em desenvolvimento para atingir o desenvolvimento sustentável, mas que, no nosso entendimento, a lição de casa tem que ser feita em casa. Ou seja, as coisas têm que ser ampliadas de forma que a gente fortaleça, possivelmente, o mecanismo de desenvolvimento limpo, mas exija cumprimentos de redução de emissões em casa por parte dos países desenvolvidos.

Então, isso posto, Senador, é visão dos países em desenvolvimento, na sua maioria, que a trilha a ser trilhada ou proposta em Bali continue sendo nessa direção, ou seja, Protocolo de Kyoto para os países desenvolvidos, com metas muito mais ambiciosas, e um caminho que seria o caminho sob a Convenção, que seria o caminho para os países em desenvolvimento.

Alguns dos Srs. e Srªs. presentes poderiam perguntar: "*Então vai ficar tudo na mesma? Não se faz nada? Os países em desenvolvimento vão ficar de braços cruzados*". Como a gente já teve que ouvir isso muita vezes. Eu coloco assim que, particularmente, o Brasil é sempre citado, ou seja, a cobrança que a gente tem é muito mais interna do que externa. Sob o ponto de vista de externo, o Brasil é reconhecido como um dos países que tem feito esforços hercúleos na questão de prevenir a mudança do clima.

Quando eu falo em esforços hercúleos, não necessariamente de novo voltados para a própria questão da mudança do clima em si, mas, por exemplo, a nossa própria política, as nossas próprias peculiaridades territoriais, a grande riqueza hídrica, nos proporcionaram caminhos de energia limpos, sob o ponto de vista do clima.

A própria questão do Brasil numa liderança dos biocombustíveis, do Proálcool, do biodiesel, dos carros *flex*, ou seja, hoje, quando o Brasil leva – E agora o tem feito até com mais garra – publicados todos os nossos esforços em todas essas áreas de liderança, particularmente no setor de energia, no setor de transportes, de biocombustíveis etc, isso tem colocado o Brasil, particularmente nesse setor, como um País extremamente tranqüilo. O pessoal não vê com preocupação o Brasil. Eles dizem: "*Esqueça o Brasil, o Brasil está bem. Está bem. Deixe ele lá*".

Em recente reunião que nós tivemos nos Estados Unidos, em Nova Iorque, agrupando as 20 economias, maiores economias sob o ponto de vista de segurança energética e mudança do clima, eles fizeram, e eu acho que o Embaixador Sérgio Serra vai comentar isso também mais, mas os países moram posicionados não de uma forma aleatória, mas em função das suas emissões de CO_2. O Brasil era lá o último. Ninguém está preocupado com o Brasil. Primeiro eram os Estados Unidos, a reunião era lá, mas primeiro eram os Estados Unidos, depois vinha a China, tal, vinha ali um ordenamento, e eles diziam com todas as palavras: "*Esse agrupamento ou orientação é feito no sentido de maior para menor emissão*". Claro que nós estamos falando do setor de energia.

Então a posição que o Brasil defende é essa posição de a gente ter essas duas trilhas, e se esse acordo puder ser chegado até lá, ficaremos muito felizes. Quando eu disse: "*Vamos ficar de braços cruzados?*" Não. Eu digo que os países em desenvolvimento, e existem trabalhos de algumas Organizações Não-Governamentais, isso para descaracterizar que o Governo faz auto-propaganda, onde eu acho que, na verdade, o marketing o que Governo faz é muito pouco, senão a gente estaria com menos pressão, mas, enfim, algumas ONGs internacionais têm feito alguns estudos, particularmente na China, Índia Brasil e México, e demonstrando que o esforço desses quatro países juntos corresponde a muito mais do que vai ser feito sobre Kyoto com os trinta e poucos países desenvolvidos. E quantifica isso. Não só quantifica, como diz: Ação tal, tal, tal, tal e tal. De novo remeto ao fato, e depois eu vou complementar, já que o Senador Renato Casagrande nos provocou com a questão do plano, política, que eu acho extremamente relevante, depois eu acho que a gente pode falar de ações que nos potencialmente teremos que fazer, voltadas e impulsionadas pela mudança do clima, não indiretamente, mas diretamente.

Então a percepção dos países em desenvolvimento é que a sua disposição é de contribuir dentro desse esforço global. Não é se omitir. Absolutamente não.

A idéia também de dizer: "*Não, quem poluiu ou quem contribuiu significativamente para o que a gente tem hoje de mudanças climáticas foram os países desenvolvidos, portanto a conta é deles*", também não é uma argumentação que se vê dentro das negociações de mudança do clima. Não se vê absolutamente essa forma de diálogo mais. O que se vê hoje é, sim, os países em desenvolvimento pedindo e forçando os países desenvolvidos a reforçar ou a ter metas muito mais agressivas do que tiveram até agora, e vemos dos países em desenvolvimento a sua intenção de dizer: "*Estou preparado para fazer, vou fazer, estou fazendo,*

posso fazer mais, e espero contar com a contribuição dos países desenvolvidos para tal".

Quando se fala em contribuição, normalmente o pessoal pensa: "*Lá vem o pessoal pedindo um dinheirinho de novo*". E não é bem essa a situação de uma maneira geral. Quando a gente fala em contribuição, a Convenção aponta isso: Ela aponta não só a ajuda financeira, como ela aponta também a questão de capacitação e transferência de tecnologia.

Agora se pergunta, passados tantos anos da implementação da Convenção se pergunta: "*Que transferência de tecnologia foi feita? Que capacitação foi essa que foi feita? Qual a grande contribuição que os países desenvolvidos deram para os países em desenvolvimento?*" Eu diria que essa contribuição fica muito a desejar. O que os países em desenvolvimento hoje estão indicando é que eles têm, sim, a idéia de fazer muito mais, até de mudar a sua própria forma de desenvolvimento, desde que os países desenvolvidos os ajudem a fazer, porque, muitas vezes, sozinhos [soa a campainha] eles não podem fazê-lo.

Então essa é uma questão que eu espero que o Embaixador Sérgio Serra também se aprofunde um pouco pouquinho mais.

Senador, o senhor me permita: Em termos de Brasil, como eu digo, a gente tem grandes gargalos, o nosso gargalo maior é a nossa Floresta Amazônica, todos sabemos disso, os dados de 90 e 94, que é o nosso inventário sobre a Convenção, nos indicam que 75% das nossas emissões são relacionadas ao setor de mudanças de uso da terra e florestas, mas eu também indico o seguinte: Em 2004, com as taxas crescentes de desmatamento bruto na Amazônia, isso na verdade detonou um processo de criação do Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento, particularmente na Amazônia Legal, e que hoje se imagina tenha tido uma contribuição nessa redução significativa, particularmente nos dois últimos anos, de 2004 a 2006, da taxa de desmatamento na Amazônia.

Se imagina que o plano tenha contribuído para isso. Por que eu isso que se imagina? Porque para aqueles que conhecem a Amazônia, sabem que as soluções não são fáceis. Para aqueles que conhecem a Amazônia, sempre ficam com o pé atrás. Para aqueles que conhecem a Amazônia, sabem que dinheiro não é tudo.

Ontem estava eu com o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso e lhe perguntava: "*Secretário, desde 1999, o Estado de Mato Grosso implantou um sistema de registro georeferenciado das propriedades rurais*" – Para que se faça um acompanhamento do que é que está acontecendo nas propriedades em questão de desmatamento, até para a aplicação da própria Legislação Brasileira, que é muito rigorosa. Eu lhe perguntei quanto que tinha sido conseguido fazer em termos de propriedades rurais cadastradas. Desde 1999, 30% só. Dinheiro, disse a ele: "*Secretário, se eu colocar no seu colo muito dinheiro, mas muito dinheiro, o senhor vai conseguir acelerar esse processo?*" "*Não*". Teria que ser mudada a Legislação, as leis. O processa é muito mais complexo. Não é só dinheiro. Não é só dinheiro.

Mas enfim, então eu tenho uma preocupação particular com a Amazônia. É como a Ministra Marina Silva diz, Senador, nós imaginamos que nós estamos na trilha correta para prevenir e combater o desmatamento. Nós imaginamos isso. Os números nos têm sido ou nos têm apontado que possivelmente nós estamos na trilha certa mesmo. Mas só o tempo dirá. Talvez seja muito prematuro dizer que com uma redução de dois anos, três anos, isso tenha a indicação de que nós estamos certamente no caminho certo. Nós esperamos que estejamos, mas não necessariamente isto é 100% verdadeiro. O tempo dirá. E a gente espera realmente que esteja no certo.

Voltando ao plano, ou indo a agora para uma questão mais específica, que é a questão do plano--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Secretária, eu vou pedir brevidade na conclusão, por causa do tempo.

SRA. THELMA KRUG: Sim, senhor. Eu vou concluir.

Por própria iniciativa do Presidente da República, o Presidente Lula, foi feita uma solicitação para que o Brasil tivesse um plano, um plano nacional sobre mudança do clima. Conversou com a Ministra Marina Silva, o Ministério da Ciência e Tecnologia, e estamos avançando no processo de como é que realmente esse plano poderá ser construído de forma que ele seja um plano implementável e um plano que conte com a participação da sociedade civil e de outros segmentos, outros setores da sociedade.

Importante será ter uma política nacional sobre mudança do clima sobre o qual o plano se ampare. Porque falar em cima de um plano, sem falar numa política, é meio complicado. Como é que se constrói, sem que se tenham os pilares de uma política? Então nós obviamente estamos acompanhando os trabalhos desta Casa, temos evoluído nas nossas discussões internas também, de forma que o Brasil possa avançar na criação de uma política nacional e que ampare a construção de um plano nacional sobre mudança do clima, e isto é em breve período de tempo.

Então, Deputado, eu acho que eu pararia aqui minhas considerações, até porque depois a gente vai ter, certamente, oportunidade de debate com a Plenária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu agradeço a Dra. Thelma Krug.

E já está entre nós aqui o Dr. José Miguez, Coordenador Geral de Mudanças do Clima do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem colaborado muito com esta Comissão desde o seu início. E eu passo a palavra então, pelo prazo de 20 minutos, ao Embaixador Sérgio Serra, Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores.

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO SERRA: Eu notei... Muito obrigado, Deputado Eduardo Gomes, Senador Renato Casagrande, demais Parlamentares, público presente, meus colegas de Mesa. Eu notei aqui que, enquanto a Dra. Thelma falava, tocou uma campainha. Aí eu vi que ela tinha estourado o tempo. Que o relógio até parou. Eu entendo, então, que isso pode ser abatido do meu tempo. [risos]

Mas, de certa forma, isso seria uma conseqüência natural de eu estar seguindo aqui, na ordem dos palestrantes, a Dra. Thelma, porque ela praticamente não deixou muito espaço para que outros falassem, porque, não por causa do tempo, porque ela ficou falando, mas porque ela cobriu praticamente toda essa área relativa ao momento atual das discussões do regime internacional do clima, isto é, às vésperas que estamos da Conferência da COP-13 de Bali.

Eu estava achando, querendo pegar um gancho, uma coisa que eu ia, um dado que eu ia mencionar, mas no finalzinho da palestra da Thelma, ela usou esse dado. Mas não deu os dados completos, então vou aproveitar para dizer aqui: Houve uma menção, enfim, há uma idéia muito errônea de que nessas discussões internacionais sobre mudança do clima, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que é um pilar, é um dos pilares do sistema, que os países em desenvolvimento se escudam detrás desse princípio, cruzam os braços e se eximem de responsabilidade.

Isso, como a Thelma mencionou, é um mito. Nada mais errôneo. E órgão insuspeitos e independentes, alguns deles têm anotado, registrado os esforços, que não são pequenos, dos países em desenvolvimento para combater o aquecimento global e a mudança do clima.

O órgão que talvez tem sido mais enfático nisso é uma Organização Não-Governamental, ou digamos, um instituto de estudos sediado em Washington, Estados Unidos, cujo nome é *Center for Clean Air Police* ou Centro para Políticas de Ar Limpo, numa tradução literal. Essa ONG publicou no começo deste ano um estudo em que contabiliza os esforços para controle de emissões dos principais países em desenvolvimento, que são aqueles a que a Thelma se referiu, quer dizer, Brasil, China, Índia, México, se não me engano, e África do Sul, e constata nesse estudo que esses esforços desses países representam mais de 40% em termos de redução de emissões das metas compulsórias que os países da União Européia adotaram no Protocolo de Kyoto e são equivalentes ou maiores do que os objetivos ou os compromissos voluntários que os Estados Unidos se comprometeram internamente a seguir.

Então isso não é, digamos, não é de se desprezar, tendo em vista que somos todos países, esses que eu citei, que tem, ao contrário dos países em desenvolvimento(sic), toda uma agenda, além da questão de enfrentar a mudança do clima, tem toda uma agenda de resolver problemas de desigualdade, de pobreza e de inclusão social.

Mas enfim, chegando, indo à questão da Conferência de Bali, nós, como a Thelma bem apontou, estamos esperando da Conferência, e há um consenso internacional a esse respeito, que ela nos determine, que lá se determine um mapa do caminho, um roteiro ou um mandato, como quiserem, para negociações que se iniciarão logo após a Conferência e que devem levar, até o fim de 2009, a um, digamos, a um pós-2012, isto é, a um segundo, conforme se possa denominar, a um segundo compromisso ou período de compromisso do Protocolo de Kyoto ou a um instrumento que seja acordado por todos que represente o que a comunidade internacional está disposta a fazer para enfrentar essa questão após 2012. Essa questão da mudança do clima.

Havia, durante muito tempo pensava-se que Kyoto, ou melhor, que Bali seria o momento onde se negociariam as novas metas, mas isso viu-se logo que seria irrealista, e por sugestão do nosso País, do Brasil, numa das reuniões preparatórias, houve esse consenso de que ainda era prematuro para se ter esses números e que o deveríamos ter era esse roteiro. O importante é que se chegue até 2009 com esse novo instrumento, porque em 2009 nós teríamos três anos para que o número suficiente de países ratificassem um novo acordo, de modo a que então haja uma solução de continuidade após a expiração das metas ou dos compromissos do Protocolo de Kyoto.

A inovação e um pouco também em função do trabalho que as Delegações Brasileiras têm feito nessas reuniões preparatórias é que se trabalhe em dois trilhos, isso a Thelma também mencionou, mas que é a renovação dos compromissos do Protocolo de Kyoto para os Países do Anexo 1, chamados Países do Anexo 1, que são os países desenvolvidos, com metas mais ambiciosas, porque há um consenso internacio-

nal de que esses países devem liderar o processo de combate à mudança do clima.

Agora, paralelamente a isso, um outro canal, um outro trilho de negociação, que seria, através da Convenção-Quadro das Nações Unidas, se identificar fórmulas e meios para que os países em desenvolvimento apresentem contribuições efetivas mensuráveis de combate ao crescimento das suas emissões.

O Brasil, entre os países em desenvolvimento, quer dizer, nós somos parte do chamado Grupo dos 77, que engloba os países em desenvolvimento, que essas negociações têm blocos negociadores, tem a União Européia, os Estados Unidos, enfim, e entre, os países em desenvolvimento estão no Grupo dos 77, e China, que... O Brasil tem exercido um papel de grande moderação entre esses países e temos conseguido vencer resistências de alguns deles a que adotem nas negociações uma atitude mais construtiva em termos de compromissos.

Se eu for, é um pouco precipitado dizer isso, mas tentando um pouco visualizar um quadro, não só em Bali, mas do que se seguirá, eu vejo, por exemplo, a China com uma atitude bastante construtiva. Eles têm inclusive um plano de... Eles estão divulgando ao poucos um plano de enfrentamento das mudanças climáticas, um plano doméstico, que tem medidas bastante concretas e profundas na área, nessa área de combate às emissões deles.

Há um pouco mais de dificuldade, eu diria intransigência, da parte dos países produtores de petróleo. A Índia, um pouco, seria um país um pouco mais resistente do que a China a adotar certos compromissos, mas eu acho que o diálogo levará a um resultado bastante satisfatório nessa reunião de Bali, em termos de definição desse mapa do caminho, ao longo desses dois trilhos.

Eu acho que em termos de como se vê essas próximas negociações, enfim, essa reunião, sobretudo a reunião em Bali, é um pouco isso que eu teria que dizer.

Eu agregaria também que a Delegação Brasileira, nós estamos num processo de elaboração das instruções para a Delegação Brasileira com amplo espaço para consultas, não só com os nossos órgãos-irmãos, que participam da questão do tema da mudança climática, como o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente, que junto com o Itamaraty são um núcleo governamental dessa área, mas com o Parlamento e com as Organizações Não-Governamentais com as quais temos mantido contato e mantido a maior transparência na elaboração dessa política negociadora.

Esperamos também contar com os membros aqui da Comissão Mista na nossa Delegação. O Itamaraty já oficiou a Câmara de Deputados e o Congresso Nacional, então estamos aguardando o nome dos representantes do Parlamento que estarão em Bali, e enfim, eu acho que trabalharemos todos juntos, todos poderemos, estaremos participando juntos das Mesas negociadoras e assistindo às reuniões. Como em uma reunião ontem no Itamaraty, o Embaixador Everton Vargas, Subsecretário de Assuntos Políticos do Itamaraty mencionou, todo mundo terá a mesma credencial para entrar nas reuniões.

Então eu acho que é isso. Eu estaria, enfim, com muito prazer respondendo perguntas depois, e é isso que eu poderia dizer neste momento.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Embaixador Sérgio Serra e passo a palavra agora ao Dr. José Miguez, Coordenador Geral de Mudanças do Clima do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MIGUEZ: Obrigado, Presidente. Bom, primeiro é um prazer estar aqui. Eu gostaria de agradecer ao convite. É a terceira vez que eu venho à Comissão, com muito prazer, e virei quantas vezes for necessário.

Eu gostaria, eu vou tentar ser bastante objetivo, vou falar sobre Bali, vou falar o MDL e vou falar sobre metas, imposição de metas para o Brasil.

O Senador Renato Casagrande, o Deputado Eduardo Gomes, o Deputado Rollemberg e o Deputado Loures já sabem a nossa posição em relação a esses temas, mas eu vou tentar ser bastante didático sobre como é que eu vejo o que vai ser a negociação da Bali e esses três tópicos.

Em relação à negociação de Bali, eu cheguei atrasado, se eu tiver repetindo... Mas às vezes é bom repetir, porque a gente sempre fala de uma maneira diferente, a idéia do Brasil é que haja uma continuidade de Kyoto, normalmente, então nós não falamos em pós-Kyoto, a gente fala em segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, com aprofundamento das metas nos países desenvolvidos no Protocolo de Kyoto e os países em desenvolvimento ajudando o cumprimento dessas metas através do mecanismo de desenvolvimento limpo.

O meu segundo tópico vai ser sobre mecanismo de desenvolvimento limpo. Isso seria o *track* de Kyoto ou o trilho de Kyoto.

E nós propusemos um trilho na Convenção. O que seria o trilho na Convenção? A Convenção tem vários artigos que podem ser implementados mais em profundidade. Eles estão muito pouco em profundida-

de. Eu, quando cheguei, a Dra. Thelma estava falando em transferência de tecnologia. Então nós temos que aprofundar a implementação dos países em desenvolvimento na Convenção. E em oposição ao trilho do Protocolo, os países desenvolvidos nos ajudam a implementar mais a Convenção. Então a gente os ajuda via MDL no cumprimento das metas do Protocolo e eles nos ajudam na implementação de política públicas nacionais no trilho da Convenção, usando os artigos que já estão previstos na Convenção.

Isso é rapidamente a posição do Brasil em Bali.

Em Bali não serão discutidas metas. Bali será, por iniciativa de uma proposta brasileira na Reunião Pré-COP, vai ser definido um programa de trabalho para os próximos dois anos que leve à conclusão, em 2009, desse arcabouço: Aprofundar as metas do Protocolo e aprofundar a implementação na Convenção.

Se tudo correr bem, se tudo for sucesso. Se não for sucesso em Bali, nós corremos o risco de ficar, num período de dez, 15 anos, sem nada.

Se a gente pensar que da Rio-92 até o Protocolo de Kyoto entrar em vigor, demorou de 92 a 2005, demorou 13 anos; se nós não tivermos acordo agora, em Bali, do processo – Vejam o nível de ambição que nós estamos falando -, o sucesso é definir o processo e um cronograma. Chegar a um acordo em 2009.

Nós vamos ter um outro mecanismo, que vai demorar a negociação certamente de dez a 15 anos, e vai ser muito mais difícil. Por que vai ser muito mais fácil difícil essa negociação? Porque os países estão muito mais conscientes das suas vulnerabilidades, dos custos e do que eles precisam fazer.

Então, sobre Bali é isso. De novo: A proposta do Road Map, que foi acordada em Bali nessa Reunião Pré-COP é um proposta brasileira, que nós achamos que teve deve ter um grande sucesso essa proposta, mas a gente corre o risco de alguns países fazerem esse caminho não ser uma trilha de sucesso e aí teríamos impasse.

Em relação ao MDL, eu gosto de falar que o MDL, no meu ponto de vista, é um grande sucesso. O Brasil hoje é o terceiro País em projetos. Eu já falei aqui: Por que ele é o terceiro País? Porque o Brasil é relativamente limpo na capacidade de fazer projetos que são basicamente energia, tratamento de resíduos e agropecuária. Floresta só foi permitido o MDL em florestamento e reflorestamento. Então nessa parte em que existem projetos de MDL, o Brasil é muito limpo, porque o setor energético é basicamente hidrelétrico, nós temos muito uso de álcool, vamos ter agora biocombustível, biodiesel, e temos ainda carvão vegetal na indústria siderúrgica. Então nós somos muito limpos.

O Brasil estar em terceiro lugar no MDL é o contrário, é um sinal da capacidade empresarial brasileira, que nós estamos fazendo muito. Quer dizer, nós temos 260 projetos no MDL, ao passo que é muito difícil fazer um projeto de MDL no Brasil, porque a linha de base é muito limpa. Eu dou o exemplo sempre: Se eu coloco 100 megawatts de usina eólica aqui em Osório, eu estou reduzindo normalmente o consumo de água, eu não estou reduzindo emissão, porque eu estou enchendo reservatórios. Eu só reduzo emissão na hora da pontua(F), eventualmente, se eu não tiver com excesso de água por excesso de chuva.

Então é muito diferente da China e da Índia. Na China e na Índia, a geração termoelétrica a carvão. Qualquer geração elétrica a partir da usina eólica reduz emissão totalmente, 100%.

Então o Brasil estar em terceiro lugar é extremamente honroso e é extremamente positivo.

O meu último ponto é sobre metas. Vou tentar ser bastante objetivo, dar as três mensagens importantes.

O MDL faltou falar: O MDL, hoje, porque as pessoas falam que os países em desenvolvimento não estão fazendo nada. Faltou falar isso: Hoje, o MDL tem, no mundo, 2600 projetos. A redução esperada no primeiro período de créditos desses projetos é de quatro bilhões de toneladas de CO_2. Isso, para alguns projeto é sete anos, para alguns projeto é dez anos. Isso dá algo como quase 500 milhões de toneladas de $C0_2$ por ano isso é o que pessoal fala na imprensa que nós não estamos fazendo nada. Isso é o que o pessoal fala na imprensa, que nós não estamos fazendo nada. O Brasil é 6% disso, a China é 50% disso e a Índia está com quase 40%. Quer dizer, por causa disso: Porque eles são bastante sujos em termos de emissão e nós somos bastante limpos.

Mas isso não quer dizer que nós não estamos fazendo nada. Nós temos 260 projetos, projetos, no meu ver, extremamente inovadores, como por exemplo o da Rhodia, em Paulínia, que está destruindo o N_2O na produção de ácido adípico; projetos de suinocultura, tem mais de 400 fazendas só em Minas Gerais fazendo projetos de suinocultura, e agora vamos ter em Santa Catarina, Sadia e Perdigão fazendo.

Sobre metas, os países foram pegos, em 1990, quando foi começada a discussão da Rio-92, em diferentes estágios de desenvolvimento. Os países africanos estavam num nível incipiente de crescimento. Os países como Brasil, China e Índia estavam em diferentes estágios de desenvolvimento, mas crescendo ainda sua renda *per capita*, a população crescente e com uma necessidade grande de construir infra-estrutura. E os países desenvolvidos estavam num nível já de popu-

lação ou estável ou decrescente, com a infra-estrutura estabelecida. Não há necessidade na Alemanha ou na França de você criar hospitais, escolas, estradas, está tudo... A infra-estrutura está estabelecida. Isso não ocorre com o Brasil.

Eu costumo falar que a população do Brasil cresce um Uruguai por ano. E quando eu falo isso lá fora, o pessoal fica assustado. Você precisa, pelo menos, fazer infra-estrutura de um Uruguai por ano. E a gente não tem idéia disso. Então eu acho que a gente tem que pensar que nós estamos nessa curva com uma logística, uma S: Os africanos estão aqui na base da curva S, nós estamos crescendo, então é difícil ter metas, porque qualquer que seja a meta estabelecida, nós vamos passar por ela, porque nós estamos nessa trajetória de crescimento até que toda a infra-estrutura seja estabelecida e toda a população esteja estável.

Eu vi que na semana passada, eu estava em Valência, na Espanha, no IPCC, na reunião do IPCC, eu vi que fui aprovado na Câmara um Decreto Legislativo que estabelece uma meta de 4% de redução em relação a 90. Nós estávamos fazendo as contas lá em Valência, eu e o Dr. Nilton Paciornik, que estava comigo, no setor energético, a nossa estimativa – Foi apresentada, até, segunda-feira lá no Rio para um primeiro... É uma estimativa preliminar que nós estamos fazendo baseada num balanço energético -, o balanço energético de 2006 só foi divulgado pelo Ministério agora em outubro, então nós usamos os dados até 2005, que eram os últimos dados disponíveis, as emissões do setor de energia cresceram, no Brasil, de 90 a 2005, 66%. Então, se esse Decreto for aprovado, nós temos que reduzir as emissões do setor energético em 70%.

As emissões de gado ruminante, nós fizemos a conta também rápido, porque o gado ruminante nós temos o senso no IBGE pela amostra da agricultura, o dado que nós temos para 2005 é por causa do crescimento da vaca louca na Europa, então o Brasil aumentou muito a exportação de carne e aumentou a criação por causa disso. Se a gente pega, uma medida rápida, a estrutura de emissão de 94, claro, porque depende do tipo de gado que você tem, quantas vacas, quantos bois, se tem emissão diferente, quantos novilhos têm, então, dependendo, mantendo a estrutura de 94, só para fazer uma conta rápida, foi o que nós fizemos, mais ou menos as emissões do setor de agropecuária, baseando somente na do gado, na emissão de metano do gado, a nossa estimativa é que cresceram, entre 90 e 2005, 50%.

Quer dizer, se nós tivermos que reduzir quatro, nós temos que reduzir 54%. Nós vamos criar um país vegetariano por Decreto.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Só para ajudar na exposição, o Decreto não previa que fosse, em cada setor fosse cortado tanto--

SR. JOSÉ MIGUEZ: Não, claro.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Ele falava do desmatamento, que representa 70%.

SR. JOSÉ MIGUEZ: 75%--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Então seus cálculos se tornam uma coisa absurda.

SR. JOSÉ MIGUEZ: Não, está certo, o senhor está certo. Mas cuidado. Cuidado porque 75% do CO_2, 75 no desmatamento, 75% para o CO_2, 75 para o CO_2. Se a gente ponderar pelo GWP, que é outra discussão, isso dá 50% das emissões. De qualquer maneira, reduzir isso, nós estamos falando hoje comparados com 90 reduzir abaixo de 90.

Só para o senhor ter idéia, eu vou comparar com os países desenvolvidos no Protocolo de Kyoto.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Com a Inglaterra?

SR. JOSÉ MIGUEZ: Não, eu vou comparar com os que estão com o nível de crescimento igual ao nosso, de desenvolvimento. Porque no Anexo 1, nós temos vários países que estão em desenvolvimento: Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia. Isso foi previsto na bolha da União Européia. A Espanha, na bolha da União Européia, do Protocolo de Kyoto...

O que é a bolha da União européia? – Deixem eu dar uma parada – A bolha da União Européia, a Europa se compromete a reduzir 8% no total. Toda a Europa. Só que eles fizeram um acordo, como a Alemanha havia incorporado a Alemanha Oriental e a Inglaterra havia fechado as minas de carvão por causa do mar do Norte, eles se comprometeram a reduzir mais e permitiram que os países em desenvolvimento da Europa, que são esses, Espanha Portugal, Irlanda e Grécia, permitissem crescimento.

Então eles permitiram, na bolha européia, Espanha crescer 15%, Portugal crescer 27% – Nós estamos falando de Brasil reduzir 4% em relação a 90 -, Portugal, que é desenvolvido, a meta no Protocolo de Kyoto é crescer 27%, Irlanda 13% e Grécia 25%.

Eu peguei o inventário 2005 e comparei com uma estimativa da meta. Então é muito interessante: Pegando o inventário de 2005, que é o último inventário que eles vão distribuir agora em Bali, o documento que saiu na semana passada, a Espanha está 55% acima da meta. Isso quer dizer que ela está 70% acima da meta. Essa conta também é sem floresta. Portugal está 49% acima da meta, quer dizer, está 49% acima dos 27%. Irlanda, que é o País que está crescendo mais na Europa, Irlanda está 43% acima da meta de 13%. E a Grécia está 39% acima da meta de 25%.

E nós estamos falando aqui de países em que a infra-estrutura está estabelecida, que a população está, nesses países está crescendo pouco, Espanha, porque tem imigração, mas muito pouco; não cresce três milhões de pessoas por ano como a gente.

Eu prometi que ia ser rápido. Me preocupa em posição de metas. Primeiro, o MDL. MDL, na medida em que haja uma imposição de metas, imediatamente a Europa vai falar: "*Vocês não têm direito mais a MDL, porque nenhum projeto é adicional. Vocês iam fazer de qualquer jeito, porque vocês teriam que reduzir emissão*".

Segundo, eu acho que vai haver uma incompatibilidade, e é uma questão jurídica, que o senhor é o Relator da Ratificação do Protocolo de Kyoto no Brasil, Deputado Gabeira, nós estamos em parte revogando o Protocolo de Kyoto internamente. Quer dizer, nós temos duas leis brasileiras: A que o senhor foi Relator, que internalizou ou o Protocolo de Kyoto, e essa lei que, se vier a ser aprovada, vai obrigar uma coisa diferente que está no Protocolo de Kyoto. Quer dizer, isso vai gerar uma contradição legal.

Por exemplo, como é que fica o MDL nessa situação? Que a gente está indo contra o Protocolo de Kyoto? Quer dizer, nós estamos mudando.

Eu vou terminar dizendo: Eu estive na discussão da Rio + 15, eu prometi ser breve e já estou demorando muito, e o ex-Vereador Alfredo Sirkis falou que o Brasil não participa e o Brasil não faz nada. Eu me permiti discordar dele na reunião lá no rio. Primeiro, o Brasil não participa, eu lembrei: Olha, o Brasil sediou a Rio-92; o Brasil fez uma proposta substantiva para Kyoto, que tinha responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tentava quantificar isso em termos de responsabilidade dos países; fez a proposta do MDL, que permitia aos países em desenvolvimento avançar no cumprimento das suas obrigações na Convenção; em 2005, essa proposta de Bali, de dois trilhos, foi proposta feita pelo Brasil, como tentativa de resolver essa dicotomia que foi posta pelo Governo dos Estados Unidos quando ele falava que ele só entrava em Kyoto se Brasil, China e Índia tivessem compromisso; o Brasil está fazendo uma proposta de novo substantiva sobre redução de desmatamento; e agora, em 2007 – Vou voltar a falar -, a proposta de estabelecer o processo e o cronograma, como tentativas de sair do impasse em que nós estávamos, é de novo uma proposta brasileira e, no ponto de vista, tem grande chance de ser aprovada.

Então, primeiro: Participa, o Brasil participa e participa como protagonista sempre. Isso é pouco conhecido no Brasil porque a imprensa não divulga.

Segundo: O Brasil não faz nada? Errado. Nós somos o terceiro País que está reduzindo emissão no MDL, está com cerca de 260 milhões de toneladas de CO_2, isso dá 36 milhões de toneladas. É um primeiro passo. Nós estamos com dois anos de implementação Protocolo. Lembrem-se que o Protocolo, o primeiro período de compromisso começa no ano que vem. O primeiro período do Protocolo de Kyoto ainda não começou e nós já estamos reduzindo, em dois anos, com 260 projetos, 36 milhões de toneladas por ano. Ainda faltam cinco anos para ir. E os países desenvolvidos ainda não começaram a implementação do Protocolo de Kyoto. E nós não fazemos nada.

Depois, o Brasil está propondo, no segundo período de compromisso, que a gente continue avançando no MDL, e ao mesmo tempo a gente avance em políticas públicas no trilho da Convenção, fazendo implementação adicional da Convenção.

Isso podia ser o quê? Mais recursos apoiados pelos países desenvolvidos no sentido de combater o desmatamento, mais recursos para aumentar a produção de álcool, aumentar a produção de biodiesel. Quer dizer, aí não são metas que restringem o crescimento, que restringem a população que vive abaixo da linha de pobreza de ter emissão no futuro. Porque o que a gente vai fazer é criar obstáculos para essa população se incorporar ao mercado. Não. O que nós estamos propondo são medidas de políticas públicas que vão na direção de ajudar a combater o efeito estufa, mas que sejam positivas no sentido de crescimento e de criação de empregos e criação de mais energia renovável. Por exemplo, incentivar carvão vegetal em florestas plantadas.

Quer dizer, a idéia nossa é aumentar a taxa de implementação do Protocolo de Kyoto via MDL, no caso do Brasil, e desde que a gente tenha apoio dos países desenvolvidos, aumentar a implementação da Convenção de uma maneira positiva, gerando empregos, gerando renda, quer dizer, não criando obstáculos ao crescimento do Brasil.

Então, eu falei isso outro dia para o Deputado Sarney Filho: O que a gente está querendo é o mesmo objetivo; o que difere é a maneira de implementar o objetivo. A nossa visão é uma visão de crescimento, é uma visão de crescimento sustentável, desenvolvimento sustentável. Eu continuo achando, na minha visão, estabelecimento de metas só tem sentido para países que são maduros, que tenham economias desenvolvidas, a população está estável ou decrescente e que a infra-estrutura está dada.

Fazer isso para o Brasil, para mim, é um paradoxo e é contraproducente. Nós vamos estar dando um tiro no pé.

E eu, da última vez em que eu estive aqui, Deputado Eduardo Gomes, eu perguntei: "*Para quem serve isso? Qual o interesse a que a gente está servindo? É interesse brasileiro ou é interesse europeu?*"

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Dr. José Miguez.

Eu passo a palavra ao Relator e em seguida aos questionamentos. Estão inscritos o Deputado Luís Carreira, o Deputado Rodrigo Rollemberg, o Deputado Gabeira e o Deputado Fernando Ferro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem, compreendendo que nós temos um roteiro, como a Dra. Thelma aqui chamou de mapa e o Dr. Serra chamou de roteiro, é uma definição de cronograma de trabalho, e que será definido que a primeira tese que o Brasil vai defender é que esse roteiro seja definido agora, em Bali, em dezembro, e que a partir de 2008 começa a implementação efetiva do Protocolo de Kyoto através do acompanhamento das metas, que até 2012 tem que reduzir 5,2% das emissões. É isso?

Todos os números colocados aqui, de que os países estão crescendo, estão emitindo mais, estão crescendo percentualmente suas emissões atualmente, e eles têm quatro anos, agora, para tentar chegar ao acordo que tem entre eles, que, pela manifestação da Dra. Thelma, não é fácil.

Mas certamente se debaterá nessa Reunião de Bali uma forma de acompanhamento e alguma manifestação desses países para saber-se como é que eles vão chegar ao atendimento daquilo que eles acordaram, que foram aprovado pelo Congresso de cada país desses. Acho que também em Bali deveremos ter esse tipo de prestação de contas. Ou não? Não sei se isso é um debate que se faz, mas eu deixo essa questão no ar para saber. Como eu nunca fui numa reunião dessa das partes, que trata de mudanças climáticas, espero conseguir ir pela primeira vez agora, quer dizer, se existe um momento em que os países fazem ou os principais países, pelo menos, ou alguém que possa representar faça o que está colocado hoje já em termos de informação que vocês possuem através da Internet, se isso tem algum nível de debate e de acompanhamento?

Segundo: O Governo Brasileiro defende a implantação de políticas públicas, como já foi dito aqui. A Dra. Thelma colocou de forma bastante difusa a questão do combate ao desmatamento, que o Brasil tem um plano de combate ao desmatamento já implantado de dois anos atrás para cá. O Dr. Miguez colocou que nós temos um plano. Eu considero que o plano... Considero ou eu verifico pelas informações últimas deste ano, desses últimos dois meses, que o plano que nós temos ainda é um plano que precisa ser aperfeiçoado em termos de acompanhamento por parte da Administração Pública e de integração entre os diversos níveis de Governo e de estabelecimento da metas. Não... Estabelecendo metas agora com relação ao desmatamento ilegal. Nós vamos apresentar efetivamente um plano também completo? Vamos esperar para chegar 2009 para apresentarmos ou nós vamos ter alguma postura clara?

Eu ainda não estou – Desculpe, Dra. Thelma -, eu não sei se a gente não tem ainda uma posição bastante clara, o que nós vamos, em termos de implementação de políticas públicas, quando o Brasil for discutir, quando alguém, porque sempre alguém vai cobrar, não só do Brasil, mas do Congo, da Indonésia mesmo, o combate ao desmatamento, o que nós teremos para falar?

Nós temos um plano, que é um plano que tem sido implementado, eu acho que trouxe resultado, mas ainda não um plano que tem assim uma previsão de médio prazo em termos de redução efetiva e estabelecendo objetivos claros de desmatamento. Nós temos condições de ter isso? Nós teremos isto? É este é o caminho que nós vamos ter? Qual é o nosso...

Se nós temos hoje o desmatamento como o principal problema, se a gente conseguir reduzir o desmatamento, a gente pode até reduzir as emissões, num primeiro momento, mesmo que o consumo de combustível fóssil nos faça ir aumentando, mas acho que ainda nós temos uma proposta um pouco solta, um pouco difusa com relação ao combate ao desmatamento.

Acho que a gente tinha que aprofundar um pouco mais o que nós vamos levar efetivamente ou se nós vamos levar uma proposta que está sendo construída. Nós não temos uma proposta ainda, nós estamos construindo?

Para a gente poder compreender, aqui na Comissão, o que é que a gente vai de fato levar para essa reunião lá em Bali.

Não sei como é que o Presidente vai conduzir.

SRA. THELMA KRUG: Eu vou procurar ser bem breve para a gente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Dra. Thelma, se a senhora preferisse, como tem três Parlamentares que vão fazer o questionamento na mesma direção, eu acho que seria mais prático fazer em bloco, já que o assunto é o mesmo.

Queria passar a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Cumprimentar nosso Presidente Deputado Eduardo Gomes, o Senador Renato Casagrande, nosso Relator, o Embaixador Sérgio Guerra, a Secretária de Mudanças

Climáticas, Thelma Krug, e também ao Coordenador Geral de Mudanças do Clima, Dr. José Miguez.

Eu vou ser muito breve, vou tentar, inclusive, não fazer muitas considerações, para ser o mais rápido possível.

Ficou claro já pelas exposições, e aliás eu queria parabenizá-las, à Secretária especialmente, pela sua visão otimista de Governo, acho que isso é positivo, ocupar um cargo público dessa importância e manifestar esse otimista no que estamos fazendo. Isso é muito bom, porque afinal de contas a gente cumpre a nossa missão e isso... Podemos até não concordar com tudo isso, mas eu acho que é uma qualidade que deve ser destacada, porque é o compromisso com a causa que está tratando e está lutando.

Eu acho que, de qualquer maneira, já ficou claro que o procedimento do País vai ser um procedimento como vem sendo dito, um procedimento mais conservador: Manter mais ou menos as questões dívidas em duas etapas, Kyoto e Convenção, sendo que, Convenção, tentar aprofundar mais algumas questões referentes ao mecanismo de desenvolvimento limpo, e também alguns outros procedimentos, como por exemplo a questão de transferência de tecnologias etc.

Agora, pergunto eu hoje: O que o País tem feito para que isso aconteça? Porque foi colocado aqui o seguinte: Que não está sendo feito. Que os países em desenvolvimento também não estão manifestando nenhum interesse maior, nem estão ajudando os países em desenvolvimento na transferência de tecnologia que possa melhorar a qualidade, digamos, das políticas públicas e dos mecanismos de controle, etc. Isso não tem ocorrido, mas é uma constatação. Mas o que também nós temos feito do nosso lado para que isso ocorra? Porque não me parece também que isso esteja muito claro.

Por exemplo: Políticas públicas somos nós que temos que fazer. Nós não temos a Política Nacional de Mudança Climática. Já deviam ter feito. Não fizemos ainda. Ainda é tempo.

Aliás, até eu estou sendo Relator do projeto do Deputado Mendes Tamer, estive no Ministério, como V. Sª. sabe muito bem, há cerca de 90 dias, fizemos uma cobrança, mas de lá para cá também não tivemos ainda as informações, inclusive, que pudessem nos levar a melhorar esse projeto, a não ser por algumas sugestões que estão sendo dadas diretamente ao Deputado Mendes Tamer, e também o Deputado Sarney Filho recebeu algumas contribuições do Ministério, que nós estamos incorporando.

Acho que a gente deveria, talvez, centrar um esforço maior nesse relacionamento, que não tem sido dos mais proveitosos, entre o Executivo e o Legislativo, por conta exatamente da forma de procedimento que tem sido dado, sendo o Legislativo, hoje, muito subalterno, digamos, às vontades do Executivo. Mas é um momento, por exemplo, político, já que política é matéria de natureza mais do Poder Legislativo e de nossa iniciativa, a gente poderia muito bem fazer um esforço maior e ter isso logo, até este ano, se fosse o caso, já que poderíamos melhorar a qualidade desse projeto, e com isso permitir, inclusive, que o Governo acelere o Plano de Mudanças Climáticas, que poderia ser um instrumento. Como foi bem dito aqui, qualificado, é um instrumento da política. Então acho que se tem que se fazer a política, primeiro fazer o plano. Uma coisa não depende também da outra, pode-se fazer simultaneamente, mas é preciso ter pelo menos as diretrizes gerais para poder se fazer o plano. Então acho que seria uma oportunidades de fazer.

Outra coisa que o País pode fazer logo também é sinalizar positivamente, através de políticas públicas. Um exemplo típico: Carvão vegetal por floresta plantada. Por que não faz uma política de incentivo para isso? Já fez no passado. Não deu certo porque teve algumas mazelas, foram desviados alguns recursos, mas plantou-se muita floresta no País. Se houveram conseqüências de natureza ambiental, etc, hoje tem se condições de se corrigir plenamente.

Mas se é para fazer, então vamos tomar iniciativa de levar proposições para fazer. Não adianta só constatar também. É preciso chegar também com algum instrumento. Porque ninguém vai dar dinheiro a ninguém, evidentemente, sem que se cumpra minimamente.

Para concluir o terceiro ponto, eu teria outras coisas a falar, mas aí também eu não ficaria tão otimista com relação ao combate ao desmatamento. A gente sabe muito bem que houve um excesso também de informação relativa a um período de preço, sobretudo de preço das *commodities*, que acabaram inibindo um pouco o crescimento em 2004/2006. Depois disso, em 2007 voltou a recrudescer o desmatamento em algumas áreas, que esses dados ainda não são dados conhecidos e divulgados para que a gente possa totalmente fazer essa análise, mas os primeiros levantamentos mostram que houve um crescimento no Mato Grosso, que houve um crescimento em Rondônia, em algumas áreas, portanto nós não podemos afirmar, hoje, e nem conheço, por exemplo, nem internamento e nem externamente, quem se convença de que o programa de desmatamento hoje do Governo é o melhor para se fazer.

Eu acho que nisso ainda existem muitas dúvidas, não só do nível de investimento que o País está pondo lá, é muito pouco dinheiro para o tamanho do problema, ainda é muito pouco dinheiro, mas V. Sª. disse

perfeitamente, não é somente isso, porque precisa de muito mais. Mas precisa também de dinheiro para fazer o muito mais, porque senão não faz a outra ponta também. Porque se os Estados não estiveram preparados e também os Municípios também para fazer, não vai adiantar, porque não vai conseguir resolver a tempo essa questão.

Agora, esse é o enfrentamento hoje. O que se discute hoje é que o Brasil devia ser mais agressivo, mais, digamos, mais comprometido em apresentar algo lá que realmente nos tirasse dessa condição insatisfatória, uma condição incomoda de quarto maior poluidor quando se fala da questão de desmatamento, queimada e de transformação e uso do solo.

É isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Eu quero primeiro cumprimentar o Presidente Deputado Eduardo Gomes, o Senador Renato Casagrande e todos os convidados, pela qualidade desse debate, realmente um debate excepcional.

Eu considero esse tema, pelo menos para mim, tem sido o tema mais apaixonante desta Legislatura, em função da importância estratégica, não apenas para o País e para o mundo. E minha primeira proposição legislativa, ainda em fevereiro, foi no sentido de apresentar um projeto obrigando a redução de emissões.

E eu chamei então, foi quando eu tive oportunidade de ter uma primeira conversa com o José Miguez, e a partir dessa conversa eu me convenci, naquele momento, que simplesmente apresentar um projeto obrigando o Brasil a reduzir as suas emissões de gás de efeito estufa não atenderia ao interesse nacional. A questão é muito mais complexa do que parece.

Nesta semana eu fui convidado pela TV Câmara para comentar a aprovação essa pela Comissão deste projeto do Deputado Sarney Filho que obriga a Brasil a reduzir 4% das suas metas, tendo como base 1990 até 2012. E eu serviço o seguinte: Eu acho que antes de qualquer coisa, nós temos um projeto que está tramitando nesta Casa, que já foi de autoria do Deputado Fernando Gabeira, que já foi definido por esta Comissão aqui, pela Subcomissão que eu tive a honra de presidir, que precede – A minha opinião é pela importância dele -, que é que obriga o Brasil a fazer o inventário regularmente, não sei se anualmente, em função dos custos, ou de dois em dois anos, de quatro em quatro anos, o inventário das nossas emissões e das nossas reduções certificadas de emissões. Para que a gente possa saber de forma muito clara de onde estão vindo, como estão vindo essas emissões, porque isso, sem dúvida, vai nos dar muito mais condições de enfrentar esse problema.

Agora o que me parece, e é claro que é sempre muito difícil quando uma negociação envolve 200 países, como nós vamos ter agora em Bali, que qualquer mudança, qualquer avanço é muito difícil. O que me preocupa, e de certa forma de angustia, tanto no plano internacional, como no plano nacional, é que me parece que todas as medidas que estão sendo planejadas, todos os avanços que estão sendo planejados, ainda são muito pouco, são quase insignificantes para a gravidade do problema que os cientista alertam a cada relatório do IPCC.

Ou seja, já existe um problema que é irreversível em função das emissões já realizadas, e está se discutindo, alguns países estão emitindo muito mais. Daquele grupo do Anexo 1, que deveriam reduzir significativamente suas emissões, na verdade não o fizeram, estão aumentando, e a gente está aqui discutindo se eles vão aumentar essas metas na segunda fase do Protocolo de Kyoto, que percentagem vai ser isso, se isso vai ser possível e o que isso significará de fato no sentido da contenção desse problema em escala mundial.

E ao mesmo tempo, no que se refere ao plano interno, ao plano brasileiro, eu diria que é o seguinte: Embora eu hoje concorde, para mim, tenho convicção absoluta de que a imposição de metas para o Brasil não atende ao interesse nacional, mas, ao mesmo tempo, o Brasil precisava fazer um esforço hercúleo no sentido de reduzir sobretudo o nosso desmatamento, que me parece uma coisa tão – Me desculpem a palavra, a expressão – me parece uma coisa tão burra, tão idiota, a gente saber que, no nosso País, nós temos a base toda, nós temos a base da nossa economia está centrada numa energia limpa, que nos dá uma condição superfavorável em relação ao resto do mundo, e a grande responsável por nossas emissões são exatamente o nosso patrimônio energético, a nossa biodiversidade, que está indo embora em função do desmatamento e das queimadas das Amazônia.

E nesse sentido, eu acho que todas as medidas do Governo Federal, do Congresso Nacional são extremamente tímidas. Ou nós mudamos os paradigmas do enfrentamento dessa questão, mudamos radicalmente, radicalmente os paradigmas dessa questão ou nós vamos estar fazendo de conta que nós estamos mudando essa questão.

Então eu acho que isso deveria estar presente nesse plano de enfrentamento de mudanças climáticas: A questão da Amazônia, a questão do cerrado, que se fala sempre da Amazônia e não se fala do cerrado, que embora o seu nível de emissões estejam muito

menores, mas nós estamos falando aqui, correndo o risco enorme de aumentarmos a agroenergia no País, o etanol no País, e acabar com o que resta de cerrado neste País. Isso vai acontecer. Se não houver políticas públicas rigorosas, fiscalização, determinação, zoneamentos, isso vai acontecer. Isso está acontecendo no nosso País.

Então eu espero que o Governo Brasileiro, o Congresso Nacional Brasileiro sejam muito mais responsáveis no sentido desse enfrentamento da questão, que é fundamental para o Brasil. Se nós tivéssemos condições de preservar esse patrimônio maravilhoso que nós temos que é a nossa biodiversidade, presente na floresta amazônica, no cerrado, em outros biomas brasileiros, isso no dará todas as condições, além de estarmos preservando o nosso patrimônio futuro, de enfrentar qualquer discussão mundial num outro patamar em relação aos outros países.

Portanto essa é a minha expectativa. Desculpe, Presidente, o meu tom, mas realmente eu acho que esta Comissão, considero que esta Comissão deve prevalecer ao longo do ano que vem, talvez até se transformar numa Comissão Permanente desta Casa, porque considero da maior importância que a gente tome atitudes concretas no enfrentamento dessa questão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Inicialmente eu peço desculpas por não ter participado da primeira parte do debate. Gostaria muito de ouvir a Dra. Thelma, o Embaixador Sérgio, ouvi apenas uma fração da exposição do Miguez, então eu estou em dívida, realmente, com o debate. Mas eu queria fazer algumas afirmações baseando-me na parte que eu ouvi, na parte do Miguez.

Na verdade, o primeiro ponto central é que quem representa o Brasil é o Governo. O Governo foi eleito para representar o Brasil, a política do Governo significa uma posição nacional.

A segunda é de que, apesar do Governo representar o Brasil, existem posições que não idênticas às do Governo, que é comum também num Governo, num País democrático. E também existem iniciativas que a gente vai levando independente do Governo. Imaginem se formos esperar o Governo também para realizar tudo aquilo que a gente pode realizar.

Nós temos duas questões, talvez, neste momento, para discutir. Uma questão é a questão das emissões. As emissões brasileiras: Se nós vamos ou não vamos adotar cotas, se nós vamos reduzir ou não essas emissões.

E a segunda parte, que me parece muito atrasada da parte do Governo, embora existam levantamentos e tal, e que a gente tenta encaminhar na vida pelos caminhos que tem, é exatamente conceber ou reconhecer que o aquecimento é um fato irreversível, dentro de certos limites é um fato irreversível, e que nós temos que tomar as providências para adaptar o País a esse aquecimento.

Então são dois centro de atenção: Um é a redução das emissões, o outro a adaptação do País a essa irreversibilidade do aquecimento global dentro de certo parâmetros. Porque ele tem, digamos assim, uma inércia, não importa o que a gente fizer, ele vai existir. Então...

O que eu acho é o seguinte: Pegando o tema das emissões, eu acho que nós podemos reduzir as emissões. Nós podemos reduzir as emissões de várias maneiras. Uma das maneiras mais eficazes ou pelo menos mais robustas de reduzir as emissões é combater o desmatamento.

Eu acho que se nós... Talvez o projeto do Deputado Sarney tenha sido mal-entendido, porque quando ele colocou 4%, ele estava pensando numa margem vitoriosa de luta contra o desmatamento, que no cômputo global ia no dar uma redução 4%. Esse é o primeiro ponto da sua argumentação que talvez tenha que ser reavaliada, porque nós não queremos, digamos assim, na indústria 4%, em todos as setores. Porque aqui na Câmara até a gente consegue reduzir em 4%, estamos reduzindo a nossa emissão na Câmara dos Deputados. Mas nós não pensamos assim. Nós pensamos que a emissão brasileira provocada pelo desmatamento é tão significativa, que nós reduzindo o desmatamento, nós vamos ter também uma redução substancial na taxa de emissão brasileira. Então esse é o ponto.

O outro ponto é que se nós determinamos uma meta e essa meta não está dentro do Protocolo de Kyoto, que não nos exige isso, é uma definição, eu acho que é um equívoco supor que vai haver uma contradição legal com o Protocolo de Kyoto. O que o Protocolo de Kyoto diz, e nós sabemos, é que aqueles países do Anexo 1 são obrigados a reduzir as suas emissões; mas ele não diz, absolutamente, que nós estamos proibidos de reduzir as nossas. É verdade. Não há e não diz que nós estamos impedidos também de determinar, de uma forma soberana e irreversível, quando quisermos, uma cota. Isso não existe também.

E dizer – Mais um outro lado da sua argumentação que eu acho importante a gente aprofundar -, dizer que o Brasil estará prejudicado no MDL se ele for aceitar essas cotas é problemático. Primeiro, porque, na verdade, existem possibilidades de MDL entre países que reduzem cotas. Existem possibilidades de

joint ventures para fazer isso entre países que possam reduzir suas cotas.

E segundo que eu acho que o fato de estar bastante bem no MDL não é um sintoma importante, embora o MDL seja importante. Não é um sintoma tão importante, porque o campeão do MDL é a China. A China está hoje com 62% dos projetos de desenvolvimento limpo. E a China, nós sabemos, pelo menos esta semana mesmo, nas duas últimas semanas, o *The New York Times* tem apresentado uma visão do que a China tem feito com alguns lagos, com todo seu meio ambiente, que nós podemos checar.

Então, na verdade, a definição, quando nós falamos na definição de uma cota, não é uma definição de uma cota no sentido de nos atermos rigidamente a ela; mas simbolicamente uma vontade de o Brasil dar um passo soberano e reversível, quando ele quiser, uma vez que ele não está obrigado pelo Protocolo de Kyoto a fazer isso.

Portanto, se a gente considerar essas variáveis e tal, nós vemos que afinal de contas não é tão perigoso assim o Brasil determinar uma cota. O que pode acontecer, e eu acho que isso é uma questão que nós teríamos que discutir, mais uma vez existe o Governo e existimos nós, o que pode acontecer é nós nos afastamos um pouco dos países emergentes, da posição dos países emergentes.

Essa questão é uma questão filosófica que nós temos que discutir desde o princípio. A sua última frase, a sua intervenção final mostra realmente, quando você diz: "*Não, mas nós estaremos atendendo ao interesse dos europeus e não ao interesse dos brasileiros, nacional brasileiro*". Existe também essa suposição, desde o início dos debates, de que a clivagem Norte-Sul é o aspecto fundamental. Que existe uma contradição Norte-Sul e a cada momento nós temos que examinar onde estão os pólos dessa contradição e encontrar a melhor posição para o Brasil.

Mas se é verdade que existe essa clivagem, existe também uma questão planetária. Existe um aspecto que nos une e que talvez seja até superior, nesse caso, à clivagem Norte-Sul, que era importante no processo de desenvolvimento, de transferência de tecnologia, quando se tratada do desenvolvimento econômico Tucur(F).

Então eu acho que há algumas colocações que tem que ser apresentadas para nós, digamos assim, não mudarmos a posição do Governo, mas fazer o Governo sentir que a nossa posição não é assim nem tão antinacional, e também não é assim tão fora do espaço. É uma posição que procura empurrar o Brasil um pouco mais.

No campo, segundo campo que eu mencionei, que é o campo de adaptação do Brasil para os efeitos do aquecimento global, eu acho que nós estamos um pouco atrasados. Eu tenho feito também algum esforço, fui agora recentemente à Recife levantar a situação, não quero dizer que o que está acontecendo na costa de Pernambuco seja o resultado do aquecimento global. Não posso dizer isso e não seria cientificamente sério. Mas, no entanto, o que está acontecendo na costa de Pernambuco hoje, se você examinar Recife, Paulista, Jaboatão, para começar, tudo que nós apreendermos lá vai ser importante para o processo de aquecimento global. Toda a tecnologia que nós desenvolvermos. Daí a necessidade de a gente começar a desenvolver associações, como no caso com a Holanda, começarmos a desenvolver associações para nós fazermos frentes a esses problemas que eventualmente vão surgindo.

Então eu acho que o Ministério do Meio Ambiente procurou fazer levantamentos, existe um levantamento que foi um pouco superavaliado pela imprensa, assustou um pouco e tal, mas que é importante também, mas nós já podíamos ter a idéia de um plano de ação modesto nesse campo.

Porque nos últimos anos, na verdade eu só fui à Conferência de Joanesburgo e à do Rio de Janeiro. Eu procuro acompanhar pela Internet, eu acho que eu aproveito mais pela Internet do que indo aos lugares, entende? Mas pelo que eu observei, nos últimos anos a gente já coloca o problema da adaptação como um dos elementos táticos importantes. Então eu acho que a gente tem que pensar nisso e talvez suscitar, em Bali também, um pouco mais a preocupação: Onde é que nós estamos na adaptação?

Agora, nesta semana nós vimos o ciclone em Bangladesh, também não é provocado, jamais diria que o ciclone em Bangladesh foi provocado pelo aquecimento global, mas, evidentemente, tudo que nós apreendermos ali em Bangladesh vai ser importante para o aquecimento. Quando o aquecimento global se der, porque Bangladesh é um centro.

Eu acho que nós temos a obrigação de estimular também, porque se nós lutamos apenas com outras emissões, nós podemos desenvolver uma falsa ilusão, uma impressão falsa de que o aquecimento global não vai acontecer, de que nós podemos evitar o aquecimento global. Quando na verdade existe um nível de aquecimento que é inevitável. Logo se coloca a questão da adaptação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Fernando Gabeira.

Eu passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sr. Presidente, Srs. e Srª. debatedores, eu peço lhes desculpa, que eu tive outra atividade e, infelizmente, cheguei ao final das falas. Mas, de alguma maneira, eu fui atendido por uma preocupação do Deputado Rollemberg e é a primeira questão que eu queria levantar.

Os dados da emissão do desmatamento e o nosso perfil de emissão, eu sempre tenho ouvido falar que tem referência da década de 90 esses dados. Pois é, então qual é o grau de certeza de informações com que nós estamos trabalhando? A primeira questão que eu queria deixar aqui. Que nível de qualidade de informação nós temos para fazer esse debate no Brasil e para exigir? Essa é a minha primeira preocupação, tanto em relação ao dados que temos como ao perfil de desmatamento.

Uma outra preocupação: A Inglaterra, que é um país que nós visitamos há pouco e demonstra uma preocupação impressionante e desenvolve as política de combate à mudança climática, o envolvimento da sociedade como um todo, anunciou, há poucos dias atrás, que pretende fazer uma incursão na Antártica para explorar óleo, inclusive se agregar uma área para a exploração de petróleo, que é uma atitude, realmente, que não sei a que se deve isso aí, quer dizer, se fala, faz um discurso e ao mesmo tempo anuncia uma intervenção desse tipo. O que é isso?

Presenciei, há pouco tempos atrás, uma série de ONGs vão a bancos financiadores da Europa para fazer uma pressão contra as hidrelétricas no Brasil. Isso significa claramente que nós vamos ter que fazer uma outra opção, provavelmente de introdução na matriz energética de reforçar as térmicas e as fontes fósseis na geração energia, porque não venham, por favor, com essa idéia de que com fontes renováveis nós vamos atender 4.000 megawatts por ano para a matriz energética do Brasil. Não vai! Nós não vamos.

Então começa a criar esse tipo de discurso que nós temos, que a confusão instalada leva ao princípio de tensão e de pressão sobre o Brasil e sobre a exigência da nossa postura em relação a isso.

Esses mesmos setores trabalham em que direção? Eu acho que nós temos que entrar em acordo para discutir um pouco isso.

Por último, eu tenho uma preocupação: Eu me lembro sempre daquela história do Garrincha no jogo contra a Rússia, que ele perguntava: "*Mas já conversaram com a defesa de lá?*" depois de todas as explicações de como furar o bloqueio. Eu pergunto, Sr. Presidente: Nós não conversarmos com o os madeireiros nesta Comissão, conversávamos em algum momento? Não seria a hora de chamar esse pessoal? Se é que eles existem fisicamente, porque parece que são entes meio difícil de encontrá-los. Mas acho que seria importante tentar fazer um diálogo com esse segmento. Ou experiências outras. Porque são os atores centrais dessa tragédia ou desse processo. Então eu quero crer que, se conversamos, voltar a conversar com eles.

Porque tem a parte visível e tem a parte clandestina desse mundo. A parte clandestina é a parte criminosa, o tratamento tem que ser com a lei e com a repressão, que tem que ser para fazer isso.

Por último, o Deputado Gabeira levantou essa questão de Pernambuco: O problema de aumento de marés e invasão na região costeira da Região Metropolitana de Recife. É claro que há um processo de adensamento urbano sério e de aterramento de manguezais, agravado por um processo de ocupação daquelas áreas. Mas eu acho que seria interessante, se possível, que esta Comissão talvez fizesse, Sr. Presidente, eu ia sugerir algum esforço de discutir essa matéria lá na área. Se fosse possível uma Audiência para discutir essa questão, eu gostaria, porque inclusive gostaria que especialistas fossem dar um tratamento e um debate sobre esse assunto, que eu acho que é extremamente sério.

A situação lá tem se agravado, e se não é agora, isso tem sido continuado. Já há mais de 15 anos que a gente verifica. Eu conheci a Ilha de Itamaracá, tem várias casas com metade delas já dentro d'água. Eu freqüentei isso há 15, 20 anos atrás, e esse negócio desapareceu. Então é um processo aí... E qual é a origem? Identificar a origem disso, que pode ter, provavelmente, vinculações com isso. Além dos problemas de urbanização predatória, desorganizada, ter também esse outro componente.

Mas eu acho que seria interessante, talvez, a Comissão, se possível, ver a possibilidade de promover uma Audiência envolvendo as Prefeituras e as autoridades científicas sobre esse assunto.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós vamos, Deputado Fernando Ferro, agradeço, nós já havíamos pensado nisso, o Deputado Fernando Gabeira havia também feito uma observação sobre a questão da Jaboatão, e agora com o seu pedido. Logo em seguida, logo após o debate, nós temos dois Requerimentos em votação e os informes da Comissão que, dentre os quais, pretende inserir uma série de demandas de Audiências, que eu tenho certeza de que a Comissão não pode deixar de debater, mas isso passa também por um entrave burocrático da validade da Comissão. Embora a manifestação de diversos líderes, quase que unânime, ou unânime até agora de que a Comissão deve apresentar o primeiro Relatório e partir para a segunda etapa, eu acho que

isso é fato, pelo menos no ambiente político das duas Casas, e nós vamos discutir esse assunto, mas isso deve ser e será priorizado pela Comissão.

Eu passo a palavra para o Deputado Rocha Loures e em seguida para os debatedores responderem ao primeiro bloco de debates. E há algumas organizações que querem se manifestar também e fazer algumas perguntas. Eu só peço brevidade na questão do tempo, porque nós temos o compromisso lá no Palácio do Planalto com a Secretaria de Mudanças Climáticas do Professor Pinguelli, que convidou a Comissão para participar dessa reunião de hoje, com a presença, inclusive, do Presidente Lula.

Com a palavra o Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Uma inconfidência, um registro e duas perguntas. A inconfidência: Eu tive o privilégio de acompanhar o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon quando esteve no Brasil, acompanhando no vôo de Jaboticabal e Ribeirão Preto para São Paulo. E ele perguntou pelo nosso Embaixador Serra e fez grandes elogios ao nosso Embaixador Serra, deu, portanto, do ponto de vista das Nações Unidas e do Secretário recém-eleito, o testemunho, para quem não lhe conhecia, porque eu não lhe conhecia, fez um testemunho, portanto faço aqui a inconfidência, torno público o registro dessa relação de respeito que existe entre o nosso negociador, o que eu acho que é importante e relevante, e aquele que convoca, naturalmente, o próprio encontro da COP-13.

Por isso, não só por conta disso, mas pelo que eu tenho, conheço pouco o Dr. Miguez, mas conheço a sua dedicação e seu empenho, já conheço um pouco mais a Dra. Thelma, e diria o seguinte: Fora do Brasil, somos todos brasileiros. Vamos participar da nossa Conferência, não sabemos exatamente como ela começará, nem como ela terminará, temos apenas a indicação da data e do termino, e eu espero que o mapa de navegação, o *Road Map*, se desenhe a favor da posição brasileira. Essa é a inconfidência.

O registro é que quando a gente fala de meta, eu lembro de dois livros: "O Caminho é a Meta", de Ghandi, e "A Meta: Um Processo de Melhoria Contínua", de Eliyahu Goldratt e do Cox. E tanto em um quanto no outro, com características espirituais diferentes, a meta sempre compreende cinco variáveis, e aí eu deixo aqui para registro: Especificidade – é preciso que haja especificidade, o que queremos; mensurabilidade – quanto disso queremos; exeqüibilidade – não se deve propor uma meta para a qual não se pode obter resultado efetivo; relevância – nós temos que ter relevância na discussão, o que é evidente na nossa Comissão e no tema em tela; e tempo – é preciso enquadrar isso no tempo.

E finalmente os questionamentos: A questão me parece colocada da seguinte maneira: Não existe um Itamaraty ambiental, nem climático. O Itamaraty representa o interesse do Estado Brasileiro. E hoje temos esse debate aqui, daqui a 100 anos, o Itamaraty está representando o Estado Brasileiro. O Brasil potencial ambiental passa por ousadia na sua postura. E eu entendo, até aqui, as restrições e limitações produzidas pelo próprio Governo Brasileiro e outros países no passado, e vamos revisitar esses acordos que foram feitos em Kyoto neste ano.

Mas eu gostaria que houvesse um comentário, então, dos membros, até que ponto podemos ser ousados, a postura brasileira pode contemplar ousadia neste momento, não apenas com a questão climática, mas com os outros dados de agenda internacional que o Brasil também negocie.

A segunda pergunta: A questão do não cumprimento. O que acontece com aqueles países que não cumprem? Qual é o significado do não cumprimento do Protocolo que é assinado por nós mesmos? É a desmoralização do acordo, é a invalidação do tema?

E a terceira pergunta é com relação a esta, nós vamos ter agora uma reunião com o Presidente da República, a convite, como o Presidente informou, muitos de nós lá estaremos, eu também gostaria de saber até que ponto o Presidente Lula, ele mesmo está, digamos, interessado, empenhado, porque eu sei que o Secretário Ban Ki-moon esteve com ele e o assunto principal, do qual eu não participei, naturalmente, a reunião foi entre chefes de Estado, e ele tem *status* de chefe de Estado, eu gostaria de, se possível, se for possível, ter um registro, um comentário dessas conversas, e se houve alguma evolução do ponto de vista do Presidente da República do Brasil.

Obrigado. E olha, me sinto representado por vocês, assim como me sinto representado pelas ONGs que fazem essa pressão sadia, interna, mas que lá fora somos todos brasileiros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Rocha Loures.

Eu passo a palavra para à Dra. Thelma para os seus comentários sobre os questionamento dos Deputados. E em seguida ao Embaixador Sérgio Serra e ao Dr. José Miguez, para que passemos a um breve segundo bloco de perguntas, para encerrar a Audiência.

Eu acho que nós vamos tentar fazer isso em cinco minutos, porque nós estamos cuidando do tempo de vocês também, por causa da reunião.

SRA. THELMA KRUG: Vamos tentar ser breve, então. Eu agradeço e vou tentar responder em bloco,

até porque muitas das questões foram compartilhadas em alguns aspectos por muitos.

Então eu começaria com a preocupação do Deputado Fernando Ferro com relação à qualidade dos dados. Muito embora o Brasil tenha feito seu Inventário Nacional, que correspondia ao período de 90 a 94, e atendendo assim a sua obrigação sobre a Convenção sobre Mudança do Clima, que exigia dos países em desenvolvimento que os inventários fossem submetidos para esse período, nós estamos agora na segunda fase, ou seja, fazendo o segundo inventário, no período de 95 a 2000. E concordo com o senhor plenamente, ou seja, estamos sempre atrasados. É impossível que a gente continue nessa defasagem. E certamente o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente compartilhando essa preocupação e tentando fazer, às vezes não um inventário tão profundo quanto a gente tem feito, e que tem sido considerado modelo, tanto em nível nacional quanto internacional, mas tentar fazer pré-estimativas que nos permitam fazer o acompanhamento de nossas emissões.

Então eu lhe digo, Deputado, com toda a certeza, até porque participei, dentro da minha vida científica e como Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de todo esse esforço de qualidade dos dados. O Brasil é citado em todos os fóruns como um País pioneiro no monitoramento das suas florestas tropicais, com qualidade. Com qualidade.

Então, para a Amazônia, nós temos um monitoramento, como o senhor sabe, anual, pega a Amazônia inteira, até para que a gente não seja taxado de estar pegando as partes que nos... Enfim, seletivamente pegando as partes que nos interessam. Então nós pegamos a Amazônia inteira. E isso todos os anos. Então o pioneirismo do Brasil é essa vanguarda nessa atitude bem pró-ativa de não esconder aquilo que está acontecendo no seu território.

Então a qualidade dos dados, eu lhe asseguro, particularmente para a Amazônia, extremamente bons para o fim que se prestam. Dificilmente no mundo o senhor vai ver alguém fazendo melhor do que a gente está fazendo.

Para o cerrado, as coisas não estão tão bem quanto estão para a Amazônia, até porque o foco sempre foi a Amazônia. Mas hoje a gente tem a percepção de que há necessidade de a gente expandir o mesmo sistema de monitoramento, o mesmo inventário anual que a gente tem, o acompanhamento anual para o cerrado, para o cerrado, para evitar aquela condição que o Deputado Rodrigo Rollemberg bem colocou de que não adianta nada a gente fazer um esforço de conter o desmatamento na Amazônia se isso estiver provocando um aumento de desmatamento em outros biomas brasileiros, particularmente o cerrado.

Então hoje, dentro de Ministério do Meio Ambiente, a preocupação é: Os ecossistemas têm todos a mesma relevância e vamos tentar aplicar a eles a mesma preocupação que nós temos com a Amazônia.

Dito isso, Deputado Fernando Gabeira, o senhor mencionou alguns pontos que eu acho interessantes. O senhor tem uma preocupação de longo tempo com a questão do desmatamento, assim como tantos outros Deputados que expressaram essa preocupação, e que também compartilho, pelo número de anos que trabalha nessa temática, e com preocupação.

Quando eu digo que esse plano de 2004 de ação para prevenção e controle de desmatamento pode estar tendo reflexos importantes nessa redução observada de desmatamento, eu digo porque tenho acompanhado o conjunto de ações que compõem esse plano de ação. Ou seja, ele não é uma ação isolada, ou outra particularmente pautada em fiscalização e controle. Ele está indo além disso, com dificuldades de implementação em vários aspectos. Por exemplo, quando a gente fala: "*Em algumas áreas vai ter que se fazer pagamento de serviços ambientais*". Em outras o pessoal fala: "*Vamos ter que pagar para o indivíduo que não desmatou, para que ele não desmate*". São preocupações importantes, até como postura de País. Ou seja, a gente tem que tomar cuidado na forma como a gente faz, para que a gente não transforme o desmatamento como moeda de troca para incentivos. Então a gente tem que fazer as coisas de uma maneira cuidadosa.

Para Bali, o Ministério está levando, sim, um livro sobre as ações já implementadas, as que estão em curso, e que pautaram a submissão do Brasil junto à Convenção no esforço de redução de emissões por desmatamento nos países em desenvolvimento.

Essa proposta brasileira foi fundamentada em dois elementos básicos da negociação internacional: O primeiro é que os países diziam, e dizem, que é urgente se tratar a questão do desmatamento. O segundo é a importante contribuição que o desmatamento tem nas emissões totais de CO_2. Pautados nisso, o Brasil fez uma proposta para a implementação imediata, e com transparência, com verificação, ou seja, dando àqueles países que são potencialmente doadores. Porque esta é uma coisa que o Brasil está pleiteando: Uma contribuição voluntária dos países desenvolvidos que estiverem convencidos de que a gente está tentando fazer esse esforço não só no Brasil, mas nos países em desenvolvimento como um todo. A grande preocupação que nós estamos tendo nas negociações é que, muito embora a proposta seja honesta, seja simples,

efetivamente na hora que é para se colocar a dinheiro na mesa, as coisas não vem.

É muito falar, é muito fácil dizer que é urgente, é muito fácil dizer que é importante; mas na hora em que se fala: "*Vamos então contribuir*", a questão: "*Não vai ter dinheiro suficiente, vamos ter que avaliar para o mercado*". E aí nós temos um debate que possivelmente mereceria uma outra Sessão nesta Casa.

Então a nossa preocupação é de que a gente está, sim, tentando fazer um esforço, esforço também que – Infelizmente o Deputado Luiz carreira saiu--

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Não, estou aqui presidindo.

SRA. THELMA KRUG: O senhor me desculpe! O senhor está presidindo, olhe só! O senhor me desculpe.

Mas, Deputado, o senhor falou da questão de transferência de tecnologia, eu acho o que Brasil está inclusive dando um exemplo, à medida que ele diz que está se dispondo a capacitar os países tanto na América Latina, quanto na África, quanto na Ásia, a ter o mesmo sistema de monitoramento que o Brasil tem, de acompanhamento do estado de suas florestas tropicais. Transferir isso de forma de estações de recepção, capacitação na questão de interpretação e análise das imagens de satélite, enfim, capacitar todos que assim o queiram, para ter as mesmas condições que o Brasil hoje tem de ser considerado um líder nessa temática.

É claro que a gente minha e espera que isso sirva como exemplo de uma cooperação Sul-Sul e que estimule um maior ou encoraje os países desenvolvidos a fazerem sua lição de casa.

Deputado Fernando Gabeira, o senhor falou da questão da adaptação. O senhor sabe que, na questão da adaptação, não é só o Brasil que está meio atrasado, se é que a gente pode falar dessa forma. É geral. Globalmente falando, as ações de adaptações têm sido muito mais problemáticas do que as ações de mitigação.

Quando eu falo de mitigação, eu estou falando em redução de emissões ou fortalecimento de sumidouros, como florestas, por exemplo. E por que isso? Quando a gente fala em mitigação, a gente fala: "*Eu vou fazer uma substituição disso por aquilo*". E eu sei, é uma métrica, é cálculo. Eu vou dizer em toneladas de CO_2. Se eu fizer isso, eu vou obter aquilo.

Na adaptação, a problemática está em a gente não conhecer com tanto grau de certeza para onde vamos, o que é necessário de esforço de adaptação. Até porque essas projeções são pautadas em cenários. Cenários de como é que as populações vão crescer no mundo, cenários de quantos os países vão fazer de mitigação, cenários de quanto a sua tecnologia será inovadora, cenários em função de quanto de energia limpa ou menos intensiva em carbono nós vamos ter no futuro. Isso são todas incógnitas. São todas incógnitas. Por isso o pessoal trabalha com cenários. E cenários que indicam aumentos de temperatura que vão de dois a seis, aumentos de nível de mar que não são tão fantásticos, mas, enfim. Então a questão da adaptação é mais problemática.

Fiquei feliz hoje de manhã quando vi alguns na televisão hoje de manhã, acho que foi no "Bom Dia, Brasil", algumas atividades desenvolvidas pela EMBRAPA, já desenvolvendo espécies muito mais tolerantes a um aumento da temperatura. E até a identificação do que é que precisa ser feito: Vai se mudar lugar, não vai, vai ser... Enfim, é esse trabalho que tem que ser feito.

Lhes trago um pouco da preocupação: Ontem fui procurada por um pessoal do INPE que são oceanógrafos e que me disseram: "*Há necessidade de que a gente fortaleça a coleta de dados no Atlântico*", até porque os dados que tem sido usados nos modelos, que projetam a savanização da Amazônia, estão entrando com dados parciais do aquecimento do Oceano Atlântico. Portanto, pode ser que isso esteja superestimando a dimensão dos impactos na Amazônia, por uma entrada de dados que possivelmente não está completa em cima do oceano. Então são preocupações que eu acho que a gente tem que ter, intensificar as nossas pesquisas, que permitam com que a gente então avance no entendimento das nossas vulnerabilidades, impactos possíveis e medidas de adaptação.

Será que eu falei tudo? Bastou? Não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós estamos no nosso tempo. 16h22.

SRA. THELMA KRUG: Quanto tempo eu passei? Muito, não é?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Não passou, não. É possível...

A senhora tem razão: A adaptação depende... Mas há países, como eu disse, que tem vulnerabilidades claras e tradição, como é o caso da Holanda, que eu participei de seminários com eles, que eles já estão muito avançados nesse aspecto de específico que é de deter o mar. Quanto ao desmatamento, o problema do desmatamento não é assim também só: "*Vamos impedir o desmatamento*". Eu acho que carece também um estudo de como ele está sendo produzido. Por exemplo, nós descobrimos aqui que 49% do carvão vegetal usado na siderurgia brasileira, 49%, ele é produto de floresta nativa.

Então nós temos que ter um programa para: "*Vamos acabar, em tanto tempo, com o uso do carvão vegetal não sustentável*" em um *phaseout*. Quer dizer, nós temos que ter um projeto, realmente, em todos esses lados.

Claro que é uma adaptação ainda precária, que não temos tudo, mas já podemos formular um esboço de projeto.

SRA. THELMA KRUG: O senhor me permite um minuto? Em alguns aspectos, eu concordo com o senhor plenamente: Há áreas onde políticas já podem ser estabelecidas. Essa é uma: Da intensificação da silvicultura no Brasil para produção de carvão vegetal renovável. Essa é uma. Concordo com o senhor em gênero, número e grau.

Minha preocupação, Deputado Fernando Gabeira, quando a gente fala em estabelecer meta de redução para o desmatamento, eu particularmente, Telma Krug, me sinto desconfortável por aqueles pontos de exeqüibilidade que o Deputado Rocha Loures falou. A exeqüibilidade só é identificada quando a gente tem noção concreta do que pode ser feito e se aquilo que está sento feito vai ter um efeito X, Y e Z.

No desmatamento, eu ainda acho que há muitas incógnitas. Foram colocados alguns aspectos aqui importantes de que essa redução se deveu possivelmente a preços, volatização de preços, etc, no mercado de soja, a questão da carne, etc. Por isso que eu disse que há que se ter uma série temporal um pouquinho mais longa para a gente entender melhor a implicação das medidas e as suas reações correspondentes.

Então, em alguns pontos, eu acho que até a gente poderia ousar e ter metas de substituição de... Mas para outras, como o desmatamento, eu tenho... Eu relutaria com muita veemência.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Quando nós formos discutir o financiamento desse projeto, a senhora disse que vale uma Sessão inteira, aí nós podemos avançar mais nisso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Embaixador Sérgio Guerra, gostaria de fazer suas considerações? Eu agradeço à Dra. Thelma.

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO SERRA: Nós estamos muito adiantados na hora, e a rigor temos um compromisso lá no Palácio do Planalto, mas eu detestaria sair daqui sem fazer dois comentários aqui.

Um que é, de certa maneira, um dado da provocação, mas o Deputado Fernando Gabeira mencionou muito, estava quase que filosoficamente se referindo à questão de metas. Eu diria até que eu concordo, Deputado, o problema das metas no caso de mudança do clima, regime internacional de mudança do clima é que é uma palavra minada, porque metas, quando nós falamos de metas em termos de contenção de emissões, são metas tais quais definidas no Protocolo de Kyoto, que se aplicam aos países do Anexo 1.

Agora, evidentemente que se você quer fazer um programa de combate ao desmatamento, de até sei lá, de erradicação do analfabetismo, então você tem que ter um objetivo, tem que ter um dado. Quer dizer, o que é isso? É uma meta.

Então eu acho que a gente tem que um pouco ter a cautela quando a gente se refere a um contexto internacional, mas ser um pouco mais ousado, talvez, quando a gente trata de objetivos, compromissos domésticos nossos.

Por exemplo, nos caso: Nós vamos agora, vai haver uma Sessão Plenária do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, onde o Presidente da República, que é o Presidente do Fórum, vai lançar, vai anunciar um Decreto que cria uma Comissão que elaborará o Plano de Mudança Climática.

O Secretário Executivo do Fórum, Professor Pinguelli, é a favor de meta internas. Quer dizer, sei lá, isso não é uma questão fechada. Enfim.

A outra questão que o Deputado Rocha Loures mencionou que eu quero dizer aqui, eu não participei da reunião do Presidente com o Secretário Geral das Nações Unidas. Estava só o Ministro Celso Amorim lá, mas eu sei, e isso saiu até num dos jornais, que o Secretário Geral disse que a estrada para Bali passa pelo Brasil. Então eu acho que isso é um pouco o reconhecimento da nossa atuação. Eu acho que sim, da nossa ousadia. Eu acho que podemos ousar e eu acho que é uma boa ilustração da responsabilidade que nos acabe e do que se espera de nós em Bali.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Quero agradecer ao Embaixador Sérgio Serra. Passo a palavra ao Dr. José Miguez. E eu queria registrar também, pedir desculpas da Presidência da Comissão, já que há duas Organizações Não-Governamentais com pergunta a formular, mas nós estamos com o horário efetivamente esgotado, até porque os Parlamentares podem chegar um pouco mais tarde lá na solenidade, mas eles não, porque estão organizando.

Então passo ao Dr. José Miguez a palavra.

SR. JOSÉ MIGUEZ: Vou tentar ser muito breve e objetivo. Eu vou começar pelo Deputado Rocha Loures. O senhor fez especificidade, mensurabilidade, exeqüibilidade e relevância. Eu tinha anotado aqui na minha... E tempo, isso. Eu tinha anotado aqui nas minhas notas que metas é a última coisa depois de informações, recursos, capacidade e exeqüibilidade. Aí

a gente define a meta. O que a gente está fazendo é definir a meta antes de definir o resto.

Em termos de informações, nós não temos Legislação que obrigue a nenhuma empresa informar emissão de metano, emissão de óxido nitroso. Nós estamos começando pelo outro dia lado, pelo fim. Nós não temos instrumentos. O Deputado falou do FI-7(F), lembrou do FI-7(F), nós não temos instrumentos, não recursos e não temos capacidade.

Nós falamos do inventário. O inventário, a minha estimativa é que custa dez milhões de dólares. Não há necessidade de fazer inventário anual e é muito caro. Para quê? A gente, se fizer de quatro em quatro anos, de cinco em cinco anos, está bom. Essa é a periodicidade definida pela Convenção. A gente pode ter estimativas grosseiras do que está acontecendo. Foi o que eu fiz para falar para o Deputado Gabeira.

Exeqüibilidade. A gente não está olhando a exeqüibilidade. Então eu concordo plenamente com o que o senhor disse.

Em relação ao Deputado Fernando Ferro, a precisão do inventário nosso é muito grande. A estimativa é da ordem de 3%. Por quê? A gente usa imagens de satélite, a gente sobrepõe mapas de vegetação com mapas de desmatamento digitalmente. E nós, no segundo inventário, estamos dando um passo além: Nós estamos sobrepondo mapa de solo, mapa de vegetação, mapa de uso da terra e Município. Então nós vamos ter as células com muito mais informações, agora. O próximo inventário vai ser mais preciso ainda.

Em relação ao que o senhor falou do Reino Unido, a exploração de petróleo e carvão mineral, a tendência nos países desenvolvidos é que eles usem seqüestro geológico de carbono, que é um problema de jogar o problema para o futuro. Se houver vazamento, o problema vai ser das gerações futuras. Eu continuo a minha geração do que jeito que está e jogo o problema para frente.

Itamaracá, você tem que tomar cuidado – Isso foi dito também pelo Deputado Fernando Gabeira – que a plataforma, nos estudos que nós temos da geografia, da UFRJ, a plataforma continental está afundando na ponta, no Nordeste. Então aí você sobrepõe dois efeitos: A plataforma afundar com mudança do clima. Então é difícil a gente saber.

Deputado Fernando Gabeira, o senhor sabe o que o senhor me representa, eu sou eleitor do Rio, eu estou falando, fazendo a réplica da menção do Deputado Rocha Loures. [risos] Eu concordo plenamente com tudo o que senhor falou. Quando eu me referia à conta que eu fiz de energia e de gado, se a gente tomar o exemplo – Eu fiz aqui uma conta na perna em cima do que senhor falou -, temos que reduzir 70% do setor energético. Pegando 90 a 2005, menos quatro. E o setor energético, grosso modo, é 30% das emissões do Brasil em GWP equivalente, CO2 equivalente. Então, multiplicando um pelo outro, 30 vezes 70, dá 21% de redução. O gado tem que reduzir 55%. Surtando aqui, em cima da perna, que é 20% das emissões totais no Brasil, eu tenho que reduzir 11%, 55 vezes 20. Então eu tenho que reduzir 32% as emissões de desmatamento, menos quatro, porque eu tenho que reduzir desmatamento menos quatro. Então eu estou falando, na sua hipótese, que eu não sei faço nada no resto, só faço no setor de mudança do uso da terra e floresta, 36% de redução.

Aí eu concordo com a Dr. Thelma: É tanta variável. E concordo com Deputado Rollemberg: Além de todas as variáveis que o Deputado já falou, eu ainda falo o seguinte: Olha, nós estamos olhando agora uma época de La Niña. Se fosse uma época de El Niño, estaria seco, o desmatamento ia ser muito maior. Então como é que é uma coisa controlável que é o setor energético e gado? Isso eu posso controlar a emissão, de alguma maneira, até acabando com o gado. Agora, o setor de desmatamento, eu não controlo; eu observo.

Então eu acho... Exeqüibilidade, eu contesto a exeqüibilidade a partir dessa idéia. Primeiro, nós estamos, como o Deputado Rocha Loures falou, nós estamos invertendo a lógica, a gente está começando pelo fim, sem ter nenhum dos passos da cadeia, vamos começar pelo fim sem ter definido nenhum dos passos da cadeia. E além disso é exeqüível? Eu não sei. Para mim, não me parece exeqüível.

Em relação ao Protocolo de Kyoto, o que me preocupa é a adicionalidade do MDL. Porque eu estou, por dever de ofício, no *Executive Board* desde 2003, e eu sei que o Anexo 1, as pessoas que representam o Anexo 1 ficam arranjando obstáculos para dizer que aquilo ia ocorrer de qualquer maneira, não está sendo feito por causa do Protocolo de Kyoto. Na medida em que a gente tem uma meta de 4% de redução, eu acho que a gente vai criar um imbróglio jurídico em relação ao MDL, por causa de adicionalidade. Porque como é que o senhor vai separar o que senhor fez pela meta interna e o que não seria feito na meta interna e ocorreu na ausência do projeto?

Eu não sei mais definir um projeto MDL. A simples definição do que ocorreria na ausência do projeto, já não sei mais. Eu não sei fazer linha de base. Porque eu tenho uma meta de redução 4%. Então eu acho que cria um imbróglio jurídico. E um imbróglio também de como operar.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Vou fazer uma pergunta carinhosa: O senhor acha que quando se definiu a meta de redução dos países

do Anexo 1, todas as variáveis que o senhor está nos pedindo estavam em cima da Mesa?

SR. JOSÉ MIGUEZ: Não. Não. Claramente, não. Mas agora, se houver uma discussão para o segundo período, as variáveis esta na Mesa. Vai ser muito mais difícil a negociação do segundo período. Isso que eu falei antes.

Em relação à adaptação, eu concordo com o que a Dra. Thelma falou, houve preocupação, fundo de adaptação nasce da proposta brasileira de 97. Voltando à história que o *Road Map* passa pelo Brasil. O fundo de adaptação foi uma proposta brasileira. Por quê? Porque nós vimos, quando estavam fazendo – Até é proposta do Itamaraty -, que o MDL atendia os países que emitem, países em desenvolvimento que emitem. Os países em desenvolvimento que não emitem, e isso a gente está falando em pequenas ilhas, falando de países africanos, países com menos desenvolvimento econômico, eles só vão sofrer a conseqüência da mudança do clima; eles não contribuem com absolutamente nada para a mudança do clima. Então para eles é importante a adaptação. Por isso que a gente previu 2%.

E a gente tinha muito em mente Bangladesh. Porque a Holanda coloca os diques, mas Bangladesh não tem dinheiro para colocar os diques. E ninguém ajuda ela. A Holanda não ajuda Bangladesh a colocar diques. Então esse é um ponto. O senhor está com a razão.

Agora, a discussão na Convenção é: "*Eu tenho um dólar. Eu coloco esse dólar em mitigação ou em adaptação?*" Eu colocaria muito mais do meu dólar em mitigação do que adaptação. Por quê? O senhor está certo, algumas coisas a gente faz adaptação: Plantas, coisas que são físicas, como o senhor falou de aumento do nível do mar, ou que são sócio-econômicas, vulnerabilidade a doença endêmicas. A gente pode fazer adaptação. Mas tem coisas que a gente não consegue, tipo furacão. Se a gente passar de 800 PPMV na concentração da CO_2, o que acontece com as plantas? Eu não consigo voltar. Não tem adaptação. Então se eu não trabalhar muito mais em mitigação do que adaptação, eu acho que a gente está indo para um ponto sem retorno.

Em relação aos europeus, só deixar bem claro o que eu quis falar, a proposta dos europeus é de dois graus centígrados. Não deixar passa de dois graus Celsius. Eles têm traduzem isso em termos de uma de uma meta de concentração de 460 partes por milhão em volume. Hoje nós temos 380 partes por milhão em volume. Restam 70. 70 que eles vão ocupar pelo menos 35, 40. Sobram 20 a 30 para a gente, que China e Índia vão ocupar 50%. É isso que nós queremos? É isso que eu estou falando: Isso é bom para os europeus, que eles já estão estáveis. Agora, para os países em desenvolvimento, isso é uma camisa de força que vai imobilizar a gente, na minha visão. Está claro que é a minha opinião.

Além disso, tem competitividade com a China, isso implica a China perder competitividade, e o Deputado Fernando Ferro, se eu não me engano, falou de biocombustíveis, a preocupação com biocombustíveis, tem a preocupação de biocombustíveis e de hidrelétrica. Nós estamos sentindo, no MDL e nos biocombustíveis, a certificação internacional, o objetivo, claramente, é de criar barreiras à importação de biodiesel e etanol pelos países desenvolvidos, via certificação. E eles estão criando regras de certificação violentas contra a gente. Então eu acho que isso tudo está na discussão dos europeus, nessa meta de dois graus Celsius. Então era a isso que eu estava me referindo.

Finalmente, em relação ao Senador Renato Casagrande, o cumprimento, claro, o que eu estou falando é o inventário, é quanto as emissões estão subindo, o cumprimento pode ser comprando créditos, tanto de implementação conjunta, quanto de MDL. Então eles vão implementar comprando créditos. Mas eles estão transferindo o ônus da redução, eles claramente não estão reduzindo, estão transferindo para a gente e ainda falam que nós não estamos cumprindo, que nós não estamos fazendo nada. Quer dizer, é um jogo duplamente cínico, na minha visão, porque eles não fazem e falam que nós não estamos fazendo.

O não cumprimento é moral. A meta que existe de não cumprimento, eu pego do futuro. Eu costumo brincar que é como se eu, por exemplo, eu quero emagrecer, então eu falo que eu vou ficar uma semana sem comer sobremesa. Aí eu como sobremesa amanhã, então eu vou ficar agora duas semanas sem comer sobremesa. Aí eu como no dia seguinte, vou ficar três semanas. Essa que é a meta de não cumprimento do Protocolo. Ou seja, é moral. É mais do que nada, moral. É a sociedade sendo apontada como ela não cumpriu.

E foi dito aqui duas vezes, pelo Senador Renato Casagrande e pelo Deputado Luiz Corrêa, que estão cobrando do Brasil. Não é o que a gente vê lá fora. Isso o Embaixador Serra falou. O que a gente vê lá fora é que o Brasil é apontado como modelo. Como a gente está fazendo o melhor inventário, a Dra. Thelma falou, nós estamos tentando reduzir o desmatamento, nós temos a melhor política de biocombustível, nós somos modelo. Em momento nenhum na Convenção, o senhor vê o Brasil apontado como vilão. Apenas internamente. Isso é uma distorção que a imprensa está passando, essa visão de fora para dentro, que não corresponde ao que acontece na Convenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Dr. José Miguez, agradeço ao Embaixador Sérgio Serra, à Dra. Thelma Krug. Todos entendem que eles têm que deixar a Audiência, e eu peço só um pouco de paciência aos Parlamentares para que a gente vote três Requerimentos importantes para a Comissão, e nós inserimos nesses três Requerimentos o Requerimento do Deputado Fernando Gabeira e do Deputado Fernando Ferro para a realização da Audiência em Pernambuco.

Então, muito obrigado.

Nós colocamos em discussão e votação. Eu gostaria de fazer em bloco a votação do Requerimento nº. 50, da Deputada Rebecca Garcia, que solicita até uma profundamente nesta Audiência que houve agora, que requer a realização de Audiência Pública para tratar da regulação de mercados de redução resultantes do Protocolo de Kyoto. O Requerimento nº. 50.

O Requerimento nº. 51 é uma solicitação do Senador Cícero Lucena, que requer a participação da Comissão, e ele representará a Comissão neste evento, da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas na *EcoPower Conference*, dias 28, 29 e 30, em Florianópolis, Santa Catarina. A conferência se destina a examinar os temas vinculados à questão da energia renovável e sustentável. E se houver interesse de um outro Parlamentar participar também, pode comunicar à Secretaria da Comissão.

O Requerimento nº. 53 é do Deputado Fernando Gabeira e Deputado Fernando Ferro, que requer a realização de Audiência Pública na cidade de Recife, especificamente na Região Metropolitana, para debate as experiências de adaptação ao avanço do nível do mar no litoral. Colocamos no litoral, porque é possível discutir Jaboatão e as outras localidades no Brasil. E Paulista também.

Está em discussão os três Requerimentos. Não havendo quem queira discutir, os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Aprovados.

Gostaria, em último informe, dizer aos Parlamentares que nós tentamos, durante a discussão prévia do PPA e o debate do Orçamento, inserir recurso para a área de meio ambiente. E diante do avanço da Comissão da Amazônia, da Comissão do Meio ambiente e da Assessoria do Ministério do Meio Ambiente, foi possível detectar recursos para o Orçamento de 2008 que serão ampliados para a área de meio ambiente. Porém, nós estamos elaborando um Projeto de Resolução – Eu conversei isso com o Relator Senador Renato Casagrande – que coloca para o Orçamento de 2008 a obrigatoriedade de investimentos das emendas individuais no valor de 20% para ações de meio ambiente. Seria um recurso de um milhão e 600 por Parlamentar, nas áreas de meio ambiente, ciências e tecnologia e energias renováveis, a exemplo do que ocorria antes com a Saúde, antes da aprovação da Emenda 29.

Então isso está sendo elaborado e na semana que vem nós iremos debater isso.

Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Nós tivemos uma discussão sobre o ano polar, e a seqüência é o conjunto de experimentos que estão sendo feitos, inclusive relativos à mudança climática, e o Brasil está participando. E no PPA também foram inseridos recursos nessa direção também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): São avanços--

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Os Deputados também inseriram individualmente. Nós, da Comissão de Antártica, nós inserimos também, cada um, 500 mil reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Nós vamos divulgar essas vitórias já da relação dos Parlamentares com um novo orçamento, o Orçamento Verde.

Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar V. Exª., porque essa discussão que tivemos e acabou de terminar aqui, talvez tenha sido a mais clara, mais transparente e mais categórica comprovação do avanço que houve até agora com relação ao tema. Então eu queria parabenizar V. Exª., dizer que foi muito oportuno o encontro e, naturalmente, até por estarmos a alguns minutos do Palácio do Planalto para ouvir o Presidente Lula com relação à conversa que terá com as Não-Governamentais, acho inclusive, Deputado Fernando Ferro, que isso nós dá contexto para entender o avanço que o Governo Brasileiro tem procurado fazer sem quebrar sua espinha com relação àqueles que nos criticam, porém não fazem a sua parte.

Parabéns a V. Exª. na condução dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Reunião.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h44. – Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5051, de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 571/91-1, resolve ALTERAR o Ato nº 559, de 1991, do Presidente do Senado Federal, publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 21 de junho de 1991, que aposentou voluntariamente com proventos integrais ao tempo de serviço, o servidor ROMUALDO MENDES CARDOSO, matrícula 13253, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 43, para incluir a partir de 1º de abril de 1993, as vantagens da Resolução-SF nº 51/93 e incluir a partir de 1º de julho de 1994, as vantagens da Resolução-SF nº 74/94.

Senado Federal, em 30 de outubro de 2007.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Republicado por incorreção

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5295, de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 571/91-1, resolve ALTERAR os Atos nºs 559, de 1991, e 180, de 1992, do Presidente do Senado Federal, publicados no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 21 de junho de 1991 e 12 de maio de 1992, respectivamente, que aposentou voluntariamente com proventos integrais ao tempo de serviço, o servidor ROMUALDO MENDES CARDOSO, matrícula 13253, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 43, para excluir a vantagem do art. 192, inciso I, da Lei 8.112/90, a partir de 1º de abril de 1993.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 2007.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* (S)
PR – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* (S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* (S)
PSDB – Flexa Ribeiro*(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
PDT – Patrícia Saboya[3] *
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*(S)
PTB - Euclydes Mello [1, 2]

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *(S)
PTB – Gim Argello**(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*****: Período 2003/2011 ******: Período 2007/2015

[1] O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

[2] O Senador Euclydes Mello foi empossado em 30.8.2007.

[3] Senadora Patricia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA [1] (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

[1] De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)
Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)
Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) [3]	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)[2]
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago)[1]	

[1] O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).
[2]. O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.
[3] Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007
Designação: 15.5.2007
Instalação: 17.5.2007
Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007
Designação: 13.2.2007
Instalação:
Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) [1]
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

[1] Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB[1]
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) [2]	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

[1] Vaga do PMDB cedida ao PSB
[2] Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB [2]
Osmar Dias – PDT [1]	2. Cícero Lucena – PSDB [2]
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

[1] Vaga cedida ao PDT
[2] Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) [1]
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) [1]	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

[1] Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) [1]
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[1] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) [1]	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

[1] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – PcdoB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago)[1]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[1] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4.Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003
5ª Eleição Geral: 23.11.2005
6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha [8]
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana [3]

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	**UF**	Ramal	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) [9]	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) [5]	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT)[2]	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) [1]	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima [4]	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR)[10]	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio [6]	MS	3016
Marisa Serrano [7]	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma [11] (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

[1] Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

[2] Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

[3] Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

[4] Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

[5] Eleita na Sessão de 27.6.2007.

[6] Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

[7] Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

[8] Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

[9] Eleito na Sessão de 16.08.2007.

[10] O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

[11] O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma[1](PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

[1] Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	**3º SECRETÁRIO** Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho[1]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO[2]	EMANUEL SOARES CARNEIRO[2]
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO[2]
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE[2]
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT[2]	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER[3]	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA[2]	STEPAN NERCESSIAN[2]
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS[2]	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO[2]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO[2]	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ[2]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

[1] Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.
[2] Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.
[3] Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[4]

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)[5]

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

---

[4] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).
[5] Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)[2]
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)[2]
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)[2]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR[3] (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI[4] (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago)[1]
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

---

[1] Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.
[4] Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** DEMOSTENES TORRES DEM-GO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

EDIÇÃO DE HOJE: 510 PÁGINAS